ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil — Imprensa Nacional

SEÇÃO 1

Ano CXLIII Nº 173

Brasília - DF, sexta-feira, 8 de setembro de 2006

Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Congresso Nacional 2
Atos do Poder Executivo 2
Presidência da República 10
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 13
Ministério da Ciência e Tecnologia 16
Ministério da Cultura 17
Ministério da Defesa 26
Ministério da Educação 27
Ministério da Fazenda 30
Ministério da Integração Nacional 59
Ministério da Justiça 59
Ministério da Previdência Social 64
Ministério da Saúde 64
Ministério das Cidades 65
Ministério das Comunicações 66
Ministério das Relações Exteriores 67
Ministério de Minas e Energia 68
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior ... 78
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 80
Ministério do Trabalho e Emprego 81
Ministério dos Transportes 81
Ministério Público da União 88
Tribunal de Contas da União 89
Poder Judiciário 124
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais . 125

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Julgamentos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 453-1 (1)

PROCED.	:	CODIGO INEXISTENTE
RELATOR	**:**	**MIN. GILMAR MENDES**
REQTE.	:	CONFEDERACAO NACIONAL DAS PROFISSOES LIBERAIS
ADV.	:	JOAO CALTABELLOTI
ADV.	:	PAULO TORRES GUIMARAES
REQDO.	:	COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS-CVM
REQDO.	:	CONGRESSO NACIONAL
REQDO.	:	PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADV.	:	MARIA ISABEL DO PRADO BOCATER E OUTROS

Decisão: Apresentado o feito em mesa, o julgamento foi adiado em virtude do adiantado da hora. Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Ilmar Galvão e Moreira Alves, e, nesta assentada, o Senhor Ministro Marco Aurélio, Presidente. Presidência do Senhor Ministro Néri da Silveira. Plenário, 22.04.2002.

Decisão: O Tribunal determinou a retirada do processo da pauta do plenário em face da aposentadoria do Relator. Decisão unânime. Ausentes, justificadamente, o Senhor Ministro Nelson Jobim, e, neste julgamento, o Senhor Ministro Maurício Corrêa. Presidência do Senhor Ministro Marco Aurélio. Plenário, 08.5.2002.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou improcedente a ação direta, nos termos do voto do Relator. Votou a Presidente, Ministra Ellen Gracie. Plenário, 30.08.2006.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.427-2 (2)

PROCED.	:	PARANÁ
RELATOR	**:**	**MIN. EROS GRAU**
REQTE.	:	PARTIDO SOCIAL LIBERAL - PSL
ADV.	:	WLADIMIR SÉRGIO REALE
REQDO.	:	GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ
ADVDOS.	:	MÁRCIA DIEGUEZ LEUZINGER - PGE/PR E OUTRO
REQDA.	:	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou procedente a ação direta, nos termos do voto do Relator. Votou a Presidente, Ministra Ellen Gracie. Ausente, justificadamente, neste julgamento, o Senhor Ministro Marco Aurélio. Falou pelo requerente o Dr. Wladimir Sérgio Reale. Plenário, 30.08.2006.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.760-3 (3)

PROCED.	:	DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**:**	**MIN. JOAQUIM BARBOSA**
REQTE.(S)	:	PARTIDO SOCIAL LIBERAL - PSL
ADV.(A/S)	:	WLADIMIR SÉRGIO REALE
REQDO.(A/S)	:	CONGRESSO NACIONAL

Decisão: O Tribunal, à unanimidade, não conheceu da ação direta, nos termos do voto do Relator. Votou a Presidente, Ministra Ellen Gracie. Plenário, 30.08.2006.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.883-9 (4)

PROCED.	:	DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**:**	**MIN. GILMAR MENDES**
REQTE.(S)	:	PARTIDO VERDE - PV
ADV.(A/S)	:	WLADIMIR SÉRGIO REALE
REQDO.(A/S)	:	CONGRESSO NACIONAL

Decisão: O Tribunal, à unanimidade, não conheceu da ação direta, nos termos do voto do Relator. Votou a Presidente, Ministra Ellen Gracie. Falou pelo requerente o Dr. Wladimir Sérgio Reale. Plenário, 30.08.2006.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.603-3 (5)

PROCED.	:	RONDÔNIA
RELATOR	**:**	**MIN. EROS GRAU**
REQTE.(S)	:	PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
REQDO.(A/S)	:	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou procedente a ação direta, nos termos do voto do Relator. Votou a Presidente, Ministra Ellen Gracie. Ausente, justificadamente, neste julgamento, o Senhor Ministro Marco Aurélio. Falou pela requerida a Dra. Flora Maria Ribas Araújo. Plenário, 30.08.2006.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.615-7 (6)

PROCED.	:	PARAÍBA
RELATORA	**:**	**MIN. ELLEN GRACIE**
REQTE.(S)	:	PARTIDO DA FRENTE LIBERAL - PFL
ADV.(A/S)	:	ADMAR GONZAGA NETO E OUTRO(A/S)
REQDO.(A/S)	:	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA
INTDO.(A/S)	:	MUNICÍPIO DO CONDE - PB
ADV.(A/S)	:	ALUISIO LUNDGREN CORREA RÉGIS E OUTROS
INTDO.(A/S)	:	MUNICÍPIO DE ALHANDRA - PB
ADV.(A/S)	:	JOSÉ AUGUSTO MEIRELLES NETO

Decisão: Preliminarmente, o Tribunal, por unanimidade, indeferiu a petição do Município do Conde/PB para adiamento do julgamento. Em seguida, após o voto da Relatora, Ministra Ellen Gracie (Presidente), rejeitando as preliminares e julgando procedente a ação direta, pediu vista dos autos o Senhor Ministro Eros Grau. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Ricardo Lewandowski. Falaram, pelo requerente, Partido da Frente Liberal-PFL, e pelo *amicus curiae*, Município de Alhandra, o Dr. José Augusto Meirelles Neto e, pelo Município do Conde, o Dr. Telson Luís Cavalcante Ferreira. Plenário, 12.06.2006.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, rejeitou as preliminares e julgou procedente a ação direta, nos termos do voto da Relatora, Ministra Ellen Gracie (Presidente). Plenário, 30.08.2006.

Secretaria Judiciária
ANA LUIZA M. VERAS
Secretária

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 04 a 28	R$ 0,30	R$ 2,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 3,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 3,60
de 160 a 250	R$ 1,90	R$ 4,40
de 254 a 500	R$ 3,50	R$ 6,00
de 504 a 824	R$ 6,20	R$ 8,70

- Acima de 824 páginas = preço tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0093



Atos do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 48, DE 2006

O **PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL**, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 312, de 19 de julho de 2006**, que *"Prorroga, para o trabalhador rural empregado, o prazo previsto no art. 143 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991"*, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 18 de setembro de 2006, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 6 de setembro de 2006.
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 5.886, DE 6 DE SETEMBRO DE 2006

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Ciência e Tecnologia, na forma dos Anexos I e II a este Decreto.

Art. 2º Em decorrência do que determina o Decreto nº 5.684, de 24 de janeiro de 2006 e do disposto no art. 1º, ficam remanejados, na forma do Anexo III a este Decreto, os seguintes cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores-DAS:

I - da Secretaria de Gestão, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para o Ministério da Ciência e Tecnologia: três DAS 101.5; três DAS 101.3; dois DAS 102.3, um DAS 102.1 e um DAS 101.1; e

II - do Ministério da Ciência e Tecnologia para a Secretaria de Gestão, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão: dois DAS 102.5; três DAS 102.3; e um DAS 102.1.

Art. 3º Os apostilamentos decorrentes da aprovação da Estrutura Regimental, de que trata o art. 1º, deverão ocorrer no prazo de vinte dias, contado da data de publicação deste Decreto.

Parágrafo único. Após os apostilamentos previstos no **caput**, o Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia fará publicar no Diário Oficial da União, no prazo de trinta dias, contado da data de publicação deste Decreto, relação nominal dos titulares dos cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, a que se refere o Anexo II, indicando, inclusive, o número de cargos vagos, sua denominação e respectivo nível.

Art. 4º Os regimentos internos dos órgãos do Ministério da Ciência e Tecnologia serão aprovados pelo Ministro de Estado e publicados no Diário Oficial da União, no prazo de noventa dias, contado da data de publicação deste Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Fica revogado o Decreto nº 5.314, de 17 de dezembro de 2004.

Brasília, 6 de setembro de 2006; 185º da Independência e 118º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Paulo Bernardo Silva
Sergio Machado Rezende

ANEXO I

ESTRUTURA REGIMENTAL DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

CAPÍTULO I
DA NATUREZA E COMPETÊNCIA

Art. 1º O Ministério da Ciência e Tecnologia, órgão da administração direta, tem como área de competência os seguintes assuntos:

I - política nacional de pesquisa científica, tecnológica e inovação;

II - planejamento, coordenação, supervisão e controle das atividades da ciência e tecnologia;

III - política de desenvolvimento de informática e automação;

IV - política nacional de biossegurança;

V - política espacial;

VI - política nuclear; e

VII - controle da exportação de bens e serviços sensíveis.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 2º O Ministério da Ciência e Tecnologia tem a seguinte estrutura organizacional:

I - órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado:

a) Gabinete;

b) Secretaria-Executiva:
1. Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa;
2. Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração;
3. Assessoria de Acompanhamento e Avaliação das Atividades Finalísticas;
4. Assessoria de Coordenação dos Fundos Setoriais; e
5. Assessoria de Captação de Recursos;

c) Assessoria de Assuntos Internacionais; e

d) Consultoria Jurídica;

II - órgãos específicos singulares:

a) Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento: Departamento de Políticas e Programas Temáticos;

b) Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social:
1. Departamento de Popularização e Difusão da Ciência e Tecnologia; e
2. Departamento de Ações Regionais para Inclusão Social;

c) Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação; e

d) Secretaria de Política de Informática: Departamento de Políticas e Programas Setoriais em Tecnologia da Informática e Comunicação;

III - unidades de pesquisa:
a) Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia;
b) Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais;
c) Instituto Nacional de Tecnologia;
d) Instituto Nacional do Semi-Árido;
e) Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia;
f) Centro de Pesquisas Renato Archer;
g) Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas;
h) Centro de Tecnologia Mineral;
i) Laboratório Nacional de Astrofísica;
j) Laboratório Nacional de Computação Científica;
l) Museu de Astronomia e Ciências Afins;
m) Museu Paraense Emílio Goeldi; e
n) Observatório Nacional;

IV - unidades descentralizadas: Representações Regionais;

V - órgãos colegiados:
a) Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia;
b) Conselho Nacional de Informática e Automação;
c) Comissão Técnica Nacional de Biossegurança; e
d) Comissão de Coordenação das Atividades de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia; e

VI - entidades vinculadas:
a) autarquias:
1. Agência Espacial Brasileira; e
2. Comissão Nacional de Energia Nuclear;
b) fundação: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; e
c) empresa pública: Financiadora de Estudos e Projetos.

CAPÍTULO III
DAS COMPETÊNCIAS DOS ÓRGÃOS

Seção I
Dos Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Ministro de Estado

Art. 3º Ao Gabinete compete:

I - assistir ao Ministro de Estado em sua representação política e social, ocupar-se das relações públicas e do preparo e despacho do seu expediente pessoal;

II - acompanhar o andamento dos projetos de interesse do Ministério, em tramitação no Congresso Nacional;

III - providenciar o atendimento às consultas e aos requerimentos formulados pelo Congresso Nacional;

IV - providenciar a publicação oficial e a divulgação das matérias relacionadas com a área de atuação do Ministério;

V - planejar, coordenar e supervisionar o desenvolvimento das atividades de comunicação social do Ministério e auxiliar nas providências relacionadas ao cerimonial; e

VI - exercer outras competências que lhe forem cometidas pelo Ministro de Estado.

Art. 4º À Secretaria-Executiva compete:

I - assistir ao Ministro de Estado na supervisão e coordenação das atividades das Secretarias integrantes da estrutura do Ministério e das entidades a ele vinculadas;

II - supervisionar e coordenar as atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de organização e modernização administrativa, de administração dos recursos de informação e informática, de recursos humanos, de serviços gerais, de documentação e arquivos, de administração financeira e de contabilidade, no âmbito do Ministério;

III - auxiliar o Ministro de Estado na definição das diretrizes e na implementação das ações da área de competência do Ministério;

IV - supervisionar e coordenar a elaboração das diretrizes, normas, planos e orçamentos relativos a planos anuais e plurianuais;

V - coordenar os trabalhos relacionados à avaliação de programas e projetos, levantamentos dos dispêndios dos recursos vinculados às áreas de competência do Ministério;

VI - supervisionar e coordenar as ações do Ministério e das unidades de pesquisa e entidades vinculadas, voltadas à captação de recursos para o financiamento de programas e projetos de desenvolvimento científico e tecnológico, inclusive os de fundos setoriais;

VII - identificar e mobilizar novas fontes de recursos para financiamento de programas de desenvolvimento científico e tecnológico e de formação de recursos humanos, destinados à criação de novos conhecimentos ou que atendam às necessidades específicas de setores de importância estratégica nacional ou regional;

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente da República

DILMA VANA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

ERENICE ALVES GUERRA
Secretária Executiva da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1

Publicação de atos normativos

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de
Publicação e Divulgação

ANA CRISTINA MARQUES BATISTA
REG. DF01253JP
Coordenadora de Editoração
e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PEREIRA
Coordenador de Produção

http://www.in.gov.br e-mail: ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800-619900

VIII - supervisionar e coordenar o acompanhamento das realizações de programas e projetos de pesquisa científica e tecnológica das unidades de pesquisa;

IX - avaliar os contratos de gestão firmados entre o Ministério e as entidades qualificadas como organizações sociais; e

X - exercer outras competências que lhe forem cometidas.

Parágrafo único. A Secretaria-Executiva exerce, ainda, o papel de órgão setorial dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, de Administração dos Recursos da Informação e Informática - SISP, de Serviços Gerais - SISG, de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal e de Contabilidade Federal, por intermédio da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração a ela subordinada.

Art. 5º À Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa compete:

I - propor, coordenar e acompanhar a execução de programas e projetos a cargo das unidades de pesquisa, visando ao fortalecimento da pesquisa científica e tecnológica brasileira;

II - promover, supervisionar e avaliar os contratos de gestão firmados entre a União e entidades qualificadas como organizações sociais, para a execução direta ou indireta, de programas e projetos de pesquisa científica e tecnológica, prestação de serviços tecnológicos e assessoria técnica ao Ministério;

III - promover, acompanhar e avaliar a execução dos termos de compromisso de gestão, assinados a cada ano com as unidades de pesquisa;

IV - acompanhar, avaliar e apoiar a execução dos planos diretores das unidades de pesquisa e, onde couber, das organizações sociais supervisionadas pelo Ministério, e decorrentes de seus planejamentos estratégicos formulados;

V - coordenar, controlar e avaliar as atividades de execução orçamentária-financeira das unidades de pesquisa, em articulação com a Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças;

VI - apoiar e acompanhar a execução de obras de engenharia e arquitetura no âmbito das unidades de pesquisa e dos projetos e das entidades qualificadas como organização social, onde couber, em articulação com a Coordenação-Geral de Recursos Logísticos; e

VII - promover, coordenar e acompanhar o Programa de Capacitação Institucional - PCI das unidades de pesquisa.

Art. 6º À Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração compete:

I - planejar, coordenar e supervisionar a execução de atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de gestão e inovação de processos da administração de tecnologia da informação, de gestão de pessoas, de logística, de documentação e arquivo, de administração financeira e de contabilidade no âmbito do Ministério;

II - promover a articulação com os órgãos centrais dos sistemas federais referidos no inciso I e informar, orientar e supervisionar os órgãos no cumprimento das normas administrativas estabelecidas;

III - planejar e coordenar a elaboração e a consolidação dos planos e programas das atividades finalísticas do Ministério e submetê-los à decisão superior;

IV - orientar as unidades do Ministério no planejamento, sistematização, padronização e implementação de técnicas e instrumentos de gestão;

V - acompanhar e promover a avaliação de projetos e atividades;

VI - desenvolver as atividades de execução orçamentária, financeira e contábil, de gestão de pessoas, gestão da informação científica e tecnológica e da tecnologia da informação e da logística, no âmbito do Ministério; e

VII - realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em dano ao erário.

Art. 7º À Assessoria de Acompanhamento e Avaliação das Atividades Finalísticas compete:

I - assessorar a Secretaria-Executiva nos assuntos relacionados às demandas internas e externas de informação referentes às áreas de competência do Ministério;

II - assessorar a Secretaria-Executiva na elaboração das diretrizes, normas, planos e orçamentos;

III - supervisionar e coordenar o acompanhamento e a avaliação dos resultados do plano plurianual do Ministério;

IV - atuar como agente facilitador do cumprimento da portaria que rege a gestão do plano plurianual do Ministério;

V - supervisionar e coordenar a elaboração dos indicadores de avaliação dos programas do Ministério inseridos no plano plurianual; e

VI - supervisionar e coordenar ações de coleta, processamento, recuperação, difusão e intercâmbio de dados e informações necessárias à produção dos indicadores nacionais de ciência e tecnologia.

Art. 8º À Assessoria de Coordenação dos Fundos Setoriais compete:

I - assessorar e apoiar a Secretaria-Executiva no planejamento e coordenação dos fundos setoriais destinados a financiar programas e projetos de desenvolvimento científico e tecnológico, em conformidade com as políticas e estratégias estabelecidas pelo Ministério;

II - orientar e apoiar o planejamento e a supervisão de estudos, visando o estabelecimento de normas e procedimentos dos fundos setoriais, bem como acompanhar a evolução dos recursos a eles destinados;

III - promover a gestão dos fundos setoriais no que se refere a sua implementação, acompanhamento de execução e avaliação;

IV - elaborar e divulgar calendários de chamadas públicas de outros instrumentos de seleção de propostas para ações dos fundos setoriais; e

V - promover e coordenar a articulação com as agências do Ministério e entidades relacionadas com as atividades dos fundos setoriais.

Art. 9º À Assessoria de Captação de Recursos compete:

I - assessorar a Secretaria-Executiva nos assuntos relacionados com a captação de recursos técnicos, materiais e financeiros, destinados a programas e projetos de desenvolvimento científico e tecnológico;

II - planejar, coordenar e supervisionar estudos visando o estabelecimento de normas e procedimentos para captação de recursos relativos à área de ciência e tecnologia;

III - identificar carências e fontes de recursos, promovendo articulações que viabilizem planos, programas, projetos ou ações consideradas prioritárias;

IV - identificar, cadastrar e manter contatos sistemáticos com organismos e instituições de âmbito nacional ou internacional, que possam induzir ou viabilizar a captação de recursos; e

V - elaborar estudos e diagnósticos de mercado e perfis de projetos, como instrumento de indução, apoio e orientação a potenciais investidores interessados na área de ciência e tecnologia.

Art. 10. À Assessoria de Assuntos Internacionais compete:

I - assessorar as diversas áreas do Ministério, unidades de pesquisa e entidades vinculadas nas atividades relacionadas com a cooperação e cumprimento de acordos internacionais relativos aos assuntos de ciência e tecnologia, especialmente os programas espacial, nuclear e de bens sensíveis;

II - supervisionar, coordenar e acompanhar a execução das atividades relacionadas com a cooperação internacional em ciência e tecnologia do Ministério, unidades de pesquisa e entidades vinculadas;

III - conceber e propor a realização de acordos bilaterais e multilaterais com organismos internacionais, entidades e governos estrangeiros destinados ao desenvolvimento científico e tecnológico de relevância econômica, social e estratégica para o País; e

IV - coordenar o controle do cumprimento dos acordos internacionais e a concessão de autorizações de importação e de exportação no âmbito de programas das áreas nuclear e de bens sensíveis.

Art. 11. À Consultoria Jurídica, órgão setorial da Advocacia-Geral da União, compete:

I - assessorar o Ministro de Estado em assuntos de natureza jurídica;

II - exercer a coordenação das atividades jurídicas do Ministério e das entidades vinculadas;

III - fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e dos demais atos normativos, a ser uniformemente seguida em sua área de atuação e coordenação, quando não houver orientação normativa do Advogado-Geral da União;

IV - elaborar estudos e preparar informações, por solicitação do Ministro de Estado;

V - assistir ao Ministro de Estado no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem por ele praticados ou já efetivados, e daqueles oriundos de órgãos ou entidades sob sua coordenação jurídica; e

VI - examinar, prévia e conclusivamente, no âmbito do Ministério:

a) os textos de edital de licitação, bem como os dos respectivos contratos ou instrumentos congêneres, a serem publicados e celebrados; e

b) os atos pelos quais se vá reconhecer a inexigibilidade, ou decidir a dispensa de licitação.

Seção II
Dos Órgãos Específicos Singulares

Art. 12. À Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento compete:

I - propor ao Ministro de Estado a criação, alteração ou extinção de políticas e programas visando ao desenvolvimento científico, tecnológico e da inovação no País, em sua área de atuação;

II - implantar e gerenciar políticas e programas visando ao desenvolvimento científico, tecnológico e da inovação no País nas áreas de Ciências Exatas, das Engenharias, da Terra e da Vida, em especial em Biotecnologia e Saúde;

III - implantar e gerenciar políticas e programas visando ao desenvolvimento científico, tecnológico e da inovação no País em áreas de interesse estratégico para o levantamento e aproveitamento sustentável do patrimônio nacional, em especial em Biodiversidade, Ecossistemas, Meteorologia, Climatologia e Hidrologia, Ciências do Mar, Antártica, Mecanismos de Desenvolvimento Limpo e Mudanças Climáticas Globais;

IV - implantar e gerenciar políticas e programas visando à atração de novos talentos e à formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento científico, tecnológico e da inovação no País, em suas áreas de atuação;

V - implantar e gerenciar políticas e programas visando ao desenvolvimento científico, tecnológico e da inovação regionalmente equilibrado e a aplicação de tecnologias modernas à solução de problemas sociais, em suas áreas de atuação;

VI - implantar, coordenar e acompanhar políticas e programas de estímulo e apoio às pesquisas científicas e ao desenvolvimento de tecnologias necessárias à implementação de mecanismos institucionais de prospecção e monitoramento da evolução do progresso científico e tecnológico no País e no exterior, em especial em áreas de interesse estratégico para o desenvolvimento nacional;

VII - estabelecer, em articulação com a Secretaria-Executiva, metodologias de acompanhamento e avaliação da execução de políticas, programas, projetos e atividades, em suas áreas de atuação;

VIII - contribuir para a boa articulação e execução das políticas e programas do Ministério, colaborando com seus órgãos, agências de fomento, e unidades de pesquisa, bem como com outros Ministérios e agências, federais, estaduais ou municipais;

IX - interagir com entidades e órgãos, públicos e privados, nacionais, estrangeiros ou internacionais, para o desenvolvimento, acompanhamento e avaliação de políticas, programas e ações, em suas áreas de atuação;

X - participar da articulação de ações, em conjunto com outros órgãos do Ministério, com entidades governamentais ou privadas, em negociações de programas e projetos relacionados com a política nacional de ciência, tecnologia e inovação, junto às agências internacionais de desenvolvimento e cooperação, em suas áreas de atuação;

XI - colaborar com a Assessoria de Assuntos Internacionais e gerenciar, acompanhar e avaliar programas de cooperação internacional de desenvolvimento científico, tecnológico e da inovação, em suas áreas de atuação;

XII - assistir tecnicamente à Secretaria-Executiva na elaboração e revisões do plano plurianual e do orçamento anual, em suas áreas de atuação;

XIII - assistir tecnicamente aos órgãos colegiados do Ministério, em suas áreas de atuação; e

XIV - representar o Ministro de Estado em foros colegiados, nacionais e internacionais, em sua área de atuação.

Art. 13. Ao Departamento de Políticas e Programas Temáticos compete:

I - subsidiar a formulação de políticas e a definição de estratégias para a implementação de programas, projetos e atividades de fomento nas áreas de interesse estratégico, em especial em Biodiversidade, Ecossistemas, Meteorologia, Climatologia e Hidrologia, Ciências do Mar, Antártica, Mecanismos de Desenvolvimento Limpo e Mudanças Climáticas Globais, Ciências Exatas, das Engenharias, da Terra e da Vida, em especial em Biotecnologia e Saúde;

II - definir e propor metas e objetivos a serem alcançados na implementação de programas, projetos e atividades de pesquisa e desenvolvimento no âmbito de sua área de atuação;

III - acompanhar e coordenar as atividades relacionadas às políticas e estratégias para a implementação de programas científicos e de desenvolvimento de tecnologia necessários às atividades de prospecção científica da sua área de competência;

IV - planejar e coordenar a implementação de programas, projetos e atividades integradas de cooperação técnico-científica com organismos nacionais e internacionais e entidades privadas, em articulação com as demais unidades do Ministério;

V - participar da articulação de ações, em conjunto com outros órgãos do Ministério, com entidades governamentais e privadas, em negociações de programas e projetos afins relacionados com a política nacional de ciência e tecnologia, junto às agências internacionais de desenvolvimento e cooperação; e

VI - assistir tecnicamente aos órgãos colegiados na sua área de atuação.

Art. 14. À Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social compete:

I - propor, em articulação com outros órgãos públicos, políticas que viabilizem o desenvolvimento econômico, social e regional, especialmente da Amazônia e do Nordeste, e a difusão de conhecimentos e tecnologias apropriadas em comunidades carentes no meio rural e urbano;

II - elaborar programas destinados à difusão e à apropriação aos conhecimentos científicos e tecnológicos na sociedade em geral, e no sistema escolar e à aplicação de tecnologias apropriadas aos meios rural e urbano, visando ao desenvolvimento social e à difusão do conhecimento;

III - supervisionar e coordenar as ações do Ministério e das entidades vinculadas, visando à implementação de projetos articulados e necessários ao desenvolvimento do País, em atendimento às demandas municipais, estaduais, de instituições de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica;

IV - articular com órgãos e entidades, públicos e privados, o desenvolvimento de programas e ações, no âmbito de sua área de competência;

V - empreender a articulação do Ministério com outras entidades nos diversos níveis de governo e representativas dos diversos setores sociais, com vistas à difusão e à apropriação pelo público em geral e pelas instituições de ensino em particular, de conhecimentos científicos e tecnológicos, bem como de tecnologias por parte dos segmentos produtivos, desenvolvendo estratégias conjuntas que atendam às demandas sociais de conhecimento científicos e tecnológicos;

VI - subsidiar a formulação e a implementação de políticas de ciência e tecnologia voltadas para programas e ações destinadas ao desenvolvimento de arranjos produtivos locais, de cadeias produtivas regionais, de tecnologias apropriadas e de segurança alimentar e nutricional visando a inclusão social e a redução das desigualdades regionais; e

VII - acompanhar e avaliar a execução de programas, projetos e atividades na área de sua competência.

Art. 15. Ao Departamento de Popularização e Difusão da Ciência e Tecnologia compete:

I - subsidiar a formulação e implementação de políticas, programas e a definição de estratégias à popularização e à difusão ampla de conhecimentos científicos e tecnológicos;

II - propor e coordenar a execução de estudos e diagnósticos para subsidiar a formulação de políticas e programas que permitam às diversas instâncias sociais e às instituições de ensino em particular, a se apropriarem dos conhecimentos disponíveis nos diversos campos das ciências;

III - planejar e coordenar o desenvolvimento de programas, projetos e atividades integradas de cooperação com organismos nacionais, internacionais e entidades privadas, com vistas à difusão e à aplicação dos conhecimentos técnico-científicos nas diversas instâncias sociais e nas instituições de ensino em geral;

IV - definir e acompanhar as metas e os resultados a serem alcançados na implementação de programas, projetos e atividades afetos a sua área de competência;

V - articular ações e colaborar com entidades governamentais e privadas, em negociações de programas e projetos relacionados com a política nacional para o setor;

VI - estimular ações de desenvolvimento de programas voltados à educação científica e à divulgação científica e tecnológica à distância, para pesquisas sobre divulgação científica e sobre a percepção pública da ciência e tecnologia, bem como para o compartilhamento de recursos didáticos no âmbito das instituições de ensino e de outros organismos científico-culturais, entre outras atividades com este fim; e

VII - articular ações com entidades governamentais e privadas, nacionais e internacionais, para a efetiva difusão e apropriação dos conhecimentos científicos e tecnológicos na sociedade.

Art. 16. Ao Departamento de Ações Regionais para Inclusão Social compete:

I - subsidiar a formulação e implementação de políticas, programas e ações voltadas ao desenvolvimento e à difusão de arranjos produtivos locais de cadeias produtivas regionais e de tecnologias apropriadas;

II - definir estratégias destinadas ao desenvolvimento e à difusão de arranjos produtivos locais, cadeias produtivas regionais e de tecnologias apropriadas, focadas na realidade social, econômica, cultural, ambiental e regional das comunidades produtivas nos meios rural e urbano, em articulação com outras entidades governamentais e privadas;

III - propor e coordenar a execução de estudos e diagnósticos para subsidiar a formulação de políticas, programas e ações voltadas à difusão da informação sobre arranjos produtivos locais, cadeias produtivas regionais e tecnologias apropriadas, considerando as condições sociais, econômicas, culturais, ambientais e regionais das comunidades a que se destinam;

IV - planejar e coordenar o desenvolvimento de programas, projetos e ações integradas de cooperação com organismos nacionais, internacionais e entidades privadas na sua área de competência;

V - definir e acompanhar as metas e resultados a serem alcançados na implementação de programas, projetos e ações afetos a sua área de competência;

VI - articular ações e colaborar com entidades governamentais e privadas, em negociações de programas e projetos relacionados à adaptação de conhecimentos e tecnologias com vistas à melhoria da produtividade de comunidades carentes no meio rural e urbano, de acordo com a política nacional para o setor produtivo;

VII - apoiar o uso de tecnologias apropriadas em cooperativas de setores produtivos, no âmbito de programas municipais, estaduais e regionais;

VIII - articular ações com entidades governamentais e privadas, nacionais e internacionais, para o efetivo desenvolvimento e difusão de arranjos produtivos locais, cadeias produtivas regionais, tecnologias apropriadas, e à apropriação dos conhecimentos técnico-científicos na sociedade; e

IX - supervisionar, monitorar e avaliar os programas, projetos e ações na área de sua competência.

Art. 17. À Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação compete:

I - propor, coordenar e acompanhar a política nacional de desenvolvimento tecnológico, compreendendo, em especial, ações e programas voltados para a capacitação tecnológica da empresa brasileira;

II - conceber e propor a criação de programas de desenvolvimento tecnológico de relevância econômica, social e estratégica para o País;

III - coordenar e supervisionar os programas de incentivos fiscais e financiamentos para o desenvolvimento tecnológico e de formação de recursos humanos respectivos;

IV - interagir com órgãos e entidades, públicos e privados, estratégicos para o desenvolvimento de ações e programas, no âmbito de sua área de competência; e

V - coordenar ações e estudos que subsidiem a formulação e implementação de políticas de estímulo e programas de desenvolvimento, visando a capacitação tecnológica, a atração de investimentos produtivos, o desenvolvimento industrial, a qualidade, a produtividade e a competitividade do setor das tecnologias da informação.

Art. 18. À Secretaria de Política de Informática compete:

I - propor, coordenar e acompanhar as medidas necessárias à execução da política nacional de informática e automação;

II - propor, coordenar e acompanhar as medidas necessárias à execução das políticas para o desenvolvimento do setor de **software** e serviços relacionados no País;

III - propor, coordenar e acompanhar as ações necessárias para o desenvolvimento da Internet e do comércio eletrônico no País, em conjunto com outros órgãos do Governo;

IV - colaborar com os diversos órgãos das esferas pública e privada, visando o ingresso do País na Sociedade da Informação;

V - participar, no contexto internacional, das ações que visem o desenvolvimento das tecnologias da informação, da Internet e do comércio eletrônico e seus reflexos, com o aumento da participação do País no cenário das novas sociedades da informação;

VI - analisar e dar parecer às propostas de concessão de incentivos fiscais a projetos do setor de informática e automação;

VII - articular a elaboração dos planos nacionais de informática e automação a serem submetidos ao Conselho Nacional de Informática e Automação; e

VIII - assistir tecnicamente aos órgãos colegiados na sua área de atuação.

Art. 19. Ao Departamento de Políticas e Programas Setoriais em Tecnologia da Informática e Comunicação compete:

I - subsidiar a formulação de políticas e a definição de estratégias para a implantação de programas setoriais, projetos e atividades e acompanhar as medidas necessárias à execução da política nacional de informática e automação;

II - planejar e coordenar a implementação de programas, projetos e atividades integradas de cooperação técnico-científicas com organismos nacionais e internacionais e entidades privadas, em articulação com as demais unidades do Ministério;

III - participar da articulação de ações, em conjunto com outros órgãos do Ministério, com entidades governamentais e privadas, em negociações de programas e projetos afins relacionados com a política nacional de informática e automação;

IV - participar, no contexto internacional, das ações que visem o desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação, da propriedade intelectual, serviços, da Internet e do comércio eletrônico e seus reflexos, com o aumento da participação do País no cenário das novas sociedades da informação; e

V - assistir tecnicamente aos órgãos colegiados na sua área de atuação.

Seção III
Das Unidades de Pesquisa

Art. 20. Ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia compete gerar e disseminar conhecimentos e tecnologias e capacitar recursos humanos para o desenvolvimento da Amazônia.

Art. 21. Ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais compete realizar pesquisas científicas, desenvolvimento tecnológico, atividades operacionais e capacitação de recursos humanos, nos campos da Ciência Espacial e da Atmosfera, da Observação da Terra, da Previsão de Tempo e Estudos Climáticos, e da Engenharia e Tecnologia Espacial, e áreas do conhecimento correlatos, consoante a política definida pelo Ministério.

Art. 22. Ao Instituto Nacional de Tecnologia compete desenvolver e transferir tecnologias, e executar serviços técnicos, para o desenvolvimento sustentável do País, norteado pelo avanço do conhecimento em consonância com as políticas e estratégicas nacionais de ciência, tecnologia e inovação.

Art. 23. Ao Instituto Nacional do Semi-Árido compete:

I - promover, executar e divulgar estudos, pesquisas científicas e de desenvolvimento tecnológico, e formar e proporcionar a fixação de capacidades humanas para o semi-árido brasileiro;

II - realizar, propor e fomentar projetos e programas de pesquisa científica, estabelecendo os intercâmbios necessários com instituições regionais, nacionais e internacionais; e

III - subsidiar a formulação de políticas públicas visando ao desenvolvimento econômico-social e acompanhar e difundir o conhecimento relativo ao semi-árido brasileiro.

Art. 24. Ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia compete promover a competência e o desenvolvimento de recursos e infra-estrutura de informação científica e tecnológica para a produção, a socialização e a integração do conhecimento científico-tecnológico.

Art. 25. Ao Centro de Pesquisas Renato Archer compete gerar, aplicar e disseminar conhecimentos em tecnologia da informação, em articulação com os agentes sócio-econômicos, promovendo inovações que atendam às necessidades da sociedade.

Art. 26. Ao Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas compete realizar pesquisa básica em Física e desenvolver suas aplicações, atuando como instituto nacional de Física do Ministério e pólo de investigação científica e formação, treinamento e aperfeiçoamento de pessoal científico.

Art. 27. Ao Centro de Tecnologia Mineral compete desenvolver tecnologia para o uso sustentável dos recursos minerais brasileiros.

Art. 28. Ao Laboratório Nacional de Astrofísica compete planejar, desenvolver, prover, operar e coordenar os meios e a infra-estrutura para fomentar, de forma cooperada, a astronomia observacional brasileira.

Art. 29. Ao Laboratório Nacional de Computação Científica compete:

I - realizar pesquisa e desenvolvimento em computação científica, em especial a criação e aplicação de modelos e métodos matemáticos e computacionais na solução de problemas científicos e tecnológicos;

II - desenvolver e gerenciar ambiente computacional de alto desempenho que atenda às necessidades do País; e

III - formar recursos humanos, promovendo transferência de tecnologia e inovação.

Art. 30. Ao Museu de Astronomia e Ciências Afins compete ampliar o acesso da sociedade ao conhecimento científico e tecnológico por meio da pesquisa, preservação de acervos e divulgação da história da ciência e da tecnologia no Brasil.

Art. 31. Ao Museu Paraense Emílio Goeldi compete realizar pesquisa, promover a inovação científica, formar recursos humanos, conservar acervos e comunicar conhecimentos nas áreas de ciências naturais e humanas relacionadas à Amazônia

Art. 32. Ao Observatório Nacional compete realizar pesquisa e desenvolvimento em Astronomia, Geofísica e Metrologia em Tempo e Freqüência, formar pesquisadores em seus cursos de pós-graduação, capacitar profissionais, coordenar projetos e atividades nacionais nessas áreas e gerar, manter e disseminar a Hora Legal Brasileira.

Seção IV
Das Unidades Descentralizadas

Art. 33 Às Representações Regionais compete coordenar, acompanhar e apoiar, na sua jurisdição, as ações desenvolvidas pelo Ministério, bem como dar assistência ao Gabinete do Ministro.

Seção V
Dos Órgãos Colegiados

Art. 34. Ao Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia - CCT cabe exercer as competências estabelecidas na Lei nº 9.257, de 9 de janeiro de 1996.

Art. 35. Ao Conselho Nacional de Informática e Automação - CONIN cabe exercer as competências estabelecidas na Lei nº 7.232, de 29 de outubro de 1984.

Art. 36. À Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio cabe exercer as competências estabelecidas no Decreto nº 1.752, de 20 de dezembro de 1995.

Art. 37. À Comissão de Coordenação das Atividades de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia - CMCH cabe coordenar a política nacional para o setor, conforme dispuser o regulamento.

CAPÍTULO IV
DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Seção I
Do Secretário-Executivo

Art. 38. Ao Secretário-Executivo incumbe:

I - coordenar, consolidar e submeter ao Ministro de Estado o plano de ação global do Ministério;

II - supervisionar e avaliar a execução dos projetos e atividades do Ministério;

III - supervisionar e coordenar a articulação dos órgãos do Ministério com os órgãos centrais dos sistemas afetos à área de competência da Secretaria-Executiva; e

IV - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas.

Seção II
Dos Secretários e dos demais Dirigentes

Art. 39. Aos Secretários incumbe planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades dos órgãos das respectivas Secretarias e exercer outras atribuições que lhes forem cometidas em regimento interno.

Parágrafo único. Incumbe, ainda, aos Secretários, exercer as atribuições que lhes forem expressamente delegadas, admitida a subdelegação a autoridade diretamente subordinada.

Art. 40. Ao Chefe de Gabinete do Ministro, ao Consultor Jurídico, aos Subsecretários, aos Diretores e aos demais dirigentes incumbe planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades das respectivas unidades e exercer outras atribuições que lhes forem cometidas em suas áreas de competência.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 41. Os dirigentes das unidades de pesquisa serão indicados pelo Ministro de Estado, a partir de listas tríplices apresentadas por comissões específicas de alto nível, compostas por pesquisadores científicos e tecnológicos, e nomeados na forma da legislação vigente.

Art. 42. Os regimentos internos definirão o detalhamento dos órgãos integrantes da estrutura regimental, as competências das respectivas unidades e as atribuições de seus dirigentes.

Art. 43. A Representação Regional do Ministério da Ciência e Tecnologia no Nordeste será instalada na área cedida pela Universidade Federal de Pernambuco à Comissão Nacional de Energia Nuclear.

Parágrafo único. Para fins de cumprimento do disposto no **caput**, o Ministério da Ciência e Tecnologia deverá proceder aos ajustes necessários para adaptação da cessão e assunção das responsabilidades de administração da área.

ANEXO II

a) QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA.

UNIDADE	CARGO/ FUNÇÃO/ Nº	DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇÃO	NE/ DAS/ FG
	4	Assessor Especial	102.5
	1	Assessor Especial de Controle Interno	102.5
	5	Assessor	102.4
	5	Assistente Técnico	102.1
GABINETE	1	Chefe de Gabinete	101.5
	1	Assessor Técnico	102.3
	1	Assistente	102.2
	3	Assistente Técnico	102.1
Coordenação-Geral de Administração	1	Coordenador-Geral	101.4
	3	Assistente Técnico	102.1
Divisão	2	Chefe	101.2
Coordenação-Geral da Secretaria do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação-Geral da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança	1	Coordenador-Geral	101.4
	1	Assistente	102.2
Coordenação-Geral do Cerimonial	1	Coordenador-Geral	101.4
Assessoria de Comunicação Social	1	Chefe de Assessoria	101.4
	2	Assistente	102.2
Assessoria Parlamentar	1	Chefe de Assessoria	101.4
	4	Assistente	102.2
	3	Assistente Técnico	102.1
SECRETARIA-EXECUTIVA	1	Secretário-Executivo	NE
	2	Assessor	102.4
	1	Assessor Técnico	102.3
	5	Assistente Técnico	102.1
Gabinete	1	Chefe	101.4
Divisão	2	Chefe	101.2
SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS UNIDADES DE PESQUISA	1	Subsecretário	101.5
	1	Assessor Técnico	102.3
	1	Assistente	102.2
	1	Assistente Técnico	102.1
Coordenação-Geral de Supervisão e Acompanhamento das Organizações Sociais	1	Coordenador-Geral	101.4
	1	Assistente Técnico	102.1
Coordenação-Geral das Unidades de Pesquisa	1	Coordenador-Geral	101.4
	1	Assistente	102.2
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO	1	Subsecretário	101.5
	1	Assessor	102.4
	1	Assistente	102.2
	35		FG-1
	10		FG-2
	9		FG-3
Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças	1	Coordenador-Geral	101.4
	1	Assistente Técnico	102.1
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Divisão	5	Chefe	101.2
Serviço	5	Chefe	101.1
Coordenação-Geral de Gestão e Inovação	1	Coordenação-Geral	101.4
	1	Assessor Técnico	102.3
Divisão	1	Chefe	101.2
Serviço	3	Chefe	101.1
Coordenação-Geral de Recursos Humanos	1	Coordenador-Geral	101.4
	2	Assistente Técnico	102.1
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Divisão	4	Chefe	101.2
Coordenação-Geral de Recursos Logísticos	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Divisão	6	Chefe	101.2
Serviço	9	Chefe	101.1
Coordenação-Geral de Gestão da Tecnologia da Informação	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Divisão	2	Chefe	101.2
ASSESSORIA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES FINALÍSTICAS	1	Chefe de Assessoria	101.5
	2	Assessor Técnico	102.3
	3	Assistente Técnico	102.1
Coordenação-Geral de Indicadores	1	Coordenador-Geral	101.4

Coordenação-Geral de Programas	1	Coordenador-Geral	101.4
Divisão	1	Chefe	101.2
ASSESSORIA DE COORDENAÇÃO DOS FUNDOS SETORIAIS	1	Chefe de Assessoria	101.5
	3	Assistente	102.2
Coordenação-Geral de Apoio Técnico	1	Coordenador-Geral	101.4
ASSESSORIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS	1	Chefe de Assessoria	101.4
	1	Assessor Técnico	102.3
	2	Assistente Técnico	102.1
ASSESSORIA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS	1	Chefe de Assessoria	101.5
Serviço	1	Chefe	101.1
Coordenação-Geral de Cooperação Internacional	1	Coordenador-Geral	101.4
Divisão	2	Chefe	101.2
Coordenação-Geral de Bens Sensíveis	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	4	Coordenador	101.3
Coordenação-Geral de Assuntos Espaciais	1	Coordenação-Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Divisão	3	Divisão	101.2
CONSULTORIA JURÍDICA	1	Consultor Jurídico	101.5
	2	Assistente	102.2
Coordenação	4	Coordenador	101.3
Serviço	2	Chefe	101.1
SECRETARIA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO	1	Secretário	101.6
	1	Assessor	102.4
	1	Assessor Técnico	102.3
	2	Assistente	102.2
	1	Assistente Técnico	102.1
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Serviço	1	Chefe	101.1
Coordenação-Geral de Acompanhamento e Avaliação para Pesquisa	1	Coordenador-Geral	101.4
DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS TEMÁTICOS	1	Diretor	101.5
	2	Assessor Técnico	102.3
	4	Assistente	102.2
Coordenação-Geral de Gestão de Ecossistema	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação-Geral de Mudanças Globais de Clima	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação-Geral de Políticas e Programas em Biodiversidade	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação-Geral de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação-Geral de Biotecnologia e Saúde	1	Coordenador-Geral	101.4
SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA INCLUSÃO SOCIAL	1	Secretário	101.6
Serviço	1	Chefe	101.1
Coordenação-Geral de Acompanhamento da Execução de Projetos de Inclusão Social	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação-Geral de Pesquisa e Desenvolvimento da Segurança Alimentar e Nutricional	1	Coordenador-Geral	101.4
DEPARTAMENTO DE POPULARIZAÇÃO E DIFUSÃO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	1	Diretor	101.5
DEPARTAMENTO DE AÇÕES REGIONAIS PARA INCLUSÃO SOCIAL	1	Diretor	101.5
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO E INOVAÇÃO	1	Secretário	101.6
	1	Assessor Técnico	102.3
	2	Assistente	102.2
	1	Assistente Técnico	102.1
Serviço	1	Chefe	101.1
Coordenação-Geral de Tecnologias Setoriais	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	3	Coordenador	101.3
Coordenação-Geral de Inovação Tecnológica	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	3	Coordenador	101.3
Coordenação-Geral de Serviços Tecnológicos	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	3	Coordenador	101.3
Coordenação-Geral de Micro e Nanotecnologias	1	Coordenador-Geral	101.4
SECRETARIA DE POLÍTICA DE INFORMÁTICA	1	Secretário	101.6
	3	Assistente	102.2
	1	Assistente Técnico	102.1
Serviço	1	Chefe	101.1
DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS SETORIAIS EM TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	1	Diretor	101.5
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação	1	Coordenador-Geral	101.4
Divisão	2	Chefe	101.2
Coordenação-Geral de Serviços e Programas de Computador	1	Coordenador-Geral	101.4
Divisão	2	Chefe	101.2
Coordenação-Geral de Microeletrônica	1	Coordenador-Geral	101.4
INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA	1	Diretor	101.5
	2	Assessor Técnico	102.3
	2	Assistente	102.2
Gabinete	1	Chefe	101.3
Serviço	2	Chefe	101.1
	4		FG-1
	5		FG-2
	6		FG-3
Coordenação	17	Coordenador	101.3
Divisão	11	Chefe	101.2
Serviço	4	Chefe	101.1
INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS	1	Diretor	101.5
	1	Assessor Técnico	102.3
	1	Assistente	102.2
	1	Assistente Técnico	102.1
Gabinete	1	Chefe	101.3
	6	Assistente Intermediário	FG-1
	2	Assistente Intermediário	FG-2
	7	Assistente Intermediário	FG-3
Coordenação	7	Coordenador	101.3
Laboratório	1	Chefe	101.3
Centro	1	Chefe	101.3
Centro Regional	2	Chefe	101.2
Laboratório Associado	4	Chefe	101.2
Divisão	1	Chefe	101.2
Unidade Regional	2	Chefe	101.1
Serviço	12	Chefe	101.1
Setor	1	Chefe	FG-2

Coordenação-Geral de Ciências Espaciais e Atmosféricas	1	Coordenador-Geral	101.4
Divisão	3	Chefe	101.2
Serviço	1	Chefe	101.1
Setor	1	Chefe	FG-2
Coordenação-Geral de Observação da Terra	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Divisão	3	Chefe	101.2
Coordenação-Geral de Engenharia e Tecnologia Espacial	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	3	Coordenador	101.3
Divisão	4	Chefe	101.2
Serviço	3	Chefe	101.1
Setor	2	Chefe	FG-2
Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos	1	Coordenador-Geral	101.4
Divisão	4	Chefe	101.2
Serviço	2	Chefe	101.1
INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA	1	Diretor	101.5
	4		FG-1
	2		FG-2
	4		FG-3
Coordenação-Geral Regional	2	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	9	Coordenador	101.3
Divisão	20	Chefe	101.2
Serviço	1	Chefe	101.1
INSTITUTO NACIONAL DO SEMI-ÁRIDO	1	Diretor	101.5
	2	Assessor Técnico	102.3
	1	Assistente Técnico	102.1
INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA	1	Diretor	101.5
Coordenação	4	Coordenador	101.3
Divisão	6	Chefe	101.2
	4		FG-1
Coordenação-Geral de Tecnologias de Informação e Informática	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Divisão	3	Chefe	101.2
Coordenação-Geral de Pesquisa e Desenvolvimento de Novos Produtos	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	3	Coordenador	101.3
Divisão	2	Chefe	101.2
Coordenação-Geral de Pesquisa e Manutenção de Produtos Consolidados	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Divisão	1	Chefe	101.2
CENTRO DE PESQUISAS RENATO ARCHER	1	Diretor	101.5
	1	Assessor Técnico	102.3
Coordenação	3	Coordenador	101.3
	9		FG-1
	10		FG-2
	12		FG-3
Coordenação-Geral de Tecnologias da Informação	1	Coordenador-Geral	101.4
Divisão	10	Chefe	101.2
Coordenação-Geral de Aplicações da Informática	1	Coordenador-Geral	101.4
Divisão	10	Chefe	101.2
Coordenação-Geral de Administração	1	Coordenador-Geral	101.4
Divisão	5	Chefe	101.2
CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS	1	Coordenador	101.5
Coordenação	10		101.3
Serviço	4	Chefe	101.1
CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL	1	Diretor	101.4
Coordenação	6	Coordenador	101.3
Serviço	9	Chefe	101.1
	1		FG-1
LABORATÓRIO NACIONAL DE ASTROFÍSICA	1	Diretor	101.4
Coordenação	4	Coordenador	101.3
Serviço	2	Chefe	101.1
LABORATÓRIO NACIONAL DE COMPUTAÇÃO CIENTÍFICA	1	Diretor	101.5
Coordenação	6	Coordenador	101.3
Serviço	6	Chefe	101.1
	1		FG-1
	1		FG-2
MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS	1	Diretor	101.4
	2	Assistente Técnico	102.1
Coordenação	5	Coordenador	101.3
Serviço	9	Chefe	101.1
MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI	1	Diretor	101.4
	1	Assistente	102.1
Coordenação	10	Coordenador	101.3
Serviço	12	Chefe	101.1
OBSERVATÓRIO NACIONAL	1	Diretor	101.4
Coordenação	3	Coordenador	101.3
Divisão	6	Chefe	101.2
Serviço	7	Chefe	101.1
REPRESENTAÇÃO REGIONAL NO NORDESTE	1	Coordenador-Geral	101.4
	1	Assistente	102.2
	1	Assistente Técnico	102.1
Coordenação	1	Coordenador	101.3
REPRESENTAÇÃO REGIONAL NO SUDESTE	1	Coordenador-Geral	101.4
	1	Assistente Técnico	102.1
Coordenação	1	Coordenador	101.3

b) QUADRO RESUMO DE CUSTOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA.

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
		QTDE	VALOR TOTAL	QTDE	VALOR TOTAL
NE	6,56	1	6,56	1	6,56
DAS 101.6	6,15	4	24,60	4	24,60
DAS 101.5	5,16	16	82,56	19	98,04
DAS 101.4	3,98	55	218,90	55	218,90
DAS 101.3	1,28	126	161,28	129	165,12
DAS 101.2	1,14	127	144,78	127	144,78
DAS 101.1	1,00	99	99,00	101	101,00
DAS 102.5	5,16	7	36,12	5	25,80
DAS 102.4	3,98	9	35,82	9	35,82
DAS 102.3	1,28	18	23,04	17	21,76
DAS 102.2	1,14	31	35,34	31	35,34
DAS 102.1	1,00	39	39,00	38	38,00
SUBTOTAL 1		**532**	**907,00**	**536**	**915,72**
FG-1	0,20	64	12,80	64	12,80
FG-2	0,15	34	5,10	34	5,10
FG-3	0,12	38	4,56	38	4,56
SUBTOTAL 2		**136**	**22,46**	**136**	**22,46**
TOTAL (1+2)		**668**	**929,46**	**672**	**938,18**

ANEXO III

REMANEJAMENTO DE CARGOS

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	DA SEGES/MP P/ O MCT		DO MCT P/ A SEGES/MP	
		QTDE	VALOR TOTAL	QTDE	VALOR TOTAL
DAS 101.5	5,16	3	15,48	-	-
DAS 101.3	1,28	3	3,84	-	-
DAS 101.1	1,00	1	1,00	-	-
DAS 102.5	5,16	-	-	2	10,32
DAS 102.3	1,28	2	2,56	3	3,84
DAS 102.1	1,00	1	1,00	1	1,00
TOTAL		**10**	**23,88**	**6**	**15,16**

DECRETO Nº 5.887, DE 6 DE SETEMBRO DE 2006

Altera os arts. 313 e 374 do Decreto nº 4.543, de 26 de dezembro de 2002, que regulamenta a administração das atividades aduaneiras, e a fiscalização, o controle e a tributação das operações de comércio exterior.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 75, 76 e 93 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966,

D E C R E T A :

Art. 1º Os arts. 313 e 374 do Decreto nº 4.543, de 26 de dezembro de 2002, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 313. .....

.....

§ 5º Tratando-se de embarcação de esporte e recreio de turista estrangeiro, o prazo de que trata o § 2º poderá ser prorrogado por até dois anos, no total, contado da data de admissão da embarcação no regime, se o turista estrangeiro, dentro do prazo de vigência do regime, solicitar a prorrogação em virtude de sua ausência temporária do País.

§ 6º Na hipótese de que trata o § 5º, a autoridade aduaneira poderá autorizar a atracação ou depósito da embarcação em local não alfandegado de uso público, mediante prévia comprovação da comunicação do fato à Capitania dos Portos, ficando vedada sua utilização em qualquer atividade, ainda que prestada a título gratuito." (NR)

"Art. 374. .....

.....

Parágrafo único. A aplicação do regime poderá ser estendida a mercadorias a serem empregadas em desenvolvimento de produtos, em testes de funcionamento e resistência e em operações de renovação, recondicionamento, manutenção e reparo." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 6 de setembro de 2006; 185º da Independência e 118º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Guido Mantega

DECRETO Nº 5.888, DE 6 DE SETEMBRO DE 2006

Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Líbano sobre Cooperação na Área do Turismo, celebrado em Beirute, em 4 de dezembro de 2003.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e

Considerando que o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Líbano celebraram, em Beirute, em 4 de dezembro de 2003, um Acordo sobre Cooperação na Área do Turismo;

Considerando que o Congresso Nacional aprovou esse Acordo por meio do Decreto Legislativo nº 76, de 18 de abril de 2006;

Considerando que o Acordo entrou em vigor internacional em 15 de maio de 2006, nos termos do parágrafo 1 de seu Artigo 9;

D E C R E T A :

Art. 1º O Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Líbano sobre Cooperação na Área do Turismo, celebrado em Beirute, em 4 de dezembro de 2003, apenso por cópia ao presente Decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, inciso I, da Constituição, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 6 de setembro de 2006; 185º da Independência e 118º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Celso Luiz Nunes Amorim

ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA DO LÍBANO SOBRE COOPERAÇÃO NO CAMPO DO TURISMO

O Governo da República Federativa do Brasil
e
o Governo da República do Líbano
(doravante denominados "Partes"),

Desejosos de ampliar as relações amistosas mantidas entre os dois povos, fundadas na igualdade e no benefício recíproco;

Reconhecendo a importância do turismo como fator econômico de bem-estar para as nações e também como forma de desenvolver adicionalmente a ligação entre seus povos;

Considerando o Memorando de Entendimento para o início de negociações no campo da cooperação em turismo, firmado em 10 de junho de 2003,

Acordam o seguinte:

ARTIGO 1

As Partes incentivarão o desenvolvimento da cooperação entre autoridades de turismo, organizações e empresas, bem como promover o investimento no setor turístico de pessoas físicas e jurídicas de ambos os países.

ARTIGO 2

As Partes envidarão esforços para simplificar os procedimentos de emissão de vistos e demais formalidades para o incremento do intercâmbio turístico entre os dois países.

ARTIGO 3

As Partes incentivarão o desenvolvimento do intercâmbio de turistas e excursões de grupos especializados com o objetivo de participar de eventos esportivos e musicais, festivais de teatro, exibições, simpósios e congressos realizados na área de turismo.

ARTIGO 4

As Partes incentivarão a troca de estatísticas e informações no campo do turismo, incluindo:

a) legislação e regulamentação da atividade turística nos dois países;

b) legislação nacional sobre a proteção e preservação de riquezas naturais e culturais consideradas atrações turísticas;

c) resorts turísticos;

d) excelência no gerenciamento da hospitalidade; e

e) materiais promocionais e informativos.

ARTIGO 5

As Partes empenhar-se-ão, dentro de suas possibilidades, para prover capacitação profissional no campo do turismo, encorajar o intercâmbio de profissionais e jornalistas relacionados a turismo e viagens e promover o contato e atividades conjuntas entre as instituições de pesquisa de turismo do Líbano e do Brasil.

ARTIGO 6

As Partes coordenarão a cooperação entre suas administrações nacionais de turismo no âmbito da Organização Mundial de Turismo (WTO) e demais organismos internacionais de turismo.

ARTIGO 7

1.As Partes criarão um Grupo de Trabalho Conjunto sobre turismo, cujas responsabilidades serão coordenar e dar continuidade à implementação do presente acordo e elaborar propostas e programas com o objetivo de desenvolver a cooperação bilateral.

2.O Grupo de Trabalho Conjunto deverá reunir-se ao menos uma vez a cada dois anos e, quando a situação exigir, por convocação dos presidentes das duas delegações nacionais.

3.As reuniões do Grupo de Trabalho Conjunto serão presididas pelo presidente da delegação do país que sediar a reunião.

4.As reuniões do Grupo de Trabalho Conjunto serão realizadas alternadamente em um dos dois países e em data a ser definida pelos presidentes das delegações nacionais.

ARTIGO 8

As Partes intercambiarão informações e resultados de pesquisas e projetos realizados no âmbito do "Combate à Exploração do Turismo Sexual Infanto-Juvenil", segundo recomendações da Organização Mundial do Turismo, tendo por base a "Declaração de San Vicente para a Proteção dos Menores contra a Exploração pelo Turismo Sexual" (Valle D'Aosta, Itália, abril de 1995)

ARTIGO 9

1.O presente Acordo entrará em vigor na data do recebimento da segunda Nota diplomática pela qual uma das Partes informa à outra do cumprimento dos requisitos legais internos para sua aprovação.

2.O Acordo terá vigência de cinco anos e sua validade será automaticamente prorrogada por período subseqüente de igual duração, salvo se uma das Partes manifestar sua intenção de o denunciar, por via diplomática. A denúncia surtirá efeito seis meses após o recebimento da notificação.

3.Os programas e projetos desenvolvidos durante a vigência do Acordo continuarão válidos mesmo após sua denúncia, salvo quando as Partes dispuserem em contrário.

Firmado em Beirute, em 4 de dezembro de 2003, em duas vias originais, nos idiomas português, árabe e inglês, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de divergência de interpretação, o texto em inglês prevalecerá.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL
Walfrido Mares Guia
Ministro do Turismo

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
DO LÍBANO
Ali Hussein Abdallah
Ministro do Turismo

DECRETO Nº 5.889, DE 6 DE SETEMBRO DE 2006

Promulga o Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Barbados, celebrado em Brasília, em 5 de outubro de 2004.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e

Considerando que o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Barbados celebraram em Brasília, em 5 de outubro de 2004, um Acordo de Cooperação Educacional;

Considerando que o Congresso Nacional aprovou esse Acordo por meio do Decreto Legislativo nº 78, de 18 de abril de 2006;

Considerando que o Acordo entrou em vigor internacional em 26 de abril de 2006, nos termos do parágrafo 1 seu Artigo 9;

D E C R E T A :

Art. 1º O Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Barbados, celebrado em Brasília, em 5 de outubro de 2004, apenso por cópia ao presente Decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, inciso I, da Constituição, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 6 de setembro de 2006; 185º da Independência e 118º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Celso Luiz Nunes Amorim

ACORDO DE COOPERAÇÃO EDUCACIONAL ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DE BARBADOS

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo de Barbados
(doravante denominados "Partes"),

Reconhecendo que a cooperação educacional contribuirá significativamente para o entendimento mútuo entre as nações;

Conscientes de que o acelerado desenvolvimento científico e tecnológico global requer recursos humanos capazes de responder aos desafios criados pelas transformações produtivas, e

Almejando incrementar a cooperação educacional e interuniversitária entre si, fortalecendo a amizade que une o Brasil e Barbados, bem como contribuir para a consolidação da democracia,

Resolvem celebrar um Acordo no campo educacional, nos seguintes termos:

ARTIGO 1

As Partes comprometem-se a desenvolver as relações entre os dois países no âmbito da cooperação educacional, de modo a contribuir para o melhor conhecimento das atividades no setor, observadas as respectivas legislações nacionais.

ARTIGO 2

O presente Acordo, sem prejuízo de convênios firmados diretamente entre instituições de ensino e/ou outras entidades afins de ambos os países, no setor público ou privado, tem como objetivos:

a) o fortalecimento da cooperação educacional, especialmente em educação superior e interuniversitária;

b) a formação e o aperfeiçoamento de docentes e pesquisadores;

c) o intercâmbio de informações e experiências no campo educacional;

d) o estabelecimento de mecanismos de cooperação e troca de experiências na área de ensino à distância;

e) o estabelecimento de mecanismos de cooperação na área do ensino técnico-profissionalizante;

f) o fortalecimento da cooperação entre equipes universitárias de pesquisa; e

g) o incremento da produção científica.

ARTIGO 3

As Partes procurarão alcançar os objetivos previstos no Artigo 2, promovendo o desenvolvimento de atividades de cooperação nos diferentes níveis e modalidades de ensino, por meio de:

a) intercâmbio de missões de docentes e de pesquisadores, de dirigentes e de estudantes, de curta ou longa duração, para desenvolvimento de atividades acordadas previamente entre instituições de ensino superior;

b) intercâmbio de docentes e de pesquisadores para a realização de cursos de pós- graduação em instituições de ensino superior;

c) intercâmbio de técnicos, especialistas e dirigentes com a finalidade de aprofundar o conhecimento recíproco dos respectivos sistemas de ensino fundamental, médio e profissional, programas e métodos didáticos;

d) intercâmbio e/ou elaboração conjunta de materiais educativos e de informações, sobre metodologias, resultados e avaliações;

e) intercâmbio de alunos e professores por meio de convênios entre instituições de ensino médio e profissional;

f) intercâmbio de discentes de ensino superior nas diferentes áreas do conhecimento;

g) apoio técnico e assessoria em projetos de treinamento e especialização de professores;

h) elaboração e execução conjunta de projetos e pesquisas em áreas a serem posteriormente acordadas; e

i) troca de documentação e publicação dos resultados das pesquisas realizadas conjuntamente.

ARTIGO 4

Cada Parte procurará incentivar iniciativas e projetos de interesse comum de instituições educacionais para o ensino e difusão de sua cultura e linguagem no território da outra Parte.

ARTIGO 5

As Partes procurarão estabelecer facilidades a estudantes e pesquisadores para o aperfeiçoamento acadêmico ou profissional.

ARTIGO 6

1.As Partes, por intermédio de suas instâncias governamentais competentes e, respeitando as legislações nacionais, deverão garantir o reconhecimento dos estudos de nível fundamental e médio, ou de seus equivalentes na área de educação formal, para que estudantes de uma Parte possam continuar seus estudos em instituições competentes da outra Parte.

2.Os certificados de conclusão de estudos correspondentes aos níveis fundamental e médio deverão ser devidamente traduzidos e legalizados pela autoridade consular competente. Serão aceitos o "histórico escolar", no caso brasileiro, e o "School Record", no caso barbadiano.

ARTIGO 7

1.O reconhecimento e/ou revalidação de diplomas e títulos acadêmicos outorgados por instituições de ensino superior de cada uma das Partes estará sujeito à legislação do país em que for solicitado/a.

2.Para fins exclusivos de ingresso em cursos de pós-graduação, os diplomas de nível superior deverão ser expedidos por instituições de ensino superior oficialmente registradas e, para serem efetivos, estes diplomas devem ser devidamente traduzidos e legalizados pela autoridade consular competente.

ARTIGO 8

As Partes definirão, por instrumentos adequados e conforme permitir sua legislação nacional, as modalidades de financiamento das atividades previstas neste Acordo.

ARTIGO 9

1.O presente Acordo entrará em vigor na data de recebimento da segunda Nota em que as Partes comunicarem o cumprimento dos respectivos requisitos legais internos para sua entrada em vigor.

2.O presente Acordo terá duração indeterminada, salvo se qualquer das Partes providenciar notificação escrita de sua intenção de denunciar o Acordo, o que terá efeito seis (6) meses após o recebimento de notificação de denúncia recebida por via diplomática.

3.A denúncia do presente Acordo não afetará os programas em execução, exceto se as Partes convierem de outro modo.

4.O presente Acordo poderá ser emendado ou modificado mediante entendimento entre as Partes. As Emendas ou modificações entrarão em vigor na data de recebimento da segunda Nota em que as Partes comunicarem o cumprimento dos respectivos requisitos legais internos para sua entrada em vigor.

Feito em Brasília, aos 5 dias do mês de outubro de 2004, em dois exemplares originais, nos idiomas português e inglês, sendo todos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Celso Amorim
Ministro das Relações Exteriores

PELO GOVERNO DE BARBADOS
Billie Miller
Ministra dos Negócios Estrangeiros e do Comércio Externo

DECRETO Nº 5.890, DE 6 DE SETEMBRO DE 2006

Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre a Isenção Parcial de Vistos para Portadores de Passaportes Comuns, celebrado em Zagreb, em 25 de fevereiro de 2005.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e

Considerando que o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia celebraram em Zagreb, em 25 de fevereiro de 2005, um Acordo sobre a Isenção Parcial de Vistos para Portadores de Passaportes Comuns;

Considerando que o Congresso Nacional aprovou esse Acordo por meio do Decreto Legislativo nº 305, de 13 de julho de 2006;

Considerando que o Acordo entrou em vigor no plano internacional em 17 de agosto de 2006, nos termos do parágrafo 1º de seu Artigo 8;

D E C R E T A :

Art. 1º O Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre a Isenção Parcial de Vistos para Portadores de Passaportes Comuns, celebrado em Zagreb, em 25 de fevereiro de 2005, apenso por cópia ao presente Decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, inciso I, da Constituição, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 6 de setembro de 2006; 185º da Independência e 118º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Celso Luiz Nunes Amorim

ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA CROÁCIA SOBRE A ISENÇÃO PARCIAL DE VISTOS PARA PORTADORES DE PASSAPORTES COMUNS

O Governo da República Federativa do Brasil
e
O Governo da República da Croácia
(doravante denominados "Partes Contratantes"),

Considerando o interesse em fortalecer as relações de amizade existentes e o desejo de facilitar a entrada de nacionais de um dos países no território do outro,

Acordam o seguinte:

ARTIGO 1

1.Nacionais da República Federativa do Brasil, portadores de passaportes comuns válidos, estarão isentos de Visto para entrar, permanecer e sair do território da República da Croácia com o propósito de turismo, trânsito ou negócios, desde que uma única estada ou múltiplas estadas sucessivas não excedam 90 (noventa) dias, durante um período de 6 (seis) meses contados da data da primeira entrada.

2.Nacionais da República da Croácia, portadores de passaportes comuns válidos, estarão isentos de Visto para entrar, permanecer e sair do território da República Federativa do Brasil com o propósito de turismo, trânsito ou negócios, por um período que não exceda 90 (noventa) dias, renovável desde que a duração total da estada não exceda 180 (cento e oitenta) dias por ano.

3.Visita de negócios fica aqui entendida como visita levada a cabo para os propósitos de deliberação durante a qual os nacionais de uma Parte Contratante não estejam empregados no território da outra Parte Contratante.

4.Nacionais das Partes Contratantes, portadores de passaportes comuns válidos, que pretendam permanecer no território da outra Parte Contratante mais do que os períodos previstos nos parágrafos 1 e 2 deste Artigo, ou pretendam engajar-se em atividades remuneradas devem obter Visto ou outra autorização necessária com antecedência, de conformidade com suas respectivas legislações.

ARTIGO 2

Nacionais de cada uma das Partes Contratantes, portadores de passaportes comuns válidos, poderão entrar, transitar e sair do território da outra Parte Contratante por todos os pontos de fronteira abertos ao tráfego internacional de passageiros.

ARTIGO 3

1.A isenção de visto introduzida pelo presente Acordo não isenta os nacionais das Partes Contratantes da obrigação de cumprir as leis e regulamentos vigentes no território da outra Parte Contratante relativos à entrada, permanência e saída de estrangeiros.

2.As Partes Contratantes devem, tão logo quanto possível, mutuamente informar-se, por canais diplomáticos, a respeito de qualquer alteração nas suas respectivas leis e regulamentos concernentes a entrada, permanência e saída de estrangeiros.

ARTIGO 4

As Partes Contratantes devem readmitir seus nacionais aos territórios de seus respectivos Estados sem formalidades ou despesas adicionais.

ARTIGO 5

Este Acordo não limita o direito de qualquer das Partes Contratantes de negar a entrada ou reduzir a estada de nacionais da outra Parte Contratante considerados indesejáveis.

ARTIGO 6

Por motivos de segurança nacional, ordem ou saúde pública, qualquer das Partes Contratantes poderá suspender temporariamente a aplicação deste Acordo no todo ou em parte. Tal suspensão, antecipadamente ou já em vigor, deverá ser notificada à outra Parte Contratante, no mais breve prazo possível, através de canais diplomáticos.

ARTIGO 7

1.As Partes Contratantes intercambiarão, por via diplomática, espécimes de seus passaportes comuns válidos e documentos de viagem em não mais do que 30 (trinta) dias depois da assinatura deste Acordo.

2.Caso haja modificação dos passaportes comuns, as Partes Contratantes intercambiarão seus novos espécimes acompanhados de informação detalhada sobre seu uso, por canais diplomáticos, em não mais do que 30 (trinta) dias antes de sua aplicação.

ARTIGO 8

1.Este Acordo será válido por tempo indefinido e entrará em vigor 30 (trinta) dias depois da data da última Nota diplomática, pela qual as Partes Contratantes se informam mutuamente a respeito do cumprimento das formalidades internas para sua entrada em vigor.

2.Este Acordo poderá ser emendado caso ambas as Partes Contratantes assim desejem; as emendas entrarão em vigor conforme se menciona no parágrafo 1 deste Artigo.

3.Ambas as Partes Contratantes poderão denunciar este Acordo, por canais diplomáticos. A denúncia terá efeito 90 (noventa) dias após o recebimento da notificação pela outra Parte Contratante.

Feito em Zagreb em 25 de fevereiro de 2005, em dois exemplares originais, nos idiomas Português, Croata e Inglês, todos os textos igualmente autênticos. Em caso de qualquer divergência de interpretação, prevalecerá o texto em Inglês.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL
CELSO MARCOS VIEIRA DE SOUZA
Embaixador em Viena

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
DA CROÁCIA
ZORAN JASIC
Embaixador da Croácia em Viena

RETIFICAÇÃO

DECRETO Nº 5.848, DE 18 DE JULHO DE 2006

Aprova a Estrutura Regimental, o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Gratificações de Exercício em Cargo de Confiança do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, e dá outras providências.

(Publicado no Diário Oficial da União de 19 de julho de 2006, Seção 1)

No quadro "b" do Anexo II,

onde se lê:

"CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	SITUAÇÃO ATUAL	
		QTDE.	VALOR TOTAL
DAS 102.3	1,28	34	5,12"

leia-se:

"CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	SITUAÇÃO ATUAL	
		QTDE.	VALOR TOTAL
DAS 102.3	1,28	4	5,12"

DECRETO Nº 5.870, DE 8 DE AGOSTO DE 2006

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, das Funções Gratificadas e das Funções Comissionadas do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, e dá outras providências.

(Publicado no Diário Oficial da União de 9 de agosto de 2006, Seção 1)

No Anexo III,

onde se lê: "REMANEJAMENTO DE CARGOS E FUNÇÕES

Saldo do Remanejamento (a-b)	**1.318**	**1.217,64"**

leia-se:"REMANEJAMENTO DE CARGOS

Saldo do Remanejamento (a-b)	**-9**	**-12,22"**

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 775, de 6 de setembro de 2006. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento do Mandado de Injunção nº 738.

Nº 776, de 6 de setembro de 2006. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3352.

Nº 777, de 6 de setembro de 2006. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento do Mandado de Segurança nº 26.092.

CASA CIVIL

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 627, DE 6 DE SETEMBRO DE 2006

Dá nova redação aos arts. 4º e 5º da Portaria Interministerial nº 273, de 17 de abril de 2006, dos Ministros de Estado Chefes da Casa Civil e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, que dispõe sobre os modelos, as características e os demais critérios para a emissão e o uso do cartão de identidade funcional para os agentes públicos militares e civis em exercício em órgãos da Presidência e Vice-Presidência da República, que desempenhem suas atividades regulares nas dependências dos palácios presidenciais, residências, representações ou escritórios da Presidência e Vice-Presidência da República.

OS MINISTROS DE ESTADO CHEFES DA CASA CIVIL E DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhes confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 2º do Decreto nº 5.703, de 15 de fevereiro de 2006,

RESOLVEM :

Art. 1º Os arts. 4º e 5º da Portaria Interministerial nº 273, de 17 de abril de 2006, dos Ministros de Estado Chefes da Casa Civil e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º O cartão de identidade funcional terá validade de cinco anos, contados da data de sua emissão, ressalvado o disposto no art. 5º." (NR)

"Art. 5º A aposentadoria, exoneração, demissão ou qualquer forma de cessação do exercício do agente público militar ou civil da Presidência ou Vice-Presidência da República, que desempenha suas atividades regulares nas dependências dos palácios presidenciais, residências, representações ou escritórios da Presidência e Vice-Presidência da República, torna nulo, de pleno direito, o cartão de identidade funcional expedido, bem como obrigatória sua restituição ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

....." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DILMA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

JORGE ARMANDO FELIX
Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE

Entidade candidata: AR SRF-Funcionários, vinculada à AC SERPRO SRF

Processo nº: 00100.000016/2003-45.

Acolhe-se o memorando Nº 132/2006-DAFN/ITI de 06/09/2006, apresentado pela Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização que manifesta a sua concordância com os termos do Parecer PRELIMINAR AUDIT-ITI nº 057/2006, e opina pelo deferimento do pedido de autorização de funcionamento de 12 (doze) instalações técnicas da AR SRF FUNCIONÁRIOS vinculada a AC SERPRO SRF, conforme relação abaixo, para emissão de certificados de pessoas físicas, em relação a Política de Certificado A3. Intime-se. Em 06 de setembro 2006.

Local	Endereço
Superintendência Regional da Receita Federal - 4ª Região Fiscal	AV. ANTÔNIO DE GÓES, 449 3o. ANDAR - BAIRRO PINA - RECIFE - PE.
Alfândega do Aeroporto Internacional de Belém	AV. JÚLIO CÉSAR, S/N AEROPORTO INTERNACIONAL DE BELÉM - BAIRRO VAL-DE-CANS - BELÉM - PA.
Delegacia da Receita Federal em Juiz de Fora	AV. RIO BRANCO, 372 - BAIRRO MANUEL HONÓRIO - JUIZ DE FORA - MG.
Delegacia da Receita Federal em Campos dos Goytacazes	AV RUI BARBOSA, 975 - CENTRO - CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ.
Delegacia da Receita Federal em Recife	AV. ALFREDO LISBOA, 1.152 - 6o. ANDAR - RECIFE - PE.
Delegacia da Receita Federal em Maceió	RUA SÁ E ALBUQUERQUE, 541 - BAIRRO JARAGUÁ - MACÉIO - AL.
Delegacia da Receita Federal de Administração Tributária em São Paulo	AV. PRESTES MAIA, 733 - 7o. ANDAR, SALA 722 SÃO PAULO - SP.
Delegacia da Receita Federal em Santo Ângelo	AV. BRASIL, 1.400 - CENTRO - SANTO ÂNGELO - RS.
Delegacia da Receita Federal em Foz do Iguaçu	AV. PARANÁ, 1227 - CENTRO - FOZ DO IGUAÇU - PR.
Delegacia da Receita Federal em Contagem	AV. JOSÉ FARIA DA ROCHA, 5531 - BAIRRO ELDORADO - CONTAGEM - MG
Delegacia da Receita Federal de Julgamento em São Paulo II	AV. PRESTES MAIA, 733 - 7º ANDAR SALA 722 - BAIRRO LUZ - SÃO PAULO - SP
Delegacia Especial de Instituições Financeiras de São Paulo	AV. AVANHANDAVA, 55, 4 ANDAR - BAIRRO BELA VISTA - SÃO PAULO- SP

RENATO DA SILVEIRA MARTINI

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

PORTARIA Nº 841, DE 6 DE SETEMBRO DE 2006

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e XVIII do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e tendo em vista os Editais do Conselho Superior da Advocacia-Geral da União n° 22/CSAGU, de 13 de julho de 2006, n° 27/CSAGU, de 7 de agosto de 2006 e n° 28/CSAGU, de 18 de agosto de 2006, que retificaram, pelas razões que mencionam, os resultados finais do concurso público para provimento de cargos efetivos de Advogado da União de 2ª. Categoria, da respectiva carreira da Advocacia-Geral da União, resolve:

Art. 1° Retificar, na forma dos anexos desta Portaria, os anexos da Portaria n° 623/AGU, de 29 de junho de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 30 de junho de 2006, Seção 1, págs. 124 a 127.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALVARO AUGUSTO RIBEIRO COSTA

ANEXO I

Candidatos aprovados e classificados dentro do número de vagas oferecidas no certame

Classificação	Inscrição	Nome	Nota
1	00000448	RAFAEL FIGUEIREDO FULGENCIO	75.34
2	00004875	JULIANA HORLLE PEREIRA	73.68
3	00011962	HERCILIO FERRARI NETO	72.37
4	00000256	ISABELA MARQUES SEIXAS	72.18
5	00000057	BERNARDO ALVES DA SILVA JUNIOR	71.55
6	00001282	MARINA SELOS FERREIRA	71.33
7	12201555	EDSON ROBERTO CELLEGHIM	70.52
8	00000549	JOAO PAULO ALEXANDRE DOS SANTOS	70.50
9	00003298	HUDSON MACHADO GUIMARÃES	70.45
10	00003490	WESLEY SCHNEIDER COLLYER	70.27
11	00006541	MARCELLE DE OLIVEIRA ALENCAR	70.14
12	00014239	DAVID SCHIAVONI MILLER	70.00
13	00005210	ILIA FREIRE FERNANDES BORGES	69.77
14	00004152	MARCELO RISSI	69.73
15	00004378	TARCÍSIO CORRÊA MONTE	69.66
16	00000067	MARILENE BRODZINSKI ANDERSON	69.59
17	00000481	HENRIQUE AUGUSTO FIGUEIREDO FULGÊNCIO	69.21
18	00004996	DANIEL CESAR AZEREDO AVELINO	68.69
19	00002292	MARIA PAULA AMORIM DE BARROS LIMA	68.59
20	00003419	BRUNO LOPES MADDARENA	68.52
21	00010419	RAFAEL FRANKLIN CAMPOS E SOUZA	68.49
22	00003057	RAFAEL RIBEIRO RAYOL	68.37
23	00005793	CARLOS ANDRE STUDART PEREIRA	68.37
24	00010718	TIAGO MACEDO CLARK	68.36

Candidato aprovado e classificado nas vagas oferecidas no certame, que se declarou portador de deficiência

1	00003580	RICARDO LUSTOSA PIERRE	63.22

ANEXO II

Candidatos aprovados e não classificados dentro do número de vagas oferecidas no certame

Classificação	Inscrição	Nome	Nota
25	00008910	RICARDO RODRIGUES AL ALAM	68.08
26	00004744	JOSE GUILHERME BARBOSA DE OLIVEIRA	68.08
27	00009346	PAULO ROBERTO MAGALHAES DE CASTRO WANDERLEY	68.05
28	00011276	ARIANE DA SILVA OLIVEIRA	68.01
29	00001580	FÁBIO CONRADO LOULA	68.00
30	00012088	BRUNO SACRAMENTO SANTOS SILVA	67.94
31	00002105	CARLOS HENRIQUE COSTA LEITE	67.89
32	00011157	ROSSANA TALIA MODESTO GOMES	67.76
33	00011055	RAFAEL ESTEVES PERRONI	67.75
34	00004079	FABRICIO CASTAGNA LUNARDI	67.73
35	00003596	ANNA MARIA FELIPE BORGES	67.71
36	00001049	RICARDO JOSE BRITO BASTOS AGUIAR DE ARRUDA	67.59
37	00001578	VICTOR ROBERTO CORREA DE SOUZA	67.55
38	00000703	MARCELA PAES BARRETO DE CASTRO LIMA	67.43
39	00006134	LEONARDO ALBUQUERQUE MARQUES	67.42
40	00001601	JOSE VICENTE SANTIAGO JUNQUEIRA	67.37
41	00000533	ARINA LIVIA FIORAVANTE	67.35
42	00009286	JOSE GODOY BEZERRA DE SOUZA	67.35
43	00004990	VITOR CARLOS DE OLIVEIRA	67.34
44	00005731	REGINA ANDRADE DE SOUZA BARRETO	67.34
45	00000660	ALFREDO CARLOS GONZAGA FALCAO JUNIOR	67.28
46	00000568	FABRICIO SANTOS DIAS	67.22
47	00000870	FABIO CAMPELO CONRADO DE HOLANDA	67.19
48	00002078	HÉLIDA MARIA PEREIRA	67.16
49	00001739	MICHELE MENEZES DA CUNHA	67.12
50	00000145	DANIELA FERREIRA MARQUES	66.98
51	00010077	MARIA FERNANDA DE MOURA E SOUZA	66.83
52	00003018	ARTHUR PORTO CARVALHO	66.83
53	00005477	ÂNGELO MADAR PIVA	66.80
54	00000139	RUBENS DAMASCENO FARIAS	66.66
55	00001599	ROBERTO DHORN MOREIRA MONTEIRO DA FRANC	66.66
56	10800002	MAGALI VOLPE MICHELENA	66.65
57	00001708	LEILA BARREIROS PRADO	66.59
58	00003196	SOCORRO JANAINA MAXIMIANO LEONARDO	66.50
59	00002233	ERIC CAMARA CABRAL	66.50
60	00008714	ADRIANO CHIARI DA SILVA*	66.43
61	00000447	RENATO SOUZA OLIVEIRA JUNIOR	66.39
62	00002834	ALEXANDRE GOMES MOURA	66.29
63	00000794	DANIEL SILVA PASSOS	66.28
64	00000267	FELIPE GONCALVES PINTO	66.27
65	00003512	PAULO TAEK KEUN RHEE	66.27
66	00002944	DANIEL BITAR DE SOUZA	66.26
67	00009335	LETÍCIA SILVEIRA BARBOSA CORREIA LIMA	66.26
68	00010488	JOSUE DE SOUZA BRANDAO NETO	66.23
69	00002947	ERNANDO JOSE DE QUEIROZ ROMAO	66.20
70	00001435	MARCOS AUGUSTO DO NASCIMENTO FERREIRA	66.18
71	00003030	MARCELO MOURA DA CONCEICAO	66.17
72	00003459	MANUELA FREIRE SILVA	66.16
73	00005341	SÍLVIA MARA FERREIRA ALVARENGA	66.13
74	00005298	LUCAS HAYNE DANTAS BARRETO	66.09
75	00000266	GABRIEL PIMENTA ALVES	66.04
76	00003089	PAULO BUENO DE AZEVEDO	65.98
77	00008958	ULISSES DIAS DE CARVALHO	65.92
78	00011490	MARCELO DE LEONI GODOI	65.90
79	00008776	ERICO ZEPPONE NAKAGOMI	65.87
80	00008801	GUSTAVO LEONARDO MAIA PEREIRA	65.84
81	00006966	ADALBERTO ELLERY BARREIRA NETO	65.84
82	00000365	BRUNO DEMCZUK DE ALENCAR	65.82
83	00001884	RODRIGO GOMES TEIXEIRA	65.79
84	00013054	VLADIMIR PAES DE CASTRO	65.74
85	00005055	HECIO BENDER DE OLIVEIRA	65.73
86	00009007	ALESSANDRO RODRIGUES GOMES DA SILVA	65.71
87	00002450	MARCELO ROBERTO DE OLIVEIRA	65.67
88	00015048	VALMIRIO ALEXANDRE GADELHA JUNIOR	65.60
89	00000293	CAMILLA LACERDA DA NATIVIDADE MARQUES	65.56
90	00005845	SANDRO AUGUSTO DOS SANTOS	65.52
91	00014362	CARINA ROCHA SEABRA	65.52
92	00004449	DANIEL OSTI COSCRATO	65.48
93	00002879	ROSANE CAMARGO BORGES	65.43
94	00007879	MARCOS DUPIN COUTINHO	65.43
95	00003086	PAULO FERNANDO FEIJO TORRES JUNIOR	65.41
96	00003328	MARIA CAROLINA MAURICIO VERCOZA	65.40
97	00008065	CARLOS ALEY SANTOS DE MELO	65.39
98	00000969	GUSTAVO NABUCO MACHADO	65.36
99	00003753	MELISSA AUGUSTO DE ALENCAR ARARIPE	65.34
100	00008080	CRISTIANO DE JESUS PEREIRA NASCIMENTO	65.24
101	00004235	BRIVALDO PEREIRA DOS SANTOS JUNIOR	65.23
102	00001514	MICHELLE MIRANDA PEREZ	65.23
103	00009683	ANA PAULA DO NASCIMENTO COLABONO	65.14
104	00001730	ALEXANDRE ARNOLD	65.09
105	00001574	RICARDO SILVEIRA DE AQUINO	65.07
106	00003824	SUSANA LUCINI	65.06
107	00014008	RODRIGO PASSOS PINHEIRO	65.05
108	00009192	REGIS BELO DA SILVA	64.98
109	00012270	JULIANA MOREIRA BATISTA	64.91
110	00013956	DJALMA HENRIQUE DA COSTA PEREIRA	64.89
111	00001950	PAULA GISELE DARGELIO DA ROSA	64.89
112	00004640	LÍVIA MARIA RIBEIRO OLIVEIRA	64.87
113	00000011	JOAO PAULO SANTOS BORBA	64.87
114	00014179	CLAUDIO FONTES FARIA E SILVA	64.86
115	00005114	IGOR FRANCA GUEDES	64.85
116	00000973	KLEBER AUGUSTO TAGLIAFERRO	64.84
117	00000789	MARCIO ROGERIO COSTA LUCAS	64.81
118	00014734	RACHEL DA SILVA DE ALMEIDA	64.78
119	00007757	EDUARDO ALONSO OLMOS	64.78
120	00003492	LUIS CARLOS GOMES CARNEIRO FILHO	64.75
121	00015587	PAULO GESTEIRA COSTA FILHO	64.69
122	00013356	RUY DE AVILA CAETANO LEAL	64.67
123	00001403	ALLAN TITONELLI NUNES	64.66
124	00007925	ANDRE JACKSON DE HOLANDA MAURICIO JUNIOR	64.61
125	00003928	RAFAEL LIMA DAUDT DOLIVEIRA	64.60
126	00000244	FERNANDA REGINA VILARES	64.58
127	00008206	MARCELA ALMEIDA MARTINS	64.58
128	00001211	ALEXANDRE VITOR MURATA COSTA	64.55
129	00010025	DAIANE NOGUEIRA DE LIRA	64.52
130	00003077	JOSE ANTONIO RODRIGUES SANTIAGO	64.49
131	00002469	FLAVIA VIANNA PERO MASCIA	64.47
132	00007897	FRANCISCO JOSE DE ANDRADE PEREIRA	64.45
133	00007115	AMANDA FONTES DOURADO	64.43
134	00011683	CLEMILTON DA SILVA BARROS	64.41
135	00006133	VINICIUS TORQUETTI DOMINGOS ROCHA	64.40
136	00009367	ANA PAULA NIEDZIELUK LISBOA	64.37
137	00008234	JOSE AUGUSTO CORDEIRO DA CRUZ NETO	64.37
138	00011881	ALMIR TEUBL SANCHES	64.36
139	00013323	LEYLA ANDRADE VERAS	64.35
140	00013827	LUIZ AUGUSTO ZAMUNER	64.35
141	00011916	WALTER ROSATI VEGAS JUNIOR	64.34
142	00001929	MARCIO LANZONI BONATO	64.34
143	00003961	MARIA CLARICE MAIA MENDONCA	64.30
144	00007220	WILLIAM ANDERSON ALVES OLIVINDO	64.30
145	00003483	JULIO CESAR BERTUZZI*	64.28
146	00015308	SIDNEI VIEIRA DA SILVA	64.26
147	00002412	ROSALIA TEIXEIRA BEZERRA ADAO	64.25
148	00006496	GUSTAVO DE MENDONCA GOMES	64.25
149	00009204	BRUNO MARCIO DA COSTA ALENCAR	64.25
150	00002989	JEFFERSON DOS SANTOS VIEIRA	64.23
151	00006227	KAROLINE BUSATTO	64.23
152	00000823	CLAUDIUS CRONEMBERGER ARRUDA	64.20
153	00008926	ANA CAROLINA DE ALMEIDA TANNURI LAFERTE	64.19
154	00010505	PEDRO HENRIQUE IZIDRO DA SILVA	64.18
155	00009833	PAULA CAROLINA BISSOLI CONTRERAS	64.15
156	00001353	RUBEM CORREA DA ROSA	64.13
157	12201574	RODRIGO PICANÇO FACCI*	64.12
158	12200456	RICARDO MATHIAS SOARES PONTES	64.06
159	00010836	FREDERICO MUNIA MACHADO	64.06
160	00006934	SERGIO MELO GUIMARAES	64.05
161	00003695	MARCELO BRITO QUEIROZ	64.05

162	00000148	TATIANA IRBER	64.02	252	00000909	ADRIANA CORREIA LIMA CARIRY CESAR	62.27
163	00008767	KEDMA IARA FERREIRA	63.99	253	00003098	CLARISSA FROTA ALVES	62.24
164	00005935	MARCELO FERRAZ VOLPATO	63.99	254	00008081	RENATA CRISTINA VASCONCELOS PACHECO	62.22
165	00010245	ALISSON CARVALHO DE ALENCAR	63.96	255	00010300	VINICIUS CAMPOS SILVA	62.21
166	00006364	FABIANO LOPES CARRARO	63.91	256	00006641	FABIANA SOARES HIGINO DE LIMA	62.21
167	00004692	VANESSA ROCHA CALDEIRA BRANT	63.90	257	10900514	ADAUTO JOSE SILVA FILHO	62.19
168	00002945	JOAO GUSTAVO DE ALMEIDA SEIXAS	63.90	258	00007871	DANIEL LUIS SPEGIORIN	62.13
169	00002244	KATARYNA JUST DA COSTA E SILVA	63.85	259	00005924	JOSE BEZERRA SOARES	62.12
170	00012464	PRISCILA CUNHA DO NASCIMENTO	63.83	260	00001925	MAURO CESAR GARCIA PATINI	62.09
171	00009255	MARIANA RACHI SILVA	63.75	261	00007366	MARCELO EDUARDO MELO BARRETO	62.07
172	00014726	VANESSA AFFONSO ROCHA	63.75	262	00000994	IVANA PINTO LUZ	62.04
173	00001181	RITA DE CASSIA BEZERRA RAMALHO	63.74	263	00011264	IVO LOPES MIRANDA	62.04
174	00013865	MARCIO LOPES DA COSTA	63.73	264	00001679	REVERSON LEONIDAS FERNANDES BRAGA	62.04
175	00002943	SERGIO DE NOROES MILFONT JUNIOR	63.72	265	00008791	RODRIGO LANZER	62.03
176	00008953	GETÚLIO VELASCO MOREIRA FILHO	63.72	266	00013423	MARCIO ANDRE SALES DE OLIVEIRA	62.03
177	00008341	MARCIO JOSE FEITOZA ESTEVES	63.71	267	00004252	FERNANDO JOSE VAZZOLA DE MIGUELI	62.02
178	00004847	RAQUEL MARINS MOTA	63.71	268	00004482	ALESSANDRO POMBO DOS SANTOS	62.00
179	00009058	FELIPE NOGUEIRA FERNANDES	63.69	269	00011631	ANDRE LUIZ VIEIRA DE MORAES	61.98
180	00011015	ELIANE DA SILVA TAGLIETA	63.67	270	00010062	RICARDO GEWEHR SPOHR	61.95
181	00006229	ERICO FERRARI NOGUEIRA	63.65	271	00002781	SERGIO HATZENBERGER KELLER	61.94
182	00003713	NADJA ADRIANO DE SANTANA	63.64	272	00003883	LUCAS ALVES FREIRE	61.91
183	00004737	LEONARDO FADUL PEREIRA	63.61	273	00003914	ANA PAULA GEHRKE	61.91
184	00014967	MARCELO DUMONT PIRES	63.60	274	00006169	ALLAN CARLOS MOREIRA MAGALHAES	61.91
185	00012718	HENRIQUE DE CASTILHO JACINTO	63.58	275	00008101	GABRIELA BARBOSA PEIXOTO	61.90
186	00001382	FELIPE FERREIRA LIBARDI	63.58	276	00000383	CINTHIA CRISTINA CARVALHO COUTINHO	61.90
187	00000910	JULIO DE MELO RIBEIRO	63.55	277	00001612	FERNANDA VIANA DOS SANTOS	61.89
188	00008123	PATRICIA WILMA CORREIA PACHECO	63.51	278	00001764	FABIANA AZEVEDO ARAÚJO	61.87
189	00000390	UBIRAJARA SOUTO CASADO	63.49	279	00009723	FERNANDA MOREIRA DOS SANTOS	61.84
190	00010183	PAULA MENDONÇA BASTOS	63.48	280	00009669	VICTOR VALENCA CARNEIRO DE ALBUQUERQUE	61.84
191	00012775	TIAGO TANURE COSTA	63.46	281	00010354	TAIS TEODORO RODRIGUES	61.80
192	00000458	THIAGO LACERDA NOBRE	63.40	282	00001516	ROBERTO PICARELLI DA SILVA	61.78
193	00006291	MAURICIO KRZESINSKI	63.39	283	00011921	PEDRO ALEXANDRE SANTANA REIS	61.78
194	00012210	ANDRE LUIZ MARTINS DE ALMEIDA	63.39	284	00009871	LUISA ABREU OBICI GARCIA	61.77
195	00003249	ULISSES CARDOSO DE OLIVEIRA SANTOS	63.33	285	00001440	PABLO GALAS PEDROSA	61.77
196	00014663	CLAUDIA SPINASSI SANTOS	63.32	286	00012267	ALTINA FABIANE DE OLIVEIRA BRITO	61.77
197	00003113	CARLA DUMONT OLIVEIRA	63.32	287	00002145	MARCELO COSTA E SILVA LOBATO	61.72
198	00009045	ERICA HELENA BASSETTO ROSIQUE	63.28	288	00006462	RUY CESAR KLEGEN DE CARVALHO	61.72
199	00009180	IVAN SANTOS NUNES	63.25	289	00005535	CLÁUDIO MONTENEGRO NUNES	61.70
200	00014027	ANDREA SABIAO DE SIQUEIRA*	63.24	290	00015139	GILSON PACHECO BOMFIM	61.70
201	00008719	GIORDANO DA SILVA ROSSETTO	63.23	291	00000434	PAULA MAIBON ZAGONEL	61.69
203	00001237	LUIZ BISPO DA SILVA NETO	63.20	292	00000847	ALANO FEIJAO CAVALCANTE	61.67
204	00001723	FELIPE MEMOLO PORTELA	63.19	293	00011968	EDUARDO HARUO MENDES YAMAGUCHI	61.66
205	00003080	LIANA PAULA VIDAL PACHECO	63.19	294	00003158	JOSE DE BESSA CARVALHO FILHO	61.66
206	00012252	IRMA CLAUDIA DO NASCIMENTO MORAIS	63.15	295	00000174	ADRIANA CARNEIRO MONTEIRO	61.64
207	00011767	EDUARDO KAHLER RIBEIRO	63.15	296	00007046	VERA INES WERLE	61.64
208	00003723	DANIELLE COSTA DE ALMEIDA	63.14	297	00001661	ISA NOJIMOTO	61.61
209	00006731	LOURENCO PAIVA GABINA	63.13	298	00005646	RODRIGO PEREIRA MARTINS RIBEIRO	61.60
210	00008626	DANIEL PEREIRA DE FRANCO	63.10	299	00014015	MIGUEL ANGELO FEITOSA MELO	61.60
211	00001391	MARCIA MESQUITA	63.09	300	00004916	RICARDO RUI NOGUEIRA BENAMOR	61.59
212	00000113	LEONORA RIGO GASPAR	63.02	301	00001638	KATIANE DA SILVA OLIVEIRA	61.54
213	00002534	ANDRE BULHOES MACHADO	62.97	302	00008108	CAROLINE BULHOSA DE SOUZA NUNES	61.54
214	00002896	BRENDA SILVEIRA RIGON	62.96	303	00004882	ANDREIA MILIAN SILVEIRA SAMPAIO	61.53
215	00002927	JOAO OSVALDO CAPORAL JUNIOR	62.96	304	00002835	FLAVIA GOMES MOURA	61.52
216	00009610	MARJORIE VIANA MERCES	62.96	305	00013462	ADRIANA PEREIRA FRANCO	61.52
217	00009306	RODRIGO MONTENEGRO DE OLIVEIRA	62.95	306	00004381	PAULA CINTRA DE AZEVEDO ARAGAO	61.51
218	00000573	ARTHUR CERQUEIRA VALÉRIO	62.94	307	00003881	REGINA LOPES DE JESUS	61.47
219	00014107	MARCOS JOSE DE JESUS	62.81	308	00008810	RODRIGO DANILO LEONCIO	61.45
220	00014356	EDUARDO TANURE CORREA	62.77	309	00008221	TACIO GURGEL BARRETO	61.44
221	00007240	DEBORA GUIMARAES DE GODOY E VASCONCELOS	62.76	310	00006779	GERLENA MARIA SANTANA DE SIQUEIRA	61.42
222	00015259	RAFAEL CARDOSO DE BARROS	62.71	311	00006262	ISAURA CRISTINA DE OLIVEIRA LEITE	61.37
223	00008924	FLAVIO MARCONDES SOARES RODRIGUES	62.70	312	00006443	KARINA NATHERCIA SOUSA LOPES	61.37
224	00009229	ANNE CRISTINY DOS REIS HENRIQUE	62.67	313	00002931	MILTON LINS DE BRITO JUNIOR	61.36
225	00006969	DHARLA GIFFONI SOARES	62.67	314	00013366	JANSEN ALBERTO DA GAMA BARROSO	61.33
226	00002189	LORENA BITTENCOURT DE TOLEDO LESSA	62.65	315	00005165	UTAN LISBOA GALDINO	61.31
227	00001635	ROGERIO PEREIRA DE LIMA	62.65	316	00003641	JULIANA FERRAZ DINIZ DE SOUZA LIMA*	61.28
228	00004896	DAVI CHICOSKI	62.64	317	00004062	HELANE MEDEIROS ALMEIDA	61.28
229	00003174	MARIANA CRUZ MONTENEGRO	62.61	318	00010227	MARCELO MEDICIS MARANHAO E SILVA	61.25
230	00001068	EWERTON MARCUS DE OLIVEIRA GOIS	62.61	319	00011840	MARIA HELOÍSA DE SENA PINHEIRO	61.25
231	00002929	FLAVIA NATARIO COIMBRA	62.57	320	00000012	MICHELE COLLETT	61.23
232	00000247	NARA LEVY	62.54	321	00006701	JAMIL CARDOSO SOUSA	61.21
233	00004999	MARIA LUISA MAGALHAES TEIXEIRA	62.54	322	00000716	JOÃO BATISTA MARTINS PRATA BRAGA	61.21
234	00006267	LIVIA LUCIA OLIVEIRA BORBA	62.53	323	00007930	EDUARDO CUNHA LINS	61.20
235	00005399	LEONARDO ZARAMELA FRAGA	62.53	324	00013737	MURILO GASPARINI MORENO	61.19
236	00000787	ADRIANA AGHINONI FANTIN	62.49	325	00004911	DANIELLE CHRISTINE SOARES MIRANDA	61.19
237	00011453	ALESSANDRA VANESSA ALVES	62.47	326	00000234	HENRIQUE GOUVEIA DE MELO GOULART	61.14
238	00000849	HEULER MOREIRA DE SOUZA FILHO	62.47	327	00006458	MARIANA ROHEM PECANHA	61.13
239	00002703	TATIANA FIDELIS DE LIMA SANTOS	62.45	328	00000341	MARIO HENRIQUE CAVALCANTI GIL RODRIGUES	61.13
240	00010432	CHRISTINA FOLTRAN SCUCATO	62.42	329	00000391	LILIAN LAGE HUMES	61.12
241	00001428	MARCOS HENRIQUE DE OLIVEIRA GOIS	62.41	330	00003039	ADRIANO VILAR VILLACA	61.10
242	00001810	MAXIMILIANO FERREIRA TAMER	62.40	331	00001610	LEONARDO DE MORAES ROCHA	61.09
243	00005227	KARLA KARINY NOGUEIRA DANTAS	62.39	332	00000229	ENEIDA ASSIS DE CARVALHO	61.07
244	00011538	PATRÍCIA GUIMARÃES FRANZINI	62.39	333	00003997	CIRO JOSÉ DE ANDRADE ARAPIRACA	61.05
245	00002236	RODRIGO PRADO TARGA	62.37	334	00006784	EURIPEDES CESTARE	61.03
246	00011700	MELINA DE MEDEIROS RÓS	62.35	335	00003392	RENATA SOUSA DE LUCENA	61.03
247	00010799	SANDRO SOUZA SCHWINDEN	62.34	336	00003325	EDUARDO DA COSTA LIMA CALDAS MACHADO	61.02
248	00003225	LEONARDO STUCKERT LIMA	62.34	337	00000233	RICARDO OLIVEIRA LIRA	60.97
249	00001296	INES CAMPOS DUARTE PEREIRA	62.33	338	00000743	FRANCISCO DE ASSIS RODRIGUES	60.95
250	00001993	AMANDA CAVALCANTI DE MELO	62.29	339	00013990	ANGELA BARBARA LIMA SALDANHA REGO	60.95
251	00006888	HUMBERTO MANOEL ALVES AFONSO	62.28	340	00008731	CARLOS FREIRE LONGATO	60.93

341	00002126	LEONARDO ASSAD POUBEL	60.92
342	00010054	MAIANA ALVES PESSOA	60.91
343	00009336	MARIA ZELIA DUARTE DO AMARAL	60.88
344	00007792	RODRIGO DE ALMEIDA TONON	60.86
345	00001544	LUIS MARCELLO BESSA MARETTI	60.80
346	00008862	CLOVIS LEAO BEZERRA	60.75
347	00014511	VICTOR XIMENES NOGUEIRA	60.74
348	00009013	ALEXANDRE JOSE BORGES DE MENDONCA	60.73
349	00012035	RODRIGO DE MACEDO E BURGOS	60.71
350	00003172	LINCOLN NOLASCO	60.68
351	00003307	JULIANA TIEMI MARUYAMA MATSUDA	60.68
352	00003009	RENATO ELIAS LEITE	60.67
353	00002580	DANILO FELIX LOUZA LEAO	60.65
354	00002589	LUCAS GASPERINI BASSI	60.65
355	00012173	GLEISSON RODRIGUES AMARAL	60.62
356	00003682	MICHEL ALEM NETO	60.59
357	00007038	JOSE FERNANDO STEINBERG	60.56
358	00002778	JOSÉ ANGELO CHIABAI	60.53
359	00001006	RENATO VASCONCELOS MAIA	60.53
360	00010897	MARCO TULIO REIS MAGALHAES	60.53
361	00005771	ANNA AMELIA LISBOA M R DA CAMARA*	60.52
362	00010494	CLEOMAR JESUS REY	60.51
363	12200106	JULIANA LIDIA MACHADO CUNHA LUNZ	60.49
364	00001550	VIVIANE DE MACEDO PEPICE	60.47
365	00011605	ARNALDO PEREIRA DE ANDRADE SEGUNDO	60.43
366	00001757	LUIS HENRIQUE CUNHA MUHLMANN	60.43
367	00000273	SABRINA FONTOURA DA SILVA	60.40
368	00000540	ANDRE CARDOSO MAGAGNIN	60.38
369	00010258	ANDRE DOUMID BORGES	60.38
370	00000008	EDSON VIEIRA SOARES	60.36
371	00006313	LEONARDO DE OLIVEIRA SIROTHEAU	60.32
372	00011183	DANIEL THIAGO FRANCA FARIA	60.30
373	00004662	GUSTAVO VILLAR TRIVELATO	60.28
374	00000780	RODRIGO FERACINE ALVARES	60.28
375	00009380	MARILIA BARRETO SANTOS	60.24
376	00010744	JULIO CESAR OBA	60.22
377	00005441	TASSIANA ARAÚJO TENÓRIO	60.21
378	00004116	ARIELLA FERREIRA DA MOTA	60.20
379	00001938	RODRIGO GARCIA MARTINEZ	60.20
380	00001945	ANA CRISTINA ADAD ALENCAR	60.20
381	00001406	RENATA RAPOLD MELLO	60.19
382	00003763	GABRIELA DA SILVA BRANDÃO	60.15
383	00002043	ALESSANDRA ARAUJO DE SOUZA ABRAO	60.14
384	00008816	MARCOS BUENO BRANDAO DA PENHA	60.08
385	00013750	DANIEL DE SABOIA XAVIER	60.08
386	00000564	LILIAN BARROS DE OLIVEIRA ALMEIDA	60.07
387	00012033	SILVIO PETTENGILL NETO	60.06
388	00010451	ALINE PAULO SERVIO DE SOUSA	60.04
389	00015281	FERNANDO HENRIQUE CORRÊA CUSTODIO	60.03
390	00005849	VICTOR GONCALVES ROMEU	60.03
391	00007056	MAURICYO JOSE ANDRADE CORREIA	60.02
392	00001345	ALUIZIO BORGES DE CARVALHO NETO	59.98
393	00003207	CAROLINA SCHNEIDER RODRIGUES	59.97
394	00005701	JANY ERNY BATISTA DE OLIVEIRA	59.95
395	00000638	SANDRO LEONARDO SOARES	59.95
396	00006041	MARCO ANTONIO CARDOSO SILVA	59.94
397	00009783	RICARDO BALBINO DE SOUZA	59.93
398	00001936	JUCIMAR COIMBRA DE OLIVEIRA	59.93
399	00011692	ELIETE VIANA XAVIER	59.92
400	00007745	JOAO BATISTA DA SILVA	59.91
401	00000575	ELIAS HIGINO DOS SANTOS NETO	59.91
402	00013004	RODRIGO MAGALHAES PEREIRA	59.90
403	00005847	FLAVIA GALVAO ARRUTI	59.87
404	00001167	THAIS RANGEL DA NOBREGA	59.86
405	00002954	EDUARDO OLIVEIRA DECAT DE MOURA	59.85
406	00001700	NATANAEL RAMOS DE ALMEIDA NETO	59.82
407	00006174	WELBIO COELHO SILVA	59.80
408	00001004	FERNANDA MARTINS BARBOSA GAMBA ROCHA DINIZ	59.80
409	00011225	SERGIONEI CORREA	59.79
410	00006114	SERGIO CARDOSO MELO	59.77
411	00000916	ALINE VELOSO DOS PASSOS	59.76
412	00006869	TANIA TAKEZAWA MAKIYAMA	59.74
413	00002476	JOSE AFFONSO DE ALBUQUERQUE NETTO	59.68
414	00003740	WEBER COUTINHO GOMES	59.67
415	00011620	PAULA BISPO DE SOUZA	59.62
416	00010581	PAULO ANDRE PELLEGRINO	59.61
417	00003712	APARECIDA SIQUEIRA MARQUES	59.56
418	00004297	DIRCEU ISSAO UEHARA	59.53
419	00000782	CIRO CARVALHO MIRANDA	59.53
420	00008807	FLAVIO HENRIQUE ALBUQUERQUE DE FREITAS	59.51
421	00001220	ANA KARENINA SILVA RAMALHO DUARTE*	59.51
422	00001619	FABRICIO OLIVEIRA BRAGA	59.50
423	00006532	EVANDRO LUIZ RODRIGUES	59.50
424	00006429	ANA PAULA BARROS EDINGTON	59.44
425	00001696	ARMANDO MIRANDA FILHO	59.44
426	00011480	RODRIGO THOMAZ VICTOR	59.43
427	00011468	DANIELA LIMA BARROSO FERNANDES	59.40
428	00012075	HERMAN ARAUJO RESENDE	59.38
429	00012404	ROGERIO PEREIRA	59.31
430	00010110	MICHELLE MARRY MARQUES DA SILVA	59.29
431	00009628	CRISTIANE MARCELA COUTO PESSOA GAYÃO	59.23
432	00006122	CINTIA CRISTINA MARQUES LIMA	59.15
433	00000423	TIAGO LINHARES DIAS	59.13
434	00007870	MARTA DE CARVALHO FERREIRA	59.02
435	00002714	VERUSKA GABRIELLY DE MELO LOBO	58.94
436	00009821	EMILIA CAMPOS DAMASCENO	58.84
437	00001356	GERALDINE LEMOS TORRES	58.83
438	00007166	DANILO BUENO MENDES	58.81
439	00005727	VICTOR SANTOS RUFINO	58.72
440	00004820	VIVIANE FENRICH	58.66
441	00013889	SERGIO LUDOVICO MARTINS	58.59
442	00009103	JOANA ALCANTARA CASTELO*	58.08

*Candidato sub judice

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO
DIRETORIA DE GESTÃO
ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

RETIFICAÇÃO

No Ato de Direção nº 218, de 14 de julho de 2006, publicado no DOU em 18 de julho de 2006, Seção 1, páginas 1 a 5, no Acordo Coletivo de Trabalho 2006/2007, inclua-se as seguintes tabelas:

DEMONSTRATIVO DOS NÍVEIS DE REMUNERAÇÃO E TABELAS SALARIAIS PRATICADAS PELA CONAB COM REAJUSTE DE 5%, A PARTIR DE SETEMBRO/2006, DECORRENTE DO ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2006/2007, PUBLICADO NO DOU, Nº 136, SEÇÃO 1, DE 18/07/2006.

CÁLCULO DA FOLHA DE PAGAMENTO DO MÊS 09/2006, COM BASE NO ACT 2006/2007	
VALOR TOTAL	9.952.277,62
VALOR MÉDIO	3.097,50
VALOR MÍNIMO	573,22
VALOR MÁXIMO	14.412,23
MÉDIA PONDERADA	1.060,73

TABELA SALARIAL VIGENTE A PARTIR DE SETEMBRO/2006

FAIXA SALARIAL	NÍVEIS SALARIAIS R$						
	8	9	10	11	12	13	14
11	5.243,83	5.520,17	5.811,08	6.117,33	6.439,70	6.779,07	7.136,34
	1	2	3	4	5	6	7
	3.616,20	3.812,15	4.018,79	4.238,26	4.469,75	4.714,50	4.973,23

FAIXA SALARIAL	NÍVEIS SALARIAIS						
	1	2	3	4	5	6	7
10	2.779,84	2.932,61	3.090,34	3.255,55	3.430,86	3.616,20	3.812,15
9	2.131,13	2.246,86	2.369,20	2.498,55	2.635,28	2.779,84	2.932,61
8	1.639,88	1.727,51	1.820,15	1.918,12	2.021,66	2.131,13	2.246,86
7	1.268,03	1.334,29	1.404,42	1.478,58	1.556,97	1.639,88	1.727,51
6	982,70	1.023,63	1.081,96	1.141,58	1.203,51	1.268,03	1.334,29
5	763,50	807,04	853,10	901,76	948,24	982,70	1.023,63
4	581,56	613,77	647,79	683,74	722,25	763,50	807,04
3	444,97	469,35	495,12	522,35	551,17	581,56	613,77
2	341,49	359,93	379,47	400,12	421,94	444,97	469,35
1	263,08	277,08	291,84	307,48	323,99	341,49	359,93

TABELA DE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO

FUNÇÕES GRATIFICADAS	G.F.	VALOR (R$)
SECRETÁRIA I (Gerência de Área Regional)	I	999,42
SECRETÁRIA II (Superintendência Regional)	II	1.111,94
SECRETÁRIA III (Presi, Diretoria, Superintendência de Área, Gabin, Nupin, Sepea, Proge, Coger e Auditoria)	III	1.236,14
ENCARREGADO DE DEPÓSITO		
ENCARREGADO DE SETOR	IV	1.446,48
GERENTE DE UA/UC TIPO I		
GERENTE DE UA/UC TIPO II	V	1.695,30
GERENTE DE UA/UC TIPO III	VI	1.885,80
GERENTE DE UA/UC TIPO IV	VII	2.097,53
ASSISTENTE DE SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL	VIII	2.324,43
PROCURADOR REGIONAL	IX	2.446,93

ASSISTENTE DE SUPERINTENDÊNCIA MATRIZ		
ASSESSOR		
ASSESSOR DE DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS		
SUBPROCURADOR		
DIRETOR FINANCEIRO CIBRIUS		
DIRETOR SEGURIDADE CIBRIUS	X	2.711,63
GERENTE DE ÁREA (MATRIZ/SUREG)		
PRESIDENTE DE COMIS. PERMANENTE DE LICITAÇÃO		
PROCURADOR GERAL ADJUNTO		
SUBCORREGEDOR		
CHEFE DE ASSESSORIA		
CHEFE DA AUDITORIA		
CHEFE DE GABINETE		
CHEFE DE NÚCLEO		
SECRETÁRIO DE PROGRAMAS EMPRESARIAIS E DO AGRONEGÓCIO	XI	3.389,54
SUPERINTENDENTE REGIONAL		
CORREGEDOR GERAL		
DIRETOR SUPERINTENDENTE CIBRIUS		
PROCURADOR GERAL		
SUPERINTENDENTE DE ÁREA		

OBS: Tabela Salarial, com reajuste de 5,0 % (cinco por cento), decorrente do ACT 2006/2007, implantado na folha de pagamento de setembro/2006.

TABELA SALARIAL - REMUNERAÇÃO CONTRATO ESPECIAL
VIGÊNCIA: 01/09/2006

FUNÇÃO	COMPOSIÇÃO		VALOR - R$
	FS/NV	GF	
CHEFE DE GABINETE, CORREGEDOR GERAL, SECRETÁRIO DO AGRONEGÓCIO E PROGRAMAS EMPRESARIAIS, PROCURADOR GERAL.	11/06 +	XI	8.104,04
CHEFE DA ASSESSORIA DA PRESIDÊNCIA, CHEFE DA AUDITORIA INTERNA, CHEFE DO NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO E PROMOÇÃO INSTITUCIONAL.	11/04 +	XI	7.627,80
PROCURADOR GERAL ADJUNTO, SUBPROCURADOR, ASSESSOR DE DIRETORIA, ASSESSOR DE DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS, SUBCORREGEDOR GERAL, GERENTE DE ÁREA VINCULADO À PRESI.	10/06 +	XI	6.327,83

OBS: Tabela Salarial, com reajuste de 5,0 % (cinco por cento), decorrente do Acordo Coletivo de Trabalho 2006/2007, implantado na folha de pagamento de setembro/2006.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E COOPERATIVISMO
SERVIÇO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE CULTIVARES

DECISÃO Nº 21, DE 4 DE AGOSTO DE 2006

A Coordenadora do Serviço Nacional de Proteção de Cultivares, em cumprimento ao disposto no § 7° do art. 18 da Lei n° 9.456/97 e pelo Decreto n° 2.366/97, DEFERE os pedidos de proteção das cultivares das espécies relacionadas. Da espécie braquiária (Brachiaria spp): protocolo nº 21806.000452/2005-17, cultivar BRS Piatã. E da espécie abacaxi (Ananás comosus (L.) Merrill): protocolo 21806.000424/2005-91, cultivar P 1972. Fica aberto o prazo de 60 (sessenta) dias para recurso, contados da publicação desta.

DANIELA DE MORAES AVIANI

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA Nº 210, DE 16 DE AGOSTO DE 2006

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o Artº 42, do Anexo I do Decreto nº 5.351, de 21 de janeiro de 2005, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SDA nº 12, de 7 de março de 2003, Art. 3º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, e o que consta do Processo nº 21052.007693/2006-20 e processo nº 21052.007818/2006-11, resolve:

Art. 1º Credenciar a empresa DDP FUMIGAÇÃO LTDA, sob o número BR SP 229, CNPJ nº 07.082.243/0003-27, localizada na Rua Euclides da Cunha nº 270 A Bairro Pompéia, Cidade de Santos/SP, para, na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamentos quarentenários e fitossanitários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar o seguinte tratamento: a) Fumigação em Porões de Navios (FPN), Exclusivamente com Fosfina.

Art. 2º O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por 12 (doze) meses, podendo ser renovado mediante requerimento encaminhado ao Serviço de Sanidade Vegetal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABRIEL ALVES MACIEL

PORTARIA Nº 231, DE 5 DE SETEMBRO DE 2006

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, anexo I, do Decreto n° 5351, de 21 de janeiro de 2005, tendo em vista o disposto na Portaria nº 84, de 19 de outubro de 1992, na Instrução Normativa nº 51, de 27 de junho de 2003 e o que consta do Processo nº 21016.000394/2006-09, resolve:

Art. 1º Credenciar o laboratório Michelle Aparecida de Abreu, nome fantasia Diagnostic Centro de Diagnóstico Veterinário, CNPJ nº 07.867.370/0001-70, sediado no Setor SCLN, Quadra 313, Bloco D, Loja 46, Asa Norte, Brasília-DF, para realizar diagnóstico de Anemia Infecciosa Eqüina, por meio da técnica de Imunodifusão em Gel de Ágar, "Teste de Coggins Modificado".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

GABRIEL ALVES MACIEL

PORTARIA Nº 232, DE 5 DE SETEMBRO DE 2006

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, anexo I, do Decreto n° 5351, de 21 de janeiro de 2005, tendo em vista o disposto na Portaria nº 84, de 19 de outubro de 1992, na Instrução Normativa nº 51, de 27 de junho de 2003 e o que consta do Processo nº 21043.000171/2006-14, resolve:

Art. 1º Credenciar o laboratório C.B.I. Centro de Bioanálises Integradas S/S - EPP., CNPJ nº 50.050.327/0001-46, sediado na Rua Coronel Osório, n° 19, Centro, Bragança Paulista-SP, para realizar diagnóstico de Anemia Infecciosa Eqüina, por meio da técnica de Imunodifusão em Gel de Ágar, "Teste de Coggins Modificado".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

GABRIEL ALVES MACIEL

PORTARIA Nº 233, DE 5 DE SETEMBRO DE 2006

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, anexo I, do Decreto n° 5351, de 21 de janeiro de 2005, tendo em vista o disposto na Portaria nº 84, de 19 de outubro de 1992, na Instrução Normativa nº 51, de 27 de junho de 2003 e o que consta do Processo nº 21002.000046/2005-00, resolve:

Art. 1º Cancelar o credenciamento do Laboratório UNILAB - Unidade Laboratorial de Análises Biomédicas Ltda, CNPJ n° 13.352.950/0001-27, sediado na Rua Arauá, n° 194, Centro, Aracaju-SE, para realizar diagnóstico de Anemia Infecciosa Eqüina, por meio da técnica de Imunodifusão em Gel de Ágar, "Teste de Coggins Modificado".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Fica revogada a Portaria/SDA nº 042 de 09/04/1996.

GABRIEL ALVES MACIEL

PORTARIA Nº 235, DE 5 DE SETEMBRO DE 2006

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o Artº 42, do Anexo I do Decreto nº 5.351, de 21 de janeiro de 2005, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SDA nº 12, de 7 de março de 2003, Art. 3º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, e o que consta do Processo nº 21050.001355/2005-13, resolve:

Art. 1º Renovar o Credenciamento da empresa R.V. INDÚSTRIA DE EMBALAGENS DE MADEIRAS LTDA - ME, sob o número BR SC 152, CNPJ nº 81.626.491/0001-82, localizada na XV de outubro, nº 3750, Bairro Pirabeiraba, Joinvelle/SC, para, na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamentos quarentenários e fitossanitários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar o seguinte tratamento: a) Ar Quente Forçado (AQF).

Art. 2º O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por 12 (doze) meses, podendo ser renovado mediante requerimento encaminhado ao Serviço de Fiscalização Agropecuária.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABRIEL ALVES MACIEL

PORTARIA Nº 236, DE 5 DE SETEMBRO DE 2006

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o Artº 42, do Anexo I do Decreto nº 5.351, de 21 de janeiro de 2005, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SDA nº 12, de 7 de março de 2003, Art. 3º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, e o que consta do Processo nº 21050.001348/2005-11, resolve:

Art. 1º Renovar o Credenciamento da empresa SCHELLER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA, sob o número BR SC 141, CNPJ nº 76.603.315/0001-95, localizada na Rua Filemonn Zimmermann, nº 255, Centro, Atalanta/SC, para, na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamentos quarentenários e fitossanitários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar o seguinte tratamento: a) Ar Quente Forçado (AQF)

Art. 2º O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por 12 (doze) meses, podendo ser renovado mediante requerimento encaminhado ao Serviço de Fiscalização Agropecuária.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABRIEL ALVES MACIEL

PORTARIA Nº 237 , DE 5 DE SETEMBRO DE 2006

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o Artº 42, do Anexo I do Decreto nº 5.351, de 21 de janeiro de 2005, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SDA nº 12, de 7 de março de 2003, Art. 3º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, e o que consta do Processo nº 21030.001041/2005-59, resolve:

Art. 1º Renovar o Credenciamento da empresa EBATA PRODUTOS FLORESTAIS LTDA, sob o número BR PS 149, CNPJ nº 15.294.432/0001-20, localizada No Lote 13, Quadra 06, Setor B-CDL , Bzirro Icoaraci, Belém do Pará/PA, para, na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamentos quarentenários e fitossanitários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar o seguinte tratamento: a) Ar Quente Forçado (AQF).

Art. 2º O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por 12 (doze) meses, podendo ser renovado mediante requerimento encaminhado ao Serviço de Fiscalização Agropecuária.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABRIEL ALVES MACIEL

PORTARIA Nº 238, DE 5 DE SETEMBRO DE 2006

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o Artº 42, do Anexo I do Decreto nº 5.351, de 21 de janeiro de 2005, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SDA nº 12, de 7 de março de 2003, Art. 3º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, e o que consta do Processo nº 21050.000179/2004-11, resolve:

Art. 1º Renovar o Credenciamento da empresa MASISA MADEIRAS LTDA, sob o número BR SC 071, CNPJ nº 01.603.889/0001-64, localizada na Rodovia BR 280, nº 4116, Bairro Industrial Sul, Cidade Rio Negrinho/SC, para, na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamentos quarentenários e fitossanitários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar o seguinte tratamento: a) Ar Quente Forçado (AQF).

Art. 2º O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por 12 (doze) meses, podendo ser renovado mediante requerimento encaminhado ao Serviço de Sanidade Vegetal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABRIEL ALVES MACIEL

PORTARIA Nº 239, DE 5 DE SETEMBRO DE 2006

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o Artº 42, do Anexo I do Decreto nº 5.351, de 21 de janeiro de 2005, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SDA nº 12, de 7 de março de 2003, Art. 3º

da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, e o que consta do Processo nº 21014.000450/2005-36, resolve:

Art. 1º Renovar o Credenciamento da empresa DEL MONTE FRESH PRODUCE LTDA, sob o número BR CE 127, CNPJ nº 72.412.216/0003-37, localizada na Fazenda água, s/n Baixa do Félix, Zona Rural, Quixerá/CE, para, na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamentos quarentenários e fitossanitários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar o seguinte tratamento: a) Ar Quente Forçado (AQF).

Art. 2º O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por 12 (doze) meses, podendo ser renovado mediante requerimento encaminhado ao Serviço de Sanidade Vegetal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABRIEL ALVES MACIEL

PORTARIA Nº 240, DE 5 DE SETEMBRO DE 2006

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o Artº 42, do Anexo I do Decreto nº 5.351, de 21 de janeiro de 2005, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SDA nº 12, de 7 de março de 2003, Art. 3º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, e o que consta do Processo nº 21020.001447/2006-31, resolve:

Art. 1º Renovar o Credenciamento da empresa ARAGUAIA SANEAMENTOS LTDA, sob o número BR GO 142, CNPJ nº 01.011.263/0001-69, localizada na Avenida Graça Aranha Esq c/ São Miguel s/n, Qd 33, Lote 20, Jardim Nova Era, Cidade de Aparecida de Goiânia/GO, para, na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamentos quarentenários e fitossanitários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar os seguintes tratamentos: a) Fumigação em Containeres (FEC); b) Fumigação em Câmaras de Lona (FCL).

Art. 2º O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por 12 (doze) meses, podendo ser renovado mediante requerimento encaminhado ao Serviço de Fiscalização Agropecuária.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABRIEL ALVES MACIEL

PORTARIA Nº 241, DE 5 DE SETEMBRO DE 2006

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o Artº 42, do Anexo I do Decreto nº 5.351, de 21 de janeiro de 2005, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SDA nº 12, de 7 de março de 2003, Art. 3º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, e o que consta do Processo nº 21052.009137/2006-98, resolve:

Art. 1º Renovar o Credenciamento da empresa S. MAGALHÃES S/A DESPACHOS, SERVIÇOS MARÍTIMOS E ARMAZÉNS GERAIS, sob o número BR SP 030, CNPJ nº 58.130.089/0001-90, localizada na Praça da República, nº 62, 2º andar, Centro, Cidade de Santos/SP, para, na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamentos quarentenários e fitossanitários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar os seguintes tratamentos: a) Fumigação em Containeres (FEC); b) Fumigação em Silos Herméticos - Silo Pulmão (FSH); c) Fumigação em Câmaras de Lona (FCL); d) Fumigação em Porões de Navios (FPN); Fumigação em Câmara de Vácuo (FCV).

Art. 2º O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por 12 (doze) meses, podendo ser renovado mediante requerimento encaminhado ao Serviço de Fiscalização Agropecuária.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABRIEL ALVES MACIEL

PORTARIA Nº 242, DE 5 DE SETEMBRO DE 2006

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o Artº 42, do Anexo I do Decreto nº 5.351, de 21 de janeiro de 2005, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SDA nº 12, de 7 de março de 2003, Art. 3º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, e o que consta do Processo nº 21050.00303/2004-49, resolve:

Art. 1º Renovar o Credenciamento da empresa HEITOR JOSÉ HEUSI THIEME & CIA LTDA, sob o número BR SC 072, CNPJ nº 03.962.959/0001-04, localizada na Rua Dr. Reinaldo Schmithausen, nº 663, Bairro Cordeiros, Itajaí/SC, para, na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamentos quarentenários e fitossanitários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar os seguintes tratamentos: a) Fumigação em Containeres (FEC); b) Fumigação em Silos Herméticos - Silo Pulmão (FSH); c) Fumigação em Câmaras de Lona (FCL); d) Fumigação em Porões de Navios (FPN).

Art. 2º O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por 12 (doze) meses, podendo ser renovado mediante requerimento encaminhado ao Serviço de Fiscalização Agropecuária.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABRIEL ALVES MACIEL

PORTARIA Nº 243, DE 5 DE SETEMBRO DE 2006

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o Artº 42, do Anexo I do Decreto nº 5.351, de 21 de janeiro de 2005, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SDA nº 12, de 7 de março de 2003, Art. 3º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, e o que consta do Processo nº 21050.00288/2004-39, resolve:

Art. 1º Renovar o Credenciamento da empresa AUSTRASUL PRESTADORA DE SERVIÇOS FITOSSANITÁRIOS LTDA, sob o número BR SC 070, CNPJ nº 85.357.267/0001-93, localizada na Rua Leôncio Pereira, nº 70, Bairro Rocio Pequeno, São Francisco do Sul/SC, para, na qualidade de empresa prestadora de serviços de tratamentos quarentenários e fitossanitários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar os seguintes tratamentos: a) Fumigação em Containeres (FEC); b) Fumigação em Silos Herméticos - Silo Pulmão (FSH); c) Fumigação em Câmaras de Lona (FCL); d) Fumigação em Porões de Navios (FPN).

Art. 2º O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por 12 (doze) meses, podendo ser renovado mediante requerimento encaminhado ao Serviço de Fiscalização Agropecuária.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABRIEL ALVES MACIEL

MUSEU DA IMPRENSA

Uma viagem
no tempo,
registrando a
informação oficial



SIG, Quadra 6, Lote 800, Brasília - DF, CEP 70610-460, fone: (0 XX 61) 3441 9618

Ministério da Ciência e Tecnologia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 597, DE 6 DE SETEMBRO DE 2006

O Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, no uso que lhes confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no § 1º do art. 19 da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004,. regulamentado pelo § 1º do art. 20 do Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005, resolvem:

Art. 1º Estabelecer as prioridades da política industrial e tecnológica nacional, para promover e incentivar o desenvolvimento de produtos e processos inovadores em empresas nacionais e nas entidades nacionais de direito privado, sem fins lucrativos, voltadas para atividades de pesquisa, mediante a concessão de recursos financeiros, humanos, materiais ou de infra-estrutura destinados a apoiar atividades de pesquisa e desenvolvimento.

§ 1º Essas prioridades compreendem as ações horizontais de incentivo ao desenvolvimento tecnológico e inovação no âmbito da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior - PITCE que visem o aumento da competitividade das empresas pela inovação; o adensamento tecnológico e dinamização das cadeias produtivas; o incremento, compatível com o setor de atuação; o atendimento a relevância regional; e a cooperação com instituições científicas e tecnológicas, como ainda as ações verticais para o atendimento as opções estratégicas e as áreas portadoras de futuro.

§ 2º Entende-se como opções estratégicas, no âmbito da PITCE, as áreas de semicondutores, software, bens de capital e fármacos e medicamentos.

§ 3º Entende-se como áreas portadoras de futuro, no âmbito da PITCE, a biotecnologia, a nanotecnologia e a biomassa/energia alternativa.

Art. 2º Deve ser dado tratamento diferenciado às ações dirigidas ao apoio às atividades de pesquisa e desenvolvimento voltadas para as microempresas e empresas de pequeno porte, em especial visando facilitar o acesso pela descentralização do atendimento e simplificação de procedimentos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO MACHADO REZENDE
Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia

LUIZ FERNANDO FURLAN
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

PORTARIA Nº 558, DE 30 DE AGOSTO DE 2006 (*)

O Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, considerando a Portaria Interministerial nº 597, de 6 de setembro de 2006, e no uso de suas atribuições, resolve:

Art 1º Priorizar os seguintes temas para o desenvolvimento de produtos ou processos para concessão de recursos financeiros sob a forma de subvenção econômica a empresas nacionais na Chamada Pública MCT/FINEP/SUBVENÇÃO ECONÔMICA À INOVAÇÃO - 01/2006:

1. Semicondutores e software

1.1 TV Digital

. Sistemas transmissores e receptores, ou partes de, compatíveis com o sistema de TV digital adotado pelo Brasil (SBTVD), incluindo amplificadores de potência, multiplexadores, demultiplexadores, moduladores, demoduladores, codificadores e decodificadores de sinais (codecs), antenas transmissoras e receptoras de sinais digitais, terminais de acesso (unidades receptoras ou set-top-boxes);

. Sistemas de software para as diversas camadas do SBTVD (middlewares, operacionais e aplicativos);

.Desenvolvimento e testes de circuitos integrados dedicados para terminais de acesso (receptores) de sinais digitais compatíveis com o SBTVD.

1.2 Aplicações mobilizadoras e estratégicas

Desenvolvimento de tecnologias e protótipos para aplicações mobilizadoras e estratégicas que respondam a problemas de escala nacional no acesso e uso de tecnologias de informação e comunicação, prioritariamente com software em código aberto, para aplicação em governo eletrônico, educação e inclusão digital, compreendendo em especial:

. Suporte a educação à distância no ensino formal e informal, ferramentas para suporte a necessidades especiais e conteúdos para o ensino fundamental; jogos eletrônicos e sua aplicação em educação; ferramentas especiais para alunos com necessidades especiais; conteúdos inovadores para o ensino básico; sistemas de visualização.

. Informatização de serviços de governo, em particular envolvendo tributação, previdência e saúde; gestão de cadastros e extração de dados e inteligência.

. Sistemas aplicados à segurança pública: identificação automática de pessoas, individualmente e em movimento, reconhecimento de imagens e padrões; sistemas de captação, armazenamento, recuperação e identificação de dados biométricos; bloqueio de comunicações móveis em presídios e outros locais; detecção de objetos perigosos como armas, bombas, etc.

. Componentes, partes e softwares de computadores e outros dispositivos para acesso individual/coletivo de menor custo a redes, serviços públicos e bases de conhecimento.

. Desenvolvimento e testes de sistemas de rastreabilidade de animais e alimentos da pauta de exportação brasileira, do produtor rural até o consumidor final, integrados aos sistemas e padrões oficiais brasileiros e internacionais de segurança alimentar.

. Tecnologias para simulação e software embarcado em aeronaves.

2. Fármacos e medicamentos: foco em AIDS e Hepatite

. Obtenção de novas rotas de síntese que possibilitem avanços tecnológicos na produção do fármaco AZT.

. Desenvolvimento de moléculas inéditas (análogos), farmacologicamente ativas e comparáveis aos fármacos: Lopinavir, Nelfinavir, Efavirenz e Tenofovir.

. Desenvolvimento de moléculas inéditas, farmacologicamente ativas, e que se destinem ao tratamento de Hepatite C.

3. Bens de capital: foco na cadeia produtiva de biocombustíveis e de combustíveis sólidos

.Equipamentos ou sistemas para: recuperação na lavoura, recepção, processamento e utilização da palha da cana-de-açúcar em unidades industriais visando ao seu aproveitamento energético.

.Equipamentos ou sistemas alternativos para o tratamento e/ou aproveitamento de efluentes nos processos de produção de biocombustíveis.

.Sistemas de extração de óleos vegetais de alto rendimento e apropriado à agricultura familiar.

.Equipamentos ou sistemas para ganho de produtividade e competitividade na produção de biodiesel via rota etílica.

.Adaptação ou desenvolvimento de novos equipamentos ou sistemas mais eficientes que o estado da arte atual para produção de etanol.

.Equipamento ou sistemas de gaseificação por meio de processos termoquímicos utilizando combustíveis sólidos fósseis e/ou renováveis com o objetivo de produzir energia elétrica, gases, óleos ou combustíveis líquidos.

4. Adensamento tecnológico da cadeia aeroespacial

.Sistema de controle de atitude e supervisão de bordo (Attitude Control and Data Handling - ACDH) para satélite estabilizado em três eixos, compreendendo o desenvolvimento de computador de bordo, de software de supervisão e controle, integração de sensores e atuadores, teste e validação do sistema integrado.

.Câmara de imageamento óptico com características similares àquelas das embarcadas no satélite americano LANDSAT-7, com resolução na faixa de 30 metros, capaz de atingir uma largura imageada de 900 km.

.Sistemas de navegação, controle, guiamento; aerodinâmica e propulsão de artefatos aeroespaciais.

5. Nanotecnologia

. Desenvolvimento de nanocompósitos em especial para o setor aeronáutico.

. Semicondutores orgânicos para a fabricação de mostradores (OLEDs), sensores e dispositivos de identificação eletrônica.

. Materiais nanoestruturados para aplicações no setor têxtil e cosméticos.

. Nanosensores para aplicações sensíveis (defesa).

. Encapsulamento de nanofármacos.

. Cerâmica nanoestruturada.

6. Biotecnologia

. Vacinas animais (doença de Gumboro, doença de Marek, carrapato, babesia, anaplasma) e kits diagnósticos para doenças animais.

. Enzimas industriais (celulase, xilanase, amilase, beta-glucosidase, invertase, lipase); Enzimas especiais (streptoquinase, plasmina, asparaginase, fibrinuclease).

. Biopolímeros (PLA, PHA, PA, PAA, Pululana e Xantana).

. Novos produtos e processos que incorporem nanotecnologia, terapia celular, engenharia tecidual e polímeros carregadores de proteínas e fármacos.

. Proteínas recombinantes e suas aplicações no tratamento do câncer e doenças cardiovasculares.

7. Biomassa / Energias alternativas

. Desenvolvimento de novas variedades de plantas oleíferas de alta produtividade e apropriadas ao cultivo pela agricultura familiar e cana-de-açúcar para novas fronteiras.

. Desenvolvimento de novos processos e produtos para aproveitamento dos co-produtos (glicerina, torta, farelo etc.) obtidos na produção do biodiesel em pequena, média ou grande escala.

. Desenvolvimento de processo de produção de álcool a partir de material celulósico ou lignocelulósico, por meio da hidrólise.

. Processos alternativos para extração do álcool do vinho da cana de açúcar com o intuito de redução do consumo energético.

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO MACHADO REZENDE

(*) Republicada por ter saído, no DOU nº 169, de 1º -9-2006, Seção 1, pág. 7, com incorreção no original.

PORTARIA Nº 594, DE 6 DE SETEMBRO DE 2006

O Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, no uso das atribuições que lhe confere o art. 2º do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990, resolve:

Art. 1º. Conceder autorização ao representante da contraparte brasileira, Dr. MARCOS ANTÔNIO LIMA BRAGANÇA, da Universidade Federal do Tocantins, para realizar Pesquisa Científica no âmbito do Projeto intitulado "Cupins e formigas do Estado do Tocantins-seu papel nos ecossistemas naturais e manejados" (Processo de Coleta CMC nº EXC 012/06-C), a ser executada no Estado do Tocantins, em parceria com Center for Development Reseach_Universidade de Bonn, Alemanha, representada pelo Dr. GEORG CHRISTOPHER MARTIUS, contraparte estrangeira, pelo prazo de um ano , contado a partir da data de publicação desta Portaria no Diário Oficial da União.

Art. 2º. Conceder autorização aos estrangeiros abaixo indicados para, sob a responsabilidade do representante da contraparte brasileira, participarem das atividades referentes ao Projeto de que trata o artigo anterior.

EQUIPE ESTRANGEIRA	NACIONALIDADE	INSTITUIÇÃO
GEORG CHRISTOPHER MARTIUS	Alemão	Center for Development Reseach-Universidade de Bonn
DANIEL HERBERT RÜCKAMP	Alemão	Center for Development Reseach-Universidade de Bonn

Art. 3º. A coleta de material e seu destino ficam vinculados à estrita observância das normas do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990, e da Portaria/MCT nº 55, de 14 de março de 1990.

Art. 4º. A remessa de material ao exterior deverá ser realizada de conformidade com as disposições constantes do art. 19 da Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO MACHADO REZENDE

PORTARIA Nº 595, DE 6 DE SETEMBRO DE 2006

O Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, no uso das atribuições que lhe confere o art. 9º do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990, e o item 39 da Portaria MCT nº 55, de 14 de março de 1990, resolve:

Art. 1º. Prorrogar a autorização concedida pela Portaria/MCT nº 654, de 24 de outubro de 2005, ao representante da contraparte brasileira, Dr. MARCUS BARRETO CONDE, do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho/UFRJ, para dar continuidade à remessa de dados clínicos, no âmbito do processo de Pesquisa Científica, intitulado "Estudo clínico randomizado fase 2 de um esquema terapêutico contendo moxifloxacina para o tratamento de tuberculose pulmonar com baciloscopia de escarro positiva em adultos com e sem infecção pelo HIV" (Processo de Remessa - RMX 009/04), para o Dr. RICHARD ERNEST CHAISSON, contraparte estrangeira, da Johns Hopkins University, EUA, por mais um ano, contado a partir 24 de outubro de 2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO MACHADO REZENDE

PORTARIA Nº 596, DE 6 DE SETEMBRO DE 2006

O Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, resolve:

Art. 1º Reconhecer, conforme consta do processo MCT nº 01200.003525/2006-15, de 12 de julho de 2006, que o produto Aparelho transmissor de telefonia com receptor incorporado, digital, de freqüência máxima igual a 1,5 GHz e taxa de transmissão máxima igual a 16 Mbits/s (rádio digital), modelos: AW-400-1A e AW-1500-1A, desenvolvido pela empresa ASGA S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.694.729/0001-58, atende à condição de bem com tecnologia desenvolvida no País, nos termos e para os fins estabelecidos na Portaria MCT nº 214, de 9 de dezembro de 1994.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO MACHADO REZENDE

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

RETIFICAÇÕES

No Extrato de Parecer Técnico nº 684/2006, publicado no D.O.U. Nº 166, de 29/08/2006, Seção 1, páginas 5 e 6, onde lê-se: "ocupará uma área total de 2,016 ha, sendo 0,9216 ha plantado com milho transgênico", leia-se "ocupará uma área total de 2,0736 ha, sendo 0,768 ha plantado com milho transgênico"; onde lê-se "Cada parcela será composta de 48 linhas de 40 metros de comprimento, com espaçamento entre linhas de 0,6 m e densidade final esperada de quatro plantas por metro linear ou 7.680 plantas por parcela", leia-se "Cada parcela será composta de 40 linhas de 40 metros de comprimento, com espaçamento entre linhas de 0,6 m e densidade final esperada de quatro plantas por metro linear ou 6.400 plantas por parcela"

No Extrato Parecer Nº 696/2006, publicado no DOU Nº 167 Seção I de 30/08/2006, página 9; onde lê-se: "Serão 57 linhas de 140 metros, com espaçamento de 0,6m. Do total das linhas, 17 serão ocupadas pelo genitor masculino (linhagem não GM) e 40 ocupadas pelo genitor feminino (linhagem GM-Bt11). Haverá assim, uma proporção de 4 linhas da linhagem Bt11 para cada linhagem não GM, utilizada como polinizador. Os genitores estarão dispostos intercaladamente, sendo que 4 linhas de cada extremidades serão compostas por linhagem não GM. A densidade desejada será de 4 plantas por metro linear. Dessa forma, o população total na liberação será de aproximadamente 31.920 plantas, das quais 22.400 serão Bt11 e 9.520 serão plantas polinizadoras não GM.", leia-se: "Serão 59 linhas de 120 metros, com espaçamento de 0,6m mais dois blocos de 10 metros de bordadura com plantas não GM em cada extremidade. Do total das linhas, 27 serão ocupadas pelo genitor masculino (linhagem não GM) e 32 ocupadas pelo genitor feminino (linhagem GM-Bt11). Haverá assim, uma proporção de 4 linhas da linhagem Bt11 para cada linhagem não GM, utilizada como polinizador. Os genitores estarão dispostos intercaladamente, sendo que 4 linhas de cada extremidades serão compostas por linhagem não GM. A densidade desejada será de 4 plantas por metro linear. Dessa forma, a população total na liberação será de aproximadamente 33.040 plantas, das quais 15.360 serão Bt11 e 17.680 serão plantas polinizadoras não GM".

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR

RETIFICAÇÃO

Na Portaria CNEN/PR nº 59, de 04 de setembro de 2006, publicada no DOU nº 172, pág. 15, S. 1, de 06 de setembro de 2006, onde se lê: "1.2) a INB deverá finalizar, no prazo de nove meses a contar da data de publicação dessa Portaria, o atendimento às exigências constantes do Ofício nº 391/06 CNEN/PR, de 01.09.2006, sob pena de suspensão da presente autorização; "

Leia-se: "1.2) a INB deverá finalizar, no prazo de nove meses a contar da data de publicação dessa Portaria, o atendimento às exigências constantes do Ofício nº 391/06 CNEN/PR, de 04.09.2006, sob pena de suspensão da presente autorização;"

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

DESPACHO DO DIRETOR
Em 6 de setembro de 2006

244ª Relação de revalidação de credenciamento - Lei 8.010/90

ENTIDADE	CREDENCIAMENTO	CNPJ
Fundação Universidade Federal do Paraná para o Desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e da Cultura - FUNPAR	900.0066/1990	78.350.188/0001-95

GILBERTO PEREIRA XAVIER

Ministério da Cultura

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 437, DE 5 DE SETEMBRO DE 2006

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso de suas atribuições legais, e em cumprimento ao disposto no § 6º do artigo 19 da Lei n.º 8313, de 23 de dezembro de 1991, resolve:

Art. 1º - Aprovar projetos culturais, relacionados nos anexos I e II à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTE CÊNICAS - (ART.18, §1º)
06 4995 - Animal do tempo
Cia. Teatral do Movimento Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 02.769.376/0001-90
Processo: 01400.004738/06-08
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 330.811,72
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
O projeto tem por objetivo produzir e apresentar o espetáculo nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, para celebrar os quinze anos da Cia. Teatral do movimento (CTM), dirigida por Ana kfouri. O espetáculo é a primeira parte do texto "Discurso aos animais", do autor contemporâneo francês Valére Novarina, e reune um triângulo de profissionais renomados, trabalhando juntos pela primeira vez: o diretor Antonio Guedes - diretor da Companhia Teatro do Pequeno Gesto; a dramaturgista e tradutora - Angela Leite Lopes a Ana Kfouri.
06 3918 - Palhaço...Quem?
Da Rin Produção e Iluminação Artística Ltda.
CNPJ/CPF: 00.148.633/0001-41
Processo: 01400.002170/06-82
BA - Salvador
Valor do Apoio R$: 361.418,19
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Trata-se de um espetáculo teatral gratuito concebido para ruas, praças e outros espaços não convecionais tendo em vista que seu projeto de palco cenográfico móvel, montado e estruturado sobre um reboque, é puxado por um veículo, para cidades do interior do estado da Bahia.
06 1110 - Circuladô Circense - 1ª Etapa
Associação Picolino de Artes do Circo
CNPJ/CPF: 01.773.087/0001-00
Processo: 01400.016629/05-44
BA - Salvador
Valor do Apoio R$: 999.512,14
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Realizar temporada de espetáculo, com apresentações em diversas cidades do Brasil, visando formar platéia para o circo, oferecer espetáculos circense a preços populares, valorizar, socializar e divulgar as artes circenses, fortalecer o desenvolvimento da Cia de Circo picolino, apresentar relação existente entre a arte circense e o cotidiano, difundir ao grande público do brasil o trabalho artístico da Picolino.
06 5469 - Desfigura
Latorraca Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 29.269.594/0001-12
Processo: 01400.005273/06-02
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 247.381,77
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Este projeto tem como tem como objetivo, montar e apresentar o espetáculo "Desfigura", com temporadas em São Paulo e no Rio de Janeiro.
06 3436 - FETO - Festival Estudantil de Teatro
Bárbara Mara Bof Santos
CNPJ/CPF: 014.581.816-00
Processo: 01400.002415/06-71
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 113.680,20
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Promover a 6ª Edição do FETO (Festival de Estudantil de Teatro), visando o desenvolvimento artístico e social de estudantes, através do incentivo à organização de produções artísticas em Minas Gerais e no país. Realizar oficinas de práticas teatrais ou circenses.
06 4459 - Dança Final (A) - Turnê MG
Carlos Roberto Garcia Marques
CNPJ/CPF: 159.913.266-49
Processo: 01400.003301/06-49
MG - Uberlândia
Valor do Apoio R$: 134.211,00
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
O projeto objetiva a circulação da peça "A Dança Final", de Plínio Marcos, em nove cidades do interior de Minas Gerais, totalizando 27 apresentações e mais 12 apresentações na cidade de Belo Horizonte. Todas as apresentações, com exceção da cidade de Belo Horizonte, serão abertas ao público.
06 0672 - Homem, a besta e a virtude (O)
Olhar Imaginário Ltda.
CNPJ/CPF: 01.605.800/0001-07
Processo: 01400.015505/05-41
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 571.164,00
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Encenação de peça teatral de domínio público, sob a direção de Marcos Caruso, e participação de Débora Duboc, Roney Facchini e Petrônio Gontijo, com temporada de 4 meses na cidade de São Paulo em teatro a ser definido, entre os meses de março e junho. As apresentações serão realizadas com debates quando estiverem presentes entidades ligadas à educação e movimentos sociais.
06 5008 - Cachorro
Edson Roberto Santana
CNPJ/CPF: 528.881.858-49
Processo: 01400.004745/06-00
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 167.053,36
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Montagem do texto teatral de Dea Loher, conhecido como homenagem ao artista plástico Alberto Giacometti, com apresentação em espaço museológico na cidade de São Paulo.
06 3906 - Ópera do Malandro
Fixação Marketing Cultural ME Ltda.
CNPJ/CPF: 06.016.008/0001-22
Processo: 01400.002182/06-15
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 1.488.258,00
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Realização da montagem do espetáculo teatral-musical de Chico Buarque de Holanda, temporada na cidade de São Paulo e outras cidades.
06 5801 - Formação de meninos bailarinos atores - Os Meninos do Barão
Associação dos Benfeitores e Amigos de Meninos Bailarinos e Atores
CNPJ/CPF: 02.760.435/0001-60
Processo: 01400.006033/06-17
SP - Campinas
Valor do Apoio R$: 364.768,58
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
O projeto tem por objetivo a realização de oficina de dança para crianças e adolescentes da região de campinas - SP, visando a formação de bailarinos, ensinando-os desde a sua infância, ainda jovens meninos para que cresçam aprendendo a dançar e tenham uma formação mais ampla e completa. Também pretende-se fazer um espetáculo com três coreografias diferentes de coreógrafos conhecidos no segmento da dança, visando valorizar e estimular os alunos a permanecerem na oficina.
06 3416 - Amante de Meu Marido (O)
Helena Maria da Silva
CNPJ/CPF: 157.313.728-61
Processo: 01400.001650/06-26
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 166.485,60
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Produzir o espetáculo teatral, uma comédia em dois atos por Rodolfo da Rocha Carvalho. A montagem será feita pelo Grupo Tônus com a direção de Nino Costa. Realizar quarenta apresentações da peça durante três meses de temporada em teatro a definir na cidade de São Paulo.
06 5011 - Programa Teatro Amigo - um programa e inclusão de idosos no teatro
Supra Participação e Administração Ltda.
CNPJ/CPF: 62.204.631/0001-80
Processo: 01400.004744/06-57
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 186.244,52
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Este projeto visa facilitar aos idosos o acesso a locais e eventos culturais, garantindo o direito do idoso de ter acesso à cultura, conforme estabelecido no seu estatuto. O projeto tem como meta distribuir ingressos para atender a 600 idosos, correspondente à quantidade de internos de duas entidades da cidade de São Paulo. Mudar esse quadro é o que pretende o Programa Teatro Amigo.
06 2911 - Especulador (O)
Jupiter Teatro Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 07.002.655/0001-48
Processo: 01400.000335/06-81
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 294.212,60
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
O projeto visa a montagem da peça O Especulador, comédia de Balzac, com tradução e adaptação de João Bethencourt, inédita no Brasil. O cenário será de José Dias; figurinos de Colmar Diniz. Fazem parte do elenco os atores Ewerton Castro, Rubens de Falco, Gustavo Ottoni entre outros.
06 4648 - Taré missões
A Turma do Dionisio Produção de Espetáculos Culturais Ltda.
CNPJ/CPF: 07.670.407/0001-75
Processo: 01400.003529/06-39
RS - Santo Ângelo
Valor do Apoio R$: 88.977,61
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Realizar vinte apresentações do espétaculo, de teatro "A Máscara de Taré" em, no mínimo dez municípios na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul; realizar oficinas de teatro e palestras nos municípios de abrangência do projeto.
06 4813 - Fortúnio Santa Rosa
A Turma do Dionisio Produção de Espetáculos Culturais Ltda.

CNPJ/CPF: 07.670.407/0001-75
Processo: 01400.003847/06-08
RS - Santo Ângelo
Valor do Apoio R$: 44.617,54
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Promover um roteiro de 15 apresentações do espetáculo de teatro As Aventuras de Fortúnio no município de Santa Rosa - RS. Abordar questões relacionadas à preservação do meio ambiente, através do teatro. Realizar 15 palestras/debates sobre o meio ambiente com enfoque na separação do lixo doméstico, em escolas.
06 4815 - Fortúnio São Luiz
A Turma do Dionisio Produção de Espetáculos Culturais Ltda.
CNPJ/CPF: 07.670.407/0001-75
Processo: 01400.003890/06-65
RS - Santo Ângelo
Valor do Apoio R$: 44.734,49
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Promover um roteiro de 15 apresentações do espetáculo de teatro As Aventuras de Fortúnio no município de São Luiz Gonzaga - RS. Abordar questões relacionadas à preservação do meio ambiente, através do teatro. Realizar 15 palestras/debates sobre o meio ambiente com enfoque na separação do lixo doméstico, em escolas.
06 4816 - Fortúnio Ijuí
A Turma do Dionisio Produção de Espetáculos Culturais Ltda.
CNPJ/CPF: 07.670.407/0001-75
Processo: 01400.003848/06-44
RS - Santo Ângelo
Valor do Apoio R$: 48.193,63
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Promover um roteiro de 15 apresentações do espetáculo de teatro As Aventuras de Fortúnio no município de Ijuí - RS. Abordar questões relacionadas à preservação do meio ambiente, através do teatro. Realizar 15 palestras/debates sobre o meio ambiente com enfoque na separação do lixo doméstico, em escolas.
06 4819 - Fortúnio Santa Cruz
A Turma do Dionisio Produção de Espetáculos Culturais Ltda.
CNPJ/CPF: 07.670.407/0001-75
Processo: 01400.003845/06-19
RS - Santo Ângelo
Valor do Apoio R$: 48.044,06
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Promover um roteiro de 15 apresentações do espetáculo de teatro "As Aventuras de Fortúnio" na região de Santa Cruz do Sul - RS. Serão realizadas apresentações em, no mínimo, dez municípios gaúchos. Objetiva-se também realizar 15 palestras / debates sobre o meio ambiente com enfoque na separação do lixo doméstico, em escolas.
06 4535 - Fortúnio San
A Turma do Dionisio Produção de Espetáculos Culturais Ltda.
CNPJ/CPF: 07.670.407/0001-75
Processo: 01400.003773/06-00
RS - Santo Ângelo
Valor do Apoio R$: 43.536,64
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Este projeto tem como objetivo, promover um roteiro de 15 apresentação do espetáculo do teatro " As Aventuras de Fortúnio" no município e Santo Ângelo.
06 4565 - Fortúnio Noroeste
A Turma do Dionisio Produção de Espetáculos Culturais Ltda.
CNPJ/CPF: 07.670.407/0001-75
Processo: 01400.003772/06-57
RS - Santo Ângelo
Valor do Apoio R$: 44.543,76
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Este projeto tem como objetivo, abordar questões relacionadas à preservação do meio ambiente, através do teatro e promover um roteiro de 15 apresentações do espetáculo de teatro " As Aventuras de Fortúnio".
05 6125 - Chapeuzinho vermelho e o lobo que não era mau
João Soncini
CNPJ/CPF: 394.798.467-72
Processo: 01400.010603/05-92
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 278.658,00
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Este projeto tem como objetivo a realização de um espetáculo e fazer com que as crianças aprendam, a respeitar a fauna e a flora. Através do espetáculo, que é criativo, divertido e interativo, a criança é estimulada a não mais ter medo dos animais e passa a respeitá-los como seres vivos.
06 5095 - Rito de passagem 2006/07
Instituto de Desenvolvimento das Tradições Indígenas
CNPJ/CPF: 03.536.830/0001-26
Processo: 01400.004764/06-28
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 502.400,00
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
O projeto objetiva realizar 3 noites de apresentações de grupos indígenas ao ar livre em espaços como o Solar do Unhão, em Salvador e um parque ou praça pública em Recife. Os grupos que receberão convites para confirmação da presença de 8 povos no total serão: Kaiapó e Wai Wai (PA), Tapirapé (TO), Pankararu e Kariri (PE), Mehinaku, Enawenê Nawê e Nambiquara (MT), Paxató e Kiriri (BA).
05 9985 - Hortifrutigranjeiro beija-flor - Dança
Pró Cultura Marketing Cultural, Eventos e Comunicação
CNPJ/CPF: 03.727.428/0001-29
Processo: 01400.017573/05-45
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 119.240,88
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
O objetivo do Projeto Hortifrutigranjeiro Beija-flor - Dança, é atender crianças e adolescentes, proporcionando-lhes o estudo da dança. Proporcionar as crianças e aos adolescentes o conhecimento teórico e prático da dança, nos estilos: balé clássico/moderno, jazz, street dance, axé e hip hop.
06 5530 - Alma S. A
Lola Borges
CNPJ/CPF: 092.720.377-43
Processo: 01400.005570/06-40
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 53.919,50
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
O objetivo deste projeto é a realização de montagem e apresentações do espetáculo ALMA S. A ., texto e direção de Ivan Fernandes, em temporada de 1 mês na cidade do Rio de Janeiro.
06 3801 - Talentos da Dança 2006
Lucia Helena Negri Teixeira M.E.
CNPJ/CPF: 51.910.073/0001-51
Processo: 01400.002035/06-37
SP - Campinas
Valor do Apoio R$: 298.410,00
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Tem como objetivo realizar cursos de oficinas sobre conhecimento técnico em dança clássica, contemporânea e técnica teatral para futura profissionalização. Realizar apresentações dos jovens bailarinos em montagens do Projeto Dança e Cidadania 2006.
06 4568 - Bolsa de Estudos Para Formação Acadêmica em Artes Circenses
Luis Sartori do Vale
CNPJ/CPF: 058.558.846-51
Processo: 01400.003572/06-02
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 55.898,00
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Tem como finalidade à obtenção de Bolsa de Estudos, para continuidade das atividades iniciadas, visando a freqüência de Sartori no segundo ano acadêmico. Com as disciplinas: artísticas, gerais, técnicas, atividades extra-curriculares e facultativas; na École Superieure des Arts du Cirque (ESAC - Bélgica).
06 6345 - Boca de Ouro
Ainda Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 07.911.849/0001-66
Processo: 01400.006359/06-44
SP - Santos
Valor do Apoio R$: 271.828,03
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Circulação do espetáculo teatral, de Nelson Rodrigues, em diversas cidades do Estado de São Paulo.
06 4780 - Festival Internacional de Artes Cênicas de Goiânia - Goiânia em Cena
Instituto Terceiro Setor - ITS
CNPJ/CPF: 02.603.185/0001-54
Processo: 01400.003694/06-91
DF - Brasília
Valor do Apoio R$: 446.545,00
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Promover o Festival Internacional de Artes Cênicas de Goiânia, composto por espetáculos, oficinas, debates, seminários, encontro com diretores e lançamentos.
06 6737 - Mostra universitária - riocenacontemporânea
Associação Riocenacontemporânea
CNPJ/CPF: 05.867.863/0001-84
Processo: 01400.007059/06-82
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 448.316,00
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Realizar a III Mostra Nacional de Teatro Universitário - Riocenacontemporânea que prevê 64 apresentações de grupos teatrais de vários Estados brasileiros.
06 4632 - Festival Internacional de Danças Árabes de Bauru (VIII) - Panamericano
Márcia Corrêa Sier
CNPJ/CPF: 077.061.368-33
Processo: 01400.004387/06-27
SP - Bauru
Valor do Apoio R$: 45.108,89
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Realizar o VIII Festival Internacional de Danças Árabes de Bauru, em cárater não-competitivo, juntamente com a etapa final do Festival Pan-americano de Danças Árabes, divididos em dois dias de apresentações na cidade de Bauru, SP. Objetiva-se também: promover apresentações, workshops, palestras e exibição de vídeos de danças árabes com profissionais de alto nível, documentar os espetáculos através de filmagem e oferecer gratuitamente palestras e exibições de vídeos sobre cultura árabe.
05 10257 - Doutores da folia
Grupo de Voluntários Doutores da Folia
CNPJ/CPF: 03.943.639/0001-07
Processo: 01400.015384/05-38
SP - Santos
Valor do Apoio R$: 41.821,28
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
O projeto tem por objetivo apresentar mini-espetáculos em alas pediátricas de hospitais, orfanatos e entidades que trabalhem com educação infantil em regime de internato, envolvendo também os profissionais que as atendam (médicos, educadores, enfermeiros, etc).
06 3578 - Como Chegamos Aqui? A História do Brasil Segundo Ernesto Varela - Temporada em Brasília
Atitude Brasil Comunicação Formativa e Projetos Socioculturais Ltda.
CNPJ/CPF: 07.484.064/0001-54
Processo: 01400.003792/06-28
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 217.690,00
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Espetáculo multimídia em forma de peça de teatro, apresentado por Ernesto Varela, personagem interpretado por Marcelo Tas, é uma comédia política.
05 0277 - Besouro do Brasil
JLM Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 05.500.952/0001-98
Processo: 01400.000288/05-95
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 422.301,00
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
O projeto visa montar um espetáculo em homenagem às raízes da cultura brasileira. O principal objetivo da realização deste espetáculo musical é a valorização destas raízes mostrando a qualidade da música, da dança e do ritual.
06 0164 - Ópera La Traviata
Centro Cultural Teatro Guaíra
CNPJ/CPF: 76.695.204/0001-56
Processo: 01400.013734/05-21
PR - Curitiba
Valor do Apoio R$: 387.950,00
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
O projeto promoverá a realização de 06 apresentações da Ópera La Traviata no Centro Cultural Teatro Guaíra, no auditório Bento Munhoz da Rocha Neto.
06 0353 - Ópera Don Giovanni
Centro Cultural Teatro Guaíra
CNPJ/CPF: 76.695.204/0001-56
Processo: 01400.013262/05-15
PR - Curitiba
Valor do Apoio R$: 340.000,00
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
O objetivo do projeto é a realização musical Ópera Don Giovanin, no Centro Cultural Teatro Guaíra. Oportunizar a artistas e público em geral o acesso a uma ópera conhecida e pouco montada em palcos curitibanos, expandir as atividades artísticas realizadas no ref, Centro, buscando oferecer espetáculos artísticos de excelente qualidade e realizar um espetáculos que consiga abranger a formação de profissionais das áreas técnicas que envolvem a produção de espetáculo.
06 3398 - Edição (34ª) - FENATA - Festival Nacional de Teatro
Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG
CNPJ/CPF: 80.257.355/0001-08
Processo: 01400.001760/06-98
PR - Ponta Grossa
Valor do Apoio R$: 111.120,00
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Promover o 34ª FENATA - Festival Nacional de Teatro em Ponta Grossa - estado do Paraná. Reunir grupos de teatro de diversos estados do país. Debate sobre o fazer artístico baseado na prática teatral Com 20 apresentações teatrais, 08 dias de apresentações dos grupos, 02 apresentações de espetáculos profissionais para o encerramento.
06 4202 - Projeto Pedro e o Lobo
Ditarso Companhia de Dança
CNPJ/CPF: 07.833.599/0001-93

Processo: 01400.003091/06-99
MG - Montes Claros
Valor do Apoio R$: 89.966,16
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Realizar apresentações gratuitas do espetáculo infantil de dança Pedro e o Lobo, nos municípios norte mineiros de Bocaiúva, Capitão Enéas, Claro dos Poções, Coração de Jesus, Francisco Sá, Juramento, Lontra e Mirabela, totalizando oito apresentações. Serão gratuitas em locais públicos como praças ou centro comunitários.
06 2433 - Cia Burlantins - 10 Anos
Universo Produção Ltda.
CNPJ/CPF: 00.246.471/0001-84
Processo: 01400.017158/05-91
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 529.400,00
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
O objetivo deste projeto é a realização de uma série de espetáculos teatrais em comemoração dos 10 anos da Cia Burlantins. Planejam apresentar para público o melhor de sua trajetória, democratizar e descentralizar sua arte reunindo em um programa de caráter sócio-cultural. Show musical que caracteriza o perfil de seus fundadores apresentando no palco, Regina Spósito, Marina Machado, Maurício Tizumba. Os eventos consiste em um programa multidisciplinar composto de: lançamento dos Cds dos espetáculos O Homem que Sabia Português e da A Sombra do Sucesso, shouw musical , exposição, catálogo e oficinas, dois módulos de oficinas de cultura com ênfase na formação de mão-de-obra especializada que visa fomentar a indústria cultural do Estado.
06 1376 - Amante de Appollo (O)
Régis Produções Teatrais e Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 50.755.800/0001-90
Processo: 01400.000493/06-31
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 452.595,00
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Produção do espetáculo "O amante de Appollo", de autoria de Júlio Kadett, com direção de Annamaris Dias, com temporada de quatro meses, sendo negociados o Teatro Shopping Frei Caneca, Teatro Imprensa ou Teatro Procópio Ferreira, em São Paulo.
06 1714 - Borboletras
Ypsilon Soluções Tecnologia e Marketing Ltda.
CNPJ/CPF: 05.597.757/0001-28
Processo: 01400.017674/05-16
RJ - Niteroi
Valor do Apoio R$: 64.732,00
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Montar o espetáculo, com roteiro original elaborado a partir de pesquisa sobre a linguagem do clown e inspirado na figura mítica da borboleta e sua simbologia em diversas culturas.
06 5590 - Festival de dança, canção e teatro em Rio Verde
Sociedade Esportiva e Recreativa Perdigão
CNPJ/CPF: 04.029.457/0001-80
Processo: 01400.005615/06-86
GO - Rio Verde
Valor do Apoio R$: 302.080,00
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Realização de eventos de dança, canção e teatro no município de Rio Verde-GO. Haverá apresentação de dança, enquetes de teatro e pequenas peças.
06 6658 - Dias (Os 7)
Voando Livre - Produções Culturais e Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 08.041.549/0001-36
Processo: 01400.006617/06-92
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 594.649,25
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Montagem da peça de teatro multimídia Os 7 Dias, de Ferreira Cardozo.
06 3623 - Notícias do Araguaia Viagem 2006/2007
Pires de Carvalho Produções Artísticas e Culturais Ltda.
CNPJ/CPF: 07.549.472/0001-47
Processo: 01400.001676/06-74
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 143.647,90
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Tournée da peça teatral Notícias do Araguaia de Manoel Prazeres, nas cidades: Brasília, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre.
06 4495 - Peters, em luto pela pureza da resposta das crianças
Thiago Guimarães de Barros Pimentel
CNPJ/CPF: 103.069.457-54
Processo: 01400.003517/06-12
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 83.406,05
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Montagem e manutenção de temporada popular do espetáculo teatral "Peters" com a Companhia de Teatro Pancadas, uma livre adaptação da obra de J.M Barrie.

ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)
06 3215 - Todo EmCanto
Algernon Paiva Filho
CNPJ/CPF: 252.973.846-72
Processo: 01400.001148/06-15
MG - Lavras
Valor do Apoio R$: 95.787,61
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Através deste projeto deseja-se popularizar a música erudita por meio do canto lírico, apresentando ao público das cidades de Lavras, Varginha e Belo Horizonte a música erudita. Com isso pretende-se incentivar o gosto pela música erudita levando as pessoas ao hábito de ouvir este estilo de música.
06 5043 - CD Ivan Vilela
Antoine Kolokathis - ME
CNPJ/CPF: 07.179.628/0001-45
Processo: 01400.004496/06-44
SP - Campinas
Valor do Apoio R$: 99.650,00
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Produção, gravação e prensagem do novo CD de Ivan Vilela, compositor, intérprete e pesquisador da viola e da música de raiz brasileira; o CD será de música instrumental de viola caipira.
06 5032 - Londrina Jazz Festival 2006
CLAMA - Comunidade Londrinense dos Amigos da Música
CNPJ/CPF: 07.970.808/0001-40
Processo: 01400.004757/06-26
PR - Londrina
Valor do Apoio R$: 413.200,00
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Realizar, a quarta edição do festival de Jazz de Londrina, com apresentação de diversas bandas e artistas locais, nacionais e internacionais. O festival se compõe de shows, apresentações em locais públicos, workshops, Jam Sessions
06 4738 - Baleia Franca 2006
NM Produções e Eventos Ltda.
CNPJ/CPF: 06.053.058/0001-80
Processo: 01400.003584/06-29
SC - Tubarão
Valor do Apoio R$: 191.454,73
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Realizar concerto de música clássica na Semana Nacional da Baleia Franca 2006, reunindo um pianista, dois violinista e um coral de 110 vozes.
06 5446 - CD Instrumental Mário Ulloa
TAG Produções e Eventos Ltda.
CNPJ/CPF: 05.055.610/0001-06
Processo: 01400.005221/06-28
BA - Salvador
Valor do Apoio R$: 50.000,00
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Produção de CD de música instrumental com 15 faixas, de autoria de Dorival Caymmi, interpretadas pelo músico Mario Ulloa e realização de show de lançamento do CD no Teatro Jorge Amado, em Salvador.
06 3310 - Orquestra Infanto-Juvenil Brasileira
Ação Social pela Música - ASM
CNPJ/CPF: 03.313.239/0001-00
Processo: 01400.001144/06-37
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 838.255,00
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
A Orquestra Infanto-Juvenil Brasileira é uma orquestra composta por crianças e jovens com idades entre 8 e 24 anos, de todos os estados brasileiros. Esta orquestra objetiva se apresentar em junho em Brasília, seguindo posteriormente para a Alemanha, onde se apresentará em Berlim como convidada do Festival de Orquestra de Jovens, a se realizar logo após a Copa do Mundo de Futebol. No regresso ao final da turnê européia, a Orquestra se apresentará no Rio de Janeiro, finalizando sua temporada. No Brasil não haverá cobrança de ingressos e, no exterior, sua cobrança ou não, ficará a critério dos organizadores locais.
06 3314 - Orquestra de jovens do Mercosul
Ação Social pela Música - ASM
CNPJ/CPF: 03.313.239/0001-00
Processo: 01400.001027/06-73
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 877.591,00
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
O projeto visa, apresentar a Orquestra de Jovens do Mercosul nas seguintes cidades: Rio de Janeiro, Brasília, Porto Alegre e Buenos Aires. A Orquestra de Jovens do Mercosul é uma orquestra eminentemente jovem, existente há 08 anos, que apresenta o melhor da música clássica nacional e estrangeira, com componentes dos países do Mercosul. Todos os concertos serão inteiramente gratuitos. O maestro da Orquestra será Silvio Barbato, de grande renome internacional.
06 5385 - Canções de Amor com Rosana Lamosa e Marcelo Bratke
Aulos Soluções Culturais Ltda.
CNPJ/CPF: 07.506.882/0001-00
Processo: 01400.005288/06-62
SP - Mairipora
Valor do Apoio R$: 474.580,56
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Realizar sete concertos/recitais en sete diferentes cidades com a Soprano Rosana Lamosa e o pianista Marcelo Bratke, com encenação, direção de arte e desenho de luz de Caetano Vilela. Divulgar a obra do compositor Cláudio Santoro. Cidades: São Paulo (Teatro São Pedro), Rio de Janeiro (Sala Cecília Meirelles), Curitiba (Auditório Salvador de Cerrante), Londrina (Teatro Marista), Florianópolis (Teatro Álvaro de Carvalho), Blumenau (Teatro Carlos Gomes) e Porto Alegre (Teatro São Pedro).
06 6659 - Banda Sinfônica do CFN - CD 2006
Museu do Corpo de Fuzileiros Navais
CNPJ/CPF: 36.107.019/0001-89
Processo: 01400.006616/06-48
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 64.593,24
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
O projeto consiste na gravação de CD de músicas clássicas e populares executadas pela Banda Sinfônica do Corpo de Fuzileiros Navais para distribuição gratuita, estimulando na sociedade o gosto pela música.

06 0483 - Coro Infanto-Juvenil da Escola de Música da Rocinha - Concertos Didáticos
Associação Cultural Professor Hans Ulrich Koch
CNPJ/CPF: 02.044.699/0001-17
Processo: 01400.013396/05-28
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 71.786,00
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Realizar apresentações em dez escolas públicas da periferia da cidade do Rio de Janeiro, com o Coro Infanto-Juvenil da Escola de Música da Rocinha, visando a prática da atividade coral e instrumental, com crianças e jovens de comunidades de baixa renda, como ação preventiva contra a violência.
06 2220 - Música & Arte
Pró Cultura Marketing Cultural, Eventos e Comunicação
CNPJ/CPF: 03.727.428/0001-29
Processo: 01400.015778/05-96
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 341.344,10
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
O objetivo deste projeto é a formação de uma Orquestra de Corda para crianças e adolescentes, tendo como público-alvo as camadas mais carentes da população do município de São José do Rio Pardo/SP. Os alunos terão no curso aulas de teoria musical e prática instrumental, passando, desde o início, a integrar uma pequena Orquestra. Os alunos que se destacarem nas aulas e apresentações da orquestra serão encaminhados ao Conservatório de Tatuí, além, de serem integrados à Orquestra Sinfônica.
06 5525 - Violino brasileiro
L. PE Produções Musicais Ltda.
CNPJ/CPF: 06.121.004/0001-04
Processo: 01400.005572/06-39
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 110.523,00
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Gravação e produção de Cds com 12 peças representativas do gênero clássico brasileiro para violino e piano, com o violinista Daneil Guedes e o pianista Flávio Augusto.
06 5526 - Maurício Einhorn - inéditas
L. PE Produções Musicais Ltda.
CNPJ/CPF: 06.121.004/0001-04
Processo: 01400.005573/06-83
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 155.400,00
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Gravação, produção e distribuição de Cds de música instrumental, com o gaitista Maurício Einhorn.
06 5532 - Cai dentro
L. PE Produções Musicais Ltda.
CNPJ/CPF: 06.121.004/0001-04
Processo: 01400.005571/06-94
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 106.207,50
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
O objetivo deste projeto é a realização da gravação, de CD's e música instrumental com o gaitista Gabriel Grossi e músicos acompanhadores. Visa registro de 12 temas selecionados de épocas diferentes e de compositores diversos.
06 4588 - In Concert
Art Bhz Produtora de Espetáculos Ltda.
CNPJ/CPF: 01.627.636/0001-20

Processo: 01400.003513/06-26
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 1.044.460,07
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
O In Concert é um projeto itinerante que privilegia a música instrumental. A curadoria é do compositor e arranjandor mineiro Túlio Mourão.
06 3536 - Brasil - De Antônio a Zé Kéti
Art Bhz Produtora de Espetáculos Ltda.
CNPJ/CPF: 01.627.636/0001-20
Processo: 01400.003085/06-31
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 180.524,52
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
O projeto tem um repertório 100% instrumental, resultado de uma pesquisa realizada por Célio Balona, Clóvis Aguiar e Milton Ramos, e inclui cerca de 80 músicas, de diferentes autores, estilos e épocas dentro da MPB. Serão realizados dois espetáculos, em dias consecutivos e abertos ao público, no Teatro Sesiminas/Belo Horizonte e gravados ao vivo em DVD.
06 4431 - Luiz Gazolla
Luiz Fernando Gazolla de Almeida
CNPJ/CPF: 628.325.306-72
Processo: 01400.003418/06-22
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 196.295,00
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
O objetivo do projeto, é a gravação do CD, com especialização em Música Popular. Serão 11 faixas de autoria de Luiz Gazolla, com show de lançamento.
06 4405 - Chorando na Percussão
Brasil Cria Música Arte Esporte Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 07.680.217/0001-39
Processo: 01400.004469/06-71
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 1.392.970,00
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Realização de 10 apresentações de música instrumental, sendo 05 no Circo Voador, no Rio de Janeiro e 05 no Manga Rosa em São Paulo.
06 3738 - Brasil - da seresta ao rock-in-roll
Via Láctea Ltda.
CNPJ/CPF: 23.254.238/0001-49
Processo: 01400.001838/06-74
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 156.508,00
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Realizar 08 espetáculos instrumental/cênico, em Belo Horizonte/MG, mostrando as várias tendências musicais do povo brasileiro com ênfase no mineiro, desde as famosas serenatas passando por clássicos do folclore, do forró até os movimentos pop e de rock-in-roll. O espetáculo tem duração de uma hora e meia, com a participação da Banda Via Láctea, coreografias do "Corpo de Dança" e Fernando Sodré.
06 3708 - Via Láctea - Cordas e Metais
Via Láctea Ltda.
CNPJ/CPF: 23.254.238/0001-49
Processo: 01400.001835/06-31
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 94.798,00
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
O objetivo deste projeto é levar a arte e a música da Orquestra Via Láctea e seus músicos a todo o públlico mineiro e brasileiro. Que consiste na gravação de um CD contendo 15 músicas instrumentais para cordas e metais.
06 6438 - Projeto aquarius Nova Iguaçu
Moledo Produções e Consultoria Ltda.
CNPJ/CPF: 03.259.557/0001-30
Processo: 01400.006759/06-50
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 1.275.520,00
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Visa a realização de concerto didático gratuito do Projeto Aquarius na cidade de Nova Iguaçu/RJ. O concerto didático terá participação de Orquestra Petrobras Sinfônica sob regência do maestro Isaac Karabtchevsky e/ou Carlos Prazeres, coro de 80 vozes e solistas, e repertório com obras de Mozart, Beethoven, Carlos Gomes, Villa Lobos, Vivaldi etc.
06 3947 - Música nas igrejas
Imperial Irmandade Nossa Senhora da Glória do Outeiro
CNPJ/CPF: 27.003.102/0001-17
Processo: 01400.002567/06-74
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 1.483.818,27
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
O projeto baseia-se na realização de concertos clássicos em igrejas das cidades do Rio de Janeiro, Florianópolis, Recife e Brasília, apresentando sempre gratuitamente, grandes intérpretes e conjuntos de música clássica brasileira e mundial.
06 5424 - CD Viola de Arame Composições Brasileiras
Roberto Nunes Corrêa ME
CNPJ/CPF: 25.744.624/0001-44
Processo: 01400.005512/06-16
DF - Brasília
Valor do Apoio R$: 286.866,80
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Realização da gravação e produção do CD Viola de Arame: Composições Brasileiras, interpretado por Roberto Corrêa, com 20 faixas, com composições para viola brasileira solo; com capa e encarte de vinte páginas especialmente elaborados para o CD contendo fotos, ficha técnica e textos para o trabalho, escritos pelo próprios compositores, por pesquisadores e críticos de música; lançar o CD em seis cidades: Brasília, São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Curitiba e Recife; realizar encontros/oficinas com músicos e estudantes em escolas de música em cada cidades do lançamento do CD; divulgar o CD na imprensa e em revistas especializadas no Brasil, Europa e USA.
06 3636 - Explorando o MAPA - Módulo Minas
Weber Antônio Lopes de Brito
CNPJ/CPF: 577.726.226-00
Processo: 01400.002176/06-50
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 296.476,13
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Consiste em promover shows com oficinas em 7 cidades mineiras para promoção e divulgar do novo CD do violonista e compositor Weber Lopes CD MAPA.

ÁREA: 4 ARTES PLÁSTICAS - (ART. 18)
06 4796 - Olinda Arte em Toda Parte - 6ª Edição
Instituto Mobiliza - Educação, Cultura e Cidadania
CNPJ/CPF: 04.748.488/0001-90
Processo: 01400.004311/06-00
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 345.327,41
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
O projeto Olinda Arte em Toda Parte visa dar continuidade, e valorizar a produção artística local, será realizada uma exposição em homenagem ao tema específico da 6ª edição. Realizar uma visitação pública ao Sítio Histórico de Olinda, notadamente aos ateliês e casas dos artista que ali moram e trabalham, além de montar a grande exposição Panorâmica no Mercado Público Eufrásio Barbosa.
06 4763 - Quase Crônicas: Exposição da Artista Plástica
Liana Soares
Liana Cardoso Soares
CNPJ/CPF: 045.446.172-00
Processo: 01400.004360/06-34
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 57.669,20
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Este projeto tem como objetivo, a realização da exposição Quase Crônicas, da artista plástica Liana Soares.
06 2423 - Projeto Exposições em Série
Fundação Jaime Câmara
CNPJ/CPF: 86.864.204/0001-96
Processo: 01400.017207/05-96
GO - Goiânia
Valor do Apoio R$: 236.937,98
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Realização de cinco exposições individuais e publicação de catálogos pra o ano de 2006, como parte fundamental de uma ampla programação cultural, com uma palestra sobre a obra de Paulo Schimidt e do artista plástico Caio Reisewitz.
06 4714 - Centenário de Abílio Pereira de Almeida - Sua Vida e Obra
M.Porto Ltda.
CNPJ/CPF: 01.976.838/0001-88
Processo: 01400.003298/06-63
SP - Cotia
Valor do Apoio R$: 403.300,00
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Realizar exposição em comemoração ao centenário de nascimento do dramaturgo Abílio Pereira de Almeida, onde serão expostas fotos, ilustrações, maquetes, objetos, peças de vestuário, reprodução de notícias e anúncios de jornais ou jornais, divididos em oito núcleos.
06 3777 - Porto do Rio de Janeiro - Exposição
Dialeto Latin American Documentary Ltda.
CNPJ/CPF: 00.147.949/0001-19
Processo: 01400.001961/06-95
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 117.720,00
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
A proposta baseia-se em exposição fotográfica, elaborada por profissionais capacitados, a fim de proporcionar ao público uma conscientização da importância de um elemento histórico e cultural que responsabilizou-se pelo desenvolvimento econômico do Brasil.
06 3462 - Moóca - Um Jeito de São Paulo Antigo - Exposição
Dialeto Latin American Documentary Ltda.
CNPJ/CPF: 00.147.949/0001-19
Processo: 01400.001412/06-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 117.720,00
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Uma exposição fotográfica, como lançamento do livro do mesmo tema, com imagens captadas pelo fotógrafo Vito D'Alessio e complementadas com fotos antigas, aliadas ao trabalho de pesquisa e textos, elaborado por Leopoldo da Silva Jr. sobre o bairro da Moóca, tradicional e importante da cidade de São Paulo.
06 3499 - Presença do Alumínio: Um Panorama Histórico, Utilitário e Artístico do Alumínio na Vida Moderna
Instituto Navegar para o Desenvolvimento Social, Cultural e Ambiental
CNPJ/CPF: 04.764.306/0001-75
Processo: 01400.002337/06-13
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 318.880,00
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
O projeto consiste em uma exposição que apresenta um panorama histórico, cultural e artístico do alumínio na sociedade, através da exposição de trabalhos de artistas plásticos importantes do cenário nacional que utilizam o alumínio em suas obras, e dos objetos e aplicações do metal presente no cotidiano da sociedade desde o Império.

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (ART. 18)
06 4166 - Arte e História nas Igrejas Cariocas
Sapoti Projetos Culturais S/S Ltda
CNPJ/CPF: 05.039.840/0001-81
Processo: 01400.004370/06-70
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 250.330,00
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
O Centro da Cidade do Rio de Janeiro possui 25 igrejas barrocas, tombadas pelo IPHAN. O projeto se propõe a incentivar a visitação dessas igrejas, através de: visitas guiadas, que ressaltem seus valores arquitetônicos e importância histórica; da programação de concertos musicais; e distribuição de folders.
06 3099 - Tambores da Estrada Real (Os): Memória sonora - Sabará e Caeté
Núcleo Brasileiro de Percussão
CNPJ/CPF: 06.089.886/0001-78
Processo: 01400.000753/06-79
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 180.798,61
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
O objetivo do projeto é reunir e organizar a documentação e bibliografar existentes sobre a percussão nas regiões de Sabará e Caeté/MG ou sobre tradições culturais que a envolvem, afim de produzir e distribuir um calendário comentado de forma a enfatizá-la como patrimônio cultural brasileiro.
06 2388 - Moinho Rasche
Associação Turismo e Meio Ambiente
CNPJ/CPF: 05.322.226/0001-22
Processo: 01400.016977/05-11
RS - Nova Petrópolis
Valor do Apoio R$: 255.602,89
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
O objetivo deste projeto é reformar o prédio que abriga as instalações do Moinho Rasche, atualmente desativado, reativar o Moinho para que a comunidade possa reviver antigas tecnologias tradicionais, sob forma de um Museu vivo, instalar uma cozinha pedagógica para promover oficinas de culinárias com produtos a base de cereais, incentivando o resgate de antigas receitas, destinado a alunos do município, grupos de terceira idade, grupos da EMATER, alunos do segundo grau na realização de cursos técnicos e para as merendeiras das escolas do município, organizar exposição temática relativa a Moinhos, construir anexo ao Moinho sanitários, espaço para exposição, comercialização e degustação dos produtos coloniais.
06 2129 - Recuperação do Instituto Municipal de Belas Artes
Sociedade Espanhola de Bagé
CNPJ/CPF: 87.415.824/0001-00
Processo: 01400.017321/05-16
RS - Bage
Valor do Apoio R$: 246.672,02
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
O presente projeto tem como objetivo a recuperação do prédio do Instituto Municipal de Belas Artes; resgatar a importância cultural do município, através do incentivo ao processo de criação e produção cultural, aliado ás obras de recuperação e revitalização do patrimônio histórico.
06 4854 - Revitalização do Centro Histórico de Cuiabá
Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso
CNPJ/CPF: 33.005.448/0001-57

Processo: 01400.004866/06-43
MT - Cuiabá
Valor do Apoio R$: 7.037.623,71
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
O projeto pretende iniciar o processo de revitalização do Centro Histórico de Cuiabá, a partir da substituição da rede elétrica de distribuição de energia elétrica aérea por subterrânea na área tombada e seu entorno.
05 2943 - Centro de Referência Cine Teatro Rex
OSAC - Organização Solidária de Apoio Comunitário
CNPJ/CPF: 06.116.117/0001-11
Processo: 01400.004025/05-55
BA - Salvador
Valor do Apoio R$: 44.000,00
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Realização do centro de Referência Cultural da Chapada Diamantina, através da restauração do Cine Teatro Rex, para abrigar acervo de filmes, fotografias, documentos históricos e objetos.
06 3921 - Modernização do Centro de Documentação e Memória Histórica Genésio Miranda
Fundação Genésio Miranda Lins
CNPJ/CPF: 83.820.894/0001-93
Processo: 01400.002374/06-13
SC - Itajaí
Valor do Apoio R$: 150.248,46
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Ampliar a salvaguarda e garantir o acesso ao patrimônio cultural documental e imaterial depositado no Centro de Documentação e Memória Histórica Genésio Miranda Lins.
05 5515 - Estabilização do Conjunto Arquitetônico do Engenho Freguesia - Museu do Recôncavo Wanderley Pinho
Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão - FAPEX
CNPJ/CPF: 14.645.162/0001-91
Processo: 01400.008923/05-82
BA - Salvador
Valor do Apoio R$: 501.716,52
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
O projeto tem por objetivo estabilizar as estruturas do monumento, sede do Museu Recôncavo Wanderley Pinho, correspondente a primeira etapa da preservação deste patrimônio. Será necessário consolidar as estruturas de telhado e piso, os elementos de proteção e os decorativos, drenar a área do entorno da edificação, controlando a umidade das paredes e fundações e revisar a rede elétrica como prevenção de incêndio.
05 8422 - Centro Cultural de Memória Botafogo Futebol e Regatas
Companhia Botafogo
CNPJ/CPF: 05.466.745/0001-64
Processo: 01400.015436/05-76
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 5.450.791,03
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
A Companhia Botafogo, tem por objetivo restaurar a sede do clube do Botafogo, sediada na Avenida Wenceslau Brás.

ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
05 6258 - Imagem Corpo Verdade: Trânsito de Saberes Maxakali
Associaçao Filmes de Quintal
CNPJ/CPF: 03.241.398/0001-46
Processo: 01400.010948/05-46
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 293.267,10
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
O projeto propõe a capacitação de realizadores, escritores e fotógrafos Maxakali, apontando para a produção de 2 livros-cds de cantos sagrados, um catálogo de fotos, 2 filmes, a criação de 2 cine-clubes em suas reservas e a realização de um circuito de apresentação dos filmes em 20 escolas de ensino fundamental nas cidades de Santa Helena de Minas, Bertópolis, Machacalis, Águas Formosas, Governador Valadares, Teófilo Otoni e Belo Horizonte em Minas Gerais e em Batinga na Bahia.
06 0248 - Fazendas Mineiras - III Séculos de História
ALC Comunicação e Marketing Ltda.
CNPJ/CPF: 22.643.381/0001-60
Processo: 01400.014280/05-14
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 518.365,00
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
O presente projeto visa a pesquisa, a identificação e o registro das principais e mais importantes fazendas mineiras dos últimos três séculos, bem como dos modos de viver e fazer da comunidade e seu entorno e respectivas culturas, através de fotos, textos, entrevistas e imagens audio visuais para a publicação em livro e DVD. Serão selecionadas vinte e quatro (24) fazendas considerando critérios relativos a importância cultural e geográfica.
06 4313 - Tesouro da Serra (O): a Cidade Histórica de Goiás
Projecult - Projetos, Consultoria e Comércio Ltda
CNPJ/CPF: 05.204.187/0001-69
Processo: 01400.004029/06-14
DF - Brasília
Valor do Apoio R$: 239.143,30
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Produzir um livro histórico fotográfico, contendo textos de Roberto Fleury Bueno e mais de 200 fotografias de Eduardo Erthal, em homenagem aos 280 anos de cidade histórica de Goiás.
06 4123 - Livro ABPF
Direção Cultura Produções e Eventos Ltda.
CNPJ/CPF: 03.521.177/0001-21
Processo: 01400.003574/06-93
SP - Campinas
Valor do Apoio R$: 146.520,00
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Visa publicar livro sobre a Associação Brasileira de Preservação Ferroviária e o trecho Museu Ferroviário, com extensão, chamado de Viação Férrea Campinas-Jaguariúna, contendo textos e imagens sobre a preservação e divulgação da história da ferrovia. Será documentado o trabalho de recuperação de locomotivas a vapor, carros de passageiros, vagões, estações e via permanente, realizado pela ABPF. O livro trá imagens de arquivo e fotografias recentes.
06 5192 - Inventário Arquitetônico de Mococa
Direção Cultura Produções e Eventos Ltda.
CNPJ/CPF: 03.521.177/0001-21
Processo: 01400.004956/06-34
SP - Campinas
Valor do Apoio R$: 127.325,00
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Publicar um livro sobre a cidade de Mococa/SP, divulgando os aspectos do cotidiano da elite cafeeira paulista, as adaptações e adequações do modelo arquitetônico e do urbanismo sanitarista europeu para as cidades brasileiras.
06 5305 - Mercadões do Brasil
Direção Cultura Produções e Eventos Ltda.
CNPJ/CPF: 03.521.177/0001-21
Processo: 01400.005202/06-00
SP - Campinas
Valor do Apoio R$: 242.330,00
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Produção de um livro de arte composto de fotografias e textos, contendo ainda uma mídia digital interativa (CD-rom ou DVD-rom multimídia) que será encartado no próprio livro, com foco em fatos históricos, tipos humanos e sua cultura local, arquitetura e os produtos comercializados em 8 dos principais "mercadões" (mercados públicos municipais) do Brasil. O projeto foi idealizado e será escrito por Márcio Tonelli, as fotos feitas por Marcos Perón.
06 3217 - Ler É Bom - VII
Antônio José Laé de Souza
CNPJ/CPF: 514.107.378-53
Processo: 01400.001640/06-91
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 34.563,00
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Tem como objetivo a edição de livros para valorizar e promover obras literárias, despertando em alunos do ensino fundamental e ensino médio o gosto pela leitura.
06 4649 - História do Aço
Editora Nova Fronteira S/A.
CNPJ/CPF: 33.324.484/0001-83
Processo: 01400.004673/06-92
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 208.604,00
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
O objetivo do projeto é editar um livro contando a história do aço no Brasil e no mundo, estabelecendo uma cronologia na evolução do metal e abordando o tema através de textos, depoimentos, iconografia, além das mais variadas e curiosas utilizações dessa matéria-prima revolucionária.
06 3911 - ABAM 50 Anos - serviço e dedicação em prol de um idealNos
Hermann Baumgarten Editora Ltda.
CNPJ/CPF: 01.495.978/0001-34
Processo: 01400.002699/06-04
SC - Blumenau
Valor do Apoio R$: 216.100,00
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Objetivo deste projeto é editar um livro, que visa contribuir para facilitar, a todos, os meios de livre acesso às fontes de cultura e pleno exercício dos direitos culturais, promover e estimular a regionalização da produção cultural, com valorização de conteúdo locais registrar a trajetória de uma entidade criada em 1957 com o objetivo tão nobre quanto difícil de assistir crianças carentes da comunidade de Blumenau. Fruto da dedicação extrema de algumas poucas pessoas.
05 9612 - Palácio Piratini
Markart - Marketing, Publicidade e Promoções Ltda.
CNPJ/CPF: 02.936.489/0001-33
Processo: 01400.012762/05-21
RS - Porto Alegre
Valor do Apoio R$: 255.959,97
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Editar um livro de arte, com textos produzidos pelo escritor Luis Antonio de Assis Brasil, pelo arquiteto urbanista, Günter Weimer e pelo antiquário, leiloeiro e crítico de arte Paulo Gasparotto.
05 4340 - Aprendiz de Feiticeiro 100 Anos de Mario Quintana - Concurso Literário 2006
Associação dos Amigos da Casa de Cultura Mário Quintana
CNPJ/CPF: 90.366.725/0001-90
Processo: 01400.006220/05-10
RS - Porto Alegre
Valor do Apoio R$: 47.758,79
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Divulgar a produção literária de novos talentos em âmbito nacional, homenageando o poeta Mário Quintana, através da escolha do gênero contemplado: a poesia. Propiciar a edição e o reconhecimento de novas obras e autores em poesia juvenil e adulta.
06 0698 - História do Petróleo na Bahia
TAG Produções e Eventos Ltda.
CNPJ/CPF: 05.055.610/0001-06
Processo: 01400.013411/05-38
BA - Salvador
Valor do Apoio R$: 170.599,66
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
A obra apresentará o cenário da descoberta do petróleo no Brasil e narrará o início de sua exploração, que viabilizou o desenvolvimento da região; sob a ótica do Professor Cid Teixeira, um dos historiadores mais respeitado do estado.
06 1106 - Revista Estação Brasil
Mendes Lobo Editora Ltda
CNPJ/CPF: 07.316.450/0001-37
Processo: 01400.013735/05-76
DF - Brasília
Valor do Apoio R$: 922.585,44
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Este projeto tem como objetivo, incentivar o hábito de leitura, difundir a cultura popular brasileira, difundir os diversos locais turísticos do Brasil, estimular a prática da cidadania e apresentar regiões brasileiras e suas várias facetas culturais, abordando festas religiosas e populares, bem como o artesanato regional.
06 3505 - Histórico da Cidade de Nova Odessa/SP - 100 Anos
Gilberto Bufarah
CNPJ/CPF: 733.062.318-00
Processo: 01400.001841/06-98
SP - Americana
Valor do Apoio R$: 288.167,00
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
O projeto tem como objetivo a edição de um livro que expõe os 100 anos de história de Nova Odessa, uma cidade do interior de São Paulo. A obra, composta por entrevistas e fotos, mostra como Nova Odessa surgiu e também destaca o crescimento desse município e as pessoas e os acontecimentos que marcaram a história.

05 4844 - Guia Bravo! de Cultura
Editora Abril S.A.
CNPJ/CPF: 02.183.757/0001-93
Processo: 01400.007012/05-38
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 1.475.199,00
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Tem como objetivo a produção de 5 volumes, reunindo o mapeamento dos patrimônios históricos arquitetônicos, artísticos e naturais de São Paulo, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e de 6 cidades históricas de Minas Gerais.
06 5835 - jJean Manzon - Retrato do Brasil Moderno
CEPAR - Consultoria e Participações Ltda
CNPJ/CPF: 58.928.128/0001-08
Processo: 01400.006156/06-58
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 586.305,92
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Trata-se da edição do livro "Retrato do Brasil Moderno" com imagens do acervo de Jean Manzon, fotógrafo francês cujo estilo pessoal inconfundível ressalta o poder do olhar do fotógrafo na construção da realidade. Textos de Leonel Kaz, ex-secretário de Cultura do estado do Rio de Janeiro e João Gabriel Lima, redator da revista Veja, além de autor de vários livros publicados. O livro será editado em português e terá apêndices ao final dos textos, com síntese em inglês. As legendas serão em português e terão sua versão em inglês.
05 10058 - Cinzas Sagradas: Vozes da Índia para a Pluralidade Cultural
Lena Tatiana Dias Tosta
CNPJ/CPF: 666.496.681-68
Processo: 01400.013079/05-10
DF - Brasília
Valor do Apoio R$: 279.305,00
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006

Resumo do Projeto:
Produção de um livro sobre os iogues hindus (sadhus) para brasileiros no intuito de valorizar o intercâmbio cultural entre Índia e Brasil.
06 5487 - História do Esporte Amador em Porto Alegre - Grêmio Náutico União 100 Anos
Leonid Streliaev
CNPJ/CPF: 97.144.356/0001-30
Processo: 01400.005554/06-57
RS - Porto Alegre
Valor do Apoio R$: 297.620,68
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Resgatar a história do esporte amador em Porto Alegre e mostrar 100 anos desde a fundação em 1917 do Grêmio Náutico União, através da edição de um livro ilustrado com imagens e ilustações do artista plástico Marco Cena e textos do escritor José Antonio Severo e do Prof. Dr. em história Gunter Axt.
06 3482 - Ramos de Azevedo - O Engenheiro de São Paulo
Luiz Gonzaga da Silva Neto
CNPJ/CPF: 011.645.478-44
Processo: 01400.002461/06-71
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 177.994,00
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Resgatar a importância do legado arquitetônico, cultural e histórico do engenheiro Ramos de Azevedo para a cidade de São Paulo e para o Brasil, através da edição de livro com registro fotográfico das plantas, fachadas, interiores, detalhes arquitetônicos dos edifícios e ampla biografia do engenheiro. Os textos terão análise de arquitetos e jornalistas.
06 4838 - Mistérios da Arte Sacra em Alagoas
Nossa Cidade Editora Ltda.
CNPJ/CPF: 37.142.346/0001-34
Processo: 01400.003994/06-70
DF - Brasília
Valor do Apoio R$: 185.645,00
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
O objetivo do projeto Mistérios da Arte Sacra em Alagoas é a edição de um livro que localiza, apresenta e analise os monumentos e acervos de arte religiosa barroca existentes no Estado de Alagoas. Realizado por três professores da Universidade Federal de Alagoas.
06 3407 - Natureza e as Artes (A)
Casa Jorge Editorial Ltda
CNPJ/CPF: 00.057.198/0001-40
Processo: 01400.001321/06-85
RJ - Niteroi
Valor do Apoio R$: 498.985,00
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Realização e edição de A Natureza e as Artes que será apresentado em dois volumes intitulados "A arte do Carvão" e "O Metal na Arte".
05 5883 - Suvinil - Cor, Arquitetura e Memória
Instituto Brasil Com
CNPJ/CPF: 06.236.631/0001-90
Processo: 01400.009709/05-43
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 363.626,42
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Tem como objetivo registrar a história e a recuperação de monumentos históricos importantes de 05 cidades: Belo Horizonte, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. Será um livro de arte e documental que registrará as manifestações culturais, tradições e as peculiaridades.
06 2763 - Manual técnico sobre as leis de incentivo a cultura
Maria de Almeida Thomé - ME
CNPJ/CPF: 03.920.879/0001-88
Processo: 01400.002353/06-06
MT - Cuiabá
Valor do Apoio R$: 92.280,10
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
O projeto tem por objetivo publicar um manual técnico de incentivos fiscais para cultura, em formato de cartilha, informando de forma clara e objetiva, sobre as diversas formas de renuncia fiscal, voltadas para cultura, além de um compêndio de leis culturais de todo Brasil em todos os âmbitos culturais.
06 3524 - Guia do Vinho Gaúcho: 2006/2007
MLP Assessoria Empresarial Ltda.
CNPJ/CPF: 04.657.021/0001-35
Processo: 01400.001665/06-94
RS - Porto Alegre
Valor do Apoio R$: 106.821,38
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
O projeto visa, pesquisa e atualização do Guia do Vinho Gaúcho com o objetivo de relançar o Guia, mantendo-se a mesma estrutura editorial, na qual inserem-se os capítulos sobre História do Vinho no RS, Variedades Cultivadas, Vinícolas e Produção, além de um glossário e um manual de serviço e harmonização. Ao longo de 4 dias serão realizadas palestras e oficinas sobre a herança cultural relacionada à imigração italiana, sobre a vitivinicultura e sobre o vinho.
06 3583 - Projeto Faroletras - Luz e Literatura
MLP Assessoria Empresarial Ltda.
CNPJ/CPF: 04.657.021/0001-35
Processo: 01400.003093/06-88
RS - Porto Alegre
Valor do Apoio R$: 359.240,74
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Realizar ações literárias com alunos de escolas municipais, em parceria com as secretarias municipais de cultura e educação, com o objetivo maior de formar novos leitores. Editar livros com textos selecionados de autores gaúchos, com acabamento diferenciado, para distribuir entre os professores. Editar fascículos com os mesmos textos, em acabamento simples, para serem distribuídos entre os alunos.
06 4622 - Abílio Pereira de Almeida: Seu Tempo e Sua Obra - Revisão de Uma Dramaturgia
M.Porto Ltda.
CNPJ/CPF: 01.976.838/0001-88
Processo: 01400.003526/06-03
SP - Cotia
Valor do Apoio R$: 179.400,00
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
O objetivo do projeto é a produção de um livro sobre a vida e a obra de um dos mais importantes dramaturgos paulistas do século XX, Abílio Pereira de Almeida.
06 1169 - Ada Rogato, O Pássaro Solitário
Editora de Cultura Ltda.
CNPJ/CPF: 50.587.930/0001-61
Processo: 01400.016586/05-05
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 166.023,00
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Publicar livro com biografia da aviadora Ada Rogato, abrangendo sua história pessoal e sua trajetória como paraquedistta, volovelista e piloto que bateu sucessivos recordes em seus vôos solitários por todas as regiões do Brasil e pelas três Américas.
05 6946 - Perguntas Que a Música Traz
Associação Comunitária Despertar
CNPJ/CPF: 74.682.550/0001-74
Processo: 01400.012020/05-04
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 37.343,26
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Tem por objetivo principal a elaboração de um livro composto por textos elaborados por educadores, antropólogos, profissionais da música em geral. Estimular a curiosidade musical, desenvolvendo atividades com vários estilos musicais.
06 3323 - Estrada real, o caminho do ouro
Compostela Comunicações Ltda.
CNPJ/CPF: 04.165.153/0001-40
Processo: 01400.001063/06-37
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 192.502,74
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
O projeto tem como objetivo a produção de um livro, concebido a partir de pesquisa, incluindo nessa depoimentos de moradores, artistas e pessoas ligadas à região e de um trabalho fotográfico, que revele novos ângulos da Estrada Real.
06 3328 - Rio de Janeiro, a marca do Brasil
Compostela Comunicações Ltda.
CNPJ/CPF: 04.165.153/0001-40
Processo: 01400.001044/06-19
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 192.502,74
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
O objetivo do projeto é desenvolver uma pesquisa que resulte em um livro, que revele o que faz do Rio de Janeiro a marca do Brasil: suas belezas naturais, suas atividades culturais e artísticas, seu povo. O livro será divulgado através da mídia, com base nos depoimentos de anônimos e famosos contidos no livro.
06 3962 - Coleção Contando Histórias que Estimulam a Pensar- Volume I
Patrícia Aquino
CNPJ/CPF: 155.062.678-78
Processo: 01400.002844/06-49
SP - Americana
Valor do Apoio R$: 148.683,82
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
O objetivo deste projeto é trabalhar a literatura infantil em escolas públicas municipais de Nova Odessa, interior de São Paulo. A coleção é composta por três livros, que abordam temas relacionados à cidadania, solidariedade e comportamento em diferentes gêneros, recheados e ilustrações, brincadeiras e atividades lúdicas. Além de trabalhar a leitura e atividades que ajudam a criança a pensar, o projeto conta com oficinas para os professores, visita dos autores nas escolas.
06 4983 - Guianas - O Arco Norte da América do Sul
RKF Produções Culturais Ltda.
CNPJ/CPF: 03.252.802/0001-87
Processo: 01400.004739/06-44
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 264.432,69
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
O projeto tem por objetivo editar um livro de autoria de Renato Kamp, sobre a região do Arco Norte da América do Sul que é uma região de grande beleza.
05 9763 - Construção no Brasil (A)
Camara Brasileira da Indústria de Construção - CBIC
CNPJ/CPF: 33.947.128/0001-16
Processo: 01400.012751/05-41
DF - Brasília
Valor do Apoio R$: 842.190,66
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Editar um livro de grande difusão cultural e magnitude gráfica/editorial, que vai mostrar a História da Indústria da Construção no Brasil, através do estudo das principais obras de engenharia realizadas no país. Realizar uma exposição, ao ar livre, em locais públicos, nas principais cidades brasileiras, nos moldes das exposições realizadas, atualmente na Europa e EUA, com reproduções do material pesquisado. .
06 1113 - Mehinaku - Reedição do Livro
Dialeto Latin American Documentary Ltda.
CNPJ/CPF: 00.147.949/0001-19
Processo: 01400.016844/05-45
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 151.366,52
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
O projeto visa a reedição do livro Mehinaku - Message from Amazon, que tem como objetivo documentar fotograficamente a cultura da comunidade mais isolada do Alto Xingu - Os Mehinaku, registrando seus costumes, danças, crenças, rituais, hábitos, alimentação, etc.
06 2721 - Estrada de Ferro Noroeste do Brasil - Livro
Dialeto Latin American Documentary Ltda.
CNPJ/CPF: 00.147.949/0001-19
Processo: 01400.000134/06-84
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 225.191,99
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
O projeto tem por objetivo a edição de um livro com encadernação luxuosa, preenchido com imagens captadas pelo fotógrafo Vito D'Alessio e complementadas com fotos antigas, aliadas ao trabalho de pesquisa, elaborado por Leopoldo Silva Jr., além de materiais pertencentes a acervos particulares.
06 4181 - Cidades Ilustradas
Casa 21 Ltda.
CNPJ/CPF: 03.280.686/0001-00
Processo: 01400.003231/06-29
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 187.810,13
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Trata-se de um projeto editorial que pretende realizar uma série de livros cujo tema central são as cidades de São Paulo, Olinda e Manaus, vistas através do traço e arte de desenhistas nacionais e internacionais.
06 3980 - Cultura nas Escolas
Edições Escala Educacional Ltda.
CNPJ/CPF: 03.759.341/0001-33
Processo: 01400.002803/06-52
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 755.044,40
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Difundir as manifestações culturais e hábitos regionais brasileiros para crianças do ensino fundamental de escolas públicas de diversas cidades do país através de uma revista infantil com atividades culturais.

ÁREA: 7 ARTES INTEGRADAS - (ART. 18)
06 5665 - Exposição Brasil Contemporâneo Andréia Alessandra Vigo CNPJ/CPF: 666.700.041-68 Processo: 01400.005721/06-60 RS - Porto Alegre Valor do Apoio R$: 144.322,61
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Este projeto tem como objetivo realizar uma exposição multimídia sobre as principais nuances estéticas e temáticas da atual produção artística brasileira.
05 8391 - Espírito Que Se Abre ao Estrangeiro (O) - Fase II
Província Nossa Senhora da Penha do Nordeste do Brasil
CNPJ/CPF: 11.021.607/0001-74
Processo: 01400.014641/05-14
PE - Recife
Valor do Apoio R$: 1.588.677,12
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Formação de contadores de histórias com Inno Sorsy da Inglaterra. Refletir e debater sobre a cultura de paz, promovendo e disseminando o conhecimento de valores oriundos de povos orientais.

05 9792 - Mostra galeria Eduardo Fernandes
Por Exemplo Escritório de Arte Ltda - ME
CNPJ/CPF: 06.261.449/0001-90
Processo: 01400.015423/05-05
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 233.483,88
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
O projeto visa realizar 10 exposições em São Paulo; a publicação de um livro e cursos ministrados por professores de arte em geral. Juntamente com a exposição serão realizados workshops com os artistas que estão expondo e cursos ministrados de arte em geral, por professores graduados.
06 4506 - Fortalecimento Artístico do Grupo Cultural AfroReggae
Grupo Cultural Afro Reggae - GCAR
CNPJ/CPF: 73.322.240/0001-86
Processo: 01400.004290/06-14
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 1.305.927,82
Prazo de Captação: 01/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Incrementar o fortalecimento técnico e artístico dos componentes da companhia de dança Makala, Trupe de Teatro AfroReggae e também das Trupes de Circo Afro Circo e Levantando a Lona, SubGrupos do GCAr, além da banda AfroReggae e da Banda Afro Lata, através da realização de oficinas e cursos e da compra de instrumentos e aparelhos. Essas atividades acontecerão nas quatro favelas do Rio de Janeiro (Vigário Geral, Complexo do Alemão, Parada de Lucas e no Morro do Cantagalo). Fortalecer as ações das oficinas de teatro, circo, música e dança para criação de espetáculos nessas linguagens.
06 0878 - Escola de Choro "Garoto"
Associação Artística e Cultural Internacional Brazilian Heart
CNPJ/CPF: 07.385.445/0001-86
Processo: 01400.015521/05-34
SP - São Bernardo do Campo
Valor do Apoio R$: 424.246,00
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
O projeto visa a formação de músicos que integram pequenos grupos instrumentais aptos à realização de apresentações visando a profissionalização através da música, bem como a inclusão social. Objetiva-se também a criação de um banco de partituras digitalizadas para pesquisas e trocas de informação, além da instituição da Oficina de Lutheria visando a aprendizagem e a confecção dos instrumentos musicais utilizados nos cursos de formação. Estima-se um público diversificado abrangendo todas as classes sociais, em especial a de baixa renda.
06 4817 - Fórum Cultural Mundial - 2006 (Mostra Artística)
Instituto Cultural Casa Via Magia
CNPJ/CPF: 01.333.518/0001-00
Processo: 01400.003870/06-94
BA - Salvador
Valor do Apoio R$: 2.437.636,28
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Visa realizar fórum oferecendo uma plataforma global para refletir e discutir o estado das artes e da cultura num mundo de transformação, enfrentando novos desafios como a globalização, a proteção da diversidade cultural, os cortes nos subsídios e outros recursos econômicos para as artes e a cultura.
06 2982 - Caminhos da Fé - Guia de turismo religioso
Ofélia Lúcia Pedrosa Bhering
CNPJ/CPF: 162.249.146-72
Processo: 01400.000931/06-61
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 71.581,00
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
O projeto visa pesquisar, documentar, mapear, sistematizar e indexar as manifestações religiosas de Minas Gerais seguindo um critério religioso, incluindo as festas religiosas, indígenas e as festas dos negros. Produção de 6 vídeos de 30", contemplando seis diversos cultos religiosos. Publicação de guia trazendo o calendário de turismo folclórico e criação e disponibilização de site de acesso gratuito e irrestrito, ou similar.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA EM GERAL - (ART. 26)
06 2940 - Novo Prático Coração, música contemporânea brasileira
Sol do Meio Dia Produções Musicais Ltda.
CNPJ/CPF: 06.152.973/0001-22
Processo: 01400.000557/06-02
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 139.268,00
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Produção, gravação e prensagem de 3000 cópias do CD, que leva este mesmo nome, da cantora e compositora paulistana Nô Stopa, bem como a realização de um show de lançamento do mesmo na cidade de São Paulo. O show de lançamento consiste num espetáculo de música brasileira contemporânea com sutis intervenções artísticas, como teatro, circo, dança e poesia, artes que compõem o universo da cantora, a ser realizado possivelmente, num teatro com capacidade prevista para 600 pessoas.
06 2752 - Clube de Jazz
Arnaud Rolland Marcel Vin
CNPJ/CPF: 008.789.596-02
Processo: 01400.000159/06-88
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 296.476,13
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
O projeto tem por objetivo promover a música instrumental brasileira através da difusão via mídia eletrônica (internet) no site www.clubedejazz.com.br, no Brasil e no exterior. Aumentar a área de atuação do site www.clubedejazz.com.br, através de sua reestruturação.
05 8570 - Nadaprem
Chama Azul Ltda.
CNPJ/CPF: 05.316.837/0001-68
Processo: 01400.011988/05-13
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 419.885,18
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Gravação de um CD com 12/14 músicas. Programa semanal de rádio, pelo período de 12 meses, para interação com público e exposição de conteúdo cultural e musical.
06 5316 - Anjo da guarda Carlinhos Bortolotti
Carlos Alberto Barbosa Bortolotti
CNPJ/CPF: 421.150.007-49
Processo: 01400.005205/06-35
ES - Linhares
Valor do Apoio R$: 110.358,08
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Gravação de um CD para mostrar ao público em geral a qualidade da obra musical e realizar shows após gravação.
06 5482 - Samba Trocado
Edivalson Fogaça Falcão
CNPJ/CPF: 144.905.838-85
Processo: 01400.005442/06-04
SP - Tatuí
Valor do Apoio R$: 5.480,00
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Este projeto tem como tem como objetivo, divulgar a música brasileira, levando aos jovens músicos, estudantes de arte e ao público, em geral, um pouco da nossa história e cultura através da música instrumental brasileira.
06 4596 - CD Grupo Gonorréia
TAG Produções e Eventos Ltda.
CNPJ/CPF: 05.055.610/0001-06
Processo: 01400.003381/06-32
BA - Salvador
Valor do Apoio R$: 58.861,13
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
O objetivo deste projeto é produzir um CD com 13 faixas, visando resgatar o trabalho do grupo de rock Gonorréia que marcou o cenário rock baiano nos anos 80.
06 2272 - Orquestra Imperial
Produtora "Uh Tererê Diversão e Arte Ltda"
CNPJ/CPF: 03.760.075/0001-69
Processo: 01400.016127/05-13
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 437.380,00
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Este projeto tem por objetivo resgatar nossas raízes culturais como vem fazendo em seus bailes há mais de quatro anos, interpretando clássicos de todas as épocas, proporcionando orgulho, alegria e vontade de dançar em quem move. Dar ao público do resto do Brasil acesso a esta música de qualidade feita no Rio de Janeiro, que não encontra espaço em rádios ou gravadoras multi nacionais. Gravar um CD da Orquestra Imperial, com composições inéditas de seus membros e clássicos da MPB, lançar o CD com distribuição nacional, promover uma baile gratuito para lançamento do CD no Parque dos Patins, Lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio de Janeiro.
06 5377 - Recreio Cultural - Brasa
Sonar Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 07.182.120/0001-04
Processo: 01400.005285/06-29
GO - Goiânia
Valor do Apoio R$: 274.700,00
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
O objetivo é levar um recreio diferente nas escolas, com shows musicais ao vivo sobre palco com a banda Brasa, com duração 30 minutos de música pop/rock, gratuito.
06 5380 - Encontros Musicais
Sonar Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 07.182.120/0001-04
Processo: 01400.005211/06-92
GO - Goiânia
Valor do Apoio R$: 245.400,00
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Visa a realização de shows musicais ao vivo de quatro bandas de São Paulo. Serão distribuídos 16 shows para cada banda.
06 5381 - Quinta In'Balada
Sonar Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 07.182.120/0001-04
Processo: 01400.005242/06-43
GO - Goiânia
Valor do Apoio R$: 355.550,00
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
O objetivo é abrir espaço para artistas e bandas (novos talentos) em casas noturnas de São Paulo, com ações culturais através de shows musicais, ao vivo com duração 1:30 hs de música do estilo pop/rock.
06 3124 - Choro Festival 2006 - Belo Horizonte
SCOM Publicidade Ltda.
CNPJ/CPF: 74.062.381/0001-70
Processo: 01400.000679/06-91
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 215.665,30
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
O objetivo do projeto é revitalizar o Choro através de um festival em Belo Horizonte, que possibilite ao público conhecer novos talentos, músicos tarimbados e também internacionais, levando música de qualidade ao alcance de todos.
06 5667 - Verão Vida & Arte II
Instituto Albanisa Sarasate
CNPJ/CPF: 05.096.883/0001-07
Processo: 01400.005694/06-25
CE - Fortaleza
Valor do Apoio R$: 1.338.940,00
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Este projeto tem como objetivo realizar a segunda edição do projeto Verão Vida & Arte, que será realizado em Fortaleza, constituindo-se num grande encontro das músicas internacional e nacional.
06 3779 - Pagode do trem 2006
L.O.S Moraes Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 02.587.946/0001-21
Processo: 01400.002848/06-27
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 896.062,75
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
O objetivo deste projeto é resgatar o verdadeiro sentido cultural carioca e de cidadania das pessoas que moram no subúrbio do Rio de Janeiro, realizando 09 shows, em comemoração ao dia Nacional do Samba. Com troca de ingressos por um quilo de alimentos não perecível.
06 6026 - Orquídeas do Brasil
Mariana Pompeu Piza
CNPJ/CPF: 252.023.108-46
Processo: 01400.006287/06-35
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 298.403,00
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
O objetivo deste projeto é reunir e apresentar ao público a banda Orquídeas do Brasil que acompanhou parte da trajetória do compositor Itamar Assumpção.
06 6003 - Concurso Nacional de Marchinhas Carnavalescas - 2007 (2º)
Associação Viva Brasil
CNPJ/CPF: 04.461.155/0001-86
Processo: 01400.006121/06-19
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 254.265,00
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Baile carnavalescos à fantasia e desfiles de bandas para realização de um concurso de marchas carnavalescas e gravação de CD com as músicas vencedoras.
06 6310 - ATP in Concert
Vitrine Cultural Produções Ltda
CNPJ/CPF: 02.849.086/0001-57
Processo: 01400.006747/06-25
DF - Brasília
Valor do Apoio R$: 177.160,00
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Realização de show musical, marcando o início da série ATP IN CONCERT, desfilando o melhor da música brasileira e internacional. Propiciando o encontro de grande talentos da MPB e a produção do DVD e do CD.
06 3289 - Caminhada do Forró
Acontecer Projetos e Eventos Culturais Ltda.
CNPJ/CPF: 07.610.796/0001-43
Processo: 01400.003480/06-14
PE - Recife
Valor do Apoio R$: 402.721,00
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2206
Resumo do Projeto:
Realizar a Caminhada do Forró pelas cidades do Recife, Caruaru, Maceió e João Pessoa, acompanhada por 30 músicos, com instrumentos básicos. E ao final dela, em palco montado, é realizado um espetáculo musical de forró com show.

06 4752 - Divulgação do CD Gota D'Água
Oscar Ribeiro Neves
CNPJ/CPF: 221.984.406-44
Processo: 01400.004366/06-10
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 76.912,00
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Divulgar o CD Gota D'Água, do cantor e compositor e instrumentista Oscar Neves, por meio de shows, realizado no Teatro do Palácio das Artes, com a participação do cantor Almir Sater, e outros dez shows realizados nas cidades pólos da Estrada Real.
06 5272 - Fest Pop América Country de Magé - Guapimirim Cultura
Cia de Eventos América Country
CNPJ/CPF: 07.931.874/0001-01
Processo: 01400.005307/06-51
RJ - Mage
Valor do Apoio R$: 394.888,29
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
O Fest Pop América Country de Magé - Guapimirm, terá uma programação musical de nível nacional, na valorização dos músicos Região da Baixada Fluminense, do Estado do Rio de Janeiro.
06 3936 - Pira Rap (16º)
PR Produções e Eventos Ltda.
CNPJ/CPF: 07.707.132/0001-05
Processo: 01400.002691/06-30
SP - Piracicaba
Valor do Apoio R$: 47.500,00
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Este projeto visa a divulgação dos diversos grupos que atuam nesse Gênero musical em Piracicaba e região, promoção da integração, fomentar a formação, despertar e desenvolver o Rap como forma de exercício de cidadania e desperta de consciência social, gravação ao vivo das apresentações em DVD.
06 1003 - Meninos de minas
Selma Duarte Cruz Camargo
CNPJ/CPF: 978.302.086-20
Processo: 01400.016057/05-01
MG - Itabira
Valor do Apoio R$: 259.407,50
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
O projeto Meninos de Minas visa o desenvolvimento de atividades através de oficinas de construção de instrumentos musicais e artes plásticas, ambas a partir de lixo recicláveis; danças brasileiras, percussão, canto e declamação de poesias, também aulas de reforço escolar e introdução de conceitos de higiene, saúde, ética e cidadania. O projeto cria uma oportunidade de tirar os participantes das ruas. Será desenvolvida em Itabira-MG em locais públicos previamente acertados.
06 4493 - Formando platéia e discutindo cultura
Silvia Mônica Pereira Hundertmark
CNPJ/CPF: 158.210.802-15
Processo: 01400.003512/06-81
PA - Belém
Valor do Apoio R$: 321.218,60
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
O projeto visa realizar 40 shows musicais seguidos de bate papo entre 10 artistas da região e alunos de 40 escolas da rede pública de ensino (cada artista em 4 escolas), sempre ao final das tarde de todas as segundas-feiras (recebendo ao turno da manhã, tarde e noite), totalizando 40 dias e promover debates entre artistas e jovens estudantes sobre temas musicais.

ÁREA: 4 ARTES PLÁSTICAS - (ART. 26)
06 2610 - Projeto Arte e Inclusão
Ângela Maria Ferreira Ataíde
CNPJ/CPF: 207.249.346-34
Processo: 01400.018122/05-25
MG - Timóteo
Valor do Apoio R$: 78.460,00
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
O projeto Arte e Inclusão idealizado pela artista plástica Ângela Ataíde, tem por finalidade promover oportunidades de contato a ações voltadas para as artes plásticas, apresentado seu acervo e esculturas feitas de aproveitamento de resíduos industriais construídas sob sua orientação e criação numa exposição itinerante. É proposto um percurso voltado para abertura de espaço para circulação do pensar e do fazer artístico, através de uma exposição de artes plásticas e oficinas voltadas para o mesmo assunto. Todas as camadas da população poderão visitar gratuitamente a exposição para apreciação das obras. As oficinas no entanto se destinarão às pessoas que demonstrarem habilidades artísticas, e prioritariamente aqueles que comprovam menor condição de acesso a este tipo de oficina.

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (ART. 26)
05 9150 - Memorial Barroco da Cidade do Recife/Basílica e Convento do Carmo
Província Carmelitana Pernambucana
CNPJ/CPF: 10.946.424/0001-05
Processo: 01400.012538/05-30
PE - Recife
Valor do Apoio R$: 1.589.461,89
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Restaurar o altar de São José e grupo de imagens; restaurar os telhados do revestimento - face frontispício, da cúpula, do zimbório e torre sineira, revisão da cobertura do altar-mor e elaboração dos projetos de arquitetura, complementares, sinalização, acessibilidade e projeto para adequação de espaço do Memorial Barroco da Cidade do Recife a ser implantada nos corredores laterais do 2 piso da Basílica do Carmo.
03 4548 - Revitalização do Centro Histórico de Jaraguá do Sul
Fundação Cultural de Jaraguá do Sul
CNPJ/CPF: 83.785.014/0001-95
Processo: 01400.006026/03-72
SC - Jaraguá do Sul
Valor do Apoio R$: 3.050.924,61
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Restaurar o prédio da antiga estação ferroviária e o depósito da mesma, revitalizar o centro histórico da cidade de Jaraguá do Sul no Estado de Santa Catarina, preservar a identidade cultural da comunidade jaraguense, ocupar os supracitados prédios com equipamentos culturais, implantar o Museu do Expedicionário e implantar a Casa da Cultura.
06 1323 - Museu de Santo André - O Museu em Imagens: Informatização, Digitalização, Fotografação e Facilitação
Instituto Navegar para o Desenvolvimento Social, Cultural e Ambiental
CNPJ/CPF: 04.764.306/0001-75
Processo: 01400.001002/06-70
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 812.021,00
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
O projeto objetiva digitalizar o acervo fotográfico; registrar fotograficamente o acervo de objetos - com saída digital; dotar o museu de infra-estrutura tecnológica para registrar, indexar e disseminar o conteúdo do seu acervo; alimentar bancos de imagens e objetos e disponibilizar terminais de pesquisa para esse conteúdo.

ÁREA: 7 ARTES INTEGRADAS - (ART. 26)
06 3922 - Julho em Salvador - Ano 10
Da Rin Produção e Iluminação Artística Ltda.
CNPJ/CPF: 00.148.633/0001-41
Processo: 01400.002211/06-31
BA - Salvador
Valor do Apoio R$: 356.542,16
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Garantir ao público uma programação diversificada, música, artes cências, exposições de fotografias, oficinas e audiovisual, no mês de julho em Salvador/BA. As diversas atividades acontecem em museus, bibliotecas e espaços públicos.
06 3412 - DNA - Brasil 2006
Fundação SEMCO
CNPJ/CPF: 62.780.366/0001-88
Processo: 01400.001943/06-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 1.508.445,00
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
O projeto tem como objetivo a criação de um livro, um DVD, uma cartilha, um site e uma série de indicadores reunidos no Índice DNA Brasil.
05 7254 - Primeiro Fórum Cultural Negro em Cena
Kria Produção Multimidia Ltda
CNPJ/CPF: 06.148.561/0001-19
Processo: 01400.013453/05-79
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 590.796,52
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
O projeto propõe uma abordagem diferenciada e inédita para a temática da inserção do negro no contexto da sociedade brasileira, na cidade do Rio de Janeiro. Destacar a riqueza multicultural do legado africano, tais como: exposição de fotografias de Ierê Ferreira e Januário Garcia e projeções de imagens, culinária africana, palestras ambientadas pelo som dos atabaques, cultura da moda afro, mostra de filmes de Joel Zito, em DVD, espetáculos teatrais e shows, estandes para apresentação do trabalho de ONGS.
06 4857 - Seminário Hutúz 2006
Hutúz Comercial Ltda.
CNPJ/CPF: 02.732.339/0001-08
Processo: 01400.004242/06-26
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 44.953,00
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Visa a realização de seminário, onde serão discutidas questões afetas à cultura hip hop e seus desdobramentos. Os locais de realização dos eventos serão: Canecão, Cine Odeon BR, Armazém 5 - Zona Portuária e Centro Cultural Banco do Brasil, todos na cidade do Rio de Janeiro. A programação está divida em prêmios, festival de hap, festival de filme, moda, exposição de graffitti, batalha entre Mcs, entre outras atividades.
06 3788 -Projeto Artístico-Cultural para a Usina de Artes e o Teatro Plácido de Castro/2006
Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour - FEM
CNPJ/CPF: 03.124.410/0001-32
Processo: 01400.004099/06-72
AC - Rio Branco
Valor do Apoio R$: 2.310.023,33
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
O projeto visa elaborar um programa de cunho artístico, cultural e educativo, a fim de construir e solidificar a identidade de espaço promotor e difusor de arte e cultura, para a Usina de Artes e para o Teatro Plácido de Castro, com a realização de espetáculos, oficinas, workshops, exposições de artes plásticas, lançamentos de livros e encontros com o autor.
06 5699 - Tangolomango 2006 - Generosidade Intelectual
Mil e Uma Imagens Comunicaçao e Produçao Ltda
CNPJ/CPF: 02.621.783/0001-56
Processo: 01400.005864/06-71
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 442.820,00
Prazo de Captação: 08/09/2006 a 31/12/2006
Resumo do Projeto:
Este projeto tem com objetivo, fazer parceria com universidades, projetos sociais e escolas da rede pública para estimular e viabilizar a participação dos estudantes nas atividades desenvolvidas pelo evento, principalmente nas exposições, seminário e oficinas.

PORTARIA Nº 438, DE 5 DE SETEMBRO DE 2006

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso de suas atribuições legais, e em cumprimento ao disposto no § 6º do artigo 19 da Lei n.º 8313, de 23 de dezembro de 1991, resolve:

Art. 1.o - Aprovar a complementação de Valor em favor dos projetos culturais relacionados nos anexos I e II a esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTE CÊNICAS - (ART.18, §1º)
05 5550 - Grupo Galpão - manutenção 2006
Associação Galpão
CNPJ/CPF: 16.741.480/0001-81
MG - Belo Horizonte
Valor Complementar em R$: 58.039,00

ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)
05 9963 - Série Internacional de música de câmara - 2006
Interarte Produções Artísticas S/C Ltda
CNPJ/CPF: 54.223.482/0001-78
SP - São Paulo
Valor Complementar em R$: 182.560,00

ÁREA: 4 ARTES PLÁSTICAS - (ART. 18)
05 3062 - Mostra Santos Dumont Designer
Elo3 Integração Empresarial Ltda.
CNPJ/CPF: 06.791.257/0001-95
SP - São Paulo
Valor Complementar em R$: 756.648,13

ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
06 3078 - Prêmio de Mídia Estadão (9º)
Animarte Comunicação e Cultura Ltda.
CNPJ/CPF: 01.261.421/0001-39
RJ - Rio de Janeiro
Valor Complementar em R$: 170,00
ANEXO II

ÁREA : 6 HUMANIDADES - (ART26)
06 1608 - Morte e a vida em debate (A)
Associação de Arquivistas de São Paulo (ARQ/SP)
CNPJ/CPF: 02.875.020/0001-31
SP - São Paulo
Valor Complementar em R$: 48.167,50

PORTARIA Nº 439, DE 5 DE SETEMBRO DE 2006

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso de suas atribuições legais, e em cumprimento ao disposto no § 6º do artigo 19 da Lei n.º 8313, de 23 de dezembro de 1991, resolve:

Art.1.o - Prorrogar o prazo de captação de recursos dos projetos culturais, relacionados nos anexos I e II à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTE CÊNICAS - (ART.18, §1º)
05 1773 - Tropicália em Transe
Carlos José dos Santos Linhares
CNPJ/CPF: 529.489.196-49
MG - Belo Horizonte
Período de captação: 01/01/2006 a 31/12/2006
04 4965 - Dançando a Vida Ano II - 2005
Escola de Dança e Integração Social da Criança e Adolescente
CNPJ/CPF: 69.697.662/0001-69
CE - Fortaleza
Período de captação: 01/08/2006 a 30/09/2006
05 3385 - Vixe Maria Deus é o Diabo na Bahia
Canto Claro Produções Artísticas e Cultural Ltda
CNPJ/CPF: 07.255.093/0001-44
BA - Salvador
Período de captação: 01/09/2006 a 31/12/2006
03 2527 - Mania de Explicação
Wanda Chaves Sgarbi
CNPJ/CPF: 277.372.176-49
MG - Belo Horizonte
Período de captação: 01/09/2006 a 30/09/2006

ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)
05 6817 - Músicas intermináveis para viagem-duo instrumental
Laura Neves Leiner
CNPJ/CPF: 529.581.400-91
RS - Porto Alegre
Período de captação: 31/08/2006 a 31/12/2006
05 2865 - Concertos Carmo de Música Erudita - 4ª Edição
Comunicação Nacional Marketing e Publicidade Ltda.
CNPJ/CPF: 06.016.329/0001-27
SP - Campinas
Período de captação: 01/09/2006 a 31/10/2006

ÁREA: 4 ARTES PLÁSTICAS - (ART. 18)
06 0638 - Exposição Pastora Guidette
M.Porto Ltda.
CNPJ/CPF: 01.976.838/0001-88
SP - Cotia
Período de captação: 13/07/2006 a 31/12/2006

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (ART. 18)
02 2546 - Restauração do Mosteiro de São Bento de Sorocaba - SP
Mosteiro de São Bento de São Paulo
CNPJ/CPF: 61.018.750/0001-85
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2006 a 31/12/2006
03 1668 - Monsteiro de São Bento: Reforma e Restauro do Casarão Anexo
Mosteiro de São Bento de São Paulo
CNPJ/CPF: 61.018.750/0001-85
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2006 a 31/12/2006

ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
05 4211 - Ervas do Brasil e o Saber Ancestral (As)
DC Comunicação e Marketing Ltda.
CNPJ/CPF: 05.466.852/0001-92
SP - São Paulo
Período de captação: 09/08/2006 a 31/12/2006
05 4213 - Rodeios, Peões e Tradição Cultural
DC Comunicação e Marketing Ltda.
CNPJ/CPF: 05.466.852/0001-92
SP - São Paulo
Período de captação: 09/08/2006 a 31/12/2006
05 5344 - Fortificações Portuguesas no Brasil
DC Comunicação e Marketing Ltda.
CNPJ/CPF: 05.466.852/0001-92
SP - São Paulo
Período de captação: 16/08/2006 a 31/12/2006
05 4246 - Barreira de Itarararé É na História Militar (A)
Hélio Tenorio dos Santos
CNPJ/CPF: 091.467.888-40
SP - São Paulo
Período de captação: 31/08/2006 a 31/12/2006
06 1599 - ALLUM
Mauro H. de Brito
CNPJ/CPF: 320.889.659-04
PR - Curitiba
Período de captação: 01/09/2006 a 31/12/2006

ÁREA: 7 ARTES INTEGRADAS - (ART. 18)
06 2315 - Copa do Mundo - A Pátria de Chuteiras
Agencia F. Publicidade Ltda.
CNPJ/CPF: 05.940.806/0001-83
SP - São Paulo
Período de captação: 01/08/2006 a 31/12/2006

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA EM GERAL - (ART. 26)
05 6769 - Show de cultura no campus
Missão Salesiana de Mato Grosso
CNPJ/CPF: 03.226.149/0001-81
MS - Campo Grande
Período de captação: 21/06/2006 a 31/12/2006
04 4644 - No Ar Coquetel Molotov
Ana Cristina Altino Garcia
CNPJ/CPF: 046.336.914-90
PE - Jaboatão dos Guararapes
Período de captação: 01/09/2006 a 31/10/2006
05 0676 - Tião Canta João
Letícia Rita Souza Reis
CNPJ/CPF: 175.098.768-69
SP - São Paulo
Período de captação: 01/01/2006 a 31/12/2006
04 6720 - Benê, o Flautista
Paulo Eduardo Flores da Silva
CNPJ/CPF: 806.222.088-53
SP - Tatuí
Período de captação: 01/01/2006 a 31/12/2006
05 7636 - Turnê Banda EX4 - Casa Hope
Calliandra Produções Ltda.
CNPJ/CPF: 05.204.168/0001-32
DF - Brasília
Período de captação: 12/07/2006 a 31/12/2006

ÁREA : 6 HUMANIDADES - (ART26)
05 2467 - Paparazzi
Associação Profissional dos Repórteres Fotográficos e Cinematográficos do Rio de Janeiro
CNPJ/CPF: 34.165.464/0001-70
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2006 a 31/12/2006

ÁREA: 7 ARTES INTEGRADAS - (ART. 18)
05 10135 - Festival Cultural de Murici
Antares Publicidade Ltda.
CNPJ/CPF: 12.682.977/0002-04
AL - Maceió
Período de captação: 31/08/2006 a 30/09/2006

PORTARIA Nº 440, DE 5 DE SETEMBRO DE 2006

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso de suas atribuições legais, e em cumprimento ao disposto no § 6º do artigo 19 da Lei n.º 8313, de 23 de dezembro de 1991, resolve:

Art. 1.o - Aprovar a Redução de Valor em favor do projeto cultural relacionado no anexo a esta Portaria, para o qual o proponente fica autorizado a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA

ANEXO

ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)
05 4901 - Brasil Euro Festival
Films & Arts Comunicação S/C Ltda - ME
CNPJ/CPF: 05.097.501/0001-51
SP - São Paulo
Valor reduzido em R$: 101.890,07

ÁREA: 4 ARTES PLÁSTICAS - (ART. 18)
05 3176 - Viva o Brasil - O Universo de Djanira
Sociedade dos Amigos do MON - Museu Oscar Niemeyer.
CNPJ/CPF: 05.695.855/0001-06
PR - Curitiba
Valor reduzido em R$: 8.000,00

ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
04 6344 - Coleção Literatura e Mudanças II
Fundação Educar DPaschoal de Benemerência e Preservação da Cultura e Meio Ambiente.
CNPJ/CPF: 59.013.433/0001-24
SP - Campinas
Valor reduzido em R$: 5.200,00
04 6345 - Coleção Para Mudar o Mundo II
Fundação Educar DPaschoal de Benemerência e Preservação da Cultura e Meio Ambiente.
CNPJ/CPF: 59.013.433/0001-24
SP - Campinas
Valor reduzido em R$: 2.500,00

PORTARIA Nº 441, DE 5 DE SETEMBRO DE 2006

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso de suas atribuições legais, e em cumprimento ao disposto no artigo 27, inciso I, do Decreto n.º 1494, de 17 de maio de 1995, resolve:

Art. 1º - Aprovar a alteração do nome dos projetos abaixo relacionados:

PRONAC: 05-4901 - "Euro Jazz Festival", portaria de aprovação n.º 0487/05 de 17 de novembro de 2005 e publicado no D.O.U. do dia 18 de novembro de 2005 para "Brasil Euro Festival".

PRONAC: 05-8533 - "Projeto Cult Circuito - Teatro fecomércio - Programação 2005/2006", portaria de aprovação n.º 0269/06 de 30 de maio de 2006 e publicado no D.O.U. do dia 31 de maio de 2006 para "Projeto Cult Circuito".

PRONAC: 06-3938 - "Centenário de Rodamés Gnatalli", portaria de aprovação n.º 0342/06 de 11 de julho de 2006 e publicado no D.O.U. do dia 13 de julho de 2006 para "Radamés Gnattalli - 100 anos".

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA

RETIFICAÇÕES

No enquadramento na portaria de aprovação n. 0346/05 de 23 de agosto de 2005, publicada no D.O.U. nº 163 de 24 de agosto de 2005, Seção 1, pagina 20, referente ao Processo: 01400.011068/2004-14, Projeto "Domingo Show Eletropaulo - Segundo Semestre 2005" - Pronac: 04-6562 nos seguintes termos: I) - Onde se lê: "Área: 3 Música Instrumental/Erudita - (Art.18, §1º)", II) - Leia-se: "Área: 3 Música em Geral - (Art. 26)".

No valor de captação na portaria de complementação n. 0268/06 de 30 de maio de 2006, publicada no D.O.U. nº 103 de 31 de maio de 2006, Seção 1, pagina 10, referente ao Processo: 01400.011186/2005-03, Projeto "Orquestra do amanhã" - Pronac: 05-6410 nos seguintes termos: I) - Onde se lê: "Valor complementar em: R$ 94.000,00", II) - Leia-se: "Valor complementar em: R$ 114.000,00".

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

PORTARIA Nº 100, DE 6 DE SETEMBRO DE 2006

DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA, no uso da atribuição que lhe confere os incisos III e XII do art. 13 do anexo I do Decreto nº 4.121, de 07 de fevereiro de 2002 e o disposto no inciso XI, do art. 14 do Regimento Interno da ANCINE.

Considerando o estabelecido na Resolução MERCOSUL/GMC/RES nº 49/03 de 10 de dezembro de 2003;

Considerando o item 2.7.3, § 2º da Ata Final da VI Reunião Ordinária de Autoridades Cinematográficas e Audiovisuais do Mercosul - RECAM, realizada em 10 a 11 de outubro de 2005, que estabeleceu a cota do Brasil em US$ 48.000,00 (quarenta e oito mil dólares americanos), cabendo 50% a Secretaria do Audiovisual do MINC E 50% a Agência Nacional do Cinema, resolve:

1 - Destacar US$ 24.000,00 (vinte e quatro mil dólares americanos) para a Secretaria Técnica da RECAM, correspondente a 50% da cota parte do Governo Brasileiro, no exercício de 2006, sob a forma de Descentralização de Crédito Orçamentário para a Secretaria do Audiovisual do MINC;

2 - O referido Destaque será descentralizado em favor da SAV/FNC - UG 340001 correrá à conta da ação orçamentária da ANCINE 13.691.0169.4533.0001 - Fomento à Distribuição e Comercialização de Obras Cinematográficas e Vídeofonográficas no País e Exterior, na natureza de despesa 3.3.80.41 - Contribuições a Organismos Internacionais.

3 - A SAV/FNC após o destaque da contribuição à Secretaria Técnica da RECAM, deverá encaminhar a ANCINE à documentação comprobatória pertinente, conforme estabelece o item 4 da Súmula Coned nº 04/2004.

GUSTAVO DAHL

RETIFICAÇÃO

Nos termos da Deliberação nº 206, de 10 de julho de 2006, publicada no D.O.U. nº 131, de 11 de julho de 2006, Seção 1, página 14, em relação ao projeto "A História das Três Marias", para considerar o seguinte: ONDE SE LÊ "Período de Captação: até 20/08/2006", LEIA-SE "Período de Captação: até 31/12/2006".

Ministério da Defesa

COMANDO DA AERONÁUTICA
GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA Nº 872/GC3, DE 6 DE SETEMBRO DE 2006

Ativa o Destacamento de Suprimento e Manutenção de Manaus e dá outras providências.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de conformidade com o previsto no inciso V do Art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 5.196, de 26 de agosto de 2004, resolve:

Art. 1º Ativar o Destacamento de Suprimento e Manutenção de Manaus (DSM-MN), com a finalidade de executar, de forma descentralizada, as atividades relativas ao apoio logístico do Sistema de Material Aeronáutico (SISMA).

Art. 2º O DSM-MN tem sede em Manaus-AM, nas instalações da Base Aérea de Manaus.

Art. 3º O DSM-MN é subordinado, técnica e operacionalmente, ao Diretor do Parque de Material Aeronáutico dos Afonsos (PAMA-AF) e, administrativa e disciplinarmente, ao Comandante da Base Aérea de Manaus (BAMN).

Art. 4º O Comandante-Geral de Apoio fica autorizado a baixar os atos complementares necessários à execução desta Portaria.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar LUIZ CARLOS DA SILVA BUENO

COMANDO-GERAL DO PESSOAL
DIRETORIA DE SAÚDE

DESPACHO DO DIRETOR

Reconheço a Dispensa de Licitação fundamentada no inciso VIII do Artigo 24 da Lei 8.666/93, para contratação do Instituto de Engenharia Nuclear - IEN, para aquisição de radiofármacos, relativos ao Processo Administrativo de Gestão n.º 109/HFAG/2006, perfazendo um valor de R$ 4.290,72.

Rio de Janeiro, 24 de agosto de 2006.

Brig - Méd - PAULO DE MOURA MOUTELLA
Ordenador de Despesas do Hospital de Força Aérea do Galeão

Ratifico a decisão do Ordenador de Despesas do HFAG, exarada pelo Parecer da Assessoria Jurídica n.º 2426/ASS. JUR./2006 de 08/08/06, referente à Dispensa de Licitação acima caracterizada nos termos do Art. 26 da Lei 8.666/93.

Rio de Janeiro, 05 de setembro de 2006.

Maj - Bri. - Méd. JOSÉ ELIAS MATIELI
Diretor de Saúde

COMANDO DA MARINHA
EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS

DESPACHO DO DIRETOR PRESIDENTE
Em 30 de agosto de 2006

O Diretor Presidente da Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON, autoriza, em cumprimentos aos artigos 4º e 5º do Decreto nº 908, de 31 de agosto de 1993, a publicação do Acordo Coletivo 2006 e do Demonstrativo dos Níveis Globais de Remuneração da Empresa, transcritos a seguir:

A) ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2006

Acordo Coletivo de Trabalho - ACT celebrado entre a Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON, doravante denominada Empresa, a Federação dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio do Estado de São Paulo, a Federação dos Empregados em Empresas de Segurança, Vigilância, de Agentes Autônomos no Comércio, Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações, Pesquisas, Serviços Contábeis e Empresas Similares de Atividades Profissionais Correlatas do Estado do Rio de Janeiro, o Sindicato de Empregados de Agentes Autônomos do Comércio de Sorocaba e região e o Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio e Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Município do Rio de Janeiro, doravante denominados Federações e Sindicatos.

PREÂMBULO

Acordam os signatários em conciliar as cláusulas constantes do presente instrumento, que passam a integrar as condições que disciplinarão as relações de trabalho na Empresa, a viger no período de 01 de janeiro de 2006 a 31 de dezembro de 2006.

I - DISPOSIÇÕES INICIAIS

CLÁUSULA 1ª - ABRANGÊNCIA

1.1 - O presente Acordo abrange todos os empregados da Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON, em atividade em 1º de janeiro de 2006, bem como os que forem admitidos após esta data.

1.2 - Excetuam-se da regra geral estabelecida em 1.1 os empregados afastados, cuja abrangência dar-se-á partir da data do seu retorno ao trabalho, desde que na vigência do presente acordo.

CLÁUSULA 2ª - DATA-BASE

2.1 - A data base da categoria fica mantida em primeiro de janeiro.

II - REMUNERAÇÃO

CLÁUSULA 3ª - REAJUSTE SALARIAL

3.1 - A Empresa concederá aos seus empregados a partir de 1º de Janeiro de 2006 reposição salarial de 5,69% (cinco vírgula sessenta e nove por cento), que incidirá sobre os salários vigentes em 31/12/2005.

CLÁUSULA 4ª - PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS

Redação para São Paulo

4.1 - A Empresa efetuará estudo sobre a revisão do seu atual Plano de Cargos e Salários (PCS), e que na referida revisão deverão ser previstos critérios para a progressão dentro dos respectivos cargos. E poderá formar uma comissão de representantes dos empregados e da Empresa para análise dos estudos.

Redação para o Rio de Janeiro

4.1 - A Empresa efetuará estudo sobre a revisão do seu atual Plano de Cargos e Salários (PCS), e que na referida revisão deverão ser previstos critérios para a progressão dentro dos respectivos cargos. A participação dos empregados na análise e complementação dos estudos dar-se-á por meio de representantes, organizados em subgrupos de trabalho.

CLÁUSULA 5ª - PAGAMENTO DE SALÁRIOS

5.1 O pagamento dos salários dos empregados será efetuado, normalmente, no primeiro dia útil do mês subseqüente ao vencido.

CLÁUSULA 6ª - PROMOÇÕES ANUAIS

6.1 - Os procedimentos referentes às promoções anuais dos empregados são os previstos no Plano de Cargos e Salários da Empresa e na legislação e normas vigentes.

CLÁUSULA 7ª - 13º SALÁRIO

7.1 Em condições normais, a Empresa adiantará 50% (cinqüenta por cento) do 13º salário (gratificação de natal) juntamente com o pagamento do mês de junho ou por ocasião das férias, prevalecendo o que ocorrer primeiro; os restantes 50% (cinqüenta por cento) serão pagos pela Empresa juntamente com o pagamento de novembro.

7.2 - O empregado que não desejar receber o adiantamento do 13º salário em junho deverá manifestar-se por escrito até 31/05/06.

CLÁUSULA 8ª - PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS / RESULTADOS

8.1 A Empresa encaminhará proposta de "Acordo de Participação nos Lucros ou Resultados" do exercício do ano base 2006, de acordo com a legislação e normas em vigor.

CLÁUSULA 9ª - HORAS EXTRAS

9.1 - As horas extraordinárias serão remuneradas com as adicionais aplicáveis sobre o salário-hora normal: 50% (cinqüenta por cento) para os dias úteis, licenças de pagamento e sábados e 100% (cem por cento) para domingos e feriados.

CLÁUSULA 10ª - GRATIFICAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO

10.1 - Ao empregado que venha substituir outro (a) empregado (a) afastado (a) para tratamento de saúde, licença maternidade ou licença sem remuneração e que receba gratificação de função poderá ser concedida ao empregado substituto a gratificação de função no mesmo percentual, desde que atendidas as seguintes condições:

a)o afastamento seja superior a 30 dias;

b)haja indicação formal de substituto devidamente justificada;

c)o percentual seja calculado sobre a tabela do nível ao qual o empregado substituto esteja vinculado;

d)seja limitada ao período de 01 ano; e

e)seja aprovado pela Diretoria da EMGEPRON.

10.2 - A referida gratificação de função estará limitada exclusivamente ao período que perdura a substituição e, por não se enquadrar no princípio da habitualidade, não se incorporará ao salário após o término de sua concessão.

III - BENEFÍCIOS SOCIAIS

CLÁUSULA 11ª - HOMOLOGAÇÃO DA RESCISÃO CONTRATUAL

11.1 - Observadas as normas do art. 477 da CLT, o ato de homologação da rescisão do contrato de trabalho poderá ser atestado pelos Sindicatos ou pelas Federações signatários deste acordo, na ausência do representante da Empresa. A ausência do empregado terá idêntico tratamento, desde que a Empresa apresente comprovante da comunicação ao empregado sobre a data do referido ato.

CLÁUSULA 12ª - PLANO DE ASSISTENCIA MÉDICO-SOCIAL

12.1 - A Empresa continuará mantendo os benefícios previstos no seu Plano de Assistência Médico - Social, em caráter supletivo à assistência médica oficial, bem como procederá a estudos visando à ampliação dos mesmos.

12.2 - O empregado continuará concorrendo no custo pela utilização do Plano Médico, de acordo com a tabela de participação definida nas normas internas da Empresa.

CLÁUSULA 13ª - ALIMENTAÇÃO

13.1 - A Empresa manterá seu atual sistema de fornecimento de alimentação aos seus empregados, preparada no próprio local de trabalho.

13.2 - A Empresa concederá aos seus empregados, por ocasião das férias regulares, nos dias úteis, um Auxílio Alimentação no valor diário de R$ 9,50 (nove reais e cinqüenta centavos).

13.3 - O pagamento, pelos empregados, da indenização da alimentação fornecida pela Empresa não excederá, mensalmente, a 1% (um por cento) do menor salário-base da tabela salarial correspondente ao nível do empregado.

13.4 - A Empresa também concederá um Auxílio Alimentação, de mesmo valor que o da cláusula 13.2, até um limite de 15 dias, aos empregados que se afastarem por acidente de trabalho.

13.5 - O Auxílio Alimentação concedido nesta cláusula, por não se enquadrar no princípio da habitualidade, não tem natureza salarial, não se incorporando à remuneração para quaisquer efeitos.

CLÁUSULA 14ª - CESTA ALIMENTAÇÃO

14.1 - A Empresa fornecerá "Cesta Alimentação" aos seus empregados, na forma e condições a seguir:

a)a "Cesta Alimentação" será mensal, na forma de crédito a ser utilizado exclusivamente para aquisição de alimentos;

b)o valor do crédito mensal será de R$ 45,00 a ser concedido aos empregados com padrões salariais A-01 a A-17 e M-01 a M-06; e R$ 25,00 para empregados com padrões salariais A-18 e M-07 em 1º de janeiro de 2006, independente das promoções que vierem a ser concedidas durante a vigência do acordo;

c)os créditos serão utilizados em compras realizadas em estabelecimentos autorizados a vender alimentos sob o incentivo do PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador;

d)a concessão do crédito será realizada na modalidade que melhor convier à Empresa;

e)o empregado beneficiado terá direito ao uso do crédito mensal a partir do segundo dia útil do mês;

f)fica condicionada a concessão do benefício ao empregado que não faltar ao trabalho ou com falta devidamente justificada.

14.2 - A Cesta Alimentação concedida nesta cláusula, por não se enquadrar no princípio da habitualidade e por estar a Empresa cadastrada no Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT, não tem natureza salarial, não se incorporando à remuneração para quaisquer efeitos.

CLÁUSULA 15ª - FÉRIAS

15.1 - Obedecido o Plano anual de férias da Empresa, que deverá atender aos compromissos desta, o empregado poderá optar pelo parcelamento de suas férias em até dois períodos, com intervalo mínimo de 30 (trinta) dias, não podendo, cada período, ser inferior a 10 (dez) dias.

15.2 - A Empresa estabelecerá, onde for possível, um programa de férias coletivas no período compreendido entre dezembro e janeiro do ano imediatamente seguinte.

CLÁUSULA 16ª - SEGURO DE VIDA EM GRUPO

16.1 - A Empresa manterá os atuais benefícios do seguro de vida em grupo dos seus empregados, que continuam sendo sem ônus para os mesmos.

16.2 - Os benefícios de que trata esta cláusula não integram a remuneração do empregado para quaisquer efeitos.

CLÁUSULA 17ª - RECURSOS PARA CONVÊNIOS

17.1 - A Empresa se propõe a efetuar convênios com Instituições que visem ao bem estar social de seus empregados, observadas as limitações impostas pela legislação vigente.

CLÁUSULA 18ª - COMPENSAÇÃO DE HORAS

18.1 - A Empresa elaborará, onde for possível, um calendário anual, visando a compensação de horas correspondentes aos dias compreendidos entre feriados e descanso semanal.

18.2 - As faltas, os atrasos e as saídas antecipadas também poderão ser compensadas com as horas que o empregado tiver que permanecer na Empresa além do horário normal, por necessidade do serviço e devidamente autorizado pela respectiva Chefia.

18.3 - Os atrasos de no máximo 10 (dez) minutos poderão ser compensados automaticamente, desde que o empregado o faça no mesmo dia da ocorrência, limitado a 03 (três) ocorrências mensais e desde que autorizado pela respectiva Chefia.

CLÁUSULA 19ª - APERFEIÇOAMENTO TÉCNICO

19.1 - A Empresa oferecerá um programa de treinamento e aperfeiçoamento profissional dos seus empregados, bem como destinará recursos para custear o referido programa, identificado com a necessidade do serviço.

CLÁUSULA 20ª - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

20.1 - A Empresa dará conhecimento a cada empregado da sua avaliação de desempenho semestral no próprio formulário de avaliação de desempenho - FAD, onde o empregado deverá apor sua assinatura, atestando o seu conhecimento.

CLÁUSULA 21ª - TRANSFERÊNCIA DE EMPREGADOS

21.1 - A Empresa, havendo disponibilidade de vagas nos locais de trabalho onde presta serviços, e com a concordância prévia dos responsáveis, viabilizará a transferência de empregados, mediante solicitação dos mesmos, e em conformidade com o artigo 469 da CLT, através de processo de recrutamento interno.

CLÁUSULA 22ª PREVIDÊNCIA PRIVADA COMPLEMENTAR

22.1 - A Empresa divulgará os resultados e a decisão da Diretoria sobre a participação em um programa de Previdência Privada Complementar, com livre adesão dos seus empregados.

CLÁUSULA 23ª - ESTABILIDADE PROVISÓRIA DA GESTANTE

23.1 - À empregada gestante com contrato de trabalho vigorando por prazo indeterminado, é assegurada estabilidade provisória desde o início da gestação até 5 (cinco) meses após o parto.

23.2 - Na ocorrência de aborto não criminoso, comprovado por atestado médico oficial, gozará a empregada de estabilidade provisória de 30 (trinta) dias, a contar do evento e desde que tenha comunicado previamente à EMGEPRON o seu estado gravídico.

23.3 - Excetuam-se desta regra as empregadas que venham a praticar atos ilícitos nas hipóteses previstas no artigo 482 da CLT.

CLÁSULA 24ª - ESTABILIDADE AO EMPREGADO AFASTADO PELA PREVIDÊNCIA

24.1 - Ao empregado afastado pela Previdência Social por motivo de auxílio-doença, fica assegurada estabilidade provisória, por igual período em que ficou sob custódia de Previdência, limitado ao máximo de 30 (trinta) dias.

24.2 - Excetuam-se desta regra os empregados que venham a praticar atos ilícitos nas hipóteses do artigo 482 da CLT.

CLÁUSULA 25ª - ESTABILIDADE PROVISÓRIA DO EMPREGADO PAI

25.1 - O empregado pai gozará de estabilidade provisória no emprego, pelo período de 30 (trinta) dias, contados da data de nascimento do filho, devidamente comprovada através do fornecimento da respectiva certidão de nascimento.

25.2 - Excetuam-se desta regra os empregados que venham a praticar atos ilícitos nas hipóteses previstas no artigo 482 da CLT.

CLÁSULA 26ª - CARTA DE REFERÊNCIA

26.1 - A Empresa, nas demissões de empregados sem justa causa, emitirá cartas de referência, a seu critério.

CLÁUSULA 27ª - AUSÊNCIAS AUTORIZADAS

27.1 - Os empregados poderão ausentar-se dos serviços sem prejuízo de seus salários e sem necessidade de compensação nos casos e prazos previstos na CLT, artigo 473.

Redação complementar para o Rio de Janeiro

27.2 - Os membros da Diretoria da ASEEMG, além das faltas previstas no subitem 27.1, poderão ausentar-se do serviço, desde que comunicado formalmente ao seu chefe imediato com no mínimo 5 (cinco) dias úteis de antecedência, sem prejuízo de seus salários e nem necessidade de compensação para participar de reuniões de interesse dos empregados, comprovadas à Empresa por meio das atas das reuniões, limitadas a 6 dias por ano.

CLÁUSULA 28ª - ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS

28.1 - Os atestados médicos e odontológicos emitidos por médicos e dentistas dos Sindicatos ou das Federações acordantes ou de seus convênios, quando apresentados até 48 horas após o evento, poderão ser aceitos como justificativas e abono de faltas ou atrasos aos serviços, desde que sejam validados pelo Médico do Trabalho da Empresa.

CLÁUSULA 29ª - AUXILIO AO FILHO EXCEPCIONAL / DEFICIENTE FÍSICO

29.1 - A Empresa, na medida do possível, alocará recursos para convênios que visem ao bem estar social dos empregados que tenham filho deficiente físico ou excepcional.

IV - SEGURANÇA E SAÚDE

CLÁUSULA 30ª - TRANSPORTE DE ACIDENTADOS, DOENTES E PARTURIENTES

30.1 - A Empresa providenciará o transporte de empregado para local apropriado, em caso de acidente de trabalho, mal súbito ou parto, desde que ocorram em horário e no local de trabalho.

V - RELACIONAMENTO SINDICAL E ASSOCIATIVO

CLÁUSULA 31ª - QUADROS DE AVISOS

31.1 - A Empresa concorda com a permanência de quadros de avisos em suas dependências para as entidades representativas dos empregados, reconhecidas pela Empresa, divulgarem assuntos de seus interesses, segundo padrões aprovados pela Empresa.

31.2 - As entidades representativas dos empregados comprometem-se a usar tais quadros apenas para divulgação de mensagem ou notícias de interesses dos empregados, assumindo inteira responsabilidade pelo teor dos documentos nele afixados, com sua autorização dada por escrito.

31.3 - As mensagens divulgadas nos quadros de avisos deverão ser em papel onde conste a data, o timbre da entidade representativa, o carimbo e a assinatura do responsável pela divulgação.

31.4 - Cópias de todas as mensagens deverão ser previamente encaminhadas ao Setor de Recursos Humanos local.

CLÁUSULA 32ª - DIA DOS EMPREGADOS

32.1 - Fica assegurado o descanso remunerado aos empregados em um dia útil na terceira semana do mês de outubro, comemorando o Dia dos Empregados da Categoria, ou em data da conveniência da Empresa, previamente informada ao Sindicato e Federação, podendo não ser o mesmo dia para todos os locais onde são desenvolvidos os vários projetos.

CLÁUSULA 33ª - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL DOS EMPREGADOS LOTADOS NO ESTADO DE SÃO PAULO

33.1 - A Empresa promoverá o desconto a título de Contribuição Assistencial estabelecido na Assembléia Geral dos Empregados o percentual de 6% (seis por cento) sobre os salários, de todos os seus empregados, associados ou não, nos termos do artigo 513, letra "e", da CLT, PN 21 TRT/2ª Região e Decisão do Supremo Tribunal Federal - Processo n.º RE 337.718-SP (D.J. de 28/08/2002) e Acórdão do Supremo Tribunal Federal - Processo n.º RE 189-960-SP (DJ. de 10/08/01) cuja EMENTA assim se transcreve: "CONTRIBUIÇÃO - CONVENÇÃO COLETIVA". A contribuição prevista em Convenção Coletiva fruto do disposto no artigo 513, alínea "e", da Consolidação das Leis do Trabalho, é devida por todos os integrantes da categoria profissional, não se confundindo com aquela versada na primeira parte do inciso IV, do artigo 8º da Carta da República". O desconto será efetuado em 2 (duas) parcelas, sendo 3% (três por cento) nos salários do mês de janeiro, com recolhimento no 5º (quinto) dia útil de fevereiro; 3% (três por cento) nos salários do mês de fevereiro, com recolhimento no 5º (quinto) dia útil de março, através de guia apropriada da Caixa Econômica Federal, fornecida pelo Sindicato Profissional.

33.2 - Os empregados contratados após estas datas terão o desconto no primeiro mês da contratação de 6% (seis por cento), sendo que os valores serão recolhidos até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao que ocorreu o desconto.

33.3 - A Empresa remeterá ao Sindicato cópia da guia de recolhimento juntamente com a relação de empregados, no prazo máximo de 20 (vinte) dias após a efetivação do mesmo.

33.4 - O não recolhimento no prazo acarretará a cobrança de multa de 10% (dez por cento) do montante, juros de mora de 1% (hum por cento) ao mês, além da correção monetária pelos índices oficiais. Havendo necessidade de cobrança judicial, sofrerá um acréscimo de 10% (dez por cento) em razão de honorários advocatícios e mais as custas processuais.

33.5 - Na hipótese de não assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho no mês da data base, o desconto da primeira parcela ocorrerá no mês da efetivação do presente Acordo Coletivo e a segunda parcela no mês subseqüente, mantendo-se as demais condições de recolhimento inalteradas.

CLÁUSULA 34ª - MENSALIDADE ASSOCIATIVA DOS EMPREGADOS LOTADOS NO RIO DE JANEIRO

34.1 - A Empresa manterá o procedimento de desconto em folha de pagamento da mensalidade associativa da Associação dos Empregados da EMGEPRON (ASEEMG) e do Sindicato e da Federação signatários do presente Acordo, desde que prévia e expressamente autorizada pelo empregado, na forma da legislação em vigor.

VI - DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA 35ª - EXCLUSÃO DA EMPRESA DE DISSÍDIOS COLETIVOS E CONVENÇÕES COLETIVAS

35.1 - A Empresa fica desobrigada do cumprimento de quaisquer Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos envolvendo outras entidades sindicais que não as signatárias deste Acordo e nos seus termos, firmados ou ajuizados durante a vigência deste Acordo, em todo o território nacional.

CLÁSULA 36ª - ACOMPANHAMENTO NA DRT

36.1 - As partes contratantes comprometem-se a efetuar diretamente por sua própria conta o acompanhamento do registro do presente acordo na DRT. A Empresa dará ciência do registro aos seus empregados.

CLÁUSULA 37ª - VIGÊNCIA

37.1 - As cláusulas do presente Acordo terão vigência no período de 1º de janeiro de 2006 a 31 de dezembro de 2006, exceto a Cláusula 14ª (CESTA ALIMENTAÇÃO), cuja vigência será de 1º de janeiro de 2006 a 31 de dezembro de 2007.

CLÁUSULA 38ª - MANUTENÇÃO DE CONQUISTAS

38.1 - O processo de prorrogação, revisão, denúncia, renúncia ou revogação total ou parcial do presente Acordo ficará condicionado a acordo entre as partes e a legislação vigente.

CLÁUSULA 39ª - AÇÃO DE CUMPRIMENTO

39.1 - A Empresa concorda que as divergências em relação às cláusulas do presente Acordo sejam dirimidas internamente através de provocação das partes e que os Sindicatos ou as Federações possam atuar na condição de substituto processual dos empregados, independente de outorga ou procuração.

Para que produza seus efeitos jurídicos e legais, as partes assinam este instrumento em 7 (sete) vias de igual teor e forma, devendo ser encaminhada para os competentes registros e arquivo na Delegacia Regional do Trabalho.

Rio de Janeiro, em 23 de agosto de 2006.

LOURIVAL FIGUEIREDO DE MELO, Presidente - Federação dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio do Estado de São Paulo; FERNANDO BANDEIRA, Presidente Federação dos Empregados em Empresas de Segurança, Vigilância, de Agentes Autônomos no Comércio, Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações, Pesquisas, Serviços Contábeis e Empresas Similares de Atividades Profissionais Correlatas do Estado do Rio de Janeiro; ARTUR JOSÉ APARECIDO BORDIN, Presidente - Sindicato de Empregados de Agentes Autônomos do Comércio de Sorocaba e Região; MARIA MARTINS BANDEIRA, Presidente do Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio e Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Município do Rio de Janeiro; NAPOLEÃO BONAPARTE GOMES, Diretor Presidente da Empresa Gerencial de Projetos Navais EMGEPRON; INDALECIO CASTILHO VILLA ALVAREZ, Diretor Administrativo-Financeiro da Empresa Gerencial de Projetos Navais EMGEPRON.

B) DEMONSTRATIVO DOS NÍVEIS GLOBAIS DE REMUNERAÇÃO DA EMGEPRON

Dezembro: 2005

Empresa: EMGEPRON

Nível Superior - Maior Remuneração: R$ 6.803,20, Menor Remuneração R$ 1.362,00, Remuneração Média R$ 3.826,55

Nível Médio - Maior Remuneração: R$ 4.484,80, Menor Remuneração R$ 660,00, Remuneração Média R$ 1.426,29

Nível Auxiliar - Maior Remuneração: R$ 2.980,10, Menor Remuneração R$ 409,00, Remuneração Média R$ 906,81

Vice-Almirante NAPOLEÃO BONAPARTE GOMES

Ministério da Educação

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE CUIABÁ

PORTARIA Nº 132, DE 6 DE SETEMBRO DE 2006

O DIRETOR GERAL DO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE CUIABÁ, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 3.564 de 27 de novembro de 2003, publicada no Diário Oficial da União de 28 subseqüente, de acordo com a Portaria MEC nº 2.330 de 10/08/2004 e Ofício Circular nº 03/2005 CGSIFEP/DAPI/SETC/MEC de 06/01/2005, resolve:

Art.1º - Homologar o resultado do processo seletivo para contratação de Professor Substituto, objeto do edital nº 04 de 25/08/2006, de acordo com o anexo I.

Art. 2 º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I

Área: Tecnologia de Alimentos				
Candidato	Prova Escritad	Prova de Títulos	Resultado Final	Classificação
Marileide Guimarães Oliveira Araújo	84,0	0,0	50,4	1º
Gilvair Marconi dos Santos	71,0	12,5	47,6	2º
Vivian Regina de Oliveira	61,0	2,5	37,6	3º
Fábio José Francisco	56,0	0,0	34,0	4º

ADEMIR JOSÉ CONTE

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA

SÚMULA DE PARECERES

Reunião ordinária dos dias 8, 9 e 10 de agosto de 2006

CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Processo: 23001.000101/2006-70 Parecer: CEB 39/2006 Interessado: Movimento Interfórum de Educação Infantil do Brasil - MIEIB - Belo Horizonte (MG) Decisão: Ao responder consulta sobre situações relativas à matrícula de crianças de seis anos no Ensino Fundamental, o Relator conclui que ao se estabelecer a idade cronológica de 6 (seis) anos completos ou a completar até o início do ano letivo, a legislação e as normas estabelecidas não se ocuparam, exclusivamente, com aspectos formais. Ocuparam-se, acima de tudo, com o direito da criança de ser criança, isto é, o direito da criança à Educação Infantil. A Câmara de Educação Básica só previu uma transição em 2006, que se poderia estender, quando muito, a 2007: seria este o prazo máximo para as adequações necessárias naqueles casos em que as crianças procedem da Educação Infantil para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, conciliando-se certas situações já existentes. Para aquelas crianças que não tiveram oportunidade de acesso à Educação Infantil - que, a nosso ver, também deveria, na fase da pré-escola, ser obrigatória (o que talvez venha a se tornar possível com o FUNDEB), o que se impõe é um tratamento apropriado quando de seu ingresso na escola aos 6 (seis) anos de idade para cursarem o Ensino Fundamental ampliado para 9 (nove) anos de duração Relator: Murílio de Avellar Hingel. Processo: 23001.000167/2002-36 Parecer: CEB 40/2006 Interessado: Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul - Porto Alegre (RS) Decisão: Ao responder sobre a pertinência do Parecer CNE/CEB nº 34/2001, que trata da autorização de funcionamento e supervisão de instituições privadas de Educação Infantil, o Relator vota pelo retorno do Processo nº 23001.000167/2002-36 e do conseqüente Parecer CNE/CEB nº 26/2004 para consideração do Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação, com vistas à homologação do parecer original (Parecer CNE/CEB nº 26/2004) Relator: Murílio de Avellar Hingel. Processo: 23001.000047/2006-62 Parecer: CEB 41/2006 Interessada: União dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME/RS - Porto Alegre (RS) Decisão: O Relator responde as perguntas 1 e 2 da consulta nos seguintes termos: A matrícula de crianças de seis anos de idade no Ensino Fundamental a partir de 2006, no caso em que tenha se verificado, essa etapa da Educação Básica terá a sua duração ampliada para nove anos, obrigatoriamente. Nessas situações, o disposto no art. 5º da Lei nº 11.274/2006 é inócuo. Não ocorrendo a situação descrita no item anterior, Municípios, Estados e Distrito Federal poderão matricular crianças de seis anos de idade no Ensino Fundamental, como direito público e subjetivo, nos anos posteriores, progressivamente, até o início do ano letivo de 2010, quando deverão estar atendidas as condições referidas na Lei nº 11.114/2005. Evidentemente, quando isso acontecer, o Ensino Fundamental de nove anos de duração estará necessariamente implementado. É desejável e realmente possível que o atendimento das condições já enumeradas tenha sido alcançado pela maioria dos Estados e dos Municípios e pelo Distrito Federal. Em caso contrário, a aprovação e vigência do Fundo de Desenvolvimento e Manutenção da Educação Básica e Valorização do Magistério (FUNDEB) contribuirá, certamente, para a mais rápida implementação do Ensino Fundamental de nove anos com matrícula de crianças aos seis anos de idade completos ou a completar até o início do ano letivo, e também para a oferta e qualidade da Educação Infantil, especialmente na pré-escola, para crianças de quatro e cinco anos de idade. Quanto à pergunta nº 3, no entendimento do Relator, também

já está respondida, para o Município que tenha instituído seu próprio sistema municipal de ensino. Se a rede municipal ainda estiver integrada ao sistema estadual de ensino, o município deverá seguir a orientação normativa do órgão competente no sistema estadual de ensino. À Prefeitura Municipal compete decisões, como mantenedora da rede escolar municipal, ainda que sob normas do Conselho Estadual de Educação Relator: Murílio de Avellar Hingel. Processo: 23001.000085/2006-15 Parecer: CEB 42/2006 Interessado: Conselho Municipal de Educação de Divinópolis - Divinópolis (MG) Decisão: Responde consulta sobre o Sistema Municipal de Ensino, abordando os seguintes aspectos: importância de sistemas municipais de ensino; vantagens do sistema municipal de ensino para a educação no município; estrutura administrativa e técnica necessária ao sistema municipal de ensino; custos de um sistema municipal de ensino; constituição e composição do Conselho Municipal de Educação; contribuição do sistema municipal de ensino para a qualidade da educação, permanência e sucesso do aluno Relator: Murílio de Avellar Hingel. Processo: 23001.000020/2004-16 Parecer: CEB 43/2006 Interessados: Celcino Ribeiro de Amorin e outros - Governador Valadares (MG) Decisão: Ao reexaminar o Parecer CNE/CEB nº 1/2004, que trata de consulta de alunos da PUC de Minas Gerais que concluíram o curso de licenciatura plena em Matemática, a Relatora se manifesta no sentido de que: 1 - Assim sendo, o diploma de licenciado, obtido em curso de Matemática, no período de 1995 a 1999/2000, devidamente reconhecido, sendo uma licenciatura plena em conformidade com o Parecer CFE nº 295/62, habilita para o exercício do magistério de Matemática nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio e pode ensejar o exercício do magistério em Desenho Geométrico, nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio e/ou em Física, no Ensino Médio, satisfeitas as exigências da Portaria Ministerial nº 399/89, no caso, o disposto nos arts. 2º, 3º e 4º, que destacam a necessidade de aproveitamento em disciplinas específicas e também de realização de prática de ensino em Física, na forma de estágio supervisionado, ambos requisitos com a carga horária devida. 2 - Cabe ao(s) órgão(s) competente(s) de cada sistema de ensino estabelecer os editais para concursos e seleções públicas prevendo "a participação de profissionais que estejam em conformidade com a legislação atual, satisfazendo exigências mínimas". 3 - Na carência de profissionais devidamente habilitados, poderá ser realizado processo seletivo que admita a inscrição de profissionais sem as credenciais exigíveis pela legislação atual. Cabe, porém, ao(s) órgão(s) competente(s), por meio de normatização complementar, de acordo com o que dispõe o art. 211 da CF e arts. 10 e 11 - entre outros - da Lei nº 9.394/96, determinar os critérios classificatórios aplicáveis nos concursos e seleções públicas para os cargos e funções do magistério, segundo mais contribuam para a causa da qualidade na educação - na forma da Lei (Parecer CEB/CNE n 4/2003). 4 - Os licenciados já na vigência da Lei nº 9.394/96, mas que tenham realizado um curso legalmente embasado no ordenamento normativo anterior, poderão ter reconhecida a sua habilitação profissional conforme o disposto naquele, tão-somente se cumpriram todas as exigências curriculares de então, inclusive os respectivos e específicos estágios supervisionados. Subentenda-se, ainda, que todos os demais requisitos para a validade do diploma que lhes foi conferido devem ter sido atendidos Relatora: Maria Beatriz Luce. Processo: 23001.0000056/2006-53 Parecer: CEB 44/2006 Interessado: Conselho Municipal de Educação de Santo Antônio da Patrulha - Santo Antônio da Patrulha (RS) Decisão: O Relator se pronuncia observando não haver nenhuma ilegalidade no fato de se oferecer Educação Infantil para crianças de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos de idade, em jornada parcial de 6 (seis) horas diárias. Contudo, cabe recomendar ao poder público local proceder à implantação de jornada integral para crianças de até 6 (seis) anos de idade como forma de atender a um direito social dos trabalhadores, conforme expresso no dispositivo constitucional anteriormente mencionado Relator: Wilson Roberto de Mattos.

CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Processos: 23000.019016/2005-12, 23000.019019/2005-48, 23000.019021/2005-17, e 23000.019022/2005-61 SAPIEnS: 20050011170, 20050011173, 20050011176 e 20050011177 Parecer: CES 189/2006 Interessada: FACS/Universidade Salvador - Salvador (BA) Decisão: Favorável à criação do campus de Barreiras, fora de sede, a ser instalado na cidade de Barreiras, Estado da Bahia, e à autorização para o funcionamento dos cursos de Marketing e Comunicação, bacharelado, com 240 (duzentas e quarenta) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno; de Administração, bacharelado, com 240 (duzentas e quarenta) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno; de Ciências Contábeis, bacharelado, com 200 (duzentas) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno; e de Sistemas de Informação, bacharelado, com 240 (duzentas e quarenta) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno, em turmas de até 50 (cinqüenta) alunos, a serem ministrados no campus ora criado, situado na BR 020/242, Km Zero, Shopping Center Rio das Ondas, na cidade de Barreiras, no Estado da Bahia, nos termos do Decreto nº 5.773/2006 Relatora: Anaci Bispo Paim. Processos: 23000.019032/2005-05, 23000.019033/2005-41, 23000.019034/2005-96 e 23000.019035/2005-31 SAPIEnS: 20050011192, 20050011194, 20050011196 e 20050011197 Parecer: CES 190/2006 Interessada: FACS/Universidade Salvador - Salvador (BA) Decisão: Favorável à criação do campus de Juazeiro, fora de sede, a ser instalado na cidade de Juazeiro, no Estado da Bahia, e à autorização para o funcionamento dos cursos de Administração, bacharelado, com 240 (duzentas e quarenta) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno; de Ciências Contábeis, bacharelado, com 200 (duzentas) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno; de Marketing e Comunicação, bacharelado, com 240 (duzentas e quarenta) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno; e de Sistemas de Informação, bacharelado, com 240 (duzentas e quarenta) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno em turmas de até 50 (cinqüenta) alunos, a serem ministrados no campus ora criado, situado na Rua Dr. Raul Alves, n° 4, Bairro de Santo Antonio, na cidade de Juazeiro, no Estado da Bahia, nos termos do Decreto nº 5.773/2006 Relatora: Anaci Bispo Paim. Processos: 23000.018978/2005-46, 23000.018981/2005-60, 23000.018984/2005-01 e 23000.018987/2005-37 SAPIEnS: 20050011110, 20050011103, 20050011114 e 20050011116 Parecer: CES 191/2006 Interessada: FACS/Universidade Salvador - Salvador (BA) Decisão: Favorável à criação do campus de Feira de Santana, fora de sede, a ser instalado na cidade de Feira de Santana, no Estado da Bahia, e à autorização para o funcionamento dos cursos de Administração, bacharelado, com 240 (duzentas e quarenta) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno; de Marketing e Comunicação, bacharelado, com 240 (duzentas e quarenta) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno; de Ciências Contábeis, bacharelado, com 200 (duzentas) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno; e de Sistemas de Informação, bacharelado, com 240 (duzentas e quarenta) vagas totais anuais, nos turnos diurno e noturno em turmas de até 50 (cinqüenta) alunos, a serem ministrados no campus ora criado, situado na Rua Tinto, n° 152, Bairro Santa Mônica, na cidade de Feira de Santana, no Estado da Bahia, nos termos do Decreto nº 5.773/2006 Relatora: Anaci Bispo Paim. Processo: 23000.015475/2004-38 Parecer: CES 192/2006 Interessado: Centro de Ensino Superior de Maringá/Centro Universitário de Maringá - CEUMAR - Maringá (PR) Decisão: Favorável à revisão do Parecer CNE/CES nº 295/2005, explicitando o credenciamento do Centro Universitário de Maringá - CEUMAR, pelo prazo de 5 (cinco) anos, ou nos termos do art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, referente ao ciclo avaliativo do SINAES, para a oferta de cursos superiores a distância, na sua sede e em parcerias estabelecidas em outras unidades da Federação. Determina que a SESu acompanhe o primeiro ano da oferta de cursos de graduação por essa IES, nos pólos estabelecidos em outras unidades da Federação em que estabelecer parcerias. Recomenda, ainda, a modificação do ato autorizativo definido na Portaria MEC nº 3.592, de 17 de outubro de 2005 (publicado no DOU de 18 de outubro de 2005, Seção 1, p. 16), conforme § 4º, do art. 10, do Decreto 5.773/2006 Relator: Alex Bolonha Fiúza de Mello. Processo: 23000.002063/2005-19 SAPIEnS: 20050000286 Parecer: CES 193/2006 Interessado: Centro de Estudos III Millenium Ltda./Faculdade Ciências da Vida - Sete Lagoas (MG) Decisão: Favorável ao credenciamento da Faculdade Ciências da Vida, com sede na cidade de Sete Lagoas, no Estado de Minas Gerais, a ser instalada na Rua Campinas, nº 417, Bairro Canaan, conforme o disposto no § 7º, do art. 10, do Decreto nº 5.773/2006 Relator:Alex Bolonha Fiúza de Mello. Processo: 23000.009261/2006-94 Parecer: CES 194/2006 Interessado: MEC/Fundação Universidade Federal da Grande Dourados - Dourados (MS) Decisão: Favorável à aprovação do Estatuto da Fundação Universidade Federal da Grande Dourados, com área de atuação circunscrita ao Município de Dourados, no Estado do Mato Grosso do Sul Relatora: Marilena de Souza Chaui. Processo: 23000.002548/2005-11 SAPIEnS: 20050001022 Parecer: CES 195/2006 Interessada: Associação Vale do Cariri de Educação, Ciência e Cultura/Faculdade de Ciências Aplicadas Doutor Leão Sampaio - Juazeiro do Norte (CE) Decisão: Favorável à autorização para o funcionamento do curso de Psicologia, com 200 (duzentas) vagas totais anuais, turnos diurno e noturno, com turmas de, no máximo, 50 (cinqüenta) alunos em atividades teóricas e 25 (vinte e cinco) alunos em atividades de laboratório Relatora: Marilena de Souza Chaui. Processo: 23001.000101/2004-16 Parecer: CES 196/2006 Interessado: MEC/Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES - Brasília (DF) Decisão: Favorável à retificação do Anexo do Parecer CNE/CES nº 291/2003, aprovando as 10 (dez) alterações solicitadas pela CAPES, constantes do Ofício nº 193/2004/PR/CAPES, de 23 de abril de 2004, nos seguintes termos: no item 3, onde se lê: "3300403006OPO", leia-se: "33004030060P0"; no item 7, onde se lê: "...Araraquaraí...", leia-se: "...Araraquara..."; no item 9, onde se lê: "...BauruíUNESP...", leia-se: "...Bauru/UNESP..."; no item 10, onde se lê: "...LJNESP...", leia-se: "...UNESP..."; no item 11, onde se lê: "...Cirurgia - FNI/Botucatu/b. NESP..." leia-se: "... Cirurgia-FM/Botucatu/UNESP..."; e onde se lê: "...Bases Gerais da Cururgia...", leia-se: "...Bases Gerais da Cirurgia..."; no item 14, onde se lê: "...LTNESP...", leia-se: "...UNESP..."; no item 15, onde se lê: "...FE/Ilha SolteiraESP...", leia-se: "...FE/Ilha Solteira/UNESP..."; no item 16, onde se lê: "...FCAV/Jaboticabal XNESP...", leia-se: "...FCAV/Jaboticabal/UNESP..."; no item 19, onde se lê: "...3300414508 I PO...", leia-se: "...3004145081P0..."; no item 21, onde se lê: "...33004153047P I...", leia-se: "...3004153047P1..." Relator: Milton Linhares. Processo: 23001.000097/2006-40 Parecer: CES 197/2006 Interessado: MEC/Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES - Brasília (DF) Decisão: O Relator vota no sentido de que as solicitações formuladas pelas respectivas IES e encaminhadas à CAPES, referentes à alteração na denominação dos cursos de pós-graduação por elas oferecidas, sejam efetivadas da seguinte forma: I - Faculdade de Economia e Administração do IBMEC (IBMEC-SP): de Mestrado Profissional em Economia da Faculdade de Economia e Finanças do IBMEC-SP, para Mestrado Profissional em Economia da Faculdade de Economia e Administração do IBMEC-SP. II - Universidade Federal do Amazonas - UFAM: de Programa de Química de Produtos Naturais, nível de mestrado, para Programa de Química, nível de Mestrado. III - Universidade Federal de Pernambuco - UFPE: de Programa de Psicologia (Psicologia Cognitiva), nível de mestrado, para Programa de Psicologia Cognitiva, nível de mestrado. IV - Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS: de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, nível de mestrado e de doutorado, para Ciências Sociais, nível de mestrado e de doutorado; e de Pós-Graduação em Ciências da Saúde, nível de mestrado, para Saúde Coletiva, nível de mestrado Relator: Edson de Oliveira Nunes. Processo: 23000.003909/2005-38 SAPIEnS: 20050001648 Parecer: CES 198/2006 Interessada: Associação Cultural e Educacional do Pará - ACEPA/Centro Universitário do Estado do Pará - Belém (PA) Decisão: Favorável à autorização para o funcionamento do curso de Medicina, bacharelado, com 100 (cem) vagas totais anuais, em turmas de, no máximo, 50 (cinqüenta) alunos, em turno diurno integral Relator: Edson de Oliveira Nunes. Processos: 23000.009999/2002-28 e 23001.000001/2006-43 Parecer: CES 199/2006 Interessada: Associação Educacional de Cacoal/Faculdades Integradas de Cacoal - Cacoal (RO) Decisão: O Relator reconsidera os termos do voto exarado no Parecer CNE/CES nº 371/2005, neste momento, e manifesta-se favorável ao aumento de 100 (cem) vagas anuais, com 50 (cinqüenta) alunos cada turma, com a criação do turno diurno, perfazendo, assim, um total de 250 (duzentas e cinqüenta) vagas anuais, para o curso de Direito, bacharelado Relator: Edson de Oliveira Nunes. Processo: 23000.011471/2003-08 SAPIEnS: 031007238 Parecer: CES 200/2006 Interessada: Instituição Educacional Professor Pasquale Cascino/Faculdade Ítalo Brasileira - São Paulo (SP) Decisão: Favorável ao credenciamento do Centro Universitário Ítalo-Brasileiro, por transformação da Faculdade Ítalo Brasileira, com sede na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, nos termos do art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, referente ao ciclo avaliativo do SINAES. aprovando, por este ato, também, o PDI constante deste processo. A Instituição deverá apresentar à SESu/MEC, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir da Portaria Ministerial de homologação deste Parecer, nova proposta de Estatuto do Centro Universitário Ítalo-Brasileiro, a fim de atender ao que estabelecem os Decretos nº 5.773/2006 e nº 5.786/2006. Recomenda, ainda, à SESu um acompanhamento regular e sistemático durante os primeiros anos da implantação do Centro Relatora: Marilena de Souza Chaui. Processo: 23001.000028/2006-36 Parecer: CES 201/2006 Interessada: Ana Maria Dal Bello - Ribeirão Pires (SP) Decisão: Favorável ao apostilamento do direito ao exercício do magistério nos anos iniciais do Ensino Fundamental, no diploma do curso de Pedagogia da Interessada, devendo o apostilamento ser averbado no verso do diploma pela Instituição que o expediu Relatora: Marilena de Souza Chaui. Processo: 23000.010716/2002-91 SAPIEnS: 702158 Parecer: CES 202/2006 Interessada: Anhangüera Educacional S/A/Centro Universitário Anhangüera - Leme (SP) Decisão: O Relator vota nos seguintes termos: (a) pela determinação ao Centro Universitário Anhangüera que providencie, no curso de Direito, o ajuste do número de alunos para até 50 (cinqüenta) por turma, e o atendimento integral das demais recomendações feitas pela Comissão de Avaliação; (b) pela renovação do reconhecimento do curso de Direito, bacharelado, somente para fins de expedição e registro de diplomas dos alunos concluintes até o segundo semestre de 2006. Determina, também, à Secretaria de Educação Superior que constate o cumprimento destas obrigações durante o próximo processo de renovação de reconhecimento deste curso Relator: Milton Linhares. Processo: 23000.013097/2002-96 SAPIEnS: 706108 Parecer: CES 203/2006 Interessada: Associação de Ensino Versalhes/Centro Universitário Campos de Andrade - Curitiba (PR) Decisão: Favorável à retificação do voto do Parecer CNE/CES nº 12/2006 nos seguintes termos: Acolho o Relatório SESu/DESUP/COSUP nº 646/2004, e voto favoravelmente ao recredenciamento do Centro Universitário Campos de Andrade, com sede na cidade de Curitiba, no Estado do Paraná, e unidades descentralizadas nas cidades de Ponta Grossa e Maringá, estas sem prerrogativas de autonomia conferidas aos Centros Universitários, mantido pela Associação de Ensino Versalhes, com sede na cidade de Curitiba, no Estado do Paraná, nos termos do art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9/5/2006, referente ao ciclo avaliativo do SINAES, aprovando, neste ato, seu Plano de Desenvolvimento Institucional Relator: Milton Linhares. Processo: 23001.000149/2004-16 Parecer: CES 204/2006 Interessados: Andiacy Patitucci Fernandes e outros - São Paulo (SP) Decisão: Responde aos Interessados que cabe a eles o direito de solicitar avaliação de mérito à Universidade Federal de Lavras, desde que a Universidade de Extremadura da Espanha seja credenciada no respectivo sistema de acreditação de seu país Relatora: Marília Ancona-Lopez. Processo: 23000.005553/2003-13 SAPIEnS: 20031003261 Parecer: CES 205/2006 Interessado: Fundação Educacional Serra dos Órgãos/Faculdades Unificadas Serra dos Órgãos - Teresópolis (RJ) Decisão: Favorável ao credenciamento do Centro Universitário Serra dos Órgãos, por transformação das Faculdades Unificadas Serra dos Órgãos, com sede na cidade de Teresópolis, no Estado do Rio de Janeiro, nos termos do art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, referente ao ciclo avaliativo do SINAES, aprovando, por este ato, também, o PDI constante deste processo. A Instituição deverá apresentar à SESu/MEC, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir da Portaria Ministerial de homologação deste Parecer, nova proposta de Estatuto do Centro Universitário Serra dos Órgãos, a fim de atender ao que estabelecem os Decretos nº 5.773/2006 e nº 5.786/2006 Relatora: Marília Ancona-Lopez. Processo: 23001.000100/2006-25 Parecer: CES 206/2006 Interessada: Associação Goiana de Ensino/Centro Universitário de Goiás - Goiânia (GO) Decisão: Responde à Interessada nos termos deste Parecer, reiterando que o Título Profissional de Especialista em Psicologia conferido pelo CFP tem apenas validade profissional, sendo que a validade acadêmica dependerá de comprovação de realização de curso de pós-graduação lato sensu que cumpra a legislação educacional Relatora: Marília Ancona-Lopez. Processo: 23000.000437/2006-42 Parecer: CES 207/2006 Interessado: Instituto de Ensino Superior Senador Fláquer de Santo André S/C/Centro Universitário de Santo André - Santo André (SP) Decisão: Favorável à convalidação dos estudos realizados por Adilson Matias da Silva, nos anos de 2001 e 2002, no Curso Superior de Tecnologia em Processos de Produção Relator: Paulo Monteiro Vieira Braga Barone. Processo: 23000.000502/2006-30 Parecer: CES 208/2006 Interessado: Instituto de Ensino Superior Senador Fláquer de Santo André S/C/Centro Universitário de Santo

André - Santo André (SP) Decisão: Favorável à convalidação dos estudos realizados por Cláudia Garcia Retamero da Silva, no período de 2003/2 a 2004/2, no curso de Enfermagem Relator: Paulo Monteiro Vieira Braga Barone. Processo: 23000.000503/2006-84 Parecer: CES 209/2006 Interessado: Instituto de Ensino Superior Senador Fláquer de Santo André S/C/Centro Universitário de Santo André - Santo André (SP) Decisão: Favorável à convalidação dos estudos realizados por Ozita Aparecida da Silva Cavalheiro, no ano de 2004, no curso de Enfermagem Relator: Paulo Monteiro Vieira Braga Barone. Processo: 23000.000387/2006-01 Parecer: CES 210/2006 Interessado: Instituto de Ensino Superior Senador Fláquer de Santo André S/C/Centro Universitário de Santo André - Santo André (SP) Decisão: Favorável à convalidação dos estudos realizados por Solange Aparecida Ribeiro, no ano de 2004, no curso de Enfermagem Relator: Paulo Monteiro Vieira Braga Barone. Processo: 23001.000076/2006-24 Parecer: CES 211/2006 Interessados: Aparecida Watanabe Yamamoto e outros/Faculdade de Administração de Empresa de São Paulo - Cuiabá (MT) Decisão: Tendo a Relatora manifestado sua concordância com as considerações contidas no Pedido de Vistas, a Câmara de Educação Superior aprova por unanimidade o voto do conselheiro Paulo Monteiro Vieira Braga Barone nos seguintes termos: Pelo exposto, voto contrariamente à validação pleiteada, indicando aos Interessados que observem o disposto nas Resoluções CNE/CES nºs 2/2001, 2/2005 e 12/2006 para, se for o caso, dar entrada aos seus pleitos diretamente nas instituições habilitadas para avaliá-los Relatora: Marilena de Souza Chaui. Processo: 23001.000186/2003-43 Parecer: CES 212/2006 Interessado: Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia - Brasília (DF) Decisão: O Relator manifesta-se no sentido de que não cabe ao CNE exarar parecer sobre a presente consulta do CONTER por duas razões. A primeira, por se tratar de consulta genérica, ensejando eventual utilização do parecer para casos concretos não referidos no processo. Segundo, à luz do Parecer e da Resolução do CNE supra-referidos, a matéria "insere-se no âmbito da autonomia pedagógica das instituições, que deverão considerar o seu projeto pedagógico em consonância com o perfil profissional de conclusão do curso e a estruturação curricular". A Câmara de Educação Superior aprova o voto do Relator, com a incorporação das considerações da conselheira Marília Ancona-Lopez, conforme segue: Responda-se ao Interessado nos seguintes termos: Disciplinas cursadas em nível técnico não equivalem a disciplinas cursadas em nível superior, no entanto, as competências adquiridas em diferentes níveis de ensino ou mesmo fora do âmbito escolar poderão ser verificadas e aproveitadas, mediante devida avaliação, para fins de prosseguimento de estudos em cursos superiores de tecnologia Relator: Hélgio Henrique Casses Trindade. Processos: 23000.001923/2005-05, 23000.001928/2005-20 e 23000.001930/2005-07 SAPIEnS: 20050000073, 20050000075 e 20050000081 Parecer: CES 213/2006 Interessada: Infnet Educação Ltda./Faculdade de Tecnologia Infnet Rio de Janeiro - Rio de Janeiro (RJ) Decisão: Favorável ao credenciamento da Faculdade de Tecnologia Infnet Rio de Janeiro, estabelecida na Rua São José, nº 90, 2º andar, Centro, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, conforme o disposto no § 7º do art. 10 do Decreto nº 5.773/2006, referente ao ciclo avaliativo do SINAES. Relator: Aldo Vannucchi. Processo: 23000.010192/2001-57 Parecer: CES 214/2006 Interessado: Centro Educacional de Realengo/Universidade Castelo Branco - Rio de Janeiro (RJ) Decisão: O Relator vota nos seguintes termos: Que o Programa Especial de Formação de Docentes em Educação Básica e Ensino Profissionalizante seja reconhecido apenas para fins exclusivos de expedição e registro dos certificados dos 385 alunos que cursaram o referido Programa, entre os anos de 1999 e 2002, resguardando-se os direitos desses alunos, conforme disposto no § 2º do art. 54 do Decreto nº 5.773/2006. Que a Universidade Castelo Branco, caso venha a abrir novas turmas para o Programa Especial de Formação de Docentes, que o faça atendendo às recomendações da Comissão de Verificação e da análise deste Parecer Relator: Aldo Vannucchi. Processo: 23026.000201/2006-18 Parecer: CES 215/2006 Interessada: Fundação Educacional de Duque de Caxias/Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias - Duque de Caxias (RJ) Decisão: Favorável a que a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro possa registrar os diplomas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias Relator: Antônio Carlos Caruso Ronca. Processo: 23026.000622/2002-15 Parecer: CES 216/2006 Interessada: Kátia de Araújo - Rio de Janeiro (RJ) Decisão: Contrária à convalidação dos estudos realizados por Kátia de Araújo, no período compreendido entre o 2º semestre de 1989 e o 1º semestre de 1994, no curso de Psicologia, bacharelado e licenciatura plena, ministrado pela Universidade Gama Filho, mantida pela Sociedade Universitária Gama Filho, ambas com sede na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro. Determina, também, que se dê ciência da presente decisão à Universidade Gama Filho e à Representação do MEC no Rio de Janeiro Relator: Antônio Carlos Caruso Ronca. Processos: 23000.016974/2005-23 e 23000.016975/2005-78 SAPIEnS: 20050009361 e 20050009364 Parecer: CES 217/2006 Interessada: Associação Cultural e Educacional de Franca/Universidade de Franca - Franca (SP) Decisão: Favorável ao credenciamento da Universidade de Franca para a oferta de cursos superiores a distância, nos termos do art. 80 da Lei nº 9.394/96, pelo prazo de 5 (cinco) anos, nos termos do § 7º do art. 10 do Decreto 5.773/2006, ou até que seja concluído o ciclo avaliativo do SINAES, inicialmente, nos Estados de São Paulo e Minas Gerais, e também à autorização inicial para a oferta do curso de Pedagogia Relator: Antônio Carlos Caruso Ronca. Processo: 23000.013520/2006-81 Parecer: CES 218/2006 Interessado: MEC/Secretaria de Educação Superior - Brasília (DF) Decisão: Ao apreciar a Indicação CNE/CES nº 3/2006, que trata de consulta sobre a possibilidade de credenciamento de Faculdades Integradas, Escolas Superiores e Institutos Superiores de Educação, ante o disposto no art. 12, inciso I, do Decreto nº 5.773/2006, o Relator, levando em conta o mérito constante do Parecer MEC/CONJUR/CGEPD nº 474/2006, assim conclui: a) A classificação das Instituições de Ensino Superior apontada no art. 12 do Decreto nº 5.773/2006 é a seguinte: "I - Faculdades; II - Centros universitários; e III - Universidades.". Conforme está expresso no mesmo dispositivo (art. 12, do Decreto nº 5.773/2006), aquela classificação é feita para fins de organização e prerrogativa acadêmicas. No entanto, não se pode admitir que o nome da Instituição de Ensino induza a sociedade a interpretações equivocadas de classificação. Assim, os órgãos próprios do MEC não podem aceitar denominações para "Faculdades" que incluam expressões como "universidade", "uni", "centro", "autônomas", etc., porque estas comumente designam instituições que gozam de autonomia universitária; b) As Instituições credenciadas como Faculdades Integradas, Instituto Superior de Educação, Faculdades de Tecnologia, Faculdades Associadas, Escolas Superiores ou denominação semelhante são consideradas para os fins de organização e prerrogativas acadêmicas como faculdades e a elas são equiparadas para os fins do que dispõe o Decreto nº 5.773/2006; c) Independentemente da denominação da instituição credenciada, todas estão formalmente aptas a solicitar autorização de novos cursos de graduação sem que haja necessidade de novo processo de credenciamento Relator: Antônio Carlos Caruso Ronca. Processo: 23000.011317/2002-47 SAPIEnS: 703242 Parecer: CES 219/2006 Interessada: Associação Educacional do Planalto Central - AEPC/Faculdades Integradas do Planalto Central - FIPLAC - Luziânia (GO) Decisão: Favorável à retificação do voto do Parecer CNE/CES nº 130/2006 nos seguintes termos: Acolho o Relatório SESu/DESUP/COSUP nº 719/2004 e manifesto-me favoravelmente ao credenciamento do Centro Universitário de Desenvolvimento do Centro Oeste, com sede no Município de Luziânia, e Unidade Acadêmica no Município de Valparaíso, esta sem prerrogativa de autonomia, ambos no Estado de Goiás, por transformação das Faculdades Integradas do Planalto Central - FIPLAC, mantidas pela Associação Educacional do Planalto Central - AEPC, com sede na cidade de Luziânia, no Estado de Goiás, nos termos do art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9/5/2006, referente ao ciclo avaliativo do SINAES. Aprova, também, neste ato, o Estatuto e o PDI constantes deste processo Relator: Milton Linhares. Processo: 23001.000114/2003-04 Parecer: CES 220/2006 Interessada: Prefeitura Municipal de Cachoeirinha/Secretaria Municipal de Educação e Pesquisa - Cachoeirinha (RS) Decisão: O Relator manifesta-se no sentido de que a consulta formulada seja respondida nos termos deste Parecer, ficando a Srª Iramara Meireles abrigada em todas as prerrogativas decorrentes do seu curso de Especialização em Supervisão Escolar, ministrado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro -UFRJ, em convênio com o Exército Brasileiro Relator: Edson de Oliveira Nunes.

Observações:

1) De acordo com o Regimento do Conselho Nacional de Educação, os interessados terão prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação desta súmula, para recorrer da decisão das Câmaras. Os recursos deverão ser dirigidos ao Presidente do Conselho Nacional de Educação;

2) Os Pareceres citados encontram-se à disposição dos interessados no Conselho Nacional de Educação e somente terão eficácia após a homologação pelo Ministro de Estado da Educação.

Brasília, 6 de setembro de 2006

BENÍCIO VIERO SCHMIDT
Secretário-Executivo

ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE COLATINA

PORTARIA Nº 166, DE 23 DE AGOSTO DE 2006

O DIRETOR GERAL DA ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE COLATINA-ES, usando da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1462, de 14/08/2006, publicada no DOU de 15/08/2006, resolve:

Publicar o novo Quadro Demonstrativo dos Cargos de Direção e Função Gratificada desta Escola, aprovado pelo Decreto 2548, de 15/04/98, publicado no DOU de 16/04/98 e consolidado pelo Decreto nº 4310, de 23/07/2002 publicado no DOU de 24/07/2002.

UORG	Denominação do Cargo/Função	Código
00001	Direção Geral	CD-2
00002	Chefia de Gabinete	FG-1
00003	Procuradoria Jurídica	FG-5
00004	Direção do Departamento de Desenvolvimento Educacional	CD-3
00005	Coordenação Geral de Ensino	CD-4
00006	Coordenação de Planejamento e Projetos	
00007	Coordenação de Integração Escola-Comunidade	
00008	Coordenação de Acompanhamento Pedagógico	FG-3
00009	Seção de Registros Escolares	FG-4
00010	Coordenação Geral de Produção e Pesquisa	CD-4
00011	Seção de Produção de Animais de Pequeno Porte	
00012	Seção de Produção de Animais de Grande Porte	
00013	Seção de Produção de Piscicultura	
00014	Seção de Produção de Hortaliças	
00015	Seção de Produção de Culturas Perenes	
00016	Seção de Produção de Culturas Anuais	
00017	Setor de Orientação da Cooperativa Escola	
00018	Setor de Apoio aos Setores de Produção	
00019	Coordenação Geral de Assistência ao Educando	CD-4
00020	Coordenação de Assistência ao Educando	
00021	Setor de Orientação Socio-Educacional	
00022	Setor de Alimentação e Nutrição	
00023	Direção do Departamento de Administração e Planejamento	CD-3
00024	Coordenação Geral de Administração e Finanças	CD-4
00025	Coordenação de Serviços Gerais	FG-3
00026	Setor de Execução Orçamentária e Financeira	
00027	Setor de Informática	
00028	Seção de Patrimônio	
00029	Setor de Almoxarifado	FG-5
00030	Setor de Compras	
00031	Setor de Vigilância	
00032	Coordenação Geral de Recursos Humanos	CD-4
00033	Setor de Cadastro, Lotação e Pagamento	
00034	Auditoria Interna	FG-2
00035	Seção de Planejamento e Projetos	
00036	Seção de Integração Escola-Comunidade	FG-4
00037	Seção de Orientação da Cooperativa-Escola	FG-4
00038	Seção da Assistência ao Educando	FG-4
00039	Setor de Produção de Hortaliças	FG-5
00040	Setor de Produção de Culturas Anuais	FG-5
00041	Setor de Produção de Culturas Perenes	FG-5
00042	Setor de Produção de Animais de Pequeno Porte	FG-5
00043	Setor de Produção de Animais de Médio Porte	FG-5
00044	Setor de Produção de Animais de Grande Porte	FG-5
00045	Setor de Produção de Aquacultura	FG-5
00046	Setor de Produção Agro-industrial	FG-5
00047	Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira	FG-3
00048	Coordenação de Compras, Licitações e Contratos	FG-3
00049	Seção de Patrimônio e Vigilância	
00050	Seção de Cadastro, Lotação e Pagamento	FG-4
00051	Seção de Patrimônio	FG-4
00052	Seção de Alimentação e Nutrição	FG-4
00053	Setor de Cultura, Esporte e Lazer	FG-5
00054	Setor de Manutenção Eletro-Mecânica e Transporte	FG-5
00055	Setor de Sistema de Informação Gerencial	FG-1

II - Esta Portaria vigora a partir de 24/08/2006.

TADEU ROSA

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA

PORTARIA Nº 146, DE 6 DE SETEMBRO DE 2006

A Presidente, Substituta, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, no uso de suas atribuições, tendo em vista a Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, a Portaria nº 603, de 07 de março de 2006, e nos termos do art. 9º, VI, VIII e IX, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, resolve:

Art. 1º Prorrogar até 11 de setembro de 2006 o prazo para inscrições dos estudantes ao Enade 2006 previsto na Portaria nº 603 de 07 de março de 2006.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA INÊS GOMES DE SÁ PESTANA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

PORTARIA Nº 44, DE 6 DE SETEMBRO DE 2006

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA usando das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria GM nº 1089, de 04 de abril de 2005, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, pág. 09, de 06 de abril de 2005, e considerando o disposto nas Leis nº 11.178, de 20 de setembro de 2005, na Lei 11.100, de 25 de janeiro de 2005, na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, no Decreto nº 5.379, de 25 de fevereiro de 2005, no art. 12 da IN nº 01, de 15 de dezembro de 1997 e na Súmula da Coordenação Geral de Normas, Avaliação e Execução de Despesas - CONED nº 04/2004, as duas últimas da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, resolve:

Art. 1º Descentralizar à Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Unidade Gestora/Gestão 153114/15235, por destaque, o crédito orçamentário da ação Universidade Aberta a Distância - Nacional, no valor de R$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), visando atender às diretrizes da SEED e de seus departamentos, definidas no Decreto nº 5.159, de 28 de julho de 2004 (DOU em 29/07/2004), que definiu as competências da Secretaria de Educação a Distância e de seus Departamentos, em particular em seus artigos 25 e 26, tendo como objeto "implementação e execução do novo Projeto "Recursos Digitais Interativos - REDIN", com execução no período de agosto/2006 a fevereiro/2006 de acordo com a seguinte classificação orçamentária:

I. Funcional Programática: 12.364.1073.6328.0001

II. Fonte: 0112915010

III. PTRES: 1751

IV. Elementos de despesa:

33.90.39 - Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica - R$ 128.500,00 (centro e vinte e oito mil e quinhentos reais)

33.90.30 - Aquisição de material de consumo - R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)

Nota de Crédito: 2006NC000025, de 04/09/2006.

Parágrafo Primeiro. A transferência orçamentária será efetuada em parcela única e o recurso financeiro repassado, de forma condicionada, no momento da transferência, à liquidação da despesa no SIAFI pela Instituição, de acordo com o estabelecido no Decreto nº 5.379, de 25 de fevereiro de 2005.

Parágrafo Segundo. Serão realizadas as seguintes despesas por meio da presente descentralização de crédito:

1.Produção de material - R$ 77.000,00 (setenta e sete mil reais)

2.Adaptação e desenvolvimento do material - R$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais)

3.Registro do processo e desenvolvimento de metodologias - R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais)

4.Acompanhamento e desenvolvimento do projeto - R$ 8.000,00 (oito mil reais)

5.Aquisição de material de consumo - R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)

Parágrafo Terceiro. O monitoramento da execução dos créditos descentralizados será realizado por meio de relatórios parciais e final, que serão elaborados pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, e submetidos à apreciação da SEED/MEC, os quais constarão do processo nº 23000.015580/2006-39.

Parágrafo Quarto. A prestação de contas do destaque orçamentário deverá ser incluída na prestação de contas global da Instituição beneficiada.

Art. 2º Designar o servidor Allan Santos Nenes, matrícula SIAPE 1496095, para atuar como representante da SEED/MEC, no acompanhamento da execução do orçamento descentralizado à UFRGS

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO MOTA

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 240, DE 31 DE AGOSTO DE 2006

OS MINISTROS DE ESTADO DA FAZENDA E DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 12, inciso I, alínea "b" e inciso II, parágrafo único, do Decreto nº 5.780, de 19 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 5.861, de 28 de julho de 2006, resolvem:

Art. 1º Ampliar os valores de que trata o Anexo VI da Portaria Interministerial MF/MP nº 125, de 19 de maio de 2006, na forma do Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUIDO MANTEGA
Ministro de Estado da Fazenda

PAULO BERNARDO SILVA
Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

ANEXO I

ACRÉSCIMO AOS VALORES AUTORIZADOS PARA PAGAMENTO RELATIVOS ÀS DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2006 E AOS RESTOS A PAGAR DE 2005, DE QUE TRATA O ANEXO VI DA PORTARIA INTERMINISTERIAL MF/MP Nº 125, DE 19 DE MAIO DE 2006

ACRÉSCIMO
R$Mil

ÓRGÃOS E/OU UNID. ORÇAMENTÁRIAS	ATÉ AGO	ATÉ SET	ATÉ OUT	ATÉ NOV	ATÉ DEZ
28000 MIN. DO DESENVOLVIMENTO, IND. E COMÉRCIO EXTERIOR	500	500	500	500	500
39000 MIN. DOS TRANSPORTES	2.500	2.500	2.500	2.500	2.500
42000 MIN. DA CULTURA	1.900	1.900	1.900	1.900	1.900
51000 MIN. DO ESPORTE	5.500	5.500	5.500	5.500	5.500
53000 MIN. DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000
54000 MIN. DO TURISMO	22.600	22.600	22.600	22.600	22.600
56000 MIN. DAS CIDADES	17.500	17.500	17.500	17.500	17.500
TOTAL	**100.500**	**100.500**	**100.500**	**100.500**	**100.500**

Fontes: 100, 111, 112, 113, 115, 118, 120, 124, 125, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 138, 139, 140, 141, 142, 147, 148, 149, 151, 153, 155, 157, 158, 162, 164, 166, 168, 172, 174, 175, 176, 180, 185, 191, 246, 247, 249, 280, 293 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO RIO GRANDE DO NORTE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 6 DE SETEMBRO DE 2006

Exclui as pessoas físicas e jurídicas que menciona do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003

A PROCURADORA DA FAZENDA NACIONAL NO RIO GRANDE DO NORTE adiante assinada, no uso da competência outorgada pelo art. 55 do Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pela Portaria nº 138, de 1º de julho de 1997, publicada no DOU de 7 de julho de 1997, tendo em vista o disposto no art. 4º, III e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 7º, I da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1, de 25 de junho de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, declara:

Art. 1º. Ficam excluídas do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, com fundamento no art. 4º, III e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003 e no art. 7º, I da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1, de 25 de junho de 2003, as pessoas físicas e jurídicas indicadas a seguir, tendo em vista a ocorrência de inadimplência das parcelas referentes ao parcelamento instituído pela Lei nº 10.684/2003:

00.652.659/0001-22 EG PROJETOS E CONSTRUCOES LTDA
01.085.997/0001-92 ARIBERTO BEZERRA ALVES
01.200.418/0001-05 T W A AGROPECUARIA EXPORTADORA E IMPORTADORA LTDA
02.206.855/0001-07 N. L. DE MARIA
08.362.675/0001-92 CERAMICA DA PONTE LTDA
08.468.829/0001-25 POUSADA DA PONTE HOTELARIA E BALNEARIO LTDA
08.571.713/0001-17 INDUSTRIA E COM PRESTADORA DE SERVICOS DA PONTE LT
08.690.851/0001-15 JOSE INACIO BEZERRA SOBRINHO ME
12.699.948/0001-66 CENTRAL CONSTRUCOES LTDA
24.201.337/0001-25 CERAMICA SOARES LTDA
35.285.709/0001-65 CARLOS WELLINGTON DA COSTA FERREIRA ME
40.997.207/0001-05 CERAMICA MICHELINE LTDA
70.311.105/0001-47 N B C CONSTRUCOES LTDA
003.094.783-91 CLOVIS COSTA BEZERRA
012.040.924-00 JOSE FERNANDES DE QUEIROZ
015.796.144-34 JOSE TEIXEIRA MAIA
020.010.174-99 VERA LUCIA BATISTA DE ARAUJO
020.044.104-34 RUDSON LIMA DE GOIS
025.864.524-53 ORMANDO MACHADO
041.178.324-68 JOAO PEDRO FILHO
071.961.134-20 JOSE INACIO BEZERRA SOBRINHO
090.482.194-34 ANTONIO JUNIOR DA SILVEIRA MAIA
098.086.634-00 JOAO BATISTA DE CASTRO MEDEIROS
106.227.304-44 WILLAMS DE SOUZA PAIVA
128.749.144-87 TARCISO MARCELINO DE OLIVEIRA
130.751.104-00 ANTONIO CARLOS DE SOUZA BRUNET
150.435.254-87 HAMPSON BLACKSTONE LOPES DE MEDEIROS
157.153.104-15 FRANCISCO DAS CHAGAS SILVA
182.715.884-00 JULIO CESAR FERNANDES
214.532.924-20 JOAQUIM GERMINO GOMES NETO
221.659.324-91 GILBERTO GURGEL DE CASTRO
229.452.024-68 IRAJA DANTAS DE SOUZA
294.045.924-04 JUVENAL GOMES DE MOURA JUNIOR
328.751.694-91 JOSE ANTONIO DE ABREU
430.130.314-68 MILTON CARLOS RODRIGUES SILVEIRA
437.497.474-15 MARINILTON XAVIER DE ARAUJO

Art. 2º. É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo, apresentar recurso administrativo dirigido, nos termos do art. 14, §2º da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3/2004, ao PROCURADOR-CHEFE DA FAZENDA NACIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no endereço Esplanada Silva Jardim nº 109 - Ribeira - CEP: 59012-090, Natal - R.N., mencionando o número de sua inscrição no CPF ou no CNPJ.

Art. 3º. Nos termos do § 2º, do art. 12 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004 e art. 11 da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, o pagamento integral do débito consolidado, desde que efetuado até o décimo dia contado da data da ciência da exclusão, prejudica a exclusão.

Art. 4º. Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 2º e/ou pagamento integral do débito no mesmo prazo, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

ELKE MENDES CUNHA FREIRE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 6 DE SETEMBRO DE 2006

Exclui as pessoas físicas e jurídicas que menciona do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003

A PROCURADORA DA FAZENDA NACIONAL NO RIO GRANDE DO NORTE adiante assinada, no uso da competência outorgada pelo art. 55 do Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pela Portaria nº 138, de 1º de julho de 1997, publicada no DOU de 7 de julho de 1997, tendo em vista o disposto no art. 4º, III e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 7º, I da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1, de 25 de junho de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, declara:

Art. 1º. Ficam excluídas do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, com fundamento no art. 4º, III e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003 e no art. 7º, I da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1, de 25 de junho de 2003, as pessoas físicas e jurídicas indicadas a seguir, tendo em vista a ocorrência de inadimplência das parcelas referentes ao parcelamento instituído pela Lei nº 10.684/2003:

40.764.136/0001-92 LORAM INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
004.315.164-72 JOAO ADAUTO DA COSTA
050.090.224-00 MARIA MARQUES DE OLIVEIRA
122.470.223-91 LINNEU BARROSO DE ALBUQUERQUE
130.547.164-49 HAROLDO ANDRADE MARTINS DA SILVA
136.869.174-91 FRANCISCO BRILHANTE GALDINO
241.854.503-20 AECIO SANTOS DE SOUZA
292.401.824-20 CARLOS ANTONIO DO NASCIMENTO
296.491.024-34 JOSE ANCHIETA DE ALBUQUERQUE

Art. 2º. É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo, apresentar recurso administrativo dirigido, nos termos do art. 14, §2º da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3/2004, ao PROCURADOR-CHEFE DA FAZENDA NACIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no endereço Esplanada Silva Jardim nº 109 - Ribeira - CEP: 59012-090, Natal - R.N., mencionando o número de sua inscrição no CPF ou no CNPJ.

Art. 3º. Nos termos do § 2º, do art. 12 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004 e art. 11 da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, o pagamento integral do débito consolidado, desde que efetuado até o décimo dia contado da data da ciência da exclusão, prejudica a exclusão.

Art. 4º. Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 2º e/ou pagamento integral do débito no mesmo prazo, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

ELKE MENDES CUNHA FREIRE

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 27, DE 5 DE SETEMBRO DE 2006

Divulga taxas de câmbio para fins de elaboração de balanço.

A COORDENADORA-GERAL DE TRIBUTAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VI do art. 244 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF no 30, de 25 de fevereiro de 2005, e tendo em vista o disposto nos arts. 35, 36 e 37 da Lei no 8.981, de 20 de janeiro de 1995, no art. 8o da Lei no 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e nos arts. 375 a 378 do Decreto no 3.000, de 26 de março de 1999 - Regulamento do Imposto de Renda (RIR/1999), declara:

Art. 1o Para fins de determinação do lucro real, no reconhecimento das variações monetárias decorrentes de atualizações de créditos ou obrigações em moeda estrangeira, quando da elaboração do balanço relativo ao mês de agosto de 2006, na apuração do imposto de renda das pessoas jurídicas em geral, serão utilizadas as taxas de compra e de venda disponíveis no Sistema de Informações Banco Central (Sisbacen), em 31 de agosto de 2006.

Art. 2o As cotações das principais moedas a serem utilizadas nas condições do art. 1o deste Ato Declaratório Executivo são:

AGOSTO/2006

Moeda	Cotação Compra R$	Cotação Venda R$
Dólar dos Estados Unidos	2,13800	2,13880
Euro	2,73835	2,74002
Franco Suíço	1,73694	1,73787
Iene Japonês	0,018218	0,018229
Libra Esterlina	4,07161	4,07420

REGINA MARIA FERNANDES BARROSO

SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA Nº 4, DE 22 DE AGOSTO DE 2006

ASSUNTO: Obrigações Acessórias

EMENTA: A utilização do sistema de microfilmagem de saída direta do computador não desobriga a guarda e conservação dos livros e dos originais dos comprovantes dos lançamentos neles efetuados, de interesse para a fiscalização de tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, até que ocorra a prescrição dos créditos tributários a que se refiram, em face do disposto no art. 195 do CTN.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº5.172, de 25 de outubro de 1966, art. 195; Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, arts. 1.180, 1.181, 1.185 e 1.186; Decreto nº3.000, de 26 de março de 1999, art. 264; Pareceres Normativos CST nº21, de 30 de maio de 1980, e nº11, de 13 de setembro de 1985.

REGINA MARIA FERNANDES BARROSO
Coordenadora-Geral

SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS
4ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM PETROLINA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 21, DE 7 DE AGOSTO DE 2006

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM PETROLINA/PE, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo art. 250, do Regimento Interno da SRF, aprovado pela Portaria/MF nº 30, de 25 de fevereiro de 2005, e pelo inciso I e § 1º do art. 26 da Instrução Normativa SRF nº 200, de 13 de setembro de 2002, e considerando o que consta do Processo nº 10480.017840/2001-07, declara:

I - Anulada, por motivo de insubsistência da sociedade, o CNPJ nº 02.326.970/0001-07.

II - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO ALBUQUERQUE DE OLIVEIRA

5ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM ITABUNA
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9, DE 5 DE SETEMBRO DE 2006

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O CHEFE DO SETOR DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM ITABUNA - BA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Ficam excluídos do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, as pessoas físicas e jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório (ADE), tendo em vista que foi constatada a existência de saldo devedor equivalente a, pelo menos, três parcelas consecutivas do Paes.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal (SRF) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal em Itabuna - BA no endereço Av Amélia Amado, nº 05, Centro, Itabuna - BA, CEP 45.600-050.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO ROBERTO SILVA TEIXEIRA

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paes).

Saldo devedor equivalente a, pelo menos, três parcelas consecutivas do Paes.

Relação dos CPF das pessoas físicas excluídas

003.352.745-87	033.553.495-34	142.722.298-34
004.748.275-34	050.606.215-53	186.877.925-49
006.500.726-34	104.853.415-49	218.817.665-00
017.558.385-49	107.861.715-53	262.328.805-44
025.148.695-87	110.573.005-00	394.683.565-15
025.434.605-78	113.432.225-91	469.342.945-72
025.872.625-34	127.768.825-72	726.906.907-72

Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas

00.067.409/0001-25	02.949.349/0001-08	32.629.727/0001-29
00.111.718/0001-55	02.988.914/0001-38	32.638.892/0001-47
00.126.785/0001-43	03.016.370/0001-05	32.655.086/0001-87
00.198.565/0001-25	03.111.314/0001-50	32.657.454/0001-26
00.268.919/0001-60	03.157.358/0001-10	32.664.567/0001-59
00.271.873/0001-39	03.159.386/0001-77	32.667.024/0001-95
00.353.723/0001-74	03.168.870/0001-62	32.696.254/0001-82
00.360.731/0001-48	03.402.093/0001-79	33.858.945/0001-06
00.432.598/0001-98	03.428.352/0001-30	33.863.838/0001-68
00.504.192/0001-73	03.457.518/0001-47	33.904.673/0001-25
00.560.756/0001-95	03.525.867/0001-59	34.062.026/0001-86
00.572.510/0001-33	03.536.675/0001-48	34.079.590/0001-01
00.642.839/0001-23	03.548.360/0001-10	34.165.100/0001-90
00.645.475/0001-35	03.600.763/0001-61	34.238.782/0001-13
00.701.918/0001-68	03.773.874/0001-70	34.265.157/0001-60
00.766.474/0001-49	04.006.362/0001-40	34.271.353/0001-48
00.869.991/0001-43	04.024.608/0001-07	34.307.306/0001-07
00.895.855/0001-28	04.086.044/0001-37	34.325.225/0001-30
00.945.866/0001-75	04.256.539/0001-67	34.341.172/0001-40
01.005.416/0001-65	04.298.227/0001-16	34.375.444/0001-23
01.056.719/0001-07	13.024.542/0001-46	34.411.363/0001-31
01.139.618/0001-08	13.027.024/0001-86	34.427.369/0001-05
01.172.973/0001-70	13.095.385/0001-60	40.456.550/0001-34
01.223.754/0001-73	13.108.758/0001-90	40.479.081/0001-79
01.262.219/0001-21	13.237.656/0001-74	40.492.589/0001-07
01.305.397/0001-92	13.282.462/0001-90	40.497.794/0001-65
01.319.022/0001-81	13.284.054/0001-78	40.499.881/0001-51
01.352.895/0001-96	13.334.693/0001-09	40.558.744/0001-40
01.355.638/0001-08	13.383.385/0001-65	40.573.537/0001-65
01.356.148/0001-26	13.492.855/0001-29	40.582.033/0001-01
01.414.496/0001-02	13.493.820/0001-04	40.606.246/0001-26
01.467.005/0001-91	13.574.512/0001-03	42.000.349/0001-73
01.484.910/0001-50	13.648.530/0001-92	42.010.116/0001-51
01.547.675/0001-18	13.687.520/0001-66	42.028.084/0001-11
01.599.626/0001-29	13.807.524/0001-30	42.057.869/0001-12
01.641.548/0001-83	13.826.987/0001-40	42.220.202/0001-99
01.684.657/0001-88	13.862.842/0001-02	42.234.013/0001-75
01.834.275/0001-93	14.008.569/0001-08	63.247.985/0001-74
01.847.252/0001-13	14.345.342/0001-58	63.278.709/0001-73
01.900.987/0001-63	14.353.387/0001-74	63.284.103/0001-40
01.931.181/0001-32	14.381.198/0001-05	63.286.421/0001-40
01.939.723/0001-13	14.800.056/0001-35	73.564.304/0001-55
02.023.168/0001-48	14.849.335/0001-93	86.779.105/0001-06
02.088.504/0001-30	14.978.670/0001-91	96.696.091/0001-10
02.113.582/0001-48	15.676.067/0001-18	96.730.312/0001-20
02.146.864/0001-41	15.720.238/0001-69	96.730.726/0001-59
02.493.523/0001-42	15.723.588/0001-89	96.731.534/0001-67
02.721.896/0001-23	15.855.208/0001-60	96.770.516/0001-94
02.733.824/0001-04	16.084.451/0001-94	96.773.866/0001-04
02.760.333/0001-44	16.128.688/0001-20	96.842.521/0001-65
02.903.213/0001-59	16.360.174/0001-03	96.843.081/0001-60
02.925.872/0001-96	16.404.261/0001-07	

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 14, DE 5 DE SETEMBRO DE 2006

Declara inapta, por inexistência de fato, a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

O CHEFE DO SETOR DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA - SORAT - DA RECEITA FEDERAL EM ITABUNA/BA, no uso da competência delegada pela portaria nº 42, de 02/12/2005, publicada no D.O.U em 06/12/2005, e do previsto no art. 250 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 030, de 25 de fevereiro de 2005, e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 34 e art. 41 inciso II da Instrução Normativa SRF n º 568, de 08 de setembro de 2005, que aprova instruções para a prática de atos perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, declara:

Fica inapta, por inexistência de fato, a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, da empresa abaixo:

CNPJ	RAZÃO SOCIAL	PROCESSO
04.541.380/0001-22	F. DE ASSIS PEREIRA INFORMÁTICA	10952.000058/2004-90

FRANCISCO ROBERTO SILVA TEIXEIRA

6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM BELO HORIZONTE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 56, DE 28 DE JUNHO DE 2006

Anula inscrição no CPF.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL EM BELO HORIZONTE/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 250 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF Nº 030, de 25 de fevereiro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 52 da Instrução Normativa SRF nº 461, de 18 de outubro de 2004 e considerando o que consta nos processos 10680.009413/2006-03 e 10680.009238/2006-46, resolve:

1. Anular de ofício as inscrições nº. 092.816.716-03 e 036.929.726-10, no Cadastro de Pessoas Físicas-CPF, concedidas a CRISTIANE DOS ANJOS COSTA, por ter sido constatada fraude em suas inscrições.

FERNANDO OTÁVIO ASSUNÇÃO BARACHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 57, DE 28 DE JUNHO DE 2006

Anula inscrição no CPF.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL EM BELO HORIZONTE/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 250 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF Nº 030, de 25 de fevereiro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 52 da Instrução Normativa SRF nº 461, de 18 de outubro de 2004 e considerando o que consta no processo 10680.009156/2006-00, resolve:

1. Anular de ofício a inscrição nº. 093.796.526-07, no Cadastro de Pessoas Físicas-CPF, concedida a GABRIEL CONTRIM FERREIRA, por ter sido constatada fraude em sua inscrição.

FERNANDO OTÁVIO ASSUNÇÃO BARACHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 58, DE 28 DE JUNHO DE 2006

Anula inscrição no CPF.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL EM BELO HORIZONTE/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 250 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF Nº 030, de 25 de fevereiro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 52 da Instrução Normativa SRF nº 461, de 18 de outubro de 2004 e considerando o que consta no processo 10680.009158/2006-91, resolve:

1. Anular de ofício a inscrição nº. 088.573.316-95, no Cadastro de Pessoas Físicas-CPF, concedida a ISRAEL RAMOS DE OLIVEIRA, por ter sido constatada fraude em sua inscrição.

FERNANDO OTÁVIO ASSUNÇÃO BARACHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 59, DE 28 DE JUNHO DE 2006

Anula inscrição no CPF.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL EM BELO HORIZONTE/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 250 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF Nº 030, de 25 de fevereiro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 52 da Instrução Normativa SRF nº 461, de 18 de outubro de 2004 e considerando o que consta no processo 10680.009198/2006-32, resolve:

1. Anular de ofício a inscrição nº. 032..652.876-88, no Cadastro de Pessoas Físicas-CPF, concedida a RONALDO ADRIANO MENDES DA SILVA SANTOS, por ter sido constatada fraude em sua inscrição.

FERNANDO OTÁVIO ASSUNÇÃO BARACHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 60, DE 28 DE JUNHO DE 2006

Anula inscrição no CPF.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL EM BELO HORIZONTE/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 250 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF Nº 030, de 25 de fevereiro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 52 da Instrução Normativa SRF nº 461, de 18 de outubro de 2004 e considerando o que consta no processo 10680.009149/2006-08, resolve:

1. Anular de ofício a inscrição nº. 089.887.176-00, no Cadastro de Pessoas Físicas-CPF, concedida a ELIANE ABRANCHES TEIXEIRA, por ter sido constatada fraude em sua inscrição.

FERNANDO OTÁVIO ASSUNÇÃO BARACHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 61, DE 28 DE JUNHO DE 2006

Anula inscrição no CPF.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL EM BELO HORIZONTE/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 250 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF Nº 030, de 25 de fevereiro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 52 da Instrução Normativa SRF nº 461, de 18 de outubro de 2004 e considerando o que consta no processo 10680.009150/2006-24, resolve:

1. Anular de ofício a inscrição nº. 039.267.176-02, no Cadastro de Pessoas Físicas-CPF, concedida a DMAGGIY ARAÚJO SANTOS, por ter sido constatada fraude em sua inscrição.

FERNANDO OTÁVIO ASSUNÇÃO BARACHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 62, DE 28 DE JUNHO DE 2006

Anula inscrição no CPF.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL EM BELO HORIZONTE/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 250 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF Nº 030, de 25 de fevereiro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 52 da Instrução Normativa SRF nº 461, de 18 de outubro de 2004 e considerando o que consta no processo 10680.009159/2006-35, resolve:

1. Anular de ofício a inscrição nº. 013.315.706-70, no Cadastro de Pessoas Físicas-CPF, concedida a DMAGGIY DE ARAÚJO SANTOS MURARI, por ter sido constatada fraude em sua inscrição.

FERNANDO OTÁVIO ASSUNÇÃO BARACHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 63, DE 28 DE JUNHO DE 2006

Anula inscrição no CPF.

O Delegado substituto da Receita Federal em Belo Horizonte/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 250 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF Nº 030, de 25 de fevereiro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 52 da Instrução Normativa SRF nº 461, de 18 de outubro de 2004 e considerando o que consta no processo 10680.009161/2006-12, resolve:

1. Anular de ofício a inscrição nº. 092.198.106-62, no Cadastro de Pessoas Físicas-CPF, concedida a JOYCE GONTIJO DE FARIA, por ter sido constatada fraude em sua inscrição.

FERNANDO OTÁVIO ASSUNÇÃO BARACHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 64, DE 28 DE JUNHO DE 2006

Anula inscrição no CPF.

O Delegado substituto da Receita Federal em Belo Horizonte/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 250 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF Nº 030, de 25 de fevereiro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 52 da Instrução Normativa SRF nº 461, de 18 de outubro de 2004 e considerando o que consta no processo 10680.009201/2006-18 e 10680.009202/2006-62, resolve:

1. Anular de ofício as inscrições nº. 045.482.966-38 e 079.888.906-38, no Cadastro de Pessoas Físicas-CPF, concedidas a EFIGENIA FIGUEIREDO DE CAMPOS, por ter sido constatada fraude em suas inscrições.

FERNANDO OTÁVIO ASSUNÇÃO BARACHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 65, DE 28 DE JUNHO DE 2006

Anula inscrição no CPF.

O Delegado substituto da Receita Federal em Belo Horizonte/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 250 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF Nº 030, de 25 de fevereiro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 52 da Instrução Normativa SRF nº 461, de 18 de outubro de 2004 e considerando o que consta nos processos 10680.009203/2006-15, 10680.009206/2006-41, 10680.009207/2006-95, 10680.009204/2006-51 e 10680.009205/2006-04, resolve:

1. Anular de ofício as inscrições nº. 089.887.166-20, 088.192.936-09, 091.390.166-90, 092.912.056-64 e 094.399.336-90, no Cadastro de Pessoas Físicas-CPF, concedidas a RONALDO VITÓRIO SOARES, por ter sido constatada fraude em suas inscrições.

FERNANDO OTÁVIO ASSUNÇÃO BARACHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 66, DE 28 DE JUNHO DE 2006

Anula inscrição no CPF.

O Delegado substituto da Receita Federal em Belo Horizonte/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 250 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF Nº 030, de 25 de fevereiro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 52 da Instrução Normativa SRF nº 461, de 18 de outubro de 2004 e considerando o que consta nos processos 10680.009208/2006-30, 10680.009209/2006-84, 10680.009210/2006-17, 10680.009211/2006-53, 10680.009212/2006-06, 10680.009213/2006-42, 10680.009215/2006-31 e 10680.009218/2006-75, resolve:

1. Anular de ofício as inscrições nº. 084.480.796-63, 082.418.976-00, 089.217.746-29, 093.132.776-89, 092.666.816-10, 091.390.186-52, 094.992.946-86 e 087.691.316-86, no Cadastro de Pessoas Físicas-CPF, concedidas a KARLA DA SILVA LOPES, por ter sido constatada fraude em suas inscrições.

FERNANDO OTÁVIO ASSUNÇÃO BARACHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 67, DE 28 DE JUNHO DE 2006

Anula inscrição no CPF.

O Delegado substituto da Receita Federal em Belo Horizonte/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 250 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF Nº 030, de 25 de fevereiro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 52 da Instrução Normativa SRF nº 461, de 18 de outubro de 2004 e considerando o que consta nos processos 10680.009162/2006-59 e 10680.009164/2006-48, resolve:

1. Anular de ofício as inscrições nº. 094.585.516-84 e 092.318.556-97, no Cadastro de Pessoas Físicas-CPF, concedidas a ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA, por ter sido constatada fraude em suas inscrições.

FERNANDO OTÁVIO ASSUNÇÃO BARACHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 68, DE 28 DE JUNHO DE 2006

Anula inscrição no CPF.

O Delegado substituto da Receita Federal em Belo Horizonte/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 250 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF Nº 030, de 25 de fevereiro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 52 da Instrução Normativa SRF nº 461, de 18 de outubro de 2004 e considerando o que consta nos processos 10680.009214/2006-97, 10680.009216/2006-86 e 10680.009217/2006-21, resolve:

1. Anular de ofício as inscrições nº. 093.488.226-67, 090.011.176-35 e 094.555.716-76, no Cadastro de Pessoas Físicas-CPF, concedidas a RONALDO ADRIANO MENDES DA SILVA SANTOS, por ter sido constatada fraude em suas inscrições.

FERNANDO OTÁVIO ASSUNÇÃO BARACHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 69, DE 28 DE JUNHO DE 2006

Anula inscrição no CPF.

O Delegado substituto da Receita Federal em Belo Horizonte/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 250 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF Nº 030, de 25 de fevereiro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 52 da Instrução Normativa SRF nº 461, de 18 de outubro de 2004 e considerando o que consta nos processos 10680.009197/2006-98, 10680.009199/2006-98, 10680.009200/2006-73, 10680.009222/2006-33, 10680.009224/2006-22, 10680.009225/2006-77, resolve:

1. Anular de ofício as inscrições nº. 080.892.046-43, 065.729.766-61, 014.084.146-60, 008.212.246-62, 993.547.086-87 e 004.029.686-54, no Cadastro de Pessoas Físicas-CPF, concedidas a CÉSAR AUGUSTO ALVES SILVA, por ter sido constatada fraude em suas inscrições.

FERNANDO OTÁVIO ASSUNÇÃO BARACHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 70, DE 28 DE JUNHO DE 2006

Anula inscrição no CPF.

O Delegado substituto da Receita Federal em Belo Horizonte/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 250 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF Nº 030, de 25 de fevereiro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 52 da Instrução Normativa SRF nº 461, de 18 de outubro de 2004 e considerando o que consta no processo 10680.009151/2006-79, resolve:

1. Anular de ofício a inscrição nº. 012.893.246-54, no Cadastro de Pessoas Físicas-CPF, concedida a JOYCE GONTIJO DE FARIA, por ter sido constatada fraude em sua inscrição.

FERNANDO OTÁVIO ASSUNÇÃO BARACHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 71, DE 28 DE JUNHO DE 2006

Anula inscrição no CPF.

O Delegado substituto da Receita Federal em Belo Horizonte/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 250 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF Nº 030, de 25 de fevereiro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 52 da Instrução Normativa SRF nº 461, de 18 de outubro de 2004 e considerando o que consta no processo 10680.009153/2006-68, resolve:

1. Anular de ofício a inscrição nº. 001.226.506-38, no Cadastro de Pessoas Físicas-CPF, concedida a ERMANO ALVES RESENDE, por ter sido constatada fraude em sua inscrição.

FERNANDO OTÁVIO ASSUNÇÃO BARACHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 72, DE 28 DE JUNHO DE 2006

Anula inscrição no CPF.

O Delegado substituto da Receita Federal em Belo Horizonte/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 250 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF Nº 030, de 25 de fevereiro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 52 da Instrução Normativa SRF nº 461, de 18 de outubro de 2004 e considerando o que consta no processo 10680.009154/2006-11, resolve:

1. Anular de ofício a inscrição nº. 300.283.886-15, no Cadastro de Pessoas Físicas-CPF, concedida a ERMANO ALVES RESENDE, por ter sido constatada fraude em sua inscrição.

FERNANDO OTÁVIO ASSUNÇÃO BARACHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 73, DE 28 DE JUNHO DE 2006

Anula inscrição no CPF.

O Delegado substituto da Receita Federal em Belo Horizonte/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 250 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF Nº 030, de 25 de fevereiro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 52 da Instrução Normativa SRF nº 461, de 18 de outubro de 2004 e considerando o que consta no processo 10680.009155/2006-57, resolve:

1. Anular de ofício a inscrição nº. 016.440.566-66, no Cadastro de Pessoas Físicas-CPF, concedida a CÉSAR AUGUSTO ALVES SILVA, por ter sido constatada fraude em sua inscrição.

FERNANDO OTÁVIO ASSUNÇÃO BARACHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 74, DE 28 DE JUNHO DE 2006

Anula inscrição no CPF.

O Delegado substituto da Receita Federal em Belo Horizonte/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 250 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF Nº 030, de 25 de fevereiro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 52 da Instrução Normativa SRF nº 461, de 18 de outubro de 2004 e considerando o que consta nos processos 10680.009219/2006-10, 10680.009220/2006-44 e 10680.009221/2006-99, resolve:

1. Anular de ofício as inscrições nº. 087.012.506-04, 093.422.696-21 e 094.906.916-74, no Cadastro de Pessoas Físicas-CPF, concedidas a ELIANA ABRANCHES TEIXEIRA, por ter sido constatada fraude em suas inscrições.

FERNANDO OTÁVIO ASSUNÇÃO BARACHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 75, DE 28 DE JUNHO DE 2006

Anula inscrição no CPF.

O Delegado substituto da Receita Federal em Belo Horizonte/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 250 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF Nº 030, de 25 de fevereiro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 52 da Instrução Normativa SRF nº 461, de 18 de outubro de 2004 e considerando o que consta nos processos 10680.009223/2006-88 e 10680.009226/2006-11, resolve:

1. Anular de ofício as inscrições nºs. 486.802.736-00 e 093.621.796-01, no Cadastro de Pessoas Físicas-CPF, concedidas a Francisco Carlos de Araújo, por ter sido constatada fraude em suas inscrições.

FERNANDO OTÁVIO ASSUNÇÃO BARACHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 76, DE 28 DE JUNHO DE 2006

Anula inscrição no CPF.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL EM BELO HORIZONTE/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 250 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF Nº 030, de 25 de fevereiro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 52 da Instrução Normativa SRF nº 461, de 18 de outubro de 2004 e considerando o que consta no processo 10680.009166/2006-37, resolve:

1. Anular de ofício a inscrição nº. 083.421.676-07, no Cadastro de Pessoas Físicas-CPF, concedida a LUCIANO SILVA DE SOUZA, por ter sido constatada fraude em sua inscrição.

FERNANDO OTÁVIO ASSUNÇÃO BARACHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 77, DE 28 DE JUNHO DE 2006

Anula inscrição no CPF.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL EM BELO HORIZONTE/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 250 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF Nº 030, de 25 de fevereiro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 52 da Instrução Normativa SRF nº 461, de 18 de outubro de 2004 e considerando o que consta no processo 10680.009167/2006-81, resolve:

1. Anular de ofício a inscrição nº. 013.845.636-54, no Cadastro de Pessoas Físicas-CPF, concedida a GABRIEL COUTRIM FERREIRA, por ter sido constatada fraude em sua inscrição.

FERNANDO OTÁVIO ASSUNÇÃO BARACHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 78, DE 28 DE JUNHO DE 2006

Anula inscrição no CPF.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL EM BELO HORIZONTE/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 250 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF Nº 030, de 25 de fevereiro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 52 da Instrução Normativa SRF nº 461, de 18 de outubro de 2004 e considerando o que consta no processo 10680.009148/2006-55, resolve:

1. Anular de ofício a inscrição nº. 008.253.116-16, no Cadastro de Pessoas Físicas-CPF, concedida a DANIELA NASCIMENTO DA SILVA, por ter sido constatada fraude em sua inscrição.

FERNANDO OTÁVIO ASSUNÇÃO BARACHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 79, DE 28 DE JUNHO DE 2006

Anula inscrição no CPF.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL EM BELO HORIZONTE/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 250 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF Nº 030, de 25 de fevereiro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 52 da Instrução Normativa SRF nº 461, de 18 de outubro de 2004 e considerando o que consta no processo 10680.009239/2006-91, resolve:

1. Anular de ofício a inscrição nº. 079.847.246-44, no Cadastro de Pessoas Físicas-CPF, concedida a ISRAEL RAMOS DE OLIVEIRA, por ter sido constatada fraude em sua inscrição.

ERNANDO OTÁVIO ASSUNÇÃO BARACHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 80, DE 28 DE JUNHO DE 2006

Anula inscrição no CPF.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL EM BELO HORIZONTE/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 250 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF Nº 030, de 25 de fevereiro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 52 da Instrução Normativa SRF nº 461, de 18 de outubro de 2004 e considerando o que consta no processo 10680.009152/2006-13, resolve:

1. Anular de ofício a inscrição nº. 088.192.926-37, no Cadastro de Pessoas Físicas-CPF, concedida a ELIANA ABRANCHES TEIXEIRA, por ter sido constatada fraude em sua inscrição.

FERNANDO OTÁVIO ASSUNÇÃOP BARACHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 81, DE 28 DE JUNHO DE 2006

Anula inscrição no CPF.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL EM BELO HORIZONTE/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 250 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF Nº 030, de 25 de fevereiro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 52 da Instrução Normativa SRF nº 461, de 18 de outubro de 2004 e considerando o que consta no processo 10680.009157/2006-46, resolve:

1. Anular de ofício a inscrição nº. 665.562.286-72, no Cadastro de Pessoas Físicas-CPF, concedida a ELIANA ABRANCHES TEIXEIRA, por ter sido constatada fraude em sua inscrição.

FERNANDO OTÁVIO ASSUNÇÃO BARACHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 82, DE 28 DE JUNHO DE 2006

Anula inscrição no CPF.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL EM BELO HORIZONTE/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 250 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF Nº 030, de 25 de fevereiro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 52 da Instrução Normativa SRF nº 461, de 18 de outubro de 2004 e considerando o que consta no processo 10680.009169/2006-71, resolve:

1. Anular de ofício a inscrição nº. 090.572.796-73, no Cadastro de Pessoas Físicas-CPF, concedida a LUCIANO SILVA DE SOUZA, por ter sido constatada fraude em sua inscrição.

FERNANDO OTÁVIO ASSUNÇÃO BARACHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 83, DE 28 DE JUNHO DE 2006

Anula inscrição no CPF.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL EM BELO HORIZONTE/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 250 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF Nº 030, de 25 de fevereiro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 52 da Instrução Normativa SRF nº 461, de 18 de outubro de 2004 e considerando o que consta no processo 10680.009165/2006-92, resolve:

1. Anular de ofício a inscrição nº. 087.194.756-08, no Cadastro de Pessoas Físicas-CPF, concedida a DANIELA NASCIMENTO DA SILVA, por ter sido constatada fraude em sua inscrição.

FERNANDO OTÁVIO ASSUNÇÃO BARACHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 91, DE 10 DE AGOSTO DE 2006

Anula inscrição no CPF.

O Delegado da Receita Federal em Belo Horizonte/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 250 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF Nº 030, de 25 de fevereiro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 52 da Instrução Normativa SRF nº 461, de 18 de outubro de 2004 e considerando o que consta no processo 10680.012026/00-16, resolve:

1. Anular de ofício a inscrição nº. 03.692.776/0001-08, no Cadastro de Pessoas Jurídicas-CNPJ, concedida indevidamente por esta Delegacia a Maria Glória Soares, sendo, portanto, considerados ineficazes os documentos emitidos com a utilização do CNPJ ora anulado.

HERMANO LEMOS DE AVELLAR MACHADO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 92, DE 10 DE AGOSTO DE 2006

Anula inscrição no CPF.

O Delegado da Receita Federal em Belo Horizonte/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 250 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF Nº 030, de 25 de fevereiro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 52 da Instrução Normativa SRF nº 461, de 18 de outubro de 2004 e considerando o que consta no processo 10680.007648/2006-52, resolve:

1. Anular de ofício a inscrição nº. 06.213.348/0001-43, no Cadastro de Pessoas Jurídicas-CNPJ, concedida indevidamente por esta Delegacia a Smartlinks Informática Ltda., sendo, portanto, considerados ineficazes os documentos emitidos com a utilização do CNPJ ora anulado.

HERMANO LEMOS DE AVELLAR MACHADO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 93, DE 10 DE AGOSTO DE 2006

Anula inscrição no CPF.

O Delegado da Receita Federal em Belo Horizonte/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 250 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF Nº 030, de 25 de fevereiro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 52 da Instrução Normativa SRF nº 461, de 18 de outubro de 2004 e considerando o que consta no processo 10680.011080/2003-21, resolve:

1. Anular de ofício a inscrição nº. 61.091.906/0004-04, no Cadastro de Pessoas Jurídicas-CNPJ, concedida indevidamente por esta Delegacia a filial de Belmetal Indústria e Comércio Ltda., sendo, portanto, considerados ineficazes os documentos emitidos com a utilização do CNPJ ora anulado.

HERMANO LEMOS DE AVELLAR MACHADO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 94, DE 10 DE AGOSTO DE 2006

Anula inscrição no CPF.

O Delegado da Receita Federal em Belo Horizonte/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 250 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF Nº 030, de 25 de fevereiro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 52 da Instrução Normativa SRF nº 461, de 18 de outubro de 2004 e considerando o que consta no processo 10680.005383/2005-77, resolve:

1. Anular de ofício a inscrição nº. 05.607.960/0003-08, no Cadastro de Pessoas Jurídicas-CNPJ, concedida indevidamente por esta Delegacia a filial de TMH Serviços Auxiliares do Transporte Aéreo Ltda., sendo, portanto, considerados ineficazes os documentos emitidos com a utilização do CNPJ ora anulado.

HERMANO LEMOS DE AVELLAR MACHADO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 95, DE 10 DE AGOSTO DE 2006

Anula inscrição no CPF.

O Delegado da Receita Federal em Belo Horizonte/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 250 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF Nº 030, de 25 de fevereiro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 52 da Instrução Normativa SRF nº 461, de 18 de outubro de 2004 e considerando o que consta no processo 10680.006443/2006-50, resolve:

1. Anular de ofício a inscrição nº. 07.651.911/0003-90, no Cadastro de Pessoas Jurídicas-CNPJ, concedida indevidamente por esta Delegacia a filial de Líder Comércio de Equipamentos de Segurança Ltda., sendo, portanto, considerados ineficazes os documentos emitidos com a utilização do CNPJ ora anulado.

HERMANO LEMOS DE AVELLAR MACHADO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 96, DE 10 DE AGOSTO DE 2006

Anula inscrição no CPF.

O Delegado da Receita Federal em Belo Horizonte/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 250 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF Nº 030, de 25 de fevereiro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 52 da Instrução Normativa SRF nº 461, de 18 de outubro de 2004 e considerando o que consta no processo 10680.004000/2006-24, resolve:

1. Anular de ofício a inscrição nº. 21.133.905/0001-00, no Cadastro de Pessoas Jurídicas-CNPJ, concedida indevidamente por esta Delegacia a Jesus Indiano de Souza, sendo, portanto, considerados ineficazes os documentos emitidos com a utilização do CNPJ ora anulado.

HERMANO LEMOS DE AVELLAR MACHADO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 97, DE 10 DE AGOSTO DE 2006

Anula inscrição no CPF.

O Delegado da Receita Federal em Belo Horizonte/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 250 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF Nº 030, de 25 de fevereiro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 52 da Instrução Normativa SRF nº 461, de 18 de outubro de 2004 e considerando o que consta no processo 13818.000125/99-90, resolve:

1. Anular de ofício a inscrição nº. 71.060.560/0001-80, no Cadastro de Pessoas Jurídicas-CNPJ, concedida indevidamente por esta Delegacia a João de Jesus Silva, por ter sido constatado vício em sua concessão, sendo, portanto, considerados ineficazes os documentos emitidos com a utilização do CNPJ ora anulado.

HERMANO LEMOS DE AVELLAR MACHADO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 98, DE 10 DE AGOSTO DE 2006

Anula inscrição no CPF.

O Delegado da Receita Federal em Belo Horizonte/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 250 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF Nº 030, de 25 de fevereiro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 52 da Instrução Normativa SRF nº 461, de 18 de outubro de 2004 e considerando o que consta no processo 10680.003742/2006-32, resolve:

1. Anular de ofício a inscrição nº. 06.082.451/0001-00, no Cadastro de Pessoas Jurídicas-CNPJ, concedida indevidamente por esta Delegacia à empresa EMG Autmomation GMBH, sendo, portanto, considerados ineficazes os documentos emitidos com a utilização do CNPJ ora anulado.

HERMANO LEMOS DE AVELLAR MACHADO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 99, DE 10 DE AGOSTO DE 2006

Anula inscrição no CPF.

O Delegado da Receita Federal em Belo Horizonte/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 250 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF Nº 030, de 25 de fevereiro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 52 da Instrução Normativa SRF nº 461, de 18 de outubro de 2004 e considerando o que consta no processo 10680.007651/2006-76, resolve:

1. Anular de ofício a inscrição nº. 31.565.104/0226-50, no Cadastro de Pessoas Jurídicas-CNPJ, concedida indevidamente por esta Delegacia a filial de Pepsico do Brasil Ltda., sendo, portanto, considerados ineficazes os documentos emitidos com a utilização do CNPJ ora anulado.

HERMANO LEMOS DE AVELLAR MACHADO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM CONTAGEM

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 51, DE 4 DE SETEMBRO DE 2006

Declara cancelada inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Física.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM CONTAGEM-MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II do art. 250 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 30, de 25 de fevereiro de 2005, considerando o que consta do processo administrativo n.º 13603.000400/2006-71, declara:

Art. 1º Cancelada a inscrição do nº 953.180.706-04, no Cadastro Nacional da Pessoa Física - CPF, de MARCELO HENRIQUE DE ABREU, tendo em vista o disposto no inciso I do art. 46 e no art. 47 da IN SRF nº 461, de 18 de outubro de 2004, alterada pela IN SRF nº 592, de 22/12/2005.

Art. 2o Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO HERMES SOARES CAMPOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 52, DE 4 DE SETEMBRO DE 2006

Declara cancelada inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Física.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM CONTAGEM-MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II do art. 250 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 30, de 25 de fevereiro de 2005, considerando o que consta do processo administrativo n.º 13603.000400/2006-71, declara:

Art. 1º Cancelada a inscrição do nº 087.997.046-41, no Cadastro Nacional da Pessoa Física - CPF, de MARCELO HENRIQUE DE ABREU, tendo em vista o disposto no inciso I do art. 46 e no art. 47 da IN SRF nº 461, de 18 de outubro de 2004, alterada pela IN SRF nº 592, de 22/12/2005.

Art. 2o Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO HERMES SOARES CAMPOS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM DIVINÓPOLIS SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO E DE CONTROLE ADUANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 18, DE 5 DE SETEMBRO DE 2006

Altera inscrição em registro especial de engarrafador de bebidas

O CHEFE DA SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE ADUANEIRO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM DIVINÓPOLIS-MG, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 4º, "i", da Portaria DRF/DIV/Nº 33 de 19/07/2002, publicada no DOU de 23/07/2002, e tendo em vista o que consta do processo administrativo nº 13675.000174/97-23, declara:

Art. 1o Alterada a inscrição do registro especial de número 06107/092, concedido pelos Atos Declaratórios nºs 38, de 10 de abril de 2000; 40, de 13 de novembro de 2001; 15, de 02 de Abril de 2004 e 14, de 14 de Julho de 2006 ao estabelecimento RURAL COMÉRCIO E INDÚSTRIA MTS LTDA, CNPJ 00.774.767/0001-78, situado na Fazenda Monte Alvão, localidade de Santa Terezinha de Minas, no município de Itatiaiuçu, MG, CEP 35547-000 para constar que o mesmo está autorizado a engarrafar também a aguardente de cana (cachaça), código TIPI 22.08.40.00, com a marca SIRIGAITA em recipiente com a capacidade de 600ml.

Art. 2º O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações previstas na IN/SRF nº 504, de 3 de fevereiro de 2005, sob pena de suspensão ou cancelamento de sua inscrição.

Art. 3º Este ato declaratório somente terá validade, após a sua publicação no Diário Oficial da União.

AFONSO DE OLIVEIRA SOBRINHO

7ª REGIÃO FISCAL ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL NO PORTO DO RIO DE JANEIRO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 3, DE 5 DE SETEMBRO DE 2006

Estabelece obrigatoriedade de apresentação, à Alfândega do Porto do Rio de Janeiro, de Conhecimento de Embarque endossado, antes de iniciado o despacho de importação ou de trânsito aduaneiro, bem assim estabelece procedimentos quanto à atualização de dados relativos a endosso no Sistema Mercante.

O INSPETOR SUBSTITUTO DA ALFÂNDEGA DO PORTO DO RIO DE JANEIRO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 250, da Portaria MF 30, de 25 de fevereiro de 2005, considerando a necessidade de estabelecer cautelas fiscais quando da atualização de dados no Sistema de Controle de Arrecadação do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (Sistema Mercante), visando o interesse tributário vinculado a tal procedimento, quanto aos respectivos efeitos fiscais, resolve:

Art.1º A atualização dos dados relativos a propriedade de carga, vinculada no Sistema Mercante, no que tange ao interesse fiscal inerente a tal atividade, em especial o combate à interposição fraudulenta de terceiros e ao crime de sonegação fiscal, devem observar o disposto nesta Ordem de Serviço.

Art. 2º Sem prejuízo da aplicação do disposto no art. 25 da Medida Provisória nº 320, de 24 de agosto de 2006, todo Conhecimento de Embarque de Importação (Bill of Lading - B/L) que venha a ser objeto de endosso deve, previamente ao início do respectivo despacho de importação ou de trânsito aduaneiro, ser apresentado ao Serviço de Operações Aduaneiras (Seope), que providenciará, junto a Equipe de Controle do Manifesto (Eqman), a devida anotação do endosso nos controles alfandegários pertinentes.

§ 1º Deverá ser apresentada a via original do B/L endossado, acompanhada de cópia.

§ 2º A Eqman, após a anotação a que se refere o caput, alocará visto na via original, mediante aposição de carimbo com data e assinatura, devolvendo-a ao interessado, retendo a cópia, que deverá ser autenticada e visada pela equipe, para anexação aos arquivos do respectivo manifesto da embarcação.

§ 3º A obrigação constante do caput será dispensada no caso endosso bancário.

Art. 3º Os Armadores e Agências de Navegação, vinculadas ou prestadoras de serviços aos primeiros, deverão exigir, para alteração de dados de propriedade da carga no Sistema Mercante, cópia autenticada do B/L original visado pela Eqman, na forma do § 2º do art. 2º.

Parágrafo único. Os documentos exigidos na forma do caput deverão permanecer arquivados pelo prazo de cinco anos, a disposição da fiscalização aduaneira.

Art. 4º A respectiva declaração de importação ou de trânsito aduaneiro deverá ser instruída, obrigatoriamente, com a via original do B/L visada previamente pela Eqman.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO FERNANDES FRAGUAS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DE FISCALIZAÇÃO NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 32, DE 4 DE SETEMBRO DE 2006

Concede inscrição no registro especial para operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DE FISCALIZAÇÃO NO RIO DE JANEIRO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 250 da Portaria MF nº 30, de 25 de fevereiro de 2005, e tendo em vista o disposto no artigo 2º, da Instrução Normativa SRF nº 71, de 24 de agosto de 2001, com as alterações introduzidas pela Instrução Normativa SRF nº 101, de 21 de dezembro de 2001, resolve:

Art. 1o Conceder inscrição nº UP-07190/593, no registro especial de que trata o art. 1º, do Decreto-lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, para desenvolver atividade prevista no art. 1º, § 1º, inciso II (Usuário) da IN SRF nº 71/2001, alterada pela IN SRF nº 101/2001, a MAR DE IDÉIAS NAVEGAÇÃO CULTURAL LTDA., CNPJ 04.513.670/0001-62, situada na Rua Maranhão, nº 157, apto. 406 - Méier - Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.720-230, requerida no processo administrativo nº 13708.001560/2006-60.

Art. 2o Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ROBERTO SALDANHA RODRIGUES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 33, DE 4 DE SETEMBRO DE 2006

Concede inscrição no registro especial para operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DE FISCALIZAÇÃO NO RIO DE JANEIRO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 250 da Portaria MF nº 30, de 25 de fevereiro de 2005, e tendo em vista o disposto no artigo 2º, da Instrução Normativa SRF nº 71, de 24 de agosto de 2001, com as alterações introduzidas pela Instrução Normativa SRF nº 101, de 21 de dezembro de 2001, resolve:

Art. 1o Conceder inscrição nº GP-07190/594, no registro especial de que trata o art. 1º, do Decreto-lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, para desenvolver atividade prevista no art. 1º, § 1º, inciso V (Gráfica) da IN SRF nº 71/2001, alterada pela IN SRF nº 101/2001, a DAIJO GRÁFICA E EDITORA LTDA., CNPJ 32.285.140/0001-40, situada na Rua Goiás, nº 584 - Piedade - Rio de Janeiro/RJ, CEP 21.380-430, requerida no processo administrativo nº 13708.001666/2006-63.

Art. 2o Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ROBERTO SALDANHA RODRIGUES

8ª REGIÃO FISCAL ALFÂNDEGA DO PORTO DE SANTOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 17, DE 4 DE SETEMBRO DE 2006

Habilita o estabelecimento da empresa que menciona a operar o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto).

O INSPETOR SUBSTITUTO DA ALFÂNDEGA DO PORTO DE SANTOS/SP, no uso de suas atribuições regimentais previstas no artigo 250, inciso XXI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 30, de 25/02/2005 (D.O.U. de 04/03/2005), da competência estabelecida no artigo 5º da Instrução Normativa SRF nº 477, de 14/12/2004 (D.O.U. de 15/12/2004), e considerando o que consta nos autos do processo nº 11128.003672/2006-51, declara:

1.Conceder, em caráter precário, a habilitação de que trata a Lei nº 11.033, de 21/12/2004 (D.O.U. de 22/12/2004), para que o estabelecimento da empresa PORTOFER TRANSPORTE FERROVIÁRIO LTDA., inscrito no CNPJ sob o nº 03.835.338/0001-51 e localizado no endereço "Av. Eduardo Pereira Guinle, s/nº, Setor Sul, Armazém XII, Bairro Docas, Santos/SP", possa operar, na qualidade de operador portuário, o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto), nos termos, prazos e condições estabelecidos nos artigos 13 a 17 da referida Lei, no disposto na IN SRF nº 477/2004, e na legislação correlata.

2.A utilização dos bens amparados pela presente habilitação fica restrita à área do Porto Organizado de Santos/SP.

3. Este Ato Declaratório Executivo entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DIMAS MONTEIRO DE BARROS

PORTARIA Nº 360, DE 4 DE SETEMBRO DE 2006

Altera a Portaria ALF/STS n° 116, de 17 de março de 2005.

O INSPETOR SUBSTITUTO DA ALFÂNDEGA DO PORTO DE SANTOS, no uso de suas atribuições regimentais previstas no artigo 250, inciso II, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 30, de 25 de fevereiro de 2005, publicada no DOU de 04 de março de 2005, resolve:

Art. 1º - Os arts. 3º, 7º e 14 da Portaria ALF/STS nº 116, de 17 de março de 2005, publicada no DOU n° 54, de 21 de março de 2005, seção 1, página 48, e alterada pela Portaria ALF/STS n° 151, de 28 de abril de 2005, publicada no DOU n° 81, de 29 de abril de 2005, seção 1, página 24, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º - A Didad tem a seguinte estrutura:
.....
X - Equipe de Bagagem (Eqbag); e
....."
"Art. 7°- À Eqcof compete:
I- proceder à conferência das mercadorias submetidas a despacho aduaneiro de importação, inclusive bagagem; e
II- proceder à previsão, requisição, guarda, distribuição e verificação de uso de selos e de outros instrumentos de controle específicos da área aduaneira."
"Art. 14 - À Eqbag compete:
I- proceder à análise documental relativa ao despacho aduaneiro de bagagem de importação e exportação, preparando, inclusive, quando for o caso, o respectivo processo de desdobramento do conhecimento de transporte; e
II- transmitir, para registro, as declarações simplificadas de importação em nome de pessoas físicas, quando solicitado, nos termos do artigo 7°, §§ 2° e 3°, da IN-SRF n° 155, de 22 de dezembro de 1999."
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIMAS MONTEIRO DE BARROS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM FRANCA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 24, DE 5 DE SETEMBRO DE 2006

Concede redução da alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, no caso que especifica.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM FRANCA-SP, tendo em vista as competências que lhe foram atribuídas, dentre as quais a do inciso XXI, do artigo 250, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal - SRF, aprovado pela Portaria MF nº 30, de 25 de fevereiro de 2005, com as alterações do artigo 61 da Portaria MF nº 275, de 15 de agosto de 2005 e combinado com o art. 8º, também da Portaria MF nº 275, de 15 de agosto de 2005, e tendo em vista o que consta no processo administrativo nº 13855.001244/2005-13, declara:

Art. 1º. Fica reconhecida a redução de alíquota prevista no artigo 65, I do Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados - RIPI - Decreto nº 4.544, de 26/12/2002, aos produtos denominados comercialmente "LIMÃO FORS", "LARANJA FORS", "GUARANÁ FORS" e "GIPPS GUARANÁ FORS", registrados no Ministério de Agricultura, pecuária e Abastecimento - MAPA sob os nºs. SP-06734 00001-2, SP-06734 00005-5, SP-06734 00004-7 e SP-06734 00010-3 respectivamente, todos da classificação fiscal NCM 22.02.10.00, produzidos pela empresa FRANKINI INDUSTRIA E COMERCIO LTDA., CNPJ nº 04.253.784/0001-10, por atender às disposições contidas nos Decretos nºs 73.267, de 06/12/1973, e 78.289, de 18/08/1976.

Art. 2º. O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CESAR AGOSTINHO COSTA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM JUNDIAÍ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 39, DE 5 DE SETEMBRO DE 2006

Inscreve em Registro Especial

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL EM JUNDIAÍ - SP, usando da atribuição que lhe confere o artigo 250 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, Portaria MF nº 030, de 25 de fevereiro de 2005, DOU de 04 de março de 2005, tendo em vista o disposto nos artigos 1º, 2º e 3º da Instrução Normativa SRF nº 504 de fevereiro de 2005, e face ao disposto no artigo 274 do Decreto nº4.544 de 26 de dezembro de 2002 que regulamenta o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), e tendo em vista o que consta no processo nº 13839.001688/2002-12, declara:

Artigo 1º Inscrita no Registro Especial, sob o nº 08124/036, como Engarrafador de bebidas alcoólicas, a empresa INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS 3 IRMÃOS LTDA-ME, CNPJ nº 56.940.174/0001-99, estabelecida na Rodovia Fernão Dias, Km 04, Município de Vargem - SP.

Artigo 2º O estabelecimento supra citado está autorizado a engarrafar o produto relacionado abaixo:

Produto	Marca comercial	Tipo de recipiente	Capacidade do recipiente autorizada por este ato
Aguardente de Cana	3 Irmãos	Vidro retornável	900 ml

Artigo 3º A empresa fica obrigada a comunicar a produção ou o engarrafamento de novos produtos, de nova marca comercial ou utilização de recipientes com capacidades diferentes daquelas autorizadas por este Ato; bem como informar sobre a desativação de unidade industrial, a aquisição ou alienação de máquinas e equipamentos industriais que impliquem na alteração da capacidade de produção do estabelecimento, fazendo constar nos documentos fiscais que emitir o número de inscrição no Registro Especial, devendo ainda atender a todos os requisitos que condicionaram a concessão do Registro Especial, sob pena de cancelamento do mesmo nos termos dos artigos 6º ao 9º da referida Instrução Normativa.

Artigo 4º A falta de comunicação de que trata o artigo anterior sujeitará a empresa à penalidade prevista no artigo 57 da Medida Provisória nº 2158-35 de 2001.

Artigo 5º O presente Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

MARILDA APARECIDA CLAUDINO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM LIMEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 43, DE 5 DE SETEMBRO DE 2006

Alteração de dados cadastrais no Registro especial para estabelecimento que realiza operações com papel imune, na atividade de fabricante de papel.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM LIMEIRA - SP , no uso de suas atribuições regimentais previstas no art. 227 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal (RISRF), aprovado pela Portaria MF nº 259, de 24 de agosto de 2001, e com fulcro no disposto no art. 2º da Instrução Normativa SRF nº 71, de 24 de agosto de 2001, alterada pela Instrução Normativa SRF nº 101, de 21 de dezembro de 2001, à vista da tramitação regular do procedimento administrativo registrado sob o nº 10865.001.527/2006-39, declara:

Art. 1º A Inscrição FP-08112/0006 no registro especial instituído pelo art. 1º do Decreto-lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, para realização de operações com papel imune destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, na atividade de fabricante de papel, de acordo com o art. 1º, § 1º, inciso I, da Instrução Normativa SRF nº 71, de 24 de agosto de 2001, concedida através do Ato Declaratório Executivo n.º 35, de 22/08/2006 ao estabelecimento SUZANO BAHIA SUL PAPAEL E CELULOSE S/A, CNPJ N.º 16.404.287/0156-91 passa a conter as seguintes alterações cadastrais:
Número de Inscrição: FP-08112/0006;
Nome do estabelecimento: SUZANO PAPEL E CELULOSE S/A
CNPJ nº 16.404.287/0156-91
Estrada do Lajeado s/n - Sala SBS - Bairro Lajeado
CEP 13486-199 - LIMEIRA - SP
Art. 2º O presente registro especial será cancelado na hipótese de descumprimento das normas de controle relativas à matéria.
Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeito a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FRANCISCO CARLOS SERRANO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 44, DE 5 DE SETEMBRO DE 2006

Alteração de dados cadastrais no Registro especial para estabelecimento que realiza operações com papel imune, na atividade de importador de papel.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM LIMEIRA - SP , no uso de suas atribuições regimentais previstas no art. 227 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal (RISRF), aprovado pela Portaria MF nº 259, de 24 de agosto de 2001, e com fulcro no disposto no art. 2º da Instrução Normativa SRF nº 71, de 24 de agosto de 2001, alterada pela Instrução Normativa SRF nº 101, de 21 de dezembro de 2001, à vista da tramitação regular do procedimento administrativo registrado sob o nº 10865.001.527/2006-39, declara:

Art. 1º A Inscrição IP-08112/0004 no registro especial instituído pelo art. 1º do Decreto-lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, para realização de operações com papel imune destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, na atividade de importador, de acordo com o art. 1º, § 1º, inciso III, da Instrução Normativa SRF nº 71, de 24 de agosto de 2001, concedida através do Ato Declaratório Executivo n.º 36, de 22/08/2006 ao estabelecimento SUZANO BAHIA SUL PAPAEL E CELULOSE S/A, CNPJ N.º 16.404.287/0156-91 passa a conter as seguintes alterações cadastrais:
Número de Inscrição: IP-08112/0004;
Nome do estabelecimento: SUZANO PAPEL E CELULOSE S/A
CNPJ nº 16.404.287/0156-91
Estrada do Lajeado s/n - Sala SBS - Bairro Lajeado
CEP 13486-199 - LIMEIRA - SP
Art. 2º O presente registro especial será cancelado na hipótese de descumprimento das normas de controle relativas à matéria.
Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeito a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FRANCISCO CARLOS SERRANO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 45, DE 5 DE SETEMBRO DE 2006

Alteração de dados cadastrais no Registro especial para estabelecimento que realiza operações com papel imune, na atividade de distribuidor de papel.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM LIMEIRA - SP , no uso de suas atribuições regimentais previstas no art. 227 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal (RISRF), aprovado pela Portaria MF nº 259, de 24 de agosto de 2001, e com fulcro no disposto no art. 2º da Instrução Normativa SRF nº 71, de 24 de agosto de 2001, alterada pela Instrução Normativa SRF nº 101, de 21 de dezembro de 2001, à vista da tramitação regular do procedimento administrativo registrado sob o nº 10865.001.527/2006-39, declara:

Art. 1º A Inscrição DP-08112/0001 no registro especial instituído pelo art. 1º do Decreto-lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, para realização de operações com papel imune destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, na atividade de distribuidor, de acordo com o art. 1º, § 1º, inciso IV, da Instrução Normativa SRF nº 71, de 24 de agosto de 2001, concedida através do Ato Declaratório Executivo n.º 37, de 22/08/2006 ao estabelecimento SUZANO BAHIA SUL PAPAEL E CELULOSE S/A, CNPJ N.º 16.404.287/0156-91 passa a conter as seguintes alterações cadastrais:
Número de Inscrição: DP-08112/0001;
Nome do estabelecimento: SUZANO PAPEL E CELULOSE S/A
CNPJ nº 16.404.287/0156-91
Estrada do Lajeado s/n - Sala SBS - Bairro Lajeado
CEP 13486-199 - LIMEIRA - SP
Art. 2º O presente registro especial será cancelado na hipótese de descumprimento das normas de controle relativas à matéria.
Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeito a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FRANCISCO CARLOS SERRANO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM SOROCABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 48, DE 4 DE SETEMBRO DE 2006

Concede o registro especial instituído em decorrência de preceito constitucional descrito no art. 150, inciso VI, alínea "d", da Constituição Federal, e materializado no dispositivo infralegal, Decreto nº 2.637, de 25 de junho de 1998, artigos 18 e 19, combinados com a IN SRF nº 71, de 24 de agosto de 2001 e com as alterações promovidas pela IN SRF nº 101, de 21 de dezembro de 2001, para estabelecimentos que realizam operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM SOROCABA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 250 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal - SRF, aprovado pela Portaria MF nº 30, de 25/02/2005, tendo em vista o disposto no artigo 2º da Instrução Normativa SRF nº 71, de 24 de agosto de 2001 - com as alterações introduzidas pela Instrução Normativa SRF nº 101, de 21 de dezembro de 2001 - e considerando o pedido que consta do processo de número 10855.002277/2006-73, declara:

I - Inscrito no registro especial para estabelecimentos que realizam operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, na condição específica de USUÁRIO - empresa jornalística ou editora que explore a indústria de livro, jornal ou periódico (UP), sob o nº UP-08110/111, o estabelecimento da empresa NG EDITORA JORNALÍSTICA LTDA - EPP, CNPJ nº 08.079.190/0001-96, localizada à AL. DOS GLADÍOLOS, 542, JARDIM SIMUS - CEP 18055-163, SOROCABA - SP.

II - O estabelecimento inscrito fica obrigado ao cumprimento das normas previstas na Instrução Normativa SRF nº 71/2001 e demais atos normativos que regem a matéria, sob pena de cancelamento do registro, na forma do art.7º da referida Instrução Normativa, com a redação dada pelo art.1º da IN/SRF nº 101, de 21/12/2001.

III - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

WALTER LUIZ DE HARO

9ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 90, DE 6 DE SETEMBRO DE 2006

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 3º da Instrução Normativa SRF nº 504, de 03 de fevereiro de 2005, e tendo em vista o disposto nos artigos 268, 272, 274 e 280 do Decreto nº 4.544, de 26 de dezembro de 2002, que regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), e face ao que consta no processo administrativo nº 10945.002323/2006-25, declara:

Art. 1o Inscrita no registro especial dos estabelecimentos importadores de produtos descritos no Anexo I da IN/SRF 504/2005, sob o número 09106/002, o estabelecimento da empresa:

Nome empresarial.....: SIGMA DO BRASIL EXPORTADORA LTDA.

Endereço.: Rua Di Cavalcanti, 863, Jardim Cristina - CEP 85865-020

Foz do Iguaçu/PR

Número do CNPJ..: 05.616.863/0001-01
Tipo de Atividade...: Importador

Art. 3o A empresa fica obrigada a encaminhar, a esta Delegacia, cópia dos documentos de alterações ocorridas nos elementos constantes do artigo 4º da Instrução Normativa SRF nº 504/2005, no prazo de trinta dias contados de sua efetivação;

Parágrafo Único - A empresa deverá continuar atendendo a todos os requisitos que condicionaram a concessão do presente registro especial, sob pena de seu cancelamento, nos termos do art. 8º da referida Instrução Normativa.

Art. 4o O presente Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS DE ARAUJO

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paes).

Saldo devedor equivalente a, pelo menos, três parcelas consecutivas do Paes.

Relação dos CPF das pessoas físicas excluídas
Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas

00.080.151/0001-05	02.752.000/0001-73	77.766.657/0001-99
00.341.919/0001-49	02.770.718/0001-92	77.811.685/0001-80
00.360.630/0001-77	02.791.074/0001-19	78.039.906/0001-07
00.497.208/0001-68	02.933.413/0001-54	78.042.702/0001-25
00.547.449/0001-74	02.952.767/0001-46	78.100.153/0001-06
00.564.417/0001-87	03.140.716/0001-82	78.364.163/0001-40
00.648.146/0001-48	03.143.983/0001-03	78.443.298/0001-00
00.671.476/0001-54	03.161.348/0001-59	78.456.191/0001-98
00.817.649/0001-08	03.320.177/0001-63	78.554.730/0001-21
00.835.182/0001-10	03.439.467/0001-20	78.798.352/0001-21
00.837.942/0001-29	03.507.085/0001-97	79.055.315/0001-96
00.843.148/0001-98	03.514.960/0001-68	79.142.667/0001-89
00.930.189/0001-11	03.525.165/0001-75	79.185.997/0001-51
00.936.171/0001-27	03.859.663/0001-54	80.232.812/0001-00
01.003.895/0001-80	04.073.485/0001-02	80.394.224/0001-64
01.035.731/0001-35	04.185.300/0001-43	80.545.874/0001-63
01.086.962/0001-78	04.554.513/0001-03	80.809.957/0001-12
01.197.536/0001-01	04.615.452/0001-39	81.073.587/0001-60
01.233.645/0001-37	04.988.182/0001-01	81.097.867/0001-09
01.295.335/0001-47	72.048.028/0001-00	81.123.671/0001-41
01.318.843/0001-01	72.142.110/0001-07	81.417.099/0001-23
01.332.102/0001-77	72.204.001/0001-69	81.504.466/0001-26
01.338.344/0001-78	72.273.824/0001-46	81.577.751/0001-77
01.609.788/0001-09	72.345.549/0001-29	81.892.366/0001-14
01.781.151/0001-97	73.698.730/0001-81	82.060.500/0001-83
01.860.423/0001-44	75.095.067/0001-56	82.205.261/0001-02
01.907.469/0001-71	75.717.116/0001-45	82.240.201/0001-20
01.991.003/0001-05	75.914.523/0001-42	82.277.278/0001-75
02.021.094/0001-00	76.113.422/0001-35	82.363.524/0001-01
02.031.165/0001-56	76.213.362/0001-22	82.375.650/0001-86
02.089.020/0001-06	76.269.315/0001-09	82.619.966/0001-76
02.152.161/0001-26	76.410.661/0001-57	84.850.981/0001-56
02.249.281/0001-46	76.446.871/0001-03	85.016.277/0001-65
02.316.772/0001-62	76.458.868/0001-00	85.031.813/0001-00
02.436.513/0001-75	76.667.500/0001-43	85.045.672/0001-76
02.514.760/0001-42	77.612.968/0001-01	85.070.688/0001-39
02.554.227/0001-04	77.665.768/0001-09	85.486.686/0001-25
02.601.296/0001-21	77.750.289/0001-90	85.777.217/0001-65
02.618.473/0001-82	77.756.344/0001-50	86.765.096/0001-02
		95.408.555/0001-83
		95.411.500/0001-22

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 27, DE 5 DE SETEMBRO DE 2006

Cancelamento de inscrição no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro e inclusão no Registro de Despachantes Aduaneiros.

O CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA DA 9ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência delegada pela Portaria SRRF09 nº 97, de 19 de abril de 2000, publicada no Diário Oficial da União de 26 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Cancelar a inscrição no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro, em razão de inclusão no Registro de Despachantes Aduaneiros, das seguintes pessoas:

Nº	NOME	CPF
9A.04.226	ERIMAR TEODORO CARVALHO	941.549.299-68
9A.03.897	FILIPE PINOTTI DA SILVA	044.143.019-80
9A.04.277	MABEL DANIELE DA SILVA REISER	939.614.059-72
9A.04.312	JOAO CESAR DARIVA	131.778.699-87
9A.04.235	WILLIAN BATHKE	007.496.709-67
9A.04.313	ADRIANO TESTA DARIVA	839.721.299-04
9A.03.802	MARCOS D'AVILA BAPTISTA	008.766.689-88
9A.04.241	NEURI LUIZ CONTERNO	007.535.389-03
9A.04.263	LISBETH REGINA SCHLICHTING MUCHIUTI	040.456.699-57
9A.04.266	ODARLI CANEZIN	173.033.209-97
9A.03.785	CARLOS ROBERTO PINICHE XAVIER	277.997.908-90

Art. 2º Incluir no Registro de Despachantes Aduaneiros, com fundamento no art. 50 do Decreto 646, de 9 de setembro de 1992, as seguintes pessoas:

Nº	NOME	CPF
9D.02.328	ERIMAR TEODORO CARVALHO	941.549.299-68
9D.02.329	FILIPE PINOTTI DA SILVA	044.143.019-80
9D.02.330	MABEL DANIELE DA SILVA REISER	939.614.059-72
9D.02.331	JOAO CESAR DARIVA	131.778.699-87
9D.02.332	WILLIAN BATHKE	007.496.709-67
9D.02.333	ADRIANO TESTA DARIVA	839.721.299-04
9D.02.334	MARCOS D'AVILA BAPTISTA	008.766.689-88
9D.02.335	NEURI LUIZ CONTERNO	007.535.389-03
9D.02.336	LISBETH REGINA SCHLICHTING MUCHIUTI	040.456.699-57
9D.02.337	ODARLI CANEZIN	173.033.209-97
9D.02.338	CARLOS ROBERTO PINICHE XAVIER	277.997.908-90
9D.02.339	ANGELITA APARECIDA JUSTINO	176.210.528-48

Art. 3º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ HENRIQUE NICOLLI SOARES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 28, DE 5 DE SETEMBRO DE 2006

Inclusão no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro.

O CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA DA 9ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência delegada pela Portaria SRRF09 nº 97, de 19 de abril de 2000, publicada no Diário Oficial da União de 26 de abril de 2000, resolve:

Art. 1º Incluir no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiro as seguintes pessoas:

Nº	NOME	CPF
9A.05.618	TIAGO CORREA FERREIRA	009.766.549-54
9A.05.619	CARLOS EDUARDO ARAUJO AQUINO	893.639.811-34
9A.05.620	CRISTIANO GONCALVES BARROZO	019.090.039-30
9A.05.621	RODRIGO BATISTA DA SILVA	258.188.258-17
9A.05.622	ALEXANDRE DE SOUZA	048.785.249-44
9A.05.623	CAMILO BLASCZAK	046.883.139-85
9A.05.624	THIAGO DA SILVA	065.715.779-17
9A.05.625	KATIANE FORNAZARI	037.993.599-66
9A.05.626	VALTER PASSOS DE OLIVEIRA	832.697.899-04
9A.05.627	MOACIR JOSE PEREIRA	784.243.139-68
9A.05.628	ANDRE OLM	044.024.659-82
9A.05.629	LUCAS POSSAMAI	059.771.619-64
9A.05.630	GRACIANA MARTINS	042.537.829-22
9A.05.631	CARLOS ROBERTO DELLAROSA	234.551.019-68
9A.05.632	RONALDO PENTEADO WERNER	054.102.439-60
9A.05.633	EDUARDO WERNER MARODIN	942.902.619-49
9A.05.634	KLAUS DIETHER BRUNNER JUNIOR	053.358.019-64
9A.05.635	MAICON ANDREY GORGES	046.066.739-40
9A.05.636	ROGERIO RAMOS COUTINHO	567.385.879-53
9A.05.637	LIDIANE MARIA COLACO	032.039.639-81
9A.05.638	SILVIA PAULA COLACO	033.134.239-14
9A.05.639	CREUSA MARIA DOS REIS	049.510.628-36
9A.05.640	CLAUDINEI FELIPE BARBOZA	779.074.779-72
9A.05.641	THIAGO BINDER	048.732.599-08

Art. 2º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ HENRIQUE NICOLLI SOARES

BANCO CENTRAL DO BRASIL

RESOLUÇÃO Nº 3.400, DE 6 DE SETEMBRO DE 2006

Dispõe sobre o valor máximo da garantia proporcionada pelo Fundo Garantidor de Créditos - FGC e a redução do percentual da contribuição mensal ordinária devida pelas instituições associadas ao referido fundo, bem como acerca da inclusão das contas destinadas ao registro e controle dos fluxos de pagamentos de salários, aposentadorias e similares entre os créditos cobertos.

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do art. 9º da Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, em sessão extraordinária realizada em 5 de setembro de 2006, com base nos arts. 3º, inciso VI, e 4º, inciso VIII, da referida lei, e 7º do Decreto-lei 2.291, de 21 de novembro de 1986, e tendo em vista o disposto no art. 22, inciso I, do Anexo I à Resolução 3.251, de 16 de dezembro de 2004, resolveu:

Art. 1º O valor máximo da garantia proporcionada pelo Fundo Garantidor de Créditos - FGC fica estabelecido em R$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

Art. 2º O conselho de administração do FGC está autorizado a fixar, em 0,0125% (cento e vinte e cinco décimos de milésimo por cento) do montante dos saldos das contas correspondentes às obrigações objeto de garantia, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao referido fundo.

Art. 3º O art. 2º do Anexo II à Resolução 3.251, de 16 de dezembro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º São objeto da garantia proporcionada pelo FGC os seguintes créditos:

I - depósitos à vista ou sacáveis mediante aviso prévio;

II - depósitos em contas-correntes de depósito para investimento;

III - depósitos de poupança;

IV - depósitos a prazo, com ou sem emissão de certificado;

V - depósitos mantidos em contas não movimentáveis por cheques destinadas ao registro e controle do fluxo de recursos referentes à prestação de serviços de pagamento de salários, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares;

VI - letras de câmbio;

VII - letras imobiliárias;

VIII - letras hipotecárias;

IX - letras de crédito imobiliário.

§ 1º Não são cobertos pela garantia:

I - os depósitos, empréstimos ou quaisquer outros recursos captados ou levantados no exterior;

II - as operações relacionadas a programas de interesse governamental instituídos por lei;

III - os depósitos judiciais;

IV - os depósitos a prazo autorizados a compor o Nível II do Patrimônio de Referência (PR), de que trata a Resolução 2.837, de 30 de maio de 2001.

§ 2º O total de créditos de cada pessoa contra a mesma instituição associada, ou contra todas as instituições associadas do mesmo conglomerado financeiro, será garantido até o valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

§ 3º Para efeito da determinação do valor garantido dos créditos de cada pessoa, devem ser observados os seguintes critérios:

I - titular do crédito é aquele em cujo nome o crédito estiver registrado na escrituração da instituição associada ou aquele designado em título por ela emitido ou aceito;

II - devem ser somados os créditos de cada credor identificado pelo respectivo Cadastro de Pessoas Físicas (CPF)/Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) contra todas as instituições associadas do mesmo conglomerado financeiro;

III - os cônjuges são considerados pessoas distintas, seja qual for o regime de bens do casamento;

IV - créditos em nome de dependentes do beneficiário identificado na forma do inciso II devem ser computados separadamente;

V - na hipótese de aplicação em título de crédito relacionado no art. 2º cuja negociação seja intermediada por instituição integrante do Sistema Financeiro Nacional, a titularidade dos créditos contra as instituições associadas do FGC deve ser comprovada, pelo cliente da instituição intermediária na operação, mediante a apresentação da nota de negociação do título na forma da Circular 915, de 13 de fevereiro de 1985;

VI - os créditos titulados por associações, condomínios, cooperativas, grupos ou administradoras de consórcio, entidades de previdência complementar, sociedades seguradoras, sociedades de capitalização e demais sociedades e associações sem personalidade jurídica e entidades assemelhadas, serão garantidos até o valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais) na totalidade de seus haveres em uma mesma instituição associada;

VII - nas contas conjuntas, o valor da garantia é limitado a R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), ou ao saldo da conta, quando inferior a esse limite, dividido pelo número de titulares, sendo o crédito do valor garantido feito de forma individual;

VIII - o recebimento dos créditos contra instituições associadas ao FGC por meio de procurações deverá ser previamente justificado e por esse aprovado.

§ 4º No caso previsto no § 3º, inciso V, a instituição intermediária da operação deve apresentar ao interventor ou liquidante relação de seus clientes contendo os valores aplicados, a data e as demais características da aplicação em títulos de responsabilidade de emissor sob intervenção ou em liquidação extrajudicial.

§ 5º Detectada a ocorrência de procedimentos que possam propiciar, mediante a utilização de artifícios, o pagamento de valor superior ao limite de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), com o intuito de beneficiar uma mesma pessoa, o FGC, desde que devidamente fundamentado para o depositante ou investidor, poderá suspender os pagamentos até o esclarecimento do fato, cabendo ao interessado a comprovação da lisura dos procedimentos adotados, ficando a critério do FGC acatar ou não os argumentos e as provas apresentados." (NR)

Art. 4º Fica o Banco Central do Brasil incumbido de, até 31 de dezembro de 2010, desenvolver estudos com vistas à eventual alteração do valor máximo da garantia proporcionada pelo FGC e do percentual da contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao referido fundo, estabelecidos nos termos dos arts. 1º e 2º.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos, relativamente ao disposto no art. 2º, a partir do cálculo da contribuição ordinária ao FGC referente ao mês de agosto de 2006.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES
Presidente do Banco

RESOLUÇÃO Nº 3.401, DE 6 DE SETEMBRO DE 2006

Dispõe sobre a quitação antecipada de operações de crédito e de arrendamento mercantil, a cobrança de tarifas nessas operações, bem como sobre a obrigatoriedade de fornecimento de informações cadastrais.

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do art. 9º da Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, em sessão extraordinária realizada em 5 de setembro de 2006, com base nos arts. 3º, inciso V, e 4º, incisos VIII e IX, da referida lei, e na Lei 6.099, de 12 de setembro de 1974, alterada pela Lei 7.132, de 26 de outubro de 1983, resolveu:

Art. 1º As instituições financeiras e as sociedades de arrendamento mercantil devem garantir a quitação antecipada de contratos de operações de crédito e de arrendamento mercantil, mediante o recebimento de recursos transferidos por outra instituição da espécie.

§ 1º As condições da nova operação devem ser negociadas entre a instituição que efetivará a transferência referida no caput e o mutuário da operação original.

§ 2º Os custos relacionados à transferência de recursos para a quitação da operação não podem ser repassados pela instituição ao mutuário.

§ 3º O Banco Central do Brasil divulgará os procedimentos necessários à transferência referida no caput.

Art. 2º O valor máximo, em reais, da tarifa eventualmente cobrada em decorrência de liquidação antecipada de contratos de concessão de crédito ou de arrendamento mercantil deve ser estabelecido no ato da contratação da operação, bem como constar de cláusula contratual específica, juntamente com as demais informações necessárias e suficientes para possibilitar o cálculo do valor a ser cobrado ao longo do prazo de amortização contratual.

Parágrafo único. O valor da tarifa de que trata este artigo deve guardar relação direta e linear com o prazo de amortização remanescente e com a parcela não amortizada do principal, no caso de liquidação antecipada total, ou com o prazo de amortização remanescente e com o montante liquidado antecipadamente, no caso de liquidação antecipada parcial, em ambos os casos apurados na data em que ocorrer a liquidação antecipada.

Art. 3º As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem fornecer a terceiros, quando formalmente autorizados por seus clientes, as informações cadastrais a eles relativas, de que trata a Resolução 2.835, de 30 de maio de 2001.

Art. 4º Em conseqüência do disposto no art. 3º, fica alterado o art. 1º da Resolução 2.835, de 2001, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Estabelecer que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem fornecer a seus clientes, quando por esses solicitado, informações cadastrais a eles relativas.

§ 1º As informações cadastrais referidas no caput devem:

I - ser prestadas no prazo máximo de quinze dias contados da data da solicitação, com base em dados relativos, no mínimo, aos doze meses imediatamente anteriores àquela data;

II - referir-se ao histórico da totalidade das operações contratadas com o cliente, registradas até o dia útil anterior ao da solicitação;

III - compreender:

a) os dados do cliente, nos termos estabelecidos no art. 1º, inciso I, da Resolução 2.025, de 24 de novembro de 1993, com as alterações introduzidas pelas Resoluções 2.747, de 28 de junho de 2000, e 2.953, de 25 de abril de 2002;

b) o saldo médio mensal mantido em conta-corrente;

c) o histórico das operações de empréstimo, de financiamento e de arrendamento mercantil, contendo a data da contratação, o valor transacionado e as datas de vencimentos e dos respectivos pagamentos;

d) o saldo médio mensal das aplicações financeiras e das demais modalidades de investimento mantidas na instituição ou por ela administradas.

§ 2º As informações de que trata este artigo devem ser fornecidas a terceiros, desde que formalmente autorizado, caso a caso, pelo cliente." (NR)

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES
Presidente do Banco

RESOLUÇÃO Nº 3.402, DE 6 DE SETEMBRO DE 2006

Dispõe sobre a prestação de serviços de pagamento de salários, aposentadorias e similares sem cobrança de tarifas.

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do art. 9º da Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, em sessão extraordinária realizada em 5 de setembro de 2006, com base nos arts. 3º, inciso V, e 4º, incisos VIII e IX, da referida lei, resolveu:

Art. 1º A partir de 1º de janeiro de 2007, as instituições financeiras, na prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, ficam obrigadas a proceder aos respectivos créditos em nome dos beneficiários mediante utilização de contas não movimentáveis por cheques destinadas ao registro e controle do fluxo de recursos, às quais não se aplicam as disposições da Resolução 2.025, de 24 de novembro de 1993, com as alterações introduzidas pelas Resoluções 2.747, de 28 de junho de 2000, e 2.953, de 25 de abril de 2002, nem da Resolução 3.211, de 30 de junho de 2004.

Parágrafo único. É vedada a abertura das contas de registro de que trata este artigo tendo como titulares pessoas jurídicas.

Art. 2º Na prestação de serviços nos termos do art. 1º:

I - é vedado à instituição financeira contratada cobrar dos beneficiários, a qualquer título, tarifas destinadas ao ressarcimento pela realização dos serviços, devendo ser observadas, além das condições previstas nesta resolução, a legislação específica referente a cada espécie de pagamento e as demais normas aplicáveis;

II - a instituição financeira contratada deve assegurar a faculdade de transferência, com disponibilidade no mesmo dia, dos créditos para conta de depósitos de titularidade dos beneficiários, por eles livremente abertas na forma da Resolução 2.025, de 1993, e alterações posteriores, ou da Resolução 3.211, de 2004, em outras instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

§ 1º A vedação à cobrança de tarifas referida no inciso I aplica-se, inclusive, às operações de:

I - saques, totais ou parciais, dos créditos;

II - transferências dos créditos para outras instituições, quando realizadas pelos beneficiários pelo valor total creditado, admitida a dedução de eventuais descontos com eles contratados para serem realizados nas contas de que trata o art. 1º, relativos a parcelas de operações de empréstimo, de financiamento ou de arrendamento mercantil.

§ 2º Para efeito do disposto no caput, inciso II, a indicação da conta de depósitos a ser creditada deve ser objeto de comunicação pelo beneficiário à instituição financeira contratada, em caráter de instrução permanente, por escrito ou mediante a utilização de meio eletrônico legalmente aceito como instrumento de relacionamento formal, observada a obrigatoriedade de aceitação pela instituição no prazo máximo de cinco dias úteis, contados da data do recebimento da referida comunicação.

§ 3º Fica dispensada a indicação referida no § 2º quando se tratar de beneficiário que, na data da entrada em vigor desta resolução, esteja no exercício do direito de utilização da faculdade ali prevista.

Art. 3º Em se tratando de beneficiário titular de conta de depósitos, aberta por sua iniciativa na instituição financeira contratada, os créditos decorrentes do serviço de pagamento podem, a critério daquele, observadas as disposições dos arts. 1º e 2º, §§ 2º e 3º, ser transferidos para essa conta, vedada a cobrança de tarifas do beneficiário pela realização dos referidos créditos.

Art. 4º O instrumento contratual firmado entre a instituição financeira e a entidade contratante para a prestação de serviços nos termos do art. 1º deve conter, entre outras, cláusulas estabelecendo:

I - as condições e os procedimentos para a efetivação dos pagamentos aos beneficiários;

II - a isenção de tarifa pelo eventual fornecimento de cartão magnético para os beneficiários, exceto nos casos estabelecidos pelo art. 1º, inciso II, da Resolução 2.303, de 25 de julho de 1996, com a redação dada pelo art. 2º da Resolução 2.747, de 2000;

III - a responsabilidade da entidade contratante quanto à identificação dos beneficiários, tendo em vista as pertinentes disposições legais e o cumprimento das finalidades contratuais;

IV - a responsabilidade da entidade contratante de informar à instituição financeira contratada a eventual exclusão do beneficiário de seus registros, tão logo seja efetuado o último pagamento relativo à sua anterior condição;

V - as condições de remuneração, por parte da entidade contratante à instituição financeira contratada, observado o disposto no art. 2º, inciso I e § 1º.

Parágrafo único. A identificação dos beneficiários por parte da entidade contratante deve incluir, no mínimo, os respectivos números do documento de identidade e de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), vedada a utilização de nome abreviado ou de qualquer forma alterado, inclusive pela supressão de parte ou partes do nome do beneficiário.

Art. 5º Nas contas de registro utilizadas pela instituição financeira contratada para o controle do fluxo de recursos referentes à prestação de serviços nos termos do art. 1º somente podem ser lançados, a crédito, valores originários da entidade contratante, em cumprimento ao objeto do instrumento contratual, vedado o acolhimento de créditos de outras origens.

§ 1º Após a efetivação do crédito por ordem da entidade contratante, os recursos somente podem ser movimentados pelo beneficiário.

§ 2º A partir da comunicação de exclusão do beneficiário, referida no art. 4º, inciso IV, não podem ser admitidos novos créditos na conta até então utilizada para o controle dos recursos a ele pagos.

Art. 6º A instituição financeira contratada é responsável pela observância dos procedimentos relativos à prevenção e ao combate às atividades relacionadas com os crimes previstos na Lei 9.613, de 3 de março de 1998.

Art. 7º Será regulamentada, até 31 de dezembro de 2006, a aplicação do contido nos arts. 1º a 5º à prestação dos serviços de pagamento de que trata o art. 1º que seja objeto de convênios ou contratos firmados pelas instituições financeiras até 5 de setembro de 2006.

Parágrafo único. Aplica-se o contido nos arts. 1º a 5º aos casos de prorrogação, repactuação, renegociação ou qualquer outra alteração que ocorra, a partir de 6 de setembro de 2006, em convênios ou contratos referidos no caput.

Art. 8º O Banco Central do Brasil fica autorizado a adotar as medidas julgadas necessárias à operacionalização do disposto nesta resolução.

Art. 9º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Fica revogada, a partir de 1º de janeiro de 2007, a Resolução 2.718, de 24 de abril de 2000.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES
Presidente do Banco

CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS
1ª TURMA

PAUTA DE JULGAMENTOS

PAUTA DE JULGAMENTO DOS RECURSOS DAS SESSÕES ORDINÁRIAS A SEREM REALIZADAS NAS DATAS A SEGUIR MENCIONADAS, NO SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 01, BLOCO "J", SALA 802, EDIFÍCIO ALVORADA, BRASÍLIA/DF

OBSERVAÇÃO: Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro ou Procurador da Fazenda Nacional, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 18 DE SETEMBRO DE 2006, ÀS 08:30 HORAS

Relator: JOSÉ CLÓVIS ALVES - Revisor: JOSÉ CARLOS PASSUELLO

01 - Recurso n°: RD/101-125357 - Processo n°: 10980.006147/00-26 - Recorrente: ELETROLUX LTDA. - Recorrida: Primeira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes - Interessada: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.

02 - Recurso n°: RD/101-128914 - Processo n°: 11080.012111/98-38 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes - Interessada: DANA ALBARUS S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO - Matéria: CSL.

03 - Recurso n°: RP/101-134055 - Processo n°: 10875.002897/2002-41 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes - Interessada: ACHÉ LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS S.A. - Matéria: CSL.

04 - Recurso n°: RD/101-134520 - Processo n°: 13502.000216/2003-17 - Recorrente: COPENE PETROQUÍMICA DO NORDESTE S.A. (Nova denominação BRASKEM S.A.) - Recorrida: Primeira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes - Interessada: FAZENDA NACIONAL - Matéria: CSL.

Relator: JOSÉ CARLOS PASSUELLO - Revisor: JOSÉ CLÓVIS ALVES

05 - Recurso n°: RD/101-126993 - Processo n°: 10580.006227/95-64 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes - Interessada: COPENE PETROQUÍMICA DO NORDESTE S.A. - Matéria: CSL.

06 - Recurso n°: RP/103-133407 - Processo n°: 10830.003667/95-25 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Terceira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes - Interessada: MIRACEMA NUODEX INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA. - Matéria: IRPJ e OUTROS.

07 - Recurso n°: RV/108-123066 - Processo n°: 13855.000670/96-04 - Recorrente: INSTITUTO FRANCANO DE HEMOTERAPIA E ANESTESIOLOGIA S/C LTDA. - Recorrida: Oitava Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes - Interessada: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e OUTROS.

Relator: MARCOS VINÍCIUS NEDER DE LIMA - Revisor: CARLOS ALBERTO GONÇALVES NUNES

08 - Recurso n°: RP/101-131437 - Processo n°: 13808.003979/2001-13 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes - Interessada: BOMBRIL S.A. - Matéria: IRPJ.

09 - Recurso n°: RD/101-139529 - Processo n°: 10680.007478/2003-63 - Recorrente: CONSTRUTORA LÍDER LTDA. - Recorrida: Primeira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes - Interessada: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.

10 - Recurso nº: RP/101-140149 - Processo nº: 10240.001648/00-06 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes - Interessada: QUEIROZ & CIA. LTDA. - Matéria: IRPJ e OUTROS.

Relator: CARLOS ALBERTO GONÇALVES NUNES - Revisor: MARCOS VINÍCIUS NEDER DE LIMA

11 - Recurso nº: RD/101-126084 - Processo nº: 11080.012112/98-09 - Recorrente: DANA ALBARUS S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO - Recorrida: Primeira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes - Interessada: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.

12 - Recurso nº: RP/105-117075 - Processo nº: 10630.000315/96-82 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Quinta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes - Interessada: DEPÓSITO SANTA LUZIA LTDA. - Matéria: IRPJ e OUTROS.

Relator: DORIVAL PADOVAN - Revisor: JOSÉ HENRIQUE LONGO

13 - Recurso nº: RP/101-134039 - Processo nº: 11020.000731/2001-22 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes - Interessada: ORGANIZAÇÕES R.A. OLIVEIRA LTDA. - Matéria: IRPJ e OUTROS.

14 - Recurso nº: RP/101-141579 - Processo nº: 13924.000010/2003-26 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes - Interessada: SOJAMIL COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA. - Matéria: IRPJ e OUTRO.

15 - Recurso nº: RP/105-140297 - Processo nº: 11030.001591/2001-91 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Quinta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes - Interessada: COOPERATIVA TRITÍCOLA ERECHIM LTDA. - Matéria: IRPJ.

16 - Recurso nº: RP/105-140279 - Processo nº: 11030.001592/2001-35 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Quinta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes - Interessada: COOPERATIVA TRITÍCOLA ERECHIM LTDA. - Matéria: CSLL.

Relator: JOSÉ HENRIQUE LONGO - Revisor: DORIVAL PADOVAN

17 - Recurso nº: RP/101-128521 - Processo nº: 10830.001571/00-16 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes - Interessada: SINGER DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. - Matéria: IRPJ.

18 - Recurso nº: RD/101-138868 - Processo nº: 10680.007481/2003-87 - Recorrente: CONSTRUTORA LÍDER LTDA. - Recorrida: Primeira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes - Interessada: FAZENDA NACIONAL - Matéria: CSL.

DIA 18 DE SETEMBRO DE 2006, ÀS 14:30 HORAS

Relator: JOSÉ CLÓVIS ALVES - Revisor: JOSÉ CARLOS PASSUELLO

19 - Recurso nº: RP/101-140645 - Processo nº: 10805.002311/2001-91 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes - Interessada: FORSEG EMPRESA DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA S/C LTDA. - Matéria: IRPJ e OUTROS.

20 - Recurso nº: RD/108-132098 - Processo nº: 10665.001779/00-85 - Recorrente: SOCIEDADE DE PRODUTOS DO OESTE LTDA. - Recorrida: Oitava Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes - Interessada: FAZENDA NACIONAL - Matéria: CSL.

21 - Recurso nº: RP/108-139234 - Processo nº: 10825.000021/2003-36 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Oitava Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes - Interessada: INSTITUIÇÃO TOLEDO DE ENSINO - Matéria: IRPJ e OUTROS.

22 - Recurso nº: RP/108-139379 - Processo nº: 10825.000022/2003-81 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Oitava Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes - Interessada: INSTITUIÇÃO TOLEDO DE ENSINO - Matéria: CSL.

23 - Recurso nº: RP/108-140535 - Processo nº: 10825.002150/2003-69 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Oitava Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes - Interessada: INSTITUIÇÃO TOLEDO DE ENSINO - Matéria: COFINS.

Relator: JOSÉ CARLOS PASSUELLO - Revisor: JOSÉ CLÓVIS ALVES

24 - Recurso nº: RV/108-132167 - Processo nº: 10166.017105/2001-58 - Recorrente: CIMENTO TOCANTINS S.A. - Recorrida: Oitava Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes - Interessada: FAZENDA NACIONAL - Matéria: CSL.

25 - Recurso nº: RV/108-132194 - Processo nº: 10166.017108/2001-91 - Recorrente: CIMENTO TOCANTINS S.A. - Recorrida: Oitava Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes - Interessada: FAZENDA NACIONAL - Matéria: CSL.

26 - Recurso nº: RP/108-140556 - Processo nº: 10825.000023/2003-25 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Oitava Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes - Interessada: INSTITUIÇÃO TOLEDO DE ENSINO - Matéria: COFINS.

Relator: MARCOS VINÍCIUS NEDER DE LIMA - Revisor: CARLOS ALBERTO GONÇALVES NUNES

27 - Recurso nº: RD/101-125644 - Processo nº: 10920.000206/00-76 - Recorrente: BUS CAR INVESTIMENTOS E EMPREENDIMENTOS LTDA. - Recorrida: Primeira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes - Interessada: FAZENDA NACIONAL - Matéria: CSL.

28 - Recurso nº: RV/105-137037 - Processo nº: 10280.005069/2001-73 - Recorrente: RBA-REDE BRASIL AMAZÔNIA DE TELEVISÃO LTDA. - Recorrida: Quinta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes - Interessada: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e OUTROS.

Relator: CARLOS ALBERTO GONÇALVES NUNES - Revisor: MARCOS VINÍCIUS NEDER DE LIMA

29 - Recurso nº: RD/105-127544 - Processo nº: 10980.006751/00-71 - Recorrente: COMPANHIA PROVIDÊNCIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO. - Recorrida: Quinta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes - Interessada: FAZENDA NACIONAL - Matéria: CSL.

30 - Recurso nº: RP/105-134341 - Processo nº: 11070.000100/00-10 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Quinta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes - Interessada: AGROPECUÁRIA GUARANI LTDA. - Matéria: CSL.

Relator: DORIVAL PADOVAN - Revisor: JOSÉ HENRIQUE LONGO

31 - Recurso nº: RD/105-108863 - Processo nº: 13808.001666/92-60 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e TOALHEIRO BRASIL LTDA. - Recorrida: Quinta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes - Interessada: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.

32 - Recurso nº: RP/105-002121 - Processo nº: 13808.001669/92-58 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e TOALHEIRO BRASIL LTDA. - Recorrida: Quinta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes - Matéria: CSL.

33 - Recurso nº: RP/107-133865 - Processo nº: 10865.000715/2002-16 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Sétima Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes - Interessada: UNIMED DE ARARAS - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO - Matéria: CSL.

Relator: JOSÉ HENRIQUE LONGO - Revisor: DORIVAL PADOVAN

34 - Recurso nº: RD/105-123237 - Processo nº: 10183.001594/98-15 - Recorrente: ARROSSENSAL AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL S.A. - Recorrida: Quinta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes - Interessada: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.

35 - Recurso nº: RP/105-133074 - Processo nº: 10830.008324/00-03 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Quinta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes - Interessada: JOLA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA. - Matéria: CSL.

Relator: MÁRIO JUNQUEIRA FRANCO JÚNIOR - Revisor: MANOEL ANTONIO GADELHA DIAS

36 - Recurso nº: RD/101-133031 - Processo nº: 10680.015717/2001-97 - Recorrente: FIAT DO BRASIL S.A. - Recorrida: Primeira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes - Interessada: FAZENDA NACIONAL - Matéria: CSL.

37 - Recurso nº: RP/101-133140 - Processo nº: 11080.008088/2001-71 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Primeira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes - Interessada: RBS ADMINISTRAÇÃO E COBRANÇAS LTDA. - Matéria: IRPJ e OUTROS.

DIA 19 DE SETEMBRO DE 2006, ÀS 08:30 HORAS

Relator: JOSÉ CLÓVIS ALVES - Revisor: JOSÉ CARLOS PASSUELLO

38 - Recurso nº: RP/106-116554 - Processo nº: 10384.002721/95-11 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e T. M. LEAL (Firma individual) - Recorrida: Sexta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes - Matéria: IRPJ e OUTROS.

39 - Recurso nº: RD/108-125958 - Processo nº: 13808.000205/99-28 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e ULTRAQUÍMICA SÃO PAULO LTDA. (atualmente ULTRAQUÍMICA FLORESTAL LTDA.) - Recorrida: Oitava Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes - Matéria: IRPJ e OUTROS.

40 - Recurso nº: RP/108-128599 - Processo nº: 10675.000297/96-40 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL E INDÚSTRIA E COMÉRCIO METALGRAMPO LTDA. - Recorrida: Oitava Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes - Matéria: IRPJ e OUTROS.

Relator: JOSÉ CARLOS PASSUELLO - Revisor: JOSÉ CLÓVIS ALVES

41 - Recurso nº: RP/108-135295 - Processo nº: 13707.003657/94-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Oitava Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes - Interessada: COLÉGIO BAHIENSE LTDA. - Matéria: IRPJ e OUTROS.

42 - Recurso nº: RP/108-139869 - Processo nº: 10283.002549/2002-33 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Oitava Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes - Interessada: SIEMENS ELETRÔNICA S.A. - Matéria: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL/LL.

Relator: MARCOS VINÍCIUS NEDER DE LIMA - Revisor: CARLOS ALBERTO GONÇALVES NUNES

43 - Recurso nº: RD/108-122267 - Processo nº: 10120.001522/99-66 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e DISTRIBUIDORA FARMACÊUTICA PANARELLO LTDA. - Recorrida: Oitava Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes - Matéria: IRPJ e OUTROS.

44 - Recurso nº: RP/108-136567 - Processo nº: 10730.001761/2001-87 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e SOBERANA NITEROIENSE CONFEITARIA E PIZZARIA LTDA. - Recorrida: Oitava Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes - Matéria: IRPJ e OUTROS.

Relator: CARLOS ALBERTO GONÇALVES NUNES - Revisor: MARCOS VINÍCIUS NEDER DE LIMA

45 - Recurso nº: RD/105-137693 - Processo nº: 10140.000522/2003-11 - Recorrente: AGRO LESTE COMÉRCIO REPRESENTAÇÃO E TRANSPORTE LTDA - Recorrida: Quinta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes - Interessada: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e OUTROS.

46 - Recurso nº: RP/108-129396 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - Processo nº: 10680.016784/00-86 - Embargante: FAZENDA NACIONAL - Embargada: Câmara Superior de Recursos Fiscais - Interessada: MILA S.A. - IMPORTAÇÃO COMÉRCIO E INDÚSTRIA. - Matéria: CSL.

Relator: DORIVAL PADOVAN - Revisor: JOSÉ HENRIQUE LONGO

47 - Recurso nº: RV/105-142077 - Processo nº: 10825.001448/2003-51 - Recorrente: SUPERMERCADO SERVE TODOS PIRATUÍ LTDA. - Recorrida: Quinta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes - Interessada: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e OUTROS.

48 - Recurso nº: RD/107-132705 - Processo nº: 11543.005418/99-60 - Recorrente: J.L. CARLOS - ME - Recorrida: Sétima Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes - Interessada: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e OUTROS.

Relator: JOSÉ HENRIQUE LONGO - Revisor: DORIVAL PADOVAN

49 - Recurso nº: RD/107-128251 - Processo nº: 10830.005199/00-07 - Recorrente: SVS DO BRASIL SEMENTES LTDA. - Recorrida: Sétima Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes - Interessada: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.

50 - Recurso nº: RP/107-133514 - Processo nº: 10120.006173/2001-18 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Sétima Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes - Interessada: SAGA-SOCIEDADE ANÔNIMA DE GOIÁS DE AUTOMOVEIS - Matéria: IRPJ.

Relator: MÁRIO JUNQUEIRA FRANCO JÚNIOR - Revisor: MANOEL ANTONIO GADELHA DIAS

51 - Recurso nº: RD/101-134661 - Processo nº: 10166.015537/2002-13 - Recorrente: ACADEMIA DE TÊNIS DE BRASILIA - Recorrida: Primeira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes - Interessada: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e OUTROS.

52 - Recurso nº: RD/101-134657 - Processo nº: 10166.015540/2002-29 - Recorrente: ACADEMIA DE TÊNIS DE BRASÍLIA - Recorrida: Primeira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes - Interessada: FAZENDA NACIONAL - Matéria: CSL.

DIA 19 DE SETEMBRO DE 2006, ÀS 14:30 HORAS

Relator: JOSÉ CLÓVIS ALVES - Revisor: JOSÉ CARLOS PASSUELLO

53 - Recurso nº: RP/108-135306 - Processo nº: 10665.000990/2002-96 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Oitava Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes - Interessada: MINERITA MINÉRIOS ITAÚNA LTDA. - Matéria: CSL.

54 - Recurso nº: RD/108-135331 - Processo nº: 10380.006216/2002-85 - Recorrente: MARQUISE EMPREENDIMENTOS S.A. - Recorrida: Oitava Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes - Interessada: FAZENDA NACIONAL - Matéria: CSL.

55 - Recurso nº: RD/108-142228 - Processo nº: 13888.000408/2004-27 - Recorrente: LUIZ ANTÔNIO BETTIOL (Firma individual) - Recorrida: Oitava Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes - Interessada: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e OUTROS.

Relator: JOSÉ CARLOS PASSUELLO - Revisor: JOSÉ CLÓVIS ALVES

56 - Recurso nº: RP/108-142262 - Processo nº: 10820.000818/2003-83 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Oitava Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes - Interessada: AGROPECUÁRIA HUGO ARANTES LTDA. - Matéria: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL/LL.

Relator: MARCOS VINÍCIUS NEDER DE LIMA - Revisor: CARLOS ALBERTO GONÇALVES NUNES

57 - Recurso nº: RV/108-143020 - Processo nº: 11618.001634/2004-80 - Recorrente: ADALBERTO ROCHA (Firma individual) - Recorrida: Oitava Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes - Interessada: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e OUTROS.

Relator: CARLOS ALBERTO GONÇALVES NUNES - Revisor: MARCOS VINÍCIUS NEDER DE LIMA

58 - Recurso nº: RD/108-132587 - Processo nº: 11065.000311/98-72 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Oitava Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes - Interessada: LINEAR INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA. - Matéria: IRPJ e OUTROS.

Relator: JOSÉ HENRIQUE LONGO - Revisor: DORIVAL PADOVAN

59 - Recurso nº: RD/107-136767 - Processo nº: 10305.001303/96-11 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Recorrida: Sétima Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes - Interessada: JAMYR VASCONCELLOS S.A. - Matéria: IRPJ e OUTROS.

Relator: MÁRIO JUNQUEIRA FRANCO JÚNIOR - Revisor: MANOEL ANTONIO GADELHA DIAS

60 - Recurso nº: RD/105-120912 - Processo nº: 10830.005670/98-53 - Recorrente: MINASA INTERNACIONAL S/A. - Recorrida: Quinta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes - Interessada: FAZENDA NACIONAL - Matéria: CSL.

ROSEMARI CORRÊA E SILVA
Chefe da Secretaria

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA

PORTARIA Nº 9, DE 6 DE SETEMBRO DE 2006

A Procuradoria Federal Especializada - CVM, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Deliberação CVM nº 447, de 24 de setembro de 2002, resolve:

Dar publicidade à relação dos parcelamentos de débitos concedidos, no âmbito da Comissão de Valores Mobiliários, no mês de Agosto de 2006.

ALEXANDRE PINHEIRO DOS SANTOS
Procurador-Chefe

ANEXO

Parcelamentos oriundos de débitos com a Taxa de Fiscalização. (Lei nº 7.940, de 20/12/89)
Carlos Augusto Ramires de Moraes.
CPF: 118.538.590-87
Valor total :R$ 5.374,88
Nº de parcelas: 60
Valor mensal: R$ 91,10
Borborema Empreendimentos Agricolas
CNPJ: 06.633.291/0001-31
Valor total :R$149.278,38
Nº de parcelas: 12
Valor mensal: R$ 16.586,47
Cia Industrial de Óleos do Nordeste
CNPJ: 07.199.490/0001-46
Valor total :R$ 128.278,76
Nº de parcelas: 12
Valor mensal: R$ 14.253,19
Cia Alvorada de Empreendimentos Agrícolas
CNPJ: 06.633671/0001-76
Valor total :R$ 128.727,10
Nº de parcelas: 12
Valor mensal: R$ 14.303,01
Sergio Mussolini
CPF: 020.207.008-59
Valor total :R$ 18.647,93
Nº de parcelas: 60
Valor mensal: R$ 155,54
Assete Auditores Independentes
CNPJ: 30.480.545/0001-03
Valor total :R$ 13.613,39
Nº de parcelas: 60
Valor mensal: R$ 252,06
Setembrino da Silva Ramalho Filho
CPF: 479.059.806-34
Valor total :R$ 16.026,69
Nº de parcelas: 60
Valor mensal: R$ 364,24

PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
1ª CÂMARA

PAUTA DE JULGAMENTO DE RECURSOS

PAUTA DAS SESSÕES ORDINÁRIAS A SEREM REALIZADAS NAS DATAS A SEGUIR MENCIONADAS, NO SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 01, BLOCO "J", SALA 802, EDIFÍCIO ALVORADA, BRASÍLIA/DF.

OBSERVAÇÃO: Serão julgados na primeira sessão subseqüente, independentemente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada em razão de pedido de vista de Conselheiro, não comparecimento do Conselheiro Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 20 DE SETEMBRO DE 2006, ÀS 10:00 HORAS

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) SANDRA MARIA FARONI

1 - Recurso nº: 144467 - EX OFFICIO - Processo nº: 15374.001135/99-52 - Recorrente: 3ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I - Interessado(a): BRASCAN IMOBILIÁRIA, HOTELARIA E TURISMO S.A. - IRPJ - Ex(s): 1996.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) SANDRA MARIA FARONI

2 - Recurso nº: 147271 - EX OFFICIO - Processo nº: 19740.000212/2003-11 - Recorrente: 9ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I - Interessado(a): BRADESCO CAPITALIZAÇÃO S.A. - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL/LL - Ex(s): 1999.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) SANDRA MARIA FARONI

3 - Recurso nº: 147336 - Processo nº: 13504.000046/2002-70 - Recorrente: ODEBRECHT QUÍMICA S.A. - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA - IRPJ - Ex(s): 1998.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) SANDRA MARIA FARONI

4 - Recurso nº: 148694 - EX OFFICIO - Processo nº: 13808.000594/99-91 - Recorrente: 7ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP I - Interessado(a): USINA CATANDUVA S.A. AÇÚCAR E ÁLCOOL - IRPJ - Ex(s): 1993.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) PAULO ROBERTO CORTEZ

5 - Recurso nº: 135395 - Processo nº: 10680.018012/2002-11 - Recorrente: BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A. - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-BELO HORIZONTE/MG - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL/LL - Ex(s): 1998 a 2002.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) PAULO ROBERTO CORTEZ

6 - Recurso nº: 139147 - EX OFFICIO - Processo nº: 10880.021117/97-73 - Recorrente: 10ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP I - Interessado(a): SUSA S.A. - IRPJ E OUTRO - Ex(s): 1992 a 1994.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) PAULO ROBERTO CORTEZ

7 - Recurso nº: 143044 - Processo nº: 15374.001262/2001-18 - Recorrente: PETROBRÁS QUÍMICA S.A. PETROQUISA - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-BELO HORIZONTE/MG - IRPJ - Ex(s): 1997.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) PAULO ROBERTO CORTEZ

8 - Recurso nº: 146146 - Processo nº: 10384.003882/2004-93 - Recorrente: SP MAGALHÃES EMPREENDIMENTOS LTDA. - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-FORTALEZA/CE - IRPJ E OUTRO - Ex(s): 2002.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) VALMIR SANDRI

9 - Recurso nº: 145294 - Processo nº: 10380.002695/2003-41 - Recorrente: OURO BRANCO VEÍCULOS E PEÇAS LTDA. - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-FORTALEZA/CE - IRPJ E OUTRO - Ex(s): 2002 e 2003.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) VALMIR SANDRI

10 - Recurso nº: 145772 - Processo nº: 13839.001917/2004-52 - Recorrente: RIO PARDO SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA. - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-CAMPINAS/SP - IRPJ E OUTROS - Ex(s): 2000 a 2003.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) CAIO MARCOS CÂNDIDO

11 - Recurso nº: 142605 - Processo nº: 13709.001589/2001-27 - Recorrente: TELE RIO ELETRODOMÉSTICOS LTDA. - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I - IRPJ - Ex(s): 1994.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) CAIO MARCOS CÂNDIDO

12 - Recurso nº: 146322 - Processo nº: 13907.000273/2004-24 - Recorrente: GRALHA AZUL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ESTOFADOS LTDA. - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - IRPJ E OUTROS - Ex(s): 1999 a 2001.

DIA 20 DE SETEMBRO DE 2006, ÀS 14:30 HORAS

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) SANDRA MARIA FARONI

13 - Recurso nº: 144469 - Processo nº: 15374.001894/99-33 - Recorrente: POWER CONSTRUÇÕES LTDA. - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I - IRPJ E OUTROS - Ex(s): 1996.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) SANDRA MARIA FARONI

14 - Recurso nº: 146000 - Processo nº: 10875.005856/2003-97 - Recorrente: BRAZILIAN EXPRESS TRANSPORTES AÉREOS LTDA. - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CAMPINAS/SP - IRPJ E OUTROS - Ex(s): 1999.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) SANDRA MARIA FARONI

15 - Recurso nº: 147735 - Processo nº: 16327.001179/00-43 - Recorrente: CREDIT SUISSE FIRST BOSTON GARANTIA D.T.V.M. S.A. - Recorrida: 10ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP I - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL/LL - Ex(s): 1997.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) SANDRA MARIA FARONI

16 - Recurso nº: 147754 - Processo nº: 16327.000610/2001-50 - Recorrente: BANCO VOTORANTIM S.A. - Recorrida: 8ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP I - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL/LL - Ex(s): 1997.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) SANDRA MARIA FARONI

17 - Recurso nº: 150994 - Processo nº: 16327.000009/2005-91 - Recorrente: BANCO ITAÚ S.A. - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-FORTALEZA/CE - IRPJ E OUTRO - Ex(s): 2000.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) SEBASTIÃO RODRIGUES CABRAL

18 - Recurso nº: 124769 - Processo nº: 16327.001633/00-75 - Recorrente: YASUDA SEGUROS S.A. (ATUAL DENOMINAÇÃO DE CIA DE SEGUROS AMÉRICA DO SUL YASUDA) - Recorrida: DRJ-SÃO PAULO/SP - IRPJ E OUTROS - Ex(s): 1991 e 1992.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) SEBASTIÃO RODRIGUES CABRAL

19 - Recurso nº: 124841 - Processo nº: 16327.001635/00-09 - Recorrente: YASUDA SEGUROS S.A (ATUAL DENOMINAÇÃO DE CIA. DE SEGUROS AMÉRICA DO SUL YASUDA). - Recorrida: DRJ-SÃO PAULO/SP - IRPJ E OUTROS - Ex(s): 1991 e 1992.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) PAULO ROBERTO CORTEZ

20 - Recurso nº: 131413 - Processo nº: 16327.002256/2002-89 - Recorrente: BANCO BOAVISTA INTERATLÂNTICO S.A. (ATUAL DENOMINAÇÃO DE BANCO BOAVISTA S.A.) - Recorrida: 6ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I - IRPJ E OUTROS - Ex(s): 1996, 1997.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) PAULO ROBERTO CORTEZ

21 - Recurso nº: 140665 - Processo nº: 13907.000409/2003-15 - Recorrente: GRALHA AZUL- INDÚSTRIA E COMERCIO DE ESTOFADOS LTDA. - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - IRPJ - Ex(s): 1999 a 2003.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) PAULO ROBERTO CORTEZ

22 - Recurso nº: 140660 - Processo nº: 13907.000410/2003-40 - Recorrente: GRALHA AZUL- INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ESTOFADOS LTDA. - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - Ex(s): 1999 a 2003.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) PAULO ROBERTO CORTEZ

23 - Recurso nº: 147339 - Processo nº: 10735.003326/2004-90 - Recorrente: UNIMED DUQUE DE CAXIAS RJ - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA. - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I - PIS/PASEP - Ex(s): 2000 a 2005.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) PAULO ROBERTO CORTEZ

24 - Recurso nº: 149290 - Processo nº: 10830.000593/2005-16 - Recorrente: ROBERT BOSCH LIMITADA - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-CAMPINAS/SP - IRPJ - Ex(s): 2001.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) VALMIR SANDRI

25 - Recurso nº: 142307 - Processo nº: 10120.005935/2003-21 - Recorrente: LEGRI COMPUTADORES LTDA. - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - IRPJ E OUTRO - Ex(s): 1998 a 2003.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) CAIO MARCOS CÂNDIDO

26 - Recurso nº: 144423 - Processo nº: 16327.001144/99-53 - Recorrente: BANCO VR S.A. - Recorrida: 8ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP I - IRPJ - Ex(s): 1995 a 1998.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) CAIO MARCOS CÂNDIDO

27 - Recurso nº: 144446 - Processo nº: 16327.001140/99-01 - Recorrente: BANCO VR S.A. - Recorrida: 8ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP I - IRPJ - Ex(s): 1995 e 1996.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) MÁRIO JUNQUEIRA FRANCO JUNIOR

28 - Recurso nº: 147540 - Processo nº: 11080.009008/2004-47 - Recorrente: RIO GRANDE ENERGIA S.A. - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-PORTO ALEGRE/RS - IRPJ E OUTRO - Ex(s): 1998 a 2003.

DIA 21 DE SETEMBRO DE 2006, ÀS 08:30 HORAS

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) SANDRA MARIA FARONI

29 - Recurso nº: 137615 - Processo nº: 10768.003726/00-12 - Recorrente: BANCO NACIONAL S.A. (EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL) - Recorrida: 8ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I - IRF - Ano(s): 1999.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) SANDRA MARIA FARONI

30 - Recurso nº: 139651 - Processo nº: 13805.003829/97-83 - Recorrente: ITAÚ PLANEJAMENTO E ENGENHARIA LTDA. - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP I - IRF - Ano(s): 1991.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) SANDRA MARIA FARONI

31 - Recurso nº: 148709 - Processo nº: 16327.000112/2005-31 - Recorrente: EAGLE DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS S.A. - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - IRPJ E OUTRO - Ex(s): 2003.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) SANDRA MARIA FARONI

32 - Recurso nº: 148710 - EX OFFICIO e VOLUNTÁRIO - Processo nº: 16327.000530/2005-28 - Recorrentes: 2ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF e EAGLE DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS S.A. - IRPJ E OUTRO - Ex(s): 2003.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) SEBASTIÃO RODRIGUES CABRAL

33 - Recurso nº: 129430 - Processo nº: 10980.011192/99-14 - Recorrente: DIVESA DISTRIBUIDORA CURITIBANA DE VEÍCULOS S.A. - Recorrida: DRJ-CURITIBA/PR - IRPJ - Ex(s): 1993 a 1995.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) SEBASTIÃO RODRIGUES CABRAL

34 - Recurso nº: 147266 - Processo nº: 15374.000564/2001-61 - Recorrente: INCA PARTICIPAÇÕES LTDA. - Recorrida: 9ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I - IRPJ E OUTRO - Ex(s): 1998.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) PAULO ROBERTO CORTEZ

35 - Recurso nº: 142916 - Processo nº: 10735.000187/94-73 - Recorrente: GLJ HOTÉIS LTDA. - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I - IRPJ E OUTROS - Ex(s): 1990 e 1991.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) PAULO ROBERTO CORTEZ

36 - Recurso nº: 147726 - Processo nº: 10680.004019/2005-90 - Recorrente: MAXITEL S.A. - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-BELO HORIZONTE/MG - IRPJ - Ex(s): 2003.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) PAULO ROBERTO CORTEZ

37 - Recurso nº: 151160 - Processo nº: 19740.000475/2004-01 - Recorrente: BANCO SANTANDER S.A. - Recorrida: 8ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I - IRPJ E OUTRO - Ex(s): 2000.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) VALMIR SANDRI

38 - Recurso nº: 142304 - Processo nº: 10120.005936/2003-75 - Recorrente: LEGRI COMPUTADORES LTDA. - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - COFINS - Ex(s): 1998 a 2003.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) VALMIR SANDRI

39 - Recurso nº: 142305 - Processo nº: 10120.005937/2003-10 - Recorrente: LEGRI COMPUTADORES LTDA. - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - PIS/PASEP - Ex(s): 1998 a 2003.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) CAIO MARCOS CÂNDIDO

40 - Recurso nº: 144427 - Processo nº: 16327.001141/99-65 - Recorrente: BANCO VR S.A. - Recorrida: 8ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP I - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL/LL - Ex(s): 1995 e 1996.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) CAIO MARCOS CÂNDIDO

41 - Recurso nº: 144448 - Processo nº: 16327.001145/99-16 - Recorrente: BANCO VR S.A. - Recorrida: 8ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP I - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL/LL - Ex(s): 1995 a 1997.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) MÁRIO JUNQUEIRA FRANCO JUNIOR

42 - Recurso nº: 139350 - Processo nº: 10120.003829/2003-11 - Recorrente: REYDROGAS COMERCIAL LTDA. - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - IRPJ - Ex(s): 1999 a 2002.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) MÁRIO JUNQUEIRA FRANCO JUNIOR

43 - Recurso nº: 148643 - Processo nº: 11080.006582/2004-43 - Recorrente: HÉRCULES S.A. FÁBRICA DE TALHERES - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-PORTO ALEGRE/RS - IRPJ - Ex(s): 2000.

DIA 21 DE SETEMBRO DE 2006, ÀS 14:30 HORAS

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) SANDRA MARIA FARONI

44 - Recurso nº: 145935 - Processo nº: 13936.000111/2003-68 - Recorrente: MADEIREIRA THOMASI S.A. - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - IRPJ E OUTRO - Ex(s): 2003.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) SANDRA MARIA FARONI

45 - Recurso nº: 147744 - Processo nº: 13805.000365/95-46 - Recorrente: INDÚSTRIA DE CHOCOLATES LACTA, INCORPORADA POR KRAFT FOODS BRASIL S.A. - Recorrida: DRJ-CURITIBA/PR - IRPJ - Ex(s): 1989.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) SANDRA MARIA FARONI

46 - Recurso nº: 148190 - Processo nº: 10425.001825/2002-84 - Recorrente: JOSÉ LUÍS PEREIRA - ME - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE - IRPJ/SIMPLES - Ex(s): 2000 e 2003.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) SEBASTIÃO RODRIGUES CABRAL

47 - Recurso nº: 147654 - Processo nº: 10680.002856/2005-84 - Recorrente: LUMARGE LTDA. (SUCESSORA DE PIRÂMIDE PARTICIPAÇÕES LTDA.) - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-BELO HORIZONTE/MG - IRPJ E OUTROS - Ex(s): 2001.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) PAULO ROBERTO CORTEZ

48 - Recurso nº: 142592 - Processo nº: 16327.000043/2004-84 - Recorrente: CREDCORP FOMENTO MERCANTIL LTDA. - Recorrida: 8ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP I - IRPJ E OUTROS - Ex(s): 2000, 2001, 2002 e 2003.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) PAULO ROBERTO CORTEZ

49 - Recurso nº: 143705 - Processo nº: 10925.001221/2004-69 - Recorrente: BRASIL FRUTAS COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA. - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-FLORIANÓPOLIS/SC - IRPJ E OUTRO - Ex(s): 2001 a 2004.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) PAULO ROBERTO CORTEZ

50 - Recurso nº: 148644 - Processo nº: 11080.006580/2004-54 - Recorrente: MUNDIAL S.A. PRODUTOS DE CONSUMO - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-PORTO ALEGRE/RS - IRPJ - Ex(s): 2000.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) PAULO ROBERTO CORTEZ

51 - Recurso nº: 148645 - Processo nº: 11080.006767/2004-58 - Recorrente: MUNDIAL S.A. PRODUTOS DE CONSUMO - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-PORTO ALEGRE/RS - IRPJ - Ex(s): 2000.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) VALMIR SANDRI

52 - Recurso nº: 144544 - Processo nº: 16327.002830/2001-18 - Recorrente: LLOYDS TSB FOMENTO COMERCIAL LTDA. - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-CAMPINAS/SP - IRPJ E OUTRO - Ex(s): 1998.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) VALMIR SANDRI

53 - Recurso nº: 147312 - Processo nº: 19647.004129/2003-71 - Recorrente: DPC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE - IRPJ E OUTRO - Ex(s): 2001 a 2003.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) CAIO MARCOS CÂNDIDO

54 - Recurso nº: 145313 - EX OFFICIO - Processo nº: 15374.000554/2001-25 - Recorrente: 3ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I - Interessado(a): AGRISA -AGRO INDUSTRIAL SÃO JOÃO S.A. - IRPJ E OUTROS - Ex(s): 1998.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) CAIO MARCOS CÂNDIDO

55 - Recurso nº: 145892 - EX OFFICIO e VOLUNTÁRIO - Processo nº: 10680.012245/2004-63 - Recorrentes: 3ª TURMA/DRJ-BELO HORIZONTE/MG e EDIFICADORA S.A. - IRPJ E OUTRO - Ex(s): 2003.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) MÁRIO JUNQUEIRA FRANCO JUNIOR

56 - Recurso nº: 140615 - Processo nº: 10120.003828/2003-68 - Recorrente: REYDROGAS COMERCIAL LTDA. - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - COFINS - Ex(s): 1999 a 2004.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) MÁRIO JUNQUEIRA FRANCO JUNIOR

57 - Recurso nº: 140629 - Processo nº: 10120.003831/2003-81 - Recorrente: REYDROGAS COMERCIAL LTDA. - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - PIS/PASEP - Ex(s): 1998 a 2003.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) MÁRIO JUNQUEIRA FRANCO JUNIOR

58 - Recurso nº: 153417 - EX OFFICIO e VOLUNTÁRIO - Processo nº: 18471.000331/2003-10 - Recorrentes: 2ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I e COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL/LL - Ex(s): 2001, 2002.

DIA 22 DE SETEMBRO DE 2006, ÀS 08:30 HORAS

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) SANDRA MARIA FARONI

59 - Recurso nº: 147511 - Processo nº: 10530.001004/2003-21 - Recorrente: CLÍNICA SENHOR DO BOMFIM LTDA. - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA - IRPJ - Ex(s): 1999.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) SANDRA MARIA FARONI

60 - Recurso nº: 147661 - Processo nº: 10580.009871/2001-58 - Recorrente: MORAES E FERRAZ LTDA. - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA - IRPJ E OUTROS - Ex(s): 1999.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) PAULO ROBERTO CORTEZ

61 - Recurso nº: 144014 - Processo nº: 10925.001223/2004-58 - Recorrente: BRASIL FRUTAS COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA. - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-FLORIANÓPOLIS/SC - COFINS - Ex(s): 2002 a 2004.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) PAULO ROBERTO CORTEZ

62 - Recurso nº: 146175 - Processo nº: 10384.003883/2004-38 - Recorrente: S.P. MAGALHÃES EMPREENDIMENTOS LTDA. - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-FORTALEZA/CE - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL/LL - Ex(s): 2000 a 2002.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) VALMIR SANDRI

63 - Recurso nº: 144609 - Processo nº: 10845.001614/96-19 - Recorrente: TRANSPORTE E COMÉRCIO FASSINA LTDA. - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA - IRPJ - Ex(s): 1994.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) VALMIR SANDRI

64 - Recurso nº: 146399 - Processo nº: 10380.013145/2003-58 - Recorrente: J. MELO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-FORTALEZA/CE - IRPJ E OUTROS - Ex(s): 1999.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) CAIO MARCOS CÂNDIDO

65 - Recurso nº: 145036 - Processo nº: 10665.000811/2004-82 - Recorrente: CAMP INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-BELO HORIZONTE/MG - IRPJ E OUTROS - Ex(s): 2000 e 2002.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) MÁRIO JUNQUEIRA FRANCO JUNIOR

66 - Recurso nº: 140957 - Processo nº: 11831.000441/2001-34 - Recorrente: A.T. KEARNEY LTDA. - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP I - IRF - Ano(s): 1996.

DIA 22 DE SETEMBRO DE 2006, ÀS 12:30 HORAS

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) SANDRA MARIA FARONI

67 - Recurso nº: 147542 - Processo nº: 10218.000068/2004-39 - Recorrente: CAHOVALE COMPANHIA DE HOTÉIS VALE DO TOCANTINS - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-BELÉM/PA - IRPJ - Ex(s): 2000.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) PAULO ROBERTO CORTEZ

68 - Recurso nº: 144015 - Processo nº: 10925.001222/2004-11 - Recorrente: BRASIL FRUTAS COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA. - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-FLORIANÓPOLIS/SC - PIS/PASEP - Ex(s): 2002 a 2004.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) VALMIR SANDRI

69 - Recurso nº: 145870 - Processo nº: 11516.002854/2004-79 - Recorrente: SUPERMERCADO ATACADO E IMPORTADORA MAGIA LTDA. - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-FLORIANÓPOLIS/SC - IRPJ - Ex(s): 2001 a 2005.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) CAIO MARCOS CÂNDIDO

70 - Recurso nº: 145939 - Processo nº: 10410.000557/00-91 - Recorrente: ANTUNES & CIA. LTDA. - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE - IRPJ - Ex(s): 1993.

JOSÉ ANTONIO DA SILVA
Chefe da Secretaria

2ª CÂMARA

PAUTA DE JULGAMENTO

PAUTA DAS SESSÕES ORDINÁRIAS A SEREM REALIZADAS NAS DATAS A SEGUIR MENCIONADAS, NO SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 01, BLOCO "J", SALA 605, EDIFÍCIO ALVORADA, BRASÍLIA/DF.

OBSERVAÇÃO: Serão julgados na primeira sessão subseqüente, independentemente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada em razão de pedido de vista de Conselheiro, não comparecimento do Conselheiro Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 20 DE SETEMBRO DE 2006, ÀS 09:00 HORAS

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) NAURY FRAGOSO TANAKA

1 - Recurso nº: 066847 - Processo nº: 10980.006192/88-12 - Embargante: LEILA MARIA SCHERRER LEITÃO - Embargada: SEGUNDA CÂMARA DO PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES - Interessado: LOUVANIR JOÃOZINHO MENEGUSSO - IRPF - Ex(s): 1986 e 1987.

2 - Recurso nº: 138971 - Processo nº: 13855.000233/2002-73 - Recorrente: OSMAR PEREIRA CARDOSO - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - IRPF - Ex(s): 1999.

3 - Recurso nº: 141208 - Processo nº: 10882.003816/2003-11 - Recorrente: MARISA BERNA FARAH - Recorrida: 7ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - IRPF - Ex(s): 1999.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) LEONARDO HENRIQUE MAGALHÃES DE OLIVEIRA

4 - Recurso nº: 141159 - Processo nº: 10940.003325/2003-39 - Recorrente: ILÍDIO PEREIRA DE JESUS - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - IRPF - Ex(s): 1999.

5 - Recurso nº: 142073 - Processo nº: 13805.006167/97-67 - Recorrente: CARLOS AUGUSTO ORTALI - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-FORTALEZA/CE - IRPF - Ex(s): 1994.

6 - Recurso nº: 146703 - Processo nº: 13855.002049/2004-20 - Recorrente: PAULO ROBERTO SCARAZATTI ORTEGA - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - IRPF - Ex(s): 2000 a 2002.

7 - Recurso nº: 147583 - EX OFFICIO e VOLUNTÁRIO - Processo nº: 18471.002740/2003-51 - Recorrentes: 10ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I e ANTONIO CARLOS BRAGA LEMGRUBER - IRPF - Ex(s): 1999 a 2001.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) JOSÉ RAIMUNDO TOSTA SANTOS

8 - Recurso nº: 138426 - Processo nº: 11065.003074/99-46 - Recorrente: SOCIEDADE HAMBURGUESA DE CAÇA E TIRO - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-PORTO ALEGRE/RS - IRF - Ano(s): 1998 a 1999.

9 - Recurso nº: 142086 - Processo nº: 10945.011111/2003-96 - Recorrente: ÍTALO MOREIRA JUNIOR - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - IRPF - Ex(s): 1999 a 2001.

10 - Recurso nº: 142196 - Processo nº: 13971.002645/2003-01 - Recorrente: JOSÉ VILMAR PETERS - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-FLORIANÓPOLIS/SC - IRPF - Ex(s): 2000.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) SILVANA MANCINI KARAM

11 - Recurso nº: 148820 - Processo nº: 16707.001331/2005-62 - Recorrente: JOSÉ BEZERRA DE ARAÚJO JÚNIOR - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE - IRPF - Ex(s): 2000 e 2001.

12 - Recurso nº: 148825 - Processo nº: 14041.000538/2005-65 - Recorrente: SALOMON ASSOCIADOS S/C LTDA. - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - IRF - Ano(s): 2001.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) ANTÔNIO JOSÉ PRAGA DE SOUZA

13 - Recurso nº: 146700 - Processo nº: 10980.007482/2004-28 - Recorrente: JOSÉ AMILTON DE OLIVEIRA - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - IRPF - Ex(s): 2001.

14 - Recurso nº: 148900 - Processo nº: 13558.000150/2005-81 - Recorrente: EUGENILDO ALMEIDA NUNES - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA - IRPF - Ex(s): 2000 a 2004.

15 - Recurso nº: 149065 - EX OFFICIO - Processo nº: 10830.002448/2002-19 - Recorrente: 1ª TURMA/DRJ-FORTALEZA/CE - Interessado(a): NICOLAAS ANTHONIUS THEODORUS - IRPF - Ex(s): 1999.

16 - Recurso nº: 149568 - EX OFFICIO - Processo nº: 10830.006625/2002-36 - Recorrente: 1ª TURMA/DRJ-FORTALEZA/CE - Interessado(a): RAPHAEL FORSTER - IRPF - Ex(s): 1999.

17 - Recurso nº: 150248 - Processo nº: 13890.000523/2002-91 - Recorrente: EDRA DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - ILL - Ex(s): .

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) MOISES GIACOMELLI NUNES DA SILVA

18 - Recurso nº: 148341 - Processo nº: 10665.000436/2005-51 - Recorrente: LUSIMAR ANDRADE PEIXOTO - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-BELO HORIZONTE/MG - IRPF - Ex(s): 2000 a 2003.

19 - Recurso nº: 149159 - Processo nº: 10670.000458/2005-42 - Recorrente: ANTÔNIO SILVEIRA DE SÁ - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-JUIZ DE FORA/MG - IRPF - Ex(s): 2001 a 2004.

20 - Recurso nº: 149302 - Processo nº: 10930.001839/2005-31 - Recorrente: MARY SZANTO MARTINS - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - IRPF - Ex(s): 2002.

21 - Recurso nº: 149317 - Processo nº: 16707.002340/2002-28 - Recorrente: CARLOS FREDERICO DE OLIVEIRA SILVA RAMOS - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE - IRPF - Ex(s): 2000.

DIA 20 DE SETEMBRO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) NAURY FRAGOSO TANAKA

22 - Recurso nº: 140813 - EX OFFICIO e VOLUNTÁRIO - Processo nº: 18471.002597/2002-16 - Recorrentes: 2ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II e FERNANDO DA COSTA RAIMUNDO - IRPF - Ex(s): 1999, 2000.

23 - Recurso nº: 141210 - Processo nº: 13603.002700/2002-61 - Recorrente: JOSÉ FLÁVIO MOREIRA DE CASTRO - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-BELO HORIZONTE/MG - IRPF - Ex(s): 1998 e 1999.

24 - Recurso nº: 141539 - Processo nº: 11543.002907/2002-62 - Recorrente: HAROLDO DEL REY DANTAS - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - IRPF - Ex(s): 1999.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) LEONARDO HENRIQUE MAGALHÃES DE OLIVEIRA

25 - Recurso nº: 133391 - EX OFFICIO e VOLUNTÁRIO - Processo nº: 10665.001137/2001-19 - Embargante: DRF-DIVINÓPOLIS/MG - Embargada: SEGUNDA CÂMARA DO PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES - Interessado: ODUVALDO ELTON FERREIRA ÁLVARES DA SILVA - IRPF - Ex(s): 1997 a 2001.

26 - Recurso nº: 141970 - Processo nº: 10830.004733/2002-74 - Recorrente: THÉRSIO GONÇALVES - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - IRPF - Ex(s): 1994.

27 - Recurso nº: 143357 - Processo nº: 13628.000205/2003-11 - Recorrente: ANTÔNIO CARLOS RIBEIRO - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-JUIZ DE FORA/MG - IRPF - Ex(s): 2002.

28 - Recurso nº: 143727 - Processo nº: 11080.003333/00-65 - Recorrente: EVANDRO RECH PEREIRA DA COSTA - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-PORTO ALEGRE/RS - IRPF - Ex(s): 1998.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) JOSÉ RAIMUNDO TOSTA SANTOS

29 - Recurso nº: 137301 - Processo nº: 15374.005248/2001-85 - Recorrente: EVERALDO PEREIRA DA COSTA FILHO - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - IRPF - Ex(s): 1997, 1998.

30 - Recurso nº: 138890 - Processo nº: 10680.008934/2003-92 - Recorrente: ALESSANDRA DA CONCEIÇÃO ASSIS - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-BELO HORIZONTE/MG - IRPF - Ex(s): 1999.

31 - Recurso nº: 141089 - Processo nº: 10215.000270/2003-18 - Recorrente: AGROPECUÁRIA WR S.A. - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-BELÉM/PA - IRF - Ano(s): 1998 a 2001.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) SILVANA MANCINI KARAM

32 - Recurso nº: 146723 - Processo nº: 13830.001455/00-68 - Recorrente: ANTÔNIO ROBERTO TINOIS - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - IRPF - Ex(s): 1996 a 1999.

33 - Recurso nº: 148041 - Processo nº: 10980.004607/2005-49 - Recorrente: JORGE LUIZ MAZZAROTTO - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - IRPF - Ex(s): 2000 a 2003.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) ANTÔNIO JOSÉ PRAGA DE SOUZA

34 - Recurso nº: 012453 - Processo nº: 13746.000144/95-00 - Embargante: DRF-NOVA IGUAÇU/RJ - Embargada: SEGUNDA CÂMARA DO PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES - Interessado: PEDRO CONCEIÇÃO DO VALLE - IRPF - Ex(s): 1994.

35 - Recurso nº: 147509 - Processo nº: 10980.003044/2002-29 - Recorrente: BANCO BANESTADO S.A. - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - IRF - Ano(s): 1997.

36 - Recurso nº: 151066 - Processo nº: 10768.000789/2002-51 - Recorrente: BANCO BANIF PRIMUS S.A. - Recorrida: 8ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I - IRF - Ano(s): 1997.

37 - Recurso nº: 151247 - Processo nº: 18471.000290/2004-42 - Recorrente: ANTÔNIO CARLOS BRAGA LEMGRUBER - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - IRPF - Ex(s): 1999.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) MOISES GIACOMELLI NUNES DA SILVA

38 - Recurso nº: 148608 - Processo nº: 10166.002453/2004-73 - Recorrente: LEUR ANTÔNIO DE BRITTO LOMANTO - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - IRPF - Ex(s): 1999.

39 - Recurso nº: 149214 - Processo nº: 10680.003400/2005-31 - Recorrente: ANGÉLICA COSCARELLI ANTONINI - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-BELO HORIZONTE/MG - IRPF - Ex(s): 2000 a 2002.

40 - Recurso nº: 149221 - Processo nº: 13884.002525/2005-46 - Recorrente: EDSON LOPES DOS SANTOS - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - IRPF - Ex(s): 2002 a 2004.

41 - Recurso nº: 149237 - Processo nº: 10865.000905/2005-86 - Recorrente: ED ROBSON MORELATO - Recorrida: 6ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - IRPF - Ex(s): 2001.

DIA 21 DE SETEMBRO DE 2006, ÀS 09:00 HORAS

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) NAURY FRAGOSO TANAKA

42 - Recurso nº: 133961 - Processo nº: 10120.002180/96-77 - Embargante: HUMBERTO LUDOVICO DE ALMEIDA FILHO - Embargada: SEGUNDA CÂMARA DO PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES - IRPF - Ex(s): 1991,1992 e 1995.

43 - Recurso nº: 142209 - Processo nº: 10380.011282/2003-58 - Recorrente: JOSÉ ARI CISNE - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-FORTALEZA/CE - IRPF - Ex(s): 1999.

44 - Recurso nº: 147655 - EX OFFICIO - Processo nº: 12686.000149/2004-48 - Recorrente: 1ª TURMA/DRJ-BELÉM/PA - Interessado(a): NAVEGAÇÃO ATLÂNTICO S.A. - IRF - Ano(s): .

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) LEONARDO HENRIQUE MAGALHÃES DE OLIVEIRA

45 - Recurso nº: 138374 - Processo nº: 13602.000200/2001-14 - Recorrente: ALOÍSIO JOSÉ ALVES VIEIRA - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-BELO HORIZONTE/MG - IRPF - Ex(s): 2000.

46 - Recurso nº: 140546 - Processo nº: 13629.000713/2003-99 - Recorrente: JOSÉ AMARO DE SOUZA - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-JUIZ DE FORA/MG - IRPF - Ex(s): 2001.

47 - Recurso nº: 146708 - Processo nº: 10840.000384/2005-45 - Recorrente: MARIA REGINA DOS SANTOS GERALDO - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - IRPF - Ex(s): 2002 e 2003.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) JOSÉ RAIMUNDO TOSTA SANTOS

48 - Recurso nº: 137512 - Processo nº: 11020.000657/2003-14 - Recorrente: VALÉRIO SBEGHEN MAYER - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-PORTO ALEGRE/RS - IRPF - Ex(s): 1999.

49 - Recurso nº: 139511 - Processo nº: 11030.000411/2002-34 - Recorrente: ONÓRIO LUIZ GAZOLA - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-SANTA MARIA/RS - IRPF - Ex(s): 1999 e 2000.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) SILVANA MANCINI KARAM

50 - Recurso nº: 142780 - Processo nº: 10925.001821/2003-46 - Recorrente: ADAIR PAULO BORTOLINI - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-FLORIANÓPOLIS/SC - IRPF - Ex(s): 1999.

51 - Recurso nº: 148044 - Processo nº: 10945.000674/2005-11 - Recorrente: MARCELO CONSALTER - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - IRPF - Ex(s): 2001a 2004.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) ANTÔNIO JOSÉ PRAGA DE SOUZA

52 - Recurso nº: 146720 - Processo nº: 10665.001286/2004-12 - Recorrente: MARCONE EUSTÁQUIO VALADARES - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-BELO HORIZONTE/MG - IRPF - Ex(s): 2000 a 2002 .

53 - Recurso nº: 148172 - Processo nº: 11020.002064/00-15 - Recorrente: LUIZ CARLOS BREM DE ALMEIDA - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-PORTO ALEGRE/RS - IRPF - Ex(s): 1998 e 1999.

54 - Recurso nº: 150287 - Processo nº: 10830.003333/2002-41 - Recorrente: AQUAGEL REFRIGERAÇÃO LTDA. - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CAMPINAS/SP - IRF/LL - Ex(s): .

55 - Recurso nº: 151490 - Processo nº: 10680.720499/2005-30 - Recorrente: PREVIMINAS - FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL MINAS GERAIS - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-BELO HORIZONTE/MG - IRF - Ano(s): 2000 a 2004.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) MOISES GIACOMELLI NUNES DA SILVA

56 - Recurso nº: 147281 - Processo nº: 10850.000252/2005-02 - Recorrente: CLÁUDIO JANETE BOUTROS CARVALHO - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - IRPF - Ex(s): 2000 a 2002.

57 - Recurso nº: 149185 - Processo nº: 13851.002059/2002-33 - Recorrente: JOSÉ FELIPE GULLO - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-SANTA MARIA/RS - IRPF - Ex(s): 2001.

58 - Recurso nº: 149315 - Processo nº: 13676.000076/2002-12 - Recorrente: PAULO ROBERTO DE ANDRADE - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-BELO HORIZONTE/MG - IRPF - Ex(s): 2000.

DIA 21 DE SETEMBRO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) NAURY FRAGOSO TANAKA

59 - Recurso nº: 142929 - Processo nº: 13629.000325/2003-16 - Recorrente: ADILSON MAGALHÃES - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-JUIZ DE FORA/MG - IRPF - Ex(s): 2001.

60 - Recurso nº: 142986 - Processo nº: 11051.000238/00-39 - Recorrente: DANIEL CRUZ RODRIGUES - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-PORTO ALEGRE/RS - IRPF - Ex(s): 1995 a 2000.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) LEONARDO HENRIQUE MAGALHÃES DE OLIVEIRA

61 - Recurso nº: 137121 - Processo nº: 10980.017438/99-25 - Recorrente: TRANSPORTADORA GUAIRACÁ S.A. - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - Ex(s): 1990 e 1991.

62 - Recurso nº: 141847 - Processo nº: 13412.000008/2002-46 - Recorrente: OCIANO RIBEIRO DA SILVA - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE - IRPF - Ex(s): 1999.

63 - Recurso nº: 143479 - Processo nº: 13710.000818/2002-38 - Recorrente: RUTE SILVEIRA EISMANN - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - IRPF - Ex(s): 2001.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) JOSÉ RAIMUNDO TOSTA SANTOS

64 - Recurso nº: 138853 - Processo nº: 11065.003144/99-20 - Recorrente: CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CANOAGEM - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-PORTO ALEGRE/RS - IRF - Ano(s): 1997 a 1999.

65 - Recurso nº: 143923 - Processo nº: 14041.000079/2004-39 - Recorrente: CELMA DE FÁTIMA DOS REIS - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - IRPF - Ex(s): 2000 a 2003.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) SILVANA MANCINI KARAM

66 - Recurso nº: 146923 - Processo nº: 13851.000148/2003-26 - Recorrente: FRANCISCO CORTESE FILHO - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - IRPF - Ex(s): 2002.

67 - Recurso nº: 147192 - Processo nº: 13710.000598/2004-12 - Recorrente: MARIA GORETE CORREA - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - IRPF - Ex(s): 2003.

68 - Recurso nº: 147217 - Processo nº: 13710.003012/2004-63 - Recorrente: VERA REGINA ABRAHÃO LISBOA - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I - IRPF - Ex(s): 2003.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) ANTÔNIO JOSÉ PRAGA DE SOUZA

69 - Recurso nº: 133248 - Processo nº: 10120.003246/2002-09 - Embargante: NAURY FRAGOSO TANAKA - Embargada: SEGUNDA CÂMARA DO PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES Interessada: INAMI VIEIRA PEREIRA - IRPF - Ex(s): 1998 e 1999.

70 - Recurso nº: 146276 - Processo nº: 11516.002432/2004-01 - Recorrente: ONOFRE SANTO AGOSTINI - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-FLORIANÓPOLIS/SC - IRPF - Ex(s): 2003.

71 - Recurso nº: 146277 - Processo nº: 11516.003076/2004-35 - Recorrente: ONOFRE SANTO AGOSTINI - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-FLORIANÓPOLIS/SC - IRPF - Ex(s): 2004.

72 - Recurso nº: 150794 - Processo nº: 10830.003156/2002-01 - Recorrente: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS DR. JOÃO ANTÔNIO VOZZA LTDA. - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CAMPINAS/SP - IRF - Ano(s): 1999.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) MOISES GIACOMELLI NUNES DA SILVA

73 - Recurso nº: 149227 - Processo nº: 10950.002493/2005-50 - Recorrente: SIMONE BOER RAMOS - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - IRPF - Ex(s): 2003.

74 - Recurso nº: 149334 - Processo nº: 10735.003926/2002-96 - Recorrente: MARIA DE FÁTIMA SANTOS DO CARMO - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-JUIZ DE FORA/MG - IRPF - Ex(s): 2000.

75 - Recurso nº: 152315 - Processo nº: 10280.001779/2003-96 - Recorrente: JOSÉ RODRIGUES DA SILVEIRA NETO (ESPÓLIO) - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-BELÉM/PA - IRPF - Ex(s): 1999.

DIA 22 DE SETEMBRO DE 2006, ÀS 09:00 HORAS

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) LEONARDO HENRIQUE MAGALHÃES DE OLIVEIRA

76 - Recurso nº: 127020 - Processo nº: 13706.000768/00-70 - Embargante: DERAT/RJ - Embargada: SEGUNDA CÂMARA DO PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES - Interessado: GIULIANO FRANCO FAUSTO OROFINO - IRPF - Ex(s): 1993.

77 - Recurso nº: 142018 - Processo nº: 11610.002889/00-53 - Recorrente: JOSÉ MAURO DE PAULA - Recorrida: DRJ-SÃO PAULO/SP - IRPF - Ex(s): 1999.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) JOSÉ RAIMUNDO TOSTA SANTOS

78 - Recurso nº: 136512 - Processo nº: 10070.000969/97-16 - Recorrente: BRASFLEX TUBOS FLEXÍVEIS LTDA. - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I - IRF - Ano(s): 1993, 1994.

79 - Recurso nº: 146922 - Processo nº: 10280.004056/2003-49 - Recorrente: MARIA LUCIA XAVIER HANAQUE - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-BELÉM/PA - IRPF - Ex(s): 2000 a 2004.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) SILVANA MANCINI KARAM

80 - Recurso nº: 146924 - Processo nº: 13851.000610/2003-95 - Recorrente: MARIA VANDA GARCIA DE OLIVEIRA - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - IRPF - Ex(s): 2000.

81 - Recurso nº: 147222 - Processo nº: 13709.003174/2003-50 - Recorrente: WASHINGTON LUIZ PIMENTEL - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - IRPF - Ex(s): 2002.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) ANTÔNIO JOSÉ PRAGA DE SOUZA

82 - Recurso nº: 140392 - Processo nº: 11610.000833/00-28 - Recorrente: CRAGNOTTI & PARTNERS CAPITAL INVESTIMENT BRASIL S.A. - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP I - IRF - Ano(s): 1995, 1996.

83 - Recurso nº: 146422 - Processo nº: 10380.008482/2003-23 - Recorrente: MONIQUE GURGEL DE SOUZA COELHO - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-FORTALEZA/CE - IRPF - Ex(s): 1999.

84 - Recurso nº: 146655 - Processo nº: 13654.000254/2003-36 - Recorrente: JOSÉ MÁRCIO BOTELHO - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-JUIZ DE FORA/MG - IRPF - Ex(s): 2001.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) MOISES GIACOMELLI NUNES DA SILVA

85 - Recurso nº: 142790 - Processo nº: 10850.000659/2004-41 - Recorrente: EVARISTO MARQUES PINTO - Recorrida: 6ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - IRPF - Ex(s): 1999 e 2000.

86 - Recurso nº: 148610 - Processo nº: 10980.003882/2005-45 - Recorrente: MIRAGE ENTRETENIMENTO S.A. - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - IRF - Ano(s): 2002, 2003.

87 - Recurso nº: 152757 - Processo nº: 10070.002846/2002-84 - Recorrente: MARIA FRANCISCA BECCARI - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - IRPF - Ex(s): 1993.

DIA 22 DE SETEMBRO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) LEONARDO HENRIQUE MAGALHÃES DE OLIVEIRA

88 - Recurso nº: 141199 - Processo nº: 13609.000647/2001-23 - Recorrente: ALCIDES R. BASTOS FILHOS LTDA. - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-BELO HORIZONTE/MG - IRF - Ano(s): 1997.

89 - Recurso nº: 141833 - Processo nº: 10880.018849/98-94 - Recorrente: HUMBERTO CÉSAR CORREA SARAIVA - Recorrida: DRJ-SÃO PAULO/SP - IRPF - Ex(s): 1998.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) JOSÉ RAIMUNDO TOSTA SANTOS

90 - Recurso nº: 126226 - Processo nº: 10830.002557/99-15 - Recorrente: JAIRO LUCHESI - Recorrida: DRJ-CAMPINAS/SP - IRPF - Ex(s): 1994.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) ANTÔNIO JOSÉ PRAGA DE SOUZA

91 - Recurso nº: 149737 - Processo nº: 10768.018781/00-26 - Recorrente: ARTHUR DE ALMEIDA - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I - IRPF - Ex(s): 1999.

92 - Recurso nº: 153309 - Processo nº: 13710.003134/2003-79 - Recorrente: SYLVIA CONSTANT VERGARA - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - IRPF - Ex(s): 1998.

MARIA DE LOURDES CARNEIRO DE MIRANDA
Chefe da Secretaria

4ª CÂMARA

PAUTA DE JULGAMENTO DE RECURSOS

PAUTA DAS SESSÕES ORDINÁRIAS A SEREM REALIZADAS NAS DATAS A SEGUIR MENCIONADAS, NO SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 01, BLOCO "J", SALA 505, EDIFÍCIO ALVORADA, BRASÍLIA/DF.

OBSERVAÇÃO: Serão julgados na primeira sessão subseqüente, independentemente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada em razão de pedido de vista de Conselheiro, não comparecimento do Conselheiro Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 20 DE SETEMBRO DE 2006, ÀS 09:00 HORAS

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) NELSON MALLMANN

1 - Recurso nº: 148330 - Processo nº: 18471.002113/2004-09 - Recorrente: LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A. - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I - IRF - Ano(s): 1999 a 2003.

Vista para a Conselheira Maria Helena Cotta Cardozo.

Vista para o Conselheiro Remis Almeida Estol.

2 - Recurso nº: 146300 - Processo nº: 10283.002048/2001-76 - Recorrente: JOSÉ CARLOS PAES LEME - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-BELÉM/PA - IRPF - Ex(s): 1998.

3 - Recurso nº: 146420 - Processo nº: 11159.000183/00-12 - Recorrente: ALGMAR JOSÉ DE MESQUITA - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-BELÉM/PA - IRPF - Ex(s): 1999.

4 - Recurso nº: 146147 - Processo nº: 13603.000896/2001-79 - Recorrente: DIMENSÃO CONSTRUÇÕES CIVIS, MODULARES E METÁLICAS LTDA. - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-BELO HORIZONTE/MG - IRF - Ano(s): 2000.

5 - Recurso nº: 151627 - Processo nº: 13886.001101/2002-00 - Recorrente: KS PISTÕES LTDA. - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - ILL - Ex(s): 1989 a 1992.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) OSCAR LUIZ MENDONÇA DE AGUIAR

6 - Recurso nº: 137327 - Processo nº: 13642.000147/2001-85 - Recorrente: ELZA MARIA PERES DE OLIVEIRA - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-JUIZ DE FORA/MG - IRPF - Ex(s): 2000.

7 - Recurso nº: 146559 - Processo nº: 10680.011772/00-10 - Recorrente: ANTÔNIO CLÁUDIO FRANÇA - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-BELO HORIZONTE/MG - IRPF - Ex(s): 1996.

8 - Recurso nº: 146572 - Processo nº: 10980.007058/2001-31 - Recorrente: ANTÔNIO GAMBÁ DA SILVA - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - IRPF - Ex(s): 2000.

Vista para a Conselheira Maria Helena Cotta Cardozo.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA

9 - Recurso nº: 145860 - Processo nº: 13653.000243/2004-47 - Recorrente: MAURY MENDES - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-JUIZ DE FORA/MG - IRPF - Ex(s): 2002.

10 - Recurso nº: 146008 - Processo nº: 10980.011592/2002-22 - Recorrente: ILAN GOLDSTEIN - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - IRPF - Ex(s): 2000.

11 - Recurso nº: 146516 - Processo nº: 10980.012389/2003-54 - Recorrente: ANA LÚCIA MILANO - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - IRPF - Ex(s): 2000.

12 - Recurso nº: 146666 - Processo nº: 13672.000099/2003-30 - Recorrente: MAURO GAMBOGE REIS - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-JUIZ DE FORA/MG - IRPF - Ex(s): 2001.

13 - Recurso nº: 147132 - Processo nº: 10240.000136/2001-30 - Recorrente: KLEBER SALVADOR - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-BELÉM/PA - IRPF - Ex(s): 1997,1998,1999.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) HELOÍSA GUARITA SOUZA

14 - Recurso nº: 145501 - Processo nº: 10821.000399/2004-51 - Recorrente: WALTER GRACILIANO DOS SANTOS - Recorrida: 6ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - IRPF - Ex(s): 2000 a 2002.

15 - Recurso nº: 146168 - Processo nº: 10882.001085/95-81 - Recorrente: MARIA EDTH QUINA DE OLIVEIRA - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-FLORIANÓPOLIS/SC - IRPF - Ex(s): 1992 a 1994.

16 - Recurso nº: 146203 - Processo nº: 10980.011400/2003-69 - Recorrente: NATALINA MARIA AGOSTINI BUQUEIRA - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - IRPF - Ex(s): 1999.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) GUSTAVO LIAN HADDAD

17 - Recurso nº: 150044 - Processo nº: 10384.002776/2004-92 - Recorrente: ANTÔNIO CARLOS RODRIGUES MORAIS - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-FORTALEZA/CE - IRPF - Ex(s): 2004.

18 - Recurso nº: 151794 - Processo nº: 10680.010610/2004-03 - Recorrente: MARIA HELENICE ALVES DOS SANTOS - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-BELO HORIZONTE/MG - IRPF - Ex(s): 2003.

19 - Recurso nº: 152502 - Processo nº: 10830.000026/2004-71 - Recorrente: VALDIR APARECIDO DE CAMARGO - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - IRPF - Ex(s): 1993.

20 - Recurso nº: 152647 - Processo nº: 10830.008584/2003-01 - Recorrente: NAPOLEÃO LEITE DE SIQUEIRA FILHO - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - IRPF - Ex(s): 1986.

21 - Recurso nº: 152818 - Processo nº: 10920.002472/2004-19 - Recorrente: EDELA JESSÉ - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-FLORIANÓPOLIS/SC - IRPF - Ex(s): 2003.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) REMIS ALMEIDA ESTOL

22 - Recurso nº: 140679 - Processo nº: 10930.000338/2001-11 - Recorrente: DEVAIR DAS GRAÇAS VITOR - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - IRPF - Ex(s): 1998.

23 - Recurso nº: 150089 - Processo nº: 13848.000177/2002-66 - Recorrente: LINOFORTE AGROPECUÁRIA LTDA. - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - IRF/ILL - Ex(s): 1989.

24 - Recurso nº: 150102 - Processo nº: 13848.000181/2002-24 - Recorrente: LINOFORTE MÓVEIS LTDA. - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - IRF/LL - Ano(s): 1989.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) MARIA HELENA COTTA CARDOZO

25 - Recurso nº: 117604 - Processo nº: 10070.001726/93-26 - Recorrente: ROBERTO CARDOSO PONTES DE MIRANDA - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - IRPF - Ex(s): 1992.

Vista para a Conselheira Maria Beatriz Andrade de Carvalho.

DIA 20 DE SETEMBRO DE 2006, ÀS 14:15 HORAS

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) NELSON MALLMANN

26 - Recurso nº: 123416 - Processo nº: 10880.025345/88-59 - Recorrente: BANCO REAL S.A. - Recorrida: DRJ-SÃO PAULO/SP - PIS/DEDUÇÃO - Ex(s): 1985 a 1987.

27 - Recurso nº: 146362 - Processo nº: 10680.014956/2004-72 - Recorrente: MÁRCIA HELENA SALGADO BRANDÃO - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-BELO HORIZONTE/MG - IRPF - Ex(s): 2001 a 2003.

28 - Recurso nº: 146717 - Processo nº: 10640.001892/2002-54 - Recorrente: MARCOS GUARINO DE OLIVEIRA - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-BELO HORIZONTE/MG - IRPF - Ex(s): 2000.

29 - Recurso nº: 150877 - Processo nº: 10140.002226/2004-36 - Recorrente: SEBASTIÃO LIBERATO ALCAIDE - Recorrida: 2ªTURMA/DRJ-CAMPO GRANDE/MS - IRPF - Ex(s): 2001.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) OSCAR LUIZ MENDONÇA DE AGUIAR

30 - Recurso nº: 143457 - Processo nº: 10730.004442/2002-12 - Recorrente: CONCESSIONÁRIA DA PONTE RIO-NITERÓI - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-BELO HORIZONTE/MG - IRF - Ano(s): 1998.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA

31 - Recurso nº: 145655 - Processo nº: 10746.000398/2003-75 - Recorrente: BERTILHA ALVES LEITE - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - IRPF - Ex(s): 2001.

32 - Recurso nº: 145689 - Processo nº: 11516.003215/2004-21 - Recorrente: DJALMA PACHECO DOS SANTOS - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-FLORIANÓPOLIS/SC - IRPF - Ex(s): 2000 e 2001 .

33 - Recurso nº: 151122 - EX OFFICIO - Processo nº: 13851.000298/2002-59 - Recorrente: 1ª TURMA/DRJ-FORTALEZA/CE - Interessado(a): JOSÉ LUIZ CÂNDIDO - IRPF - Ex(s): 1999.

34 - Recurso nº: 151419 - Processo nº: 10980.006126/2003-14 - Recorrente: BORCATH CONSTRUTORA LTDA. - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - ILL - Ex(s): 1991.

35 - Recurso nº: 151420 - Processo nº: 10980.006127/2003-51 - Recorrente: BORCATH CONSTRUTORA LTDA. - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - ILL - Ex(s): 1991.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) HELOÍSA GUARITA SOUZA

36 - Recurso nº: 145488 - Processo nº: 10380.012531/2003-22 - Recorrente: ELIANA MARIA MEDEIROS HOLANDA - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-FORTALEZA/CE - IRPF - Ex(s): 1999.

37 - Recurso nº: 147552 - Processo nº: 13840.000554/2004-07 - Recorrente: ANÍSIO CANELLA - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - IRPF - Ex(s): 2000.

38 - Recurso nº: 150261 - Processo nº: 19515.001762/2002-21 - Recorrente: JOAQUIM SILVA CORDEIRO - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-FORTALEZA/CE - IRPF - Ex(s): 1998 a 2001.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) MARIA BEATRIZ ANDRADE DE CARVALHO

39 - Recurso nº: 144836 - Processo nº: 10768.011369/00-94 - Recorrente: BOAVISTA S.A. - Recorrida: 6ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I - IRF - Ano(s): 1994 a 1996.

Vista para o Conselheiro Remis Almeida Estol.

Vista para a Conselheira Maria Helena Cotta Cardozo.

Vista para a Conselheira Heloísa Guarita Souza.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) GUSTAVO LIAN HADDAD

40 - Recurso nº: 145016 - Processo nº: 10935.004255/2004-96 - Recorrente: IRATI LUIZ MICHELON PIROLLA - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - IRPF - Ex(s): 2000 e 2001.

41 - Recurso nº: 145492 - Processo nº: 10140.001957/2003-83 - Recorrente: MUNIR JORGE & CIA. LTDA. - Recorrida: 2ªTURMA/DRJ-CAMPO GRANDE/MS - IRF - Ano(s): 1998 a 2003.

42 - Recurso nº: 145515 - Processo nº: 10680.001571/2001-01 - Recorrente: CARLOS DE FARIA TAVARES - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-BELO HORIZONTE/MG - IRPF - Ex(s): 1997.

43 - Recurso nº: 145625 - Processo nº: 11543.000698/00-16 - Recorrente: JAIME BATISTA MOREIRA (ESPÓLIO) - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - IRPF - Ex(s): 1997 e 1998.

44 - Recurso nº: 146514 - Processo nº: 10860.000655/99-61 - Recorrente: REINALDO ANTÔNIO MONTEIRO BARBOSA - Recorrida: 7ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - IRPF - Ex(s): 1994.

45 - Recurso nº: 146646 - Processo nº: 10480.005054/2001-59 - Recorrente: CARLOS EMMANUEL VASCONCELOS DE ALBUQUERQUE - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE - IRPF - Ex(s): 1999.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) REMIS ALMEIDA ESTOL

46 - Recurso nº: 148663 - Processo nº: 10768.007142/99-20 - Recorrente: PORTUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL - Recorrida: 9ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I - IRF - Ano(s): 1998.

Vista para o Conselheiro Gustavo Lian Haddad.

47 - Recurso nº: 148973 - EX OFFICIO - Processo nº: 10830.004196/2005-13 - Recorrente: 2ª TURMA/DRJ-CAMPINAS/SP - Interessado(a): COLÉGIO DOM BARRETO - IRF - Ano(s): 2000 a 2004.

48 - Recurso nº: 149295 - Processo nº: 10425.000676/2005-89 - Recorrente: SIVANILDO ARAÚJO DO Ó - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE - IRPF - Ex(s): 2001 a 2004.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) MARIA HELENA COTTA CARDOZO

49 - Recurso nº: 144658 - Processo nº: 10670.000977/2003-49 - Recorrente: BRUNO OLIVEIRA BRAGA - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-JUIZ DE FORA/MG - IRPF - Ex(s): 2002.

DIA 21 DE SETEMBRO DE 2006, ÀS 08:30 HORAS

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) NELSON MALLMANN

50 - Recurso nº: 150277 - Processo nº: 16327.002272/00-84 - Recorrente: BANKBOSTON S.A. - Recorrida: 8ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP I - IRF - Ano(s): 1994 e 1995.

51 - Recurso nº: 151025 - Processo nº: 10435.000857/2005-96 - Recorrente: ANTÔNIO ALVES BEZERRA - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE - IRPF - Ex(s): 2004.

52 - Recurso nº: 151175 - Processo nº: 11020.003927/2005-01 - Recorrente: JULINHO CAVICHIONI - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-PORTO ALEGRE/RS - IRPF - Ex(s): 2001 a 2005.

53 - Recurso nº: 151438 - Processo nº: 10865.000729/2005-82 - Recorrente: ANTÔNIO CARLOS DA SILVA - Recorrida: 6ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - IRPF - Ex(s): 2001 a 2004.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) OSCAR LUIZ MENDONÇA DE AGUIAR

54 - Recurso nº: 138645 - Processo nº: 10920.001850/2002-77 - Recorrente: METALÚRGICA DENK LTDA. - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-FLORIANÓPOLIS/SC - IRF/ILL - Ex(s): 1989 a 1992.

55 - Recurso nº: 146520 - Processo nº: 11050.001500/00-27 - Recorrente: ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE SANTA CASA DO RIO GRANDE - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-PORTO ALEGRE/RS - IRF - Ano(s): 1998 a 2000.

56 - Recurso nº: 146677 - Processo nº: 10850.002526/2004-17 - Recorrente: ROBERTO SANT'ANNA SÉRGIO - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - IRPF - Ex(s): 2000 a 2002.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA

57 - Recurso nº: 147259 - Processo nº: 10980.009882/2002-14 - Recorrente: TELMO LUÍS LATOSKI - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - IRPF - Ex(s): 2000.

58 - Recurso nº: 147361 - Processo nº: 13678.000248/2002-20 - Recorrente: JOAQUIM FRANCISCO BORGES - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-BELO HORIZONTE/MG - IRPF - Ex(s): 2001.

59 - Recurso nº: 150188 - Processo nº: 19647.010951/2004-51 - Recorrente: FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DE OLINDA - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE - IRF - Ano(s): .

60 - Recurso nº: 150229 - Processo nº: 10680.003235/2005-18 - Recorrente: GERCÍLIO CAETANO NUNES - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-BELO HORIZONTE/MG - IRPF - Ex(s): 2002.

61 - Recurso nº: 151338 - EX OFFICIO - Processo nº: 10805.001653/2002-74 - Recorrente: 4ª TURMA/DRJ-CAMPINAS/SP - Interessado(a): MURIAÉ LTDA. - IRF - Ano(s): 1997.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) HELOÍSA GUARITA SOUZA

62 - Recurso nº: 145045 - Processo nº: 10820.001431/2004-25 - Recorrente: MANUEL CARLOS PINOTTI AFFONSO - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - IRPF - Ex(s): 2000 a 2003.

63 - Recurso nº: 149978 - EX OFFICIO - Processo nº: 15586.000612/2005-59 - Recorrente: 2ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - Interessado(a): FUNDAÇÃO NOVO MILÊNIO - IRF - Ano(s): 2002 e 2003.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) REMIS ALMEIDA ESTOL

64 - Recurso nº: 146460 - Processo nº: 10240.001117/2003-92 - Recorrente: EDMAR GARCIA DE FREITAS - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-BELÉM/PA - IRPF - Ex(s): 1999.

65 - Recurso nº: 148585 - Processo nº: 10925.001339/2005-78 - Recorrente: DIRCEU LUIZ SUMER - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-FLORIANÓPOLIS/SC - IRPF - Ex(s): 2001 a 2003.

66 - Recurso nº: 149327 - EX OFFICIO - Processo nº: 10830.011163/2002-79 - Recorrente: 1ª TURMA/DRJ-FORTALEZA/CE - Interessado(a): ANTÔNIO APARECIDO BARALDI - IRPF - Ex(s): 1998 e 1999.

67 - Recurso nº: 149528 - EX OFFICIO e VOLUNTÁRIO - Processo nº: 16327.002555/2001-32 - Recorrentes: 8ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I e BANCO AMÉRICA DO SUL S.A. - IRF - Ano(s): 1997.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) MARIA HELENA COTTA CARDOZO

68 - Recurso nº: 125325 - Processo nº: 10830.001639/99-42 - Recorrente: HIRAN GALVÃO ROCHAEL PEREIRA - Recorrida: DRJ-CAMPINAS/SP - IRPF - Ex(s): 1994.

69 - Recurso nº: 143968 - Processo nº: 10640.002811/2003-14 - Recorrente: MÁRCIO GARCIA MACHADO - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-JUIZ DE FORA/MG - IRPF - Ex(s): 2000 e 2001.

70 - Recurso nº: 152553 - Processo nº: 10865.001284/2002-13 - Recorrente: TECNOCOL ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA. - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - IRF/ILL - Ano(s): 1990 e 1991.

DIA 21 DE SETEMBRO DE 2006, ÀS 14:15 HORAS

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) NELSON MALLMANN

71 - Recurso nº: 145716 - Processo nº: 10825.000538/2001-63 - Recorrente: BRUNO SCHINCARIOL - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-SANTA MARIA/RS - IRPF - Ex(s): 1997 e 2000.

72 - Recurso nº: 146413 - Processo nº: 10380.010399/2003-14 - Recorrente: DANÍSIO DALTON DA ROCHA CORREA - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-FORTALEZA/CE - IRPF - Ex(s): 1998.

73 - Recurso nº: 146824 - Processo nº: 13851.000425/2002-10 - Recorrente: OPTO ELETRÔNICA S.A. - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - IRF - Ano(s): 2000.

74 - Recurso nº: 146888 - Processo nº: 10245.000822/2001-61 - Recorrente: JALSER RENIER PADILHA - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-BELÉM/PA - IRPF - Ex(s): 1997 a 2000.

75 - Recurso nº: 147404 - Processo nº: 11516.003217/2004-10 - Recorrente: SAMUEL ÁVILA - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-FLORIANÓPOLIS/SC - IRPF - Ex(s): 2000 e 2001.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) OSCAR LUIZ MENDONÇA DE AGUIAR

76 - Recurso nº: 146671 - Processo nº: 11041.000422/2004-57 - Recorrente: RICARDO WAGNER SARAIVA VIEIRA - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-SANTA MARIA/RS - IRPF - Ex(s): 2001 e 2002.

77 - Recurso nº: 147155 - Processo nº: 13816.000781/2003-41 - Recorrente: INDÚSTRIA DE ARTEFATOS DE BORRACHA E PLÁSTICOS PARANOÁ LTDA. - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-CAMPINAS/SP - IRF - Ano(s): 1998.

78 - Recurso nº: 147272 - Processo nº: 13161.000183/2002-32 - Recorrente: EDIVAR MARTINS ALVES - Recorrida: 2ªTURMA/DRJ-CAMPO GRANDE/MS - IRPF - Ex(s): 1998 a 2000.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA

79 - Recurso nº: 147017 - Processo nº: 10930.004490/2004-16 - Recorrente: JOSÉ BARBINO - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - IRPF - Ex(s): 2000 e 2001.

80 - Recurso nº: 148486 - Processo nº: 18471.000717/2004-11 - Recorrente: MAGAZINE LUZES LTDA. - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I - IRF - Ano(s): 2000 a 2003.

81 - Recurso nº: 150412 - Processo nº: 18471.002299/2003-15 - Recorrente: PAULO TEIXEIRA PINTO - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I - IRPF - Ex(s): 1999.

82 - Recurso nº: 150649 - Processo nº: 10980.003364/2005-21 - Recorrente: ROGÉRIO PORTUGAL BARCELLAR - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - DOI - Ex(s): 2001 e 2004.

83 - Recurso nº: 151618 - Processo nº: 10850.002825/2004-43 - Recorrente: ESTEVAN CARVALHO RANGEL FILHO - Recorrida: 6ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - IRPF - Ex(s): 1999.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) HELOÍSA GUARITA SOUZA

84 - Recurso nº: 149040 - Processo nº: 13858.000265/2002-49 - Recorrente: INDÚSTRIA E COMÉRCIO SANTA MARIA LTDA. - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - IRF - Ano(s): 1997.

85 - Recurso nº: 151013 - Processo nº: 10830.003334/2002-96 - Recorrente: IRMÃOS MATOS & CIA. LTDA. - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CAMPINAS/SP - ILL - Ex(s): 1989 a 1992.

86 - Recurso nº: 151624 - Processo nº: 13811.001922/00-41 - Recorrente: DANONE LTDA. - Recorrida: 7ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP I - ILL - Ano(s): 1990 a 1993.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) REMIS ALMEIDA ESTOL

87 - Recurso nº: 149408 - Processo nº: 18471.001700/2004-72 - Recorrente: JOSÉ FRANCISCO FRANCO DA SILVA OLIVEIRA - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - IRPF - Ex(s): 2000.

88 - Recurso nº: 149424 - Processo nº: 13312.000619/2004-84 - Recorrente: FRANCISCO PEREIRA DA SILVA - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-FORTALEZA/CE - IRPF - Ex(s): 2000.

89 - Recurso nº: 149457 - Processo nº: 18471.002524/2003-13 - Recorrente: GUILHERME DE ALBUQUERQUE - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ II - IRPF - Ex(s): 1999 a 2002.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) MARIA HELENA COTTA CARDOZO

90 - Recurso nº: 143891 - Processo nº: 10845.002726/2001-98 - Embargante: LUIZ ANTÔNIO MARTINS GRAÇA - Embargada: QUARTA CÂMARA DO PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES - Interessada: FAZENDA NACIONAL - Embargos Inominados.

91 - Recurso nº: 148554 - Processo nº: 10680.010472/2001-10 - Recorrente: PAULO DE ALVARENGA MAFRA - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-BELO HORIZONTE/MG - IRPF - Ex(s): 1998.

DIA 22 DE SETEMBRO DE 2006, ÀS 08:30 HORAS

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA

92 - Recurso nº: 145312 - Processo nº: 10530.001870/2002-31 - Recorrente: JOAQUIM NEVES DOS SANTOS - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA - IRPF - Ex(s): 2001.

93 - Recurso nº: 151313 - Processo nº: 19647.002455/2003-43 - Recorrente: ANTÔNIO PAULO DOS SANTOS - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE - IRPF - Ex(s): 2003.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) REMIS ALMEIDA ESTOL

94 - Recurso nº: 135312 - Processo nº: 10830.001047/99-01 - Recorrente: MARIA DAS GRAÇAS SILVA PINHEIRO - Recorrida: DRJ-SÃO PAULO/SP II - IRPF - Ex(s): 1994.

95 - Recurso nº: 137353 - Processo nº: 10425.000820/2001-53 - Recorrente: JOSÉ FÉLIX DE OLIVEIRA - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE - IRPF - Ex(s): 1996.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) MARIA HELENA COTTA CARDOZO

96 - Recurso nº: 152303 - Processo nº: 13807.013265/2003-95 - Recorrente: RINALDO DE SOUZA GODOI - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - IRPF - Ex(s): 1997.

97 - Recurso nº: 152652 - Processo nº: 10830.008175/2001-35 - Recorrente: ILDEU SILVA - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - IRPF - Ex(s): 1993.

DIA 22 DE SETEMBRO DE 2006, ÀS 12:15 HORAS

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) NELSON MALLMANN

98 - Recurso nº: 150974 - Processo nº: 10580.005866/2002-57 - Recorrente: EDINALVA CAMPOS - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA - IRPF - Ex(s): 2000.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) PEDRO PAULO PEREIRA BARBOSA

99 - Recurso nº: 150905 - Processo nº: 10850.002940/2003-37 - Recorrente: AYLTON FERRAZ DA SILVA - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - IRPF - Ex(s): 1999.

100 - Recurso nº: 150906 - Processo nº: 10850.002941/2003-81 - Recorrente: AYLTON FERRAZ DA SILVA - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - IRPF - Ex(s): 2000.

101 - Recurso nº: 150907 - Processo nº: 10850.002942/2003-26 - Recorrente: AYLTON FERRAZ DA SILVA - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP II - IRPF - Ex(s): 2001.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) MARIA HELENA COTTA CARDOZO

102 - Recurso nº: 152177 - Processo nº: 11007.000012/2003-41 - Recorrente: JAIR RODRIGUES MENDES - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-SANTA MARIA/RS - IRPF - Ex(s): 2001.

MARIA APARECIDA HILÁRIO DE SOUSA
Chefe da Secretaria
Substituta

5ª CÂMARA

PAUTA DE JULGAMENTO

PAUTA DAS SESSÕES ORDINÁRIAS A SEREM REALIZADAS NAS DATAS A SEGUIR MENCIONADAS, NO SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 01, BLOCO "J", SALA 705, EDIFÍCIO ALVORADA, BRASÍLIA/DF.

OBSERVAÇÃO: Serão julgados na primeira sessão subseqüente, independentemente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada em razão de pedido de vista de Conselheiro, não comparecimento do Conselheiro Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 20 DE SETEMBRO DE 2006, ÀS 08:30 HORAS

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) LUÍS ALBERTO BACELAR VIDAL

01 - Recurso nº: 151658 - Processo nº: 10140.002800/2003-75 - Recorrente: TIBIRIÇÁ COMERCIAL LTDA. - Recorrida: 2ªTURMA/DRJ-CAMPO GRANDE/MS - IRPJ E OUTRO - Ex(s): 1999 a 2003.

02 - Recurso nº: 151895 - Processo nº: 10865.001696/2004-15 - Recorrente: NOVA TÊXTIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TECIDOS LTDA. - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - IRPJ E OUTROS - Ex(s): 2000.

03 - Recurso nº: 151838 - Processo nº: 10865.001609/2005-01 - Recorrente: NOVA TÊXTIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TECIDOS LTDA. - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - IRPJ E OUTROS - Ex(s): 2001 e 2002.

04 - Recurso nº: 152117 - Processo nº: 10980.013725/2005-48 - Recorrente: CRONUS FOMENTO MERCANTIL LTDA. - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - IRPJ E OUTROS - Ex(s): 2001 a 2004.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) DANIEL SAHAGOFF

05 - Recurso nº: 147644 - Processo nº: 10680.014552/2004-89 - Recorrente: MADSON ELETROMETALURGICA LTDA. - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-BELO HORIZONTE/MG - IRPJ - Ex(s): 2002 e 2003.

06 - Recurso nº: 147642 - Processo nº: 10680.014551/2004-34 - Recorrente: MADSON ELETROMETALURGICA LTDA. - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-BELO HORIZONTE/MG - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL/LL - Ex(s): 2002 e 2003.

07 - Recurso nº: 150896 - Processo nº: 10830.008380/2002-81 - Recorrente: MIRACEMA NUODEX INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA. - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CAMPINAS/SP - IRPJ - Ex(s): 1998.

08 - Recurso nº: 146510 - Processo nº: 10950.003840/2004-81 - Recorrente: RODOVIAS INTEGRADAS DO PARANÁ S/A - VIAPAR - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - IRPJ E OUTRO - Ex(s): 2001.

09 - Recurso nº: 146861 - Processo nº: 11516.001496/2004-87 - Recorrente: MILIOLI BEBIDAS LTDA. - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-FORTALEZA/CE - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL/LL - Ex(s): 2000 e 2004.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) EDUARDO DA ROCHA SCHMIDT

10 - Recurso nº: 137246 - Processo nº: 10845.001201/98-51 - Recorrente: PINHAL VEÍCULOS LTDA. - Recorrida: 7ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP I - IRPJ - Ex(s): 1994.

11 - Recurso nº: 143015 - Processo nº: 13855.001258/2002-94 - Recorrente: UNIMED DE ORLÂNDIA - SOCIEDADE COOPERATIVA DE SERVIÇO MÉDICO - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - Ex(s): 1992.

12 - Recurso nº: 147463 - Processo nº: 13851.001247/2004-14 - Recorrente: UNIMED DE ARARAQUARA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL/LL - Ex(s): 2000 e 2001.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) WILSON FERNANDES GUIMARÃES

13 - Recurso nº: 141983 - Processo nº: 11040.000321/99-68 - Recorrente: PALAZZO E CIA. LTDA. - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-PORTO ALEGRE/RS - IRPJ - Ex(s): 1994.

14 - Recurso nº: 144148 - Processo nº: 13808.001888/00-73 - Recorrente: MICROSOFT INFORMÁTICA LTDA. - Recorrida: 10ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP I - IRPJ E OUTROS - Ex(s): 1997.

15 - Recurso nº: 150159 - Processo nº: 11516.000779/2005-92 - Recorrente: CORPORE FITNESS COMERCIAL LTDA. - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-FLORIANÓPOLIS/SC - IRPJ E OUTROS - Ex(s): 2002, 2003, 2004.

16 - Recurso nº: 150892 - Processo nº: 10840.002378/2005-22 - Recorrente: D.G.B ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - IRPJ - Ex(s): 2001 a 2004.

17 - Recurso nº: 151685 - Processo nº: 10680.005812/2005-14 - Recorrente: COMPLETA ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-BELO HORIZONTE/MG - IRPJ - Ex(s): 2002 e 2003.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) IRINEU BIANCHI

18 - Recurso nº: 143604 - Processo nº: 10768.032500/97-06 - Recorrente: ALCHIMIA IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO LTDA. - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I - IRPJ E OUTROS - Ex(s): 1995.

19 - Recurso nº: 149210 - Processo nº: 13805.002410/95-70 - Recorrente: DROGARIA SÃO PAULO S/A - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA - IRPJ E OUTROS - Ex(s): 1990 e 1991.

20 - Recurso nº: 151535 - Processo nº: 10735.001159/2002-81 - Recorrente: QUITO DISTRIBUIDORA DE CIMENTO LTDA. - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I - IRPJ E OUTROS - Ex(s): 1999.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) JOSÉ CARLOS PASSUELLO

21 - Recurso nº: 149536 - Processo nº: 13808.001581/99-85 - Recorrente: CONTIBRASIL COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA. - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP I - IRPJ E OUTRO - Ex(s): 1997.

22 - Recurso nº: 149903 - EX OFFICIO - Processo nº: 13808.000325/2002-19 - Recorrente: 10ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP I - Interessado(a): FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ALVARES PENTEADO - IRPJ E OUTROS - Ex(s): 1999.

23 - Recurso nº: 150056 - EX OFFICIO - Processo nº: 18471.002772/2002-75 - Recorrente: 6ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I - Interessado(a): COMERCIAL RIO DE JANEIRO DE BEBIDAS LTDA. - IRPJ E OUTROS - Ex(s): 1999.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) JOSÉ CLÓVIS ALVES

24 - Recurso nº: 152766 - Processo nº: 10510.002003/2005-02 - Recorrente: RÁDIO IMPERATRIZ DOS CAMPOS LTDA. - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA - IRPJ - Ex(s): 2000.

25 - Recurso nº: 152764 - Processo nº: 10510.002001/2005-13 - Recorrente: RÁDIO IMPERATRIZ DOS CAMPOS LTDA. - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA - IRPJ - Ex(s): 2001.

26 - Recurso nº: 152765 - Processo nº: 10510.002002/2005-50 - Recorrente: RÁDIO IMPERATRIZ DOS CAMPOS LTDA. - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA - IRPJ - Ex(s): 2002.

27 - Recurso nº: 152770 - Processo nº: 10510.002004/2005-49 - Recorrente: RÁDIO IMPERATRIZ DOS CAMPOS LTDA. - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA - IRPJ - Ex(s): 2003.

28 - Recurso nº: 153031 - Processo nº: 13884.002783/2003-61 - Recorrente: CEREALISTA TURCI LEÃO LTDA. - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-CAMPINAS/SP - IRPJ E OUTRO - Ex(s): 1999.

DIA 20 DE SETEMBRO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) LUÍS ALBERTO BACELAR VIDAL

29 - Recurso nº: 145300 - Processo nº: 10730.004741/00-61 - Recorrente: TOYOSERRA VEÍCULOS S/A - Recorrida: 10ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I - IRPJ E OUTROS - Ex(s): 1997, 2000 .

30 - Recurso nº: 148792 - Processo nº: 10074.000293/98-01 - Recorrente: LOMEX IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. - Recorrida: 7ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I - IRPJ E OUTRO - Ex(s): 1994, 1995.

31 - Recurso nº: 151478 - Processo nº: 16327.001560/2002-17 - Recorrente: BMD S/A CORRETORA DE CÂMBIO E VALORES MOBILIÁRIOS (EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL) - Recorrida: 8ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP I - IRPJ - Ex(s): 1998.

32 - Recurso nº: 151622 - Processo nº: 13312.000534/2004-04 - Recorrente: FRANCISCO JOSÉ FONTELES - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-FORTALEZA/CE - IRPJ E OUTROS - Ex(s): 2000.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) DANIEL SAHAGOFF

33 - Recurso nº: 149561 - Processo nº: 16707.001675/2001-48 - Recorrente: NORDESTE SEGURANÇA DE VALORES RIO GRANDE DO NORTE LTDA. (NOVA RAZÃO SOCIAL DA GUARDIAN SEGURANÇA DE VALORES LTDA.) - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE - IRPJ - Ex(s): 1997 a 1999.

34 - Recurso nº: 146580 - Processo nº: 11618.003206/2004-91 - Recorrente: J. THIAGO COMÉRCIO E REPRESENTÇÃO LTDA. - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-RECIFE/PE - IRPJ E OUTRO - Ex(s): 2002 a 2004.

35 - Recurso nº: 151295 - Processo nº: 10725.000020/00-79 - Recorrente: PEDREIRA ITERERÉ INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. - Recorrida: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL/LL - Ex(s): 1996.

36 - Recurso nº: 142419 - EX OFFICIO - Processo nº: 15374.000557/00-43 - Recorrente: 6ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I - Interessado(a): OCEÂNICA HOSPITAL SISTEMAS DE ADMINISTRAÇÃO S/A - IRPJ E OUTROS - Ex(s): 1997.

37 - Recurso nº: 150155 - Processo nº: 10245.000613/96-71 - Recorrente: MINOTTO TERAPLENAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA. - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-BELÉM/PA - IRPJ E OUTROS - Ex(s): 1992, 1993.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) EDUARDO DA ROCHA SCHMIDT

38 - Recurso nº: 144301 - Processo nº: 13971.000747/2004-64 - Recorrente: INDÚSTRIA AGRO COMERCIAL CASSAVA S/A - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-FLORIANÓPOLIS/SC - IRPJ - Ex(s): 2000.

39 - Recurso nº: 144834 - Processo nº: 13971.000748/2004-17 - Recorrente: INDÚSTRIA AGRO COMERCIAL CASSAVA S/A - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-FLORIANÓPOLIS/SC - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL/LL - Ex(s): 2000.

40 - Recurso nº: 149225 - Processo nº: 13884.003298/2002-23 - Recorrente: ORGANIZAÇÃO EDUCACIONAL CASSIANO RICARDO S/C LTDA. - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CAMPINAS/SP - IRPJ - Ex(s): 1993 a 1999.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) WILSON FERNANDES GUIMARÃES

41 - Recurso nº: 146625 - Processo nº: 10665.000148/99-33 - Recorrente: CIA. AÇUCAREIRA RIO GRANDE - Recorrida: DRJ-BELO HORIZONTE/MG - IRPJ - Ex(s): 1994.

42 - Recurso nº: 150368 - Processo nº: 10380.011862/2003-45 - Recorrente: EDITORA VERDES MARES LTDA. - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-FORTALEZA/CE - IRPJ - Ex(s): 2001.

43 - Recurso nº: 150868 - Processo nº: 10640.001027/2003-99 - Recorrente: BECTON DICKINSON INDÚSTRIAS CIRÚRGICAS LTDA. - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-JUIZ DE FORA/MG - IRPJ E OUTRO - Ex(s): 2003.

44 - Recurso nº: 151326 - Processo nº: 13899.000560/2003-08 - Recorrente: ACHESON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-CAMPINAS/SP - IRPJ - Ex(s): 1998.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) IRINEU BIANCHI

45 - Recurso nº: 144307 - Processo nº: 11516.001910/2004-58 - Recorrente: META EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-FLORIANÓPOLIS/SC - IRPJ E OUTROS - Ex(s): 1999 a 2003.

46 - Recurso nº: 151063 - Processo nº: 16327.001248/2001-34 - Recorrente: FINANCEIRA ALFA S/A - C.F.I. - Recorrida: 10ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP I - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL/LL - Ex(s): 1996.

47 - Recurso nº: 151284 - Processo nº: 10735.004773/2002-02 - Recorrente: COTY BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA. - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I - IRPJ E OUTROS - Ex(s): 1998.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) JOSÉ CARLOS PASSUELLO

48 - Recurso nº: 144787 - Processo nº: 15374.002266/99-66 - Recorrente: AUTO ABASTECIMENTO, IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA. - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I - IRPJ E OUTROS - Ex(s): 1996.

49 - Recurso nº: 147254 - Processo nº: 10768.030611/97-98 - Recorrente: LIQUID CARBONIC INDÚSTRIA S/A - Recorrida: 8ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I - IRPJ - Ex(s): 1993.

50 - Recurso nº: 150851 - Processo nº: 11020.002785/2002-11 - Recorrente: POSTO IMIGRANTE COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-PORTO ALEGRE/RS - IRPJ - Ex(s): 1998.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) JOSÉ CLÓVIS ALVES

51 - Recurso nº: 152771 - Processo nº: 10510.002015/2005-29 - Recorrente: RÁDIO JORNAL DE ESTÂNCIA LTDA. - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA - IRPJ - Ex(s): 2000.

52 - Recurso nº: 152768 - Processo nº: 10510.002014/2005-84 - Recorrente: RÁDIO JORNAL DE ESTÂNCIA LTDA. - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA - IRPJ - Ex(s): 2001.

53 - Recurso nº: 152772 - Processo nº: 10510.002010/2005-04 - Recorrente: RÁDIO JORNAL DE ESTÂNCIA LTDA. - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA - IRPJ - Ex(s): 2002.

54 - Recurso nº: 152767 - Processo nº: 10510.002013/2005-30 - Recorrente: RÁDIO JORNAL DE ESTÂNCIA LTDA. - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA - IRPJ - Ex(s): 2003.

DIA 21 DE SETEMBRO DE 2006, ÀS 08:30 HORAS

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) LUÍS ALBERTO BACELAR VIDAL

55 - Recurso nº: 109320 - Processo nº: 10880.017420/92-01 - Recorrente: DIMAS DE MELO PIMENTA S/A INDÚSTRIA DE RELÓGIOS - Recorrida: DRF-SÃO PAULO/SP - IRPJ - Ex(s): 1988 e1989.

56 - Recurso nº: 148108 - Processo nº: 10768.014186/2001-55 - Recorrente: PRUDENCIAL DO BRASIL SEGUROS DE VIDA S/A (ATUAL DENOMINAÇÃO DE PRUDENCIAL BRADESCO SEGUROS S/A) - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL/LL - Ex(s): 1992.

57 - Recurso nº: 148274 - Processo nº: 10768.014185/2001-19 - Recorrente: PRUDENTIAL DI BRASIL SEGUROS DE VIDA S/A (ATUAL DENOMINAÇÃO DE PRUDENTIAL BRADESCO SEGUROS S/A) - Recorrida: 5ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - Ex(s): 1992.

58 - Recurso nº: 150592 - Processo nº: 10166.005473/00-65 - Recorrente: BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES LTDA. - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - IRPJ E OUTRO - Ex(s): 2000.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) DANIEL SAHAGOFF

59 - Recurso nº: 149901 - Processo nº: 16327.004512/2002-72 - Recorrente: PLENUM PARTICIPAÇÕES LTDA. - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - IRPJ E OUTROS - Ex(s): 1998.

60 - Recurso nº: 150314 - Processo nº: 10380.007100/2004-25 - Recorrente: BOLSA DE VALORES REGIONAL - CE,PI,MA,AM - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-FORTALEZA/CE - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL/LL - Ex(s): 2000 a 2004.

61 - Recurso nº: 150209 - EX OFFICIO - Processo nº: 15374.003762/2001-86 - Recorrente: 3ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I - Interessado(a): TRANSPORTES MOSA S/A - IRPJ E OUTROS - Ex(s): 1999.

62 - Recurso nº: 150774 - Processo nº: 10882.001574/2003-21 - Recorrente: GTECH BRASIL LTDA. (INCORPORADA DA ("GTECH BRASIL HOLDINGS S/A") CNPJ Nº 33.643305/0001-70 - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-CAMPINAS/SP - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - Ex(s): 1999.

63 - Recurso nº: 150304 - EX OFFICIO - Processo nº: 18471.000833/2002-60 - Recorrente: 2ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I - Interessado(a): BELOCAP PRODUTOS CAPILARES LTDA. - IRPJ E OUTRO - Ex(s): 1999.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) EDUARDO DA ROCHA SCHMIDT

64 - Recurso nº: 148777 - Processo nº: 10830.002349/2001-56 - Recorrente: BARROS PIMENTEL ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA. - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-CAMPINAS/SP - IRPJ - Ex(s): 1997 a 2000.

65 - Recurso nº: 149488 - Processo nº: 11020.002500/2001-53 - Recorrente: AGRO INDUSTRIAL LAZZERI LTDA. - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-PORTO ALEGRE/RS - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - Ex(s): 1997.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) WILSON FERNANDES GUIMARÃES

66 - Recurso nº: 144999 - Processo nº: 13819.000863/98-28 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE ESTIRENO - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-CAMPINAS/SP - IRPJ - Ex(s): 1996 e 1997.

67 - Recurso nº: 145893 - Processo nº: 10880.034618/89-91 - Recorrente: INSTITUTO DE FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO MÉDICA LTDA. - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP I - IRPJ E OUTRO - Ex(s): 1985.

68 - Recurso nº: 150661 - Processo nº: 10845.002652/2001-90 - Recorrente: ALLCOFFEE EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA. - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP I - IRPJ E OUTRO - Ex(s): 1998.

69 - Recurso nº: 152092 - Processo nº: 16327.001829/00-97 - Recorrente: BANCO ABN AMRO REAL S/A (SUCESSOR POR INCORPORAÇÃO DE REAL ADMINISTRADORA DE CARTÕES E SERVIÇOS S/A - CNPJ 65.699.571/0001-01) - Recorrida: 10ª TURMA/DRJ-SÃO PAULO/SP I - IRPJ - Ex(s): 1998.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) IRINEU BIANCHI

70 - Recurso nº: 142689 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - Processo nº: 13854.000196/2003-94 - Embargante: JOSÉ CLÓVIS ALVES - Embargada: QUINTA CÂMARA DO PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES - Interessado(a) - JOSÉ SILES CAGNIN - IRPJ E OUTROS - Ex(s): 1999.

71 - Recurso nº: 146579 - Processo nº: 10830.002780/2004-45 - Recorrente: DOMAR EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E AGRO-PECUÁRIA LTDA. - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-CAMPINAS/SP - IRPJ - Ex(s): 2001 a 2003.

72 - Recurso nº: 151176 - Processo nº: 10680.011478/2005-20 - Recorrente: RONDA SERVIÇOS GERAIS LTDA. - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-BELO HORIZONTE/MG - IRPJ - Ex(s): 2006.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) JOSÉ CARLOS PASSUELLO

73 - Recurso nº: 149935 - EX OFFICIO - Processo nº: 13737.000278/94-96 - Recorrente: 3ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I - Interessado(a): GINO TRANSPORTES LTDA. - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL/LL - Ex(s): 1990 a 1995.

74 - Recurso nº: 150876 - Processo nº: 10380.013011/2003-37 - Recorrente: COTTON INDÚSTRIA E COMÉRCIO TÊXTIL LTDA. - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-FORTALEZA/CE - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL/LL - Ex(s): 1999.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) JOSÉ CLÓVIS ALVES

75 - Recurso nº: 152781 - Processo nº: 10510.001944/2005-11 - Recorrente: RÁDIO JORNAL DE PROPRIÁ LTDA. - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA - IRPJ - Ex(s): 2000.

76 - Recurso nº: 152780 - Processo nº: 10510.001945/2005-65 - Recorrente: RÁDIO JORNAL DE PROPRIÁ LTDA. - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA - IRPJ - Ex(s): 2001.

77 - Recurso nº: 152782 - Processo nº: 10510.001947/2005-54 - Recorrente: RÁDIO JORNAL DE PROPRIÁ LTDA. - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA - IRPJ - Ex(s): 2002.

78 - Recurso nº: 152769 - Processo nº: 10510.001943/2005-76 - Recorrente: RÁDIO JORNAL DE PROPRIÁ LTDA. - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA - IRPJ - Ex(s): 2003.

DIA 21 DE SETEMBRO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) LUÍS ALBERTO BACELAR VIDAL

79 - Recurso nº: 146658 - Processo nº: 10845.001730/2001-39 - Recorrente: GRECO PAINCEIRA CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-CAMPINAS/SP - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - Ex(s): 1997 a 2000.

80 - Recurso nº: 147284 - Processo nº: 13629.001246/2002-33 - Recorrente: CONVAÇO - CONSTRUTORA VALE DO AÇO LTDA. - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-JUIZ DE FORA/MG - IRPJ - Ex(s): 1995.

81 - Recurso nº: 147533 - Processo nº: 10283.002534/2002-75 - Recorrente: I.B. SABBÁ S/A - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-BELÉM/PA - IRPJ E OUTROS - Ex(s): 1997.

82 - Recurso nº: 148103 - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - Processo nº: 10070.000510/00-62 - Embargante: CONSELHEIRO LUÍS ALBERTO BACELAR VIDAL - Embargada: QUINTA CÂMARA DO PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES - Interessado(a): MINERAÇÕES BRASILEIRAS REUNIDAS S/A - MBR - I - IRPJ E OUTRO - Ex(s): 2000.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) EDUARDO DA ROCHA SCHMIDT

83 - Recurso nº: 149031 - Processo nº: 10530.002110/2002-41 - Recorrente: USINA ITAPETINGUI INDÚSTRIA AÇUCAREIRA S/A - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - Ex(s): 1998.

84 - Recurso nº: 149500 - Processo nº: 10980.007660/2002-59 - Recorrente: SAUÍPE PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S/A (NOVA DENOMINAÇÃO DE CASA CONSTRUÇÃO INDUSTRIALIZADA S/A) - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - Ex(s): 1998.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) WILSON FERNANDES GUIMARÃES

85 - Recurso nº: 152775 - Processo nº: 10510.001985/2005-15 - Recorrente: RÁDIO E TELEVISÃO ARACAJU LTDA. - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA - IRPJ - Ex(s): 2000.

86 - Recurso nº: 152773 - Processo nº: 10510.001986/2005-51 - Recorrente: RÁDIO E TELEVISÃO ARACAJU LTDA. - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA - IRPJ - Ex(s): 2001.

87 - Recurso nº: 152776 - Processo nº: 10510.001987/2005-04 - Recorrente: RÁDIO E TELEVISÃO ARACAJU LTDA. - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA - IRPJ - Ex(s): 2002.

88 - Recurso nº: 152774 - Processo nº: 10510.001988/2005-41 - Recorrente: RÁDIO E TELEVISÃO ARACAJU LTDA. - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA - IRPJ - Ex(s): 2003.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) IRINEU BIANCHI

89 - Recurso nº: 136961 - Processo nº: 10930.001630/00-73 - Recorrente: HYDRONORTH S/A - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - IRPJ - Ex(s): 1998 a 2000.

90 - Recurso nº: 143028 - Processo nº: 10120.008558/2002-09 - Recorrente: LUZTOL INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA. - Recorrida: 2ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - IRPJ E OUTROS - Ex(s): 1998 a 2002.

91 - Recurso nº: 149894 - Processo nº: 15374.000335/2001-46 - Recorrente: CEG RIO S/A - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I - IRPJ E OUTROS - Ex(s): 1998.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) JOSÉ CARLOS PASSUELLO

92 - Recurso nº: 149814 - Processo nº: 10820.002507/2002-78 - Recorrente: AGROPÉCUARIA SÃO JOSÉ DA BARRA LTDA. - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL/LL - Ex(s): 1998.

93 - Recurso nº: 149897 - Processo nº: 10980.007497/2002-24 - Recorrente: LAVOURA E PECUÁRIA IGARASHI LTDA. - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-CURITIBA/PR - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - Ex(s): 1998.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) JOSÉ CLÓVIS ALVES

94 - Recurso nº: 152785 - Processo nº: 10510.001996/2005-97 - Recorrente: RÁDIO JORNAL DE SERGIPE LTDA. - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA - IRPJ - Ex(s): 2000.

95 - Recurso nº: 152786 - Processo nº: 10510.001995/2005-42 - Recorrente: RÁDIO JORNAL DE SERGIPE LTDA. - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA - IRPJ - Ex(s): 2001.

96 - Recurso nº: 152784 - Processo nº: 10510.001994/2005-06 - Recorrente: RÁDIO JORNAL DE SERGIPE LTDA. - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA - IRPJ - Ex(s): 2002.

97 - Recurso nº: 152783 - Processo nº: 10510.001993/2005-53 - Recorrente: RÁDIO JORNAL DE SERGIPE LTDA. - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA - IRPJ - Ex(s): 2003.

DIA 22 DE SETEMBRO DE 2006, ÀS 08:30 HORAS

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) EDUARDO DA ROCHA SCHMIDT

98 - Recurso nº: 149169 - Processo nº: 10820.001277/2002-20 - Recorrente: KATAYAMA ALIMENTOS LTDA. - Recorrida: 3ª TURMA/DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - Ex(s): 1998.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) WILSON FERNANDES GUIMARÃES

99 - Recurso nº: 150817 - Processo nº: 13227.000273/2003-01 - Recorrente: CONDOR FLORESTAS E INDÚSTRIAS DE MADEIRA LTDA. - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-BELÉM/PA - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL/LL - Ex(s): 2003.

DIA 22 DE SETEMBRO DE 2006, ÀS 12:15 HORAS

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) EDUARDO DA ROCHA SCHMIDT

100 - Recurso nº: 149030 - Processo nº: 10540.001404/2002-37 - Recorrente: NORDESTE COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA. - Recorrida: 1ª TURMA/DRJ-SALVADOR/BA - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - Ex(s): 2005.

RELATOR(A): CONSELHEIRO(A) WILSON FERNANDES GUIMARÃES

101 - Recurso nº: 150829 - Processo nº: 10166.008377/2002-48 - Recorrente: W.L. DE OLIVEIRA & CIA. LTDA. - Recorrida: 4ª TURMA/DRJ-BRASÍLIA/DF - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - Ex(s): 1999.

EVA RIBEIRO BARROS
Chefe da Secretaria

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

PORTARIA Nº 632, DE 30 DE AGOSTO DE 2006

Aprova a 6ª edição do Manual de Elaboração do Anexo de Riscos Fiscais e do Relatório de Gestão Fiscal.

O SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 403, de 2 de dezembro de 2005, do MF, e

Considerando o disposto no § 2º do art. 50 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que atribui encargos ao órgão central de contabilidade da União;

Considerando o contido no inciso I do art. 4º do Decreto nº 3.589, de 6 de setembro de 2000, e no inciso I do art. 17 da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, que conferem à Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, a condição de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal;

Considerando as competências do órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, estabelecidas no art. 5º do Decreto nº 3.589, de 6 de setembro de 2000, complementadas pelo disposto no inciso XVII do art. 9º do Anexo I do Decreto nº 5.510, de 12 de agosto de 2005, resolve:

Art. 1° Aprovar a 6ª edição do Manual de Elaboração do Anexo de Riscos Fiscais e do Relatório de Gestão Fiscal, o qual contém os correspondentes anexos, referentes aos demonstrativos descritos no § 3º do art. 4º e nos arts. 48 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que deverão ser utilizados pela União e pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Art. 2º Atribuir ao órgão central de contabilidade do Poder Executivo da União e aos órgãos equivalentes nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios a competência para a elaboração e a divulgação dos demonstrativos consolidados do Relatório de Gestão Fiscal, abrangendo todos os Poderes e órgãos de cada esfera.

Art. 3º Compete à Coordenação-Geral de Contabilidade, da Secretaria do Tesouro Nacional, a coordenação e a execução do processo de atualização permanente do Manual de Elaboração do Anexo de Riscos Fiscais e do Relatório de Gestão Fiscal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e tem seus efeitos aplicados a partir do exercício financeiro de 2007, revogando-se, a partir daquele exercício, a Portaria nº 586, de 29 de agosto de 2005, da STN, e as disposições em contrário.

CARLOS KAWALL LEAL FERREIRA

PORTARIA Nº 633, DE 30 DE AGOSTO DE 2006

Aprova a 6ª edição do Manual de Elaboração do Anexo de Metas Fiscais e do Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

O SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 403, de 2 de dezembro de 2005, do MF, e

Considerando o disposto no § 2º, do art. 50 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que atribui encargos ao órgão central de contabilidade da União;

Considerando o disposto no inciso I do art. 4º do Decreto nº 3.589, de 6 de setembro de 2000, e no inciso I do art. 17 da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, que conferem à Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, a condição de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal;

Considerando as competências do órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, estabelecidas no art. 5º do Decreto nº 3.589, de 6 de setembro de 2000, complementadas pelo disposto no inciso XVII do art. 9º do Anexo I do Decreto nº 5.510, de 12 de agosto de 2005, resolve:

Art. 1° Aprovar a 6ª edição do Manual de Elaboração do Anexo de Metas Fiscais e do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, o qual contém os correspondentes anexos, referentes aos demonstrativos descritos nos §§ 1º e 2º do art. 4º e nos arts. 48, 52 e 53 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que deverão ser utilizados pela União e pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Art. 2° Compete à Coordenação-Geral de Contabilidade, da Secretaria do Tesouro Nacional, a coordenação e a execução do processo de atualização permanente do Manual de Elaboração do Anexo de Metas Fiscais e do Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e tem seus efeitos aplicados a partir do exercício financeiro de 2007, revogando-se, a partir daquele exercício, a Portaria nº 587, de 29 de agosto de 2005, da STN, e as disposições em contrário.

CARLOS KAWALL LEAL FERREIRA

PORTARIA Nº 661, DE 4 DE SETEMBRO DE 2006

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, e tendo em vista as condições gerais de oferta de títulos públicos previstas na Portaria STN n° 410, de 04 de agosto de 2003, resolve:

Art. 1º Tornar públicas as condições específicas a serem observadas na oferta pública de Letras do Tesouro Nacional - LTN, cujas características estão definidas no Decreto n° 3.859, de 04 de julho de 2001:

I - data do acolhimento das propostas e do leilão: 05.09.2006;

II - horário para acolhimento das propostas: de 12h às 13h;

III - divulgação do resultado do leilão: na data do leilão, a partir das 14h30, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da emissão: 06.09.2006;

V - data da liquidação financeira: 06.09.2006;

VI - critério de seleção das propostas: melhor preço para o Tesouro Nacional;

VII - sistema eletrônico a ser utilizado: exclusivamente o Sistema Oferta Pública Formal Eletrônica (OFPUB), nos termos do Regulamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC); e

VIII - características da emissão:

Título	Prazo (dias)	Quantidade (em mil)	Valor Nominal (em R$)	Data do Vencimento	Adquirente
LTN	298	1.000	1.000,000000	01.07.2007	Público
LTN	573	3.000	1.000,000000	01.04.2008	Público
LTN	848	1.000	1.000,000000	01.01.2009	Público
LTN	573	2.000	1.000,000000	01.04.2008	BACEN

Art. 2º Na formulação das propostas deverá ser utilizado preço unitário com seis casas decimais, devendo o montante de cada proposta contemplar quantidades múltiplas de cinqüenta títulos.

Art. 3º As instituições credenciadas a operar com o DEMAB/BCB e com a CODIP/STN, nos termos da Decisão Conjunta nº 14, de 20 de março de 2003, poderão realizar operação especial, definida pelo art. 1º, inciso I, do Ato Normativo Conjunto nº 10, de 27 de julho de 2006, que consistirá na aquisição de LTN com as características apresentadas abaixo, pelo preço médio apurado na oferta pública de que trata o art. 1º desta Portaria:

I - data da operação especial: 05.09.2006;

II - horário para acolhimento das propostas: de 15h às 15h30;

III - divulgação da quantidade total vendida: na data do leilão, a partir das 16h, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da liquidação financeira: 06.09.2006; e

V - características da emissão:

Título	Prazo (dias)	Quantidade (em mil)	Valor Nominal (em R$)	Data do Vencimento
LTN	298	150	1.000,000000	01.07.2007
LTN	573	450	1.000,000000	01.04.2008
LTN	848	150	1.000,000000	01.01.2009

Parágrafo único. Somente será realizada a operação especial prevista neste artigo, se a totalidade do volume ofertado ao público, nos termos do art. 1º desta Portaria, for vendida.

Art. 4º A quantidade de títulos a ser ofertada na operação especial referida no art. 3º, será alocada em conformidade com o disposto no art. 4º do Ato Normativo Conjunto nº 10, de 2006:

I - 60% (sessenta por cento) às instituições denominadas “dealers” primários; e

II - 40% (quarenta por cento) às instituições denominadas “dealers” especialistas.

Parágrafo único. Dos títulos destinados a cada grupo, a quantidade máxima que poderá ser adquirida por cada instituição observará os critérios estabelecidos no art. 4º, § 1º, do mencionado Ato Normativo, e será informada à instituição por meio do Sistema OFPUB.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

PORTARIA Nº 662, DE 4 DE SETEMBRO DE 2006

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, e tendo em vista as condições gerais de oferta de títulos públicos previstas na Portaria STN n° 410, de 04 de agosto de 2003, resolve:

Art. 1º Tornar públicas as condições específicas a serem observadas na oferta pública de Notas do Tesouro Nacional, série F - NTN-F, cujas características estão definidas no Decreto nº 3.859, de 04 de julho de 2001:

I - data do acolhimento das propostas e do leilão: 05.09.2006;

II - horário para acolhimento das propostas: de 12h às 13h;

III - divulgação do resultado do leilão: na data do leilão, a partir das 14h30, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da emissão: 06.09.2006;

V - data da liquidação financeira: 06.09.2006;

VI - critério de seleção das propostas: melhor preço para o Tesouro Nacional;

VII - sistema eletrônico a ser utilizado: exclusivamente o Sistema Oferta Pública Formal Eletrônica (OFPUB), nos termos do Regulamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC); e

VIII - características da emissão:

Título	Prazo (dias)	Taxa de Juros (a.a.)	Quantidade (em mil)	Valor Nominal (em R$)	Data do Vencimento	Adquirente
NTN-F	1.943	10%	300	1.000,000000	01.01.2012	Público
NTN-F	2.674	10%	300	1.000,000000	01.01.2014	Público

Parágrafo único. Os cupons de juros das NTN-F poderão ser negociados separadamente do principal, mantidas as características da emissão.

Art. 2º Na formulação das propostas deverá ser utilizado preço unitário com seis casas decimais, devendo o montante de cada proposta contemplar quantidades múltiplas de cinqüenta títulos.

Art. 3º As instituições credenciadas a operar com o DEMAB/BCB e com a CODIP/STN, nos termos da Decisão Conjunta nº 14, de 20 de março de 2003, poderão realizar operação especial, definida pelo art. 1º, inciso I, do Ato Normativo Conjunto nº 10, de 27 de julho de 2006, que consistirá na aquisição de NTN-F com as características apresentadas abaixo, pelo preço médio apurado na oferta pública de que trata o art. 1º desta Portaria:

I - data da operação especial: 05.09.2006;

II - horário para acolhimento das propostas: de 15h às 15h30;

III - divulgação da quantidade total vendida: na data do leilão, a partir das 16h, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da liquidação financeira: 06.09.2006; e

V - características da emissão:

Título	Prazo (dias)	Taxa de Juros (a.a.)	Quantidade (em mil)	Valor Nominal (em R$)	Data do Vencimento
NTN-F	1.943	10%	45	1.000,000000	01.01.2012
NTN-F	2.674	10%	45	1.000,000000	01.01.2014

Parágrafo primeiro. Os cupons de juros das NTN-F poderão ser negociados separadamente do principal, mantidas as características da emissão.

Parágrafo segundo. Somente será realizada a operação especial prevista neste artigo, se a totalidade do volume ofertado ao público, nos termos do art. 1º desta Portaria, for vendida.

Art. 4º A quantidade de títulos a ser ofertada na operação especial referida no art. 3º, será alocada em conformidade com o disposto no art. 4º do Ato Normativo Conjunto nº 10, de 2006:

I - 60% (sessenta por cento) às instituições denominadas “dealers” primários; e

II - 40% (quarenta por cento) às instituições denominadas “dealers” especialistas.

Parágrafo único. Dos títulos destinados a cada grupo, a quantidade máxima que poderá ser adquirida por cada instituição observará os critérios estabelecidos no art. 4º, § 1º, do mencionado Ato Normativo, e será informada à instituição por meio do Sistema OFPUB.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
1ª CÂMARA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Edifício Alvorada, segundo andar em Brasília - Distrito Federal.

Observação: Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro ou Procurador da Fazenda Nacional, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

Dia 19 de setembro de 2006, às 09:00 Horas

Relator: Walber José da Silva

001 - Recurso: 128431 - Proc: 13884.004941/2003-17 - Recte: MECTRON - ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. - Recda: DRJ-CAMPINAS/SP - Matéria: COFINS

002 - Recurso: 133106 - Proc: 13005.000398/2002-56 - Recte: INDUSTRIAL BOETTCHER DE TABACOS LTDA. - Recda: DRJ-SANTA MARIA/RS - Matéria: PIS

003 - Recurso: 133107 - Proc: 13005.000397/2002-10 - Recte: INDUSTRIAL BOETTCHER DE TABACOS LTDA. - Recda: DRJ-SANTA MARIA/RS - Matéria: COFINS

004 - Recurso: 133108 - Proc: 13005.000938/2002-00 - Recte: INDUSTRIAL BOETTCHER DE TABACOS LTDA. - Recda: DRJ-SANTA MARIA/RS - Matéria: PIS

005 - Recurso: 133109 - Proc: 13005.001334/2001-91 - Recte: INDUSTRIAL BOETTCHER DE TABACOS LTDA. - Recda: DRJ-SANTA MARIA/RS - Matéria: PIS

006 - Recurso: 133110 - Proc: 13005.000754/2003-12 - Recte: INDUSTRIAL BOETTCHER DE TABACOS LTDA. - Recda: DRJ-SANTA MARIA/RS - Matéria: PIS

007 - Recurso: 133111 - Proc: 13005.000939/2002-46 - Recte: INDUSTRIAL BOETTCHER DE TABACOS LTDA. - Recda: DRJ-SANTA MARIA/RS - Matéria: COFINS

Relator: Gileno Gurjão Barreto

008 - Recurso: 129802 - Proc: 13603.002729/2003-24 - Recte: ESAB S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO - Recda: DRJ-BELO HORIZONTE/MG - Matéria: PIS

- Vista ao Conselheiro Fernando Luiz da Gama Lobo D'Eça

Relator: Maurício Taveira e Silva

009 - Recurso: 129238 - Proc: 10435.000350/2001-17 - Recte: NOTARO ALIMENTOS LTDA. - Recda: DRJ-RECIFE/PE - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

- Vista à Conselheira Josefa Maria Coelho Marques

010 - Recurso: 130107 - Proc: 10435.000845/2003-08 - Recte: GONÇALVES SILVESTRE E CIA LTDA. - Recda: DRJ-RECIFE/PE - Matéria: COFINS

- Vista ao Conselheiro Gustavo Vieira de Melo Monteiro

Relator: Fernando Luiz da Gama Lobo D'Eça

011 - Recurso: 127645 - Proc: 10935.002918/2003-57 - Recte: EUCATUR - EMPRESA UNIÃO CASCAVEL DE TRANSPORTES E TURISMO LTDA. - Recda: DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: PIS

- Vista ao Conselheiro Walber José da Silva

012 - Recurso: 128881 - Proc: 13832.000110/99-61 - Recte: MOROSCAR SECOS E MOLHADOS LTDA. - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESTITUIÇÃO/COMP PIS

013 - Recurso: 131601 - Proc: 10920.001423/99-12 - Recte: ATACADO JOINVILLE LTDA. - Recda: DRJ-FLORIANÓPOLIS/SC - Matéria: PIS

Relator: José Antonio Francisco

014 - Recurso: 131852 - Proc: 13708.000829/00-89 - Recte: IPECOL S/A INDÚSTRIA DE ENVELOPES - Recda: DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

015 - Recurso: 131853 - Proc: 13710.001169/00-41 - Recte: IPECOL S/A INDÚSTRIA DE ENVELOPES - Recda: DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

016 - Recurso: 131854 - Proc: 13710.001376/00-03 - Recte: IPECOL S/A INDÚSTRIA DE ENVELOPES - Recda: DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

017 - Recurso: 131855 - Proc: 13710.001573/00-04 - Recte: IPECOL S/A INDÚSTRIA DE ENVELOPES - Recda: DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

018 - Recurso: 131856 - Proc: 13710.002340/00-93 - Recte: IPECOL S/A INDÚSTRIA DE ENVELOPES - Recda: DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

019 - Recurso: 131857 - Proc: 13710.002676/00-74 - Recte: IPECOL S/A INDÚSTRIA DE ENVELOPES - Recda: DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

Relatora: Fabiola Cassiano Keramidas

020 - Recurso: 121308 - Proc: 10480.005030/2001-08 - Recte: CBE - COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO - Recda: DRJ-RECIFE/PE - Matéria: PIS

- Vista ao Conselheiro Gileno Gurjão Barreto - Vista ao Conselheiro Walber José da Silva

021 - Recurso: 129198 - Proc: 13605.000269/99-04 - Recte: ORGANIZAÇÃO COMERCIAL SÃO PEDRO LTDA. - Recda: DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: RESTITUIÇÃO/COMP PIS

- Vista à Conselheira Josefa Maria Coelho Marques

022 - Recurso: 129410 - Proc: 11080.007048/2002-92 - Recte: CONSERVAS RITTER S/A INDUSTRIAL AGRÍCOLA COMERCIAL - Recda: DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Matéria: RESTITUIÇÃO/COMP PIS

023 - Recurso: 133787 - Proc: 10620.000696/2003-81 - Recte: DISVOL DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS CURVELO LTDA. - Recda: DRJ-BELO HORIZONTE/MG - Matéria: PIS

- Vista à Conselheira Josefa Maria Coelho Marques - Vista ao Conselheiro Gileno Gurjão Barreto

Relator: Gustavo Vieira de Melo Monteiro

024 - Recurso: 129728 - Proc: 10735.002440/00-34 - Recte: PETROFLEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. - Recda: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ - Matéria: PIS

Dia 19 de setembro de 2006, às 14:00 Horas

Relator: Walber José da Silva

025 - Recurso: 129698 - Proc: 10630.000919/2003-91 - Recte: IRMÃOS GARDINGO COM. E DISTRIBUIDORA LTDA. - Recda: DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: PIS

026 - Recurso: 129699 - Proc: 10630.000918/2003-47 - Recte: IRMÃOS GARDINGO COM. E DISTRIBUIDORA LTDA. - Recda: DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: PIS

027 - Recurso: 131573 - Proc: 10421.000154/2001-93 - Recte: CONCREPAC ENGENHARIA DE CONCRETOS LTDA. - Recda: DRJ-RECIFE/PE - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

028 - Recurso: 131574 - Proc: 10421.000120/2001-07 - Recte: CONCREPAC ENGENHARIA DE CONCRETOS LTDA. - Recda: DRJ-RECIFE/PE - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

029 - Recurso: 131575 - Proc: 10421.000046/2002-00 - Recte: CONCREPAC ENGENHARIA DE CONCRETOS LTDA. - Recda: DRJ-RECIFE/PE - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

030 - Recurso: 131576 - Proc: 10421.000006/2002-50 - Recte: CONCREPAC ENGENHARIA DE CONCRETOS LTDA. - Recda: DRJ-RECIFE/PE - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

031 - Recurso: 131577 - Proc: 10421.000072/2001-49 - Recte: CONCREPAC ENGENHARIA DE CONCRETOS LTDA. - Recda: DRJ-RECIFE/PE - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

032 - Recurso: 131578 - Proc: 11618.001278/2001-51 - Recte: CONCREPAC ENGENHARIA DE CONCRETOS LTDA. - Recda: DRJ-RECIFE/PE - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

Relator: Gileno Gurjão Barreto

033 - Recurso: 129200 - Proc: 13605.000307/99-93 - Recte: QUALITEC E SERVIÇOS LTDA. - Recda: DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: RESTITUIÇÃO/COMP PIS

Relator: Maurício Taveira e Silva

034 - Recurso: 128863 - Proc: 10820.000299/00-67 - Recte: MONREAL ENGENHARIA LTDA. - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESTITUIÇÃO/COMP PIS

035 - Recurso: 128865 - Proc: 13407.000157/2001-01 - Recte: H. MORAIS & CIA. LTDA. - Recda: DRJ-RECIFE/PE - Matéria: RESTITUIÇÃO/COMP PIS

Relator: Fernando Luiz da Gama Lobo D'Eça

036 - Recurso: 128066 - Proc: 19647.003689/2003-16 - Recte: VIA LIVROS LTDA. - Recda: DRJ-RECIFE/PE - Matéria: PIS

037 - Recurso: 128896 - Proc: 13894.001870/2003-81 - Recte: ORSA CELULOSE, PAPEL E EMBALAGENS S/A - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: IPI

038 - Recurso: 130209 - Proc: 10675.003430/2002-74 - Recte: AUTOMINAS LTDA. - Recda: DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: PIS

- Vista ao Conselheiro José Antonio Francisco

039 - Recurso: 130924 - Proc: 10218.000806/2003-67 - Recte: LEOLAR MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA. - Recda: DRJ-BELÉM/PA - Matéria: COFINS E PIS

- Vista ao Conselheiro Gileno Gurjão Barreto

Relator: José Antonio Francisco

040 - Recurso: 124089 - Proc: 10480.016678/2002-82 - Recte: FORRÓ INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E BEBIDAS LTDA. - Recda: DRJ-RECIFE/PE - Matéria: IPI

041 - Recurso: 129426 - Proc: 13603.001260/99-41 - Recte: EXPRESSO TRANSAMAZONAS S/A - Recda: DRJ-BELO HORIZONTE/MG - Matéria: RESTITUIÇÃO/COMP PIS

- Vista à Conselheira Fabiola Cassiano Keramidas - Vista ao Conselheiro Gustavo Vieira de Melo Monteiro

042 - Recurso: 129727 - Proc: 13502.000861/2002-59 - Recte: FTC - FÁBRICA DE TUBOS E CONEXÕES LTDA. - Recda: DRJ-SALVADOR/BA - Matéria: PIS

043 - Recurso: 132080 - Proc: 10980.001115/2002-59 - Recte: CONSULT CONSULTORIA EMPRESARIAL S/C LTDA. - Recda: DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: COFINS

Relatora: Fabiola Cassiano Keramidas

044 - Recurso: 121565 - Proc: 10140.002409/2001-17 - Recte: BIGOLIN FERRAGENS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. - Recda: DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: COFINS

045 - Recurso: 129481 - Proc: 10166.004558/2002-03 - Recte: ORCA VEÍCULOS LTDA. - Recda: DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: COFINS

046 - Recurso: 130367 - Proc: 11516.001497/2004-21 - Recte: MILIOLI BEBIDAS LTDA. - Recda: DRJ-FLORIANÓPOLIS/SC - Matéria: COFINS

047 - Recurso: 133595 - Proc: 10930.000396/2004-80 - Recte: VANCOUROS COMÉRCIO DE COUROS LTDA. - Recda: DRJ-SANTA MARIA/RS - Matéria: IPI

Relator: Gustavo Vieira de Melo Monteiro

048 - Recurso: 131333 - Proc: 18471.002359/2002-19 - Recte: EMI MUSIC BRASIL LTDA. - Recda: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ - Matéria: COFINS

- Vista à Conselheira Fabiola Cassiano Keramidas

Dia 20 de setembro de 2006, às 09:00 Horas

Relatora: Josefa Maria Coelho Marques

049 - Recurso: 118590 - Proc: 10660.001450/00-19 - Recte: CELPA TRANSPORTES LTDA. - Recda: DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: RESTITUIÇÃO/COMP PIS

Relator: Walber José da Silva

050 - Recurso: 127198 - Proc: 10074.000984/00-10 - Recte: DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Inter: INFINEUM BRASIL LTDA. - Matéria: IPI

051 - Recurso: 130271 - Proc: 13362.000351/2002-23 - Recte: JORGE BATISTA & CIA. LTDA. - Recda: DRJ-FORTALEZA/CE - Matéria: COFINS

052 - Recurso: 130272 - Proc: 13362.000350/2002-89 - Recte: JORGE BATISTA & CIA. LTDA. - Recda: DRJ-FORTALEZA/CE - Matéria: PIS

053 - Recurso: 130563 - Proc: 10580.000990/2001-45 - Recte: SEMP TOSHIBA INFORMÁTICA LTDA. - Recda: DRJ-RECIFE/PE - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

- Vista ao Conselheiro José Antonio Francisco

054 - Recurso: 132300 - Proc: 13841.000272/2005-72 - Recte: DRJ-CAMPINAS/SP - Inter: DEDINI AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA. - Matéria: COFINS

Relator: Gileno Gurjão Barreto

055 - Recurso: 130999 - Proc: 10950.000852/2005-34 - Recte: ECLETUS MÓVEIS LTDA. - Recda: DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Matéria: IPI

056 - Recurso: 134741 - Proc: 10120.001516/2005-81 - Recte: ATACADISTA DE SECOS E MOLHADOS DINIZ LTDA. - Recda: DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: PIS

057 - Recurso: 134742 - Proc: 10120.001517/2005-26 - Recte: ATACADISTA DE SECOS E MOLHADOS DINIZ LTDA. - Recda: DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: COFINS

Relator: Maurício Taveira e Silva

058 - Recurso: 130090 - Proc: 19740.000057/2004-13 - Recte: BANCO SANTANDER S/A - Recda: DRJ-SÃO PAULO/SP - Matéria: IOF

- Vista ao Conselheiro Fernando Luiz da Gama Lobo D'Eça

059 - Recurso: 130219 - Proc: 16327.000948/2001-10 - Recte: BANCO MERCANTIL DE SÃO PAULO - FINASA S/A - Recda: DRJ-SÃO PAULO/SP - Matéria: CPMF

060 - Recurso: 131593 - Proc: 10768.018831/99-97 - Recte: BANCO MERCANTIL DE SÃO PAULO S/A - Recda: DRJ-SÃO PAULO/SP - Matéria: CPMF

061 - Recurso: 132055 - Proc: 10830.000705/97-78 - Recte: IGARATIBA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. - Recda: DRJ-CAMPINAS/SP - Matéria: IPI

Relator: Fernando Luiz da Gama Lobo D'Eça

062 - Recurso: 134156 - Proc: 11543.003998/2001-72 - Recte: COTIA TRADING S/A - Recda: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ - Matéria: PIS

063 - Recurso: 135114 - Proc: 19515.002353/2004-12 - Recte: DRJ-CAMPINAS/SP (RO) Inter: PARMALAT BRASIL S/A INDÚSTRIA DE ALIMENTOS (RO) - Recte: PARMALAT BRASIL S/A INDÚSTRIA DE ALIMENTOS (RV) - Recda: DRJ-CAMPINAS/SP (RV) - Matéria: IOF

Relator: José Antonio Francisco

064 - Recurso: 122834 - Proc: 10166.019621/99-13 - Recte: DRJ-SÃO PAULO/SP - Inter: BANCO DO BRASIL S/A - Matéria: IOF

065 - Recurso: 122835 - Proc: 10166.000470/2003-95 - Recte: BANCO DO BRASIL S/A - Recda: DRJ-SÃO PAULO/SP - Matéria: IOF

066 - Recurso: 124128 - Proc: 10166.007928/2003-37 - Recte: BANCO DO BRASIL S/A - Recda: DRJ-SÃO PAULO/SP - Matéria: CPMF

- Vista ao Conselheiro Fernando Luiz da Gama Lobo D'Eça

Relatora: Fabiola Cassiano Keramidas

067 - Recurso: 131732 - Proc: 10183.004200/2002-64 - Recte: ROSCH ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS E INFORMÁTICA LTDA. - Recda: DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: COFINS

068 - Recurso: 132611 - Proc: 13005.000169/2004-01 - Recte: PHILIP MORRIS BRASIL S/A - Recda: DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Matéria: IPI

Relator: Gustavo Vieira de Melo Monteiro

069 - Recurso: 131904 - Proc: 13819.003653/2003-29 - Recte: DRJ-CAMPINAS/SP (RO) - Inter: INYLBRA TAPETES E VELUDOS LTDA. (RO) Recte: INYLBRA TAPETES E VELUDOS LTDA. (RV) - Recda: DRJ-CAMPINAS/SP (RV)- Matéria: COFINS

070 - Recurso: 131905 - Proc: 13819.003654/2003-73 - Recte: INYLBRA TAPETES E VELUDOS LTDA. - Recda: DRJ-CAMPINAS/SP - Matéria: PIS

Dia 20 de setembro de 2006, às 14:00 Horas

Relatora: Josefa Maria Coelho Marques

071 - Recurso: 130593 - Proc: 10768.019937/00-69 - Recte: COMPANHIA VALE DO RIO DOCE - Recda: DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: COFINS

- Vista à Conselheira Fabiola Cassiano Keramidas

Relator: Walber José da Silva

072 - Recurso: 134598 - Proc: 10855.002449/2004-47 - Recte: PRYSMIAN ENERGIA CABOS E SISTEMAS DO BRASIL S/A (NOVA RAZÃO SOCIAL DE PIRELLI ENERGIA CABOS E SISTEMAS DO BRASIL S/A) - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

073 - Recurso: 134599 - Proc: 10855.000593/2004-49 - Recte: PRYSMIAN ENERGIA CABOS E SISTEMAS DO BRASIL S/A (NOVA RAZÃO SOCIAL DE PIRELLI ENERGIA CABOS E SISTEMAS DO BRASIL S/A) - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

074 - Recurso: 134600 - Proc: 10855.002159/2004-01 - Recte: PRYSMIAN ENERGIA CABOS E SISTEMAS DO BRASIL S/A (NOVA RAZÃO SOCIAL DE PIRELLI ENERGIA CABOS E SISTEMAS DO BRASIL S/A) - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

075 - Recurso: 134601 - Proc: 10855.002978/2004-41 - Recte: PRYSMIAN ENERGIA CABOS E SISTEMAS DO BRASIL S/A (NOVA RAZÃO SOCIAL DE PIRELLI ENERGIA CABOS E SISTEMAS DO BRASIL S/A) - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

076 - Recurso: 134602 - Proc: 10855.003317/2004-32 - Recte: PRYSMIAN ENERGIA CABOS E SISTEMAS DO BRASIL S/A (NOVA RAZÃO SOCIAL DE PIRELLI ENERGIA CABOS E SISTEMAS DO BRASIL S/A) - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

077 - Recurso: 134603 - Proc: 10855.003758/2003-53 - Recte: PRYSMIAN ENERGIA CABOS E SISTEMAS DO BRASIL S/A (NOVA RAZÃO SOCIAL DE PIRELLI ENERGIA CABOS E SISTEMAS DO BRASIL S/A) - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

078 - Recurso: 134604 - Proc: 10855.000049/2005-88 - Recte: PRYSMIAN ENERGIA CABOS E SISTEMAS DO BRASIL S/A (NOVA RAZÃO SOCIAL DE PIRELLI ENERGIA CABOS E SISTEMAS DO BRASIL S/A) - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

079 - Recurso: 134605 - Proc: 10855.000381/2005-42 - Recte: PRYSMIAN ENERGIA CABOS E SISTEMAS DO BRASIL S/A (NOVA RAZÃO SOCIAL DE PIRELLI ENERGIA CABOS E SISTEMAS DO BRASIL S/A) - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

080 - Recurso: 134606 - Proc: 10855.000603/2005-27 - Recte: PRYSMIAN ENERGIA CABOS E SISTEMAS DO BRASIL S/A (NOVA RAZÃO SOCIAL DE PIRELLI ENERGIA CABOS E SISTEMAS DO BRASIL S/A) - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

081 - Recurso: 134607 - Proc: 10855.000926/2005-11 - Recte: PRYSMIAN ENERGIA CABOS E SISTEMAS DO BRASIL S/A (NOVA RAZÃO SOCIAL DE PIRELLI ENERGIA CABOS E SISTEMAS DO BRASIL S/A) - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

082 - Recurso: 134608 - Proc: 10855.001213/2005-74 - Recte: PRYSMIAN ENERGIA CABOS E SISTEMAS DO BRASIL S/A (NOVA RAZÃO SOCIAL DE PIRELLI ENERGIA CABOS E SISTEMAS DO BRASIL S/A) - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

083 - Recurso: 134609 - Proc: 13876.000654/2005-07 - Recte: PRYSMIAN ENERGIA CABOS E SISTEMAS DO BRASIL S/A (NOVA RAZÃO SOCIAL DE PIRELLI ENERGIA CABOS E SISTEMAS DO BRASIL S/A) - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

084 - Recurso: 134860 - Proc: 10805.000715/2005-73 - Recte: PRYSMIAN ENERGIA CABOS E SISTEMAS DO BRASIL S/A (NOVA RAZÃO SOCIAL DE PIRELLI ENERGIA CABOS E SISTEMAS DO BRASIL S/A) - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

085 - Recurso: 134861 - Proc: 10805.000053/2005-31 - Recte: PRYSMIAN ENERGIA CABOS E SISTEMAS DO BRASIL S/A (NOVA RAZÃO SOCIAL DE PIRELLI ENERGIA CABOS E SISTEMAS DO BRASIL S/A) - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

086 - Recurso: 134862 - Proc: 10805.000930/2005-74 - Recte: PRYSMIAN ENERGIA CABOS E SISTEMAS DO BRASIL S/A (NOVA RAZÃO SOCIAL DE PIRELLI ENERGIA CABOS E SISTEMAS DO BRASIL S/A) - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

087 - Recurso: 134863 - Proc: 10805.000226/2005-11 - Recte: PRYSMIAN ENERGIA CABOS E SISTEMAS DO BRASIL S/A (NOVA RAZÃO SOCIAL DE PIRELLI ENERGIA CABOS E SISTEMAS DO BRASIL S/A) - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

088 - Recurso: 134864 - Proc: 10805.000399/2005-30 - Recte: PRYSMIAN ENERGIA CABOS E SISTEMAS DO BRASIL S/A (NOVA RAZÃO SOCIAL DE PIRELLI ENERGIA CABOS E SISTEMAS DO BRASIL S/A) - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

089 - Recurso: 134865 - Proc: 10805.000581/2005-91 - Recte: PRYSMIAN ENERGIA CABOS E SISTEMAS DO BRASIL S/A (NOVA RAZÃO SOCIAL DE PIRELLI ENERGIA CABOS E SISTEMAS DO BRASIL S/A) - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

090 - Recurso: 134866 - Proc: 10805.002197/2004-41 - Recte: PRYSMIAN ENERGIA CABOS E SISTEMAS DO BRASIL S/A (NOVA RAZÃO SOCIAL DE PIRELLI ENERGIA CABOS E SISTEMAS DO BRASIL S/A) - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

091 - Recurso: 134867 - Proc: 10805.002554/2004-71 - Recte: PRYSMIAN ENERGIA CABOS E SISTEMAS DO BRASIL S/A (NOVA RAZÃO SOCIAL DE PIRELLI ENERGIA CABOS E SISTEMAS DO BRASIL S/A) - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

092 - Recurso: 134868 - Proc: 10805.001381/2005-55 - Recte: PRYSMIAN ENERGIA CABOS E SISTEMAS DO BRASIL S/A (NOVA RAZÃO SOCIAL DE PIRELLI ENERGIA CABOS E SISTEMAS DO BRASIL S/A) - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

093 - Recurso: 134869 - Proc: 10805.001175/2005-45 - Recte: PRYSMIAN ENERGIA CABOS E SISTEMAS DO BRASIL S/A (NOVA RAZÃO SOCIAL DE PIRELLI ENERGIA CABOS E SISTEMAS DO BRASIL S/A) - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

Relator: Gileno Gurjão Barreto

094 - Recurso: 129848 - Proc: 11030.001625/2004-90 - Recte: BERTOL S.A. - INDÚSTRIA, COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO - Recda: DRJ-SANTA MARIA/RS - Matéria: COFINS

095 - Recurso: 132570 - Proc: 10909.002134/00-13 - Recte: SEARA ALIMENTOS S/A - Recda: DRJ-SANTA MARIA/RS - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

096 - Recurso: 134228 - Proc: 13888.001721/2002-11 - Recte: BG COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

Relator: Maurício Taveira e Silva

097 - Recurso: 130905 - Proc: 13897.000294/00-57 - Recte: FIRMENICH & CIA. LTDA. - Recda: DRJ-CAMPINAS/SP - Matéria: RESTITUIÇÃO/COMP PIS

098 - Recurso: 131893 - Proc: 10120.002149/2005-33 - Recte: CIPA INDUSTRIAL DE PRODUTOS ALIMENTARES LTDA. - Recda: DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: PIS

099 - Recurso: 132820 - Proc: 13896.000956/2001-13 - Recte: GTECH BRASIL LTDA. - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

Relator: Fernando Luiz da Gama Lobo D'Eça

100 - Recurso: 126161 - Proc: 10840.002252/2003-96 - Recte: NARDINI AGROINDUSTRIAL LTDA. - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: IPI

- Vista à Conselheira Fabiola Cassiano Keramidas

101 - Recurso: 132431 - Proc: 18471.000306/2005-06 - Recte: DOCAS INVESTIMENTOS S/A - Recda: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ - Matéria: PIS

- Vista ao Conselheiro Walber José da Silva

Relator: José Antonio Francisco

102 - Recurso: 132614 - Proc: 13603.000616/2002-11 - Recte: DRJ-BELO HORIZONTE/MG (RO) - Inter: FIAT AUTOMÓVEIS S/A (RO) - Recte: FIAT AUTOMÓVEIS S/A (RV)- Recda: DRJ-BELO HORIZONTE/MG (RV)- Matéria: COFINS

103 - Recurso: 133636 - Proc: 16327.002193/00-18 - Recte: BANCO ÚNICO S/A (ATUAL DENOMINAÇÃO SOCIAL DE BANCO BNL DO BRASIL S/A)- Recda: DRJ-CAMPINAS/SP - Matéria: IOF

Relatora: Fabiola Cassiano Keramidas

104 - Recurso: 129632 - Proc: 11041.000550/2004-09 - Recte: PAMPEANO ALIMENTOS S.A. - Recda: DRJ-SANTA MARIA/RS - Matéria: PIS

105 - Recurso: 129633 - Proc: 11041.000549/2004-76 - Recte: PAMPEANO ALIMENTOS S.A. - Recda: DRJ-SANTA MARIA/RS - Matéria: COFINS

Relator: Gustavo Vieira de Melo Monteiro

106 - Recurso: 125071 - Proc: 10980.005840/2003-87 - Recte: UNITED COLORS OF BENETTON DO BRASIL LTDA. - Recda: DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: COFINS

- Vista à Conselheira Josefa Maria Coelho Marques

107 - Recurso: 130234 - Proc: 10680.015749/2004-35 - Recte: FIAT AUTOMÓVEIS S/A - Recda: DRJ-BELO HORIZONTE/MG - Matéria: COFINS

- Vista ao Conselheiro Fernando Luiz da Gama Lobo D'Eça - Vista ao Conselheiro José Antonio Francisco

Dia 21 de setembro de 2006, às 09:00 Horas

Relatora: Josefa Maria Coelho Marques

108 - Recurso: 131858 - Proc: 13710.003085/00-23 - Recte: IPECOL S/A INDÚSTRIA DE ENVELOPES - Recda: DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

109 - Recurso: 131859 - Proc: 13710.000874/2001-91 - Recte: IPECOL S/A INDÚSTRIA DE ENVELOPES - Recda: DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

110 - Recurso: 131871 - Proc: 13710.002181/00-81 - Recte: IPECOL S/A INDÚSTRIA DE ENVELOPES - Recda: DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

111 - Recurso: 131872 - Proc: 13708.000743/00-65 - Recte: IPECOL S/A INDÚSTRIA DE ENVELOPES - Recda: DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

Relator: Walber José da Silva

112 - Recurso: 130215 - Proc: 10680.002008/00-16 - Recte: S/A MINERAÇÃO DA TRINDADE - SAMITRI - Recda: DRJ-BELO HORIZONTE/MG - Matéria: COFINS

113 - Recurso: 130353 - Proc: 13807.005871/00-12 - Recte: RHODIA BRASIL LTDA. - Recda: DRJ-CAMPINAS/SP - Matéria: PIS

114 - Recurso: 132803 - Proc: 13603.002168/2005-25 - Recte: PLÁSTICOS MUELLER S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO - Recda: DRJ-BELO HORIZONTE/MG - Matéria: COFINS

115 - Recurso: 133786 - Proc: 10830.007257/00-74 - Recte: MOGIANA ALIMENTOS S/A - Recda: DRJ-CAMPINAS/SP - Matéria: RESTITUIÇÃO/COMP PIS

- Vista ao Conselheiro Gileno Gurjão Barreto

116 - Recurso: 134964 - Proc: 10280.004814/2004-18 - Recte: DRJ-BELÉM/PA - Inter: LÍDER SUPERMERCADOS E MAGAZINE LTDA. - Matéria: COFINS

Relator: Gileno Gurjão Barreto

117 - Recurso: 128912 - Proc: 13839.004277/00-00 - Recte: DURATEX S/A - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: IPI

118 - Recurso: 130101 - Proc: 10768.019943/00-61 - Recte: BANCO NACIONAL DE INVESTIMENTOS S.A. EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL (SUCESSORA DE NAPART PARTICIPAÇÕES LTDA. - SUCESSORA DE OPERANDA OPERADORA DE NEGÓCIOS LTDA.) - Recda: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ - Matéria: RESTITUIÇÃO/COMP PIS

119 - Recurso: 130115 - Proc: 10120.009711/2002-15 - Recte: BANCO BRASILEIRO COMERCIAL S/A - Recda: DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: PIS

Relator: Maurício Taveira e Silva

120 - Recurso: 130871 - Proc: 10280.004013/2002-82 - Recte: LIDER SUPERMERCADO E MAGAZINE LTDA. - Recda: DRJ-BELÉM/PA - Matéria: COFINS

121 - Recurso: 130872 - Proc: 10280.004023/2002-18 - Recte: LIDER SUPERMERCADOS E MAGAZINE LTDA. - Recda: DRJ-BELÉM/PA - Matéria: COFINS

122 - Recurso: 131449 - Proc: 10280.004010/2002-49 - Recte: LIDER SUPERMERCADOS E MAGAZINE LTDA. - Recda: DRJ-BELÉM/PA - Matéria: COFINS

123 - Recurso: 131450 - Proc: 10280.004006/2002-81 - Recte: LIDER SUPERMERCADOS E MAGAZINE LTDA. - Recda: DRJ-BELÉM/PA - Matéria: COFINS

124 - Recurso: 131451 - Proc: 10280.004005/2002-36 - Recte: LIDER SUPERMERCADOS E MAGAZINE LTDA. - Recda: DRJ-BELÉM/PA - Matéria: COFINS

125 - Recurso: 131452 - Proc: 10280.004024/2002-62 - Recte: LIDER SUPERMERCADOS E MAGAZINE LTDA. - Recda: DRJ-BELÉM/PA - Matéria: COFINS

Relator: Fernando Luiz da Gama Lobo D'Eça

126 - Recurso: 130358 - Proc: 11065.002800/2002-05 - Recte: COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS MÉDICOS DO VALE DO CAÍ LTDA. - Recda: DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Matéria: PIS

127 - Recurso: 130359 - Proc: 10945.004179/99-81 - Recte: COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR (SUCESSORA DE COOPERATIVA AGROPECUÁRIA TRÊS FRONTEIRAS LTDA.) - Recda: DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

128 - Recurso: 130370 - Proc: 13558.000269/2002-10 - Recte: DRJ-SÃO PAULO/SP - Inter: COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS MÉDICOS E DEMAIS PROFISSIONAIS DE SAÚDE DO EXTREMO SUL DA BAHIA - UNICRED EXTREMO SUL - Matéria: CPMF

Relator: José Antonio Francisco

129 - Recurso: 124606 - Proc: 10880.015821/97-88 - Recte: COOPERATIVA DE PRODUTORES DE CANA, AÇÚCAR E ÁLCOOL DO ESTADO DE SÃO PAULO LTDA. - COPERSUCAR - Recda: DRJ-SÃO PAULO/SP - Matéria: IPI

- Vista ao Conselheiro Gustavo Vieira de Melo Monteiro

130 - Recurso: 135883 - Proc: 10920.002673/2005-99 - Recte: AB PLAST MANUFATURADOS PLÁSTICOS LTDA. - Recda: DRJ-FLORIANÓPOLIS/SC - Matéria: PIS

131 - Recurso: 135884 - Proc: 10920.002672/2005-44 - Recte: AB PLAST MANUFATURADOS PLÁSTICOS LTDA. - Recda: DRJ-FLORIANÓPOLIS/SC - Matéria: MULTAS DIVERSAS

132 - Recurso: 135885 - Proc: 10920.002671/2005-08 - Recte: AB PLAST MANUFATURADOS PLÁSTICOS LTDA. - Recda: DRJ-FLORIANÓPOLIS/SC - Matéria: IPI

Relatora: Fabiola Cassiano Keramidas

133 - Recurso: 129835 - Proc: 13808.001196/2001-03 - Recte: S/A PAULISTA DE CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO - Recda: DRJ-CAMPINAS/SP - Matéria: COFINS

134 - Recurso: 129836 - Proc: 13808.001198/2001-94 - Recte: S/A PAULISTA DE CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO - Recda: DRJ-CAMPINAS/SP - Matéria: PIS

135 - Recurso: 132849 - Proc: 13807.004238/99-11 - Recte: S/A PAULISTA DE CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO - Recda: DRJ-SÃO PAULO/SP - Matéria: RESTITUIÇÃO/COMP PIS

Relator: Gustavo Vieira de Melo Monteiro

136 - Recurso: 131453 - Proc: 10280.004012/2002-38 - Recte: LIDER SUPERMERCADOS E MAGAZINE LTDA. - Recda: DRJ-BELÉM/PA - Matéria: COFINS

137 - Recurso: 131454 - Proc: 10280.004007/2002-25 - Recte: LIDER SUPERMERCADOS E MAGAZINE LTDA. - Recda: DRJ-BELÉM/PA - Matéria: COFINS

138 - Recurso: 131455 - Proc: 10280.004017/2002-61 - Recte: LIDER SUPERMERCADOS E MAGAZINE LTDA. - Recda: DRJ-BELÉM/PA - Matéria: COFINS

139 - Recurso: 131456 - Proc: 10280.004019/2002-50 - Recte: LIDER SUPERMERCADOS E MAGAZINE LTDA. - Recda: DRJ-BELÉM/PA - Matéria: COFINS

Dia 21 de setembro de 2006, às 14:00 Horas

Relatora: Josefa Maria Coelho Marques

140 - Recurso: 126139 - Proc: 11080.006439/2003-71 - Recte: ZIVI S/A CUTELARIA - Recda: DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Matéria: PIS

141 - Recurso: 126143 - Proc: 11080.006436/2003-37 - Recte: ZIVI S/A CUTELARIA - Recda: DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Matéria: COFINS

Relator: Walber José da Silva

142 - Recurso: 128434 - Proc: 10825.001176/99-98 - Recte: TILIBRA S/A PRODUTOS DE PAPELARIA - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

143 - Recurso: 129489 - Proc: 10640.000818/2001-30 - Recte: TOKO - INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA. - Recda: DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: COFINS

144 - Recurso: 131294 - Proc: 11080.010389/2002-45 - Recte: ADUBOS TREVO S/A - Recda: DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Matéria: RESTITUIÇÃO/COMP PIS

- Vista ao Conselheiro Gileno Gurjão Barreto

Relator: Gileno Gurjão Barreto

145 - Recurso: 129726 - Proc: 10865.001152/2003-64 - Recte: DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS FÊNIX LTDA. - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: PIS

146 - Recurso: 131579 - Proc: 11618.000553/2001-10 - Recte: CONCREPAC ENGENHARIA DE CONCRETOS LTDA. - Recda: DRJ-RECIFE/PE - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

147 - Recurso: 131580 - Proc: 11618.000550/2001-86 - Recte: CONCREPAC ENGENHARIA DE CONCRETOS LTDA. - Recda: DRJ-RECIFE/PE - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

148 - Recurso: 131581 - Proc: 11618.001277/2001-15 - Recte: CONCREPAC ENGENHARIA DE CONCRETOS LTDA. - Recda: DRJ-RECIFE/PE - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

- Vista à Conselheira Josefa Maria Coelho Marques

149 - Recurso: 131582 - Proc: 11618.000941/2001-09 - Recte: CONCREPAC ENGENHARIA DE CONCRETOS LTDA. - Recda: DRJ-RECIFE/PE - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

- Vista ao Conselheiro José Antonio Francisco

150 - Recurso: 131583 - Proc: 11618.000942/2001-45 - Recte: CONCREPAC ENGENHARIA DE CONCRETOS LTDA. - Recda: DRJ-RECIFE/PE - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

Relator: Maurício Taveira e Silva

151 - Recurso: 128856 - Proc: 19515.000084/2004-41 - Recte: ONÇA INDÚSTRIAS METALÚRGICAS S/A - Recda: DRJ-SÃO PAULO/SP - Matéria: IPI

152 - Recurso: 129214 - Proc: 10380.002511/2002-62 - Recte: NAZÁRIA DISTRIBUIDORA E REPRESENTAÇÕES LTDA. - Recda: DRJ-FORTALEZA/CE - Matéria: RESTITUIÇÃO/COMP PIS

153 - Recurso: 131384 - Proc: 10680.002909/2004-86 - Recte: COMPANHIA BRASILEIRA DE METALURGIA E MINERAÇÃO - Recda: DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: COFINS

- Vista ao Conselheiro José Antonio Francisco - Vista à Conselheira Josefa Maria Coelho Marques

Relator: Fernando Luiz da Gama Lobo D'Eça

154 - Recurso: 134987 - Proc: 13881.000304/2003-00 - Recte: AMSTED-MAXION FUNDIÇAO E EQUIPAMENTOS FERROVIÁRIOS S/A - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

155 - Recurso: 134988 - Proc: 13881.000305/2003-46 - Recte: AMSTED-MAXION FUNDIÇAO E EQUIPAMENTOS FERROVIÁRIOS S/A - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

156 - Recurso: 134989 - Proc: 13881.000308/2003-80 - Recte: AMSTED-MAXION FUNDIÇAO E EQUIPAMENTOS FERROVIÁRIOS S/A - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

157 - Recurso: 134990 - Proc: 13881.000321/2003-39 - Recte: AMSTED-MAXION FUNDIÇAO E EQUIPAMENTOS FERROVIÁRIOS S/A - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

158 - Recurso: 134991 - Proc: 13881.000309/2003-24 - Recte: AMSTED-MAXION FUNDIÇAO E EQUIPAMENTOS FERROVIÁRIOS S/A - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

Relator: José Antonio Francisco

159 - Recurso: 134801 - Proc: 13881.000145/2004-16 - Recte: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Inter: AMSTED-MAXION FUNDIÇÃO E EQUIPAMENTOS FERROVIÁRIOS S/A - Matéria: COMPENSAÇÃO DE IPI

160 - Recurso: 134802 - Proc: 13881.000143/2004-27 - Recte: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Inter: AMSTED-MAXION FUNDIÇÃO E EQUIPAMENTOS FERROVIÁRIOS S/A - Matéria: COMPENSAÇÃO DE IPI

161 - Recurso: 134803 - Proc: 13881.000141/2004-38 - Recte: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Inter: AMSTED-MAXION FUNDIÇÃO E EQUIPAMENTOS FERROVIÁRIOS S/A - Matéria: COMPENSAÇÃO DE IPI

162 - Recurso: 134936 - Proc: 13881.000042/2004-56 - Recte: AMSTED-MAXION FUNDIÇÃO E EQUIPAMENTOS FERROVIÁRIOS S/A - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

163 - Recurso: 134937 - Proc: 13881.000043/2004-09 - Recte: AMSTED-MAXION FUNDIÇÃO E EQUIPAMENTOS FERROVIÁRIOS S/A - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

164 - Recurso: 134938 - Proc: 13881.000144/2004-71 - Recte: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Inter: AMSTED-MAXION FUNDIÇÃO E EQUIPAMENTOS FERROVIÁRIOS S/A - Matéria: COFINS

165 - Recurso: 134992 - Proc: 13881.000307/2003-35 - Recte: AMSTED-MAXION FUNDIÇAO E EQUIPAMENTOS FERROVIÁRIOS S/A - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

166 - Recurso: 134993 - Proc: 13881.000320/2003-94 - Recte: AMSTED-MAXION FUNDIÇAO E EQUIPAMENTOS FERROVIÁRIOS S/A - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

167 - Recurso: 134997 - Proc: 13881.000103/2004-85 - Recte: AMSTED-MAXION FUNDIÇAO E EQUIPAMENTOS FERROVIÁRIOS S/A - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

168 - Recurso: 134998 - Proc: 13881.000104/2004-20 - Recte: AMSTED-MAXION FUNDIÇAO E EQUIPAMENTOS FERROVIÁRIOS S/A - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

169 - Recurso: 134999 - Proc: 13881.000105/2004-74 - Recte: AMSTED-MAXION FUNDIÇAO E EQUIPAMENTOS FERROVIÁRIOS S/A - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

170 - Recurso: 135000 - Proc: 13881.000306/2003-91 - Recte: AMSTED-MAXION FUNDIÇAO E EQUIPAMENTOS FERROVIÁRIOS S/A - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

Relatora: Fabiola Cassiano Keramidas

171 - Recurso: 129729 - Proc: 10950.000163/2002-87 - Recte: JULIO ANDO CIA. LTDA. - Recda: DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: COFINS

172 - Recurso: 129730 - Proc: 10950.003514/2002-10 - Recte: JULIO ANDO CIA. LTDA. - Recda: DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: COFINS

173 - Recurso: 129731 - Proc: 10950.001841/2002-29 - Recte: JULIO ANDO CIA. LTDA. - Recda: DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: COFINS

Relator: Gustavo Vieira de Melo Monteiro

174 - Recurso: 125769 - Proc: 10980.006329/2003-01 - Recte: BERMAN S/A ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES - Recda: DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: COFINS

175 - Recurso: 125780 - Proc: 10980.006328/2003-58 - Recte: BERMAN S/A ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES - Recda: DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: PIS

176 - Recurso: 126516 - Proc: 10680.014974/2003-73 - Recte: FERROVIA CENTRO ATLÂNTICA S/A. - Recda: DRJ-BELO HORIZONTE/MG - Matéria: COFINS

Dia 22 de setembro de 2006, às 09:00 Horas

Relatora: Josefa Maria Coelho Marques

177 - Recurso: 130482 - Proc: 10950.000317/2005-83 - Recte: DRJ-CURITIBA/PR (RO) - Inter: ALIMENTOS ZAELI LTDA. (RO) - Recte: ALIMENTOS ZAELI LTDA. (RV) - Recda: DRJ-CURITIBA/PR (RV) - Matéria: COFINS E PIS

Relator: Walber José da Silva

178 - Recurso: 122151 - Proc: 10665.000018/00-33 - Recte: CALCINAÇÃO OLIVEIRA LTDA. - Recda: DRJ-BELO HORIZONTE/MG - Matéria: COFINS

179 - Recurso: 127110 - Proc: 13925.000366/2003-50 - Recte: TOLECRED LTDA. - Recda: DRJ-SÃO PAULO/SP - Matéria: IOF

- Vista à Conselheira Fabiola Cassiano Keramidas - Vista à Conselheira Josefa Maria Coelho Marques

180 - Recurso: 128378 - Proc: 13925.000066/2004-51 - Recte: TOLECRED LTDA. - Recda: DRJ-SÃO PAULO/SP - Matéria: IOF

- Vista à Conselheira Fabiola Cassiano Keramidas - Vista à Conselheira Josefa Maria Coelho Marques

Relator: Gileno Gurjão Barreto

181 - Recurso: 120229 - Proc: 13807.000336/00-01 - Recte: KNORR BREMSE SISTEMAS PARA VEÍCULOS COMERCIAIS BRASIL LTDA. - Recda: DRJ-SÃO PAULO/SP - Matéria: PIS

Relator: Maurício Taveira e Silva

182 - Recurso: 129623 - Proc: 10805.000030/2004-46 - Recte: SÃO JOAQUIM S/A ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO - Recda: DRJ-CAMPINAS/SP - Matéria: PIS

183 - Recurso: 130386 - Proc: 11080.010006/2002-39 - Recte: SALUTE IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA. - Recda: DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Matéria: RESTITUIÇÃO/COMP PIS

Relator: Fernando Luiz da Gama Lobo D'Eça

184 - Recurso: 130120 - Proc: 13605.000328/99-63 - Recte: COLÉGIO KENNEDY - Recda: DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: RESTITUIÇÃO/COMP PIS

185 - Recurso: 130374 - Proc: 13884.002818/2004-42 - Recte: EMBRAER EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA S/A - Recda: DRJ-CAMPINAS/SP - Matéria: COFINS

Relator: José Antonio Francisco

186 - Recurso: 133178 - Proc: 11065.000896/2005-10 - Recte: CURTUME SULINO LTDA. - Recda: DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Matéria: IPI

Relatora: Fabiola Cassiano Keramidas

187 - Recurso: 130366 - Proc: 11516.001498/2004-76 - Recte: MILIOLI BEBIDAS LTDA. - Recda: DRJ-FLORIANÓPOLIS/SC - Matéria: PIS

188 - Recurso: 133788 - Proc: 16327.002812/2001-36 - Recte: THECA CORRETORA DE CÂMBIOS TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. - Recda: DRJ-SÃO PAULO/SP - Matéria: PIS

SUELI TOLENTINO MENDES DA CRUZ
Secretária

2ª CÂMARA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Edifício Alvorada, Segundo Andar, em Brasília - Distrito Federal.

Observação: Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro ou Procurador da Fazenda Nacional, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

Dia 19 de setembro de 2006, às 14:00 horas

Relator: Antonio Carlos Atulim

001 - Recurso: 113430 - Proc: 10166.019622/99-86 - Recte: REFRIGERANTES BRASÍLIA LTDA. - Recda: DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: IPI

002 - Recurso: 123272 - Proc: 10735.003816/99-68 - Recte: KONUS ICESA S/A - Recda: DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: IPI

003 - Recurso: 132214 - Proc: 13646.000290/2002-18 - Recte: NESTLÉ BRASIL LTDA. - Recda: DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

Relator: Maria Cristina Roza da Costa

004 - Recurso: 103801 - Proc: 10168.005572/96-13 - Recte: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF - Recda: DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: PASEP - Vista ao Conselheiro Gustavo Kelly Alencar

005 - Recurso: 125735 - Proc: 15374.000533/2001-18 - Recte: NATAN JÓIAS LTDA. - Recda: DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: IPI

Relator: Gustavo Kelly Alencar

006 - Recurso: 116889 - Proc: 10860.000582/00-02 - Recte: VALPLAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA. - Recda: DRJ-CAMPINAS/SP - Matéria: IPI

007 - Recurso: 118195 - Proc: 10580.017497/99-24 - Recte: CARAÍBA METAIS S/A - Recda: DRJ-SALVADOR/BA - Matéria: IPI

008 - Recurso: 120153 - Proc: 10074.000829/00-67 - Recte: DM9 AÚDIO E VÍDEO LTDA. - Recda: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ - Matéria: IPI

009 - Recurso: 120393 - Proc: 13819.001113/2001-49 - Recte: METAGAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: IPI

010 - Recurso: 121544 - Proc: 10860.002876/2001-11 - Recte: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Inter: PELZER SYSTEM LTDA. - Matéria: IPI

Relator: Nadja Rodrigues Romero

011 - Recurso: 120964 - Proc: 13807.007332/00-09 - Recte: VENTUNO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA. - Recda: DRJ-SÃO PAULO/SP - Matéria: PIS

012 - Recurso: 121018 - Proc: 13807.007331/00-38 - Recte: VENTUNO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA. - Recda: DRJ-SÃO PAULO/SP - Matéria: COFINS

013 - Recurso: 132238 - Proc: 13982.000112/2001-95 - Recte: CHAPECÓ COMPANHIA INDUSTRIAL DE ALIMENTOS - Recda: DRJ-SANTA MARIA/RS - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

014 - Recurso: 132239 - Proc: 13982.000113/2001-30 - Recte: CHAPECÓ COMPANHIA INDUSTRIAL DE ALIMENTOS - Recda: DRJ-SANTA MARIA/RS - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

015 - Recurso: 132240 - Proc: 13982.000192/00-27 - Recte: CHAPECÓ COMPANHIA INDUSTRIAL DE ALIMENTOS - Recda: DRJ-SANTA MARIA/RS - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

Relator: Antonio Zomer

016 - Recurso: 127384 - Proc: 10283.008928/2001-56 - Recte: FRANCISCO MONTEIRO DA SILVA - Recda: DRJ-RECIFE/PE - Matéria: IPI

017 - Recurso: 135018 - Proc: 10940.001784/2002-05 - Recte: WOSGRAU PARTICIPAÇÕES INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. - Recda: DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

018 - Recurso: 135021 - Proc: 10940.000841/2002-21 - Recte: WOSGRAU PARTICIPAÇÕES INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. - Recda: DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

019 - Recurso: 135023 - Proc: 10940.001785/2002-41 - Recte: WOSGRAU PARTICIPAÇÕES INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. - Recda: DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

Relator: Maria Teresa Martínez López

020 - Recurso: 130712 - Proc: 13413.000068/2002-59 - Recte: JODIBE - JOÃO DUQUE DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA. - Recda: DRJ-RECIFE/PE - Matéria: PIS - Vista ao Conselheiro Ivan Allegretti

021 - Recurso: 131363 - Proc: 10820.000866/2001-18 - Recte: KLIN PRODUTOS INFANTIS LTDA. - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

022 - Recurso: 131364 - Proc: 10820.000507/2001-52 - Recte: KLIN PRODUTOS INFANTIS LTDA. - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

023 - Recurso: 132307 - Proc: 13808.000643/2001-07 - Recte: VIRTUALITIES TRADING COMERCIAL LTDA. - Recda: DRJ-CAMPINAS/SP - Matéria: PIS

024 - Recurso: 132308 - Proc: 13808.000644/2001-43 - Recte: VIRTUALITIES TRADING COMERCIAL LTDA. - Recda: DRJ-CAMPINAS/SP - Matéria: COFINS

Dia 20 de setembro de 2006, às 09:00 horas

Relator: Antonio Carlos Atulim

025 - Recurso: 120269 - Proc: 10880.029574/89-79 - Recte: PERFUMES DANA DO BRASIL LTDA. - Recda: DRJ-SÃO PAULO/SP - Matéria: IPI

026 - Recurso: 126605 - Proc: 13807.008535/2001-84 - Recte: HYPERCOM DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. - Recda: DRJ-SÃO PAULO/SP - Matéria: IPI

027 - Recurso: 126761 - Proc: 19647.002414/2003-57 - Recte: D'MARCAS COMÉRCIO LTDA. - Recda: DRJ-RECIFE/PE - Matéria: IPI

028 - Recurso: 135201 - Proc: 10410.000855/00-08 - Recte: COMPANHIA AÇUCAREIRA CENTRAL SUMAÚMA - Recda: DRJ-RECIFE/PE - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

Relator: Maria Cristina Roza da Costa

029 - Recurso: 129789 - Proc: 10882.002047/2004-15 - Recte: ABB LUMMUS GLOBAL LTDA. - Recda: DRJ-CAMPINAS/SP - Matéria: COFINS

030 - Recurso: 132377 - Proc: 19515.001808/2004-74 - Recte: LOUPER INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. - Recda: DRJ-CAMPINAS/SP - Matéria: COFINS

031 - Recurso: 132504 - Proc: 10166.008929/2002-18 - Recte: GRAVIA INDÚSTRIA DE PERFILADOS DE AÇO LTDA. - Recda: DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: COFINS

032 - Recurso: 133274 - Proc: 19647.002410/2003-79 - Recte: D'MARCAS COMÉRCIO LTDA. - Recda: DRJ-RECIFE/PE - Matéria: COFINS

Relator: Gustavo Kelly Alencar

033 - Recurso: 125753 - Proc: 10280.005704/2002-01 - Recte: TÁGIDE VEÍCULOS S/A - Recda: DRJ-BELÉM/PA - Matéria: COFINS

034 - Recurso: 127322 - Proc: 10830.000468/98-35 - Recte: COMERCIAL AUTOMOTIVA LTDA. (ATUAL DENOMINAÇÃO DE DPASCHOAL AUTOMOTIVA LTDA.) - Recda: DRJ-CAMPINAS/SP - Matéria: RESTITUIÇÃO/COMP PIS

035 - Recurso: 127714 - Proc: 19515.004496/2003-70 - Recte: LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DE SÃO PAULO - Recda: DRJ-SÃO PAULO/SP - Matéria: COFINS

036 - Recurso: 130548 - Proc: 10735.003325/2004-45 - Recte: UNIMED DUQUE DE CAXIAS RJ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA. - Recda: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ - Matéria: COFINS

037 - Recurso: 133211 - Proc: 10675.000820/2005-35 - Recte: DISAPE - DISTRIBUIDORA DE AUTO PEÇAS LTDA. - Recda: DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: COFINS E PIS - Vista ao Conselheiro Antonio Zomer

Relator: Nadja Rodrigues Romero

038 - Recurso: 127870 - Proc: 15374.002027/99-15 - Recte: VIDRARIA RIO MINAS S/A (NOVA DENOMINAÇÃO: CISPER S/A) - Recda: DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: IPI

039 - Recurso: 133669 - Proc: 16327.001282/2002-90 - Recte: BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A - Recda: DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: PIS - Vista ao Conselheiro Antonio Carlos Atulim

Relator: Antonio Zomer

040 - Recurso: 130171 - Proc: 10675.002750/2004-79 - Recte: UNIMED UBERLÂNDIA COOPERATIVA REGIONAL DE TRABALHO MÉDICO LTDA. - Recda: DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: COFINS

041 - Recurso: 130214 - Proc: 10675.002751/2004-13 - Recte: UNIMED UBERLÂNDIA COOPERATIVA REGIONAL DE TRABALHO MÉDICO LTDA. - Recda: DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: PIS

042 - Recurso: 131916 - Proc: 10920.002449/2004-16 - Recte: METALÚRGICA TRAPP LTDA. - Recda: DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Matéria: COMPENSAÇÃO DE IPI

043 - Recurso: 131917 - Proc: 10920.002450/2004-41 - Recte: METALÚRGICA TRAPP LTDA. - Recda: DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Matéria: COMPENSAÇÃO DE IPI

044 - Recurso: 131918 - Proc: 10920.002451/2004-95 - Recte: METALÚRGICA TRAPP LTDA. - Recda: DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Matéria: COMPENSAÇÃO DE IPI

045 - Recurso: 133043 - Proc: 13839.001920/2004-76 - Recte: SAF COMÉRCIO DE PAPÉIS E APARAS LTDA. - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: IPI

Relator: Maria Teresa Martínez López

046 - Recurso: 129443 - Proc: 10120.000720/2003-13 - Recte: H P TRANSPORTES COLETIVOS LTDA. - Recda: DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: PIS

047 - Recurso: 132419 - Proc: 13502.000520/2003-64 - Recte: BRASKEM S/A - Recda: DRJ-SALVADOR/BA - Matéria: PIS

048 - Recurso: 132548 - Proc: 13502.000737/2002-93 - Recte: BRASKEM S/A - Recda: DRJ-SALVADOR/BA - Matéria: IOF

049 - Recurso: 133014 - Proc: 16327.003849/2002-62 - Recte: BANKBOSTON BANCO MÚLTIPLO S/A - Recda: DRJ-CAMPINAS/SP - Matéria: CPMF - Vista ao Conselheiro Nadja Rodrigues Romero

Dia 20 de setembro de 2006, às 14:00 horas

Relator: Antonio Carlos Atulim

050 - Recurso: 104571 - Proc: 10480.010020/96-21 - Recte: NORDESPUMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. - Recda: DRJ-RECIFE/PE - Matéria: IPI

051 - Recurso: 122145 - Proc: 10830.005788/95-11 - Recte: FREIOS VARGA S/A - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: IPI

052 - Recurso: 129018 - Proc: 10380.005148/2002-37 - Recte: INDÚSTRIA BRASILEIRA DE ARTEFATOS PLÁSTICOS S/A - IBAP - Recda: DRJ-RECIFE/PE - Matéria: IPI

Relator: Maria Cristina Roza da Costa

053 - Recurso: 126871 - Proc: 10680.015458/2003-66 - Recte: TELEMIG CELULAR S.A. - Recda: DRJ-BELO HORIZONTE/MG - Matéria: COFINS

054 - Recurso: 129412 - Proc: 10980.005261/2004-15 - Recte: DRJ-CURITIBA/PR - Inter: PREVI INCEPA SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - Matéria: COFINS

055 - Recurso: 130165 - Proc: 10840.003623/2002-76 - Recte: PITANGUEIRAS AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA. - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: COFINS

056 - Recurso: 131599 - Proc: 11080.004929/00-09 - Recte: SULFATO RIO GRANDE LTDA. - Recda: DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Matéria: COFINS

057 - Recurso: 132163 - Proc: 10930.005914/2002-90 - Recte: APUCARANA AUTO PEÇAS LTDA. - Recda: DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: COFINS

Relator: Gustavo Kelly Alencar

058 - Recurso: 122953 - Proc: 11020.002365/2002-27 - Recte: EBERLE S/A - Recda: DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Matéria: PIS - Vista ao Conselheiro Maria Teresa Martínez López

059 - Recurso: 125814 - Proc: 10680.006078/2003-31 - Recte: FIAT AUTOMÓVEIS S/A - Recda: DRJ-BELO HORIZONTE/MG - Matéria: PIS

060 - Recurso: 132665 - Proc: 10980.011724/2002-16 - Recte: RÁDIO E TELEVISÃO OM LTDA. - Recda: DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: PIS - Vista ao Conselheiro Nadja Rodrigues Romero

Relator: Nadja Rodrigues Romero

061 - Recurso: 130357 - Proc: 13984.000798/99-91 - Recte: EDIBA ELETRO DIESEL BATTISTELLA LTDA. - Recda: DRJ-FLORIANÓPOLIS/SC - Matéria: COFINS E PIS

062 - Recurso: 130795 - Proc: 10380.004669/2004-39 - Recte: VICUNHA TÊXTIL S/A - Recda: DRJ-FORTALEZA/CE - Matéria: PIS

063 - Recurso: 132667 - Proc: 10380.004666/2004-03 - Recte: VICUNHA TÊXTIL S/A - Recda: DRJ-FORTALEZA/CE - Matéria: COFINS

Relator: Antonio Zomer

064 - Recurso: 122435 - Proc: 13819.000650/2002-52 - Recte: KENPACK SOLUÇÕES EM EMBALAGENS LTDA. (EX-KENTINHA EMBALAGENS LTDA.) - Recda: DRJ-CAMPINAS/SP - Matéria: COFINS - Vista ao Conselheiro Antonio Carlos Atulim

065 - Recurso: 125147 - Proc: 10680.006076/2003-41 - Recte: FIAT AUTOMÓVEIS S/A - Recda: DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: IPI

066 - Recurso: 132218 - Proc: 10930.003083/2002-11 - Recte: MILENIA AGRO CIÊNCIAS S/A - Recda: DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: RESTITUIÇÃO/COMP PIS

067 - Recurso: 133215 - Proc: 16327.000287/2005-48 - Recte: BANCO FIAT S/A - Recda: DRJ-SÃO PAULO/SP - Matéria: CPMF

Relator: Maria Teresa Martínez López

068 - Recurso: 125981 - Proc: 10680.016729/00-78 - Recte: ETENGE - EMPRESA TÉCNICA DE ENGENHARIA LTDA. - Recda: DRJ-BELO HORIZONTE/MG - Matéria: COFINS

069 - Recurso: 126048 - Proc: 10680.016728/00-13 - Recte: ETENGE - EMPRESA TÉCNICA DE ENGENHARIA LTDA. - Recda: DRJ-BELO HORIZONTE/MG - Matéria: PIS

070 - Recurso: 131604 - Proc: 10980.012387/2002-84 - Recte: NORCONSIL CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA. - Recda: DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: PIS

071 - Recurso: 131605 - Proc: 10980.012390/2002-06 - Recte: NORCONSIL CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA. - Recda: DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: COFINS

Dia 21 de setembro de 2006, às 09:00 horas

Relator: Antonio Carlos Atulim

072 - Recurso: 127386 - Proc: 10950.002723/2003-19 - Recte: COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA (NOVA DENOMINAÇÃO DE COOPERATIVA MOURÃOENSE LTDA.) - Recda: DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: RESTITUIÇÃO/COMP COFINS

073 - Recurso: 127579 - Proc: 13055.000144/2001-61 - Recte: JOÃO H. SELBACH FILHOS & CIA LTDA. - Recda: DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Matéria: RESTITUIÇÃO/COMP PIS

Relator: Maria Cristina Roza da Costa

074 - Recurso: 122863 - Proc: 13062.000283/2001-04 - Recte: UNIMED IJUÍ - SOCIEDADE COOPERATIVA DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA. - Recda: DRJ-SANTA MARIA/RS - Matéria: PIS

075 - Recurso: 123285 - Proc: 10840.004698/2002-74 - Recte: ORGANIZAÇÃO EDUCACIONAL BARÃO DE MAUÁ - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: PIS

076 - Recurso: 124303 - Proc: 11543.003448/2001-53 - Recte: MULTITRADE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. - Recda: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ - Matéria: PIS

077 - Recurso: 126573 - Proc: 11060.001923/2002-61 - Recte: PAGLIARIN E CIA. LTDA. - Recda: DRJ-SANTA MARIA/RS - Matéria: COFINS

078 - Recurso: 128634 - Proc: 10880.045277/93-11 - Recte: IPIRANGA AÇOS ESPECIAIS S/A - Recda: DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: IPI

079 - Recurso: 132695 - Proc: 13842.000072/00-89 - Recte: BRASPELCO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

Relator: Gustavo Kelly Alencar

080 - Recurso: 122240 - Proc: 11065.000550/99-02 - Recte: IND. DE CALÇADOS WIRTH LTDA. - Recda: DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

081 - Recurso: 126067 - Proc: 10680.015869/2001-90 - Recte: MULTI FOMENTO MERCANTIL LTDA. - Recda: DRJ-BELO HORIZONTE/MG - Matéria: COFINS - Vista ao Conselheiro Maria Teresa Martínez López

082 - Recurso: 129025 - Proc: 10660.002908/00-11 - Recte: SOCIEDADE ALFENENSE DE VAREJO LTDA. - Recda: DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: COFINS

083 - Recurso: 129526 - Proc: 13876.000449/00-85 - Recte: MICROTUR TRANSPORTADORA TURÍSTICA LTDA. - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESTITUIÇÃO/COMP PIS

Relator: Nadja Rodrigues Romero

084 - Recurso: 126066 - Proc: 10680.015870/2001-14 - Recte: MULTI FOMENTO MERCANTIL LTDA. - Recda: DRJ-BELO HORIZONTE/MG - Matéria: COFINS

085 - Recurso: 131791 - Proc: 10073.000299/2001-91 - Recte: THYSSEN KRUPP FUNDIÇÕES LTDA. - Recda: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ - Matéria: COFINS

086 - Recurso: 132702 - Proc: 10980.009373/2001-01 - Recte: SPAIPA S/A INDÚSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS. - Recda: DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: PIS - Vista ao Conselheiro Antonio Carlos Atulim

Relator: Antonio Zomer

087 - Recurso: 127388 - Proc: 11080.004261/2002-42 - Recte: BANCO SANTANDER MERIDIONAL S.A. - Recda: DRJ-SÃO PAULO/SP - Matéria: CPMF

088 - Recurso: 127389 - Proc: 11080.004256/2002-30 - Recte: SUL FINANCEIRA S.A. - CRÉDITOS, FINANCIMENTOS E INVESTIMENTOS - Recda: DRJ-SÃO PAULO/SP - Matéria: CPMF - Vista ao Conselheiro Nadja Rodrigues Romero

089 - Recurso: 129926 - Proc: 13055.000010/2002-21 - Recte: CR MENTZ MÓVEIS LTDA. (NOVA DENOMINAÇÃO - MORSCHEL LIMA & CIA. LTDA.) - Recda: DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Matéria: PIS - Vista ao Conselheiro Nadja Rodrigues Romero

090 - Recurso: 131849 - Proc: 16327.003923/2002-41 - Recte: ITAUCARD FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - Recda: DRJ-CAMPINAS/SP - Matéria: COFINS - Vista ao Conselheiro Nadja Rodrigues Romero

091 - Recurso: 134178 - Proc: 13657.000527/2003-12 - Recte: REXAM DO BRASIL LTDA. - Recda: DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: PIS

092 - Recurso: 135255 - Proc: 11080.000434/2002-53 - Recte: LIVRARIA DO GLOBO S/A - Recda: DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Matéria: PIS

Relator: Maria Teresa Martínez López

093 - Recurso: 131562 - Proc: 10940.001709/2002-36 - Recte: PINCÉIS TIGRE S/A(NA QUALIDADE DE SUCESSORA DA INDÚSTRIAS TUPI LTDA.) - Recda: DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: PIS

094 - Recurso: 132558 - Proc: 10980.000908/2002-51 - Recte: CONSTRUTORA ATENAS LTDA. - Recda: DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: COFINS - Vista ao Conselheiro Ivan Allegretti

Dia 21 de setembro de 2006, às 14:00 horas

Relator: Antonio Carlos Atulim

095 - Recurso: 127941 - Proc: 13888.001024/99-11 - Recte: NALESSIO & VELLO LTDA. - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESTITUIÇÃO/COMP PIS

096 - Recurso: 130509 - Proc: 10660.001597/99-11 - Recte: WALDEMAR MIGUEL TECIDOS LTDA. - Recda: DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: RESTITUIÇÃO/COMP PIS

Relator: Maria Cristina Roza da Costa

097 - Recurso: 124048 - Proc: 13061.000119/2002-80 - Recte: SOL A SOL COMERCIAL AGRÍCOLA LTDA. - Recda: DRJ-SANTA MARIA/RS - Matéria: RESTITUIÇÃO/COMP DIVERSOS TRIBUTOS FEDERAIS

098 - Recurso: 124183 - Proc: 13839.002498/2002-12 - Recte: AGÊNCIA SÃO JOÃO DE TURISMO LTDA. - Recda: DRJ-CAMPINAS/SP - Matéria: RESTITUIÇÃO/COMP PIS

099 - Recurso: 129936 - Proc: 10950.003472/2002-17 - Recte: AUTO TÉCNICA DIESEL LTDA. - Recda: DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: COFINS

100 - Recurso: 132493 - Proc: 16327.001285/99-85 - Recte: BANCO MERCANTIL DE SÃO PAULO S/A FINASA - Recda: DRJ-SÃO PAULO/SP - Matéria: IOF

101 - Recurso: 133449 - Proc: 10980.004588/2005-51 - Recte: REVEPAPER DO BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. - Recda: DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: COFINS

102 - Recurso: 133450 - Proc: 10980.004589/2005-03 - Recte: REVEPAPER DO BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. - Recda: DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: PIS

Relator: Gustavo Kelly Alencar

103 - Recurso: 120500 - Proc: 10768.020289/00-48 - Recte: BANCO NACIONAL DE INVESTIMENTOS S/A - Recda: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ - Matéria: RESTITUIÇÃO/COMP PIS

104 - Recurso: 125268 - Proc: 10980.008814/2001-49 - Recte: DIVESA - DISTRIBUIDORA CURITIBANA DE VEÍCULOS S/A - Recda: DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: COFINS

105 - Recurso: 130776 - Proc: 10480.014760/2001-91 - Recte: HOSPITAL GERAL DE PAUDALHO - Recda: DRJ-RECIFE/PE - Matéria: COFINS

106 - Recurso: 130777 - Proc: 10480.014758/2001-12 - Recte: HOSPITAL GERAL DE PAUDALHO - Recda: DRJ-RECIFE/PE - Matéria: PIS

Relator: Nadja Rodrigues Romero

107 - Recurso: 128834 - Proc: 10930.001311/2002-19 - Recte: SUL AMÉRICA COMÉRCIO DE LIVROS LTDA. - Recda: DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: PIS - Vista ao Conselheiro Ivan Allegretti

Relator: Antonio Zomer

108 - Recurso: 130036 - Proc: 10510.001873/2002-11 - Recte: AUTO PEÇAS MACEDO LTDA. - Recda: DRJ-SALVADOR/BA - Matéria: COFINS - Vista ao Conselheiro Nadja Rodrigues Romero

109 - Recurso: 131210 - Proc: 11065.000062/2002-53 - Recte: ARTECOLA INDÚSTRIAS QUÍMICAS LTDA. - Recda: DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Matéria: COFINS - Vista ao Conselheiro Nadja Rodrigues Romero

110 - Recurso: 131625 - Proc: 13530.000074/2002-70 - Recte: CAVEPE CARDOSO VEÍCULOS E PEÇAS LTDA. - Recda: DRJ-SALVADOR/BA - Matéria: COFINS - Vista ao Conselheiro Nadja Rodrigues Romero

111 - Recurso: 131848 - Proc: 10768.010935/2002-56 - Recte: BRASILCAP CAPITALIZAÇÃO S/A - Recda: DRJ-BELO HORIZONTE/MG - Matéria: PIS - Vista ao Conselheiro Nadja Rodrigues Romero

112 - Recurso: 131965 - Proc: 10830.005730/2002-58 - Recte: ÁPICE SISTEMA DE ENERGIA LTDA. - Recda: DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: COFINS - Vista ao Conselheiro Nadja Rodrigues Romero

Relator: Maria Teresa Martínez López

113 - Recurso: 131571 - Proc: 13855.001192/2001-51 - Recte: MSM PRODUTOS PARA CALÇADOS LTDA. - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESTITUIÇÃO/COMP PIS - Vista ao Conselheiro Ivan Allegretti

114 - Recurso: 133033 - Proc: 13855.000838/2002-64 - Recte: MSM PRODUTOS PARA CALÇADOS LTDA. - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESTITUIÇÃO/COMP PIS - Vista ao Conselheiro Ivan Allegretti

115 - Recurso: 133034 - Proc: 13855.000330/2002-66 - Recte: MSM PRODUTOS PARA CALÇADOS LTDA. - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESTITUIÇÃO/COMP PIS - Vista ao Conselheiro Ivan Allegretti

116 - Recurso: 133035 - Proc: 13855.000486/2002-47 - Recte: MSM PRODUTOS PARA CALÇADOS LTDA. - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESTITUIÇÃO/COMP PIS - Vista ao Conselheiro Ivan Allegretti

117 - Recurso: 133036 - Proc: 13855.000677/2002-17 - Recte: MSM PRODUTOS PARA CALÇADOS LTDA. - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESTITUIÇÃO/COMP PIS - Vista ao Conselheiro Ivan Allegretti

CLEUZA TAKAFUJI
Secretária

4ª CÂMARA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, Edifício Alvorada, segundo andar em Brasília - Distrito Federal.

Observação: Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro ou Procurador da Fazenda Nacional, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

Dia 19 de setembro de 2006, às 09:30 Horas.

Relator: Henrique Pinheiro Torres

001 - Recurso: 127145 - Proc: 10880.018681/00-02 - Recte: BERTIN LTDA. - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI - Vista ao Conselheiro Flávio de Sá Munhoz- Vista ao Conselheiro Rodrigo Bernardes de Carvalho.

002 - Recurso: 127505 - Proc: 10830.009837/2002-75 - Recte: ROBERT BOSCH LTDA. - Recda: DRJ-CAMPINAS/SP - Matéria: PIS

003 - Recurso: 127514 - Proc: 10480.011373/00-14 - Recte: PROPAR EMPREEDIMENTOS COMERCIAIS LTDA. - Recda: DRJ-RECIFE/PE - Matéria: PIS - Vista ao Conselheiro Jorge Freire.

Relator: Jorge Freire

004 - Recurso: 133686 - Proc: 18471.000873/2003-92 - Recte: GREEN MATRIX SERVIÇOS - COOPERATIVA DE PROFISSIONAIS LTDA. - Recda: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ - Matéria: PIS - Vista ao Conselheiro Júlio César Alves Ramos.

005 - Recurso: 134050 - Proc: 13873.000168/2003-49 - Recte: INDUSCAR - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CARROCERIAS LTDA. - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

006 - Recurso: 134356 - Proc: 10120.004743/2005-69 - Recte: COMPANHIA ENERGÉTICA DE GOIÁS - CELG - Recda: DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: PIS

Relator: Flávio de Sá Munhoz

007 - Recurso: 124780 - Proc: 10940.000484/00-77 - Recte: CARGIL AGRÍCOLA S/A - Recda: DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI - Vista ao Conselheiro Jorge Freire

008 - Recurso: 132872 - Proc: 10680.004973/2005-82 - Recte: FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO GERENCIAL - FDG - Recda: DRJ-BELO HORIZONTE/MG - Matéria: PIS

009 - Recurso: 132908 - Proc: 10680.014949/2004-71 - Recte: TM ALIMENTOS LTDA. - Recda: DRJ-BELO HORIZONTE/MG - Matéria: COFINS.

Relatora: Nayra Bastos Manatta

010 - Recurso: 127315 - Proc: 11065.003052/2001-99 - Recte: SCHMITT MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO LTDA. - Recda: DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Matéria: RESTITUIÇÃO/COMP PIS

011 - Recurso: 127360 - Proc: 10480.009471/00-09 - Recte: NORDESCLOR S/A - Recda: DRJ-RECIFE/PE - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

012 - Recurso: 127636 - Proc: 10880.020419/95-35 - Recte: EUCERVI CONSTRUÇÕES LTDA. - Recda: DRJ-SÃO PAULO/SP - Matéria: COFINS

013 - Recurso: 128783 - Proc: 10875.000248/2001-24 - Recte: RIO NEGRO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE AÇO S/A - Recda: DRJ-CAMPINAS/SP - Matéria: COFINS

014 - Recurso: 129950 - Proc: 13851.000099/00-26 - Recte: ENXOVAIS AQUARELA LTDA. - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESTITUIÇÃO/COMP PIS

015 - Recurso: 134335 - Proc: 16327.000523/2005-26 - Recte: BANCO ITAÚ S/A - Recda: DRJ-FORTALEZA/CE - Matéria: PIS

016 - Recurso: 134364 - Proc: 10980.010582/2003-51 - Recte: BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS S/A - Recda: DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: COFINS

017 - Recurso: 134428 - Proc: 13840.000395/99-96 - Recte: VALDENIL LOPES & CIA LTDA. - Recda: DRJ-CAMPINAS/SP - Matéria: RESTITUIÇÃO/COMP PIS

Relator: Rodrigo Bernardes de Carvalho

018 - Recurso: 127632 - Proc: 19515.000533/2003-71 - Recte: COMPANHIA ULTRAGAZ S/A - Recda: DRJ-CAMPINAS/SP - Matéria: COFINS

019 - Recurso: 128228 - Proc: 13656.000201/2002-14 - Recte: LATARINI & PERES LTDA. - Recda: DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: COFINS E PIS

020 - Recurso: 132765 - Proc: 15374.000420/00-99 - Recte: EPANOR LECCA S/A - Recda: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ - Matéria: PIS - Vista ao Conselheiro Flávio de Sá Munhoz

021 - Recurso: 134454 - Proc: 10880.011402/00-81 - Recte: SAB TRADING COMERCIAL EXPORTADORA S/A - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI - Vista ao Conselheiro Leonardo Siade Manzan

022 - Recurso: 135466 - Proc: 10882.002619/2002-02 - Recte: SOCIEDADE DAS DAMAS DE NOSSA SENHORA DE MISERICÓRDIA DE OSASCO - Recda: DRJ-CAMPINAS/SP - Matéria: COFINS

023 - Recurso: 135588 - Proc: 11080.009254/2002-37 - Recte: DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Inter: RIO GRANDE ENERGIA S/A - Matéria: PIS

Relator: Júlio César Alves Ramos

024 - Recurso: 129121 - Proc: 10820.001430/2001-38 - Recte: COOPERATIVA DE LATCINIOS CAMPEZINA - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: COFINS

025 - Recurso: 133337 - Proc: 11065.004829/2003-02 - Recte: ERPLASTI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA. - Recda: DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Matéria: COFINS

026 - Recurso: 133356 - Proc: 10925.001121/2005-13 - Recte: TRANSPORTES EAE LTDA. - Recda: DRJ-FLORIANÓPOLIS/SC - Matéria: PIS

027 - Recurso: 133366 - Proc: 10660.001423/2003-88 - Recte: POLO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. - Recda: DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: COFINS

028 - Recurso: 133453 - Proc: 10820.001718/2001-11 - Recte: CARAGUÁ DE ANDRADINA DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA. - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: COFINS

029 - Recurso: 133455 - Proc: 10140.002854/2002-50 - Recte: IRMÃOS BALDO LTDA. - Recda: DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: COFINS

Relatora: Adriene Maria de Miranda

030 - Recurso: 128691 - Proc: 13807.009595/2001-14 - Recte: MWM MOTORES DIESEL LTDA. - Recda: DRJ-CAMPINAS/SP - Matéria: PIS - Vista ao Conselheiro Júlio César Alves Ramos - Vista ao Conselheiro Flávio de Sá Munhoz

031 - Recurso: 130444 - Proc: 10680.015754/2004-48 - Recte: FIAT AUTOMÓVEIS S/A - Recda: DRJ-BELO HORIZONTE/MG - Matéria: PIS - Vista ao Conselheiro Júlio César Alves Ramos

032 - Recurso: 130480 - Proc: 10880.032297/99-81 - Recte: VINHOS SALTON S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO - Recda: DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Matéria: RESTITUIÇÃO/COMP PIS - Vista a Conselheira Nayra Bastos Manatta - Vista ao Conselheiro Júlio César Alves Ramos - Vista ao Conselheiro Jorge Freire

033 - Recurso: 132258 - Proc: 13817.000151/2001-02 - Recte: CGE SOCIEDADE FABRICADORA DE PEÇAS PLÁSTICAS LTDA. - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI - Vista ao Conselheiro Flávio de Sá Munhoz

034 - Recurso: 132260 - Proc: 10825.000953/2005-41 - Recte: CERVEJARIA BELCO S/A - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: IPI - Vista ao Conselheiro Henrique Pinheiro Torres - Vista ao Conselheiro Rodrigo Bernardes de Carvalho

Dia 19 de setembro de 2006, às 14:00 Horas

Relator: Henrique Pinheiro Torres

035 - Recurso: 128085 - Proc: 16327.001006/2003-11 - Recte: BANCO SOFISA S/A (SUCESSORA P/ INCORPORAÇÃO DE SOFISA LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL) - Recda: DRJ-CAMPINAS/SP - Matéria: PIS

036 - Recurso: 128201 - Proc: 10820.001579/00-29 - Recte: AUTO PEÇAS E MECÂNICA OGGI LTDA. - ME - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESTITUIÇÃO/COMP PIS

037 - Recurso: 129915 - Proc: 13848.000085/00-80 - Recte: ALPAVEL - ALTA PAULISTA VEÍCULOS LTDA. - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESTITUIÇÃO/COMP PIS

038 - Recurso: 133369 - Proc: 10640.002217/99-86 - Recte: SOCIEDADE JUIZ FORANA DE ENSINO MODERNO LTDA. - Recda: DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: RESTITUIÇÃO/COMP PIS - Vista ao Conselheiro Flávio de Sá Munhoz - Vista ao Conselheiro Jorge Freire.

Relator: Jorge Freire

039 - Recurso: 128714 - Proc: 10120.005927/2003-84 - Recte: SANEAMENTO DE GOIÁS S/A - SANEAGO - Recda: DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: COFINS

040 - Recurso: 128715 - Proc: 10120.005929/2003-73 - Recte: SANEAMENTO DE GOIÁS S/A - SANEAGO - Recda: DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: PIS

041 - Recurso: 134052 - Proc: 13900.000483/2002-11 - Recte: FADEMAC S/A - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

042 - Recurso: 134054 - Proc: 13900.000485/2002-18 - Recte: FADEMAC S/A - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

043 - Recurso: 134055 - Proc: 13900.000484/2002-65 - Recte: FADEMAC S/A - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

044 - Recurso: 134662 - Proc: 13900.000480/2002-87 - Recte: FADEMAC S/A - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

Relator: Flávio de Sá Munhoz

045 - Recurso: 125092 - Proc: 10980.005841/2003-21 - Recte: UNITED COLORS OF BENETTON DO BRASIL LTDA. - Recda: DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: PIS

046 - Recurso: 129119 - Proc: 10580.003272/2003-92 - Recte: MOVESA MOTORES E VEÍCULOS DO NORDESTE LTDA. - Recda: DRJ-SALVADOR/BA - Matéria: COFINS

047 - Recurso: 132874 - Proc: 10283.009636/2001-31 - Recte: NOVODISC MANAUS INDÚSTRIA FONOGRÁFICA LTDA. (NOVA DENOMINAÇÃO: NOVODISC MÍDIA DIGITAL DA AMAZÔNIA LTDA.) - Recda: DRJ-RECIFE/PE - Matéria: IPI

Relatora: Nayra Bastos Manatta

048 - Recurso: 129259 - Proc: 13964.000388/99-51 - Recte: CERÂMICA URUSSANGA S/A - Recda: DRJ-FLORIANÓPOLIS/SC - Matéria: PIS - Vista ao Conselheiro Júlio César Alves Ramos

049 - Recurso: 132455 - Proc: 16327.003764/2002-84 - Recte: SERRA NOVA FOMENTO COMERCIAL LTDA. - Recda: DRJ-CAMPINAS/SP - Matéria: PIS - Vista ao Conselheiro Henrique Pinheiro Torres - Vista ao Conselheiro Júlio César Alves Ramos

050 - Recurso: 132866 - Proc: 10830.002733/2005-82 - Recte: CONSTRUTORA SIMOSO LTDA. - Recda: DRJ-CAMPINAS/SP - Matéria: COFINS

051 - Recurso: 133081 - Proc: 10140.001026/2002-02 - Recte: REAL & REAL LTDA. - Recda: DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI - Vista ao Conselheiro Henrique Pinheiro Torres

052 - Recurso: 133324 - Proc: 10940.000557/00-49 - Recte: TETRA PAK LTDA. - Recda: DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

053 - Recurso: 133865 - Proc: 13826.000231/2001-41 - Recte: FMC - FEREZIN MARTINS COMERCIAL LTDA. - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

054 - Recurso: 134452 - Proc: 10580.023075/99-98 - Recte: SCAR ALIMENTOS CONGELADOS LTDA. - Recda: DRJ-SALVADOR/BA - Matéria: RESTITUIÇÃO/COMP PIS

055 - Recurso: 134566 - Proc: 13558.000827/2005-81 - Recte: FRUTAB FRUTOS DA BAHIA LTDA. - Recda: DRJ-SALVADOR/BA - Matéria: COFINS

Relator: Rodrigo Bernardes de Carvalho

056 - Recurso: 134509 - Proc: 13855.001907/2002-57 - Recte: MAGAZINE LUIZA S/A - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESTITUIÇÃO/COMP COFINS

057 - Recurso: 134548 - Proc: 10830.003786/2005-11 - Recte: TEADIT JUNTAS LTDA. - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

Relator: Júlio César Alves Ramos

058 - Recurso: 127176 - Proc: 15374.002234/00-85 - Recte: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ - Inter: GENERAL ELECTRIC DO BRASIL S/A - Matéria: IPI - Vista ao Conselheiro Henrique Pinheiro Torres

059 - Recurso: 128976 - Proc: 10980.010307/97-37 - Recte: INDÚSTRIAS TODESCHINI S/A - Recda: DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: PIS

060 - Recurso: 131471 - Proc: 13976.000411/2001-17 - Recte: BUDDEMEYER S/A - Recda: DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

061 - Recurso: 133690 - Proc: 13830.000854/2002-35 - Recte: ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DE TUPÃ E REGIÃO - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: PIS

062 - Recurso: 134537 - Proc: 13882.000240/00-88 - Recte: FORNECEDORA LORENENSE DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÕES LTDA. - Recda: DRJ-CAMPINAS/SP - Matéria: RESTITUIÇÃO/COMP PIS - Vista a Conselheira Nayra Bastos Manatta

Relatora: Adriene Maria de Miranda

063 - Recurso: 132752 - Proc: 13820.000058/2002-11 - Recte: CONFAB INDUSTRIAL S/A - Recda: DRJ-CAMPINAS/SP - Matéria: PIS

064 - Recurso: 132894 - Proc: 10820.000050/2002-67 - Recte: KLIN PRODUTOS INFANTIS LTDA. - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

065 - Recurso: 132898 - Proc: 13891.000455/2002-50 - Recte: MAGAZINE VILAS BOAS LTDA. - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESTITUIÇÃO/COMP PIS

066 - Recurso: 133940 - Proc: 11065.002097/2002-27 - Recte: AHB - COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. - Recda: DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Matéria: RESTITUIÇÃO/COMP PIS

Dia 20 de setembro de 2006, às 08:30 Horas.

Relator: Henrique Pinheiro Torres

067 - Recurso: 134159 - Proc: 10830.002647/99-14 - Recte: LUBRIFICANTES FENIX LTDA. - Recda: DRJ-CAMPINAS/SP - Matéria: RESTITUIÇÃO/COMP PIS

068 - Recurso: 135583 - Proc: 10730.005743/2002-55 - Recte: FAMADEIRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRA LTDA. - Recda: DRJ-BELO HORIZONTE/MG - Matéria: PIS

069 - Recurso: 135681 - Proc: 13807.004921/2001-05 - Recte: PLANFOTO DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS FOTOGRÁFICOS LTDA. - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

070 - Recurso: 135731 - Proc: 11831.001563/99-71 - Recte: CL-A COMUNICAÇÕES S/C LTDA. - Recda: DRJ-SÃO PAULO/SP - Matéria: RESTITUIÇÃO/COMP PIS

Relator: Jorge Freire

071 - Recurso: 134183 - Proc: 11831.000155/99-20 - Recte: FILADÉLFIA IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA. - Recda: DRJ-SÃO PAULO/SP - Matéria: RESTITUIÇÃO/COMP PIS

072 - Recurso: 135230 - Proc: 13981.000293/2002-41 - Recte: TEMASA IDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. - Recda: DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

Relator: Flávio de Sá Munhoz

073 - Recurso: 133086 - Proc: 13826.000277/2002-41 - Recte: INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE LATICÍNIOS LUTÉCIA LTDA. - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESTITUIÇÃO/COMP PIS.

074 - Recurso: 133091 - Proc: 13848.000200/2002-12 - Recte: TRANSVAL TRANSPORTADORA VALMIR LTDA. - ME - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESTITUIÇÃO/COMP PIS

075 - Recurso: 133759 - Proc: 10880.000558/98-21 - Recte: COMPANHIA UNIÃO DOS REFINADORES - AÇÚCAR E CAFÉ - Recda: DRJ-SÃO PAULO/SP - Matéria: RESTITUIÇÃO/COMP PIS

076 - Recurso: 133994 - Proc: 10510.000890/2002-23 - Recte: COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS - CEHOP - Recda: DRJ-SALVADOR/BA - Matéria: COFINS

077 - Recurso: 134099 - Proc: 13727.000377/2002-95 - Recte: CAFÉ FAVORITO S/A - Recda: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ - Matéria: COFINS

Relatora: Nayra Bastos Manatta

078 - Recurso: 129173 - Proc: 10510.003304/2002-01 - Recte: EMPRESA DE TRANSPORTES DE TURISMO LTDA. - Recda: DRJ-SALVADOR/BA - Matéria: COFINS

079 - Recurso: 129174 - Proc: 10510.003305/2002-47 - Recte: EMPRESA DE TRANSPORTES DE TURISMO LTDA. - Recda: DRJ-SALVADOR/BA - Matéria: PIS

080 - Recurso: 131317 - Proc: 13956.000048/2001-60 - Recte: INDÚSTRIA COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO DE ESPUMA GAZINBERLANDA LTDA. (INCORPORADA POR: GAZIN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA.) - Recda: DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

081 - Recurso: 131318 - Proc: 13956.000046/2001-71 - Recte: INDÚSTRIA COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO DE ESPUMA GAZINBERLANDA LTDA. (INCORPORADA POR: GAZIN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA.) - Recda: DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

082 - Recurso: 133249 - Proc: 10070.000741/00-85 - Recte: SHELL BRASIL S/A - Recda: DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

083 - Recurso: 133250 - Proc: 10070.000437/00-74 - Recte: SHELL BRASIL S/A - Recda: DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: RESTITUIÇÃO DE IPI

084 - Recurso: 134959 - Proc: 10912.000321/2003-36 - Recte: SUPERMERCADO STALL LTDA. - Recda: DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: COFINS

085 - Recurso: 134960 - Proc: 10912.000323/2003-25 - Recte: SUPERMERCADO STALL LTDA. - Recda: DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: COFINS

Relator: Rodrigo Bernardes de Carvalho

086 - Recurso: 129074 - Proc: 13770.000682/97-23 - Recte: ARACRUZ CELULOSE S.A - Recda: DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI - Vista ao Conselheiro Flávio de Sá Munhoz

087 - Recurso: 129886 - Proc: 13808.004042/00-12 - Recte: TECHINT ENGENHARIA S/A - Recda: DRJ-CAMPINAS/SP - Matéria: PIS - Vista a Conselheira Nayra Bastos Manatta

088 - Recurso: 130567 - Proc: 19515.001578/2002-81 - Recte: ATACADÃO DISTRIBUIÇÃO COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA - Recda: DRJ-CAMPINAS/SP - Matéria: PIS

089 - Recurso: 134634 - Proc: 13826.000350/2002-84 - Recte: MADAZA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA. - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESTITUIÇÃO/COMP PIS

Relator: Júlio César Alves Ramos

090 - Recurso: 131528 - Proc: 13984.001877/2003-94 - Recte: BONET MADEIRAS E PAPÉIS LTDA. - Recda: DRJ-FLORIANÓPOLIS/SC - Matéria: PIS

091 - Recurso: 132875 - Proc: 16327.001497/00-69 - Recte: BANCO FINANCIAL PORTUGUÊS F.C.G.C. - Recda: DRJ-SÃO PAULO/SP - Matéria: CPMF - Vista a Conselheira Nayra Bastos Manatta

092 - Recurso: 133460 - Proc: 10768.021029/00-62 - Recte: SUL AMÉRICA CAPITALIZAÇÃO S/A - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: PIS

093 - Recurso: 133723 - Proc: 16327.000339/2001-52 - Recte: HSBC INVESTIMENT BANK BRASIL S/A - BANCO DE INVESTIMENTO (ATUAL DENOMINAÇÃO DE: CCF BRASIL FINANCEIRA CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO) - Recda: DRJ-SÃO PAULO/SP - Matéria: PIS

094 - Recurso: 133734 - Proc: 15374.000480/00-11 - Recte: CAPRICHOSA TINTAS LTDA. - Recda: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ - Matéria: COFINS

Relatora: Adriene Maria de Miranda

095 - Recurso: 132920 - Proc: 13401.000764/2001-13 - Recte: B. G. BEBIDAS LTDA. - Recda: DRJ-RECIFE/PE - Matéria: COFINS

096 - Recurso: 132923 - Proc: 10830.006881/96-32 - Recte: KRONOS INDÚSTRIA DE REFRATÁRIOS E ABRASIVOS LTDA. - Recda: DRJ-CAMPINAS/SP - Matéria: PIS

097 - Recurso: 133071 - Proc: 13983.000232/2002-63 - Recte: SADIA S/A - Recda: DRJ-SANTA MARIA/RS - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

098 - Recurso: 133074 - Proc: 13983.000062/00-20 - Recte: SADIA S/A - Recda: DRJ-SANTA MARIA/RS - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

099 - Recurso: 133197 - Proc: 13983.000081/2001-62 - Recte: SADIA S/A - Recda: DRJ-SANTA MARIA/RS - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

Dia 20 de setembro de 2006, às 14:00 Horas

Relator: Henrique Pinheiro Torres

100 - Recurso: 131122 - Proc: 10680.007486/2003-18 - Recte: CONSTRUTORA LÍDER LTDA. - Recda: DRJ-BELO HORIZONTE/MG - Matéria: PIS - Vista ao Conselheiro Flávio de Sá Munhoz

101 - Recurso: 131123 - Proc: 10680.007483/2003-76 - Recte: CONSTRUTORA LÍDER LTDA. - Recda: DRJ-BELO HORIZONTE/MG - Matéria: COFINS - Vista ao Conselheiro Flávio de Sá Munhoz

102 - Recurso: 132266 - Proc: 10660.003636/2001-82 - Recte: ARVINMERITOR DO BRASIL - SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. - Recda: DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: PIS - Vista a Conselheira Nayra Bastos Manatta

103 - Recurso: 132267 - Proc: 10660.003637/2001-27 - Recte: ARVINMERITOR DO BRASIL - SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA. - Recda: DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: COFINS - Vista a Conselheira Nayra Bastos Manatta

104 - Recurso: 135031 - Proc: 10680.100282/2005-17 - Recte: BM COMERCIAL LTDA. - Recda: DRJ-BELO HORIZONTE/MG - Matéria: COFINS

105 - Recurso: 135032 - Proc: 10680.100281/2005-64 - Recte: BM COMERCIAL LTDA. - Recda: DRJ-BELO HORIZONTE/MG - Matéria: PIS

106 - Recurso: 135672 - Proc: 10980.009385/2005-51 - Recte: DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Inter: ALL AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA DO BRASIL S/A - Matéria: COMPENSAÇÃO DE IPI

107 - Recurso: 135676 - Proc: 10980.008787/2005-38 - Recte: ALL AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA INTERMODAL S/A - Recda: DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Matéria: COMPENSAÇÃO DE IPI

108 - Recurso: 135677 - Proc: 10980.009509/2005-06 - Recte: DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Inter: ALL AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA INTERMODAL S/A - Matéria: COMPENSAÇÃO DE IPI

109 - Recurso: 135678 - Proc: 10980.009510/2005-22 - Recte: DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Inter: ALL AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA INTERMODAL S/A - Matéria: COMPENSAÇÃO DE IPI

110 - Recurso: 135679 - Proc: 10980.009511/2005-77 - Recte: DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Inter: ALL AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA INTERMODAL S/A - Matéria: COMPENSAÇÃO DE IPI

Relator: Jorge Freire

111 - Recurso: 127310 - Proc: 13981.000043/00-69 - Recte: MADEPINUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA. - Recda: DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

112 - Recurso: 127311 - Proc: 13981.000042/00-04 - Recte: MADEPINUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA. - Recda: DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

113 - Recurso: 128288 - Proc: 13981.000034/00-78 - Recte: MADEPINUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA. - Recda: DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

Relator: Flávio de Sá Munhoz

114 - Recurso: 132800 - Proc: 10410.002989/2002-98 - Recte: CLÁUDIA REJANE CALHEIROS SARAIVA DE BRITO - Recda: DRJ-RECIFE/PE - Matéria: COFINS

115 - Recurso: 132801 - Proc: 10410.002992/2002-10 - Recte: CLÁUDIA REJANE CALHEIROS SARAIVA DE BRITO - Recda: DRJ-RECIFE/PE - Matéria: PIS

116 - Recurso: 132924 - Proc: 10945.003017/2002-82 - Recte: G. GONZATTI & CIA. LTDA. (NOVA DENOMINAÇÃO: BRASPERON COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA.) - Recda: DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: COFINS

117 - Recurso: 132930 - Proc: 10945.003035/2002-64 - Recte: G. GONZATTI & CIA. LTDA. (NOVA DENOMINAÇÃO: BRASPERON COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA.) - Recda: DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: PIS

Relatora: Nayra Bastos Manatta

118 - Recurso: 127633 - Proc: 10120.006939/2003-26 - Recte: UNILEVER BESTFOODS BRASIL LTDA. - Recda: DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: COFINS

119 - Recurso: 127650 - Proc: 10120.006938/2003-81 - Recte: UNILEVER BESTFOODS BRASIL LTDA. - Recda: DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: PIS

120 - Recurso: 129154 - Proc: 13116.001002/2002-31 - Recte: PLUMATEX COLCHÕES INDUSTRIAL LTDA. - Recda: DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: PIS

121 - Recurso: 129155 - Proc: 13116.001004/2002-20 - Recte: PLUMATEX COLCHÕES INDUSTRIAL LTDA. - Recda: DRJ-BRASÍLIA/DF - Matéria: PIS

122 - Recurso: 130075 - Proc: 10882.002748/2004-54 - Recte: HEWLETT-PACKARD BRASIL LTDA. - Recda: DRJ-CAMPINAS/SP - Matéria: COFINS

123 - Recurso: 130493 - Proc: 10882.002747/2004-18 - Recte: HEWLETT-PACKARD BRASIL LTDA. - Recda: DRJ-CAMPINAS/SP - Matéria: PIS

124 - Recurso: 130888 - Proc: 13840.000144/00-71 - Recte: CAFÉS AMAJÓ E TONINHO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

125 - Recurso: 130889 - Proc: 13840.000143/00-17 - Recte: CAFÉS AMAJÓ E TONINHO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI.

126 - Recurso: 134062 - Proc: 13816.000578/2001-11 - Recte: ARLEN DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ELETRÔNICA LTDA. - Recda: DRJ-CAMPINAS/SP - Matéria: RESTITUIÇÃO/COMP COFINS - Vista ao Conselheiro Flávio de Sá Munhoz

127 - Recurso: 134063 - Proc: 13816.000529/2001-70 - Recte: ARLEN DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ELETRÔNICA LTDA. - Recda: DRJ-CAMPINAS/SP - Matéria: RESTITUIÇÃO/COMP COFINS - Vista ao Conselheiro Flávio de Sá Munhoz

128 - Recurso: 134064 - Proc: 13816.000577/2001-68 - Recte: ARLEN DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ELETRÔNICA LTDA. - Recda: DRJ-CAMPINAS/SP - Matéria: RESTITUIÇÃO/COMP COFINS - Vista ao Conselheiro Flávio de Sá Munhoz

129 - Recurso: 134065 - Proc: 13816.000565/2001-33 - Recte: ARLEN DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ELETRÔNICA LTDA. - Recda: DRJ-CAMPINAS/SP - Matéria: RESTITUIÇÃO/COMP COFINS - Vista ao Conselheiro Flávio de Sá Munhoz

130 - Recurso: 134066 - Proc: 13816.000581/2001-26 - Recte: ARLEN DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ELETRÔNICA LTDA. - Recda: DRJ-CAMPINAS/SP - Matéria: COFINS E PIS - Vista ao Conselheiro Flávio de Sá Munhoz

Relator: Rodrigo Bernardes de Carvalho

131 - Recurso: 126829 - Proc: 10680.015604/2002-72 - Recte: EMPREEDIMENTOS E ADMINISTRAÇÃO FERREIRA LOPES LTDA. - Recda: DRJ-BELO HORIZONTE/MG - Matéria: COFINS - Vista ao Conselheiro Henrique Pinheiro Torres

132 - Recurso: 126830 - Proc: 10680.015606/2002-61 - Recte: EMPREEDIMENTOS E ADMINISTRAÇÃO FERREIRA LOPES LTDA. - Recda: DRJ-BELO HORIZONTE/MG - Matéria: PIS - Vista ao Conselheiro Henrique Pinheiro Torres

133 - Recurso: 128603 - Proc: 11543.001294/00-12 - Recte: ADM DO BRASIL LTDA. (SUSESSORA DA ADM EXPORTADORA E IMPORTADORA S/A) - Recda: DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI - Vista ao Conselheiro Flávio de Sá Munhoz - Vista ao Conselheiro Henrique Pinheiro Torres

134 - Recurso: 130913 - Proc: 11543.000355/00-70 - Recte: ADM EXPORTADORA E IMPORTADORA S/A - Recda: DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI - Vista ao Conselheiro Flávio de Sá Munhoz - Vista ao Conselheiro Adriene Maria de Miranda

135 - Recurso: 134443 - Proc: 13873.000501/2002-39 - Recte: ORLANDO FACIOLI - EPP - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESTITUIÇÃO/COMP PIS

136 - Recurso: 134444 - Proc: 13873.000500/2002-94 - Recte: ORLANDO FACIOLI - EPP - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESTITUIÇÃO/COMP PIS

137 - Recurso: 135162 - Proc: 13896.001378/2003-96 - Recte: PLASCO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESTITUIÇÃO DE IPI

138 - Recurso: 135163 - Proc: 13896.001377/2003-41 - Recte: PLASCO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESTITUIÇÃO DE IPI

139 - Recurso: 135164 - Proc: 13896.001376/2003-05 - Recte: PLASCO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESTITUIÇÃO DE IPI

140 - Recurso: 135173 - Proc: 10480.004087/2002-62 - Recte: MONTANA VEÍCULOS PEÇAS E SERVIÇOS LTDA. - Recda: DRJ-RECIFE/PE - Matéria: PIS

141 - Recurso: 135390 - Proc: 10480.004088/2002-15 - Recte: MONTANA VEÍCULOS PEÇAS E SERVIÇOS LTDA. - Recda: DRJ-RECIFE/PE - Matéria: COFINS

Relator: Júlio César Alves Ramos

142 - Recurso: 128092 - Proc: 10820.000979/00-71 - Recte: SQUIÇATO & SQUIÇATO LTDA. - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESTITUIÇÃO/COMP PASEP

143 - Recurso: 128093 - Proc: 10820.000995/00-28 - Recte: SQUIÇATO & CIA. LTDA. - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESTITUIÇÃO/COMP PASEP

144 - Recurso: 130069 - Proc: 13629.000959/2002-80 - Recte: PACOMIL SUPERMERCADOS LTDA. - Recda: DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: COFINS

145 - Recurso: 130070 - Proc: 13629.001012/2002-96 - Recte: PACOMIL SUPERMERCADOS LTDA. - Recda: DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: PIS

146 - Recurso: 130806 - Proc: 10950.002455/2002-54 - Recte: DAMA S/A DISTRIBUIDORA DE AUTOMÓVEIS MARINGÁ - Recda: DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: PIS - Vista ao Conselheiro Jorge Freire

147 - Recurso: 130807 - Proc: 10950.002454/2002-18 - Recte: DAMA S/A DISTRIBUIDORA DE AUTOMÓVEIS MARINGÁ - Recda: DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: COFINS - Vista ao Conselheiro Jorge Freire

148 - Recurso: 132480 - Proc: 18471.000002/2005-31 - Recte: VALEPAR S/A - Recda: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ - Matéria: COFINS

149 - Recurso: 132488 - Proc: 18471.000001/2005-96 - Recte: VALEPAR S/A - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: PIS

Relatora: Adriene Maria de Miranda

150 - Recurso: 128143 - Proc: 10140.000696/2003-84 - Recte: SERVIÇO DE NAVEGAÇÃO DA BACIA DO PRATA S/A - Recda: DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: COFINS - Vista ao Conselheiro Júlio César Alves Ramos

151 - Recurso: 128144 - Proc: 10140.000697/2003-29 - Recte: SERVIÇO DE NAVEGAÇÃO DA BACIA DO PRATA S/A - Recda: DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: PIS - Vista ao Conselheiro Júlio César Alves Ramos

152 - Recurso: 133060 - Proc: 10855.001496/2002-10 - Recte: TECSIS TECNOLOGIA E SISTEMAS AVANÇADOS LTDA. - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

153 - Recurso: 133076 - Proc: 10855.001492/2002-23 - Recte: TECSIS TECNOLOGIA E SISTEMAS AVANÇADOS LTDA. - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

154 - Recurso: 133077 - Proc: 10855.001497/2002-56 - Recte: TECSIS TECNOLOGIA E SISTEMAS AVANÇADOS LTDA. - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

155 - Recurso: 133078 - Proc: 10855.001491/2002-89 - Recte: TECSIS TECNOLOGIA E SISTEMAS AVANÇADOS LTDA. - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

Dia 21 de setembro de 2006, às 08:30 Horas.

Relator: Henrique Pinheiro Torres

156 - Recurso: 134962 - Proc: 11040.001329/2002-16 - Recte: GERALDO BERTOLDI INDÚSTRIA DE CONSERVAS LTDA. - Recda: DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Matéria: PIS

157 - Recurso: 134963 - Proc: 11040.001328/2002-63 - Recte: GERALDO BERTOLDI INDÚSTRIA DE CONSERVAS LTDA. - Recda: DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Matéria: COFINS

Relator: Jorge Freire

158 - Recurso: 134399 - Proc: 13851.001105/00-62 - Recte: CERVEJARIAS KAISER BRASIL S/A - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

159 - Recurso: 134402 - Proc: 13859.000267/00-02 - Recte: CERVEJARIAS KAISER BRASIL S/A - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

160 - Recurso: 134409 - Proc: 13851.002186/2002-32 - Recte: CERVEJARIAS KAISER BRASIL S/A - Recda: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

Relatora: Nayra Bastos Manatta

161 - Recurso: 127447 - Proc: 11065.005756/2002-87 - Recte: CENTRO CLÍNICO CANOAS LTDA. - Recda: DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Matéria: COFINS - Vista ao Conselheiro Júlio César Alves Ramos - Vista ao Conselheiro Jorge Freire - Vista ao Conselheiro Flávio de Sá Munhoz - Vista a Conselheira Raquel Motta Brandão Minatel - Vista a Conselheira Adriene Maria de Miranda - Vista ao Conselheiro Leonardo Siade Manzan

162 - Recurso: 127448 - Proc: 11065.005757/2002-21 - Recte: CENTRO CLÍNICO CANOAS LTDA. - Recda: DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Matéria: PIS - Vista ao Conselheiro Júlio César Alves Ramos - Vista ao Conselheiro Jorge Freire - Vista ao Conselheiro Flávio de Sá Munhoz - Vista a Conselheira Raquel Motta Brandão Minatel - Vista a Conselheira Adriene Maria de Miranda - Vista ao Conselheiro Leonardo Siade Manzan

163 - Recurso: 130066 - Proc: 10140.000961/2004-13 - Recte: EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S/A - SANESUL - Recda: DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: COFINS - Vista ao Conselheiro Flávio de Sá Munhoz

164 - Recurso: 130067 - Proc: 10140.000960/2004-61 - Recte: EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S/A - SANESUL - Recda: DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: PIS - Vista ao Conselheiro Flávio de Sá Munhoz

165 - Recurso: 132176 - Proc: 13054.000119/00-36 - Recte: HARTZ MOUNTAIN LTDA. (NOVA DENOMINAÇÃO DE PET PRODUCTS ARTEFATOS DE COURO LTDA.) - Recda: DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

166 - Recurso: 132183 - Proc: 13054.000042/2001-56 - Recte: HARTZ MOUNTAIN LTDA. (NOVA DENOMINAÇÃO DE PET PRODUCTS ARTEFATOS DE COURO LTDA.) - Recda: DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Matéria: RESSARCIMENTO DE IPI

Relatora: Adriene Maria de Miranda

167 - Recurso: 132882 - Proc: 13973.000059/2002-12 - Recte: POSTO MIME LTDA. - Recda: DRJ-FLORIANÓPOLIS/SC - Matéria: PIS

168 - Recurso: 132883 - Proc: 13973.000062/2002-36 - Recte: POSTO MIME LTDA. - Recda: DRJ-FLORIANÓPOLIS/SC - Matéria: COFINS

MARIA LUZIMAR NOVAIS
Secretária

TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
1ª CÂMARA

EMENTÁRIO

Processo nº : 11080.002525/97-13
Sessão de : 11/5/2004 Recurso nº : 124266 Acórdão nº : 301-31136
Recorrente : ECOCLÍNICA ECOGRAFIA CLÍNICA LTDA
Recorrida : DRJ-PORTO ALEGRE/RS
Relator : ROBERTA MARIA RIBEIRO ARAGÃO
EX -TARIFÁRIO - A Portaria MEFP nº 655/90 invocada na declaração de importação para fruição do benefício do ex-tarifário vigorou até 14/02/91, tendo sido revogada pela Portaria 58/91, o que torna incabível o enquadramento do aparelho de ultra-sonografia importado em 31/03/95 no "ex" da Portaria 655/90.
RECURSO VOLUNTÁRIO IMPROVIDO.

Processo nº : 13884.002248/2001-48
Sessão de : 22/10/2004 Recurso nº : 124997 Acórdão nº : 301-31530
Recorrente : ATAGARF ROTISSERIE E PIZZARIA LTDA.
Recorrida : DRJ-CAMPINAS/SP
Relator : LUIZ ROBERTO DOMINGO
DCTF. LEGALIDADE. É cabível a aplicação da multa pelo atraso na entrega da DCTF à vista no disposto na legislação de regência. DENÚNCIA ESPONTÂNEA. A entidade "denúncia espontânea" não alberga a prática de ato puramente formal do contribuinte de entregar, com atraso, a Declaração de Contribuições e Tributos Federais. PRECEDENTES DO STJ.
RECURSO VOLUNTÁRIO NEGADO

Processo nº : 10830.002178/99-15
Sessão de : 26/1/2006 Recurso nº : 125526 Acórdão nº : 301-32494
Recorrente : SUPERMERCADOS DALBEN LTDA
Recorrida : DRJ-CAMPINAS/SP
Relator : IRENE SOUZA DA TRINDADE TORRES
FINSOCIAL. PEDIDO DE RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO. PRAZO PARA EXERCER O DIREITO.
O prazo para requerer o indébito tributário decorrente da declaração de inconstitucionalidade das majorações de alíquota do Finsocial é de 5 anos, contado de 12/6/1998, data de publicação da Medida Provisória no 1.621-36/98, que, de forma definitiva, trouxe a manifestação do Poder Executivo n
no sentido de reconhecer o direito e possibilitar ao contribuinte fazer a correspondente solicitação.
Recurso a que se dá provimento, para determinar o retorno do processo à DRJ para exame do mérito.

RECURSO PROVIDO

Processo nº : 10830.002056/00-35
Sessão de : 11/11/2005 Recurso nº : 125656 Acórdão nº : 301-32287
Recorrente : BRANYL COMÉRCIO E INDÚSTRIA TÊXTIL LTDA
Recorrida : DRJ-CAMPINAS/SP
Relator : CARLOS HENRIQUE KLASER FILHO
PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. COMPETÊNCIA PARA JULGAMENTO. NULIDADE.
FINSOCIAL. DECADÊNCIA. A partir de 25/7/91, data de vigência da Lei no 8.212/91, o prazo para a Fazenda Nacional formalizar o crédito relativo às contribuições para a Seguridade Social é de 10 anos contados a partir do 1o dia do exercício seguinte àquele em que o crédito poderia ter sido constituído. Os fatos geradores anteriores a essa data vinculam-se ao prazo de decadência de 5 anos previsto no art. 173 do CTN, em vista de o Decreto-lei nº 2.049/83 não estabelecer prazo específico distinto para a formalização do crédito decorrente da contribuição ao Finsocial.
RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO EM PARTE

Processo nº : 13637.000082/98-16
Sessão de : 23/03/2006 Recurso nº : 125844 Acórdão nº : 301-32658
Recorrente : V. M. INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
Recorrida : DRJ-JUIZ DE FORA/MG
Relator : LUIZ ROBERTO DOMINGO
FINSOCIAL - PEDIDO DE RESTITUIÇÃO - PRAZO PRESCRICIONAL - O prazo prescricional de cinco anos para o contribuinte requerer a restituição dos valores recolhidos indevidamente a título de FINSOCIAL, tem termo inicial na data da publicação da Medida Provisória nº 1.621-36, de 10/06/98 (D.O.U. de 12/06/98) que emana o reconhecimento expresso ao direito à restituição mediante solicitação do contribuinte. MÉRITO - Em homenagem ao princípio de duplo grau de jurisdição, a materialidade do pedido deve ser apreciada pela jurisdição a quo, sob pena de supressão de instância.
INAPLICABILIDADE DA LEI COMPLEMENTAR N.º 118/2005. É juridicamente inadequada a aplicação da norma veiculada pela Lei Complementar nº 118/2005, relativamente ao termo inicial da contagem do prazo prescricional em face de direito adquirido e/ou em face de ato efetivado regularmente que tenha interrompido a prescrição com base na legislação vigente a sua época.
CAUSAS SUSPENSIVAS DA PRESCRIÇÃO. Os atos e/ou ingresso de medidas judiciais levados a efeito pelo contribuinte contra a incidência da norma jurídica tributária interrompem o prazo prescricional na forma do art. 172 e 173 do Código Civil de 1916 (vigente à época).
RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO.

Processo nº : 10680.003504/00-15
Sessão de : 15/4/2004 Recurso nº : 125923 Acórdão nº : 301-31125
Recorrente : CONSTRUTORA ATERPA S/A
Recorrida : DRJ-BELO HORIZONTE/MG
Relator : CARLOS HENRIQUE KLASER FILHO
FINSOCIAL - DECADÊNCIA - O direito da Seguridade Social apurar e constituir seus créditos extingue-se 10 (dez) anos contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o crédito poderia ter sido constituído.
RECURSO VOLUNTÁRIO NEGADO

Processo nº : 13805.012982/96-11
Sessão de : 25/5/2006 Recurso nº : 126364 Acórdão nº : 301-32832
Recorrente : ORGANIZAÇÃO FARMACEUTICA DROGÃO LTDA
Recorrida : DRJ-SAO PAULO/SP
Relator : JOSÉ LUIZ NOVO ROSSARI
DENÚNCIA ESPONTÂNEA
A exclusão de penalidade por alegada denúncia espontânea pressupõe o pagamento do principal e de acréscimos legais anteriormente a qualquer procedimento fiscal de ofício.
CONSTITUCIONALIDADE DE LEIS
Não compete aos Conselhos de Contribuintes se pronunciar sobre a constitucionalidade de leis.
FINSOCIAL. BASE DE CÁLCULO.
A base de cálculo do Finsocial não compreende as receitas financeiras e outras receitas operacionais, por não se enquadrarem no conceito de receita bruta de venda de mercadorias e de serviços previsto na legislação específica.
RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO EM PARTE

Processo nº : 10980.001223/00-25
Sessão de : 13/4/2004 Recurso nº : 126504 Acórdão nº : 301-31101
Recorrente : SOTRANGE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA
Recorrida : DRJ-CURITIBA/PR
Relator : CARLOS HENRIQUE KLASER FILHO
FINSOCIAL - DECADÊNCIA - O direito da Seguridade Social apurar e constituir seus créditos extingue-se 10 (dez) anos contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o crédito poderia ter sido constituído.
RECURSO VOLUNTÁRIO NEGADO

Processo nº : 13805.009775/96-98
Sessão de : 26/4/2006 Recurso nº : 126545 Acórdão nº : 301-32709
Recorrente : CONTIBRASIL COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA
Recorrida : DRJ-SAO PAULO/SP
Relator : ATALINA RODRIGUES ALVES

FINSOCIAL. DECADÊNCIA. A partir de 25/7/91, data de vigência da Lei no 8.212/91, o prazo para a Fazenda Nacional formalizar o crédito relativo às contribuições para a Seguridade Social é de 10 anos contados a partir do 1o dia do exercício seguinte àquele em que o crédito poderia ter sido constituído. Os fatos geradores anteriores a essa data vinculam-se ao prazo de decadência de 5 anos previsto no art. 173 do CTN, em vista de o Decreto-Lei nº 2.049/83 não estabelecer prazo específico distinto para a formalização do crédito decorrente da contribuição ao Finsocial.

NORMAS GERAIS. O agente fiscal ao lavrar o auto de infração deve apurar o montante do tributo ou contribuição a pagar efetuando as deduções, compensações ou benefícios fiscais pertinentes, para fins de determinar com clareza o montante exigido.

RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO

Processo nº : 13558.001052/96-37

Sessão de : 19/10/2005 Recurso nº : 127232 Acórdão nº : 301-32171

Recorrente : UNIMED REGIÃO SUL DA BAHIA COOP. DE TRABALHO MÉDICO

Recorrida : DRJ-SALVADOR/BA

Relator : ATALINA RODRIGUES ALVES

FINSOCIAL. DECADÊNCIA. A partir de 25/7/91, data de vigência da Lei no 8.212/91, o prazo para a Fazenda Nacional formalizar o crédito relativo às contribuições para a Seguridade Social é de 10 anos contados a partir do 1º dia do exercício seguinte àquele em que o crédito poderia ter sido constituído. Os fatos geradores anteriores a essa data vinculam-se ao prazo de decadência de 5 anos previsto no art. 173 do CTN, em vista de o Decreto-Lei nº 2.049/83 não estabelecer prazo específico distinto para a formalização do crédito decorrente da contribuição ao Finsocial.

SOCIEDADE COOPERATIVA. TRIBUTAÇÃO DO RESULTADO GLOBAL. Se a escrituração da cooperativa não segregar as receitas e despesas/custos segundo sua origem (atos cooperativos e não cooperativos), ou, se a segregação feita não estiver apoiada em documentação hábil que a legitime, o resultado global da cooperativa será tributado, por ser impossível a determinação da parcela não alcançada pela não incidência tributária.

RECURSO PROVIDO EM PARTE

Processo nº : 11065.002368/2002-44

Sessão de : 10/11/2004 Recurso nº : 127292 Acórdão nº : 301-31550

Recorrente : VISUS - SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO LTDA.

Recorrida : DRJ-PORTO ALEGRE/RS

Relator : LUIZ ROBERTO DOMINGO

SIMPLES. EXCLUSÃO. VEDAÇÃO RELATIVA A SERVIÇOS PROFISSIONAIS. Não poderá optar pelo SIMPLES, a pessoa jurídica que preste serviços profissionais de corretor, representante comercial, despachante ator, empresário, diretor ou produtor de espetáculos, cantor, músico, dançarino, médico, dentista, enfermeiro, veterinário, engenheiro, arquiteto, físico, químico, economista, contador, auditor, consultor, estatístico, administrador, programador, analista de sistema, advogado psicólogo, professor, jornalista, publicitário, fisicultor, ou assemelhados e de qualquer outra profissão cujo exercício dependa de habilitação profissional legalmente exigida.

RECURSO VOLUNTÁRIO NEGADO

Processo nº : 18336.000175/00-18

Sessão de : 22/2/2006 Recurso nº : 127856 Acórdão nº : 301-32505

Recorrente : PETRÓLEO BRASILEIRO S.A - PETROBRÁS

Recorrida : DRJ-FORTALEZA/CE

Relator : CARLOS HENRIQUE KLASER FILHO

IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO. PEDIDO DE RESTITUIÇÃO. ACORDOS DA ALADI. CERTIFICADO DE ORIGEM. OPERADOR DE TERCEIRO PAÍS.

O uso de preferência tarifária no âmbito da Aladi depende da integral satisfação dos requisitos e condições previstos no Regime Geral de Origem. Não se presta para comprovação o Certificado de Origem que não preenche as condições estabelecidas no Acordo 91 da Aladi. Pedido de restituição negado.

RECURSO VOLUNTÁRIO NEGADO

Processo nº : 10768.018276/2002-04

Sessão de : 13/8/2004 Recurso nº : 128014 Acórdão nº : 301-31427

Recorrente : BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

Recorrida : DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ

Relator : LUIZ ROBERTO DOMINGO

FINSOCIAL - DECADÊNCIA - O direito da Seguridade Social apurar e constituir seus créditos extingue-se 10 (dez) anos contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o crédito poderia ter sido constituído.

RECUROS VOLUNTÁRIO NEGADO

Processo nº : 10675.000023/00-72

Sessão de : 7/7/2005 Recurso nº : 128253 Acórdão nº : 301-31953

Recorrente : ENGESET - ENGENHARIA E SERVIÇOS DE TELEMÁTICA S/A.

Recorrida : DRJ-BELO HORIZONTE/MG

Relator : CARLOS HENRIQUE KLASER FILHO

FINSOCIAL.REPETIÇÃO DE INDÉBITO.PRAZO.O direito de pleitear a restituição, no caso de cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido em face da legislação tributária aplicável, ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente, ocorrido extingue-se com o decurso do prazo de 5(cinco) anos, contados da data da extinção do crédito tributário.

RECURSO VOLUNTÁRIO NEGADO

Processo nº : 11128.003700/97-88

Sessão de : 20/6/2006 Recurso nº : 128355 Acórdão nº : 301-32920

Recorrente : KODAK BRASILEIRA COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.

Recorrida : DRJ-SAO PAULO/SP

Relator : LUIZ ROBERTO DOMINGO

NORMAS PROCESSUAIS - COLHEITA DE AMOSTRA PARA ANÁLISE - A colheita de amostras acompanhada pelo representante legal do Importador valida a correlação entre o produto importado analisado e o Laudo Técnico que motivou o lançamento.

CLASSIFICAÇÃO FISCAL - "Preparação na forma de solução aquosa, constituída de matéria protéica, fenol e substâncias inorgânicas a base de cobalto" classifica-se na posição tarifária NBM 3823.90.9999

RECURSO VOLUNTÁRIO NEGADO

Processo nº : 10875.002641/99-77

Sessão de : 9/12/2005 Recurso nº : 128985 Acórdão nº : 301-32405

Recorrente : ROSIL EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA.

Recorrida : DRJ-CAMPINAS/SP

Relator : OTACÍLIO DANTAS CARTAXO

FINSOCIAL. PEDIDO DE RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO.

O direito de se pleitear o reconhecimento de crédito com o conseqüente pedido de restituição/compensação, perante a autoridade administrativa, de tributo pago em virtude de lei que tenha sido declarada inconstitucional, somente surge com a declaração de inconstitucionalidade pelo STF, em ação direta, ou com a suspensão, pelo Senado Federal, da lei declarada inconstitucional, na via indireta.

Por esta via, o termo a quo para o pedido de restituição começa a contar da data da publicação da MP nº 1.110 em 31/08/95 - posto que foi o primeiro ato emanado do Poder Executivo a reconhecer o caráter indevido do recolhimento do Finsocial à alíquota superior a 0,5%.

RECURSO PROVIDO.

Processo nº : 10715.010060/2001-27

Sessão de : 20/6/2006 Recurso nº : 129892 Acórdão nº : 301-32924

Recorrente : MAERSK BRASIL - BRASMAR LTDA.

Recorrida : DRJ-FLORIANOPOLIS/SC

Relator : SUSY GOMES HOFFMANN

ADMISSÃO TEMPORÁRIA - REPETRO. PARTES E PEÇAS DE REPOSIÇÃO DESTINADAS A EMBARCAÇÕES COM AMPARO AO REGIME ADUANEIRO ESPECIAL, DENOMINADO REPETRO. PRAZO ESGOTADO SEM EXTINÇÃO DO REGIME. TERMO DE RESPONSABILIDADE E EXECUÇÃO.

RENÚNCIA À VIA ADMINISTRATIVA. Constatada a existência de ação judicial em curso perante uma das Varas da Justiça Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, consubstanciando os mesmos elementos desta ação administrativa, não há que se conhecer nem apreciar o recurso voluntário interposto, preservando-se tão-somente o Lançamento tributário e a decisão tomada pelo juízo administrativo a quo, até que se manifeste definitivamente a justiça comum. Busca-se preservar a isonomia entre os interessados e a harmonia entre os Poderes da União.

RECURSO VOLUNTÁRIO NÃO CONHECIDO

Processo nº : 10715.009497/2001-18

Sessão de : 20/6/2006 Recurso nº : 129894 Acórdão nº : 301-32925

Recorrente : MAERSK BRASIL - BRASMAR LTDA.

Recorrida : DRJ-FLORIANOPOLIS/SC

Relator : SUSY GOMES HOFFMANN

ADMISSÃO TEMPORÁRIA - REPETRO. PARTES E PEÇAS DE REPOSIÇÃO DESTINADAS A EMBARCAÇÕES COM AMPARO AO REGIME ADUANEIRO ESPECIAL, DENOMINADO REPETRO. PRAZO ESGOTADO SEM EXTINÇÃO DO REGIME. TERMO DE RESPONSABILIDADE E EXECUÇÃO.

RENÚNCIA À VIA ADMINISTRATIVA. Constatada a existência de ação judicial em curso perante uma das Varas da Justiça Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, consubstanciando os mesmos elementos desta ação administrativa, não há que se conhecer nem apreciar o recurso voluntário interposto, preservando-se tão-somente o Lançamento tributário e a decisão tomada pelo juízo administrativo a quo, até que se manifeste definitivamente a justiça comum. Busca-se preservar a isonomia entre os interessados e a harmonia entre os Poderes da União.

RECURSO VOLUNTÁRIO NÃO CONHECIDO

Processo nº : 10715.009327/2001-33

Sessão de : 20/6/2006 Recurso nº : 129898 Acórdão nº : 301-32926

Recorrente : MAERSK BRASIL - BRASMAR LTDA.

Recorrida : DRJ-FLORIANOPOLIS/SC

Relator : SUSY GOMES HOFFMANN

ADMISSÃO TEMPORÁRIA - REPETRO. PARTES E PEÇAS DE REPOSIÇÃO DESTINADAS A EMBARCAÇÕES COM AMPARO AO REGIME ADUANEIRO ESPECIAL, DENOMINADO REPETRO. PRAZO ESGOTADO SEM EXTINÇÃO DO REGIME. TERMO DE RESPONSABILIDADE E EXECUÇÃO.

RENÚNCIA À VIA ADMINISTRATIVA. Constatada a existência de ação judicial em curso perante uma das Varas da Justiça Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, consubstanciando os mesmos elementos desta ação administrativa, não há que se conhecer nem apreciar o recurso voluntário interposto, preservando-se tão-somente o Lançamento tributário e a decisão tomada pelo juízo administrativo a quo, até que se manifeste definitivamente a justiça comum. Busca-se preservar a isonomia entre os interessados e a harmonia entre os Poderes da União.

RECURSO VOLUNTÁRIO NÃO CONHECIDO

Processo nº : 10715.009025/2002-46

Sessão de : 20/6/2006 Recurso nº : 130046 Acórdão nº : 301-32927

Recorrente : MAERSK BRASIL - BRASMAR LTDA.

Recorrida : DRJ-FLORIANOPOLIS/SC

Relator : SUSY GOMES HOFFMANN

ADMISSÃO TEMPORÁRIA - REPETRO. PARTES E PEÇAS DE REPOSIÇÃO DESTINADAS A EMBARCAÇÕES COM AMPARO AO REGIME ADUANEIRO ESPECIAL, DENOMINADO REPETRO. PRAZO ESGOTADO SEM EXTINÇÃO DO REGIME. TERMO DE RESPONSABILIDADE E EXECUÇÃO.

RENÚNCIA À VIA ADMINISTRATIVA. Constatada a existência de ação judicial em curso perante uma das Varas da Justiça Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, consubstanciando os mesmos elementos desta ação administrativa, não há que se conhecer nem apreciar o recurso voluntário interposto, preservando-se tão-somente o Lançamento tributário e a decisão tomada pelo juízo administrativo a quo, até que se manifeste definitivamente a justiça comum. Busca-se preservar a isonomia entre os interessados e a harmonia entre os Poderes da União.

RECURSO VOLUNTÁRIO NÃO CONHECIDO.

Processo nº : 10835.001380/93-68

Sessão de : 19/6/2006 Recurso nº : 130288 Acórdão nº : 301-32900

Recorrente : BRAVISCO DE BASTOS COM. E IND. LTDA.

Recorrida : DRJ-RIBEIRAO PRETO/SP

Relator : ATALINA RODRIGUES ALVES

TAXA REFERENCIAL DIÁRIA (TRD). JUROS DE MORA.

A cobrança dos juros de mora com base na variação da TRD está legalmente prevista a partir de 01/08/91 até a entrada em vigor da Lei nº 8.383/91, quando passaram a ser calculados à taxa de 1% ao mês-calendário ou fração.

PEDIDO DE COMPENSAÇÃO.

Incabível o exame de pedido de compensação trazido na impugnação, o qual foi, posteriormente, objeto de processo formalizado com a mesma finalidade, e no qual o pedido foi homologado, dependendo a efetivação da compensação pleiteada naquele processo, tão somente, do "quantum" apurado no presente processo.

RECURSO VOLUNTÁRIO NEGADO

Processo nº : 10283.001829/96-15

Sessão de : 21/6/2006 Recurso nº : 130348 Acórdão nº : 301-32949

Recorrente : JR COMÉRCIO REPRESENTAÇÃO IMPORTAÇÃO DE BEBIDAS LTDA.

Recorrida : DRJ-FORTALEZA/CE

Relator : IRENE SOUZA DA TRINDADE TORRES

NORMAS PROCESSUAIS - Intempestividade - Efeitos. Não se deve conhecer do recurso voluntário interposto após transcorrido o trintídio legal, contado da data da ciência da decisão recorrida.

RECURSO VOLUNTÁRIO NÃO CONHECIDO

Processo nº : 13805.000965/93-51

Sessão de : 19/6/2006 Recurso nº : 130379 Acórdão nº : 301-32894

Recorrente : HAMBURG SUD AGÊNCIAS MARÍTIMAS S/A.

Recorrida : DRJ-BRASILIA/DF

Relator : IRENE SOUZA DA TRINDADE TORRES

FINSOCIAL. BASE DE CÁLCULO. Não tendo sido objeto de ação judicial, a base de cálculo do Finsocial deve ser aquela definida na legislação pertinente.

RECURSO VOLUNTÁRIO NEGADO

Processo nº : 10880.028456/96-36

Sessão de : 26/4/2006 Recurso nº : 130382 Acórdão nº : 301-32714

Recorrente : IDEAL COMERCIAL LTDA.

Recorrida : DRJ-SALVADOR/BA

Relator : IRENE SOUZA DA TRINDADE TORRES

FINSOCIAL - FALTA DE RECOLHIMENTO. DECADÊNCIA.

O prazo decadencial das contribuições sociais para fatos geradores ocorridos em data anterior à edição da Lei nº 8.212/91 é de 5 (cinco) anos, contados, nos casos de não haver antecipação de pagamento, a partir do primeiro dia do exercício seguinte em que o crédito tributário poderia ter sido constituído; entretanto, quando houver antecipação de pagamento, o prazo decadencial deve ser contado a partir do fato gerador.

RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO EM PARTE

Processo nº : 13805.002899/96-42

Sessão de : 26/1/2006 Recurso nº : 130454 Acórdão nº : 301-32491

Recorrente : BANCO SUDAMERIS DO BRASIL S/A.

Recorrida : DRJ-SALVADOR/BA

Relator : VALMAR FONSECA DE MENEZES

CRÉDITO TRIBUTÁRIO.ANISTIA.

A anistia, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento com a qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei para sua concessão.

RECURSO PROVIDO.

Processo nº : 10660.005124/2002-31

Sessão de : 21/6/2006 Recurso nº : 130586 Acórdão nº : 301-32965

Recorrente : JAIRO DE ANDRADE ALVARENGA

Recorrida : DRJ-BRASILIA/DF

Relator : SUSY GOMES HOFFMANN

TRIBUTABILIDAE DE ITR. EXERCÍCIO DE 1998. MANUTENÇÃO DA EXIGÊNCIA DO ITR EM VISTA DA AUSÊNCIA DE PROVAS. Cabe ao contribuinte a prova da utilização da área rural para fins de alteração da alíquota de grau de utilização. Não apresentada prova suficiente para caracterizar a efetiva utilização à época dos fatos, deve ser mantida a exigência legal.

DA ÁREA UTILIZADA DO IMÓVEL. Cabe ainda ao Contribuinte apontar e provar eventuais erros cometidos por ocasião do preenchimento da correspondente declaração, para que possam ser sanados oportunamente.

RECURSO VOLUNTÁRIO NEGADO

Processo nº : 10880.022861/94-70

Sessão de : 25/5/2006 Recurso nº : 130623 Acórdão nº : 301-32825

Recorrente : TENDÊNCIA CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Recorrida : DRJ-SAO PAULO/SP

Relator : IRENE SOUZA DA TRINDADE TORRES

FINSOCIAL. DEPÓSITO JUDICIAL DO MONTANTE INTEGRAL E JUROS DE MORA

Incabível a incidência dos moratórios quando o sujeito passivo deposita em juízo o montante integral do crédito litigado, no prazo de vencimento do tributo; entretanto, havendo depósito extemporâneo, sobre o montante devem incidir os juros de mora.

RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO EM PARTE

Processo nº : 13608.000186/2003-61

Sessão de : 20/6/2006 Recurso nº : 130659 Acórdão nº : 301-32929

Recorrente : COMPANHIA AGRÍCOLA PONTENOVENSE S/A.

Recorrida : DRJ-BELO HORIZONTE/MG

Relator : IRENE SOUZA DA TRINDADE TORRES

CIDE - ACRÉSCIMOS LEGAIS - Multa de Ofício - O não cumprimento da legislação fiscal sujeita o infrator à multa de ofício no percentual de 75% do valor do imposto lançado de ofício, nos termos da legislação tributária específica.

RECURSO VOLUNTÁRIO NEGADO

Processo nº : 10209.000048/2004-77

Sessão de : 24/5/2006 Recurso nº : 130704 Acórdão nº : 301-32787

Recorrente : PETROBRÁS TRANSPORTE S/A - TRANSPETRO

Recorrida : DRJ-FORTALEZA/CE

Relator : VALMAR FONSECA DE MENEZES

CONFERÊNCIA FINAL DE MANIFESTO, FALTA DE MERCADORIA IMPORTADA A GRANEL LÍQUIDO - O limite a ser observado para fins de exclusão da responsabilidade do transportador é aquele constante da IN SRF 95/84. A quebra na descarga de granéis tem tolerância dentro do limite estabelecido pela IN-SRF 95/84, de 0,5% de granel líquido e 1,00%, de granel sólido. Ausência de base legal para admitir uma tolerância de até cinco por cento (5%).

RECURSO VOLUNTÁRIO NEGADO

Processo nº : 10314.003301/99-91

Sessão de : 24/5/2006 Recurso nº : 130801 Acórdão nº : 301-32799

Recorrente : EXIDE ELETRONICS - MICROLITE LTDA.

Recorrida : DRJ-FLORIANOPOLIS/SC

Relator : VALMAR FONSECA DE MENEZES

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL.PRECLUSÃO. Não se toma conhecimento de matéria não submetida ao crivo da primeira instância, evitando-se a supressão de instância.

ISENÇÃO. LITERALIDADE. A isenção prevista no artigo 1o da Lei 9.943/97 somente se aplica aos produtos que se classifiquem nos códigos tarifários constantes de relação exaustiva, inserida na Lei como anexo.

RECURSO VOLUNTÁRIO NEGADO

Processo nº : 10768.015215/2001-04

Sessão de : 23/3/2006 Recurso nº : 130876 Acórdão nº : 301-32667

Recorrente : BANCO NACIONAL DE INVESTIMENTOS S/A/ -(EM LIQUIDAÇÃO EXTRA-JUDICIAL)

Recorrida : DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ

Relator : SUSY GOMES HOFFMANN

FINSOCIAL.

DECADÊNCIA. FINSOCIAL. A partir da Lei 8212 de 24de julho e 1991 é de 10 anos contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o crédito poderia ter sido constituído o prazo decadencial para lançamento da contribuição para Finsocial. Antes do advento da referida lei, o prazo decadencial era o previsto na regra geral do artigo 150, § 4º do CTN.

AÇÃO JUDICIAL. AUTO DE INFRAÇÃO. CONCOMITÂNCIA DE OBJETO. Em face do princípio constitucional de unidade de jurisdição, a existência de ação judicial, em nome da interessada, importa renúncia às instâncias administrativas quanto à mesma matéria, sendo de se aplicar o que for definitivamente decidido pelo Poder Judiciário.

RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO PARCIALMENTE

Processo nº : 13103.000310/2003-79

Sessão de : 27/4/2006 Recurso nº : 130884 Acórdão nº : 301-32744

Recorrente : MS DIESEL AUTO PEÇAS E SERVIÇOS LTDA.

Recorrida : DRJ-BRASILIA/DF

Relator : LUIZ ROBERTO DOMINGO

EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO DE ENERGIA ELÉTRICA - O Sistema de Direito Positivo não estabelece vínculos legislativos que possibilite à Administração pública efetivar a compensação do empréstimo compulsório sobre o consumo de energia elétrica em favor da Eletrobrás com tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal.

RECURSO VOLUNTÁRIO NEGADO

Processo nº : 13805.004610/95-30

Sessão de : 23/3/2006 Recurso nº : 130899 Acórdão nº : 301-32669

Recorrente : AGROPECUÁRIA E REFLORESTAMENTO SÃO LUIZ LTDA.

Recorrida : DRJ-SALVADOR/BA

Relator : SUSY GOMES HOFFMANN

FINSOCIAL. LANÇAMENTO REALIZADO COM O INTUITO DE PREVENIR A DECADÊNCIA. MATÉRIA DECIDIDA NA ESFERA JUDICIAL.

AÇÃO JUDICIAL. AUTO DE INFRAÇÃO. CONCOMITÂNCIA DE OBJETO. Em face do princípio constitucional de unidade de jurisdição, a existência de ação judicial, em nome da interessada, importa em acolhimento destas instâncias administrativas quanto ao definitivamente decidido pelo Poder Judiciário.

FALTA DE RECOLHIMENTO. FINSOCIAL. Constatada a falta de recolhimento da contribuição no período alcançado pelo auto de infração, e observada qualquer das disposições suspensivas identificadas no artigo 151, do CTN, não é cabível o lançamento com multa de ofício e juros de mora. (art. 63, Lei 9.430/1996).

RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO PARCIALMENTE

Processo nº : 13410.000118/2001-47

Sessão de : 21/6/2006 Recurso nº : 131144 Acórdão nº : 301-32971

Recorrente : BENEDITO BENTO RODRIGUES

Recorrida : DRJ-RECIFE/PE

Relator : IRENE SOUZA DA TRINDADE TORRES

ITR. ÁREA UTILIZADA COM PASTAGEM. APURAÇÃO.

Por determinação legal, a área efetivamente utilizada com pastagem, nativa ou plantada, deve ser apurada levando-se em conta índices de lotação por zona pecuária.

ITR. ÁREA UTILIZADA COM PASTAGEM. PROVA. Falta de elementos convincentes para comprovar a área de pastagem declarada pela contribuinte.

RECURSO VOLUNTÁRIO NEGADO

Processo nº : 10166.012237/2003-55

Sessão de : 20/6/2006 Recurso nº : 131210 Acórdão nº : 301-32913

Recorrente : BARROS COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA.

Recorrida : DRJ-BRASILIA/DF

Relator : IRENE SOUZA DA TRINDADE TORRES

EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO. OBRIGAÇÕES DA ELETROBRÁS. COMPENSAÇÃO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. Somente a lei pode autorizar a restituição/compensação de créditos tributários do sujeito passivo contra a Fazenda Pública. Não é devida a compensação de créditos tributários decorrentes do empréstimo compulsório da Eletrobrás, por ausência de previsão legal.

RECURSO VOLUNTÁRIO NEGADO

Processo nº : 10166.012241/2003-13

Sessão de : 27/4/2006 Recurso nº : 131413 Acórdão nº : 301-32745

Recorrente : BRASCESTA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.

Recorrida : DRJ-BRASILIA/DF

Relator : LUIZ ROBERTO DOMINGO

EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO DE ENERGIA ELÉTRICA - O Sistema de Direito Positivo não estabelece vínculos legislativos que possibilite à Administração pública efetivar a compensação do empréstimo compulsório sobre o consumo de energia elétrica em favor da Eletrobrás com tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal.

RECURSO VOLUNTÁRIO NEGADO

Processo nº : 13629.000338/2003-87

Sessão de : 25/5/2006 Recurso nº : 131541 Acórdão nº : 301-32823

Recorrente : CONTIM EMPREENDIMENTOS FLORESTAIS LTDA.

Recorrida : DRJ-JUIZ DE FORA/MG

Relator : VALMAR FONSECA DE MENEZES

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. PRAZOS. INTEMPESTIVIDADE. RECURSO FORA DE PRAZO. Não se toma conhecimento de recurso interposto fora do prazo de trinta dias previsto no art. 33 do Decreto no 70.235/72.

RECURSO VOLUNTÁRIO NÃO CONHECIDO

Processo nº : 19647.001903/2003-91

Sessão de : 26/5/2006 Recurso nº : 131542 Acórdão nº : 301-32874

Recorrente : MECPREST SERVIÇOS LTDA.

Recorrida : DRJ-RECIFE/PE

Relator : CARLOS HENRIQUE KLASER FILHO

SIMPLES - OPÇÃO.

A Recorrente afirma que presta serviços de instalação, consertos e reparos em elevadores.

Constata-se que desenvolve atividade não prevista no seu Contrato Social e não enquadrada nas listadas no programa SIMPLES.

Necessidade de profissional habilitado responsável engenheiro.

RECURSO VOLUNTÁRIO NEGADO

Processo nº : 13882.000280/2004-51

Sessão de : 20/6/2006 Recurso nº : 131658 Acórdão nº : 301-32907

Recorrente : VALFILM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA.

Recorrida : DRJ-CAMPINAS/SP

Relator : SUSY GOMES HOFFMANN

EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO ELETROBRÁS - IMPOSSIBILIDADE DE RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO DE VALORES DA UNIÃO COM AÇÕES DA ELETROBRÁS RECEBIDAS PELO REEMBOLSO DE EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO.

É incabível pagamento em dinheiro ou compensação de tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal com Empréstimo Compulsório recolhido à Eletrobrás, sem previsão legal. A restituição desta espécie tributária deve ser feita tãosomente por meio de ações da própria Eletrobrás e, sendo realizada, cumprida está a obrigação, não havendo mais que exigir, nem mesmo da União.

RECURSO VOLUNTÁRIO NEGADO

Processo nº : 13882.000285/2004-84

Sessão de : 20/6/2006 Recurso nº : 131659 Acórdão nº : 301-32914

Recorrente : VALFILM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA.

Recorrida : DRJ-CAMPINAS/SP

Relator : IRENE SOUZA DA TRINDADE TORRES

EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO. OBRIGAÇÕES DA ELETROBRÁS. RESTITUIÇÃO E COMPENSAÇÃO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. Somente a lei pode autorizar a restituição/compensação de créditos tributários do sujeito passivo contra a Fazenda Pública. Não é devida a restituição/compensação de créditos tributários decorrentes do empréstimo compulsório da Eletrobrás, por ausência de previsão legal.

RECURSO VOLUNTÁRIO NEGADO

Processo nº : 13891.000093/00-46

Sessão de : 26/4/2006 Recurso nº : 131805 Acórdão nº : 301-32724

Recorrente : CLAUDIO MARIANO & CIA. LTDA.

Recorrida : DRJ-RIBEIRAO PRETO/SP

Relator : CARLOS HENRIQUE KLASER FILHO

FINSOCIAL. RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO. PRAZO PARA EXERCER O DIREITO.

Afastada a preliminar de decadência.

O prazo para requerer o indébito tributário decorrente da declaração de inconstitucionalidade das majorações de alíquota do Finsocial é de 5 anos, contados de 12/06/98, data de publicação da Medida Provisória no 1.621-36/98, que, de forma definitiva, trouxe a manifestação do Poder Executivo no sentido de reconhecer o direito e possibilitar ao contribuinte fazer a correspondente solicitação.

RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO

Processo nº : 10070.000212/99-49

Sessão de : 25/5/2006 Recurso nº : 131837 Acórdão nº : 301-32828

Recorrente : DISTAC - DIST. DE AUTOMÓVEIS E COMÉRCIO LTDA.

Recorrida : DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ

Relator : OTACÍLIO DANTAS CARTAXO

FINSOCIAL. PEDIDO DE RESTITUIÇÃO COMPENSAÇÃO.

O direito de pleitear o reconhecimento de crédito através do pedido de restituição/compensação, perante a autoridade administrativa, de tributo pago em virtude de lei que tenha sido declarada inconstitucional, somente surge com a declaração de inconstitucionalidade pelo STF, em ação direta, ou com a suspensão, pelo Senado Federal, da lei declarada inconstitucional, na via indireta.

PRAZO PARA CONTAGEM. CINCO ANOS.

Por esta via, o termo a quo para o pedido de restituição nos termos do art. 168-I do CTN começa a contar da data da publicação da MP nº 1.110 em 31/08/95, posto que foi o primeiro ato emanado do Poder Executivo a reconhecer o caráter indevido do recolhimento do Finsocial à alíquota superior a 0,5%, expirando em 31/08/00. O pedido de restituição da contribuinte foi formulado em 09/02/99.

RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO
Processo nº : 10070.000126/00-14
Sessão de : 25/5/2006 Recurso nº : 131839 Acórdão nº : 301-32829
Recorrente : NINA AUTO POSTO LTDA.
Recorrida : DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ
Relator : OTACÍLIO DANTAS CARTAXO
FINSOCIAL. PEDIDO DE RESTITUIÇÃO COMPENSAÇÃO.
O direito de pleitear o reconhecimento de crédito através do pedido de restituição/compensação, perante a autoridade administrativa, de tributo pago em virtude de lei que tenha sido declarada inconstitucional, somente surge com a declaração de inconstitucionalidade pelo STF, em ação direta, ou com a suspensão, pelo Senado Federal, da lei declarada inconstitucional, na via indireta.
PRAZO PARA CONTAGEM. CINCO ANOS.
Por esta via, o termo a quo para o pedido de restituição nos termos do art. 168-I do CTN começa a contar da data da publicação da MP nº 1.110 em 31/08/95, posto que foi o primeiro ato emanado do Poder Executivo a reconhecer o caráter indevido do recolhimento do Finsocial à alíquota superior a 0,5%, expirando em 31/08/00. O pedido de restituição da contribuinte foi formulado em 03/02/2000.
RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO
Processo nº : 13603.002248/99-81
Sessão de : 25/5/2006 Recurso nº : 131845 Acórdão nº : 301-32830
Recorrente : RECOLL PEÇAS LTDA.
Recorrida : DRJ-BELO HORIZONTE/MG
Relator : OTACÍLIO DANTAS CARTAXO
FINSOCIAL. PEDIDO DE RESTITUIÇÃO COMPENSAÇÃO.
O direito de pleitear o reconhecimento de crédito através do pedido de restituição/compensação, perante a autoridade administrativa, de tributo pago em virtude de lei que tenha sido declarada inconstitucional, somente surge com a declaração de inconstitucionalidade pelo STF, em ação direta, ou com a suspensão, pelo Senado Federal, da lei declarada inconstitucional, na via indireta.
PRAZO PARA CONTAGEM. CINCO ANOS.
Por esta via, o termo a quo para o pedido de restituição nos termos do art. 168-I do CTN começa a contar da data da publicação da MP nº 1.110 em 31/08/95, posto que foi o primeiro ato emanado do Poder Executivo a reconhecer o caráter indevido do recolhimento do Finsocial à alíquota superior a 0,5%, expirando em 31/08/00. O pedido de restituição da contribuinte foi formulado em 04/11/99.
RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO
Processo nº : 10283.007872/00-15
Sessão de : 25/5/2006 Recurso nº : 131856 Acórdão nº : 301-32831
Recorrente : CASA DO ELETRICISTA LTDA.
Recorrida : DRJ-BELEM/PA
Relator : OTACÍLIO DANTAS CARTAXO
FINSOCIAL. PEDIDO DE RESTITUIÇÃO COMPENSAÇÃO.
O direito de pleitear o reconhecimento de crédito através do pedido de restituição/compensação, perante a autoridade administrativa, de tributo pago em virtude de lei que tenha sido declarada inconstitucional, somente surge com a declaração de inconstitucionalidade pelo STF, em ação direta, ou com a suspensão, pelo Senado Federal, da lei declarada inconstitucional, na via indireta.
PRAZO PARA CONTAGEM. CINCO ANOS.
Por esta via, o termo a quo para o pedido de restituição nos termos do art. 168-I do CTN começa a contar da data da publicação da MP nº 1.110 em 31/08/95, posto que foi o primeiro ato emanado do Poder Executivo a reconhecer o caráter indevido do recolhimento do Finsocial à alíquota superior a 0,5%, expirando em 14/08/00.
RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO
Processo nº : 13805.002623/97-72
Sessão de : 25/5/2006 Recurso nº : 131880 Acórdão nº : 301-32839
Recorrente : ITAUSAGA CORRETORA DE SEGUROS LTDA.
Recorrida : DRJ-SAO PAULO/SP
Relator : ATALINA RODRIGUES ALVES
FINSOCIAL. DECADÊNCIA. Tão somente, a partir de 25/7/91, data de vigência da Lei no 8.212/91, o prazo para a Fazenda Nacional formalizar o crédito relativo às contribuições para a Seguridade Social passa a ser de 10 anos contados a partir do 1o dia do exercício seguinte àquele em que o crédito poderia ter sido constituído. Os fatos geradores anteriores a essa data vinculam-se ao prazo de decadência de 5 anos previsto no art. 173 do CTN, em vista de o Decreto-lei nº 2.049/83 não estabelecer prazo específico distinto para a formalização do crédito decorrente da contribuição ao Finsocial.
RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO
Processo nº : 13808.000318/95-91
Sessão de : 19/6/2006 Recurso nº : 131882 Acórdão nº : 301-32896
Recorrente : AGROCITRUS LTDA.
Recorrida : DRJ-SALVADOR/BA
Relator : IRENE SOUZA DA TRINDADE TORRES
NORMAS PROCESSUAIS. COMPENSAÇÃO. OPÇÃO PELA VIA JUDICIAL. A submissão de matéria à tutela autônoma e superior do Poder Judiciário importa em renúncia ou desistência à via administrativa.
RECURSO VOLUNTÁRIO NÃO CONHECIDO
Processo nº : 10907.001748/2004-10
Sessão de : 20/6/2006 Recurso nº : 132003 Acórdão nº : 301-32923
Recorrente : ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
Recorrida : DRJ-FLORIANOPOLIS/SC
Relator : ATALINA RODRIGUES ALVES
VOLUME NÃO LOCALIZADO EM LOCAL SOB CONTROLE ADUANEIRO. PENALIDADE.
Aplica-se ao responsável pelo recinto sob controle aduaneiro a multa de R$ 1.000,00 (mil reais) por volume depositado, que não seja localizado, sendo incabível a redução de que trata o art. 6º da Lei nº 8.218/1991 por expressa determinação legal.
RECURSO VOLUNTÁRIO NEGADO
Processo nº : 13808.003780/97-11
Sessão de : 25/5/2006 Recurso nº : 132084 Acórdão nº : 301-32826
Recorrente : MWM MOTORES DIESEL LTDA.
Recorrida : DRJ-SAO PAULO/SP
Relator : IRENE SOUZA DA TRINDADE TORRES
PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. Há que ser anulada a nova decisão prolatada pela DRJ quando a decisão proferida anteriormente não apresentar inexatidão material devida a lapso manifesto ou erros de escrita ou de cálculos.
PROCESSO ANULADO
Processo nº : 10380.007361/2002-83
Sessão de : 12/8/2005 Recurso nº : 132090 Acórdão nº : 301-32065
Recorrente : F. C. HOLANDA PINTO
Recorrida : DRJ-FORTALEZA/CE
Relator : SUSY GOMES HOFFMANN
FINSOCIAL - PEDIDO DE RESTITUIÇÃO - PRAZO DECADENCIAL - O prazo para o contribuinte requerer a restituição ou compensação dos valores recolhidos indevidamente a título de FINSOCIAL, é de cinco anos e tem o termo inicial na data da publicação da Medida Provisória nº. 1.621-36, de 10/06/98 (D.O.U. de 12/06/98) que efetivamente reconhece ao contribuinte o direito à restituição dos valores pagos indevidamente, mediante a sua solicitação. ADEMAIS, ainda em preliminar, tem-se que não há concomitância entre o pedido administrativo de restituição e a ação judicial noticiada no processo. Determina-se o retorno do processo para a Delegacia Regional de Julgamento, para que seja analisado o pedido, em sua materialidade, sob pena de supressão de instância.
RECURSO A QUE SE DÁ PROVIMENTO, PARA DETERMINAR O RETORNO DO PROCESSO À DRJ PARA EXAME DO PEDIDO.
Processo nº : 13116.000537/2003-75
Sessão de : 19/6/2006 Recurso nº : 132199 Acórdão nº : 301-32897
Recorrente : LOPES E MONTEIRO LTDA.
Recorrida : DRJ-BRASILIA/DF
Relator : IRENE SOUZA DA TRINDADE TORRES
SIMPLES. INCLUSÃO RETROATIVA. Não restando demonstrada nos autos a inequívoca intenção do agente em optar pelo Simples, diante da comprovação de pagamentos efetuados em DARF-Simples e da entrega de Declaração Anual Simplificada referente aos anos-calendários de 1999 e 2000, não há que se admitir a inclusão retroativa naquele regime a partir de 01/01/1999.
RECURSO VOLUNTÁRIO NEGADO
Processo nº : 10860.000343/2004-30
Sessão de : 26/5/2006 Recurso nº : 132293 Acórdão nº : 301-32876
Recorrente : ALMENARA REINTEGRAÇÃO SOCIAL S/C. LTDA.
Recorrida : DRJ-CAMPINAS/SP
Relator : CARLOS HENRIQUE KLASER FILHO
SIMPLES. EXCLUSÃO - EFEITOS.
Os efeitos da exclusão da sistemática do SIMPLES, surtirão efeitos a partir do mês subseqüente àquele em que incorrida a situação excludente, com base no artigo 24, II, da IN SRF 355, de 29 de agosto de 2003.
RECURSO VOLUNTÁRIO NEGADO
Processo nº : 10580.013132/2004-11
Sessão de : 19/6/2006 Recurso nº : 132328 Acórdão nº : 301-32886
Recorrente : BASE-TEC COM. E SERVIÇOS LTDA.
Recorrida : DRJ-SALVADOR/BA
Relator : LUIZ ROBERTO DOMINGO
SIMPLES - LIMITE DE FATURAMENTO - SÓCIO PARTICIPANTE COM MAIS DE 10% DE OUTRA PESSOA JURÍDICA - Comprovada a participação de sócio da empresa optante pelo Simples de outra pessoa jurídica, cujo faturamento global de ambas ultrapassou o limite estabelecido para o SIMPLES, verifica-se a circunstância excludente. Alteração posterior não pode repercutir retroativamente.
RECURSO VOLUNTÁRIO NEGADO
Processo nº : 10880.044395/96-54
Sessão de : 26/4/2006 Recurso nº : 132497 Acórdão nº : 301-32725
Recorrente : GAFOR TRANSPORTES LTDA.
Recorrida : DRJ-SALVADOR/BA
Relator : CARLOS HENRIQUE KLASER FILHO
FINSOCIAL - FALTA DE RECOLHIMENTO. DECADÊNCIA PARCIAL.
Decaiu o direito da Fazenda Nacional efetuar o lançamento relativo ao mês de maio de 1989, havendo transcorrido o prazo de 5(cinco) anos, contados do fato gerador.
Quanto ao mérito, a cobrança dos juros de mora está correta, porque seus efeitos somente serão relevantes no caso do depósito judicial não haver sido efetuado no vencimento do tributo. Como a data do pagamento da obrigação será aquela em que foi efetuado o depósito, os juros de mora terão os seus efeitos anulados no caso do pagamento tempestivo.
RECURSO VOLUNTÁRIO NEGADO.
Processo nº : 16707.003044/2003-25
Sessão de : 26/5/2006 Recurso nº : 132634 Acórdão nº : 301-32878
Recorrente : S. F. DA CÂMARA NETO
Recorrida : DRJ-RECIFE/PE
Relator : CARLOS HENRIQUE KLASER FILHO
SIMPLES - EXCLUSÃO - ATIVIDADE DE PROFESSOR/ASSEMELHADOS.
Pessoa Jurídica que presta atividade econômica não permitida, ou seja, prestação de serviços profissionais de professor ou assemelhados, está impedida de optar pelo sistema SIMPLES. Assemelha-se a atividade de professor ou assemelhados, atividade enquadrada no art. 9o, inciso XIII da Lei nº 9.317, de 05 de dezembro de 1996.
RECURSO VOLUNTÁRIO NEGADO
Processo nº : 10980.012081/2003-17
Sessão de : 19/6/2006 Recurso nº : 132640 Acórdão nº : 301-32891
Recorrente : PRATA PURA ARTIGOS DE DECORAÇÃO E SEMI-JÓIAS LTDA-ME
Recorrida : DRJ-CURITIBA/PR
Relator : ATALINA RODRIGUES ALVES
SIMPLES. EXCLUSÃO.Não pode optar pelo SIMPLES a pessoa jurídica que possui sócio com participação superior a 10% (dez por cento) no capital de outras, cujo somatório da receita bruta total, no ano calendário de 2001, superou o limite de que trata o inciso II do art. 2º da Lei nº 9.317, de 1996, na data da opção.
RECURSO VOLUNTÁRIO NEGADO
Processo nº : 10820.001728/2003-18
Sessão de : 26/5/2006 Recurso nº : 132647 Acórdão nº : 301-32880
Recorrente : CARLOS VIDAL SELIS ANTUNES-ME
Recorrida : DRJ-RIBEIRAO PRETO/SP
Relator : CARLOS HENRIQUE KLASER FILHO
SIMPLES - ALEGAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE.
É de competência exclusiva do Poder Judiciário a apreciação de constitucionalidade de matéria tributária.
OPÇÃO. VEDAÇÃO.
Conforme dispõe o item XIII do artigo 9o da Lei n.° 9.317/96, não poderá optar pelo SIMPLES a pessoa jurídica que preste serviços profissionais de corretor, representante comercial, despachante, ator, empresário, diretor ou produtor de espetáculos, cantor, músico, dançarino, médico, dentista, enfermeiro, veterinário, engenheiro, arquiteto, físico, químico, economista, contador, auditor, consultor, estatístico, administrador, programador, analista de sistema, advogado, psicólogo, professor, jornalista, publicitário, fisicultor, ou assemelhados, e de qualquer outra profissão cujo exercício dependa de habilitação profissional legalmente exigida.
RECURSO VOLUNTÁRIO NEGADO
Processo nº : 10580.007620/2004-81
Sessão de : 19/6/2006 Recurso nº : 132850 Acórdão nº : 301-32898
Recorrente : RANGEL RÁDIO TÁXI LTDA.
Recorrida : DRJ-SALVADOR/BA
Relator : IRENE SOUZA DA TRINDADE TORRES
SIMPLES. EXERCÍCIO DE ATIVIDADE IMPEDITIVA. É vedada por lei a opção pelo SIMPLES por pessoa jurídica que exerça atividade assemelhada à de corretagem.
RECURSO VOLUNTÁRIO NEGADO
Processo nº : 13609.000046/2005-44
Sessão de : 19/6/2006 Recurso nº : 132863 Acórdão nº : 301-32899
Recorrente : SEMPRE VIVA CONFECÇÕES LTDA - ME
Recorrida : DRJ-BELO HORIZONTE/MG
Relator : IRENE SOUZA DA TRINDADE TORRES
SIMPLES - EXCLUSÃO. PARTICIPAÇÃO DE SÓCIO EM MAIS DE 10% DE OUTRA EMPRESA, ULTRAPASSADO O LIMITE GLOBAL DA RECEITA BRUTA. OBRIGATORIEDADE DE EXCLUSÃO. A participação de sócio com mais de 10% em outra empresa, tendo a receita bruta ultrapassado o limite global estipulado pela lei, é causa impeditiva à opção pelo SIMPLES. Ocorrendo quaisquer das hipóteses de vedação previstas na legislação de regência, a exclusão da sistemática do SIMPLES é obrigatória.
RECURSO VOLUNTÁRIO NEGADO
Processo nº : 10880.002514/95-84
Sessão de : 26/4/2006 Recurso nº : 133016 Acórdão nº : 301-32717
Recorrente : QUAKER BRASIL LTDA.
Recorrida : DRJ-SALVADOR/BA
Relator : IRENE SOUZA DA TRINDADE TORRES
RECURSO DE OFÍCIO
É lícita a desoneração de parcela da contribuição exigida, de empresas comerciais ou mistas, em percentual superior a 0,5%.

RECURSO VOLUNTÁRIO

FINSOCIAL. DECADÊNCIA. Para os fatos geradores ocorridos antes da edição da Lei nº 8.212/91, o prazo para a Fazenda Nacional lançar o crédito pertinente ao Finsocial é de cinco anos, contado a partir do 1º dia do exercício seguinte àquele em que o crédito da contribuição já poderia ter sido constituído, não havendo pagamento antecipado. Nos casos em que tenha sido efetuada antecipação de pagamento, ou ainda ter sido realizado depósito judicial, o prazo deve ser contado a partir do fato gerador.

FINSOCIAL. MULTA. RESPONSABILIDADE POR SUCESSÃO. Responde o sucessor pela multa de natureza fiscal. O direito dos contribuintes às mudanças societárias não pode servir de instrumento à liberação de quaisquer ônus fiscais (inclusive penalidades), ainda mais quando a incorporadora pertence ao mesmo grupo da incorporada e conhecia perfeitamente o passivo desta.

RECURSO DE OFÍCIO NEGADO E RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO EM PARTE

Processo nº : 10183.003977/2004-73

Sessão de : 26/5/2006 Recurso nº : 133046 Acórdão nº : 301-32863

Recorrente : CENTRAIS ELÉTRICAS MATOGROSSENSES S.A - CEMAT

Recorrida : DRJ-CAMPO GRANDE/MS

Relator : CARLOS HENRIQUE KLASER FILHO

EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO. OBRIGAÇÕES DA ELETROBRÁS. RESTITUIÇÃO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL.

É incabível o pagamento de tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal com Empréstimo Compulsório recolhido à Eletrobrás, por falta de previsão legal.

RECURSO VOLUNTÁRIO NEGADO

Processo nº : 10183.003975/2004-84

Sessão de : 26/5/2006 Recurso nº : 133053 Acórdão nº : 301-32864

Recorrente : CENTRAIS ELÉTRICAS MATOGROSSENSES S.A - CEMAT

Recorrida : DRJ-CAMPO GRANDE/MS

Relator : CARLOS HENRIQUE KLASER FILHO

EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO. OBRIGAÇÕES DA ELETROBRÁS. RESTITUIÇÃO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL.

É incabível o pagamento de tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal com Empréstimo Compulsório recolhido à Eletrobrás, por falta de previsão legal.

RECURSO VOLUNTÁRIO NEGADO

Processo nº : 10183.004661/2004-07

Sessão de : 26/5/2006 Recurso nº : 133058 Acórdão nº : 301-32865

Recorrente : CENTRAIS ELÉTRICAS MATOGROSSENSES S.A - CEMAT

Recorrida : DRJ-CAMPO GRANDE/MS

Relator : CARLOS HENRIQUE KLASER FILHO

EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO. OBRIGAÇÕES DA ELETROBRÁS. RESTITUIÇÃO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL.

É incabível o pagamento de tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal com Empréstimo Compulsório recolhido à Eletrobrás, por falta de previsão legal.

RECURSO VOLUNTÁRIO NEGADO

Processo nº : 13804.008743/2003-75

Sessão de : 26/5/2006 Recurso nº : 133211 Acórdão nº : 301-32866

Recorrente : PRODUQUÍMICA IND. E COM. LTDA.

Recorrida : DRJ-SAO PAULO/SP

Relator : CARLOS HENRIQUE KLASER FILHO

EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO. OBRIGAÇÕES DA ELETROBRÁS. RESTITUIÇÃO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL.

É incabível o pagamento de tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal com Empréstimo Compulsório recolhido à Eletrobrás, por falta de previsão legal.

RECURSO VOLUNTÁRIO NEGADO

Processo nº : 10070.001608/95-61

Sessão de : 25/5/2006 Recurso nº : 133219 Acórdão nº : 301-32841

Recorrente : IESA INTERNACIONAL DE ENGENHARIA S/A.

Recorrida : DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ

Relator : ATALINA RODRIGUES ALVES

NORMAS PROCESSUAIS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DESCABIMENTO. Constatada a inexistência de obscuridade no acórdão embargado, configura-se descabível a oposição de embargos declaratórios com o fim específico de sanar a suposta obscuridade.

EMBARGOS REJEITADOS

Processo nº : 10183.004656/2004-96

Sessão de : 26/5/2006 Recurso nº : 133328 Acórdão nº : 301-32867

Recorrente : CENTRAIS ELÉTRICAS MATOGROSSENSES S/A. - CEMAT

Recorrida : DRJ-CAMPO GRANDE/MS

Relator : CARLOS HENRIQUE KLASER FILHO

EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO. OBRIGAÇÕES DA ELETROBRÁS. RESTITUIÇÃO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL.

É incabível o pagamento de tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal com Empréstimo Compulsório recolhido à Eletrobrás, por falta de previsão legal.

RECURSO VOLUNTÁRIO NEGADO

Processo nº : 16542.000046/2004-73

Sessão de : 26/5/2006 Recurso nº : 133405 Acórdão nº : 301-32868

Recorrente : SAIBRITA MINERAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA.

Recorrida : DRJ-FLORIANOPOLIS/SC

Relator : CARLOS HENRIQUE KLASER FILHO

EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO. OBRIGAÇÕES DA ELETROBRÁS. RESTITUIÇÃO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL.

É incabível o pagamento de tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal com Empréstimo Compulsório recolhido à Eletrobrás, por falta de previsão legal.

RECURSO VOLUNTÁRIO NEGADO

Processo nº : 13016.000365/00-62

Sessão de : 20/6/2006 Recurso nº : 133444 Acórdão nº : 301-32908

Recorrente : FASOLO ARTEFATOS DE COURO LTDA.

Recorrida : DRJ-SANTA MARIA/RS

Relator : SUSY GOMES HOFFMANN

COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS E DÉBITOS TRIBUTÁRIOS - IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS E TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA - IMPOSSIBILIDADE.

É incabível a compensação de tributos, sem expressa previsão legal, nos termos do artigo 170 do Código Tributário Nacional. Ademais, os Títulos da Dívida Agrária e o Imposto sobre Produtos Industrializados sequer são fungíveis entre si e apresentam reciprocidade de obrigações. Eventualmente, poder-se-ia compensá-los tão-somente com Impostos Territoriais Rurais - ITR, nos termos do parágrafo primeiro, do artigo 105, da Lei 4504 de 1964, que dispõe sobre o Estatuto da Terra.

RECURSO VOLUNTÁRIO NEGADO

Processo nº : 13016.000380/00-56

Sessão de : 20/6/2006 Recurso nº : 133445 Acórdão nº : 301-32909

Recorrente : FASOLO ARTEFATOS DE COURO LTDA.

Recorrida : DRJ-SANTA MARIA/RS

Relator : SUSY GOMES HOFFMANN

COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS E DÉBITOS TRIBUTÁRIOS - IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS E TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA - IMPOSSIBILIDADE.

É incabível a compensação de tributos, sem expressa previsão legal, nos termos do artigo 170 do Código Tributário Nacional. Ademais, os Títulos da Dívida Agrária e o Imposto sobre Produtos Industrializados sequer são fungíveis entre si e apresentam reciprocidade de obrigações. Eventualmente, poder-se-ia compensá-los tão-somente com Impostos Territoriais Rurais - ITR, nos termos do parágrafo primeiro, do artigo 105, da Lei 4504 de 1964, que dispõe sobre o Estatuto da Terra.

RECURSO VOLUNTÁRIO NEGADO

Processo nº : 13016.000157/00-45

Sessão de : 20/6/2006 Recurso nº : 133448 Acórdão nº : 301-32910

Recorrente : FASOLO ARTEFATOS DE COURO LTDA.

Recorrida : DRJ-SANTA MARIA/RS

Relator : SUSY GOMES HOFFMANN

COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS E DÉBITOS TRIBUTÁRIOS - IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS E TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA - IMPOSSIBILIDADE.

É incabível a compensação de tributos, sem expressa previsão legal, nos termos do artigo 170 do Código Tributário Nacional. Ademais, os Títulos da Dívida Agrária e o Imposto sobre Produtos Industrializados sequer são fungíveis entre si e apresentam reciprocidade de obrigações. Eventualmente, poder-se-ia compensá-los tão-somente com Impostos Territoriais Rurais - ITR, nos termos do parágrafo primeiro, do artigo 105, da Lei 4504 de 1964, que dispõe sobre o Estatuto da Terra.

RECURSO VOLUNTÁRIO NEGADO

Processo nº : 13016.000475/00-61

Sessão de : 20/6/2006 Recurso nº : 133455 Acórdão nº : 301-32911

Recorrente : FASOLO ARTEFATOS DE COURO LTDA.

Recorrida : DRJ-SANTA MARIA/RS

Relator : SUSY GOMES HOFFMANN

COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS E DÉBITOS TRIBUTÁRIOS - IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS E TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA - IMPOSSIBILIDADE.

É incabível a compensação de tributos, sem expressa previsão legal, nos termos do artigo 170 do Código Tributário Nacional. Ademais, os Títulos da Dívida Agrária e o Imposto sobre Produtos Industrializados sequer são fungíveis entre si e apresentam reciprocidade de obrigações. Eventualmente, poder-se-ia compensá-los tão-somente com Impostos Territoriais Rurais - ITR, nos termos do parágrafo primeiro, do artigo 105, da Lei 4504 de 1964, que dispõe sobre o Estatuto da Terra.

RECURSO VOLUNTÁRIO NEGADO

Processo nº : 13016.000573/00-80

Sessão de : 20/6/2006 Recurso nº : 133457 Acórdão nº : 301-32912

Recorrente : FASOLO ARTEFATOS DE COURO LTDA.

Recorrida : DRJ-SANTA MARIA/RS

Relator : SUSY GOMES HOFFMANN

COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS E DÉBITOS TRIBUTÁRIOS - IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS E TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA - IMPOSSIBILIDADE.

É incabível a compensação de tributos, sem expressa previsão legal, nos termos do artigo 170 do Código Tributário Nacional. Ademais, os Títulos da Dívida Agrária e o Imposto sobre Produtos Industrializados sequer são fungíveis entre si e apresentam reciprocidade de obrigações. Eventualmente, poder-se-ia compensá-los tão-somente com Impostos Territoriais Rurais - ITR, nos termos do parágrafo primeiro, do artigo 105, da Lei 4504 de 1964, que dispõe sobre o Estatuto da Terra.

RECURSO VOLUNTÁRIO NEGADO

Processo nº : 13153.000341/2001-72

Sessão de : 19/6/2006 Recurso nº : 133517 Acórdão nº : 301-32901

Recorrente : ZAVA MADEIREIRA LTDA.

Recorrida : DRJ-CAMPO GRANDE/MS

Relator : ATALINA RODRIGUES ALVES

FINSOCIAL. COMPENSAÇÃO. DECADÊNCIA.

Tendo sido proferida decisão judicial transitada em julgado, considerando decaído o direito da contribuinte à compensação dos recolhimentos anteriores a 17/11/1992 e inexistindo recolhimentos posteriores a essa data, não haveria créditos passíveis de compensação.

RECURSO VOLUNTÁRIO NEGADO

Processo nº : 10830.008736/97-95

Sessão de : 26/4/2006 Recurso nº : 133552 Acórdão nº : 301-32712

Recorrente : DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS MUNIQUE LTDA.

Recorrida : DRJ-CAMPINAS/SP

Relator : ATALINA RODRIGUES ALVES

FINSOCIAL. PEDIDO DE RESTITUIÇÃO. PRAZO PARA EXERCER O DIREITO.

O prazo para requerer o indébito tributário decorrente da declaração de inconstitucionalidade das majorações de alíquota do Finsocial é de 5 (cinco) anos contados de 12/06/98, data de publicação da Medida Provisória nº 1.621-36/98, que, de forma definitiva, trouxe a manifestação do Poder Executivo no sentido de reconhecer o direito e possibilitar ao contribuinte fazer a correspondente solicitação.

Recurso a que se dá provimento para afastar a prejudicial de decadência e determinar o retorno do processo à DRJ de origem para exame do mérito do pleito.

RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO

Processo nº : 10850.000498/00-91

Sessão de : 26/4/2006 Recurso nº : 133556 Acórdão nº : 301-32718

Recorrente : MIRAMAR INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA.

Recorrida : DRJ-RIBEIRAO PRETO/SP

Relator : IRENE SOUZA DA TRINDADE TORRES

FINSOCIAL. PEDIDO DE RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO. PRAZO PARA EXERCER O DIREITO.

O prazo para requerer o indébito tributário decorrente da declaração de inconstitucionalidade das majorações de alíquota do Finsocial é de 5 anos, contado de 12/6/1998, data de publicação da Medida Provisória no 1.621-36/98, que, de forma definitiva, trouxe a manifestação do Poder Executivo no sentido de reconhecer o direito e possibilitar ao contribuinte fazer a correspondente solicitação.

RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO

Processo nº : 13833.000057/2001-47

Sessão de : 23/3/2006 Recurso nº : 133567 Acórdão nº : 301-32645

Recorrente : DIMABRÁS - DISTRIBUIDORA DE MÁQUINAS E VEÍCULOS

Recorrida : DRJ-RIBEIRAO PRETO/SP

Relator : VALMAR FONSECA DE MENEZES

FINSOCIAL. PEDIDO DE RESTITUIÇAO. PRAZO PARA EXERCER O DIREITO.

O prazo para requerer o indébito tributário decorrente da declaração de inconstitucionalidade das majorações de alíquota do Finsocial é de 5 (cinco) anos contados de 12/06/98, data de publicação da Medida Provisória nº 1.621-36/98, que, de forma definitiva, trouxe a manifestação do Poder Executivo no sentido de reconhecer o direito e possibilitar ao contribuinte fazer a correspondente solicitação.

Recurso a que se dá provimento para afastar a prejudicial de decadência e determinar o retorno do processo à DRJ de origem para exame do mérito do pleito.

RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO

Processo nº : 13807.008741/00-13

Sessão de : 26/4/2006 Recurso nº : 133632 Acórdão nº : 301-32719

Recorrente : PANIFICADORA FAZENDA DO CAMPO LTDA.

Recorrida : DRJ-SAO PAULO/SP

Relator : IRENE SOUZA DA TRINDADE TORRES

FINSOCIAL. PEDIDO DE RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO. PRAZO PARA EXERCER O DIREITO.

O prazo para requerer o indébito tributário decorrente da declaração de inconstitucionalidade das majorações de alíquota do Finsocial é de 5 anos, contado de 12/6/1998, data de publicação da Medida Provisória no 1.621-36/98, que, de forma definitiva, trouxe a manifestação do Poder Executivo no sentido de reconhecer o direito e possibilitar ao contribuinte fazer a correspondente solicitação.

RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO
Processo nº : 10768.018275/2002-51
Sessão de : 19/6/2006 Recurso nº : 133668 Acórdão nº : 301-32902
Recorrente : BANCO BANERJ S/A
Recorrida : DRJ-BELO HORIZONTE/MG
Relator : ATALINA RODRIGUES ALVES
FINSOCIAL. DECADÊNCIA. A partir de 25/7/91, data de vigência da Lei no 8.212/91, o prazo para a Fazenda Nacional formalizar o crédito relativo às contribuições para a Seguridade Social passa a ser de 10 anos contados a partir do 1o dia do exercício seguinte àquele em que o crédito poderia ter sido constituído. Tão-somente os fatos geradores anteriores a essa data vinculam-se ao prazo de decadência de 5 anos previsto no art. 173 do CTN, em vista de o Decreto-Lei nº 2.049/83 não estabelecer prazo específico distinto para a formalização do crédito decorrente da contribuição ao FINSOCIAL.
RECURSO VULUNTÁRIO NEGADO
Processo nº : 10845.000080/00-99
Sessão de : 26/4/2006 Recurso nº : 133671 Acórdão nº : 301-32727
Recorrente : COMISSÁRIA DE CAFÉ NOVA AMÉRICA LTDA.
Recorrida : DRJ-SAO PAULO/SP
Relator : CARLOS HENRIQUE KLASER FILHO
FINSOCIAL. RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO. PRAZO PARA EXERCER O DIREITO.
O prazo para requerer o indébito tributário decorrente da declaração de inconstitucionalidade das majorações de alíquota do Finsocial é de 5 anos, contados de 12/06/98, data de publicação da Medida Provisória no 1.621-36/98, que, de forma definitiva, trouxe a manifestação do Poder Executivo no sentido de reconhecer o direito e possibilitar ao contribuinte fazer a correspondente solicitação.
RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO
Processo nº : 11543.001366/2004-17
Sessão de : 19/6/2006 Recurso nº : 134709 Acórdão nº : 301-32888
Recorrente : ART METAL ESTRUTURAS METÁLICAS LTDA
Recorrida : DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ
Relator : VALMAR FONSECA DE MENEZES
SIMPLES. EXCLUSÃO. VEDAÇÃO RELATIVA A SERVIÇOS PROFISSIONAIS. Não poderá optar pelo SIMPLES, a pessoa jurídica que preste serviços profissionais de corretor, representante comercial, despachante ator, empresário, diretor ou produtor de espetáculos, cantor, músico, dançarino, médico, dentista, enfermeiro, veterinário, engenheiro, arquiteto, físico, químico, economista, contador, auditor, consultor, estatístico, administrador, programador, analista de sistema, advogado psicólogo, professor, jornalista, publicitário, fisicultor, ou assemelhados e de qualquer outra profissão cujo exercício dependa de habilitação profissional legalmente exigida.
RECURSO VOLUNTÁRIO NEGADO

LUIZ HUMBERTO CRUZ FERNANDES
Chefe de Seção

2ª CÂMARA

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no Setor Comercial Sul, Quadra 01, bloco "J", Sobreloja, Edifício Alvorada, em Brasília-DF
OBSERVAÇÃO: Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de conselheiro ou procurador da Fazenda Nacional, não-comparecimento do conselheiro relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.
DIA 19 DE SETEMBRO DE 2006, ÀS 09:00 HORAS
01 - Relatora: ELIZABETH EMÍLIO DE MORAES CHIEREGATTO
Recurso: 130795 - Processo: 11610.000667/99-45 - Recte: SATURNIA SIST. DE ENERGIA LTDA (INCORPORADORA) POWERWARE BRASIL LTDA. - Recda: DRJ-FLORIANOPOLIS/SC - Matéria: IPI/CLASSIFICAÇÃO FISCAL
Relatora: ELIZABETH EMÍLIO DE MORAES CHIEREGATTO
02 - Recurso: 131705 - Processo: 12466.003629/2002-93 - Recte: CISA TRADING S.A. - Recda: DRJ-FLORIANOPOLIS/SC - Matéria: II/CLASSIFICAÇÃO FISCAL
Relatora: ELIZABETH EMÍLIO DE MORAES CHIEREGATTO
03 - Recurso: 132984 - Processo: 12466.002116/2002-65 - Recte: ORIMPEX IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO LTDA. - Recda: DRJ-FLORIANOPOLIS/SC - Matéria: II/IPI - FALTA DE RECOLHIMENTO
Relator: PAULO AFFONSECA DE BARROS FARIA JÚNIOR
04 - Recurso: 126078 - Processo: 10711.006808/94-09 - Recte: SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA (SUCESSORA DE SANDOZ S/A.) - Recda: DRJ-FLORIANOPOLIS/SC - Matéria: II/CLASSIFICAÇÃO FISCAL
Relator: PAULO AFFONSECA DE BARROS FARIA JÚNIOR
05 - Recurso: 126969 - Processo: 10611.001175/98-22 - Recte: ORGANIZAÇÕES MANOEL NOGUEIRA LTDA. - Recda: DRJ-SAO PAULO/SP - Matéria: TRÂNSITO ADUANEIRO
Relator: PAULO AFFONSECA DE BARROS FARIA JÚNIOR
06 - Recurso: 132939 - Processo: 10945.012386/2003-47 - Recte: DRJ-FLORIANOPOLIS/SC - Recda: DRJ-FLORIANOPOLIS/SC - Inter: LEATHER COM. IMP. E EXP. DE PERFUMARIA LTDA. - Matéria: MULTA DECORRENTE DE PENA DE PERDIMENTO - VISTA À CONSELHEIRA MÉRCIA HELENA TRAJANO D'AMORIM - VISTA AO CONSELHEIRO LUCIANO LOPES DE ALMEIDA MORAES
Relator: PAULO AFFONSECA DE BARROS FARIA JÚNIOR
07 - Recurso: 135026 - Processo: 10283.100246/2004-47 - Recte: DRJ-FORTALEZA/CE - Recda: DRJ-FORTALEZA/CE - Inter: SOENERGY SISTEMAS INTERNACIONAIS DE ENERGIA LTDA. - Matéria: MULTA DECORRENTE DE PENA DE PERDIMENTO
Relator: CORINTHO OLIVEIRA MACHADO
08 - Recurso: 130564 - Processo: 10711.000749/2004-26 - Recte: DRJ-FLORIANOPOLIS/SC - Recda: DRJ-FLORIANOPOLIS/SC - Inter: NOVA PLASTIC - IND. E COM. DE EMBALAGENS LTDA. - Matéria: MULTA DECORRENTE DE PENA DE PERDIMENTO
Relatora: ROSA MARIA DE JESUS DA SILVA COSTA DE CASTRO
09 - Recurso: 130187 - Processo: 10921.000043/2002-27 - Recte: ZANOTTI S.A. - Recda: DRJ-FLORIANOPOLIS/SC - Matéria: MULTA DECORRENTE DE PENA DE PERDIMENTO - VISTA À CONSELHEIRA ELIZABETH EMÍLIO DE MORAES CHIEREGATTO - VISTA À CONSELHEIRA MÉRCIA HELENA TRAJANO D'AMORIM
Relatora: ROSA MARIA DE JESUS DA SILVA COSTA DE CASTRO
10 - Recurso: 131306 - Processo: 10907.000430/2001-61 - Recte: BPAR - 10 LTDA. - Recda: DRJ-FLORIANOPOLIS/SC - Matéria: II/CLASSIFICAÇÃO FISCAL
Relatora: ROSA MARIA DE JESUS DA SILVA COSTA DE CASTRO
11 - Recurso: 131431 - Processo: 12466.002795/2001-91 - Recte: SAB SP EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA. - Recda: DRJ-FLORIANOPOLIS/SC - Matéria: II/CLASSIFICAÇÃO FISCAL
Relatora: ROSA MARIA DE JESUS DA SILVA COSTA DE CASTRO
12 - Recurso: 133889 - Processo: 10830.009334/00-94 - Recte: DRJ-RIBEIRAO PRETO/SP - Recda: DRJ-RIBEIRAO PRETO/SP - Inter: SCHNEIDER ELETRIC BRASIL LTDA. - Matéria: IPI/CLASSIFICAÇÃO FISCAL
Relatora: MÉRCIA HELENA TRAJANO D'AMORIM
13 - Recurso: 134618 - Processo: 10715.006511/00-24 - Recte: VARIG S/A VIAÇÃO AÉREA RIO-GRANDENSE - Recda: DRJ-FLORIANOPOLIS/SC - Matéria: II/IPI - FALTA DE RECOLHIMENTO
Relator: LUCIANO LOPES DE ALMEIDA MORAES
14 - Recurso: 133240 - Processo: 10074.000053/2004-52 - Recte: DRJ-FLORIANOPOLIS/SC - Recda: DRJ-FLORIANOPOLIS/SC - Inter: FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA JOSÉ BONIFÁCIO - Matéria: ISENÇÃO - VISTA AO CONSELHEIRO LUIS ANTONIO FLORA
Relator: LUCIANO LOPES DE ALMEIDA MORAES
15 - Recurso: 133689 - Processo: 10494.001111/2004-14 - Recte: DRJ-FLORIANOPOLIS/SC - Recda: DRJ-FLORIANOPOLIS/SC - Inter: PANATLÂNTICA S/A - Matéria: II/CLASSIFICAÇÃO FISCAL - VISTA AO CONSELHEIRO LUIS ANTONIO FLORA
Relatora: JUDITH DO AMARAL MARCONDES ARMANDO
16 - Recurso: 130624 - Processo: 10283.007194/2002-79 - Recte: SIMPRESS IND. COM. LOCAÇÃO DE SIST. DE IMPRESSÃO LTDA. - Recda: DRJ-FORTALEZA/CE - Matéria: II/CLASSIFICAÇÃO FISCAL
Relatora: JUDITH DO AMARAL MARCONDES ARMANDO
17 - Recurso: 130696 - Processo: 10245.000555/93-23 - Recte: TAM - TÁXI AÉREO MARÍLIA S/A. - Recda: DRF-BOA VISTA/RR - Matéria: ADMISSÃO TEMPORÁRIA
Relatora: JUDITH DO AMARAL MARCONDES ARMANDO
18 - Recurso: 130699 - Processo: 10245.000479/92-66 - Recte: TAM - TÁXI AÉREO MARÍLIA S/A. - Recda: DRF-BOA VISTA/RR - Matéria: ADMISSÃO TEMPORÁRIA
DIA 19 DE SETEMBRO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS
Relatora: ELIZABETH EMÍLIO DE MORAES CHIEREGATTO
19 - Recurso: 130976 - Processo: 10314.004320/98-91 - Recte: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA. - Recda: DRJ-SAO PAULO/SP - Matéria: RESTITUIÇÃO DO IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO
Relatora: ELIZABETH EMÍLIO DE MORAES CHIEREGATTO
20 - Recurso: 133100 - Processo: 12466.000947/2004-64 - Recte: DRJ-FLORIANOPOLIS/SC - Recda: DRJ-FLORIANOPOLIS/SC - Inter: VITÓRIA RÉGIA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. - Matéria: FRAUDE - IMPORTAÇÃO
Relator: PAULO AFFONSECA DE BARROS FARIA JÚNIOR
21 - Recurso: 126680 - Processo: 11128.008491/99-49 - Recte: BARDELLA S.A. INDÚSTRIAS MECÂNICAS - Recda: DRJ-FLORIANOPOLIS/SC - Matéria: II/IPI - FALTA DE RECOLHIMENTO
Relator: PAULO AFFONSECA DE BARROS FARIA JÚNIOR
22 - Recurso: 127347 - Processo: 13308.000013/00-12 - Recte: CIA. METALIC NORDESTE - Recda: DRJ-FORTALEZA/CE - Matéria: RESTITUIÇÃO DO IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO
Relator: PAULO AFFONSECA DE BARROS FARIA JÚNIOR
23 - Recurso: 129231 - Processo: 18336.000623/2003-15 - Recte: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A. - PETROBRÁS - Recda: DRJ-FORTALEZA/CE - Matéria: CIDE - FALTA DE RECOLHIMENTO - VISTA AO CONSELHEIRO LUIS ANTONIO FLORA - VISTA À CONSELHEIRA ELIZABETH EMÍLIO DE MORAES CHIEREGATTO
Relator: CORINTHO OLIVEIRA MACHADO
24 - Recurso: 124270 - Processo: 10480.001278/2001-91 - Recte: PETROFLEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. - Recda: DRJ-RECIFE/PE - Matéria: CLASSIFICAÇÃO TARIFÁRIA
Relatora: ROSA MARIA DE JESUS DA SILVA COSTA DE CASTRO
25 - Recurso: 130975 - Processo: 10314.004327/98-30 - Recte: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA. - Recda: DRJ-SAO PAULO/SP - Matéria: RESTITUIÇÃO DO IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO
Relatora: ROSA MARIA DE JESUS DA SILVA COSTA DE CASTRO
26 - Recurso: 131261 - Processo: 10909.000257/2004-23 - Recte: IMPORTEX IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. - Recda: DRJ-FLORIANOPOLIS/SC - Matéria: II/CLASSIFICAÇÃO FISCAL
Relatora: ROSA MARIA DE JESUS DA SILVA COSTA DE CASTRO
27 - Recurso: 131293 - Processo: 10715.010988/00-41 - Recte: DEDALUS INFORMÁTICA LTDA. - Recda: DRJ-FLORIANOPOLIS/SC - Matéria: II/CLASSIFICAÇÃO FISCAL
Relatora: ROSA MARIA DE JESUS DA SILVA COSTA DE CASTRO
28 - Recurso: 133068 - Processo: 11128.006788/98-16 - Recte: DRJ-SAO PAULO/SP - Recda: DRJ-SAO PAULO/SP - Inter: PLR COM. IMP. LTDA. - Matéria: II/IPI - FALTA DE RECOLHIMENTO
Relatora: MÉRCIA HELENA TRAJANO D'AMORIM
29 - Recurso: 123534 - Processo: 10314.005694/99-87 - Recte: NISSAN DO BRASIL COM. IMP. VEÍCULOS LTDA. - Recda: DRJ-SAO PAULO/SP - Matéria: II/IPI - FALTA DE RECOLHIMENTO
Relator: LUCIANO LOPES DE ALMEIDA MORAES
30 - Recurso: 129239 - Processo: 15165.000143/2003-67 - Recte: TYCO SISTEMAS DE ENERGIA LTDA. - Recda: DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Matéria: INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA - VISTA À CONSELHEIRA ROSA MARIA DE JESUS DA SILVA COSTA DE CASTRO
Relatora: JUDITH DO AMARAL MARCONDES ARMANDO
31 - Recurso: 123575 - Processo: 10314.001570/00-38 - Recte: SUDAMAX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CIGARROS LTDA - Recda: DRJ-SAO PAULO/SP - Matéria: II/IPI
Relatora: JUDITH DO AMARAL MARCONDES ARMANDO
32 - Recurso: 130535 - Processo: 10814.000062/97-24 - Recte: TRANSPORTES MARTELÃO LTDA. - Recda: DRJ-SAO PAULO/SP - Matéria: TRÂNSITO ADUANEIRO
Relatora: JUDITH DO AMARAL MARCONDES ARMANDO
33 - Recurso: 131049 - Processo: 10715.001399/97-21 - Recte: DRJ-FLORIANOPOLIS/SC - Recda: DRJ-FLORIANOPOLIS/SC - Inter: UNITED AIRLINES INC. - Matéria: TRÂNSITO ADUANEIRO
Relatora: JUDITH DO AMARAL MARCONDES ARMANDO
34 - Recurso: 133032 - Processo: 12466.003141/2004-28 - Recte: COMPATEC IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. - EPP - Recda: DRJ-FLORIANOPOLIS/SC - Matéria: II/IPI - FALTA DE RECOLHIMENTO - VISTA AO CONSELHEIRO LUIS ANTONIO FLORA
DIA 20 DE SETEMBRO DE 2006, ÀS 09:00 HORAS
Relatora: ELIZABETH EMÍLIO DE MORAES CHIEREGATTO
35 - Recurso: 131506 - Processo: 12466.004082/2003-24 - Recte: INFO WEST INFORMÁTICA LTDA. E OUTROS - Recda: DRJ-FLORIANOPOLIS/SC - Matéria: VALOR ADUANEIRO - VISTA À PROCURADORA DA FAZENDA NACIONAL - VISTA AO CONSELHEIRO LUIS ANTONIO FLORA
Relatora: ELIZABETH EMÍLIO DE MORAES CHIEREGATTO
36 - Recurso: 131502 - Processo: 12466.004083/2003-79 - Recte: ÓPISSOM IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. - Recda: DRJ-FLORIANOPOLIS/SC - Matéria: VALOR ADUANEIRO - VISTA À PROCURADORA DA FAZENDA NACIONAL - VISTA AO CONSELHEIRO LUIS ANTONIO FLORA
Relatora: ELIZABETH EMÍLIO DE MORAES CHIEREGATTO

37 - Recurso: 133860 - Processo: 12719.000945/2003-75 - Recte: UNIVERSAL PNEUS LTDA. - Recda: DRJ-FLORIANOPOLIS/SC - Matéria: VALOR ADUANEIRO

Relator: PAULO AFFONSECA DE BARROS FARIA JÚNIOR

38 - Recurso: 125832 - Processo: 10314.005167/95-58 - Recte: SELENE INDÚSTRIA TÊXTIL S/A - Recda: DRJ-SAO PAULO/SP - Matéria: II/CLASSIFICAÇÃO FISCAL

Relator: PAULO AFFONSECA DE BARROS FARIA JÚNIOR

39 - Recurso: 127262 - Processo: 10711.008931/98-61 - Recte: TROP COMÉRCIO EXTERIOR - Recda: DRJ-FLORIANOPOLIS/SC - Matéria: VALOR ADUANEIRO

Relator: CORINTHO OLIVEIRA MACHADO

40 - Recurso: 130841 - Processo: 10183.004933/2002-07 - Recte: SENA PNEUS COMÉRCIO E RECAPAGENS LTDA. - Recda: DRJ-SAO PAULO/SP - Matéria: VALOR ADUANEIRO

Relatora: ROSA MARIA DE JESUS DA SILVA COSTA DE CASTRO

41 - Recurso: 129902 - Processo: 10715.009266/2001-12 - Recte: MAERSK BRASIL - BRASMAR LTDA. - Recda: DRJ-FLORIANOPOLIS/SC - Matéria: ADMISSÃO TEMPORÁRIA

Relatora: ROSA MARIA DE JESUS DA SILVA COSTA DE CASTRO

42 - Recurso: 131503 - Processo: 12466.004080/2003-35 - Recte: FALLS IMPORT. COMÉRCIO IMP. EXP. LTDA. - Recda: DRJ-FLORIANOPOLIS/SC - Matéria: VALOR ADUANEIRO - VISTA À PROCURADORA DA FAZENDA NACIONAL - VISTA AO CONSELHEIRO LUIS ANTONIO FLORA

Relatora: ROSA MARIA DE JESUS DA SILVA COSTA DE CASTRO

43 - Recurso: 131549 - Processo: 10314.006100/99-46 - Recte: FORMILINE IND. DE LAMINADOS LTDA. - Recda: DRJ-SAO PAULO/SP - Matéria: DRAWBACK - SUSPENSÃO

Relator: LUCIANO LOPES DE ALMEIDA MORAES

44 - Recurso: 133900 - Processo: 10283.003522/2004-20 - Recte: TCE COM. E SERV. EM TECNOL. E INFORMÁTICA LTDA. - Recda: DRJ-FORTALEZA/CE - Matéria: FRAUDE - IMPORTAÇÃO - VISTA À PROCURADORA DA FAZENDA NACIONAL - VISTA AO CONSELHEIRO LUIS ANTONIO FLORA

Relator: LUIS ANTONIO FLORA

45 - Recurso: 131507 - Processo: 12466.004081/2003-80 - Recte: MAGNA TRADING LTDA E OUTROS - Recda: DRJ-FLORIANOPOLIS/SC - Matéria: II/IPI - FALTA DE RECOLHIMENTO - VISTA À PROCURADORA DA FAZENDA NACIONAL - VISTA À CONSELHEIRA ELIZABETH EMÍLIO DE MORAES CHIEREGATTO

Relatora: JUDITH DO AMARAL MARCONDES ARMANDO

46 - Recurso: 131051 - Processo: 10715.001755/97-34 - Recte: DRJ-FLORIANOPOLIS/SC - Recda: DRJ-FLORIANOPOLIS/SC - Inter: AMERICAN AIRLINES INC - Matéria: TRÂNSITO ADUANEIRO

Relatora: JUDITH DO AMARAL MARCONDES ARMANDO

47 - Recurso: 131053 - Processo: 10715.001813/97-39 - Recte: DRJ-FLORIANOPOLIS/SC - Recda: DRJ-FLORIANOPOLIS/SC - Inter: AMERICAN AIRLINES INC - Matéria: TRÂNSITO ADUANEIRO

Relatora: JUDITH DO AMARAL MARCONDES ARMANDO

48 - Recurso: 132327 - Processo: 10831.002649/98-69 - Recte: RODOVISA TRANSPORTE LTDA. - Recda: DRJ-SAO PAULO/SP - Matéria: TRÂNSITO ADUANEIRO

Relatora: JUDITH DO AMARAL MARCONDES ARMANDO

49 - Recurso: 134727 - Processo: 11516.001874/2004-22 - Recte: JOSÉ ROBERTO DAGOSTIM - Recda: DRJ-FLORIANOPOLIS/SC - Matéria: COMPENSAÇÃO DE TRIBUTOS COM CRÉDITO DE TERCEIROS

DIA 20 DE SETEMBRO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS

Relatora: ELIZABETH EMÍLIO DE MORAES CHIEREGATTO

50 - Recurso: 135064 - Processo: 13116.001664/2002-19 - Recte: COMPANHIA NÍQUEL TOCANTINS - Recda: DRJ-BRASILIA/DF - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

Relator: PAULO AFFONSECA DE BARROS FARIA JÚNIOR

51 - Recurso: 128032 - Processo: 10320.001074/2001-93 - Recte: MARCONI TÁCITO FÉLIX CALDAS - Recda: DRJ-RECIFE/PE - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL - VISTA AO CONSELHEIRO LUIS ANTONIO FLORA - VISTA AO CONSELHEIRO LUCIANO LOPES DE ALMEIDA MORAES

Relator: CORINTHO OLIVEIRA MACHADO

52 - Recurso: 124157 - Processo: 13896.000308/95-12 - Recte: MÁRIO CUSTÓDIO DE OLIVEIRA PINTO - Recda: DRJ-CAMPINAS/SP - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

Relatora: ROSA MARIA DE JESUS DA SILVA COSTA DE CASTRO

53 - Recurso: 130614 - Processo: 10980.002205/2001-86 - Recte: BRASILSAT HARALD S/A. - Recda: DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

Relatora: ROSA MARIA DE JESUS DA SILVA COSTA DE CASTRO

54 - Recurso: 131290 - Processo: 10670.000703/2004-31 - Recte: GERALDO AIRTON CASTANHA - Recda: DRJ-BRASILIA/DF - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

Relatora: ROSA MARIA DE JESUS DA SILVA COSTA DE CASTRO

55 - Recurso: 131321 - Processo: 10880.013856/95-20 - Recte: AGROPECUÁRIA CHAPADA DOS GUIMARÃES - Recda: DRJ-SAO PAULO/SP - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

Relatora: ROSA MARIA DE JESUS DA SILVA COSTA DE CASTRO

56 - Recurso: 131335 - Processo: 11060.000445/2001-91 - Recte: SOCIEDADE VICENTE PALLOTTI - Recda: DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

Relatora: ROSA MARIA DE JESUS DA SILVA COSTA DE CASTRO

57 - Recurso: 131356 - Processo: 11060.000453/2001-37 - Recte: SOCIEDADE VICENTE PALLOTTI - Recda: DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

Relatora: ROSA MARIA DE JESUS DA SILVA COSTA DE CASTRO

58 - Recurso: 131395 - Processo: 10675.003574/2003-10 - Recte: TOSHIAKI NAGANO - Recda: DRJ-BRASILIA/DF - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

Relatora: MÉRCIA HELENA TRAJANO D'AMORIM

59 - Recurso: 129515 - Processo: 10120.002596/00-43 - Recte: CLENON DE BARROS LOYOLA FILHO - Recda: DRJ-BRASILIA/DF - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

Relatora: MÉRCIA HELENA TRAJANO D'AMORIM

60 - Recurso: 130608 - Processo: 10820.001974/99-88 - Recte: EDUARDO CALIL OTOBONI - Recda: DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

Relatora: MÉRCIA HELENA TRAJANO D'AMORIM

61 - Recurso: 131017 - Processo: 13135.000024/2002-55 - Recte: SILVIO FRANCISCO DIAS - Recda: DRJ-BRASILIA/DF - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

Relatora: MÉRCIA HELENA TRAJANO D'AMORIM

62 - Recurso: 131197 - Processo: 10920.000491/2001-50 - Recte: LUIZ RONI DA SILVA FONTOURA - Recda: DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

Relator: LUCIANO LOPES DE ALMEIDA MORAES

63 - Recurso: 133753 - Processo: 10675.004730/2004-32 - Recte: DATERRA ATIVIDADES RURAIS LTDA. - Recda: DRJ-BRASILIA/DF - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

Relator: LUCIANO LOPES DE ALMEIDA MORAES

64 - Recurso: 133823 - Processo: 11040.001177/2003-24 - Recte: NELLY BARBOSA KARAM - Recda: DRJ-CAMPO GRANDE/MS - Matéria: IMPOSTO TERRITORIAL RURAL

DIA 21 DE SETEMBRO DE 2006, ÀS 09:00 HORAS

Relator: PAULO AFFONSECA DE BARROS FARIA JÚNIOR

65 - Recurso: 125723 - Processo: 11040.002956/99-91 - Recte: DROGARIA SANTA MARTA LTDA - Recda: DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO

Relator: PAULO AFFONSECA DE BARROS FARIA JÚNIOR

66 - Recurso: 133429 - Processo: 10835.001142/2001-14 - Recte: PAWIMAR MAT. PARA CONSTRUÇÃO LTDA. - Recda: DRJ-RIBEIRAO PRETO/SP - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO

Relator: PAULO AFFONSECA DE BARROS FARIA JÚNIOR

67 - Recurso: 134501 - Processo: 11020.002776/97-49 - Recte: DAL MONTE E CIA LTDA - Recda: DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO

Relator: PAULO AFFONSECA DE BARROS FARIA JÚNIOR

68 - Recurso: 134514 - Processo: 10835.000397/2002-41 - Recte: MERCE-FERRO COMERCIAL LTDA

Recda: DRJ-RIBEIRAO PRETO/SP - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO

Relator: PAULO AFFONSECA DE BARROS FARIA JÚNIOR

69 - Recurso: 134740 - Processo: 11042.000105/99-39 - Recte: TAMER E CIA LTDA - Recda: DRJ-PORTO ALEGRE/RS - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO

Relator: PAULO AFFONSECA DE BARROS FARIA JÚNIOR

70 - Recurso: 134796 - Processo: 10980.002075/2002-62 - Recte: LBE LOCADORA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTOS LTDA - Recda: DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO

Relator: CORINTHO OLIVEIRA MACHADO

71 - Recurso: 126122 - Processo: 10840.003531/96-13 - Recte: USINA SANTA ELISA S/A - Recda: DRJ-RIBEIRAO PRETO/SP - Matéria: FINSOCIAL - FALTA DE RECOLHIMENTO

Relator: CORINTHO OLIVEIRA MACHADO

72 - Recurso: 133370 - Processo: 13005.001000/2004-61 - Recte: MARQUETTO SUPERMERCADO LTDA. - Recda: DRJ-SANTA MARIA/RS - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO

Relator: CORINTHO OLIVEIRA MACHADO

73 - Recurso: 133424 - Processo: 10980.008748/2002-98 - Recte: PATRIARCA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA. - Recda: DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO

Relator: CORINTHO OLIVEIRA MACHADO

74 - Recurso: 134668 - Processo: 13963.000165/98-78 - Recte: HOSPITAL SANTA CATARINA LTDA - Recda: DRJ-FLORIANOPOLIS/SC - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO

Relatora: ROSA MARIA DE JESUS DA SILVA COSTA DE CASTRO

75 - Recurso: 133324 - Processo: 10680.019436/99-09 - Recte: BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A. - Recda: DRJ-BELO HORIZONTE/MG - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO - VISTA AO CONSELHEIRO LUIS ANTONIO FLORA

Relatora: MÉRCIA HELENA TRAJANO D'AMORIM

76 - Recurso: 129435 - Processo: 10480.003484/95-91 - Recte: FERNANDES COSTA TECIDOS LTDA. - Recda: DRJ-RECIFE/PE - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO

Relatora: MÉRCIA HELENA TRAJANO D'AMORIM

77 - Recurso: 131793 - Processo: 10875.001839/99-89 - Recte: RESTAURANTE E CHURRASCARIA COME BEM LTDA. - Recda: DRJ-CAMPINAS/SP - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO

Relator: LUCIANO LOPES DE ALMEIDA MORAES

78 - Recurso: 134093 - Processo: 13016.000083/2001-07 - Recte: FASOLO ARTEFATOS DE COURO LTDA. - Recda: DRJ-SANTA MARIA/RS - Matéria: COMPENSAÇÕES - DIVERSAS

Relatora: JUDITH DO AMARAL MARCONDES ARMANDO

79 - Recurso: 132995

Processo: 10380.007411/97-31 - Embargante: PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - Embargada: SEGUNDA CÂMARA DO TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES - Inter: EDMILSON ABREU BERNARDO - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO

Relatora: JUDITH DO AMARAL MARCONDES ARMANDO

80 - Recurso: 133401 - Processo: 13811.001638/98-51 - Recte: BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A. - Recda: DRJ-SAO PAULO/SP - Matéria: FINSOCIAL - RESTITUIÇÃO/COMPENSAÇÃO

DIA 21 DE SETEMBRO DE 2006, ÀS 11:00 HORAS

Relator: PAULO AFFONSECA DE BARROS FARIA JÚNIOR

81 - Recurso: 130983 - Processo: 13656.000520/2003-19 - Recte: ROE - RADIOLOGIA ODONTOLÓGICA ESPECIALIZADA S/C. LTDA. - Recda: DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: DCTF

Relator: PAULO AFFONSECA DE BARROS FARIA JÚNIOR

82 - Recurso: 133982 - Processo: 13603.001444/2005-38 - Recte: FRIGORÍFICO ALVORADA LTDA - Recda: DRJ-BELO HORIZONTE/MG - Matéria: DCTF

Relator: PAULO AFFONSECA DE BARROS FARIA JÚNIOR

83 - Recurso: 134355 - Processo: 13837.000323/2004-44 - Recte: FRANCISCO BOTTA DE ASSIS - Recda: DRJ-CAMPINAS/SP - Matéria: DCTF

Relator: PAULO AFFONSECA DE BARROS FARIA JÚNIOR

84 - Recurso: 134368 - Processo: 13603.001443/2005-93 - Recte: FRIGORÍFICO ALVORADA LTDA - Recda: DRJ-BELO HORIZONTE/MG - Matéria: DCTF

Relator: PAULO AFFONSECA DE BARROS FARIA JÚNIOR

85 - Recurso: 134385 - Processo: 10875.004046/2004-02 - Recte: DEGRAU CONSULTORIA FISCAL E TRIBUTÁRIA SC LTDA - Recda: DRJ-CAMPINAS/SP - Matéria: DCTF

Relator: PAULO AFFONSECA DE BARROS FARIA JÚNIOR

86 - Recurso: 134650 - Processo: 10630.000851/2005-11 - Recte: DIPLOMATA CONTÁBIL GERENCIAL LTDA - Recda: DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: DCTF

Relator: PAULO AFFONSECA DE BARROS FARIA JÚNIOR

87 - Recurso: 134698 - Processo: 10510.000354/2005-71 - Recte: CENTRO DE BELEZA E ESTÉTICA E ESCOLA DE CABELEREIRO VITÓRIA LTDA ME - Recda: DRJ-SALVADOR/BA - Matéria: DCTF

Relatora: MÉRCIA HELENA TRAJANO D'AMORIM

88 - Recurso: 134589 - Processo: 13984.001062/2005-77 - Recte: LACTOPLASA INDÚSTRIA DE LATICÍNIOS DO PLANALTO LTDA. - Recda: DRJ-FLORIANOPOLIS/SC - Matéria: DCTF

Relatora: MÉRCIA HELENA TRAJANO D'AMORIM

89 - Recurso: 134602 - Processo: 10166.000748/2002-43 - Recte: CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - Recda: DRJ-BRASILIA/DF - Matéria: DCTF

DIA 21 DE SETEMBRO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS

Relatora: ELIZABETH EMÍLIO DE MORAES CHIEREGATTO

90 - Recurso: 134402 - Processo: 14041.000062/2005-62 - Recte: ECL - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. - Recda: DRF-BRASÍLIA/DF - Matéria: MULTA DIVERSA - VISTA À CONSELHEIRA MÉRCIA HELENA TRAJANO D'AMORIM

Relator: PAULO AFFONSECA DE BARROS FARIA JÚNIOR

91 - Recurso: 129064 - Processo: 10980.011259/2002-13 - Recte: BEABLE SERV. ADM. PARA TERCEIROS LTDA. - ME. - Recda: DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: SIMPLES - EXCLUSÃO

Relator: PAULO AFFONSECA DE BARROS FARIA JÚNIOR

92 - Recurso: 132520 - Processo: 10166.000391/2004-65 - Recte: CENTRO DE ARTES STARSTS - Recda: DRJ-BRASILIA/DF - Matéria: SIMPLES - EXCLUSÃO
Relator: CORINTHO OLIVEIRA MACHADO
93 - Recurso: 129493 - Processo: 10768.003692/2002-08 - Recte: CMS COMÉRCIO DE MÁQUINAS E SISTEMAS LTDA. - Recda: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ - Matéria: SIMPLES - EXCLUSÃO
Relatora: MÉRCIA HELENA TRAJANO D'AMORIM
94 - Recurso: 125105 - Processo: 13660.000058/2001-11 - Recte: ARLINDO LUIZ FERNANDEZ - Recda: DRJ-JUIZ DE FORA/MG - Matéria: SIMPLES - VISTA AO CONSELHEIRO LUIS ANTONIO FLORA
Relator: LUCIANO LOPES DE ALMEIDA MORAES
95 - Recurso: 129560 - Processo: 13836.000306/2003-36 - Recte: ANTONIO CORNÉLIO PEDREIRA - ME. - Recda: DRJ-CAMPINAS/SP - Matéria: SIMPLES - INCLUSÃO
Relator: LUCIANO LOPES DE ALMEIDA MORAES
96 - Recurso: 132529 - Processo: 10166.000086/2004-73 - Recte: DIVISÓRIAS PONTUAL LTDA. - Recda: DRJ-BRASILIA/DF - Matéria: SIMPLES - EXCLUSÃO
Relator: LUCIANO LOPES DE ALMEIDA MORAES
97 - Recurso: 132540 - Processo: 10435.000849/2004-69 - Recte: INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA KREP LTDA. - Recda: DRJ-RECIFE/PE - Matéria: SIMPLES - EXCLUSÃO
Relator: LUCIANO LOPES DE ALMEIDA MORAES
98 - Recurso: 132570 - Processo: 10940.002219/2003-38 - Recte: JASOM PEREIRA DOS SANTOS - Recda: DRJ-CURITIBA/PR - Matéria: SIMPLES - EXCLUSÃO
Relator: LUCIANO LOPES DE ALMEIDA MORAES
99 - Recurso: 132581 - Processo: 10746.001321/2003-12 - Recte: NADA MELHOR CENTRO DE NATAÇÃO LTDA. - Recda: DRJ-BRASILIA/DF - Matéria: SIMPLES - EXCLUSÃO
Relator: LUCIANO LOPES DE ALMEIDA MORAES
100 - Recurso: 132592 - Processo: 13962.000172/2004-99 - Recte: AFINAUTO REGULAGEM ELETRÔNICA DE MOTORES LTDA. - ME. - Recda: DRJ-FLORIANOPOLIS/SC - Matéria: SIMPLES - EXCLUSÃO
Relator: LUCIANO LOPES DE ALMEIDA MORAES
101 - Recurso: 132603 - Processo: 13897.001064/2003-83 - Recte: JDDK ASSOCIADOS S/C LTDA. - Recda: DRJ-CAMPINAS/SP - Matéria: SIMPLES - EXCLUSÃO
Relator: LUCIANO LOPES DE ALMEIDA MORAES
102 - Recurso: 132610 - Processo: 10845.004651/2003-41 - Recte: RTG SISTEMAS LTDA-ME - Recda: DRJ-SAO PAULO/SP - Matéria: SIMPLES - EXCLUSÃO
Relator: LUCIANO LOPES DE ALMEIDA MORAES
103 - Recurso: 132619 - Processo: 10580.004206/2003-30 - Recte: SIERVI AUTO PEÇAS LTDA. - Recda: DRJ-SALVADOR/BA - Matéria: SIMPLES - EXCLUSÃO
Relator: LUCIANO LOPES DE ALMEIDA MORAES
104 - Recurso: 134382 - Processo: 11610.003987/2001-41 - Recte: LUKSTOK COMÉRCIO DE CALÇADOS LTDA EPP - Recda: DRJ-SAO PAULO/SP - Matéria: SIMPLES - EXCLUSÃO
Relator: LUCIANO LOPES DE ALMEIDA MORAES
105 - Recurso: 134556 - Processo: 10768.003311/2002-82 - Recte: LANCHES WYB'S LTDA. - Recda: DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ - Matéria: SIMPLES - EXCLUSÃO
Relatora: JUDITH DO AMARAL MARCONDES ARMANDO
106 - Recurso: 132518 - Processo: 10166.001454/2004-09 - Recte: SAMA EVENTOS, PROMOÇÕES E SERVIÇOS TEMPORÁRIOS LTDA. - Recda: DRJ-BRASILIA/DF - Matéria: SIMPLES - EXCLUSÃO
Relatora: JUDITH DO AMARAL MARCONDES ARMANDO
107 - Recurso: 135034 - Processo: 10746.001075/2004-80 - Recte: COMPANHIA DE ENERGIA ELÉTRICA DO ESTADO DO TOCANTINS - Recda: DRJ-BRASILIA/DF - Matéria: MULTA DIVERSA - VISTA À CONSELHEIRA ELIZABETH EMÍLIO DE MORAES CHIEREGATTO

MARIA MADALENA SILVA
Secretária da Câmara

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 701, DE 5 DE SETEMBRO DE 2006

Reconhece situação de emergência no Município de Laje do Muriaé-RJ.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, com base no Decreto nº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, e

Considerando o Decreto nº 735, de 06 de março de 2006, do Município de Laje do Muriaé, devidamente homologado pelo Decreto nº 39.074, de 27 de março de 2006, do Estado do Rio de Janeiro e,

Considerando, ainda, as informações da Secretaria Nacional de Defesa Civil no Processo nº 59050.001057/2006-87, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência, em virtude de desastre relacionado com riscos de intensa poluição provocada por resíduos sólidos da atividade industrial, no Município de Laje do Muriaé, na zona urbana, pelo prazo de sessenta dias, contados a partir de 06 de março de 2006.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PEDRO BRITO

PORTARIA Nº 702, DE 5 DE SETEMBRO DE 2006

Reconhece situação de emergência no Município de Capanema - PR.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, com base no Decreto nº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, e

Considerando o Decreto nº 3903/2006, de 18 de janeiro de 2006, do Município de Capanema, devidamente homologado pelo Decreto nº 6424, de 12 de abril de 2006, do Estado do Paraná e,

Considerando, ainda, as informações da Secretaria Nacional de Defesa Civil no Processo nº 59050.001058/2006-21, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência, em virtude de estiagem, zona rural, do Município de Capanema, pelo prazo de noventa dias, contados a partir de 18 de janeiro 2006.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PEDRO BRITO

PORTARIA Nº 703, DE 5 DE SETEMBRO DE 2006

Reconhece situação de emergência no Município de Ererê - CE.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, com base no Decreto nº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005,

Considerando o Decreto nº 015/2005, de 20 de outubro de 2005, do Município de Ererê, devidamente homologado pelo Decreto nº 27.975, de 27 de outubro de 2005, do Estado do Ceará e,

Considerando, ainda, as informações da Secretaria Nacional de Defesa Civil no Processo nº 59050.001055/2006-98, resolve:

Art. 1º Prorrogar a situação de emergência, em virtude de estiagem, na zona rural, do Município de Ererê, por mais noventa dias, contados a partir de 20 de outubro de 2005.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PEDRO BRITO

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.430, DE 6 DE SETEMBRO DE 2006

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08015.000543, de 2005, do Ministério da Justiça, resolve

Autorizar a entrega ao Governo de Portugal de SANDRO SILVA CLEMENTINA, de nacionalidade portuguesa, nascido em 10 de abril de 1970, na conformidade dos arts. 67 e 89 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, independentemente do cumprimento das restrições a ele impostas pela justiça brasileira, tendo em vista o deferimento, em 1 º de junho de 2006, pelo Supremo Tribunal Federal, do Pedido de Extradição Nº 978-8.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 1.431, DE 6 DE SETEMBRO DE 2006

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.006.096, de 2004, do Ministério da Justiça, resolve

Expulsar do território nacional, na conformidade dos arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, MICHAEL WALTER MOLLER, de nacionalidade sul-africana, filho de Johonny Moller e de May Moller, nascido em Bellville, Cidade do Cabo, África do Sul, em 22 de novembro de 1959, residente no Estado de Pernambuco, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 1.432, DE 6 DE SETEMBRO DE 2006

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.031.494, de 2005, do Ministério da Justiça, resolve

Expulsar do território nacional, na conformidade do art. 65 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, ROBERT GOLFARIN FALERO ou ROBERTO VERGARA PEREZ, de nacionalidade uruguaia, filho de Golfarin Falero e de Glayds Medeiro, nascido em Melo, Cerro Largo, Uruguai, em 2 de outubro de 1964, residente no Estado de São Paulo, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 1.433, DE 6 DE SETEMBRO DE 2006

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.007.845, de 2006, do Ministério da Justiça, resolve

Expulsar do território nacional, na conformidade dos arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, ANGEL ROCA RIVERA, de nacionalidade boliviana, filho de Pablo Roca Campos e de Matilde Rivera Pizaro, nascido em Santa Cruz de La Sierra, Bolívia, em 1º de junho de 1961, residente no Estado do Goiás, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 1.434, DE 6 DE SETEMBRO DE 2006

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.004.172, de 2006, do Ministério da Justiça, resolve

Expulsar do território nacional, na conformidade do art. 65 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, MIGUEL ANGEL HERRERA, de nacionalidade argentina, filho de Carlos Herrera e de Ortis Cacilda, nascido em San Antonio, Argentina, em 1º de agosto de 1976, residente no Estado do Paraná, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 1.435, DE 6 DE SETEMBRO DE 2006

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.006.040, de 2006, do Ministério da Justiça, resolve

Expulsar do território nacional, na conformidade dos arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, VIRGILIA CESARI POCUBE, de nacionalidade boliviana, filha de Fernando Cesari e de Ramona Pocube, nascida em Colorado Ibanez, Bolívia, em 5 de janeiro de 1952, residente no Estado de Mato Grosso do Sul, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 1.436, DE 6 DE SETEMBRO DE 2006

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.006.067, de 2006, do Ministério da Justiça, resolve

Expulsar do território nacional, na conformidade dos arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, MELISSA ZELAYA CAMARGO, de nacionalidade boliviana, filha de Juan Zelaya e de Reina Camargo, nascida em Nuflo de Chabes, Bolívia, em 15 de novembro de 1982, residente no Estado de Mato Grosso do Sul, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 1.437, DE 6 DE SETEMBRO DE 2006

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.014.534, de 2003, do Ministério da Justiça, resolve

Expulsar do território nacional, na conformidade dos arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, ROSA STINFALE, de nacionalidade argentina, filha de Otelio Meteo Stinfale e de Margada Ponce, nascida em Buenos Aires, Argentina, em 29 de novembro de 1944, residente no Estado de São Paulo, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 1.438, DE 6 DE SETEMBRO DE 2006

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.023.016, de 2001, do Ministério da Justiça, resolve

Expulsar do território nacional, na conformidade dos arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, JUAN DOMINGO VIVEROS CARTES, de nacionalidade paraguaia, filho de Tarassio Viveros e de Nelida Cartes, nascido em Assunção, Paraguai, em 12 de janeiro de 1947, residente no Estado de Mato Grosso, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 1.439, DE 6 DE SETEMBRO DE 2006

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.008.550, de 2004, do Ministério da Justiça, resolve

Expulsar do território nacional, na conformidade dos arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, SOLEDAD VELASCO HERNANDEZ, de nacionalidade espanhola, filha de Julio Velasco Hernandez e de Josefa Velasco Hernandez, nascida em Mauricia, Espanha, em 3 de dezembro de 1959, residente no Estado da Bahia, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

PORTARIA Nº 1.440, DE 6 DE SETEMBRO DE 2006

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.006.052, de 2006, do Ministério da Justiça, resolve:

Expulsar do território nacional, na conformidade dos arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, DENNY FLORES VACA, de nacionalidade boliviana, filha de Dionísio Flores e de Rosário Vaca, nascida em Santa Cruz de La Sierra, Bolívia, em 4 de março de 1960, residente no Estado de Mato Grosso do Sul, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeita no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 1.321, de 3 de agosto de 2006, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, página 41, de 04 de agosto de 2006, no Art. 1º , onde se lê: "FUNDAÇÃO HEIRINCH BOLL"..., leia se: "FUNDAÇÃO HEINRICH BOLL"....

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

ATA DE DISTRIBUIÇÃO ORDINÁRIA Nº 416, REALIZADA EM 6 DE SETEMBRO DE 2006

Hora: 14 h
Presidente Substituto: Ricardo Villas Boas Cueva
Coordenadora da Cosepro: Silvia Helena S. D. Fernandes
Foram distribuídos pelo sistema de sorteio os seguintes feitos:
1. Ato de Concentração nº 08012.008399/2006-43
Requerentes: Advent International Corporation, Resources Services Holdings USA
Advogado(s): Priscila dos Santos Castello Branco, José Augusto Caleiro Regazzini, Rogério Domene, Francisco Ribeiro Todorov
Relator: Conselheiro Luis Fernando Schuartz
2. Ato de Concentração nº 08012.008403/2006-73
Requerentes: Dover Resources Inc, Eaton Corporation
Advogado(s): Paulo Maurício Siqueira, Érica Sumie Yamashita, Tito Amaral de Andrade
Relator: Conselheiro Luiz Carlos Delorme Prado
3. Ato de Concentração nº 08012.008420/2006-19
Requerentes: BP Amoco Chemical Holding Company, M&G Finanziaria SRL
Advogado(s): Mauro Grinberg, Leonor Cordovil, Natália Oliveira Felix
Relator: Conselheiro Ricardo Villas Boas Cueva
4. Ato de Concentração nº 08012.008423/2006-44
Requerentes: Filenet Corporation, International Business Machines Corporation
Advogado(s): Pedro Dutra, Eduardo Caminati Anders
Relator: Conselheiro Paulo Furquim de Azevedo
5. Ato de Concentração nº 08012.008432/2006-35
Requerentes: EP Primrose Spain, S.L., Petrobras Energía S.A.
Advogado(s): Ubiratan Mattos, Maria Cecília Andrade, Adriana Franco Giannini
Relator: Conselheiro Luis Fernando Rigato Vasconcellos
6. Ato de Concentração nº 08012.008476/2006-65
Requerentes: Bradespar S/A, Camargo Corrêa Energia S/A, Votorantim Energia Ltda
Advogado(s): Cristianne Saccab Zarzur, Lilian Barreira
Relator: Conselheiro Abraham Benzaquen Sicsú
7. Ato de Concentração nº 08012.008477/2006-18
Requerentes: Gerdau Aços Longos S/A, Novelis do Brasil Ltda
Advogado(s): Fabio Francisco Beraldi, Aercio Mateus Tambellini
Relator: Conselheiro Ricardo Villas Boas Cueva
8. Ato de Concentração nº 08012.008490/2006-69
Requerentes: EIC Electricity S.A., Petróleo Brasileiro S/A
Advogado(s): Aurélio Marchini Santos, Thaís de Souza Guerra
Relator: Conselheiro Luis Fernando Schuartz
9. Ato de Concentração nº 08012.008517/2006-13
Requerentes: Companhia Vale do Rio Doce - CVRD, Inco Limited
Advogado(s): Túlio Freitas do Egito Coelho, Milena Fernandes Mundim
Relator: Conselheiro Luiz Carlos Delorme Prado
10. Processo Administrativo nº 08012.007602/2003-11
Representantes: Sintáxi-Sindicato dos Taxistas de Porto Alegre,
Representadas: Cláudio A. da Silva Pereira, Estevão Flores Vargas, Marilei Imossi Rodrigues, Metáxi - Taxímetros e Velocímetros Ltda, Sérgio Ávila, Silcar-Comércio Eletro Auto Táxi Ltda, Sul Tacógrafos Ltda, Táxi Sul-Acessórios para Táxis Ltda, Vera Ribeiro Rodrigues, Vera Riberio Rodrigues ME-VELOTÁXI
Advogado(s): Fernando Dani Soares, Reinaldo Ongaratto, Edson Rodrigues de Almeida
Relator: Conselheiro Abraham Benzaquen Sicsú

RICARDO VILLAS BOAS CUEVA
Presidente do Conselho
Substituto

SILVIA HELENA S. D. FERNANDES
Coordenadora da Cosepro

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 2.279, DE 24 DE AGOSTO DE 2006

O DIRETOR EXECUTIVO DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102, de 20 de junho de 1983, alterada pela Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, atualizado pelo Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo a requerimento da parte interessada, nos termos do art. 28 da Portaria nº 992-DG/DPF, de 25 de outubro de 1995, alterada pela Portaria nº 277-DG/DPF, de 13 de abril de 1998 e, considerando, finalmente, o posicionamento favorável da Coordenação-Geral de Controle de Segurança Privada, conforme despacho exarado nos autos do Processo nº 08280.015740/2006-57-DELESP/SR/DPF/DF, declara revista a autorização para funcionamento, válida por 01(um) ano a partir da data da publicação no D.O.U., concedida à empresa SERVI - SEGURANÇA E VIGILÂNCIA DE INSTALAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.437.326/0002-24, especializada na prestação de serviços de VIGILÂNCIA, tendo como sócios ANNIBAL CROSARA e ANNIBAL CROSARA JÚNIOR, para efeito de exercer suas atividades no DISTRITO FEDERAL.

ZULMAR PIMENTEL DOS SANTOS

PORTARIA Nº 2.300, DE 25 DE AGOSTO DE 2006

O DIRETOR EXECUTIVO DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 45 do Decreto nº 89.056 de 24 de novembro de 1983, alterado pelo art. 1º do Decreto nº 1.592 de 10 de agosto de 1995, e atendendo solicitação por parte do interessado, bem como decisão prolatada no Processo nº 08512.010636/2006-03-DELESP/SP; resolve:

Conceder autorização à empresa INFRATEC SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ/MF nº 96.379.870/0001-92, sediada no Estado de SÃO PAULO, para adquirir em estabelecimento comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército, armas, munições e coletes balísticos nas seguintes quantidades e natureza: 01 (UM) REVÓLVER CALIBRE 38, 12 (DOZE) CARTUCHOS DE MUNIÇÃO CALIBRE 38 E 16 (DEZESSEIS) COLETES BALÍSTICOS.

ZULMAR PIMENTEL DOS SANTOS

PORTARIA Nº 2.317, DE 28 DE AGOSTO DE 2006

O DIRETOR EXECUTIVO DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 45 do Decreto nº 89.056 de 24 de novembro de 1983, alterado pelo art. 1º do Decreto nº 1.592 de 10 de agosto de 1995, e atendendo solicitação por parte do interessado, bem como decisão prolatada no Processo nº 08230.007977/2006-50-SR/DPF/AL; resolve:

Conceder autorização à empresa D'ANATUREZA ADMINISTRADORA E TURISMO LTDA., CNPJ/MF nº 03.240.981/0001-32, sediada no Estado de ALAGOAS, para adquirir em estabelecimento comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército, armas e cartuchos de munição nas seguintes quantidades e natureza: 03 (TRÊS) REVÓLVERES CALIBRE 38 E 36 (TRINTA E SEIS) CARTUCHOS DE MUNIÇÃO CALIBRE 38.

ZULMAR PIMENTEL DOS SANTOS

PORTARIA Nº 2.325, DE 29 DE AGOSTO DE 2006

O DIRETOR EXECUTIVO DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 45 do Decreto nº 89.056 de 24 de novembro de 1983, alterado pelo art. 1º do Decreto nº 1.592 de 10 de agosto de 1995, e atendendo solicitação por parte do interessado, bem como decisão prolatada no Processo nº 08320.016628/2006-10-SR/DPF/MT; resolve:

Conceder autorização à empresa TRANSAMÉRICA SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA., CNPJ/MF nº 07.293.694/0001-41, sediada no Estado do MATO GROSSO, para adquirir em estabelecimento comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército, armas e cartuchos de munição nas seguintes quantidades e natureza: 05 (CINCO) REVÓLVERES CALIBRE 38 E 50 (CINQUENTA) CARTUCHOS DE MUNIÇÃO CALIBRE 38.

ZULMAR PIMENTEL DOS SANTOS

PORTARIA Nº 2.327, DE 29 DE AGOSTO DE 2006

O DIRETOR EXECUTIVO DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 32 do Decreto nº 89.056 de 24 de novembro de 1983, alterado pelo art. 1º do Decreto nº 1.592 de 10 de agosto de 1995, atendendo solicitação por parte do interessado, bem como decisão prolatada no Processo nº 08711.003180/2005-90 - DPFB/BPS/BA; resolve:

Conceder autorização para funcionamento à empresa ÁGUIA DE OURO E NUPRESF SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ/MF: 01.579.510/0001-28, com sede na Praça do Dendê, nº 50, Pacata, Porto Seguro/BA, tendo como sócios: ERCIO DE SOUZA SANTOS, GALDINO OLIVEIRA DE ABRANCHES e IVISSON GOMES BARROS, especializada na prestação de serviços de VIGILÂNCIA, para exercer suas atividades no Estado da BAHIA.

ZULMAR PIMENTEL DOS SANTOS

PORTARIA Nº 2.331, DE 30 DE AGOSTO DE 2006

O DIRETOR EXECUTIVO DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 45 do Decreto nº 89.056 de 24 de novembro de 1983, alterado pelo art. 1º do Decreto nº 1.592 de 10 de agosto de 1995, e atendendo solicitação por parte do interessado, bem como decisão prolatada no Processo nº 08385.012513/2006-00-SR/DPF/PR; resolve:

Conceder autorização à empresa HUNTER'S ESCOLA DE SEGURANÇA S/C LTDA, CNPJ/MF nº 01.289.220/0001-40, sediada no Estado do PARANÁ, para adquirir em estabelecimento comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército, munição nas seguintes quantidades e natureza: 37.744 (TRINTA E SETE MIL, SETECENTOS E QUARENTA E QUATRO) CARTUCHOS DE MUNIÇÃO CALIBRE 38 E 1.390 (UM MIL, TREZENTOS E NOVENTA) CARTUCHOS DE MUNIÇÃO CALIBRE 12.

ZULMAR PIMENTEL DOS SANTOS

PORTARIA Nº 2.336, DE 30 DE AGOSTO DE 2006

O DIRETOR EXECUTIVO DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 45 do Decreto nº 89.056 de 24 de novembro de 1983, alterado pelo art. 1º do Decreto nº 1.592 de 10 de agosto de 1995, e atendendo solicitação por parte do interessado, bem como decisão prolatada no Processo nº 08512.009845/2006-04-DELESP/SP; resolve:

Conceder autorização à empresa TV TRANSNACIONAL TRANSPORTE DE VALORES SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ/MF nº 06.293.981/0001-99, sediada no Estado de SÃO PAULO, para adquirir em estabelecimento comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército, armas e cartuchos de munição nas seguintes quantidades e natureza: 04 (QUATRO) REVÓLVERES CALIBRE 38, 48 (QUARENTA E OITO) CARTUCHOS DE MUNIÇÃO CALIBRE 38, 02 (DUAS) ESPINGARDAS CALIBRE 12 E 32 (TRINTA E DOIS) CARTUCHOS DE MUNIÇÃO CALIBRE 12.

ZULMAR PIMENTEL DOS SANTOS

PORTARIA Nº 2.341, DE 31 DE AGOSTO DE 2006

O DIRETOR EXECUTIVO DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 45 do Decreto nº 89.056 de 24 de novembro de 1983, alterado pelo art. 1º do Decreto nº 1.592 de 10 de agosto de 1995, e atendendo solicitação por parte do interessado, bem como decisão prolatada no Processo nº 08230.008364/2006-30-SR/DPF/AL; resolve:

Conceder autorização à empresa ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA BANCO DO BRASIL - AABB, CNPJ/MF nº 12.156.097/0001-95, sediada no Estado de ALAGOAS, para adquirir em estabelecimento comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército, armas e cartuchos de munição nas seguintes quantidades e natureza: 02 (DOIS) REVÓLVERES CALIBRE 38 E 24 (VINTE E QUATRO) CARTUCHOS DE MUNIÇÃO CALIBRE 38.

ZULMAR PIMENTEL DOS SANTOS

PORTARIA Nº 2.344, DE 31 DE AGOSTO DE 2006

O DIRETOR EXECUTIVO DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 45 do Decreto nº 89.056 de 24 de novembro de 1983, alterado pelo art. 1º do Decreto nº 1.592 de 10 de agosto de 1995, e atendendo solicitação por parte do interessado, bem como decisão prolatada no Processo nº 08502.007530/2006-33-DPFB/SJE/ SP; resolve:

Conceder autorização à empresa DEFENSE CENTRO DE FORMAÇÃO E RECICLAGEM DE VIGILANTES LTDA., CNPJ/MF nº 05.564.814/0001-72, sediada no Estado de SP, para adquirir em estabelecimento comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército, compra de munições nas seguintes quantidades e natureza: 890 (OITOCENTOS E NOVENTA) CARTUCHOS DE MUNIÇÃO CALIBRE 12 .

ZULMAR PIMENTEL DOS SANTOS

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

PORTARIA Nº 45, DE 4 DE SETEMBRO DE 2006

Dispõe sobre a interposição de Defesas de Autuações e Recursos de Multas aplicadas pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso XVI, do Regimento Interno do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, aprovado pela Portaria nº 3.741, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, de 15 de dezembro de 2004, publicada no Diário Oficial da União em 16 de dezembro de 2004, e

CONSIDERANDO o disposto no Processo Administrativo nº 08.650-001.923/2006-30; e

CONSIDERANDO a necessidade de se padronizar a documentação exigida dos Recorrentes quando da interposição de Defesas de Autuações e Recursos de Multas aplicadas pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal, resolve:

Art. 1º Para os fins desta Portaria, ficam estabelecidas as seguintes definições:

I - Defesa de Autuação: a petição escrita interposta contra autuação de infração aplicada pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal;

II - Recurso de Multa em 1ª instância: a petição escrita interposta perante as Juntas Administrativas de Recursos de Infrações - JARI, contra Notificação de Penalidade aplicada pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal;

III - Recurso de Multa em 2ª instância: a petição escrita interposta contra decisão em 1ª instância proferida pelas Juntas Administrativas de Recursos de Infrações - JARI - do Departamento de Polícia Rodoviária Federal;

IV - Recorrente: pessoa física ou jurídica com legitimidade para interpor Defesa de Autuação e Recurso de Multa em 1ª ou 2ª instâncias, incluindo-se, conforme for o caso, o condutor infrator devidamente identificado, o proprietário do veículo, o embarcador, o expedidor e o transportador, ou seu representante legal ou procurador devidamente constituído.

Art. 2º A petição da Defesa de Autuação ou do Recurso de Multa em 1ª ou 2ª instâncias deverá conter:

I - a indicação do órgão destinatário;

II - a identificação completa do Recorrente, incluindo o seu endereço completo, com o número do CEP e de telefone para contato, o número do seu CPF ou CNPJ e, tratando-se de pessoa física, o número e a origem do seu documento oficial de identificação;

III - a identificação completa do veículo autuado e o número do Auto de Infração;

IV - a exposição dos fatos e fundamentos pelos quais o Recorrente entenda que não deve prevalecer a autuação ou imposição de penalidade;

V - a assinatura do Recorrente ou do seu representante legal ou procurador devidamente constituído, devendo, neste último caso, ser juntado o respectivo instrumento de procuração.

Art. 3º A petição da Defesa de Autuação ou Recurso de Multa deverá estar acompanhada dos seguintes documentos:

I - cópia do documento oficial de identificação do Recorrente ou do seu representante legal ou procurador devidamente constituído, caso haja;

II - cópia do Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo - CRLV - ou do Certificado de Licenciamento Anual - CLA - do veículo autuado ;

III - original ou cópia do Auto de Infração ou da Notificação de Autuação, no caso de Defesa de Autuação;

IV - original ou cópia da Notificação de Penalidade, no caso de Recurso de Multa em 1ª instância;

V - original ou cópia da notificação da decisão proferida em 1ª instância, no caso de Recurso de Multa em 2ª instância;

VI - cópia da Carteira Nacional de Habilitação, Autorização para Conduzir Ciclomotor ou Permissão para Dirigir do responsável pela infração, nos casos de infração de responsabilidade do condutor;

VII - cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF e, em se tratando de pessoa jurídica, cópia do estatuto ou contrato social e de sua última alteração, se houver;

VIII - original ou cópia de outros documentos que possam fazer prova ou colaborar para o esclarecimento dos fatos alegados.

Parágrafo único. Caso algum dos documentos relacionados nos incisos deste artigo não possa ser anexado à Defesa de Autuação ou ao Recurso de Multa, o Recorrente deverá justificar a ausência na petição.

Art. 4º Tratando-se de Recurso de Multa em 2ª instância, o Recorrente deverá também juntar à petição a cópia ou o original do comprovante de recolhimento do valor da infração, conforme determina o art. 288, § 2º , da Lei nº 9.503/97, sob pena de ter seu recurso inadmitido.

Art. 5º A Defesa de Autuação e os Recursos de Multa em 1ª ou 2ª instâncias poderão ser entregues ou encaminhados por meio de correspondência postal a qualquer Unidade do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

Art. 6º O preenchimento incorreto da petição, bem como a falta de informações, dados ou documentos exigidos por esta Portaria, poderá resultar no arquivamento, de ofício, do processo administrativo referente à Defesa de Autuação ou Recursos de Multa em 1ª ou 2ª instâncias.

Art. 7º Caso o Recorrente resolva renunciar do direito à Defesa de Autuação, deverá encaminhar, nos moldes do art. 5º , manifestação escrita, na qual deverão constar os dados previstos nos incisos I, II, III e V do art. 2º desta Portaria, e cópia do documento oficial de identificação.

Art. 8º Caso o Recorrente resolva desistir de Defesa de Autuação ou Recursos de Multa em 1ª ou 2ª instâncias já interpostos, deverá encaminhar, nos moldes do art. 5º , manifestação escrita, na qual deverão constar os dados previstos nos incisos I, II, III e V do art. 2º desta Portaria, e cópia do documento oficial de identificação.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HÉLIO CARDOSO DERENNE

SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 5 de setembro de 2006

Nº 518 - Ato de Concentração nº 08012.005499/2006-18. Requerentes: Banco Itaú Holding Financeira S.A e Bank Of América Corporation. Advs: José Inácio Gonzaga Franceschini e Outros. Acolho a Nota Técnica de fls., aprovada pelo Diretor-Substituto do Departamento de Proteção e Defesa Econômica, Dr. Marcel Medon Santos cujos termos passam a integrar esta decisão, como sua motivação. Opino, conseqüentemente, pela aprovação do ato, sem restrições, devendo este processo ser encaminhado ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, em cumprimento ao disposto no § 6º do art. 54 da Lei 8.884/94.

Nº 519 - Ato de Concentração nº 08012.007575/2006-20. Requerentes: Monte Cristalina S.A e ÉH Cosméticos S.A. Advs: Marcos Rafael Flesch e Outros. Em conformidade com a Lei nº 8.884/94, acolho a Nota Técnica de fls., aprovada pelo Diretor-Substituto do Departamento de Proteção e Defesa Econômica, Dr. Marcel Medon Santos, cujos termos passam a integrar esta decisão, como sua motivação. Defiro, conseqüentemente, o pedido de tratamento confidencial de informações, nos termos da referida nota. Opino, ainda, pela aprovação do ato, sem restrições, devendo este processo ser encaminhado ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, em cumprimento ao disposto no § 6º do art. 54 da mencionada Lei.

Nº 520 - Ato de Concentração nº 08012.007458/2006-66. Requerentes: NIBC Principal Investments Equity BV e NPM Capital NV. Advs: Tito Amaral de Andrade e Outros. Em conformidade com a Lei nº 8.884/94, acolho a Nota Técnica de fls., aprovada pelo Diretor-Substituto do Departamento de Proteção e Defesa Econômica, Dr. Marcel Medon Santos, cujos termos passam a integrar esta decisão, como sua motivação. Defiro, conseqüentemente, o pedido de tratamento confidencial de informações, nos termos da referida nota. Opino, ainda, pela aprovação do ato, sem restrições, devendo este processo ser encaminhado ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, em cumprimento ao disposto no § 6º do art. 54 da mencionada Lei.

Nº 521 -Ato de Concentração nº 08012.007541/2006-35. Requerentes: BlueBay Asset Management Limited, Cargill Financial Markets Plc, Bear Stearns International Ltd e Ruwel Ag. Advs: Cristiane Romano e Outros. Em conformidade com a Lei nº 8.884/94, acolho a Nota Técnica de fls., aprovada pelo Diretor-Substituto do Departamento de Proteção e Defesa Econômica, Dr. Marcel Medon Santos, cujos termos passam a integrar esta decisão, como sua motivação. Defiro, conseqüentemente, o pedido de tratamento confidencial de informações, nos termos da referida nota. Opino, ainda, pela aprovação do ato, sem restrições, devendo este processo ser encaminhado ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, em cumprimento ao disposto no § 6º do art. 54 da mencionada Lei.

Nº 522 - Procedimento Administrativo nº 08012.001518/2006-37. Representante: Marimex Despachos, Transportes e Serviços Ltda. Representada: Rodrimar S.A. Acolho a Nota Técnica de fls., aprovada pelo Diretor Substituto do Departamento de Proteção e Defesa Econômica, Dr. PersonNameMarcel Medon Santos, e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei n. 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Decido, pois, (i) pelo indeferimento do pedido de medida preventiva solicitado pela Representante, e (ii) pela instauração de Processo Administrativo, a fim de apurar conduta passível de enquadramento no art. 20, incisos I, II e IV c/c art. 21, incisos IV, V, IX e XXI, ambos da Lei 8.884/94, na forma do art. 32 e seguintes do referido diploma legal e do art. 51 e seguintes da Portaria MJ nº 4/06. Notifique-se a Representada, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 33 da Lei 8.884/94 e do art. 52 da Portaria MJ nº 4, de 05 de janeiro de 2006.

DANIEL KREPEL GOLDBERG

DESPACHOS DO CHEFE DE GABINETE
Em 6 de setembro de 2006

Nº 302 - Determino a divulgação dos seguintes atos de concentração econômica protocolados, nos termos do art. 54 da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e do art. 39 da Portaria MJ nº 4, de 5 de janeiro de 2006:

AC nº 08012.008517/2006-13. Rqtes.: COMPANHIA VALE DO RIO DOCE ("CVRD") e INCO LIMITED ("INCO"). Operação: oferta pública, pela CVRD, por meio da qual a empresa manifesta seu interesse em comprar a totalidade das ações ordinárias da INCO (grupo canadense), que estão listadas nas bolsas de Toronto e Nova Iorque. O setor de atividades em que ocorreu o ato notificado é o de extração mineral - minerais não-ferrosos.

AC nº 08012.008561/2006-23. Rqtes.:MONSANTO COMPANY ("MONSANTO") e DELTA AND PINE LAND COMPANY ("D&PL"). Operação: aquisição, pela MONSANTO, da D&PL, sendo que o negócio ainda está condicionado à aprovação dos acionistas da DP&L. O setor de atividades em que ocorreu o ato notificado é o de agricultura - sementes e mudas.

AC nº 08012.008571/2006-69. Rqtes.: DOVER CORPORATION ("DOVER") e MARKEM CORPORATION ("MARKEM"). Operação: incorporação, da PDIG ACQUISITION CORP. ("PDIG"), empresa subsidiária integral da DOVER, pela MARKEM, permanecendo existente apenas esta última. O setor de atividades em que ocorreu o ato notificado é o de indústria de informática e telecomunicações - periféricos.

NELSON CAMPOS

DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

DESPACHO DO DIRETOR
Em 6 de setembro de 2006

Nº 52 - Dou a público decisão de arquivamento dos Processos Administrativos de número 08012.007327/98-35; 08012.007275/98-33; 08012.007264/98-17; 08012.006896/98-45 e 08012.007328/98-06, com fundamento na Nota Técnica nº 186/2006/CGAJ/DPDC/SDE, que se encontra juntada aos respectivos autos. Submeta-se a decisão ao Sr. Secretário de Direito Econômico, nos termos do art. 52 do Decreto 2.181/97.

CLÁUDIO PÉRET DIAS
Substituto

DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO E DEFESA ECONÔMICA COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE MERCADO

DESPACHOS DA COORDENADORA-GERAL
Em 6 de setembro de 2006

Nº 212 -Ato de Concentração nº 08012.007364/2006-97. Requerentes: Companhia Vale do Rio Doce e The Broken Hill Proprietary Company Pty Ltd. Advs: Amadeu Carvalhaes Ribeiro e Outros. Em conformidade com a Lei nº 8.884/94 e o Capítulo VIII da Portaria/MJ nº . 4, de 06 de janeiro de 2006, defiro o pedido de tratamento confidencial solicitado. Dê-se ciência ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE.

CAMILA KULAIF SAFATLE

COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS

DESPACHOS DO COORDENADOR-GERAL
Em 6 de setembro de 2006

Nº 213 -Processo Administrativo nº 08012.000391/1998-86. Representante: SOURCETECH QUÍMICA LTDA. SOURCETECH QUÍMICA LTDA.Advogados Sonia Maria Giannini Marques Döbler, Graziella Ângela Tinari Delíosa e outros. Representada: MERCK S/A. Advogados José Del Chiaro Ferreira da Rosa, Mariana Duarte Garcia de Lacerda e outros. Defiro o pedido de confidencialidade formulado pela Representada, a ser conferida à petição designada como confidencial, nos termos da presente Nota Técnica, e em conformidade com o artigo 14, V, da Lei nº 8.884/94 c/c artigo 26, IV, da Portaria MJ nº 4/2006. Autuem-se em apartado confidencial os documentos indicados.

Nº 214 - Processo Administrativo nº 08012.000391/1998-86. Representante: SOURCETECH QUÍMICA LTDA. SOURCETECH QUÍMICA LTDA.Advogados Sonia Maria Giannini Marques Döbler, Graziella Ângela Tinari Dellosa e outros. Representada: MERCK S/A. Advogados José Del Chiaro Ferreira da Rosa, Mariana Duarte Garcia de Lacerda e outros. Defiro o pedido de confidencialidade formulado pela Representante, a ser conferida à petição designada como confidencial, nos termos da presente Nota Técnica, e em conformidade com o artigo 14, V, da Lei nº 8.884/94 c/c artigo 26, IV, da Portaria MJ nº 4/2006. Autuem-se em apartado confidencial os documentos indicados. Oficie-se à empresa reiterando a necessidade de resposta ao item 1 do ofício 3805/2006/DPDE.

MARCEL MEDON SANTOS

COORDENAÇÃO-GERAL DE ANÁLISE DE INFRAÇÕES DOS SETORES DE SERVIÇOS E DE INFRA-ESTRUTURA

DESPACHOS DA COORDENADORA-GERAL

Em 5 de setembro de 2006

Nº 218 - Processo Administrativo nº 08012.002929/2003-05. Representante: Cervejaria Der Braumeister Paulista Ltda. Representada: Companhia de Bebidas das Américas. Adv.: Carlos Francisco de Magalhães e outros. Em conformidade com a Lei nº 8.884/94, fica intimada a representada da diligência de fls., a ser atendida no prazo de 10 (dez) dias. Os autos encontram-se na Seção Processual deste Departamento.

Nº 219 - Processo Administrativo nº 08012.003805/2004-10. Representante: Primo Schincariol Indústria de Cervejas e Refrigerantes S/A. Representada: Companhia de Bebidas das Américas. Advs: Carlos Francisco de Magalhães e outros. Defiro o pedido de tratamento confidencial de informações, por se enquadrar no art. 26 da Portaria MJ nº 04/2006.

ALESSANDRA VIANA REIS

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS
DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DO CHEFE

Face às diligências procedidas pelo Departamento de Polícia Federal, DEFIRO o presente pedido de permanência, vez que restou provado que o(a) estrangeiro(a) mantém a prole brasileira sob sua guarda e dependência econômica, assistindo-a social e moralmente.

Processo Nº 08336.001116/2006-80 - Wilson Tejerina Taboa

Processo Nº 08508.005367/2006-14 - Hugo Miguel Galvão da Silva

Defiro o presente pedido de permanência por Reunião Familiar, nos termos da Resolução Normativa nº 36/99 do Conselho Nacional de Imigração e Portaria MJ nº 606/91.

Processo Nº 08390.006550/2005-11 - Laura Fraguas Lopez

Processo Nº 08505.040086/2006-38 - Silvia Gordech Sosa

Processo Nº 08505.043614/2005-20 - Wilyam Benito Torre Guarnieri

DEFIRO o pedido de permanência face à completa instrução dos autos e diligência efetuada, vez que o interessado mantém um casamento estável e duradouro.

Processo Nº 08212.006976/2005-25 - Aurora Esmeralda Traverso Martinez Lautenschleguer

DEFIRO o pedido de permanência face à completa instrução dos autos e diligência efetuada, vez que o interessado mantém um casamento estável e duradouro.

Processo Nº 08240.017174/2005-11 - Mayda Eliana Patiño Cuba

DEFIRO o pedido de permanência face à completa instrução dos autos e diligência efetuada, vez que o interessado mantém um casamento estável e duradouro.

Processo Nº 08280.009330/2006-77 - Belchior Manuel da Silva Soares

DEFIRO o pedido de permanência face à completa instrução dos autos e diligência efetuada, vez que o interessado mantém um casamento estável e duradouro.

Processo Nº 08297.001763/2006-03 - Moise Cabrera

DEFIRO o pedido de permanência face à completa instrução dos autos e diligência efetuada, vez que o interessado mantém um casamento estável e duradouro.

Processo Nº 08297.008672/2005-18 - Rolando Osorio Verdecia

DEFIRO o pedido de permanência face à completa instrução dos autos e diligência efetuada, vez que o interessado mantém um casamento estável e duradouro.

Processo Nº 08354.003879/2005-66 - Pietro Satta

DEFIRO o pedido de permanência face à completa instrução dos autos e diligência efetuada, vez que o interessado mantém um casamento estável e duradouro.

Processo Nº 08361.000744/2006-31 - Leosbel Enrique Reyes Rodriguez

DEFIRO o pedido de permanência face à completa instrução dos autos e diligência efetuada, vez que o interessado mantém um casamento estável e duradouro.

Processo Nº 08386.001994/2006-18 - Eurico Ferreira da Cruz Brinca

DEFIRO o pedido de permanência face à completa instrução dos autos e diligência efetuada, vez que o interessado mantém um casamento estável e duradouro.

Processo Nº 08460.000498/2006-07 - Lee Jodi Weingast

DEFIRO o pedido de permanência face à completa instrução dos autos e diligência efetuada, vez que o interessado mantém um casamento estável e duradouro.

Processo Nº 08460.005839/2006-22 - Deusa Sulamyth Duarte da Rosa

DEFIRO o pedido de permanência face à completa instrução dos autos e diligência efetuada, vez que o interessado mantém um casamento estável e duradouro.

Processo Nº 08460.007053/2006-40 - Felipe Andres Moreno Munera

DEFIRO o pedido de permanência face à completa instrução dos autos e diligência efetuada, vez que o interessado mantém um casamento estável e duradouro.

Processo Nº 08460.007065/2006-74 - Antonio Caccavari

DEFIRO o pedido de permanência face à completa instrução dos autos e diligência efetuada, vez que o interessado mantém um casamento estável e duradouro.

Processo Nº 08460.007067/2006-63 - Bankole Michael Balogun

DEFIRO o pedido de permanência face à completa instrução dos autos e diligência efetuada, vez que o interessado mantém um casamento estável e duradouro.

Processo Nº 08460.006991/2006-22 - Julio Cesar Cahuano Simba

DEFIRO o pedido de permanência face à completa instrução dos autos e diligência efetuada, vez que o interessado mantém um casamento estável e duradouro.

Processo Nº 08460.023189/2005-16 - Ana Maria Moreira Gomes Silva

DEFIRO o pedido de permanência face à completa instrução dos autos e diligência efetuada, vez que o interessado mantém um casamento estável e duradouro.

Processo Nº 08501.001051/2006-13 - Helene El Zouki

DEFIRO o pedido de permanência face à completa instrução dos autos e diligência efetuada, vez que o interessado mantém um casamento estável e duradouro.

Processo Nº 08505.031038/2006-59 - Akeem Olalekan Malik

DEFIRO o pedido de permanência face à completa instrução dos autos e diligência efetuada, vez que o interessado mantém um casamento estável e duradouro.

Processo Nº 08505.031034/2006-71 - Harrison Obioma Maduakor

DEFIRO o pedido de permanência face à completa instrução dos autos e diligência efetuada, vez que o interessado mantém um casamento estável e duradouro.

Processo Nº 08505.031000/2006-86 - Tetyana Shepelska de Campos Penteado

DEFIRO o pedido de permanência face à completa instrução dos autos e diligência efetuada, vez que o interessado mantém um casamento estável e duradouro.

Processo Nº 08701.001873/2005-67 - Thomas Blasi

DEFIRO o pedido de permanência face à completa instrução dos autos e diligência efetuada, vez que o interessado mantém um casamento estável e duradouro.

Processo Nº 08508.005532/2006-38 - Hector Bustos Herrera

DEFIRO o pedido de permanência face à completa instrução dos autos e diligência efetuada, vez que o interessado mantém um casamento estável e duradouro.

Processo Nº 08792.000156/2006-27 - Carlos Alejandro Olivera Regalini

DEFIRO o pedido de permanência face à completa instrução dos autos e diligência efetuada, vez que o interessado mantém um casamento estável e duradouro.

Processo Nº 08794.000245/2006-53 - Alvaro Eduardo Valdecantos

DEFIRO o pedido de permanência face à completa instrução dos autos e diligência efetuada, vez que o interessado mantém um casamento estável e duradouro.

Processo Nº 08441.000212/2006-11 - Martin Jose Vera Arbiza

DEFIRO o pedido de permanência face à completa instrução dos autos e diligência efetuada, vez que o interessado mantém um casamento estável e duradouro.

Processo Nº 08506.004219/2006-01 - João Carlos Correia Vales

Estando os autos devidamente instruídos, recebo o pedido de reconsideração, tornando insubsistente (em parte) o Ato Indeferitório publicado em 28/03/03-DOU pg.33, fls.99V do feito, quanto a JONATHAN ALEXANDRO ZABALA, DEFERINDO a permanência por Reunião Familiar, nos termos do art.2º, I da RN-036/99.

Processo Nº 08492.005085/2005-52 - Horacio Roberto Zabala, Sandra Calina Vicente Cuna, Melisa Daniela Zabala e Brian Fernando Zabala

Nos termos do Parecer CJ nº 066/85, constante do Processo MJ n º 021339/83, determino a REPUBLICAÇÃO do despacho deferitório, para que surta seus jurídicos e legais efeitos .

Processo Nº 08505.015557/2001-65 - Amne Nassib Rabah

Face às diligências procedidas pelo Departamento de Polícia Federal, INDEFIRO o presente pedido, tendo em vista, que o estrangeiro não foi localizado no endereço fornecido nos autos, restando prejudicada a instrução do processo.

Processo Nº 08072.001161/2006-82 - Carlos Lopes Lobo Marques

Processo Nº 08280.002965/2006-43 - Maria Carmen Benitez Roca

Processo Nº 08280.009206/2006-10 - Viviana Iveth Intriago Sampietro

Processo Nº 08351.000334/2005-28 - Paul Jason Bailey

Processo Nº 08387.002591/2005-97 - Adrian Llanos

Processo Nº 08433.001027/2004-73 - Alejandro Javier Lezcano Schwarzkopf

Face às diligências procedidas pelo Departamento de Polícia Federal, INDEFIRO o presente pedido de permanência, tendo em vista, que o estrangeiro não preenche os requisitos do art.75, II, a, da Lei 6.815/80.

Processo Nº 08297.003265/2005-14 - Michiel Anne Meijer

INDEFIRO o presente pedido de permanência, por falta de cumprimento de exigência junto ao Departamento de Polícia Federal, conforme fls. 36 dos autos.

Processo Nº 08377.000748/2005-69 - Clive Howard Kelly

Recebo o pedido de reconsideração, deixo de apreciá-lo por intempestividade e falta de amparo legal, mantendo o Ato Indeferitório publicado em 16/05/06-DOU pg.45, fls.55V do feito, INDEFERINDO nos termos do art.2º da Portaria MJ-02 de 18/05/05 e art.2º, I § único da RN-036/99.

Processo Nº 08220.007958/2005-61 - Eric Renzo Alegria Ayala

Recebo o pedido de reconsideração, deixo de apreciá-lo por intempestividade, mantendo o Ato Indeferitório publicado em 14/03/06-DOU pg.61, fls.63V do feito, INDEFERINDO nos termos do art.2º da Portaria MJ-02 de 18/05/05.

Processo Nº 08260.001931/2004-16 - Heather Rose Freeman

Recebo o pedido de reconsideração, deixo de apreciá-lo por intempestividade e falta de amparo legal, mantendo o Ato Indeferitório publicado em 16/05/06-DOU pg.46, fls.103V do feito, INDEFERINDO nos termos do art.2º da Portaria MJ-02 de 18/05/05.

Processo Nº 08389.010655/2005-11 - Hani Nader, Nawal Awali, Hussein Nader e Bassima Nader

Recebo o pedido de reconsideração, deixo de apreciá-lo por falta de amparo legal, mantendo o Ato Indeferitório publicado em 19/05/06-DOU pg.70, fls.81V do feito, INDEFERINDO nos termos do art.2º, II e 6º da RN-036/99.

Processo Nº 08389.015600/2005-90 - Hassan Daoud Awale, Mona Hassan e Mohamad Ali Awaly

INDEFIRO o pedido de republicação nos termos do art.3º da Portaria MJ-02, publicada em 20/05/05.

Processo Nº 08505.004964/2002-28 - Andrea Carolina Sivila Cruz

Recebo o pedido de reconsideração, deixo de apreciá-lo por intempestividadel, mantendo o Ato Indeferitório publicado em 09/05/06-DOU pg.51, fls.55V do feito, INDEFERINDO nos termos do art.2ºda Portaria 02 de 18/05/05.

Processo Nº 08505.027906/2005-15 - Xiangluo Zhang

Determino o ARQUIVAMENTO do pedido, vez que o estrangeiro não teve interesse na continuidade do processo conforme Relatório de fls.21/22.

Processo Nº 08335.001611/2005-18 - Clara Benitez Meza

Determino o arquivamento do(s) presente(s) processo(s), tendo em vista o falecimento do(s) requerente(s).

Processo Nº 08389.010085/2005-51 - Hsu Mei Li

Processo Nº 08505.011539/2006-19 - Yuehe Jin

OLIMPIO GARCIA SOBRINHO

Face às diligências procedidas pelo Departamento de Polícia Federal, DEFIRO o presente pedido de permanência, vez que restou provado que o(a) estrangeiro(a) mantém a prole brasileira sob sua guarda e dependência econômica, assistindo-a social e moralmente.

Processo Nº 08335.001561/2005-79 - Amancio Garcia Urrutia

Processo Nº 08389.018738/2005-41 - Tomas Francisco Rodriguez

Processo Nº 08460.023125/2005-15 - Marina Florencia Fernandez Chamorro Stens

Processo Nº 08505.003335/2006-12 - Brian Mayo

Processo Nº 08505.012600/2006-45 - Pedro Ticona Mendoza

Processo Nº 08505.061231/2005-33 - Chukwudi Udeh

Processo Nº 08792.001082/2005-65 - Sergio Humberto Ferreira Lavecchia

DEFIRO o presente pedido de transformação do visto temporário VII, em permanente, nos termos da legislação vigente.

Processo Nº 08506.002726/2005-11 - Ana Velia Fraire de Hedetoft, Hans Krinstian Hedetoft, Marie Tannit Hedetoft Fraire e Ulf Alexander Hedetoft

Indefiro o presente pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigências junto ao Departamento de Polícia Federal.

Processo Nº 08460.022388/2004-26 - Vera Lucia Quaresma Guimarães da Costa

Face às diligências procedidas pelo Departamento de Polícia Federal, INDEFIRO o presente pedido, tendo em vista, que o estrangeiro não foi localizado no endereço fornecido nos autos, restando prejudicada a instrução do processo.

Processo Nº 08505.011638/2006-09 - Carlos Ramos Ticona e Virginia Mamani

Face às diligências procedidas pelo Departamento de Polícia Federal, INDEFIRO o presente pedido de permanência, tendo em vista, que o estrangeiro não preenche os requisitos do art.75, II, a, da Lei 6.815/80.

Processo Nº 08505.031035/2006-15 - Manuel Unche Nmadubuike

MARIA OLIVIA SACRAMENTO DE M. ALVES
Substituto

DEFIRO o(s) presente(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada.

Processo Nº 08260.001477/2006-57 - Rosa Ibarra Chevarria, Briang Aaron Manuel Seguier Ibarra e José Manuel Seguir Barredo, até 26/09/2006

Processo Nº 08270.009884/2006-93 - Renato Gotte, até 15/07/2007

Processo Nº 08270.010051/2006-75 - Milary Disney Lopes Mandinga, até 14/08/2007

Processo Nº 08270.010432/2006-54 - Lucio Correia Miranda, até 14/08/2007

Processo Nº 08391.005621/2006-39 - Maia Irene Fleicher Antunez, até 24/07/2007

Processo Nº 08460.007240/2006-23 - Mariela Natalia Becher, até 14/08/2007

Processo Nº 08460.007309/2006-19 - Emanuel Edson Francisco Coche, até 08/07/2007

Processo Nº 08460.007310/2006-43 - Jose Gabriel Solano Canchaya, até 03/08/2007

Processo Nº 08460.007312/2006-32 - Jorge Pablo Chudyk Huberuk, até 02/08/2007

Processo Nº 08460.007315/2006-76 - Paula Tatiana Francisco Coche, até 08/07/2007

Processo Nº 08460.007319/2006-54 - Javier Blank, até 14/08/2007

Processo Nº 08460.007322/2006-78 - Mauro Artemio Carrion Pachas, até 03/08/2007

Processo Nº 08460.007323/2006-12 - Nicolas Fejean, até 30/12/2006

Processo Nº 08460.007324/2006-67 - Felipa Rodrigues Costa Neves, até 30/01/2007

Processo Nº 08460.023320/2005-45 - James Robert Welch, até 06/10/2006

Processo Nº 08505.053992/2006-01 - Ki Seop Lee, Seong Joo Lee, Seul Gi Lee, Ye Seong Lee e Young Hee Ko, até 19/07/2007

Processo Nº 08505.054031/2006-13 - Jose Felix Diaz, até 25/07/2007

Processo Nº 08505.056309/2006-89 - Yolanda Solange da Gloria Cassule, até 31/07/2007

Processo Nº 08505.056310/2006-11 - Emanuela da Conceição Diogo Alberto, até 22/07/2007

Processo Nº 08505.056319/2006-14 - Paula Andrea Cadavid Salazar, até 29/07/2007

Processo Nº 08505.056321/2006-93 - Margarida das Dores Diogo Tiago, até 22/07/2007

Processo Nº 08505.056347/2006-31 - Carlos Antonio Montalban Caillaux, até 02/08/2007

Processo Nº 08505.056348/2006-86 - Michael David Jasmer, até 28/07/2007

Processo Nº 08505.056353/2006-99 - Mauricio Alejandro Mella Barra e Maria Amalia Mellado, até 25/07/2007

Processo Nº 08505.056385/2006-94 - Luis Alberto Veron Casco, até 30/04/2007

Processo Nº 08505.056559/2006-19 - Jesus Pascual Mena Chalco, até 06/08/2007

Processo Nº 08505.056574/2006-67 - Jessica Bryn Nelson, até 24/07/2007

FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DA SILVA
P/Delegação de Competência

DEFIRO o(s) presente(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada.

Processo Nº 08000.013279/2006-05 - Christopher Ward Taylor, até 21/09/2007

Processo Nº 08000.013281/2006-76 - Scot Tasi Gotfredson, até 21/09/2007

Processo Nº 08000.013282/2006-11 - Eric Wade Bottelberghe, até 21/09/2007

Processo Nº 08000.013283/2006-65 - Damon Scott Hadfield, até 21/09/2007

Processo Nº 08000.013284/2006-18 - Rodney Jesse Simonsen, até 20/09/2007

Processo Nº 08000.013285/2006-54 - Roger Stevenson Brunt, até 20/09/2007

Processo Nº 08000.013287/2006-43 - Russell M Kirby, até 21/09/2007

Processo Nº 08000.013288/2006-98 - Helga Erika Simonsen, até 20/09/2007

Processo Nº 08000.013289/2006-32 - Brian Lee Kissell, até 21/09/2007

Processo Nº 08000.013664/2006-44 - Donivan Max Norton, até 28/09/2007

Processo Nº 08260.003455/2006-21 - Alessandro Luppi, até 08/08/2007

Processo Nº 08260.003817/2006-84 - Maria Flor Silva Gil, até 18/08/2007

Processo Nº 08260.003828/2006-64 - Ileana de Las Mercedes Hodge Limonta, até 30/07/2007

Processo Nº 08270.009496/2006-11 - Noemi Maria Feltes Galeano, até 29/07/2007

Processo Nº 08270.009700/2006-95 - Anilda Solange Semedo, até 12/08/2007

Processo Nº 08444.005322/2006-31 - Sheila Noberto Tarmahomed Salle, até 18/07/2007

Processo Nº 08505.056300/2006-78 - Gerardo Alvaro Oviedo Casillas, até 01/08/2007

Processo Nº 08505.056307/2006-90 - Luquenia Patricia Adão Andre, até 21/07/2007

Processo Nº 08505.056406/2006-71 - Karina Josefina Malquichagua Salazar, até 20/08/2007

Processo Nº 08505.056419/2006-41 - Josephat Mweu Mbithi, até 26/08/2007

Processo Nº 08505.056424/2006-53 - Olivier Arnaud Ferry, até 15/08/2007

Processo Nº 08505.056431/2006-55 - Martin Mawuko Borbi, até 05/08/2007

Processo Nº 08505.056441/2006-91 - Luis Alfredo Chambal, até 25/07/2007

Processo Nº 08505.056444/2006-24 - Yanel Ada Echevarria Ninahuaman, até 11/08/2007

Processo Nº 08505.056485/2006-11 - Alain Richard Bucher, até 03/07/2007

MARIA ROSA V. BOAS DE ALMEIDA
P/Delegação de Competência

RETIFICAÇÕES

No Diário Oficial de 12/07/2006, pg. onde se lê:

Permanência Definitiva DEFERIDA pelo Conselho Nacional de Imigração, nos termos da Resolução Normativa 05/2003.

Processo Nº 46219.028180/2004-71 - Robereto Vendramini

Leia-se:

Processo Nº 46219.028180/2004-71 - Roberto Vendramini

No Diário Oficial de 31/08/2006, pg. 50, onde se lê:

DEFIRO o pedido de permanência face à completa instrução dos autos e diligência efetuada, vez que o interessado mantém um casamento estável e duradouro.

Processo Nº 08505.032998/2006-36 - Samuel Adesegum Onanuga

Leia-se:

Processo Nº 08505.032998/2006-36 - Samuel Adesegun Onanuga

No Diário Oficial de 05/09/2006, pg. 29, onde se lê:

DEFIRO o presente pedido de transformação do visto temporário VII, em permanente, nos termos da legislação vigente.

Processo Nº 08386.000433/2003-41 - Maria Teresa Monslave Aguilar

Leia-se:

Processo Nº 08386.000433/2003-41 - Maria Teresa Monsalve Aguilar

No Diário Oficial de 01/09/2006, pg. 106, onde se lê:

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da Lei e, diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO o pedido de transformação de visto temporário em permanente.

Processo Nº 08505.032876/2006-40 - Guillermo Arturo Cano Chabola, Maria de Lourdes de Cano Salvador, Carmen Cano Salvador e Lourdes Cano Salvador

Leia-se:

Processo Nº 08505.032876/2006-40 - Guillermo Arturo Cano Chabolla, Carmen Cano Salvador, Lourdes Cano Salvador e Maria de Lourdes de Cano Salvador

DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA, CLASSIFICAÇÃO, TÍTULOS E QUALIFICAÇÃO

PORTARIA Nº 26, DE 4 DE SETEMBRO DE 2006

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa, e na Portaria MJ nº 1.100, de 14 de julho de 2006, publicada no DOU de 20 de julho de 2006, resolve classificar os jogos:

Título: WORLD WAR (Rússia - 2004)
Espécie: Lançamento
Titular dos Direitos Autorais: IC COMPANY
Distribuidor(es): CD Expert Editora e Distribuidora Ltda.
Classificação Pretendida: Não recomendado para menores de 14 (quartoze) anos
Categoria: Estratégia
Plataforma: CD ROM - PC
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Não recomendado para menores de 14 (quartoze) anos
Inadequação(s): Assassinato , Sangue Realista e Violência Realista
Processo: 08017.004078/2006-20
Requerente: CD Expert Editora e Distribuidora Ltda.

JOSÉ EDUARDO ELIAS ROMÃO

PORTARIA Nº 299, DE 4 DE SETEMBRO DE 2006

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa, e na Portaria MJ nº 1.100, de 14 de julho de 2006, publicada no DOU de 20 de julho de 2006, resolve classificar:

Filme: ANJOS DA NOITE (Brasil - 1987)
Produtor(es):
Diretor(es): Wilson Barros
Distribuidor(es): Cannes Produções S/A
Classificação Pretendida: Não recomendado para menores de 14 (quartoze) anos
Gênero: Drama
Veículo: DVD/VÍDEO
Tipo de Análise: Fita VHS
Classificação: Não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos (Longa Metragem)
Contém: Consumo de drogas , Relação Sexual , Linguagem Depreciativa e Assassinato
Tema: Encontros
Processo: 08017.003467/2006-38
Requerente: Tiquinho Comércio de Brinquedos & Serviços Ltda.

Filme: POPULAÇÃO 436 (POPULATION 436, Estados Unidos da América - 2006)
Produtor(es): Gavin Polone
Diretor(es): Michelle Maclaren
Distribuidor(es): Sony Pictures Home Entertainment do Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: Não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Suspense
Veículo: DVD/VÍDEO
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos (Longa Metragem)
Contém: Relação Sexual , Assassinato e Agressão Física
Tema: Mistérios
Processo: 08017.003474/2006-30
Requerente: Tiquinho Comércio de Brinquedos & Serviços Ltda.

Filme: ASSASSINO EM MINHA CASA (MURDER IN MY HOUSE, Canadá - 2006)
Produtor(es):
Diretor(es): Robert Malenfant
Distribuidor(es): Cannes Produções S/A
Classificação Pretendida: Não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Suspense
Veículo: DVD/VÍDEO
Tipo de Análise: Fita VHS
Classificação: Não recomendado para menores de 12 (doze) anos (Longa Metragem)
Contém: Assassinato e Agressão Física
Tema: Obsessão
Processo: 08017.003517/2006-87
Requerente: Tiquinho Comércio de Brinquedos & Serviços Ltda.

Filme: CASA DE VIDRO 2 (GLASS HOUSE 2 - THE GOOD MOTHER, Estados Unidos da América - 2006)
Produtor(es): Nick Phillips
Diretor(es): Steve Antin
Distribuidor(es): Sony Pictures Home Entertainment do Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: Não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Suspense
Veículo: DVD/VÍDEO
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos (Longa Metragem)
Contém: Assassinato e Tortura
Tema: Cárcere
Processo: 08017.003533/2006-70
Requerente: Tiquinho Comércio de Brinquedos & Serviços Ltda.

Filme: DÁLIA NEGRA (THE BLACK DAHLIA, Estados Unidos da América - 2006)
Produtor(es): Danny Dimbort/Avi Lerner/Rolf Deyhle
Diretor(es): Brian de Palma
Distribuidor(es): AB Internacional Entretenimento Ltda

Classificação Pretendida: Não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Drama/Suspense
Veículo: Cinema
Tipo de Análise: DVD
Classificação: Não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos (Longa Metragem)
Contém: Consumo de drogas , Nudez , Assassinato , Suicídio e Insinuação de Sexo
Tema: Investigação
Processo: 08017.003545/2006-02
Requerente: Tiquinho Comércio de Brinquedos & Serviços Ltda.

Programa: GLOBO RURAL TROPEIROS - I (Brasil - 2006)
Produtor(es): Central Globo de Produção
Diretor(es): Ali Kamel
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Jornalismo
Veículo: DVD
Tipo de Análise: Fita VHS
Classificação: Livre (Programa)
Tema: Tropeiros
Processo: 08017.003557/2006-29
Requerente: Globo Comunicação e Participações S/A

JOSÉ EDUARDO ELIAS ROMÃO

PORTARIA Nº 300, DE 4 DE SETEMBRO DE 2006

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria MJ nº 796, de 08 de setembro de 2000, publicada no DOU de 13 de setembro de 2000, e na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa, resolve classificar:

Filme: ANJOS REBELDES II (PROPHECY 2, Estados Unidos da América - 1997)
Produtor(es): Joel Soisson
Diretor(es): Greg Spence
Distribuidor(es): CDC United Network S.A.
Classificação Pretendida: Programa não recomendado para menores de 14 anos: inadequado para antes das vinte e uma horas
Gênero: Terror
Veículo: Televisão
Tipo de Análise: Fita VHS
Classificação: Programa não recomendado para menores de 18 anos: inadequado para antes das vinte e três horas
Contém: Relação Sexual , Assassinato , Agressão Física e Suicídio
Tema: Guerra Celestial
Processo: 08017.003476/2006-29
Requerente: Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda

Episódio: DORA A AVENTUREIRA (DORA THE EXPLORER, Estados Unidos da América - 2002)
Episódio(s): 219
Título da Série: DORA A AVENTUREIRA
Produtor(es):
Diretor(es): Sherie Pollack
Distribuidor(es): Swen do Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: Veiculação em qualquer horário: livre
Gênero: Desenho Animado
Veículo: Televisão
Tipo de Análise: Fita VHS
Classificação: Especialmente Recomendada para Crianças e Adolescentes (Livre)
Tema: Habilidades cognitivas/psicomotoras - Há apresentação de comportamentos que valorizam as habilidades cognitivas e motoras das crianças e comportamentos de solidariedade e ajuda aos demais.
Processo: 08017.003540/2006-71
Requerente: Tiquinho Comércio de Brinquedos & Serviços Ltda.

Episódio: DORA A AVENTUREIRA (DORA THE EXPLORER, Estados Unidos da América - 2002)
Episódio(s): 222
Título da Série: DORA A AVENTUREIRA
Produtor(es):
Diretor(es): Sherie Pollack
Distribuidor(es): Swen do Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: Veiculação em qualquer horário: livre
Gênero: Desenho Animado
Veículo: Televisão
Tipo de Análise: Fita VHS
Classificação: Especialmente Recomendada para Crianças e Adolescentes (Livre)
Tema: Habilidades cognitivas/Psicomotoras - Há apresentação de comportamentos que valorizam as habilidades cognitivas e motoras das crianças e comportamentos de solidariedade e ajuda aos demais.
Processo: 08017.003541/2006-16
Requerente: Tiquinho Comércio de Brinquedos & Serviços Ltda.

JOSÉ EDUARDO ELIAS ROMÃO

RETIFICAÇÕES

Na Portaria nº 19, de 16/01/2006, publicada no DOU de 18/01/2006, Seção I, páginas 19/20, Processo MJ nº 08017.000061/2006-01, onde se lê: "Título em Portugês: VÔO 93" leia-se "Título em Portugês: VÔO UNITED 93".

Na Portaria nº 279, de 14/08/2006, publicada no DOU de 17/08/2006, Seção I, páginas 36/37, Processo MJ nº 08017.003348/2006-85, onde se lê: "Título em Portugês: VÔO 93" leia-se "Título em Portugês: VÔO UNITED 93".

Ministério da Previdência Social

CONSELHO DE RECURSOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
2ª CÂMARA DE JULGAMENTO

PAUTAS DE JULGAMENTOS

Pauta de Julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas, no curso do mês de SETEMBRO de 2006, na sede do Órgão, situada SAS - Q 4 - BL "K" - 10º ANDAR, Brasília, DISTRITO FEDERAL, nas datas e horários a seguir mencionados, podendo, entretanto, nessa mesma sessão ou sessões subsequentes, serem julgados os processos adiados ou constantes de pautas já publicadas.

DIA 18/09/2006 a partir das 08:30hs

RELATOR(A): JORGE LUIS MORAN
NFLD 35.477.458-1 (RJ) Interessados: INSS e TELEMAR NORTE LESTE S/A
NFLD 35.477.457-3 (RJ) Interessados: INSS e TELEMAR NORTE LESTE S/A
NFLD 35.474.552-2 (MG) Interessados: INSS e MUNICIPIO DE FRANCISCO SÁ - PREFEITURA MUNICIPAL
NFLD 35.474.553-0 (MG) Interessados: INSS e MUNICIPIO DE FRANCISCO SÁ - PREFEITURA MUNICIPAL
NFLD 35.568.790-9 (SE) Interessados: INSS e ROTASUL TRANSPORTES LTDA
AI 35.610.014-6 (PB) Interessados: INSS e SR CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA
AI 35.610.018-9 (PB) Interessados: INSS e SR CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA
PT 37001.000329/2006-74 (MG) Interessados: INSS e VAGNER KNORICH RAMOS
AI 35.758.448-1 (MG) Interessados: INSS e RONALDO GALVÃO
AI 35.680.647-2 (RS) Interessados: INSS e SOCIEDADE EDUCACIONAL TRÊS DE MAIO - SETREM
NFLD 35.680.648-0 (RS) Interessados: INSS e SOCIEDADE EDUCACIONAL TRÊS DE MAIO - SETREM
NFLD 35.715.047-3 (SP) Interessados: INSS e PROT CAP ARTIGOS PARA PROTEÇÃO INDUSTRIAL LTDA
PT 35094.000688/2003-36 (MS) Interessados: INSS e ORGANIZAÇÃO PANTANAL TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA
PT 35043.003223/2005-20 (CE) Interessados: INSS e SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA E PROTEÇÃO A INFÂNCIA DE FORTALEZA
AI 35.635.361-3 (SC) Interessados: INSS e NOVELSUL S/A
AI 35.633.347-7 (RS) Interessados: INSS e OTOMAR OLEQUES VIVIAN
NFLD 35.629.944-9 (RJ) Interessados: INSS e REFINARIA DE PETROLEOS DE MANGUINHOS S/A
NFLD 35.629.943-0 (RJ) Interessados: INSS e REFINARIA DE PETROLEOS DE MANGUINHOS S/A
RELATOR(A): MANOEL COELHO ARRUDA JUNIOR
NFLD 32.358.906-5 (MG) Interessados: INSS e RODOVIÁRIO RAMOS LTDA
NFLD 35.485.554-9 (PE) Interessados: INSS e USINA IPOJUCA S/A
AI 35.485.551-4 (PE) Interessados: INSS e USINA IPOJUCA S/A
NFLD 35.485.553-0 (PE) Interessados: INSS e USINA IPOJUCA S/A
AI 35.485.550-6 (PE) Interessados: INSS e USINA IPOJUCA S/A
AI 35.485.549-2 (PE) Interessados: INSS e USINA IPOJUCA S/A

DIA 18/09/2006 a partir das 13:00hs

RELATOR(A): JORGE LUIS MORAN
NFLD 35.629.948-1 (RJ) Interessados: INSS e REFINARIA DE PETROLÉOS MANGUINHOS S/A
NFLD 35.447.762-5 (SP) Interessados: INSS e ORGANIZAÇÃO EDUCACIONAL BARÃO DE MAUÁ
NFLD 35.563.121-0 (RJ) Interessados: INSS e SOCIEDADE CAMPINEIRA DE INSTRUÇÃO
NFLD 35.545.176-0 (SP) Interessados: INSS e SEW - EURODRIVE BRASIL LTDA
NFLD 35.496.439-9 (RJ) Interessados: INSS e PETROBRÁS TRANSPORTE S/A - TRANSPETRO
NFLD 35.545.168-9 (SP) Interessados: INSS e SEW - EURODRIVE BRASIL LTDA
NFLD 35.564.659-5 (RS) Interessados: INSS e MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
NFLD 35.564.660-9 (RS) Interessados: INSS e MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
COMPOSIÇAO: JORGE LUIS MORAN, MISAEL LIMA BARRETO E DANIELE STROHMEYER GOMES

DIA 18/09/2006 a partir das 13:30hs

RELATOR(A): DANIELE STROHMEYER GOMES/ VISTAS JORGE LUIS MORAN
PT 36138.004841/2003-39 (RS) Interessados: JNSS e ZAMPROGNA S/A, IMPORTAÇÃO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA.
PT 36138.004842/2003-83 (RS) Interessados: INSS e ZAMPROGNA S/A, IMPORTAÇÃO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA.
NFLD 35.633.250-0 (RS) Interessados: INSS e STV SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA
NFLD 35.633.244-6 (RS) Interessados: INSS e STV SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA
NFLD 35.479.813-8 (GO) Interessados: INSS e MUNICÍPIO DE GOIÂNIA - PREFEITURA MUNICIPAL
NFLD 35.479.814-6 (GO) Interessados: INSS e MUNICÍPIO DE GOIÂNIA - PREFEITURA MUNICIPAL
AI 35.464.060-7 (RJ) Interessados: INSS e SIMEL SISTEMAS E MÉTODOS LTDA
NFLD 35.521.580-2 (BA) Interessados: INSS e SUDAMERICANA DE FIBRAS BRASIL

DIA 18/09/2006 a partir das 14:00hs

RELATOR(A): JORGE LUIS MORAN
PT 36014.001462/2003-77 (GO) Interessados: INSS e VALDIR JOSÉ DA SILVEIRA
NFLD 35.575.064-3 (RJ) Interessados: INSS e PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A E OUTROS
NFLD 35.575.065-1 (RJ) Interessados: INSS e PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A E OUTROS
NFLD 35.575.085-6 (RJ) Interessados: INSS e PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A
NFLD 35.575.072-4 (RJ) Interessados: INSS e PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A
NFLD 35.463.963-3 (RJ) Interessados: INSS e PETROBRÁS TRANSPORTE S/A - TRANSPETRO

DIA 18/09/2006 a partir das 14:30hs

RELATOR(A): ANTONIO CORREA JUNIOR/VISTAS JORGE LUIS MORAN
PT 37020.001505/2003-14 (MG) Interessados: INSS e RAMAIVO LTDA
PT 36452.000052/2003-66 (RJ) Interessados: INSS e PAULO CESAR LOPES

MÁRIO HUMBERTO CABUS MOREIRA
Presidente do Conselho

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 10, DE 6 DE SETEMBRO DE 2006

Revoga o art. 2º da Instrução Normativa nº 8, de 7 de julho de 2006, que trata do fornecimento do saldo devedor e do valor para liqüidação antecipada do contrato, nos casos de empréstimos, financiamentos ou arrendamento mercantil feitos por beneficiários da Previdência Social.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
Lei nº 8.212, de 24/7/1991;
Lei nº 8.213, de 24/7/1991;
Decreto nº 3.048, de 6/5/1999;
Decreto nº 4.840, de 17/9/2003;
Decreto nº 4.862, de 21/10/2003;
Lei nº 10.820, de 17/12/2003;
Decreto nº 5.180, de 13/8/2004;
Lei nº 10.953, de 27/9/2004;
Instrução Normativa nº 121/INSS/DC, de 1º/7/2005;
Decreto nº 5.512, de 16/8/2005;
Resolução CNPS nº 1.275, de 26/4/2006;
Instrução Normativa nº 8 INSS/PRES, de 7/7/2006.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-INSS, no uso da competência que lhe confere o Decreto nº 5.870, de 8 de agosto de 2006, considerando a necessidade de se aprofundarem as discussões, no âmbito do Conselho Nacional de Previdência Social-CNPS, sobre os critérios adotados pelas instituições financeiras nos empréstimos consignados e retenções em benefícios previdenciários estabelecidos pela Instrução Normativa nº 121 INSS/DC, de 1º de julho de 2005, alterada pela Instrução Normativa nº 8 INSS/PRES, de 7 de julho de 2006, resolve:

Art. 1º Fica revogado o art. 2º da Instrução Normativa nº 8 INSS/PRES, de 7 de julho de 2006.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

VALDIR MOYSÉS SIMÃO

Ministério da Saúde

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

RETIFICAÇÃO

Na Resolução Normativa - RN nº 95, de 23 de março de 2005, publicada no DOU nº 61, em 31 de março de 2005, seção 1, página 74: onde se lê "RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 95, DE 23 DE MARÇO DE 2004 (*)", leia-se "RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 95, DE 23 DE MARÇO DE 2005 (*)".

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE
Em 6 de setembro de 2006

DECISÃO EM RECURSO

Recurso interposto pelas empresas a seguir relacionadas, cujos processos foram indeferidos pela Gerência-Geral de Medicamentos:

Nº	Empresa	CNPJ	Número do Processo	Expediente
01	BAYER S/A	14.372.981/0001-02	25351.321456/05-74	094555/06-2
02	PERFORMANCE TRADING IMP. EXP. E COMERCIO LTDA	02.151.796/0001-09	253510010140173	299903/06-0
03	SIGMA PHARMA LTDA.	00.923.140/0001-31	25351.045773/03-17	383071/06-3

Decisão: A Diretoria Colegiada, com fundamento na competência atribuída pelo inciso VI do art. 15 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.190-34, de 23 de agosto de 2001, aliado ao disposto nos parágrafos do art. 11 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, tendo em vista a decisão constante da Ata da Reunião do dia 4 de setembro de 2006, conhece dos recursos para, no mérito, negar-lhes provimento, mantendo o seu indeferimento, nos termos da Resolução da Diretoria Colegiada-RDC nº 204, de 6 de julho de 2005. Publique-se.

DIRCEU RAPOSO DE MELLO

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.939, DE 6 DE SETEMBRO DE 2006

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de 11 de novembro de 2003 do Presidente da República e a Portaria nº 368 da ANVISA, de 24 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso VIII do art. 15 e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006;

considerando os artigos 7º e 12 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977;

considerando, ainda, o Memorando nº . 550/06/GGSAN/DIVHT, determina:

Art. 1º Como medida de interesse sanitário, a suspensão da fabricação, do comércio e do uso, em todo território nacional, de todos os lotes do produto ÁGUA SANITÁRIA POLIBÃO fabricado pela empresa POLISUL PRODUTOS DE LIMPEZA SUL IND. COM. LTDA (CNPJ nº . 36.850.113/0001-23), com sede na Rua Frutuoso Maia de Oliveira, 810-A, Bairro Vila Industrial, Anápolis/GO, por não possuir registro perante à Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VICTOR HUGO COSTA TRAVASSOS DA ROSA

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.940, DE 6 DE SETEMBRO DE 2006

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de 11 de novembro de 2003 do Presidente da República e a Portaria nº 368 da ANVISA, de 24 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso VIII do art. 15 e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006;

considerando os arts. 7º . e 72, da Lei 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 23 e seus parágrafos, da Lei 6.437, de 20 de agosto de 1977;

considerando, ainda, o Laudo de Análise Fiscal nº . 2020.00/2006, emitido pela Fundação Ezequiel Dias, cuja amostra analisada apresentou resultado insatisfatório nos ensaios de Descrição da amostra e Aspecto, DETERMINA:

Art. 1º Como medida de interesse sanitário, a interdição cautelar, em todo o território nacional, do medicamento EQUIPLEX (Solução Glico-Fisiológica), lote nº . 198/14, data de fabricação 09/2004, data de validade 09/2006, fabricado pela empresa EQUIPLEX INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA, CNPJ 01.784.792/0001-03, localizada na Rua Thubérgia, Qd. K-S-Êxpansul - Aparecida de Goiânia/GO, pelo prazo de 90 (noventa) dias contados a partir da publicação desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VICTOR HUGO COSTA TRAVASSOS DA ROSA

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.941, DE 6 DE SETEMBRO DE 2006

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de 11 de novembro de 2003 do Presidente da República e a Portaria nº 368 da ANVISA, de 24 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso VIII do art. 15 e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006;

considerando os artigos 7º , 12 e 50 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977;

considerando, ainda, evidências obtidas por esta Agência da fabricação e comercialização irregular do produto, determina:

Art. 1º Como medida de interesse sanitário, a suspensão da fabricação, distribuição, comércio e uso, em todo o território nacional, de todos os produtos, fabricados pela empresa GOLD HAIR INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA, CNPJ/MF n.º 07.128.852/0001-08, com endereço na Rua Albertina Mallan Zaffia, n.º 81 - Vila Emir - São Paulo/SP, por não possuir Autorização de Funcionamento de Empresa e nem registro de seus produtos junto a Anvisa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VICTOR HUGO COSTA TRAVASSOS DA ROSA

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.942, DE 6 DE SETEMBRO DE 2006

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de 11 de novembro de 2003 do Presidente da República e a Portaria nº 368 da ANVISA, de 24 de agosto de 2006,

considerando o disposto no inciso VIII do art. 15 e o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006;

considerando os arts. 7º . e 72, da Lei 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 23 e seus parágrafos, da Lei 6.437, de 20 de agosto de 1977;

considerando, ainda, o Laudo de Análise Fiscal nº . 735.00/2006, emitido pela Fundação Ezequiel Dias, cuja amostra analisada apresentou resultado insatisfatório nos ensaios de Análise de Rotulagem, Determinação de pH e Teor de 4-Metilbenzililideno Cânfora, DETERMINA:

Art. 1º Como medida de interesse sanitário, a interdição cautelar, em todo o território nacional, do produto BLOQUEADOR SOLAR PARA PELE - LUVEX UV FPS 30 - GEL, 120ml, lote nº . 5079004.1, data de fabricação 12/2005, data de validade 12/2006, fabricado pela empresa LUVEX INDÚSTRIA DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO LTDA., CNPJ 92.533.702/0001-59, localizada na Rua Dona Margarida nº . 885, Navegantes, Porto Alegre (RS), pelo prazo de 90 (noventa) dias contados a partir da publicação desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VICTOR HUGO COSTA TRAVASSOS DA ROSA

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 635, DE 6 DE SETEMBRO DE 2006

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições, e considerando a Portaria nº 598/GM, de 23 de março de 2006, que define que os processos administrativos relativos à gestão do Sistema Único de Saúde - SUS sejam definidos no âmbito das Comissões Intergestores Bipartite - CIB; resolve:

Art. 1º Tornar insubsistente a Portaria SAS/MS nº 324, de 12 de maio de 2006, publicada no Diário Oficial da União nº 91, de 15 de maio de 2006, Seção 1, páginas 48 e 49.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GOMES TEMPORÃO

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 6 de Setembro de 2006

Processo nº 25000.085393/2006-48
Interessado: FARMACIA SCHNEIDER E QUILIN LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na Portaria GM/MS nº 491/2006
1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo parágrafo quarto do artigo 8º da Portaria GM/MS nº 491/2006, publicada no DOU de 10/03/2006 e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA SCHNEIDER E QUILIN LTDA, CNPJ nº 07.525.222/0001-77, PersonNameProductIDem DOIS IRMAOSem DOIS IRMAOS/RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na referida Portaria para sua habilitação.

MOISÉS GOLDBAUM

Ministério das Cidades

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 452, DE 6 DE SETEMBRO DE 2006

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso de suas atribuições legais e considerando:

- a atuação da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, do Ministério das Cidades, responsável por um importante conjunto de Programas e Projetos de investimento, apoio técnico e capacitação institucional junto aos prestadores de serviços de saneamento ambiental, destacando-se, dentre essas ações, os componentes de capacitação e apoio à modernização da gestão;

- as diretrizes do Programa Nacional da Gestão Pública, instituído pelo Decreto nº 5.378, de 23 de fevereiro de 2005;

- a importância da atuação articulada e cooperativa, envolvendo os diversos órgãos do Governo Federal e entidades representativas do saneamento, para a promoção da excelência em gestão no setor na melhoria da qualidade dos correspondentes serviços públicos prestados ao cidadão, resolve:

Art. 1º Instituir, no âmbito da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental - SNSA, do Ministério das Cidades, o Núcleo Setorial Saneamento, com a atribuição de articular os órgãos do Governo Federal com atuação no saneamento, as associações de caráter nacional, os prestadores de serviços e as instituições com experiências e atuação no setor, visando promover a melhoria da gestão do saneamento, em conformidade com as diretrizes e os objetivos do Programa Nacional da Gestão Pública - GESPÚBLICA.

Art. 2º O Núcleo Setorial Saneamento tem como objetivo a promoção e a coordenação das ações do GESPÚBLICA, em seu setor de atuação, mediante parceria com organizações públicas e a sociedade civil.

Parágrafo único - São objetivos específicos do Núcleo Setorial Saneamento:

I - atuar como pólo setorial de desenvolvimento da excelência em gestão na administração pública, coordenando e disseminando as ações do GESPÚBLICA, no saneamento ambiental;

II - conceber mecanismos que viabilizem a integração das instituições federais, estaduais e municipais com atuação no saneamento ambiental, e

III - promover e divulgar estudos, pesquisas e experiências decorrentes da implantação de ações de melhoria da qualidade da gestão em organizações públicas do setor saneamento.

Art. 3º São estratégias para o desenvolvimento das atividades do Núcleo:

I - estimular a adesão ao GESPÚBLICA de organizações públicas federais, estaduais e municipais com atuação no saneamento ambiental;

II - disponibilizar orientação técnica às organizações públicas do saneamento que aderirem ao Programa;

III - organizar e coordenar eventos, incluindo cursos, seminários e reuniões como estratégia de mobilização e capacitação das organizações adesas;

IV - acompanhar o desenvolvimento do Programa nas organizações adesas;

V - mobilizar e capacitar organizações para o estímulo à avaliação continuada da gestão e à melhoria da gestão, e

VI - estimular e apoiar candidaturas de organizações do setor Saneamento Ambiental ao PQGF e ao PNQS.

Art. 4º Para a implementação das atividades do Núcleo Setorial Saneamento será constituído um Comitê Gestor, a ser integrado por representantes da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental e por representantes indicados pelas seguintes instituições convidadas:

- Secretaria de Infra-Estrutura Hídrica - SIH, do Ministério da Integração Nacional;

- Secretaria de Qualidade Ambiental - SQA, do Ministério do Meio Ambiente;

- Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégico - SPI, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

- Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, do Ministério da Saúde;

- Agência Nacional de Águas - ANA;

- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social - BNDES;

- Caixa Econômica Federal - CAIXA;

- Associação Brasileira de Engenharia Sanitária - ABES;

- Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento - ASSEMAE;

- Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais - AESBE;

- Confederação Nacional dos Municípios - CNM, e

- Federação Nacional dos Urbanitários - FNU.

§ 1º A designação do Comitê Gestor dar-se-á por meio de Portaria a ser editada pelo Ministério das Cidades.

§ 2º A coordenação dos trabalhos ficará a cargo do titular da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, ou de seu substituto nos afastamentos legais ou regulamentares.

Art. 5º Caberá ao Comitê Gestor dar suporte administrativo ao Núcleo Setorial Saneamento, além das seguintes atribuições:

I - realizar o planejamento das ações do Núcleo Setorial;

II - organizar as atividades, conforme Regimento Interno a ser estabelecido, e

III - elaborar documentos de referência e relatórios.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Portaria n° 142, de 22 de março de 2005, do Ministério das Cidades.

MARCIO FORTES DE ALMEIDA

PORTARIA Nº 453, DE 6 DE SETEMBRO DE 2006

Abre a quarta chamada de projetos para habilitação no Programa de Infra-Estrutura para a Mobilidade Urbana - PRÓ-MOB.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, da Constituição Federal, e considerando o disposto na Resolução do Banco Central nº 3.294, de 29 de junho de 2005, e na Instrução Normativa do Ministério das Cidades nº 24, de 23 de agosto de 2005, resolve:

Art. 1º Abrir a quarta chamada de projetos para habilitação no Programa de Infra-Estrutura para a Mobilidade Urbana - PRÓ-MOB.

Art. 2º A data limite para a entrega das cartas consulta, devidamente preenchidas, no Ministério das Cidades, é o dia 31 de dezembro de 2006.

Art. 3º O Ministério das Cidades, por intermédio da Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana, fará a análise, o enquadramento e a seleção das propostas recebidas, de acordo com os termos da Instrução Normativa nº 24, de 23 de agosto de 2005, e seus anexos.

Art. 4º Poderão apresentar propostas de operação de crédito os municípios com mais de 100 (cem) mil habitantes.

Parágrafo único. Para a definição dos participantes, será considerada a população de cada município constante em publicação oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIO FORTES DE ALMEIDA

CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO

DELIBERAÇÃO Nº 52, DE 6 DE SETEMBRO DE 2006

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO, ad referendum do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 12, inciso I, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, c/c o art. 6º, inciso IX, do Regimento Interno do CONTRAN, e considerando o disposto no art. 2º do Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que dispõe sobre a coordenação do Sistema Nacional de Trânsito, e a vista do que dispõe os incisos I, II, III do artigo 1º da Lei 11.334 de 25 de julho de 2006, o qual altera o artigo 218 do Código de Transito Brasileiro, resolve :

Art. 1ª . O art 3º, da Resolução n.º 146, de 27 de agosto de 2003, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2ª . Cabe à autoridade de trânsito com circunscrição sobre a via determinar a localização, a instalação e a operação dos instrumentos ou equipamentos medidores de velocidade.

§ 1ª Não é obrigatória a presença da autoridade ou do agente da autoridade de trânsito, no local da infração, quando utilizado o medidor de velocidade fixo ou estático com dispositivo registrador de imagem que atenda aos termos do §2º do art.1º da Resolução 146/2003.

§ 2ª a definição do local de instalação de aparelho, de equipamento ou de qualquer outro meio tecnológico, para fins do § 2º do Art. 280 do CTB, deverá ser precedida de estudos técnicos que contemplem, dentre outras variáveis, os índices de acidentes, as características da localidade, a velocidade máxima da via, a geometria da via, a densidade veicular, o potencial de risco aos usuários, que venham a comprovar a necessidade de fiscalização, garantindo ampla visibilidade do equipamento, sempre dando prioridade à educação para o trânsito e à redução e prevenção de acidentes:

I - Recomenda-se que os estudos técnicos tenham, no mínimo, a abrangência do modelo constante no Anexo I desta Resolução.

II - Sempre que os estudos técnicos não demonstrarem a redução significativa do índice de acidentes, obtidos na periodicidade indicada no Anexo I desta Resolução, ou quando já comprovado elevado índice de acidentes graves, recomenda-se a adoção de barreira eletrônica em substituição aos instrumentos ou equipamentos medidores de velocidade anteriormente existentes.

§ 3ª Os estudos referidos no parágrafo 2º devem:

I - estar disponíveis ao público na sede do órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via;

II - ser encaminhados às Juntas Administrativas de Recursos de Infrações - JARI dos respectivos órgãos ou entidades;

III - ser encaminhados ao Denatran, em se tratando de órgãos ou entidades executivas rodoviárias da União, órgãos ou entidades executivos de trânsito ou executivos rodoviários do Distrito Federal, Estaduais e Municipais.

§ 4ª No prazo de 30 (trinta) dias, o Denatran deverá regulamentar a forma como os estudos técnicos deverão ser encaminhados."

Art. 3ª É obrigatória a utilização, ao longo da via em que está instalado o aparelho, o equipamento ou qualquer outro meio tecnológico, da sinalização vertical educativa, informando a existência de fiscalização, bem como a associação dessa informação à placa de regulamentação de velocidade máxima permitida, observando o cumprimento das distâncias estabelecidas na Tabela do Anexo II desta Deliberação, dando prioridade à educação para o trânsito, a redução e prevenção de acidentes e a preservação de vidas.

Parágrafo único. É facultado o uso de sinalização indicativa de velocidade máxima permitida removível, desde que respeitados os critérios técnicos definidos na Resolução nº 146/03, do CONTRAN, para o cumprimento das distâncias estabelecidas na Tabela do Anexo II desta Deliberação, quando o aparelho, o equipamento ou qualquer outro meio tecnológico em operação for do tipo estático ou portátil.

Art. 4ª A utilização de aparelho, de equipamento ou de qualquer outro meio tecnológico para fins de comprovação de infração por excesso de velocidade somente poderá ocorrer em vias dotadas de sinalização vertical de regulamentação de velocidade máxima permitida, placas educativas e sempre que possível, de sinalização horizontal indicando, também, a velocidade máxima permitida.

§ 1ª a sinalização de que trata o caput deste artigo deverá ser afixada ao longo da via fiscalizada, de acordo com a legislação específica, observados os critérios da engenharia de tráfego, de forma a garantir a segurança viária e informar, adequadamente, aos condutores dos veículos a velocidade máxima permitida para o local.

§ 2ª Quando utilizado em trecho com velocidades inferiores às regulamentadas no trecho anterior, deverá também ser precedido de estudos técnicos, nos termos constantes do § 2º do art. 3º da Resolução 146/2003, com a redação dada por esta Deliberação, que devem ser revistos toda vez que ocorrerem alterações nas suas variáveis.

Art. 4º Os órgãos e entidades de trânsito com circunscrição sobre a via têm prazo:

I - de até 360 (trezentos e sessenta) dias a partir da data de publicação desta Deliberação para elaborar e disponibilizar os estudos técnicos previstos, para os instrumentos ou equipamentos medidores de velocidade anteriormente instalados.

II - imediato, a partir da data de publicação desta Deliberação para elaborar e disponibilizar os estudos técnicos previstos, para os novos instrumentos ou equipamentos medidores de velocidade a serem instalados.

III - de até 90 (noventa) dias a partir da data de publicação desta Deliberação para garantir a visibilidade do equipamento e para a colocação da sinalização de placas educativas e sempre que possível, de sinalização horizontal indicando, também, a velocidade máxima permitida, para os instrumentos ou equipamentos medidores de velocidade anteriormente instalados.

IV - imediato, a partir da data de publicação desta Deliberação para a colocação da sinalização de placas educativas e sempre que possível, de sinalização horizontal indicando, também, a velocidade máxima permitida, para os novos instrumentos ou equipamentos medidores de velocidade a serem instalados.

Art. 5ª Ficam revogados as disposições em contrário, em especial o Anexo I da Resolução 146/2003, que fica substituído pelo Anexo I desta Deliberação.

Art. 6ª Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

ALFREDO PERES DA SILVA

ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO

INSTALAÇÃO DE INSTRUMENTOS OU EQUIPAMENTOS MEDIDORES DE VELOCIDADE

IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO:

Controle Eletrônico de Velocidade

Equipamento n.º_____ Marca:_____

A - LOCALIZAÇÃO

Local de instalação:

Sentido do fluxo fiscalizado

Faixa(s) de trânsito (circulação) fiscalizada(s) (numeração da esquerda para direita)

B - EQUIPAMENTO

Identificação:

Data de instalação: ...../...../.....

Data de início da operação: ...../...../.....

Data da última aferição: ...../...../.....

INMETRO Laudo n.º

Tipo:

☐ Fixo ☐ Estático ☐ Móvel ☐ Portátil

C - CARACTERÍSTICAS FÍSICAS DO TRECHO DA VIA

Classificação viária (art. 60 do CTB):.....

N.º de pistas:.....

N.º de faixas de trânsito (circulação) por sentido:.....

☐ Aclive ☐ Declive

Presença de curva: ☐ Sim ☐ Não

D - CARACTERÍSTICAS OPERACIONAIS DO TRECHO DA VIA POR SENTIDO

Fluxo veicular classificado na seção fiscalizada (VDM).....

Velocidade:

1 - Em trechos da via com velocidades inferiores às regulamentadas no trecho anterior:

- Velocidade antes do início da fiscalização (km/h)

Velocidade regulamentada: _____ Data: _____/_____/_____

Velocidade operacional (Praticada - 85 percentil): _____

- Velocidade operacional monitorada (após fiscalização) (km/h)

Velocidade regulamentada: _____ Data: _____/_____/_____

Velocidade: _____ Data: _____/_____/_____

Velocidade: _____ Data: _____/_____/_____

Velocidade: _____ Data: _____/_____/_____

2 - Em trechos da via com velocidades iguais às regulamentadas no trecho anterior:

Velocidade regulamentada: _____ Data: _____/_____/_____

Velocidade: _____ Data: _____/_____/_____

Velocidade: _____ Data: _____/_____/_____

Velocidade: _____ Data: _____/_____/_____

Movimentação de pedestres no trecho da via:.....

☐ Ao longo da via ☐ Transversal à via

E - N.º DE ACIDENTES NO TRECHO DA VIA

Antes do início de operação do equipamento:.....

Após início de operação do equipamento:.....

F - POTENCIAL DE RISCO NO TRECHO DA VIA

Histórico descritivo das medidas de engenharia adotadas antes da instalação do equipamento

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

Descrição dos fatores de risco:

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

Outras informações julgadas necessárias:

.....

.....

.....

G - PROJETO OU CROQUI DO LOCAL

(Deve conter indicação do posicionamento do equipamento e da sinalização)

Relatório elaborado por:..... Data...../...../.....

H - RESPONSÁVEL TÉCNICO DO ÓRGÃO DE TRÂNSITO PERANTE O CREA

Nome:.....

CREA n.º:.....

Assinatura:.....

Data ...../...../.....

ANEXO II

Velocidade Regulamentada (km/h)	Intervalo de Distância (metros)	
	Via Urbana	Via Rural
V ≥ 80	400 a 500	1000 a 2000
V < 80	100 a 300	300 a 1000

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIAS DE 4 DE SETEMBRO DE 2006

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto n.º 2.615, de 3 de junho de 1998, resolve outorgar autorização as entidades abaixo relacionadas a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária. Os atos de autorização somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do artigo 223 da Constituição.

Nº da Portaria	Nº do Processo	Nome da Entidade	Localidade/UF
417	53000.000609/03	Associação de Comunicação Comunitária	Rosário do Sul/RS
418	53790.000890/02	Associação Rádio Comunitária Três Rios	Cacequi/RS
419	53710.001698/98	Associação Comunitária, Educativa, Cultural, Informativa, Artística Plenitude de Uberlândia	Uberlândia/MG
420	53000.006951/05	Associação Rádio Comunitária Península Norte	Brasília/DF
421	53100.000266/04	Associação Beneficente e Assistencial do Combinado	Combinado/TO

HELIO COSTA

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

PORTARIA Nº 503, DE 4 DE SETEMBRO DE 2006

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, Substituto, no uso das competências que lhe confere o art. 46, inciso IX, do Regulamento da Anatel, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997,

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar a alocação dos cargos comissionados de que tratam os arts. 14 e 25 da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, no âmbito da Agência Nacional de Telecomunicações; e

CONSIDERANDO deliberação do Conselho Diretor na Reunião nº 405, de 16 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Alterar os quantitativos e a distribuição dos cargos em comissão previstos nas Portarias nº 266 e 284, de 05 e 08 de junho de 2006, respectivamente, conforme quadro abaixo:

CÓDIGO	DE	PARA
CCT II	41	40
CCT I	58	59

Art. 2º O saldo resultante das transformações é de R$ 475,26 (quatrocentos e setenta e cinco reais e vinte e seis centavos).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PLÍNIO DE AGUIAR JÚNIOR

CONSELHO DIRETOR

ATO Nº 60.583 DE 1º DE SETEMBRO DE 2006

Processo n.º 53500.002618/2006.

Autoriza a UNIÃO NORTE DO PARANÁ DE ENSINO S/C LTDA. a explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

PLINIO DE AGUIAR JUNIOR
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 24 de março de 2006

Processo nº 53508.000.910/2002

Adoto o Parecer nº 421/2005/PGFE/Anatel-ER02, às fls. 37 verso e o Informe nº 94/2006/ER02AF/ER02, fls. 38/40, para diante de sua fundamentações legais, conhecer o Recurso interposto pela ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CASA DA BÊNÇÃO - RÁDIO 99,1 MHz (Representada pelo Sr. LUCAS CHAVES DE MELO), executante não outorgada do Serviço de Radiodifusão em Freqüência Modulada, na cidade de Nova Iguaçu - R.J., para no mérito, negar provimento, mantendo-se desta forma, a pena de MULTA aplicada, em consonância com o disposto no Inciso IX, do artigo 77, do Regimento Interno da Anatel.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS

GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

DESPACHO DO GERENTE
Em 10 de abril de 2006

Processo n.º 53512.000154/2001

Aplica a sanção de MULTA, no valor de R$ 1.858,69 (Um mil, oitocentos e cinqüenta e oito reais e sessenta e nove centavos), a ANTÔNIO NEVES ALVARINO, pelo uso não autorizado de Radiofreqüência para executar Serviço não outorgado de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada na cidade de Cariacica, Estado do Espírito Santo, com fundamento no art. 173 inciso II, 183 e 184, parágrafo único, todos da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, em infringência aos artigos 131 e 163 do mesmo diploma legal, e em consonância com o disposto no inciso IX, do artigo 77, do Regimento Interno da Anatel aprovado pela Resolução nº 270, de 19/07/2001.

JOSÉ JOAQUIM DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

ATO Nº 60.633, DE 6 DE SETEMBRO DE 2006

Processo nº 53500.023340/06. RÁDIO FM CORUMBA LTDA - FM - Pires do Rio/GO - Canal 276. Autoriza o Uso de Radiofreqüência e Consolida as Características Técnicas da Estação.

ARA APKAR MINASSIAN
Superintendente

ATO Nº 60.634, DE 6 DE SETEMBRO DE 2006

Processo nº 53500.023324/06. RÁDIO FM NIQUELANDIA LTDA - FM - Niquelândia/GO - Canal 284. Autoriza o Uso de Radiofreqüência e Consolida as Características Técnicas da Estação.

ARA APKAR MINASSIAN
Superintendente

ATO Nº 60.635, DE 6 DE SETEMBRO DE 2006

Processo nº 53500.007926/06. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE GRANJA - RADCOM - Granja/CE - Canal 285. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

ARA APKAR MINASSIAN
Superintendente

ATO Nº 60.637, DE 6 DE SETEMBRO DE 2006

Processo nº 53500.001447/06. ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO DE MARCO - RADCOM - Marco/CE - Canal 292. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

ARA APKAR MINASSIAN
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PRIVADOS

ATO Nº 60.622, DE 6 DE SETEMBRO DE 2006

Outorga autorização para uso de radiofreqüência ao MINISTÉRIO DA SAÚDE associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 60.623, DE 6 DE SETEMBRO DE 2006

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à BELGO SIDERURGIA S.A associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 60.624, DE 6 DE SETEMBRO DE 2006

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à ESQUADRA-VIGILANCIA & SEGURANÇA ARMADA LTDA associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 60.625, DE 6 DE SETEMBRO DE 2006

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à GALVAO ENGENHARIA S/A associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 60.626, DE 6 DE SETEMBRO DE 2006

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à GUARDIÕES VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 60.627, DE 6 DE SETEMBRO DE 2006

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à ORMINDO MESSIAS CARNEIRO associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 60.628, DE 6 DE SETEMBRO DE 2006

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à PEDRO CALDEIRA DE SOUZA associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 60.629, DE 6 DE SETEMBRO DE 2006

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à SADA BIO-ENERGIA E AGRICULTURA LTDA associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 60.630, DE 6 DE SETEMBRO DE 2006

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à VIC SEGURANÇA LTDA associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

GERÊNCIA-GERAL DE SERVIÇOS PRIVADOS DE TELECOMUNICAÇÕES

ATO Nº 57.999, DE 4 DE MAIO DE 2006

Processo n.º 53500.000428/2006.

Aplica a SONIO DA ROSA SCHEPER - ME a sanção de ADVERTÊNCIA, tendo em vista a inobservância do prazo de cento e oitenta dias para entregar à Anatel o resumo do Projeto de Instalação, contado da publicação do extrato do Ato de Autorização no Diário Oficial da União.

IVAN RIBEIRO DE CAMPOS
Gerente-Geral
Substituto

Ministério das Relações Exteriores

SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DE COOPERAÇÃO E COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR
DEPARTAMENTO DAS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR
DIVISÃO DE ATOS INTERNACIONAIS

BRASIL/URUGUAI

Protocolo de Intenções entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai em Matéria de Direitos Relativos à Infância e à Adolescência

A República Federativa do Brasil
e
A República Oriental do Uruguai
(neste documento denominadas "as Partes"),

Animados pelo desejo de promover o desenvolvimento econômico e social em seus respectivos países;

Reconhecendo as boas relações existentes entre os dois países e a importância de fortalecer a cooperação e o intercâmbio de experiências e conhecimentos no tratamento das diferentes problemáticas que afetam as crianças e os adolescentes das suas Nações, em especial nas zonas de fronteira;

Conscientes de que no contexto da promoção, defesa e garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes realizaram-se ações de intercâmbio de experiências significativas em nível nacional e de que as fronteiras nacionais são áreas em que a cooperação internacional se faz necessária, o que permite prestar atenção de maneira conjunta naquelas situações que afetam o crescimento e o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes e de suas famílias em ambos os países,

Convêm:

I - Objeto da Cooperação

O presente Protocolo de Intenções tem por objeto estabelecer os termos de cooperação entre as Partes, para a busca conjunta de soluções apropriadas às problemáticas comuns que afetam crianças, adolescentes e suas famílias, das duas nações, com ênfase sobre as zonas limítrofes.

II - Áreas de Trabalho Conjunto

As Partes comprometem-se a:

a) propiciar o intercâmbio de experiências e conhecimentos referentes à elaboração, programação e execução de planos, programas e projetos de atenção à infância nos dois Estados;

b) executar conjuntamente programas e projetos para a atenção à infância, à adolescência e à família na zona fronteiriça e onde a intervenção bilateral seja factível, direcionados a elevar as condições de vida, mediante ações nas seguintes áreas:

i) promoção e difusão dos direitos das crianças, com o objetivo de agilizar o processo de mudança nas relações com as crianças e os adolescentes, e seu entorno, de tal maneira que a sociedade, a família e o Estado em seu conjunto, garantam e protejam seus direitos;

ii) prevenção contra a violência intrafamiliar, o maltrato infantil e a exploração sexual comercial infantil e erradicação das piores formas de trabalho infantil, assim como qualquer outra forma de vulnerabilidade;

iii) apoio à família para garantir sua função de socialização como agente de bem-estar social, transmissora de valores, conhecimentos, habilidades para o desenvolvimento integral da criança;

c) promover a segurança alimentar e nutricional para combater a desnutrição e a fome, e reduzir a mortalidade infantil da criança até cinco anos de vida, a mortalidade materna evitável e promover, proteger e apoiar o aleitamento materno;

d) assegurar proteção especial para crianças em circunstâncias especialmente difíceis ou cujos direitos tenham sido ameaçados;

e) promover entre os dois Estados resposta de acordo com suas problemáticas e necessidades, tendo em conta a opinião da criança no momento de aplicar uma medida;

f) dedicar atenção aos jovens em conflito com a lei penal e às crianças consumidoras de substâncias psico-ativas, cigarro e álcool, e em geral à elaboração de programas que levem à restituição de direitos e à proteção especial;

g) promover o acesso aos serviços de proteção social, de um ou outro Estado, das crianças e adolescentes que residem em seu território, com objetivo de que recebam os mesmos benefícios previstos nas leis de cada país;

h) realizar as gestões correspondentes para garantir o direito à educação a crianças e adolescentes residentes em toda a zona de fronteira que une ambos os países e a educação bilíngüe, assim como a coordenação para oferecer aos jovens em conflito com a lei oportunidades para sua educação e desenvolvimento integral.

III - Modalidades de Cooperação

As modalidades de cooperação serão definidas de acordo com as necessidades identificadas, em conformidade com os seguintes parâmetros:

a) formulação de projetos locais com a participação de todos os atores sociais e com o apoio técnico dos níveis de governo centrais e regionais dos dois Estados nas áreas técnicas identificadas;

b) desenvolvimento de sistemas de informação e comunicação em atenção às crianças e aos adolescentes dos dois países e em especial às crianças que residem em zonas de fronteira, de maneira que seja possível quantificar e monitorar a situação que afeta o pleno exercício dos direitos;

c) formação e capacitação dos prestadores de serviço de atenção a crianças e adolescentes e suas famílias dos dois Estados, nas áreas técnicas identificadas;

d) fomento e agilização da criação de associações de jovens e grupos de adolescentes para a discussão das diferentes problemáticas apresentadas na zona de fronteira;

e) elaboração de materiais nos dois idiomas e intercâmbio de experiências, documentos técnicos, legislação e normas para a atenção das crianças, adolescentes e suas famílias nas áreas de promoção, difusão, apoio e restituição de direitos;

f) intercâmbio de expertos, especialistas e técnicos nos diferentes campos de atenção às crianças e aos adolescentes;

g) articulação de esforços, recursos e ações, assim como de mecanismos de coordenação e concertação para enfrentar de maneira conjunta as situações de emergência;

h) elaboração de maneira conjunta e consensuada dos protocolos para a atenção à infância e à família sobre as diferentes problemáticas que se apresentam nos dois Estados e, em especial, nas zonas de fronteira;

i) organização e execução de seminários, cursos, capacitação e outras atividades relacionadas;

j) planejamento, implementação e execução de estudos conjuntos, investigação e desenvolvimento de projetos de interesse mútuo, particularmente na zona de fronteira;

k) outras modalidades consideradas necessárias para o cumprimento do objetivo e que sejam definidas pelas Partes.

IV - Agentes Executores

Pela República Federativa do Brasil, o Ministério das Relações Exteriores e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República ou as entidades por eles designadas, definirão conjuntamente os agentes executores segundo a natureza de cada atividade de cooperação a realizar-se em conformidade com este Protocolo de Intenções.

Pela República Oriental do Uruguai, o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério de Desenvolvimento Social e o Instituto da Criança e do Adolescente do Uruguai (INAU), dentro de suas atribuições e limites de competência, atuarão como entidades executoras das ações derivadas do presente Protocolo de Intenções.

V - Contribuições das Partes

Em caso de serem identificadas necessidades de recursos, as Partes estudarão a possibilidade de realizar aportes de acordo com os requisitos orçamentários internos, em conformidade com a programação anual de cada instituição e segundo o planejamento anual de atividades a ser executado.

VI - Plano de Trabalho

1. As Partes prepararão um plano de trabalho anual a ser desenvolvido dentro dos sessenta dias posteriores à data de assinatura do presente Protocolo de Intenções.

2. O plano servirá de base para a cooperação estabelecida no presente instrumento. As Partes executarão e avaliarão o plano anualmente, tendo presente os seguintes delineamentos:

a) no plano estabelecer-se-ão os programas e projetos a serem desenvolvidos e as ações serão executadas quando possível como unidade binacional;

b) na formulação do plano de trabalho deverão ser contemplados os seguintes aspectos:

i) desenvolvimento dos princípios estabelecidos na Convenção dos Direitos da Criança,

ii) participação da sociedade civil, das famílias e da população infantil e adolescente nos programas a serem executados,

iii) coordenação e concertação intersetorial e interinstitucional binacional,

c) as ações desenvolvidas tenderão a apoiar e fortalecer os processos de autonomia e descentralização dos estados e municípios.

VII - Entidades Colaboradoras

Este Protocolo de Intenções estará aberto à cooperação de organizações governamentais, intergovernamentais e não-governamentais nacionais e/ou internacionais que manifestem desejo de colaborar no seu desenvolvimento e implementação e aceitem os delineamentos nele estabelecidos.

VIII - Comitê Técnico Binacional e Comitês Locais Binacionais

1. Para o devido cumprimento das obrigações emanadas do presente Protocolo de Intenções, as Partes comprometem-se a criar um Comitê Técnico Binacional para a Atenção à Infância e à Adolescência e Comitês Técnicos Locais, que terão a responsabilidade da definição das atividades mencionadas no presente Protocolo de Intenções em seu correspondente nível territorial.

2. A Secretaria Técnica do Comitê Técnico Binacional será exercida inicialmente pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da República Federativa do Brasil e posteriormente o fará o Instituto da Criança e do Adolescente do Uruguai, havendo rotatividade do exercício da Secretaria Técnica entre as Partes. A Secretaria Técnica reunir-se-á una vez ao ano em lugar que se acorde previamente.

3. O Comitê Técnico Binacional terá como funções:

a) coordenar o plano de ação binacional que se defina para o desenvolvimento do presente Protocolo de Intenções;

b) constituir os Comitês Locais requeridos com o mesmo objeto;

c) prestar assistência técnica aos Comitês Locais e às instituições que a requeiram;

d) convocar os Comitês Locais e concertar o plano de ação;

e) monitorar e avaliar os processos e objetivos alcançados no desenvolvimento do plano de ação;

f) apresentar às autoridades competentes informes técnicos e financeiros anuais sobre a execução do plano de ação;

g) realizar seguimento, avaliação e informar da execução do presente Protocolo de Intenções;

h) resolver as controvérsias que surjam no local;

i) as demais funções que deste Protocolo de Intenções se depreendam.

4. Por meio de consulta prévia e definição segundo o disposto no Artigo IV, o Comitê Local Binacional estará prioritariamente conformado pelos Governadores, Prefeitos e Administradores Municipais das entidades territoriais fronteiriças de ambos os Estados e os organismos de atenção à infância e à família, que lideram e coordenam os Conselhos de Direitos da Criança da República Federativa do Brasil e as Chefaturas Departamentais do Instituto da Criança e do Adolescente do Uruguai.

5. De igual maneira, em nível territorial criar-se-ão comissões ou grupos de trabalho que se requeiram para a realização e o desenvolvimento dos compromissos estabelecidos, segundo as leis e normas de cada país.

6. Os Comitês Locais Binacionais terão as seguintes funções:

a) elaborar os projetos a serem incluídos no plano de ação anual, de maneira conjunta, entre as regiões objeto das ações estabelecidas, e apresentá-los ao Comitê Binacional para sua aprovação;

b) coordenar a execução do plano de ação em sua respectiva área de jurisdição;

c) apresentar ao Comitê Técnico Binacional informes técnicos e financeiros sobre o avanço dos projetos executados com a periodicidade estabelecida.

7. O Comitê Local Binacional enviará copia de seus informes ao Comitê Técnico Binacional e às instituições signatárias deste Protocolo de Intenções.

IX - Modificações

As Partes poderão acordar modificações ao presente Protocolo de Intenções. As controvérsias que surjam com relação à sua interpretação ou aplicação deverão ser resolvidas por intermédio de consultas entre as Partes, as quais serão convocadas pelos Ministérios das Relações Exteriores de ambos os Estados.

X - Duração

A duração do presente Protocolo de Intenções será de quatro anos a partir da assinatura pelas Partes, renováveis automaticamente por períodos similares, a menos que uma das Partes notifique à outra, mediante comunicação escrita e com antecedência de seis meses, sua intenção de finalizar o presente instrumento.

Feito em Montevidéu, aos 19 dias mês de maio do ano de 2006, em dois exemplares originais de idêntico teor, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pela República Federativa do Brasil

PAULO DE TARSO VANNUCHI
Secretário Especial dos Direitos Humanos

Pela República Oriental do Uruguai

REINALDO GARGANO
Ministro das Relações Exteriores

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 242, DE 5 DE SETEMBRO DE 2006

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 19 e 22 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, resolve:

Art. 1º Aprovar as diretrizes para os leilões de energia proveniente de novos empreendimentos, a serem promovidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, direta ou indiretamente, conforme sistemática definida na forma do Anexo à presente Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SILAS RONDEAU CAVALCANTE SILVA

ANEXO

SISTEMÁTICA PARA OS LEILÕES DE ENERGIA PROVENIENTE DE NOVOS EMPREENDIMENTOS DE GERAÇÃO - A-5/2006

1 - DEFINIÇÕES E ABREVIAÇÕES:

Para os fins e efeitos da Sistemática ora definida, as expressões a seguir listadas têm os seguintes significados:

I - ANO BASE "A": ano de previsão para o início do suprimento da energia elétrica adquirida pelos agentes de distribuição por meio do LEILÃO;

II - A-5: Ano em que se realizam os leilões de compra de energia elétrica. Corresponde, para todos os efeitos, ao quinto ano anterior ao ANO BASE "A";

III - AGENTE CUSTODIANTE: instituição responsável pelo recebimento, custódia e eventual execução das GARANTIAS FINANCEIRAS;

IV - AJUSTE DE DEMANDA HIDRO: recálculo, efetuado pelo SISTEMA, da QUANTIDADE DEMANDADA do PRODUTO de fonte hidroelétrica e, se necessário, da OFERTA DE REFERÊNCIA, devido a não ratificação de um OUTRO EMPREENDIMENTO COM UBP que teve o seu PREÇO DE VENDA CORRENTE reduzido devido à redução do CUSTO MARGINAL CORRENTE;

V - AJUSTE DE DEMANDA TERMO: recálculo, efetuado pelo SISTEMA, da QUANTIDADE DEMANDADA do PRODUTO de fonte termoelétrica e, se necessário, da OFERTA DE REFERÊNCIA, devido ao AJUSTE DE DEMANDA HIDRO;

VI - COMPRADOR: agente distribuidor de energia elétrica participante do LEILÃO;

VII - CUSTO MARGINAL DE REFERÊNCIA: valor, expresso em Reais por megawatt-hora (R$/MWh), calculado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE e aprovado pelo Ministério de Minas e Energia - MME, da maior estimativa de custo de geração dos empreendimentos a serem licitados, considerados suficientes para o atendimento da demanda conjunta ao Ambiente de Contratação Regulada - ACR e Ambiente de Contratação Livre - ACL;

VIII - CUSTO MARGINAL CORRENTE - CMC: valor, expresso em Reais por megawatt-hora (R$/MWh), igual ao maior dos PREÇOS CORRENTES durante a SEGUNDA FASE do LEILÃO;

IX - CUSTO MARGINAL DO LEILÃO: custo marginal resultante do processo de licitação correspondente ao maior valor da energia elétrica, expresso em Reais por megawatt-hora (R$/MWh), dentre as propostas vencedoras do certame;

X - CUSTO VARIÁVEL UNITÁRIO: valor, expresso em Reais por megawatt-hora (R$/MWh), informado pelo PROPONENTE VENDEDOR antes do início do LEILÃO e que serve de base para definição da garantia física, necessário para cobrir todos os custos operacionais do EMPREENDIMENTO, exceto os já cobertos pela RECEITA FIXA;

XI - DECLARAÇÃO: documento apresentado pelos COMPRADORES, obedecendo à disciplina estabelecida em Portaria especifica, do Ministério de Minas e Energia - MME, definindo os montantes de energia elétrica a serem contratados para início de suprimento no ANO BASE "A";

XII - DECLARAÇÃO DE INFLEXIBILIDADE: declaração de geração de uma usina termoelétrica emitida para fins de cálculo de sua garantia física e programação eletroenergética do Sistema Interligado Nacional - SIN, que se constitui em restrição que leva à necessidade de geração mínima da usina, a ser considerada pelo Operador Nacional do Sistema - ONS na otimização do uso dos recursos do SIN;

XIII - DECREMENTO MÍNIMO DA PRIMEIRA FASE: valor em reais por megawatt-hora (R$/MWh) calculado mediante parâmetros inseridos pelo MME para submissão de um novo LANCE concorrente durante a ETAPA CONTÍNUA DA PRIMEIRA FASE;

XIV - DECREMENTO DA SEGUNDA FASE: valor em reais por megawatt-hora (R$/MWh) calculado mediante parâmetros inseridos pelo MME, que subtraído do PREÇO CORRENTE em uma determinada RODADA, representará o PREÇO DE LANCE para a RODADA subseqüente;

XV - DIREITO DE PARTICIPAÇÃO: direito que o EMPREENDEDOR vencedor da PRIMEIRA FASE tem de participar da SEGUNDA FASE do LEILÃO. Esse direito corresponderá à quantidade de energia elétrica destinada pelo EMPREENDEDOR ao Ambiente de Contratação Regulada - ACR, ao final da PRIMEIRA FASE;

XVI - EDITAL: documento, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, que estabelece as regras do LEILÃO;

XVII - EMPREENDIMENTO: é um NOVO EMPREENDIMENTO ou um OUTRO EMPREENDIMENTO;

XVIII - EMPREENDEDOR: interessado pré-qualificado nos termos do EDITAL de LEILÃO para participar da PRIMEIRA FASE do LEILÃO;

XIX - ENERGIA HABILITADA: montante de energia habilitado pela ENTIDADE COORDENADORA, associado a um EMPREENDIMENTO que esteja habilitado tecnicamente pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE, para participação no LEILÃO;

XX - ENTIDADE COORDENADORA: Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, que terá como função exercer a coordenação do LEILÃO, nos termos do art. 19, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004;

XXI - ENTIDADE ORGANIZADORA: entidade responsável pelo planejamento e execução de procedimentos inerentes ao LEILÃO, por delegação da ANEEL;

XXII - EPE: Empresa de Pesquisa Energética, instituída nos termos da Lei no 10.847, de 15 de março de 2004, que tem por finalidade prestar serviços na área de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético, tais como energia elétrica, petróleo e gás natural e o seus derivados, carvão mineral, fontes energéticas renováveis e eficiência energética, entre outras;

XXIII - ETAPA CONTÍNUA DA PRIMEIRA FASE: etapa que se inicia após a ETAPA INICIAL DA PRIMEIRA FASE que ocorrerá na hipótese de a diferença entre os dois menores PREÇOS DE LANCE para um determinado NOVO EMPREENDIMENTO de fonte hidroelétrica ser inferior a 5% (cinco por cento) do menor deles;

XXIV - ETAPA HÍDRICA: etapa da SEGUNDA FASE composta por RODADAS UNIFORMES e pela RODADA DISCRIMINATÓRIA para o PRODUTO de fonte hidroelétrica;

XXV - ETAPA INICIAL DA PRIMEIRA FASE: período para inserção de LANCE único, por EMPREENDEDOR, para um NOVO EMPREENDIMENTO de fonte hidroelétrica;

XXVI - ETAPA INICIAL DA SEGUNDA FASE: período para inserção de LANCE único, por PROPONENTE VENDEDOR para cada EMPREENDIMENTO de sua propriedade ou que detenha o DIREITO DE PARTICIPAÇÃO;

XXVII - ETAPA TÉRMICA: etapa da SEGUNDA FASE composta por RODADAS UNIFORMES e pela RODADA DISCRIMINATÓRIA para o PRODUTO de fonte termoelétrica;

XXVIII - FATOR ALFA: fator de atenuação variável, estabelecido em função dos preços ou quantidades da energia destinada ao consumo próprio, ao ACR e à venda no Ambiente de Contratação Livre - ACL, cujo valor será definido no EDITAL;

XXIX - FATOR DE REFERÊNCIA: fator obtido com base em parâmetros inseridos pelo REPRESENTANTE DO MME e que será utilizado para determinação da OFERTA DE REFERÊNCIA em cada PRODUTO;

XXX - GARANTIAS: valores a serem depositados junto ao AGENTE CUSTODIANTE pelos COMPRADORES, EMPREENDEDORES e PROPONENTES VENDEDORES, podendo ser classificadas como GARANTIA FINANCEIRA ou GARANTIA DA PROPOSTA para efeito de HABILITAÇÃO e participação no LEILÃO;

XXXI - GARANTIA FINANCEIRA: valor a ser depositado junto ao AGENTE CUSTODIANTE pelos COMPRADORES, e pelos PROPONENTES VENDEDORES para cada OUTRO EMPREENDIMENTO que possua Garantia de Contrato ou de Autorização depositada junto à ANEEL;

XXXII - GARANTIA DA PROPOSTA: garantia preconizada no inciso III do art. 31 da Lei nº 8.666, de 1993, a ser depositada junto ao AGENTE CUSTODIANTE:

a) pelos EMPREENDEDORES pré-qualificados, no valor de 1% dos VALORES DOS INVESTIMENTOS informados pela EPE para os NOVOS EMPREENDIMENTOS, que tenham interesse em obter o respectivo DIREITO DE PARTICIPAÇÃO; e/ou

b) pelos PROPONENTES VENDEDORES pré-qualificados, por EMPREENDIMENTO, no valor correspondente a 1% do valor do investimento para implantação de NOVO EMPREENDIMENTO ou OUTRO EMPREENDIMENTO que não possua Garantia de Contrato ou de Autorização depositada junto à ANEEL. O valor do investimento é informado pela EPE.

XXXIII - ÍNDICE DE CUSTO BENEFÍCIO - ICB: valor calculado pelo SISTEMA, expresso em Reais por megawatt-hora (R$/MWh), que se constituirá no PREÇO DE LANCE para OFERTAS TERMO;

XXXIV - LANCE: ato praticado pelo EMPREENDEDOR ou PROPONENTE VENDEDOR que consiste na oferta de:

a) preço, durante a PRIMEIRA FASE;

b) quantidade de LOTES, na ETAPA INICIAL DA SEGUNDA FASE;

c) quantidade de LOTES, nas RODADAS UNIFORMES, na ETAPA TÉRMICA e na ETAPA HÍDRICA;

d) preço, na RODADA DISCRIMINATÓRIA da ETAPA HÍDRICA;

e) RECEITA FIXA, na RODADA DISCRIMINATÓRIA da ETAPA TÉRMICA;

f) quantidade de LOTES e RECEITA FIXA ao PREÇO CORRENTE, durante o TEMPO DE AJUSTE DE OFERTA para o PRODUTO de fonte termoelétrica; e

g) quantidade de LOTES ao PREÇO CORRENTE, durante o TEMPO DE AJUSTE DE OFERTA para o PRODUTO de fonte hidroelétrica.

XXXV - LANCE VÁLIDO: LANCE aceito pelo SISTEMA;

XXXVI - LASTRO PARA VENDA: montante de energia disponível, limitado à garantia física, à ENERGIA HABILITADA e à GARANTIA aportada, para venda em LEILÃO, em LOTES, associado a um EMPREENDIMENTO que esteja habilitado;

XXXVII - LEILÃO: processo licitatório para compra de energia elétrica, regido pelo EDITAL e seus documentos correlatos;

XXXVIII - LOTE: montante de energia elétrica igual a 1,0 MW médio, que representa a menor parcela de um PRODUTO;

XXXIX - LOTE ATENDIDO: LOTE que está associado ao atendimento da QUANTIDADE DEMANDADA DO PRODUTO na SEGUNDA FASE;

XL - LOTE EXCLUÍDO: LOTE retirado da competição pelo SISTEMA ou por decisão do PROPONENTE VENDEDOR;

XLI - LOTE NÃO ATENDIDO: LOTE que, no decorrer da SEGUNDA FASE, se enquadre em ao menos uma das seguintes condições:

a) estar associado a um PREÇO DE LANCE superior ao PREÇO CORRENTE;

b) que exceda à QUANTIDADE DEMANDADA do PRODUTO.

XLII - NEGOCIAÇÃO SUSPENSA: período em que as negociações de um ou ambos os PRODUTOS ficam temporariamente paralisadas;

XLIII - NOVO EMPREENDIMENTO: EMPREENDIMENTO que até a data de publicação do EDITAL não seja detentor de concessão, autorização ou permissão, ou que seja parte de EMPREENDIMENTO existente que venha a ser objeto de ampliação, restrito ao acréscimo da sua capacidade instalada;

XLIV - OFERTA DE REFERÊNCIA: quantidade de LOTES calculada pelo SISTEMA a partir do FATOR DE REFERÊNCIA a ser aplicado à QUANTIDADE DEMANDADA de cada um dos PRODUTOS;

XLV - OFERTA HIDRO: oferta de energia elétrica proveniente de EMPREENDIMENTOS de geração hidroelétrica;

XLVI - OFERTA TERMO: oferta de energia elétrica proveniente de EMPREENDIMENTOS de geração termoelétrica;

XLVII - OUTRO EMPREENDIMENTO: empreendimento habilitado pela ANEEL a participar do LEILÃO, em decorrência do art. 17 da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004 e art. 22 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004;

XLVIII - OUTRO EMPREENDIMENTO COM UBP: OUTRO EMPREENDIMENTO, cuja concessão tenha sido resultante de licitação em que tenha sido observado o critério do máximo pagamento pelo Uso do Bem Público - UBP;

XLIX - OUTRO PRODUTO: PRODUTO complementar ao PRODUTO BASE para cálculo da QUANTIDADE DEMANDADA de ambos os PRODUTOS;

L - PARÂMETROS DE DEMANDA: parâmetros inseridos pelo REPRESENTANTE DO MME para comparação a ser realizada pelo SISTEMA para definição da QUANTIDADE DEMANDADA dos PRODUTOS;

LI - PARTICIPANTES: são os COMPRADORES, EMPREENDEDORES e os PROPONENTES VENDEDORES;

LII - PERCENTUAL MÍNIMO: percentagem mínima da garantia física do NOVO EMPREENDIMENTO de fonte hidroelétrica a ser destinada ao ACR por indicação da EPE e aprovado pelo MME, inserida no SISTEMA pelo REPRESENTANTE DO MME;

LIII - PREÇO CORRENTE: valor, expresso em Reais por megawatt-hora (R$/MWh), calculado pelo SISTEMA, que corresponde:

a) Na PRIMEIRA FASE:

i) ao menor valor entre PREÇO DE REFERÊNCIA DO NOVO EMPREENDIMENTO para cada NOVO EMPREENDIMENTO e o PREÇO TETO DO PRODUTO HIDRO a ser licitado na ETAPA INICIAL DA PRIMEIRA FASE;

ii) ao menor PREÇO DE LANCE do NOVO EMPREENDIMENTO, na ETAPA CONTÍNUA DA PRIMEIRA FASE;

b) Na SEGUNDA FASE:

i) ao PREÇO INICIAL DA SEGUNDA FASE de cada PRODUTO na ETAPA INICIAL DA SEGUNDA FASE;

ii) ao PREÇO DE LANCE da RODADA anterior no período de RODADAS UNIFORMES;

iii) ao preço associado ao LANCE que completa o atendimento à totalidade da QUANTIDADE DEMANDADA de um PRODUTO na RODADA DISCRIMINATÓRIA;

LIV - PREÇO INICIAL DA PRIMEIRA FASE: menor valor entre o PREÇO TETO DO PRODUTO HIDRO e o PREÇO DE REFERÊNCIA DO NOVO EMPREENDIMENTO, expresso em Reais por megawatt-hora (R$/MWh), que será o PREÇO DE LANCE inicial para à disputa do DIREITO DE PARTICIPAÇÃO de cada NOVO EMPREENDIMENTO de fonte hidroelétrica que será licitado na PRIMEIRA FASE;

LV - PREÇO INICIAL DA SEGUNDA FASE: valor, expresso em Reais por megawatt-hora (R$/MWh), que corresponde:

a) Para o PRODUTO de fonte hidroelétrica: ao menor valor entre o PREÇO TETO DO PRODUTO HIDRO e o maior PREÇO DE LANCE dos EMPREENDEDORES que detiveram o DIREITO DE PARTICIPAÇÃO;

b) Para o PRODUTO de fonte termoelétrica: ao PREÇO TETO DO PRODUTO TERMO;

LVI - PREÇO DE LANCE: valor, expresso em Reais por megawatt-hora (R$/MWh), que deverá ser:

a) igual ou inferior ao menor valor entre PREÇO DE REFERÊNCIA DO NOVO EMPREENDIMENTO e o PREÇO TETO DO PRODUTO HIDRO, na ETAPA INICIAL DA PRIMEIRA FASE;

b) igual ou inferior ao PREÇO CORRENTE subtraído do DECREMENTO MÍNIMO DA PRIMEIRA FASE, na ETAPA CONTÍNUA DA PRIMEIRA FASE;

c) igual ao PREÇO CORRENTE da RODADA anterior subtraído do DECREMENTO DA SEGUNDA FASE nas RODADAS UNIFORMES;

d) igual ao PREÇO CORRENTE no TEMPO DE AJUSTE DE OFERTA da SEGUNDA FASE;

e) igual ou inferior ao PREÇO CORRENTE na RODADA DISCRIMINATÓRIA da SEGUNDA FASE;

LVII - PREÇO DE VENDA CORRENTE: valor, expresso em Reais por megawatt-hora (R$/MWh), calculado pelo SISTEMA para OUTRO EMPREENDIMENTO COM UBP;

LVIII - PREÇO DE VENDA FINAL: é o valor, expresso em Reais por megawatt-hora (R$/MWh), que constará nas cláusulas comerciais dos CCEARs;

LIX - PREÇO DE REFERÊNCIA DO NOVO EMPREENDIMENTO: valor máximo, de cada NOVO EMPREENDIMENTO de fonte hidroelétrica a ser licitado na PRIMEIRA FASE, o qual será divulgado pelo MME previamente à realização do LEILÃO. Será calculado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE e expresso em Reais por megawatt-hora (R$/MWh);

LX - PREÇO TETO DO PRODUTO HIDRO: valor limite, expresso em Reais por megawatt-hora (R$/MWh), para submissão de LANCE pelos EMPREENDEDORES na PRIMEIRA FASE, a ser divulgado pelo MME previamente à realização do LEILÃO;

LXI - PREÇO TETO DO PRODUTO TERMO: valor máximo, expresso em Reais por megawatt-hora (R$/MWh) para submissão de LANCE pelos PROPONENTES VENDEDORES no PRODUTO de fonte termoelétrica, a ser divulgado pelo MME previamente à realização do LEILÃO;

LXII - PRIMEIRA FASE: fase do LEILÃO onde será definido o DIREITO DE PARTICIPAÇÃO dos NOVOS EMPREENDIMENTOS de fonte hidroelétrica licitados que disputam outorga de concessão;

LXIII - PRODUTO: conjunto de LOTES que serão objeto de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR's com mesma natureza de fonte;

LXIV - PRODUTO BASE: PRODUTO eleito pelo MME que servirá de base para cálculo da QUANTIDADE DEMANDADA de ambos os PRODUTOS;

LXV - PROPONENTE VENDEDOR: PARTICIPANTE habilitado a ofertar energia elétrica na SEGUNDA FASE do LEILÃO;

LXVI - QUANTIDADE DECLARADA: montante de energia elétrica, expresso em número de LOTES, individualizado por COMPRADOR, nos termos das DECLARAÇÕES;

LXVII - QUANTIDADE DEMANDADA: montante de energia elétrica, expresso em números de LOTES que se pretende adquirir para cada PRODUTO, calculado pelo SISTEMA, a partir da QUANTIDADE TOTAL DECLARADA, levando em consideração as ofertas resultantes da ETAPA INICIAL DA SEGUNDA FASE e os PARÂMETROS DE DEMANDA;

LXVIII - QUANTIDADE TOTAL DECLARADA: somatório das QUANTIDADES DECLARADAS;

LXIX - QUANTIDADE TOTAL DEMANDADA: somatório das QUANTIDADES DEMANDADAS;

LXX - QUANTIDADE TOTAL OFERTADA: somatório de todos os LOTES de LANCES VÁLIDOS ofertados na ETAPA INICIAL DA SEGUNDA FASE;

LXXI - RATIFICAÇÃO DE LANCE: período previamente definido para que o OUTRO EMPREENDIMENTO COM UBP ratifique o seu LANCE, toda vez que a alteração do CUSTO MARGINAL CORRENTE diminuir seu PREÇO DE VENDA CORRENTE, durante a SEGUNDA FASE;

LXXII - RECEITA FIXA - RF: valor, expresso em Reais por ano (R$/ano), inserido pelo PROPONENTE VENDEDOR quando da submissão de LANCE de OFERTA TERMO;

LXXIII - REPRESENTANTE DO MME: pessoa(s) indicada(s) pelo MME;

LXXIV - RODADA: período para submissão de LANCES pelos PROPONENTES VENDEDORES e para processamento pelo SISTEMA;

LXXV - RODADAS UNIFORMES: período para submissão de LANCES pelos PROPONENTES VENDEDORES ao PREÇO DE LANCE, tanto na ETAPA TÉRMICA quanto na ETAPA HÍDRICA;

LXXVI - RODADA DISCRIMINATÓRIA: período para submissão de LANCES pelos PROPONENTES VENDEDORES para quantidades de LOTES definidas ao término das RODADAS UNIFORMES tanto na ETAPA TÉRMICA quanto na ETAPA HÍDRICA;

LXXVII - SEGUNDA FASE: fase onde serão definidos todos os VENDEDORES do LEILÃO;

LXXVIII - SISTEMA: sistema eletrônico utilizado para a realização do LEILÃO, mediante o emprego de recursos de tecnologia da informação e disponibilizado pela rede mundial de computadores - Internet;

LXXIX - TEMPO DE AJUSTE DE OFERTA: período previamente definido para a inserção de novos LANCES, com PREÇO DE LANCE igual ao PREÇO CORRENTE, que poderá ocorrer durante a SEGUNDA FASE nas seguintes hipóteses:

a) para o PRODUTO de fonte hidroelétrica, quando não houver RATIFICAÇÃO DO LANCE por OUTRO EMPREENDIMENTO COM UBP após a RODADA DISCRIMINATÓRIA da ETAPA HÍDRICA; e

b) para o PRODUTO de fonte termoelétrica, quando:

i) a QUANTIDADE DEMANDADA do PRODUTO de fonte hidroelétrica não for totalmente atendida após o decurso do período estabelecido na alínea “a”; ou

ii) não houver RATIFICAÇÃO DO LANCE por OUTRO EMPREENDIMENTO COM UBP após a RODADA DISCRIMINATÓRIA da ETAPA TÉRMICA;

LXXX - TEMPO PARA INSERÇÃO DE LANCE: período máximo durante o qual os PROPONENTES VENDEDORES poderão submeter os seus LANCES para validação pelo SISTEMA em cada fase do LEILÃO;

LXXXI - UBP: Valor a ser pago pelo uso do bem público licitado;

LXXXII - VALOR ESPERADO DO CUSTO ECONÔMICO DE CURTO PRAZO - CEC: valor, expresso em Reais por ano (R$/ano), calculado pela EPE, correspondente ao custo econômico no mercado de curto prazo, resultante das diferenças mensais apuradas entre o despacho efetivo da usina e sua garantia física, para este efeito considerada totalmente contratada. Corresponde ao valor esperado acumulado das liquidações do mercado de curto prazo, feitas com base no Custo Marginal de Operação - CMO, sem os limites de piso e teto impostos ao Preço de Liquidação de Diferença - PLD. Esse

valor também é função do nível de inflexibilidade do despacho da usina e do CUSTO VARIÁVEL UNITÁRIO;

LXXXIII - VALOR ESPERADO DO CUSTO DE OPERAÇÃO - COP: valor, expresso em Reais por ano (R$/ano), calculado pela EPE, correspondente ao CUSTO VARIÁVEL UNITÁRIO multiplicado pela diferença entre a geração da usina termoelétrica em cada mês, para cada possível cenário, e a inflexibilidade mensal da usina termoelétrica, multiplicado pelo número de horas do mês em questão; e

LXXXIV - VENDEDOR: EMPREENDEDOR e PROPONENTE VENDEDOR que tenha energia negociada no LEILÃO.

2 - CARACTERÍSTICAS DO LEILÃO:

2.1. O LEILÃO será realizado via SISTEMA, mediante o emprego de recursos de tecnologia da informação e comunicação via rede mundial de computadores - Internet.

2.2. São de responsabilidade exclusiva dos representantes dos EMPREENDEDORES e PROPONENTES VENDEDORES a alocação e a manutenção dos meios necessários para a conexão, o acesso ao SISTEMA e a participação no LEILÃO, incluindo, mas não se limitando, meios alternativos de conexão e acesso por diferentes localidades.

2.3. O LEILÃO será composto de duas fases, as quais se subdividem da seguinte forma:

a) PRIMEIRA FASE:

i) ETAPA INICIAL DA PRIMEIRA FASE: na qual os EMPREENDEDORES poderão submeter um único LANCE, para cada EMPREENDIMENTO, com PREÇO DE LANCE igual ou inferior ao PREÇO INICIAL DA PRIMEIRA FASE; e

ii) ETAPA CONTÍNUA DA PRIMEIRA FASE: na qual os EMPREENDEDORES que ofertaram os dois menores PREÇOS DE LANCE poderão submeter novos LANCES;

b) SEGUNDA FASE:

i) ETAPA INICIAL DA SEGUNDA FASE: etapa na qual os PROPONENTES VENDEDORES de ambos os PRODUTOS submeterão simultaneamente seus LANCES com quantidade de LOTES associada ao PREÇO INICIAL DA SEGUNDA FASE de cada PRODUTO;

ii) ETAPA TÉRMICA, dividida da seguinte forma:

ii.a) RODADAS UNIFORMES: período iniciado após a ETAPA INICIAL DA SEGUNDA FASE, onde há, em cada RODADA, submissão de LANCES dos EMPREENDIMENTOS de fonte termoelétrica com quantidades associadas ao PREÇO DE LANCE;

ii.b) RODADA DISCRIMINATÓRIA: período iniciado após as RODADAS UNIFORMES da ETAPA TÉRMICA onde há submissão de um único LANCE com PREÇO DE LANCE associado à quantidade de LOTES classificada para essa ETAPA;

iii) ETAPA HÍDRICA, dividida da seguinte forma:

iii.a) RODADAS UNIFORMES: período iniciado após a RODADA DISCRIMINATÓRIA da ETAPA TÉRMICA, onde há, em cada RODADA, submissão de LANCES dos EMPREENDIMENTOS de fonte hidroelétrica com quantidades associadas ao PREÇO DE LANCE; e

iii.b) RODADA DISCRIMINATÓRIA: período iniciado após as RODADAS UNIFORMES da ETAPA HÍDRICA, onde há submissão de um único LANCE com PREÇO DE LANCE associado à quantidade de LOTES classificada para essa ETAPA.

2.4. Compete à EPE, para os EMPREENDIMENTOS termoelétricos:

a) utilizar, para o cálculo do Custo de Operação - COP e do Custo Econômico de Curto Prazo - CEC, os mesmos dados informados pelos agentes para o cálculo da garantia física;

b) disponibilizar, para conhecimento dos PROPONENTES VENDEDORES, os valores de Custo Marginal de Operação que serviram de base para cálculo do COP e do CEC; e

c) disponibilizar, para cada um dos PROPONENTES VENDEDORES, os seus respectivos valores de COP e CEC.

2.5. Todos os dados inseridos e fornecidos deverão ser auditáveis.

2.6. Iniciado o LEILÃO, não haverá prazo para o seu encerramento.

2.7. O LEILÃO poderá ser temporariamente suspenso em decorrência de fatos supervenientes, a critério da ENTIDADE COORDENADORA.

2.8. A ENTIDADE COORDENADORA poderá alterar o período de duração de qualquer dos tempos definidos no decorrer do LEILÃO, mediante comunicação via SISTEMA aos EMPREENDEDORES e PROPONENTES VENDEDORES.

2.9. O SISTEMA disponibilizará os seguintes PRODUTOS:

a) H-30: energia elétrica proveniente de fonte hidroelétrica, objeto de CCEAR com o início do suprimento a partir de 1º de janeiro de 2011 e com prazo de duração de trinta anos; e

b) T-15: energia elétrica proveniente de fonte termoelétrica, objeto de CCEAR com início de suprimento a partir de 1º de janeiro de 2011 e com prazo de duração de quinze anos.

2.10. Durante o LEILÃO o LANCE deverá conter as seguintes informações:

a) Na PRIMEIRA FASE:

i) identificação do EMPREENDEDOR;

ii) identificação do EMPREENDIMENTO; e

iii) PREÇO DE LANCE;

b) Na SEGUNDA FASE:

i) identificação do EMPREENDIMENTO;

ii) quantidade de LOTES;

iii) PREÇO DE LANCE para EMPREENDIMENTOS de fonte hidroelétrica durante a RODADA DISCRIMINATÓRIA da ETAPA HÍDRICA; e

iv) RECEITA FIXA para os EMPREENDIMENTOS de fonte termoelétrica durante a RODADA DISCRIMINATÓRIA TÉRMICA e o TEMPO DE AJUSTE DE OFERTA para o PRODUTO de fonte termoelétrica.

2.11. Para cada EMPREENDIMENTO, o somatório dos LOTES ofertados deverá respeitar, cumulativamente, o limite máximo correspondente:

a) ao LASTRO PARA VENDA;

b) a quantidade de LOTES relacionada ao percentual destinado ao ACR pelos detentores de DIREITO DE PARTICIPAÇÃO ao término da PRIMEIRA FASE; e

c) a quantidade de LOTES ofertada no LANCE anterior, a partir do segundo LANCE.

2.12. Após a inserção de LANCE relativo a uma OFERTA TERMO, durante a RODADA DISCRIMINATÓRIA da ETAPA TÉRMICA ou do TEMPO DE AJUSTE DE OFERTA para o PRODUTO de fonte termoelétrica, o SISTEMA calculará o ÍNDICE DE CUSTO BENEFÍCIO para cada LANCE, aplicando a seguinte fórmula:

$$ICB = \left[\frac{RF}{(QL * Nº\,hrs)}\right] + \left[\frac{(COP + CEC)}{(GF * Nº\,hrs)}\right]$$

Onde:

RF - RECEITA FIXA, expressa em Reais por ano (R$/ano);

QL - quantidade de LOTES ofertados;

COP - expresso em Reais por ano (R$/ano);

CEC - expresso em Reais por ano (R$/ano);

GF - garantia física, expressa em MW médio; e

Nº hrs - número de horas do ano, assumindo para cálculo da fórmula o número de 8.760.

2.13. A RECEITA FIXA, independentemente da quantidade de LOTES ofertados, é de responsabilidade exclusiva do PROPONENTE VENDEDOR e deverá abranger dentre outros: (i) custo e remuneração de investimento (taxa interna de retorno); (ii) custos de conexão ao sistema de distribuição e transmissão; (iii) custo de uso do sistema de transmissão e distribuição; (iv) custos fixos de O&M; (v) custos decorrentes do consumo de combustível e manutenção do EMPREENDIMENTO correspondentes à DECLARAÇÃO DE INFLEXIBILIDADE; (vi) custos de seguro e garantias do EMPREENDIMENTO e compromissos financeiros do PROPONENTE VENDEDOR; e (vii) tributos e encargos diretos e indiretos.

2.14. Para OUTRO(S) EMPREENDIMENTO(S) COM UBP, o SISTEMA calculará durante a SEGUNDA FASE do LEILÃO o PREÇO DE VENDA CORRENTE, de acordo com as equações apresentadas abaixo:

$$PVC = \{min\,[(PL + DifUBP);CMC]\}$$

$$DifUBP = \left\{máx\left[0;\left(\frac{UBPorig - UB\,Pr\,ef}{GF * Nº\,hrs}\right)\right]\right\}$$

Onde:

CMC - CUSTO MARGINAL CORRENTE, expresso em Reais por megawatt-hora (R$/MWh);

GF - garantia física, expressa em MW médio;

PL - PREÇO DE LANCE, expresso em Reais por megawatt-hora (R$/MWh);

PVC - PREÇO DE VENDA CORRENTE, expresso em Reais por megawatt-hora (R$/MWh);

Nºhrs - número de horas do ano, assumindo para cálculo da fórmula o número de 8.760;

UBPorig - UBP efetivamente pago, decorrente da licitação original, expresso em Reais por ano (R$/ano); e

UBPref - calculada conforme Nota Técnica elaborada pela EPE, publicada pela ANEEL e expressa em Reais por ano (R$/ano).

2.15. Em caso de empate de PREÇOS DE LANCE o desempate será realizado mediante seleção randômica, exceto para os LOTES ATENDIDOS no início do TEMPO DE AJUSTE DE OFERTA.

3 - CONFIGURAÇÃO DO SISTEMA:

3.1. A ENTIDADE ORGANIZADORA inserirá no SISTEMA, antes do início do LEILÃO, os seguintes dados:

a) o PREÇO DE REFERÊNCIA DO NOVO EMPREENDIMENTO para cada NOVO EMPREENDIMENTO de fonte hidroelétrica a ser licitado na PRIMEIRA FASE e o seu respectivo PERCENTUAL MÍNIMO;

b) o PREÇO TETO DO PRODUTO HIDRO;

c) o PREÇO TETO DO PRODUTO TERMO;

d) o FATOR ALFA;

e) o PREÇO INICIAL DA SEGUNDA FASE para o PRODUTO T-15;

f) o CUSTO MARGINAL DE REFERÊNCIA;

g) as GARANTIAS aportadas pelos PARTICIPANTES, com base em informações fornecidas pelo AGENTE CUSTODIANTE;

h) o TEMPO PARA INSERÇÃO DE LANCE;

i) o tempo para RATIFICAÇÃO DE LANCE;

j) o TEMPO DE AJUSTE DE OFERTA; e

l) a duração das RODADAS.

3.2. O REPRESENTANTE DO MME inserirá no SISTEMA, antes do início do LEILÃO, os seguintes dados:

a) a ordem seqüencial de licitação dos NOVOS EMPREENDIMENTOS na PRIMEIRA FASE;

b) os parâmetros para cálculo dos DECREMENTOS MÍNIMOS DA PRIMEIRA FASE;

c) as QUANTIDADES DECLARADAS;

d) os PARÂMETROS DE DEMANDA e os FATORES DE REFERÊNCIA para cada PRODUTO;

e) os parâmetros para cálculo do DECREMENTO DA SEGUNDA FASE para cada PRODUTO;

f) o VALOR ESPERADO DO CUSTO ECONÔMICO DE CURTO PRAZO-CEC, por EMPREENDIMENTO de fonte termoelétrica; e

g) o VALOR ESPERADO DO CUSTO DE OPERAÇÃO-COP, por EMPREENDIMENTO de fonte termoelétrica.

3.3. O representante da ENTIDADE COORDENADORA inserirá no SISTEMA, antes do início do LEILÃO, os seguintes dados:

a) os valores correspondentes à garantia física (em MW médio) de cada EMPREENDIMENTO;

b) os valores correspondentes à ENERGIA HABILITADA (em LOTES) de cada EMPREENDIMENTO; e

c) o valor atualizado do UBP para OUTROS EMPREENDIMENTOS COM UBP.

3.4. Das informações inseridas no SISTEMA, serão disponibilizadas:

a) aos EMPREENDEDORES:

i) os LASTROS PARA VENDA do NOVO EMPREENDIMENTO de fonte hidroelétrica licitado;

ii) o DECREMENTO MÍNIMO DA PRIMEIRA FASE para o PREÇO CORRENTE atual;

iii) o PREÇO INICIAL DA PRIMEIRA FASE;

iv) o PREÇO CORRENTE do EMPREENDIMENTO em licitação.

b) aos PROPONENTES VENDEDORES:

i) os LASTROS PARA VENDA dos seus respectivos EMPREENDIMENTOS pré-qualificados;

ii) o seu respectivo CEC, para EMPREENDIMENTOS termoelétricos;

iii) o seu respectivo COP, para EMPREENDIMENTOS termoelétricos;

iv) o DECREMENTO DA SEGUNDA FASE;

v) o PREÇO INICIAL de cada PRODUTO na ETAPA INICIAL da SEGUNDA FASE; e

vi) o PREÇO CORRENTE de cada PRODUTO.

4 - PRIMEIRA FASE - DIREITO DE PARTICIPAÇÃO:

4.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS:

4.1.1. Na PRIMEIRA FASE do LEILÃO concorrerão EMPREENDEDORES interessados em obter a concessão para construção e exploração de NOVOS EMPREENDIMENTOS de fonte hidroelétrica; e

4.1.2. Os NOVOS EMPREENDIMENTOS de fonte hidroelétrica serão licitados individual e seqüencialmente, na ordem indicada pelo MME.

4.2. ETAPA INICIAL DA PRIMEIRA FASE:

4.2.1 Nesta etapa os EMPREENDEDORES ofertarão um único LANCE para o NOVO EMPREENDIMENTO de fonte hidroelétrica licitado, contendo o PREÇO DE LANCE, o qual deverá ser menor ou igual ao PREÇO INICIAL DA PRIMEIRA FASE para o EMPREENDIMENTO;

4.2.2. Cada EMPREENDEDOR poderá ofertar LANCE para os NOVOS EMPREENDIMENTOS de fonte hidroelétrica nos quais estiver interessado, na medida em que forem licitados, observado o estabelecido no item 4.2.3;

4.2.3. Somente poderão participar da disputa pelo DIREITO DE PARTICIPAÇÃO para cada NOVO EMPREENDIMENTO, os EMPREENDEDORES que possuírem saldo de GARANTIA DA PROPOSTA superior ou igual à GARANTIA DA PROPOSTA exigida para esse NOVO EMPREENDIMENTO de fonte hidroelétrica. Caso contrário, o SISTEMA informará ao EMPREENDEDOR que este não se encontra pré-qualificado;

4.2.4. Um NOVO EMPREENDIMENTO de fonte hidroelétrica não poderá ser disputado por:

a) dois ou mais consórcios que tenham em sua composição uma mesma empresa; ou

b) EMPREENDEDOR, quando estiver atuando isoladamente e, concomitantemente, em consórcio(s) do(s) qual(is) seja integrante;

4.2.5. Ao final da ETAPA INICIAL DA PRIMEIRA FASE, o SISTEMA procederá da seguinte forma:

a) declarará detentor do DIREITO DE PARTICIPAÇÃO o EMPREENDEDOR que oferecer o menor PREÇO DE LANCE para o NOVO EMPREENDIMENTO de fonte hidroelétrica, se a diferença para o segundo menor PREÇO DE LANCE for igual ou superior a 5% (cinco por cento) de seu PREÇO DE LANCE; ou

b) iniciará a ETAPA CONTÍNUA DA PRIMEIRA FASE, se a diferença entre os dois menores PREÇOS DE LANCE for inferior a 5% (cinco por cento) do menor PREÇO DE LANCE.

4.3. ETAPA CONTÍNUA DA PRIMEIRA FASE:

4.3.1. Participarão da ETAPA CONTÍNUA DA PRIMEIRA FASE, para cada NOVO EMPREENDIMENTO de fonte hidroelétrica, os dois EMPREENDEDORES que ofertaram os dois menores PREÇOS DE LANCE ou mais de dois EMPREENDEDORES se houver empate nesses PREÇOS DE LANCE;

4.3.2. Para cada NOVO EMPREENDIMENTO de fonte hidroelétrica será observado o seguinte:

a) O PREÇO CORRENTE inicial da ETAPA CONTÍNUA DA PRIMEIRA FASE será o menor PREÇO DE LANCE da ETAPA INICIAL DA PRIMEIRA FASE; e

b) Cada EMPREENDEDOR poderá ofertar LANCE com PREÇO DE LANCE igual ou inferior ao PREÇO CORRENTE, subtraído o DECREMENTO MÍNIMO DA PRIMEIRA FASE, que passará a ser o novo PREÇO CORRENTE;

4.3.3. Esta etapa será encerrada após o decurso do TEMPO PARA INSERÇÃO DE LANCE sem que haja alteração do PREÇO CORRENTE;

4.3.4. Será declarado como detentor do DIREITO DE PARTICIPAÇÃO o EMPREENDEDOR que oferecer o PREÇO DE LANCE correspondente ao último PREÇO CORRENTE para cada NOVO EMPREENDIMENTO de fonte hidroelétrica;

4.3.5. Para atendimento ao disposto no art. 21 do Decreto nº 5.163, de 2004, o EMPREENDEDOR detentor do DIREITO DE PARTICIPAÇÃO declarará, de forma irrevogável e irretratável, a fração da energia assegurada do NOVO EMPREENDIMENTO de fonte hidroelétrica a ser destinada ao ACR, respeitado o PERCENTUAL MÍNIMO, independentemente do cronograma de entrada em operação de suas unidades geradoras; e

4.3.6. O EMPREENDEDOR detentor do DIREITO DE PARTICIPAÇÃO passará a ser considerado como PROPONENTE VENDEDOR desse NOVO EMPREENDIMENTO de fonte hidroelétrica na SEGUNDA FASE do LEILÃO com a totalidade de LOTES correspondente à fração destinada ao ACR.

5 - SEGUNDA FASE:

5.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS:

5.1.1. Durante toda a SEGUNDA FASE, o LANCE corresponderá a uma quantidade de LOTES igual ou inferior ao seu LASTRO PARA VENDA, exceto para o NOVO EMPREENDIMENTO de fonte hidroelétrica que corresponderá a totalidade dos LOTES destinados ao ACR; e

5.1.2. Os LOTES não ofertados serão considerados como LOTES EXCLUÍDOS e não poderão ser submetidos em LANCES nas etapas seguintes.

5.2. ETAPA INICIAL DA SEGUNDA FASE:

5.2.1. Essa ETAPA consiste na submissão simultânea de quantidades de LOTES associadas ao PREÇO INICIAL DA SEGUNDA FASE para cada PRODUTO;

5.2.2. Os PROPONENTES VENDEDORES poderão submeter um único LANCE por EMPREENDIMENTO;

5.2.3. O PREÇO INICIAL DA SEGUNDA FASE corresponderá:

a) para o PRODUTO de fonte hidroelétrica, ao menor valor entre o PREÇO TETO DO PRODUTO HIDRO e o maior PREÇO DE LANCE dos EMPREENDEDORES que detiveram o DIREITO DE PARTICIPAÇÃO; e

b) para o PRODUTO de fonte termoelétrica, ao PREÇO TETO DO PRODUTO TERMO;

5.2.4. Caso não haja EMPREENDEDOR que tenha assegurado o DIREITO DE PARTICIPAÇÃO ao término da PRIMEIRA FASE, o PREÇO INICIAL DA SEGUNDA FASE do PRODUTO de fonte hidroelétrica será o PREÇO TETO DO PRODUTO HIDRO;

5.2.5. Ao final do TEMPO PARA INSERÇÃO DE LANCE, caso a QUANTIDADE TOTAL OFERTADA seja igual ou inferior à QUANTIDADE TOTAL DECLARADA, o SISTEMA encerrará o LEILÃO, observando o seguinte:

a) se não houver LANCES para o PRODUTO de fonte termoelétrica, atualizará o CUSTO MARGINAL CORRENTE e, caso haja redução no PREÇO DE VENDA CORRENTE dos OUTROS EMPREENDIMENTOS COM UBP, será iniciado o processo de RATIFICAÇÃO DE LANCE para o(s) EMPREENDIMENTO(S) impactados; ou

b) solicitará ao PROPONENTE VENDEDOR do PRODUTO de fonte termoelétrica que informe a sua RECEITA FIXA;

5.2.6. Caso a QUANTIDADE TOTAL OFERTADA seja superior a QUANTIDADE TOTAL DECLARADA, o SISTEMA calculará a QUANTIDADE DEMANDADA por PRODUTO e as OFERTAS DE REFERÊNCIA de cada PRODUTO, da seguinte forma:

a) Cálculo do fator de divisão:

$$(1)\ FATDIV = \min\left[\frac{(QOB + QOOP)}{QTDEC}; PDEM\right]$$

b) Cálculo da QUANTIDADE DEMANDADA por PRODUTO:

SE

$$(2)\ \left\{QTDEC - \left[\min\left(\frac{QOB}{FATDIV}\right); QTDEC * (1 - PDMOP)\right]\right\} < \left(\frac{QOOP}{FATDIV}\right)$$

ENTÃO

$$(3)\ QDB = \min\left[\frac{QOB}{FATDIV}; QTDEC * (1 - PDMOP)\right]$$

$$(4)\ QDOP = QTDEC - QDB$$

SENÃO

$$(5)\ QDOP = \frac{QOOP}{FATDIV}$$

$$(6)\ QDB = QTDEC - QDOP$$

c) Cálculo da OFERTA DE REFERÊNCIA:

$$(7)\ ORB = QDB * FRB$$

$$(8)\ OROP = QDOP * FROP$$

Onde:

FATDIV = fator de divisão, expresso em número racional positivo truncado na terceira casa decimal;

FRB = FATOR DE REFERÊNCIA do PRODUTO BASE;

FROP = FATOR DE REFERÊNCIA do OUTRO PRODUTO;

ORB = OFERTA DE REFERÊNCIA do PRODUTO BASE;

OROP = OFERTA DE REFERÊNCIA do OUTRO PRODUTO;

QOB = Quantidade Ofertada no PRODUTO BASE, expressa em LOTES;

PDEM = PARÂMETRO DE DEMANDA para o PRODUTO BASE, expresso em número racional positivo com três casas decimais;

PDMOP = PARÂMETRO DE DEMANDA para o OUTRO PRODUTO, expresso em número racional positivo com três casas decimais;

QDB = QUANTIDADE DEMANDADA do PRODUTO BASE, expressa em LOTES;

QDOP = QUANTIDADE DEMANDADA do OUTRO PRODUTO, expressa em LOTES;

QOOP = Quantidade Ofertada do OUTRO PRODUTO, expressa em LOTES;

QTDEC = QUANTIDADE TOTAL DECLARADA, expressa em LOTES;

5.2.7. Caso não haja oferta em um dos dois PRODUTOS, o SISTEMA procederá da seguinte forma com relação ao PRODUTO remanescente:

(9) QDB=QTDEC

(10) ORB=FRB*QDB

Onde:

FRB= FATOR DE REFERÊNCIA do PRODUTO remanescente;

ORB= OFERTA DE REFERÊNCIA do PRODUTO remanescente;

QDB= Quantidade Demandada para o PRODUTO remanescente, expressa em LOTES;

QTDEC = QUANTIDADE TOTAL DECLARADA, expressa em LOTES;

5.2.8. Na ocorrência da hipótese prevista no item 5.2.7, o SISTEMA iniciará imediatamente:

a) a ETAPA HÍDRICA, se o PRODUTO remanescente for de fonte hidroelétrica; ou

b) a ETAPA TÉRMICA, se o PRODUTO remanescente for de fonte termoelétrica;

5.2.9. Após a conclusão do previsto no item 5.2.8, o SISTEMA encerrará o LEILÃO.

5.3. ETAPA TÉRMICA - RODADAS UNIFORMES:

5.3.1. Após o cálculo da QUANTIDADE DEMANDADA e da OFERTA DE REFERÊNCIA do PRODUTO de fonte termoelétrica, conforme previsto no item 5.2.6, o SISTEMA dará início às RODADAS UNIFORMES da ETAPA TÉRMICA;

5.3.2. Durante as RODADAS UNIFORMES da ETAPA TÉRMICA a negociação do PRODUTO de fonte hidroelétrica ficará suspensa;

5.3.3. Para cada RODADA, o SISTEMA disponibilizará o PREÇO DE LANCE e dará início ao TEMPO PARA INSERÇÃO DE LANCE;

5.3.4. Cada RODADA será encerrada por decurso do TEMPO PARA INSERÇÃO DE LANCE ou em 1 (um) minuto após todos os PROPONENTES VENDEDORES confirmarem seus LANCES, o que ocorrer primeiro;

5.3.5. Encerrada a RODADA, o SISTEMA comparará a quantidade ofertada do PRODUTO de fonte termoelétrica com a OFERTA DE REFERÊNCIA, resultando em uma das seguintes situações:

a) se a quantidade ofertada do PRODUTO for maior ou igual a OFERTA DE REFERÊNCIA do PRODUTO, o SISTEMA iniciará uma nova RODADA, procedendo conforme item 5.3.6; ou

b) se a quantidade ofertada do PRODUTO for menor que a OFERTA DE REFERÊNCIA do PRODUTO, o SISTEMA concluirá as RODADAS UNIFORMES, dando início à RODADA DISCRIMINATÓRIA, conforme item 5.3.7;

5.3.6. Enquanto perdurar o previsto na alínea "a" do item 5.3.5, a etapa continuará com RODADAS UNIFORMES, sendo que o novo PREÇO DE LANCE será calculado mediante a aplicação do DECREMENTO DA SEGUNDA FASE sobre o PREÇO DE LANCE da RODADA anterior;

5.3.7. Na ocorrência da alínea "b" do item 5.3.5, o SISTEMA retornará à RODADA anterior, resgatando os LANCES VÁLIDOS daquela RODADA, para iniciar a RODADA DISCRIMINATÓRIA da ETAPA TÉRMICA.

5.4. ETAPA TÉRMICA - RODADA DISCRIMINATÓRIA:

5.4.1. Na RODADA DISCRIMINATÓRIA, os PROPONENTES VENDEDORES deverão submeter LANCE para a quantidade de LOTES ofertada na penúltima RODADA UNIFORME da ETAPA TÉRMICA, limitado ao último PREÇO CORRENTE, ou seja, o PREÇO DE LANCE da penúltima RODADA UNIFORME da ETAPA TÉRMICA;

5.4.2. Caso um PROPONENTE VENDEDOR não submeta LANCE nessa etapa, o SISTEMA considerará como LANCE VÁLIDO a totalidade dos LOTES da penúltima RODADA da RODADA UNIFORME da ETAPA TÉRMICA ao PREÇO DE LANCE dessa etapa;

5.4.3. Após a submissão dos LANCES, o SISTEMA os ordenará por ordem crescente de PREÇO DE LANCE e classificará os LOTES associados como LOTES ATENDIDOS ou LOTES NÃO ATENDIDOS, com base na QUANTIDADE DEMANDADA do PRODUTO;

5.4.4. Os LOTES relativos ao LANCE que complete a QUANTIDADE DEMANDADA do PRODUTO serão:

a) integralmente classificados como LOTES ATENDIDOS, para ofertas relativas a um NOVO EMPREENDIMENTO ou a um OUTRO EMPREENDIMENTO que não tenha iniciado o processo de comissionamento até a data de publicação desta Sistemática, mesmo que isso faça com que a quantidade de LOTES ATENDIDOS ultrapasse a QUANTIDADE DEMANDADA para o PRODUTO; ou

b) classificados como LOTES ATENDIDOS, no montante exato para que a QUANTIDADE TOTAL OFERTADA seja igual à QUANTIDADE DEMANDADA, para ofertas relativas a OUTROS EMPREENDIMENTOS que já tenham iniciado o processo de comissionamento até a data de publicação desta Sistemática;

5.4.5. Essa RODADA será finalizada por decurso do tempo para inserção de LANCE;

5.4.6. Caso o PREÇO CORRENTE do PRODUTO de fonte termoelétrica for o CUSTO MARGINAL CORRENTE do LEILÃO e afetar o PREÇO DE VENDA CORRENTE de algum OUTRO EMPREENDIMENTO COM UBP, será iniciado o processo de RATIFICAÇÃO DE LANCE, conforme o item 5.7;

5.4.7. A negociação do PRODUTO de fonte termoelétrica será encerrada ocorrendo uma das seguintes hipóteses:

a) caso o PREÇO CORRENTE do PRODUTO de fonte termoelétrica for o CUSTO MARGINAL CORRENTE do LEILÃO, mas não afetar o PREÇO DE VENDA CORRENTE de algum OUTRO EMPREENDIMENTO COM UBP;

b) se após o processo de RATIFICAÇÃO DE LANCE, conforme o item 5.7., houver a ratificação de todos os LANCES; ou

c) se após o processo de RATIFICAÇÃO DE LANCE, conforme o item 5.7., não houver a ratificação de algum dos LANCES e nem alteração na QUANTIDADE DEMANDADA do PRODUTO de fonte hidroelétrica;

5.4.8. No caso do PREÇO CORRENTE do PRODUTO de fonte termoelétrica não ser o CUSTO MARGINAL CORRENTE, o PRODUTO de fonte termoelétrica ficará com a sua NEGOCIAÇÃO SUSPENSA, aguardando eventual TEMPO DE AJUSTE DE OFERTA.

5.5. ETAPA HÍDRICA - RODADAS UNIFORMES:

5.5.1 Encerrada ou suspensa à negociação do PRODUTO de fonte termoelétrica, conforme o previsto nos itens 5.4.7 e 5.4.8, o SISTEMA iniciará a negociação do PRODUTO de fonte hidroelétrica;

5.5.2. Para cada RODADA, o SISTEMA disponibilizará o PREÇO DE LANCE e dará início ao TEMPO PARA INSERÇÃO DE LANCE;

5.5.3. Os LOTES associados ao PREÇO DE LANCE relativo ao DIREITO DE PARTICIPAÇÃO serão considerados pelo SISTEMA como LANCE VÁLIDO enquanto o seu valor for inferior ao PREÇO DE LANCE;

5.5.4. Na hipótese em que o PREÇO DE LANCE da RODADA for inferior ao PREÇO DE LANCE que assegurou o DIREITO DE PARTICIPAÇÃO de um EMPREENDIMENTO, o PROPONENTE VENDEDOR, se desejar permanecer no LEILÃO, deverá submeter LANCE;

5.5.5. Cada RODADA será encerrada por decurso do TEMPO PARA INSERÇÃO DE LANCE ou em 01 minuto após todos os PROPONENTES VENDEDORES confirmarem seus LANCES, o que ocorrer primeiro;

5.5.6. Encerrada a RODADA, o SISTEMA comparará a quantidade ofertada do PRODUTO de fonte hidroelétrica com a OFERTA DE REFERÊNCIA, resultando em uma das seguintes situações:

a) se a quantidade ofertada do PRODUTO for maior ou igual a OFERTA DE REFERÊNCIA do PRODUTO, o SISTEMA iniciará uma nova RODADA, procedendo conforme item 5.5.7; ou

b) se a quantidade ofertada do PRODUTO for menor que a OFERTA DE REFERÊNCIA do PRODUTO, o SISTEMA concluirá as RODADAS UNIFORMES, dando início à RODADA DISCRIMINATÓRIA, conforme item 5.5.8;

5.5.7. Enquanto perdurar o previsto na alínea "a" do item 5.5.6, a etapa continuará com RODADAS UNIFORMES, sendo que o novo PREÇO DE LANCE será calculado mediante a aplicação do DECREMENTO DA SEGUNDA FASE sobre o PREÇO DE LANCE da RODADA anterior; e

5.5.8. Na ocorrência da alínea "b" do item 5.5.6, o SISTEMA retornará à RODADA anterior, resgatando os LANCES VÁLIDOS daquela RODADA para iniciar a RODADA DISCRIMINATÓRIA da ETAPA HÍDRICA.

5.6. ETAPA HÍDRICA - RODADA DISCRIMINATÓRIA:

5.6.1. Na RODADA DISCRIMINATÓRIA, os PROPONENTES VENDEDORES deverão submeter LANCE para a quantidade de LOTES ofertada na penúltima RODADA UNIFORME da ETAPA HÍDRICA, limitado ao último PREÇO CORRENTE, ou seja, o PREÇO DE LANCE da penúltima RODADA UNIFORME da ETAPA HÍDRICA;

5.6.2. Caso um PROPONENTE VENDEDOR não submeta LANCE nessa etapa, o SISTEMA considerará como LANCE VÁLIDO a totalidade dos LOTES da penúltima RODADA UNIFORME da ETAPA HÍDRICA ao PREÇO DE LANCE dessa etapa;

5.6.3. Após a submissão dos LANCES, o SISTEMA os ordenará por ordem crescente de PREÇO DE LANCE e classificará os LOTES associados como LOTES ATENDIDOS ou LOTES NÃO ATENDIDOS, com base na QUANTIDADE DEMANDADA do PRODUTO;

5.6.4. Os LOTES relativos ao LANCE que complete a QUANTIDADE DEMANDADA do PRODUTO de fonte hidroelétrica serão classificados na forma prevista no item 5.4.4;

5.6.5. Essa RODADA será finalizada por decurso do TEMPO PARA INSERÇÃO DE LANCE;

5.6.6. A negociação do PRODUTO de fonte hidroelétrica será encerrada e, conseqüentemente, o LEILÃO, ocorrendo uma das seguintes hipóteses:

a) após a conclusão da RODADA DISCRIMINATÓRIA da ETAPA HÍDRICA sem alteração do PREÇO DE VENDA CORRENTE de algum OUTRO EMPREENDIMENTO COM UBP; ou

b) após a RATIFICAÇÃO DE LANCE prevista no item 5.7.

5.7. RATIFICAÇÃO DE LANCE:

5.7.1. Durante a SEGUNDA FASE, o SISTEMA verificará o CUSTO MARGINAL CORRENTE e, sempre que houver redução no PREÇO DE VENDA CORRENTE dos OUTROS EMPREENDIMENTOS COM UBP, será iniciado o processo de RATIFICAÇÃO DE LANCE;

5.7.2. Nesse processo, o OUTRO EMPREENDIMENTO COM UBP que teve o seu PREÇO DE VENDA CORRENTE reduzido poderá ratificar o novo PREÇO DE VENDA CORRENTE. Os EMPREENDIMENTOS que ratificarem seus LANCES seguem no certame e aqueles que não o fizerem serão excluídos do LEILÃO;

5.7.3. O processo para a RATIFICAÇÃO DE LANCE será encerrado pelo decurso de tempo ou em 01 minuto após todos PROPONENTES VENDEDORES impactados ratificarem os seus LANCES, o que ocorrer primeiro;

5.7.4. No caso da exclusão de LOTES em função da não RATIFICAÇÃO DE LANCE por algum OUTRO EMPREENDIMENTO COM UBP, o SISTEMA:

a) executará o AJUSTE DE DEMANDA HIDRO e o AJUSTE DE DEMANDA TERMO, entre as RODADAS UNIFORMES da ETAPA TÉRMICA;

b) executará o AJUSTE DE DEMANDA HIDRO e o AJUSTE DE DEMANDA TERMO, e iniciará, se necessário, o TEMPO DE AJUSTE DE OFERTA para o PRODUTO de fonte termoelétrica, no intervalo entre o fim da RODADA DISCRIMINATÓRIA da ETAPA TÉRMICA e o início da ETAPA HÍDRICA; e

c) aproveitará os LANCES na ordem de classificação para atendimento da QUANTIDADE TOTAL DEMANDADA após a RODADA DISCRIMINATÓRIA da ETAPA HÍDRICA, se necessário.

5.8. TEMPO DE AJUSTE DE OFERTA:

5.8.1. Na ocorrência do AJUSTE DE DEMANDA TERMO referido na alínea "b" do item 5.7.4, o SISTEMA aproveitará os LOTES ofertados ao PREÇO CORRENTE e classificados como LOTES NÃO ATENDIDOS e, se necessário abrirá o TEMPO DE AJUSTE DE OFERTA para o PRODUTO de fonte termoelétrica, permitindo que os LOTES NÃO ATENDIDOS possam ser submetidos em LANCES, ao PREÇO CORRENTE do PRODUTO de fonte termoelétrica;

5.8.2. Caso ocorra o aproveitamento de LANCES previsto na alínea "c" do item 5.7.4 e ainda assim o total dos LOTES ATENDIDOS de ambos os PRODUTOS for inferior à QUANTIDADE TOTAL DEMANDADA e houver LOTES NÃO ATENDIDOS no PRODUTO de fonte termoelétrica, o SISTEMA procederá da seguinte forma:

a) se tiver ocorrido o TEMPO DE AJUSTE DE OFERTA para o PRODUTO de fonte termoelétrica estabelecido no item 5.8.1, e houver LOTES ofertados nesse período e classificados como LOTES NÃO ATENDIDOS, o SISTEMA aproveitará estes LOTES até o limite da QUANTIDADE TOTAL DEMANDADA; ou

b) abrirá o TEMPO DE AJUSTE DE OFERTA para o PRODUTO de fonte termoelétrica para atendimento até a QUANTIDADE TOTAL DEMANDADA;

5.8.3. Esse procedimento será finalizado por decurso do TEMPO DE AJUSTE DE OFERTA; e

5.8.4. Após o último TEMPO DE AJUSTE DE OFERTA, o LEILÃO será encerrado.

6 - DA PRÉ-QUALIFICAÇÃO, ENCERRAMENTO, DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS E CELEBRAÇÃO DOS CCEAR'S:

6.1. Para os NOVOS EMPREENDIMENTOS de fonte hidroelétrica licitados na PRIMEIRA FASE em que parcela da energia assegurada for destinada ao ACL, o PREÇO DE LANCE, deverá ser diminuído de um valor destinado à modicidade tarifária do ACR conforme fórmula abaixo:

(10) V = FA. x . EA . (Pmarginal - Pofertado)

Onde:

V = é o valor a ser auferido para favorecer a modicidade tarifária;

EA = é a energia assegurada da usina em MWh/ano;

FA = é o FATOR ALFA;

x = é a fração da energia assegurada da usina destinada ao consumo próprio e à venda no ACL;

Pmarginal = é o menor valor entre o custo marginal de referência previsto no EDITAL e o custo marginal resultante do LEILÃO;

Pofertado = é o valor ofertado para a energia destinada ao ACR.

6.2 O PREÇO DE VENDA FINAL para os EMPREENDIMENTOS de fonte hidroelétrica será:

a) o valor do LANCE vencedor para OUTROS EMPREENDIMENTOS e NOVOS EMPREENDIMENTOS que não se enquadrem no item 6.1;

b) o PREÇO DE VENDA CORRENTE associado ao LANCE vencedor para OUTROS EMPREENDIMENTOS COM UBP; ou

c) o resultado obtido da diminuição de valor destinado à modicidade tarifária no PREÇO DE LANCE para os NOVOS EMPREENDIMENTOS de fonte hidroelétrica que se enquadrarem na condição prevista no item 6.1.

6.3. Os LOTES ATENDIDOS ao término do LEILÃO implicarão uma obrigação incondicional de celebração do respectivo CCEAR entre cada um dos COMPRADORES e VENDEDORES ao respectivo PREÇO DE VENDA FINAL (para OFERTAS HIDRO) ou RECEITA FIXA (para as OFERTAS TERMO), associado(a) aos LOTES ATENDIDOS, observadas as condições de pós-qualificação estabelecidas pela ANEEL.

6.4. Após o encerramento do certame o SISTEMA executará:

a) o rateio dos LOTES negociados de um EMPREENDIMENTO entre seus consorciados, de forma a determinar o montante negociado relativo a cada consorciado vencedor;

b) o rateio dos LOTES negociados por PRODUTO para fins de celebração dos respectivos CCEAR's entre cada VENDEDOR e todos os COMPRADORES na proporção dos montantes negociados e das QUANTIDADES DECLARADAS, respectivamente; e

c) para EMPREENDIMENTOS de fonte termoelétrica, o rateio da RECEITA FIXA para fins de celebração dos respectivos CCEAR's entre os COMPRADORES na proporção das QUANTIDADES DECLARADAS.

6.5. O resultado divulgado imediatamente após o certame poderá ser alterado em função do processo de pós-qualificação promovido pela ANEEL, conforme previsto no EDITAL.

6.6. A critério do VENDEDOR, o CCEAR poderá abranger todos os EMPREENDIMENTOS de um mesmo PRODUTO que estejam sob seu controle empresarial.

6.7. Os CCEAR relativos a OFERTA HIDRO serão celebrados na modalidade "quantidade de energia elétrica" e os CCEAR relativos a OFERTA TERMO serão celebrados na modalidade "disponibilidade de energia elétrica".

6.8. Relativamente à outorga de concessões e autorizações, será observado o seguinte:

a) ao VENDEDOR que detinha DIREITO DE PARTICIPAÇÃO e que efetivamente negociou sua energia na SEGUNDA FASE do LEILÃO, será outorgada a concessão pelo MME mediante assinatura dos respectivos contratos de concessão;

b) ao VENDEDOR que detinha registro na ANEEL de NOVO EMPREENDIMENTO, de fonte termoelétrica, Pequena Central Hidrelétrica, Importação ou ampliação de Empreendimento Existente e que efetivamente negociou sua energia no LEILÃO, será outorgada a autorização pelo MME, mediante a emissão do ato competente;

c) o EMPREENDEDOR que destinar parcela da energia para autoprodução poderá requerer, observado o disposto no item 6.1, a divisão da respectiva concessão em dois regimes: Autoprodução e Produção Independente de Energia; e

d) O DIREITO DE PARTICIPAÇÃO dos PROPONENTES VENDEDORES que não efetivaram negócios extinguir-se-á ao término do LEILÃO.

DESPACHOS DO MINISTRO

Em 5 de setembro de 2006

Processo DNPM nº 815.002/1996. Interessado: SETEP - Topografia e Construções Ltda. Assunto: Recurso Hierárquico interposto contra ato do Senhor Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM. Indeferimento de pedido de reconsideração apresentado contra decisão da Comissão encarregada de analisar e julgar as propostas apresentadas em decorrência de disponibilidade de área para pesquisa por força do disposto no art. 26 do Código de Mineração c/c o art. 7º da Portaria Ministerial nº 12, de 16 de janeiro de 1997. Despacho: Nos termos do Parecer CONJUR/MME nº 319/2006, que adoto como fundamento desta decisão, não conheço do recurso, por intempestivo, reconhecendo, porém, de ofício, a nulidade da decisão contida no despacho do Senhor Chefe do 11º Distrito do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, publicada no D.O.U. de 20 de setembro de 2001.

Processo DNPM nº 831.069/92-27. Interessado: Cal Ferreira Ltda. Assunto: Recurso Hierárquico interposto contra despacho do Senhor Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, que indeferiu o requerimento de concessão de lavra, fundamentado no § 4º do art. 41 do Código de Mineração. Despacho: Nos termos do Parecer CONJUR/MME nº 320/2006, que adoto como fundamento desta decisão, conheço do recuso para negar-lhe provimento. Outrossim, anulo o despacho que indeferiu o requerimento de concessão de lavra da recorrente, publicado no Diário Oficial da União de 17 de novembro de 2005, e determino a restituição do processo ao Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, para decidir quanto ao pedido de prorrogação de prazo para cumprimento de exigência, com a devida publicação.

Processos DNPM nºs 834.672/93, 834.701/93, 834.711/93. Interessado: Úrsula Paula Deroma. Assunto: Recurso hierárquico dirigido ao Ministro de Estado de Minas e Energia objetivando reverter ato do Diretor-Geral do DNPM. Despacho: Nos termos do Parecer CONJUR/MME nº 321/2006, que adoto como fundamento desta decisão, conheço do recuso e lhe dou provimento, no sentido de que seja a administrada, recorrente, notificada para apresentar a complementação do requerimento de pesquisa minerária, conforme a aplicação do conteúdo sistemático do artigo 17 do Código de Mineração conjugado com seu correspondente no Regulamento.

Processos DNPM nºs 846.166/1999, 846.240/1999, 846.016/2002, 846.021/2002, 846.022/2002, 846.090/2002, 846.099/2002, 48415.946.052/2004-11, 48415.946.049/2004-15, 48415.946.053/ 2004-11, 48415.946.047/2004 e 48415.946.048/2004. Interessado: Amaral Mineração Ltda. Assunto: Recurso Hierárquico contra decisão do Senhor Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, que indeferiu defesa apresentada nos autos de Processos Administrativos para declaração de nulidade de Alvarás de Pesquisa. Despacho: Nos termos do Parecer CONJUR/MME nº 322/2006, que adoto como fundamento desta decisão, nego provimento ao recurso apresentado por Amaral Mineração Ltda., referentes aos Alvarás de Pesquisa correspondentes aos Processos DNPM nºs 846.016/2002 e 846.021/2002, declarando, em conseqüência, nulos os Alvarás de Pesquisa nºs 5.924, de 2 de setembro de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 5 de setembro de 2002, e 6.083, de 5 de setembro de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 10 de setembro de 2002.

SILAS RONDEAU CAVALCANTE SILVA

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA
SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHOS DA SUPERINTENDENTE

Em 6 de setembro de 2006

Nº 2.064 - A Superintendente de Concessões e Autorizações de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a delegação de competências estabelecida pela Resolução Autorizativa nº 251, de 27 de junho de 2005, com base na Resolução nº 407, de 19 de outubro de 2000, e considerando o que consta do Processo nº 48500.002031/2003-52, resolve: I - Regularizar, junto à ANEEL, a alteração da capacidade instalada da UTE Caterpillar, passando de 12.774 kW e composta de 7 (sete) unidades motogeradoras de 1.825 kW cada, para 11.480 kW e constituída de 7 (duas) unidades geradoras de 1.640 kW cada, em operação comercial desde 15 de março de 2002, localizada no Município de Piracicaba, Estado de São Paulo, cuja autorização para estabelecimento foi concedida à empresa Caterpillar Brasil Ltda. pela Resolução Autorizativa nº 126, de 29 de março de 2004.

Nº 2.065 - A SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução Autorizativa nº 251, de 27 de junho de 2005, com base na Resolução n° 259, de 9 de junho de 2003, e considerando o que consta do Processo nº 48500.004038/2006-15 , resolve: I - Aprovar a planta da PCH São Domingos II, que representa as áreas de terras necessárias à implantação do canteiro de obras, área de preservação permanente e reservatório da referida Pequena Central Hidrelétrica, localizadas no Município de São Domingos, Estado de Goiás, intitulada: "Planta Planialtimétrica PCH São Domingos II", em escala 1:12.500, datada de janeiro de 2006, devidamente assinada pelo Responsável Técnico, apresentada pela empresa Santa Cruz Power Cor-

poration Usinas Hidroelétricas S.A.; II - A presente aprovação não exime a empresa Autorizada de suas responsabilidades perante o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA.

Nº 2.066 - A SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução Autorizativa nº 251, de 27 de junho de 2005, com base na Resolução n° 259, de 9 de junho de 2003, e considerando o que consta do Processo nº 48500.004367/2006-57, resolve: I - Aprovar a planta da PCH Boa Sorte, que representa as áreas de terras necessárias à implantação do arranjo-geral e reservatório da referida Pequena Central Hidrelétrica, localizadas nos Municípios de Dianópolis e de Novo Jardim, Estado do Tocantins, intitulada: "PCH BOA SORTE - PLANTA GERAL COM CURVAS", em escala 1:12.500, de junho de 2006, devidamente assinada pelo Responsável Técnico, apresentada pela empresa Boa Sorte Energética S.A.; II - A presente aprovação não exime a empresa Autorizada de suas responsabilidades perante o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA.

Nº 2.071 - A Superintendente de Concessões e Autorizações de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a delegação de competências estabelecidas pela Resolução Autorizativa nº 251, de 27 de junho de 2005, e o que consta do Processo nº 48500.005061/2000-87, resolve: I - Registrar, junto à ANEEL, a alteração da denominação da central geradora termelétrica Eletrobolt, localizada no Município de Seropédica, Estado de Rio de Janeiro, de propriedade da empresa Sociedade Fluminense de Energia Ltda. - SFE, inscrita no CNPJ sob o nº 02.754.200/0001-65, autorizada pela Resolução nº 547 de 14 de dezembro de 2000, que passa a ser denominada UTE Barbosa Lima Sobrinho.

ROSÂNGELA LAGO

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO MERCADO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 5 de setembro de 2006

Nº 2.042 - O SUPERINTENDENTE DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO MERCADO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, em exercício, no uso das atribuições conferidas pelo art. 2º da Portaria nº 211, de 10 de janeiro de 2006, e pela Portaria ANEEL nº 144, de 19 de setembro de 2005, considerando o disposto na Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, e no Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seus arts. 2º e 10, e o que consta do Processo nº 48500.004219/06-60, resolve:
I - registrar, sob o nº 1178/2006, o Contrato de Compra e Venda de Energia celebrado pela vendedora UNIBANCO - União de Bancos Brasileiros S/A (UTE Bandeirantes), CNPJ nº 33.700.394/0001-40, e a compradora UNIBANCO - União de Bancos Brasileiros S/A (unidade consumidora Av. Eng. Roberto Succolo/SP), CNPJ nº 33.700.394/01548-80, de acordo com as condições detalhadas na tabela abaixo:

Período de Suprimento	Montante Contratado (MW médios)
01/09/2006 a 31/12/2015	1,35

II - Este despacho entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 2.043 - O SUPERINTENDENTE DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO MERCADO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, em exercício, no uso das atribuições conferidas pelo art. 2º da Portaria nº 211, de 10 de janeiro de 2006, e pela Portaria ANEEL nº 144, de 19 de setembro de 2005, considerando o disposto na Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, e no Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seus arts. 2º e 10, e o que consta do Processo nº 48500.004502/06-09, resolve:
I - registrar, sob o nº 1183/2006, o Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrado entre a vendedora Brasil Central Energia S/A (PCH Sacre-2), CNPJ nº 05.681.451/0001-55, e a compradora Indústria e Comércio de Carnes Minerva Ltda (unidade consumidora Barretos/SP), CNPJ nº 67.620.377/0001-14, de acordo com as condições apresentadas na tabela abaixo:

Período de Suprimento	Energia Contratada (MWh)			
	2006		2007	
	MW médios	MWh	MW médios	MWh
Janeiro	-	-	2,62	1.949,28
Fevereiro	-	-	2,62	1.760,64
Março	-	-	2,62	1.949,28
Abril	-	-	2,62	1.886,40
Maio	-	-	2,62	1.949,28
Junho	-	-	2,62	1.886,40
Julho	-	-	2,62	1.949,28
Agosto	-	-	2,62	1.949,28
Setembro	2,62	1.886,40	2,62	1.886,40
Outubro	2,62	1.949,28	-	-
Novembro	2,62	1.886,40	-	-
Dezembro	2,62	1.949,28	-	-

II - Este despacho entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 2.044 - O SUPERINTENDENTE DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO MERCADO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, em exercício, no uso das atribuições conferidas pelo art. 2º da Portaria nº 211, de 10 de janeiro de 2006, e pela Portaria ANEEL nº 144, de 19 de setembro de 2005, considerando o disposto na Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, e no Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seus arts. 2º e 10, e o que consta do Processo nº 48500.004501/06-38, resolve:
I - registrar, sob o nº 1186/2006, o Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrado entre a vendedora Winimport S/A (Central Geradora Termelétrica Winimport), CNPJ nº 05.728.170/0001-00, e a compradora Mash Indústria e Comércio Ltda (unidade consumidora Av. Mal Tito/São Paulo-SP, CNPJ nº 03.125.730/0001-07, de acordo com as condições apresentadas na tabela abaixo:

Período de Suprimento	Energia Contratada (MW médios)
01/09/2006 a 31/12/2006	0,16

II - Este despacho entra em vigor na data de sua publicação.

CHRISTIANO VIEIRA DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ELETRICIDADE

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 6 de setembro de 2006

Nº 2.063 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ELETRICIDADE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições regimentais e em conformidade com o que estabelece a Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004, tendo em vista o que consta do Processo 48500.006752/05-58, e considerando o recurso interposto pela empresa Light Serviços de Eletricidade S/A - LIGHT, resolve: manter na integralidade a decisão constante no Auto de Infração nº 022/2006-SFE, qual seja, a aplicação da penalidade de multa no valor de R$ 1.386.394,24 (um milhão, trezentos e oitenta e seis mil, trezentos e noventa e quatro reais e vinte e quatro centavos), pelos seus próprios fundamentos, com fulcro no inciso I, do artigo 6º da Resolução Normativa ANEEL nº 63/2004.

PAULO HENRIQUE SILVESTRI LOPES

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERITENDENTE
Em 6 de setembro de 2006

Nº 2.072 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução ANEEL nº 433, de 26 de agosto de 2003 (alterada pela Resolução Normativa nº 190, de 12 de dezembro de 2005), em conformidade com o que estabelece a supracitada Resolução, e considerando o que consta do Processo nº 48500.002320/2001-16, resolve: I - Liberar as unidades geradoras UG 1, UG 2 e UG 3, de 10.670 kW cada, totalizando 32.010 kW, da UHE Espora, localizada nos Municípios de Aporé e Serranopólis, Estado de Goiás, concedida à Espora Energética S.A., por meio do Contrato de Concessão nº 013/2001, de 15 de março de 2001, para início da operação comercial a partir de 07 de setembro de 2006, quando a energia produzida pela unidade geradora deverá estar disponibilizada ao sistema.

Nº 2.073 -O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução ANEEL nº 433, de 26 de agosto de 2003, em conformidade com o que estabelece a supracitada resolução, e considerando o que consta do Processo nº 48500.000391/2003-47, resolve: I - Liberar as quinze unidades geradoras, de 600 kW cada, totalizando 9.000 kW, da EOL Água Doce, localizada no Município de Água Doce, Estado de Santa Catarina, de propriedade da empresa Central Nacional de Energia Eólica S.A. - CENAEEL, autorizada por meio da Resolução Autorizativa nº 675, de 10 de dezembro de 2002, e que teve autorização para transferência de titularidade nos termos da Resolução ANEEL nº 263, de 18 de julho de 2005, para início de operação comercial a partir do dia 07 de setembro de 2006, quando a energia produzida pelas unidades geradoras deverá estar disponível ao sistema.

JAMIL ABID

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 6 de setembro de 2006

Nº 2.060 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Resolução nº 151, de 19 de maio de 2000, considerando o disposto nos arts. 2º e 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, nos arts. 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, nos arts. 1º ao 4º da Resolução nº 20, de 3 de fevereiro de 1999, e o que consta do Processo n° 48500.002772/2006-02, resolve: I - não aprovar o pedido de cessão de uso a título gratuito do imóvel com área de 2.754 metros quadrados, com as construções nele existentes, situado na Avenida Nossa Senhora do Sabará, n° 5.312 - São Paulo - SP, conforme pleito encaminhado pela Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE constante da Carta OF/A/200/2006, de 12 de maio de 2006; II - determinar que a concessionária observe o rito estabelecido na Resolução ANEEL nº 20/1999, para o tratamento de bens inservíveis, destinando os recursos em benefício da concessão; e III - este despacho entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 2.061 - O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Resolução nº 151, de 19 de maio de 2000, considerando o disposto nos arts. 2º e 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, nos arts. 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, nos arts. 1º ao 4º da Resolução nº 20, de 3 de fevereiro de 1999, e o que consta do Processo n° 48500.003076/2006-79, resolve: I - Não aprovar o pedido de cessão de uso a título gratuito do imóvel com área de 792 metros quadrados, sendo 199,79 de área construída, conforme pleito encaminhado pela Companhia Energética de São Paulo - CESP constante da Carta OF/A/776/2006, de 19 de maio de 2006; II - Determinar que a concessionária observe o rito estabelecido na Resolução ANEEL nº 20/1999, para o tratamento de bens inservíveis, destinando os recursos em benefício da concessão; e III - Este despacho entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO GANIM

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DA COMERCIALIZAÇÃO DA ELETRICIDADE

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 6 de setembro de 2006

Nº 2.067 - O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA COMERCIALIZAÇÃO DA ELETRICIDADE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas por meio da Resolução ANEEL no 284, de 29 de Setembro de 1999, e considerando o que consta no Processo no 48500.004347/04-88, resolve: I - aprovar a alteração do Programa de Eficiência Energética para o ciclo 2004/2005, apresentado pela Empresa Energética de Sergipe S.A.-ENERGIPE, nos termos da Nota Técnica nº 131/2006 - SRC/ANEEL, de 05/09/2006. O novo Programa prevê um investimento de R$ 2.387.826,49 (dois milhões, trezentos e oitenta e sete mil, oitocentos e vinte e seis reais e quarenta e nove centavos), o que corresponde a 0,6507% da Receita Operacional Líquida - ROL; II - Determinar à concessionária que proceda a todos os ajustes necessários durante a execução do programa, se constatado, após a apuração da receita anual conforme estabelece a Resolução ANEEL n° 185, de 21/5/2001, que os valores previstos nos projetos são inferiores aos mínimos estabelecidos no Contrato de Concessão e na Resolução ANEEL n° 492, de 3/9/2002; IV - determinar que a concessionária obedeça ao seguinte cronograma:

Descrição do Evento:	Data-limite para conclusão:
1. Entrega do 2º Relatório Parcial	31/10/2006
2. Término da Implementação dos Projetos	31/12/2006
3. Entrega do Relatório Final	31/1/2007

Nº 2.068 - O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA COMERCIALIZAÇÃO DA ELETRICIDADE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas por meio da Resolução ANEEL nº 284, de 29 de Setembro de 1999, e considerando o que consta no Processo nº 48500.000406/05-84, resolve: I - aprovar modificação do projeto "Eficiência Energética no Núcleo do Hospital Universitário da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - UFMS", situado em Campo Grande - MS, integrante do PEE ENERSUL - Ciclo 2004/2005, de acordo com Nota Técnica n° 132/2005-SRC/ANEEL, de 05/09/2006; II - determinar à concessionária que proceda a todos os ajustes necessários durante a execução do programa, se constatado, após a apuração da receita anual conforme estabelece a Resolução ANEEL n° 185, de 21/5/2001, que os valores previstos nos projetos são inferiores aos mínimos estabelecidos no Contrato de Concessão e na Resolução ANEEL n° 492, de 3/9/2002; IV - deixar mantido o cronograma original para conclusão de todos os projetos integrantes do referido Programa.

Nº 2.069 - O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA COMERCIALIZAÇÃO DA ELETRICIDADE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas por meio da Resolução ANEEL nº 284, de 29 de setembro de 1999, e de acordo com o que consta no Processo nº 48500.000894/04-49, referente ao Programa Anual de Eficiência Energética apresentado pela Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL, para o Ciclo 2003/2004; resolve: I - prorrogar a datas-limite da conclusão da implementação do projeto "Eficiência Energética em Unidades Consumidoras da SANESUL" e entrega do Relatório Final Consolidado do Programa para os dias 31/12/2006 e 31/1/2007, respectivamente.

Nº 2.070 (*) - O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA COMERCIALIZAÇÃO DA ELETRICIDADE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas por meio da Resolução ANEEL nº 284, de 29 de Setembro de 1999, e considerando o que consta no Processo nº 48500.001211/2006-41, resolve: I - aprovar o Programa de Eficiência Energética para o ciclo 2005/2006, apresentado pela Companhia Hidroelétrica São Patrício - CHESP, o qual prevê a apropriação de R$ 55.663,00 (cinqüenta e cinco mil, seiscentos e sessenta e três reais), o que corresponde a 0,2896% da Receita Operacional Líquida - ROL. O programa aprovado prevê a execução dos projetos discriminados na Nota Técnica n° 129/2006-SRC/ANEEL, de 30/08/2006; II - determinar à concessionária que essa proceda a todos os ajustes necessários durante a execução do programa, se constatado, após a apuração da receita anual conforme estabelece a Resolução ANEEL n° 185, de 21/5/2001, que os valores previstos nos projetos são inferiores aos mínimos estabelecidos no Contrato de Concessão e na Resolução ANEEL n° 176, de 15/12/2005; III - determinar que a concessionária obedeça ao seguinte cronograma:

Descrição do Evento:	Data-limite para conclusão:
1. Entrega do Relatório Parcial	31/1/2007
2. Término da Implementação dos Projetos	31/7/2007
3. Entrega do Relatório Final	31/8/2007

(*) Republicado em razão de substituição de projeto. Publicado no DOU nº 48, de 10-3-2006, Seção 1, pág. 69.

Nº 2.074 - O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA COMERCIALIZAÇÃO DA ELETRICIDADE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas por meio da Resolução ANEEL nº 284, de 29 de Setembro de 1999, e considerando o que consta no Processo nº 48500.002354/2006-34, resolve: I - aprovar o Programa Anual de Eficiência Energética para o Ciclo 2005/2006, apresentado pela Companhia Luz e Força Santa Cruz (CLFSC), que prevê a apropriação de R$ 953.579,00 (novecentos e cinqüenta e três mil, quinhentos e sessenta e nove reais), que corresponde à 0,5077% (cinco mil, setenta e sete milésimos por cento) da Receita Operacional Líquida (ROL), no valor de R$ 187.824.987,00 (cento e oitenta e sete milhões, oitocentos e vinte e quatro mil, novecentos e oitenta e sete reais). O Programa aprovado prevê a execução do projeto discriminado na Nota Técnica n° 134/2006-SRC/ANEEL, de 05/09/2006, disponível na página da ANEEL na Internet (www.aneel.gov.br); II - estabelecer que o projeto constante do Programa deva ser concluído até o dia 06/09/2007; III - determinar que a Concessionária apresente o Relatório Parcial de Acompanhamento do Programa, até 06/03/2007, conforme modelo estabelecido e o Relatório Final do Programa até 06/10/2007; IV - determinar à Concessionária que proceda a todos os ajustes necessários durante a execução do Programa, se constatado, após a apuração da ROL, que o valor previsto no projeto é inferior ao mínimo estabelecido no Contrato de Concessão e na Resolução ANEEL n° 176, de 28/11/2005.

Nº 2.075 - O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA COMERCIALIZAÇÃO DA ELETRICIDADE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas por meio da Resolução ANEEL no 284, de 29 de Setembro de 1999, e considerando o que consta no Processo no 48500.002012/2006-51, resolve: I - aprovar o Programa de Eficiência Energética para o ciclo 2005/2006, apresentado pelas Centrais Elétricas de Santa Catarina - CELESC, o qual prevê a apropriação de R$ 7.973.220,38 (sete milhões, novecentos e setenta e três mil, duzentos e vinte reais e trinta e oito centavos), o que corresponde a 0,2605% da Receita Operacional Líquida - ROL. O programa aprovado prevê a execução dos projetos discriminados na Nota Técnica n° 133/2006-SRC/ANEEL, de 05/09/2006; II - determinar à concessionária que proceda a todos os ajustes necessários durante a execução do programa, se constatado, após a apuração da receita anual conforme estabelece a Resolução ANEEL n° 185, de 21/5/2001, que os valores previstos nos projetos são inferiores aos mínimos estabelecidos no Contrato de Concessão e na Resolução ANEEL n° 492, de 3/9/2002; IV - determinar que a concessionária obedeça ao seguinte cronograma:

Descrição do Evento:	Data-limite para conclusão:
1. Entrega do Relatório Parcial	31/1/2007
2. Término da Implementação dos Projetos	31/7/2007
3. Entrega do Relatório Final	31/8/2007

RICARDO VIDINICH

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 6 de setembro de 2006

Nº 2.062 - O Superintendente de Regulação dos Serviços de TRANSMISSÃO da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, no uso das atribuições delegadas por meio da Resolução ANEEL nº 650, de 26 de novembro de 2002, e o que consta do Processo nº 48500.002773/2004-03, resolve: I - Aprovar o Programa de Pesquisa e Desenvolvimento, ciclo 2004/2005, da ELETROSUL Centrais Elétricas S/A, que deve aplicar recursos no valor de R$ 3.346.469,02 (três milhões, trezentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e dois centavos) equivalentes a 0,4206% (quatro mil, duzentos e seis décimos de milésimo por cento) da receita operacional líquida da concessionária de R$ 795.576.082,03 (setecentos e noventa e cinco milhões, quinhentos e setenta e seis mil, oitenta e dois reais e três centavos) distribuídos da seguinte forma:

Percentual Pendente do Ciclo 2003/2004	0,0931%
Percentual mínimo à aplicar no Ciclo 2004/2005	0,40%
Total aprovado	0,4206%

II - Determinar que seja acrescido aos investimentos mínimos do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento, para o ciclo 2005/2006, o percentual de 0,0725% (setecentos e vinte e cinco décimos de milésimo por cento) da receita operacional líquida, correspondente ao valor não aplicado no ciclo 2003/2004, e não compensado integralmente no ciclo 2004/2005 e III - Estabelecer que as metas físicas para o ciclo 2004/2005 sejam atingidas até 31 de outubro de 2007.

ROBERTO KNIJNIK

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

PORTARIA Nº 297, DE 6 DE SETEMBRO DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL-DNPM, no uso da competência que lhe confere o Decreto nº 4.640, de 21 de março de 2003, a Portaria nº 385, de 13 de agosto de 2003, publicada no DOU de 14 seguinte, e ainda a Portaria nº 287, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de 07 de outubro de 2005, torna pública, a convocação dos candidatos aprovados no Concurso Público, objeto do Edital nº 001/2006- DNPM, para provimento de cargos de nível superior e nível médio, os quais deverão comparecer de 11 a 22 de setembro de 2006, no período de 9h às 12h e de 14h às 17h, nos Distritos Regionais do DNPM para onde fizeram a sua inscrição, para entrega dos documentos exigidos para a posse, conforme relação de endereço e documentação disponibilizada no *site www.dnpm.gov.br* .

ANALISTA ADMINISTRATIVO - Classe A, Padrão I	Local
ARNALDO JUNIOR BATISTA DE SOUZA	11ºDS/SC
CARLOS ALBERTO DIETER	13ºDS/PR
CARLOS DONIZETI GOUVEIA	2ºDS/SP
CARLOS ROBERTO PEREIRA BEZERRA	6ºDS/GO
CINTHIA RODRIGUES DA NATIVIDADE	3ºDS/MG
DANIEL VALENCA FIUZA LIMA	SEDE/DF
DIEGO DOS SANTOS LIMA DE BARROS	9ºDS/RJ
DIOGO ALVES BARBOSA	11ºDS/SC
EDUARDO MENDES TEIXEIRA	3ºDS/MG
ELIANA KLEBIA DE SOUZA RAMOS	SEDE/DF
ELIANE LIMA SERRA	9ºDS/RJ
EMMANUEL SOUSA DE ABREU	7º DS/BA
FABRICIO DE OLIVEIRA COSTA	SEDE/DF
FRANCISCO CLISMAICLEITON DA COSTA	6ºDS/GO
GLAUCIA DA PENHA FRACALOSSI COSTA	20ºDS/ES
JOSE EDUARDO DA COSTA DUARTE	1ºDS/RS
MARCELO MENEZES SIDRIM	5ºDS/PA
MARIA REGINA CHIQUETTO DA SILVA	2ºDS/SP
MIRELA MARQUES ALVES	SEDE/DF
NATANIEL DA SILVA JUNIOR	19ºDS/RO
NATEL LAUDO DA SILVA	12ºDS/MT
PAULO HENRIQUE PONTES DIAS	SEDE/DF
ROSANGELA BIANCHI FERREIRA	SEDE/DF
WAGNER JOSE SIQUEIRA RODRIGUES	SEDE/DF
TÉCNICO ADMINISTRATIVO - Classe A, Padrão I	
ALAN SOARES VIANA	21ºDS/PI
ALESSANDRO DE BRITO CUNHA	19ºDS/RO
ANDRE DE FREITAS MARTINS	3ºDS/MG
ANDRE LUIS QUITERIO DA CUNHA	9ºDS/RJ
ANDRE LUIZ SIENKIEVICZ MACHADO	13ºDS/PR
ANGELA MARIA MOREIRA DE FREITAS	8ºDS/AM
ARMANDO TADAYUKI MIYASHITA	2ºDS/SP
CARLOS LARA SANTOS	19ºDS/RO
CRISTIANE MARIA CROCCO	2ºDS/SP
DANIELA ANDREA SABARANSKI TEIXEIRA MACHADO	11ºDS/SC
DANUSA ALMEIDA DOS SANTOS SILVA	2ºDS/SP
EDUARDO MOURA DA SILVA JUNIOR	10ºDS/CE
ELIZA MARIA DA SILVA MORAES	12ºDS/MT
FABIO BENITES TRAMASOLI	11ºDS/SC
FABIO SANT ANA MERIGUETE	SEDE/DF
FERNANDA SILVA CANABARRO	11ºDS/SC
FERNANDO FERREIRA DIAS FILHO	3ºDS/MG
FLAVIA RENATA CARNEIRO DE CASTRO KRUPP	17ºDS/TO
FRED BARRETO LIMA	8ºDS/AM
GLAYTON MARCAL	20ºDS/ES
HERIKA FELIX BRITO	SEDE/DF
HERMANO DO SOUSA RIBEIRO JUNIOR	5ºDS/PA
HUDSON CARLOS LOPES DA COSTA	SEDE/DF
JAQUELINE DE ALENCAR MOREIRA	SEDE/DF
JEFFERSON DELFINO FREIRE	14ºDS/RN
JERONIMO ROSARIO TANAN PEREIRA	7ºDS/BA
JONAS CARNIEL DE MACEDO	11ºDS/SC
JOSE CARLOS SCHEID	1ºDS/RS
JOSE LEANDRO DE CASTRO SERPA FILHO	10ºDS/CE
JOSE PALMA DE CARVALHO JUNIOR	3ºDS/MG
JOSE ROBERTO DA CRUZ	6ºDS/GO
JOSIANE SOUDERS LISBOA	22ºDS/MA
JULIO CESAR DE JESUS SANTOS	6ºDS/GO
LEANDRO AUGUSTO COSTA	17ºDS/TO
LEANDRO SOUZA LUZ	1ºDS/RS
LIDIA AKEMI SAKIMA	2ºDS/SP
LINCOLN REINALDO SILVA	15ºDS/PB
LOURENCO FRANCISCO DOS SANTOS FILHO	7ºDS/BA
LUANNA NAKAMOTOME	SEDE/DF
LUCAS MARTINS LIMA	25ºDS/AL
LUCAS SUGANUMA	SEDE/DF
MAIRA MOREIRA RODRIGUES	9ºDS/RJ
MARCELO CANCINI DE SOUZA	23ºDS/MS
MARCELO COSTA DE AZEVEDO	14ºDS/RN
MARCELO JESUINO DA COSTA	SEDE/DF
MARCIO JOSE ANTUNES	18ºDS/SE
MARCIO ROGERIO MACHADO FORTUNATO	5ºDS/PA
MARCO AURELIO MIRANDA DE ALENCAR	6ºDS/GO
MARCOS CERQUEIRA DE ARAUJO JUNIOR	25ºDS/AL
MARDEN GOMES MARINHO	17ºDS/TO
MARGARETE ZIMMERMANN	13ºDS/PR
MARIA APARECIDA ROSA DE SIQUEIRA	SEDE/DF
MARIA DAS GRACAS SILVA GABELINI	12ºDS/MT
MARILIA FONSECA DIAS	6ºDS/GO
MARLENE ELIAS CARNEIRO	SEDE/DF
MATTEUS BARRETO OLIVEIRA	7ºDS/BA
MONICA MARIA MENDONCA DE ARAUJO	4ºDS/PE
PAULO SERGIO MARQUES	13ºDS/PR
PEDRO SANTANA ROLEMBERG FARIAS	24ºDS/RR
PIETHRO COSTA RIBEIRO	3ºDS/MG
PRISCILA SIMAS FIGUEIREDO	7ºDS/BA
RAFAEL TIENGO CORREA	SEDE/DF
RAQUEL WANDERLEY DA CUNHA	SEDE/DF
RICARDO DE FREITAS HOMRICH	23ºDS/MS
ROBERTA PEREZ PARANHOS	20ºDS/ES
ROBERTO PEREIRA DE LIMA	4ºDS/PE
RODRIGO AUGUSTO BATALHA ALVES	9ºDS/RJ
RONALD LIMA DOS REIS	22ºDS/MA
RONIE PAIVA DOS SANTOS	3ºDS/MG
SANDRO LUIZ DE OLIVEIRA MARTINS	16ºDS/AP
SUELLEN MOREIRA COSTA AZEVEDO	20ºDS/ES
THAIS MORAES MELO	21ºDS/PI
VANALDO NOGUEIRA LIMA	19ºDS/RO

MIGUEL ANTONIO CEDRAZ NERY

6º DISTRITO

DESPACHOS DO CHEFE
RELAÇÃO Nº 106/2006

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Nega aprovação ao relatório de pesquisa/Área disponível.(3.18)(3.28)
860.507/03-Tarcal Transportes eMaterial de Construção Ltda.
FASE DE REQUERIMENTO DE CONCESSÃO DE LAVRA
Determina o cumprimento de exigência, prazo de 60 dias.(3.61).
860.057/03-Of.499/06/Fisc e 861.469/04-Of.500/06/Fisc.- Idevaldo Rodrigues Silva
FASE DE CONCESSÃO DE LAVRA
Determina o cumprimento de exigência, prazo de 60 dias.(4.70)
003.967/67, 805.460/71, 800.114/72, 861.039/81, 860.845/82, e 860.107/99-Of.Circ.501/06/Fisc.-Cimento Tocantins S/A-Brasília-DF

RELAÇÃO Nº 108/2006

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Homologa a renúncia do Alvará de Pesquisa/Área disponível.(2.94)(3.28)
861.239/05 a 861.272/05, 861.274/05, 861.275/05, 861.277/05, 861.282/05 a 861.291/05, 861.293/05 a 861.327/05, 861.329/05 a 861.339/05, 861.344/05 a 861.365/05, 861.370/05 a 861.380/05, 861.385/05 a 861.398/05, 861.402/05 a 861.413/05, 861.419/05 a 861.432/05, 861.436/05 a 861.449/05, 861.454/05 a 861.459/05, 861.460/05 a 861.468/05, 861.472/05 a
861.517/05-Cia. Vale Do Rio Doce

RELAÇÃO Nº 111/2006

FASE DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Indefere o requerimento de pesquisa .(1.21)
860.421/06-Cia. Vale do Rio Doce.
860.890/06-Marcelo Trajano Albernaz Rocha.
Indefere o requerimento de Pesquisa/Área disponível.(1.22)(3.28)
860.801/04-Cimento Tocantins S/A.
860.323/05-Haidee Souza Neves.
860.350/05-Cláudio Souza Lima.

861.920/05-Júlio César Ferreira.
862.127/05-Maristela Leônidas Gusmão.
862.202/05-SR-Com. de Pedras Ltda.
862.203/05-Brasam Ext. Mineral Ltda.
862.219/05-Quesia Maria de Oliveira.
860.034/06-Codelco do Brasil Min. Ltda.
860.167/06-Álvaro Agapito de Moura.
860.188/06-Álvaro Agapito de Moura.
860.205/06-Marcelo Leonardo da Silva.
Determina o cumprimento de exigência, prazo de 60 dias (1.31)
860.464/06-Min Mosaico Ltda.
860.582/06-Of.339/06-OUT.-Cia. Vale do Rio Doce.
860.751/06-Of.338/06-OUT.-Amarillo Min. do Brasil Ltda.
860.760/06-Of.336/06-OUT.-Coopedras de Pirenópolis Ltda.
860.762/06-Of.335/06-OUT.-Tiago Cristiano Clemente Ribeiro.
860.800/06-Of.337/06-OUT.-Edson Luiz Leite.
Prorroga por 60 dias o prazo cumprimento de exigência.(1.33)
860.169/04-Of.341/06 -OUT.-Georgio Joannis Pappas.
Torna sem efeito a exigência publicada.(1.37)
860.464/06-Min. Mosaico Ltda.
Torna sem efeito o despacho de indeferimento.(1.39)
860.423/06-Cia. Vale do Rio Doce.
860.448/06-Cia. Vale do Rio Doce.
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento e a disponibilidade da área.(1.39)(3.57)
860.617/04-Ind. e Com. Ferri e Fraiha Ltda.
REQUERIMENTO DE PERMISSÃO DE LAVRA GARIMPEIRA
Defere a Permissão de Lavra Garimpeira.(5.13)
860.515/91-Nº31/06- Paulo Roberto Retz
860.516/91-Nº32/06- Paulo Roberto Retz
FASE DE LICENCIAMENTO
Indefere o requerimento de Registro da Licença/Área disponível.(7.01)(3.28)
860.695/05-Lourdes Divina Beze de Oliveira
860.118/99-Draga e Transp. Rio Piracanjuba Ltda.
Defere a renovação do Registro de Licença.(7.42).
861.838/95-Nº432/95-Meireles Mat. para Const. Ltda-Prazo até 07.11.07
860.695/03-Nº1363/03-Ronaldo Dias de Oliveira-prazo até 30.5.09.
Nego recurso contra o cancelamento do registro de licença.(7.57)
860.471/02-Mendes Com. de Mat. para Const. Ltda.
860.469/04-Vany Custódio de Freitas
861.014/04-Wilson Fidalgo.
Homologa a renúncia do Registro de Licença/Área disponível.(7.84)(3.28)
860.980/95-Arcal Min. Ltda.
860.581/00-Osmar Rodovalho.
860.310/03-Wilker Martins Feitosa.
Torna sem efeito o cancelamento do registro de licença e a disponibilidade da área.(7.96)(3.57)
860.017/00-Antônio Martins Gouveia.
Determina o cancelamento do Registro de Licença/Área disponível.(7.99)(3.28)
860.671/00-Lécio Ferreira de Oliveira.
860.376/01-Pedro Abrão.
860.150/00-Ext. de Areia Barros Ltda.

DENILSON MARTINS ARRUDA

RETIFICAÇÃO

Ref. DNPM nºs 802.161/78 e 761.016/96 - Na Rel. 66/06-6º DS, publicada no D.O.U. de 05/07/06, onde se lê: "Porroga por 60 dias...", leia-se: "...Prorroga por 180 dias.(3.61)...".

7º DISTRITO

DESPACHOS DO CHEFE
RELAÇÃO Nº 149/2006

FASE DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Nega o Pedido de Reconsideração.(1.81)
871.374/04-Mario Lucio de Amorim Coelho
871.705/05-Jadir Rozeno da Silva - Caculé
871.919/05-Edson Nunes da Silva
872.482/05-Fausto Afonso Cremasco
Reconsidera o Indeferimento do Requerimento.(1.82)
870.672/02-Alberto Norman Alhante
872.165/04-Roberval Ribeiro da Silva
872.799/05-Min. Minasvit Ltda
872.838/05-Emanoel Min. e Exp. de Minerios Ltda
873.532/05-Cícero de Paiva Dutra
FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Instaura processo para Declaração de Nulidade de Alvará de Pesquisa/prazo para defesa: 60 dias.(2.37)
870.207/91-Nacional de Grafite Ltda
870.899/03, 870.903/03, 870.909/03 e 870.922/03-Raul Martins Lobato
870.800/04-Corcovado Granitos Ltda
870.612/05-Carlin Francisco Teodoro
873.021/05-Henrique César Mardones de Melo
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa (2.73)
870.142/90-Unamgen Min. e Metalurgia S/A
870.565/99-Juracy Pereira da Silva Neta
870.134/05-Brasil Quarries Imp. e Exp. Ltda
870.770/05-Rochaz Ind. e Com. Ltda
Homologa a renúncia do Alvará de Pesquisa/Área disponível.(2.94)(3.28)
870.773/05-Geraldo Carlos Basques Moura
871.345/05 e 871.347/05-Cícero de Paiva Dutra
872.341/05-Sanebrás-Exp., Representação e Logística Ltda
872.444/05-Geraldo Carlos Basques Moura

RELAÇÃO Nº 152/2006

FASE DE DISPONIBILIDADE (Art. 26)
Declara prioritária para fins de obtenção da autorização de pesquisa.(3.03)
811.679/71-Cia. Vale do Rio Doce-CNPJ: 33.592.510/0001-54
871.135/05-Paraíso Granitos Ltda-CNPJ: 42.935.593/0001-28
810.733/73-Declara Prioritária, Muller & Menchen Ltda.-CNPJ: 01.565.144/0001-58, e em conseqüência, Indefere o(s) requerimento(s) formulado(s) por Mineração Granibege-Granitos e Mármores Ltda e JVG Comércio de Rochas Ornamentais Ltda.-(3.03)(3.59)
870.528/88-Indefere os Requerimentos de Habilitação formulados por Granbrasil Granitos do Brasil S/A, Braminex Mineração Ltda e Sírius Stones Ltda, em conseqüência, determino o Arquivamento Definitivo deste processo, e Declaro Livre a presente área a partir de 28/04/04 (3.59)(1.55)(1.58)
870.427/02-Indefere o Requerimento de Habilitação formulado por C & A, em conseqüência, determino o Arquivamento Definitivo deste processo, e Declaro Livre a presente área a partir de 10/07/06.(3.59)(1.55)(1.58)
872.418/03 e 872.419/03-Indefere o Requerimento de Habilitação formulado por GP Granitos do Brasil Ltda, em conseqüência, determino o Arquivamento Definitivo deste processo, e declaro livre a presente área a partir de 10/07/06 (3.59)(1.55)(1.58)

RELAÇÃO Nº 178/2006

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Nega aprovação do relatório de pesquisa/Área Disponível.(3.18)(3.28)
870.587/91, 870.720/91, 870.502/03, 870.747/03, 870.028/00, 870.655/00 e 870.654/00-Corcovado Granitos Ltda
871.065/94-Cia.Vale do Rio Doce
870.154/00-Mauro Fernandes da Cunha
870.808/00-De Beers Brasil Ltda
870.987/00-Ronaldo Teixeira Rodrigues
870.603/02-Min. Grajumar Ltda
871.083/02 e 871.154/02-Min. Corcovado do Nordeste Ltda
870.148/03-Cia.Baiana de Pesquisa Mineral-CBPM
870.189/03-Jacobina Min. e Com. Ltda
870.414/03-Adalberto Luiz Naspolini
870.543/03-Jessika Fróes Favarato
870.175/04 e 870.176/04-Antônio Carlos Ribeiro Dutra
870.221/04-Aline Carvalho Félix
870.283/04-Marcel Min.Ltda
870.313/04 a 870.315/04, 870.317/04, 870.318/04, 870.419/04, 870.441/04, 870.442/04, 870.443/04, 870.469/04 e 870.470/04-Forno Grande Nordeste Minérios do Brasil Ltda
870.377/04-João Dimas Gomes Brito
870.876/04-Carla Regina de Sousa
Prorroga por 03 anos o prazo de validade do alvará de pesquisa.(3.26)
870.180/03-Nº4.993/03, 870.181/03-Nº4.994/03, 870.188/03-Nº4.996/03, 870.190/03-Nº6.367/04, 870.191/03-Nº4.999/03, 870.196/03-Nº5.000/03, 870.199/03-Nº5.001/03, 870.201/03-Nº5.002/03,
870.202/03-Nº5.003/03, 870.203/03-Nº5.004/03, 870.204/03-Nº5.005/03, 870.205/03-Nº5.006/03, 870.207/03-Nº5.007/03, 870.208/03-Nº5.008/03, 870.504/03-Nº5.506/03 e 870.505/03-Nº5.507/03-Jacobina Min. e Com. Ltda

TEOBALDO RODRIGUES DE OLIVEIRA JUNIOR

8º DISTRITO

DESPACHOS DO CHEFE
RELAÇÃO Nº 13/2006

FASE DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Determina o cumprimento de exigência, prazo de 60 dias.(1.31)
880.070/06-Of.162/06-L.C.Frigorífico São Gabriel Ltda.
Homologa a desistência do requerimento de Pesquisa/Área disponível.(1.57)(3.28)
880.213/05-GEONORTE-Geologia do Norte Ltda.
FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Nega aprovação ao relatório de pesquisa/Área disponível.(3.18)(3.28)
880.029/03-Arquelino Ind. e Com. de Artefatos de Concreto Ltda.
FASE DE LICENCIAMENTO
Determina o cumprimento de exigência, prazo de de 90 dias.(7.18)
880.037/06-Of.126/06-Alexandre José Perrone de Almeida
880.039/06-Of.127/06-Aurivaldo M.de Almeida
880.040/06-Of.128/06-Gilberto Simões Vieira
880.063/06-Of.144/06-GEONORTE-Geologia do Norte Ltda.
880.068/06-Of.145/06-A.J.Rasori-ME
880.071/06-Of.147/06-Construtora Amazônidas Ltda.
880.091/06-Of.173/06-Marcos Antônio Lima de Carvalho
880.093/06-Of.174/06-Francisca Loppes da Silva
880.095/06-Of.175/06-João Nascimento Pontes
Defere o registro de licença.(7.30)
880.072/05-Nº311/06-Tibiriçá Ind. e Com. Ltda.-Prazo: até 12/04/08
880.035/06-Nº313/06-Onélio Silva Gurgel-Prazo: até 07/03/09
Indefere o Requerimento de Registro de Licença.(7.03)
880.069/06-João Nascimento Pontes
Nega anuência a averbação dos atos de Contrato de Arrendamento de Registro de Licença (7.65)
880.086/05-de: Manuel Francisco Campos em favor de: Associação dos Mineradores Do Município De Japurá.

RELAÇÃO Nº 15/2006

FASE DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Indefere o requerimento de pesquisa.(1.68)
880.008/06-Min. Xacriaba Ltda.
Determina o cumprimento de exigência, prazo de 60 dias.(1.31)
880.118/03-Of.275/06, 880.007/06-Of.276/06 e 880.009/06-Of.276/06-Mineração Xacriaba Ltda.
880.041/06-Of.272/06-WFM-Representação, Imp. e Consultoria Ltda.
880.107/06, 880.108/06 e 880.120/06-Of.273/06- BHP Billiton Metais S.A
FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Determina o cumprimento de exigência, prazo de 120 dias.(2.50)
882.075/84-Of.274/06-Rio Negro Min. e Com. Ltda
Determina o cumprimento de exigência, prazo de 60 dias.(2.50)
880.113/01-Of.217/06-Clélia Figueiredo de Carvalho
Homologa a renuncia do Alvará de Pesquisa/Área disponível.(2.94)(3.28)
880.108/04-Antonio Carlos Duarte Alecrim
880.109/04-L.C. Frigorífico São Gabriel Ltda.
Prorroga por 02 anos o prazo de validade do alvará de pesquisa.(3.25)
880.003/02-Nº4.031/03, 880.006/02-Nº4.034/03, 880.011/02-Nº4.029/03, 880.012/02-Nº4.030/03 e 880.021/03-Nº8.138/03 - PETROBRÁS- Petróleo Brasileiro S.A.
Nega aprovação ao relatório de pesquisa/Área disponível.(3.18)(3.28)
880.075/03 a 880.077/03 e 880.079/03-Omnia Minérios ltda.
Torna sem efeito o Auto de Infração.(1.09)
880.018/01-A.I.30/06 e 880.019/01-A.I.31/06-Minas do Brasil Geologia e Mineração Ltda.
FASE DE LICENCIAMENTO
Defere a renovação do registro de licença.(7.42)
880.026/05-Nº285/05-Manuel Lopes da Silva-prazo: até 20/03/07.

FERNANDO LOPES BURGOS

9º DISTRITO

DESPACHOS DO CHEFE
RELAÇÃO Nº 30/2006

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Determina o cumprimento de exigência, prazo de 60 dias.(2.50)
890.119/82-Of.902/06-Pedreira de Araras Ltda.
Prorroga por 60 dias o prazo para cumprimento de exigência.(2.52)
890.318/01-Of.645/06-Min. Três Corações Ltda
Homologa a renúncia do Alvará de Pesquisa/Área disponível.(2.94)(3.28)
890.328/01-Laudelina da Rocha Coutinho
890.351/01-Cerâmica Uniplan Ltda
Auto de Infração lavrado para aplicação de multa/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias.(6.38)
890.134/01-A.I.310/06-Cabrales, Campos e Filhos Ltda
890.149/01-A.I.295/06, 890.150/01-A.I.294/06 e 890.203/01-A.I.296/06-João Brasil Carvalho Leite
890.274/01-A.I.307/06-João Carreiro
Multa aplicada/prazo para pagamento: 30 dias.(6.44)
890.098/01-A.I.133/05-Fernando Walter Machado
890.259/01-A.I.265/05-Agnaldo Peres Mello
890.308/01-A.I.014/05-Areal Bemposta Ltda
890.326/01-A.I.076/05-Extra-Ext. e Transp. de Minerais Ltda
890.357/01-A.I.077/05-José Paulo Félix de Andrade
890.365/01-A.I.004/05-Areal Santa Teresa de Japeri Ltda
FASE DE REQUERIMENTO DE CONCESSÃO DE LAVRA
Determina o cumprimento de exigência, prazo de 60 dias.(3.61)
890.167/80-Of.1.336/06-Petranova Mineração e Comércio Ltda
890.328/81-Of.831/06-Moledo-Mineração de Mármores e Granitos Ltda
890.236/01-Of.335/06-Tamoio S/A Comércio e Indústria de Agregados
Prorroga por 60 dias o prazo para o cumprimento de exigência.(3.64)
890.029/79-Of.1.142/06-Granigeo Mineração Ltda.
890.558/87-Of.1.255/06-Souza Paes Mercantil de Min. Ltda.
FASE DE CONCESSÃO DE LAVRA
Aprova os modelos de rótulo para embalagens de água mineral/potável de mesa.(4.40)
890.432/89-Água Mineral Cascataí Ltda.-Cachoeiras de Macacu-RJ-Fonte Cascataí
890.540/93-Mineradora Herondina Ltda-Duque de Caxias-RJ.-Fonte General João Maria de Linhares
890.116/97-Gomes & Leão Cia. Ltda.-Itaperuna-RJ-Fonte Volta Fria
890.088/98-Cia. Brasileira de Distribuição Sendas Distribuidora S/A.-Magé-RJ-Fonte Dois Irmãos
890.057/01-Imobiliária Arbor Ltda.-Rio das Ostras-RJ-Fonte das Palmeiras

FASE DE LICENCIAMENTO
Aprova o novo plano de lavra. (7.07)
890.156/97-Areal Pedra de Ouro Ltda
890.412/98-Porto de Castilho Extração de Areia Ltda
890.715/98-Areal Tropicalhente Ltda
Defere registro de licença.(7.30)
890.477/03-Nº2.234/06-Areal L. G. de Santa Bárbara Ltda-prazo até 14/07/09
890.117/05-Nº2.083/05-Mineração Julesa Ltda-Prazo até 26/12/06

890.266/05-Nº2.250/06-Tijolita Materiais de Construção Ltda-Prazo até 21/06/11
890.505/05-Nº2.185/06-Du Lopes 2000 Materiais de Construção Ltda-Prazo até 08/02/11
890.060/06-Nº2.235/06-Cerâmica Kitan Ltda ME-Prazo até 30/12/07
890.081/06-Nº2.232/06-Areal Cardosense Extração de Areia Ltda.-Prazo até 26/04/11
890.087/06-Nº2.189/06-D.J.C. dos Santos Min. - ME-Prazo até 14/03/07
890.089/06-Nº2.236/06-Cispel Empresa de Mineração Ltda.-Prazo até 02/12/07
890.096/06-Nº2.186/06-Francisco Nanci Areal - ME-Prazo até 22/02/07
890.145/06-Nº2.187/06-PPM Mineração de Areia Ltda.-Prazo até 08/12/13
890.156/06-Nº2.188/06-LBF de Itaguaí Mineração Ltda EPP-Prazo até 24/02/07
890.167/06-Nº2.198/06-Areal da Divisa Ltda.-Prazo até 20/02/07
890.193/06-Nº2.193/06-Cerâmica Ki Joinha Ltda.-Prazo até 30/12/07
890.208/06-Nº2.231/06-Bosque Fundo Extração Mineral Ltda.-Prazo até 31/12/08
890.250/06-Nº2.215/06-Argilão Distribuidora de Cerâmica Ltda-Prazo até 20/04/11
890.281/06-Nº2.249/06-MRS Logística S.A.-Prazo até 11/05/07
890.292/06-Nº2.251/06-Areal Novo Tempo de Seropédica Ltda-Prazo até 24/02/07
890.293/06-Nº2.225/06-Areal Imperador de Itaguaí Ltda-Prazo até 04/05/07
890.295/06-Nº2.221/06-Areal Maripá e Terraplanagem Ltda-Prazo até 24/02/07
890.313/06-Nº2.228/06-S. César B. de Azevedo Cerâmica - ME-Prazo até 30/12/07
890.314/06-Nº2.229/06-Cerâmica União de Campos Ltda.-Prazo até 23/11/07
890.330/06-Nº2.230/06-J. F. Gonçalves e Gonçalves Ltda.-Prazo até 07/06/09
890.334/06-Nº2.237/06-Cerâmica Presidente Ltda-Prazo até 21/10/09
890.336/06-Nº2.241/06-Semag-Sagario Construtora Ltda-Prazo até 22/06/07
890.338/06-Nº2.233/06-Petromix-Com., Min. e Transp. Ltda-Prazo até 02/04/09
890.343/06-Nº2.243/06-MRS Logística S.A.-Prazo até 13/06/07
890.344/06-Nº2.242/06-MRS Logística S.A.-Prazo até 13/06/07
890.345/06-Nº2.244/06-MRS Logística S.A.-Prazo até 13/06/07
890.348/06-Nº2.238/06-Cerâmica Poço Gordo-Prazo até 01/07/07
890.349/06-Nº2.239/06-Construtora Avenida Ltda.-Prazo até 21/09/06
890.369/06-Nº2.248/06-Cerâmica Nova Dutra Ltda.-Prazo até 30/06/09
890.379/06-Nº2.246/06-Carlos Crespo Vaz-ME-Prazo até 17/04/09
890.384/06-Nº2.240/06-ndustria Cerâmica Primeira Ltda-Prazo até 09/09/09
890.386/06-Nº2.247/06-Abreu e Rosa Ltda-Prazo até 25/11/07
890.392/06-Nº2.245/06-Areal Danúbio Azul Ltda-Prazo até 24/02/07
Defere o pedido de renovação do Licenciamento.(7.42)
890.048/80-Nº111/80-Areal Piranema Ltda-Prazo até 24/02/07
890.102/87-Nº368/87-Areal ÓLucia Ltda-Prazo até 24/02/07
890.065/92-Nº563/92-Areal Santobaia Ltda-Prazo até 24/02/07
890.101/95-Nº1.834/04-Areal Halem de Itaguaí Ltda-Prazo até 24/02/07
890.250/96-Nº1.362/98-F.J. Almeida Pessoa ME-Prazo até 05/07/11
890.156/97-Nº1.276/97-Areal Pedra de Ouro Ltda-Prazo até 24/02/07
890.194/98-Nº1.370/98-A.C. Cerâmica Ind. e Com. Ltda-ME- Prazo até 15/04/09
890.358/98-Nº1.466/99-Areal Riacho Doce Ltda-Prazo até 11/05/07
890.412/98-Nº1.493/99-Porto de Castilho Ext. de Areia Ltda-Prazo até 24/02/07
890.715/98-Nº1.491/99-Areal Tropicalhente Ltda-Prazo até 24/02/07
890.762/98-Nº1.805/03-Areal Santobaia Ltda--Prazo até 24/02/07
890.002/99-Nº1.741/04-Areal Família Unida Ltda-ME-Prazo até 22/05/07
890.013/99-Nº1.470/99-Areal Sol Nascente Ltda- Prazo até 24/02/07
890.341/99-Nº1.576/00-Areal Potência Ltda-Prazo até 24/02/07
890.269/02-Nº1.745/03-Itaúna de Resende Mat. de Const. Ltda-Prazo até 26/07/07
890.507/02-Nº1.815/03-Areal Ponto dos 500 Ltda-Prazo até 24/02/07
890.255/03-Nº1.771/03-Areal do Tempo Ltda-Prazo até 24/02/07
890.581/03-Nº1.821/03-Areal Nova República Ltda-Prazo até 24/02/07
890.002/04-Nº1.880/04-Vilar Real Const. e Terraplanagem Ltda-Prazo até 10/07/07
890.142/04-Nº1.861/04-Areal Fernandes e Cardoso Ltda-Prazo até 31/12/06
890.474/04-Nº1.961/04-Areal WC M Ltda-Prazo até 24/02/07
890.097/05-Nº2.016/05-J.J.G. Itaboraí Areal Ltda.-Prazo até 05/09/07
890.129/05-Nº2.138/05-Areal Transmontano de Itaguaí Ltda-Prazo até 12/05/07
890.181/05-Nº2.049/05-Areal Sítio da Pedra Ltda-Prazo até 30/06/09
890.221/05-Nº2.064/05-Areias Brancas de Itaguaí Ltda-Prazo até 24/02/07
890.235/05-Nº2.117/05-J. Paiva Ext. Mineral-ME-Prazo até 24/04/07
890.417/05-Nº2.111/05-Cerâmica Nossa Senhora do Carmo Ltda-Prazo até 21/09/07

WALTER RUBENS HILDEBRAND

RETIFICAÇÃO

890.165/03-Sebastião Antonio Costa Serafim-ME-Carmo-RJ-Na Relação nº 25/2006, publicada no DOU, de 04/08/2006, Seção I, onde se lê: "Prazo até 27/03/2007" leia-se: "Prazo até 01/06/2010"

10º DISTRITO

DESPACHOS DO CHEFE
RELAÇÃO Nº 24/2006

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de infração lavrado para aplicação de multa/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias.(6.38)
800.017/04-A.I.130/06-José Eurípedes Maia Chaves
800.022/04-A.I.131/06-Antônio Pinto Nogueira Vieira
Determina o cumprimento de exigência, prazo de 60 dias.(2.50)
800.218/05-Of.934/06-José Gonzaga Sobrinho
Nega aprovação ao relatório de pesquisa/Área disponível.(3.18)(3.28)
800.148/03-Cerâmica Brasileira Cerbrás Ltda
800.202/03-Tânia Fabíola S. Sabóia-FI
800.074/03 a 800.076/03, 800.110/04, 800.122/04 a 800.130/04, 800.135/04, 800.295/04, 800.296/04, 800.298/04 a 800.304/04, 800.306/04 a 800.323/04, 800.326/04 a 800.328/04, 800.330/04 e 800.331/04-Cia. Vale do Rio Doce
Homologa a renúncia do Alvará de Pesquisa/Área disponível.(2.94)(3.28)
800.288/04 a 800.291/04-São Bento Min. S/A
Relação dos parcelamentos de débitos com TAH e/ou multas.(5.87)
800.330/86, 800.038/92, 800.039/92, 800.040/92, 800.041/92, 800.042/92, 800.043/92, 800.044/92, 800.045/92, 800.046/92, 800.047/92 e 800.048/92-MCC Min. e Equipamentos Pesados Ltda-50 Parcelas de R$: 307,05
800.028/95-Raymundo Belém Marques-8 Parcelas de R$: 325,37
FASE DE REQUERIMENTO DE CONCESSÃO DE LAVRA
Determina o cumprimento de exigência, prazo de 60 dias.(3.61)
800.146/92-Of.1.045/06-Ypióca Águas Minerais Ind. e Com. Ltda
FASE DE CONCESSÃO DE LAVRA
Auto de infração lavrado para aplicação de multa/prazo para defesa: 30 dias.(4.59)
840.192/79-A.I.132/2006-Carbomil Química S/A
FASE DE LICENCIAMENTO
Indefere o requerimento de Registro de Licença/Área disponível.(7.01)(3.28)
800.014/03-Valdenir de Souza Mendes
Aprova o plano de aproveitamento econômico. (7.07)
800.449/02-Pedreira Guarany Ltda
Determina o cumprimento de exigência, prazo de 60 dias.(7.18)
800.267/06-Of.938/06-José de Fátima Lima-ME
800.066/06-Of.1.053/06-Consórcio AG / CON / QG

MARIA BETANIA PEREIRA PINHEIRO

RETIFICAÇÃO

800.103/85-Na Relação nº 019/2006, publicada no D.O.U. de 30.06.2006, onde se lê: "...MIN. SANTA CLARA LTDA...", leia-se: "...EMPRESA DE MIN. SANTA CLARA LTDA...".

11º DISTRITO

DESPACHOS DO CHEFE
RELAÇÃO Nº 31/2006

FASE DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Indefere o Requerimento de Pesquisa.(1.21)
815.199/06-Maurício Rodrigo Pinheiro
Determina o cumprimento de exigência,prazo de 60 dias.(2.50)
815.391/02-Of.2529/06-Cimento Rio Branco S/A
Auto de Infração lavrado para aplicação de multa/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias.(6.38)
815.003/02-A.I.344/06-José Armindo Vogel
815.027/02-A.I.341/06-Terfal Mat. Para Const.Ltda
815.086/02-A.I.343/02-Min. Forquilha Ltda
815.097/02-A.I.345/06-José Armindo Vogel
815.100/02-A.I.342/06-Min. Forquilha Ltda
815.124/02-A.I.351/06-Clélio Nivaldo Crippa
815.156/02-A.I. 359/06-WD Eng. e Const. Ltda
815.179/02-A.I.360/06-Minas-Minerais Industriais Ltda
815.181/02-A.I.361/06-Minas-Minerais Industriais Ltda
815.233/02-A.I.362/06-Pró-Água Poços Artesianos Ltda-ME
815.267/02-A.I. 363/06-Planaterra-Terraplenagem e Pavimentação Ltda
815.310/02-A.I.365/06-Alfredo Leal Junior
815.317/02-A.I.364/06-AN Mat. de Construção Ltda
815.333/02-A.I.366/06-Neri Luiz da Silva
815.339/02-A.I.371/06-Empo Empresa Curitibana de Saneamento e Const. Civil Ltda
815.355/02-A.I.372/06-Parisi Transp. e Terraplenagem Ltda
815.376/02-A.I.373/06-Cesar Leobet
815.379/02-A.I.340/06-Cubatão Dragagens Ltda
815.408/02-A.I.370/06-Termas Santo Anjo da Guarda Ltda
815.436/02-A.I.367/06-Alfredo Leal Junior
815.452/02-A.I.368/06-Cooperativa de Exploração Mineral de Sombrio
815.453/02-A.I.369/06-Fiorindo Tonet
815.462/02-A.I.346/06, 815.463/02-A.I.347/06 e 815.464/02-A.I.348/06-Giovane Barp Garcia
815.465/02-A.I.349/06 e 815.345/02-A.I.350/06-Universal Ind.e Com. de Couro Ltda-ME
815.520/02-A.I.338/06-Rudnick Minérios Ltda
815.548/02-A.I.337/06-AN Mat. de Const.Ltda
815.566/02-A.I.352/06-Construtora Siemenaus
815.573/02-A.I.353/06-Min. LH Ltda
815.611/02-A.I.354/06-Extrativa Eng.de Min. e Meio Ambiente Ltda
815.656/02-A.I.355/06-Protenph Pré-Fabricados Ltda
815.682/02-A.I.356/06-Empresa de Desenvolvimento Econômico e Social e Tangará Ltda
815.774/02-A.I.358/06-Lucineia Schmidt
815.206/04-A.I.336/06-Mário Marconcini
Multa aplicada/Prazo para recolhimento: 30 dias.(2.25)
815.774/02-A.I.357/06-Lucineia Schmidt
Multa aplicada/prazo para pagamento: 30 dias.(6.44)
815.090/02-Amarildo Nazario
815.263/02-Andreazzi Com. de Materiais Ltda
815.336/02-AMCG Areial Rodrigues Ltda
815.381/02-Maria Salete Aragão Silva
815.459/02, 815.460/02, 815.491/02, 815.493/02 e 815.495/02-Home Administradora de Bens Ltda
Nega aprovação ao relatório de pesquisa/Área disponível.(3.18)(3.28).
815.608/02-Terra Mater Participações e Empreendimentos Ltda.
Homologa a renúncia do Alvará de Pesquisa/Área disponível.(2.94)(3.28)
815.755/02-Britagem Vogelsanger Ltda
FASE DE DISPONIBILIDADE
Declara prioritária para fins de obtenção da autorização de pesquisa.(3.03)
815.259/00-Manoel Martins Santos-CPF:221212779-00
815.136/01-Pedro Luiz Venier-CNPJ:72466519/0001-70
FASE DE REQUERIMENTO DE CONCESSÃO DE LAVRA
Determina o cumprimento de exigência, prazo de 60 dias.(3.61)
810.084/79-Of.1282/06-Ext. de Areia Fundão Ltda
815.136/86-Of.2527/06-Min. e Pesquisa Brasileira Ltda
815.116/90-Of.1306/06-Min.Cerrado Grande Ltda
FASE DE CONCESSÃO DE LAVRA
Determina o cumprimento de exigência, prazo de 60 dias.(4.70)
815.166/91-Of.2610/06-Atalaia Extração de Água Mineral Ltda
FASE DE LICENCIAMENTO
Determina o cumprimento de exigência, prazo de 60 dias.(7.18)
815.177/89-Of.2558/06-Ext. e Com. de Areia Campos Ltda
815.097/94-Of.2561/06 e 815.097/94-Of.2562/06-Sueli Martins Ventura-ME
815.949/95-Of.2568/06-Otília de Amorim Silveira
815.412/03-Of.2571/06 e 815.412/03-Of.2572/06-Terraplanagem Boos Ltda
815.531/03-Of.2570/06-Jean Carlos Zimmermann-ME
815.061/04-Of.2566/06-Margarete Maria Schurhaus-ME
815.051/06-Of.2559/06-Cerâmica Telhas Brasil Ltda
Defere o pedido de Renovação do Licenciamento. (7.42)
815.240/85-Nº451-Vegini Com.de Areia Ltda-Prazo: Até 31/07/07
815.587/87-Nº276-Ext. e Com. de Areia Krieger Ltda-Prazo: Até 21/03/07
815.588/87-Nº278-Ext. e Com.de Areia Krieger Ltda-Prazo: Até 21/03/07
815.948/95-Nº584-Otília de Amorim Silveira-Prazo: Até 12/07/07
815.597/97-Nº694-Bogo, Bogo & Cia Ltda-Prazo: Até 24/03/07
815.323/02-Nº998-Reis Eng. de Obras Ltda-Prazo: Até 02/05/07
Determina a Averbação da Cessão dos Direitos do Licenciamento. (7.49)
815.041/01-Nº868-Elídio Matias Sens-ME em favor de Nicolau Carlos Jordão-ME-CNPJ: 01542970/0002-62.
815.560/02-Nº1027-Adelmo Arcenio Schwinden-ME em favor da empresa Jean Carlos Zimermann, CNPJ:83140269/0001-09.
Homologa a renúncia do Registro de Licença/Área disponível.(7.84)(3.28)
815.454/02-Lunelli Ind. Têxtil Ltda

ARIEL ARNO PIZZOLATTI

RETIFICAÇÃO

Na relação18/2006, publicada no D.O.U. de 05/06/2006, Seção I, DNPM815.344/99, onde se lê: "Licenciamento1114", leia-se: "Licenciamento1144".

15º DISTRITO

DESPACHOS DO CHEFE
RELAÇÃO Nº 19/2006

FASE DE LICENCIAMENTO
Determina o cumprimento de exigência, prazo de 30 (trinta) dias e a penalidade de Advertência(7.18)(7.74).
846.028/96-Of.213/06-Porto de Areia São Paulo do Potengí
846.039/97-Of.214/06-Severino Soares da Araújo Júnior
846.119/98-Of.215/06-Eliane Maria Tomas de Oliveira
846.120/98-Of.216/06-Carlos A. F. de Lima-ME
846.121/98-Of.217/06-Joseilda Maria Lima de Barros-ME
846.124/98-Of.218/06-Cerâmica Santa Cecília LTDA-Cecida
846.125/98-Of.219/06-Ismael Cosme Vieira
846.139/98-Of.220/06-Ivonélia Carvalho de Figueiredo Martins-ME
846.090/99-Of.221/06-Pedro Vaz Ribeiro Neto-ME
846.018/99-Of.222/06-Narcrete Nacional Prefabricados de Cimentos do Nordeste LTDA
846.103/99-Of.223/06-João Lins Vieira Neto
846.106/99-Of.224/06-Ricardo Moacyr Marinho Cartaxo846.130/99-Of.225/06-Fabrício Rufo Lins Bonifácio
846.225/06-Of.226/06-Paulo Sérgio Régis Toscano846.046/00-Of.227/06-846.047/00-Of.228/06 e 846.048/00-Of.229/06-Real Brita LTDA
846.062/00-Of.230/06-Pedro Bandeira dos Santos
846.063/00-Of. 231/06-Sebastião José Justino
846.073/00-Of.232/06-José Jailton Correia-ME
846.121/00-Of.233/06-Cerâmica São Matheus LTDA

846.136/00-Of.234/06-Pontes e Filho LTDA
846.128/00-Of. 235/06-Paulo Sérgio Régis Toscano
846.180/00-Of.236/06-Via Engenharia S/A
846.167/00-Of.237/06-Arnaldo Firmino da Silva
846.145/01-Of.238/06-Carlos Antônio Nogueira-ME
846.018/02-Of.239/06-Emidio Madruga Neto Me Areial Dois Irmãos
846.035/02-Of.240/06-Robinson Luís da Silva ME
846.059/02-Of.241/06-Manoel Lins de Oliveira Neto e CIA LTDA
846.063/02-Of.242/06-José Nazário do Nascimento
846.060/02-Of.243/06-Antônio Dega Lima
846.075/02-Of.244/06-Arnóbio Dantas do Nascimento
846.079/02-Of. 245/06-Iracy Alves Correia
846.116/02-Of.246/06-Contec-Indústria e Comércio LTDA ME
846.412/02-Of. 247/06-Rosângela Gomes de Melo -ME
846.150/03-Of.248/06-Antônio da Cruz Almeida-ME
846.151/03-Of.249/06-Mineração Rosendo LTDA
846.166/03-Of.250/06-Pedreira Caxetú LTDA
846.284/03-Of.251/06-Antônio Aldenorde Holanda-FI
846.077/04-Of.252/06-Delvito Rodrigues de Oliveira
846.165/04-Of.253/06-Camaco Mineração LTDA
846.220/05-Of.254/06-Micheline da Silva Pereira César
846.035/05-Of.255/06-Aqualuna Aquocultura LTDA
846.060/05-OF.256/06-Agricola Vale do Mangereba
846.055/00-Of.257/06-Lucena Empreendimentos e Construções LTDA
846.106/02-Of.258/06-João Batista de Almeida
846.059/01-Of.259/06-Empresa de Mineração Pirauá LTDA
846.051/04-Of.260/06-Fabrício Rufo Lins Bonifácio.

RELAÇÃO Nº 21/2006

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Homologa a renúncia do Alvará de Pesquisa/ Área Disponível. (2.94) e (3.28)
846.290/05-Min. Boa Vista Ltda
846.011/04-Min. Boa Vista Ltda
846.217/05-Ruy Manuel Carneiro Barbosa de Aca Belquior
Determina o cumprimento da exigência, prazo de 60 dias. (2.50)
846.226/02-Of.330/06-Min. Minasvit Ltda.
846.212/03-Of.328/06-Alexandre Da Gama Fernandes Vieira
846.197/03-Of.329/06-Min. Verde Agreste Ltda
Multa aplicada/prazo para pagamento: 30 dias.(2.24)
846.004/03; 846.005/03; 846.006/03; 846.007/03; 846.008/03 e 846.009/03-VF Granitos Ltda -ME
FASE DE LICENCIAMENTO
Indefere o requerimento de pesquisa. (7.38)
846.023/06-Empresa Brasileira de Construção LTDA
FASE DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Determina o cumprimento da exigência, prazo 60 dias. (1.31)
846.198/06-Of.334/06-Jesimiel Bento Simplício
846.189/06-Of.331/06-Angelina de Oliveira Pinto
846.202/06-Of.332/06-Min. Verde Agreste LTDA
846.186/06-Of.335/06-Rivaldo Marques Silva
846.204/06-Of.338/06-Haroldo Martins de Queiroz
846.164/06-Of.336/06-Companhia Vale do Rio Doce
846.199/06-Of.337/06-Ranieri Addário
846.203/06-Of.333/06-Ranieri Addário
846.174/06-Of.378/06-Crusader do Brasil Min. LTDA
846.180/06-Of.377/06-Min. Loghi Ltda
846.208/06-Of.373/06-Min. Boa Vista LTDA
846.205/06-Of.365/06; 846.207/06-Of.374/06;846.206/06-Of.372/06-Bramagran -Brasileiro Mármore e Granito Ltda.
846.175/06-Of.375/06-Crusader Do Brasil Min. Ltda
846.209/06-Of.364/06-Cimento Poty S/A
846.173/06-Of.351/06-João Antônio Alves da Silva
Homologa a desistência do requerimento de Pesquisa/Área Disponível.(1.57)(3.28)
846.192/06-Pedreiras do Brasil S.A.
Indefere o requerimento de pesquisa.(1.21)
846.058/05-Alcides Carneiro Cavalcanti Júnior
Indefere o requerimento de pesquisa.(1.01)
846.190/06-Cimento Poty S/A
Defere o Registro de Licença.(7.30)
846.182/06-Nº169/06-José Roberto Silva Dantas ME-Prazo até: 15.52036
FASE DE CONCESSÃO DE LAVRA
Auto de Infração lavrado para aplicação de multa/prazo para a defesa ou pagamento: 30 dias.(4.59)
840.021/81-A.I.49/06-Min. Paraibana Ltda
000.431/51-A.I.51/06-Calcareo Tabu Ltda
840.303/81-A.I.50/06-Cerâmica Cordeiro do Nordeste S.A.
840.135/93-A.I.44/06-Min. Espinharas Ltda
840.344/93-A.I.45/06-COGRAN -Coesa Granitos S.A.
846.066/94-A.I.46/06-Cojuminas Cojuda Min. Ltda
840.116/92-A.I. 48/06-Britagem e Construções Santo Amaro Ltda

ALEX ANTÔNIO DE AZEVEDO CRUZ

18º DISTRITO

DESPACHOS DO CHEFE
RELAÇÃO Nº 15/2006

FASE DE LICENCIAMENTO
Indefere o Requerimento de Registro de Licença.(7.78).
878.099/05-Ernando Reinaldo Silva
Determina o cumprimento de exigência, prazo de 60 dias.(7.18)
878.068/02-Of.160/06-REMATEL-Recup. de Malha Asfáltica e Terrapl. Ltda.
878.002/06-Of.164/06-Cooperativa dos Trab. em Ext., Benef. e Com. de Rochas de Tomar do Geru
878.096/05-Of.192/06-Cerâmica Paraíso Ltda.
878.105/05-Of.230/06-José Lima Industrial -EPP
Defere o registro de licença.(7.30)
878.076/05-Nº147/06-Ipanema Const. e Com. Ltda.-a partir de 03.07.06 até 03.07.07
878.003/06-Nº148/06-Vieira e Lima Ind. e Com. Ltda.-a partir de 12.12.05 até 12.12.09.
878.078/05-Nº149/06-Santana & Filhos Ltda.-a partir de 26.08.05 até 26.08.15.
878.112/05-Nº150/06-Cerâmica Olegário Ltda-ME.-a partir de 20.06.06 até 20.06.11.
878.113/05-Nº151/06-Cerâmica Araújos Ltda-ME.-a partir de 12.12.05 até 12.12.09.
878.111/05-Nº152/06-Cerâmica Marçal Ltda-ME.-a partir de 12.12.05 até 12.12.09.
878.114/05-Nº153/06-Cerâmica Sindoca Ltda- ME.-a partir de 12.12.05 até 12.12.09.
878.015/06-Nº154/06-Cerâmica Martins Fontes Ltda.-a partir de 25.10.05 até 25.10.15.
878.022/06-Nº155/06-Agrovel Agricultura e Veterinária Ltda.-a partir de 20.04.06 até 20.04.07.
Defere a Renovação do Registro de licença.(7.42)
878.055/04-Nº107/05-José Carlos dos Santos Locação-ME-a partir de 19.06.06 até 19.06.07.
FASE DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Determina o cumprimento de exigência, prazo de 60 dias.(1.31)
878.010/06-Of.114/06-Akbar Com., Exp. e Imp. Ltda.
FASE DE REQUERIMENTO DE CONCESSÃO DE LAVRA
Determina o cumprimento de exigência, prazo de 60 dias.(3.61).
878.033/05-Of.158/06-Antônio Augusto Leite Franco
878.053/99-Of.166/06-João Antônio Macedo Santana
878.029/99-Of.236/06-Céramus Bahia S/A Produtos Cerâmicos
FASE DE CONCESSÃO DE LAVRA
Determina o cumprimento de exigência, prazo de 60 dias.(4.70)
878.019/99-Of.154/06-Água Mineral Imperial Ind. E Com. Ltda.
878.046/00-Of.155/06-Aquimar Com. e Ind. Refrigerante e Prestação de Serviço Ltda

LUIZ ALBERTO MELO DE OLIVEIRA

19º DISTRITO

DESPACHOS DO CHEFE
RELAÇÃO Nº 39/2006

FASE DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Indefere o requerimento de pesquisa.(1.21).
886.145/05-Rio Madeira Com., Imp, e Exp, de Minérios Ltda.
Determina o cumprimento de exigência, prazo de 60 dias.(1.31)
886.244/03-Of.1.491/06-Carlos Alberto Alves Gomes
886.094/06-Of.1.530/06-Rede Gusa Mineração Ltda.
886.095/06-Of.1.539/06-Rede Gusa Mineração Ltda.
886.096/06-Of.1.530/06-Rede Gusa Mineração Ltda.
886.097/06-Of.1.539/06-Rede Gusa Mineração Ltda.
886.108/06-Of.1.531/06-Bantu Mineração Ltda.
886.109/06-Of.1.536/06-Bantu Mineração Ltda.
886.115/06-Of.1.517/06-Geralda Márcia Oliveira Diana
886.116/06-Of.1.534/06 e 1.535/06-Albino Gomes Damacena
886.130/06-Of.1.550/06-Gutemberg Francisco de Souza - FI
886.076/06-Of.1.549/06-Min. Vale Du Granito Ltda
886.118/06-Of.1.547/06-Carlos André Tadeu Majer
886.121/06-Of.1.544/06-Planacon-Ind. e Com. da Const. Ltda
886.075/06-Of.1.773/06- METALMIG-Min., Ind. e Com. Ltda.
Torna sem efeito a exigência publicada. (1.37)
886.080/06-Of.1.524/06-Zortton Com. e Representações Ltda
FASE DE DISPONIBILIDADE
Homologa a desistência do requerimento de Pesquisa/Área disponível.(1.57)(3.28)
886.309/03-Rio Tinto Desenvolvimentos Minerais Ltda.
886.110/05 e 886.103/05-Min. Acará Ind. e Com. Ltda
Indefere o requerimento de Pesquisa.(1.70)
886.087/05 -Min. Santa Elina Ind. e Com. S/A.
FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Nega aprovação ao relatório de pesquisa/Área disponível.(3.18)(3.28)
886.029/04-Cia. de Min. de Rondônia CMR.
886.037/2002 - Zenilda Betzel Luxinger
Auto de Infração lavrado/Prazo de 30 dias.(6.38).
886.192/2004-A.I.705/06-Subsolo Min. Ind. e Com. Ltda.
886.042/2004-A.I.704/06-Min. Estrela do Norte Ltda.-ME.
Auto de Infração lavrado/Prazo de 30 dias.(224).
886.192/2004-A.I.702/06-Subsolo Min. Ind. e Com. Ltda.
Autoriza a averbação dos atos de transferência de Alvará de Pesquisa.(2.81)
886.460/04 e 886.461/04-de:Ednei Pereira do Santos para: Yang Tower Song-CPF: 850.639.249-72
FASE DE REQUERIMENTO DE CONCESSÃO DE LAVRA
Determina o cumprimento de exigência, prazo de 60 dias.(3.61)
886.011/99-Of.1.540/06-Ronei Carvalho Pereira
FASE DE LICENCIAMENTO
Defere o registro de licença (7.30).
886.156/06-Nº06/06-DPZ Com., Serv., Imp. e Exp. Ltda-Venc.05.05.10.
886.136/06-Nº07/06-Cerâmica Alles Ltda-ME-Venc. 05.05.10.
886.567/04-Nº08/06-Daniel Tiago da Silva ME-Venc. 09.10.26
886.565/04-Nº09/06-Cerâmica Romana Ltda.-Venc. 09.10.26

DEOLINDO DE CARVALHO NETO

20º DISTRITO

DESPACHOS DO CHEFE
RELAÇÃO Nº 22/2006

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada/prazo para o pagamento: 30 dias.(6.44)
896.160/02-Carlos Augusto Pretti Moraes
896.169/02-Florindo Antônio de Freitas
896.179/02-Terranorte Locações e Terraplanagem Ltda-ME
896.183/02-Maria de Lordes Barreto Teixeira
896.189/02-Carlos Augusto Pretti Moraes
896.229/02-Imigrante Min.Ltda-ME
896.255/02-Roberto Soares Fonseca
896.294/02-Julio César Martins
896.305/02-José Fernando Costalonga
896.339/02-Dervani Antônio Alves
896.355/02-Ailton Vimercati da Costa
896.359/02-Simone Checon
896.361/02-Almiro Gonçalves
896.382/02-Carlos Aguido dos Passos
896.387/02-José Luiz de Souza
896.416/02-Cirlene Vimercate Fernandes
896.470/02-Emerson Souza dos Santos
896.480/02-Jacy Durães
896.490/02-Eduarte Teixeira Filho
896.514/02-Celestino Pinto
896.515/02-Celestino Pinto
896.610/02-Jandir Fraga
896.673/02-Min. Santa Luzia Ltda-ME
896.691/02-Anderson Surlo
896.670/02-Vengran-Granitos e Mármores do Brasil Ltda-ME
896.728/02-José Carlos Marques Vieira
Auto de Infração lavrado/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias.(635)
896.562/02-Mineradora Nova Almeida Ltda
Auto de Infração lavrado/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias.(6.38)
896.226/02-Antônio Vitorino Neto
896.447/02-Altair Olmo
896.489/02-Balmat Com. Ind. e Exp. Ltda
Multa aplicada/prazo para o pagamento: 30 dias.(6.41)
896.704/02-Erenilton Lourenção Cristo
896.704/02-Erenilton Lourenção Cristo

ADAUTO RICARDO RIBEIRO

22º DISTRITO

DESPACHOS DO CHEFE
RELAÇÃO Nº 27/2006

FASE DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Indefere o requerimento de pesquisa.(1.01)
806.046/06 E 806.047/06-J.R.Faria Fertilizantes-ME

RELAÇÃO Nº 35/2006

FASE DE DISPONIBILIDADE
850.710/79-Indefere os requerimentos de habilitação formulados por CONSOLE-Construtora Soares Leite ltda. e A. C. de Paiva Fernandes Filho - ME, em conseqüência determino o Arquivamento Definitivo deste processo, Declaro Livre a presente área a partir de 27/09/03.(3.08)(4.94)
800.701/88 e 800.702/88-Indefere os requerimentos de habilitação formulados por J. Fernando Tajra Reis (Apoio Engenharia em Mineração) e Brazmin ltda.; em conseqüência determino o Arquivamento Definitivo deste processo, Declaro Livre a presente área a partir de 13/02/05.(3.08)(4.94)
806.119/96-Indefere os requerimentos de habilitação formulados por Mineração Atlântica ltda. e por Gesso Integral - Exploração e Comercialização de Gipsita Grajaú ltda., em conseqüência determino o Arquivamento Definitivo deste processo, Declaro Livre a presente área a partir de 23/05/06.(3.59)(1.55)(1.58)
806.027/98-Indefere o requerimento de habilitação formulado por CBE - Companhia Brasileira de Equipamento, em conseqüência determino o Arquivamento Definitivo deste processo, Declaro Livre a presente área a partir de 20/07/05. (3.59)(1.55)(1.58)
806.055/01 e 806.085/01-Indefere os requerimentos de habilitação formulados por Casa Grande Mineração ltda., em conseqüência determino o Arquivamento Definitivo destes processos, Declaro Livre as presentes áreas a partir de 23/05/05.(3.59)(1.55)(1.58)
806.021/02-Indefere o requerimento de habilitação formulado por Rosa Clélia Araújo dos Santos, em conseqüência determino o Arquivamento Definitivo deste processo, Declaro Livre a presente área a partir de 15/11/05.(3.59)(1.55)(1.58)
806.059/02-Indefere o requerimento de habilitação formulado por MCT Mineração ltda.; em conseqüência determino o Arquivamento Definitivo deste processo, Declaro Livre a presente área a partir de 24/10/04.(3.59)(1.55)(1.58)
806.112/03, 806.113/03, 806.114/03, 806.116/03, 806.117/03, 806.115/03, 806.118/03, 806.120/03, 806.121/03, 806.122/03-Indefere os requerimentos de habilitação formulados por Casa Grande Mineração ltda., em conseqüência determino o Arquivamento Definitivo destes processos, Declaro Livre as presentes áreas a partir de 30/08/05.(3.59)(1.55) (1.58)

806.146/04 e 806.147/04 Indefere o requerimento de habilitação formulado por CBE - Companhia Brasileira de Equipamento, em conseqüência determino o Arquivamento Definitivo deste processo, Declaro Livre a presente área a partir de 30/08/05.(3.59)(1.55)(1.58)
806.198/04 e 806.199/04-Indefere o requerimento de habilitação formulado por TURFAMAR - Extração Indústria Comércio e Representação ltda.; em conseqüência determino o Arquivamento Definitivo deste processo, declaro livre a presente área a partir de 30/08/05.(3.59)(1.55)(1.58)
Declara prioritária para fins de obtenção da autorização de pesquisa.(3.03)
806.129/03-Loguiminas Serviços E Mineração Ltda.-CNPJ: 21.962.006/0001-10.

AFONSO ERNANI ARRAES BRAUNA

23º DISTRITO

DESPACHOS DO CHEFE
RELAÇÃO Nº 15/2006

FASE DE REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Determina o cumprimento de exigência, prazo de 60 dias.(1.31)
868.100/02-Of.724/06-Construtora São Jerônimo Obras, Transp. e Com. Ltda
868.142/04-868.144/04-868.148/04-Of.719/06-Mineração Guidoni Ltda
868.143/04-868.145/04-868.146/04-868.147/04-Of.719/06-Min Guidoni Ltda
868.059/06-Of.626/06-Ricardo Akio Masumoto
868.075/06-868.076/06-Of.706/06-Rosemary Gervasio Ladeira
868.077/06-Of.706/06-Rosemary Gervasio Ladeira
868.082/06-868.083/06-868.084/06-868.085/06-868.086/06-868.087/06-868.088/06-868.089/06-868.090/06-Of.707/06-MMX Corumbá Mineração Ltda
868.092/06-Of.728/06-TV Técnica Viária Construções Ltda
868.095/06-Of.729/06-Mineração Antena Dourada Ltda.
FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Defere o pedido de reconsideração do indeferimento do requerimento de mudança de regime.(2.62)
868.003/05-Marques Mineradora Ltda-EPP
Nega aprovação ao relatório de pesquisa/Área disponível(3.18)(3.28)
868.066/03, 868.103/03 e 868.104/03-Décio Garcia Nascimento
Auto de Infração lavrado/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.38)
868.016/03-A.I.97/06-Anagildes Caetano de Oliveira
868.068/03-A.I.98/06-Wajdi Ibrahim El Haouli
868.110/03-A.I.99/06-Holário Monteiro Horta
868.261/03-A.I.100/06-Monique Giordanetti de Souza Firmo
868.269/03-A.I.101/06-Geraldo Villela de Souza Filho
868.077/04-A.I.102/06-Agnaldo Pierre dos Santos
868.137/05-A.I.103/06-Construtora Industrial São Luiz S.A.
Multa aplicada/prazo para pagamento: 30 dias.(6.44)
868.150/99 e 868.151/99-Fernando Reis Giordano
868.011/03, 868.035/03, 68.013/03 e 868.014/03-Daniel Yukito Akabane
868.025/03-Luiz Claudio Sabedotti Fornari
868.293/03 e 868.294/03-Min. e Com. Minerstone Ltda-ME
868.026/04-Valmor Jose Andrade
868.057/04 e 868.071/04-Intercola Transp. Terraplenagem e Const. Ltda
FASE DE REQUERIMENTO DE CONCESSÃO DE LAVRA
Determina o cumprimento de exigência, prazo de 30 dias.(3.61)
868.483/94-Of.720/06-Antonio Brida
868.963/94-Of.721/06-Leôncio de Souza Brito Filho
Determina o cumprimento de exigência, prazo de 60 dias.(3.61)
868.216/95-Of.722/06-Pedreira Santo Onofre Ltda
868.242/95-Of.723/06-Pedreira Santo Onofre Ltda
868.020/03-Of.689/06-Extração de Areia Bergamo Ltda
868.062/03-868.063/03-Of.697/06-Mineração Grande Lago Ltda
Indefere o pedido de prorrogação do prazo para cumprimento das exigência.(3.63)
868.329/00-Of.452/06-J M Lada & Cia Ltda
Prorroga por 30 dias o prazo para cumprimento das exigência..(3.64)
868.116/00-Of.725/06-Sofia Nadir Ocampo-ME
FASE DE CONCESSÃO DE LAVRA
Multa aplicada/prazo para pagamento: 30 dias.(4.60)
968.004/94-Camargo Corrêa Cimentos S/A
860.811/80-AI nº 51 e 52/SEM/06-Empresa de Gestão de Recursos Humanos e Patrimônio de MS
Determina o cumprimento de exigência, prazo de 60 dias.(4.70)
866.276/88 e 867.179/92-Of.696/06-Pedreira Britamat Ltda
966.347/89-Of.127/SEM/06-Urucum Mineração S/A
868.336/96-Of.690/06-Mineração Campo Grande/MS
Relação dos parcelamentos de débitos com a Multa.(6.65)
866.090/90-Mármores Exóticos Ltda-EPP- 05 parcelas de: R$ 317,54
807.709/70-Mineradora Cruzeiro do Sul Ltda-36 parcelas de: R$ 351,51
FASE DE LICENCIAMENTO
Indefere e o requerimento de Registro de Licença.(7.03)
868.080/06-Cascalheira Panorama Ltda-ME
868.081/06-Chavier Francisco da Silva
Determina o cancelamento do Registro de Licença/Área disponível.(7.04)(3.28)
868.066/02-Porto de Areia Santo Antonio Ltda-ME
Determina o cumprimento de exigência, prazo de 60 dias.(7.18)
866.588/93-Of.96/SEM/06-Construtora São Jerônimo Obras, Transp. e Com. Ltda
868.324/00-Of.130/SEM/06-Rynaldo Reis Giordano
868.125/02-Of.705/06-Geraldo Vieira Coutinho-ME
868.142/02-Of.129/SEM/06-Paulo Roberto Bortoletto-ME
868.078/06-Of.702/06-Cascalheira Panorama Ltda-ME
868.079/06-Of.704/06-Gomes Acanjo Com de Areia e Pedra Ltda.
Aplica a penalidade de advertência e determina o cumprimento de exigência, prazo de 30 dias (7.74) e (7.18)
868.189/02-Of.125/SEM/06-Barros e Filhos Ltda-ME
868.278/03-Of.124/SEM/06-Copel-Construções de Obras Ltda-ME
Defere o Registro de Licença.(7.30)
868.091/06-Nº21/06-F. Andreis e Cia Ltda.-Prazo: até 10/03/07
Auto de Infração lavrado/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias.(7.61)
868.079/02-A.I.101/SEM/06-DM Construtora de Obras Ltda
868.189/02-A.I.103/SEM/06-Barros e Filhos Ltda-ME
868.278/03-A.I.102/SEM/06-Copel-Construções de Obras Ltda-ME
Multa aplicada/prazo para pagamento: 30 dias.(7.73)
868.147/00-A.I.59/SEM/06-Heleno Henrique da Silva-ME
868.142/02-A.I.32/SEM/06-Paulo Roberto Bortoletto-ME

VALDEZ STEINLE DE CARVALHO

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 155, DE 4 DE SETEMBRO DE 2006

OS MINISTROS DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR e DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, no uso das atribuições que lhes confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no § 6º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, e considerando o que consta no processo MDIC nº 52000.009373/2005-62, de 15 de março de 2005, resolvem:

Art.1º O Processo Produtivo Básico para o produto SOLUÇÕES PARENTERAIS E SANEANTES, industrializado na Zona Franca de Manaus, estabelecido pela Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 146, de 18 de maio de 2005, passa a ser o seguinte:

I - formulação;
II - pesagem;
II - manipulação;
IV - envasamento; e
V - esterilização, aplicável somente ao produto solução parenteral.

§1º Todas as etapas do Processo Produtivo Básico acima descritas deverão ser realizadas na Zona franca de Manaus.

§2º As atividades ou operações inerentes às etapas de produção poderão ser realizadas por terceiros, desde que obedecido o Processo Produtivo Básico, exceto uma, que não poderá ser objeto de terceirização.

Art.2ºAs matérias-primas utilizadas na fabricação dos produtos, cuja venda se destinar a outras partes do País, que não a Zona Franca de Manaus, deverão ser de fabricação nacional.

Art.3º As matérias-primas serão consideradas de produção nacional quando:

I - Produzidos na Zona Franca de Manaus, conforme o Processo Produtivo Básico respectivo, estabelecido por Portaria Interministerial; e/ou

II - Produzidos em outras regiões do País, que a não a Zona Franca de Manaus, atendendo às Regras de Origem do MERCOSUL, previstas no Decreto no 2.874, de 10 de dezembro de 1998.

Art. 4º A empresa fabricante deverá atender às exigências regulamentares da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

Art.5º Sempre que fatores técnicos ou econômicos, devidamente comprovados, assim o determinarem, a realização de qualquer etapa do Processo Produtivo Básico poderá ser suspensa temporariamente ou modificada, através de portaria conjunta dos Ministros de Estado do Desenvolvimento, Industria e Comercio Exterior e da Ciência e Tecnologia.

Art.6º Fica revogada a Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 146, de 18 de maio de 2005.

Art.7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ FERNANDO FURLAN
Ministro de Estado do Desenvolvimento,Indústria e Comércio Exterior

SERGIO MACHADO REZENDE
Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 156, DE 4 DE SETEMBRO DE 2006

OS MINISTROS DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR e DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, no uso das atribuições que lhes confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no § 6º do art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, e considerando o que consta no processo MDIC nº 52000.011836/2006-37, de 10 de agosto de 2006, resolvem:

Art. 1º Estabelecer para o produto ODORIZADOR DE AMBIENTE, industrializado na Zona Franca de Manaus e apresentado sob as formas descritas nos incisos de I a III, os seguintes Processos Produtivos Básicos:

I - ODORIZADOR DE AMBIENTE NA FORMA DE PASTILHAS IMPREGNADAS E GEL:
a) preparação das matérias-primas;
b) pré-pesagem dos ingredientes;
c) fabricação do material com princípio ativo, compreendendo, ao menos, uma das seguintes etapas: mistura e homogeneização dos componentes; corte e impregnação de celulose; montagem; e envasamento de gel no recipiente;
d) fabricação do sachê e encartuchamento do material com princípio ativo; e
e) montagem do recipiente com princípio ativo no dispositivo dispersor não elétrico.

II - ODORIZADOR DE AMBIENTE EMBALADO SOB PRESSÃO:
a) preparação das matérias-primas;
b) mistura dos componentes;
c) envasamento da mistura no recipiente;
d) aplicação de gás propelente;
e) colocação da válvula e da tampa no recipiente;
f) injeção plástica das partes e peças, quando aplicável;
g) montagem das partes e peças; e
h) teste de estanqueidade do recipiente, quando aplicável.

III - ODORIZADOR DE AMBIENTE DE AÇÃO CONTÍNUA GEL - ELÉTRICO:
a) preparação das matérias-primas;
b) fabricação do material com princípio ativo, compreendendo, ao menos, uma das seguintes etapas: mistura e homogeneização dos componentes; pré-formagem, montagem e envasamento do recipiente;
c) blistagem ou encartuchamento do produto com princípio ativo; e montagem do recipiente com princípio ativo no aparelho dispersor.

§ 1º Todas as etapas do Processo Produtivo Básico acima descritas deverão ser realizadas na Zona Franca de Manaus.

§ 2º As atividades ou operações inerentes às etapas de produção estabelecidas neste artigo poderão ser realizadas por terceiros, desde que obedecido o Processo Produtivo Básico, exceto uma das etapas, de cada um dos incisos, que não poderão ser terceirizadas.

Art. 2º Os aparelhos elétricos e recipientes metálicos de folha de flandres utilizados na fabricação dos produtos: odorizador de ambiente na forma de pastilhas impregnadas, odorizador de ambiente de ação contínua elétrico e odorizador de ambiente embalado sob pressão, deverão ser de fabricação nacional, ficando dispensada a fabricação nacional dos recipientes metálicos de alumínio, pelo prazo de 12 (doze) meses, contado a partir da data de publicação desta Portaria.

Parágrafo único. Os aparelhos elétricos e recipientes metálicos citados no caput deste artigo serão considerados de fabricação nacional quando:

I - produzidos na Zona Franca de Manaus, conforme Processo Produtivo Básico respectivo; ou

II - produzidos em outras regiões do País, que não na Zona Franca de Manaus, atendendo às Regras de Origem do MERCOSUL previstas no Decreto nº 2.874, de 10 de dezembro de 1998.

Art. 3º A empresa deverá realizar exportações e/ou efetuar aplicação em atividades de pesquisa e desenvolvimento na Amazônia Ocidental, nos termos definidos pelo Conselho de Administração da SUFRAMA - CAS.

Art. 4º A empresa fabricante deverá atender à legislação pertinente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

Art. 5º Sempre que fatores técnicos ou econômicos, devidamente comprovados, assim o determinarem, a realização de quaisquer etapas do Processo Produtivo Básico poderá ser suspensa temporariamente ou modificada, através de portaria conjunta dos Ministros de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Ciência e Tecnologia.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ FERNANDO FURLAN
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

SÉRGIO MACHADO REZENDE
Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 157, DE 4 DE SETEMBRO DE 2006

OS MINISTROS DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR e DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, no uso das atribuições que lhes confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no § 6º do art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, e considerando o que consta no processo MDIC nº 52000.011323/2006-26, de 03 de agosto de 2006, resolvem:

Art. 1º Estabelecer para o produto AREIA RECICLADA PARA FUNDIÇÃO, industrializado na Zona Franca de Manaus, o seguinte Processo Produtivo Básico:

I - coleta da areia;
II - classificação da areia;
III - descontaminação;
IV - recobertura da areia com resina; e
V - inspeção laboratorial.

§ 1º Todas as etapas do Processo Produtivo Básico acima descritas deverão ser realizadas na Zona Franca de Manaus.

§ 2º As atividades ou operações inerentes às etapas de produção poderão ser realizadas por terceiros, desde que obedecido o Processo Produtivo Básico, exceto uma das etapas, que não poderá ser terceirizada.

Art.2º Sempre que fatores técnicos ou econômicos, devidamente comprovados, assim o determinarem, a realização de quaisquer etapas do Processo Produtivo Básico poderão ser suspensas temporariamente ou modificadas, através de portaria conjunta dos Ministros de Estado do Desenvolvimento, Industria e Comercio Exterior e da Ciência e Tecnologia.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ FERNANDO FURLAN
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

SERGIO MACHADO REZENDE
Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia

SECRETARIA-EXECUTIVA

PORTARIA Nº 104, DE 5 DE SETEMBRO DE 2006

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, no uso de suas atribuições legais e considerando a Portaria nº 242/MP, de 29 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Ampliar os limites autorizados para as despesas relacionadas a diárias, passagens e despesas com locomoção, financiadas com recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, referidas no Art. 1º da Portaria nº 36/SE/MDIC, de 13 de março de 2006, na forma do Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ OSWALDO DA SILVA

ANEXO I

DIÁRIAS, PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO AMPLIAÇÃO DOS LIMITES CONSTANTE DO ANEXO II DA PORTARIA
Nº 36/SE/MDIC, DE 13/03/2006
R$ 1,00

UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS		ATÉ DEZ
28101	MDIC	2.003.000
28202	INMETRO	600.000
28203	INPI	600.000
28233	SUFRAMA	600.000
TOTAL GERAL		3.803.000

EXCLUSIVE SUBFUNÇÃO 625 e 125.

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

CIRCULAR Nº 60, DE 5 DE SETEMBRO DE 2006

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, nos termos do Acordo sobre a Implementação do Art. VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994 e promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, de acordo com o disposto no art. 3º do Decreto nº 1.602, de 23 de agosto de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo MDIC/SECEX-RJ 52500.023916/2005-13 e do Parecer nº 13, de 4 de setembro de 2006, elaborado pelo Departamento de Defesa Comercial - DECOM desta Secretaria, conforme consta do Anexo à presente Circular, decide:

1. Tornar público que concluiu-se por uma determinação preliminar positiva de continuação/retomada de dumping e do dano dele decorrente, na hipótese de eliminação dos direitos antidumping aplicados às importações da Nova Zelândia e da União Européia e do compromisso de preços homologado com a empresa Arla Foods Ingredients Amba, da Dinamarca, que devem ser observados quando das importações de leite em pó integral e desnatado, não fracionado, ou seja, em embalagens não destinadas a consumo no varejo, classificado nos itens 0402.10.10, 0402.10.90, 0402.21.10, 0402.21.20, 0402.29.10 e 0402.29.20 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM.

2. Informar que essa determinação tem por objetivo permitir que os produtores e exportadores estrangeiros avaliem a conveniência de assumir voluntariamente compromissos de preços, previstos no art. 35 do Decreto nº 1.602, de 23 de agosto de 1995.

3. Estabelecer que compromissos de preços que vierem a ser apresentados com base na determinação preliminar positiva divulgada nesta Circular, considerando os prazos da investigação, deverão ser protocolizados na SECEX, localizada à Praça Pio X, 54 - Loja - Centro - Rio de Janeiro (RJ) - CEP 20.091-040, o mais breve possível.

ARMANDO DE MELLO MEZIAT

ANEXO

1. Do processo

1.1. Dos antecedentes

Em janeiro de 1999, a Confederação Nacional da Agricultura encaminhou petição de abertura de investigação de dumping, dano e relação causal entre esses, nas exportações de leite para o Brasil, originárias da Argentina, Austrália, Nova Zelândia, União Européia e Uruguai.

Concluída a investigação, foi publicada no Diário Oficial da União - D.O.U., em 23 de fevereiro de 2001, a Resolução CAMEX nº 1, de 2 de fevereiro de 2001, por meio da qual foi encerrada a investigação com aplicação de direitos antidumping definitivos no que tange à Nova Zelândia (3,9%), à União Européia (14,8%) e ao Uruguai (16,9%), e sem aplicação de medida definitiva no que diz respeito à Austrália, tendo sido, também, homologados os compromissos propostos pelas empresas da Argentina e da Dinamarca, com a suspensão da investigação no caso desses dois últimos países.

Posteriormente, por meio da Resolução CAMEX nº 10, de 3 de abril de 2001, publicada no D.O.U. de 4 de abril de 2001, foi homologado o compromisso de preços proposto pelas empresas do Uruguai, tendo sido suspensa a aplicação do direito antidumping.

O produto importado, objeto das medidas estabelecidas, é o leite em pó ou granulado, desnatado e integral, não fracionado, ou seja, acondicionado em embalagens não destinadas a consumo no varejo, classificado nos códigos 0402.10.10, 0402.10.90, 0402.21.10, 0402.21.20, 0402.29.10 e 0402.29.20 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM).

1.2. Das revisões já concluídas

A Circular SECEX nº 66, de 22 de agosto de 2003, publicada no D.O.U. no dia 25 de agosto de 2003 e a Circular SECEX nº 81, de 28 de outubro de 2003, publicada no D.O.U. de 31 de outubro de 2003, tornaram público que os compromissos firmados, respectivamente, com produtores de leite em pó da Argentina e do Uruguai, extinguir-se-iam em 23 de fevereiro de 2004, no caso da Argentina, e em 4 de abril daquele mesmo ano, em se tratando do Uruguai. A CNA, em ambos os casos, manifestou intenção de apresentar petição, o que foi feito dentro do prazo estabelecido nas circulares supramencionadas.

Em 20 de fevereiro de 2004 foi publicada no D.O.U. a Circular SECEX nº 9, de 18 de fevereiro de 2004, por intermédio da qual foi dado início à revisão do compromisso de preços, no que diz respeito à Argentina, tendo sido o mesmo mantido no curso desse processo.

Em 5 de abril de 2004 foi publicada no D.O.U. a Circular SECEX nº 19, de 1º de abril de 2004, por intermédio da qual foi dado início à revisão do compromisso de preços, no que tange ao Uruguai, o qual se manteve inalterado ao longo da revisão.

Essas revisões foram suspensas, em razão da conclusão de novos compromissos de preços. As Resoluções nº 2, de 17 de fevereiro de 2005, publicada no D. O. U. de 18 de fevereiro de 2005, e nº 9 , de 4 de abril de 2005, publicada no D.O.U. de 5 de abril de 2005, ambas da CAMEX, homologaram esses compromissos, a primeira, em se tratando da Argentina, e a segunda no caso do Uruguai.

1.3. Da revisão atual

Atendendo ao disposto na Circular SECEX nº 55, de 24 de agosto de 2005, publicada no D.O.U. de 25 de agosto de 2005, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), doravante designada como CNA ou peticionária, em 15 de setembro de 2005, manifestou interesse na revisão dos direitos antidumping aplicados sobre as importações de leite em pó da União Européia e da Nova Zelândia, bem como do compromisso de preços firmado com a empresa Arla Foods Ingredients Amba, da Dinamarca, doravante citada como Arla Foods, aplicado às importações de leite em pó daquela origem. Posteriormente, em 23 de novembro de 2005, a CNA protocolizou a petição solicitando a prorrogação das medidas.

1.3.1. Da representatividade da peticionária

O Presidente da República, por meio do Decreto nº 53.516, de 31 de janeiro de 1964, reconheceu a Confederação Rural Brasileira, sob a denominação de Confederação Nacional da Agricultura, como sede sindical de grau superior, coordenadora dos interesses econômicos da agricultura, da pecuária e similares, da produção extrativa rural, em todo o território nacional.

A Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Representantes da Confederação Nacional da Agricultura, realizada em 22 de novembro de 2001, registra a alteração da denominação da entidade para Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, sendo, no entanto, mantida a sigla CNA.

Com base nessas informações, considerou-se a petição como feita pela indústria doméstica, uma vez que a CNA abrange todo o território nacional, ou seja, a totalidade da produção nacional de leite in natura, atendendo ao que dispõe o § 3º do art. 20 do Decreto nº 1.602, de 23 de agosto de 1995, doravante designado Regulamento Brasileiro.

1.4. Da abertura da revisão

A análise das informações apresentadas na petição levou à conclusão de que havia elementos suficientes que justificavam a revisão, tendo sido publicada, no D.O.U. de 21 de fevereiro de 2006, a Circular SECEX nº 14, de 17 de fevereiro de 2006, por intermédio da qual foi dado início à revisão dos direitos antidumping e do compromisso de preços em questão, sendo os mesmos mantidos no curso desse processo.

2. Da notificação e da solicitação de informações

A Delegação da Comissão Européia no Brasil, os Governos da Dinamarca e da Nova Zelândia e os fabricantes/exportadores estrangeiros identificados foram notificados, tendo sido encaminhadas cópias da petição e da Circular SECEX nº 14, de 2006. Aos importadores, processadores e à peticionária foram encaminhadas cópias da mencionada Circular. Foram, também, enviados às partes interessadas identificadas os respectivos questionários.

Ao Conselho Paritário Produtores/Indústria de Leite do Estado do Paraná, doravante designado Conseleite-Paraná, foram solicitadas informações relativas aos preços de leite em pó não fracionado, praticados no Brasil.

2.1. Do recebimento de informações

Responderam ao questionário, mesmo após a prorrogação do prazo inicialmente concedido, a empresa Fonterra Co-Operative Group Limited, da Nova Zelândia, doravante citada como Fonterra, e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil.

3. Do produto objeto das medidas, sua classificação e tratamento tarifário

O produto objeto dos direitos antidumping e do compromisso de preços é o leite em pó desnatado e integral, não fracionado, ou seja, acondicionado em embalagens não destinadas a consumo no varejo, classificado nos itens 0402.10.10, 0402.10.90, 0402.21.10, 0402.21.20, 0402.29.10 e 0402.29.20 da NCM.

A alíquota do Imposto de Importação, vigente entre janeiro de 2000 e dezembro de 2005, para todas as NCM listadas, foi de 27% entre janeiro de 2001 e dezembro de 2005.

4. Da similaridade do produto

Não obstante contestações a respeito da similaridade tenham sido apresentadas, foi mantido o entendimento adotado na investigação original, tendo sido considerado produto similar ao importado (leite integral e desnatado, não fracionado) o leite in natura, definido como produto oriundo da ordenha completa, ininterrupta, em condições de higiene, de vacas sadias, bem alimentadas e descansadas, nos termos do art. 475 do Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal.

Na análise da similaridade foram consideradas as características dos produtos, o seu uso, o mercado a que se destinam e a intercambialidade entre eles.

5. Da indústria doméstica

Para efeito do exame relativo à retomada do dano, nos termos do que dispõe o art. 17 do Regulamento Brasileiro, definiu-se como indústria doméstica a totalidade da produção nacional de leite in natura, representada pela CNA.

6. Do dumping

O § 1º do art. 57, combinado com o § 5º do mesmo artigo do Regulamento Brasileiro, indica a necessidade de demonstração de que a extinção dos direitos e do compromisso levaria, muito provavelmente, à continuação ou retomada do dumping e do dano dele decorrente.

Os fabricantes/exportadores estrangeiros não apresentaram dados que permitissem a obtenção de valor normal e/ou preço de exportação, inclusive, a Fonterra, que embora tenha respondido ao questionário, deixou de apresentar seus preços no país de origem e de exportação.

O valor normal para os produtores da União Européia, inclusive a Arla Foods (Dinamarca), que firmou compromisso de preços, e para o produtor da Nova Zelândia (Fonterra), foi obtido com base nos fatos disponíveis, nos termos do § 3º do art. 27, combinado com o art. 66, do Regulamento Brasileiro.

De acordo com o disposto no item 1.2 da Circular SECEX nº 14, de 2006, adotou-se o período de janeiro a dezembro de 2005 para verificar a continuação e retomada do dumping.

6.1. Do valor normal

O valor normal foi determinado a partir dos preços divulgados pelo United States Department of Agriculture, doravante designado apenas como USDA, que são, inclusive, utilizados como parâmetro nos compromissos de preços firmados com os produtores/exportadores da Argentina e do Uruguai.

Aquele Departamento de Agricultura publica preços (mínimos e máximos) para a Europa e para a Oceania, de leite em pó integral e desnatado. O boletim Dairy Market News coleta, analisa e dissemina informações sobre diversos produtos, como leite, manteiga e queijo.

Aqueles preços foram considerados a melhor opção, para fins de determinação do valor normal, pois retratam os negócios com leite em pó integral e desnatado naqueles dois mercados.

Com base na média dos preços publicados no ano de 2005, foram estabelecidos os valores normais, na condição ex-fábrica, de US$ 2.232,02/t (dois mil duzentos e trinta e dois dólares estadunidenses e dois centavos por tonelada) e US$ 2.194,52/t (dois mil cento e noventa e quatro dólares estadunidenses e cinqüenta e dois centavos por tonelada), respectivamente, para o leite em pó integral e desnatado da Nova Zelândia, e de US$ 2.236,83/t (dois mil duzentos e trinta e seis dólares estadunidenses e oitenta e três centavos por tonelada) e US$ 2.232,50/t (dois mil duzentos e trinta e dois dólares estadunidenses e cinqüenta centavos por tonelada), respectivamente, para o leite integral e desnatado da União Européia.

6.2. Do preço de exportação

Segundo dados da Secretaria da Receita Federal (SRF), no ano de 2005, não ocorreram importações de leite em pó integral e desnatado, não fracionado, da União Européia. Em relação ao produto da Nova Zelândia, a partir da mesma fonte, verificou-se que as importações se limitaram ao leite em pó desnatado.

No caso da Nova Zelândia, do preço médio na condição FOB, apurado com base nos dados da SRF, foi deduzido US$ 30,00/t (trinta dólares estadunidenses por tonelada), referentes ao frete interno na origem, obtendo-se assim o preço de exportação da Nova Zelândia para o Brasil, na condição ex-fábrica, de US$ 2.034,67/t (dois mil e trinta e quatro dólares estadunidenses e sessenta e sete centavos por tonelada), para o leite em pó desnatado, não fracionado.

6.3. Da margem de dumping

A margem de dumping absoluta foi apurada a partir da comparação entre o valor normal e o preço de exportação, e a margem relativa de dumping, pela razão entre a margem de dumping absoluta e o preço de exportação.

A margem absoluta foi de US$ 159,85/t (cento e cinqüenta e nove dólares estadunidenses e oitenta e cinco centavos por tonelada) e a margem relativa foi de 7,9%, ficando, portanto, caracterizado que a Nova Zelândia continuou a praticar dumping em suas exportações de leite em pó desnatado ao Brasil.

6.4. Da comparação com os preços internos

Em se tratando da União Européia, não houve exportações para o Brasil, em 2005, de leite em pó integral e desnatado, não fracionado, o que equivale dizer que a Arla Foods, empresa dinamarquesa que firmou o compromisso de preços, também não vendeu para clientes brasileiros nesse período. Em relação à Nova Zelândia também não ocorreram exportações de leite em pó integral para o Brasil naquele ano.

A fim de caracterizar a condição estabelecida pelo Regulamento Brasileiro, com vistas à prorrogação dos direitos/compromisso de preços em questão, faz-se necessário demonstrar que a extinção dos mesmos, muito provavelmente, levará à continuação ou retomada da prática de dumping.

Para esse fim, procedeu-se à comparação dos valores normais com os preços domésticos. Essa metodologia se justifica, uma vez que é razoável supor que os produtores/exportadores da Nova Zelândia e da União Européia não venderiam leite em pó, integral e desnatado, para o Brasil, a preços superiores aos aqui praticados. Embora tenha ficado demonstrada, no caso do leite em pó desnatado neozelandês, a continuação da prática de dumping, ainda assim, procedeu-se à comparação ora descrita também em relação a esse produto.

Para proceder a uma comparação justa, no caso dos valores normais foram acrescidas as despesas na origem, de transporte até o Brasil e de internação, a fim de converte-los à condição CIF internado. Quanto aos preços domésticos, estes foram considerados na condição ex-fábrica.

Para cálculo dos valores normais na condição CIF internado, aos preços médios do USDA, na condição FOB, foram acrescidos US$ 184,00/t (cento e oitenta e quatro dólares estadunidenses por tonelada), no caso da Nova Zelândia, e US$ 61,20/t (sessenta e um dólares estadunidenses e vinte centavos por tonelada), no caso da União Européia, a título de despesas portuárias na origem e frete internacional e, ainda, 5% do preço ex-fábrica referente a seguro e despesas de movimentação e nacionalização. Todos esses valores foram informados pela Serlac Trading, primeira empresa constituída no Brasil com a finalidade exclusiva de exportação de produtos lácteos.

Foram obtidos os valores normais, na condição CIF internado, de US$ 3.218,05/t (três mil duzentos e dezoito dólares estadunidenses e cinco centavos por tonelada) e US$ 3.168,55/t (três mil cento e sessenta e oito dólares estadunidenses e cinqüenta e cinco centavos por tonelada), respectivamente, para o leite em pó integral e desnatado da Nova Zelândia, e de US$ 3.068,44/t (três mil e sessenta e oito dólares estadunidenses e quarenta e quatro centavos por tonelada) e US$ 3.062,72/t (três mil e sessenta e dois dólares estadunidenses e setenta e dois centavos por tonelada), respectivamente, para o leite integral e desnatado da União Européia.

Esses valores normais na condição CIF internado não contemplam os direitos antidumping de 3,9%, no caso da Nova Zelândia, e de 14,8%, em se tratando da União Européia, mas incluem o imposto de importação de 27%.

Diferentemente do procedimento adotado na abertura desta revisão, quando esta comparação levou em consideração os preços em dólares estadunidenses, nesta etapa, procedeu-se à comparação dos preços em reais, mediante a conversão das cotações do USDA para moeda nacional, tomando como base a média das taxas de câmbio correspondente a cada período de coleta de preços. Este critério confere maior precisão aos preços e, conseqüentemente, aos resultados obtidos.

Os valores normais apurados na condição CIF internado, ao serem convertidos para reais, resultaram nos preços de R$ 7.849,44/t (sete mil oitocentos e quarenta e nove reais e quarenta e quatro centavos por tonelada) e R$ 7.729,19/t (sete mil setecentos e vinte e nove reais e dezenove centavos por tonelada), respectivamente, para o leite em pó integral e desnatado da Nova Zelândia, e de R$ 7.488,89/t (sete mil quatrocentos e oitenta e oito reais e oitenta e nove centavos por tonelada) e R$ 7.467,18/t (sete mil quatrocentos e sessenta e sete reais e dezoito centavos por tonelada), respectivamente, para o leite integral e desnatado da União Européia.

Para a determinação dos preços domésticos foram consideradas as informações prestadas pela Universidade Federal do Paraná, que apura os preços divulgados pelo Conseleite-Paraná. Esses preços, na condição ex-fábrica, foram de R$ 5.128,30/t (cinco mil cento e vinte e oito reais e trinta centavos por tonelada) para o leite em pó integral, não fracionado, e de R$ 5.008,50/t (cinco mil e oito reais e cinqüenta centavos por tonelada) para o leite em pó desnatado, não fracionado.

A fim de comparar os preços domésticos e os valores normais então apurados, optou-se por efetuar os cálculos, na forma usualmente adotada para determinar as margens de dumping absoluta e relativa. Para esse fim, em lugar do preço de exportação, foram utilizados os preços domésticos, na suposição de que a Nova Zelândia e a União Européia não conseguiriam exportar para o Brasil a preços superiores àqueles, uma vez que os importadores optariam pela aquisição do produto brasileiro a preços mais baixos.

A comparação mostrou que os valores normais, na condição CIF, situaram-se em patamar superior aos preços domésticos nas seguintes proporções: R$ 2.721,14/t (dois mil setecentos e vinte e um reais e quatorze centavos por tonelada) e R$ 2.720,69/t (dois mil setecentos e vinte reais e sessenta e nove centavos por tonelada), respectivamente, para o leite em pó integral e desnatado da Nova Zelândia, e R$ 2.360,59/t (dois mil trezentos e sessenta reais e cinqüenta e nove centavos por tonelada) e R$ 2.458,68/t (dois mil quatrocentos e cinqüenta e oito reais e sessenta e oito centavos por tonelada), respectivamente, para o leite integral e desnatado da União Européia. Os percentuais correspondentes, apurados sobre os preços domésticos, foram, respectivamente, de 53,1% e 54,3% no caso da Nova Zelândia e, respectivamente, de 46% e 49,1% no caso da União Européia.

6.5. Da conclusão sobre a continuação/retomada do dumping

Constatou-se que, ante a extinção dos direitos, a Nova Zelândia e a União Européia, muito provavelmente, não exportariam leite em pó ao Brasil sem a prática de dumping.

A comparação entre os valores normais CIF internado e os preços domésticos permite concluir, preliminarmente, que haverá retomada do dumping, no caso das exportações de leite em pó integral e desnatado da União Européia para o Brasil, o mesmo ocorrendo em se tratando de exportações de leite em pó integral da Nova Zelândia para o Brasil.

No que diz respeito ao leite em pó desnatado da Nova Zelândia constatou-se, preliminarmente, que as exportações para o Brasil continuaram a ser efetivadas mediante a prática de dumping.

Em relação, à empresa dinamarquesa Arla Foods, o preço compromissado de US$ 2.000,00/t (dois mil dólares estadunidenses por tonelada), na condição FOB, deixou de ser suficiente para evitar a prática de dumping, uma vez que se encontra em patamar inferior aos valores normais estabelecidos para o leite integral e desnatado da União Européia, respectivamente, de US$ 2.236,83/t (dois mil duzentos e trinta e seis dólares estadunidenses e oitenta e três centavos por tonelada) e US$ 2.232,50/t (dois mil duzentos e trinta e dois dólares estadunidenses e cinqüenta centavos por tonelada), respectivamente, para o leite integral e desnatado da União Européia.

7. Da retomada do dano

A hipótese é de revisão de direitos antidumping e de compromisso de preços. Tem-se, portanto, que verificar se, caso extinto os direitos aplicados às importações da Nova Zelândia e da União Européia bem como o compromisso de preços firmado com a empresa dinamarquesa Arla Foods, isso levaria, muito provavelmente à retomada do dano à indústria doméstica. É o que dispõe o § 1º do art. 57 do Regulamento Brasileiro.

Para tanto se considerou o período compreendido entre 2001, ano em que foi encerrada a investigação original, e o ano de 2005.

A análise das informações disponíveis demonstrou que de 2001 para 2005 quase todos os indicadores da indústria doméstica apresentaram desempenho positivo, enquanto as importações declinavam ou deixavam de ocorrer. Ou seja, após a aplicação das medidas sob revisão, a indústria doméstica pôde se recuperar do dano decorrente de importações a preços de dumping.

Em síntese, enquanto as importações sob análise declinavam, a produção nacional aumentava em termos absolutos e em relação ao consumo nacional aparente, os preços do leite in natura, em moeda nacional constante, aumentavam, mesmo considerado o declínio observado, de 2004 para 2005, e o emprego e a produtividade também aumentavam.

Além disso, foi observado comportamento positivo de certos fatores, indiretamente relacionados a essa indústria, e que se refletem no seu desempenho, tais como o aumento da venda de rações para bovinocultura do leite e o aumento das vendas de ordenhadeiras mecânicas.

Em relação aos produtores europeus e neozelandeses, constatou-se que a produtividade de seus rebanhos, na média, é significativamente superior às do Brasil e continuam em movimento ascendente.

Particularmente, em relação à União Européia, não obstante a redução do número de vacas ordenhadas, em 2005, disso não decorreu queda da produção de leite in natura, que continuou crescendo, uma vez que a produtividade também apresentou movimento ascendente. Assim, não obstante a redução da produção e das exportações de leite em pó da União Européia, conclui-se que essa tendência pode se reverter em curto espaço de tempo.

Note-se que a produção de leite em pó integral, de 2004 para 2005, cresceu. Em se tratando do desnatado, isso ocorreu de 2001 para 2002. E mais, da redução da produção de integral, em 2002, não decorreu queda das exportações nesse mesmo ano. Da mesma forma, a elevação da produção de desnatado, nesse mesmo ano, não acarretou elevação das vendas externas, tendo sido observado ligeiro declínio. Isso equivale dizer que a relação entre a produção e a exportação não é constante.

Em relação à Nova Zelândia, a queda da produção de leite in natura, de 2004 para 2005, interrompeu a tendência de elevação observada ao longo de todo o período. A produtividade também declinou nesse ano. De qualquer forma, é bastante elevada principalmente se comparada à do Brasil. E mais, tendo sido alcançada, em 2005, a menor produtividade observada ao longo do período analisado, é razoável supor que num curto espaço de tempo, a Nova Zelândia possa retomar o patamar anterior, elevando sua produção.

A produção de leite em pó e as vendas externas desse produto da Nova Zelândia cresceram de 2001 para 2005. E mais, a quase totalidade da produção da Nova Zelândia é destinada ao mercado externo.

Considerando, ainda, a relevância do mercado brasileiro, concluiu-se que esses fornecedores estrangeiros podem, num curto espaço de tempo, destinar parcela significativa de sua produção para o Brasil, do que decorreria dano à indústria doméstica, principalmente considerando que o produto ingressaria no país, muito provavelmente, a preços de dumping.

8. Da conclusão

A revisão de direitos e compromisso de preços deve atender ao que dispõe o § 1º, combinado com o § 5º, ambos do art. 57 do Regulamento Brasileiro. Isso equivale dizer que deverá ser demonstrado haver suficientes elementos de prova de que a extinção dessas medidas, muito provavelmente, levaria à continuação/retomada do dumping e do dano dele decorrente.

As análises desenvolvidas permitiram concluir que a indústria doméstica efetivamente logrou se recuperar do dano sofrido por importações a preços de dumping.

Demonstrou-se, ainda, preliminarmente, que a extinção dos direitos e do compromisso de preços sob análise levará, muito provavelmente, à continuação/retomada da prática de dumping e que de tal prática decorrerá dano à indústria doméstica.

Uma vez que foram apresentados elementos de prova que permitiram concluir, preliminarmente, que a extinção dos direitos antidumping aplicados (União Européia e Nova Zelândia) e do compromisso de preços vigente (Arla Foods, da Dinamarca) levará, muito provavelmente à continuação/retomada do dumping e do dano dele decorrente, recomendou-se que fosse dada publicidade à presente determinação preliminar, no âmbito dessa revisão.

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA Nº 396, DE 4 DE SETEMBRO DE 2006

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no art. 14 da Resolução n.º 202, de 17 de maio de 2006, resolve:

Art. 1º. AUTORIZAR crédito complementar no valor de US$ 10,163,060.00 (dez milhões, cento e sessenta e três mil e sessenta dólares norte-americanos) ao limite anual de importação de insumos para o produto "UNIDADE DIGITAL DE PROCESSAMENTO DE PEQUENO PORTE MONTADA EM UM MESMO CORPO OU GABINETE" - Código Suframa 0309, correspondente a 50,00% (cinqüenta por cento) do valor atribuído ao 1º ano de produção, estabelecido pela Resolução nº 245, de 30 de agosto de 2005, fabricado pela empresa DIGIBRAS INDÚSTRIA DO BRASIL S/A., com inscrição Suframa 20.1134.01-2, nos termos do Parecer Técnico de Acompanhamento/Fiscalização nº 122/2006-SPR/CGAPI/COPIN.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OLDEMAR IANCK

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SECRETARIA DE GESTÃO
COMITÊ GESTOR DO PROGRAMA NACIONAL DE GESTÃO PÚBLICA E DESBUROCRATIZAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 5, DE 6 DE SETEMBRO DE 2006

O Coordenador do Comitê Gestor do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização - GESPÚBLICA no uso da atribuição que lhe conferem os art. 9º e 10 do Decreto nº 5.3578, de 23 de fevereiro de 2005, resolve:

Art. 1º Homologar os Núcleos Estaduais do Ceará, Goiás, Minas Gerais e Pará.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VALTER CORREIA DA SILVA

Ministério do Trabalho e Emprego

DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO NO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA N° 82, DE 6 DE SETEMBRO 2006

Homologar o Plano de Cargos e Salários Organizado em Carreira do Corpo Docente do Centro de Ensino Unificado do Distrito Federal - UDF.

A DELEGADA REGIONAL DO TRABALHO NO DISTRITO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 01, da Portaria MTE n° 08, de 30 de janeiro de 1987, e

Considerando a subdelegação de competência aos Delegados Regionais do Trabalho, nos termos art. 1º da Portaria MTE nº 02, de 25/05/2006;

Considerando o disposto na NOTA TÉCNICA Nº 01/2006, de 05 de setembro de 2006, estar o presente Plano de Cargos e Salários, Organizados em Carreira do Centro de Ensino Unificado do Distrito Federal - UDF, em condições de ser aprovado; resolve:

Art. 1° - Homologar o Plano de Cargos e Salários Organizados em Carreira, do Corpo Docente do Centro Unificado do Distrito Federal - UDF, nos termos da NOTA TÉCNICA nº 01/2006.

Art. 2° - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

ELIZABETH MAROJA BRAZÃO E SILVA

PORTARIA N° 83, DE 6 DE SETEMBRO 2006

Homologar o Plano de Cargos e Salários Organizado em Carreira do Conselho Regional de Corretores de Imóveis - CRECI 8ª Região/DF.

A DELEGADA REGIONAL DO TRABALHO NO DISTRITO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 01, da Portaria MTE n° 08, de 30 de janeiro de 1987, e

Considerando a subdelegação de competência aos Delegados Regionais do Trabalho, nos termos do art. 1º, da Portaria MTE nº 02, de 25/05/2006;

Considerando o disposto na NOTA TÉCNICA Nº 02/2006, de 05 de setembro de 2006, estar o presente Plano de Cargos e Salários, Organizados em Carreira do Conselho Regional de corretores de Imóveis - CRECI 8ª Região/DF, em condições de ser aprovado; resolve:

Art. 1° - Homologar o Plano de Cargos e Salários Organizados em Carreira, do Conselho Regional de corretores de Imóveis - CRECI 8ª Região/DF, nos termos da NOTA TÉCNICA nº 02/2006.

Art. 2° - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

ELIZABETH MAROJA BRAZÃO E SILVA

DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO EM MINAS GERAIS

DESPACHOS DO DELEGADO
Em 30 de agosto de 2006

Nº 14 - O Delegado Regional do Trabalho em Minas Gerais, tendo em vista o que consta no processo nº. 46211.007665/2006-63 e nos termos do despacho exarado no processo em epígrafe e usando da competência delegada pela Portaria SRT nº. 02, de 25 de maio de 2006, homologa o Plano de Quadro de Pessoal Organizado em Carreira da empresa ADLER PTI LTDA, sediado no Estado de Minas Gerais, ficando expresso que qualquer alteração a ser feita no Quadro.dependerá de prévia aprovação desta Delegacia.

Nº 15 - O Delegado Regional do Trabalho em Minas Gerais, tendo em vista o que consta no processo nº. 46236.000324/2005-06 e nos termos do despacho exarado no processo em epígrafe e usando da competência delegada pela Portaria SRT nº. 02, de 25 de maio de 2006, homologa o Termo Aditivo ao Plano de Quadro de Pessoal Organizado em Carreira da empresa SANTA CASA DE CARIDADE DE FORMIGA, estabelecida na rua Dr. Teixeira Soares, nº 335-centro-Formiga/MG, inscrita no CNPJ - 20.499.893/0001-79, no Estado de Minas Gerais, ficando expresso que qualquer alteração a ser feita no Quadro dependerá de prévia aprovação desta Delegacia.

ANTÔNIO ROBERTO LAMBERTUCCI

Ministério dos Transportes

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 185, DE 31 DE AGOSTO DE 2006

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no inciso II, art. 62 da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005, e

Considerando a necessidade de adequar o orçamento do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT, para a execução de obras e serviços rodoviários, resolve:

Promover, na forma do Anexo a esta Portaria, as alterações nas modalidades de aplicação da dotação orçamentária consignada ao DNIT, constante da Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006.

PAULO SÉRGIO PASSOS

ANEXO

R$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	ID. USO	FONTE	FISCAL VALOR ACRÉSCIMO	FISCAL VALOR REDUÇÃO
	MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES				**2.200.000**	**2.200.000**
	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT				**2.200.000**	**2.200.000**
39252.26.782.0231.5E59	ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO ESTADO DE SÃO PAULO				**2.200.000**	**2.200.000**
39252.26.782.0231.5E59.0035	NO ESTADO DE SÃO PAULO				**2.200.000**	**2.200.000**
		4440.00	0	311	0	2.200.000
		4490.00	0	311	2.200.000	0

PORTARIA Nº 189, DE 6 DE SETEMBRO DE 2006

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 87, parágrafo único, da Constituição e o inciso I do parágrafo 7º do artigo 1º-A da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, acrescido pela Lei nº 10.866, de 04 de maio de 2004, e

Considerando o determinado no inciso II, parágrafo 8º do referido art. 1º-A; e

Considerando a manifestação da Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes do Ministério dos Transportes, resolve:

Art 1º Publicar o Programa de Trabalho proposto pelo Estado do Paraíba para o exercício 2006 - 1ª alteração, referente à aplicação dos recursos que lhe cabem relativos à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE, instituída pela Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, nos termos do respectivo processo administrativo, conforme discriminado no anexo desta Portaria.

Art 2º Revoga-se o Anexo 15 da Portaria n.º. 370, de 22 de dezembro de 2005, publicada no Diário Oficial da União do dia 23 de dezembro de 2005, Seção 1, página 162.

Art 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO SÉRGIO PASSOS

ANEXO

Unidade da Federação: PARAÍBA
Processo nº: 50000.044309/2005-01

PROGRAMA DE TRABALHO PARA 2006 - 1ª Alteração
Programa de Trabalho, contendo as alterações propostas pelo Estado, recebido em 23 de agosto de 2006.
Relação de empreendimentos
A - Programa de Pavimentação Asfáltica

Rodovia	Trecho	Custo (R$1,00)
01. Acesso	Entroncamento PB-071 - Curral de Cima	713.855
02. PB-004	Travessia Urbana de Sapé	515.000
03. PB-008	Pitimbu - Acaú	690.000
04. PB-034	Alhandra - Cupissura - Caaporã	3.231.994
05. PB-045	Entroncamento PB-041 - Cuité de Mamanguape	1.530.688
06. PB-071	Jacaraú - Divisa PB/RN	2.682.000
07. PB-071	Pedro Régis - Lagoa de Dentro	1.296.646
08. PB-077	Pilões - Cuitegi	3.099.079
09. PB-132	Entroncamento PB-102 - Gado Bravo	1.015.170
10. PB-169	Entroncamento PB-137 - Baraúnas	2.207.400
11. PB-176	Entroncamento BR-412 - Gurjão	990.258
12. PB-214	Sumé - Congo	1.500.000
13. PB-251	São Mamede - Divisa PB/RN	3.873.986
14. PB-264	Monteiro - Zabelê	1.405.833
15. PB-317	Entroncamento PB-325 - Riacho dos Cavalos	2.961.372
16. PB-348	São Gonçalo - São José da Lagoa Tapada	2.214.000
17. PB-374	Entroncamento PBT-361 - Santana de Mangueira	4.131.240
18. PB-374	Princesa Isabel - Manaíra	1.538.000
Total do programa		35.596.521

B - Programa de Restauração de Rodovias Pavimentadas

Rodovia	Trecho	Custo (R$1,00)
19. PB-057	Mamanguape - Itapororoca - Araçagi	3.503.362
20. PB-090	Entroncamento PB-102 - Aroeiras	1.321.129
21. PB-102	Entroncamento BR-104 - Umbuzeiro	3.234.488
22. PB-238	Taperoá - Teixeira	2.386.910
Total do programa		10.445.889

C - Programa de Conservação de Rodovias

Serviços	Custo (R$1,00)
23. Serviços rotineiros em 82 rodovias (2.900 km)	3.000.000
Total do programa	3.000.000

Cronograma Financeiro
(Valores em R$ 1,00)

Discriminação	Trimestre 1º	2º	3º	4º	Total Programa
A - Programa de Pavimentação Asfáltica	0	0	19.599.240	15.997.281	35.596.521
B - Programa de Restauração de Rodovias Pavimentadas	0	0	5.619.284	4.826.605	10.445.889
C - Programa de Conservação de Rodovias	0	0	1.500.000	1.500.000	3.000.000
Total Geral	0	0	26.718.524	22.323.886	49.042.410

PORTARIA Nº 190, DE 6 DE SETEMBRO DE 2006

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 87, parágrafo único, da Constituição e o inciso I do parágrafo 7º do artigo 1º-A da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, acrescido pela Lei nº 10.866, de 04 de maio de 2004, e

Considerando o determinado no inciso II, parágrafo 8º do referido art. 1º-A; e

Considerando a manifestação da Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes do Ministério dos Transportes, resolve:

Art 1º Publicar o Programa de Trabalho proposto pelo Estado do Rio Grande do Sul para o exercício 2006 - 1ª alteração, referente à aplicação dos recursos que lhe cabem relativos à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE, instituída pela Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, nos termos do respectivo processo administrativo, conforme discriminado no anexo desta Portaria.

Art 2º Revoga-se o Anexo 21 da Portaria n.º. 370, de 22 de dezembro de 2005, publicada no Diário Oficial da União do dia 23 de dezembro de 2005, Seção 1, página 164.

Art 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO SÉRGIO PASSOS

ANEXO

Unidade da Federação: **RIO GRANDE DO SUL**
Processo nº: 50000.044314/2005-13

PROGRAMA DE TRABALHO PARA 2006 - 1ª Alteração
Programa de Trabalho contendo as alterações propostas pelo Estado, recebido em 22 de agostode 2006.
Relação de Empreendimentos:
A - Programa de Estudos e Projetos Rodoviários de Engenharia - DAER/RS

Rodovia	Trecho	Custo (R$ 1,00)
01. RST-471	Travessia Urbana de Rio Pardo	330.675
02. RST-453/ RS-122/ RST-470	5 Passarelas para pedestres (extensão total de 5 km)	96.210
03. RS-522/ RS-168/ RS-307	5 Acessos (extensão total de 5 km)	201.900
04. RS-344/ RS-342	4 Acessos e 1 intersecção (extensão total de 5 km)	181.800
05. VRS-802/ RST-480/ RS-587/ RS-324	5 Acessos (extensão total de 5 km)	201.900
06. RS-324/ RS-343/ RS-126/ RS-223	3 Acessos e 2 Interseções (extensão total de 5 km)	201.900
07. RS-122/ RS-452/ RST-470	3 Interseções e 2 acessos (extensão total de 5 km)	201.900
08. RST-453/ RS-332/ RS-129/ RS-425	3 Interseções e 2 acessos (extensão total de 5 km)	201.900
09. RS-401/ RST-287/ RS-124/ RS-244	2 Interseções e 3 acessos (extensão total de 5 km)	182.100
10. RS-476/ RS-020/ RS-235	4 Interseções e 1 acesso (extensão total de 5 km)	201.900
11. RS-389/ RS-786/ BR-290	4 Acessos e 1 Interseção (extensão total de 5 km)	182.541
12. RS-149/ RS-481/ RST-287/ RS-348	5 Acessos (extensão total de 5 km)	182.100
13. RS-241/ RS-168/ VRS-325/ RS-357	4 Interseções (extensão total de 4 km)	245.850
14. RS-786	Imbé - Entroncamento RS-389 (Duplicação)	231.531
15. Plano Funcional da Serra da Região de Caixas do Sul		483.459
16. s/código	Ponte sobre o Rio Piratini	62.955
17. RS-122	Rincão do Cascalho - São Vendelino	157.125
18. RS-509	Castelinho - Igreja do Amaral	78.450
19. RS-486	Arroio Bananeiras - Aratinga	572.875
20. RS-020	Travessia Urbana de Gravataí (Duplicação)	282.117
21. RS-239	Travessia Urbana de Sapiranga	176.397
22. s/código	Poço das Antas - Brochier do Maratá	461.247
23. VRS-818	Fazenda Colorado - Entroncamento RST-481	145.827
24. RS-211	Erechim - Jacutinga	91.296
25. BR-116	Travessia Urbana de Vacaria	307.425
26. BR-471	Entroncamento BR-392 - Santa Vitória do Palmar (Reserva Ecológica do Taim)	108.594
27. BR-101	Mostarda - Tavares (Parque Nacional da Lagoa do Peixe)	936.975
28. RS-020	Entroncamento BR-285 (São José dos Ausentes) - Divisa RS/SC	2.040.432
29. Consultoria Ambiental		392.925
Total do Programa		9.142.306

B - Programa Rota do Sol
B1 - Pavimentação

Rodovia	Trecho	Custo (R$1,00)
30. RS-486	Curumin - Terra de Areia	1.784.000
31. RS-486	Terra de Areia - km 17 (Arroio Limoeiro) - Lote 1	14.100.000
32. RS-486	Km 21 (Arroio Bananeiras) - Aratinga (Lote 2)	8.325.000
33. RS-486	Aratinga - Entroncamento RS-020 (lote 3)	8.325.000
34. RS-486	Intersecção com a BR-101	975.000
Subtotal		*33.509.000*

B2- Obras de Arte Especial

Rodovia	Serviço	Custo (R$1,00)
35. RS-486	**Viaduto Reversão Subida e Descida**	2.505.000
36. RS-486	**Construção de Viaduto sobre a BR-101**	2.750.000
37. RS-486	Construção de Viaduto sobre a RS-389	800.000
38. RS-486	Construção do Viaduto Humaitá III	1.025.000
Subtotal		*7.080.000*

B3- Consultoria

Rodovia	Serviço	Custo (R$1,00)
39. RS-486	Supervisão de Obra: Entroncamento RS-020 - Curumim	2.500.000
40. RS-486	Supervisão Ambiental: Entroncamento RS-020 - Curumim	800.000
Subtotal		*3.300.000*

B4- Sinalização Horizontal e Vertical

Rodovia	Trecho	Custo (R$1,00)
41. RS-486	Entroncamento RS-020 - Curumim	225.000
Subtotal		*225.000*

Total do Programa	44.144.000

C- Programa de Pavimentação Rodoviária - PPR/RS (BID)
C1 - Pavimentação

Rodovia	Trecho	Custo (R$1,00)
42. RS-471	Boa Esperança - Rio Camaquã	600.000
43. RS-377	Santiago - Acesso a Carovi	2.300.000
44. RS-377	Acesso a Carovi - Lajeado Santa Brígida	2.100.000
45. RS-377	Lajeado Santa Brígida - Santa Tecla	4.900.000
46. RS-377	Santa Tecla - Jóia	2.300.000
47. RS-377	Km 9,2 - Manoel Viana	7.800.000
48. RS-377	Contorno de Quaraí	700.000
49. RS-471	Pântano Grande - Encruzilhada do Sul	600.000
50. RS-377	Santiago - Fazenda Limoeiro	10.500.000
51. RS-377	Fazenda Limoeiro - São Francisco de Assis	100.000
52. RS-101	Passinhos - Osório	200.000
53. RS-101	Capivari do Sul - Passinhos	2.100.000
54. Gerenciamento das obras integrantes deste Programa		1.000.000
55. Liberação da faixa de domínio e terrenos para execução das obras de infra-estrutura constantes deste Programa		1.600.000
Subtotal		*36.800.000*

C2 - Supervisão

Rodovia	Trecho	Custo (R$1,00)
56. RS-471	Obras: Boa Esperança - Rio Camaquã	100.000
57. RS-377	Obras: Santiago - Jóia	1.000.000
58. RS-377	Obras: Km 9,2 - Manoel Viana	650.000
59. RS-377	Obras: Contorno de Quarai	20.000
60. RS-471	Obras: Pântano Grande - Encruzilhada do Sul	100.000
61. RS-377	Obras: Santiago - São Francisco Assis	700.000
62. RS-101	Obras: Passinhos - Osório	40.000
63. RS-101	Obras: Capivari do Sul - Passinhos	100.000
64. RS-471	Ambiental: Barros Cassal - Santa Cruz do Sul	320.000
Subtotal		*3.030.000*

Total do Programa	39.830.000

D - Programa Nacional de Manutenção de Rodovias Estaduais-PNM-RE - DAER/BIRD
D1 - Manutenção Rotineira

Lotes	Custo (R$1,00)
65. Lote 1: 17 trechos (extensão: 440,15 km)	1.358.896
66. Lote 2: 07 trechos (extensão: 283,99 km)	1.194.328
67. Lote 3: 20 trechos (extensão: 452,2 km)	3.430.453
68. Lote 4: 10 trechos (extensão: 308,99 km)	1.302.224
69. Lote 5: 09 trechos (extensão: 262,55 km)	1.064.451
70. Lote 6: 15 trechos (extensão: 328,34 km)	1.612.716
71. Lote 7: 21 trechos (extensão: 468,66 km)	2.434.666
Subtotal	*12.397.734*

D2 - Restauração

Rodovia	Trecho	Custo (R$1,00)
Lote 1		
72. RS-126	Entroncamento BR-285 (B) (Lagoa Vermelha) - Entroncamento RS-208 (Maximiliano de Almeida)	1.321.880
73. RS-208	Entroncamento RS-442 (Machadinho) - Entroncamento RS-126 (Maximiliano de Almeida)	1.091
74. RS-126	Marcelino Ramos (Águas Termais) - Entroncamento RS-331/491	172.738
75. RS-211	Campinas do Sul - Entroncamento BR-153/480 (A) (Erechim)	116.371
76. RS-331	Erechim - Entroncamento RS-126/491(Marcelino Ramos)	10.182
77. RS-343	Entroncamento BR-470/RS-208 (Barracão) - Entroncamento RS-126 (Sananduva)	1.258.640
78. RS-420	Entroncamento RS-331(Erechim) - Aratiba	323.656
79. RS-426	Severiano de Almeida - Entroncamento BR-153 (p/ Erechim)	1.818
80. RS-467	Entroncamento RS-430 (Tapejara) - Entroncamento RS-126 (Três Porteiras)	585.490
81. RS-469	Entroncamento BR-153/RS-475 (p/ Erechim) - Ipiranga do Sul	301.836
82. RS-475	Estação - Entroncamento BR-153/RS-469 (p/ Erechim)	450.936
83. RS-477	Entroncamento RS-126 (p/ Maximiliano de Almeida) - Paim Filho	83.641
84. RS-470	Divisa RS/SC - Barracão	152.737
85. RST-478	Maximiliano de Almeida - Barragem Machadinho (Divisa RS/SC)	4.364
86. RST-480	Entroncamento RS-406 (Goio En) - São Valentim	490.939
87. VRS-802	Entroncamento RS-135 - Áurea	509.122
88. VRS-328	Entroncamento RS-475 (Estação) - Erebango	214.558
Lote 2		
89. RS-324	Entroncamento RS-211/404 (Ronda Alta) - Nova Araçá	507.316
Lote 3		
90. VRS-158/ VRS-9120	Entroncamento BR-158 - Frederico Westphalen (Colégio Agrícola)	28.711
91. RS-585	Entroncamento RS-317 (Erval Seco) - Entroncamento BR-158/386 (p/ Seberi)	125.674
92. RS-587	Entroncamento BR-158/386/RS-585 (Seberi) - Entroncamento RS-323 (Rodeio Bonito)	594.279
93. RS-591	Castelinho - Entroncamento BR-158/386 (Frederico Westphalen)	117.706
94. VRS-345	Entroncamento RS-323 (p/ Jaboticaba) - Trentin (Acesso)	6.901
95. RST-472	Entroncamento BR-158/386 (p/ Frederico Westphalen) - Palmitinho	84.349
96. RS-324	Entroncamento RS-504 (Planalto) - Entroncamento RS-211/404 (Ronda Alta)	250.409
97. RS-317	Coronel Bicaco - Entroncamento BR-468 (p/ Palmeira das Missões)	193.154
98. RS-330	Entroncamento VRS-208 (Chapada) - Tesouras	8.311
99. RS-406	Entroncamento BR-480 (Goio-En) - Entroncamento RS-324 (Serraria)	310.134
100. RS-500	Entroncamento BR-386 (p/ Sarandi) - Entroncamento RS-143 (Constantina)	30.394
101. RS-143	Entroncamento RS-500 (Constantina) - Liberato Salzano	14.248
Lote 4		
102. RS-344	Porto Mauá (Fronteira Argentina/Brasil - Entroncamento BR-285/392 (B) (p/ São Luiz Gonzaga)	1.632.552
Lote 5		
103. RS-561	Entroncamento BR-472 (São Nicolau) - Entroncamento RS-168 (p/ Roque Gonzáles)	783.315
Lote 7		
104. RS-122	Entroncamento RS-446 (p/ São Vendelino) - Entroncamento BR-453 (A) (Farroupilha)	271.902
105. RS-444	Entroncamento BR-453 (p/ Farroupilha) - Suvalan (acesso)	229.189
106. RS-453	Entroncamento BR-470 (A) (Garibaldi) - Entroncamento RS-122 (A) (p/ Farroupilha)	185.072
107. RS-470	Entroncamento RS-324 (Nova Prata) - Entroncamento BR-453 (A) (p/ Farroupilha)	608.712
108. RST-470	Entroncamento BR-453 (B) (Garibaldi) - Entroncamento BR/287(A) RS-124 (A)240 (Montenegro)	1.268.926
109. RS-315	Entroncamento BR-116 (São Marcos) - Criuva	29.243
110. RS-122	Entroncamento RS-437 (A) (p/ Antônio Prado) - Ipê	68.188
111. RS-324	Nova Araçá - Entroncamento BR-470 (Nova Prata)	280.417
112. RS-448	Vila São Marcos - Entroncamento BR-453 (p/ Farroupilha)	107.964
113. RS-452	Entroncamento RS-122 (p/ Bom Princípio) - Feliz	3.650
114. RS-326	Entroncamento RS-452 (Feliz) - Alto Feliz	67.811
115. RS-453	Entroncamento BR-453 (Farroupilha) - Caravaggio	81.519
116. VRS-327	Entroncamento BR-116 (p/ Caxias do Sul) - Entroncamento VRS-342 (Linha Temerária)	159.500
Subtotal		*14.049.546*

D3- Consultoria

Serviço	Custo (R$1,00)
117. Gerenciamento das obras constantes deste Programa	304.000
Subtotal	*304.000*

Total do Programa	26.751.280

E - Programa de Interligações dos Municípios
E.1- Pavimentação

Rodovia	**Trecho**	Custo (R$1,00)
118. RS-118	Itapuã - Lami	200.000
119. RS-540	Alecrim - Santo Cristo	585.000
120. RST-480	Barão de Cotegipe - São Valentim	1.125.000
121. RS-265	Boa Vista - Entroncamento BR-116	600.000
122. RS-265	Boa Vista - Posto Branco	680.000
123. RS-332	Arvorezinha - Entroncamento BR-153/386 (Soledade)	600.000
124. RS-350	Entroncamento BR-116 - Chuvisca (Lote 1)	150.000
125. s/código	Ibiraiaras - São Jorge	200.000
126. RS-456	Esmeralda - Entroncamento BR-285	450.000
127. RS-207	Crissiumal - Humaitá - Entroncamento BR-468	930.000
128. RS-435	Ilópolis - Putinga (inclusive acesso)	400.000
129. RS-475	Charrua - Getúlio Vargas	150.000
130. 386AM9175	Coronel Pilar - Entroncamento RST-453	1.005.000
131. RS-347	Ibarama - Sobradinho	1.115.000
132. RS-373	Entroncamento BR-116 (Morro Reuter) - Santa Maria do Herval	533.334
133. RS-342	Doutor Mauricio Cardoso - Entroncamento RS-305	250.000
134. RS-348	Val da Serra - Ivorá (Lote 1)	600.000
135. 494AM9010	Morrinhos do Sul - Entroncamento BR-101	375.000
136. RS-239	Arroio Funil - Taquara	200.000
137. RS-110	Alziro Ramos - Várzea do Cedro	830.000
138. RST-481	Arroio do Tigre - Santo do Jacuí	1.800.000
139. RS-323	Jaboticaba - Rodeio Bonito	280.000
140. RS-529	Maçambará - Entroncamento BR-472	1.000.000
141. 737AM0010	Arroio do Padre - Entroncamento BR-116	1.500.000
Subtotal		*15.558.334*

E.2 - Obras de Arte Especial

Rodovia	**Serviço**	Custo (R$1,00)
142. RS-124	Construção de Ponte e galeria no arroio Maratá	300.000
143. RS-591	Construção de Ponte sobre o Rio da Várzea	990.000
144. RS-132	Construção de Ponte sobre o Rio Guaporé	1.000.000
145. RS-010	Construção de Ponte sobre o Arroio Pampa	50.000
146. RS-409	Construção de Ponte sobre o Rio Pardinho	50.000
147. RS-347	Construção de Ponte sobre o Arroio Segredo	500.000
148. RS-431	Construção de Ponte sobre Arroio Claudino	50.000
149. RS-431	Construção de Ponte sobre Arroio Sta Bárbara	1.050.000
150. RS-332	Construção de Ponte sobre o Arroio Três Pontes	200.000
151. RS-441	Construção de Ponte sobre o Rio Carreiro	450.000
Subtotal		*4.640.000*

E.3 - Consultoria

Serviço	Custo (R$1,00)
152. Supervisão das obras integrantes deste Programa	4.000.000
Subtotal	*4.000.000*

Total do Programa	24.198.334

F - Programa de Obras Portuárias e Hidroviárias

Serviços	Custo (R$1,00)
153. Dragagem dos canais de navegação Feitoria, Coroa do Meio e Setia da Laguna dos Patos	1.200.000
154. Construção de 65,10 m de Linha Férrea para guindaste no Cais de Navegantes (porto de Porto Alegre)	1.264.942
155. Recuperação do Navio balizador Benjamin Constant	286.738
156. Aquisição de 40 sinais náuticos para os canais de acesso ao porto de Porto Alegre	600.000
157. Aquisição e instalação de 14 defensas para o Cais Navegantes (porto de Porto Alegre)	600.000
Total do Programa	3.951.680

G - Programa de Obras Aeroportuárias

Serviços	Custo (R$1,00)
158. Alargamento da pista de pouso/decolagem do aeroporto de Ijuí	400.000
159. Ampliação e reforma do Terminal de Passageiros do Aeroporto Regional de Caxias do Sul	600.000
Total do Programa	1.000.000

Cronograma Financeiro
(Valores em R$ 1,00)

Discriminação	Trimestre				Total Programa
	1º	2º	3º	4º	
A - Programa de Estudos e Projetos Rodoviários de Engenharia - DAER/RS	100.000	2.333.958	3.354.174	3.354.174	**9.142.306**
B - Programa Rota do Sol	7.475.000	14.635.000	12.285.000	9.719.000	**44.114.000**
C- Programa de Pavimentação Rodoviária - PPR/RS (BID)	5.668.562	15.861.438	10.555.000	7.745.000	**39.830.000**
D - Programa Nacional de Manutenção de Rodovias Estaduais-PNMRE - DAER/BIRD	914.907	1.169.743	12.386.410	12.280.220	**26.751.280**
E - Programa de Interligações dos Municípios	1.120.000	6.726.667	8.466.667	7.885.000	**24.198.334**
F - Programa de Obras Portuárias e Hidroviárias	0	0	1.350.000	2.601.680	**3.951.680**
G - Programa de Obras Aeroportuárias	0	0	500.000	500.000	**1.000.000**
Total Geral	**15.278.469**	**40.726.806**	**48.897.251**	**44.085.074**	**148.987.600**

PORTARIA Nº 191, DE 6 DE SETEMBRO DE 2006

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 87, parágrafo único, da Constituição e o inciso I do parágrafo 7º do artigo 1º-A da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, acrescido pela Lei nº 10.866, de 04 de maio de 2004, e

Considerando o determinado no inciso II, parágrafo 8º do referido art. 1º-A; e

Considerando a manifestação da Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes do Ministério dos Transportes, resolve:

Art 1º Publicar o Programa de Trabalho proposto pelo Estado do Amazonas para o exercício 2006 - 2ª alteração, referente à aplicação dos recursos que lhe cabem relativos à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE, instituída pela Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, nos termos do respectivo processo administrativo, conforme discriminado no anexo desta Portaria.

Art 2º Revoga-se a Portaria n.º 123, de 05 de junho de 2006, publicada no Diário Oficial da União do dia 06 de junho de 2006, Seção 1, página 69.

Art 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO SÉRGIO PASSOS

ANEXO

Unidade da Federação: **AMAZONAS**
Processo nº: 50000.044298/2005-51

PROGRAMA DE TRABALHO PARA 2006 - 2ª Alteração
Programa de Trabalho contendo as alterações propostas pelo Estado, recebidas em 24 de agosto de 2006.
Relação de empreendimentos
A - Programa de Manutenção

Rodovia	Trecho	Custo (R$1,00)
01. AM-010	Km 17,0 (Ponte da Bolívia) - Km 269,0 (Itacoatiara)	1.648.615
02. AM-070	Km 0,0 (Cacau Pirêra) - Km 84,0 (Manacapuru)	159.773
Total do Programa		**1.808.388**

B - Programa de Melhoramento

Rodovia	Trecho	Custo (R$1,00)
03. AM-330	Entroncamento AM-363 (Km 92,0) - Silves (Km 15,59)	6.036.508
04. AM-010	(Manaus-Itacoatiara) Subtrecho Km 167,47 ao Km 267,47	14.032.851
05. AM-363	AM-010 (Itacoatiara)-Itapiranga (Km-111,31)	4.670.253
Total do Programa		**24.739.612**

Cronograma Financeiro 2005
(Valores em R$ 1,00)

Discriminação	Trimestre				Total Programa
	1º	2º	3º	4º	
A - Programa de Manutenção	0	957.240	586.918	264.230	1.808.388
B - Programa de Melhoramento	0	15.622.465	7.903.236	1.213.911	24.739.612
Total Geral	**0**	**16.579.705**	**8.490.154**	**1.478.141**	**26.548.000**

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 603, DE 29 DE AGOSTO DE 2006

Autoriza a empresa Francis José Chehuan & Cia Ltda. a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na navegação interior de percurso longitudinal, na prestação de serviços de transporte de carga geral e granéis líquidos.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 44, inciso IV, do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.000038/2006-70 e o que foi deliberado pela Diretoria em sua 160ª Reunião Ordinária, realizada em 29 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º - Autorizar a empresa FRANCIS JOSÉ CHEHUAN & CIA LTDA., CNPJ nº. 04.819.181/0001-33, com sede na Rua Walter Rayol, nº 331, bairro Presidente Vargas, Manaus-AM, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na navegação interior de percurso longitudinal, na prestação de serviços de transporte de carga geral e de granéis líquidos, na Bacia Amazônica, nos trechos interestaduais de competência da União, na forma e condições fixadas em Termo de Autorização pertinente.

Art. 2º - O Termo de Autorização de que trata o artigo anterior entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

RESOLUÇÃO Nº 604, DE 29 DE AGOSTO DE 2006

Autoriza a empresa Iberá Transportes e Serviços Marítimos Ltda. a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na prestação de serviços na navegação de apoio portuário, exclusivamente com embarcações sem propulsão ou com potência propulsiva de até 800 HP.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 44, inciso IV, do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.000469/2006-36 e o que foi deliberado pela Diretoria em sua 160ª Reunião Ordinária, realizada em 29 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa IBERÁ TRANSPORTES E SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA., CNPJ nº 03.389.313/0001-71, com sede na Rua Itapema nº 31, bairro Cunhambebe, Guarujá-SP, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na prestação de serviços na navegação de apoio portuário, exclusivamente com embarcações sem propulsão ou com potência propulsiva de até 800 HP, na forma e condições fixadas em Termo de Autorização pertinente.

Art. 2º O Termo de Autorização de que trata o artigo anterior entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

RESOLUÇÃO Nº 605, DE 29 DE AGOSTO DE 2006

Autoriza a empresa Finarge Navegação do Brasil Ltda. como empresa brasileira de navegação, na navegação de apoio marítimo, com finalidade específica de obter financiamento junto ao Fundo da Marinha Mercante-FMM.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 44, inciso IV, do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50301.000889/2006-11 e o que foi deliberado pela Diretoria em sua 160ª Reunião Ordinária, realizada em 29 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa FINARGE NAVEGAÇÃO DO BRASIL LTDA., CNPJ nº 07.688.646/0001-52, com sede na Av. Rio Branco, 122, 7º andar - Parte - Centro - Rio de Janeiro-RJ, como empresa brasileira de navegação, na navegação de apoio marítimo, com finalidade específica de obter financiamento junto ao Fundo da Marinha Mercante-FMM, para fins de construção de embarcação em estaleiro brasileiro, sem direito a afretamento de embarcação, na forma e condições fixadas em Termo de Autorização pertinente.

Art. 2º O Termo de Autorização de que trata o artigo anterior entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

RESOLUÇÃO Nº 606, DE 29 DE AGOSTO DE 2006

Autoriza a empresa Socorro Carvalho & Cia a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na navegação interior de percurso longitudinal, na prestação de serviços de transporte de carga geral e derivados de petróleo.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 44, inciso IV, do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.000032/2006-01 e o que foi deliberado pela Diretoria em sua 160ª Reunião Ordinária, realizada em 29 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º - Autorizar a empresa SOCORRO CARVALHO & CIA CNPJ nº 04.330.304/0001-78, doravante denominada Autorizada, com sede na Estrada Torquato Tapajós, s/nº, sala B, bairro Flores, Manaus-AM, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na navegação interior de percurso longitudinal, na prestação de serviços de transporte de carga geral e derivados de petróleo, na BACIA AMAZÔNICA, nos trechos interestaduais de competência da União, na forma e condições fixadas em Termo de Autorização pertinente.

Art. 2º - O Termo de Autorização de que trata o artigo anterior entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

RESOLUÇÃO Nº 607, DE 29 DE AGOSTO DE 2006

Instauração de processo administrativo contencioso.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 44, inciso IV, do Regimento Interno, com base no inciso V, do art. 2º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, considerando o que consta do Processo nº 50300.000447/2006-76 e tendo em vista deliberação da Diretoria em sua 160ª Reunião Ordinária, realizada em 29 de agosto de 2006, resolve:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Contencioso, para apuração de supostas irregularidades, considerando o que consta do Processo nº 50300.000447/2006-76.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

RESOLUÇÃO Nº 608, DE 5 DE SETEMBRO DE 2006

Autoriza a Deme Brasil Serviços de Dragagem Ltda. a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na prestação de serviços na navegação de apoio portuário, executando exclusivamente serviços de dragagem.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 44, inciso IV, do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50301.000905/2006-67 e o que foi deliberado pela Diretoria em sua 161ª Reunião Ordinária, realizada em 05 de setembro de 2006, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa DEME BRAZIL SERVIÇOS DE DRAGAGEM LTDA., CNPJ nº 08.061.614/0001-95, doravante denominada Autorizada, com sede na Av. Almirante Barroso, 63, grupo 2.709, Parte, Centro, Rio de Janeiro-RJ, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na prestação de serviços na navegação de apoio portuário, executando exclusivamente serviços de dragagem., na forma e condições fixadas em Termo de Autorização pertinente.

Art. 2º O Termo de Autorização de que trata o artigo anterior entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

RESOLUÇÃO Nº 609, DE 5 DE SETEMBRO DE 2006

Autoriza as empresas integrantes do CONSÓRCIO DE ALUMÍNIO DO MARANHÃO - CONSÓRCIO ALUMAR, a explorar terminal portuário de uso privativo, na modalidade de uso misto.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 44, inciso IV, do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50000.008947/1993 e o que foi deliberado pela Diretoria em sua 161ª Reunião Ordinária, realizada em 05 de setembro de 2006, resolve:

Art. 1º Ratificar a autorização outorgada à empresa ALCOA ALUMÍNIO S.A., com sede no km 10 da Rodovia Poços de Caldas - Andradas, Jardim Aeroporto, Poços de Caldas, Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.637.697/0001-01; BHP BILLITON METAIS S.A., com sede na Avenida das Américas 3434, bloco 07, salas 501, 502, 503, 505, 506, 507 e 508, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.105.890/0001-46; ALCAN ALUMINA LTDA., com sede na Rodovia BR 135, km 18, nº 1, Pedrinhas, São Luís, Maranhão, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.959.319/0001-25; e ABALCO S.A., com sede no km 10 da Rodovia Poços de Caldas - Andradas, Jardim Aeroporto, Poços de Caldas, Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.434.317/0001-36; todas na qualidade de empresas integrantes do CONSÓRCIO DE ALUMÍNIO DO MARANHÃO - CONSÓRCIO ALUMAR, estabelecido na Rodovia BR 135, km 18, Pedrinhas, São Luís, Maranhão, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.655.209/0001-93, doravante denominadas Autorizadas, formalizada pelo Contrato de Adesão MT/DPH nº 023/94, datado de 23/08/1994, cujo objeto é a exploração de terminal portuário de uso privativo, na modalidade de uso misto, localizado na Rodovia BR 135, km 18, Distrito Industrial de Estiva, São Luís, Maranhão, CNPJ nº 00.655.209/0001-93, para a movimentação e armazenagem de cargas próprias e, complementarmente, cargas de terceiros, destinadas ou provenientes de transporte aquaviário, na forma e condições fixadas em Termo de Autorização pertinente.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO Nº 277, DE 29 DE AGOSTO DE 2006

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo pelo art. 4º, inciso VI, do Regimento Interno, na forma do disposto na Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, nos artigos 43 e 44, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001, e na Norma aprovada pela Resolução nº 356-ANTAQ, de 20 de dezembro de 2004, e demais normas regulamentares aplicáveis, à vista dos elementos constantes do Processo nº 50300.000038/2006-70 e tendo em vista o que foi deliberado na 160ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 29 de agosto de 2006, resolve:

I - Autorizar a empresa FRANCIS JOSÉ CHEHUAN & CIA LTDA., CNPJ nº. 04.819.181/0001-33, doravante denominado Autorizado, com sede na Rua Walter Rayol nº 331, bairro Presidente Vargas, Manaus-AM, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na navegação interior de percurso longitudinal, na prestação de serviços de transporte de carga geral e de granéis líquidos, na Bacia Amazônica, nos trechos interestaduais de competência da União.

II - A presente autorização é dada a título precário e pode ser revogada mediante notificação prévia, de no mínimo 90 (noventa) dias, por motivo de interesse público, devidamente justificado, assegurado à Autorizada indenização, se houver, a ser apurada em processo administrativo regular.

III - A Autorizada não terá direito adquirido à permanência das condições vigentes na data desta outorga ou do início de suas atividades, devendo observar as novas condições impostas por lei e pela regulamentação, que fixará prazo suficiente para adaptação.

IV - A Autorizada se obriga a atender as normas estabelecidas pela Agência Nacional de Petróleo - ANP, para o transporte de petróleo a granel e seus derivados.

V - Esta autorização poderá ser extinta por renúncia, falência ou extinção da Autorizada, ou pela ANTAQ, por via de anulação ou cassação, mediante processo regular, na forma do disposto no art. 15, da Norma aprovada pela Resolução nº. 356-ANTAQ, já citada.

VI - O descumprimento de qualquer disposição legal, regulamentar ou dos termos e condições expressas ou decorrentes deste Termo de Autorização implicará na aplicação das penalidades de que trata o Capitulo V da Norma já citada, observado o devido processo legal.

VII - O presente Termo de Autorização entra em vigor na data de sua publicação, importando o início dos serviços em plena aceitação pela Autorizada das condições nele estabelecidas.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO Nº 278, DE 29 DE AGOSTO DE 2006

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 4º, inciso VI, do Regimento Interno, na forma do disposto na Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, nos arts. 43 e 44, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001, e na Resolução nº 052-ANTAQ, de 19 de novembro de 2002, alterada pela Resolução nº 112-ANTAQ, de 8 de setembro de 2003, à vista dos elementos constantes do Processo nº 50300.000469/2006-36 e tendo em vista o que foi deliberado na 160ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 29 de agosto de 2006, resolve:

I - Autorizar a empresa IBERÁ TRANSPORTES E SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA., CNPJ nº 03.389.313/0001-71, doravante denominada Autorizada, com sede na Rua Itapema nº 31, bairro Cunhambebe, Guarujá-SP, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na prestação de serviços na navegação de apoio portuário, exclusivamente com embarcações sem propulsão ou com potência propulsiva de até 800 HP.

II - Esta autorização se regerá pela Lei nº 9.432, de 1997, pela Lei nº 10.233, de 2001, e pela Norma aprovada pela Resolução nº 052-ANTAQ, de 2002, alterada pela Resolução nº 112-ANTAQ, de 8 de setembro de 2003 e demais normas regulamentares aplicáveis.

III - A presente autorização é dada a título precário e pode ser revogada mediante notificação prévia, de no mínimo 90 (noventa) dias, por motivo de interesse público, devidamente justificado, assegurado à Autorizada indenização, se houver, a ser apurada em processo administrativo regular.

IV - A Autorizada não terá direito adquirido à permanência das condições vigentes na data desta outorga ou do início de suas atividades, devendo observar as novas condições impostas por lei e pela regulamentação, que fixará prazo suficiente para adaptação.

V - A Autorizada se obriga a executar os serviços, observadas as características próprias da operação, de forma a satisfazer os requisitos de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atendimento ao interesse público a à preservação do meio ambiente e obter junto à Agência Nacional de Petróleo - ANP, se for o caso, a autorização para o transporte de granéis líquidos de derivados de petróleo.

VI - Esta autorização poderá ser extinta por renúncia, falência ou extinção da Autorizada, ou pela ANTAQ, por via de anulação ou cassação, mediante processo regular, na forma do disposto no art. 18, incisos I e II, da Norma aprovada pela Resolução nº 052-ANTAQ.

VII - As infrações de que trata o inciso II, do art. 18, da Norma aprovada pela Resolução nº 052-ANTAQ, de 2002 que, a critério da ANTAQ, não constituam motivo suficiente para cassação, poderão ser punidas com as sanções previstas nos incisos I, II e III do art.17, da referida Norma, nos termos do regulamento próprio.

VIII - O presente Termo de Autorização entra em vigor na data de sua publicação, importando o início dos serviços em plena aceitação pela Autorizada das condições nele estabelecidas.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO Nº 279, DE 29 DE AGOSTO DE 2006

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso VI, do art. 4º, do Regimento Interno, na forma do disposto na Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, nos arts. 43 e 44, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001 e na Resolução nº 052-ANTAQ, de 19 de novembro de 2002, alterada pela Resolução nº 112-ANTAQ, de 8 de setembro de 2003, à vista dos elementos constantes do Processo nº 50301.000889/2006-11 e tendo em vista o que foi deliberado na 160ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 29 de agosto de 2006, resolve:

I - Autorizar a empresa FINARGE NAVEGAÇÃO DO BRASIL LTDA., CNPJ nº 07.688.646/0001-52, doravante denominada Autorizada, com sede na Av. Rio Branco, 122, 7º andar - Parte - Centro - Rio de Janeiro-RJ, como empresa brasileira de navegação, na navegação de apoio marítimo, com finalidade específica de obter financiamento junto ao Fundo da Marinha Mercante-FMM, para fins de construção de embarcação em estaleiro brasileiro, sem direito a afretamento de embarcação.

II - Esta autorização se regerá pela Lei nº 9.432, de 1997, pela Lei nº 10.233, de 2001, e pela Norma aprovada pela Resolução nº 052-ANTAQ, de 2002, alterada pela Resolução nº 112-ANTAQ, de 8 de setembro de 2003 e demais normas regulamentares aplicáveis.

III - A presente autorização é dada a título precário e pode ser revogada mediante notificação prévia, de no mínimo 90 (noventa) dias, por motivo de interesse público, devidamente justificado, assegurado à Autorizada indenização, se houver, a ser apurada em processo administrativo regular.

IV - A Autorizada não terá direito adquirido à permanência das condições vigentes na data desta outorga ou do início de suas atividades, devendo observar as novas condições impostas por lei e pela regulamentação, que fixará prazo suficiente para adaptação.

V - Esta autorização poderá ser extinta por renúncia, falência ou extinção da Autorizada, ou pela ANTAQ, por via de anulação ou cassação, mediante processo regular, na forma do disposto no art. 18, incisos I e II, da Norma aprovada pela Resolução nº 052-ANTAQ.

VI - As infrações de que trata o inciso II do art. 18 da Norma aprovada pela Resolução nº 052-ANTAQ, de 2002 que, a critério da ANTAQ, não constituam motivo suficiente para cassação, poderão ser punidas com as sanções previstas nos incisos I, II e III do art.17 da referida Norma, nos termos do regulamento próprio.

VII - O presente Termo de Autorização entra em vigor na data de sua publicação, importando o início dos serviços em plena aceitação pela Autorizada das condições nele estabelecidas.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO Nº 280, DE 29 DE AGOSTO DE 2006

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 4º, inciso VI, do Regimento Interno, na forma do disposto na Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, nos artigos 43 e 44, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001 e na Norma aprovada pela Resolução nº 356-ANTAQ, de 20 de dezembro de 2004, à vista dos elementos constantes do Processo nº 50300.000032/2006-01 e demais normas regulamentares aplicáveis, tendo em vista o que foi deliberado na 160ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 29 de agosto de 2006, resolve:

I - Autorizar a empresa SOCORRO CARVALHO & CIA CNPJ nº 04.330.304/0001-78, doravante denominada Autorizada, com sede na Estrada Torquato Tapajós, s/n, sala B, bairro Flores, Manaus-AM, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na navegação interior de percurso longitudinal, na prestação de serviços de transporte de carga geral e derivados de petróleo, na BACIA AMAZÔNICA, nos trechos interestaduais de competência da União.

II - A presente autorização é dada a título precário e pode ser revogada mediante notificação prévia, de no mínimo 90 (noventa) dias, por motivo de interesse público, devidamente justificado, assegurado à Autorizada indenização, se houver, a ser apurada em processo administrativo regular.

III - A Autorizada não terá direito adquirido à permanência das condições vigentes na data desta outorga ou do início de suas atividades, devendo observar as novas condições impostas por lei e pela regulamentação, que fixará prazo suficiente para adaptação.

IV - A Autorizada se obriga a atender as normas estabelecidas pela Agência Nacional de Petróleo - ANP para o transporte de petróleo a granel e seus derivados.

V - Esta autorização poderá ser extinta por renúncia, falência ou extinção da Autorizada, ou pela ANTAQ, por via de anulação ou cassação, mediante processo regular, na forma do disposto no art. 15, da Norma aprovada pela Resolução nº 356-ANTAQ, já citada.

VI - O descumprimento de qualquer disposição legal, regulamentar ou dos termos e condições expressas ou decorrentes deste Termo de Autorização implicará na aplicação das penalidades de que trata o Capitulo V da Norma já citada, observado o devido processo legal.

VII - O presente Termo de Autorização entra em vigor na data de sua publicação, importando o início dos serviços em plena aceitação pela Autorizada das condições nele estabelecidas.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO Nº 281, DE 5 DE SETEMBRO DE 2006

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso VI, do art. 4º, do Regimento Interno, na forma do disposto na Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, nos arts. 43 e 44, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001, e na Resolução nº 052-ANTAQ, de 19 de novembro de 2002, alterada pela Resolução nº 112-ANTAQ, de 8 de setembro de 2003 e demais normas regulamentares aplicáveis, à vista dos elementos constantes do Processo nº. 50301.000905/2006-67, tendo em vista o que foi deliberado na 161ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 05 de setembro de 2006, resolve:

I - Autorizar a empresa DEME BRAZIL SERVIÇOS DE DRAGAGEM LTDA., CNPJ nº 08.061.614/0001-95, doravante denominada Autorizada, com sede na Av. Almirante Barroso, 63, grupo 2.709, Parte, Centro, Rio de Janeiro-RJ, a operar, por prazo indeterminado, como empresa brasileira de navegação, na prestação de serviços na navegação de apoio portuário, executando exclusivamente serviços de dragagem.

II - Esta autorização se regerá pela Lei nº 9.432, de 1997, pela Lei nº 10.233, de 2001, e pela Norma aprovada pela Resolução nº 052-ANTAQ, de 2002, alterada pela Resolução nº 112-ANTAQ, de 8 de setembro de 2003 e demais normas regulamentares aplicáveis.

III - A presente autorização é dada a título precário e pode ser revogada mediante notificação prévia, de no mínimo 90 (noventa) dias, por motivo de interesse público, devidamente justificado, assegurado à Autorizada indenização, se houver, a ser apurada em processo administrativo regular.

IV - A Autorizada não terá direito adquirido à permanência das condições vigentes na data desta outorga ou do início de suas atividades, devendo observar as novas condições impostas por lei e pela regulamentação, que fixará prazo suficiente para adaptação.

V - A Autorizada se obriga a executar os serviços, observadas as características próprias da operação, de forma a satisfazer os requisitos de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atendimento ao interesse público a à preservação do meio ambiente e obter junto à Agência Nacional de Petróleo - ANP, se for o caso, a autorização para o transporte de granéis líquidos de derivados de petróleo.

VI - Esta autorização poderá ser extinta por renúncia, falência ou extinção da Autorizada, ou pela ANTAQ, por via de anulação ou cassação, mediante processo regular, na forma do disposto no art. 18, incisos I e II, da Norma aprovada pela Resolução nº 052-ANTAQ.

VII - As infrações de que trata o inciso II do art. 18 da Norma aprovada pela Resolução nº 052-ANTAQ, de 2002 que, a critério da ANTAQ, não constituam motivo suficiente para cassação, poderão ser punidas com as sanções previstas nos incisos I, II e III do art.17 da referida Norma, nos termos do regulamento próprio.

VIII - O presente Termo de Autorização entra em vigor na data de sua publicação, importando o início dos serviços em plena aceitação pela Autorizada das condições nele estabelecidas.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO Nº 282, DE 5 DE SETEMBRO DE 2006

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 4º, inciso V, do Regimento Interno, na forma do disposto na alínea b, do inciso II, do § 2º do art. 4º da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, com base nos arts. 43 e 44 da Lei º 10.233, de 5 de junho de 2001 com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001, e no regulamento aplicável, à vista dos elementos constantes do Processo nº 50000.008947/1993 e tendo em vista o que foi decidido na 161ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 05 de setembro de 2006, resolve:

I. Ratificar a autorização outorgada à empresa ALCOA ALUMÍNIO S.A., com sede no km 10 da Rodovia Poços de Caldas - Andradas, Jardim Aeroporto, Poços de Caldas, Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.637.697/0001-01; BHP BILLITON METAIS S.A., com sede na Avenida das Américas 3434, bloco 07, salas 501, 502, 503, 505, 506, 507 e 508, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.105.890/0001-46; ALCAN ALUMINA LTDA., com sede na Rodovia BR 135, km 18, nº 1, Pedrinhas, São Luís, Maranhão, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.959.319/0001-25; e ABALCO S.A., com sede no km 10 da Rodovia Poços de Caldas - Andradas, Jardim Aeroporto, Poços de Caldas, Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.434.317/0001-36; todas na qualidade de empresas integrantes do CONSÓRCIO DE ALUMÍNIO DO MARANHÃO - CONSÓRCIO ALUMAR, estabelecido na Rodovia BR 135, km 18, Pedrinhas, São Luís, Maranhão, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.655.209/0001-93, doravante denominadas Autorizadas, formalizada pelo Contrato de Adesão MT/DPH nº 023/94, datado de 23/08/1994, cujo objeto é a exploração de terminal portuário de uso privativo, na modalidade de uso misto, localizado na Rodovia BR 135, km 18, Distrito Industrial de Estiva, São Luís, Maranhão, CNPJ nº 00.655.209/0001-93, para a movimentação e armazenagem de cargas próprias e, complementarmente, cargas de terceiros, destinadas ou provenientes de transporte aquaviário.

II. Adaptar a autorização ratificada no item I desta Resolução, conforme o disposto no artigo 50 da Lei nº 10.233, de 5 de Junho de 2001 e nos termos do Anexo da Resolução nº 517-ANTAQ, de 18 de outubro de 2005.

III. Autorizar as empresas integrantes do CONSÓRCIO DE ALUMÍNIO DO MARANHÃO - CONSÓRCIO ALUMAR descritas no item I, a ampliar as instalações de acostagem e armazernagem, deste terminal portuário, compreendendo a construção de cais, silo de alumina, pátio de bauxita e tanques de soda cáustica, na conformidade do que consta do Processo nº 50000.008947/1993.

IV. A presente autorização é dada a título precário, e pode ser revogada mediante notificação prévia, de no mínimo 90 (noventa) dias, por motivo de interesse público devidamente justificado, assegurado à Autorizada indenização, se houver, a ser apurada em processo administrativo regular.

V. A autorização compreende a movimentação de cargas próprias, destinadas ou provenientes de transporte aquaviário que serão movimentadas no terminal, a saber: bauxita, coque, piche, carvão, soda e alumina, e complementarmente, de cargas de terceiros, destinadas ou provenientes de transporte aquaviário.

VI. Na ocorrência de movimentação de carga que, por suas características e composição, possam vir a causar impacto ou prejuízo ao meio ambiente, e bem assim daquela que, por sua natureza, necessite de autorização específica para sua regular movimentação, a execução da operação portuária ficará condicionada à autorização prévia do órgão federal ou estadual competente.

VII. A Autorizada se obriga a executar os serviços de forma a satisfazer os requisitos de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atendimento ao interesse público e à preservação do meio ambiente.

VIII. As obrigações da Autorizada são as previstas no art. 12 do Anexo da Resolução nº 517-ANTAQ, de 18 de outubro de 2005.

IX. A presente Autorização será exercida em regime de liberdade de preços, cumprindo à ANTAQ reprimir toda prática prejudicial à livre competição, bem assim o abuso do poder econômico, adotando-se nestes casos as providências previstas no art. 31 da Lei nº 10.233, de 2001.

X. A liberdade de preços de que trata o item anterior não se aplica à movimentação de cargas autorizada pela ANTAQ em virtude de situação de emergência de que trata o art. 49 da Lei nº 10.233, de 2001, sujeitando-se a Autorizada, nesse caso, ao regime de preços que vier a ser estabelecido para as demais outorgas.

XI. O descumprimento de qualquer exigência legal ou dos termos ou condições expressos ou implícitos neste Termo de Autorização implicará a aplicação das penalidades previstas no art. 13 do Anexo da Resolução nº 517-ANTAQ, de 18 de outubro de 2005, nas condições estabelecidas nos arts. 14 e 15.

XII. Esta Autorização poderá ser extinta por renúncia, falência ou extinção da Autorizada, ou pela ANTAQ, por via de anulação ou cassação mediante processo regular, nos seguintes termos:

1) Será anulada quando eivada de vícios que a tornem ilegal ou quando constatado que a Autorizada apresentou documentação irregular ou usou de má fé nas informações prestadas, independentemente de outras penalidades cabíveis;

2) Poderá ser cassada, a critério da ANTAQ, considerando a gravidade da infração, quando:

a) não forem cumpridas nos prazos assinalados as penalidades aplicadas na conformidade do disposto no item XI;

b) não for atendida a intimação para regularizar a execução de obras ou a operação do Terminal;

c) não for iniciada a operação do Terminal no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da publicação deste Termo, no Diário Oficial da União;

d) o Terminal deixar de operar por mais de 180 (cento e oitenta) dias;

e) houver infração de qualquer outra norma que vier a ser instituída pela ANTAQ e preveja a penalidade de cassação em razão do seu descumprimento;

f) houver perda das condições indispensáveis ao cumprimento do objeto desta autorização ou sua transferência irregular.

3) As infrações de que trata o número 2 que, a critério da ANTAQ, não tenham sido punidas com a pena de cassação, poderão ser punidas com penas pecuniárias, na forma do art. 16 do Anexo da Resolução nº 517-ANTAQ, de 18 de outubro de 2005.

XIII. As infrações cometidas pela Autorizada serão punidas com sanções pecuniárias, na forma do art. 16 do Anexo da Resolução nº 517-ANTAQ, de 18 de outubro de 2005.

XIV. A ANTAQ, em casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento que possa ocasionar prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e de outros bens, públicos ou particulares, e somente para os fins necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa, bem assim também para atender situações de emergência que ponham em risco a distribuição de mercadorias essenciais ao consumo, poderá determinar à Autorizada a movimentação ou armazenagem de mercadorias provenientes ou destinadas ao transporte aquaviário, enquanto perdurar a situação de emergência ou calamidade pública.

XV. Na ocorrência do previsto no item anterior, a Autorizada será remunerada pelos serviços prestados, diretamente pelos proprietários ou consignatários das mercadorias, utilizando-se, para efeito de cálculo da remuneração dos serviços, como limites-máximos, os valores das tarifas ou dos serviços praticados pela concessionária do porto organizado mais próximo ao Terminal.

XVI. A presente autorização entra em vigor na data de sua publicação, importando o início dos serviços em plena aceitação pela Autorizada das condições estabelecidas neste Termo.

FERNANDO ANTONIO BRITO FIALHO

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

RESOLUÇÃO Nº 1.608, DE 5 DE SETEMBRO DE 2006

Autoriza a celebração do Contrato de Permissão com a empresa Comércio e Transportes Boa Esperança Ltda., da Linha Belém (PA) - Parnaíba (PI).

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada nos termos do Relatório DGR - 199/2006, de 4 de setembro de 2006 e no que consta do Processo nº 50500.050263/2005-10, resolve:

Art. 1º Autorizar a celebração do Contrato de Permissão com a empresa Comércio e Transportes Boa Esperança Ltda., para a prestação dos serviços de transporte rodoviário interestadual de passageiros, sem caráter de exclusividade, na Linha Belém (PA) - Parnaíba (PI), prefixo n.º 02-1126-00, conforme art. 50 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.

Art. 2º Determinar a publicação do extrato do Contrato de Permissão no Diário Oficial da União, de acordo com o art. 39, § 4º, da Lei nº 10.233/2001.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ALEXANDRE N. RESENDE
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 1.609, DE 5 DE SETEMBRO DE 2006

Autoriza empresas à prestação de serviço de transporte rodoviário interestadual e/ou internacional de passageiros, sob regime de fretamento.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e fundamentada nos termos do Relatório DGR - 201/2006, de 4 de setembro de 2006, RESOLVE:

Art. 1º Autorizar as empresas relacionadas no anexo a esta Resolução, à prestação de serviço de transporte rodoviário interestadual e/ou internacional de passageiros, sob regime de fretamento.

Art. 2º Autorizar a Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS a emitir os respectivos Certificados de Registro para Fretamento - CRF - Forma Autorização, com validade de 2 (dois) anos, a partir da data da publicação da presente Resolução no Diário Oficial da União.

Art. 3º Estabelecer que a prestação do serviço, no regime de fretamento contínuo fica condicionada, ainda, a posterior emissão do Termo de Autorização, conforme determina o art. 20 da Resolução ANTT n° 1166, de 5 de outubro de 2005.

Art. 4º Estabelecer que as autorizações de viagem serão concedidas em cumprimento ao art. 23 da Resolução ANTT n° 1166/2005.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ALEXANDRE N. RESENDE
Diretor-Geral

ANEXO

Razão Social: A.J.S TUR TURISMO LTDA - ME
CNPJ: 03.567.329/0001-27
N° do Processo: 50500.032001/2006-54
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: AGALTUR TURISMO LTDA.
CNPJ: 89.394.365/0001-51
N° do Processo: 50500.049960/2006-17
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: AGUAVERTUR TURISMO LTDA
CNPJ: 24.349.029/0001-41
N° do Processo: 50500.049510/2006-16
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: ALTA ONDA TRANSPORTADORA TURÍSTICA LTDA - ME
CNPJ: 01.563.471/0001-70
N° do Processo: 50500.046786/2006-42
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: AUTO VIAÇÃO OURINHOS ASSIS LTDA
CNPJ: 53.416.038/0001-06
N° do Processo: 50500.046262/2006-51
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: AUTO VIAÇÃO OURO VERDE
CNPJ: 43.257.658/0001-96
N° do Processo: 50500.049383/2006-55
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: BAEPENDI AGÊNCIA DE VIAGENS LTDA
CNPJ: 00.377.202/0001-57
N° do Processo: 50500.044440/2006-18
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: CHAC TRANSPORTES E TURISMO LTDA
CNPJ: 06.077.611/0001-14
N° do Processo: 50500.029889/2006-48
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: CLOVIS TRANSPORTE TURISTICO LTDA
CNPJ: 03.627.183/0001-68
N° do Processo: 50500.035009/2006-72
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: CORDEIRO TRANSPORTE E TURISMO LTDA
CNPJ: 27.976.885/0001-15
N° do Processo: 50500.018751/2006-13
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: COSTA VERDE TRANSPORTES LTDA
CNPJ: 02.027.952/0001-24
N° do Processo: 50505.002484/2005-31
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: DEJAIR JOSÉ TEIXEIRA
CNPJ: 05.405.454/0001-66
N° do Processo: 50500.043203/2006-21
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: DOCINHO TRANSPORTES E TURISMO LTDA
CNPJ: 28.816.270/0001-94
N° do Processo: 50500.041898/2006-15
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: EMPRESA VIAÇÃO TARGINO LTDA
CNPJ: 01.870.000/0001-05
N° do Processo: 50500.049469/2006-88
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: EXPRESSO CONFIANÇA LTDA - ME
CNPJ: 02.972.217/0001-99
N° do Processo: 50500.027364/2006-78
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: EXPRESSO POPPI LTDA
CNPJ: 04.828.774/0001-66
N° do Processo: 50500.046403/2006-36
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: EXPRESSO SÃO CRISTÓVÃO TURISMO LTDA
CNPJ: 86.456.654/0001-40
N° do Processo: 50500.047786/2006-60
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: GIMMG - TRANSPORTADORA TURISTICA LTDA
CNPJ: 08.004.201/0001-79
N° do Processo: 50500.045633/2006-88
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: GUACITUR - GUACIRA TURISMO LTDA - ME
CNPJ: 32.484.958/0001-91
N° do Processo: 50500.049508/2006-47
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: IARA CRIS TURISMO LTDA
CNPJ: 01.970.916/0001-37
N° do Processo: 50500.048511/2006-43
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: IPOJUCATUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA
CNPJ: 47.886.049/0001-57
N° do Processo: 50500.045401/2006-20
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: JACOB TENORIO DA SILVA TRANSPORTADORA TURISTICA - ME
CNPJ: 07.880.130/0001-05
N° do Processo: 50500.045605/2006-61
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: JD TRANSPORTES E TURISMO LTDA
CNPJ: 04.527.456/0001-65
N° do Processo: 50500.071801/2005-18
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: LEOPOLDINA TURISMO LTDA - EPP
CNPJ: 19.765.734/0001-90
N° do Processo: 50500.046290/2006-79
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: NINATUR LTDA
CNPJ: 70.994.082/0001-12
N° do Processo: 50500.041497/2006-57
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: PAMPULHA OPERADORA TURÍSTICA LTDA - ME
CNPJ: 02.456.252/0001-55
N° do Processo: 50500.047268/2006-46
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: PONEY TOUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA - EPP
CNPJ: 74.461.088/0001-85
N° do Processo: 50500.047421/2006-35
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: PROTASIO LOCAÇÃO E TURISMO LTDA
CNPJ: 12.801.601/0001-82
N° do Processo: 50500.034953/2006-11
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: R.A. DE SOUSA PASSAGENS - ME
CNPJ: 04.110.258/0001-00
N° do Processo: 50500.040541/2006-10
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: R.M ARRUDA & CIA LTDA
CNPJ: 06.025.632/0001-96
N° do Processo: 50500.083862/2005-10
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: REAL TRANSPORTADORA TURÍSTICA LTDA
CNPJ: 06.136.348/0001-97
N° do Processo: 50500.041508/2006-07
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: ROCLAVATUR TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA-ME
CNPJ: 95.853.669/0001-32
N° do Processo: 50500.050009/2006-01
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: ROSALVA TUR LTDA
CNPJ: 05.469.533/0001-30
N° do Processo: 50500.048478/2006-51
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: SAMPAIO E FILHO LTDA
CNPJ: 00.506.892/0001-05
N° do Processo: 50500.048525/2006-67
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: THOMPSON VIAGENS E TURISMO LTDA - ME
CNPJ: 27.327.386/0001-05
N° do Processo: 50500.050331/2006-21
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: TRANS RONAR TRANPORTADORA TURÍSTICA LTDA - EPP
CNPJ: 05.029.189/0001-69
N° do Processo: 50500.049165/2006-11
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: TRANSPORTADORA TURÍSTICA BENFICA LTDA
CNPJ: 59.275.289/0001-02
N° do Processo: 50500.029316/2006-14
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: TRANSPORTE LABOR LTDA EPP
CNPJ: 64.820.103/0001-80
N° do Processo: 50500.038690/2006-19
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: TRANSPORTES COLETIVOS BATISTENSE LTDA - ME
CNPJ: 73.239.154/0001-04
N° do Processo: 50500.048506/2006-31
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: TRANSPORTES SANTA MARIA LTDA
CNPJ: 59.163.162/0001-93
N° do Processo: 50515.002792/2006-29
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: TRANSTURISMO TRANSPORTADORA ORIENTAL LTDA
CNPJ: 31.918.535/0001-70
N° do Processo: 50500.045337/2006-87
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: TURIS VÉU AGÊNCIA DE TURISMO LTDA - EPP
CNPJ: 04.937.557/0001-04
N° do Processo: 50500.049186/2006-36
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: TURSUL TURISMO SUL CATARINESE LTDA
CNPJ: 76.375.997/0001-26
N° do Processo: 50500.038285/2006-92
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: VIAÇÃO AGUIA AZUL LTDA
CNPJ: 13.527.585/0001-44
N° do Processo: 50500.031330/2006-88
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: VIAÇÃO CIDADE NOVA LTDA
CNPJ: 02.002.698/0001-00
N° do Processo: 50500.040960/2006-43
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: VIAÇÃO GRACIOSA LTDA
CNPJ: 78.132.636/0001-84
N° do Processo: 50500.032053/2006-21
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual
Razão Social: VIAÇÃO OLHOS DE ÁGUIA LTDA
CNPJ: 39.626.965/0001-20
N° do Processo: 50500.049169/2006-07
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: VIAÇÃO SÃO MIGUEL LTDA.
CNPJ: 19.156.512/0001-70
N° do Processo: 50500.042565/2006-03
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: VIAÇÃO TRESPONTANA LTDA
CNPJ: 20.384.608/0001-74
N° do Processo: 50500.046893/2006-71
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: VIDATUR TURISMO LTDA.
CNPJ: 02.100.910/0001-71
N° do Processo: 50500.046532/2006-24
Regime: Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional
Razão Social: ZAPAROLI TRANSPORTES LTDA ME
CNPJ: 02.314.481/0001-35
N° do Processo: 50500.032013/2006-89
Regime: Contínuo e Eventual ou Turístico
Modalidade: Interestadual e Internacional

RESOLUÇÃO Nº 1.610, DE 5 DE SETEMBRO DE 2006

Defere requerimento da Viação Águia Branca S.A. para Redução de Freqüência Mínima da Prestação do Serviço Regular de Transporte Rodoviário Interestadual de PassageirosVitória (ES) - Carlos Chagas (MG).

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada nos termos do Relatório DGR - 202/2006, de 4 de setembro de 2006, na Resolução ANTT nº 597, de 16 de junho de 2004, publicada no DOU de 28 de junho de 2004 e no que consta do Processo nº 50500.199900/2004-14, resolve:

Art. 1º Deferir o requerimento da empresa Viação Águia Branca S.A. para Redução de Freqüência Mínima da Prestação do Serviço Regular de Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros Vitória (ES) - Carlos Chagas (MG), prefixo nº 17-1394-00, para 2 (dois) horários semanais, por sentido, todos os meses do ano.

Art. 2º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS que proceda aos ajustes cadastrais e dê ciência à empresa.

Art. 3º Determinar, com base no art. 50 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que na ocasião da celebração de contrato com esta Agência seja feita a inclusão de cláusula fixando a freqüência mínima, ora aprovada.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ALEXANDRE N. RESENDE
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 1.611, DE 5 DE SETEMBRO DE 2006

Defere requerimento da Viação Garcia Ltda. para Redução de Freqüência Mínima da Prestação do Serviço Regular de Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros Bandeirantes (PR) - São Paulo (SP).

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada nos termos do Relatório DG - 137/2006, de 4 de setembro de 2006, na Resolução ANTT nº 597, de 16 de junho de 2004, publicada no DOU de 28 de junho de 2004 e no que consta do Processo nº 50500.025687/2006-27, resolve:

Art. 1º Deferir o requerimento da Viação Garcia Ltda. para Redução de Freqüência Mínima da Prestação do Serviço Regular de Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros Bandeirantes (PR) - São Paulo (SP), prefixo nº 09-0432-00, para 3 (três) horários semanais por sentido, todos os meses do ano.

Art. 2º Autorizar a assinatura do Termo Aditivo ao Contrato de Permissão ANTT Nº 011/2005, celebrado com a permissionária, com a finalidade de alterar a Cláusula Segunda, que trata do Objeto do Contrato, relativa à freqüência mínima do serviço, sob o regime de permissão.

Art 3º Determinar a publicação do extrato do Termo Aditivo no Diário Oficial da União, de acordo com o § 4º do art. 39 da Lei nº 10.233/2001.

Art. 4º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS que proceda aos ajustes cadastrais e dê ciência à empresa.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ALEXANDRE N. RESENDE
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 1.612, DE 5 DE SETEMBRO DE 2006

Defere requerimento da empresa Viação Garcia Ltda. para Redução de Freqüência Mínima da Prestação do Serviço Regular de Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros Terra Roxa (PR) - São Paulo (SP).

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada nos termos do Relatório DG - 138/2006, de 4 de setembro de 2006, na Resolução ANTT nº 597, de 16 de junho de 2004, publicada no DOU de 28 de junho de 2004 e no que consta do Processo nº 50500.025690/2006-41, resolve:

Art. 1º Deferir o requerimento da empresa Viação Garcia Ltda. para Redução de Freqüência Mínima da Prestação do Serviço Regular de Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros Terra Roxa (PR) - São Paulo (SP), prefixo nº 09-1416-00, para um horário semanal por sentido, todos os meses do ano.

Art. 2º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS que proceda aos ajustes cadastrais e dê ciência à empresa.

Art. 3º Determinar, com base no art. 50 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que na ocasião da celebração de contrato com esta Agência, seja feita a inclusão de cláusula fixando a freqüência mínima, ora aprovada.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ALEXANDRE N. RESENDE
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 1.613, DE 5 DE SETEMBRO DE 2006

Altera o Regimento Interno da ANTT, aprovado pela Resolução nº 001, de 20 de fevereiro de 2002, alterado pelas Resoluções nº 104, de 17 de outubro de 2002, nº 240, de 3 de julho de 2003, nº 399, de 8 de janeiro de 2004 e nº 432, de 12 de fevereiro de 2004.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso da competência que lhe foi conferida pelo art. 13, inciso V, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 4.130, de 13 de fevereiro de 2002, e fundamentada nos termos do Relatório DG - 140/2006, de 4 de setembro de 2006, resolve:

Art. 1º Alterar a redação do Anexo I da Resolução nº 001, de 20 de fevereiro de 2002, alterado pelas Resoluções nº 104, de 17 de outubro de 2002, nº 240, de 3 de julho de 2003, nº 399, de 8 de janeiro de 2004 e nº 432, de 12 de fevereiro de 2004, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"(...)

Art. 2°. (...)

(...)

m) Superintendência de Logística e Transporte Multimodal, à qual estão vinculadas:

1. Gerência de Fiscalização do Transporte Rodoviário de Cargas;

2. Gerência de Transporte Rodoviário de Cargas; e

3. Gerência de Regulação do Transporte de Cargas;

n) Superintendência de Exploração da Infra-estrutura, à qual estão vinculadas:

1. Gerência de Regulação da Exploração da Infra-estrutura;

2. Gerência de Fiscalização da Exploração da Infra-estrutura; e

3. Gerência de Gestão da Exploração da Infra-estrutura;

(...)

TÍTULO IV

(...)

CAPÍTULO II

Das Superintendências de Processos Organizacionais

(...)

Seção IV

Da Superintendência de Serviços de Transporte de Cargas

Art. 41. (...)

(...)

XIX - fiscalizar o transporte ferroviário de cargas especiais e produtos perigosos; e

XX - trabalhar em estreita articulação com as demais superintendências e órgãos da estrutura da ANTT.

Seção V

Da Superintendência de Logística e Transporte Multimodal

Art. 46. (...)

I - acompanhar o mercado de movimentação de bens e a logística de distribuição associada às diversas modalidades de transportes, propondo a criação de facilidades de apoio logístico;

II - desenvolver estudos sobre frotas do transporte rodoviário de cargas, estudos de demanda de serviços de movimentação de cargas, estudos de fluxos de cargas e de integração modal;

III - desenvolver estudos comparativos dos custos logísticos do transporte de grupos de produtos, ao longo de corredores de transporte;

IV - acompanhar o transporte multimodal de cargas;

(...)

VII - promover a regulamentação do transporte rodoviário e ferroviário de produtos perigosos e a fiscalização do transporte rodoviário de produtos perigosos;

VIII - promover a regulamentação e a fiscalização da aplicação do Vale - Pedágio; e

IX - promover a regulamentação e a fiscalização da pesagem de veículos no âmbito da esfera de atuação da ANTT.

Art. 47. No desempenho de suas atividades a Superintendência contará com a Gerência de Fiscalização do Transporte Rodoviário de Cargas, a Gerência de Transporte Rodoviário de Cargas e a Gerência de Regulação do Transporte de Cargas.

Art. 48. A Gerência de Fiscalização do Transporte Rodoviário de Cargas tem como atividade principal fiscalizar, aplicar as penalidades, instruir, analisar e emitir parecer sobre processos relativos às infrações cometidas.

(...)

Art. 50. A Gerência de Regulação do Transporte de Cargas tem como atividade central estudar, analisar e propor a regulamentação do transporte rodoviário de produtos perigosos, acompanhar a logística de distribuição de bens e propor medidas para desenvolver o transporte multimodal.

Seção VI

Da Superintendência de Exploração da Infra-Estrutura

Art. 51. (...)

I - promover a regulamentação da infra-estrutura outorgada;

II - fiscalizar as condições da infra-estrutura rodoviária;

III - fiscalizar a execução dos contratos de outorga;

IV - aplicar as penalidades de multa e advertência, em casos de descumprimento de cláusulas contratuais e da legislação aplicável, bem assim propor as demais penalidades à Diretoria;

V - propor a autorização e fiscalizar a execução do programa de investimentos no âmbito das outorgas;

VI - definir o nível de serviços da infra-estrutura;

VII - promover a regulamentação e propor autorização do uso das faixas de domínio;

VIII - harmonizar interesses e conflitos entre os concessionários, os usuários da infra-estrutura e as populações lindeiras;

IX - fiscalizar a arrecadação de tarifas de pedágios e receitas complementares na infra-estrutura outorgada;

X - organizar o atendimento da ANTT aos usuários em rodovias federais concedidas;

XI - aferir a satisfação dos usuários com os serviços prestados;

XII - acompanhar as inovações tecnológicas e sugerir políticas que aprimorem a prestação dos serviços;

XII - articular com governos e entidades governamentais no âmbito da execução das atividades de exploração de infra-estrutura;

XIV - avaliar e sugerir à direção da ANTT regulamentações específicas que propiciem o desenvolvimento dos serviços e o melhor atendimento das necessidades de movimentação de bens e pessoas na infra-estrutura rodoviária concedida;

XV - elaborar Relatório Anual de Atividades da Superintendência;

XVI - elaborar anuário estatístico de sua área de atuação; e

XVII - trabalhar em estreita articulação com as demais superintendências e órgãos da estrutura da ANTT.

Art. 52. No desempenho de suas atividades a Superintendência contará com a Gerência de Regulação da Exploração da Infra-Estrutura, a Gerência de Fiscalização da Exploração da Infra-Estrutura e a Gerência de Gestão da Exploração da Infra-Estrutura.

(...)

Art. 55. A Gerência de Gestão da Exploração da Infra-Estrutura tem como atividades centrais promover a gestão técnico-operacional dos contratos de concessão da exploração da Infra-estrutura."

Art. 2º Determinar a publicação, no Diário Oficial da União, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 001, de 20 de fevereiro de 2002, com as alterações introduzidas pelas Resoluções nº 104, de 17 de outubro de 2002,nº 240, de 3 de julho de 2003, nº 399, de 8 de janeiro de 2004, nº 432, de 12 de fevereiro de 2004 e por esta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ALEXANDRE N. RESENDE
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 1.614, DE 5 DE SETEMBRO DE 2006

Autoriza a prestação de serviço de transporte ferroviário de passageiros, não-regular e eventual, com finalidade comemorativa.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada nos termos do Relatório DG - 142/2006, de 4 de setembro de 2006 e no que costa do Processo nº 50500.039359/2006-16 e em conformidade com o disposto na Resolução nº 359, de 26 de novembro de 2003, alterada pela Resolução nº 490, de 31 de março de 2004, resolve:

Art. 1º Autorizar a prestação de serviço de transporte ferroviário de passageiros, não-regular e eventual, com finalidade comemorativa, na modalidade Autorização, à Prefeitura Municipal de Guarapuava, no estado do Paraná, nos seguintes termos:

OBJETO: passeio turístico de natureza comemorativa, a ser realizado nos dias 7, 8, 9 e 10 de setembro de 2006.

TRECHO: percurso aproximado de 17 km, no estado do Paraná, no segmento compreendido entre a Estação Ferroviária Central, localizada no Bairro Cascavel, em Guarapuava e a Estação Ferroviária Afonso Camargo, localizada no Distrito de Jordão.

FORMA: de acordo com a documentação apresentada pela Prefeitura Municipal de Guarapuava e com o Termo de Entendimentos firmado com a Concessionária da via, América Latina Logística do Brasil S.A. - ALL, aprovado pela ANTT.

Art. 2º A Prefeitura Municipal de Guarapuava e a ALL ficam submetidas às normas e aos regulamentos atinentes ao transporte ferroviário de passageiros e à Resolução nº 359/2003, alterada pela Resolução nº 490/2004.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

JOSÉ ALEXANDRE N. RESENDE
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 1.615, DE 5 DE SETEMBRO DE 2006

Autoriza a celebração do Contrato de Permissão com a empresa Comércio e Transportes Boa Esperança Ltda., da Linha Tucuruí (PA) - São Luis (MA).

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada nos termos do Relatório DNO - 227/2006, de 4 de setembro de 2006 e no que consta do Processo nº 50500.050313/2005-69 e apensos, resolve:

Art. 1º Autorizar a celebração do Contrato de Permissão com a empresa Comércio e Transportes Boa Esperança Ltda., para a prestação dos serviços de transporte rodoviário interestadual de passageiros, sem caráter de exclusividade, na Linha Tucuruí (PA) - São Luis (MA), prefixo nº 02-1174-00 e no Serviço Complementar Tucuruí (PA) - São Luis (MA), via Pinheiro (MA), prefixo nº 02-1174-01, conforme art. 50 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.

Art. 2º Determinar a publicação do extrato do Contrato de Permissão no Diário Oficial da União, de acordo com o art. 39, § 4º, da Lei nº 10.233/2001.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ALEXANDRE N. RESENDE
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 1.616, DE 5 DE SETEMBRO DE 2006

Habilita empresas à prestação do serviço de transporte rodoviário internacional de cargas e autoriza a emissão dos respectivos Certificados de Licença Originária.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada nos termos do Relatório DNO - 228/2006, de 4 de setembro de 2006 e na Resolução ANTT nº 1474, de 5 de junho de 2006, resolve:

Art. 1º Habilitar as empresas relacionadas no Anexo a esta Resolução à prestação do serviço de transporte rodoviário internacional de cargas, pelo prazo de 10 (dez) anos.

Art. 2º Autorizar a Superintendência de Logística e Transporte Multimodal - SULOG a emitir os respectivos Certificados de Licença Originária.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ALEXANDRE N. RESEND
Diretor-Geral

ANEXO

INTERESSADA : RODOQUÍMICA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TRANSPORTE DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.
CNPJ : 02.368.580/0001-08
N º DO PROCESSO : 50500.044952/2006-76
TRÁFEGO : Bilateral entre Brasil/Argentina, pelas fronteiras habilitadas
INTERESSADA : DI CANALLI COMÉRCIO, TRANSPORTES E EMPREENDIMENTOS LTDA.
CNPJ : 03.591.919/0001-95
N º DO PROCESSO : 50500.049097/2006-90
TRÁFEGO : Bilateral entre Brasil/Venezuela, pelas fronteiras habilitadas
INTERESSADA : REGIONAL TRANSPORTES E ENCOMENDAS LTDA.
CNPJ : 03.090.465/0001-79
N º DO PROCESSO : 50500.049841/2006-56
TRÁFEGO : Bilateral entre Brasil/Paraguai, pelas fronteiras habilitadas

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL

PORTARIA Nº 365, DE 5 DE SETEMBRO DE 2006

A PROCURADORA-GERAL DO TRABALHO, em conformidade com as disposições do Art. 91, inciso XXI, da Lei Complementar n° 75/93, e com a competência delegada pela Portaria PGR n° 308, de 28.5.1996, publicada na Seção 2 do DOU de 30.5.1996, resolve:

Alterar o Anexo Único da Portaria nº 252, de 15.6.2005, publicada no DOU nº 114, de 16.6.2005, Seção 1, páginas 63 a 67, no que se refere à Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região, que passará a ter a seguinte redação:

Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região - Distrito Federal e Tocantins

Sede	Ofícios	Área de Abrangência
Brasília		Brasília e municípios não abrangidos pelos Ofícios de Palmas, Araguaína e Gurupi
	Palmas/TO	Abreulândia, Aparecida do Rio Negro, Araguacema, Barrolândia, Bom Jesus do Tocantins, Brejinho de Nazaré, Caseara, Centenário, Chapada de Areia, Cristalândia, Divinópolis do Tocantins, Dois Irmãos, Fátima, Fortaleza do Tabocão, Guaraí, Ipueiras, Lageado, Lagoa da Confusão, Lagoa do Tocantins, Lizarda, Marianópolis do Tocantins, Mateiros, Miracema do Tocantins, Miranorte, Monte do Carmo, Monte Santo, Nova Rosalândia, Novo Acordo, Oliveira de Fátima, Palmas, Paraíso do Tocantins, Pedro Afonso, Pium, Ponte Alta do Tocantins, Porto Nacional, Pugmil, Rio dos Bois, Rio Sono, Santa Rita do Tocantins, Santa Tereza do Tocantins, São Félix do Tocantins, Silvanópolis, Tocantínea, Tupirama,
	Araguaína/TO	Aguiarnópolis, Ananás, Anjico, Aragominas, Araguaína, Araguanã, Araguatins, Arapoema, Augustinópolis, Axixa do Tocantins, Babaçulândia, Bandeirantes, Barra do Ouro, Bernardo Sayão, Brasilândia, Buriti do Tocantins, Cachoeirinha, Campos Lindos, Carmolândia, Carrasco Bonito, Colinas do Tocantins, Colméia, Couto de Magalhães, Darcinópolis, Esperantina, Filadélfia, Goianorte, Goiatins, Itacajá, Itaguatins, Itapiratins, Itaporã do Tocantins, Juarina, Luzinópolis, Maurilândia do Tocantins, Muricilândia, Nazaré, Nova Olinda, Palmeirante, Palmeiras do Tocantins, Pau d'Arco, Pequizeiro, Piraquê, Praia Norte, Presidente Kennedy, Recursolândia, Riachinho, Sampaio, Santa Fé do Araguaia, Santa Maria do Tocantins, Santa Terezinha do Tocantins, São Bento do Tocantins, São Miguel do Tocantins, São Sebastião do Tocantins, Sítio Novo do Tocantins, Tocantinópolis, Tupiratins, Wanderlândia, Xambioá
	Gurupi/TO	Alvorada, Aliança do Norte, Araguaçu, Cariri, Crixás, Dueré, Figueirópolis, Formoso do Araguaia, Gurupi, Jaú, Palmeirópolis, Peixe, São Salvador do Tocantins, Sandolândia, Sucupira, Talismã

SANDRA LIA SIMÓN

PROCURADORIAS REGIONAIS
1ª REGIÃO

PORTARIA Nº 186, DE 25 DE AGOSTO DE 2006

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados na Representação nº 1639/2006, bem como da necessidade de apuração de outros elementos de convicção;

Considerando que as situações fáticas trazidas aos autos estão compreendidas nas atribuições institucionais acometidas ao Ministério Público do Trabalho (arts. 127, caput, e 129, III, da CF/88; art. 83, III c/c art. 6º, VII, d, ambos da LC nº 75/93); resolve:

Instaurar o Inquérito Civil Público nº 1639/2006 em face de AGEMAR CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA.

Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho, Fábio Luiz Vianna Mendes, que poderá ser secretariado pela servidora Telma Regina Rangel Pereira, Técnico Administrativo.

FÁBIO LUIZ VIANNA MENDES

PORTARIA Nº 187, DE 25 DE AGOSTO DE 2006

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados na Representação nº 1536/2006, bem como da necessidade de apuração de outros elementos de convicção;

Considerando que as situações fáticas trazidas aos autos estão compreendidas nas atribuições institucionais acometidas ao Ministério Público do Trabalho (arts. 127, caput, e 129, III, da CF/88; art. 83, III c/c art. 6º, VII, d, ambos da LC nº 75/93); resolve:

Instaurar o Inquérito Civil Público nº 1536/2006 em face de POLINCO POLIBRAS DISTRIBUIDORA e POLITRANS TRANSPORTADORA LTDA.

Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho, Fábio Luiz Vianna Mendes, que poderá ser secretariado pela servidora Telma Regina Rangel Pereira, Técnico Administrativo.

FÁBIO LUIZ VIANNA MENDES

PORTARIA Nº 188, DE 25 DE AGOSTO DE 2006

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados na Representação nº 1402/2006, bem como da necessidade de apuração de outros elementos de convicção;

Considerando que as situações fáticas trazidas aos autos estão compreendidas nas atribuições institucionais acometidas ao Ministério Público do Trabalho (arts. 127, caput, e 129, III, da CF/88; art. 83, III c/c art. 6º, VII, d, ambos da LC nº 75/93); resolve:

Instaurar o Inquérito Civil Público nº 1402/2006 em face de MULTICOPER SÃO PAULO COOPERATIVA INTEGRADA DE ATIVIDADES MÚLTIPLAS.

Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho, Fábio Luiz Vianna Mendes, que poderá ser secretariado pela servidora Telma Regina Rangel Pereira, Técnico Administrativo.

FÁBIO LUIZ VIANNA MENDES

PORTARIA Nº 189, DE 25 DE AGOSTO DE 2006

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados na Representação nº 0869/2006, bem como da necessidade de apuração de outros elementos de convicção;

Considerando que as situações fáticas trazidas aos autos estão compreendidas nas atribuições institucionais acometidas ao Ministério Público do Trabalho (arts. 127, caput, e 129, III, da CF/88; art. 83, III c/c art. 6º, VII, d, ambos da LC nº 75/93); resolve:

Instaurar o Inquérito Civil Público nº 0869/2006 em face de JORGE TABAJARA BEZERRA OLIVEIRA.

Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho, Fábio Luiz Vianna Mendes, que poderá ser secretariado pela servidora Telma Regina Rangel Pereira, Técnico Administrativo.

FÁBIO LUIZ VIANNA MENDES

PORTARIA Nº 190, DE 25 DE AGOSTO DE 2006

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados na Representação nº 0136/2006, bem como da necessidade de apuração de outros elementos de convicção;

Considerando que as situações fáticas trazidas aos autos estão compreendidas nas atribuições institucionais acometidas ao Ministério Público do Trabalho (arts. 127, caput, e 129, III, da CF/88; art. 83, III c/c art. 6º, VII, d, ambos da LC nº 75/93); resolve:

Instaurar o Inquérito Civil Público nº 0136/2006 em face de SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE BOM JESUS DE ITABAPOANA.

Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho, Fábio Luiz Vianna Mendes, que poderá ser secretariado pela servidora Telma Regina Rangel Pereira, Técnico Administrativo.

FÁBIO LUIZ VIANNA MENDES

PORTARIA Nº 191, DE 25 DE AGOSTO DE 2006

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados na Representação nº 0967/2006, bem como da necessidade de apuração de outros elementos de convicção;

Considerando que as situações fáticas trazidas aos autos estão compreendidas nas atribuições institucionais acometidas ao Ministério Público do Trabalho (arts. 127, caput, e 129, III, da CF/88; art. 83, III c/c art. 6º, VII, d, ambos da LC nº 75/93); resolve:

Instaurar o Inquérito Civil Público nº 0967/2006 em face de ELEVADORES OTIS LTDA.

Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho, Fábio Luiz Vianna Mendes, que poderá ser secretariado pela servidora Telma Regina Rangel Pereira, Técnico Administrativo.

FÁBIO LUIZ VIANNA MENDES

PORTARIA Nº 192, DE 25 DE AGOSTO DE 2006

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados na Representação nº 0746/2006, bem como da necessidade de apuração de outros elementos de convicção;

Considerando que as situações fáticas trazidas aos autos estão compreendidas nas atribuições institucionais acometidas ao Ministério Público do Trabalho (arts. 127, caput, e 129, III, da CF/88; art. 83, III c/c art. 6º, VII, d, ambos da LC nº 75/93); resolve:

Instaurar o Inquérito Civil Público nº 0746/2006 em face de STEFANINI.

Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho, Fábio Luiz Vianna Mendes, que poderá ser secretariado pela servidora Telma Regina Rangel Pereira, Técnico Administrativo.

FÁBIO LUIZ VIANNA MENDES

PORTARIA Nº 193, DE 25 DE AGOSTO DE 2006

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados na Representação nº 0954/2006, bem como da necessidade de apuração de outros elementos de convicção;

Considerando que as situações fáticas trazidas aos autos estão compreendidas nas atribuições institucionais acometidas ao Ministério Público do Trabalho (arts. 127, caput, e 129, III, da CF/88; art. 83, III c/c art. 6º, VII, d, ambos da LC nº 75/93); resolve:

Instaurar o Inquérito Civil Público nº 0954/2006 em face de U.NEAR S/A.

Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho, Fábio Luiz Vianna Mendes, que poderá ser secretariado pela servidora Telma Regina Rangel Pereira, Técnico Administrativo.

FÁBIO LUIZ VIANNA MENDES

Tribunal de Contas da União

PLENÁRIO

ADITAMENTO À PAUTA Nº 35 (ORDINÁRIA)
Sessão em 13 de setembro de 2006

Nos termos dos §§ 9º e 10º do art. 141 do Regimento Interno, foi incluído na Pauta nº 35/2006 - Plenário, para apreciação na Sessão Ordinária a se realizar no dia 13/9/2006, o(s) seguinte(s) processo(s):

GRUPO I

Classe V - AUDITORIAS E INSPEÇÕES

- Relator, Ministro Augusto Nardes

TC-013.866/2006-2
Natureza: Relatório de Levantamento de Auditoria.
Órgão: Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes-Dnit/Superintendência Regional-PB.
Interessado: Congresso Nacional.
Responsáveis: Mauro Barbosa da Silva e Inácio Bento de Morais Júnior.
Advogado constituído nos autos: não há.

GRUPO II

Classe V - AUDITORIAS E INSPEÇÕES

- Relator, Ministro Ubiratam Aguiar

TC-005.888/2003-0 (com 6 volumes e 1 anexo)
Natureza: Relatório de Auditoria
Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra
Interessado: Tribunal de Contas da União
Advogado constituído nos autos: não houve

Secretaria-Geral das Sessões, 6 de setembro de 2006
MÁRCIA PAULA SARTORI
Secretária do Plenário

1ª CÂMARA

ATA Nº 32, DE 5 DE SETEMBRO DE 2006
(Sessão Extraordinária da Primeira Câmara)

Presidência do Ministro Valmir Campelo
Representante do Ministério Público: Dr. Paulo Soares Bugarin
Subsecretário da Sessão: ACE Francisco Costa de Almeida

Com a presença dos Ministros Guilherme Palmeira e Augusto Nardes, bem como do Representante do Ministério Público, Dr. Paulo Soares Bugarin, o Presidente da Primeira Câmara, em exercício, Ministro Valmir Campelo, invocando a proteção de Deus, declarou aberta a Sessão Extraordinária da Primeira Câmara às dez horas, havendo registrado as ausências do Presidente da Primeira Câmara, Ministro Marcos Vinicios Rodrigues Vilaça, por motivo de férias e do Auditor Augusto Sherman Cavalcanti, por estar substituindo Ministro integrante da Segunda Câmara (Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, artigos 12, § 2º, 33, 55, incisos I, alíneas a e b, II, alíneas a e b e III, 133, incisos I a IV, VI e VII, 134 a 136 e 140).

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Primeira Câmara homologou a Ata nº 31, da Sessão Ordinária realizada em 29 de agosto de 2006, de acordo com os artigos 33, inciso X e 95, inciso I, do Regimento Interno.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os Anexos das Atas, de acordo com a Resolução TCU n° 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSOS RELACIONADOS

A Primeira aprovou as Relações de processos organizadas pelos respectivos Relatores, bem como os Acórdãos de n° 2437 a 2472, que se inserem no Anexo I desta Ata, na forma do Regimento Interno, artigos 137, 138, 140 e 143, e Resoluções TCU n°s 164/2003 e 184/2005, a seguir indicados:

a) Ministro Valmir Campelo (Relações n°s 97 a 99):

APOSENTADORIA

ACÓRDÃO Nº 2437/2006 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 1ª Câmara, em 5/9/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Superintendência Nacional de Abastecimento (extinta)

1. TC-006.188/2006-1 - LEONOR RIBEIRO DO NASCIMENTO, CPF: 082.741.185-53; AIRAM CARVALHO ASSIS, CPF: 000.927.113-91; ANTONIO BARCELAR DA SILVA, CPF: 010.167.094-04; ANTONIO MAIRTON, CPF: 635.023.993-87; ANTONIO MOACIR XAVIER, CPF: 009.874.251-53; CEZAR PARAGUASSU DE OLIVEIRA CATAO, CPF: 041.366.916-53; CHARLEY TADEU VIANA, CPF: 006.226.056-15; ELIZABETH DA FONSECA REIS E ALVES, CPF: 098.937.686-91; EPAMINONDAS RODRIGUES DE SOUZA, CPF: 039.431.785-87; FRANCISCO BATISTA FILHO,
CPF: 014.707.796-68; IVO ARLINDO, CPF: 165.489.658-68; JOSÉ JORGE DOS SANTOS FERREIRA, CPF: 022.226.203-68; MARIA JOSE CAVALVANTE, CPF: 027.048.465-53; MARIO MAURICIO DA FONSECA, CPF: 004.201.314-34; PAULO ISENSEE, CPF: 041.274.475-91

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro

2. TC-008.999/2004-1 - YOLANDA DA COSTA PINTO, CPF: 022.969.287-73

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

Gerência Regional de Administração de Pessoal no Distrito Federal

3. TC-010.965/2006-7 - ADEMIR FRANÇA, CPF: 075.073.133-87; AGENOR DE SOUZA E SILVA, CPF: 036.564.972-49; ARI DE SOUZA, CPF: 440.230.577-20; CAETANO CLEMENTINO DA SILVA, CPF: 363.493.304-63; CANDIDA MARIA CASTELO BRANCO RODRIGUES, CPF: 184.364.634-04; CELIO MOREIRA, CPF: 041.323.787-72; CLARICE MARIA DA CONCEIÇÃO, CPF: 152.678.144-15; CLAUDIO ALVES PEREIRA, CPF: 037.898.703-82; ELESBÃO BARROS, CPF: 054.690.663-04; ELIA MARIA DE CAVALCANTI E ALBUQUERQUE, CPF: 169.105.834-34; ELICIO LUIS DE OLIVEIRA, CPF: 251.866.043-72; ELIZABETE MARIA DE MENEZES CARDOSO BASTOS, CPF: 223.234.064-34; ELIZABETH ALVES CANEJO, CPF: 145.370.954-15; EMÍLIA ROSA DE ALMEIDA SILVEIRA, CPF: 253.508.547-04; EVERALDO IRINEU DE SOUZA, CPF: 080.677.754-00; FRANCISCO DINIZ DE SOUSA, CPF: 042.035.003-97; HONORINA TEREZA PEREIRA ALMEIDA, CPF: 069.269.083-20; IOLETE ROSA DE MACEDO UTTA, CPF: 617.109.463-34; JOSE AMADOR LESSA, CPF: 385.716.257-00; JOSE APOLONIO SARAIVA, CPF: 006.455.084-20; LAUDELINA MARIA ALVES, CPF: 183.664.497-34; LEONILDES VELOSO MARQUES, CPF: 038.124.563-20; LOURDES MARIA COSTA AMORIM, CPF: 044.596.953-91; MARIA BARBARA RODRIGUES SILVA, CPF: 054.720.913-49; MARIA CLEONICE SILVA RIBEIRO, CPF: 127.478.903-68; MARIA DO SOCORRO COSTA AMARAL, CPF: 080.707.763-15; MARIA DOMINGAS DE OLIVEIRA MATOS, CPF: 405.583.553-15; MARIA FERREIRA LINDOSO ALVES, CPF: 044.489.953-72; MARIA LUZIA SILVA, CPF: 299.862.813-34; MARIO DA CUNHA, CPF: 178.188.857-49; MARIZA MELO MOREIRA, CPF: 249.739.713-91; MOISES JOAQUIM BENTO, CPF: 103.280.174-34; NEUZA FRANCÊS DE MESQUITA, CPF: 332.163.123-72; NINA ROSA DE OLIVEIRA LUZ, CPF: 425.495.827-72; PAULO CESAR ORPHÃO BOURGET, CPF: 178.187.537-53; PAULO GUSTAVO VIANA LIRA, CPF: 004.481.094-68; RITA RAIMUNDA SEQUINS DE OLIVEIRA, CPF: 100.121.503-63; SUELY MARIA BRAGA PINTO, CPF: 043.985.053-34; TEREZINHA DE JESUS LAURETA CERQUEIRA, CPF: 063.738.603-53; WILSON ALVES DE OLIVEIRA, CPF: 037.296.644-68

Gerência Regional de Administração de Pessoal no Distrito Federal

4. TC-010.966/2006-4 - ABIMAEL RODRIGUES DAS MERCES, CPF: 236.118.637-34; ANA MARIA SANTOS ASSUNÇÃO, CPF: 044.593.503-00; ANILZA PINHO DE CARVALHO, CPF: 264.860.917-20; ANTONIA DA COSTA MUNIZ, CPF: 449.948.693-91; AUREA MARIA PINTO PESSOA, CPF: 257.540.927-68; CELIO REIS DE LIMA, CPF: 041.383.767-04; DANILEA MATOS DE SOUSA, CPF: 180.898.442-00; DILMA SILVA DE CASTRO, CPF: 202.469.783-68; FRANCISCO ALBERTO TORRES DO NASCIMENTO, CPF: 027.614.327-20; FRANCISCO VERAS MAIA, CPF: 106.651.453-49; GONÇALO NORONHA CARNEIRO, CPF: 351.291.907-34; JANE SOARES DO NASCIMENTO, CPF: 165.092.504-20; JANETE SILVA SHERRING, CPF: 049.697.152-20; JANUARIO TORRES, CPF: 546.812.789-04; JOSÉ BERNARDES MENEZES, CPF: 038.340.777-04; JOÃO DA CRUZ BORGES NETO, CPF: 004.883.212-04; JULIA EMILIA BASTOS FERREIRA DA SILVA, CPF: 053.897.473-72; LUIZ CARLOS DA SILVA, CPF: 113.051.187-15; LUIZ CARLOS PONÇADILHA, CPF: 054.713.383-91; LYS GOMES BARROS, CPF: 044.286.763-87; LÚCIA MARIA MARTINS, CPF: 102.404.037-20; MARIA AMELIA CARNEIRO BRUZACA, CPF: 042.098.263-91; MARIA DO SOCORRO ARAGÃO COSTA, CPF: 622.479.053-15; MARIA HELENA BARROS DE CICCO, CPF: 733.334.257-34; MARIA MADALENA MAXIMO DINIZ, CPF: 377.221.313-87; MARIA RAIMUNDA MENDES PEREIRA DOS ANJOS, CPF: 044.523.643-49; MARIA REGINA BRAGA DE LIMA, CPF: 238.499.913-34; MARIO DE ALMEIDA LIMA, CPF: 010.710.844-53; MARLENE AIRES PINTO, CPF: 516.133.013-91; MAURY SALVADOR BRANCUTTI, CPF: 227.880.427-87; MIGUEL ANGELO ORONOZ PROENÇA, CPF: 135.276.227-72; MOUNIR HASSAN SAFATLI, CPF: 265.496.897-91; NEUSA RADI SERRA, CPF: 074.902.913-72; PAULO JOSE FELICIANO DA SILVA, CPF: 068.766.761-53; PEDRO MOURA LOPES, CPF: 022.217.643-15; PEDROLINA PAULA CHAGAS, CPF: 040.469.003-34; RAIMUNDA CÉLIA SILVA COELHO, CPF: 331.457.093-72; RAIMUNDA DA SILVA BARROS, CPF: 124.533.823-49; ROSALMIRA MORAES COSTA, CPF: 351.732.543-00; SERGIO CLETO SEABRA, CPF: 258.878.747-91; SOCRATES DA COSTA PINTO, CPF: 313.776.377-00; SONIA MARIA MOREIRA GARCIA, CPF: 219.522.307-30; UBIRAJARA GRAÇA DOS SANTOS, CPF: 296.517.867-87

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

5. TC-010.969/2006-6 - DONALDO MOTA DE SOUZA, CPF: 044.619.594-49; ELMA LUIZA COSTA MONTE, CPF: 149.354.734-87; IVAN FABRETTI COELHO, CPF: 167.745.820-87; JOÃO BATISTA FREITAS, CPF: 052.377.342-00; LOURDES REGINA JOORIS, CPF: 298.181.417-68; LUIZ CARLOS GARCIA DE OLIVEIRA, CPF: 405.281.977-20; LUIZ GUILHERME CORREA HETTENHAUSEN, CPF: 027.582.887-53; MARCILIO BOAVENTURA VIEIRA ABRITTA, CPF: 136.925.506-34; MAURICIO ANTONIO CHIAPPETTA DE AZEVEDO, CPF: 029.699.557-68; MAURICIO RODRIGUES, CPF: 559.192.278-34; ROBERTO DE ALBUQUERQUE COTRIM, CPF: 039.898.444-15; TANIA REGINA SILVA DE SOUZA, CPF: 313.388.527-87

Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

6. TC-010.970/2006-7 - AMELIA ISAAC THOME, CPF: 007.861.106-78; CARLOS ALBERTO RIBEIRO, CPF: 067.802.291-72; CELSIUS ANTONIO LODDER, CPF: 160.057.167-00; DOROTHEA FONSECA FURQUIM WERNECK, CPF: 261.863.817-49; ELIEZER DE SOUSA TEIXEIRA, CPF: 014.987.203-82; ESMERALDA GOES TEIXEIRA, CPF: 052.119.088-64; FRANCISCO JUNQUEIRA BRUZZI, CPF: 163.067.407-91; IEDA MARIA DE OLVEIRA LIMA, CPF: 188.756.963-49; PEDRO SAMPAIO MALAN, CPF: 028.897.227-91

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

DNER - 7º Distrito/RJ (extinto)

7. TC-013.101/2006-0 - ADILCINEA DA ROCHA FERNANDES CRUZ, CPF: 460.923.157-34; ELIO MARTINS LEAL, CPF: 469.766.397-72; FERNANDO DA CONCEIÇÃO, CPF: 246.961.887-87; HELIO REZENDE DE MELLO, CPF: 217.214.917-91; JOÃO BATISTA DIAS, CPF: 098.355.047-68; LAURICO MOREIRA FLORENZANO, CPF: 233.383.427-72; MANOEL DA SILVA RAMOS, CPF: 093.219.776-00; SYLVIO SOARES DE SOUZA, CPF: 153.694.477-72

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal Regional Federal - 3ª Região - SP

8. TC-016.980/2002-8 - ADILSON IGNACIO BARBOSA, CPF: 094.143.558-04

ATOS DE ADMISSÃO

ACÓRDÃO Nº 2438/2006 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 1ª Câmara, em 5/9/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Escola Agrotécnica Federal de Salinas

1. TC-008.073/2006-2 - ANEURISVAN BARBOSA CÉLIO, CPF: 044.281.356-29; APOLINÁRIA GOMES DE LOIOLA, CPF: 176.067.216-53; GERALDO WINSTON GUIMARÃES SILVA, CPF: 573.060.446-72; HERBERT CARNEIRO VIANA, CPF: 029.861.026-46; JAYDSTON MACEDO NERE, CPF: 050.244.766-46; LUCIANO XAVIER DOS SANTOS, CPF: 887.708.426-04; ROGERIO MENDES MURTA, CPF: 013.922.086-02; WILSON FERNANDES DE OLIVEIRA, CPF: 046.765.856-08

Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia

2. TC-008.075/2006-7 - ANGELA CRISTINA BARIZON, CPF: 814.991.086-72; LILIAN FAGUNDES GONÇALVES, CPF: 004.191.976-99; LUCILEIDE SILVA BARCELOS, CPF: 744.824.596-15

Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia

3. TC-009.941/2006-2 - CARLOS EDUARDO NOVAIS ASSUNÇÃO, CPF: 696.755.205-82

Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia

4. TC-013.022/2006-4 - LIOJES DE OLIVEIRA CARNEIRO, CPF: 495.049.595-04; MARIA ESTELA SMOLKA RAMOS, CPF: 244.715.855-68; SUELI SOUZA RAMOS, CPF: 008.891.035-00

Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe

5. TC-013.030/2006-6 - ERASMO RIBEIRO DA SILVA JÚNIOR, CPF: 626.780.435-68; JOSEANE DA FONSECA SANTOS, CPF: 888.988.145-34

Escola Agrotécnica Federal de Codó

6. TC-013.415/2006-1 - MARIA ITALMA MENDONÇA DE OLIVEIRA, CPF: 630.582.193-34

Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

7. TC-013.418/2006-3 - ADRIANA MEDEIROS MARANHÃO, CPF: 025.689.874-05; ALEXANDRE MORAIS DE BARROS, CPF: 349.655.564-53; ALMIR NILSON RODRIGUES COSTA, CPF: 699.793.678-49; ANA KARINA COUTINHO DANTAS, CPF: 031.319.944-28; ANA PAULA DE AGUIAR TEXEIRA RESENDE, CPF: 847.086.384-34; CARLOS ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA, CPF: 007.590.654-62; CARLOS EDUARDO SANTOS PIRES, CPF: 996.577.324-68; ELZA MONTEIRO LEÃO FILHA, CPF: 244.915.512-00; ERICA PATRICIA BARBOSA DE OLIVEIRA, CPF: 496.574.454-34; FRANCISCO JOSÉ VICTOR DE CASTRO, CPF: 358.977.404-53; GILMARIO DOS ANJOS LIMA, CPF: 972.122.294-15; GLAUCYA TEIXEIRA CAVALCANTI, CPF: 031.290.174-70; JEFFERSON JOSÉ TENORIO DE OLIVEIRA, CPF: 021.619.434-21; JOÃO CARLOS RAMOS, CPF: 354.237.814-34; JOÃO LUIS BUARQUE CAMINHA, CPF: 375.585.604-20; JUDICLEIA MARINHO DA SILVA, CPF: 824.869.214-00; JURANDIR ALFREDO VALDEVINO, CPF: 440.016.654-68; LUCIANO DE OLIVEIRA NOBREGA, CPF: 873.591.114-04; LUIZ EDUARDO DE SOUZA FERNANDES, CPF: 653.318.504-72; ROBERTO ANGELO FERNANDES SANTOS, CPF: 682.582.755-34; ROBERTO PINTO PEREIRA, CPF: 138.014.064-15; RODION MALINOVSKY DE OLIVEIRA GOMES, CPF: 658.998.654-15; ROMERO ARAUJO DE MEDEIROS, CPF: 587.459.984-34; ROSELE CAVALCANTI SILVEIRA, CPF: 303.477.184-34; SANDRA GOMES MARQUES DA COSTA, CPF: 822.508.394-68; SERGIO CARNEIRO DE ALBUQUERQUE, CPF: 388.388.004-30; SERGIO PAULO PEREIRA DA SILVA, CPF: 101.562.834-68; SILVIO JOSÉ CAVALCANTI MACIEL, CPF: 233.116.814-87; STETISON RIBEIRO DE OLIVEIRA, CPF: 387.846.454-15; VALDIRENE PEREIRA DA SILVA CARVALHO, CPF: 658.597.404-25

Universidade Federal Rural do Semi-Árido/RN

8. TC-015.996/2006-6 - KLEBER JACINTO, CPF: 969.637.004-00

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

9. TC-010.927/2006-6 - ADRIANA PHILIPS LIGIERO, CPF: 807.683.341-87; ALESSANDRA LIMA DA SILVA ROSA, CPF: 074.444.707-07; ALEXANDRE HERTZ, CPF: 026.669.699-67; ALEXANDRE RIBEIRO MURAD, CPF: 965.250.296-00; ALINE GOMES DE ALMEIDA, CPF: 938.292.301-25; AMANDA SIMONE SILVA, CPF: 702.759.471-49; ANA PAULA CUNHA MACHADO, CPF: 926.400.791-15; ANA TEREZA CORREIA BEZERRA DE CASTRO, CPF: 611.423.791-91; ANDERSON DA COSTA MELLO, CPF: 635.735.551-87; ANDRE LUIZ LARA RESENDE SARAIVA, CPF: 688.794.821-49; ANTONIO CARLOS POTENCIANO, CPF: 123.545.378-24; ANTONIO HENRIQUE GODOY RAMOS, CPF: 266.533.111-04; BARBARA MOREIRA BARBOSA DE BRITO, CPF: 778.269.571-68; BRUNA TONANI PEREIRA, CPF: 702.256.806-53; BRUNO SILVA DALCOLMO, CPF: 083.953.547-38; CECILIA ISHIKAWA LARIU, CPF: 800.097.861-04; CHRISTIANO PEREZ DE RESENDE, CPF: 695.235.921-49; CLAUDIA DA COSTA MARTINELLI, CPF: 859.637.471-04; DANIELA PEIXOTO RAMOS, CPF: 827.231.171-20; DANIELLE CHALUB MARTINS, CPF: 603.156.281-20; DANYELA DE OLIVEIRA FELIX, CPF: 806.254.361-72; EDUARDO D'ALBERGARIA FREITAS, CPF: 055.166.167-43; ELDER LINTON ALVES DE ARAUJO, CPF: 417.904.301-78; ESTELA ALVES DE MEDEIROS, CPF: 828.703.301-20; EVALDO CABRAL DA SILVA, CPF: 759.491.567-49; FABIO MARVULLE BUENO, CPF: 168.292.098-46; FELIPE LEITÃO VALADARES ROQUETE, CPF: 029.816.776-08; FERNANDA BITTENCOURT VIEIRA, CPF: 441.296.372-15; FERNANDA GARCIA MACHADO, CPF: 280.919.778-40; GABRIELA CAVALCANTI CUNHA, CPF: 818.583.961-15; GENIVALDO DOS SANTOS COSTA, CPF: 244.845.553-87; GIOVANA RODRIGUES DE ARAÚJO, CPF: 476.017.103-78; GUSTAVO COSTA RODRIGUES, CPF: 914.495.371-20; GUSTAVO MAGALHAES LOPES, CPF: 602.973.361-34; HEBRIDA VERARDO FAM, CPF: 795.666.266-49; HENRIQUE DE PAIVA VAZ, CPF: 857.760.501-97; IVENS MOREIRA DA GAMA, CPF: 690.961.713-49; JOSÉ EDUARDO NOGUEIRA CAMARGO NETTO, CPF: 041.010.708-57; JOSÉ AUGUSTO DOS REIS GOMES, CPF: 392.867.621-00; JUAREZ SOSTENA BARBOSA, CPF: 028.647.439-57; JULIANA ROCHA DE DEUS, CPF: 783.600.641-72; KARLA ANDRÉA RODRIGUES DOS SANTOS, CPF: 702.841.991-68; KELLY CRISTIANE SARTORIO, CPF: 398.723.001-00; LALISA FROEDER, CPF: 903.765.520-34; LARISSA BELTRAMIM, CPF: 290.993.068-81; LARISSA DOMINGOS DE SÁ, CPF: 159.111.028-97; LEANDRO FONSECA DA SILVA, CPF: 015.868.657-81; LORENA FONSECA MARIZ DE MEDEIROS, CPF: 716.206.991-68; LUCIANO MADURO ALVES DE LIMA, CPF: 610.519.421-87; LUCIANO MARTINS DOS SANTOS, CPF: 539.807.781-34; MARCELO FRANCO BELLONI, CPF: 035.215.896-41; MARCO GIOVANNI CLEMENTE CONDE, CPF: 110.075.148-33; MARIA BEATRIZ BARRAL VIDAL PEREIRA, CPF: 514.871.101-97; MARLON ARRAES JARDIM LEAL, CPF: 602.290.201-00; NATALIA MASSACO KOGA, CPF: 259.267.738-06; NINA GONÇALVES, CPF: 267.670.584-91; PATRICIA SIQUEIRA DE MEDEIROS, CPF: 791.773.441-20; PAULO BRASIL PAEZ, CPF: 012.445.666-91; PEDRO LUIZ COSTA CAVALCANTE, CPF: 874.789.431-87; PEDRO VIANA BORGES, CPF: 827.418.831-49; RAFAEL ROSA CEDRO, CPF: 794.992.285-00; RAQUEL BREDA DOS SANTOS, CPF: 447.277.049-00; RAUL DE OLIVEIRA FONTOURA, CPF: 692.086.111-91; RENATO BARROS DE AGUIAR LEONARDI, CPF: 212.620.408-17; RICARDO DE ALMEIDA PAULA, CPF: 039.728.926-08; ROBERTO SEARA MACHADO POJO REGO, CPF: 620.864.721-53; RODRIGO AUGUSTO BARBOSA, CPF: 770.368.831-20; RODRIGO FONTANA, CPF: 666.209.024-72; ROGERIO TEIXEIRA COIMBRA, CPF: 705.125.311-53; RONALDO INAMINE, CPF: 281.937.448-45; RUY HALLACK DUARTE DE ALMEIDA, CPF: 805.783.816-72; SIDENI PEREIRA LIMA, CPF: 027.201.907-05; SILAS FRANCO DE TOLEDO, CPF: 018.843.508-52; SILVANA NUNES DA SILVA, CPF: 496.298.089-00; SIMONE ROSE DE SOUZA NEIVA COELHO, CPF: 337.601.014-53; STENIO MORAES GONÇALVES, CPF: 296.867.868-05; TATIANA DE CARVALHO BENEVIDES, CPF: 635.020.461-15; THEREZA CHRISTINA DE ALMEIDA CASTRO, CPF: 437.092.572-04; THIAGO VEIGA MARZAGÃO, CPF: 037.056.166-09; UMBERTO MATTEI, CPF: 490.609.101-68; VALMIR DANTAS, CPF: 007.093.868-77; VANIA CRISTINA CANUTO SANTOS, CPF: 083.169.087-94

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

10. TC-012.003/2006-4 - ALEX DA SILVA SANTOS, CPF: 086.934.417-01; ALEXANDRE DA SILVA GOMES, CPF: 079.363.827-55; AMANDA RODRIGUES TAVARES, CPF: 051.452.927-08; ANA CRISTINA RODRIGUES PEREIRA, CPF: 011.782.767-32; ANDRÉ UESATO, CPF: 260.858.338-57; AUGUSTO CESAR DA COSTA BARBOSA, CPF: 068.516.797-60; BIANCA GONÇALVES FERNANDES, CPF: 088.449.317-29; CHRISTIANE MADALENA MATHEUS DE ALCANTARA, CPF: 070.061.347-14; CLÁUDIA MÍRIAM DE MORAES ROCHA, CPF: 019.049.447-60; FABIO MUNIZ DE MOURA, CPF: 051.749.487-64; FREDERICO VIEIRA HULL, CPF: 042.938.767-90; HERLEIF NOVAES ROBERG, CPF: 012.619.647-80; JAILSON MANGUEIRA ASSIS, CPF: 669.895.901-49; MARIA AMELIA VILANOVA NETA, CPF: 081.617.657-40; MÁRCIO PAIVA MARTINS, CPF: 026.455.857-01; MÔNICA PAULINA DOS SANTOS, CPF: 013.306.577-48; PAULO RICARDO DE BRITO SOARES, CPF: 809.685.896-34; RODRIGO AIRES LEMES, CPF: 032.241.737-69; VIVALDI CAMPOS JUNIOR, CPF: 072.376.237-61; VIVIANE BARBOSA DINIZ, CPF: 073.379.677-05

11. TC-013.803/2006-2 - ALEMAR BATISTA CARDOSO MOURÃO JUNIOR, CPF: 403.030.042-15; ANA MARIA GOMES MESQUITA, CPF: 688.748.041-72; ARTUR CARDOSO DE LACERDA, CPF: 895.179.381-87; CARLOS AUGUSTO PESSOA MACHADO, CPF: 002.304.776-31; DANIELA CRUZ DE CARVALHO, CPF: 031.827.666-60; DANILO MATOSO MACEDO, CPF: 005.340.556-05; DIEGO GOMES SANTOS MESQUITA, CPF: 699.822.521-00; EDUARDO BELO VIANNA VELLOSO, CPF: 032.661.117-70; ELEN CRISTINA LACERDA MESQUITA, CPF: 772.624.921-87; ELVIRA CANDIDA CERDEIRA SILVA, CPF: 396.854.385-87; EUZAMAR VIANA MACEDO FILHO, CPF: 619.085.091-04; FABRÍCIO NARCIZO LEAL COSTA, CPF: 014.431.217-46; FERNANDO RAMOS MENDES, CPF: 491.907.331-34; FERNANDO RODRIGUES LEITE, CPF: 246.473.508-60; GEORGE ALBERTO DE AGUIAR SOARES, CPF: 524.233.011-20; LEON CLEMENT ROUSSEAU, CPF: 006.519.827-15; LEONARDO MOREIRA FIGUEIRA, CPF: 718.752.711-04; MARCOS CARVALHO DE SANT' ANA, CPF: 490.605.111-15; MARIANA BANDEIRA DE MELLO PARENTE SADE, CPF: 805.941.901-34; MIRLANE KLIMACH GUIMARÃES, CPF: 881.861.641-20; PAULO MARCIO MENDONÇA ARAUJO, CPF: 605.627.651-15; RAFAEL MOREIRA DE AGUIAR, CPF: 852.559.631-00; RODRIGO ANTONIO GONZAGA SAGASTUME, CPF: 892.328.281-20; RODRIGO SANTANA MARQUES, CPF: 717.827.026-87; ROGERIO CARDOSO MACHADO, CPF: 000.463.227-36; ROSANE DOS SANTOS LOURENÇO, CPF: 706.411.027-04; SUZANA FERREIRA GUIMARÃES, CPF: 784.238.211-53; TEOBALDO ALMEIDA MACHADO, CPF: 042.379.431-00; VERA LUCIA DE CAMPOS, CPF: 085.369.438-90; ZARAK DE OLIVEIRA FERREIRA, CPF: 284.995.491-87

Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

12. TC-017.264/2006-3 - ANDRE GAMBIER CAMPOS, CPF: 151.282.718-54; CHRISTIAN VONBUN, CPF: 026.313.627-21; DANIEL FERREIRA PEREIRA GONÇALVES DA MATA, CPF: 042.772.244-66; DOUGLAS PEREIRA PEDRA, CPF: 080.969.577-40; ESTEVÃO KOPSCHITZ XAVIER BASTOS, CPF: 599.181.956-49; FABIO MONTEIRO VAZ, CPF: 287.019.358-01; FERNANDA DE NEGRI, CPF: 840.008.569-87; FRANCISCO EDUARDO DE LUNA E ALMEIDA SANTOS, CPF: 070.101.437-73; GABRIEL GODOFREDO FIUZA DE BRAGANÇA, CPF: 052.637.707-07; GABRIEL LOPES DE ULYSSEA, CPF: 051.738.947-92; GUILHERME MENDES RESENDE, CPF: 043.851.776-86; HELDER ROGERIO SANT'ANA FERREIRA, CPF: 251.905.958-38; JOANA SIMOES DE MELO COSTA, CPF: 082.350.437-93; JOSE GUSTAVO FERES, CPF: 025.341.097-58; LEONARDO ALVES RANGEL, CPF: 081.037.817-54; LUANA SIMOES PINHEIRO, CPF: 906.614.351-72; LUIS CLAUDIO KUBOTA, CPF: 033.808.287-50; MANOEL CARLOS DE CASTRO PIRES, CPF: 079.012.567-61; MARCELO DE SALES PESSOA, CPF: 710.555.335-91; MARCO AURELIO ALVES DE MENDONÇA, CPF: 683.890.787-91; MARCO SHINOBU MATSUMURA, CPF: 192.499.048-27; MARCOS ANTONIO COUTINHO DA SILVEIRA, CPF: 004.893.787-81; MAURICIO CORTEZ REIS, CPF: 025.229.867-59; PATRICIA ALESSANDRA MORITA, CPF: 221.756.508-71; PEDRO HUMBERTO BRUNO DE CARVALHO JUNIOR, CPF: 086.749.407-73; ROBERTA DA SILVA VIEIRA, CPF: 086.408.037-90; ROBERTO SIQUEIRA RODRIGUES JUNIOR, CPF: 021.024.007-51

ACÓRDÃO Nº 2439/2006 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 1ª Câmara, em 5/9/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), fazendo-se a determinação sugerida, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná

1. TC-012.327/2006-2 - ANDRE RICARDO COLOMBO, CPF: 007.478.169-30; ANDRIO ALEXANDRE MONTOVANI, CPF: 035.063.439-47; ARACÉLI CIOTTI DE MARINS, CPF: 036.303.289-46; ARLEI ALBERTO HAUBERT, CPF: 691.845.509-53; CRISTIANE DE ABREU DIAS, CPF: 048.367.859-79; DANIEL FERNANDO ANDERLE, CPF: 030.399.939-09; EDGAR TROMBETTA, CPF: 294.814.490-68; ELISANGELA SCHMITT, CPF: 026.920.839-97; FABIANA COSTA DE ARAUJO SCHUTZ, CPF: 826.671.369-34; GABRIEL PINTO DE SOUZA, CPF: 091.852.242-00; GIOVANA DE FATIMA MENEGOTTO, CPF: 005.693.509-99; GISLAINE SILVEIRA, CPF: 007.717.219-19; JANINE NICOLOSI CORREA, CPF: 075.946.918-06; JUSSANY MARIA DE BARROS MOREIRA, CPF: 826.092.509-59; LEIZE ANGELICA SANGALLI BERTOL, CPF: 007.567.139-51; LUCIANO BASSO BUZZACARO, CPF: 033.096.719-33; LUCIANO CESAR ASCARI, CPF: 041.425.269-10; MARCEL HASTENPFLUG, CPF: 992.717.100-53; MARCELO BRASIL SILKA, CPF: 707.313.309-00; MARCIO BITTENCOURT FERRO COSTA, CPF: 230.802.729-00; PATRICIA BATTISTI, CPF: 014.876.569-63; RICARDO FIORI ZARA, CPF: 035.296.109-09; ROSE AMORIM, CPF: 014.822.679-50; SANDER LUCAS GAMZALA, CPF: 048.562.009-09; SANDRA REGINA DE SOUZA, CPF: 008.426.389-03; SIMONE RAQUEL CASARIN MACHADO, CPF: 037.084.819-50; SOLENIR INES RIZZIERI DE ALMEIDA, CPF: 620.149.949-00; TARCISIO ALEX FROIS BALBE, CPF: 936.189.640-72; THELMA PRETEL BRANDÃO VECCHI, CPF: 695.638.459-00; VANIA CRISTINA CATANI BOCCHESE, CPF: 019.481.249-98; WILLIAM ARTHUR PHILIP LOUIS NAIDOO TERROSO DE M. BRANDÃO, CPF: 009.013.999-22

Determinação:

1. ao CEFET/PR que disponibilize no SISAC o desligamento dos servidores listados abaixo:

SERVIDOR.....DATA DO DESLIGAMENTO
Alexsandro Brocardo Lopes.....23.12.2005
Patrick Oziel Pallas.....23.12.2005
Thelma Pretel Brandão Vecchi.....19.03.2005
Celso Luza de Lima.....01.06.2005
Cristiane Marques de Mello.....24.12.2005
Jefferson Gobi Barbosa.....23.12.2005

PENSÃO CIVIL

ACÓRDÃO Nº 2440/2006 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 1ª Câmara, em 5/9/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

MINISTÉRIO DA DEFESA/COMANDO DA AERONÁUTICA

Centro Técnico Aeroespacial

1. TC-007.864/2006-2 - ADIVAN DOS SANTOS SALES, CPF: 248.838.018-02; ADRIANA APARECIDA DA SILVA, CPF: 250.003.918-88; ADRIANA JUSTO ANZALONI, CPF: 213.789.868-30; ALESSANDRO ANZALONI, CPF: 687.756.958-04; ALICE FELICIANA DE JESUS, CPF: 214.389.828-28; ANA LUCIA ANDRADE VILELA, CPF: 831.025.408-30; ANA MARIA MATTOS VIEIRA, CPF: 209.911.007-78; ARMESINA DE CAMPOS OLIVEIRA, CPF: 041.267.178-62; ARTEMIA DIAN ZAKIS, CPF: 266.469.418-90; BARBARA KEIKO MACHADO KUMISAKI, CPF: 224.739.498-16; BELISA DOS SANTOS SALES, CPF: 248.788.648-00; BENEDITA TELES DE FARIA, CPF: 309.780.518-40; BERENICE MARCOLINO DOS SANTOS, CPF: 098.429.148-28; BÉLGICA BARBOSA BRITO, CPF: 977.319.608-97; CATARINA DE LIMA BATISTA, CPF: 159.557.638-05; CECILIA DE MORAES PARANHOS, CPF: 159.559.838-30; CRISTINA ALVES VIEIRA, CPF: 183.937.968-57; DANIEL DE ALMEIDA BARROS, CPF: 214.207.878-88; DEISE FERREIRA DA SILVA, CPF: 159.652.098-19; DENILSON FERREIRA DA SILVA, CPF: 252.474.558-94; DENIZAR FERREIRA DA SILVA, CPF: 252.745.498-45; DEZINIR FRANCISCA DE FARIAS, CPF: 158.683.288-33; DOMINGAS DO ROSARIO DA SILVA, CPF: 086.675.318-47; DOUGLAS ITIRO MACHADO KUMISAKI, CPF: 224.739.678-06; ELVIRA DE OLIVEIRA, CPF: 089.298.288-84; EVELYN ALVES DA CONCEIÇÃO, CPF: 286.114.068-26; EVERALDO BALBINO DA SILVA, CPF:

000.000.000-00; FABIANA MATTOS VIEIRA, CPF: 260.769.898-74; GISLENE DIANE DE OLIVEIRA, CPF: 226.169.888-79; HELENA CHAVES DE SIQUEIRA, CPF: 106.441.388-90; HEVYLLIN ALMEIDA BARROS, CPF: 214.207.868-06; IDOROTIDE MOREIRA, CPF: 739.445.488-68; IRACEMA ALVARENGA DE ALMEIDA COSTA, CPF: 214.170.658-00; JANINE LARA PEREIRA DE ALMEIDA, CPF: 002.466.488-05; JONAS PEREIRA DA SILVA, CPF: 226.024.588-99; JOSUE FRANCISCO DA SILVA, CPF: 221.743.428-47; KAREN LARA PEREIRA DE ALMEIDA, CPF: 214.948.988-02; KATLEN LARA PEREIRA DE ALMEIDA, CPF: 214.948.938-43; LEANDRO DOS SANTOS SALES, CPF: 248.903.628-94; LOURDES ALVES DE LIMA, CPF: 080.994.748-05; MARCIA MARIA DA CUNHA, CPF: 268.158.388-89; MARGARIDA DA CONCEIÇÃO FARIA, CPF: 199.190.088-00; MARIA APARECIDA DA SILVA, CPF: 150.225.328-32; MARIA APARECIDA DE PAULA CONCEIÇÃO, CPF: 547.824.738-34; MARIA APARECIDA DOS SANTOS SALES, CPF: 185.780.838-06; MARIA CONCEIÇÃO DOS SANTOS ABREU, CPF: 150.103.778-10; MARIA D'AJUDA DOS SANTOS MARTINS, CPF: 887.644.788-15; MARIA DAS DORES PEREIRA DA SILVA, CPF: 221.743.448-90; MARIA JOSE DOS SANTOS MARTINS, CPF: 215.587.398-07; MARIA OVIDIA MACHADO, CPF: 265.447.868-88; MAURA FELICIANO BACCARO, CPF: 086.679.128-08; MAURICIO DEODORO DA SILVA, CPF: 250.050.238-44; MICHELLE DE OLIVEIRA CASTELLANO, CPF: 276.668.378-01; MIRIAM PEREIRA DA SILVA, CPF: 221.743.188-90; NEIDE TEREZA CAVICHIORE, CPF: 095.374.078-10; OLGA TRAVAGLIN ANTUNES, CPF: 201.892.098-79; PAULO ROGERIO ALVES PINHEIRO, CPF: 249.695.318-62; RAFAEL ALVES DA CONCEIÇÃO, CPF: 215.799.608-71; ROSANA MACHADO KUMISAKI, CPF: 064.699.018-75; ROSANE ALVES FONSECA DA CONCEICAO, CPF: 185.792.438-07; ROSEMARY AVELINO NASCIMENTO, CPF: 977.200.548-49; ROSINA VILELA DE ALMEIDA, CPF: 790.211.078-72; SEBASTIANA PEREIRA BRAGA, CPF: NÃO CONSTA; SUELY PACHECO DE OLIVEIRA CASTELLANO, CPF: 548.318.148-49; THAIS DE OLIVEIRA CASTELLANO, CPF: 214.397.838-37; THEREZA JOANNA RAMOS, CPF: 062.522.888-02; THIAGO VILELA DE OLIVEIRA, CPF: 308.584.758-80; TRAJANO VILELA DE OLIVEIRA, CPF: 227.483.678-71; VICENTINA MARIA DE MORAES, CPF: 159.612.798-80; VITOR FÁBIO DE ABREU, CPF: 217.053.668-05; WANDA ROSSI DE ALMEIDA, CPF: 271.305.278-54

Ata n° 32/2006 - 1ª Câmara
Data da Sessão: 5/9/2006 - Extraordinária

PRESTAÇÃO DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 2441/2006 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 1ª Câmara, em 5/9/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 137, inciso II, 143, inciso I, alínea "a", 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, em julgar as contas a seguir relacionadas regulares com ressalva, dar quitação ao(s) responsável(eis) e mandar fazer a(s) determinação(ões) sugeridas nos pareceres emitidos nos autos:

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

1. TC-012.982/2005-9 - Volume(s): 1
Classe de Assunto: II
Responsáveis: ANA LUCIA SILVESTRE CAPRONI, CPF: 532.129.246-91; CARLOS NOBRE DE CARVALHO, CPF: 242.416.954-34; JOSÉ CÂNDIDO PIMENTA, CPF: 853.749.708-87; KÁTIA REGINA DE SOUZA MELO, CPF: 473.219.896-15; LENIS DE CASSIA FAGUNDES VILELA, CPF: 764.121.726-53; LÚCIA HELENA FERNANDES RIBEIRO, CPF: 542.648.126-15; MARLENE NEVES DOMINGUES, CPF: 377.282.616-49; RENATO FERREIRA DE OLIVEIRA, CPF: 286.267.026-04; ROSA CARVALHO DA SILVA, CPF: 413.047.306-97; SONIA MARIA MOREIRA DA SILVA, CPF: 537.022.396-34; WANDERLEY FARJADO PEREIRA, CPF: 674.297.698-53; WANDERLEY JOSÉ MARTINS, CPF: 314.278.046-72
Unidade: Escola Agrotécnica Federal de Machado - MG
Exercício: 2004
Determinações:
1. ao responsável pela entidade a adoção das seguintes medidas:
1.1 evite o pagamento integral da Gratificação Específica de Atividade Docente do Ensino Fundamental, Médio e Tecnológico - GEAD a aposentados, que recebem proventos proporcionais, a exemplo do ocorrido com os servidores de matrícula SIAPE n.º 0049537 e 0049541;
1.2 promova o ajuste do valor pago mensalmente, a título de vantagem pessoal, aos servidores de matrícula SIAPE 0749379, 0750098, 0748991, 0748932, 0750084, 0750089 e de outros eventualmente na mesma situação, considerando que a referida verba decorre da diferença entre os vencimentos do cargo anterior e do atual, no intuito de evitar a redutibilidade salarial, bem como, que não foram computados na apuração da mesma os efeitos do artigo 13, da Lei n.º 10.971/2004, que instituiu a Gratificação Específica de Atividade Docente do Ensino Fundamental, Médio e Tecnológico - GEAD na remuneração do cargo atual a partir do mês em que foi realizado o reenquadramento dos referidos servidores (maio/2004), dispensando-se os valores pagos indevidamente na forma da Súmula TCU n.º 106;
1.3 atente para a impossibilidade de cumulação das vantagens dos artigos 62 e 193, da Lei 8.112/90, conforme entendimento deste Tribunal proferido nas Decisões 415/96 - Segunda Câmara, Ata 40/96; 243/97 - Primeira Câmara, Ata 34/97; 114/99 - Plenário, Ata 11/99; 279/99 - Primeira Câmara, Ata 41/99;
1.4 atente para a obrigatoriedade de que as propostas de concessão de diárias, quando o afastamento iniciar-se a partir da sexta-feira, bem como os que incluam sábados, domingos e feriados, sejam prévia e expressamente justificadas, conforme determina o § 3.º, do artigo 6.º, do Decreto 343/91;
1.5 providencie a realização de inspeção, por junta médica oficial, quando se tratar da concessão de licença para tratamento de saúde por prazo superior a 30 (trinta) dias, na forma do artigo 203, da Lei 8.112/90;
1.6 estabeleça controles e alerte os servidores com dedicação exclusiva, quanto a obrigação de prestar quarenta horas semanais de trabalho em dois turnos diários completos e impedimento de exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada, em atendimento ao artigo 15, do Decreto 94.664/87;
1.7 efetue o levantamento dos servidores com dedicação exclusiva, que acumularam outras funções, a exemplo dos servidores de matrícula SIAPE n.º 1181200, 1175549, 1161831, 0053065, 2296953, 0049582 e 1194764, providenciando o respectivo ressarcimento dos valores pagos indevidamente.

2. TC-014.516/2005-0
Classe de Assunto: II
Responsáveis: ANGELA MARIA VIEIRA DA ROCHA ALVES, CPF: 449.441.606-15; CELIA APARECIDA DE ALMEIDA ESTEVAM, CPF: 562.039.936-20; DEBORAH FREITAS ASSUNÇÃO CHAMAHUM, CPF: 452.534.986-72; EURIPEDES RONALDO ANANIAS FERREIRA, CPF: 255.419.436-04; INAMARA GOMES DE ARAUJO LEAL, CPF: 743.674.126-87; JOSÉ RENATO DE SOUSA, CPF: 285.310.006-53; MARCOS ANTONIO MARCACINE PEREIRA, CPF: 665.318.376-91; MARLUCIA DA SILVA, CPF: 553.469.016-04; SERGIO DIB SABINO DE FREITAS, CPF: 452.590.626-04
Entidade: Escola Agrotécnica Federal de Uberaba - MG
Exercício: 2004
Determinações:
1. à entidade para adoção das seguintes medidas:
1.1 dê continuidade, dentro de suas possibilidades orçamentárias, à regularidade do registro das suas edificações, tornando-o compatível com o inventário de bens imóveis, a fim de regularizar a situação ora existente;
1.2 realize o levantamento dos pagamentos indevidos de Gratificação de Incentivos a Docência aos servidores, notificando-os para que efetivem o ressarcimento ou descontando em seus futuros proventos.

TOMADA DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 2442/2006 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 1ª Câmara, em 5/9/2006, ACORDAM, por unanimidade, em:
I - julgar, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, as contas dos responsáveis: JOYCE DEL FRARI COUTINHO, CPF: 223.810.401-10, MARIA HELENA WEBER, CPF: 148.469.770-72, LUÍS JORGE ROCHA VALE, CPF: 261.893.801-15; VERA LÚCIA CARLETTO FLORES, CPF: 296.315.300-78,regulares com ressalva, dando-lhes quitação; e
II - julgar, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, as contas dos demais responsáveis abaixo relacionados, regulares, dando-lhes quitação plena, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

1. TC-007.061/2005-9
Classe de Assunto: II
Responsáveis: DENILSON RIBEIRO TEIXEIRA, CPF: 357.764.631-49; EDSON DIAS PINHEIRO, CPF: 539.867.507-97; MARIA LOURDES DE OLIVEIRA, CPF: 210.244.211-04; MARYLAND SOUZA NUNES, CPF:333.701.921-87;
Unidade: Gabinete do Ministro - MEC
Exercício: 2004

Ata n° 32/2006 - 1ª Câmara
Data da Sessão: 5/9/2006 - Extraordinária

TOMADA DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 2443/2006 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 1ª Câmara, em 5/9/2006, quanto aos processos a seguir relacionados, que saíram do estado de diferimento seguindo o rito do art. 28 da Resolução TCU nº 191/2006,ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. I, 16, inciso I, e 17 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno, em julgar as contas regulares e dar quitação plena ao(s) responsável(eis) , de acordo com a instrução da Unidade Técnica, emitida nos autos, e do parecer do Ministério Público, proferido durante a sessão, nos termos do art. 28, § 2º, da Resolução TCU nº 191/2006 e do art. 62, inciso III, do Regimento Interno:

MINISTÉRIO DA DEFESA/COMANDO DA AERONÁUTICA

1. TC-008.273/2005-5 (rito do art. 28 da Resolução TCU nº 191/2006)
Classe de Assunto: II
Responsáveis: ADRIANO CAVALCANTE LUNA, CPF: 026.768.914-48; ALESSANDRO JOSE MACHADO, CPF: 154.854.008-09; DAVSON FERNANDES SANTANA, CPF: 052.125.137-07; ELTON MARINHO DA SILVA, CPF: 521.069.776-20; JORGE DE SOUZA DA SILVA, CPF: 017.057.588-86; JOSÉ NILSON DIAS ARCANJO, CPF: 073.861.333-91; LEONARDO FREITAS DE SOUZA LIMA, CPF: 027.106.386-65; MIGUEL DA SILVA NEGREIROS JUNIOR, CPF: 521.079.066-53; ROBERT BRUN KLUPPEL, CPF: 026.041.964-84; RONIGLEY GONÇALVES DE OLIVEIRA MENDONÇA, CPF: 904.968.411-49; UMILE RENDE NETO, CPF: 850.857.668-49; VICENTE DE PAULA SAISSE BASTOS, CPF: 004.853.138-39
Unidade: Base Aérea de Manaus
Exercício: 2004

2. TC-008.280/2005-0 (rito do art. 28 da Resolução TCU nº 191/2006)
Classe de Assunto: II
Responsáveis: CASSIO FILIPE ALBUQUERQUE SILVA, CPF: 007.961.724-71; CLAUDIO LUIZ FREITAS DE OLIVEIRA, CPF: 905.674.637-53; CLEONILSON NICACIO SILVA, CPF: 282.959.278-68; EDGEL VELASCO BARCELLOS, CPF: 387.812.807-00; GENNHSA DOS SANTOS PENHA, CPF: 218.878.908-31; RENATA HOLANDA CAVALCANTE, CPF: 445.464.322-91; ROQUENALDO DE SOUZA SILVA, CPF: 073.065.117-77; VIRIATO AUGUSTO FERNANDES FILHO, CPF: 967.654.618-68
Unidade: 7º Comando Aéreo Regional
Exercício: 2004

3. TC-012.603/2005-9 (rito do art. 28 da Resolução TCU nº 191/2006)
Classe de Assunto: II
Responsáveis: ADENIR SIQUEIRA VIANA, CPF: 019.833.344-72; AFONSO CELSO DA SILVA MELLO, CPF: 033.700.028-09; ELBIO DE SOUZA, CPF: 601.445.056-49; JORGE AUGUSTO GONÇALVES DOS REIS, CPF: 019.320.518-13; LUIS FERNANDO BARBOSA MARQUES, CPF: 115.316.958-41; LUIZ CESAR ALBUQUERQUE CAZARIM, CPF: 715.475.258-00; MAURO SANTOS PIMENTEL, CPF: 016.205.838-10; MUSSOLINE DA SILVEIRA SOARES FILHO, CPF: 964.166.538-34; PAULO BERNARDI, CPF: 016.207.768-80; PAULO MOACYR OSORIO KUROSWISKI, CPF: 822.414,818-15; TIAGO DA SILVA RIBEIRO, CPF: 019.794.504-04; JOSÉ MAURO TOFOLI, CPF: 967.657.048-68
Unidade: Centro Técnico Aeroespacial
Exercício: 2004

ACÓRDÃO Nº 2444/2006 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 1ª Câmara, em 5/9/2006, quanto ao processo a seguir relacionado, que saiu do estado de diferimento, seguindo o rito do art. 28 da Resolução TCU nº 191/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. I, 16, inciso I, e 17 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno, em julgar as contas regulares, dar quitação plena ao(s) responsável(eis) , e mandar fazer as recomendações sugeridas, de acordo com a instrução da Unidade Técnica, emitida nos autos, e do parecer do Ministério Público, proferido durante a sessão, nos termos do art. 28, § 2º, da Resolução TCU nº 191/2006 e do art. 62, inciso III, do Regimento Interno:

MINISTÉRIO DA DEFESA/COMANDO DA AERONÁUTICA

1. TC-008.283/2005-1 (rito do art. 28 da Resolução TCU nº 191/2006)
Classe de Assunto: II
Responsáveis: ANDERSON BEZERRA FREITAS, CPF: 035.661.577-40; CARLOS VUYK DE AQUINO, CPF: 967.646.868-15; CLOVIS JUSTINO DA SILVA, CPF: 220.564.329-00; EDGAR CARLOS SEGUNDO FILHO, CPF: 087.415.748-00; EDUARDO JEAN KIAME, CPF: 033.708.238-37; ELIESER DOS SANTOS ESCOBAR, CPF: 850.852.868-04; MARCO HAROLDO AKIO ODAM, CPF: 109.641.638-70; MARCOS PANDINO FERREIRA, CPF: 041.376.847-31; NILO COELHO SARAIVA JUNIOR, CPF: 803.863.263-04; SAMUEL DE MATTOS BARROSO JUNIOR, CPF: 520.993.936-72; SILVESTRE JOSÉ VIEIRA COELHO, CPF: 964.147.588-68
Unidade: 2º Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo - CINDACTA
Exercício: 2004
Recomendações:
1. ao 2º Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo - CINDACTA que:
1.1 dote as viaturas utilizadas para patrulha de dispositivos necessários e suficientes ao exercício da atribuição de vigilância, bem como para o atendimento de acionamento de emergência;
1.2 efetue revisão nas normas internas que regulam os serviços de Sargento e de Motorista de Patrulha, a fim de que contemplem procedimentos completos, padronizados e adequados às necessidades operacionais e de segurança da Unidade;

1.3 promova o adequado treinamento das equipes de serviço para atuação em situações não rotineiras, com ênfase nos aspectos de comunicação e de segurança, valendo-se, sobretudo, de reuniões sistemáticas com o efetivo que concorre às escalas do mesmo;

1.4 dote a organização de sistemas de comunicação interna compatível com as necessidades operacionais e de segurança.

Ata n° 32/2006 - 1ª Câmara
Data da Sessão: 5/9/2006 - Extraordinária

b) Ministro Guilherme Palmeira (Relações n°s 97 a 102):

REPRESENTAÇÃO

ACÓRDÃO Nº 2445/2006 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, em 5/9/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei n.º 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso II, 17, inciso IV, 143, inciso III, 237 e 250 do Regimento Interno, em conhecer da representação adiante relacionada, para, no mérito, considerá-la procedente, adotando-se as medidas adiante especificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, autorizando o subseqüente arquivamento do processo:

01 - TC 018.072/2004-2
Classe de Assunto: VI
Unidade: Prefeitura Municipal de Piraquara - PR
Interessado: Ministério de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

1. Informar ao Exmº Sr. Ministro de Estado de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias de Souza que, relativamente aos fatos denunciados pelo Programa Fantástico da Rede Globo de Televisão sobre os Programas Bolsa Escola e Bolsa Família ocorridos no Município de Piraquara/PR, a auditoria realizada pela Controladoria-Geral da União apurou a seguinte situação:

1.1 é improcedente a informação de que a Sra. Elisabeth de Souza, inscrita sob o NIS n.º 200.84382.88-5, teve seu nome não aprovado. A Sra. Elisabeth foi cadastrada e se enquadra nos critérios de elegibilidade do Programa Bolsa Família, devendo, portanto, aguardar chamada, o que depende da ampliação dos recursos a serem disponibilizados para o programa no Município, que atualmente conta com 5.114 famílias cadastradas, sendo 1.736 beneficiadas;

1.2 é procedente a informação de que a beneficiária Edith de Souza, inscrita sob o NIS n.º 123.67756.57-2 é beneficiária indevida do Programa Bolsa Família, e não mais Bolsa Escola, pois sua renda familiar *per capita* é de R$ de R$ 213,75 (duzentos e treze reais e setenta e cinco centavos), incompatível, portanto, com os critérios de elegibilidade atualmente vigentes para o Programa Bolsa Família;

1.3 não há evidências de que servidores da Prefeitura Municipal de Piraquara/PR teriam preferência para conseguir o Bolsa Família. Todavia, constatou-se que os beneficiários inscritos sob os NIS n.º 200.20516.51-1, n.º 124.20777.13-1 e n.º 107.43142.75-3, servidores públicos municipais, não se enquadram atualmente nos critérios de elegibilidade do Bolsa Família;

1.4 é procedente a informação de que a beneficiária Maria Severina Rocha, inscrita sob o NIS n.º 200.20516.51-1 é beneficiária indevida do Programa Bolsa Escola, uma vez que sua renda familiar *per capita* é de R$ 106.00 (cento e seis reais), incompatível com os critérios de elegibilidade atualmente vigentes para o Programa. Não é procedente a informação de que seu nome não apareceria nas listas do governo;

1.5 é procedente a informação de que a beneficiária Rosângela Salgueiro, inscrita sob o NIS n.º 200.84382.88-5, deixou de receber alguns benefícios pelo fato de não ter recebido o cartão do Bolsa Família a tempo;

2. informar também ao Exmº Sr. Ministro de Estado de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que a extensão dos exames, em relação aos Programas Bolsa Escola e Bolsa Família pela Controladoria-Geral da União, resultou nas seguintes constatações:

2.1 a equipe verificou a existência de beneficiários dos programas Bolsa Escola e Bolsa Família com rendas familiares e/ou situações sócio-econômicas consideradas incompatíveis com o Programa, tendo sido as mesmas regularizadas;

2.2 foi constatada a existência de beneficiários do Bolsa Escola e Bolsa Família que possuem dois benefícios para saque, ultrapassando o valor limite da concessão de benefícios que é de R$ 95,00 (noventa e cinco reais), tendo sido a situação regularizada;

2.3 há famílias que mudaram de município e que permanecem recebendo o benefício do Bolsa Escola em Piraquara/PR, de modo que não há controle das condicionalidades do Programa pela Prefeitura Municipal, para esses casos. Os benefícios foram cancelados;

2.4 existem falhas no controle informatizado e no envio das freqüências dos alunos ao Ministério Supervisor. Foram constatados dois casos de adolescentes com mais de 16 anos de idade incluídos no Programa, apesar de já terem ultrapassado a idade limite permitida, e um caso em que, não obstante a criança tenha tido freqüência escolar inferior aos *85%*, a família correspondente permaneceu recebendo o benefício do Programa Bolsa Escola;

2.5 atualmente existem aproximadamente 100 cartões do Bolsa Família, cadastrados pelo Município de Piraquara/PR aguardando para serem entregues aos respectivos beneficiários na agência da Caixa Econômica Federal, o que ainda não ocorreu, dentre outros motivos, devido às dificuldades para localização das famílias, principalmente em virtude da desatualização dos dados de endereço;

2.6 há pelo menos um caso de beneficiário elegível com a impossibilidade de sacar o benefício do Bolsa Família, possivelmente devido à constatação de duplicidade cadastral ou pela detecção de erro nos dados emitidos em seu cartão pela Prefeitura Municipal e/ou pela Caixa Econômica Federal;

2.7 Foram constatadas diversas falhas que comprometem a eficácia na execução dos Programas, tais como:

2.7.1 não atuação e fiscalização por parte do Conselho de Controle Social na execução dos Programas em Piraquara/PR;

2.7.2 insuficiência do quantitativo de servidores da Prefeitura Municipal para cadastrar, acompanhar e fiscalizar de forma eficaz a concessão dos Programas Bolsa Escola e Bolsa Família;

2.7.3 inexistência de mecanismos de triagem ou de pré-seleção visando identificar as famílias mais necessitadas do município (a concessão se dá pela ordem do cadastramento);

2.7.4 preenchimento incompleto de "campos" relevantes do formulário de Cadastramento Único para Programas Sociais do Governo Federal - CADÚNICO;

2.7.5 inexistência de mecanismos de triagem ou de detecção de casos de duplicidade cadastral a partir de análises das folhas de pagamento mensais dos benefícios;

2.7.6 inexistência de procedimentos sistemáticos ou periódicos para atualização das informações cadastrais das famílias.

3. Arquivar o presente processo e autorizar seu encaminhamento à SEPROG para ser analisado em conjunto com o monitoramento de que trata o subitem 9.6 do Acórdão n.º 1.496/2004-Plenário.

ACÓRDÃO Nº 2446/2006 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, em 5/9/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei n.º 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso XXIV, 17, inciso IV, 143, inciso III, 237 e 250 do Regimento Interno, em conhecer da representação adiante relacionada, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, e mandar fazer as determinações propostas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

01 - TC 003.096/2005-6
Classe de Assunto: VI
Entidade: Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais - HC/UFMG
Interessado: Alti Gerais - Carlindo Fialho da Silva - ME

1. Determinar à Universidade Federal de Minas Gerais que, nos procedimentos licitatórios futuros:

1.1. observe a vedação à preferência de marcas, inserta nos artigos 15, § 7º, inciso I, e 25, inciso I, da Lei n.º 8.666/93;

1.2. no caso de eleição de produto de determinada marca, apresente justificativa respaldada em comprovação inequívoca de ordem técnica, de que produto de marca similar não tenha qualidade equivalente e de que somente uma única marca atende às necessidades específicas da Administração, considerando que tal procedimento constitui exceção ao princípio constitucional da isonomia, bem como à regra que veda a restrição do caráter competitivo da licitação, inserta no artigo 3º, § 1º, inc. I, da Lei n.º 8.666/93;

2. encaminhar cópia da presente deliberação ao interessado;

3. arquivar o presente processo.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 2447/2006 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, em 5/9/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei n.º 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, em julgar as contas a seguir relacionadas regulares com ressalva, dar quitação aos responsáveis e mandar fazer as determinações adiante especificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

01 - TC 011.773/2003-8
Classe de Assunto: II
Entidade: Fundação Universidade Federal de Pelotas
Responsáveis: Carlos Mário de Almeida Santos, CPF n.º 149.334.380-72; César Valmor Rombaldi, CPF n.º 440.742.710-87; Francisco Barbosa Teixeira, CPF n.º 989.988.970-91; Gilberto Demari Alves, CPF n.º 219.862.070-72; Inguelore Scheunemann de Souza, CPF n.º 165.329.370-53; Isair Ferreira Santos, CPF n.º 202.443.040-68; Jorge Luiz Nedel, CPF n.º 230.452.640-34; José Beiro Carvalhal, CPF n.º 174.425.400-15; José Luís Marasco Cavalheiro Leite, CPF n.º 021.831.370-53; Lizaine Lisboa Mesquita Gomes, CPF n.º 204.085.010-49; Luiz Henrique Schuch, CPF n.º 196.096.710-04; Marcelo Zaffalon Peter, CPF n.º 532.314.060-72; Mário Caputo Coppola, CPF n.º 118.554.870-04; Paulo Fernando Peter, CPF n.º 302.032.010-00; Paulo Roberto Soares Pinho, CPF n.º 165.361.850-72; Paulo Silveira Júnior, CPF n.º 091.312.300-59; Paulo Toribio Fernandes Rocha, CPF n.º 141.502.120-15; Ricardo Acosta, CPF n.º 818.618.000-10; Rodrigo Varella de Carvalho, CPF n.º 989.799.810-15; Tatiana Freitas, CPF n.º 022.023.469-88; Victor Pereira Giusti, CPF n.º 224.669.830-87; Virgínia Maria Fetter Gomes, CPF n.º 288.749.860-68;
Exercício: 2002

1. Determinar à Fundação Universidade Federal de Pelotas que:

1.1 mantenha sempre atualizado o Rol de Responsáveis, observando os devidos registros nos casos de substituição dos titulares, em especial quanto aos nomes e períodos de gestão dos substitutos do encarregado do setor financeiro e do encarregado do almoxarifado ou do material em estoque, em conformidade com o disposto nos arts. 10, §2º, e 11 da IN/TCU n.º 01/96;

1.2 zele para que todos os processos de compras no âmbito da FUFPel, incluindo os de dispensa de licitação, contenham sempre a indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, nos termos do art. 14 da Lei 8.666/93;

1.3 atente para que a celebração de contratos decorrentes de dispensa ou de inexigibilidade de licitação, para os quais houver prévios Termos de Compromisso, atendam aos termos destes e das respectivas propostas, em atendimento ao disposto no § 2º do art. 54 da Lei 8.666/93, a fim de se evitar a ocorrência de situações semelhantes à verificada com relação ao contrato de aluguel n.º 12/02, do Departamento de Letras, que foi firmado no valor de R$ 5.315,00 (cinco mil, trezentos e quinze reais), em 15/03/2002, quando no Termo de Compromisso, assinado em 28/12/2001, constava o valor de R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais);

1.4 cumpra fielmente os ditames da IN/STN n.º 01/97, em especial os arts. 8º, inciso V, e 30, ao firmar ou executar convênios envolvendo recursos federais;

1.5 cuide para que a execução de convênios, contratos, acordos e/ou ajustes que envolvam a aplicação de recursos federais no âmbito da Fundação de Apoio Universitário ocorra sempre nos termos da Lei 8.666/93 e da IN-STN n.º 01/97, em especial o seu art. 20, conforme disposto no art. 3º da Lei 8.958/94;

1.6 nas contratações de pessoal e nos pagamentos por serviços prestados no âmbito da FAU observe o disposto no inciso VIII do art. 27 da Lei 10.707, de 30 de julho de 2003 - LDO para 2004;

1.7 cuide para que a cessão de servidores da FUFPel para a FAU ocorra nos exatos termos do art. 4º da Lei 8.958/94, em especial quanto ao disposto no caput e no § 2º.

2. Determinar à Controladoria-Geral da União no Rio Grande do Sul que acompanhe o cumprimento das determinações referidas nos subitens 1.1 a 1.7 supra, informando a este Tribunal as providências adotadas.

TOMADA DE CONTAS SIMPLIFICADA

ACÓRDÃO Nº 2448/2006 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, em 5/9/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17, e 23, inciso I, da Lei n.º 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 17, inciso I, 207 e 214, inciso I do Regimento Interno, e mediante a sistemática estabelecida pelo art. 28, §§ 1º, 2º e 3º da Resolução/TCU n.º 191/2006, acerca dos processos de contas que tiveram o estado de diferimento levantado, em julgar a conta a seguir relacionada regular, dando-se quitação plena aos responsáveis, de acordo com o parecer da unidade técnica emitido nos autos, e com a manifestação oral proferida pelo Ministério Público durante a Sessão:

MINISTÉRIO DA DEFESA / COMANDO DA AERONÁUTICA

01 - TC 008.277/2005-4 "(rito do art. 28 da Resolução-TCU n.º 191/2006)"
Classe de Assunto: II
Unidade/Órgão: Gabinete do Comandante da Aeronáutica
Responsáveis: Antônio Pinto Macedo, CPF n.º 251.487.108-53; Carlos Eduardo de Castro Couto, CPF n.º 674.063.437-87; Evandro César Fernandes Praca, CPF n.º 427.095.987-87; Gildenor Pereira de Carvalho, CPF n.º 027.838.208-89; Gilson Alves de Almeida Júnior, CPF n.º 521.061.016-00; Giovanni Magliano Júnior, CPF n.º 983.502.266-68; Ivomberg Ribera Ambrosio, CPF n.º 033.708.378-97; Joaquim Antônio Quintino Taveira, CPF n.º 050.260.708-41; Jorge Rangel de Almeida, CPF n.º 282.964.438-72; e Manoel da Silva, CPF n.º 016.204.868-81;
Exercício: 2004

ACÓRDÃO Nº 2449/2006 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, em 5/9/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18, e 23, inciso II, da Lei n.º 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 17, inciso I, 208 e 214, inciso II do Regimento Interno, e mediante a sistemática estabelecida pelo art. 28, §§ 1º, 2º e 3º da Resolução/TCU n.º 191/2006, acerca dos processos de contas que tiveram o estado de diferimento levantado, em julgar a conta a seguir relacionada regular com ressalva, dando-se quitação aos responsáveis, fazendo-se as determinações adiante especificadas, de acordo com o parecer da unidade técnica emitido nos autos, e com a manifestação oral proferida pelo Ministério Público durante a Sessão:

MINISTÉRIO DA DEFESA/COMANDO DA AERONÁUTICA

01 - TC 008.295/2005-2 "(rito do art. 28 da Resolução-TCU n.º 191/2006)"
Classe de Assunto: II
Entidade: Base Aérea de Salvador

Responsáveis: Amauri Alves, CPF n.º 850.863.808-63; Hardaleson Araújo de Oliveira, CPF n.º 000.234.444-01; Mário Emílio Framil Cabizuca, CPF n.º 972.036.706-78; Narcelio Ramos Ribeiro, CPF n.º 383.511.107-87; Roberto Carlos do Nascimento Silva, CPF n.º 521.062.766-72; Rodrigo Otávio Corrêa Sampaio, CPF n.º 042.435.047-50; Ronaldo Costa Pinto, CPF n.º 017.057.548-99; e Sun Rei Von, CPF n.º 062.996.498-01.

Exercício: 2004

1. Determinara à Base Aérea de Salvador que:

1.1 atente para a necessidade de formalizar termo de contrato relativo à prestação de serviços de energia elétrica, considerando o valor envolvido e o fato de tratar-se de serviço de caráter continuado com entrega parcelada do objeto - art. 62 da Lei 8.666/93 e Acórdão TCU n.º 1.930/TCU/2003 - 2ª Câmara;

1.2 promova a designação formal dos fiscais dos contratos firmados pela UG, em cumprimento ao disposto no art. 67, *caput*, da Lei n.º 8.666/93;

1.3 designe Comissão encarregada pelo recebimento de materiais, sempre que o valor da aquisição superar o estabelecido para a modalidade de licitação "Convite", nos termos do art. 15, § 8º, da Lei n.º 8.666/93, evitando fazer coincidir nas mesmas pessoas a atribuição de receber os bens e fiscalizar o contrato respectivo, haja visto a conveniência da segregação de funções;

1.4 abstenha-se de executar contratos com prazo de vigência expirado, por ofensa direta ao art. 60, caput e parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93, formalizando, se a situação autorizar e/ou exigir, o termo aditivo cabível;

1.5 observe as normais internas da UG relativas a registros contábeis e emissão de notas de empenho;

1.6 abstenha-se de formalizar contratos sem instruir o processo com documentação comprobatória da regularidade fiscal da contratada, para cumprimento da exigência prevista no art. 195, § 3º, da Constituição Federal, e nos arts. 27 e 29 da Lei n.º 8.666/92, ainda que decorrente de dispensa de licitação.

2. Determinar à Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica que:

2.1 ao elaborar futuros Relatórios Sintéticos de Auditoria e Gestão, posicione-se acerca da aceitabilidade ou não de justificativas apresentadas por responsáveis por falhas e/ou impropriedades, se for o caso; e

2.2 informe, nas próximas contas, acerca do cumprimento das determinações efetuadas à Unidade.

TOMADAS DE CONTAS ESPECIAL

ACÓRDÃO Nº 2450/2006 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, em 5/9/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei n.º 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, em julgar as contas a seguir relacionadas regulares com ressalva e dar quitação à responsável, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

CONVÊNIOS

01 - TC 012.641/2005-0
Classe de Assunto: II
Responsável: Anamaria Cavalcante e Silva, CPF n.º 068.971.853-53
Entidade: Secretaria de Estado da Saúde do Ceará

ACÓRDÃO Nº 2451/2006 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, em 5/9/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, incisos I, II e IV, 10, § 3º, 20 e 21 da Lei n.º 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, incisos I, II e VII, 17, inciso I, 143, inciso I, e 211 do Regimento Interno, em considerar iliquidáveis as contas adiante relacionadas, ordenando seu trancamento e o conseqüente arquivamento dos respectivos processos, dando-se ciência à Secretaria Federal de Controle Interno, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

CONVÊNIOS

01 - TC 000.753/2005-3
Classe de Assunto: II
Responsável: Osmar Gomes da Silva, CPF n.º 008.383.576-87
Unidade: Prefeitura Municipal de Espera Feliz - MG

02 - TC 014.020/2005-6
Classe de Assunto: II
Responsável: Edison Gomes de Oliveira, CPF n.º 567.944.446-15;
Unidade: Prefeitura Municipal de Ataléia - MG

03 - TC 014.559/2005-8
Classe de Assunto: II
Responsáveis: Cenira Ribeiro Henrique (CPF n.º 285.952.703-68), representante do espólio do Sr. José Agenor Henrique (CPF n.º 026.794.933-20, ex-prefeito) e Francisco Edilson Teixeira (CPF n.º 003.174.463-04, ex-prefeito).
Unidade: Prefeitura Municipal de Amontada - CE

Ata n° 32/2006 - 1ª Câmara
Data da Sessão: 5/9/2006 - Extraordinária

APOSENTADORIA

ACÓRDÃO Nº 2452/2006 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 1ª Câmara, em 5/9/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n.º 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, e 259 a 263, do Regimento Interno, e no item 9.3 do Acórdão nº 1.824/2004 - TCU - Plenário (Processo TC-001.168/2004-0, Ata nº 44/2004 - Plenário, Sessão de 17/11/2004 - Ordinária), em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessões a seguir relacionados:

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO INSS NA BAHIA

01 - TC 855.036/1997-4
Interessada: Regina Célia Muniz Nogueira

ATOS DE ADMISSÃO

ACÓRDÃO Nº 2453/2006 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 1ª Câmara, em 5/9/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei n.º 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, e 259 a 263, do Regimento Interno, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão(ões) de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS - Maer

01 - TC 008.717/2006-1
Interessados: Daniele da Silva Evangelista
Edinalva de Almeida de Araújo
Eva Avelino Dias
Geisa Izetti Luna
Geraldo Antônio do Carmo Junior
Juliana de Morais Caldeira Tolentino
Sulemar Rosa dos Santos

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

01 - TC 007.472/2006-2
Interessado: Gilson Luiz Laydner de Azevedo
Marco Antônio Ribeiro Tura

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

01 - TC 009.369/2006-0
Interessados: Eduardo Luis da Silva Alves
Flávio Casqueiro de Oliveira
Giorgio Regis Moreira Xenofonte
Leilane Macambira Normando
Leonardo Carvalho Cavalcante de Oliveira
Michele Legnani Pereira
Raquel Frota Fontenelle Sousa

02 - TC 005.482/2006-0

Interessados: Albert Ruzzante Jacobson
Alessandra Valle Lafeta
Alessandro Junqueira de Castro
Alexandre Ferreira Infante Vieira
Aline Castro de Carvalho
Altino Gonçalves dos Santos Filho
Alvaro da Rocha Viana
Álvaro Ramos Vieira Neto
Ana Paula Ribeiro Rodrigues
Antônio Weligtton Palmeira Medeiros
Ariston Matos Rocha
Aroldo Luiz Andrade Novais
Carlos Alberto Santos Sampaio
Carlos José Bernardo da Silva
Carlos Vinicius Soares Cabeleira
Célio Alexandre John
Clayton de Siqueira Gomes
Clodonilson Oliveira Rocha
Eloysa Péres Torelly Bonvicino
Evaldo Farias Reis Ramos
Fabio Magrinelli Coimbra
Fernando Leandro Fernandes
Fernando Nato de Souza Machado
Flavio Luiz Wenceslau Biriba dos Santos
Frederico Sório de Carvalho
Giselle Carvalho Pereira
Gutemberg Assunção Vieira
Humberto Alcântara Ferreira Lima
Humberto Eckhard
José Airton Braga Ponte Júnior
Leopoldo Fontenele Teixeira
Lincoln Reinaldo Silva
Luciana Maria Nobre de Aquino
Luis Henrique Lemos Neuenschwander
Luiz Antônio Peixe
Luiz Eduardo da Vitoria Mattedi
Marcelo Felicio Lo Mônaco
Marcos Paulo de Lima Souza
Mário Lucas Silva Velloso
Michelle da Silva Lima
Patricia Maria Castro Nunez
Patricia Vilela Franco
Paulo Augusto Guaresqui
Pedro Jorge do Nascimento Costa
Rafael Rodrigues Pessoa de Melo Câmara
Renata Emmanuella Santiago Pinheiro
Ricardo Magalhaes de Mendonca
Rogerio Marques de Souza
Ronald Tetsuo Miura
Samuelson Wagner de Araújo e Silva
Teresa Maria Rocha da Hora
Thais Helena Mendes Pereira
Thiago Filipe Gomes Albuquerque
Tiago Rafael Vargas Santos
Valdemir Oliveira do Nascimento
Vitor Antonino Mendes de Sá

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

01 - TC 010.616/2006-6
Interessado: Fabian Rodrigues Coelho

Ata n° 32/2006 - 1ª Câmara
Data da Sessão: 5/9/2006 - Extraordinária

REPRESENTAÇÃO

ACÓRDÃO Nº 2454/2006 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 1ª Câmara, em 5/9/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso II, da Constituição Federal, art. 1º, incisos I e XVI, da Lei n.º 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, incisos I e XXIV, e 237, inciso I, do Regimento Interno/TCU, e de acordo com a instrução da Secretaria de Fiscalização de Pessoal - SEFIP, constante dos autos, em conhecer do Ofício PRR/RJ/VC/N.º 004/2006 encaminhado pela Procuradoria Regional da República - 2ª Região como Representação para, no mérito, considerá-la procedentes, adotando os procedimentos a seguir relacionados:

1.1.determinar a juntada dos autos às contas do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, relativas ao exercício de 1998, a fim de subsidiar seu julgamento; e

1.2.dar ciência deste Acórdão, bem assim da instrução da SEFIP, presente nos autos, à Procuradoria Regional da República - 2ª Região.

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
Processo n.º TC-016.076/2006-9
Classe de Assunto: VI - Representação
Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Interessada: Procuradoria Regional da República - 2ª Região

Ata n° 32/2006 - 1ª Câmara
Data da Sessão: 5/9/2006 - Extraordinária

RECURSO (DE RECONSIDERAÇÃO)

ACÓRDÃO Nº 2455/2006 - TCU - 1ª CÂMARA

1. TC 525.095/1995-0 (com 3 volumes e 1 apenso: TC-525.047/1997-2)
2. Classe de Assunto: I
3. Responsável: Francisco Alvarenga Rocha, CPF nº 078.417.793-72
4. Unidade: Prefeitura Municipal de Arraial - PI
5. Relator: Ministro Guilherme Palmeira
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: SERUR
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial em que se examina Recurso de Reconsideração contra o Acórdão 817/2002 - 1ª Câmara, confirmado pelo Acórdão 2335/2003 - 1ª Câmara.

Considerando que a peça recursal não logrou atender nenhum dos requisitos específicos previstos no art. 35 da Lei nº 8.443/92;

considerando que o Acórdão atacado já fora, anteriormente, alvo de recurso de reconsideração, ocorrendo, na espécie, preclusão consumativa;

considerando, por fim, que o exame de admissibilidade efetuado pela unidade técnica concluiu pelo não-conhecimento do expediente em tela;

ACORDAM os Ministros do TCU, em:

9.1 não conhecer da peça em análise como recurso, dando ciência ao recorrente.

Ata n° 32/2006 - 1ª Câmara
Data da Sessão: 5/9/2006 - Extraordinária

PRESTAÇÃO DE CONTAS SIMPLIFICADA

ACÓRDÃO Nº 2456/2006 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 1ª Câmara, em 5/8/2006; ACORDAM, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei n.º 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, em julgar as presentes contas regulares com ressalva, dar quitação aos responsáveis e mandar fazer as seguintes determinações sugeridas nos pareceres emitidos nos autos:

Processo TC-011.225/2002-5 (com 1 volume)

Classe de Assunto: II - Prestação de Contas Simplificada, exercício 2001

Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina - PE

Responsáveis: Nelson Minussi Filho (Diretor-Geral, CPF n.º 255.512.050-53), Carlos Alberto Coelho (Diretor de Administração e Planejamento, CPF n.º 358.127.455-87), Almir Costa Amorim Júnior (Diretor de Ensino, CPF n.º 353.322.985-87), Carlos Alberto Coelho (Encarregado pelo Setor Financeiro, CPF n.º 358.127.455-87), Jancilene Alves dos Santos (Contadora, CPF n.º 356.359.755-34) e Adelson Barros de Melo (Encarregado do Almoxarifado, CPF n.º 290.743.474-87)

1. determinar ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina/PE que adote providências no sentido de:

1.1 regularizar os imóveis da entidade no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI e no Sistema de Patrimônio de Imóveis da União - SPIU;

1.2. utilizar o empenho como garantia de pagamento contra-entrega, conforme estatuído no art. 5º, § 2º, do Decreto n.º 3.746/2001;

1.3. cumprir a IN/SEDAP n.º 205/1988 e o Decreto n.º 99.658/1990, tendo em vista a ocorrência de posse de bens considerados sem utilização e antieconômicos, termos de responsabilidade desatualizados e ausência de plaquetas de identificação em alguns bens;

1.4. atualizar as fichas funcionais dos servidores da entidade;

1.5. atentar para o cumprimento dos arts. 6º, inciso IX; 26, inciso II; 38, parágrafo único; e 60, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993, nos procedimentos licitatórios e contratos administrativos;

1.6. cumprir os dispositivos legais constantes da Lei Complementar n.º 101/2000, notadamente os contidos nos arts. 15, 16 e 17;

1.7. descontinuar a prática de pagamento antecipado de serviços, em obediência ao disposto nos arts. 62 e 63 da Lei n.º 4.320/1964, c/c o art. 55, § 3º, da Lei n.º 8.666/1993.

Ata n° 32/2006 - 1ª Câmara
Data da Sessão: 5/9/2006 - Extraordinária

APOSENTADORIA

ACÓRDÃO Nº 2457/2006 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 1ª Câmara, em 5/9/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n.º 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, e 259 a 263, do Regimento Interno, e no item 9.3 do Acórdão n.º 1.824/2004 - TCU - Plenário (Processo TC-001.168/2004-0, Ata n.º 44/2004 - Plenário, Sessão de 17/11/2004 - Ordinária), em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessões a seguir relacionados:

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO INSS EM MINAS GERAIS

01 - TC 010.242/1997-0
Interessada: Ana Maria da Rocha Fernandes

ATOS DE ADMISSÃO

ACÓRDÃO Nº 2458/2006 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 1ª Câmara, em 5/9/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei n.º 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, e 259 a 263, do Regimento Interno, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão(ões) de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

01 - TC 013.523/2003-4
Interessados: Andréa Gonçalves de Souza
César de Paula Guimarães de Oliveira
Daniel Muller
Elienai Ferreira da Silva
Felícia Johansson Carneiro
Francisco Antônio Coutinho de Meneses

02 - TC 014.881/2003-9
Interessada: Marilusa Pinto Coelho Lacerda

Ata n° 32/2006 - 1ª Câmara
Data da Sessão: 5/9/2006 - Extraordinária

c) Ministro Augusto Nardes (Relações n°s 68, 69 e 70):

ADMISSÃO

ACÓRDÃO Nº 2459/2006 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 1ª Câmara, em 5/9/2006, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal constantes nos autos.

JUSTIÇA FEDERAL

1. TC 010.280/2006-5
Interessados: BRUNO CALDEIRA FERRAZ, CARLOS EULER DE SOUZA AZEVEDO MEDRADO, CRISTINA CANCELA E PENHA FIUZA, DANIEL CASTELO BRANCO RAMOS, DJALMA BERNARDINO SANTOS, EVA ELONI FLORES DA SILVA, HELENA MARIA CENCI CERQUEIRA, ISABELA SANTANA DOS SANTOS, JADSON SOUZA FERNANDES, JANINE MIRANDA FONSECA, KARLEY CORREA DA SILVA, KATUCHA BASTOS MUNIZ, LILIAN NUNES E NUNES, LUCIANA BEZERRA DE CARVALHO, MARCELO PARMA MACHADO, MARCIA CRISTINA SANTOS CABRAL, MARCOS CALABRO ORABONA, MARILU RODRIGUES DA COSTA, MAURO LUCIO DIAS, MORGANA MAZETTO SILVA, MUCIO DIAS DA CUNHA, NEUZAÍ MARREIROS BARBOSA, REGINA HELENA DINIZ TAVEIRA, REJANE SASDELLI CALABRO ORABONA; SONIA MARIA DALCUM JONDE MONTEIRO, SUELLEN POLARO FRANCO DAVID, TERESINHA DAS DORES SILVA, WALDEMAR CLÁUDIO DE CARVALHO, WALLACE MARQUES COELHO, WELINGTON TORRES COSTA.

2. TC 010.914/2006-8
Interessados: ANA LUCIA TOGNOLLI, ANDRE ROSENTAL MELCHIADES, CARLOS ALEXANDRE ANDRADE DA SILVA, CARLOS D'ARTAGNAN CAPUZZO FILHO, GILBERTO DE OLIVEIRA, JOÃO CUNHA DA COSTA, LUIZ CARLOS FERNANDES COVERO, MARCELA MIRANDOLA, MARILENE ROCHA MORALES CAMARGO, MARTA LINO PINTO, PATRICIA GOUVEIA VIEIRA COELHO, PAULO VICTOR FERRARI NAKANO, RENATO NEPONUCENO DIAS, ROMULO SILVA NASCIMENTO, RUTH DE SOUZA, SANDRA MERIA DE FÁTIMA DA SILVA, SUELI SUEKO OSHIRO DE ALMEIDA MELLO, SUZANA PINHEIRO DE ARAÚJO MONTEIRO, TATIANA RANULLO, VALERIA APARECIDA BUENO.

3. TC 013.050/2006-9
Interessados: BARCELÔNIA DE FÁTIMA FEITOSA, MARCELO LUIS PIMENTEL PINHEIRO.

4. TC 013.052/2006-3
Interessados: CARLOS BRENO LOUREIRO CAVALCANTE, DENIS MAIA, JOSÉ ALVAREZ FERNANDES JUNIOR, LUIZ KLEBER PARAVIDINO JUNIOR, RENATA MOLINARI ADEODATO, SEGIO CARVALHO ROCHA.

5. TC 016.011/2006-4
Interessados: ANA LUIZA ZAGO DE MORAES, ELIAS CAMPELO MARTINS, GABRIELA MADRID AQUINO, JADERSON PALUCHOWSKI, LISANDRO TATSCH SIMÕES, LUCIANE SINHORINI DOMINGUES, MARIO SERGIO VIEIRA, NEUSA PINZETTA, QUELI DE SOUZA ZBOROWSKI KRUGER, ROSANA GUISSO KONIG, ROSIMARA SILVA KASPER.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

6. TC 017.453/2006-0
Interessados: ALEXANDRE PAULO MAIA, ALEXANDRE PEREIRA DA SILVA, AMANDA MATIAS CAVALCANTE DE OLIVEIRA, ANDERSON PAULINO ARAUJO COUTO, ANDRE ARANHA FARES, ANDREY VINICIUS ALTOE, ANTONIO MANOEL CARVALHAL LOPES, ANTONIO MARIA ESPOSITO NETO, ANTONIO RONIEEL BEZERRA BELEM, ARISTOTELES BRANDÃO FILHO, ARLINDO SANTOS, AUREA FERNANDA DE BRITO LOIOLA AGUIAR, AURELIO FERRREIRA BARGA, AYMORE DE CASTRO ALVYM FILHO, BRENO CORREA DA SILVA NETO, BRUNA PINHEIRO DE MELO, BRUNO MORELLI FARIA, BRUNO NERY BORGES, BRUNO RIBEIRO ALVARENGA, CARLOS ALEXANDRE DA SILVA NADER MOTTA, CARLOS FERNANDO DO NASCIMENTO, CARLOS GUSTAVO KOZAK, CARLOS GUSTAVO SANTOS HUEBEL, CECILIA SOUTO MAIOR ROSAS, CELSO YUITI KATAHIRA, CHRISTIAN DATTWYLER DE OLIVEIRA, CIBELE DE OLIVEIRA LYRIO, CINTHIA SANTIAGO SOBREIRA, CLAUDE SOARES RIBEIRO, CLEUBER MOREIRA FERNANDES, CYNTHIA BERTHOLINI SANTOS, DANIEL DA CUNHA TOMAS, DANIEL SOLINO FLORIZ COSTA, DANILO DA SILVA MOLINA, DANILO GENNARI DE SOUZA, DAVID RAICK, DIETER GOEBEL, DIOGENES EUSTAQUIO REZENDE CORREIA, DIOGO RIBEIRO DA FONSECA, DIRSON DOUGLAS FERREIRA JUNIOR, EDINARDO PASSOS, EDUARDO CARLOS LEITE DE FIGUEIREDO, EDUARDO CONSTANTE BERGMANN, EDUARDO GUIMARÃES ABATE, EDUARDO SEBASTIÃO DE ALMEIDA, ALAINE VERDI COUTINHO E SOUZA, ELISIA TERESINHA ENGELMANN, EMIDIO ADONIAS SANTANA MOTA, FABIANA CARDOSO MARTINS, FABIANKA DE CARVALHO SOUZA, FABIO FAGUNDES DOS SANTOS, FABIO QUERINO GONÇALVES, FABRICIO PANIAGO DE ALCANTRA, FELIPE BARBOSA FERREIRA, FELIPE MARTINS PINHEIRO SILVA, FERNANDA DE GODOY PENTEADO, FERNANDO DE SOUZA LIRA ARAUJO, FILIPE COSTA FELIX, FRANCISCA VERONICA DE MORAES ROMCY, GABRIEL PASSOS SESANA, GERALDO RODRIGUES DA SILVA JUNIOR, GILBERG DA SILVA PEREIRA, GISCARD MATOS DE QUEIROZ, GIVANILDO BARBOSA LEAL, GUILHERME AUGUSTO SOUSA GUEDES, GUSTAVO MODE LUNA, PAULO PERCI FONSECA DA ROCHA, PAULO SERGIO SANTOS CASSIS, PAULO VICTOR DE OLIVEIRA NOBRE, RAFAEL DE SOUZA MOREIRA, RAFAEL HENRIQUE PIRES CABRAL, RAFAEL JOSE CANTERO, RAFAELA PAIVA BRANDÃO, RAQUEL NETTO DE AGUIAR, RENATA ONORIO PEREIRA, RENATO DE MIRANDA SANTOS, RICARDO GLDO VIEIRA DE OLIVEIRA, RICARDO HADDAD LANE, RICARDO TIMOTEO ANTUNES, RIVALDO RODRIGUES DE MELO FILHO.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL

7. TC 007.481/2006-1
Interessados: ANTONIO DOS SANTOS MOURÃO FILHO, SARAH CUNHA MENDONÇA.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

8. TC 013.043/2006-4
Interessados: ALMIR JUSTINO DA SILVA NETO, CIBELE GONÇALVES DANTAS, FRANCISCO DOCA DUARTE DE AGUIAR, ISMAEL BATISTA DA SILVA.

APOSENTADORIA

ACÓRDÃO Nº 2460/2006 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 1ª Câmara, em 5/9/2006, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria constante nos autos.

JUSTIÇA FEDERAL

1. TC 007.196/2006-8
Interessados: FRANCISCO DE SALES FRANÇA BARRETO, MARIA DE LOURDES ARAÚJO DA SILVA.

2. TC 007.213/2006-0
Interessados: AMAURY SILVA, ANTONIO GOMES PEREIRA, DORVALINO SIGNOR, ELISABETE MARIA DE PAULA, ELIZABETH CÂNDIDA DE AMORIM, FELIPPO ANTONIO SÉRGIO D'ORIA, GENIVAL RAFAEL DE PONTES, HELGA WASNY ALVES DE ALMEIDA SILVA, IRACI TEIXEIRA DA COSTA, IVANNEY PESSOA MOREIRA MARTINS, JOSE BENEDICTO DE OLIVEIRA, JOSÉ CARLOS BARBOSA DE SANTANA, JOSÉ EDUARDO GOBETH, JOÃO ALEXANDRE DE JESUS, LAURINDO DIAS MINHOTO NETO, MARCIO GUGLIELMI, MARILENE COCOZZA MOREIRA DE PALMA, NANCY APARECIDA GOMES, PLATÃO EUGÊNIO DE CARVALHO, VIRGINIO ANTONIO DE SOUZA,

3. TC 012.027/2006-6
Interessados: ALBENIR ITABORAI QUERUBINI GONÇALVES, ANA BEATRIZ BRAGA SERRAGLIO, BARBARA VIVIANE BARROS, CLARICE DA SILVEIRA SERAFIM, CRISIANE LAGES DE LA ROCHA, CRISTIANO GIACOMINI SUFIATI, CRISTIANO LOEBLEIN, DANIELE NUNES RAMOS, GABRIELE NUNES PINTO, JOEL LUIS BORSUK, JOSE AGANLDO NIRINHA, JOÃO TELMO WAYHS KOEHLER, KAREN GREICE PASTORE, KARINA TUSI FREITAS, LIZEL DAIANE ORO, LUCAS JORGE ROCHA DALL'OGLIO, PATRÍCIA SULIANE DAMBROS, SANDRA REGINA FABRIN, SIMONE MICARETTA, TASSIA DE DAVID, TATIANA LEVANDOWSKI.

4. TC 013.054/2006-8
Interessados: ELISE AQUINO AVESQUE, JOSÉ DONATO DE ARAÚJO NETO, MARIA JULIA TAVARES DO CARMO PINHEIRO, MARÍLIA IVO NEVES, RENATA COELHO PADILHA GERA.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL

5. TC 007.212/2006-3
Interessados: AFONSO CÍCERO NETO, ALBERTO ALVES DE OLIVEIRA, CARINA MARCONDES BASTOS DA SILVA MAURI, ELZA DA CONCEIÇÃO MOLINAS, GENESIO DA SILVA PEREIRA; HELENA MURILLO FLOROSCHK, LOURIVAL HEITOR, MERCIO VON KRONENBERGER, MIGUEL TURCI, NALCIA DA SILVA PARANHOS, SANDRA REGINA MARQUES, VALDIR DANTAS DO NASCIMENTO.

MINISTÉRIO DA DEFESA

6. TC 009.506/2006-1
Interessados: BENONE JOSÉ TORRES, CARLOS LECY DO NASCIMENTO BENTO, CARMEN MARIA MENDES, HELENICE RODRIGUES GATTO, ISABEL APARECIDA DE OLIVEIRA, JANDYR BRAVO VIEIRA, JOSÉ CARLOS GOMES, JOSEPHINA MARIA DO NASCIMENTO RIBEIRO, LINO ERNI FINGER, MARCIO MORAES MELLO, OLGA NARETA, ORLANDO BATISTA DE SOUZA, SHIRLEY FIGUEIREDO SILVA, SILVIA GUMERCINDA MOLINA.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

7. TC 004.730/2006-5
Interessados: AFFONSO DE ALMEIDA, CIDALIA PEREIRA RICARDO, CESARIO ALVARENGA, EXPEDITA DE AGUIAR ARRAIZ PEREIRA, LUIZ BRUN DE ALMEIDA E SOUZA, MARIA LOETITIA RIBEIRO DA LUZ GRAÇA, MARIA TERESA DOS SANTOS, MARTHA HELENA DA MOTTA MORAES, MARIA GISELDA DE PAULA, DEIR GOMES DE OLIVEIRA, DINAH FLUSSER.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

8. TC 014.997/2006-9
Interessados: ADÃO COSTA DE BRITO, ASSIS TEODORO DE SOUZA, AUGUSTO CARVALHO DE SOUZA, DANIEL DE ASSIS MACHADO, DOROTEO PAREDES, ELSON DA COSTA VITAL, EUCLIDES ROSA DUTRA, FLORISVALDO GOMES CARDOSO, IRINEO JOSE TAGARA, IVAN NEIVA, JOÃO LEANDRO NETO, JOAQUIM RIBEIRO DE FARIAS, LEOPOLDO ROCHA, LUIZ ANTONIO DE BARROS FILHO, MARCELINO BATISTA FERREIRA, NEY PEIXOTO, OERCIO CRISOTOMO BARBOSA, ROZ MARIA DA SILVA, SALVADOR FRANCISCO PIRES, WILSON JOSE PEREIRA, EDSON DE SOUZA EVANGELISTA.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

9. TC 007.039/2006-6
Interessados: DIONISIA FERREIRA RAMOS MEDEIROS,FRANCISCO MEDEIROS, GILDA MARIA BARBOSA CIRILO; ILMAR NASCIMENTO GALVÃO, JORGE RAIMUNDO PACKNESS, JOSE BICALHO, JOSE CARLOS MOREIRA ALVES, JOSE ESUTAUQUIO COELHO MENDES, MARIA DO CARMO NUNES LIMA, MARIA NEIMAR AMARO DA SILVA, MARIO THOMAZ TERTULIANO DE MELO, RAQUEL DO CARMO OLIVEIRA, RHODE POUBEL BARRETO, RUY MARTINS ROBINSON, SYDNEY SANCHES.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL

10. TC 007.635/2006-0
Interessados: ALVARO BARBOSA, DEISE MENDRONI DE MENEZES, DORINDA AZENHA, IRENE ESCUDEO GARCIA DE SENA, JOSELINA JOAQUIN DE ANDRADE, LAURA BITENCOURT DAMICO, LUCI CAMPOS BLEICH, MANOEL UMBELINO DA ROCHA, MARCIA ANGELINA CURTI, MARIA APARECIDA DE SOUZA FARINELLO, MARIA BEDAIA DE FREITAS JORGE, MARIA DA GLORIA DO CARMO VIEIRA, MARIA DO CARMO COPELLI, MARIA EDITE DA SILVA, MARIA ELIANA PINHEIRO DE CASTRO ROTUNDO, MARILENA GOLÇALVES, RITA DE JESUS OLIVEIRA DE ALMEIDA, ROSA MARIA CARVALHO DA SILVA, YASSUKO YONAMINE.

ACÓRDÃO Nº 2461/2006 - TCU - 1ª CÂMARA

Considerando que, por meio do Acórdão nº 554/2004 - 1ª Câmada, prolatado na Sessão de 23/3/2004 e inserido na Ata nº 8/2004 - 1ª Câmara, os atos de aposentadorias dos interessados infra-relacionados foram considerados ilegais, negando-se-lhes os registros correspondentes, nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno do TCU, em decorrência do pagamento destacado de parcelas alusivas ao Plano de Classificação de Cargos e Salários - PCCS, já integradas aos vencimentos ordinários dos servidores por força da Lei nº 8.460/1992;

Considerando que, em Sessão de 17/11/2004, o Plenário desta Corte, mediante o Acórdão nº 1.824/2004, exarado no TC 001.168/2004-0, firmou o entendimento de que a Medida Provisória nº 146/2004, posteriormente convertida na Lei nº 10.855/2004, regularizou o pagamento da parcela relativa ao PCCS aos servidores enquadrados no art. 2º da referida lei, tornando regular, por conseqüência, a inclusão daquela vantagem nos seus respectivos atos de aposentadoria;

Considerando que tal entendimento, a partir dos Acórdãos nºs 92/2005 e 1.475/2005, ambos do Plenário, evoluiu no sentido de que, não só o adiantamento do PCCS, mas também outras vantagens incorporadas à remuneração por decisão administrativa ou judicial, nestas incluída a Unidade de Referência de Preços (URP), foram regularizadas pela citada lei;

Considerando que no sobredito Acórdão nº 1.824/2004, o Plenário, em acatamento aos princípios da racionalidade administrativa e da economia processual, autorizou, excepcionalmente, que os processos de aposentadoria e os recursos, envolvendo pagamento da referida vantagem, sejam considerados legais em sede de relação;

Considerando, ainda, que os pareceres da Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip e Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União - MP/TCU no processo TC 008.548/1997-8 propugnam pela revisão de ofício do Acórdão da 1ª Câmara de nº 554/2004, em face do novo entendimento desta Corte de Contas;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, em 5/9/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno, em:

11. TC 008.548/1997-8
Interessados: ALAHYDE RIBEIRO COSTA, ANTONIO ROMEIRO NETO, ERONIDEW FRANCISCO DOS SANTOS, HELENEIDA DE ARAÚJO MONIZ, INEZ DINIZ DOS SANTOS, IZABEL FERREIRA DO AMARAL, JOSÉ LUIZ FERREIRA FILHO, MARIA DO SOCORRO FRAGOSO FLORENTIN, MARIA EDILENA DE ANDRADE SILVA, MARIA JOSÉ DA SILVA, MARIA LENICE BARBOSA AZEVEDO, SADY PEREIRA DA SILVA e VENÍCIO JOSÉ DOS SANTOS.
Entidade: Superintendência Estadual do Instituto Nacional do Seguridade Social - Alagoas/AL
1. considerar legais para fins de registro os atos de concessões dos ex-servidores acima relacionados;
2. determinar à Superintendência Estadual do INSS em Alagoas que, em relação aos atos de fls. 1/4, providencie a edição e o encaminhamento a esta Corte, via SISAC, de novos atos iniciais de aposentação para os servidores, escoimados da parcela alusiva ao PCSS, ante o contido no Acórdão nª 554/2004 - 1ª Câmara.

PENSÃO CIVIL

ACÓRDÃO Nº 2462/2006 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 1ª Câmara, em 5/9/2006, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

JUSTIÇA FEDERAL

1. TC 007.255/2003-6
Instituidor/Beneficiário: ANTÔNIO CAETANO DA SILVA/MARTA LÚCIA CAETANO DA SILVA, CHRISTIANE DINIZ CAETANO DA SILVA, JULIANA LÚCIA CAETANO DA SILVA, ANA LAURA CAETANO DA SILVA; ARMANDO GONÇALVES MARINHO/DJANIRA DE SOUZA MARINHO; OSVALDO DE SENNA SALLES SOBRINHO/CLAUDIO FERNANDO LUIZ DE SENNA SALLES.

2. TC 014.354/2003-4
Instituidor/Beneficiário: LINEU DO AMARAL/ALBERTINA NOGUEIRA DO AMARAL.

Ata n° 32/2006 - 1ª Câmara
Data da Sessão: 5/9/2006 - Extraordinária

PEDIDO DE REEXAME

ACÓRDÃO Nº 2463/2006 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 1ª Câmara de 5/9/2006, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 33 e 48, parágrafo único, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 17, inciso VII, 143, inciso IV, alínea "a", 277, inciso II do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em:

1. TC 005.871/1997-0 (c/ 1 anexo)
Classe de Assunto: I
Recorrente: Miriam Maria Bragança Santos, CPF 054.727.841-15
Entidade: Câmara dos Deputados
1. conhecer do pedido de reexame e dar-lhe provimento, julgando legal o ato de concessão de aposentadoria de Miriam Maria Bragança Santos, inserido às fls. 13/14 dos autos, ordenando o seu registro;
2. rever, de ofício, com espeque no permissivo firmado no subitem 9.4 do Acórdão nº 2.076/2005 - Plenário, prolatado na Sessão de 30/11/2005, inserido na Ata nº 47/2005 - Plenário, o julgamento do ato de aposentadoria de Elizeu Lopes Pereira, acostado às fls. 6/8 dos autos, para considerá-lo legal, ordenando o seu registro;
3. tornar insubsistentes os subitens 9.2 a 9.4 da deliberação recorrida, Acórdão nº 936/2005 - 1ª Câmara, prolatado na Sessão de 17/5/2005, inserido na Ata nº 15/2005 - 1ª Câmara;
4. determinar o arquivamento do processo, após o envio de cópia deste Acórdão à recorrente e à Câmara dos Deputados.

REPRESENTAÇÃO

ACÓRDÃO Nº 2464/2006 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 1ª Câmara de 5/9/2006, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso V, alínea "a", e 169, inciso IV, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em determinar o arquivamento do processo, uma vez que compriu o objetivo para o qual foi constituído, após o envio de cópia deste Acórdão à entidade e ao interessado.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

1. TC 002.500/2006-6
Classe de Assunto: VI
Interessado: 1º Secretário da Câmara Municipal de Curitiba/PR
Entidade: Agência Nacional de Transporte Terrestre - ANTT

ACÓRDÃO Nº 2465/2006 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 1ª Câmara, em 5/9/2006, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1°, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 129 e 132, inciso VI, da Resolução TCU nº 191, de 21 de junho de 2006, c/c o 237, inciso VI, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em conhecer da presente representação para, no mérito, considerá-la improcedente, e em determinar:

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

2. TC 002.865/2006-7
Classe de Assunto - III
Representante: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba
Entidade: Prefeitura Municipal de São Domingos do Cariri/PB
1. à Secretaria Nacional de Renda de Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome que:
1.1. apure junto à Prefeitura de São Domingos do Cariri/PB a regularidade do cadastro das Srªs. Joelma Maria do Nascimento, Luíza Pereira Xavier Andrade e Maria Mabel de Lima Guimarães como beneficiárias do Programa Bolsa Família, especialmente quanto ao preenchimento dos requisitos legais para inserção no aludido Programa;
1.2. adote as providências a seu cargo, nos termos dos arts. 2º, 33, 34 e 35 do Decreto nº 5.209/2004, em caso de irregularidades e/ou ilegalidades constatadas no pagamento do mencionado benefício bursátil, e informe a este Tribunal, no prazo de 90 (noventa) dias, acerca das medidas implementadas;
2. à Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba - Secex/PB que acompanhe o cumprimento da determinação contida no subitem precedente e os resultados dele advindos, mediante processo de monitorimento a ser constituído nos termos do art. 243 do Regimento Interno do TCU;
3. o arquivamento do processo, após envio de cópia deste Acórdão, bem como dos artigos e da instrução inseridos às fls.1/2 e 20/23 dos autos.

ACÓRDÃO Nº 2466/2006 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 1ª Câmara de 5/9/2006, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 17, inciso IV, 143, inciso V, alínea "a", 235 e 237, inciso III, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em conhecer da representação para, no mérito, considerá-la improcedente, e em determinar o arquivamento do processo, após o envio de cópia deste Acórdão, bem como da instrução de fls. 12/13 dos autos, ao representante.

3. TC 014.530/2006-8
Classe de Assunto: VI
Representante: Juiz do Trabalho Auxiliar, Dr. João Cândido, do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região
Entidade: Ministério das Relações Exteriores

TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

ACÓRDÃO Nº 2467/2006 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária de 1ª Câmara de 5/9/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o Enunciado nº 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão nº 2003/2006-TCU-1ª Câmara, prolatado na Sessão Extraordinária de 25/7/2006, inserido na Ata nº 26/2006-1ª Câmara, como a seguir: onde se lê no subitem 9.1.: "CPF 936.594.478-20", leia-se: "CPF 836.594.478-20", mantendo-se inalterados os termos do Acórdão ora retificado.

CONVÊNIO

1. TC 002.552/2005-4
Classe de Assunto: II
Responsável: João de Deus Ferreira da Silva, CPF 836.594.478-20
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE
Entidade: Prefeitura Municipal de Serraria/PB

Ata n° 32/2006 - 1ª Câmara
Data da Sessão: 5/9/2006 - Extraordinária

REPRESENTAÇÃO

ACÓRDÃO Nº 2468/2006 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 1ª Câmara de 5/9/2006, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 17, inciso IV, 143, inciso V, alínea "a", 235 e 237, inciso I, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em conhecer da representação para, no mérito, considerá-la improcedente, e em determinar o arquivamento do processo, após o envio de cópia deste Acórdão ao representante.

CONGRESSO NACIONAL

1. TC 004.646/2005-1 (c/ 3 volumes)
Classe de Assunto: VI
Representante: Ronaldo Pinheiro de Queiroz, Procurador da República no Distrito Federal
Órgão: Câmara dos Deputados

TOMADA DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 2469/2006 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 1ª Câmara de 5/9/2006, quando ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", 208, § 2º, e 214, inciso II, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em:

MINISTÉRIO DA SAÚDE

1. TC 012.171/2003-5 (c/ 4 volumes e 1 anexo)
Classe de Assunto: II
Responsáveis: Carlos Scherer, CPF 550.209.927-04, Glória Aparecida Lemos de Souza, CPF 633.825.717-49, Reynaldo F. de Almeida Neto, CPF 371.418.807-04, Regina Maria de Oliveira da Silva, CPF 175.583.287-72, Valdemar da Silva Fagundes, CPF 222.083.561-87, Márcia Gisele Santos da Costa, 004.983.677-38, Teresinha Castro Silva, CPF 667.243.927-72, e José Roberto dos Santos, CPF 030.826.968-30.
Entidade: Instituto Nacional de Cardiologia Laranjeiras - INCL
Exercício: 2002
1. julgar as contas regulares com ressalva, dando-se quitação aos responsáveis;
2. deixar de fazer determinações à entidade, ante o contido no Acórdão nº 1977/2006-TCU-1ª Câmara, exarado no TC nº 008.186/2002-3;
3. determinar o arquivamento dos presentes autos, após a comunicação do teor deste Acórdão ao Instituto Nacional de Cardiologia Laranjeiras e aos responsáveis.

ACÓRDÃO Nº 2470/2006 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária de 1ª Câmara de 5/9/2006, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, c/c o Enunciado nº 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão nº 1.088/2006 - 1ª Câmara - TCU, da Relação nº 61/2006, prolatado na Sessão de 1º/8/2006, inserido na Ata nº 27/2006-1ª Câmara, como a seguir: onde se lê no subitem 1.9: "utilize, na contratação de empresas para realização de cursos, a modalidade Pregão sempre que houver inviabilidade do certame", leia-se: "na contratação de empresas para a realização de cursos de capacitação, proceda ao devido processo licitatório, quando houver viabilidade do certame", e em determinar:

SENADO FEDERAL

2. TC 009.030/2004-3 (c/ 9 volumes)
Classe de Assunto: II
Responsáveis: Petrônio Barbosa Lima de Carvalho, CPF nº 090.403.071-72, Mário Lúcio Lacerda de Medeiros, CPF nº 101.725.561-04, Cleomenes Pereira dos Santos, CPF nº 098.209.491-49, Miguel Pereira da Costa Filho, CPF nº 132.979.294-72, Leopoldo Peres Torelly, CPF nº 098.630.871-49.
Unidade Gestora: Secretaria de Especial de Informática do Senado Federal - Prodasen
Exercício: 2003
1. à Secretaria Especial de Informática do Senado Federal - Prodasen que:
1.1. exija das empresas declaração de fato superveniente, de acordo com o parágrafo 2º do art. 32 da Lei nº 8.666/1993;
1.2. observe os limites de modalidade de licitação e de alteração contratual, conforme disposto nos arts. 23 e 65 da Lei nº 8.666/1993;
1.3. aplique as penalidades previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/1993, na hipótese de inexecução do contrato por seu fornecedores ou prestadores de serviços;
2. à 3ª Secretaria de Controle Externo que providencie, se ainda não o fez, a coleta de elementos capazes de subsidiar a atuação do TCU no tocante à execução do Contrato nº 50/99, celebrado com a empresa Aceco Produtos para Escritório e Informática Ltda.

ACÓRDÃO Nº 2471/2006 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 1ª Câmara de 5/9/2006, quando ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", 208, § 2º, e 214, inciso II, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em:

MINISTÉRIO DA DEFESA

3. TC 012.627/2005-0
Classe de Assunto: II
Responsáveis: Luiz Fernando Alves Ferreira, CPF 209.423.896-20, Paulo Fernandes Filho, CPF 967.653.728-49, Geraldo da Costa Leite Filho, CPF 074.251.768-31, Melissa Massirer Bitencourt, CPF 802.148.510-87, Alessandre Sanches da Silva, CPF 601.439.676-49, Wagner Carvalho Gonçalves da Silva, CPF 886.342.998-72, Carlos Alberto de Carvalho, CPF 929.760.268-15.
Unidade Gestora: Comissão Aeronáutica Brasileira em São Paulo - Comando da Aeronáutica
Exercício: 2004
1. julgar as contas regulares com ressalva, dando-se quitação aos responsáveis;
2. determinar:
2.1. à Comissão Aeronáutica Brasileira em São Paulo que:
2.1.1. proceda à distribuição de sua publicidade legal, por intermédio da Empresa Brasileira de Comunicação S/A - RADIOBRÁS, com fundamento no art. 25, **caput**, da Lei nº 8.666/1993, quando divulgada em veículos da imprensa comum ou geral (jornais e revistas) e diretamente, sem a intermediação de quaisquer empresas, quando veiculada nos órgãos oficiais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de acordo com a Decisão nº 538/TCU/99-Plenário e o § 1º, art. 6º, da Lei nº 6.650/79, c/c o § 2º, art. 12, do Decreto nº 3.296/99;
2.1.2. observe o prazo mínimo de 30 (trinta) dias até o recebimento das propostas ou da abertura da licitação, após a publicação do edital, conforme estabelecido na alínea "a", inciso II, § 2º, do art. 21 da Lei nº 8.666/1993;
2.1.3. apresente nos processos de contas da unidade informações relativas ao item 2 do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 62, de 27/10/2004;
2.2. à Subsecretaria de Auditoria do Comando da Aeronáutica que:
2.2.1. informe nas próximas contas sobre o cumprimento das determinações contidas no subitem precedente;
2.2.2. faça constar os itens 2, 4, 5, 8, 9 e 11, do Anexo VI, no Relatório de Auditoria de Gestão; o item 1 completo, do Anexo VII, no Certificado de Auditoria; e o item 1 completo, do Anexo VIII, no Parecer Conclusivo do Dirigente do Órgão de Controle Interno, da Decisão Normativa TCU nº 62, de 27/10/2004;
2.3. o arquivamento dos autos após ciência do teor deste Acórdão aos responsáveis.

ACÓRDÃO Nº 2472/2006 - TCU - 1ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 1ª Câmara, em 5/9/2006, quando ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, incisos I e II, 17, 18 e 23, incisos I e II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", 207, 208 e 214, incisos I e II, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 155, de 4 de dezembro de 2002, em:

MINISTÉRIO DA DEFESA

4. TC 012.655/2005-5
Classe de Assunto - II
Responsáveis: Itibere de Farias Rosado, CPF 964.149.528-34, José Jorge Ramos Barbosa, CPF 016.206.558-29, José Jorge de Medeiros Garcia, CPF 016.207.188-47, Alberto José Navarro Pascoal, CPF 017.062.138-32, Fábio Eduardo Madioli, CPF 027.838.698-96, Luís Felipe Câmara Ferro, CPF 082.295.967-43, Alexandre Sourisseau Cabral, CPF 051.955.187-77, Cristiano Paulo de Freitas, CPF 480.728.853-91, Roland Cavadas Lavnchicha, CPF 005.373.268-55.
Unidade: Grupamento de Apoio de Brasília - Comando da Aeronáutica
Exercício: 2004
1. julgar regulares as contas do Grupamento de Apoio de Brasília, dando quitação plena aos responsáveis acima mencionados;
2. recomendar ao Controle Interno que restabeleça auditorias anuais no Grupamento de Brasília com vistas a garantir a eficácia do controle;
3. determinar ao Controle Interno que atente para os requisitos estabelecidos na Instrução Normativa TCU nº 47/2004, no sentido de fazer constar nos seus relatórios futuros acerca das contas da Unidade:
3.1. a avaliação dos resultados quantitativos e qualitativos da gestão, em especial quanto à eficácia e eficiência no cumprimento dos objetivos e metas (físicas e financeiras) planejados e/ou pactuados, apontando as causas que prejudicam o desempenho da ação administrativa e as providências adotadas;
3.2. a avaliação sobre a qualidade e confiabilidade dos indicadores utilizados para avaliar o desempenho da gestão, bem como dos controles internos implementados pelos gestores para evitar ou minimizar os riscos inerentes à execução orçamentária, financeira, operacional e patrimonial;
3.3. a análise da regularidade dos processos licitatórios, dos atos relativos a dispensa e inexigibilidade de licitação, bem como dos contratos administrativos;
3.4. a avaliação da política de recursos humanos, destacando, em especial, a força de trabalho existente e a observância à legislação sobre admissão, remuneração, cessão e requisição de pessoal, bem como, se for o caso, sobre concessão de aposentadoria, reforma e pensão;
3.5. a análise dos procedimentos de concessão de diárias por deslocamentos incluindo ou iniciando em finais de semana e feriados a servidores ocupantes de cargos e funções públicas, com enfoque especial a respeito do cumprimento ou não por parte dos gestores das disposições contidas no § 3º do art. 6º do Decreto nº 343/1991.

Ata n° 32/2006 - 1ª Câmara
Data da Sessão: 5/9/2006 - Extraordinária

DESTAQUES (Resolução TCU n° 191/2006)

Na oportunidade do julgamento dos processo n°s 008.273/2005-5, 008.280/2005-0, 012.603/2005-9 (Acórdão n° 2443/2006), 008.283/2005-1 (Acórdão n° 2444/2006), Relação n° 99/2006-VC; 008.277/2005-4 (Acórdão n° 2448/2006) e 008.295/2005-2 (Acórdão n° 2449/2006), Relação nº 97/2006-GP, manifestou-se, oralmente - nos termos do Acórdão aprovado - o Representante do Ministério Público, Dr. Paulo Soares Bugarin, em atenção à solicitação de destaque formulada pelos Relatores, Ministro Valmir Campelo e Guilherme Palmeira (artigo 62, inciso III, c/c o artigo 143, § 1º do Regimento Interno e artigo 28, § 2º da Resolução TCU n° 191/2006).

PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA

Passou-se, em seguida, ao julgamento ou à apreciação dos processos adiante indicados, que haviam sido incluídos na pauta organizada, sob n° 32, de 28 de agosto de 2006, havendo a Primeira Câmara aprovados os Acórdãos de n°s 2473 a 2492, que se inserem no Anexo II desta Ata, acompanhados dos correspondentes Relatórios e Votos, bem como de Pareceres em que se fundamentaram (Regimento Interno, artigos 17, 95, inciso VI, 134, 138, 141, §§ 1° a 7° e 10; e Resoluções TCU n°s 164/2003 e 184/2005):

a)Procs. n°s 000.815/2005-8, 004.113/2004-5, 006.536/2005-9, 017.689/2004-8 e 005.335/2005-6, relatados pelo Ministro Valmir Campelo
b)Procs. n°s 009.615/2005-8 e 019.237/2004-9, relatados pelo Ministro Guilherme Palmeira; e
c)Procs. n°s 005.600/1996-0, 004.889/2004-1, 012.358/1995-9, 015.334/1995-3, 852.092/1997-0, 002.750/2001-8, 017.104/2001-9, 010.253/2000-9, 010.030/2002-0 (c/os apensos n°os 004.538/2001-1 e 005.355/2001-6), 550.244/1997-2, 015.323/2002-4, 002.793/2001-5 e 019.701/2003-5, relatados pelo Ministro Augusto Nardes.

ACÓRDÃOS PROFERIDOS (PROCESSOS DE PAUTA):

ACÓRDÃO Nº 2473/2006 - TCU - 1ª CÂMARA

1. Processo nº TC 000.815/2005-8 (com 1 volume e 2 anexos)
2. Grupo II, Classe de Assunto I - Embargos de Declaração
3. Interessado (Embargante): Nélio Vicari, ex-Prefeito, CPF 193.742.670-04
4. Entidade: Prefeitura Municipal de Colorado/RS
5. Relator: Ministro Valmir Campelo
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Valmir Campelo
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Secex/RS
8. Advogados constituídos nos autos: Cláudio Cardoso da Cunha - OAB/RS 30.998

9. ACÓRDÃO:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração opostos pelo Sr. Nélio Vicari, na condição de ex-Prefeito Municipal de Colorado/RS, contra o Acórdão nº 1.172/2006-TCU - 1ª Câmara.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento no art. 34 da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 277, inciso III, e 287 do Regimento Interno, conhecer dos embargos de declaração, para, no mérito, negar-lhes provimento; e
9.2. dar conhecimento desta deliberação ao embargante.

10. Ata n° 32/2006 - 1ª Câmara
11. Data da Sessão: 5/9/2006 - Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2473-32/06-1
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Guilherme Palmeira (na Presidência), Valmir Campelo (Relator) e Augusto Nardes

ACÓRDÃO Nº 2474/2006 - TCU - 1ª CÂMARA

1. Processo nº TC-004.113/2004-5 (com 2 anexos)
2. Grupo I, Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame.
3. Recorrente: Hélcio Roberto Costa Coutinho, Diretor de Administração Substituto/ABIN/GSIPR (CPF 044.848.007-72)
3.1. Interessados: Rui Carlos Castro de Alencar (CPF 007.210.852-53) e Roberto Pereira da Silva (CPF 019.478.427-49)
4. Unidade jurisdicionada: Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
5. Relator: Ministro Valmir Campelo
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Marcos Vilaça
6. Representante do Ministério Público: Procuradora Cristina Machado da Costa e Silva
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - SERUR.
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Pedido de Reexame interposto pelo Diretor de Administração Substituto/ABIN/GSIPR, Sr. Hélcio Roberto Costa Coutinho, contra o Acórdão nº 2.993/2005-TCU-1ª Câmara.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 48, c/c os arts. 32 e 33 da Lei nº 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do recurso, para, no mérito, dar-lhe provimento, tornando insubsistente o Acórdão nº 2.993/2005-TCU-1ª Câmara;
9.2. com base no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno, considerar legais as aposentadorias em favor de Rui Carlos Castro de Alencar e Roberto Pereira da Silva, ordenando os respectivos registros; e
9.3. dar conhecimento deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

10. Ata n° 32/2006 - 1ª Câmara
11. Data da Sessão: 5/9/2006 - Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2474-32/06-1
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Guilherme Palmeira (na Presidência), Valmir Campelo (Relator) e Augusto Nardes

ACÓRDÃO Nº 2475/2006 - TCU - 1ª CÂMARA

1. Processo n.º TC-009.615/2005-8 (com 1 anexo)
2. Grupo I, Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração
3. Interessada: Simone Simões Neri, ex-Prefeita (CPF n.º 118.790.175-04)
4. Unidade: Prefeitura Municipal de Inhambupe - BA
5. Relator: Ministro Guilherme Palmeira
5.1. Relator da deliberação recorrida: Auditor Augusto Sherman Cavalcanti
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia - SECEX/BA e Secretaria de Recursos - SERUR
8. Advogado constituído nos autos: José Souza Pires (OAB/BA n.º 9.755)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Reconsideração interposto pela Sra. Simone Simões Neri, ex-Prefeita Municipal de Inhambupe - BA, contra o Acórdão 91/2006 - 1ª Câmara, que julgou irregulares suas contas, imputando-lhe débito e multa, em decorrência da omissão no dever de prestar contas dos recursos no valor de R$ 59.300,00 (cinqüenta e nove mil e trezentos reais), repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE ao referido Município, em 01/09/1998 (fl. 39 vol. principal), por intermédio do Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental - PMDE, objetivando prestar assistência financeira direcionada ao desenvolvimento do ensino fundamental, destinado a manutenção das escolas públicas municipais e municipalizadas que atendessem mais de 20 (vinte) alunos.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer do Recurso de Reconsideração interposto pela Sra. Simone Simões Neri, ex-Prefeita Municipal de Inhambupe - BA, com fulcro nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei n.º 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 233 do RI/TCU, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial e, em conseqüência, alterar o subitem 9.1 do Acórdão n.º 91/2006 - TCU - 1ª Câmara, dando-lhe a seguinte redação:

"9.1. julgar as presentes contas irregulares, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "b", 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443, de 1992, e condenar a Sra. Simone Simões Neri, ex-Prefeita Minicipal de Inhambupe/BA, ao pagamento das quantias abaixo relacionadas, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno, o recolhimento das dívidas aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora pertinentes, calculados a partir de 1º/9/1998 até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, sem prejuízo de abater-se as importâncias aplicadas na execução do Convênio 40495/98, listadas na tabela reproduzida abaixo:
9.1.1 valores originais

Entidade Executora	**Valor (R$)**
Prefeitura Municipal de Inhambupe/BA	18.000,00
APM do Grupo Escolar da Lagoa	3.900,00
APM da EM Agenor Batista da Silva	2.700,00
APM da EM Prof. Arlinda dos Anjos Silva	3.900,00
APM da EM Dep. Hanequim Dantas	2.700,00
APM da EM Prof. Maria José Reis Simões	2.700,00
APM do Centro Educacional de Formoso	2.700,00
APM da EM Presidente Médice	2.700,00
APM da EM Josafá Alves dos Santos	2.700,00
Total	42.000,00

9.1.2 valores aplicados na execução do Convênio 40495/98 e comprovados pela recorrente:

Credor	**NF (fls, anexo 1)**	**Valor NF (R$)**
Livraria Alagoinhas Ltda	800 (fl. 19)	2.711,00
Livraria Alagoinhas Ltda	801 (fl. 20)	4.033,80
Juracy Almeida Carneiro	437 (fl. 47)	9.000,00
Martins Comércio	82.235 (fl. 32)	259,40
Martins Comércio	117.735 (fl. 35)	205,30
Queiroz & Mançur Ltda	15 (fl. 75)	355,20
Acomig	830 (fl. 52)	735,30
Total		17.300,00

9.2. manter inalterados os demais itens do aludido Acórdão;
9.3. dar ciência do presente Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, à interessada.

10. Ata n° 32/2006 - 1ª Câmara
11. Data da Sessão: 5/9/2006 - Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2475-32/06-1
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (na Presidência), Guilherme Palmeira (Relator) e Augusto Nardes.

ACÓRDÃO Nº 2476/2006 - TCU - 1ª CÂMARA

1. Processo TC-005.600/1996-0 (com 2 volumes e 1 anexo).
2. Grupo II, Classe de Assunto I - Embargos de Declaração.
3. Interessada: Ariadne Fittipaldi Gonçalves.
4. Entidade: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Advogado constituído nos autos: José Roberto Tecchio.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração opostos contra o Acórdão nº 738/2003-TCU-1ª Câmara, que, em sede de Pedido de Reexame, manteve o julgamento pela ilegalidade de ato de concessão de aposentadoria especial de professor, formulado no Acórdão nº 328/2002-TCU-1ª Câmara,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. nos termos do art. 34 da Lei nº 8.443/1992, conhecer dos presentes embargos de declaração e, no mérito, dar-lhes provimento, para esclarecer à Embargante que a omissão decorrente da ausência de manifestação expressa, no aresto embargado, a respeito do argumento utilizado quando da oposição de Pedido de Reexame contra o Acórdão nº 328/2002-TCU-1ª Câmara, no sentido da nulidade do referido **decisum**, ante a inobservância ao direito de defesa, não implica qualquer alteração no mérito do Acórdão nº 738/2003-TCU-1ª Câmara, ora embargado, posto que, conforme demonstrado no Relatório e Voto precedentes, o referido julgado atribuiu à matéria tratamento absolutamente consonante com a jurisprudência desta Corte e do Supremo Tribunal Federal;
9.2. dar ciência desta deliberação à Interessada e à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, encaminhando-lhes cópia deste Acórdão, juntamente com o Relatório e o Voto que o fundamentam.

10. Ata n° 32/2006 - 1ª Câmara
11. Data da Sessão: 5/9/2006 - Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2476-32/06-1
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (na Presidência), Guilherme Palmeira e Augusto Nardes (Relator).

ACORDÃO Nº 2477/2006 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC - 004.889/2004-1 (c/ 1 volume e 1 anexo).
2. Grupo: II; Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração.
3. Interessado: Hermano José Honório de Melo.
4. Entidade: Sociedade Sul-Matogrossense dos Médicos Veterinários - Somvet.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
5.1 Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Advogados constituídos nos autos: Heloísa Helena Wanderley Maciel, OAB/MS nº 1.103-B; e Thais Helena Wanderley Maciel, OAB/MS nº 10.602-B.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração opostos contra o Acórdão nº 1.708/2006-TCU-1ª Câmara, o qual julgou irregulares a presente tomada de contas especial, condenando o Sr. Hermano José Honório de Melo em débito, com aplicação de multa.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. nos termos do art. 34 da Lei nº 8.443/1992, conhecer dos Embargos de Declaração opostos pelo interessado acima nominado e, no mérito, acolhê-los, atribuindo-lhes efeitos infringentes para tornar insubsistente o Acórdão nº 1.708/2006-TCU-1ª Câmara, em virtude de vício insanável de procedimento;
9.2. restituir o processo à Secex/MS, para que providencie o saneamento dos autos, adotando as providências necessárias com vistas ao refazimento do ato de citação, desta feita endereçado à Sociedade Sul-Matogrossense dos Médicos Veterinários, na pessoa do seu atual representante legal, e à realização de audiência do Sr. Hermano José Honório de Melo, ex-Presidente da referida instituição, nos termos indicados no Voto condutor dessa decisão, com posterior reinstrução do feito, sem prejuízo de considerar, quando da reapreciação do mérito desta tomada de contas especial, as demais questões indicadas nos presentes embargos;
9.3. dar ciência desta deliberação ao interessado.

10. Ata n° 32/2006 - 1ª Câmara
11. Data da Sessão: 5/9/2006 - Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2477-32/06-1
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (na Presidência), Guilherme Palmeira e Augusto Nardes (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2478/2006 - TCU - 1ª CÂMARA

1. Processo: TC-012.358/1995-9 (c/1 volume).
2. Grupo: I; Classe de assunto: I - Pedido de Reexame.
3. Recorrente: Maria Helena Corrêa Otero, CPF nº 082.326.870-53.
4. Entidade: Justiça Federal da 4ª Região.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Marcos Vinicios Vilaça.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade técnica: Serur.

8. Advogados constituídos nos autos: Rogério Viola Coelho, OAB/RS 4655; Felipe Néri Dresch da Silveira, OAB/RS 33.779, OAB/DF 2194-A; Francis Campos Bordas, OAB/RS 29219, OAB/DF 2222-A; Amarildo Maciel Martins, OAB/RS 34508; Rui Fernando Hübner, OAB/RS 41977; Cynthia Lisandra Ortigara, OAB/RS 48217 e a sociedade Coelho, Silveira, Bordas Advogados Associados, OAB/RS n° 1888.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria, nos quais foi interposto Pedido de Reexame contra o Acórdão nº 2.697/2003-TCU-1ª Câmara, que considerou ilegais e negou registro aos atos de concessão e de alteração de aposentadoria da Recorrente, em razão do cômputo, como tempo de serviço, de período exercido como aluno-aprendiz,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei nº 8.443/1992, conhecer do presente Pedido de Reexame para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo em seus exatos termos o Acórdão nº 2.697/2003-TCU-1ª Câmara;

9.2. alertar a Justiça Federal da 4ª Região de que a aplicação da Súmula TCU n° 106, em relação às importâncias indevidamente recebidas em boa-fé, limita-se, no tempo, à data-limite prevista no item 9.3 do Acórdão denegatório, devendo, portanto, adotar providências para a reposição dos valores recebidos desde então até a data em que os pagamentos forem efetivamente suspensos;

9.3. orientar a Justiça Federal da 4ª Região no sentido de que, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, proceda à emissão de novo ato, com redução dos respectivos proventos na proporcionalidade devida, para que seja submetido à apreciação por este Tribunal, na forma do art. 260, **caput**, também do Regimento Interno do TCU, caso a Interessada não opte por retornar à atividade para completar o tempo de serviço necessário à aposentadoria com proventos integrais, se assim desejar, submetendo-se, nesta hipótese, às regras vigentes na data da nova inativação;

9.4. dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, à Justiça Federal da 4ª Região e à Recorrente.

10. Ata n° 32/2006 - 1ª Câmara

11. Data da Sessão: 5/9/2006 - Extraordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2478-32/06-1

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (na Presidência), Guilherme Palmeira e Augusto Nardes (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2479/2006 - TCU - 1ª CÂMARA

1. Processo nº TC-015.334/1995-3 (com 1 volume e 1 anexo).

2. Grupo: I - Classe de assunto: I - Pedido de Reexame

3. Recorrente: Manoel Catarino Paes-Peró - Reitor da FUFMS.

4. Entidade: Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - FUFMS.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

5.1. Relator da deliberação inicial: Ministro Marcos Vinicios Vilaça.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade técnica: Serur.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria, nos quais foi interposto Pedido de Reexame ao Acórdão nº 1.484/2004-TCU-1ª Câmara, que alterou a Decisão nº 185/2002-1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei nº 8.443/1992, conhecer do presente Pedido de Reexame para, no mérito, dar-lhe provimento, para tornar insubsistentes a Decisão nº 185/2002 e o Acórdão nº 1.484/2004, ambos da 1ª Câmara;

9.2. considerar legal o ato de aposentadoria de Maria Neide Ocampos Alves, ordenando-lhe o registro;

9.3. determinar à Sefip que proceda às devidas correções na ficha de concessão do Sistema Sisac, de modo que o ato lá inserido corresponda à nova situação descrita à fl. 17 do Volume Principal destes autos;

9.4. dar ciência da presente deliberação à Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - FUFMS e à Interessada.

10. Ata n° 32/2006 - 1ª Câmara

11. Data da Sessão: 5/9/2006 - Extraordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2479-32/06-1

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (na Presidência), Guilherme Palmeira e Augusto Nardes (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2480/2006 - TCU - 1ª CÂMARA

1. Processo: TC-852.092/1997-0 (c/ 1 volume e 1 anexo).

2. Grupo: I; Classe de assunto: I - Pedido de Reexame.

3. Recorrentes: Fundação Universidade de Brasília; Francisco José Gonçalves Santos, CPF 032.954.351-20; Aloylson Gregório de Toledo Pinto, CPF 001.794.003-63; José Silvestre da Silva, CPF 076.637.731-87; Rosa Maria Dantas de Oliveira, CPF 144.246.571-91; Virgínia Domingos de Aragão, CPF 075.010.991-20; e Helena Chaves da Graça, CPF 097.729.101-44.

4. Entidade: Fundação Universidade de Brasília.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Humberto Guimarães Souto.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade técnica: Serur.

8. Advogados constituídos nos autos: Miguel Joaquim Bezerra, OAB/DF 5394.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria, nos quais foram interpostos Pedidos de Reexame contra o Acórdão nº 912/2004-TCU-1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 48 da Lei nº 8.443/1992, conhecer dos presentes Pedidos de Reexame, para, no mérito, negar-lhes provimento, mantendo em seus exatos termos o Acórdão nº 912/2004-TCU-1ª Câmara;

9.2. alertar a Fundação Universidade de Brasília de que:

9.2.1. a aplicação da Súmula TCU n° 106, em relação às importâncias indevidamente recebidas em boa-fé, limita-se, no tempo, à data-limite prevista no item 9.3.1 do Acórdão denegatório, devendo, portanto, adotar providências para a reposição dos valores recebidos desde então até a data em que os pagamentos forem efetivamente suspensos;

9.2.2. em caso de descumprimento das deliberações, este Tribunal poderá sustar diretamente a execução do ato de concessão sob exame (art. 71, X, da Constituição Federal), sem prejuízo de outras sanções cabíveis, previstas na Lei 8.443/92;

9.3. dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, aos recorrentes, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, à Controladoria-Geral da União e à Advocacia-Geral da União.

10. Ata n° 32/2006 - 1ª Câmara

11. Data da Sessão: 5/9/2006 - Extraordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2480-32/06-1

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (na Presidência), Guilherme Palmeira e Augusto Nardes (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2481/2006 - TCU - 1ª CÂMARA

1. Processo: TC-002.750/2001-8 (c/ 4 anexos)

2. Grupo: I; Classe de assunto: I - Pedido de Reexame.

3. Recorrentes: Fundação Universidade de Brasília; Maria Jandira Cunha, CPF 344.870.181-53; José Aurélio Lopes Albuquerque, CPF 000.359.471-87; e Tsuneharu Kaneshiro, CPF 017.048.538-26.

4. Entidade: Fundação Universidade de Brasília.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Humberto Guimarães Souto.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Maria Alzira Ferreira.

7. Unidade técnica: Serur.

8. Advogados constituídos nos autos: Shigueru Sumida, OAB/DF 14.870; Cláudio Santos, OAB/DF 10.081; Alino da Costa Monteiro, OAB/DF 474-A; Roberto de Figueiredo Caldas, OAB/DF 5.939; Paula Frassinetti Viana Atta, OAB/DF 6.319; José da Silva Caldas, OAB/DF 6.002; Cláudio Santos da Silva, OAB/DF 10.081; Rodrigo Péres Torelly, OAB/DF 12.557; Eryka Farias de Negri, OAB/DF 13.372; Marcelise de Miranda Azevedo, OAB/DF 13.811; Milton Carrijo Galvão, OAB/DF 13.552; Luciana Martins Barbosa, OAB/DF 12.453; Ranieri Lima Resende, OAB/DF 14.516; Damares Medina Resende de Oliveira, OAB/DF 14.489.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria, nos quais foram interpostos Pedidos de Reexame contra o Acórdão nº 936/2004-TCU-1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 48 da Lei nº 8.443/1992, conhecer dos presentes Pedidos de Reexame, para, no mérito, negar-lhes provimento, mantendo em seus exatos termos o Acórdão nº 936/2004-TCU-1ª Câmara;

9.2. alertar a Fundação Universidade de Brasília de que:

9.2.1. a aplicação da Súmula TCU n° 106, em relação às importâncias indevidamente recebidas em boa-fé, limita-se, no tempo, à data-limite prevista no item 9.3.1 do Acórdão denegatório, devendo, portanto, adotar providências para a reposição dos valores recebidos desde então até a data em que os pagamentos forem efetivamente suspensos;

9.2.2. em caso de descumprimento das deliberações, este Tribunal poderá sustar diretamente a execução do ato de concessão sob exame (art. 71, X, da Constituição Federal), sem prejuízo de outras sanções cabíveis, previstas na Lei nº 8.443/92;

9.3. dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, aos recorrentes, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, à Controladoria-Geral da União e à Advocacia-Geral da União.

10. Ata n° 32/2006 - 1ª Câmara

11. Data da Sessão: 5/9/2006 - Extraordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2481-32/06-1

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (na Presidência), Guilherme Palmeira e Augusto Nardes (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2482/2006 - TCU - 1ª CÂMARA

1. Processo: TC 017.104/2001-9 (c/ 2 volumes).

2. Grupo I - Classe de Assunto I - Pedido de Reexame.

3. Interessados: Messias Ribeiro Batista Filho (CPF 305.692.813-34).

4. Entidade: Prefeitura Municipal de Brasileira/PI.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Marcos Vinicios Vilaça.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - SERUR.

8. Advogados constituídos nos autos: José Norberto Lopes Campelo (OAB/PI nº 2594), Nathalie Cancela Cronemberger (OAB/PI nº 2953), Luciana Ferraz Mendes Melo (OAB/PI 2578) e Hugo Leonardo Ferreira Leite (OAB/PI 3600).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de Pedido de Reexame interposto pelo Sr. Messias Ribeiro Batista Filho, ex-Prefeito do Município de Brasileira/PI, contra o Acórdão nº 2.085/2003-TCU-1ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 48 e 33 da Lei nº 8.443/1992, conhecer como Pedido de Reexame o recurso interposto pelo Sr. Messias Ribeiro Batista Filho, quanto às deliberações deste Colegiado constantes dos itens 9.1 e 9.2 do Acórdão nº 2.085/2003 - 1ª Câmara, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo em seus exatos termos a deliberação recorrida;

9.2. com fundamento no art. 279 do Regimento Interno/TCU, não conhecer do presente recurso no que diz respeito ao item 9.3 do Acórdão n.º 2.085/2003 - 1ª Câmara, por falta de interesse recursal;

9.3. reiterar à Secretaria Federal de Controle Interno que, no prazo de 60 dias, adote providências visando o cumprimento da determinação constante do item 9.3 do Acórdão nº 2.085/2003-1ª Câmara, Sessão de 9/9/2003, caso ainda não a tenha implementado, alertando-a que o descumprimento de determinação deste Tribunal enseja a aplicação de multa ao responsável, nos termos do art. 58, inciso IV, da Lei nº 8.443/1992;

9.4. determinar à Secretaria de Controle Externo no Piauí - SECEX/PI que:

9.4.1. na forma da Resolução-TCU nº 191, de 21/6/2006, promova o desentranhamento da documentação constante das fls. 34/50, do volume 2 destes autos, e faça juntada aos da Tomada de Contas Especial instaurada contra a Prefeitura Municipal de Cabeceiras do Piauí-PI, no TC 011.671/2005-4;

9.4.2. adote providências visando à apuração das responsabilidades pelo atraso no cumprimento da determinação constante do item 9.3. do Acórdão nº 2.085/2003-TCU-1ª Câmara, no prazo de 60 dias, representando a este Tribunal, no que couber;

9.5. dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, ao recorrente e à Secretaria Federal de Controle Interno.

10. Ata n° 32/2006 - 1ª Câmara

11. Data da Sessão: 5/9/2006 - Extraordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2482-32/06-1

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (na Presidência), Guilherme Palmeira e Augusto Nardes (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2483/2006 - TCU - 1ª CÂMARA

1. Processo nº TC-010.253/2000-9 (com 1 volume e 1 anexo).

2. Grupo: I; Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração.

3. Entidade: Fundação Nacional de Saúde - Funasa.

4. Interessado: Califórnia Construções e Empreendimentos Ltda., CNPJ nº 23.680.127/0001-02.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1 Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração recurso de reconsideração, interposto pela empresa Califórnia Construções e Empreendimentos Ltda., por intermédio de seu representante legal, Sr. Carlos Alberto de Campos Mendes, em face do Acórdão nº 1.424/2004, por meio do qual a 1ª Câmara desta Corte, ao apreciar tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde - Funasa, dentre outras deliberações, imputou-lhe débito em solidariedade com o espólio do Sr. Francisco Ozório Ferreira Trinta, ex-servidor do Distrito Sanitário de Pindaré-Mirim/MA, pertencente à Coordenação Regional da Funasa no Maranhão,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração, com fulcro nos arts. 32, parágrafo único, e 33 da Lei nº 8.443/92, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se, em seus exatos termos, o Acórdão recorrido;

9.2. dar ciência ao recorrente desta decisão, acompanhada do Relatório e Voto que a fundamentam.

10. Ata n° 32/2006 - 1ª Câmara

11. Data da Sessão: 5/9/2006 - Extraordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2483-32/06-1

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (na Presidência), Guilherme Palmeira e Augusto Nardes (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2484/2006 - TCU - 1ª CÂMARA

1. Processo nº TC 006.536/2005-9

2. Grupo I, Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Responsável: Cassiano Rodrigues de Barros, ex-Prefeito (CPF 014.278.903-82)

4. Entidade: Prefeitura Municipal de Flores do Piauí - PI

5. Relator: Ministro Valmir Campelo

6. Representante do Ministério Público: Procuradora Cristina Machado da Costa e Silva

7. Unidade Técnica: SECEX-PI

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, de responsabilidade do Sr. Cassiano Rodrigues de Barros, ex-Prefeito Municipal de Flores do Piauí/PI, instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em razão da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos do Convênio nº 95559/98, celebrado por aquele Município com o aludido Fundo, que tinha por objeto a construção de unidade escolar com uma sala de aula e ampliação de mais uma sala de aula em outra unidade escolar, assim como a aquisição de equipamentos necessários às referidas salas.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea "b" e "c"; 19, **caput**; e 23, inciso III, alínea "a", todos da Lei nº 8.443/92; c/c o art. 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno do Tribunal, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 julgar as presentes contas irregulares e em débito o responsável, Sr. Cassiano Rodrigues de Barros, ex-Prefeito Municipal de Flores do Piauí/PI, condenando-o ao pagamento da quantia original de R$ 50.000,00 (cinqüenta mil reais), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, nos termos da legislação vigente, a partir de 1/2/1999, até a efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE);

9.2. aplicar ao responsável, Sr. Cassiano Rodrigues de Barros, ex-Prefeito Municipal de Flores do Piauí/PI, a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443/92, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da multa ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir do dia seguinte ao do término do prazo estabelecido até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/92, caso não atendida a notificação;

9.4. remeter cópia da documentação pertinente ao Ministério Público da União para ajuizamento das ações cabíveis, nos termos art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443/92.

10. Ata n° 32/2006 - 1ª Câmara

11. Data da Sessão: 5/9/2006 - Extraordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2484-32/06-1

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Guilherme Palmeira (na Presidência), Valmir Campelo (Relator) e Augusto Nardes

ACÓRDÃO Nº 2485/2006 - TCU - 1ª CÂMARA

1. Processo TC 019.237/2004-9 (com 1 volume)

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Responsável: Gervásio Cavalcante de Matos, ex-prefeito (CPF 019.326.754-34)

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Bom Conselho/PE

5. Relator: Ministro Guilherme Palmeira

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

7. Unidade Técnica: SECEX/TO

8. Advogado constituído nos autos: Paulo André Lima do Couto Soares (OAB/PE 16106)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada contra o Sr. Gervásio Cavalcante de Matos, ex-prefeito do Município de Bom Conselho/PE, em decorrência da utilização, no período de julho a outubro de 1997, de recursos do Sistema Único de Saúde - SUS para pagamento da folha salarial do Hospital Monsenhor Alfredo Pinto Dâmaso, no valor total de R$ 59.961,25, assim como de outras despesas não relacionadas com as atividades finalísticas de saúde, de aproximadamente R$ 500,00.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 12, § 3º, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei n.º 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, julgar as presentes contas regulares com ressalva, dando quitação ao responsável arrolado no item 3 supra;

9.2 - determinar à Prefeitura Municipal de Bom Conselho/PE que:

9.2.1 - limite-se, no caso de despesas de folha de pagamento de pessoal, a empregar recursos do Sistema Único de Saúde - SUS para remunerar aqueles servidores diretamente vinculados à execução das ações e serviços da saúde, observando o entendimento firmado por esta Corte mediante a Decisão 600/2000-TCU-Plenário;

9.2.2 - abstenha-se de utilizar recursos federais do SUS para o custeio de gastos que não estejam estritamente relacionados com as atividades finalísticas de saúde, em conformidade com o entendimento firmado por meio da referida Decisão 600/2000-TCU-Plenário;

9.3. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 32/2006 - 1ª Câmara

11. Data da Sessão: 5/9/2006 - Extraordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2485-32/06-1

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (na Presidência), Guilherme Palmeira (Relator) e Augusto Nardes.

ACÓRDÃO Nº 2486/2006 - TCU - 1ª CÂMARA

1. Processo nº TC - 010.030/2002-0 (c/ 2 Apensos).

2. Grupo II; Classe de Assunto: II - Prestação de Contas.

3. Entidade: Universidade Federal da Bahia - UFBA.

4. Responsáveis: Heonir de Jesus Pereira da Rocha, CPF nº 000.978.885-91; Ana Célia Queiroz Bastos, CPF nº 05.108.295-68; Othon Fernando Jambeiro Barbosa, CPF nº 050.148.758-15; Dulce Maria Carvalho Guedes, CPF nº 165.087.695-53; José Ademir Silva Santos, CPF nº 080.426.405-87; Paulo Tavares Santos, CPF nº 083.745.625-87; Odon Araújo de Sousa, CPF nº 075.282.801-00; Maria Celestina Pinto Nascimento, CPF nº 107.552.845-34; Edelzuita Maia de Carvalho Martins, CPF nº 165.073.205-87; Edilson Bittencourt Martins, CPF nº 065.970.415-34; Antônio Carlos Moreira Lemos, CPF nº 217.276.270-91; Eunice Silva Costa Ramos, CPF nº 188.462.625-49; Theolina Henriqueta Osório Pimentel Leal, CPF nº 074.472.485-68.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secex/BA.

8. Advogados constituídos nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de prestação de contas da Universidade Federal da Bahia - UFBA, relativa ao exercício de 2001.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, e 18, da Lei nº 8.443/1992, julgar regulares com ressalva as contas do Sr. Heonir de Jesus Pereira da Rocha, CPF nº 000.978.885-91, ex-reitor da UFBA, e demais responsáveis arrolados no processo,;

9.2. com fundamento no art. 16, inciso III, alínea "b", julgar irregulares as contas da Srª Ana Célia Queiroz Bastos, Presidente da Comissão de Licitação, imputando-lhe a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir do dia seguinte ao término dos prazos ora estabelecidos, até a data do recolhimento;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, incisos I e II, da Lei n° 8.443/1992, o desconto parcelado ou integral da dívida nos vencimentos da responsável, bem assim, se frustrada essa medida, a cobrança judicial da dívida, caso não seja atendida a notificação;

9.4. determinar à Secretaria Federal de Controle Interno - SFC que acompanhe e informe nas próximas contas da Entidade sobre o cumprimento das determinações que formulou à UFBA em virtude das impropriedades verificadas nas presentes contas, consubstanciadas no Relatório de Auditoria/SFC nº 087933.

9.5. arquivar os presentes autos, após envio de cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e Voto que o fundamentam, aos responsáveis.

10. Ata n° 32/2006 - 1ª Câmara

11. Data da Sessão: 5/9/2006 - Extraordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2486-32/06-1

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (na Presidência), Guilherme Palmeira e Augusto Nardes (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2487/2006 - TCU - 1ª CÂMARA

1. Processo: TC-550.244/1997-2.

2. Grupo: I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Geraldo Saldanha e Maria Mendes.

4. Órgão: Instituto Nacional do Seguro Social-INSS/Superintendência Estadual no Paraná.

3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Secex/PR e Serur.

8. Advogado constituído nos autos: não consta.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada em desfavor do Sr. Geraldo Saldanha e da Sra. Maria Mendes, constituída em decorrência do recebimento indevido de benefícios previdenciários relativos à aposentadoria por tempo de serviço, uma vez que não ficou comprovado o tempo de serviço mínimo exigido para tal concessão,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ao acolher as conclusões propostas pelo Relator, em receber o expediente apresentado pela interessada como petição, negando-lhe seguimento.

10. Ata n° 32/2006 - 1ª Câmara

11. Data da Sessão: 5/9/2006 - Extraordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2487-32/06-1

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (na Presidência), Guilherme Palmeira e Augusto Nardes (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2488/2006 - TCU - 1ª CÂMARA

1. Processo: TC - 015.323/2002-4.

2. Grupo: I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Carlos Augusto Matos Pires, Ritelza Cabral Demétrio, Maria das Graças Demétrio, Luis Airton Guedes de Freitas - ME, Auri Soares da Silva - ME, Francisco Carneiro da Cunha Júnior - ME;

4. Unidade: Município de Aquiraz/CE.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secex/CE.

8. Advogados constituídos nos autos: Jorge Antônio de Oliveira (OAB-DF 14.916), Felipe Augusto Siqueira da Costa (OAB/SP 224.912),

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada em decorrência da conversão dos autos de auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Arquiraz/CE, no Programa de Alimentação Escolar - PNAE, propugnada no Acórdão nº 2.629/2004 - TCU - 2ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar, com fulcro nos art. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alínea 'c', e 19, **caput**, 23, inciso III, todos da Lei nº 8.443/1992, irregulares as presentes contas e condenar os senhores Carlos Augusto Matos Pires, ex-Prefeito, CPF 002.790.483-00, Maria das Graças Barbosa, ex-Secretária de Educação, CPF 136.310.803-44, e as empresas abaixo enumeradas, na pessoa de seus representantes legais, solidariamente, ao pagamento das quantias especificadas, atualizadas monetariamente a acrescidas de juros de mora, nos termos da legislação vigente, calculados a partir das datas referenciadas até a efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, na forma da legislação em vigor;

Fornecedor	Valor (R$)	Data	Identificação	Objeto
Luis Airton Guedes de Freitas-ME (CNPJ 02.597.878/0001-81)	3.078,00	22/3/2000	Convite 14/2000	Aquisição de gêneros alimentícios ao Programa de Alimentação Escolar.

Auri Soares da Silva-ME (CNPJ 02.376.992/0001-81)	7.377,60	22/3/2000	Convite 14/2000	Aquisição de gêneros alimentícios ao Programa de Alimentação Escolar.
Francisco Carneiro da Cunha Júnior-ME (Fornecedor - CNPJ - 02.590.039/0001-31)	9.259,70	22/3/2000	Convite 14/2000	Aquisição de gêneros alimentícios ao Programa de Alimentação Escolar.
Francisco Carneiro da Cunha Júnior-ME (Fornecedor - CNPJ - 02.590.039/0001-31)	9.512,60	5/5/2000	Convite 22/2000	Aquisição de gêneros alimentícios ao Programa de Alimentação Escolar.
Luis Airton Guedes de Freitas-ME (CNPJ 02.597.878/0001-81)	6.598,50	5/5/2000	Convite 22/2000	Aquisição de gêneros alimentícios ao Programa de Alimentação Escolar.

9.2. aplicar aos os senhores Carlos Augusto Matos Pires, ex-Prefeito, CPF 002.790.483-00, e Maria das Graças Barbosa, ex-Secretária de Educação, CPF 136.310.803-44, individualmente, a multa prevista nos arts. 19, **caput**, e 57 da Lei nº 8.443/1992, no valor de R$ 5.0000,00 (cinco mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal, o recolhimento da referida importância aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, a partir do dia seguinte ao do término do prazo estabelecido, até a data do efetivo recolhimento;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas nos termos do inciso II, do art. 28, da Lei nº 8.443/1992, caso não atendidas as notificações;

9.4. remeter cópia da documentação pertinente ao Ministério Público da União, nos termos do § 6° do art. 209 do Regimento Interno do TCU combinado com o art. 16, § 3º da Lei n° 8.443/1992.

10. Ata n° 32/2006 - 1ª Câmara
11. Data da Sessão: 5/9/2006 - Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2488-32/06-1
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (na Presidência), Guilherme Palmeira e Augusto Nardes (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2489/2006 - TCU - 1ª CÂMARA

1. Processo TC-017.689/2004-8 (com 1 volume)
2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria
3. Interessados: Edith Fátima da Silva (CPF 142.204.661-34); Edson Ferreira da Silva (CPF 091.388.891-53); Elizabeth de Oliveira Ozório (CPF 080.895.826-72); Iliene Laurinda de Lima e Silva (CPF 091.670.056-91); Jesus de Carvalho Castro (CPF 001.473.463-04); José Abadia de Souza Souto (CPF 040.543.266-68); Ledna Teixeira Silva (CPF 045.900.155-87); Luiz de Sales Neto (CPF 032.519.851-91); Maria da Conceição Pinto (CPF 064.988.176-15); Maria de Nazaré Chaves Vieira da Silva (CPF 062.348.793-49); Mercedes Pires (CPF 038.145.561-00); Moisés Uchôa (CPF 007.268.852-15); Paulo César Campos Mourão (CPF 110.889.826-20); e Rosilene de Souza Castro (CPF 022.766.742-53)
4. Unidade Jurisdicionada: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região
5. Relator: Ministro Valmir Campelo
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de concessão de aposentadoria, ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II e 45 da Lei nº 8.443/92, em:

9.1. considerar legal a concessão de aposentadoria da servidora Ledna Teixeira Silva e ordenar o registro do ato de fls. 60/65;

9.2. considerar ilegais os atos de aposentadoria dos servidores Edith Fátima da Silva, Edson Ferreira da Silva, Elizabeth de Oliveira Ozório, Iliene Laurinda de Lima e Silva, Jesus de Carvalho Castro, José Abadia de Souza Souto, Luiz de Sales Neto, Maria da Conceição Pinto, Maria de Nazaré Chaves Vieira da Silva, Mercedes Pires, Moisés Uchôa, Paulo César Campos Mourão e Rosilene de Souza Castro, e recusar o registro dos atos de fls. 2/20, 32/36, 49/59, 78/112 e 118/123;

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, conforme o disposto na Súmula nº 106 deste Tribunal;

9.4. determinar à unidade jurisdicionada que adote medidas para:

9.4.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação aos interessados cujos atos foram considerados ilegais;

9.4.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, os pagamentos decorrentes dos atos considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até eventual emissão de novos atos concessórios escoimados das irregularidades verificadas, a serem submetidos à apreciação deste Tribunal;

9.4.3. dar ciência aos interessados cujos atos foram considerados ilegais de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, em caso de não provimento desse recurso;

9.5. determinar à SEFIP que:

9.5.1. monitore o cumprimento da determinação relativa à cessação de pagamentos decorrentes dos atos considerados ilegais, representando ao Tribunal em caso de não atendimento;

9.5.2. adote providências tendentes à revisão de ofício do ato de concessão inicial de aposentadoria da servidora Edith Fátima da Silva, julgado legal nos autos do TC-857.402/1998-6, em Sessão de 3/9/2002 (Relação nº 84/2002-1ª Câmara), por ter sido verificada nesta oportunidade a ocorrência de ilegalidade (averbação indevida de tempo de aluno-aprendiz para fins de aposentadoria), conforme o art. 260, § 2º, do RI/TCU;

9.6. dar ciência do inteiro teor do presente Acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, à unidade jurisdicionada.

10. Ata n° 32/2006 - 1ª Câmara
11. Data da Sessão: 5/9/2006 - Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2489-32/06-1
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Guilherme Palmeira (na Presidência), Valmir Campelo (Relator) e Augusto Nardes

ACÓRDÃO Nº 2490/2006 - TCU - 1ª CÂMARA

1. Processo nº TC-002.793/2001-5.
2. Grupo: II; Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados: Ana Maria Vieira Martins Brígido, 115.910.561-87; Ecleacir Nunes, CPF 398.148.239-53; Heloísa Helena Floriani Ronchetti, CPF 178.600.670-72; José Maria Lopes da Silva, CPF 361.357.397-00; Maria Cristina Pinheiro da Silva, CPF 028.216.052-34; Maria José Monteiro, CPF 101.432.891-87; Morel Ferreira Filho, CPF 098.299.546-68; Rosângela Marilda Clemente Pévoa, CPF 244.174.751-72; Rubens Rufino dos Santos Filho, CPF 277.765.817-04; Valério Cardoso dos Santos, CPF 029.650.627-34.
4. Unidade Jurisdicionada: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Sefip.
8. Advogados constituídos nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c art. 260, § 1º, do Regimento Interno:

9.1. considerar legais os atos de concessão de aposentadoria de José Maria Lopes da Silva (fls. 14/19), Morel Ferreira Filho (fls. 37/42), Rosângela Marilda Clemente Pévoa (fls. 43/47), Rubens Rufino dos Santos Filho (fls. 48/52) e Valério Cardoso dos Santos (fls. 53/58), concedendo-lhes registro

9.2. considerar ilegais os atos de aposentadoria dos servidores Heloísa Helena Floriani Ronchetti (fls. 8/13), Maria Cristina Pinheiro da Silva (fls. 20/25) e Ecleacir Nunes (fls. 26/31), negando-lhes registro;

9.3. dispensar o recolhimento das parcelas indevidamente percebidas de boa-fé pelos interessados, conforme a Súmula TCU 106;

9.4. determinar ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA que:

9.4.1. com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte, faça cessar, no prazo de quinze dias, os pagamentos decorrentes dos atos impugnados, contados a partir da ciência da deliberação do Tribunal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.4.2. dê ciência aos interessados, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, em caso de desprovimento;

9.5. esclarecer à unidade de origem que:

9.5.1. as concessões consideradas ilegais poderão prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novos atos concessórios, escoimados das irregularidades verificadas, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno;

9.5.2. os valores decorrentes de decisões judiciais, quando expressamente imunes de absorção pelos aumentos salariais subseqüentes, devem ser considerados, desde o momento inicial em que devidos, como vantagem pessoal nominalmente identificada (VPNI), sujeita exclusivamente aos reajustes gerais do funcionalismo, sendo vedado o seu pagamento, de modo continuado, sob a forma de percentual incidente sobre quaisquer das demais parcelas integrantes da remuneração dos beneficiários;

9.6. determinar à Sefip que monitore a implementação das medidas tratadas no subitem 9.4, retro.

10. Ata n° 32/2006 - 1ª Câmara
11. Data da Sessão: 5/9/2006 - Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2490-32/06-1
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (na Presidência), Guilherme Palmeira e Augusto Nardes (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2491/2006 - TCU - 1ª CÂMARA

1. Processo nº TC-019.701/2003-5.
2. Grupo: I - Classe de assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados: Dulcinete Barbosa Aleluia Barcelos, CPF nº 421.340.137-53; Hilda Ferreira dos Santos Neves, CPF nº 051.345.107-25; Luiz Nolasco dos Santos, CPF nº 867.976.897-91; Maria da Penha Dalvi, CPF nº 317.467.647-91; Nadja Maria Carvalho de Goes, CPF nº 072.429.567-49; Nilza Neves Fernandes, CPF nº 221.007.257-34; Sebastião dos Santos Vaz, CPF nº 000.449.701-53; Therezinha de Souza, CPF nº 044.010.507-20; e Valdo Darlan Resende Constancio, CPF nº 248.956.287-87.
4. Entidade: Tribunal Regional Federal da 2ª Região.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Maria Alzira Ferreira.
7. Unidade técnica: Sefip.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que são apreciados atos de concessão e de alteração de aposentadoria concedida a servidores vinculados ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar legal a aposentadoria concedida a Luiz Nolasco dos Santos, determinando o registro do ato de fls. 14/15;

9.2. considerar ilegais os atos iniciais de Dulcinete Barbosa Aleluia Barcelos, Hilda Ferreira dos Santos Neves, Maria da Penha Dalvi, Nadja Maria Carvalho de Goes, Sebastião dos Santos Vaz, Therezinha de Souza e Valdo Darlan Resende Constancio, bem como a alteração da aposentadoria de Nilza Neves Fernandes, recusando o registro do atos de fls. 1/2, 3, 4/5, 6, 7/8, 9/11, 12/13 e 16/18;

9.2.1. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, consoante o disposto no Enunciado 106 da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos ora impugnados, no prazo de quinze dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, ante o disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262, **caput**, do Regimento Interno do TCU;

9.3.2. comunique aos interessados, mencionados no item 9.2, a respeito deste Acórdão, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;

9.3.3. com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, proceda à emissão de novos atos dos Interessados, livres das irregularidades apontadas nos autos, para que sejam submetidos à apreciação por este Tribunal, na forma do art. 260, **caput**, também do mesmo Regimento;

9.4. determinar à Sefip que proceda à verificação do cumprimento das medidas indicadas no subitem 9.3 acima, representando a este Tribunal, caso necessário.

10. Ata n° 32/2006 - 1ª Câmara
11. Data da Sessão: 5/9/2006 - Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2491-32/06-1
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (na Presidência), Guilherme Palmeira e Augusto Nardes (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2492/2006 - TCU - 1ª CÂMARA

1. Processo nº TC 005.335/2005-6
2. Grupo I, Classe de Assunto: VI - Representação
3. Interessado: Ministério Público da União (Ministério Público do Distrito Federal e Territórios-MPDFT/1ª Promotoria de Justiça de Fundações e Entidades de Interesse Social-1ª PJFEIS)
4. Órgão: Ministério da Cultura - MinC
5. Relator: Ministro Valmir Campelo
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: 6ª Secex
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação, de interesse do Ministério Público da União, formulada pela 1ª Promotoria de Justiça de Fundações e Entidades de Interesse Social do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios/MPDFT, onde se relata a ocorrência de possíveis irregularidades na prestação de contas do Convênio nº 415/2001 (envolvendo sua celebração e execução), tendo como concedente o Ministério da Cultura e como convenente as Obras de Assistência e Serviço Social da Arquidiocese de Brasília (OASSAB) e, por objeto, a construção da 1ª etapa da ampliação da Catedral de Brasília, com a implantação da correspondente Cúria Metropolitana.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fulcro no art. 237, inciso I, do Regimento Interno do TCU, conhecer da presente Representação, para, no mérito, julgá-la parcialmente procedente;

9.2. determinar ao Ministério da Cultura, que:

9.2.1. abstenha-se de firmar convênios com entidades que não tenham condições de executar seu objeto, por contrariar o determinado no § 2º do art. 1º da IN/STN 01/1997;

9.2.2. inclua, nos termos de convênio, cláusula estabelecendo o compromisso do convenente de movimentar os recursos da contrapartida na conta bancária específica, quando não integrante da conta única do Governo Federal, conforme o disposto no art. 7º, inciso XIX, c/c art. 20, da IN/STN 01/1997;

9.3. determinar à Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura do Ministério da Cultura, que:

9.3.1. proceda a nova análise da prestação de contas do Convênio nº 415/2001- CGPRO/SPMAP/FNC, atentando especialmente para as seguintes despesas e efetuando, conforme o resultado dos exames, a correspondente glosa:

9.3.1.1. de eventual cobrança de taxa de administração pela Novacap, contrariando o art. 8º, inciso I, da IN/STN 01/97;

9.3.1.2. de gastos realizados fora da vigência do instrumento com recursos do ajuste, em desacordo com o inciso V do mesmo dispositivo;

9.3.2. informe ao TCU, no prazo de 60 dias, as providências adotadas em decorrência da análise mencionada na alínea anterior e se houve a devolução pela Oassab da quantia de R$ 166,10, referente a pagamentos indevidos de tarifas bancárias na execução do Convênio nº 415/2001-CGPRO/SPMAP/FNC;

9.4. determinar à Secretaria Federal de Controle Interno que informe nas próximas contas da Secretaria-Executiva do MinC, se as determinações da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura do Ministério da Cultura - Sefic, efetuadas no Processo nº 01400.008164/2004-24, referente ao Convênio nº 415/2001-CGPRO/SPMAP/FNC, estão sendo adotadas pela Oassab na execução dos convênios firmados com o Ministério;

9.5. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, ao interessado/representante (1ª PJFEIS/MPDFT), e ao Ministério Público Federal/Procuradoria da República no Distrito Federal/Quarto Ofício de Licitações e Contratos, em atendimento ao Ofício nº 540/JA/PRDF.

10. Ata n° 32/2006 - 1ª Câmara

11. Data da Sessão: 5/9/2006 - Extraordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2492-32/06-1

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Guilherme Palmeira (na Presidência), Valmir Campelo (Relator) e Augusto Nardes

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de Pauta, ante requerimento dos respectivos Relatores, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

a)Proc. nº 010.110/2004-9 (Ministro Guilherme Palmeira); e

b)Procs. n°s 010.912/2002-0, 001.118/2003-0, 005.081/2004-4 e 015.676/2004-0 (Ministro Augusto Nardes).

Foram proferidas, sob a Presidência do Ministro Guilherme Palmeira, as Deliberações quanto aos processos relatados pelo Presidente, em exercício, Ministro Valmir Campelo.

HOMENAGEM AO MINISTRO GUILHERME PALMEIRA

A Primeira Câmara, nas palavras dos Ministros Augusto Nardes, Valmir Campelo e do Representante do Ministério Público, Dr. Paulo Soares Bugarin, prestou homenagem, pela futura eleição do Ministro Guilherme Palmeira, como Presidente do Tribunal de Contas da União (v. no Anexo III a esta Ata, o inteiro teor dos pronunciamentos feitos antes do encerramento da presente Sessão).

ENCERRAMENTO

A Presidência deu por encerrados os trabalhos da Primeira Câmara, às dez horas e trinta e cinco minutos e eu, Francisco Costa de Almeida, Subsecretário da Primeira Câmara, lavrei e subscrevi a presente Ata que, depois de aprovada, será assinada pela Presidência.

FRANCISCO COSTA DE ALMEIDA
Subsecretário da Primeira Câmara

Aprovada em 5 de setembro de 2006.

VALMIR CAMPELO
na Presidência

ADITAMENTO À PAUTA Nº 33 (ORDINÁRIA)
Sessão em 12 de setembro de 2006

Nos termos dos §§ 9º e 10º do art. 141 do Regimento Interno, foi incluído na Pauta nº 33/2006 - Primeira Câmara, para apreciação na Sessão Ordinária a se realizar no dia 12/9/2006, o(s) seguinte(s) processo(s):

GRUPO I

Classe II - TOMADAS E PRESTAÇÕES DE CONTAS

- Relator, Auditor Marcos Bemquerer Costa

TC-003.550/2004-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Alagoinhas/MA
Responsável: Genivaldo Cardoso Dantas, CPF n. 082.375.065-53, ex-Prefeito
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-009.244/2004-0 (com 1 volume)
Natureza: Tomada de Contas Especial
Unidade: Comando da 10ª Região Militar - Exército Brasileiro
Responsável: Graciliano de Moraes, CPF n. 001.694.631-68
Advogados constituídos nos autos: não há.

TC-012.734/2004-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Cipó/BA
Responsáveis: João Ferreira da Silva, CPF n. 198.402.095-15, ex-Prefeito; e Celita Ferreira da Silva, CPF n. 259.986.068-76.
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro Augusto Nardes

TC-015.677/2004-8.
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Unidade: Prefeitura Municipal de Vila Velha/ES.
Responsável: Jorge Alberto Anders (CPF nº 379.762.227-91), ex-prefeito.
Advogados constituídos nos autos: José Carlos Fonseca, OAB/DF nº 1.495-A, Walter Costa Porto, OAB/DF nº 6.098 e Ulysses Jarbas Anders, OAB/ES nº 8.151.

Classe V - CONCESSÕES DE APOSENTADORIAS, REFORMAS E PENSÕES

- Relator, Auditor Marcos Bemquerer Costa

TC-009.282/2006-7
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Comando do Exército - Diretoria de Inativos e Pensionistas
Interessados: Martinho da Conceição Agostinho e Therezinha de Castro Henriques
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-003.679/2005-8
Natureza: Aposentadoria
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região - TRT/RJ
Interessados: Aloisio Mayrinck Quintanilha, Álvaro Mattos de Almeida, Anabela de Souza Freitas, Clents Jorgina Soares Lourenço, Eliane Maria Homem de Almeida, Maria Inez Araújo do Nascimento, Nancy Rodrigues Guimarães, Ruth de Aguiar Barbosa Travassos Sarinho, Sandra Ferreira e Silva Mello
Advogado constituído nos autos: não há.

Classe VI - REPRESENTAÇÕES

- Relator, Auditor Marcos Bemquerer Costa

TC-020.458/2004-2 (com 3 volumes)
Natureza: Representação
Órgão: 2º Grupamento de Engenharia de Construção - Comando Militar da Amazônia.
Interessado: Oziel Mustafá dos Santos e Cia Ltda.
Advogado constituído nos autos: Francisco Carlos Moss (OAB/AM 4.343).

GRUPO II

Classe I - RECURSOS

- Relator, Ministro Marcos Vinicios Vilaça

TC-006.393/1996-9 (com 9 volumes e 3 anexos)
Apensos: TC-600.157/1995-4 e TC-625.072/1995-2
Natureza: Embargos de Declaração
Entidade: Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)
Embargante: Sílvio Torquato Junqueira (ex-diretor de operações)
Advogados constituídos nos autos: Irapuan Sobral (OAB/DF nº 1.615/A), Rodrigo Queiroga (OAB/DF nº 16.625), Adriana Rodrigues Fernandes (OAB/DF nº 20.127), Otaciano Maranhão (OAB/DF nº 14.108), Germano Vilhena de Andrade (OAB/PR nº 1.007) e Andréa Cristina Loreto (OAB/SP nº 158.275)

- Relator, Auditor Marcos Bemquerer Costa

TC-006.259/2005-7 (com 5 anexos)
Natureza: Embargos de Declaração
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região - TRT/SC
Recorrentes: Cézar Quadros de Oliveira, Santolina Caetana Loz Hoefelmann, Maria Regina Haygert Pantaleão e Galdino Antonio Paravise Rosseto.
Advogado constituído nos autos: Pedro Maurício Pita Machado, OAB/RS n. 24.372 e OAB/SC n. 12.291-A; Luciano Carvalho da Cunha, OAB/RS n. 36.327 e OAB/SC n. 13.780-A; Fabrizio Costa Rizzon, OAB/RS n. 47.867 e OAB/SC n. 19.111-A; Roselle Berthier, OAB/SC n. 17.347.

Secretaria-Geral das Sessões, 6 de setembro de 2006
FRANCISCO COSTA DE ALMEIDA
Subsecretário da 1ª Câmara

2ª CÂMARA

ATA Nº 32, DE 5 DE SETEMBRO DE 2006
(Sessão Extraordinária da Segunda Câmara)

Presidência do Ministro Ubiratan Aguiar

Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Maria Alzira Ferreira

Subsecretária da Sessão: ACE Elenir Teodoro Gonçalves dos Santos

Com a presença dos Auditores Augusto Sherman Cavalcanti (convocado em razão da aposentadoria do Ministro Iram Saraiva) e Marcos Bemquerer Costa (convocado em razão da aposentadoria do Ministro Adylson Motta), bem como da Representante do Ministério Público, Subprocuradora-Geral Maria Alzira Ferreira, o Ministro Ubiratan Aguiar, na Presidência, invocando a proteção de Deus, declarou aberta a Sessão Extraordinária da Segunda Câmara às onze horas, havendo registrado as ausências do Presidente, Ministro Walton Alencar Rodrigues, no exercício da Presidência do Tribunal e do Ministro Benjamin Zymler, em missão oficial (Regimento Interno do (Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, artigos 33, 55, inciso I, alíneas a e b, II, alíneas a e b e III, 133, incisos I a IV, VI e VII, 134 a 136 e 140).

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Câmara homologou a Ata n.º 31, da Sessão Extraordinária realizada em 29 de agosto último (Regimento Interno, artigos 33, inciso X, e 95, inciso I).

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os Anexos das Atas, de acordo com a Resolução TCU nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na internet.

PROCESSOS RELACIONADOS

A Segunda Câmara aprovou as relações de processos apresentadas pelos respectivos Relatores, bem como os Acórdãos de nºs 2445 a 2499, a seguir transcritos e incluídos no Anexo I desta Ata (Regimento Interno, artigos 137, 138, 140 e 143 e Resoluções TCU nº164/2003 e nº 184/2005).

a) Ministro Ubiratan Aguiar (Relações nºs 52 e 53);

ACÓRDÃO Nº 2445/2006 -2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, em 5/9/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 e 40 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII e 259 a 263 do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

MINISTÉRIO DA DEFESA

1 - TC 008.781/2006-2 - ANAÍDES DIAS DE MORAIS; EDILCE GOMES RODRIGUES; ERÇO BARBOSA DE OLIVEIRA; TIAGO BOMFIM DA NATIVIDADE

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Superintendência Estadual do INSS em Minas Gerais

2 - TC 006.163/2003-8 - MARIA CRISTINA LANA GOMES E SOUZA; RUBEM DE SOUZA WERNECK
(com 01 volume)

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

3 - TC 008.289/2006-3 - ADEJANIR SENA DE SOUZA; FAUSTO DE OLIVEIRA SOUZA; GERCINO MARTINS BORGES; GIL CASTELO BRANCO

MINISTÉRIO DO BEM-ESTAR SOCIAL (extinto)

Fundação Legião Brasileira do Bem Estar Social - LBA (extinta)

4 - TC 019.673/2003-9 - MARIA JOSE XAVIER MILTON

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Gabinete de Segurança Institucional

5 - TC 000.900/2006-9 - SOLANGE FERREIRA DE BARROS NAKANAMI

Gabinete de Segurança Institucional

6 - TC 007.182/2006-2 - ABEL GODINHO DOS SANTOS; FRANCISCO EDSON URANO DE CARVALHO; LOURIVALDO MARCELO SANTANA; MAURO ALVES DE SOUTO

Gabinete de Segurança Institucional

7 - TC 013.047/2004-7 - MARCOS ANTONIO BACH; MARIA TEREZINHA ROCHA VIEIRA

Advocacia-Geral da União - AGU

8 - TC 017.484/2005-9 - DEIJANIRA GONÇALVES DOS SANTOS; IZAURA VICENTIN CARMONA PUMAR; LAURO ALMEIDA DE FIGUEIREDO ; VERA HELENA PATINES DENES

ACÓRDÃO Nº 2446/2006 -2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, em 5/9/2006, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 e 40 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII e 259 a 263 do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, fazendo-se as determinações sugeridas no parecer emitido pelo Ministério Público:

MINISTÉRIO DA SAÚDE

FUNASA - Coordenação Regional/ES

9 - TC 003.768/2006-8 - ADMO DAVID DUARTE; ANTONIO JOSÉ DA COSTA; ANTONIO NEVES ALVARINO; EVERALDO VENTURA; GENAIR MANOEL DE SOUZA; JOSE RIBAMAR DA SILVA; LINDAMARA TEIXEIRA VENTORIM; NILSAN PAVAN; WALDEMIRO FREITAS

Determinação: à FUNASA - Coordenação Regional/ES

9.1 demonstrar o cálculo dos proventos de FANOEL LELES CAMPOS e MINERVINA DE SOUZA FERREIRA (atos de fls. 49/53 e 97/101) em vista do disposto na Medida Provisória nº 167/2004, convertida na Lei nº 10.887, de 18.6.2004; e

9.2 anexar aos autos o mapa das funções exercidas pelo servidor LUIZ JOSÉ FRANZOTTI (fls. 92/96), indicando os períodos de exercício, símbolos e transformações ocorridas, esclarecendo as inconsistências apontadas no item 5 do parecer do Ministério Público à fl. 123.

FUNASA - Coordenação Regional/MS

10 - TC 005.186/2006-2 - ARISTON SOARES DA SILVA; HELIO GUIMARÃES; JOAO BATISTA NETO; JOSÉ OLIMPIO DA SILVA; LUIZ REIS FRANÇA; MANOEL DE MORAIS DELGADO; MANOEL LOBO DE BRITO; MARLENE ALBRECHT BREURE; OSMUNDO NUNES DE SOUZA; SEBASTIÃO ALVES DA SILVA; WALBURGUES DE ALMEIDA MARTINS FILHO

Determinação: à FUNASA - Coordenação Regional/MS

10.1 anexar aos autos o mapa de tempo de serviço de THEODORO DE ALMEIDA (fls. 57/61) a fim de verificar a observância das regras previstas na Emenda Constitucional nº 20/1998.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Gabinete de Segurança Institucional

11 - TC 007.199/2006-0 - ANA LUCIA DE HOLLANDA CAVALCANTI; BRAULIO FEITOSA DOS SANTOS; CAUDINO VICENTE DE OLIVEIRA; FRANCISCO WELLINGTHON CASTELO DE MESQUITA; IONE DE CASSIA CORREA MAIA; IZABEL DE BRITO LEAL; JOAO ALBERTO DE MIRANDA; JOAO CARLOS SANCHES; JOÃO DA CRUZ; LUIZ FAUSTINO DA SILVA; MACARIO FERREIRA NASCIMENTO; MARIA APARECIDA TEIXEIRA; MARIA JOSE DA SILVA; MARIA VALDERINA PAULA RODRIGUES; MIRIAM MARQUES DOURADO SANTANA; ODAIR ROSA; PALMIRA WOLNEY TANAJURA; REGINA CELIA VIEIRA CARDOSO; ROMANITA SANTAROSA; ROSANGELA QUEIROZ BENTO LAMOGLIA; VICENTE TARCISIO MACHADO

Determinação: ao Gabinete de Segurança Institucional

11.1 anexar aos autos o mapa de tempo de serviço de JOÃO ALBERTO DE MIRANDA, MIRIAM MARQUES DOURADO SANTANA, VICENTE TARCISIO MACHADO e JOÃO DA CRUZ

11.2 anexar o mapa de exercício de função comissionada/gratificada de ROSÂNGELA QUEIROZ BENTO LAMOGLIA

11.3 esclarecer a inconsistência indicada no parecer do Ministério Público à fl. 116 em relação à aposentadoria de MACARIO FERREIRA NASCIMENTO.

ACÓRDÃO Nº 2447/2006 -2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, em 5/9/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 e 40 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII e 259 a 263 do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Caixa Econômica Federal - CEF

12 - TC 003.804/2006-6 - BRUNO SANTANA A NASCIMENTO; BRUNO SILVA DE BULHOES; CAIO JULIO CESAR MAIA E SOUZA; CAIO VINICIUS DINIZ ABREU; CAMILA BRAGA DO ROSARIO; CAMILA DOS SANTOS BITTENCOURT; CAMILA GRANADO VENANCIO; CAMILA MARIA BARBOSA; CAMILA NUNES LOPES; CAMILA PEDROSO PELLIN; CAMILA PINHEIRO ARANHA; CAMILA POUZO DE AMORIM NETA; CAMILA TOSHIE OSAKI; CAREN FERNANDA GUARNIERI; CARINA GONCALVES TEIXEIRA; CARLA BEATRIZ VIEIRA BATISTA AMARAL; CARLA DE OLIVEIRA; CARLA RODOPIANO LESAIGE; CARLA RODRIGUES PEDROSA COSTA; CARLA SCARABELIN MENDES; CARLA VERONICA DE PINHO ANDRADE; CARLOS ALBERTO BERMUDES; CARLOS ALBERTO DE SALES JUNIOR; CARLOS ALBERTO DIAS DE OLIVEIRA; CARLOS ALBERTO MURATA; CARLOS ALBERTO OLIVEIRA DE MOURA; CARLOS ALBERTO RAMOS DE SOUZA; CARLOS ALBERTO SKROCHY; CARLOS ALBERTO SUIYAMA OGATA; CARLOS ALEXANDRE ANGELO TORRES; CARLOS ALFREDO DA ROCHA E SILVA; CARLOS ANDRE COSTA; CARLOS AUGUSTO BORDIGNON; CARLOS AUGUSTO DA SILVA PEREIRA; CARLOS AUGUSTO OLIVEIRA FREITAS; CARLOS AUGUSTO RAMOS DUARTE JUNIOR; CARLOS DA SILVA CORREIA JUNIOR; CARLOS DE OLIVEIRA JUNIOR; CARLOS EDUARDO ALVES BENTO; CARLOS EDUARDO FORTES DA SILVA; CARLOS EDUARDO LIMA DOS SANTOS; CARLOS EDUARDO PADILHA ZARDO; CARLOS EDUARDO SCARPA BOSSO; CARLOS EDUARDO VILLELA FERREIRA; CARLOS FRANCISCO DE OLIVEIRA MACHADO; CARLOS FREDERICO RICOTTA SOARES; CARLOS GUILHERME SILVEIRA E SILVA; CARLOS HENRIQUE GOMES DE OLIVEIRA; CARLOS HENRIQUE GONZALEZ RIEDEL; CARLOS HILDE JUSTINO MELO DA SILVA; CARLOS JAIME DE LIMA JUNIOR; CARLOS LIMA DE BARROS; CARLOS MARCEL FERREIRA DA SILVA; CARLOS MOACIR DA SILVA CASTILHOS; CARLOS RAMOY ANAISSE; CARLOS ROBERTO PEREIRA DOS SANTOS; CARMEM LUCIA PARAIZO ROCHA; CARMEM ROSANA MOREIRA SALES SIMON; CARMEN GLORIA FERNANDES CABRAL; CAROL SIQUEIRA SAVIO; CAROLINA CORDEIRO; CAROLINA DE FREITAS RODRIGUES; CAROLINA FABOSI DE ALMEIDA; CAROLINA MITIE OUE; CAROLINA RANGINHA RODRIGUEZ DE OLIVEIRA; CAROLINE KATE DE OLIVEIRA ARCHIZA; ELYANDRO RANGEL SOUZA NASCIMENTO; KATTIANA OLINDA VIEIRA FALCAO; RAFAEL CORREA DE PAIVA GONCALVES; TU CHUN SHENG

Caixa Econômica Federal - CEF

13 - TC 006.593/2006-3 - FERNANDA FREITAS SANTOS; FERNANDA GRANDINETTI ROCHA; FERNANDA JUSTO DE ALMEIDA; FERNANDA KREUTZ DO NASCIMENTO; FERNANDA MARIA DE ALMEIDA MOREIRA CAMPOS; FERNANDA RODRIGUES DORNELAS; FERNANDA SOUSA CARQUEIJO; FERNANDA TATIANE MEDEIROS DE OLIVEIRA; ROBEILSA DA CUNHA SILVA FRAGOSO; ROBERIO CESAR CAMILO DOS SANTOS; ROBERTA BIANCA DE LIMA TIZO; ROBERTA CAVALCANTE DA SILVA; ROBERTA DOS SANTOS RAMOS LADEIRA; ROBERTA GONCALVES VIANA LINS; ROBERTA NAVES DA SILVA; ROBERTO ALEXANDRE DO NASCIMENTO; SABRINA NASCIMENTO SILVEIRA; SANDRA LUIZA BABINSKI; SANDRA OLIVEIRA DOS SANTOS; SANDRA REGINA BRITO MOITINHO; SANDRO DA SILVA SANTOS; SARA TOBIAS DE SOUZA; SARAH RAQUEL DE LIMA; SCARLET VIVIENNE CAMPBELL; SERGIO DE MORAES RIBEIRO; SERGIO FIGUEIREDO SENHORINI; SERGIO FLORENTINO; SERGIO RIBEIRO DOS SANTOS JUNIOR; SERGIO ROBERTO SOARES DA SILVA; SERGIO TETSUO HIGASHIBARA; SERGIO VASCONCELOS DE BRITO; SERVIO TULIO CAVALCANTE CARTAXO; SHEILA LIMA DA SILVA TRUSS; SHEILA REJANE LESCHNHAK DE OLIVEIRA; SHEILA STEFANIO DE ALMEIDA; SIDINEI SILVEIRA BATISTA; SIDNEY MARCELO PEDREIRA LIMA; SILVIA PITZ; SILVIA SILVA RODRIGUES; SILVIO CESAR BUTIGLIERI; SILVIO CEZAR BESSA; SILVIO DE FREITAS FERRARI; SIMONE ALVES DA COSTA; SIMONE APARECIDA DOS ANJOS; SIMONE BATISTA SAMPAIO; SIMONE POLDI MENDES; SMONE CRISTINA GONCALVES DE ANDRADE; SOLANGE DE OLIVEIRA SCHNEIDER; SONIA FERNANDA SCHAEFER SIQUEIRA; STEFANIO FRANCA DE OLIVEIRA; SUDERLEY TEODORO DANTAS; SUSANA FERREIRA DE ARAUJO; SUZANE ROCHA DE SOUSA; SUZI CRISTINE PABIS; TAIS FARIA DE OLIVEIRA; TALES TOMBINI HOMMERDING; TANIA MARIA BRAGA FONSECA; TATIANA CONTARINE GOMES; TATIANE FERRAZ RIBEIRO; TATIANE FONSECA VICENTINI; TERCIO MARTINS DUARTE; TERESA AMANDA CORREIA LIMA CASTELO BRANCO; TERESA SCANDIFFIO DE CASTRO; TEREZA CRISTINA PEREIRA DA COSTA CHAVES; TEREZINHA APARECIDA CHIMINECKI; TEREZINHA DE JESUS VASCONCELOS MARINHO DA SILVA; TERJES DANIEL GOMES OLIVEIRA; THAILA DE ALCANTARA RAMOS; THAIS DA SILVA CESAR; THAIS DE LIMA CARDOZO; THAIS FREITAS DE SOUZA; THAIS GARCIA RISTOW; THAIS MARIANA MIRANDA; THAIS OKAMURA BRAGHIM; THALITA LARA SILVA; THALYTA ALVES DE AMORIM OLIVIEIRA; THASSIA MAYARA NUNES CAVALCANTE; THATIANA DE ALMEIDA RODRIGUES; THAYS HELENA PAQUIER CANIZELA; THAYSA BRANDAO VELOSO DULTRA; THAYSA PEREIRA TAVEIRA; THIAGO ALEXANDRE PERUCELLI ROSAS; THIAGO BARBOSA ANDRADE; THIAGO BERTOTTO HOWES; THIAGO DA ROCHA; THIAGO SANTOS RODRIGUES; TIAGO BALDIN; TIAGO CEZAR BANDEIRA; TIAGO GONTIJO CUNHA; TIAGO MARTINS; TIAGO PEREIRA DA SILVA NETO; TIAGO PICOLOTTO; TIAGO SILVA DE SOUSA; TICIANO MORAIS; URIAS DE SOUSA SILVA; UYARA TAVARES FRAZAO; VALDECIR ANTONIO SLONGO; VALQUIRIA PETRI VIEIRA; VALTER JOSE LINS

Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO

14 - TC 008.694/2006-5 - ADRIANO RICHARD MARTINS; ALDENIR DE FARIAS BARBOZA; ALDO JULIAO BATISTA DE ARRUDA; ALDO MARANHAO LEITE; ALEIXO SILVA; ALEXANDRA RODRIGUES DE ALMEIDA CABRAL; ALEXANDRE DE MAGALHAES DOURADO; ALEXANDRE GONZALEZ TAKAHASHI; ALEXANDRE LOPES MACHADO; ALEXANDRE OSS; ALEXANDRE RUPERT ARPINI SKYRME; ALEXANDRE TELES DE OLIVEIRA; ALISSON EMANUEL GOES DE MENDONCA; ALLSTON WAGNER SIVIERO MARTINS; ALOISIO FURBINO GUALBERTO; ALUISIO DE ANDRADE LIMA NETO; AMILTON DE SENA SANTOS; ANA PAULA MARCATTO ELIAS; ANA RUTH VIANA DA SILVA; ANAMARIA RAMOS; ANDERSON BAIA MAIA; ANDERSON BATISTA DE SOUSA; ANDERSON FERNANDO DA ROSA; ANDERSON HELON TRAVASSOS RODRIGUES; ANDRE DIAS BASTOS; ANDRE FELIPE MACHADO; ANDRE LUCIO DE OLIVEIRA; ANDRE LUIS NUCCI; ANDRE LUIS SILVA RODRIGUES; ANDRE LUIZ JANZ; ANDRE LUIZ VIEIRA MELO; ANDRE RIBEIRO DE MAGALHAES; ANDRE SOBREIRA BARBALHO; ANDREIA OLIVEIRA LIZARDO; ANETE DE CASTRO LIMA; ANTONIO ACRAS FILHO; ANTONIO BOSCO DE F PEREIRA JUNIOR; ANTONIO CARLOS MONTEIRO DOS SANTOS; AUGUSTO DOS ANJOS ALMEIDA; AURELIO MAGALHAES DIAS; BRENO MORENO LUNA; BRENO YOHEIJI KONO RAMOS; BRUNA BEZERRA FERNANDES; BRUNO ALMEIDA DE MATTOS; BRUNO CESARINO SOARES; BRUNO DA SILVA LESSA; BRUNO DE SOUZA OLIVEIRA; BRUNO RODRIGUES; CARLA GROSS; CARLOS AUGUSTO BERNARDES AZEVEDO; CARLOS HENRIQUE TRALESKI; CARLOS LEONARDO CABRAL SOARES; CARLOS MARCOS SOUZA DE OLVEIRA E TORRES; CARLOS RODRIGO FONSECA LIMA; CARMEN DE CARVALHO E SOUZA MOURA; CARMEN PIRES MIRANDA THOME; CASSIO MARLOS DE NORONHA ARRUDA; CELITA DA ROSA ALBANUS; CELSON NONATO CRUZ DE AQUINO; CESAR EDUARDO MOTTA VIANNA; CLAUDIA AMORIM DE JESUS; CLAUDIA HELENA SOUZA E SANTOS BEHING; CLECIA BEATRIZ RIBEIRO G ROCHA; CLONY NUNES DE ABREU JUNIOR; CRISTIANE PAULA GOMES; DANIEL ARAUJO DOMINGUEZ; DANIEL AUGUSTO TARCIA ANDREAZZI; DANIEL FRANCA; DANIEL OLIVEIRA DOS REIS; DANIEL SALOMAO DE OLIVEIRA; DANIEL VUOLO MELO; DANIELA DA GRACA MENDES; DANIELA MARIA ARANTES DE OLIVEIRA SANTORO; DANIELA RODRIGUES BELLO; DAVI MITSUO DA SILVA SHIBAYAMA; DUILIO LANDELL DE MOURA BERNI; EDER CARVALHO DE SOUZA; EDINARDO MEIRELES BARBOSA; EDSON ELNEI LEHR; EDSON LUIZ GOMES DE LIMA; EDUARDO DA SILVA PELAIS; EDUARDO OLIVEIRA NUNES; EDUARDO RODRIGUES MARIS; EDUARDO TOURINHO EDINGTON; ELINALDA DE SOUSA BARBOSA; ELOISA CRISTINA ALVES; ELVIS ZAMITH VILAR EVANGELISTA; EMANUEL MOTTA GROHS; EMERSON SALVATORI VIRTI; EMILIO RANIERE DE CARVALHO ARAUJO; EMILIO TOSHIRO OSATO; ERIC MACIEL AMBROSI; ERICO FORTES DE ALMEIDA; ERICO VINICIUS PRADO CASAGRANDE; ERIKA VIVIANE BATALHA DE MORAES; ERITON FERNANDO CORDEIRO MANTOVANELI; ERMELINO PIAZZETTA NETO; EUSEBIO PIZUTTI; EVANDRO DA SILVA NASCIMENTO; FABIANA SORIO ROSSI; FABIANO PAIS DOS SANTOS; FABIANO TEIXEIRA GAUTERIO; FABIANO TURCHETTO; FABIO BROTTO FLORES; FABIO CASTILHO MARTINS; FABIO MARONA CUNHA; FABIO RIBEIRO SANTIAGO; FABRICIO CARDOSO MORAIS; FABRICIO CARNEVALI GUARDA PAOLIELLO; FABRICIO GUARIENTI RORATO; FELIPE BOHM CUNHA; FELIPE MARTINS BRUNETTO; FERNANDO AUGUSTO CURY; FERNANDO LAGES RODRIGUES; FERNANDO VICENTE; FLAMARION DE SA REIS; FLAVIA ALESSANDRA CAVALCANTE DE CASTRO; FLAVIO AUGUSTO LANA NONATO; FLAVIO AUGUSTO WEBER; FLAVIO CAIXETA ROCHA; FLAVIO SARAIVA MARTINS; FLORISBERTO DA SILVA SANTOS; FRANCINE MOURAO; FRANCISCO ARRUDA CAMARA JUNIOR; FRANCISCO CARLOS DA LUZ RODRIGUES; FRANCISCO CRIPA; FRANCISCO HENRIQUE SOARES DE OLIVEIRA; FRANCIVAL RODRIGUES DE LIMA; FRANKLIN JOFFLY LIMA

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Diretoria Regional da ECT em São Paulo - DR/SP

15 - TC 009.962/2006-2 - ANA CAROLINA PAIS LEME DUCA; ANA CAROLINA POIANO; ANA PAULA GOMES; CAMILA MAEDA; FABIANA DO CARMO DE SANTANA; FABIANO RAFAEL DA SILVA DIAS; FERNANDO GOUVEIA; ISAQUE CARLOS DE PAULA; JANAINA DE FREITAS SILVA; JULIANA CHRISTINE PIRES; KARINA MURILLO ADAO; LEANDRO FRATONI LEDO; LEONEL DIMAS REMICIUS BARBOSA CASCO; LUCIANA DE OLIVEIRA MACEDO; MARCOS FERNANDO FORMIGONI MAGALHAES; MAURICIO LEMOS FERREIRA DOS SANTOS; MAURO HENRIQUE CRUZ MORAES; RAUL CESAR DO CARMO MATTOS; SERGIO TERSINO JUNIOR

Diretoria Regional da ECT no Piauí - DR/PI

16 - TC 010.658/2006-6 - EVALDO BRAGA CAMPELO; MARIA DE LOURDES ALVES DE SOUSA

Diretoria Regional da ECT no Rio Grande do Sul - DR/RS

17 - TC 013.071/2006-9 - ADRIANA DE SOUZA RODRIGUEZ; ADRIANO FRANCISCO DE TOLLA; ADRIANO FRANCISCO LENCES; ALESANDRO FIGUEIRO MACHADO; ALESSANDRA KIZINE INHAIA; ALESSANDRO EMERSON NUNES BECKER; ALEXANDRE FERRAZ SCALVENZI; ALEXANDRE MEZEJEWSKI; ALEXANDRE NOAL DOS SANTOS; ALISSON RICARDO DE ALMEIDA MACHADO; ALVARO FERNANDO ZANELLA; ANA CLAUDIA BRIAO ROBAINA; ANA LUCIA DE OLIVEIRA BAPTISTA; ANA MOURA RAMOS; ANA ROSA DA SILVA XAVIER; ANDERSON CASTRO; ANDERSON MAR-

QUES DE OLIVEIRA; ANDERSON RICARDO FREITAS; ANDREIA DE OLIVEIRA LIMA; ANGELICA NUNES CORDONET; ANGELITO COSTA CASARIN; ANTONINHO DORNELLES FERREIRA; ANTONIO MARCOS VIEIRA SCHIMIDT; ARMINDA DA SILVA DO ROSARIO; BARBARA REIS BITTENCOURT; BRUNO CARARO DE OLIVEIRA; CARLOS AUGUSTO AZEVEDO DIAS; CASSIA CARINA BARRIONUEVO; CLARISSA IMLAU DE MORAIS; CLAUDIA RENATA MOREIRA COSTA; CLEIDI DIAS BORBA; CLEIMIR LEVANDOSKI; CRISTIANO BERNARDO SCHWEIGHOFER; DANIELA DUTRA SIQUEIRA; DENIS RAFAEL MEDEIROS DA SILVEIRA; DIEGO MARADONA BARBOSA SILVEIRA; DIOGENES DANIEL DIAS DA SILVA; EDSON AURELIO HERMES; ELBAIR LAGES DOS SANTOS; ELENISE SILVA DE MORAES; ELIANA MARIA HEINLE; ELISETE BAUMGARTEN; ELIZANGELA ESTIGARRAGA PARRAGA; EMERSON ALEXSANDRO BRODBECK; ERLAI FELISBERTO LUCRECIO; FABIANA GUTERRES DOS SANTOS; FATIMA GISELE DA CUNHA; FELIPE UNFER; FERNANDO PINTO MUNIZ; GENIRIO ANTONIO DELANORA; GEOVANE HECKLER; GISLAINE FRAGA ZAMBELLI; GLEISON DALLA ROSA; GRAZIELA ROSANA SCHROEDER; ILDO ALVES DOS SANTOS; JANE BARBARA STUEPP; JOAO RAFAEL DORNELES RIBEIRO; JOCELIA ALVES MEINEN; JOICEMAR NUNES CHIELE; JONATHAN KOOP; JORGE LUIS BARBOSA MOLINA; JULIANA MELISSA DA FONSECA; JULIANO MOREIRA DOS SANTOS; LAURA VIVIANE DE SOUZA PEREIRA; LILIAN LOPES DE AVILA; LUCIA DREON; LUCILENE DE MELO PINHEIRO; LUIZ FERNANDO GABIATTI; LUIZ QUELVI DO AMARAL TRINDADE; LUTIANA SILVA DE LARA; MARA REGINA CAUDURO; MARCO POLO NEUBERGER; MARIA DO CARMO AMARAL RIBEIRO; MARIA SELVA DEL ROSARIO LUGO NECTOUX; MARIO LETTI; MARLISE MORAIS DOS SANTOS; MAURO PEGLOW BUENO; NELCI TEREZINHA DA SILVEIRA; NELSON JOSE BARRUFFE; PAULO ROBERTO MACHADO BITENCOURT; RAFAEL ARAUJO VIGNEAUX; RENATA DE BITENCOURT MACHADO; ROBERTO HENRIQUE DE CASTRO RAMOS; ROSALIA PASSOS; SAMANTHA BORGES SANT ANNA; SANDRO LUIS DE OLIVEIRA; SCHEILA DA MOTTA VIANNA; SILVIA REGINA DOS SANTOS MEIRELES; TATIANE APARECIDA RIBAS VARGAS; TIAGO ARRUDA NUNES; VALQUIRIA LUCIO RODRIGUES; VANDERLEI SCHALENBERGER; VIRNA LISI VOJEVODOVAS DA CUNHA; VIVIANE MUSSOI; WAGNER GEOZODAK MACHADO GARCIA

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Advocacia-Geral da União - AGU

18 - TC 007.507/2006-0 - LEANDRO SPINDLER GUEDES; TÚLIO PORTO SILVEIRA

Empresa Brasileira de Comunicação S/A

19 - TC 012.010/2006-9 - ANTONIO GERARDO DE OLIVEIRA JÚNIOR; EMANUEL BATISTA DE SOUZA; RAFAEL ORTEGA INOCÊNCIO

ACÓRDÃO Nº 2448/2006 -2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, em 5/9/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 e 40 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII e 259 a 263 do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, fazendo-se a determinação sugerida nos pareceres emitidos nos autos:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Diretoria Regional da ECT no Paraná - DR/PR

20 - TC 012.235/2006-9 - PEDRO DA LUZ ORTIZ; VALBER MARCOS DE OLIVEIRA

Determinação: à Diretoria Regional da ECT no Paraná - DR/PR

20.1 que, no prazo de sessenta (60) dias, disponibilizar no Sistema Sisac os dados de desligamento de todos os cargos em que os interessados já foram exonerados

ACÓRDÃO Nº 2449/2006 -2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, em 5/9/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 e 40 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII e 259 a 263 do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

MINISTÉRIO DA DEFESA

Escola Superior de Guerra

21 - TC 007.791/2006-4 - ALBERTINA DE JESUS FERREIRA CARBONE; MARTA BORGES DA CUNHA; TEREZINHA DE BARROS VENTURA; FILOMENA CIARELLI MARQUES DE FONTES; ALDA SARMENTO DA SILVA; LUCINDA DE MACEDO RAULINO; DALVA ALBERTO NUNES; CONCELIA LEMOS FURTADO; ALICE BAPTISTA VITORIA; JOSEFA PEDROSA DA SILVA; NAIR PEREIRA FIGUEIREDO; NEUZA MIGUEZ DE GOES; MARIA DA GLORIA BARBOSA; BARBARA IAISA ROCHA BARBOSA; DANIELA VIDAL BARBOSA; DANIELE VIDAL BARBOSA; LAURA SOUZA BARBOSA

Centro Técnico Aeroespacial

22 - TC 007.866/2006-7 - FERNANDA MOURA MISKOLCI DE BRITO; LAURA LABARTHE REBELLO; THEREZA ROSA MAGNUSSEN; JUDITH MACHADO GUIMARAES; MARLENE DEONISIO DA SILVA; IDALINA EMBOABA BERNARDO SACRAMENTO; JOAO PEDRO RODRIGUES; VERA MARIA BITENCOURT CASONI; MARIA DA COSTA TENORIO CORDEIRO; TEREZA DINIZ DE SOUSA e CARMEN DONIZETTI DA SILVEIRA; VERA MARIA ROSSI DE OLIVEIRA; MARIA JULIA DE ANDRADE e JURDELINA MOREIRA DA COSTA; DENISE SIQUEIRA GOMES e SUELI SIQUEIRA GOMES; MARIA APARECIDA LEVY MAIA; MARIA DE LOURDES DE MAGALHAES; MARIA DOS SANTOS FIALHO; ANA ROSA DE PAULA SANTOS, LEANDRO JOSE DOS SANTOS e JANAINA DE FATIMA SANTOS; CECILIA GONCALVES LEMES; ENEDINA SILVA DOS SANTOS; SOFIA GONCALVES LEITE; RUTH BRAGA DE OLIVEIRA SANTANA; AUGUSTA RAMOS DOS SANTOS; MARIA OZORIA IGNACIO; MARIA ASMANN GOLL; VERA LUCIA GOUVEIA SIQUEIRA; ANA RAMALHO; ANA VIEIRA DA COSTA; VERONISIA LYRA RUFFA; ROSINA LOPES DE OLIVEIRA; CELY THEREZINHA RODRIGUES DELGADO; LUDIVINA LUCIA ROSARIO ABRANTES DA FONSECA; MARCOS JOSE MALUF e ANDRE CORDEIRO MALUF; TERESINHA TEIXEIRA FARIA BITTENCOURT; MARIA DE LOURDES DOS SANTOS MOURA; GESYRA CUNHA DUARTE; RUBENS MATTARUNA DE TOLEDO; MARGARIDA RODRIGUES MONTEIRO; LUCIANA BRUNI VIEIRA ALVES; DIVA EUGENIO DOS SANTOS PIMENTEL; MAURA MACIEL LANCETTI e JORDANO MARCIO LANCETTI; SELMA LUIZA DE ALMEIDA e ALINE DE ALMEIDA

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Delegacia do Ministério da Fazenda em São Paulo

23 - TC 021.363/1984-6 - AMALIA CORDEIRO DE AGUIAR

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Superintendência Estadual do INSS no Ceará - INSS/CE

24 - TC 002.579/2003-1 - JOSE RODRIGUES FEITOSA PINHEIRO, ANTONIA NATALIA RODRIGUES FEITOSA e ANTONIA ROCHELLE RODRIGUES FEITOSA; MARIA JULIA MENEZES DE ALMEIDA e FRANCISCO ELDER MENEZES DE ALMEIDA; JOANA GONCALVERS SANTOS DE SOUZA e FABIO SANTOS DE SOUZA; NELY VIANA DE OLIVEIRA; MARIA IONE MAIA ZARANZA e EUGENIO MAIA ZARANZA; MARIA STELA DE OLIVEIRA GUEDES

Superintendência Estadual do INSS em Minas Gerais - INSS/MG

25 - TC 003.495/2003-4 - MARIA CYRTHA PINTO DE OLIVEIRA

Superintendência Estadual do INSS em Minas Gerais - INSS/MG

26 - TC 015.307/2003-9 - WASHINGTON QUADROS DE GODOY

ACÓRDÃO Nº 2450/2006 -2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, em 5/9/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 e 40 da Lei n.º 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII e 259 a 263 do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

JUSTIÇA FEDERAL

Tribunal Regional Federal 3ª Região

1 - TC 017.475/2005-0 - ALZIRA LUCIA OLIVEIRA CAMPOS; ARICE MOACYR AMARAL SANTOS; ARILTON ROBERTO DE JESUS PINTO; CLOVIS VICTOR PROTTI; CRISTINA ROCHA; FILEMON FRANCISCO MARTINS; GABRIEL NEIVA LORDELO; GEORGE MIYAGUSHICO; JOÃO XISTO DOS SANTOS; MARIA CRISTINA JARDIM VIEIRA; MARIA DE FREITAS; MARIA DE LOURDES LEITE SASSA; MARIA MESSIAS DE ASSUMPÇÃO; NEUSA SATIE IDA; OLDEGAR ALVES DOS SANTOS; PAULO ANTÔNIO ÚRSULA; ROGERIO FRANCO; ROSALI LEITE DE MORAES; ROSEMARY SANTOS DA ROCHA LOURES; VANIA CAMPESTRE

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSITÊNCIA SOCIAL (EXTINTO)

2 - TC 015.826/2004-0 - CARMEM DOLORES DE ALMEIDA JUBE; ELIANNE NEVES JUNGMANN RIBEIRO; IRENE SODRE GONCALVES; IVANI NAZARE DIAS DE PAULA; JULIA OLIVEIRA CHAVES; LAURA MARIA PEDROSA DE ALMEIDA; MARIA DE LOURDES BASTOS MESQUITA; MARIA DE NAZARE MACIEL FONTOURA; MARISTELA RIBEIRO TEIXEIRA; ROZILDA CARVALHO LEAO; TANIA MARIA MOREIRA SARAIVA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

FUNASA - Coordenação Regional/MG

3 - TC 005.884/2006-6 - BENEDITO GOMES LEITE; CARLOS FERNANDES SANTOS; CESARIO MARTINS MOURA; ELIAS FELIX DOS SANTOS; JOÃO BATISTA RIBEIRO; JOÃO RODRIGUES DOS SANTOS; LUIZ CARLOS DE SOUZA; MARIO EUSTAQUIO GOMES; NIVALDO COSTA E SILVA; RUI VICENTE RAMOS

FUNASA - Coordenação Regional/ES

4 - TC 006.486/2006-3 - REDIL GOMES FIOROTI; ZOZIMAR SOARES

FUNASA - Coordenação Regional/BA

5 - TC 006.791/2006-0 - RAIMUNDO LOPES DE SOUZA NETO; RIVALDO NOVAES DA SILVA

FUNASA - Coordenação Regional/PI

6 - TC 008.296/2006-8 - VALDEMAR BATISTA DO NASCIMENTO

Fundação Nacional da Saúde

7 - TC 010.112/2006-0 - DIOLINDO CAMPOS DE JESUS MELO

Fundação Nacional da Saúde

8 - TC 013.669/2006-3 - JORGE NOGUEIRA ESPESCHIT; MARLY ANDRADE PEREIRA

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

9 - TC 013.748/1999-8 - CELSO MAGALHAES

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

11 - TC 007.204/2006-1 - ANTONIO RAMOS DA SILVA; DINAURA GOMES DE ASSIS NOGUEIRA; MARIA MARLI CRESCENCIO PEREIRA; MARTHA DOS SANTOS; NADIR BISPO MARQUES; ROBERTO LUCIO FLORES

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Gabinete de Segurança Institucional

12 - TC 007.181/2006-5 - ALICE GUEDES GONÇALVES; ANA DA SILVA CUNHA; ANTONIO CARLOS COLMAN; ANTONIO FRANCISCO DA SILVA; CARLOS ALBERTO DA COSTA CONDE; CARLOS DALL'OCA BUENO; ELMENSON FREIRIS DOS SANTOS; JOAO DE ERIMATEIA ELOI DE BRITO; JOSE ANCHIETA NASCIMENTO; JOSE MAURICIO MARTINS; JOSE UBIRATAN LOBO SANCHES; MARIA DE FATIMA MENEZES; MARIA LUCIA DE MATOS FELIX SILVA; NELSON RANK; PEDRO GOMES SARMENTO; RITA MARIUZA RAMOS PEREIRA; ROMEU ANTONIO MARTYNYCHEN; ROQUE LUIZ MAINARDES GUERREIRO; ROSANE APARECIDA VALERIO; SELMA TEIXEIRA DA CUNHA; WILSON TOBIAS

Arquivo Nacional

13 - TC 007.183/2006-0 - ANGELA MARIA DA COSTA GARCIA; ELIZABETH BEZERRA DE OLIVEIRA; GEORGINA KOIFMAN; INGRID BECK; JANDIR GOMES DA SILVA; JOÃO ELIAS; LIBANIA BANAL RIBEIRO; LYA MACHADO REGO; MARIA CECILIA PAES DE BARROS LEAES; MARIA LUCIA SIQUEIRA DA SILVA; MARILDA TRINDADE DIAS ALVES; REGINA LUCIA DE ANDRADE FALCÃO; ZENAIDE SCOTTI HIRSON

Imprensa Nacional

14 - TC 007.202/2006-7 - MANOEL ROSEIRA DA SILVA; MARIA ESTER GOMES PINTO

ACÓRDÃO Nº 2451/2006 -2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, em 5/9/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 e 40 da Lei n.º 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII e 259 a 263 do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, fazendo-se as determinações sugeridas nos pareceres emitidos nos autos

MINISTÉRIO DA SAÚDE

FUNASA - Coordenação Regional/PA

15 - TC 006.877/2006-6 - ADÉLIA MATOS DE MELO; AILTON GUEDES ALMEIDA; ALUÍSIO DUARTE GOMES; ÁLVARO MARTINS DIAS; ARNALDO FARIAS ALVARENGA; BENEDITO ATAIDE DA SILVA; BENEDITO ESTEVAM LARANJEIRA; CARLOS GOMES MANCEBO; CRISTINO DE JESUS MARQUES; DENZIO CORREA DA SILVA; DILSON DE SOUZA SILVA; EDUARDO TAVARES DA SILVA; FRANCISCO AROUDO BARRETO; FRANCISCO EVANGELISTA DOS SANTOS; HILDA MARIA DANTAS DE ARAUJO; ILMA DA SILVA MOTA; JACINTO SERRÃO SOARES; JANETE ALVES RODRIGUES; JORGE DA CONCEIÇÃO; JOSE TROADIO DA SILVA; JÚLIO RAMOS DE OLIVEIRA; LAUDELINO OLIVEIRA PANTOJA; LENITA LUCIMAR PEREIRA CALIXTO

Determinação: FUNASA - Coordenação Regional/PA

15.1 fazer constar nos atos de BENEDITO ESTEVAM LARANJEIRA (fls.32/42) e JÚLIO RAMOS DE OLIVEIRA (fls.108/112), a vigência da concessão para o dia imediatamente posterior a que completaram 70 anos de idade, ou seja, 29/12/1992 e 20/06/2001, respectivamente.

ACÓRDÃO Nº 2452/2006 -2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, em 5/9/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 e 40 da Lei n.º 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII e 259 a 263 do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registros os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO

16 - TC 012.013/2006-0 - ABNATAL PEREIRA CORDOVIL JUNIOR; ADAN GUIMARAES SISTON; ADRIANO TAVES SOBREIRO; ALAN DE ABREU TEIXEIRA; ALBERTO RAMOS DE LIMA; ALLAN SEGUNDO GOUTIER; ANA CAROLINA DE JESUS MAIA; ANA GLAIDIS GONCALVES DE OLIVEIRA; ANDRE DE SOUZA VIEIRA; ANDRE LUIS RAMOS; ANTONIO MEDEIROS DE JESUS; ARLEI DESTRO; ARTUR FERREIRA TUPIASSU; BRENO DE LIMA SARMENTO; CARLOS FREDERICO GOMES; CHRISTIAN PATRICK ROTAVA; CLARISSA SOUZA BRETONES; CLAUDIO CESAR BRUCH; CRISTIANE DE ALMEIDA MACHADO; CRISTIANE RODRIGUES DRUMOND; CRISTOVAO JULIANO GONCALVES MOTA; DANIEL EFRAIM NIGRI; DANIEL LUIZ COSTA; DAYVID DA SILVA RIBEIRO; DAYVISSON ALMEIDA RAMOS; DIOGO LEINDECKER STUMM; DJALMA JOSE REGO CORREA GONCALVES; EDSON EDGAR EGGER; EDUARDO AUGUSTO MAUES OHASHI; EDUARDO VIANA LOPES; EMERSON JERONIMO OLIVEIRA DA SILVA; ERIC BRUM BORGES; FABIO DELGADO MARQUES DE LIMA; FABIO ROGERIO SANTOS BARROS; FERNANDO PERON; FRANCINE LUIZA PINTO; GOTARDO CAMPARA; HADNNEY JULIO VIEIRA GOUVEA; IVANA RODRIGUES CAVALCANTE; JAIRO MARTINELLI FILHO; JOAO DAVID SALES ROSA; JOAO DE SOUZA VIEIRA NETO; JOAO HENRIQUE DE LIMA; JOEL DE OLIVEIRA SILVA; JORBSON RODRIGUES DE SOUZA; JOSE CARLOS TONIAZZO; JOSE RICARDO BERNARDES; JOSINEI RODRIGUES MOREIRA; KARINA BRANDAO DE OLIVEIRA; LEANDRO DA SILVA BORGES; LEANDRO DOMINGUES DUARTE MACHADO; LENON JOSE COSTA RAIOL; LEONARDO DE OLIVEIRA LEITE; LEONARDO XAVIER TEIXEIRA CARDOSO; LEONCIO TADAO SAWAKI FILHO; LUDMILA JUNCA LOPES; LUIZ FERNANDO BARBOSA DA SILVA; MARCEL ABREU DA MOTA; MARCELO GONCALVES DA ROCHA; MARCIO DA ROCHA NUNES; MARCIO DA SILVA LIMA; MARCO VINICIUS COSTA SOUZA; MARILIA ARANHA FREIRE; MAURO LUCIO DO VALE; NELSON CRAVO JUNIOR; PAULA BARBOSA FERREIRA; PAULO AFONSO ALBERGARIA PLAZA; PAULO BARBOSA DA COSTA; PAULO COELHO VENTURA PINTO; PAULO HENRIQUE FRANZON; RAFAEL TELES SALOMAO; REGIANE ANDRADE BRITO; RENATO DE SOUZA PAIN; RENATO MARQUES DO NASCIMENTO; RICARDO DE OLIVEIRA CRUZ; RODRIGO ABATH GUEDES; RODRIGO BRAGA LARA; RODRIGO CARVALHO SILVA; RODRIGO MOTA DE MELO; ROGERIO DE CASTRO ARAUJO; SERGIO DELLA NINA; SILVIO FERNANDO VIEIRA CORREIA FILHO; SIMONE CRISTINA PIRES TAVARES; SONIA MARTHA KESSELER KUZMA; SUELY SAYURI YAMAKAWA; SUSANA ROSICH SOARES VELLOSO; THIAGO DO ROSARIO DE CASTRO; THIAGO FIGUEIREDO MARQUES LEITE; THIAGO SOARES PICULO; TULIO ADRIANO ROVERSI ROSA; WAGNER SILVA PIRES; WILLIAM OLIVEIRA ALVES; WINDSON SILVA MATEUS

Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO

17 - TC 014.752/2005-8 - RAFAEL BARROS DA COSTA

Caixa Econômica Federal - CEF

18 - TC 014.330/2006-7 - RICARDO NAVA; RICARDO PHILIPPI; ROBERTA GORNISKI; ROBERTA TEIXEIRA PINTO DE SAMPAIO MOREIRA; ROBERTO CESAR JACOB; RODOLFO ALBUQUERQUE ROMAN; RODRIGO GOMES; RODRIGO PIACENTE; RODRIGO ROSSI; ROGEL ADRIANO MARONI; ROGERIO APARECIDO AFONSO; RONDINELIA ALVES CHAVES; RONY PERICLES RIGO; ROOSEVELT SILVA DE FARIAS; ROSANGELA BEATRIZ DA COSTA; ROSENIR FERREIRA BORGES; ROSICLER CELIBERTI FERNANDES CALLEGARI; RUBEN CARLOS WEDDIGEN FILHO; RUBENS FERREIRA LUIZ JUNIOR; RUBIA ARIANTE VIEIRA; SABRINA LUISA KELLER; SAMIRA NOALLE OLIVEIRA; SAMUEL ROSSE FARIA VIANA; SANDER ALEX FARIAS; SANDRA HIROKO TAKESHITA; SANDRA REJANE ARAUJO CAMBOIM; SANDRO CARVALHO DE ABREU; SAULO SILVA JUNIOR; SERGIO BEZERRA DA SILVA; SERGIO PEREIRA DE CARVALHO JUNIOR; SILDEN HENRIQUE BATISTA LOPES; VANESSA CELINA DA ROCHA

Caixa Econômica Federal - CEF

19 - TC 014.331/2006-4 - RAFAEL LOPES FERREIRA; REINALDO DE MELO FILHO; REMO AZZOLINI NETO; RENAN DALBERTO BOUVIE; RENATO DE OLIVEIRA DUARTE; RENATO MILER SEGALA; RENATO MOREIRA DORNELES; RENIERI MEZZOMO; RICARDO AUGUSTO DE MACEDO

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Diretoria Regional da ECT no Amazonas - DR/AM

20 - TC 013.067/2006-6 - LUIZ FERREIRA DA SILVA FILHO; MARIA DE NAZARE SOARES PERES; RAEL PEREIRA DA SILVA; RONNY RODRIGUES DE SOUZA; ROSILENE DO SOCORRO DOS SANTOS CERVEIRA; VITOR FROZ DE SIQUEIRA CAVALCANTI

ACÓRDÃO Nº 2453/2006 -2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, em 5/9/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 e 40 da Lei n.º 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII e 259 a 263 do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registros os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, fazendo-se as determinações sugeridas nos pareceres emitidos nos autos

JUSTIÇA FEDERAL

Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região/DF

21 - TC 006.868/2006-7 - ADRIANA ALVES DOS SANTOS CRUZ; ALFREDO NEY PEREIRA DE SOUSA; ALVARO GOMES DA SILVA JUNIOR; ANDRE DO NASCIMENTO SOUZA; ANTONIO MARCOS BARBOSA MONTEIRO; AROLDO APARECIDO DE ANDRADE; CESAR OMAR VIEIRA SOUTO; CLAUDIA COLUMBANO DE OLIVEIRA; CRISTIANE SILVA CHAGAS; DANIEL AUGUSTO DE ALBUQUERQUE; DANIELA XAVIER ALVES GUIMARÃES; DAVI PEREZ RAMOS; FLAVIO HELENO PEREIRA DE SOUSA; HALLISON RÊGO BEZERRA; IRAILDES SANTOS ALKMIM; JESUMAR FURTADO MARTINS E ROCHA; JOSE ADAILTON ALMEIDA LEÃO; JOSIAS PEREIRA FALCÃO; LENO STELIO REIS DOS REIS; MARCIO ALBUQUERQUE DE CASTRO; MARCIO TELESFORO DIAS; MARCO ANTONIO DOS SANTOS; MARILIA COUTINHO MALATO MONTEIRO; MARÍLIA GURGEL ROCHA DE PAIVA E SALES; PATRICIA BRANDÃO DE OLIVEIRA SILVA; PEDRO PEREIRA PIMENTA; RAQUEL VASCONCELOS ALVES DE LIMA; RONILSON MACHADO BARBOSA; SIMONE SCHITINI DE ARAUJO GOES; VANESSA BATISTUTA SAMPER; VANIA LUCIA MOURÃO DE BRITO

Determinação: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região/DF

21.1 disponibilizar no SISAC o desligamento dos servidores CRISLAINE APARECIDA MENDES DOS SANTOS, EDVALDO JOSÉ LOPES MATOS, GILVAN DE CAMPOS LIMA, GLAUCE ALEXANDRE BARATA DA SILVA, JOSÉ RENATO SANTOS BRAGA, MARISE FARIA DE OLIVEIRA, MAURÍCIO VALÉRIO ALVES FONSECA, JACKLINE ALMEIDA ARRUDA

MINISTÉRIO DAS CIDADES

22 - TC 007.346/2006-7 - RAFAEL DE ALENCAR LACERDA

Determinação: ao Ministério das Cidades

22.1 para no prazo de 15 (quinze) dias, disponibilizar, no SISAC, o ato de desligamento de RAFAEL DE ALENCAR LACERDA

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Diretoria Regional da ECT no Rio Grande do Sul - DR/RS

23 - TC 000.228/2006-1 - ADRIANA FLORES COSTA; ALEX SANDER DE LIMA KROSS; ALEXSANDRO RIBEIRO DE ARMADA; ANDERSON FRANCISCO DA CRUZ; ANDREA DOS SANTOS BORBA; ANDREA PAIVA DIDOLICH; ANDREA TEXEIRA; CONSTANTINO LOPES; CRISTIAN DAL CAROBO VIANA; CRISTIANO ROCHA; DANIELA DE ASSIS CARVALHO; EDSON TADEU LINCK; ELAINE DUARTE FERNANDES; ELIANE DE SOUZA SPANIOL; ELIO BECK JUNIOR; ELISANDRA DA SILVA PINHO; GILDA GOULART GONÇALVES; GILDO GUEDES DE MORAIS; GILMAR PACHECO DA SILVA; GISLAINE DOS ANJOS OLIVEIRA; HERCULANO WERNER HARTMANN; IRIA FRUHAUF; IVETE SARTOR; JANISE MARCIA ZANI DE AZEVEDO; JOBERTHAN SILVA DOS SANTOS; JOCELINO DORNELLES BUENO; JOSE FRANCISCO DA SILVA MARTINEZ; JUSSARA QUITERIO RODRIGUES; LEONARDO PINHEIRO DA ROSA; LETICIA CRISTINA VIEIRA FERREIRA; LILIAN MARIA HOFFMANN DOS SANTOS; LUCIANO DORNELES BRAGA MONTE; MABELITA ALVES; MARA FERNANDA ALVES BRUM; MARCIA PIRES MARTINS; MARCIA SILVANA BRUM; MARIA DE LOURDES BROMBATI; MARLETE DOS ANJOS VARGAS; RAFAELA DE OLIVEIRA MACHADO; ROSANE BEATRIZ TAVARES; SOLANJE CRISTINA PALUDO; VERA REGINA MARQUES; VIVIANE SCHMIDT

Determinação: à Diretoria Regional da ECT no Rio Grande do Sul - DR/RS

23.1 para no prazo de 30 (trinta) dias, disponibilizar no SISAC os dados de desligamento do cargo de carteiro I exercido pela empregada IVETE SARTOR, CPF 360.424.200-20, tendo em vista sua investidura em outro cargo público nessa empresa.

Diretoria Regional da ECT no Distrito Federal - DR/DF

24 - TC 009.522/2006-5 - ALEXANDRE ANDONIOS SPYRIDAKIS; ANDERSON MARTINS DA SILVA; CECÍLIA MARIA DE MENEZES EVARISTO; CLOVIS DE FREITAS MACHADO; DANIELLE PAIVA SANTOS; DANTE RIBEIRO FILHO; EDSON OLIVEIRA FERNANDES; EUDO RIBEIRO DOS SANTOS; FABIO SOUSA VIEIRA; FRANCISCO ALVES FARIAS; GUILHERME VERDAN DA COSTA; JANAINA DE FATIMA NEPOMUCENO; JEFFERSON AMARO DE ALMEIDA; KEYLA BARBOSA DOS SANTOS; LUCIMAR SIQUEIRA SANTOS DE REZENDE; MATHEUS VIEIRA PONTE; NEFE PAULO SANTOS; PAULO LOPES DE CARVALHO JUNIOR; RAYNARA MADLUM DE PAULA; REJANE MODESTO COSTA; RICARDO DA SILVA; RODRIGO DE PAULA LOPES; SOLANGE DOS SANTOS SOUSA; VALTENCIR DE SOUSA SILVA; VANESSA LONDRES MARQUES; VERONICA HITZSCHKY BASTOS

Determinação: à Diretoria Regional da ECT no Distrito Federal - DR/DF

24.1 para no prazo de 30 (trinta) dias, disponibilizar no Sistema SISAC os dados de desligamento de todos os cargos em que os interessados já foram exonerados

ACÓRDÃO Nº 2454/2006 -2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, em 5/9/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39 e 40 da Lei n.º 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII e 259 a 263 do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Superintendência Estadual do INSS no Maranhão - INSS/MA

25 - TC 005.188/2004-0 - MARIA ELIZABETH PAIXAO DE ARAUJO e ANAYAM MATTOS DE ARAUJO

b) Auditor Augusto Sherman Cavalcanti (Relações nºs 93, 95 e 96); e

ACÓRDÃO Nº 2455/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da Segunda Câmara, em 5/9/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, e 18 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso I, e 143, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno, em julgar as contas a seguir relacionadas regulares com ressalva e dar quitação aos responsáveis, sem prejuízo de determinar à Secex/PA que acompanhe, nas próximas contas da entidade, o efetivo cumprimento das recomendações formuladas pela CGU, no relatório de Gestão nº 089201:

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

01 - TC-011.553/2002-6

Classe de Assunto : II

Responsáveis: ANA MERCES DO SOCORRO RESQUE DAMASCENO, CPF 442.570.822-91; CARLOS JOSE DA SILVA, CPF 039.842.222-20; CARLOS ROBERTO MENDES DOS SANTOS, CPF 281.923.117-91; CARMOSINA MARIA CALLIARI BAHIA, CPF 166.485.522-04; EGAS MURILO DE SOUSA LEMOS FILHO, CPF 541.117.497-04; ELYAN DIAS ÇOPES, CPF 175.313.652-00; MARCO ANTONIO PASSOS FERREIRA, CPF 145.509.112-04; MARIA DAS GRACAS RODRIGUES FERRAS, CPF 057.423.312-15; MARIA JOSE TAVARES LOBATO, CPF 172.895.132-15; REINALDO CARLOS FIGUEIREDO DA LUZ, CPF 071.075.102-82; RUI JORGE MOURA DOS SANTOS, CPF 096.820.662-04

Unidade: Museu Paraense Emílio Goeldi

Exercício: 2001

ACÓRDÃO Nº 2456/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da Segunda Câmara, em 5/9/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, e 18 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso I, e 143, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno, em julgar as contas a seguir relacionadas regulares com ressalva e dar quitação aos responsáveis, fazendo-se as seguintes determinações sugeridas nos pareceres emitidos nos autos:

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR

02 - TC-010.260/2004-6

Classe de Assunto : II

Responsáveis: ALESSANDRO GOLOMBIEWSKI TEIXEIRA, CPF 656.147.550-04; HELIO MAURO FRANÇA, CPF 116.605.701-15; JUAN MANUEL QUIROS, CPF 137.733.818-59; LILIA MIRANDA CARNEIRO MONTEIRO, CPF 545.508.407-06

Unidade: Agência de Promoção de Exportações do Brasil

Exercício: 2003

1. Determinar à Agência de Promoção de Exportações do Brasil (Apex-Brasil) que, nas próximas prestações de contas:

1.1 apresente demonstrativos contábeis refletindo a exatidão contábil atestada pelos pareceres de auditoria;

1.2 evite apresentar demonstrativos com valores em R$ Mil; e

1.3 inclua no rol de responsáveis os membros de órgão colegiado, que por definição legal, regimental ou estatutária, seja responsável por atos de gestão, conforme previsto no § 5º do art. 12 da IN/TCU nº 47/2004, de 27/10/2004.

2. Determinar à Secretaria Federal de Controle Interno que acompanhe e verifique o cumprimento pela entidade das suas recomendações registradas no Relatório de Auditoria nº 140925, bem como o das determinações proferidas pelo Tribunal de Contas da União, fazendo-as constar nas próximas prestações de contas da Agência de Promoção de Exportações do Brasil (Apex-Brasil)

ACÓRDÃO Nº 2457/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da Segunda Câmara, em 5/9/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, e 17 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso I, e 143, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno, em julgar as contas a seguir relacionadas regulares e dar quitação plena aos responsáveis, fazendo-se as seguintes determinações sugeridas nos pareceres emitidos nos autos:

MINISTÉRIO DA DEFESA

03 - TC-008.341/2005-7

Classe de Assunto : II

Responsáveis: ALEXANDRE GONCALVES DE SOUSA, CPF 905.676.927-87; ANTONIO BILOURO, CPF 390.866.407-10; HERMES TAKESHI KOMAKI, CPF 730.450.987-20; JOAO LUIS TAVARES FERNANDES, CPF 107.968.138-84; JOSE JOAQUIM CARDOSO PINA, CPF 688.670.347-15; JOSE PAULO BRANDAO FRANCA, CPF 000.803.517-27; KLEBER RODGER REIS, CPF 051.840.087-56; LEANDRO DE OLIVEIRA MOURAO, CPF 025.493.857-48; LUIZ AUGUSTO RIBEIRO MELO, CPF 010.854.757-43

Unidade: Depósito Naval de Manaus

Exercício: 2004

1. Determinar à Diretoria de Contas da Marinha que informe nas próximas contas sobre o andamento da Sindicância instaurada pela Portaria nº 003/2003 do Navio Assistência Hospitalar Carlos Chagas e dos Inquéritos Policial Militar instaurados pela Portaria nº 02/2004 do Navio Patrulha Fluvial Pedro Teixeira e pela Portaria nº 13/2004 do Comando da Flotilha do Amazonas.

2. Determinar ao Depósito Naval de Manaus que informe nas próximas contas sobre o cumprimento das determinações contidas no Acórdão nº 1.717/2005 -TCU- 2ª Câmara, de 13/9/2005.

3. Determinar à 3ª Secex que proceda ao arquivamento, sem cancelamento do débito, da Tomada de Contas Especial Simplificada, encaminhada a este Tribunal pela Diretoria de Contas da Marinha, de responsabilidade do Sr. Valdi Barbosa da Silva, em virtude da depredação em Próprio Nacional Residencial, ocorrido em 21/4/2004, causando um dano no valor original de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais), de acordo com o artigo 10, da IN nº13/96-TCU.

04 - TC-008.343/2005-1

Classe de Assunto : II

Responsáveis: ANTONIO BILOURO, CPF 390.866.407-10; EVANDRO DE OLIVEIRA FERNANDES, CPF 607.868.927-49; JORGE ALEXANDRE SANTOS NOVAES, CPF 022.072.157-25; JOSIMAR NASCIMENTO CLAUDIO, CPF 758.614.457-53; NILTON MOREIRA SALGADO, CPF 374.239.407-04; SERGIO MARTINS COELHO, CPF 467.993.467-00; WILSON LUIZ DE LIMA NEVES, CPF 317.028.997-72

Unidade: Centro de Adestramento da Ilha da Marambaia

Exercício: 2004

1. Determinar ao Centro de Adestramento da Ilha de Marambaia que informe nas próximas contas sobre o cumprimento das determinações contidas no Acórdão nº 1.717/2005-TCU-2ª Câmara, de 13/9/2005.

2. Determinar à 3ª Secex que proceda ao arquivamento, sem cancelamento do débito, da Tomada de Contas Especial Simplificada, encaminhada a este Tribunal pela Diretoria de Contas da Marinha, de responsabilidade do Sr. Edson de Oliveira Custódio, em virtude da colisão da embargação TEN CLAYTON, ocorrido em 18/7/2003, causando um dano no valor original de R$ 7.346,92 (sete mil, trezentos e quarenta e seis reais e noventa e dois centavos), de acordo com o artigo 10, da IN nº13/96-TCU.

05 - TC-009.123/2005-2

Classe de Assunto : II

Responsáveis : ADRIANA SANTOS LIMA, CPF 006.007.017-00; ANATALICIO RISDEN JUNIOR, CPF 387.691.407-82; ANTONIO BILOURO, CPF 390.866.407-10; EMMANUEL SARAIVA LEONTSINIS, CPF 434.235.317-20; JAMIL MERON FILHO, CPF 330.083.027-34; MARCIO BENTO DOS SANTOS, CPF 020.685.907-43; PAULO ROBERTO PEREIRA BOMBACA, CPF 512.205.397-91; TANIA CLARA DE ASSIS CUNHA, CPF 877.868.937-68; VERA LUCIA DE GAIA CAMPOS, CPF 486.919.927-00

Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha

Exercício: 2004

1. Determinar à Diretoria de Contas da Marinha que informe nas próximas contas sobre a solução dos IPMs e processos administrativos de que tratam os itens 3.8, letras a, e, n; 3.9, letra c; 3.10; 3.11, letras a e c; 3.12, letra a; 3.13, letra a, do Relatório de Auditoria de Gestão nº 11/2005 e, se for o caso, que instaure a devida TCE, nos termos da IN/TCU nº 13/96.

2. Determinar ao Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha que informe nas próximas contas sobre o cumprimento das determinações contidas no Acórdão nº 1.584/TCU-2ª Câmara, de 6/9/2005.

ACÓRDÃO Nº 2458/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da Segunda Câmara, em 5/9/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), fazendo-se a(s) determinação(ões) e/ou recomendação(ões) sugerida(s) nos pareceres emitidos nos autos:

MINISTÉRIO DA DEFESA

01 - TC-009.406/2006-6

Interessado(s): ALMIR GONÇALVES LAMARÃO, CPF nº 042.474.852-53; ALVINO GABRIEL PEREIRA, CPF nº 047.651.093-72; ANTONIO JOSE DA SILVA, CPF nº 241.335.237-68; ANTONIO PEREIRA DA SILVA, CPF nº 258.736.367-53; ANTONIO RIBEIRO DE OLIVEIRA, CPF nº 095.996.813-04; ARMANDO MARQUES FILHO, CPF nº 265.708.237-87; DAVID BATISTA DOS SANTOS, CPF nº 075.222.584-72; DJALMA PRADO MELO, CPF nº 629.535.677-04; IRAN ARRUDA, CPF nº 000.175.088-78; ISAIAS BARCELOS, CPF nº 258.797.237-04; JOAO ADAUTO BARROS, CPF nº 105.342.704-25; JOAO GERALDO CARNEIRO, CPF nº 000.431.256-20; JOÃO PORFIRIO MELO, CPF nº 077.009.206-30; JORGE LUIZ NASCIMENTO, CPF nº 258.748.887-72; JOSÉ NASTALLI, CPF nº 017.700.121-68; JOSÉ DAVINO DE SANTANA, CPF nº 288.740.137-87; JOSÉ DE RIBAMAR FEITOSA DANIEL, CPF nº 018.336.935-15; JOSE MATHEUS FERREIRA, CPF nº 256.130.907-00; LILIAN DA SILVA MARINHO, CPF nº 622.414.007-34; LUCI TERESINHA FREDDO, CPF nº 112.778.580-04; MARIA RUBIA PEREIRA DE ALENCASTRO GRAÇA, CPF nº 160.095.337-91; NADIR GARCIA DA SILVA, CPF nº 060.516.262-04; NILTON MENEZES, CPF nº 065.259.707-68; REGINA CLAUDIA COELHO NETTO, CPF nº 108.873.187-20; ROSA DE LOURDES BORGES DE OLIVEIRA, CPF nº 236.441.174-20; STEFANIA STYBEL PEREIRA, CPF nº 394.049.949-87; VANDERLEI DA SILVA DIAS, CPF nº 274.100.307-63; VITOR BERNARDO DA SILVA, CPF nº 332.686.227-04; ZILAH VIANNA SALLES, CPF nº 551.990.387-53

1. Determinar ao Comando do Exército/Ministério da Defesa que observe o disposto no art. 187 da Lei 8.112/90, quanto à vigência das aposentadorias compulsórias, bem como informe corretamente os códigos de fundamentação legal nos atos de concessões posteriores à Emenda Constitucional nº 20/1998.

02 - TC-009.415/2006-5

Interessado(s): ADÃO GONÇALVES DE AZEVEDO, CPF nº 097.220.500-44; CLEDI CABRAL MARTINS, CPF nº 161.914.550-20; FERNANDO MARTINS DOS SANTOS, CPF nº 271.023.197-20; FRANCISCO DE ASSIS PORTELA MACIEL, CPF nº 117.841.303-97; FRANCISCO NARCISO CARNEIRO, CPF nº 092.662.590-04; HELENA MENEZES, CPF nº 460.504.007-25; JACIRA MARIA GOMES DE MACENA, CPF nº 068.964.484-15; JOSE ESPERANÇA, CPF nº 301.769.487-91; JOSE JULIO DA SILVEIRA, CPF nº 092.855.719-72; JOSE MARIA DOS SANTOS, CPF nº 123.238.966-87; JURANDYR AYRES DE CARVALHO, CPF nº 183.513.019-49; LENITA TEREZINHA AITA, CPF nº 169.717.870-72; LUIZ LUCAS FILHO, CPF nº 020.019.504-20; MARIA MADALENA PORTO VIEIRA, CPF nº 098.455.261-87; ROMALINO SILVEIRA, CPF nº 036.529.126-91; SONIA MARIA BRITES, CPF nº 436.528.757-53; ZILDA MARIA MORAES, CPF nº 222.124.420-68

1. Determinar ao Comando do Exército/Ministério da Defesa que informe corretamente os códigos de fundamentação legal nos atos de concessões posteriores à Emenda Constitucional nº 20/1998.

03 - TC-009.417/2006-0

Interessado(s): ABIGAIL MAZARELO SANTOS, CPF nº 164.165.621-20; ALCELINO JOSÉ DOS SANTOS, CPF nº 121.346.516-87; APARECIDA FATIMA DA SILVA, CPF nº 358.681.989-72; CONCEIÇÃO MARIA ROSA, CPF nº 053.661.826-70; DENISE PEREIRA D' ALINCOURT FONSECA, CPF nº 337.103.257-49; ELENICE GOMES MACHADO, CPF nº 013.236.178-76; ELISABETE DE ALMEIDA VIANA, CPF nº 059.448.561-49; ELIZETE BARRETO DOURADO, CPF nº 095.936.591-53; ENILDE RODRIGUES DE SOUZA, CPF nº 176.366.804-59; GERALDO DE OLIVEIRA NASCIMENTO, CPF nº 036.696.102-00; IOLANDA GOMES DE LIMA OLIVEIRA, CPF nº 682.155.683-00; JOSE FRANCISCO DE CONCEIÇÃO, CPF nº 308.583.727-20; JOSE VIEIRA DO NASCIMENTO, CPF nº 034.484.872-87; JURANI PAULINO DA SILVA, CPF nº 032.993.171-72; MADALENA LEÃO CABRAL, CPF nº 164.240.181-15; MARIA AMBROSIO DE SOUZA, CPF nº 247.814.361-53; MARIA AMÉLIA RIBEIRO, CPF nº 220.580.951-20; MARIA DA GLORIA E SOUZA, CPF nº 086.776.111-34; MARIA HELENA RAIMUNDO, CPF nº 809.586.648-20; MARIA ISABEL BRILHANTINO POGGIAN, CPF nº 535.645.537-20; MARIA LUCIA AMANCIO DE CAMARGO PARANHOS, CPF nº 024.417.608-66; MARIA NATALINA DE SOUZA, CPF nº 618.649.867-00; MARIANA ATTENHOFER, CPF nº 709.959.078-20; MARLI DOS SANTOS E SILVA, CPF nº 404.763.167-15; ORDÁLIA DE JESUS ROSA, CPF nº 324.213.626-87; OSMARIO MONTEIRO DA SILVA, CPF nº 100.930.877-72; SEBASTIANA LOURENÇO DA SILVA, CPF nº 331.411.777-91; SINÉZIO RODRIGUES, CPF nº 259.020.247-49; SONIA MARIA DE OLIVEIRA DIAS PEIXOTO, CPF nº 330.473.087-72; VALDIR MEIRELES DA FONSECA, CPF nº 290.386.007-63; VERA LUCIA MARQUES MORATORI, CPF nº 193.657.726-72; VIRGINIA DE ALMEIDA ANDRADE, CPF nº 412.415.417-87

1. Determinar ao Comando do Exército/Ministério da Defesa que observe o disposto no art. 187 da Lei 8.112/90, quanto à vigência das aposentadorias compulsórias, bem como informe corretamente os códigos de fundamentação legal nos atos de concessões posteriores à Emenda Constitucional nº 20/1998.

04 - TC-009.420/2006-5

Interessado(s): ALBA MARIA RODRIGUES RAMOS, CPF nº 127.306.454-20; ANTONIO DA COSTA ORLANDO, CPF nº 006.782.362-91; DALVA CALDEIRA DO SANTOS SANTIAGO, CPF nº 114.166.961-72; EDILCE DOS SANTOS BERQUÓ, CPF nº 405.260.387-72; EXPEDITO ALVES DE ARAUJO, CPF nº 207.594.014-20; IEDA DE PAULA TEIXEIRA, CPF nº 462.888.727-68; JOANITA MASELLI DE PINHEIRO GOUVEA, CPF nº 339.487.717-15; JORGE DOS SANTOS, CPF nº 102.527.380-04; JOSE ADEMARIO FERREIRA, CPF nº 113.625.531-15; JOSE ALMERINDO ALENCAR DA ROSA, CPF nº 031.418.452-04; MARIA ELEUTERIA RIBEIRO DA CUNHA, CPF nº 043.966.772-00; MARLENE DA SILVA, CPF nº 399.816.907-59; MAURICIO FERREIRA, CPF nº 329.586.417-91; ROSA MARIA DE MELO ARNAUT, CPF nº 856.123.248-04; RUTH LIMA DE MIRANDA, CPF nº 296.015.257-34; SELMA MARIA DA SILVA MESQUITA, CPF nº 270.126.890-72; YOLANDA RANGEL SILVA, CPF nº 420.067.750-49

1. Determinar ao Comando do Exército/Ministério da Defesa que observe o disposto no art. 187 da Lei 8.112/90, quanto à vigência das aposentadorias compulsórias, bem como informe corretamente os códigos de fundamentação legal nos atos de concessões posteriores à Emenda Constitucional nº 20/1998.

ACÓRDÃO Nº 2459/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da Segunda Câmara, em 5/9/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143 e 259 a 263 do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

JUSTIÇA ELEITORAL

05 - TC-007.395/2006-1

Interessado(s): JOÃO LUIZ DE ARAÚJO JÚNIOR, CPF nº 840.963.063-04; JONAS DA COSTA E SILVA, CPF nº 481.545.633-04

06 - TC-009.349/2006-8

Interessado(s): Rossana Kelly Araújo Torres, CPF nº 044.648.826-76

07 - TC-009.353/2006-0

Interessado(s): EVILETO DA SILVA SANTOS, CPF nº 252.429.895-72; SÉRGIO ANDERSON DIAS, CPF nº 661.516.867-72

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

08 - TC-007.112/2006-8

Interessado(s): DANIEL FELIPE DE OLIVEIRA GENTIL, CPF nº 317.675.402-72; JOSÉ FRANCISCO CORREA MENDES, CPF nº 404.941.282-91; RAUL GUERRA DE QUEIROZ, CPF nº 410.393.353-49

09 - TC-016.000/2006-0

Interessado(s): ADRIAN MARTIN POHLIT, CPF nº 148.079.648-44; ALBERTINA PIMENTEL LIMA, CPF nº 110.585.522-87; ANTONIA MARIA RAMOS FRANCO PEREIRA, CPF nº 831.000.167-34; CLAUDIA KELLER, CPF nº 479.441.700-44; JOSE FRANCISCO DE CARVALHO GONCALVES, CPF nº 467.640.114-00; MARIA ELEUSA DE OLIVEIRA BARROS, CPF nº 012.626.507-04; RICARDO ANTONIO MARENCO MENDOZA, CPF nº 830.350.606-49; RICHARD CARL VOGT, CPF nº 507.926.792-53; RITA DE CASSIA GUIMARAES MESQUITA, CPF nº 290.970.532-34; ROSALEE ALBUQUERQUE COELHO NETTO, CPF nº 313.771.904-63; ROSALY ALE ROCHA, CPF nº 130.719.122-34

MINISTÉRIO DA DEFESA

10 - TC-007.383/2006-0
Interessado(s): RICARDO LUIS BRITTO COSTA, CPF nº 656.825.056-20

11 - TC-012.000/2006-2
Interessado(s): ADRIANO PENHA PINTO, CPF nº 067.043.046-30; AFONSO DE OLIVEIRA MARTINS, CPF nº 360.015.378-10; AGEU GONÇALVES GOUVEA, CPF nº 064.738.709-38; ALAN ALFF, CPF nº 008.324.290-23; ALEX BILBÃO CAVALCANTI, CPF nº 124.317.437-48; ALEX SOUSA LEITE, CPF nº 093.418.876-90; ANDRE COSTA GOMES, CPF nº 007.214.373-89; ANDRÉ SANTOS DE JESUS, CPF nº 128.579.617-90; JONER ALVES DOS SANTOS, CPF nº 018.141.881-93; JULIO CESAR DE CARVALHO MOURA JUNIOR, CPF nº 104.556.647-06; LEANDRO CARVALHO DOS SANTOS, CPF nº 073.376.316-26; LEANDRO DA SILVA SILVEIRA, CPF nº 080.237.046-21; LEANDRO KENJI RIBEIRO, CPF nº 366.667.088-14; LEONARDO GONÇALVES GARCIA NAVAS, CPF nº 053.551.139-66; LEONARDO VINÍCIUS BISPO GOMES, CPF nº 125.927.447-03; LUCAS BASTOS DE SOUZA, CPF nº 113.215.537-14; LUCAS MOREIRA CARNEIRO DE MIRANDA, CPF nº 015.433.046-99; LUIS FERNANDO RIBEIRO MARTINS, CPF nº 337.561.268-03; LUIZ CLAUDIO FERREIRA DA SILVA, CPF nº 109.063.367-08; LUIZ EDUARDO DE SOUZA GOULART E SILVA, CPF nº 106.847.687-71; MARCELO FERREIRA, CPF nº 054.741.799-36; MARCELO TUPAIBA NUNEZ ALVES, CPF nº 009.411.370-07; MARCOS FELIPE AVELINO DA CUNHA, CPF nº 111.748.477-78; MARCOS ROMEU CALDAS ARAUJO, CPF nº 011.928.790-07; MARCUS VINICIUS GERMANO, CPF nº 366.074.708-40; MATHEUS HENRIQUE BORGES OLIVEIRA, CPF nº 066.320.699-59; MATHEUS RODOLFO DE SANTANA, CPF nº 338.060.818-16; MIGUELISES COLLA CABRERA, CPF nº 369.439.798-17; NATHAN GIOVINAZZO GARCIA, CPF nº 311.195.178-26; PABLO PANTOJO PALMA, CPF nº 118.715.847-01; PEDRO FERNANDO SEIBEL, CPF nº 013.272.090-63; PEDRO HENRIQUE CARDOSO BARRETO, CPF nº 117.123.077-03; RAFAEL ATAIDES DE MELO, CPF nº 121.548.647-24; RAFAEL GINDRO, CPF nº 338.636.818-27; RAFAEL HUMBERTO FILIPPINI, CPF nº 356.900.338-80; RAFAEL LIMA BEZERRA, CPF nº 116.445.787-00; RAFAEL MASSON SOARES, CPF nº 107.869.197-52; RAFAEL WANDERLEY TEIXEIRA, CPF nº 064.735.114-58; RICARDO ALMEIDA CARROZZA, CPF nº 338.274.318-32; RICARDO MEZONATO DE ALMEIDA, CPF nº 062.875.056-05; RICARDO NETO PIMENTA, CPF nº 088.903.116-90; RICARDO SONEGO NEVES, CPF nº 359.527.488-13; RINALDO REIS DE MORAES JUNIOR, CPF nº 117.669.867-22; RIVAIL TEIXEIRA PEREIRA, CPF nº 118.595.157-11; RODNEY RODRIGUES DA CUNHA, CPF nº 015.443.031-57; RODRIGO LIMA PACHECO, CPF nº 052.906.767-67; RODRIGO MODESTO FRECH DINIZ, CPF nº 124.211.097-60; RÓGERSON TURANI DA SILVA, CPF nº 007.568.931-60; RONI VALE MAGGI, CPF nº 013.552.753-85; ROSEMBERGUE DOS REIS E SILVA JUNIOR, CPF nº 107.308.367-54; SAUL GONÇALVES DA LUZ, CPF nº 093.713.356-61; SILVANO DE ARAUJO GUERRA JUNIOR, CPF nº 050.310.464-73; THIAGO BARROS DE SOUSA, CPF nº 118.287.637-48; THIAGO DA SILVA MARCELINO, CPF nº 085.027.506-74; THIAGO DA SILVA PINTO, CPF nº 354.552.288-11; TIMOTEO RIBEIRO ALVES, CPF nº 011.114.323-33; TULIO BEZERRA CRUZ, CPF nº 013.807.764-90; VICTOR HUGO SILVA CYPRIANO, CPF nº 020.982.971-06; VITOR THADEU DE SOUZA GOULART SILVA, CPF nº 108.876.927-61; WAGNER SOARES MEREGALLI, CPF nº 015.581.350-14

12 - TC-015.983/2006-8
Interessado(s): ADEMAR GERALDO CANTERLE JUNIOR, CPF nº 009.609.800-75; ADOLF NUNES MARINHO, CPF nº 073.083.784-03; ADOLFO RAFAEL ANDRIOTTI, CPF nº 312.184.358-36; ADRIANO DA SILVA DALCOL, CPF nº 006.297.630-38; ADRIANO DALTRO DE CASTRO LEITE, CPF nº 801.542.205-15; ADRIANO FELIX FREITAS DE MENEZES, CPF nº 040.047.704-16; ADRIANO PUNTAR DOS REIS, CPF nº 088.631.977-33; ADSON FERNANDO GUIMARÃES SOUSA, CPF nº 761.784.552-91; AÉCIO VINÍCIUS MACIEL MACHADO, CPF nº 113.802.187-30; AELITON PRADO DE OLIVEIRA, CPF nº 953.235.031-49; AFONSO FELIPE MENEZES XAVIER, CPF nº 102.363.157-14; AGUINALDO JOSÉ RAMOS JÚNIOR, CPF nº 076.506.386-77; AISLAN RUBEM NICOLOSO, CPF nº 001.037.850-27; ALADIR NUNES JUNIOR, CPF nº 315.830.638-70; ALAN PESSANHA DE OLIVEIRA, CPF nº 096.178.047-94; ALBERTO DE SOUSA SILVA, CPF nº 105.365.247-00; ALCIONE RODRIGO JUNG, CPF nº 001.758.430-23; ALCIR FAGUNDES BRAZ, CPF nº 052.412.556-21; ALDENIR DOS SANTOS SILVA, CPF nº 012.166.393-02; ALEKSANDRO GUIDE, CPF nº 106.383.787-10; ALESSANDRO RAFAEL MULLER, CPF nº 010.838.310-54; ALESSANDRO VINÍCIUS DE SOUZA VIEIRA, CPF nº 102.166.997-03; ALEX DOS SANTOS COLETTE, CPF nº 017.310.141-04; ALEX SÂNDER DE SARAIVA JARDIM, CPF nº 000.971.570-31; ALEXANDER GONÇALVES, CPF nº 014.772.016-88; ALEXANDRE DE SOUZA CARNEIRO LEÃO JÚNIOR, CPF nº 067.511.344-01; ALEXANDRE GIOVANI BECKER, CPF nº 014.793.160-67; ALEXANDRE MAGNO DE OLIVEIRA, CPF nº 073.111.226-19; ALEXANDRE NUNES BEZERRA DO NASCIMENTO, CPF nº 045.834.204-12; ALEXANDRE SOARES CUNHA, CPF nº 982.056.503-06; ÁLISSON FRANKLIN MARTINEZ, CPF nº 035.730.169-28; ALLAN CARLOS DOS SANTOS, CPF nº 054.987.437-26; ALMÉRIO RODRIGUES DA SILVA CRUZ, CPF nº 062.220.586-20; ALYSSON FRANCIS MORAIS, CPF nº 063.274.836-23; ANDERSON ALVES DA SILVEIRA, CPF nº 053.462.337-92; ANDERSON CAMARA SILVA LIMA, CPF nº 116.482.057-55; ANDERSON DA SILVA SANTOS, CPF nº 054.992.097-82; ANDERSON DE OLIVEIRA DINIZ MENDES, CPF nº 056.402.607-77; ANDERSON GONÇALVES DA SILVA, CPF nº 119.698.197-31; ANDERSON LIRA MONTEIRO, CPF nº 042.136.844-66; ANDERSON LUIZ FERNANDES TERRA, CPF nº 092.202.887-70; ANDERSON ROCHA DE OLIVEIRA, CPF nº 083.247.566-12; ANDRÉ BORGES PACHECO, CPF nº 006.700.791-03; ANDRÉ LUIZ F DE SOUSA OLIVEIRA, CPF nº 085.820.047-37; ANDRÉ LUÍZ FERREIRA DE ALMEIDA, CPF nº 096.914.267-65; ANDRÉ MARCELO CARVALHO CARDOSO, CPF nº 000.014.820-25; ANDRÉ MURILO CHELEIRO PEDROSO, CPF nº 097.147.557-19; ANDRÉ ROBERTO MACEDO GOMES, CPF nº 100.558.627-64; ANDRÉ VELLOSO MARTINS, CPF nº 072.885.806-10; ANTÔNIO AGRÍCOLA LIMA DE OLIVEIRA, CPF nº 067.159.986-04; ANTÔNIO FÁBIO DE SOUSA ROCHA, CPF nº 657.086.283-91; ANTÔNIO LAURENTINO SOUTO NETO, CPF nº 040.261.994-36; ANTÔNIO NAVARRO DE MORAES BARRETO NETO, CPF nº 032.060.724-09; ANTÔNIO VICENTE VALENTE BRESSAN, CPF nº 011.857.590-26; ANTÔNIO VITOR CAETANO NETO, CPF nº 015.769.116-08; ARI ADRIANO TILWITZ, CPF nº 008.199.120-77; ARTUR PEREIRA LOPES DE SOUZA, CPF nº 117.481.217-66; ÁTILA FERRO CORRÊA, CPF nº 004.020.460-05; ATYLLA FERREIRA DE FREITAS, CPF nº 013.867.806-50; BERONI ALVES PRIMO, CPF nº 037.887.794-11; BRUNO ALVES DE LIMA, CPF nº 048.197.474-10; BRUNO ANTUNES MORENO, CPF nº 102.115.687-67; BRUNO BITTENCOURT DE SOUZA, CPF nº 053.899.067-80; BRUNO DE CASTRO PIRES, CPF nº 065.131.866-17; BRUNO FERREIRA FIALHO, CPF nº 103.701.877-09; BRUNO JOSÉ CARDOSO DE OLIVEIRA, CPF nº 010.532.574-06; BRUNO JOSÉ DE AZEVEDO VIEIRA, CPF nº 056.069.207-27; BRUNO MATOSO NEVES, CPF nº 014.599.596-80; BRUNO MONTEIRO NOGUEIRA, CPF nº 107.147.007-89; BRUNO PEREIRA RIBEIRO, CPF nº 102.330.137-76; ELSON PEREIRA RAMOS JUNIOR, CPF nº 115.463.477-98

ACÓRDÃO Nº 2460/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da Segunda Câmara, em 5/9/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143 e 259 a 263 do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), fazendo-se a(s) determinação(ões) e/ou recomendação(ões) sugerida(s) nos pareceres emitidos nos autos:

JUSTIÇA ELEITORAL

13 - TC-007.388/2006-7
Interessado(s): ALCEU HENRIQUE TEIXEIRA VIANA, CPF nº 620.178.883-20; ALVARO JAFFÉ CRUZ BARROS, CPF nº 803.951.473-87; ANTONIO ANDRÉ DA SILVA OLIVEIRA, CPF nº 759.121.203-68; GERMANA DE MELO SILVA, CPF nº 804.324.173-20; MÁRCIO ALVES FERREIRA, CPF nº 706.588.113-04; MAURÍCIO DIAS SOBREIRA BEZERRA, CPF nº 853.446.804-49

1. Determinar ao INSS/MPS que torne disponível no Sisac, no prazo de 30 (trinta) dias, o ato de desligamento do servidor Maurício Dias Sobreira Bezerra, admitido em 01/04/2003 como técnico previdenciário.

14 - TC-007.400/2006-3
Interessado(s): ALAN JUNQUEIRA GIL, CPF nº 221.116.908-21; ANTONIO CLARETE ZAVARIZ, CPF nº 044.064.758-42; CRISTIANE RIYUMI YUMIOKA, CPF nº 251.895.238-10; FABIO GOMES PEREIRA, CPF nº 169.561.628-65; JOÃO PEDRO WAMOSY RIBEIRO DE SOUZA SOARES, CPF nº 308.133.578-70; MARCIA CESARO PINHEIRO, CPF nº 003.275.558-90; RAEDER RODRIGO PORCARO PULIESI, CPF nº 214.958.038-13; RAFAEL ANCILOTTO MONTORO, CPF nº 171.372.518-54

1. Determinar ao Comando do Exército - 2ª Região Militar, que torne disponível no Sisac, no prazo de 30 (trinta) dias, o ato de desligamento do servidor Fábio Gomes Pereira, admitido em 16/11/1994 como agente administrativo;

2. Determinar ao Banco do Brasil que torne disponível no Sisac, no prazo de 30 (trinta) dias, o ato de desligamento da servidora Cristiane Riyumi Yumioka, admitida em 17/12/2001 como escriturário;

3. Determinar ao INSS/MPS que torne disponível no Sisac, no prazo de 30 (trinta) dias, o ato de desligamento do servidor Antônio Clarete Zavariz, admitido em 01/04/2003 como técnico previdenciário.

15 - TC-014.806/2006-9
Interessado(s): FELIPE CAVALCANTI ALVES, CPF nº 975.089.004-30; FRANCISCO MORAIS DO SANTOS, CPF nº 292.368.354-49; LINDACI DE ALBUQUERQUE MARANHÃO DA SILVA, CPF nº 305.769.034-34; LUZIA ALVES DE ARAUJO BRAGA, CPF nº 230.257.514-87; RONALDO LEITE RODRIGUES, CPF nº 477.851.953-15; SAULO FARIAS FALCÃO, CPF nº 012.301.444-12; WALESKA DE SOUSA GURGEL, CPF nº 623.309.933-15

1. Determinar à Universidade Federal da Paraíba que, no prazo de 15 (quinze) dias, torne disponível no Sisac o ato de desligamento de Francisco Morais dos Santos, transferido para aquela universidade em 08/04/2005, como odontólogo.

ACÓRDÃO Nº 2461/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da Segunda Câmara, em 5/9/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

JUSTIÇA ELEITORAL

16 - TC-007.855/2006-3
Interessado(s): ADELINA SPINELLI MADEIRA, CPF nº 024.056.637-83; AMANDA CAROLINA ALVES DE OLIVEIRA, CPF nº 112.457.187-62; AMARACY MACIEL FEITOSA, CPF nº 414.631.967-68; CARLINDA LIMA SOARES, CPF nº 321.002.807-91; CRISTIANE MALTA DE CAMPOS SA BRITO, CPF nº 025.949.807-65; DEOTÁLIA ARAUJO DE OLIVEIRA, CPF nº 012.353.967-62; DEUSELINA ANDRADE DE OLIVEIRA, CPF nº 465.965.507-53; ELADIR RIBEIRO MARTINS, CPF nº 010.935.917-81; FRANCISCA MARIZA PINHEIRO FRIAS, CPF nº 087.011.407-79; GILDA AZEVEDO CAMARA, CPF nº 963.072.187-20; HELENA CAMPOS LOPES, CPF nº 028.761.077-24; HERMELINDA GARCIA REIS, CPF nº 072.820.967-59; HOMERO GONCALVES PEIXOTO, CPF nº 003.417.117-72; IDA MARIA PIA PELLEGRINI ROMÃO, CPF nº 711.474.977-53; JACYRA RODRIGUES MEDEIROS, CPF nº 097.579.287-39; JUREMA DA SILVA CUNHA, CPF nº 024.285.957-76; LIDIA LUZ LEAL, CPF nº 097.901.897-88; LUIZ CARLOS LISBOA, CPF nº 004.110.787-04; MARIA DA PENHA CARVALHO DOS SANTOS, CPF nº 767.118.207-97; MARIA JOSE FREITAS GOMES, CPF nº 041.296.597-66; MARIA LEONOR RAMOS LOPES, CPF nº 069.470.397-46; MARIA NELY RODRIGUES TIBAU, CPF nº 444.078.827-00; MARISTHER DOS SANTOS FURTADO, CPF nº 126.807.967-72; MIRYAM LEAL MACHADO MARTINS, CPF nº 481.309.157-15; NADIR PEREIRA DA SILVA, CPF nº 641.338.187-68; NANCY PEREIRA RIBEIRO, CPF nº 055.014.787-06; NILCIRA FERREIRA DA ROCHA, CPF nº 659.565.247-15; NOVINA VAZ SOARES, CPF nº 685.842.297-87; RENATO SCAFURA LAMONTE, CPF nº 521.256.297-04; SELMA DE AZEVEDO VELASCO, CPF nº 924.549.927-87; SHIRLEY GREGORIO SALLES, CPF nº 079.622.327-06; VILMA LOPES SALLES, CPF nº 457.223.587-20; WILSON ROCHA DA SILVA, CPF nº 000.687.997-72; ZVONKO CVENK, CPF nº 042.918.247-34

17 - TC-007.856/2006-0
Interessado(s): EDINEA GARCIA ALVES, CPF nº 031.331.447-07; ERMELINDA GONCALVES DOS SANTOS, CPF nº 885.567.947-34; ERODICE DAMASCENO CARREIRO, CPF nº 048.421.547-72; GLADYS DE ARAUJO ALMEIDA, CPF nº 032.051.347-53; IOLANDA BITTENCOURT MOURAO, CPF nº 028.149.557-21; MARIA JOSE RODRIGUES NORONHA, CPF nº 892.040.857-20; RAIMUNDO FURTADO DE MENDONCA NETO, CPF nº 182.165.601-68; RITA DE CASSIA CHARLES FRANCO, CPF nº 071.186.877-82; TEREZINHA FERREIRA DE SOUZA, CPF nº 514.190.257-91

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

18 - TC-007.805/2006-1
Interessado(s): ADILSON MARCOS DOS REIS, CPF nº 214.096.558-22; AMELIA VENANCIA RIBEIRO DOS SANTOS, CPF nº 252.251.908-55; ANA CAROLINA FECHO GUIMARAES, CPF nº 215.259.068-60; ANALIA MARIA DOS SANTOS GAMA, CPF nº 334.794.598-03; ANDRE FELIPE LUITZ COSTA, CPF nº 199.169.078-97; ANGELA MARIA COSTA E SILVA, CPF nº 085.245.928-93; ARLETTE RIERA MACHADO, CPF nº 217.784.878-40; CIBELE LUITZ COSTA, CPF nº 199.167.908-41; CLAUDIO SILVA TARGINO, CPF nº 008.119.744-64; CLAUDIOMIR LEITE TEIXEIRA, CPF nº 217.765.458-00; CLEANTO SILVA TARGINO, CPF nº 008.113.394-40; CLEITON SILVA TARGINO, CPF nº 008.113.404-57; DOUGLAS FRANCISCO MARCOLINO GHERARDI, CPF nº 711.083.197-34; FABIO ALEXANDRE SOUZA OLIVEIRA, CPF nº 183.783.988-38; FELIPE BANDONES CORREA, CPF nº 220.233.128-09; FRANCIS AUGUSTO SOUZA OLIVEIRA, CPF nº 213.495.958-45; GUILHERME BANDONES CORREA, CPF nº 220.233.078-05; GUILHERME HASHIOKA, CPF nº 223.443.458-09; IURI MORENO DE MEDEIROS, CPF nº 011.867.306-84; JEFERSON HASHIOKA, CPF nº 223.443.238-30; JOANA DARC DOS SANTOS, CPF nº 199.096.898-80; LARISSA PAVANELLI BORGES, CPF nº 247.146.978-70; LEANDRO PAVANELLI BORGES, CPF nº 247.146.968-07; LEILA TIEMI HASHIOKA, CPF nº 064.183.108-02; LINA PINTO DE CARVALHO PEREIRA DA CUNHA, CPF nº 138.464.568-37; LUCAS PEREIRA DA CUNHA, CPF nº 138.464.558-65; LUIZ ANTONY DE SOUSA GOMES, CPF nº 107.963.817-20; MARCIA MARIA PINTO DE CARVALHO, CPF nº 306.385.428-04; MARCOS AULERINO DOS REIS, CPF nº 214.096.518-35; MARIA APARECIDA LEITE TEIXEIRA, CPF nº 217.855.058-40; MARIA BENEDITA DOS REIS, CPF nº 265.265.668-63; MARIA DA PAZ SILVA TARGINO, CPF nº 242.371.674-53; MARIA JOSE MARQUES, CPF nº 159.677.848-29; MARISA VIEIRA FERRAZ CUNHA NUBILE, CPF nº 040.901.168-13; NINA DE SOUSA GOMES, CPF nº 107.960.417-09; PAMELA HELENA COSTA E SILVA, CPF nº 214.746.398-10; PAULO FELIPE COSTA E SILVA, CPF nº 214.746.538-04; PEDRO RONALDO DOS REIS, CPF nº 199.127.128-03; POLIANA CRISTINE OLIVEIRA, CPF nº 213.482.858-77; REGINA CELI BRAGA CUNHA, CPF nº

209.631.656-15; RENEA PAVANELLI BORGES, CPF nº 750.833.618-68; RITA DE CASSIA SANTOS, CPF nº 199.096.828-77; RODOLFO BANDONES CORREA, CPF nº 295.820.638-66; ROSANA APARECIDA DOS SANTOS, CPF nº 199.236.648-99; ROSANA BANDONES, CPF nº 810.051.488-72; SUELI LUITZ COSTA, CPF nº 355.389.379-68; TANIA REGINA FECHO GUIMARAES, CPF nº 262.444.788-19; TELMA NEVES OLIVEIRA, CPF nº 057.921.648-94; WILMA BORGES NASCIMENTO DOS SANTOS, CPF nº 119.112.428-22

ACÓRDÃO Nº 2462/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da Segunda Câmara, em 5/9/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

MINISTÉRIO DA DEFESA

19 - TC-014.118/2006-1

Interessado(s): ALIDA GRIEP OTT, CPF nº 723.994.900-10; ALMERINDA SILVEIRA DA SILVA, CPF nº 625.214.540-87; CLECI SOARES ALOY, CPF nº 596.512.880-00; ELDIR SILVEIRA CENTENO, CPF nº 393.530.600-87; ELOINA DA CUNHA AQUINO, CPF nº 913.097.940-49; ELOISA HELENA TERRES NUNES, CPF nº 691.142.420-87; EVA ELIZETE SOUZA RAATZ TARTARI, CPF nº 724.307.880-04; GESSIA WEEGE, CPF nº 179.334.390-04; GISLAINE RAMOS DIAS, CPF nº 529.420.310-34; HAIDE SOARES PINTO, CPF nº 323.800.380-15; HERMOGENIA PEREIRA GOULART ALVES, CPF nº 812.897.820-91; JOANA ARACI RAATZ DA SILVA, CPF nº 361.800.410-91; JOVENTINA CERQUEIRA DA SILVA, CPF nº 645.431.960-15; MARIA DE LOURDES LAGES SANTOS, CPF nº 539.738.600-68; MARIA DE LOURDES MEDEIROS PEDROSO, CPF nº 513.503.270-34; MARIA FERREIRA GOMES, CPF nº 761.918.000-10; MARIA LUIZA DA SILVA ESCOBAR, CPF nº 419.562.650-15; MARIA TEREZA DE OLIVEIRA BITTENCOURT, CPF nº 494.621.640-53; MARIZETE RAATZ DOS SANTOS, CPF nº 718.271.960-68; NATALINA PIGATO DIDONE, CPF nº 618.056.530-91; PAULO OLIVEIRA BITTENCOURT, CPF nº 006.550.300-77; ROSA SOUZA GOMES, CPF nº 746.756.800-20; ROSELENE GONÇALVES SOARES, CPF nº 907.203.000-10; RUTH MARIA RAATZ PONS, CPF nº 413.429.170-49; URZOLA DIEL, CPF nº 239.443.900-91

20 - TC-014.130/2006-6

Interessado(s): MARIA FRANCISCA DA SILVA MATIAS, CPF nº 456.970.942-72; MARIA GUERRA PIMENTEL, CPF nº 239.342.122-04

ACÓRDÃO Nº 2463/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da Segunda Câmara, em 5/9/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

MINISTÉRIO DA DEFESA

21 - TC-004.941/2006-0

Interessado(s): AUREA MARTINS BARROS, CPF nº 006.007.577-57; BAPTISTINA OSORIO BERTHIER, CPF nº 025.285.687-20; GISLENE BASTOS DE OLIVEIRA, CPF nº 391.556.177-00; IRENE PAIVA BOTELHO, CPF nº 054.501.357-77; IVONETTE FERREIRA LEAL, CPF nº 074.983.807-81; MARIA LUCIA DA CONCEIÇÃO GUILHERMINO, CPF nº 045.508.757-12; MARTHA FREITAS DOS SANTOS, CPF nº 581.938.477-68; MAURA PAZ ALVES, CPF nº 021.077.027-99; REUTH REGO MONTEIRO TAVARES, CPF nº 074.943.577-18

22 - TC-004.945/2006-9

Interessado(s): ADELAIDE STERINA CORSO RODRIGUES, CPF nº 387.332.690-68; ALICE NIEDERAQUER LEOTE, CPF nº 595.510.620-00; ANA TEREZA DE OLIVEIRA FARIAS, CPF nº 626.895.330-49; EDITH SOUZA HERMEL, CPF nº 930.715.900-91; ELISABETE LOPES BIDART, CPF nº 533.113.700-82; ELIZA VARGAS LEITE, CPF nº 771.500.660-20; ELLY SALAZAR JUSTO, CPF nº 010.043.130-55; ELZA MARIA SORIANO MIRANDA, CPF nº 460.645.160-20; IEDA CEZIMBRA DE OLIVEIRA, CPF nº 304.424.860-49; ILCA FRIDA AREND LAUTENSCHILAGER, CPF nº 704.079.160-91; JANETE TERESINHA VOLK, CPF nº 555.116.780-15; JULIA PACHECO DA SILVA, CPF nº 009.211.740-63; MARIA SOARES DA SILVA, CPF nº 692.978.000-68; MARIA TEREZINHA MACHADO ALBERTO, CPF nº 666.469.100-06; MARLENE BRUM BERTAGNOLLI, CPF nº 630.618.720-00; SANTA DIVA FARIA JACOB, CPF nº 348.992.000-72

23 - TC-005.423/2006-9

Interessado(s): ÂNGELA CAMPOS HILDEDEBRAND, CPF nº 135.499.103-63; ARGENTINA VICTAL BEZERRA, CPF nº 640.753.543-34; ARGENTINA VICTAL BEZERRA, CPF nº 640.753.543-34; CATHARINA LUCIA SOUTO GALENO, CPF nº 512.805.077-72; CLARISSE RIBEIRO DE ARAÚJO, CPF nº 043.782.963-49; DAISY CAMPOS E SILVA, CPF nº 103.080.323-49; DEA MENDONÇA DEMÉTRIO, CPF nº 140.770.193-20; DULCINA BELLUOMINI RAMOS, CPF nº 736.675.013-15; ELENE LEITE BARBOSA CAMPOS, CPF nº 103.080.673-04; ENEIDA MARIA MARTINS SAID, CPF nº 019.086.005-78; ERMELINDA ALBERTINA BECKER DE VASCONCELOS, CPF nº 008.537.980-87; FRANCISCA DAS CHAGAS SOARES LIMA, CPF nº 229.465.783-72; GLAUBA MARIA BEZERRA PARAHYBA, CPF nº 120.690.003-20; GLAUCIA IARA BEZERRA LEITE, CPF nº 210.314.953-04; IDEANE MARIA DE SOUSA ABREU, CPF nº 616.258.763-00; ISLANIA BEZERRA BATISTA, CPF nº 258.260.693-68; ISTELMA BEZERRA BATISTA, CPF nº 221.064.723-15; JOCELINDA FRAGA HEIZER, CPF nº 019.135.137-77; JOELMA VELOSO DE OLIVEIRA COSTA, CPF nº 707.867.393-04; JOSEFA RODRIGUES BRANDÃO, CPF nº 619.706.893-15; LUCIMAR RODRIGUES PEREIRA, CPF nº 090.370.713-68; LUCY DE OLIVEIRA MARTINS, CPF nº 634.179.525-49; MARIA ARLETE COSTA CAMPOS, CPF nº 458.447.553-91; MARIA ARLETE COSTA CAMPOS, CPF nº 458.447.553-91; MARIA CELESTE DE MOURA SOUTO, CPF nº 210.068.573-20; MARIA DA PAZ FERREIRA ARARUNA, CPF nº 208.230.613-53; MARIA DE LOURDES OLIVEIRA, CPF nº 534.660.633-53; MARIA DE LOURDES OLIVEIRA, CPF nº 534.660.633-53; MARIA DEUSA DA SILVA, CPF nº 580.179.763-72; MARIA EDVIRGES DE LUCENA VIANA, CPF nº 074.021.983-91; MARIA HELENA BEZERRA BATISTA, CPF nº 385.839.093-34; MARIA IEDA DE AZEVEDO MELO, CPF nº 765.829.493-49; MARIA JOSÉ DAS NEVES MOREIRA, CPF nº 090.818.953-20; MARIA VALINDA DE CARVALHO BRAGA, CPF nº 015.064.983-53; MARTA CAMPOS RUSSO, CPF nº 102.038.933-87; MONICA COSTA CAMPOS, CPF nº 357.731.623-34; NEIDE LEITE BARBOSA CAMPOS, CPF nº 020.410.303-72; NEIDE LEITE BARBOSA CAMPOS, CPF nº 020.410.303-72; NORMA LEITE BARBOSA CAMPOS, CPF nº 102.203.133-34; RAIMUNDA ALVES BERNARDINO, CPF nº 069.151.753-34; RAIMUNDA RAILDA ALMEIDA LIMA, CPF nº 209.166.553-34; RAIMUNDA VIRGINIO DE SOUSA, CPF nº 260.990.473-87; REGINA ANDRADE DE OLIVEIRA, CPF nº 477.327.683-53; REGINA CAMPOS BRANDÃO, CPF nº 186.452.083-34; REGINA HELENA DE MOURA SOUTO, CPF nº 168.192.333-53; RITA FERREIRA DE SOUSA, CPF nº 775.176.877-00; ROSANA COSTA CAMPOS, CPF nº 299.594.893-53; ROSANY COSTA CAMPOS DE ALBUQUERQUE, CPF nº 357.691.813-20; RUTH CAMPOS FONSECA VIANA, CPF nº 186.372.563-68; SANDRA LÚCIA ALVES COUTO, CPF nº 319.194.053-72; THEREZINHA DE JESUS PEREIRA PERDIGÃO, CPF nº 457.471.053-53; WELXENIRA RODRIGUES PEREIRA, CPF nº 518.378.543-00; WELZENIRA RODRIGUES PEREIRA, CPF nº 644.627.143-34; WILKA PEREIRA DA SILVA, CPF nº 220.879.663-20; WILMA RODRIGUES PEREIRA, CPF nº 867.000.493-34

24 - TC-005.425/2006-3

Interessado(s): ADEMIL DA CRUZ SILVA, CPF nº 727.508.711-15; ANA AMELIA GANTOIS CHAVES DE ALMEIDA, CPF nº 694.063.161-53; ANA LUCIA GISMONTI FERREIRA COELHO, CPF nº 549.779.597-87; CLÉLIA SANT'ANNA PRAXEDES, CPF nº 029.741.857-20; DIANA DALVA DA SILVA MOURAES, CPF nº 275.955.951-34; DYLA MARIA DE CARVALHO MORETZSOHN, CPF nº 798.541.841-53; EDITH SOARES, CPF nº 251.643.254-20; ELIZABETH APARECIDA CHAVS SBAMPATO, CPF nº 185.897.741-04; ELIZABETH DANZIATO REGO LIMA, CPF nº 143.465.401-04; ENEIDA MARIA DA SILVA DE CASTRO, CPF nº 480.422.421-15; IVANOSKA SORIANO LOUSADA, CPF nº 471.460.011-72; JOSENICE PEREIRA BOMFIM DE SENA, CPF nº 335.386.035-53; LOUDES MARIANO DA SILVA, CPF nº 471.396.921-49; LUZIA ROSA SANTANA, CPF nº 665.154.161-72; MARIA DIVA FERREIRA DE SOUZA, CPF nº 695.717.911-72; MARIA DAMÁZIO OUTEIRO, CPF nº 224.888.801-59; MARIA DE ARAÚJO SOUZA, CPF nº 115.785.135-53; MARIA ESMERIA GUANAIS AGUIAR VIADEMONTE, CPF nº 009.439.161-00; MARIA EUNICE DE CASTRO LOPES, CPF nº 221.070.881-87; MARIA LACERDA CARVALHO FIGUEIREDO, CPF nº 583.653.541-87; MARIA MAGALY DANZIATO REGO, CPF nº 866.117.981-53; NEINA GISMONTI FERREIRA COELHO, CPF nº 821.949.557-04; NEUZA CARNEIRO CORREIA, CPF nº 121.117.671-15; SEBASTIANA LEITE DA SILVA, CPF nº 493.136.811-53; SELMA MARIA LESSA LUCAS, CPF nº 584.306.011-04; SOLANGE BISCHOFF, CPF nº 606.791.827-72; SUELI MARTINS MACHADO, CPF nº 967.251.171-04; SUELY DE CARVALHO ALVES BRANCO, CPF nº 259.348.898-00; TANIA DALILA DE CASTRO CASTELO BRANCO, CPF nº 573.515.701-91; TANIA FERREIRA COELHO LACERDA, CPF nº 153.049.571-72; THEREZINHA SEVERO HORNE, CPF nº 505.992.161-15; VANDA MARIA DE MATTOS VIEIRA, CPF nº 490.341.111-72; VANDA MARIA DE MATTOS VIEIRA, CPF nº 490.341.111-72; VERA MARIA HORNE DA CRUZ, CPF nº 926.930.670-49; VIRGINIA SEVERRO HORNE, CPF nº 366.708.981-34; WILMA MACHADO MILESKI, CPF nº 635.486.231-15; ZELIA OLIVEIRA BARBOSA, CPF nº 026.429.723-72; ZULEIDE BERNARDINO MENDES, CPF nº 244.699.631-00

25 - TC-005.426/2006-0

Interessado(s): AMELIA CHAVES AMADOR, CPF nº 813.627.221-20; ANA LUCIA DAS GRAÇAS AMADOR CHAGAS, CPF nº 243.884.591-00; ÂNGELA MARIA BASTIANI TEIXEIRA, CPF nº 825.895.181-53; APARECIDA FRAGA GONÇALVES, CPF nº 289.396.111-87; BERENICE LAMOUNIER CORGOSINHO DE MOURA, CPF nº 008.147.336-20; CRISTINA LUCIA DAS GRAÇAS AMADOR MEDEIROS, CPF nº 727.548.857-49; DARCY MARIA GASPARETTO CAMARGO, CPF nº 042.282.511-53; DERUSA GONÇALVES, CPF nº 480.296.101-49; DULCINEA SILVA MENDES, CPF nº 483.243.961-87; ELIANA BICUDO DE CASTRO AZAMBUJA, CPF nº 094.115.267-72; HELENA RABELO GONÇALVES, CPF nº 244.934.651-15; IARA MARIA CAETANO JACQUES, CPF nº 974.584.650-34; JANE ROESLER E SILVA, CPF nº 230.687.010-15; JESMARIA DE LIMA SILVA, CPF nº 444.192.281-72; LAIS SIQUEIRA DE CLODOALDO PINTO, CPF nº 573.710.671-34; LAUZINA DE LIMA DA PAZ, CPF nº 725.002.391-87; LEILA FONSECA DE TOLEDO, CPF nº 589.714.751-53; LUCIMAR DE QUEIROZ LIMA, CPF nº 573.543.401-20; LUCINDA PEREIRA ANTUNES CAMPOS, CPF nº 002.364.021-96; MARA REGINA GONÇALVES, CPF nº 480.296.451-04; MARIA JOSEFA DIAS FREITAS, CPF nº 304.441.957-34; MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA ROCHA, CPF nº 575.005.171-49; MARIA DE LOURDES BARBOSA AZEVEDO, CPF nº 314.704.591-91; MARIA JOSE MARINHO MAGALHÃES, CPF nº 202.620.864-68; MARILIA ZARANZ BUENO, CPF nº 701.529.421-49; MARIZA AZAMBUJA BICUDO DE CASTRO, CPF nº 033.484.747-87; MARLENE ALVES DA COSTA, CPF nº 602.945.311-49; NADIR DOS SANTOS SILVA, CPF nº 712.795.717-72; NADJA CRSTINA GONÇALVES, CPF nº 490.633.671-04; NEUZA DOS SANTOS SILVA, CPF nº 191.949.271-20; NILDA DOS REIS E SILVA, CPF nº 609.686.567-49; SOLANGE FONSECA DE TOLEDO, CPF nº 135.184.021-53; TEREZINHA DE JESUS ROMUALDO SOBRAL, CPF nº 023.175.321-72; THAIS DE FREITAS CALLIL, CPF nº 585.428.091-49; VERA LUCIA AMARAL LOUREIRO, CPF nº 316.522.472-20; VERA LUCIA GONÇALVES, CPF nº 151.109.311-00; VERA LUCIA ROCHA CUBAS, CPF nº 494.844.431-68; VERA MARIA BICUDO DE CASTRO MAGALHÃES, CPF nº 119.527.251-00; VIRGINIA MARIA DA SILVA, CPF nº 119.938.391-00

26 - TC-005.427/2006-8

Interessado(s): ALDIVA CHAGAS LEAL, CPF nº 011.222.827-53; COSETTE CARLITTOS MONTES DA SILVA, CPF nº 275.522.761-34; ESTER ADELINA LEAL CARDOSO, CPF nº 941.806.016-72; FABIANA DE MATTOS VIEIRA, CPF nº 693.157.951-72; LISETE MONTES DA SILVA, CPF nº 279.370.891-72; RAFAEL DE MATTOS VIEIRA, CPF nº 693.158.171-68

27 - TC-005.428/2006-5

Interessado(s): AILDER MORAES DA SILVA, CPF nº 516.935.692-72; ANA ROSA DE ALBUQUERQUE MANCINI, CPF nº 213.202.254-20; ANGELINA MONTANHA SADALA, CPF nº 614.402.302-00; ARLETE GAMA PEREIRA, CPF nº 493.971.842-53; DIVA DA SILVA SOUZA, CPF nº 114.484.582-34; DULCINEIA SILVA LEITE DE MATTOS, CPF nº 591.019.207-82; EDICIA DO ROSARIO FERREIRA, CPF nº 078.124.692-04; EDILAMAR DA SILVA SOUZA PINTO, CPF nº 384.692.602-78; EDIVINA CANDIDA DA SILVA MARIA, CPF nº 498.016.002-68; FRANCISCA DOS SANTOS PEREIRA, CPF nº 531.418.142-87; JOSIANE CRISTINA DA SILVA BARROS, CPF nº 012.281.697-80; JUDIT MARIA ROCHA DE ALMEIDA, CPF nº 170.513.968-03; JUDIT MARIA ROCHA DE ALMEIDA, CPF nº 170.513.968-03; JURANDIR FERREIRA CASTELO BRANCO, CPF nº 035.782.242-00; LELIA PIRES DA SILVA E SOUZA, CPF nº 009.405.692-72; LINDALVA DA SILVA COSTA, CPF nº 149.984.242-20; LUCY DOS SANTOS BEZERA, CPF nº 074.180.192-20; LUZINETTE PANILHA NEVES, CPF nº 215.523.712-04; MARIA AUXILIADORA GOMES DA SILVA, CPF nº 969.362.077-15; MARLENE LOUREIRO DA SILVA, CPF nº 076.047.932-15; MATILDE MUCA NORONHA, CPF nº 192.753.582-49; MEIRE JANES DE OLIVEIRA SANTIAGO, CPF nº 054.813.502-97; NAIR GOMES CORTEZ, CPF nº 583.665.122-15; NEUZA PORFIRIO DE SOUZA, CPF nº 664.212.682-34; NILA DE OLIVEIRA BARBOSA, CPF nº 099.494.962-68; OLGA DE LIMA FERRO, CPF nº 601.043.762-87; RAIMUNDA DA SILVA GUEDES, CPF nº 012.004.022-00; RISONEIDE DA SILVA HENRIQUES, CPF nº 512.883.207-44; ROSALINA PINTO SILVA, CPF nº 277.945.392-34; RUTH REJANE BRASIL RIBEIRO, CPF nº 314.301.802-00; SIMONE OLIVEIRA DOS SANTOS, CPF nº 612.139.342-49; ZULEIDE DA COSTA MELO, CPF nº 583.420.442-20; ZULMIRA LOUREIRO DA SILVA, CPF nº 013.365.762-00

28 - TC-006.560/2005-4

Interessado(s): MARIA GANZER LOPES, CPF nº 243.144.559-34; MARILDA DE LOURDES FREDIANI, CPF nº 577.500.768-91; MARISA NOGUEIRA RAMOS, CPF nº 295.002.858-60; MARLENE LOPES YAMAMOTO, CPF nº 320.397.278-68; RUBENS LAURO LOPES, CPF nº 213.645.078-62; SHIRLEY DE SOUZA RAMOS, CPF nº 473.465.232-53

29 - TC-009.549/2006-9

Interessado(s): ADELAIDE SILVA SIMÕES, CPF nº 197.532.238-03; ADELINA NUNES DA SILVA, CPF nº 660.479.278-15; ANA MARIA GAMEIRO, CPF nº 137.199.468-43; ANA MARIA SANT'ANNA LENTINO, CPF nº 636.140.908-25; ANA ROSA VANUCCI BEEKE, CPF nº 524.483.638-20; APARECIDA RABELLO BITTENCOURT, CPF nº 107.233.678-25; BELINA GAMEIRO, CPF nº 171.693.288-28; CELIA MARIA XAVIER FUJUOKA, CPF nº 041.554.968-01; CIRENE GONÇALVES DA CONCEIÇÃO, CPF nº 958.478.558-34; CIRENE GONÇALVES DA CONCEIÇÃO, CPF nº 958.478.558-34; CLARA REGINA DOS SANTOS, CPF nº 046.664.588-08; CLEOMAR DIAS CORREA, CPF nº 545.772.338-00; CLEOMAR DIAS CORREA, CPF nº 545.772.338-00; CLEONICE DIAS CORREA, CPF nº 545.654.648-53; CLEONICE DIAS CORREA, CPF nº 545.654.648-53; DULCEMAR DIAS CORREA, CPF nº 064.269.068-59; DULCEMAR

DIAS CORREA, CPF nº 064.269.068-59; ELENIZE SEBASTIANA PEDROSO VIEIRA, CPF nº 023.657.398-57; FELIPE DE SOUZA ALMEIDA, CPF nº 317.846.638-08; FRANCISCA FERREIRA PEDROSO, CPF nº 117.468.638-38; HADY FLORIPES DA SILVA, CPF nº 017.959.348-08; INAH LEITE DE OLIVEIRA GUIMARÃES, CPF nº 162.735.438-79; IRENE RODRIGUES DA SILVA, CPF nº 275.539.148-00; ITAMAR SANTIAGO DE ALBUQUERQUE MIRANDA, CPF nº 003.506.228-25; IZABEL DOMINGOS GRANJA, CPF nº 923.344.588-72; IZABEL DOMINGOS GRANJA, CPF nº 923.344.588-72; JAIME PEDROSO JUNIOR, CPF nº 558.137.398-15; JAIME PEDROSO JÚNIOR, CPF nº 558.137.398-15; JOANA DAISE PEDROSO TRIVELLATO, CPF nº 803.355.608-06; LEILA DENISE PEDROSO DURAN, CPF nº 366.520.248-53; LEILA ZARAMELO FERLIN, CPF nº 696.723.268-15; LUZIA BITTENCOURT FERREIRA, CPF nº 164.830.078-25; MARIA APARECIDA DA SILVA PEREIRA, CPF nº 264.174.338-89; MARIA APARECIDA DE PAULA RODRIGUES, CPF nº 019.543.498-66; MARIA APARECIDA DE PAULA ROFRIGUES, CPF nº 019.543.498-66; MARIA APARECIDA GAMEIRO MARTINS, CPF nº 250.306.388-81; MARIA CANDELARIA DOS SANTOS, CPF nº 021.556.348-46; MARIA CORDEIRO DA SILVA, CPF nº 168.615.048-23; MARIA DAS GRAÇAS CAMARGO RAMOS, CPF nº 867.450.008-06; MARIA GERALDA MORENO, CPF nº 253.653.738-20; MARIA INACIA OLIVEIRA MEIRELES DE ALMEIDA, CPF nº 363.277.867-15; MARIA PENHA CARDOSO, CPF nº 098.919.748-47; MARIA ZELI SELINGARDI, CPF nº 434.585.808-91; MARIANA DE SOUZA ALMEIDA, CPF nº 318.778.728-22; MARISA CORREA MEDEIROS, CPF nº 199.307.908-45; MARISA CORREA MEDEIROS, CPF nº 199.307.908-45; MARLEY LONG AMORIM PIPA, CPF nº 932.633.768-53; NELY DARZI ALVES, CPF nº 055.464.658-75; NEUSA BITTENCOURT VALEZINI, CPF nº 065.664.148-78; OLEVINA BRAGA, CPF nº 170.225.338-49; REGINA CELIA CARUCCI, CPF nº 862.765.818-87; REGINA DIAS CORREA, CPF nº 084.354.558-58; REGINA DIAS CORREA, CPF nº 084.354.558-58; RITA DE CASSIA SIMÕES TEIXEIRA, CPF nº 034.088.428-25; RODRIGO GONÇALVES RIBEIRO LOPES, CPF nº 354.942.158-30; ROSA DE LOURDES GAMEIRO, CPF nº 247.030.728-74; ROSANA ALMEIDA LOPES, CPF nº 005.051.388-59; ROSELI ALMEIDA LOPES, CPF nº 040.484.248-82; ROSELI AUGUSTO CORREA DA SILVA, CPF nº 121.237.638-29; ROSELI CORREA AUGUSTO DA SILVA, CPF nº 121.237.638-29; SARITA RIZZI FERREIRA, CPF nº 557.399.469-72; SONIA MARIA BITTENCOURT SANTOS, CPF nº 164.824.788-16; SORAYA APARECIDA DE ALMEIDA, CPF nº 125.840.128-20; TALLYTA DE MACEDO PEDROSO, CPF nº 217.212.998-40; TALLYTA DE MACEDO PEDROSO, CPF nº 067.266.188-83; TANIA APARECIDA DE PAULA MELLO, CPF nº 077.332.338-44; TERESA CRISTINA GIMENES MOIANO, CPF nº 072.343.228-76; TERESA FÁTIMA DOS SANTOS, CPF nº 247.379.288-79; THERESINHA ROSA PAULA DE CAMPOS, CPF nº 830.611.778-68; THEREZINHA ROSA PAULA DE CAMPOS, CPF nº 830.611.778-68; VERA LUCIA CORREA DOS SANTOS, CPF nº 058.173.818-77; YARA DE MOURA ALMEIDA, CPF nº 085.600.028-04; YVETE DE CARVALHO, CPF nº 439.549.878-72

30 - TC-009.551/2006-7

Interessado(s): BERENICE ANTUNES DA COSTA AUGUSTO, CPF nº 214.269.418-70; ESPERIA MOURA DOPPLER, CPF nº 147.389.218-00; GLORIA ANTUNES DE ANDRADE, CPF nº 954.484.708-15; LUIZA ANGELICA SIMÕES DE MOURA MONTAGUINI, CPF nº 897.440.048-00; MARIA AMELIA DE MOURA BAARTMAN, CPF nº 385.412.898-34; MARIA ANGELA MOURA CAVICHIOLLI, CPF nº 033.224.218-80; MARIA APARECIDA DE MOURA PORT, CPF nº 201.584.838-04; MARIA DAS NEVES MOURA PERIM, CPF nº 144.129.718-99; MARIA DE LOURDES DE MOURA RABELLO, CPF nº 016.702.017-08; MARIA JULIA ASSIS DOS SANTOS, CPF nº 056.689.218-91; MARIANA RODRIGUES CHAGAS, CPF nº 257.488.688-73; TEREZINHA DE JESUS ANTUNES DA COSTA, CPF nº 014.044.418-16; WANDA SANTIAGO OLIVEIRA CARVALHO, CPF nº 833.360.798-53; WILMA SANTIAGO OLIVEIRA DE AQUINO, CPF nº 001.588.536-44; ZILDA FAGUNDES HERTEL CURY, CPF nº 120.108.588-83

31 - TC-009.553/2006-1

Interessado(s): ALDA MARIA SARMENTO DE MACEDO BATTAIOLA, CPF nº 557.879.408-49; ALZIRA REZENDE CHRISTOFARO, CPF nº 039.317.276-70; ANGELA MARIA REGATTIERI, CPF nº 613.093.036-49; ANNA PAOLLA DUTRA DE FREITAS, CPF nº 036.797.316-20; APARECIDA DIONISIO FARIA, CPF nº 962.020.766-15; ARIADINA FARIAS DE MORAES, CPF nº 098.187.857-11; ARLETTE ATHANÁSIO FARIAS, CPF nº 514.890.747-91; BEATRIZ CHRISTOFARO, CPF nº 134.822.466-53; BENEDITA SILVERIA FERREIRA ROSA, CPF nº 509.308.507-34; CAROLINA DIAS DE OLIVEIRA, CPF nº 040.524.116-09; CELINA AURORA SCANAPIECO DE OLIVEIRA, CPF nº 234.658.086-49; CLARICE RAMOS RODRIGUES, CPF nº 222.998.661-91; DALVA MURAD, CPF nº 157.510.406-78; DIRCÉIA APARECIDA DANTAS, CPF nº 773.521.496-00; DORA COIMBRA MAGALHÃES, CPF nº 686.974.496-34; DULCINEA DE LIMA BUZELIN, CPF nº 150.177.296-15; ELAINE DE OLIVEIRA LIMA, CPF nº 038.603.726-45; ELIANE NASER BARBOSA, CPF nº 425.400.626-87; ELISE HELENA DE REZENDE NASCIMENTO, CPF nº 436.644.156-04; ELOISA MOREIRA MARTINS, CPF nº 428.038.706-06; ELZA DE ARAUJO LOURES, CPF nº 503.774.426-15; EPHIGÊNIA MULLER VELOSO, CPF nº 011.699.836-93; ERCIRA MARIANA DAS ILVA, CPF nº 522.340.376-20; ESTEFANIA UCHÔA FREIRE DA FONSECA, CPF nº 700.205.581-04; ESTELA SABINO DE MORAIS, CPF nº 479.326.195-72; EUNICE FERNANDES BRAZ, CPF nº 996.617.306-44; FERNANDA JULIAO DE OLIVEIRA, CPF nº 049.193.676-19; GUILHERME DELMONTE MEDEIROS DE CARVALHO, CPF nº 005.742.946-43; GUIOMAR GONÇALVES DA SILVA, CPF nº 887.541.546-34; HEBE SARMENTO DE MACEDO MACHADO, CPF nº 612.770.886-91; HILEA SARMENTO DE MACEDO LIMA, CPF nº 136.640.346-00; IOLANDA AMARAL BRAZ DA CRUZ, CPF nº 565.387.909-68; ISIS MARIA DE FARIA FERRAZ, CPF nº 117.938.306-06; JOÃO LUIS DORNELLAS RODRIGUES, CPF nº 011.668.216-76; JOAO PAULO DUTRA DE FREITAS, CPF nº 013.929.406-64; LEDA MARIA GONÇALVES GOMES DA CONCEIÇAO, CPF nº 095.766.142-87; LUCIA REGATTIERI TANURE, CPF nº 281.769.366-34; LUIZA ANGELICA OLIVEIRA DE PAULA, CPF nº 842.246.576-00; LUIZA FRANCO LOPES BARBOSA, CPF nº 612.577.966-15; LUZIA ALENY CUPERTINO, CPF nº 455.996.616-87; LUZIA CONSUELO TAVARES, CPF nº 718.509.537-91; LUZIA RIBEIRO NASSER SALOMAO, CPF nº 048.348.316-80; MAGDA DE REZENDE NASCIMENTO, CPF nº 181.897.766-49; MARCIA FILOMENA SARMENTO MACEDO VAZ DE MELLO, CPF nº 612.582.536-15; MARIA ALICE BRAGA RABELLO, CPF nº 927.327.716-00; MARIA AUXILIADORA DE OLIVEIRA, CPF nº 643.586.666-04; MARIA AUXILIADORA DE PAULA, CPF nº 955.865.476-00; MARIA AUXILIADORA PACHECO OLIVEIRA, CPF nº 375.103.716-00; MARIA CELMA CHRISTOFARO DE ANDRADE, CPF nº 970.780.266-91; MARIA D'ASSUMPÇÃO OLIVEIRA, CPF nº 332.406.806-10; MARIA DAS DORES CARVALHO, CPF nº 193.407.106-49; MARIA DAS DORES DA COSTA DE MEDEIROS, CPF nº 458.936.596-00; MARIA DAS GRAÇAS DE MACEDO PEREIRA, CPF nº 091.571.858-83; MARIA DE JESUS FEITOZA DA CRUZ, CPF nº 516.702.751-91; MARIA DO CARMO SILVA ARAÚJO, CPF nº 270.325.406-78; MARIA HELENA MARQUES DOS SANTOS TORRES, CPF nº 115.808.601-68; MARIA JOSÉ DA SILVA GOMES, CPF nº 733.074.836-68; MARIA JOSE DOS SANTOS LOPES, CPF nº 040.181.586-29; MARIA LUCIA SARMENTO MACEDO DAS NEVES, CPF nº 493.935.296-04; MARIA REGINA DE FARIA VITORINO, CPF nº 956.619.306-82; MARISA DE REZENDE NASCIMENTO, CPF nº 436.646.606-68; MARLENE DE MOURA FREITAS, CPF nº 737.676.547-68; MAURA BATISTA TOSTES, CPF nº 899.670.036-34; MICHELY DOS SANTOS NASCIMENTO, CPF nº 012.280.576-30; NEIDE ALVES PACHECO, CPF nº 676.718.296-68; NEIVA MARIA ALVES, CPF nº 874.204.656-49; NEUSA MARIA ROSA LEITE, CPF nº 224.648.592-49; NEZIA APARECIDA MURAD SOUZA, CPF nº 383.068.246-87; NIVIA RODRIGUES, CPF nº 244.236.536-72; NORMA RIBEIRO NASSER SALOMAO, CPF nº 410.936.076-53; ODILA SABINO DE ALMEIDA, CPF nº 024.518.416-30; PAULA RIBEIRO FERRAZ FARIAS, CPF nº 209.808.176-68; RAQUEL ANGELICA DUTRA DE FREITAS, CPF nº 043.415.196-38; RAQUEL DIAS DE OLIVEIRA, CPF nº 037.535.396-86; REGINA CELIA PACHECO, CPF nº 575.392.356-91; REGINA MARIA ROSA PIRES, CPF nº 971.070.696-91; REGINA MAURA DE FARIA VILARINHO, CPF nº 053.952.767-00; ROSANGELA MARIA DE FARIA COSTA, CPF nº 757.981.236-34; ROSEMARY FÁTIMA DE SOUZA, CPF nº 035.050.646-96; RUTH MEDEIROS CIONI, CPF nº 688.318.897-53; SAMARA FERREIRA DE OLIVEIRA FREITAS, CPF nº 013.950.876-79; SANDRA MARIA DE SOUZA, CPF nº 789.661.327-15; SEUMA MARIA DE SOUZA, CPF nº 518.936.906-44; SILAS BARBOSA FREITAS DE LUCENA, CPF nº 286.077.402-53; SIMONE UCHÔA FREIRE JARJOUR, CPF nº 692.424.531-53; SUELI PACHECO FONSECA, CPF nº 228.272.266-34; TIRZAH CAVALCANTI RIBEIRO, CPF nº 788.166.297-20; VIRGINIA MARIA CHRISTOFARO SILVA, CPF nº 003.745.256-84; ZÉLIA MARIA DE ABREU, CPF nº 522.338.636-15; ZENITA RIBEIRO DE ARAUJO, CPF nº 012.068.306-70

32 - TC-009.825/2006-3

Interessado(s): ADALGIZA RODRIGUES DA SILVA, CPF nº 698.984.482-53; ADRIANA RIBEIRO DA SILVA, CPF nº 446.748.212-15; ALBERTO GONÇALVES SOBREIRA, CPF nº 034.664.182-91; ALEKSANDRA RIBEIRO SALGADO, CPF nº 019.028.617-28; ANA CLAUDIA DOS SANTOS DINIZ, CPF nº 000.501.007-18; ANA MARIA CAVALCANTE LOPES, CPF nº 031.123.652-91; ANA ROSICLEIA BATISTA, CPF nº 603.317.122-53; ANDREIA DE SOUZA ALMEIDA, CPF nº 475.716.322-34; ANTONIA CORTEZ DO NASCIMENTO, CPF nº 084.517.962-49; ARIZA MARIA PEREIRA DA SILVA, CPF nº 090.823.522-49; ARMINDA DURAN DA SILVA, CPF nº 106.628.982-49; BRUNO DA SILVA FACANHA, CPF nº 511.323.972-00; CARLIANE SMITH SILVA SALES, CPF nº 749.674.102-78; CARLOS ALEXANDRE PEREIRA NUNES, CPF nº 596.211.092-72; CARMEN DE OLIVEIRA VIEIRA, CPF nº 426.722.792-68; CARMEN LISIA CARDOSO MARTINS, CPF nº 606.435.107-10; CAROLINE AMARAL NUNES, CPF nº 511.152.802-44; CATARINA NEVES PINTO, CPF nº 229.975.202-15; CELIA DE FREITAS OLIVEIRA SALGADO, CPF nº 398.811.487-15; CLAIR RODRIGUES SILVA, CPF nº 184.392.840-04; CLARA ROSETE RODRIGUES DA SILVA, CPF nº 424.699.962-87; CRISTIENE MAGALHAES SOUZA, CPF nº 383.300.162-34; DAIANE DO AMARAL NUNES, CPF nº 511.152.982-91; DALVA MARIA MARQUES MILITÃO, CPF nº 041.133.572-34; DEBORA DE FATIMA SAMPAIO FRANCISCO DE OLIVEIRA, CPF nº 795.949.212-34; DENISE DE OLIVEIRA DINIZ, CPF nº 511.618.772-15; DENYSE PANTOJA DA SILVA, CPF nº 127.569.382-20; DIANARA MOREIRA PRATA DA SILVA, CPF nº 523.092.232-04; DIDIMO BRITO VIEIRA, CPF nº 098.849.122-20; DINORA DA SILVA RODRIGUES, CPF nº 326.477.942-00; EDER THEODORO DE ALMEIDA, CPF nº 053.450.167-20; EDNA EUFRAZIO DE ALMEIDA, CPF nº 413.884.022-20; EDNEIA THEODORO DE ALMEIDA, CPF nº 053.450.267-93; ELAINE DA SILVA COELHO, CPF nº 234.047.282-20; ELCY CHAGAS DE ALMEIDA, CPF nº 214.346.032-53; ELIANA DE LIMA SALES BATISTA, CPF nº 065.752.422-00; ELIANE BAZILIO DA SILVA, CPF nº 234.046.982-15; ELIJANE DA SILVA MOREIRA, CPF nº 214.455.162-68; ELZIRA MENDONCA DA SILVA, CPF nº 019.872.832-87; EMILENE CARVALHO BRAZ, CPF nº 073.230.647-75; ENIO AUGUSTO THEODORO DE ALMEIDA, CPF nº 053.452.417-67; ERIKA CARDOSO LIMA, CPF nº 343.298.892-34; ETELVINA GOMES FERNANDES, CPF nº 046.776.762-91; EUNICE ELISA DE SOUZA SILVA, CPF nº 099.437.062-87; FABIO ANTUNES BRAZ, CPF nº 104.931.197-36; FÁBIO HENRIQUE NEVES PINTO, CPF nº 704.255.822-72; FATIMA MARIA DE SOUZA CALONGA, CPF nº 040.594.842-53; FERNANDA MATOS FARIAS DA COSTA, CPF nº 119.509.942-87; FLOR DE MARIA CAVALCANTE BARBOSA, CPF nº 026.846.322-00; FRANCICLEIA OLIVEIRA SOUZA, CPF nº 199.873.902-34; FRANCILENE SOUZA ROCHA, CPF nº 112.476.652-91; FRANCIMEIRE OLIVEIRA SOUZA, CPF nº 182.764.662-49; FRANCISCA ANDRÉ DE MELO, CPF nº 308.195.802-44; FRANCISCO ASSIS CARDOSO, CPF nº 463.845.102-00; GABRIEL BONILHA ZAGUETTO, CPF nº 116.644.959-91; GABRIEL INOCENCIO DA SILVA, CPF nº 981.585.891-20; GREICE CARDOSO FARIAS, CPF nº 512.849.282-68; HELENA POPINHAK FRANÇA, CPF nº 110.998.799-49; IDENIR FERREIRA FACANHA, CPF nº 216.521.802-06; IOLANDA DE MATOS FARIAS, CPF nº 512.561.692-34; IRENE VIEIRA DE SOUZA, CPF nº 114.828.692-68; IRENITA VOLLMER, CPF nº 326.412.301-00; IRIA DE LA-SALETE CAVALCANTE, CPF nº 533.151.972-53; ISA SALES MELO DE SOUZA, CPF nº 599.710.372-20; IZABEL CRISTINA COELHO FERREIRA ARAUJO, CPF nº 284.378.702-59; JOÃO PEDRO MOREIRA PRATA DA SILVA, CPF nº 523.093.392-53; JULIO RHADUAN MOREIRA PRATA DA SILVA, CPF nº 523.092.742-91; KATIA FERREIRA DE BARROS, CPF nº 184.968.064-72; LAURA FABIANA ANTUNES BRAZ, CPF nº 082.353.697-10; LAYNA JULIANA SURDI, CPF nº 032.973.509-89; LELIA APARECIDA CALONGA CORREA, CPF nº 142.473.642-00; LEONOR DA SILVA LIMA CALVOSO, CPF nº 184.063.192-91; LIANA REGINA SURDI, CPF nº 574.436.882-53; LOURDES SOFFA ZAGUETTO, CPF nº 884.694.849-15; LUANA CARDOSO FARIAS, CPF nº 512.849.012-20; LUCIANO LOPES MENEZES, CPF nº 509.128.602-00; LUCIENE LOPES MENEZES, CPF nº 509.128.872-49; LUCILA CARVALHO DE SOUZA, CPF nº 564.452.102-87; LUCILENE BATISTA GOMES, CPF nº 290.280.782-15; LUCIMAR ALMEIDA DE ALBUQUERQUE, CPF nº 467.032.414-49; LUCIMEIRE MILOME PINTO, CPF nº 137.102.902-44; LUIZIA DE FATIMA FERREIRA LIMA, CPF nº 568.427.912-00; LUZIMERY MARIA DE ARAUJO CARDOSO, CPF nº 510.820.551-15; LUZITANIA MARIA DE ARAÚJO, CPF nº 008.511.574-67; MANOEL CORREIA DE ARAÚJO JÚNIOR, CPF nº 048.847.774-33; MARIA ANETE MAGALHAES SURDI, CPF nº 036.719.502-00; MARIA AUGUSTA SILVA DAS NEVES, CPF nº 052.805.322-15; MARIA AUXILIADORA CAVALCANTE DE MELO, CPF nº 215.156.892-04; MARIA CORETTI SANTOS CARDOSO, CPF nº 438.421.862-15; MARIA DAS GRAÇAS BATISTA GOMES, CPF nº 277.134.312-68; MARIA DAS GRAÇAS FERREIRA BOTELHO, CPF nº 290.746.302-00; MARIA DAS GRACAS GARCIA DA SILVA, CPF nº 864.335.392-20; MARIA DE FATIMA BATISTA GOMES, CPF nº 286.516.002-59; MARIA DE LOURDES VANARIO AQUINO, CPF nº 266.637.247-20; MARIA DE LURDES DA SILVA, CPF nº 512.329.602-68; MARIA DE NAZARE DA SILVA SERAFIM, CPF nº 197.441.022-68; MARIA DELCY JULIO, CPF nº 103.242.752-34; MARIA DO PERPETUO SOCORRO BRAGA DA SILVA, CPF nº 316.508.482-34; MARIA DO PERPETUO SOCORRO NASCIMENTO DOS SANTOS, CPF nº 053.132.522-91; MARIA ELIANA NEVES PINTO, CPF nº 078.218.322-00; MARIA ELIANA NEVES PINTO, CPF nº 078.218.322-00; MARIA IVANETE RODRIGUES DA SILVA, CPF nº 473.380.672-87; MARIA LIMA GARCIA DA SILVA, CPF nº 139.255.802-63; MARIA LUCIA GARCIA DA SILVA, CPF nº 242.057.702-78; MARIA MAIA PANTOJA, CPF nº 005.247.602-25; MARIA ONDINA DA CUNHA, CPF nº 220.501.082-49; MARIA SIMONE MACIEL DA SILVA, CPF nº 744.267.612-04; MARIANNY DA SILVA SALES, CPF nº 755.287.972-68; MARILENE DE VASCONCELOS SIMAO, CPF nº 284.402.502-15; MARILENE GARCIA DA SILVA, CPF nº 512.329.522-49; MARILZA MOTA NUNES, CPF nº 176.551.998-50; MARISE COELHO FERREIRA, CPF nº 336.466.192-87; MARLENE BATISTA GOMES, CPF nº 768.652.742-53; MARLENE COELHO FERREIRA, CPF nº 053.615.752-91; MARLENE VIEIRA DA GAMA, CPF nº 284.827.352-68; MERCIA MARIA DE ARAÚJO, CPF nº 011.841.047-43; MIRIAM ROSA GUIZELINI DE ALMEIDA, CPF nº 220.901.692-49; NAIR DOS SANTOS CARDOSO, CPF nº 603.262.551-68; NEIRAN GOMES FERNANDES, CPF nº 624.371.352-00; NICEIA SOUZA RAMOS, CPF nº 622.961.752-87; NINA MARIA NOBRE AQUINO, CPF nº 231.061.662-15; ODETTE DE SOUZA ARAÚJO, CPF nº 309.608.782-20; ORLANDINA FARIAS DE SOUZA, CPF nº 291.572.852-68; ORLANDO CARDOSO FARIAS, CPF nº 512.848.982-53; PATRICIA CASTILHO DE SOUZA, CPF nº 916.775.302-78; PATRICIA DOS SANTOS CARDOSO, CPF nº 517.816.462-87; PAULA CASTILHO CEZARIO, CPF nº 921.366.642-04; POLIANA CASTILHO DE SOUZA, CPF nº 916.775.562-34; RAILSON MARIANO DE MELO AIRES, CPF nº 521.112.612-20; RAIMUNDO GEORGINA AGUIAR FERREIRA, CPF nº 574.123.752-53; RAIMUNDO SERAFIM FILHO, CPF nº 066.594.382-20; RAMON DA SILVA SALES, CPF nº 755.287.202-06; RAQUEL DAMIANA OLIVEIRA SOUZA, CPF nº 294.324.482-15; REGINA CELIA DOS SANTOS CARDOSO, CPF nº

334.634.412-68; RITA DE CASSIA FERREIRA DOS SANTOS, CPF nº 291.070.832-20; ROBERTO DE OLIVEIRA DINIZ, CPF nº 511.618.502-87; ROSANGELA CARDOSO BASTOS, CPF nº 230.053.002-34; ROSEANE AMARAL NUNES, CPF nº 511.153.012-68; ROSELANE SOUZA RAMOS, CPF nº 335.552.302-04; ROSILENE BATISTA GOMES, CPF nº 631.855.712-15; RUTE OLIVEIRA SOUZA, CPF nº 281.974.453-20; SARA VASCONCELOS, CPF nº 882.353.512-34; SEBASTIÃO SAID DOS SANTOS, CPF nº 031.047.532-53; SHIRLEY PANTOJA DIAS, CPF nº 487.378.602-91; SILVANA MARIA VASCONCELOS, CPF nº 085.931.027-27; SIMONE FRANCISCA DE PAIVA, CPF nº 221.828.293-34; SOLANGE DE OLIVEIRA DINIZ, CPF nº 511.618.692-04; SONIA RITA VASCONCELOS, CPF nº 145.784.682-91; SUELY FLORES BRAGA, CPF nº 201.879.472-87; SUYMARA FARIAS DE SOUZA, CPF nº 600.356.682-53; TANIA JANE RIBEIRO DA SILVA, CPF nº 383.053.722-00; TANIA MARIA DA SILVA, CPF nº 706.391.167-87; TANIA REGINA DA SILVA, CPF nº 303.563.180-87; TERESA DE SENA DIAS CARDOSO, CPF nº 238.872.142-34; TEREZINHA LOPES DA SILVA, CPF nº 156.318.934-87; VALERIA DOS SANTOS NUNES, CPF nº 467.325.190-34; VANDIA MARCIA DE OLIVEIRA AMARAL, CPF nº 025.689.407-86; WALCILENE GOMES BARROSO, CPF nº 334.858.872-34; WALCIRENE FERNANDES DA LUZ, CPF nº 540.122.791-49; WALDINEIA DE FIGUEIREDO PALHETA, CPF nº 475.988.672-91; WALRINEA GOMES FERNANDES, CPF nº 200.288.902-30; WANDERLEA GARCIA DA SILVA, CPF nº 518.605.202-78; WEMENSON CASTILHO DE SOUZA, CPF nº 921.362.142-68; ZENILDA FLORES BRAGA, CPF nº 043.167.702-68; ZENIRA LIMA VIEIRA, CPF nº 406.521.302-91

33 - TC-010.263/2006-4

Interessado(s): ALANÍ FONSECA DE MELLO, CPF nº 595.738.720-72; ANA DA SILVA PEREIRA, CPF nº 323.784.750-04; ANA EMILIA IPONEMA BRASIL SOTERO, CPF nº 106.449.201-06; ANA PAULA RODRIGUES DA SILVA, CPF nº 010.394.109-60; ANELISE BRASIL PRADO MARTINS, CPF nº 238.359.231-53; ANGELA MARIA HANYSZ FERREIRA, CPF nº 804.681.529-20; ANGELA MARIA RONCHI NEGHERBON, CPF nº 690.597.729-20; BENEDITA GUILHERMINA LOPES, CPF nº 629.117.249-68; CAMILLA FERNANDES KLAUCK, CPF nº 008.044.884-44; CELIA FERRARI DA CRUZ, CPF nº 682.148.719-72; CLEUSA MARIA DA SILVA, CPF nº 293.833.400-10; DARCI RONCI WELTE, CPF nº 026.848.879-77; DELLY SCARINCI, CPF nº 295.761.727-72; DENISE PAULA E SILVA, CPF nº 018.774.439-48; DILMA RONCHI, CPF nº 861.071.277-04; DOROTI LOPE DE OLIVEIRA, CPF nº 491.648.489-49; DULCE NEIDE DA ROCHA DUARTE CAVALCENTI, CPF nº 566.890.719-87; EDDA SCARINCI ANDRADE, CPF nº 875.201.849-00; EDITH ROCHA, CPF nº 046.694.189-71; ELIANA FELICIDADE PORTELA CRUZ, CPF nº 496.146.739-15; ELIZABETH KALED ZARUR GUETTER, CPF nº 503.717.119-91; ELOINA GURA, CPF nº 017.175.079-99; GISSELE DE FREITAS SSUMPÇÃO GUIRAUD, CPF nº 876.622.999-53; ILZA MAIA DA SILVA, CPF nº 377.656.719-87; INDIANARA ROCHA GOES, CPF nº 001.467.929-98; INES BOCHNIA, CPF nº 016.667.649-73; INOCENCIO DE OLIVEIRA FRIAS, CPF nº 050.282.879-02; IRACEMA ALEIXO ROCHA, CPF nº 977.479.129-00; IRENE ZIELINSKI HALUCH, CPF nº 016.551.299-70; ISIDIR PEREIRA DE OLIVEIRA, CPF nº 016.869.559-60; JUCELIA BAGGIO, CPF nº 354.678.009-49; JULIA DE ARAUJO ANSELMO, CPF nº 661.308.590-15; LÉLIA FERRAZ DE SAMPAIO RIBEIRO, CPF nº 092.803.267-16; LIA PULIDO GEMMER, CPF nº 912.430.689-49; LUCIA URA PACHECO, CPF nº 049.932.779-97; LUCY FERRAZ DE CAMARGO, CPF nº 729.057.439-72; LUZIA ANITA TURK FERRAZ DE SAMPAIO, CPF nº 040.470.859-52; MARIA DA GRAÇA ORTIGARA, CPF nº 959.646.140-00; MARIA APARECIDA LAGUNA DUARTE, CPF nº 381.162.949-20; MARIA APARECIDA TEIXEIRA POTIER, CPF nº 761.136.719-68; MARIA CELESTE DE MELO FRIAS, CPF nº 835.376.439-34; MARIA CELINA DA COSTA, CPF nº 567.940.029-49; MARIA DE LOURDES PORTUGAL, CPF nº 007.064.859-04; MARIA DE LURDES FIORI TOMSON, CPF nº 039.031.629-65; MARIA EMILIA IPONEMA, CPF nº 200.270.101-63; MARIA ISABEL HAVRYLUK, CPF nº 426.660.589-72; MARIA IVETE ZIELINSKI WOJCIKI, CPF nº 934.183.029-04; MARIA JULIA BARBOSA DOS SANTOS, CPF nº 875.813.889-72; MARIA LIGIA FRANCO GUEDES, CPF nº 299.568.899-20; MARIA LUCIA GUEDES MARQUES BONFIM, CPF nº 359.711.939-53; MARIA SOLANGE FERRARI DA CRUZ, CPF nº 715.057.419-04; MARIA TEREZA HYMOWSKI LEANDRO DA SILVA, CPF nº 032.324.869-16; MARIA TEREZA ROCHA, CPF nº 230.959.039-87; MARLY SCARINCI, CPF nº 318.874.309-20; MIRIAN LAGUNA DA SILVA, CPF nº 702.860.009-20; NADIA CONCEIÇÃO COSTA MARTINEZ, CPF nº 924.502.618-34; NILDA MARIA DE OLIVEIRA MELITO, CPF nº 822.068.809-20; NILSE CONCEIÇÃO COSTA, CPF nº 524.026.579-87; PATRICIA DE OLIVEIRA FRIAS, CPF nº 036.888.779-00; PATRICIA RAMOS DA LUZ KLAUCK, CPF nº 341.202.158-06; RITA MARIA CHEMPCIK FRANCO, CPF nº 040.512.589-55; ROSANA ANDRADE, CPF nº 635.423.589-91; ROSE MARIA CHEMPCIK DOS SANTOS, CPF nº 039.973.209-85; ROSELIS VITORIA POTIER DE ALCANTARA, CPF nº 170.470.649-15; ROSELY DE ASSUMPÇÃO SOUZA, CPF nº 028.615.299-11; ROSY TERESINHA BARRANCO, CPF nº 034.984.589-14; SALETE REGINA PACHECO BARBOSA, CPF nº 392.146.999-68; SANDRA DO ROCIO ANDRADE, CPF nº 804.192.759-91; SANDRA MARA FERRARI DA CRUZ, CPF nº 672.600.559-87; SERGINA VARELA DOS SANTOS WILLE, CPF nº 071.640.339-00; SONIA MARIA TOMSON CARON, CPF nº 019.151.099-81; SUELI REGINA ASSUNÇÃO MENDONÇA, CPF nº 552.816.999-20; SUELI VAZ MENEZES SILVA, CPF nº 484.022.309-20; TERESA WELINSKI ANDRADE, CPF nº 170.965.709-00; VALDIVIA LEITE DE OLIVEIRA, CPF nº 672.177.709-63; VERA LUCIA TOZETTO BURGARDT, CPF nº 700.869.669-87; VERA LUCIA BORN, CPF nº 617.354.009-63; VERA LUCIA TOMSON KALIL SPHAIR, CPF nº 039.065.629-13; VERA MARIA DE OLIVEIRA, CPF nº 469.076.109-49; YACY CORREA CASTRO BRASIL, CPF nº 080.660.271-68

34 - TC-010.676/2006-4

Interessado(s): ANA MARI NICOLA FORTES, CPF nº 264.619.510-91; ATHOS CEZAR BORGES, CPF nº 827.855.110-34; BERNADETE FERREIRA LEAL, CPF nº 452.666.700-53; CIDIO BOTONI DE LIMA, CPF nº 220.701.250-68; DANIEL DA SILVA COSTA, CPF nº 103.445.430-72; ELYR MARIA ZULIANELLO SERAFIN, CPF nº 001.841.310-22; LAIDES MACHADO DE ALMEIDA, CPF nº 130.228.220-49; MARCIA ALEXANDRA BORGES, CPF nº 626.828.060-15; MARIA CLECI DE SOUZA FORTES, CPF nº 392.796.420-49; MARIA REJANE ANTONIO DA ROSA, CPF nº 438.759.980-49; RUTH NEVES DE OLIVEIRA, CPF nº 001.697.300-34; ZAIRA MADEIRA BARBIERI, CPF nº 951.729.200-72

35 - TC-010.677/2006-1

Interessado(s): ALZIRA DUTRA SCHERER, CPF nº 181.831.230-15; ARISTOTELINA DE OLIVEIRA ALVES, CPF nº 198.802.860-49; CANDIDA RODRIGUES MUNIZ, CPF nº 292.861.820-15; EDILIA CASTILHO TRINDADE, CPF nº 071.984.930-68; HERESONTINA DA SILVA BONATTO, CPF nº 592.956.860-04; ILZA LOZEKER, CPF nº 486.536.750-00; LEIZE MEDIANEIRA ALVES MIORIM, CPF nº 271.255.050-15; MARCIA ELISA DE ALMEIDA VASCOCELLOS, CPF nº 494.653.090-87; NELCI FRIEDRICHS, CPF nº 357.181.700-10; NELIDA MADEIRA CARVALHO, CPF nº 286.355.150-72; ROBERTO VELEDA DO AMARAL, CPF nº 070.160.180-91; SUELI MATTOS SALGADO, CPF nº 830.789.750-53; UNIVERSINA MUNIZ, CPF nº 669.005.900-63; VERA LENINA ZANOTELLI, CPF nº 595.493.860-15; ZORAH DA COSTA FREIBERGER, CPF nº 922.506.100-53

36 - TC-010.685/2006-3

Interessado(s): ALCINA SOARES FERREIRA, CPF nº 461.097.220-49; ALCY CLEIA GONÇALVES BUDELON, CPF nº 996.790.350-34; ALDEMAISA CLAIRY SIMAS GONÇALVES, CPF nº 475.795.600-20; ANA LUCIA RIBEIRO DA SILVA, CPF nº 404.863.540-91; ANILDA CARMEM GONÇALVES GRANGEIRO, CPF nº 922.212.380-87; ARACI DA SILVA TORRES, CPF nº 520.575.000-63; CARLA PATRICIA BARRETO IBANEZ, CPF nº 909.038.110-49; CELINA BORGES DOS SANTOS, CPF nº 408.547.280-15; CERES DE MELLO GARIM, CPF nº 948.639.700-72; CLAUDIA HELENA ROSA DA SILVA, CPF nº 921.189.170-15; DALVA KANAAN COSTA, CPF nº 964.444.520-15; EDUARDO DA SILVA AVILA, CPF nº 001.606.320-13; FLORINDA DOS SANTOS, CPF nº 333.724.110-72; FLORINDA FERREIRA LINO, CPF nº 493.266.350-15; GEISA NADERGE MATTOS DOS SANTOS, CPF nº 508.358.310-00; GENECI DOS SANTOS, CPF nº 403.465.100-82; GENY DA SILVEIRA AVILA, CPF nº 531.416.360-87; GISLAINE CATARINA RODRIGUES MARCANTH, CPF nº 426.314.240-34; JAISA RANGEL DE MATTOS MACIEL, CPF nº 898.904.340-91; LECY SOARES DOS SANTOS, CPF nº 593.760.070-34; LYDIA MELLO CASTRO, CPF nº 811.077.730-91; MARCIA ELISA ROSA DA SILVA, CPF nº 805.902.680-15; MARIA DIONE DA SILVA, CPF nº 976.166.480-53; MARIA INES FRIZON, CPF nº 337.155.480-53; MERCEDES FRIZON, CPF nº 368.283.190-87; NEIVA TEREZINHA CORREA DA SILVA, CPF nº 492.633.400-30; ROSELAINE ANTUNES MARCANTH, CPF nº 457.310.390-20; SARAH OLIVEIRA RIBEIRO DE MIRANDA, CPF nº 674.541.600-00; SILVIA REGINA DA SILVA AVILA OLIVEIRA, CPF nº 961.080.960-04; SIMONE CECILIA ROSA DA SILVA, CPF nº 017.401.860-60; SONIA DA SILVA DA CONCEIÇAO, CPF nº 448.643.450-15; SYNARA RUAS FERREIRA TOVO, CPF nº 167.806.390-87; VERA LUCIA DE FATIMA RIBEIRO E SILVA, CPF nº 371.148.910-91; ZENIR DOS SANTOS SILVA, CPF nº 426.742.390-34; ZENIR RANGEL WAGNER, CPF nº 917.778.950-49; ZULMA DA SILVA REZERES, CPF nº 342.000.020-00

37 - TC-014.630/2006-3

Interessado(s): ADALGISA MARIA PEREZ DO NASCIMENTO, CPF nº 199.379.116-72; ADENIR DE ASSIS SOARES, CPF nº 026.023.677-29; ALAIDE FARIA SANCHES, CPF nº 789.634.516-15; AMALTEA DA SILVA SANTOS, CPF nº 722.342.886-49; ANA MARIA PEREZ DO NASCIMENTO LEITE NASCIF, CPF nº 371.447.076-04; ANARITA ALVES GAMA DE ARAGÃO, CPF nº 280.970.686-72; ANNA JOSEFINA DE ABREU PIMENTA MACHADO DE ARAUJO, CPF nº 123.052.781-87; APARECIDA DO CARMO ASSIS PATRICIO, CPF nº 414.179.846-00; ARISTEA DE MIRANDA PEREIRA, CPF nº 356.099.406-30; AURORA RODRIGUES DOS SANTOS, CPF nº 906.168.126-04; AUXILIADORA DE ASSIS PATRICIO, CPF nº 493.597.036-72; BEATRIZ COSTA SILVA, CPF nº 456.480.266-68; BEATRIZ FONTELLA DE OLIVEIRA SANTANA, CPF nº 028.142.717-84; CARMEN CORREA DA COSTA CATEB, CPF nº 033.971.636-33; CECILIA CORREA DA COSTA PIZZI, CPF nº 435.310.596-53; CELIA CORDEIRO MARTINS, CPF nº 093.218.966-00; CIRENE SILVA DE CARVALHO, CPF nº 261.344.626-91; CORINA ROCHA SAMPAIO, CPF nº 988.610.776-68; DARLNE LOURDES PIMENTA BARBOSA, CPF nº 994.041.766-72; EDNA MARIA DOS SANTOS, CPF nº 679.745.466-20; ELICE DE FATIMA PIMENTA, CPF nº 761.171.466-04; ELZA DAS GRAÇAS PIMENTA SANTOS, CPF nº 994.057.506-82; ENEDINA DHOM BERNARDES DO NASCIMENTO, CPF nº 055.538.906-59; GIUSSARA FRANCISCA RIBEIRO DE CASTRO, CPF nº 280.459.126-34; HELIA CHIAVEGATTO DE LIMA, CPF nº 020.890.417-49; IRACEMA DO CARMO PIMENTA RIOGA, CPF nº 130.003.226-04; IRACEMA NUNES COELHO DE CASTRO, CPF nº 411.284.356-91; IRIS FERNANDES CRUZ, CPF nº 741.321.136-04; IVONE GUIMARAES FARIA, CPF nº 031.265.137-60; JANETE DEL DUCCA VIEIRA, CPF nº 122.942.252-87; LIBANIA GOMES MOREIRA, CPF nº 018.521.406-15; LUCY FERREIRA BRUM, CPF nº 945.975.966-15; LUZIA ANGELINA DEL DUCCA DOS SANTOS, CPF nº 182.169.428-77; MARCIA TAVARES, CPF nº 413.484.946-20; MARIA APARECIDA DE FÁTIMA NETTO MAMEDE, CPF nº 295.573.306-78; MARIA DE LOURDES TAVARES BOTELHO, CPF nº 413.484.866-00; MARIA FRANCISCA FERREIRA, CPF nº 978.939.276-15; MARIA JOSE PIMENTA, CPF nº 144.901.531-04; MARIA RAMOS LEITE, CPF nº 773.870.586-87; MARILENE NUNES DE MORAES BERALDO, CPF nº 197.985.206-53; MARLY NUNES DE MORAES SANTOS, CPF nº 370.064.878-20; MIRALDA MARIA MOREIRA MOURA, CPF nº 232.571.646-53; NADIR IZIDRO BARBOSA, CPF nº 554.828.486-04; NARCISA ALVES GOMA, CPF nº 119.841.471-53; NECIR PELLEGRINO LAGE, CPF nº 852.391.866-34; NICE VILLELA CALLADO, CPF nº 194.481.556-20; OLINDA DE CASTRO MENDES, CPF nº 656.199.786-72; RACHID NASCIF BERG, CPF nº 453.523.996-72; RAIMUNDA SILVA DA PAIXÃO, CPF nº 452.344.856-68; ROSE MARY CRUZ SILVA, CPF nº 640.770.477-49; SADA MIGUEL SALIM JACOB, CPF nº 745.022.716-91; SIDNEI LEANDRO PIMENTA, CPF nº 989.297.206-68; SOLANGER MARIA RIBEIRO DE CASTRO, CPF nº 477.380.656-72; SONIA MARIA APARECIDA DOS REIS, CPF nº 033.587.456-86; SONIA MARIA DA ROCHA CRUZ, CPF nº 432.328.847-68; SONIA NETTO ARIMA, CPF nº 151.593.998-79; TELMA DEL DUCCA PEREIRA DA SILVA, CPF nº 222.233.218-44; TEREZINHA DE CASTRO SAMARINO, CPF nº 793.186.066-72; TEREZINHA JACY DE OLIVEIRA, CPF nº 800.299.146-04; WANDA MARIA NETTO, CPF nº 155.802.886-20

38 - TC-019.120/2005-4

Interessado(s): CLAUDIA REGINA BRANDÃO DE PINHO, CPF nº 010.537.647-74; ELIZABETH MARIA DE PINHO BRAGA, CPF nº 495.656.487-20; LIZETE MARIA BRANDÃO DE PINHO, CPF nº 839.249.907-78

39 - TC-021.085/2005-0

Interessado(s): SIMONE CAMPOS PACHECO, CPF nº 084.728.978-85

ACÓRDÃO Nº 2464/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da Segunda Câmara, em 5/9/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

MINISTÉRIO DA DEFESA

40 - TC-003.331/2006-6

Interessado(s): ADAO DA SILVA ROCHA, CPF nº 006.154.630-53; ADOLFO MARIO CASTAGNA, CPF nº 046.568.810-15; ANTONIO XAVIER DE FIGUEIREDO, CPF nº 003.399.973-20; ANTONIO XAVIER DE FIGUEIREDO, CPF nº 003.399.973-20; ARIDES BARRETO, CPF nº 051.081.287-20; ARIDES BARRETO, CPF nº 051.081.287-20; ARY IGNACIO SERRA, CPF nº 149.397.038-00; ARY IGNACIO SERRA, CPF nº 149.397.038-00; AURELIANO GUTIERRES, CPF nº 118.382.729-68; AURELIANO GUTIERRES, CPF nº 118.382.729-68; CARLOS WILLIAN UCHOA COQUEIRO, CPF nº 004.581.041-91; DERLI DORVALINO DA COSTA SILVA, CPF nº 011.980.170-15; DIONISIO GRDEN, CPF nº 149.819.049-91; EDGARD PEDREIRA DE CERQUEIRA FILHO, CPF nº 047.794.017-04; ELAZIR RIBEIRO DA SILVA, CPF nº 066.352.617-53; FRANCISCO DE ALMEIDA PINHEIRO, CPF nº 018.202.652-34; GERALDO DO REGO CAMPELO, CPF nº 020.647.238-20; GERALDO DO RÊGO CAMPELO, CPF nº 020.647.238-20; HERBERT DE BASTOS CURADO, CPF nº 004.459.671-53; IVAN DEMETRIO BRAGA, CPF nº 069.084.627-49; JOASIL SERRA MINERVINI, CPF nº 022.545.571-49; JOSE ANTONIO RODRIGUES DA COSTA, CPF nº 021.829.800-59; JOSE CARLOS FIGUEIRO, CPF nº 024.233.591-87; JOSE JULIO PINHEIRO DOS SANTOS, CPF nº 062.364.307-30; JOSE LUCIANO LEITE JUCA, CPF nº 073.528.917-49; JOSE LUCIANO LEITE JUCA, CPF nº 073.528.917-49; JOSE MESSINA NETO, CPF nº 077.680.528-20; JOSÉ ANTONIO RODRIGUES DA COSTA, CPF nº 021.829.800-59; JOSÉ RENATO RODRIGUES PEREIRA, CPF nº 124.275.600-06; JULIO CESAR DA SILVA, CPF nº 259.883.607-34; KLEBER ARMINDO DE LIMA ARAUJO, CPF nº 129.281.517-53; LOURIVAL LOPES DE FREITAS, CPF nº 007.916.959-72; LUIZ CARLOS ARBAGE, CPF nº 007.854.660-53; LUIZ GONZAGA LIMA SILVEIRA, CPF nº 001.059.102-87; LUIZ GONZAGA LIMA SILVEIRA, CPF nº 001.059.102-87; MARINO LEMOS PINTO, CPF nº 111.488.109-00; MARINO LEMOS PINTO, CPF nº 111.488.109-00; NATALIO RODRIGUES DE BRUM, CPF nº 020.654.870-20; NATALIO RODRIGUES DE BRUM, CPF nº 020.654.870-20; NELSON FRANCISCO DE MOURA, CPF nº 022.437.501-63; ORLAN-

DO BENEDITO FERREIRA, CPF nº 005.729.771-15; ORLANDO BENEDITO FERREIRA, CPF nº 005.729.771-15; OSMAR BANDEIRA DE MELLO, CPF nº 000.027.983-87; PAULO ARY GADELHA DE VASCONCELLOS, CPF nº 095.158.600-91; PEDRO OMELCZUK, CPF nº 045.049.680-53; PERY ALVES DE OLIVEIRA, CPF nº 003.415.090-00; ROQUE VIANA FREITAS, CPF nº 537.088.300-91; RUI ALBERTO SILVEIRA VIDAL, CPF nº 198.453.160-34; SATURNINO TRAVASSO FILHO, CPF nº 030.275.119-04; SYLLA DA CRUZ SOARES, CPF nº 004.077.397-34; WALTER ALFREDO PEREIRA, CPF nº 066.285.837-91.

ACÓRDÃO Nº 2465/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da Segunda Câmara, em 5/9/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143 e 259 a 263 do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

01 - TC-010.892/2006-9

Interessados: ADAILTON FERNANDES LIMA, CPF 266.194.071-53; ADALBERTO OTTONELLI, CPF 469.137.859-68; ADAO DA GUIA MAGALHAES, CPF 474.390.411-00; ADILSON BARBOSA JUNIOR, CPF 451.883.941-20; ADILSON NASCIMENTO ARRUDA, CPF 427.755.821-68; ADRIANA MATSUBARA, CPF 616.301.521-53; AILTON ANTONIO DA SILVA, CPF 162.144.392-20; ALESSANDRO BARBOSA DORILEO, CPF 474.745.301-63; ALEX DE SOUZA CUYABANO, CPF 396.490.321-34; ALEXANDRE DOMINGOS DE OLIVEIRA FILHO, CPF 432.814.861-34; ALFREDO LAZARO GOMES DA SILVA, CPF 432.823.341-68; ALISSON PEREIRA CAIXETA, CPF 567.627.121-34; ALUIZIO RIBEIRO DA SILVA, CPF 545.351.821-91; AMAURI MEDEIROS PEREIRA, CPF 346.407.621-00; ANDRE ZANOTA, CPF 629.564.851-72; ANTONIO BALDINO BRAGA, CPF 267.466.111-91; ANTONIO CIPULLO NETO, CPF 171.700.441-53; ARISTOTELES CADIDE DA SILVA, CPF 502.369.031-87; AYRTON AGOSTINHO DE JESUS FILHO, CPF 292.751.131-49; BARTOLOMEU JOSE ORMOND FILHO, CPF 495.403.271-72; BELMIRO BENEDITO DO AMARAL, CPF 545.114.291-20; BENVINDO BENTO DE MAGALHAES FILHO, CPF 570.527.431-91; CARLA APARECIDA DE CARVALHO SANTANA COSTA, CPF 483.480.311-20; CELSO MARCIANO CRUZ, CPF 405.813.491-72; CELSO WILLIANS MONTEIRO ROCHA, CPF 604.004.201-04; CEZARIO JOSE GOMES, CPF 326.354.001-72; CHIRSTIAN DE ARRUDA GARCIA, CPF 545.459.941-72; CILAS BERNARDES ROSA, CPF 452.688.431-68; CILMAR TEODORO TORRES, CPF 441.170.861-20; CLADISNEY BOTELHO DA SILVA, CPF 503.098.201-97; CLEBER DA SILVA BRADAO, CPF 327.522.021-72; CLOVIS BENEDITO CORREIA AMARAL, CPF 178.184.861-00; EDSON CARLOS FODRA, CPF 396.816.379-68; EDSON GONCALO DOS SANTOS, CPF 387.941.361-49; EDSON LUIZ DA SILVA, CPF 594.907.721-00; EDSON MARINHO, CPF 901.728.417-04; EDSON SANABRIA CARVALHO, CPF 327.452.061-68; EDSON SCHIAVON JUNIOR, CPF 622.613.631-68; ELIEZIO PEREIRA DO NASCIMENTO, CPF 284.556.731-68; ELIS REGINA DE SALES, CPF 460.860.641-72; ELOI GRISON, CPF 415.484.851-87; ILTON ROSALVO GOULART, CPF 362.152.361-87; ITAMAR DA ROCHA BARROS FILHO, CPF 208.604.551-49; JAIR GENTIL, CPF 283.944.291-49; JAIR SANTANA PAZ, CPF 356.195.111-20; JANICE LURDES LORENZZI, CPF 935.238.319-20; JOAO BATISTA ARAUJO, CPF 276.479.861-04; JOAO BATISTA DA COSTA, CPF 550.140.111-87; JOAO BATISTA DE SOUZA, CPF 416.008.271-87; JOAO PAULO SANTOS DE LIMA, CPF 513.378.271-34; JOAO RIBEIRO DE MIRANDA, CPF 329.784.131-15; JOSE AFONSO MONTEIRO DE RESENDE, CPF 469.840.111-91; JOSE ANTONIO DELGADO DA SILVA, CPF 314.409.831-00; JOSE ANTONIO DOS SANTOS MEDEIROS, CPF 424.425.401-34; JOSE CARLOS SIMOES FREIRE, CPF 329.023.361-87; JOSE MAURICIO ANTUNES DA CRUZ, CPF 340.292.301-72; JOSE REIS BOMFIM SANTIAGO LIMA, CPF 078.351.591-04; JOSE RODRIGUES DO VALE SOBRINHO, CPF 314.560.301-91; JUACI ROBERTO REZENDE COELHO, CPF 241.482.021-72; JULIO CEZAR LEITE, CPF 569.172.281-68; JULIO JUSTI ROZZA, CPF 002.588.608-80; JUNIOR CESAR NOVAK, CPF 616.375.721-15; JUSTINO DIVINO BORGES, CPF 571.788.951-87; KELLEN ARTHUR PREZA NOGUEIRA, CPF 616.098.971-53; LUCIANA DA SILVA DUARTE, CPF 604.254.901-49; LUCIANO ENDRIGO WATTHIER, CPF 621.127.671-00; LUIS EMILIO NAHIRNIAK, CPF 356.178.109-87; LUIZ ANTONIO FILIAGI, CPF 383.447.851-20; LUIZ ANTONIO FRANÇA ESCOBAR, CPF 487.580.191-20; LUIZ CARLOS DA SILVA, CPF 616.620.461-20; LUIZ HARUYUKI FUKUDA, CPF 053.396.148-32; LUIZ MARCIO CARDOZO, CPF 452.477.811-04; MARCELO SILVA SODRE DE OLIVEIRA, CPF 581.373.431-72; MARCILHO ENEDINO DA SILVA, CPF 405.831.551-20; MARCIO AUGUSTO BESERRA, CPF 387.996.421-15; MARCO AURELIO AMORIM DA SILVA, CPF 346.331.541-68; MARCONIEL POUZO DE AMORIM, CPF 514.430.401-00; MARCOS CAPELLO, CPF 957.323.308-87; MARIA CANDIDA DE MELO, CPF 396.189.271-72; MARIO AUGUSTO GONCALVES ARANEGA, CPF 550.620.241-53; MARIO JOSE HORA MORAES, CPF 329.295.521-15; MARIO MARCIO SILVEIRA BALLOCK, CPF 284.684.571-91; MARIO NILSON GAMA FURRER, CPF 366.081.731-72; MAURICIO BEGUELINI, CPF 784.699.618-53; MAURO ANTONIO MACHADO PEREIRA, CPF 200.269.351-04; MAX WILLIAN XAVIER FERNANDES, CPF 502.293.971-15; MAXIMILIANO BERTASI NETO, CPF 405.263.561-20; MICHELANGELO DAL PAI SANDRI, CPF 304.316.381-87; PEDRO HERCULINO SOBRINHO, CPF 420.001.731-87; PEDRO MARCOS DUTRA BARBOSA, CPF 291.406.841-72; PREVISTO JOSE DE FARIA, CPF 271.483.861-87; RAIMUNDO DANIEL DE LIMA, CPF 335.367.911-15; RAMAO VILALVA, CPF 175.102.601-91; REGINALDO GUIMARAES E SILVA, CPF 502.761.311-34; REGINALDO JOSE DE SOUZA, CPF 513.370.611-15; REINAM ARAUJO RAMOS, CPF 550.767.931-20; RENILDO FOLHA ANDRADE, CPF 346.559.301-44

02 - TC-017.258/2006-6

Interessados: DANIEL CORIOLANO FARIA ALVES, CPF 445.589.705-44; ELCIVALDO EVARISTO DE FREITAS, CPF 339.344.602-91; FABRICIO CRISOSTOMO JUCA, CPF 594.878.952-72; GEHLEN DINIZ ANDRADE, CPF 359.545.902-49; HENZIO DA SILVA ALBUQUERQUE, CPF 510.269.452-91; NELIS NEWTON DA CUNHA SILVA, CPF 434.289.592-72; OLINTO JOSÉ NETO, CPF 498.374.004-04; RONALDO JOSÉ VIEIRA DE ARAÚJO, CPF 339.624.802-34

ACÓRDÃO Nº 2466/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da Segunda Câmara, em 5/9/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

03 - TC-009.490/2006-0

Classe de Assunto : V

Interessados: ADENIR IBRAIM DE MENDONÇA, CPF 573.271.497-91; AMILTON ZACCARO NORONHA, CPF 326.909.837-53; ANA LIDIA SALES DO NASCIMENTO, CPF 486.462.967-68; ANGELICA DE MAGALHAES FIGUEIREDO, CPF 429.595.437-34; ANTONIO DIAS FERREIRA VAZ, CPF 359.303.497-20; BIRAJARA PEREIRA DAS NEVES, CPF 276.005.217-68; CONCEIÇAO GOMES DA COSTA, CPF 476.422.387-20; DOMINGAS PEREIRA DE LIMA, CPF 061.277.972-68; EDSON FREIRE CASAS RIBEIRO, CPF 097.401.637-34; ELIANA MARIA DA SILVA, CPF 337.383.787-15; ERANIDES DARIO TARGINO, CPF 751.828.407-30; FRANCISCO DEL MAR TAVARES DA SILVEIRA, CPF 182.257.307-63; GILBERTO GONCALVES DA SILVA, CPF 276.380.737-20; GUIOMAR TEREZA SANTOS, CPF 114.151.421-49; HORTENCIA DUMONT DE MIRANDA, CPF 800.315.957-15; JOÃO BATISTA FERNANDES, CPF 514.421.917-91; JOBEDES PERALVA GAMA, CPF 448.117.487-00; JORGE DA SILVA COSTA, CPF 348.846.377-04; JOSE BARBOSA DE SOUSA, CPF 444.429.717-49; JOSE DIAS ALVES, CPF 369.481.797-20; JOSE SOUZA DA SILVA, CPF 082.811.145-68; LIA COSTA, CPF 056.097.128-15; MAGNO TEIXEIRA DE SANTANA, CPF 148.078.665-91; MANOEL ISIDIO DA SILVA, CPF 003.010.272-34; MANOEL PEREIRA DE LIMA, CPF 085.445.734-87; MARCELLO VITTORIO BOTTINO, CPF 994.315.137-49; MARIA DAS GRAÇAS, CPF 694.958.237-49; MARIA DE JESUS DE CASTRO BEZERRA, CPF 541.610.967-04; MARIA MARILIA ALVES DA FONSECA, CPF 552.043.767-04; MATIAS PEDRO DA SILVA, CPF 047.459.573-00; MIRIAM SOUZA DA SILVA, CPF 061.557.403-30; NICEMEA PEREIRA DE SOUZA BAPTISTA, CPF 783.959.767-04; NILTON MOREIRA DOS ANJOS, CPF 097.244.437-87; RENATO DE SOUZA, CPF 279.825.487-68; ROSANGELA CHAVES DE ALBUQUERQUE, CPF 360.126.537-00; SANDRA MARA CARDOSO VARGAS, CPF 365.296.217-68; VIRGILIO DOMINGOS RAMOS, CPF 145.592.189-00; YARA CRUZ, CPF 315.729.107-63; YARA JOBIM DE FIGUEIREDO ALVES, CPF 386.553.307-87

Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha

04 - TC-011.157/2006-6

Interessados: OTAVIO ROSA DE FREITAS, CPF 059.657.481-91; PAULO DE TARSO CARNEIRO, CPF 004.566.241-04; SUSANA MARTELLETTI GRILO GUIMARÃES, CPF 388.819.857-72

05 - TC-011.159/2006-0

Interessados: MARIA DA GLORIA SANTOS SIQUEIRA, CPF 049.434.145-91; MARIA ELYR RAMOS VIEIRA, CPF 280.969.831-72; ROGELIO MORETH, CPF 072.784.111-49; TEREZINHA DE OLIVEIRA ARAUJO ARRIOLA, CPF 111.097.001-30

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

06 - TC-011.164/2006-0

Classe de Assunto : V

Interessados: ANTONIO PEREIRA DA SILVA, CPF 072.953.241-00; CARMEM EULINA IAPECHINO, CPF 139.270.351-49; ELON DE FARIA OLIVEIRA, CPF 028.646.571-04

Unidade: Fundação Nacional do Índio (Funai)

07 - TC-012.283/2006-6

Interessados: ARMANDO TEIXEIRA THERESO , CPF 036.995.527-72; JUSSARA MENDONÇA LIRA, CPF 046.569.465-91; MARIA DE FÁTIMA ROSA, CPF 179.231.231-87; MARIA IRENEIDE DA COSTA SILVA NUNES, CPF 068.608.691-00; MARIA LUIZA MACHADO LACERDA, CPF 091.207.186-91; MARIA OSSÉRIA COSTA RIBEIRO, CPF 188.463.601-25; OSVALDO GOMES DA ROSA, CPF 044.161.987-87; THALITHA VIEIRA LIMA, CPF 733.511.997-91; VERA SÔNIA SARAIVA, CPF 064.506.876-49; WILMA BIVAR , CPF 039.352.307-10

ACÓRDÃO Nº 2467/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da Segunda Câmara, em 5/9/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, fazendo-se as determinações sugeridas nos pareceres emitidos nos autos:

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

08 - TC-008.957/2006-8

Interessados: DALVANETE DE MELO PAUVA, CPF 054.460.744-91; ELBA URZEDO DE FREITAS LAMOUNIER, CPF 122.701.641-72; IRACEMA MONTEIRO LOBO, CPF 304.388.532-53; JOSÉ GALDINO, CPF 025.236.393-00; MADALENA GOMES MARCOS, CPF 257.967.631-72

1. Determinar à Fundação Nacional do Índio que faça constar nos atos de Iracema Monteiro Lobo (fls. 11/15) e José Galdino (fls. 16/20), o fundamento legal da EC-20/98, a vigência das concessões para o dia imediatamente posterior a que completaram 70 anos de idade, ou seja, 17/5/2003 e 13/10/2002, respectivamente, bem como ser revisto no ato de José Galdino a proporcionalidade de 23/35 para 22/35.

09 - TC-010.660/2006-4

Interessados: MARIA CONSUELO DOS SANTOS BANDEIRA, CPF 023.495.402-78; MARIA DA GRACA VIEIRA SILVA ARAUJO, CPF 049.859.151-49; MARIA DA PENHA MOREIRA BARBOSA, CPF 209.560.456-34; MARIA DE LOURDES RODRIGUES, CPF 144.633.694-87; MARIA DOS ANJOS VERDE, CPF 063.208.723-49; MARIA LUIZA DE LIMA, CPF 049.315.564-34; MARIA OSSEMER, CPF 044.078.491-34; MARIA RAIMUNDA SEREJO, CPF 027.483.713-72; MAURINA QUINTINO, CPF 230.752.449-53; NILZA JULIO RAIMUNDO, CPF 078.070.821-00; OLIENTE FERREIRA DE SA, CPF 206.697.716-00; PEDRO NERCIO ALVES TEIXEIRA, CPF 071.743.069-34; SANTIAGO PENEDO COMAPA, CPF 075.082.982-68; SEBASTIAO RODRIGUES DA SILVA, CPF 128.397.281-68; SYLVIO REINER, CPF 162.711.491-20; TEREZA CORREIA CARVALHOSA, CPF 138.444.822-53; UBIRAJARA BAPTISTA BASTOS, CPF 028.946.881-72; VALDIR ZENSHIM OYADOMARI, CPF 104.639.841-53; VERONICA CELESTE ZELI, CPF 590.870.568-34; WILSON FRANCA, CPF 065.128.442-20

1. Determinar à Fundação Nacional do Índio que faça constar nos atos de Maria Ossemer (fls. 42/46), Oliente Ferreira de Sá (fls. 62/66), Tereza Correia Carvalhosa (fls. 97/101) e Wilson Franca (fls. 128/132), a vigência das concessões para o dia imediatamente posterior a que completaram 70 anos de idade, ou seja, 8/2/1998, 2/9/1997, 20/4/2002 e 7/8/1998, respectivamente.

10 - TC-010.662/2006-9

Interessados: MARIA JERMANA DE MIRANDA SILVA, CPF 097.631.201-87; NELSA GRUNEWALD, CPF 250.547.830-91; RAIMUNDO MOURÃO DE SOUSA, CPF 040.301.843-91; RICARDO LOPES GUSMÃO, CPF 039.167.662-87; SUELI RODRIGUES, CPF 096.590.211-00; TELYNON ALEXANDRE FERREIRA, CPF 028.831.711-49

1. Determinar à Fundação Nacional do Índio que faça constar nos atos de Nelsa Grunewald (fls. 6/10), a vigência da concessão para o dia imediatamente posterior a que completou 70 anos de idade, ou seja, 18/10/2003.

11 - TC-012.286/2006-8

Interessados: ANA LÚCIA LOPES BACELAR, CPF 214.672.506-00; ANA LÚCIA LOPES BACELAR, CPF 214.672.506-00; CRIZEUDA CHRISOSTOMO DE CARVALHO, CPF 324.896.337-91; DILMA DE MELO OTTONI, CPF 057.166.324-91; DILMA DE MELO OTTONI, CPF 057.166.324-91; JOSÉ JANUÁRIO GARCIA, CPF 096.346.496-53; JOSÉ JANUÁRIO GARCIA, CPF 096.346.496-53; MARIA ELZE DOS SANTOS, CPF 507.832.977-34; MARIA ELZE DOS SANTOS, CPF 507.832.977-34; MARIA LUCIA DE PAULA XAVIER, CPF 011.800.709-25; MARIA LUCIA DE PAULA XAVIER, CPF 011.800.709-25; RAIMUNDO DE FREITAS DUTRA, CPF 062.063.367-00; REGINA CELI BASTOS ARAÚJO, CPF 020.981.137-49; REGINA CELI BASTOS ARAÚJO, CPF 020.981.137-49; VALMIR SOARES CAMPOS, CPF 054.969.937-68

1. Determinar ao Ministério da Justiça que retifique a vigência dos atos de Ana Lúcia Lopes Bacelar (fls. 7/11), José Januário Garcia (fls. 34/38) e Regina Celi Bastos Araújo (fls. 90/94) para 27/7/1995, 29/5/1995 e 27/3/1991, respectivamente.

ACÓRDÃO Nº 2468/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da Segunda Câmara, em 5/9/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

MINISTÉRIO DA DEFESA

12 - TC-007.812/2006-6

Interessados: ABGAIL SANTOS DA SILVA, CPF 377.208.727-20; ADRIANO LOPES SILVA, CPF 625.064.633-72; ALBERTINA CARVALHO DE FARIA, CPF 706.266.771-49; ALINE GOMES DE SOUZA, CPF 055.272.027-59; ALVARINA ALVES DE OLIVEIRA, CPF 831.085.647-49; AMINE ARISTON LOBO, CPF 247.453.325-72; ANA PAULA PINTO COSTA, CPF 510.432.382-04; AUZENDA CUROPOS MASTRANGELO, CPF 014.496.597-64; BENEDICTA VALÉRIO GIOVANNI, CPF 702.907.681-87; CECINA NOVELLINO CAIAZZO, CPF 024.115.407-36; CELESTE VALLE CHAVES, CPF 079.664.637-61; CELI BARBOSA, CPF 438.164.957-53; DALVA CARDOSO CARNEIRO, CPF 054.734.247-08; DANIEL DE SOUZA DIAS TAVARES, CPF 054.178.887-61; DAVID DE OLIVEIRA COSTA JÚNIOR, CPF 510.432.462-15; DAYSE JOYCE PINTO COSTA, CPF 510.432.202-59; DÉA GOMES VICENTE, CPF 012.448.217-13; DIRCE GOMES DE SOUZA, CPF 179.683.307-00; DULCINEA DA SILVA OLIVEIRA, CPF 716.753.027-15; DURVANITA GUSMÃO DA PAIXÃO, CPF 094.770.395-00; EDMEA GRANHA BARBOSA, CPF 151.463.591-72; EDSON LOPES DA COSTA, CPF 073.693.637-83; ELISA SANTIAGO MALTA, CPF 191.538.214-91; ELZA DA SILVA LOBO, CPF 133.430.334-72; ERLY DA PENHA FREITAS, CPF 783.133.927-20; EUTHALIA JOSÉ BRAVO FERNANDES, CPF 044.611.357-30; FRANCISCA VITÓRIA FERNANDES, CPF 098.550.922-87; GABRIELA GOMES DE SOUZA, CPF 055.263.567-79; GENALVA QUEIROZ MACIEL, CPF 974.883.307-06; GERMANA MARIA DE OLIVEIRA SILVA, CPF 016.829.973-91; GLÓRIA DA FONSECA VALLE, CPF 053.104.737-77; HERCILIA PEREIRA MAGALHÃES, CPF 025.003.287-24; INGRID FERNANDES PASSOS, CPF 083.207.917-07; ISABEL DOS SANTOS QUEIROZ FERREIRA, CPF 036.163.417-01; IZIDRA DA SILVA, CPF 054.401.587-82; JOSÉ BRAZ MATTOS DA COSTA, CPF 077.012.617-02; JUPIRA TAVARES CARDOSO, CPF 128.700.307-97; LEANDRO VALLE CHAVES, CPF 079.691.257-27; LUIZA FRANCISCA VENÂNCIO, CPF 007.721.174-03; MAGDALENA DE SOUZA PINTO, CPF 787.353.277-15; MARCO AURÉLIO ALVES DE SOUZA, CPF 053.785.007-45; MARIA ALDERI ALVES DE SOUZA, CPF 984.697.207-59; MARIA ANGÉLICA VIEIRA VENÂNCIO, CPF 007.683.254-63; MARIA APARECIDA LOPES DA COSTA, CPF 016.431.417-24; MARIA CÍCERA FERNANDES PASSOS, CPF 812.706.157-34; MARIA CONCEICAO SILVA DE SOUZA, CPF 035.405.387-63; MARIA DA PAZ FULCO, CPF 041.392.977-94; MARIA DAS NEVES PORTO ARIMATÉA, CPF 589.850.347-15; MARIA JOSÉ DE SOUZA CARVALHO, CPF 179.976.823-68; MARIA MADALENA MATOS DE VASCONCELLOS, CPF 036.824.967-00; MIRCE SANTOS DE OLIVEIRA, CPF 703.159.817-68; NEIDE NALVA VIEIRA VENÂNCIO, CPF 007.769.264-03; PRESCELIANA DE FREITAS VELASCO, CPF 022.222.537-80; PRISCILA DE CARVALHO SALERMO, CPF 849.340.777-15; PRISCILA MATTOS DA COSTA, CPF 053.867.887-95; RAIMUNDA MATTOS DA COSTA, CPF 053.843.397-30; SEIR DE SOUZA DIAS TAVARES, CPF 405.797.197-15; SEVERINA VIEIRA VENÂNCIO, CPF 245.046.964-87; TACIANA DINORAH VIEIRA VENÂNCIO DE ANDRADE, CPF 023.467.974-30; TEREZA PEDRO SIMÕES, CPF 055.363.797-55; VANESSA FERNANDES PASSOS, CPF 086.892.907-70; VILMA TEREZINHA SANTOS, CPF 001.911.647-04

ACÓRDÃO Nº 2469/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da Segunda Câmara, em 5/9/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

MINISTÉRIO DA DEFESA

13 - TC-009.277/2006-7

Interessados: ACIDALIA DE GÓES SIMAS ALVES, CPF 264.166.207-82; ADDI DA COSTA SANTOS, CPF 573.138.817-20; ADELINA PIMENTA DE OLIVEIRA, CPF 584.695.247-04; ALZIRA COSTA FONTAN, CPF 595.017.664-20; ANALIA MARIA DE BRITO, CPF 140.918.104-97; ANDRESSA GRIGOLLI DE SOUZA, CPF 083.147.857-84; BARBARA OLIVEIRA DE BARROS, CPF 101.717.217-05; CATARINA MARIA DE SOUZA, CPF 636.623.379-91; CELINA DE FIGUEIREDO SILVA, CPF 005.048.777-98; CLEA RODRIGUES DE MORAES, CPF 725.895.317-53; DARCI VIANA FERREIRA, CPF 101.695.597-93; DARCY SANTOS FREITAS RAMOS, CPF 098.747.717-04; DELIA FERNANDES DOS SANTOS, CPF 068.413.157-90; DEUSELINA DE MORAIS LOPES, CPF 547.275.297-34; DORALICE MOURA SANTOS, CPF 032.962.707-44; DULCINEIA AMARAL CAVALCANTE, CPF 908.892.747-20; EDINA MARIA MAXIMO LOPES, CPF 668.466.257-04; EDNA MARIA DOS SANTOS ROSA, CPF 139.248.775-72; ELIANA CALMON DOS SANTOS, CPF 278.597.387-91; ELIANE FRANCISCA MELO, CPF 593.588.319-87; ELIZABETH GOMES BAHIA, CPF 027.297.567-28; ENEIDA RODRIGUES DE CARVALHO, CPF 584.557.877-91; ERIELZA DOS SANTOS ARAÚJO, CPF 121.759.435-34; FRANCISCA DE FÁTIMA DA SILVA BRITO, CPF 655.545.824-00; FRANCISCA DOS SANTOS BARROS, CPF 755.268.837-87; FRANCISCA LENI TEIXEIRA ALVES, CPF 019.166.298-49; HILDA DE OLIVEIRA SILVA, CPF 038.709.307-99; IRENE SILVA FERREIRA, CPF 559.558.607-97; JANDIRA JOSÉ FERNANDES MALHARD, CPF 074.388.587-23; JANETE BASILISSA WEINGARTNER, CPF 376.382.209-78; JONATHAN EVANDRO FRANÇA DA SILVA, CPF 099.346.247-29; JULIANA SILVA BARROS, CPF 080.390.327-84; KARLA DOS SANTOS JOSÉ RODRIGUES, CPF 035.524.367-90; KARLA DOS SANTOS JOSÉ RODRIGUES, CPF 035.524.367-90; LENIR DE ARAÚJO LIMA SALLES, CPF 256.362.941-15; LUCIA HENRIQUES DE BARROS, CPF 885.993.967-49; LUCIANA BARBOSA FIGUEIREDO SUZART, CPF 017.884.657-09; LUCIENE PEREIRA DOS SANTOS, CPF 348.985.815-87; LUCIENE PEREIRA DOS SANTOS, CPF 348.985.815-87; LUIZ CARLOS PAULINO LIMA DE VASCONCELOS, CPF 628.569.363-34; LUZIA MARIA DE SOUZA, CPF 019.822.249-16; MARIA APARECIDA VENTURA CHAVES, CPF 022.352.467-02; MARIA DA GRAÇA DE VASCONCELOS, CPF 465.456.547-72; MARIA DE FÁTIMA FREITAS VERÇOSA, CPF 639.308.627-00; MARIA DE LOURDES DOS SANTOS MENEZES, CPF 805.905.602-63; MARIA DE LOURDES DOS SANTOS MOURA, CPF 551.576.024-72; MARIA DE LOURDES SOARES TEIGA, CPF 043.861.284-17; MARIA DIRCE, CPF 548.497.647-20; MARIA DO CARMO BRITO, CPF 108.536.694-49; MARIA HELENA RODRIGUES DE CARVALHO, CPF 208.690.450-91; MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA, CPF 227.596.707-91; MARIA LUCIA DA SILVA BASTOS, CPF 073.474.257-60; MARILEIA RODRIGUES DA SILVA, CPF 362.381.807-06; MARINA DE FREITAS MARINHO, CPF 110.811.657-40; MARLENE DOS SANTOS MARQUES, CPF 697.123.447-20; MATEUS PEREIRA FONSECA DA SILVA, CPF 104.035.227-81; MAURA CALMON DOS SANTOS, CPF 160.216.305-72; MAURA VÂNIA SALLES PEREIRA, CPF 041.358.487-96; NATACHA AMANDA RIBEIRO DA SILVA, CPF 058.849.287-69; NELLY FERNANDES GONCALVES, CPF 258.414.247-34; RAIMUNDA PEREIRA DE MEDEIROS, CPF 405.444.277-34; REGINA LÚCIA DE BRITO SILVA, CPF 139.123.484-72; RENATA DA SILVA NUNES, CPF 099.801.007-37; RENÉE ANTONIA FERREIRA MESQUITA, CPF 089.267.887-92; RIZOMAR FREITAS PINTO, CPF 837.214.794-91; RUTE CRISTINA BAPTISTA CAVALCANTI, CPF 660.401.677-34; SANDRA CALMON DOS SANTOS, CPF 287.437.765-15; SIMONE SOARES DE SOUZA, CPF 017.541.039-95; SÔNIA MARIA ALVES GUIMARÃES, CPF 550.538.236-34; SUED MELLO DUARTE, CPF 868.338.127-72; TANIA DOS SANTOS SOUZA, CPF 185.182.065-53; TANIA DOS SANTOS SOUZA, CPF 185.182.065-53; TELMA SANTOS ALMEIDA, CPF 216.718.935-49; TELMA SANTOS ALMEIDA, CPF 216.718.935-49; TEREZINHA GONCALVES FERREIRA MENDES, CPF 665.371.187-00; VANESSA RIBEIRO LOPES, CPF 054.204.697-07; VILMA ARMINDA DE SOUZA NUNES, CPF 107.577.867-07; VILMA DE AZEVEDO MORARA PETZOLD, CPF 497.317.501-34; YEDDA MONCLARO DE MALAFAIA, CPF 016.700.717-31; ZULEIDE SANT'ANNA NUNES, CPF 982.025.887-15

14 - TC-009.278/2006-4

Interessados: ÂNGELA MARIA FERREIRA, CPF 333.032.747-20; ANTOLINA ORTEGA, CPF 915.992.880-87; ANTONIA FARIAS DE LIMA, CPF 070.044.447-59; AYRTON CESAR COELHO DE FREITAS BLANSKI, CPF 007.444.069-19; CELENE LIMA DE OLIVEIRA, CPF 803.192.977-72; CELIA DE LIMA E SILVA, CPF 729.605.907-91; DANIELLE SOUZA COSTA, CPF 028.492.637-02; DARCY LEITE DE OLIVEIRA, CPF 390.166.177-87; DAYANA SILVA DO ESPIRITO SANTO, CPF 054.879.967-92; DEA DE OLIVEIRA ALVES, CPF 010.671.747-29; DENIR LEAL DOS SANTOS, CPF 004.948.177-04; DENISE HENRIQUE DOS SANTOS, CPF 705.885.037-20; DERLI LEAL DOS SANTOS, CPF 916.885.907-49; DERLISE DOS SANTOS THOMAZ DA SILVA, CPF 011.048.807-50; EDITE PEREIRA, CPF 041.244.837-83; ELIANE TERRA, CPF 731.556.327-04; ELIZABET DE SA SARAIVA, CPF 012.958.837-75; EMILIA ADRIANA LEAL, CPF 941.616.900-53; ERICK LIMA DO NASCIMENTO, CPF 324.584.318-60; ESTHER RAMOS DE CARVALHO, CPF 283.823.584-20; EUNICE DA CUNHA DUARTE, CPF 038.170.417-30; EVERTHON MOREIRA DE ARAUJO, CPF 818.925.865-68; FATIMA DAS GRACAS LEAL ESPINDOLA, CPF 475.725.747-34; FILOMENA DE SANTANA REIS, CPF 295.222.690-34; GENI PALMEIRA BARBOSA, CPF 683.900.177-68; GISELE GOMES REGO, CPF 082.796.428-54; ISABEL CRISTINA DA SILVA GOMES, CPF 057.071.937-23; IZABEL CRISTIANE COSTA DA CUNHA, CPF 910.682.749-72; IZABEL DE OLIVEIRA SOUZA, CPF 029.645.987-97; JACIRA ANNA COUTINHO, CPF 358.156.047-04; JANE ROCHA GOMES, CPF 513.928.447-20; JOSITA LIMA DOS SANTOS, CPF 636.193.857-34; JULIA PAULA MODESTO REIS, CPF 012.452.304-84; LAICE MENDES DE LIMA, CPF 149.457.547-72; LIA MIRIAN BENTHIEN PEREIRA, CPF 350.572.970-15; LUCIA MARIA LOPES DE OLIVEIRA, CPF 414.199.367-00; MARGARIDA TAVARES DE SOUZA, CPF 662.948.437-15; MARIA AUXILIADORA ROMERO FONTES GOMES, CPF 493.040.897-00; MARIA CONCEIÇAO DE OLIVEIRA, CPF 640.459.947-34; MARIA DA ANUNCIAÇÃO ALVES EVANGELISTA, CPF 693.969.573-72; MARIA DE LOURDES RODRIGUES DA SILVA, CPF 753.143.807-06; MARIA JUARINA PEREIRA, CPF 042.520.553-34; MARIA LUCIENE DE ARAUJO OLIVEIRA, CPF 959.576.427-20; MARIA LUIZA DE OLIVEIRA, CPF 638.596.457-49; MARINALVA GOMES DA SILVA OLIVEIRA, CPF 410.255.555-20; MARLENE CARCANO TERRA, CPF 851.772.617-00; MARLENE DA SILVA COSTA, CPF 401.559.787-72; NATALIA BAPTISTA DA CUNHA, CPF 582.322.577-68; NATALINA OLIVEIRA DO NASCIMENTO, CPF 023.037.427-14; NEUZA DE OLIVEIRA, CPF 967.340.517-49; NILZA MARIA BARBOSA, CPF 691.617.989-91; NOEMIA TAVARES DE SOUZA, CPF 583.115.997-34; NORMA DE OLIVEIRA, CPF 519.349.817-53; PAULA AGUIDA COELHO DE FREITAS BLANSKI, CPF 007.444.109-40; RAFAEL ARAUJO ALVES, CPF 037.444.599-00; REJANE SOARES BANDEIRA DOS SANTOS, CPF 058.078.487-80; RITA DE CASSIA AMARAL, CPF 734.218.129-34; ROSA DE LOURDES RODRIGUES FIGUEIRA, CPF 016.028.447-39; SEVERINA ALVES, CPF 309.567.904-10; SUELY DE SANT'ANNA SILVA, CPF 255.377.878-30; TANIA FERNANDO ALVES, CPF 267.795.877-53; THAMIRIS RODRIGUES DOS SANTOS, CPF 058.754.677-89; THAYANA DE SOUZA BORGES, CPF 056.781.467-00; VERA LUCIA SANTOS DA SILVA, CPF 404.051.687-72; VERANILDA PAIVA LOIOLA, CPF 224.940.495-04; VILMA RIBEIRO CAMPOS, CPF 051.679.537-66; WALLACE GENESIO DOS SANTOS, CPF 116.509.487-86; ZILEIA MOURA, CPF 594.663.597-20; ZORAIDE FONTOURA DE ANDRADE SILVA, CPF 190.897.677-20

15 - TC-009.281/2006-0

Interessados: ALINE DE OLIVEIRA SIQUEIRA, CPF 088.532.267-30; DILZA DE OLIVEIRA RAMOS, CPF 029.027.547-44; DIVA DE OLIVEIRA DE JESUS, CPF 238.101.307-53; GILDA DE OLIVEIRA NASCIMENTO, CPF 540.870.317-72; JAQUELINE CUNHA DANTAS, CPF 958.682.327-04; MARCIA ALMEIDA DOS SANTOS, CPF 590.793.047-00; MARIONETE DE OLIVEIRA SANTOS, CPF 320.403.934-04; MOEMA ANDRADE FARIA, CPF 384.162.127-91; NEUZA RODRIGUES FELICIANO, CPF 076.276.227-60; RITA DE CASSIA BRANDAO DO NASCIMENTO, CPF 011.881.097-90; RITA DE CASSIA DOS SANTOS, CPF 442.307.297-15; SILVIA FELIX DA SILVA, CPF 484.791.527-53; SONIA MARIA MIGUEL ELIAS, CPF 445.785.207-49; VALERIA LIMA RIBEIRO VENANCIO, CPF 827.449.717-15; VERA LUCIA CARLOS DA CUNHA DE SOUZA, CPF 296.993.807-30

16 - TC-013.565/2006-9

Interessados: AGMAR NOBRE, CPF 012.656.064-12; ANGELA MELLO DE OLIVEIRA, CPF 025.252.827-10; ANGELITA DA SILVA CASTRO, CPF 867.127.724-00; CAROLINA INGLES DA ROSA, CPF 812.254.589-00; CLOTILDE ROSÁLIA ESCOBAR DE ANDRADE, CPF 033.808.987-08; DAURIA MENEZES CASTELLO BRANCO REIS, CPF 010.619.697-97; DEISE LÚCIA DA SILVA NOBRE, CPF 074.372.737-13; DILMA LÚCIA DA SILVA NOBRE, CPF 866.412.637-20; DILZA GOMES FERREIRA, CPF 051.557.147-45; DIVA PEDROSA DE AGUIAR, CPF 372.498.274-72; EDINÉA MARTINS DOS SANTOS PEREIRA, CPF 957.612.687-87; EDNA VERAS DE CARVALHO, CPF 295.670.177-00; EDNEA CERQUEIRA PASSOS, CPF 839.762.645-04; ELIANE DA SILVA, CPF 074.755.647-46; EVA MARIA DA SILVA, CPF 349.402.277-15; FÁTIMA ELISABETH DO CARMO NOBRE, CPF 375.182.757-91; FERNANDA ISA SANTOS PASSOS, CPF 018.019.915-37; GICELDA MONTEIRO RODRIGUES, CPF 101.953.001-49; HAYDEÉ VARANIS CAVALCANTE, CPF 659.154.611-15; HELENA DA SILVA VIDAL, CPF 055.300.697-54; INÊS SILVA DE OLIVEIRA, CPF 130.991.084-72; JACYRA FERREIRA DA SILVA, CPF 802.947.909-34; JEANINE BANDEIRA DE AGUIAR, CPF 010.398.914-54; JOAQUIM DA SILVA PASSOS, CPF 840.700.995-49; LETÍCIA SILVA DE SIQUEIRA, CPF 105.978.387-80; LUCAS SILVA DE SIQUEIRA, CPF 105.978.357-64; LUZIA DA SILVA PASSOS, CPF 840.700.565-72; MARCELA ARAÚJO DE OLIVEIRA, CPF 053.899.107-02; MÁRCIA CRISTINA GOULART DE FREITAS, CPF 419.707.567-72; MÁRCIO FELIPE LESSA DE SIQUEIRA, CPF 104.715.827-27; MARIA DA PAZ BARBOSA DE LIMA, CPF 938.351.324-15; MARIA DE FÁTIMA MENDES COSTA, CPF 123.255.973-34; MARIA DE JESUS BARBOSA, CPF 920.323.467-53; MARIA DO CÉU BARBOSA CEZINO, CPF 503.323.174-04; MARIA IGNÊS SILVA ROSA, CPF 755.859.447-20; MARIA JOSE HOR-MEYLL ALVARES DIAS, CPF 023.946.807-41; MARIA SALOMÉ DE ANDRADE MINA, CPF 806.913.235-34; MARISA DE ANDRADE MINA, CPF 957.411.275-68; MARLENE BORGES DOS SANTOS, CPF 412.123.807-97; MARLI ANDRADE COSTA FREDERICO, CPF 593.484.537-34; MARLY ALVARES DIAS, CPF 032.208.347-87; MARLY FEITOSA DA SILVA, CPF 105.501.977-45; MIZIA NOBRE, CPF 013.370.157-33; MONICA ALBUQUERQUE DE SOUZA, CPF 911.457.327-04; MÔNICA ELIZABETH PENALBER DE NIEMEYER, CPF 008.951.187-50; NADIR DE SOUZA RUAS, CPF 070.998.577-03; NEUZA MOREIRA FALCÃO, CPF 853.543.927-72; NOEMI FERREIRA DOS SANTOS, CPF 013.403.247-09; REGINA LÚCIA FRANÇA DA COSTA SANTANA, CPF 003.449.037-02; ROSANA DANTAS DORMEA SANTOS, CPF 001.647.447-38; SANDRA DE OLIVEIRA KUTNAR, CPF 912.415.297-87; SANDRA GOULART PASTOR DE FREITAS, CPF 395.752.927-15; SELMA SANTOS DA SILVA, CPF 008.479.957-98; SÔNIA MARIA DIAS FERNANDES, CPF 030.414.177-15; SÔNIA REGINA ARAPIRACA BASTOS SILVA, CPF 392.801.445-53; TÂNIA REGINA GOULART DE FREITAS, CPF 878.571.117-91; THEREZINHA DE SOUZA CARVALHO, CPF 699.030.187-20; VILMA SUELI COSTA PIMENTEL PINTO, CPF 145.211.805-15; ZILDA SANTOS DA SILVA, CPF 211.582.822-49; ZULMA DA ROSA COSTA, CPF 637.795.447-68

17 - TC-015.344/2006-7
Interessados: CAROL ALVES DA SILVA, CPF 802.932.204-68; CLENICE GOULART COIMBRA, CPF 516.833.507-15; CRISLEIDE ALVES DA SILVA, CPF 000.000.000-00; CRISTIANE ALVES VERA, CPF 530.081.114-91; JANAINA ALVES SILVA, CPF 760.849.498-00; JAQUELINE ALVES DA SILVA, CPF 760.848.416-00; JOCELYNA JURACY SANTOS PEREIRA, CPF 073.084.687-39; MARCELO ALVES DA SILVA, CPF 000.000.000-00; MARIA APARECIDA DUARTE TEIXEIRA, CPF 002.205.967-94; MARIA DE LOURDES JUNQUEIRA, CPF 408.087.697-15; MARLUCE FERREIRA PINTO, CPF 072.172.257-10; NANCY DA SILVA ZOGBI, CPF 113.872.897-72; NEYDE DA CONCEIÇÃO DA SILVA, CPF 101.790.627-00; NORMA DA SILVA LELLIS, CPF 504.274.157-72; ROSA MORALES TORRES BERNARDO, CPF 201.231.751-00; ROSEMY ALBUQUERQUE GOMES BRITO, CPF 107.934.037-82; TERESINHA COIMBRA VIEIRA, CPF 458.418.377-53; ZULEIDE ALVES DOS SANTOS, CPF 382.374.664-20

18 - TC-015.879/2006-0
Interessados: ANDRE MATHEUS DA SILVA VASCONCELLOS QUIRINO, CPF 106.879.547-62; CARLA GONÇALVES DE ALMEIDA ALVES, CPF 069.325.597-81; CLAUDIA REGINA FERNANDES DE MORAES DE ARAUJO, CPF 096.724.227-41; DELMA MIRANDA DE QUEIROZ, CPF 431.126.417-87; EDNA ALMEIDA CARNEIRO, CPF 241.335.583-91; GUSTAVO DA SILVA VASCONCELLOS QUIRINO, CPF 106.879.427-56; JANDIRA MARIA DE ASSIS KNEODLER, CPF 884.599.697-20; JANDIRA VASCONCELLOS DE SOUZA, CPF 477.321.057-53; JUÇARA DE VASCONCELLOS AZEVEDO, CPF 477.887.807-82; JULIANA NASCIMENTO CARNEIRO, CPF 955.324.983-34; LARISSA NASCIMENTO CARNEIRO, CPF 954.445.563-91; LUZIA VICENTE DE ARAUJO, CPF 166.497.374-53; MARIA BEATRIZ AMARAL, CPF 781.253.917-20; MARIA JUSSARA FERNANDES DE MEDEIROS, CPF 245.281.107-68; MARLENE LOPES VASCONCELLOS DE ABREU, CPF 605.364.037-91; MIRLENE DE VASCONCELLOS RODRIGUES, CPF 098.194.637-26; MIRTES CRISTINA SALES MAGALHAES, CPF 036.335.984-21; NELSON MANDELA NASCIMENTO CARNEIRO, CPF 955.324.123-91; PAULO JORGE TEIXEIRA, CPF 046.967.534-92; RENATA MARIA DA CONCEIÇAO, CPF 092.052.407-96; ROSANA FARIAS CAMELO, CPF 737.575.787-91; SANDRA MARCELINA MOURA DA SILVA, CPF 518.368.667-04; SANDRA SANTOS DA SILVA, CPF 289.162.471-87; SHAYENNE CORREA ABREU, CPF 099.380.767-42; SONIA DE SOUZA CASTRO, CPF 054.733.594-69; SÔNIA REGINA OLIVEIRA DA SILVA, CPF 884.447.917-68; STEPHANIE CORREA ABREU, CPF 099.380.727-55; VILMA SERENO DE JESUS FERREIRA, CPF 090.637.767-64; WASHINGTON DA SILVA VASCONCELLOS QUIRINO, CPF 106.879.517-47; ZELY PEREIRA DE BARROS PERALES, CPF 042.780.887-10

19 - TC-015.880/2006-0
Interessados: AGATHA NOGUEIRA DE ASSIS, CPF 107.549.887-24; ALCY DA SILVA LIRA, CPF 602.082.447-00; ANACLEIDES BENEVIDES AMBROSIO, CPF 408.819.971-53; DANIEL MOREIRA DE JESUS DA SILVA, CPF 106.400.877-10; DEISINEA PESSANHA DE OLIVEIRA, CPF 417.971.241-53; DILMA NETTO DE LYRA, CPF 706.707.307-34; DINARA DE VINCENZI AZEVEDO LEITE, CPF 023.243.428-04; DOLORES PEREIRA SERAFIM, CPF 042.407.994-14; DULCINÉA PESSANHA DE OLIVEIRA, CPF 151.547.931-53; EDIMA PAIVA LOGULLO, CPF 918.923.337-91; EDNEA PAIVA, CPF 937.559.967-15; ELIANA COSTA DA CRUZ, CPF 201.855.532-49; ERINA ROSA DE LIMA ROSA, CPF 632.968.887-72; ERONITA MARIA DE LIMA, CPF 670.726.827-91; GICELI ALVES MACIEL, CPF 030.892.184-45; GILMAR ZENITH SILVA LIMA, CPF 018.745.435-34; GRINAURIA CALHEIROS DA SILVA, CPF 070.108.887-79; HUDSON LEITE FERREIRA DOS SANTOS, CPF 780.419.707-10; IRINEA DE LIMA SIMÕES, CPF 009.546.547-22; JOANA D' ARC BARRETO DE ARAUJO, CPF 289.681.903-72; JUREA CONCEIÇÃO DO NASCIMENTO, CPF 325.584.577-72; KATIA THEODORO DOS SANTOS, CPF 056.861.757-64; LAIS LACERDA REIS VIANNA, CPF 016.700.707-60; LETICIA DE OLIVEIRA SILVA, CPF 104.543.677-16; LIZETTE DE AVILA PINHAO, CPF 128.923.357-87; LUCIANA LEITE DO NASCIMENTO, CPF 042.018.487-28; LUCINETE MEIRELES DE OLIVEIRA, CPF 316.410.911-34; LUIZA RAMOS DA COSTA, CPF 026.913.044-69; LURIMAR CALHEIROS DA SILVA, CPF 197.440.137-53; MARCELO MASTROIANE ALVES MACIEL, CPF 051.002.714-85; MARIA DA LUZ RIBEIRO DE SOUZA, CPF 007.769.144-05; MARIA DA SAUDE SILVA DE OLIVEIRA, CPF 843.268.677-87; MARIA DE LOURDES THEODORO DOS SANTOS, CPF 051.509.337-83; MARIA EDVIGES BARBOSA CARVALHO, CPF 023.923.177-55; MARIA NEVES DE ARAUJO, CPF 150.811.414-53; NEIVA SOARES FERREIRA DA SILVA, CPF 408.312.301-00; NILCE MARIA COELHO, CPF 871.754.957-49; NOEMIA FREIRE DE OLIVEIRA, CPF 528.414.217-91; ONDINA VICENTI MARTINS, CPF 023.891.039-36; REGINA APARECIDA LEITE DO NASCIMENTO, CPF 095.425.137-71; RONNY ALVES MACIEL, CPF 056.091.174-29; ROSANA CRISTINA PRADO DOS SANTOS, CPF 001.824.057-70; ROSANA CRISTINA PRADO DOS SANTOS, CPF 001.824.057-70; SANDRA MARIA BENEVIDES MIRANDA, CPF 073.979.297-02; SARA SILVA DO NASCIMENTO, CPF 555.161.577-49; SEBASTIANA DA SILVA CARVALHO, CPF 006.192.987-58; SILVIA CRISTINA DE OLIVEIRA SANTOS, CPF 872.146.874-53; SIMONETE SANTOS FERREIRA, CPF 759.703.257-91; TERESINHA ALVES MACIEL, CPF 149.542.301-87; VALQUIRIA LEITE DO NASCIMENTO DOS SANTOS, CPF 086.984.057-62; VANIA DOS SANTOS MACEDO, CPF 028.442.887-66; YVONNE GUIMARÃES DE MOURA, CPF 871.750.107-53

c) Auditor Marcos Bemquerer Costa (Relações nºs 118, 119, 226 e 227).

ACÓRDÃO Nº 2470/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na 2ª Câmara, em Sessão Extraordinária de 5/9/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Justiça do Trabalho

1. TC-008.311/2006-6 - André Martins Ferreira Diniz; Carlos Donizetti Ribeiro; Dilmacy Rezende de Castro; Elizabeth Silva Teixeira; Elza Gomes Gonçalves; Glicia Cristina Medeiros de Andrade; Heliane Alves de Mendonça Moreira; Josina Nazareth Melo Ferber; José Toscano Mousinho; Luis Celso Martins Rodrigues dos Santos; Marcia Núbia Fonseca Vieira; Maria José Rodrigues; Nelson Teruo Kayano; Paulo Bruno Gerspacher Lara; Rosa Maria dos Santos; Saturnino Gonçalves Ferreira.

2. TC-008.319/2006-4 - Carlos Costa Ribeiro; Efigênia Maria da Silva de Morais; Edmundo Pereira Martins; Eunice Moura Santos; Fidelis Sigmaringa de Pina Malta; Rosana Saldanha Marques Pinheiro; Sonia Maria da Rocha Dias; Uwe Barcellos da Silva; Vania Regina Sanches.

ACÓRDÃO Nº 2471/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na 2ª Câmara, em Sessão Extraordinária de 5/9/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Justiça do Trabalho

1. TC-013.061/2006-2 - Priscila Duque Madeira.

2. TC-013.056/2006-2 - Adriano Brito da Rocha Pereira; Ana Carmen Simões Coelho Wenck; Antonio Marcos Pinto Santos; Cleryston Emerson Guimarães Barreto; Fernanda Novis Coelho; Flavia Caroline Fonseca Amorim; Herika Michely Carritilha de Aquino; Irineu de Azevedo Ivanoski; Jose Claudio Assunção Campos; Josue Pereira da Silva; Leonardo da Silva Pereira; Paulo Cristovão de Andrade; Plinio Jose Cunha Caldas Junior; Roberta Teixeira Ribeiro Bento; Rogerio de Jesus Souza; Rosedite Teles Valois; Silvana Mazzei Avelino Viana; Vanessa Regis Costa; Vanessa Souza Siqueira Mendes.

3. TC-012.231/2006-0 - Ailton Soares Carvalho; Ana Lina Brito Cavalcante e Meneses; Antonio Araujo Sousa; Conceição de Maria Almeida Leal do Monte; Delano Pereira da Costa; Flavia Ayres de Morais e Silva; Lorena Ramos Ribeiro Gonçalves; Marcos de Oliveira Soares; Maria do Socorro Estevao de Sousa; Rose Anne Silva Marques; Vladimir de Carvalho Macedo.

4. TC-000.215/2006-3 - Luiza Emiko Yabe Saga; Maria Bethania Rodrigues.

5. TC-002.043/2006-6 - Claudia Cristina Lopes Antunes; Erick Michael Gonçalves de Souza; Evania Mota Pereira; Helizeti Gonçalves Ramos; Yerma Rossi Bulhões Bittencourt.

6. TC-009.954/2006-0 - Alessandra Ferreira Viana; Andrea Vieira Sako; Anna Constança Ferreira de Moraes; Carlos Eduardo Lima; Daniela Dantas de Araujo; Erica Cristina Castan Moscatto; Fabiana Maria Griggio Ishii; Ivana Cristina Garcia Miras Ikehara; Luciane Carvalho de Oliveira; Marco Aurelio de Campos Gomes; Maria Eleonora Ferreira de Moraes; Rose Mary Copazzi Martins; Simone Sanches Manfrin Carvalho.

7. TC-010.918/2006-7 - Anselmo Soveney Moraes Júnior; Ediberto Magalhães Bremgartner; João Luiz dos Santos do Nascimento; Marcelo Monteiro Garcia de Melo; Necimarg Felix Ramos; Osiel Brasil.

8. TC-012.218/2006-8 - Adilson Oliveira dos Santos; Adriana Silvia Cabello Ferraz de Toledo; Ana Laura de Carvalho Vianna Starek; Cintia Adriane Fernandes Becatti; Cintia Dias Duarte; Gastao Castro Leite de Mello; Ismael de Oliveira; Joao Paulo de Siqueira Andrade; Jose Alexandre Monteiro de Toledo; Juliana Tozatti Flausino; Julio Cesar Petrucelli; Jussara Rodrigues Meira; Raquel Cristina Rampani Santiago; Regis Antonio Niedo; Roberta Lima Carvalho; Wanda Judith Furlan.

9. TC-012.221/2006-3 - Adriana França Marques; Márcia Moretzsohn de Oliveira; Roberta Silveira Zanetti; Rosane Gomes de Menezes Leite.

10. TC-013.058/2006-7 - Liliane Cavalcante Silva; Nádia Sarmento Melo.

11. TC-013.062/2006-0 - Ariadne Clarissa Klein; Cristiane Campiolo Almeida; Dirce Yoshizumi; Ernesto Jose Tomazel; Kamilla Maria Felippe de Macedo; Laura Bittar; Laura Cristina Marques; Marcos Ferreira Silveira; Marcos Garcia Labadie; Mariana Roetger Madeira; Rafael Sandin Knabben; Renata de Figueiroa Freitas; Ricardo Philipe dos Santos; Robson Jose Duarte; Tania Alves Castro; Thais Amanda Pereira Padua; Valdir Colauto Rodrigues Junior; Wandressa Fernandes.

12. TC-013.652/2006-6 - Ana Cecília Magalhães Amoedo; Veruska Santana Sousa de Sá.

13. TC-013.656/2006-5 - Adria Schwarz; Alcione Pereira Nunes; Claudia Aparecida da Silva Chermont; Claudia Helida da Rocha Correa; Cristiano Neckel; Eliane Roseli Fritz Covari; Elton Sanderson; Elâine Fernandes da Silva; Karla de Jesus Sousa Oliveira Cario; Marco Aurelio Batista; Maria Liucéia de Souza Moraes; Paola Ricci; Rafael Duarte Moreira; Renata Aparecida da Silva; Selito Luiz Minetto; Simone dos Reis Pinheiro; Suzana Lucena Ferreira de Castro.

14. TC-015.080/2006-7 - Maria Luise Bichara de Assumpção.

15. TC-016.015/2006-3 - Fernando Luís Oliveira Costa; Lídia Serpa Barbosa.

16. TC-013.649/2006-0 - Andréa de Oliveira Gonçalves; Fernanda Guedes.

17. TC-013.651/2006-9 - Adriane Beatriz de Menezes; Fernanda Barros Monteiro; José Roberto de Barros Carvalho; Letícia Netto Martins de Oliveira; Luciene Gonçalves da Silva; Maria Emília Lambert Couto; Márcia Aparecida Pereira; Márcia de Sousa Victória; Patrícia Costa Novaes Teixeira; Ronaldo Loyola Aguiar; Suzana Mourão de Oliveira Carvalho.

18. TC-013.653/2006-3 - Marcos Tadeu Castilho; Ricardo Batista de Carvalho; Sandra Ayumi Iamamura.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

1. TC-010.655/2006-4 - Francisco Eduardo Leitão Sampaio; Marcelo dos Santos Monteiro.

ACÓRDÃO Nº 2472/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na 2ª Câmara, em Sessão Extraordinária de 5/9/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V; e 39, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, sem prejuízo de determinar ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior que disponibilize no Sistema SISAC os dados de desligamento do cargo de analista exercido anteriormente por Almerio Amorim Castro, em virtude de sua investidura em outro cargo público no quadro de pessoal do mesmo órgão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

1. TC-017.466/2006-9 - Almerio Amorim Castro; Ana Cristina da Rocha Monteiro; Breno Pietracci; Mirthis Carvalho de Oliveira Rocha; Rogerio Tavares Fontes; Schmuell Lopes Cantanhede.

ACÓRDÃO Nº 2473/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na 2ª Câmara, em Sessão Extraordinária de 5/9/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Ministério da Defesa - Comando do Exército

1. TC-006.355/2004-5 - Aparecida Teixeira; Cilea Ferreira Teixeira; Conceição Vassal Curto; Fabio Ribeiro do Monte; Isabel Coelho Noleta; Leda Braga Silva Costa; Maria Bernadete de Souza Luz; Maria de Lourdes Bastos Dal-Cere; Meris Teixeira de Assis; Neide Teixeira de Assis; Norma Leckar da Silva; Rita Carvalho Santos; Rosimeire Teixeira de Assis; Sandra Santos Reis; Selma de Almeida Santos; Tarcidio Portela Cabral de Mello; Vera Lucia Hygino do Amaral; Waldelea Pereira Santos.

ACÓRDÃO Nº 2474/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na 2ª Câmara, em Sessão Extraordinária de 5/9/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea

a; 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em julgar as contas a seguir indicadas regulares com ressalva e dar quitação aos responsáveis, sem prejuízo de fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Serviço Social Autônomo

1. TC-012.695/2005-0 (com 1 volume).
Classe de Assunto: II
Responsáveis: Amilton Coutinho de Souza, CPF n. 038.457.534-04; Anayra Silvana da Cunha Maltez, CPF n. 305.328.764-15; Arinaldo Vieira Crispim, CPF n. 003.872.314-04; Claídes Terezinha Barcellos Devicenzi, CPF n. 278.862.550-20; Cleonice Pereira Pedrosa, CPF n. 514.817.154-53; Demerval Antonio do Nascimento, CPF n. 806.708.658-34; Edivaldo Vicente Barbosa Júnior, CPF n. 817.152.004-97; Eduardo Romero Mendonça, CPF n. 677.998.924-04; Elen de Lima Corrêa, CPF n. 694.906.787-91; Giusseppe Souza da Silva, CPF n. 171.959.504-68; Juacir João Wischneski, CPF n. 170.575.239-04; José Bonifacio Ferreira, CPF n. 001.781.364-68; Malaquias Anselmo de Oliveira, CPF n. 066.810.504-68; Rodrigo Cruz, CPF n. 004.342.779-08; Valter Cardone de Barros, CPF n. 014.980.374-53; Ana Lucia Moreira Leão Brasil, CPF n. 373.768.104-04; Jose Djalma Pastor da Fonseca, CPF n. 054.527.167-34; José Admilson Fagundes de Oliveira, CPF n. 695.225.454-49; José Marcelo Gonçalves Leitão, CPF n. 709.306.604-63.
Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - Administração Regional em Pernambuco - SESCOOP/PE.
Exercício: 2004.

1.1. ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - Administração Regional em Pernambuco que:
1.1.1. abstenha-se de iniciar processos de dispensa de licitação sem a autorização do superintendente da Entidade, a fim de atender as alíneas **b** e **c** da Orientação para a Compra Simplificada do Conselho Nacional de 18/11/2003;
1.1.2. observe as determinações do edital de dispensa de licitação, inabilitando as firmas que não apresentarem os documentos e condições de participação exigidas;
1.1.3. diversifique seus pedidos de cotação, evitando realizar solicitações de cotação a empresas do mesmo grupo, com o objetivo de não restringir a competitividade e obter os melhores preços de mercado;
1.1.4. realize novo processo de dispensa quando não obtiver o mínimo de três propostas válidas, a fim de assegurar a obtenção de melhores preços;
1.1.5. abstenha-se de habilitar firmas que não atendam as condições estabelecidas no instrumento de convocação, em atendimento ao inciso I do artigo 14 da Resolução n. 02/1999 do SESCOOP/PE;
1.1.6. realize seus processos licitatórios segundo as determinações da Resolução n. 02/1999 do SESCOOP/PE, em especial o inciso II do artigo 14, onde consta que os envelopes das propostas de preços dos licitantes habilitados devem se abertos, em dia e hora previamente designados, verificando sua conformidade com os requisitos do edital e desclassificando aqueles que não os tenham atendido;
1.1.7. atente para que as decisões referentes à habilitação, aos julgamentos e aos recursos sejam comunicados diretamente aos licitantes e lavrados em ata, se presentes seus prepostos, no ato em que for adotada a decisão, ou por publicação, ou ainda por outro meio formal segundo o que determina o artigo 18 da resolução n. 02/1999 do SESCOOP/PE; e
1.1.8. adote providências para que as notas fiscais sejam devidamente atestadas, quando do recebimento dos produtos ou serviços prestados pelas firmas e apense ao processo sua respectiva cópia.

ACÓRDÃO Nº 2475/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na 2ª Câmara, em Sessão Extraordinária de 5/9/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea **d**; 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em julgar as contas a seguir indicadas regulares com ressalva e dar quitação aos responsáveis, sem prejuízo de fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Serviço Social Autônomo

1. TC-009.988/2005-0
Classe de Assunto: II
Responsáveis: Antonio Fernando Ribeiro, CPF n. 081.290.615-20; Antonio Manoel Pinheiro, CPF n. 819.233.178-49; Ari da Silva Carvalho, CPF n. 194.977.685-91; Carlos Humberto Sampaio Araújo, CPF n. 011.517.705-15; Edson Sampaio Pimenta, CPF n. 194.425.995-34; Fernando Albiani Alves, CPF n. 003.259.615-49; Fernando de Figueiredo Pimenta, CPF n. 002.912.695-91; Guilherme Requião Radel, CPF n. 000.078.035-91; Joaquim Cardoso Filho, CPF n. 004.844.155-49; Josemario Martins da Silva, CPF n. 950.021.385-00; José Antônio da Silva, CPF n. 951.876.268-68; João Martins da Silva Júnior, CPF n. 002.114.945-34; Luciano José Costa Figueiredo, CPF n. 045.958.405-78; Luiz Gonzaga Ribeiro de Moura, CPF n. 012.157.285-49; Luiz Tarciso Cordeiro Pamponet, CPF n. 053.935.235-72; Marcelo Cardoso e Cardoso, CPF n. 903.126.865-87; Orlando Sampaio Passos, CPF n. 002.763.835-91; Pedro Augusto da Silva Neto, CPF n. 370.837.835-00; Wilson Martins Furtado, CPF n. 129.349.415-15.
Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional na Bahia - SENAR/BA.
Exercício: 2004.

1.1. ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional na Bahia que:
1.1.1. efetue o devido desconto do auxílio-alimentação, quando da concessão de diárias para viagens, a fim de evitar o seu pagamento em duplicidade; e
1.1.2. proceda aos registros dos imóveis de sua propriedade em cartório, se ainda não o fez.

ACÓRDÃO Nº 2476/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na 2ª Câmara, em Sessão Extraordinária de 5/9/2006, ACORDAM, por unanimidade:

Serviço Social Autônomo

1. TC-008.741/2005-9
Classe de Assunto: II
Responsáveis: Joseli Angelo Agnolin, CPF n. 168.795.030-04; José Arcanjo Pereira Júnior, CPF n. 648.584.561-53; Marco Antonio Monteiro, CPF n. 092.217.638-89; Mauro Boaventura de Sousa, CPF n. 351.183.006-06.
Entidade: Serviço Social do Comércio - Administração Regional em Tocantins - SESC/TO.
Exercício: 2004.

1.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei n.º 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea **d**; 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n.º 155/2002, em julgar as contas dos Srs. José Arcanjo Pereira Júnior e Mauro Boaventura de Sousa, regulares e dar-lhes quitação plena;

1.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei n.º 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea **d**; 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n.º 155/2002, em julgar as contas dos Srs. Joseli Ângelo Agnolin e Marco Antonio Monteiro, regulares com ressalva e dar quitação aos responsáveis, sem prejuízo de fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1.3. ao Serviço Social do Comércio - Administração Regional em Tocantins que, nas próximas prestações de contas, elabore o rol de responsáveis e apresente suas respectivas informações relativas às declarações de bens e rendas, conforme disposto nos arts. 12, § 5º, e 14, inciso IV, da IN/TCU n. 47/2004.

ACÓRDÃO Nº 2477/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na 2ª Câmara, em Sessão Extraordinária de 5/9/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea **d**; 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em julgar as contas a seguir relacionadas regulares e dar quitação plena aos responsáveis, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Serviço Social Autônomo

1. TC-011.404/2005-0
Classe de Assunto: II
Responsáveis: Antonino Falchetti, CPF n. 028.433.048-57; Aramis Moutinho Júnior, CPF n. 086.915.118-50; Edmilson Sena da Silva, CPF n. 610.567.238-15; Evaristo Camara Machado Netto, CPF n. 442.653.108-00; Fernando dos Santos Feitosa, CPF n. 140.008.988-33; Florysneide Fortunado Campanha da Silva, CPF n. 875.802.768-87; Francois Regis Guillaumon, CPF n. 475.424.118-53; José Vicente da Silva, CPF n. 054.789.441-49; José Eduardo Passoni, CPF n. 003.426.918-56; Lavínia de Alvarenga Vieira, CPF n. 055.646.218-16; Marcos Tadeu Paterlini, CPF n. 174.810.239-72; Mauro da Silva Lourenço, CPF n. 009.966.578-60; Osias de Souza, CPF n. 006.102.518-64; Paulo Celso de Oliveira, CPF n. 041.633.898-49; Paulo de Araújo Rodrigues, CPF n. 109.931.078-42; Valdeci Alves, CPF n. 883.440.457-20; Wagner Morandini, CPF n. 045.372.048-00.
Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - Administração Regional em São Paulo - SESCOOP/SP.
Exercício: 2004.

ACÓRDÃO Nº 2478/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na 2ª Câmara, em Sessão Extraordinária de 5/9/2006, ACORDAM, por unanimidade:

Serviço Social Autônomo

1. TC-015.368/2005-0
Classe de Assunto: II
Responsáveis: Amiraldo da Silva, CPF n. 051.253.912-04; Ana Valéria Galo Pantoja da Silva, CPF n. 170.395.328-24; Cleide Góis Ferreira, CPF n. 072.894.992-04; Deusiane Lamarão da Silva, CPF n. 508.163.222-87; Francisco Lindomar Josino da Silva, CPF n. 208.744.642-34; José Iguarassu Bezerra Monteiro, CPF n. 388.855.062-91; Josimar Lopes dos Santos, CPF n. 746.028.618-49; José Maria Nunes Guidão, CPF n. 066.858.622-20; Ladislao Pedroso Monte, CPF n. 060.008.352-72; Marizete do Carmo Silva, CPF n. 066.817.512-53; Manoel Raimundo Pereira da Costa, CPF n. 000.009.428-55; Maria de Nazaré de Souza Bittencourt, CPF n. 316.049.432-20; Maria do Socorro da Silva, CPF n. 415.748.262-04; Marinete de Souza Paranhos, CPF n. 089.770.542-49; Marlete Pinheiro da Costa, CPF n. 388.899.782-87; Virginaldo Ferreira Diniz, CPF n. 052.969.977-00.
Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Administração Regional do Amapá - SENAC/AP.
Exercício: 2004.

1.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei n.º 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea **a**; 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n.º 155/2002, em julgar as contas dos Srs. Amiraldo da Silva, Ana Valéria Galo Pantoja da Silva, Cleide Góis Ferreira, Deusiane Lamarão da Silva, Francisco Lindomar Josino da Silva, Josimar Lopes dos Santos, José Maria Nunes Guidão, Ladislao Pedroso Monte, Marizete do Carmo Silva, Manoel Raimundo Pereira da Costa, Maria de Nazaré de Souza Bittencourt, Maria do Socorro da Silva, Marinete de Souza Paranhos, Marlete Pinheiro da Costa e Virginaldo Ferreira Diniz regulares e dar-lhes quitação plena;

1.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei n.º 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea **a**; 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n.º 155/2002, em julgar as contas do Sr. José Iguarassu Bezerra Monteiro, regulares com ressalva e dar quitação ao responsável, sem prejuízo de fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1.3. ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Administração Regional do Amapá que:
1.3.1. na elaboração do inventário anual, seja observada a identificação dos patrimônios, as suas localizações e os termos de responsabilidade e, no caso de alguma deficiência, o gestor deve implementar medidas tempestivas para sanar as impropriedades, conforme recomendação 8.1.1.1 do Relatório de Auditoria 161210 - SFCI/CGU;
1.3.2. observe o disposto no art. 1º da Lei n. 8.730/1993 e o art. 2º, § 7º, da IN/TCU n. 05/1994, no que diz respeito ao recolhimento tempestivo da declaração de bens e rendas dos integrantes do rol de responsáveis;
1.3.3. abstenha-se de realizar compras de bens ou contratação de serviços em discordância aos normativos que regulam o assunto, em especial o art. 3º, inciso II, da Resolução AR n. 9/2000, Resolução "A" n. 08/2003, bem como a Resolução SENAC n. 810/2002, e adote procedimentos que visem a melhorar o processo de planejamento e execução de suas atividades, minimizando a ocorrência de situações que impliquem necessidades urgentes e imprevisíveis de aquisição de recursos materiais, nos termos recomendados pela SFCI/CGU - item 10.2.2.1, Relatório de Auditoria 161210

1.4. à Controladoria-Geral da União no Amapá que faça constar, nas próximas contas da entidade, informações acerca do cumprimento das determinações supra.

ACÓRDÃO Nº 2479/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na 2ª Câmara, em Sessão Extraordinária de 5/9/2006, ACORDAM, por unanimidade:

Serviço Social Autônomo

1. TC-010.246/2005-5
Classe de Assunto: II
Responsáveis: Ana Maria Silva Gomes, CPF n. 156.113.104-00; Antonio Lopes Muniz, CPF n. 486.371.657-53; Eduardo Martins de Moura, CPF n. 214.350.904-97; Elias de Azevedo da Cunha Filho, CPF n. 202.180.524-72; Fernando Antonio Barreto Paiva, CPF n. 002.844.404-34; Francisco das Chagas Mariz Fernandes, CPF n. 055.886.344-20; Getúlio Marques Ferreira, CPF n. 097.338.924-91; Helder Evandro de Medeiros Alves, CPF n. 254.277.844-20; Joseilton Fonseca da Silva, CPF n. 057.250.031-91; Marcantoni Gadelha de Souza, CPF n. 539.100.364-49; Marcos Hubner Flores, CPF n. 656.331.210-15; Maria Elvira Lira Martins, CPF n. 455.210.694-53; Nadja Caldas Lopes Cardoso, CPF n. 033.746.534-72; Nailton Adrião da Silva, CPF n. 585.574.744-15; Neuso Régio Neponuceno, CPF n. 002.556.884-15; Otávio Oliveira Santos, CPF n. 059.423.817-04; Paulo César Távora Gallindo, CPF n. 193.828.044-04; Ronaldo Silva de Rezende, CPF n. 136.774.034-72; Marcelo Fernandes de Queiroz, CPF n. 332.551.444-68.
Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Administração Regional no Rio Grande do Norte - SENAC/RN.
Exercício: 2004.

1.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei n.º 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea **d**; 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n.º 155/2002, em julgar as contas dos Srs. Ana Maria Silva Gomes, Antonio Lopes Muniz, Eduardo Martins de Moura, Elias de Azevedo da Cunha Filho, Fernando Antonio Barreto Paiva, Francisco das Chagas Mariz Fernandes, Getúlio Marques Ferreira, Helder Evan-

dro de Medeiros Alves, Joseilton Fonseca da Silva, Marcos Hubner Flores, Nadja Caldas Lopes Cardoso, Nailton Adrião da Silva, Neuso Régio Neponuceno, Otávio Oliveira Santos, Paulo César Távora Gallindo, Ronaldo Silva de Rezende e Marcelo Fernandes de Queiroz regulares e dar-lhes quitação plena;

1.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei n.º 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea **d**; 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n.º 155/2002, em julgar as contas do Sr. Marcantoni Gadelha de Souza e da Sra. Maria Elvira Lira Martins, regulares com ressalva e dar quitação aos responsáveis, sem prejuízo de fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1.3. ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Administração Regional no Rio Grande do Norte que:

1.3.1. registre no ativo e passivo compensado todos os fatos e atos que possam no futuro representar um ganho ou perda para o SENAC/RN, conforme prevê a Lei n. 4.320/1964;

1.3.2. elabore o Balanço Orçamentário em conformidade com o disposto no art. 102 da Lei n. 4.320/1964;

1.3.3. somente inicie procedimentos licitatórios com a devida aprovação do dirigente máximo, observando o disposto no art. 13 da Resolução SENAC n. 801/2001;

1.3.4. celebre termo aditivo no caso de necessidade de prorrogação do prazo de execução do objeto contratado bem como faça constar em termo aditivo as alterações contratuais realizadas por acordo entre as partes, conforme disciplina o art. 24 da Resolução SENAC n. 801/2001;

1.3.5. providencie o acerto no registro patrimonial das cômodas e dos armário constante da Nota Fiscal n. 000713, de 24/06/2004, uma vez que os móveis recebidos são de características diferentes daquelas constantes da citada Nota Fiscal; e

1.4. à Controladoria-Geral da União no Rio Grande do Norte que registre, nas próximas contas da entidade, o seu posicionamento sobre o cumprimento do item 1.2 do Acórdão n. 2.459/2004 - TCU - 1ª Câmara, bem como das determinações constantes do Acórdão n. 2.233/2005 - 1ª Câmara, relativa a Prestação de Contas de 2003, além de informações acerca do cumprimento das determinações supra.

ACÓRDÃO Nº 2480/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na 2ª Câmara, em Sessão Extraordinária de 5/9/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea **d**; 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em julgar as contas a seguir indicadas regulares com ressalva e dar quitação aos responsáveis, sem prejuízo de fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Serviço Social Autônomo

1. TC-010.244/2005-0
Classe de Assunto: II
Responsáveis: Aldir Leite de Araújo Júnior, CPF n. 266.599.723-15; Amaro Sales de Araújo, CPF n. 106.325.734-49; Antonio Lopes Muniz, CPF n. 486.371.657-53; Cláudio Gabriel de Macedo Júnior, CPF n. 414.200.714-91; Davis Coelho Eudes da Costa, CPF n. 230.855.093-72; Edmundo da Cunha Medeiros, CPF n. 003.673.544-20; Edneide Oliveira Paula do Nascimento, CPF n. 175.967.694-20; Flavio José Cavalcanti de Azevedo, CPF n. 019.870.894-72; Getúlio Marques Ferreira, CPF n. 097.338.924-91; Jarbas Jacome de Oliveira, CPF n. 170.092.514-87; Jayme Dias Fernandes Filho, CPF n. 006.637.194-53; José Américo Ferreira da Silva Neto, CPF n. 423.584.004-59; José Aníbal Mesquita Barbalho, CPF n. 043.950.694-87; José Raimundo Coelho Peixoto, CPF n. 315.142.604-25; Marcelo Mário Porto, CPF n. 003.347.314-53; Marco Antônio Cavalcanti da Rocha, CPF n. 005.155.904-87; Marcos José de Castro Guerra, CPF n. 243.100.344-20; Pedro Terceiro de Melo, CPF n. 098.224.294-87; Rosivaldo Toscano dos Santos, CPF n. 029.037.334-49; Silvio de Araújo Bezerra, CPF n. 522.895.914-91; Walter Byron Dore, CPF n. 008.332.074-15; Álvaro Anídio Batista, CPF n. 155.851.664-68; Francisco das Chagas de Mariz Fernandes, CPF n. 055.886.344-20; Luiz Antônio Medeiros de Araújo, CPF n. 307.400.104-68.
Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Administração Regional no Rio Grande do Norte - SENAI/RN.
Exercício: 2004.

1.1. ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Administração Regional no Rio Grande do Norte que se mantenha em dia com as exigências impostas pela Lei n. 8.730/1993, pelo art. 14 da IN/TCU n. 47/2004 e art. 5º da DN/TCU n. 62/2005, relativamente à apresentação da Declaração de Bens e Renda de todos os membros constantes do Rol de Responsável; e

1.2. à Controladoria-Geral da União no Rio Grande do Norte que faça constar, nas próximas contas da entidade, informações acerca do cumprimento da determinação supra.

2. TC-009.113/2005-6
Classe de Assunto: II
Responsáveis: Alderico Alves Sena, CPF n. 048.824.825-68; Alexandre Teixeira de Cerqueira, CPF n. 564.342.945-49; Ana Maria Cruz Tourinho de Melo, CPF n. 077.880.705-30; Bernardo Nascimento dos Santos, CPF n. 129.561.205-49; Cergio Tecchio, CPF n. 386.776.289-91; Geovani Silva de Carvalho, CPF n. 105.657.365-15; Jussiara Alves Lessa, CPF n. 645.230.205-15; Ligia Margarida de Jesus Silva, CPF n. 084.345.905-06; Marco Aurelio Bonfim Monteiro, CPF n. 504.906.215-20; Marluce Rodrigues Correia de Araújo, CPF n. 320.692.274-72; Miguel Jaime Meira Lessa, CPF n. 001.114.575-72; Nilda Silva de Oliveira, CPF n. 352.832.115-68; Orlando Colavolpe, CPF n. 002.406.565-04; Reinaldo José dos Santos, CPF n. 005.847.385-87; Roosevelt Santos Oliveira, CPF n. 104.759.235-53.
Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - Administração Regional na Bahia - SESCOOP/BA.
Exercício: 2004.

2.1. ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - Administração Regional na Bahia para que, nos próximos certames licitatórios, observe atentamente os ditames de seu Regulamento de Licitações e Contratos, em especial quanto ao limite de valor estabelecido para os aditivos contratuais, bem como ao envio das minutas de editais e contratos ao setor jurídico da entidade.

ACÓRDÃO Nº 2481/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na 2ª Câmara, em Sessão Extraordinária de 5/9/2006, ACORDAM, por unanimidade:

Serviço Social Autônomo

1. TC-010.086/2005-0 (com 1 volume).
Classe de Assunto: II
Responsáveis: Amauri Miotto, CPF n. 162.679.580-00; André Barbosa Barretto, CPF n. 032.970.807-44; Carlos Alberto Schutz, CPF n. 182.014.740-15; Carlos Rivaci Sperotto, CPF n. 029.628.020-87; Carlos Roberto Simm, CPF n. 269.628.450-49; Domingos Antônio Velho Lopes, CPF n. 537.101.690-20; Elton Roberto Weber, CPF n. 470.544.500-78; Ezídio Vanelli Pinheiro, CPF n. 017.428.410-15; Francisco Lineu Schardong, CPF n. 122.633.110-68; Geraldo Gontijo Ribeiro, CPF n. 157.453.926-49; Gilmar Tietbohl Rodrigues, CPF n. 060.076.780-91; Hermes Ribeiro de Souza Filho, CPF n. 154.679.450-68; Marília Forster de Freitas Lima, CPF n. 012.693.640-49; Sergio de Miranda, CPF n. 234.370.900-97; Servulo Luiz Zardini, CPF n. 001.372.780-04; Valmir Antonio Susin, CPF n. 032.770.700-34; Zenia Aranha da Silveira, CPF n. 659.898.990-68.
Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional do Rio Grande do Sul - SENAR/RS.
Exercício: 2004.

1.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei n.º 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea **d**; 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n.º 155/2002, em julgar as contas dos Srs. Amauri Miotto, André Barbosa Barretto, Carlos Roberto Simm, Domingos Antônio Velho Lopes, Elton Roberto Weber, Ezídio Vanelli Pinheiro, Francisco Lineu Schardong, Geraldo Gontijo Ribeiro, Hermes Ribeiro de Souza Filho, Marília Forster de Freitas Lima, Sergio de Miranda, Servulo Luiz Zardini, Valmir Antonio Susin e Zenia Aranha da Silveira regulares e dar-lhes quitação plena;

1.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei n.º 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea **d**; 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n.º 155/2002, em julgar as contas dos Srs. Carlos Alberto Schutz, Carlos Rivaci Sperotto e Gilmar Tietbohl Rodrigues, regulares com ressalva e dar quitação aos responsáveis, sem prejuízo de fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1.3. ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional do Rio Grande do Sul que:

1.3.1. atente, quando da concessão de adiantamentos para viagens, para a adequada e completa formalização das respectivas prestações de contas, na forma estabelecida na Instrução Operacional n. 13/2004;

1.3.2. abstenha-se de proceder a pagamentos de contas e encargos fora dos prazos, em benefício da economicidade da gestão, visando a evitar o pagamento de juros e multa;

1.3.3. mantenha atualizados os termos de responsabilidade relativos aos bens patrimoniais;

1.3.4. aprimore os mecanismos de controle do gerenciamento da utilização dos meios de transporte, zelando para que as normas estabelecidas sejam observadas pelos funcionários responsáveis pelos veículos e pelo registro das informações de controle;

1.3.5. realize estudos com vistas a redimensionar a proporção entre os cargos integrantes da estrutura básica, providos conforme art. 9º do Plano de Cargos, Salários e Benefícios, independentemente da realização de processo seletivo, e os cargos integrantes do quadro efetivo, de forma que aqueles se limitem ao percentual necessário ao assessoramento direto da administração, em observância aos princípios da impessoalidade, legalidade, moralidade, finalidade, isonomia, publicidade e eficiência;

1.3.6. adote processo seletivo simplificado na admissão de pessoal, em observância aos princípios constitucionais da legalidade, da moralidade, da finalidade, da isonomia, da igualdade e da publicidade, em consonância com a jurisprudência desta Corte de Contas (Acórdão n. 890/2004 - 2ª Câmara, Acórdão n. 429/2004 - 2ª Câmara e Acórdão n. 07/2001);

1.3.7. certifique-se da validade e autenticidade das certidões comprobatórias da regularidade fiscal dos fornecedores, exigindo a Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União juntamente com os demais documentos;

1.3.8. observe o disposto no art. 11 do Regulamento de Licitações e Contratos quando, em razão do valor contratado, houver necessidade de formalização de justificativas, inclusive quanto ao preço;

1.3.9. estabeleça regulamentação acerca da formalização das prestações de contas de convênios, inclusive quanto aos requisitos mínimos para o aceite da documentação comprobatória das despesas e dos relatórios referentes à execução física;

1.3.10. aprimore os mecanismos de controle sobre a execução dos convênios, de forma a garantir a observância dos prazos para prestação de contas por parte das entidades conveniadas;

1.3.11. estabeleça rotinas para acompanhamento da execução física dos convênios e contratos relacionados às atividades finalísticas do SENAR, bem como para aferição e registro dos resultados alcançados.

ACÓRDÃO Nº 2482/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na 2ª Câmara, em Sessão Extraordinária de 5/9/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea **d**; 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em julgar as contas a seguir relacionadas regulares e dar quitação plena aos responsáveis, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Serviço Social Autônomo

1. TC-011.269/2005-4
Classe de Assunto: II
Responsáveis: Agostinho dos Santos, CPF n. 020.448.974-15; Alberto Luiz Duarte Marinho, CPF n. 044.942.534-72; Djane Almeida de Queiroz, CPF n. 434.483.214-00; Gabriel de Menezes Cunha, CPF n. 450.922.734-53; José Alves do Nascimento, CPF n. 098.468.754-87; José Cauby Pita, CPF n. 048.774.204-44; José Rocha Lucena, CPF n. 048.674.164-87; Maria José Cunha Franca, CPF n. 020.324.814-72; Mario Márcio Vasconcelos Batista, CPF n. 395.034.454-34; Paulo Francisco Monteiro Galvão, CPF n. 063.289.544-68; Pedro Gonçalves de Sa, CPF n. 072.842.684-68; Ronaldo Ferreira Loureiro, CPF n. 024.251.143-00; Tertuliano Brito Neto, CPF n. 204.088.974-49.
Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - Administração Regional da Paraíba - SESCOOP/PB.
Exercício: 2004.

2. TC-011.331/2005-2
Classe de Assunto: II
Responsáveis: Alexandre José Cartaxo da Costa, CPF n. 095.644.544-68; Antonio Vicente da Silva, CPF n. 005.956.754-68; Divaildo Bartolomeu de Lima, CPF n. 040.168.744-91; Edigar Florencio da Silva, CPF n. 023.241.564-15; Euclides Quirino da Silva, CPF n. 058.537.704-97; Evando Ricardo da Silva, CPF n. 023.074.134-72; Francisca de Oliveira Barbosa, CPF n. 467.582.164-20; Geraldo Bezerra Veras, CPF n. 089.074.044-53; Germanna Faustino Saeger Galvão, CPF n. 009.452.014-35; José Marconi Medeiros de Souza, CPF n. 020.459.664-53; João de Deus dos Santos, CPF n. 048.592.274-68; José Pinto de Almeida, CPF n. 003.275.814-68; José do Egito Alencar Lopes, CPF n. 044.739.814-87; José Avenzoar Arruda das Neves, CPF n. 308.427.434-72; Maria das Dores Freire de Arruda, CPF n. 251.658.284-68; Odelino de Souza Medeiros, CPF n. 110.465.974-34; Ricardo Vasconcelos Pereira de Melo, CPF n. 044.983.994-04; Vera Maria Hardman Vasconcelos, CPF n. 395.478.174-34.
Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Administração Regional da Paraíba - SENAC/PB.
Exercício: 2004.

3. TC-011.321/2005-6
Classe de Assunto: II
Responsáveis: Alessandra Chianca Teotonio, CPF n. 021.965.474-33; Daniel Kluppel Carrara, CPF n. 477.977.891-34; Evandro Cordeiro da Silva, CPF n. 154.228.104-06; Geraldo Gontijo Ribeiro, CPF n. 157.453.926-49; Heraclito Carneiro Monteiro Velloso Borges, CPF n. 003.905.774-72; Joaquim Osterne Carneiro, CPF n. 004.808.784-04; José Victor Bezerra Filho, CPF n. 237.613.694-68; Liberalino Ferreira de Lucena, CPF n. 067.942.544-68; Luciano de Aguiar Barbosa Maia, CPF n. 275.883.004-34; Mario Antonio Pereira Borba, CPF n. 048.690.364-87; Raimundo Nonato Siqueira, CPF n. 039.792.884-04.
Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional da Paraíba - SENAR/PB.
Exercício: 2004.

4. TC-011.373/2005-2
Classe de Assunto: II
Responsáveis: Almiro de Sá Ferreira, CPF n. 086.833.524-04; Fernando Marques de Almeida, CPF n. 005.744.574-53; Francisca de Oliveira Barbosa, CPF n. 467.582.164-20; Francisco de Assis Benevides Gadelha, CPF n. 041.813.874-53; Francisco de Paulo Sousa, CPF n. 110.066.414-91; Geraldo Ribeiro Dias Filho, CPF n. 676.090.744-20; José Antonio Teixeira Fernandes, CPF n. 338.333.464-34; José Epaminondas Braga, CPF n. 003.387.294-53; José Avenzoar Arruda das Neves, CPF n. 308.427.434-72; Lucia de Jesus Macedo, CPF n. 175.585.654-72; Maria Berenice de Figueiredo

Lopes, CPF n. 078.540.134-20; Maria Gricélia Pinheiro de Melo, CPF n. 450.616.294-34; Mauricio Clóvis de Almeida, CPF n. 003.343.914-15; Roberto Sales de Miranda, CPF n. 386.760.524-68; Romualdo Farias de Araújo, CPF n. 025.122.204-78; Sebastião Severo Acioly, CPF n. 025.354.754-72.

Entidade: Serviço Social da Indústria - Departamento Regional da Paraíba - SESI/PB.

Exercício: 2004.

5. TC-010.337/2005-1

Classe de Assunto: II

Responsáveis: Carlos Onofre de Bessa, CPF n. 005.347.902-59; Eurípedes Ferreira Lins, CPF n. 000.285.502-00; Geraldo Gontijo Ribeiro, CPF n. 157.453.926-49; José Merched Chaar, CPF n. 036.912.842-72; Luis Carlos de Araújo Cordeiro, CPF n. 022.099.932-53; Luiz Leopoldo e Silva, CPF n. 043.516.302-72; Muni Lourenço Silva Júnior, CPF n. 405.480.662-72; Onofre de Matos Tavares, CPF n. 031.267.902-59; Raimundo Vieira da Costa, CPF n. 005.480.222-91; Rejane de Souza Peres, CPF n. 309.140.512-53; Rodrigo Barauna Pinheiro, CPF n. 241.259.622-00.

Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional do Amazonas - SENAR/AM.

Exercício: 2004.

ACÓRDÃO Nº 2483/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na 2ª Câmara, em Sessão Extraordinária de 5/9/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea **d**; 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em julgar as contas a seguir indicadas regulares com ressalva e dar quitação aos responsáveis, sem prejuízo de fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Serviço Social Autônomo

1. TC-011.438/2005-9

Classe de Assunto: II

Responsáveis: Alexander Ricardo Martins, CPF n. 771.053.629-87; Carlos Alberto Arns, CPF n. 221.186.409-00; Danilo Niehues, CPF n. 018.927.899-49; Decio Sonaglio, CPF n. 255.479.179-15; Edevard José de Araújo, CPF n. 343.678.379-04; Geci Pungam, CPF n. 178.673.047-20; Guilherme Gomes Krueger, CPF n. 001.031.217-06; Hercilio Schmitt, CPF n. 218.952.449-00; Humberto Martins Fornari, CPF n. 444.376.680-49; Ivan Ramos, CPF n. 054.358.039-34; José Samuel Thiesen, CPF n. 131.032.379-87; José Grasso Comelli, CPF n. 167.409.209-15; José Roberto Ricken, CPF n. 206.913.009-68; Luiz Antônio Lise, CPF n. 386.209.879-68; Luiz Hilton Temp, CPF n. 143.450.300-30; Luiz Vicente Suzin, CPF n. 387.091.049-68; Makoto Umemiya, CPF n. 558.795.869-87; Marcos Antonio Zordan, CPF n. 255.592.730-15; Mario Lanznaster, CPF n. 021.656.009-87; Neivor Canton, CPF n. 163.531.459-34; Paulo Von Dokonal, CPF n. 204.994.859-04; Reni Bagatini, CPF n. 052.421.939-72; Ricardo Hochheim Filho, CPF n. 008.276.499-91; Silverio Orzechowski, CPF n. 093.100.459-49; Sueli Gonzaga Martins, CPF n. 509.652.989-49; Valéria Yukiko Hirasike, CPF n. 357.289.499-91; Vanir Zanatta, CPF n. 497.962.089-20; Vilibaldo Erich Schmid, CPF n. 076.468.289-04; Lauri Inácio Slomski, CPF n. 249.848.099-49.

Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - Administração Regional em Santa Catarina - SESCOOP/SC.

Exercício: 2004.

1.1. ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - Administração Regional em Santa Catarina que:

1.1.1. emita novo normativo regulamentando o pagamento de diárias dentro do país e o ressarcimento de despesas de viagem;

1.1.2. adote processo seletivo simplificado na admissão de pessoal, em observância aos princípios constitucionais da legalidade, da moralidade, da finalidade, da isomonia, da igualdade e da publicidade, em consonância com a jurisprudência desta Corte de Contas (Acórdão n. 890/2004 - 2ª Câmara, Acórdão n. 429/2004 - 2ª Câmara e Acórdão n. 07/2001); e

1.1.3. autue e formalize devidamente os seus processos licitatórios e faça constar, em seus editais, remissão completa ao Regulamento de Licitações e Contratos do SESCOOP.

ACÓRDÃO Nº 2484/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na 2ª Câmara, em Sessão Extraordinária de 5/9/2006, ACORDAM, por unanimidade:

Serviço Social Autônomo

1. TC-011.369/2005-0

Classe de Assunto: II

Responsáveis: Almiro de Sá Ferreira, CPF n. 086.833.524-04; Eduardo Ribeiro Coutinho, CPF n. 483.508.267-20; Francisca de Oliveira Barbosa, CPF n. 467.582.164-20; Francisco de Assis Benevides Gadelha, CPF n. 041.813.874-53; José Rômulo Gondim de Oliveira, CPF n. 156.136.583-15; José Avenzoar Arruda das Neves, CPF n. 308.427.434-72; Lucia de Jesus Macedo, CPF n. 175.585.654-72; Maria Berenice de Figueiredo Lopes, CPF n. 078.540.134-20; Maria Gricélia Pinheiro de Melo, CPF n. 450.616.294-34; Mauricio Clóvis de Almeida, CPF n. 003.343.914-15; Renato Castro do Lago, CPF n. 702.220.028-91; Rivailda dos Santos Silva, CPF n. 063.918.182-15.

Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Administração Regional da Paraíba - SENAI/PB.

Exercício: 2004.

1.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei n.º 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea **d**; 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n.º 155/2002, em julgar as contas dos Srs. Eduardo Ribeiro Coutinho, Francisca de Oliveira Barbosa, Francisco de Assis Benevides Gadelha, José Rômulo Gondim de Oliveira, José Avenzoar Arruda das Neves, Lucia de Jesus Macedo, Maria Berenice de Figueiredo Lopes, Maria Gricélia Pinheiro de Melo, Mauricio Clóvis de Almeida, Renato Castro do Lago, Rivailda dos Santos Silva, regulares e dar-lhes quitação plena;

1.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei n.º 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea **d**; 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n.º 155/2002, em julgar as contas do Sr. Almiro de Sá Ferreira, regulares com ressalva e dar quitação à responsável, sem prejuízo de fazer a seguinte determinação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1.3. ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Administração Regional da Paraíba que proceda à identificação dos veículos da unidade, com o logotipo da entidade e com a inscrição "Uso Exclusivo em Serviço".

ACÓRDÃO Nº 2485/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na 2ª Câmara, em Sessão Extraordinária de 5/9/2006, ACORDAM, por unanimidade:

Serviço Social Autônomo

1. TC-010.185/2005-8

Classe de Assunto: II

Responsáveis: Ademir dos Anjos Melo, CPF n. 002.144.693-87; Carlos Rommel Batista Cosme, CPF n. 031.007.464-90; Daniel Kluppel Carrara, CPF n. 477.977.891-34; Edgard Borges Montenegro, CPF n. 010.839.964-87; Francisco Jorge do Nascimento, CPF n. 028.172.504-78; Geraldo Gontijo Ribeiro, CPF n. 157.453.926-49; Humberto de Moura Cocentino, CPF n. 013.811.134-00; Joadi Anastacio de Azevedo, CPF n. 130.672.064-87; Joaquim Lucio Dantas, CPF n. 002.637.534-68; José Aquino Medeiros de Paula, CPF n. 018.350.034-27; José Ferreira de Lima, CPF n. 323.949.694-15; João Virginio Emerenciano Filho, CPF n. 011.760.564-68; Leônidas Ferreira de Paula, CPF n. 002.970.704-87; Maria Aparecida Santos Lopes, CPF n. 541.792.549-72; Manoel Cândido da Costa, CPF n. 200.021.654-49; Paulo Ferreira da Silva, CPF n. 033.640.974-53; Paulo Gomes Júnior, CPF n. 074.991.594-34; Petronilo Hemetério Filho, CPF n. 011.366.744-20; Raimundo da Costa Sobrinho, CPF n. 671.632.974-91; Rogerio Bezerra Mariz, CPF n. 262.032.434-34; Rosanne Curi Zarattini, CPF n. 308.287.671-49; Vilma Felix da Silva, CPF n. 837.136.114-91; Ítalo Jones Bezerra Siminéa, CPF n. 242.572.734-53.

Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional do Rio Grande do Norte - SENAR/RN.

Exercício: 2004.

1.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei n.º 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea **d**; 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n.º 155/2002, em julgar as contas dos Srs. Ademir dos Anjos Melo, Carlos Rommel Batista Cosme, Daniel Kluppel Carrara, Edgard Borges Montenegro, Francisco Jorge do Nascimento, Geraldo Gontijo Ribeiro, Humberto de Moura Cocentino, Joadi Anastacio de Azevedo, José Aquino Medeiros de Paula, José Ferreira de Lima, João Virginio Emerenciano Filho, Leônidas Ferreira de Paula, Maria Aparecida Santos Lopes, Manoel Cândido da Costa, Paulo Ferreira da Silva, Paulo Gomes Júnior, Petronilo Hemetério Filho, Raimundo da Costa Sobrinho, Rogerio Bezerra Mariz, Rosanne Curi Zarattini, Vilma Felix da Silva e Ítalo Jones Bezerra Siminéa regulares e dar-lhes quitação plena;

1.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei n.º 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea **d**; 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n.º 155/2002, em julgar as contas do Sr. Joaquim Lucio Dantas, regulares com ressalva e dar quitação ao responsável, sem prejuízo de fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1.3. ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional do Rio Grande do Norte que, em futuras contratações, não efetue aditamento de contratos em percentual superior ao permitido na legislação; e

1.4. à Controladoria-Geral da União no Rio Grande do Norte que faça constar, nas próximas contas da entidade, informações acerca do cumprimento da determinação supra.

ACÓRDÃO Nº 2486/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na 2ª Câmara, em Sessão Extraordinária de 5/9/2006, ACORDAM, por unanimidade:

Serviço Social Autônomo

1. TC-010.186/2005-5

Classe de Assunto: II

Responsáveis: Brasilício Francisco Campos Filho, CPF n. 074.201.884-91; Francisca Neuma Dantas de Lima, CPF n. 044.389.144-34; Francisco das Chagas Azevedo, CPF n. 097.357.394-53; Francisco de Assis da Silva, CPF n. 155.737.534-87; João Bosco de Meneses, CPF n. 042.430.051-68; João Guedes Fonseca, CPF n. 071.169.934-87; Júlio Guaraciaba Pohl, CPF n. 369.186.441-49; Lúcio Leopoldino de Medeiros, CPF n. 222.101.304-25; Manoel Jamir Fernandes Júnior, CPF n. 405.861.974-00; Marcos Frederico Carreras Simões, CPF n. 671.981.474-53; Margarete Pereira Souza Bezerra, CPF n. 221.248.294-91; Maria de Lourdes Barbosa Leocádio da Silva, CPF n. 876.361.584-34; Maria de Lourdes Maia Balduíno, CPF n. 175.865.774-04; Roberto Coelho da Silva, CPF n. 067.126.224-68; Sebastião Alves de Azevedo, CPF n. 096.474.904-10; Tarcísio de Brito Guerra, CPF n. 055.925.424-53.

Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - Administração Regional do Rio Grande do Norte - SESCOOP/RN.

Exercício: 2004.

1.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei n.º 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea **d**; 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n.º 155/2002, em julgar as contas dos Srs. Brasilício Francisco Campos Filho, Francisca Neuma Dantas de Lima, Francisco de Assis da Silva, João Bosco de Meneses, João Guedes Fonseca, Júlio Guaraciaba Pohl, Lúcio Leopoldino de Medeiros, Manoel Jamir Fernandes Júnior, Marcos Frederico Carreras Simões, Maria de Lourdes Barbosa Leocádio da Silva, Maria de Lourdes Maia Balduíno, Roberto Coelho da Silva e Tarcísio de Brito Guerra regulares e dar-lhes quitação plena;

1.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei n.º 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea **d**; 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n.º 155/2002, em julgar as contas dos Srs. Sebastião Alves de Azevedo, Margarete Pereira Souza Bezerra e Francisco das Chagas Azevedo, regulares com ressalva e dar quitação aos responsáveis, sem prejuízo de fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1.3. ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - Administração Regional do Rio Grande do Norte que:

1.3.1. observe as exigências da Lei n. 8.730/1993 e da IN/TCU n. 47/2004, em especial, quanto ao prazo de entrega das declarações de bens e renda dos membros constantes do Rol de Responsáveis;

1.3.2. adote as orientações contidas na Lei n. 4.320/1964, normativos internos e os princípios orçamentários geralmente aceitos, para elaboração de proposta orçamentária mais próxima da realização da entidade, no que diz respeito a estimativa da receita e a previsão da despesa;

1.3.3. ajuste o sistema informatizado de contabilidade "Sistema Zeus", objetivando evitar divergências nos números dos demonstrativos contábeis;

1.4. à Controladoria-Geral da União no Rio Grande do Norte que faça o acompanhamento do cumprimento das determinações constantes do Acórdão n. 2.312/2005 - 1ª Câmara, relativo às contas de 2003, e informe a este Tribunal, nas próximas contas da entidade, as providências adotadas, bem como as informações acerca do cumprimento das determinações supra.

ACÓRDÃO Nº 2487/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na 2ª Câmara, em Sessão Extraordinária de 5/9/2006, ACORDAM, por unanimidade:

Serviço Social Autônomo

1. TC-009.418/2005-9

Classe de Assunto: II

Responsáveis: Antonio Emanuel Guimarães Nasser, CPF n. 106.117.112-49; Antonio Emil dos Santos Lourenco Castanheira Macedo, 43121896768; Arnildo de Souza Brito, CPF n. 157.891.792-15; Danilo Olivo Carlotto Remor, CPF n. 000.568.392-00; Dario Antonio Bastos de Lemos, CPF n. 152.775.932-68; Edson Ary de Oliviera Fontes, CPF n. 028.745.122-49; Ernesto de Lucena Marçal, CPF n. 036.535.872-04; Galib Abrahao Chaim, CPF n. 132.019.646-20; Gerson dos Santos Peres, CPF n. 000.595.362-68; João Antonio Valente de Aguiar, CPF n. 004.488.932-15; José Castilho Levy, CPF n. 008.129.512-04; José Conrado Azevedo Santos, CPF n. 001.215.332-04; José Jacy Ribeiro Aires, CPF n. 001.350.382-00; Josuan Piassi Moraes, CPF n. 108.204.779-15; Lucia Maria Peres de Souza, CPF n. 042.234.462-15; Luciano Antunes Correa, CPF n. 859.084.798-53; Manoel Antonio Quaresma Rodrigues, CPF n. 086.151.602-87; Marivaldo Nazareno Vieira da Silva, CPF n. 057.803.142-68; Raimundo Dario Batista Ramos, CPF n. 043.654.022-34; Vanderleia Julia do Socorro Mota de Oliveira, CPF n. 236.906.402-10; Luiz Otavio Rei Monteiro, CPF n. 267.921.412-91.

Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Regional do Pará - SENAI/PA.

Exercício: 2004.

1.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei n.º 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea **d**; 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n.º 155/2002, em julgar as contas dos Srs. Antonio Emanuel Guimarães Nasser, Antonio Emil dos Santos Lourenco Castanheira Macedo, Arnildo de Souza Brito, Danilo Olivo Carlotto Remor, Edson Ary de Oliviera Fontes, Galib Abrahao Chaim, João Antonio Valente de Aguiar, José Castilho Levy, José Conrado Azevedo Santos, José Jacy Ribeiro Aires, Josuan Piassi Moraes, Lucia Maria Peres de Souza, Luciano Antunes Correa, Manoel Antonio Quaresma Rodrigues, Marivaldo Nazareno Vieira da Silva, Raimundo Dario Batista Ramos, Vanderleia Julia do Socorro Mota de Oliveira e Luiz Otavio Rei Monteiro regulares e dar-lhes quitação plena;

1.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei n.º 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea **d**; 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n.º 155/2002, em julgar as contas dos Srs. Dario Antonio Bastos de Lemos, Ernesto de Lucena Marçal e Gerson dos Santos Peres, regulares com ressalva e dar quitação aos responsáveis, sem prejuízo de fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1.3. ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Regional do Pará que:

1.3.1. observe o disposto no art. 20, § 1º, da IN/STN n. 01/1997, aplicando os recursos de seus convênios, enquanto não empregados na sua finalidade, em uma das modalidades previstas no referido dispositivo, evitando com isso o descumprimento observado em relação ao convênio n. 25/2004, celebrado com o SEBRAE/PA;

1.3.2. anexe aos respectivos inventários as portarias de designação dos membros da Comissão Inventariante e ajuste a forma de apresentação dos dados relativos aos bens móveis e do almoxarifado, ordenando-os de acordo com o sistema de classificação contábil da estrutura de contas em uso no SENAI/PA;

1.3.3. cumpra o art. 7º c/c o art. 12 da Lei n. 1.081/1950, providenciando a identificação nas portas laterais dianteiras de todos os veículos pertencentes à frota do SENAI/PA;

1.3.4. adote, se ainda não o fez, as seguintes medidas no controle de uso de veículos da entidade:

1.3.4.1. preenchimento do formulário "Movimento Diário de Veículos (MDV)" por veículo e acerto contábil para que a conta "Veículos" apresente saldo real;

1.3.4.2. regularize o licenciamento do veículo furgão da U. M. Comandos Elétricos (placa JTG 3690);

1.3.5. inclua, em seus processos de compra com dispensa de licitação, a pesquisa prévia de preços de mercado exigida pelo Regulamento de Licitações e Contratos do SENAI, contratando com o fornecedor que oferecer a proposta mais vantajosa;

1.3.6. cumpra a exigência contida no art. 67, caput, da Lei n. 8.666/1993, designando formalmente fiscal para acompanhar a execução de cada um dos contratos celebrados pelo SENAI/PA;

1.4. à Controladoria-Geral da União no Pará que faça constar, nas próximas contas da entidade, informações acerca do cumprimento das determinações supra.

ACÓRDÃO Nº 2488/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na 2ª Câmara, em Sessão Extraordinária de 5/9/2006, ACORDAM, por unanimidade:

Serviço Social Autônomo

1. TC-016.831/2005-2
Classe de Assunto: II
Responsáveis: Adonai Henrique Brum da Silva, CPF n. 181.586.091-04; Ana Elizabete de Miranda Barros Arruda, CPF n. 345.141.554-20; Ana Marcia Cobo Gaspar Balbino, CPF n. 406.179.636-49; Antonio Kikuo Kurose, CPF n. 140.965.871-68; Antonio Yukishigue Utida, CPF n. 029.915.098-48; Arthur Henrique Schweig Schneider, CPF n. 407.643.381-53; Celso Ramos Regis, CPF n. 204.028.301-30; Dalva Aparecida Garcia Caramalac, CPF n. 073.651.951-34; Ivanildo de Jesus Silva, CPF n. 488.986.941-72; José Soares Ribeiro, CPF n. 105.175.531-04; Liborina Teresa Rosa Pires de Souza, CPF n. 356.153.461-91; Luiz Antonio de Castro Moreira, CPF n. 686.134.908-91; Márcio Antônio Portocarrero, CPF n. 108.690.421-49; Naurelina Colman Satorre, CPF n. 139.410.891-53; Paulo Guilherme Francisco Cabral, CPF n. 313.278.261-00; Suzi Magali Moura Vendas Tannous, CPF n. 164.357.451-53; Valdir Pimenta da Silva, CPF n. 163.818.581-68; Wanessa Kelli Coimbra Arzamendia, CPF n. 489.348.011-15; Zorilda Gomes de Araújo, CPF n. 761.977.944-20; Adroaldo Yoshimitsu Taguti, CPF n. 029.915.098-48.
Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - Administração Regional no Mato Grosso do Sul - SESCOOP/MS.
Exercício: 2004.

1.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei n.º 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea **d**; 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n.º 155/2002, em julgar as contas dos Srs. Adonai Henrique Brum da Silva, Ana Elizabete de Miranda Barros Arruda, Ana Marcia Cobo Gaspar Balbino, Antonio Kikuo Kurose, Antonio Yukishigue Utida, Arthur Henrique Schweig Schneider, Celso Ramos Regis, Ivanildo de Jesus Silva, José Soares Ribeiro, Liborina Teresa Rosa Pires de Souza, Luiz Antonio de Castro Moreira, Márcio Antônio Portocarrero, Naurelina Colman Satorre, Paulo Guilherme Francisco Cabral, Suzi Magali Moura Vendas Tannous, Valdir Pimenta da Silva, Wanessa Kelli Coimbra Arzamendia, Zorilda Gomes de Araújo e Adroaldo Yoshimitsu Taguti regulares e dar-lhes quitação plena;

1.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei n.º 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea **d**; 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n.º 155/2002, em julgar as contas da Sra. Dalva Aparecida Garcia Caramalac, regulares com ressalva e dar quitação à responsável, sem prejuízo de fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1.3. ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - Administração Regional no Mato Grosso do Sul que:

1.3.1. exija das empresas contratadas, inclusive nos casos de dispensa e de inexigibilidade de licitação, a comprovação da regularidade fiscal, perante a Fazenda Pública, bem como da seguridade social, nos termos do art. 195, § 3º, da CF/88;

1.3.2. abstenha-se de realizar o pagamento de despesas com hospedagem, alimentação e transporte de pessoas que prestam serviços à Entidade como contratados.

ACÓRDÃO Nº 2489/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na 2ª Câmara, em Sessão Extraordinária de 5/9/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea **d**; 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em julgar as contas a seguir relacionadas regulares e dar quitação plena aos responsáveis, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Ministério do Trabalho e Emprego

1. TC-008.421/2005-0
Classe de Assunto: II
Responsáveis: Alda Maria Cavalcante Silva, CPF n. 051.828.165-53; Anastácio Pinto Gonçalves Filho, CPF n. 234.963.633-04; Carlos Martins Marques de Santana, CPF n. 098.225.425-34; Enivaldo Pereira Queiroz, CPF n. 465.237.585-91; Eugênio Rodrigues dos Santos, CPF n. 548.240.795-00; Jandira Luiza de Araújo, CPF n. 090.840.885-49; José Luiz Barros Júnior, CPF n. 745.294.719-34; Laudemir Bezerra do Rosário, CPF n. 411.741.435-68; Manoel Pereira Barros Neto, CPF n. 432.078.207-00; Moises Araújo da Silva, CPF n. 456.341.655-04; Raimundo Borges Mendes, CPF n. 185.718.755-53; Silvana de Farias Oliveira, CPF n. 612.532.785-04; Temistocles Bernard Bamberg Lisboa, CPF n. 284.280.135-00; Águida Gonçalves da Silva, CPF n. 258.798.631-15.
Entidade: Delegacia Regional do Trabalho na Bahia - DRT/BA.
Exercício: 2004.

2. TC-016.813/2005-4 - Apenso: TC-011.346/2004-7 (com 1 volume).
Classe de Assunto: II
Responsáveis: Angela Cleide Franco, CPF n. 202.809.391-91; Eleonora Viellas de Farias Costa, CPF n. 615.972.367-72; Eliza Junko Yafuso Higa, CPF n. 286.354.931-68; Eloine Marques de Carvalho, CPF n. 366.039.021-68; Fábio Garcia de Morais Lemos, CPF n. 199.710.601-91; Ismael Ferreira de Arruda, CPF n. 164.470.261-49; José Luiz Barros Júnior, CPF n. 745.294.719-34; Manoel Pereira Barros Neto, CPF n. 432.078.207-00; Maria da Conceição Vieira de Jesus, CPF n. 262.437.681-04; Rosangela Arruda Mendonça, CPF n. 464.829.541-20; Águida Gonçalves da Silva, CPF n. 258.798.631-15.
Entidade: Delegacia Regional do Trabalho de Mato Grosso do Sul - DRT/MS.
Exercício: 2004.

ACÓRDÃO Nº 2490/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na 2ª Câmara, em Sessão Extraordinária de 5/9/2006, ACORDAM, por unanimidade:

Ministério do Trabalho e Emprego

1. TC-015.237/2005-9
Classe de Assunto: II
Responsáveis: Ana Paula Pereira Therezo, CPF n. 166.644.262-34; Cláudio Roberto de Nazare dos Santos Oliveira, CPF n. 450.133.302-20; Demetrio Artur da Mota Medrado, CPF n. 056.299.342-87; Gabriel Freitas Damasceno, CPF n. 184.518.702-44; Jorge Lopes de Farias, CPF n. 031.992.902-72; José Luiz Barros Júnior, CPF n. 745.294.719-34; Jurandir Carvalho dos Santos, CPF n. 086.248.602-53; Luiz Alberto Santos de Souza, CPF n. 443.033.432-34; Lúcio Nazareno de Oliveira Pinheiro, CPF n. 218.481.902-63; Manoel Pereira Barros Neto, CPF n. 432.078.207-00; Maria de Jesus Jardim Gonçalves, CPF n. 163.527.262-91; Maria do Socorro Gomes Coelho, CPF n. 198.030.361-49; Maria do Socorro de Magalhães Costa, CPF n. 049.440.462-00; Márcia Andréa Jorge de Lima, CPF n. 429.095.202-00; Paulo Sergio Tenorio e Silva, CPF n. 175.240.912-49; Raimundo Paixão Ramos, CPF n. 148.903.302-59; Roseane Suely Pinto Marques Ferreira, CPF n. 148.116.182-20; Rosângela da Cunha Simões Gonçalves, CPF n. 033.239.192-20; Vanderleia Julia do Socorro Mota de Oliveira, CPF n. 236.906.402-10; Vera Lucia Gomes Lima, CPF n. 014.458.802-10; Águida Gonçalves da Silva, CPF n. 258.798.631-15.
Entidade: Delegacia Regional do Trabalho no Pará - DRT/PA.
Exercício: 2004.

1.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei n.º 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea **d**; 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n.º 155/2002, em julgar as contas dos Srs. Demetrio Artur da Mota Medrado, Gabriel Freitas Damasceno, José Luiz Barros Júnior, Jurandir Carvalho dos Santos, Luiz Alberto Santos de Souza, Manoel Pereira Barros Neto, Maria de Jesus Jardim Gonçalves, Maria do Socorro Gomes Coelho, Paulo Sergio Tenorio e Silva, Roseane Suely Pinto Marques Ferreira, Rosângela da Cunha Simões Gonçalves, Vanderleia Julia do Socorro Mota de Oliveira, Vera Lucia Gomes Lima e Águida Gonçalves da Silva regulares e dar-lhes quitação plena;

1.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei n.º 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea **d**; 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n.º 155/2002, em julgar as contas dos Srs. Cláudio Roberto de Nazare dos Santos Oliveira, Ana Paula Pereira Therezo, Jorge Lopes de Farias, Lúcio Nazareno de Oliveira Pinheiro, Maria do Socorro de Magalhães Costa, Márcia Andréa Jorge de Lima e Raimundo Paixão Ramos, regulares com ressalva e dar quitação aos responsáveis, sem prejuízo de fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1.3. à Delegacia Regional do Trabalho no Pará que:

1.3.1. exija dos gestores integrantes do Rol de Responsáveis a apresentação anual, à unidade de pessoal da entidade, de cópia assinada da declaração de bens e rendimentos apresentada à Secretaria da Receita Federal para fins de Imposto de Renda, conforme orientação da Lei n. 8.730/1993 e da IN/TCU n. 05/1994;

1.3.2. aperfeiçoe os controles no uso de viaturas, mediante o adequado preenchimento da "Guia de Autorização/Movimentação de Viaturas" e utilização do "Mapa de Controle Anual de Veículo Oficial pela DRT/PA", conforme estabelece a Instrução Normativa MARE n. 09/1994;

1.3.3. proceda a estudos, com o devido suporte do órgão de assessoramento jurídico da entidade, visando a desencadear procedimento para doação dos bens inservíveis existentes na DRT/PA, conforme determina o Decreto n. 99.658/1990;

1.3.4. envide esforços para dotar o setor de atendimento ao público de estrutura adequada, de molde a obter melhores resultados na avaliação do grau de satisfação da clientela da Unidade, conforme recomenda o Decreto n° 3507, de 13/06/2000;

1.3.5. instrua corretamente os processos de suprimento de fundos e oriente os servidores quanto aos deveres funcionais previstos no art. 116 da Lei n. 8.112/1990;

1.3.6. providencie a regular instrução dos processos de admissão, de acordo com o manual do Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões - SISAC, de que trata a Instrução Normativa TCU n. 44/2002, providenciando o cadastramento dos respectivos processos de admissão nesse sistema, no prazo legal de sessenta dias, a contar da data em que o servidor entrar em exercício;

1.3.7. publique no Boletim de Serviço todas as concessões de diárias, em obediência à Lei n. 4.956/1966;

1.3.8. efetue o cadastramento de todos os processos de pessoal no SISAC, instruindo-os adequadamente com todos os documentos necessários, de acordo com a Instrução Normativa TCU n. 44/2002;

1.3.9. proceda à efetiva pesquisa de preços, nos termos do art. 15 da Lei n. 8.666/1993, observando os preços de mercado nas contratações e definindo critérios objetivos nos editais, de modo que eventuais acréscimos nos preços contratados possam ser mensurados;

1.3.10. adote medidas com vistas à capacitação de servidores para exercer atribuições relacionadas à condução dos processos de licitação da unidade, dotando-lhes do instrumental necessário que lhes permitam confeccionar os editais, de modo que se desencadeie o processo pertinente à contratação de serviços de telefonia com observância da Lei n. 8.666/1993;

1.3.11. evite atestar o recebimento de bens e serviços antes da efetiva entrega ou da conferência da totalidade dos bens e serviços contratados;

1.3.12. abstenha-se de efetuar pagamentos sem a devida cobertura contratual e acompanhe os prazos de vigência dos contratos, de modo a prorrogá-los tempestivamente quando for o caso, ou planejar o momento adequado para a realização de nova licitação.

1.4. à Controladoria-Geral da União no Pará que faça constar, nas próximas contas da entidade, informações acerca do cumprimento das determinações supra.

ACÓRDÃO Nº 2491/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na 2ª Câmara, em Sessão Extraordinária de 5/9/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea **a**; 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em levantar o sobrestamento que incide sobre este processo, em razão do julgamento de mérito do Mandado de Segurança STF n. 23.627-2-DF, favoravelmente ao Banco do Brasil S.A.; e julgar as contas a seguir relacionadas regulares com ressalva e dar quitação aos responsáveis, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Ministério da Fazenda

1. TC 004.316/1998-3 (c/1 volume)
Apenso: TC 010.780/1997-1 (c/3 volumes)
Classe de Assunto: II
Responsáveis: Sérgio Ribas Câmara, CPF n. 025.443.427-49; Benno Mallmann, CPF n. 007.881.470-72; Ricardo Sérgio de Oliveira, CPF n. 385.669.408-06; Roberto de Camillo, CPF n. 509.716.388-53; Ermínio Tadei, CPF n. 429.767.908-68; Marino Spellmeier, CPF n. 076.598.060-68; Edson Murilo Escobar, CPF n. 030.573.648-53; João Alberto Bührer, CPF n. 071.622.199-34; Akira Ensiki, CPF n. 067.197.088-72 e Joeci Munari Pioner, CPF n. 029.774.780-00.
Entidade: Banco do Brasil Aktiengesellschaft - Ag. Viena/Áustria.
Exercício: 1997.

ACÓRDÃO Nº 2492/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na 2ª Câmara, em Sessão Extraordinária de 5/9/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei n. 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 137, inciso II, 143, inciso I, alínea **a**, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em julgar as contas a seguir relacionadas regulares com ressalva, dar quitação aos responsáveis e mandar fazer as determinações sugeridas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Justiça Eleitoral

1. TC 010.494/2005-3 (c/5 volumes)
Classe de Assunto: II
Responsáveis: Jose Lenar de Melo Bandeira, CPF n. 002.668.501-97; Paulo Maria Teles Antunes, CPF n. 021.349.501-53; Celso Augusto de Almeida, CPF n. 035.460.041-91; Marllus Naves de Ávila, CPF n. 517.877.761-15; Marcus Flavio Noleto Jube, CPF n. 382.288.661-00; Adenir José de Sousa, CPF n. 806.158.721-15; Lacy de Lourdes Borges, CPF n. 124.390.291-49; Christine Ferreira Resplande Nogueira, CPF n. 509.274.851-68; Wilson Gamboge Junior, CPF n. 799.305.061-87; Nailton Severino da Fonseca, CPF n. 377.899.961-34; Antonio Gomes de Aguiar, CPF n. 315.266.241-68; Benevides Leonel da Silva, CPF n. 056.665.461-04; Salvador Lopes, CPF n. 012.798.901-34; Glaucia Maria Teodoro Reis, CPF n. 169.165.901-06; Stenius Lacerda Bastos, CPF n. 438.917.211-53; Benedito da Costa Veloso Filho, CPF n. 222.101.051-53; Humberto Vilani, CPF n. 382.091.282-72; Luiz Antonio da Veiga Jardim, CPF n. 282.601.711-04; Thales Perrone Machado, CPF n. 730.505.040-72; Leonardo Sapiência Santos, CPF n. 764.185.531-87; Pedro Lucchesi Junior, CPF n. 234.401.471-34; Lazaro Giacomini Ventreschi, CPF n. 862.408.387-72; José Fernando Alves de Sousa, CPF n. 378.752.486-04; José Carlos da Silva, CPF n. 276.840.241-91; Gleyson Alves de Morais, CPF n. 817.100.701-53; Carlucio José Vilela, CPF n. 469.580.611-87; Stanley Simmonds, CPF n. 509.838.901-10; Ubiratan Cipriano Aguiar, CPF n. 347.632.441-91; Annerita de Lima Menezes, CPF n. 247.339.621-34; Valdeci Silva Cavalcante Júnior, CPF n. 508.239.571-87; Maria Sirene Carneiro Matos, CPF n. 324.085.011-72; Alexandre Francisco de Azevedo, CPF n. 803.242.311-72; Marcos Antônio Bernardes de Castro, CPF n. 278.296.261-20 e Maria Selma Teixeira, CPF n. 422.921.661-00.
Órgão: Tribunal Regional Eleitoral - TRE/GO.
Exercício: 2004.

1.1. Determinar ao Tribunal Regional Eleitoral - TRE/GO que informe nas contas de 2005, acerca do cumprimento das determinações deste Tribunal, no que diz respeito:
1.1.1. a instauração de sindicância para apuração das irregularidades avistadas na edificação do Cartório Eleitoral de Formosa;
1.1.2. a aplicação de penalidade à empresa Kamy Incorporadora Ltda., cominada com encaminhamento de multa à Procuradora da Fazenda Nacional para inscrição e cobrança;
1.1.3. o andamento da Tomada de Contas Especial, em relação à doação de microcomputadores em desacordo com a Lei n. 8.666/1993 e com o Decreto n. 99.658/1990, apontando as responsabilidades e a real extensão do dano;
1.1.4. o abandono, pela contratada, da obra de reestruturação dos Cartórios Eleitorais de Goiânia onde houve a aplicação de penalidades pela administração a então contratada, com interposição de recurso ainda não julgado;
1.1.5. o andamento dos trabalhos da Comissão de Sindicância destinada à apuração de eventuais danos patrimoniais, em razão do desaparecimento de bens desse TRE;
1.1.6. a situação da empresa Embraenge Construtora e Incorporadora Ltda, que incorrera em inexecução de contrato, em relação à medida judicial que sustou temporariamente as sanções aplicadas por esse TRE.

ACÓRDÃO Nº 2493/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na 2ª Câmara, em Sessão Extraordinária de 5/9/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea **a**; 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em julgar as contas a seguir relacionadas regulares com ressalva, dar quitação aos responsáveis e mandar fazer a determinação sugerida, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

1. TC 017.289/2002-0 (c/3 volumes)
Classe de Assunto: II
Responsáveis: Jacques Van de Beuque, CPF n. 007.403.657-20 (falecido), na pessoa de Jacqueline Van de Beuque, CPF 468.146.987-49; Guy Van de Beuque, CPF n. 270.020.047-00 (falecido), na pessoa de Maria Angela dos Santos Mascelani, CPF n. 548.548.497-20 e Associação Casa do Pontual, CNPJ n. 31.886.799/0001-99.
Entidade: Associação Casa do Pontal - ACP

1.1. ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC que ao firmar convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, elabore previamente estudo técnico detalhado no sentido de comprovar o acerto da medida, sob pena de caracterização de insuficiência de motivos determinantes e descumprimento do princípio constitucional da eficiência (CF/1988, art. 37, **caput**).

ACÓRDÃO Nº 2494/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na 2ª Câmara, em Sessão Extraordinária de 5/9/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em considerar legais para fins de registro os atos de concessões a seguir relacionados, fazendo-se as determinações sugeridas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Justiça Eleitoral

1. TC 013.511/2006-8
Interessadas: Neuza Maria de Almeida Correia e Olézia Faustina Nogueira Lucas.

1.1. ao Tribunal Regional Eleitoral - TRE/MS que evite a inclusão, nos atos sujeitos a apreciação por este Tribunal, de rubricas alheias à sua competência.

Ministério da Defesa - Comando do Exército

1. TC 009.416/2006-2
Interessados: Antonio Ferreira Carneiro, Antonio Waldemiro Paulino, Catarina Aparecida da Silva Barros, Dirce Maria de Meira, Ernane Santos, Eunice Rodrigues Blando, Fany Silva Teixeira, Francisca Chagas Sobrinhos, Hilton Moreira Venezuela, Ivonete Lima Gonçalves, Jorge Silva, Jose Carlos Machado de Quadros, Jose Gonçalves de Oliveira, Maria da Conceição Pereira, Maria das Graças Ferreira Lima, Maria Denise de Souza Solaro, Maria Efigênia de Castro, Maria Helena Carvalho Araujo, Maria Jose da Silva Franco, Mariza Lima de Macedo, Raimundo Ramos e Sabino Jose de Assis.

1.1. ao Ministério da Defesa - Comando do Exército que observe o disposto no art. 187 da Lei n. 8.112/1990 quanto à vigência das aposentadorias compulsórias, bem assim, que nos atos posteriores à Emenda Constitucional n. 20/1998, informe corretamente os códigos de fundamento legal das concessões.

ACÓRDÃO Nº 2495/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na 2ª Câmara, em Sessão Extraordinária de 5/9/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei n. 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Justiça Eleitoral

1. TC 000.974/2006-2
Interessado: Jose Ricardo Ferreira de Souza.
2. TC 007.403/2006-5
Interessado: Adelson Ramos de Meira.

3. TC 013.044/2006-1
Interessado: Angela Figueiredo da Silva, Antonio Alves Rodrigues Junior, Catherine Macedo Bastos, Cláudio Rogério Palheta Barbosa, Diego Seixas Rios, Edna Carneiro Aguiar, Érica Eliza de Lira Teixeira, Geisa Aparecida Mendes, Giselle Rocha da Silva, Ingrid Bastos Amaral, Kátia Borges dos Santos, Lidiane Pompeo Barros, Lize da Conceição Maciel de Sá, Marco Polo Jacinto Gomes, Mônica de Paula Lecomte, Natal Rodrigues Chagas, Priscila Campos Fonseca e Thais Coelho de Vilhena.

4. TC 013.047/2006-3
Interessados: Aderson Arpini Câmara e José Afonso Beraldin da Silva.

5. TC 013.642/2006-0
Interessados: Abelardo Moreira Ferreira, Adriano Fernandes da Silva, Alan Machado Santos, Alessiane Guimarães Reis, Aline Elias Alves, Aline Vieira Garreto, Anastácia Rebouças de Maria, André Felipe Gomes Guimarães, Andréa Exposito Bacelar Nunes, Andreia Priscilla Martins Santos, Angela Pereira Lemos, Arnon Pereira do Rego, Arquimedes Carvalho de Souza Ferraz, Aurimar de Andrade Arrais Sobrinho, Carlos Augusto do Nascimento Vilanova, Carlos Fábio Ferreira Monteiro, Catiana Socorro Oliveira, Catiuscia Carla Sampaio da Silva, Celia Regina Carneiro da Silva, Danielle Cerqueira Castro, Danilo Raimundo Lisboa Mamede, Débora Ottoni Uebe Mansur, Domingos Garcia Silva Júnior, Edson Cunha do Nascimento Júnior, Edson Luís Santana de Macedo, Eduardo Sousa de Araújo, Eliane Gonçalves Barreto, Enésio José Matos, Fabiano Fortes Martins, Fábio de Carvalho Menezes, Fabrício Paz Rocha, Fernando Pazeto Puks, Francisca Kelyanne Saraiva Silva, Glenda Fernandes Ribeiro Nunes Freire, Glicélio Gonçalves de Melo, Guilberth Marinho Garcês, Gustavo Wanderley Branco, Heider Silva Santos, Helker de Castro Feitosa, Henry Marinho Nery, Hudson Igor Teixeira Costa, Hugo Alex Sousa Costa, Igor Arruda Aragão, Isaias Oliveira Lima de Almeida, James Henrique Costa Santos, Jason Barbosa Xerez, João Henrique de Santiago Ferreira, João Viana dos Passos Neto, Joaquim Tomas Marques Silva Júnior, Joedy Lustosa Santos, Jorge Alfredo Quadros Costa, José Carlos Alves Batista, José Conceição Sousa, José Wagner Sales Ferreira, Leonardo Andrade de Sousa e Liana Mello de Alencar Bezerra Koury.

6. TC 017.271/2006-8
Interessados: Adriana Petersen Saraiva, Alexandre José Gonçalves de Medeiros e Evandro Ventura da Silva.

Ministério da Defesa - Comando do Exército

1. TC 013.629/2006-8
Interessados: Alexsei da Silva Peres, Alfredo Ferreira Bodart, Álvaro Monteiro de Sá Braga, Angelo Ferreira Rodrigues, Antonio Marcio Sousa da Silva Junior, Arnaud Vasconcelos de Araujo, Cristiano Rafael da Silva Pinto, Daniel Araujo Ribeiro, Daniel dos Santos Veiga, Daniel Ferreira Andrade, Daniel Ferreira Cavalcante, Daniel Pontes Guimarães, Diogo Nilton Maurmann de Souza, Dionisio Henrique Carvalho de Sá Só Martins, Dyego Freire Grifo Cabral, Eduardo Fernandes Almeida, Elcio Costa Barcellos Filho, Emanuel Frederico Almeida Filizola de Abreu, Jackson Moreira Carneiro Junior, Jader Caio Alves Lotfi, João Bruno dos Santos Veiga, Joffre Ferreira Abdalla, Jonilson Salles Martins Junior, Jose Mauro Siqueira Junior, Jose Oscar Lima Vasconcelos Junior, Kilmer de Souza e Silva, Leandro Carvalho Gouvêa, Leonardo Solner Ehlers, Luís Felipe Thofehrn Castro, Marcelo Donati Machado dos Santos, Ricardo Moura Ferri, Roberto Rocha de Souza, Rodolfo Araujo de Souza, Rodrigo Bitencourt dos Santos Alves, Rodrigo Carneiro Curzio, Rodrigo dos Santos Pezzi, Rodrigo Giacomin Tintori, Victor Florentino Leite, Vinicius Andre Camilo dos Santos, Vinicius Bernardo de Oliveira Gualberto e Vinicius Della Flora Gross.

Tribunal de Contas da União

1. TC 007.476/2006-1
Interessados: Adriano Ricardo e Silva, Andre Luiz Francisco da Silva Vital e Oscar Cesar de Jesus Rocha.

ACÓRDÃO Nº 2496/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na 2ª Câmara, em Sessão Extraordinária de 5/9/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em considerar legais para fins de registro os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Justiça Eleitoral

1. TC 007.859/2006-2
Interessados: Carlos Alberto Ribeiro de Carvalho, Celi Simões Jorge, Clarice Juste Milani, Cláudia Regina de Souza, Ieda de Souza, Jacyra Martins do Amaral, Joselita Vieira Alves dos Santos, Marcela Regina Alves Moura, Maria Felícia de Souza, Maria Ribeiro de Souza, Patrocina de Campos Leite, Regina Helena de Souza, Rogério Campos Alves Moura, Rose Mary Drolhe, Sandra Regina Rocha, Sirlei de Souza, Therezinha Adalívia Brito Freire Simões Jorge e Vircimar Stamato Sandoval.

Ministério da Ciência e Tecnologia

1. TC 007.868/2006-1
Interessados: Anderson Barbosa Gomes, Bruno do Livramento Silva de Souza Cruz, Danielle dos Santos Sivieri Bueno, Danilo dos Santos Sivieri Bueno, Denivalda Sodré Ferreira, Fagner Souza e Silva da Fonseca, Fernando de Oliveira Soares, Joaquim Cesar Gomes, Jovita Aparecida dos Santos Gomes, Leudes Lima dos Santos Sousa, Leusio dos Santos Sousa, Lôide dos Santos Sousa, Lucca Beatriz D'Orleans Miranda Dantas, Maria de Lourdes Sousa Brandão, Maria do Carmo Barbosa Gomes, Natalino Aparecido Gomes, Nathália Alves dos Santos, Vera Lucia da Silva da Fonseca e Yuri Alves Rodrigues.

Ministério da Defesa - Comando do Exército

1. TC 007.745/2006-1
Interessada: Julia Luqueita.

ACÓRDÃO Nº 2497/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na 2ª Câmara, em Sessão Extraordinária de 5/9/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em considerar legais para fins de registro os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Ministério da Defesa - Comando do Exército

1. TC 008.192/2006-3
Interessados: Abrahão Fainguelernt, Altair Pedro Dias, Alvim Raymundo da Fraga, Ana Maria do Amaral Queiroz, Ana Vitoria Manier Andrade, Antonio Daher, Arlindo de Oliveira, Eli Augusto Teixeira de Mattos, Eliane Barbosa do Carmo, Elizete Cordeiro Barbosa, Eni Teixeira Galvão, Erani Teixeira Durange, Homerio da Silva Campos, Janete Moreira de Andrade, Lucilene Vianna da Silva, Lucimei Vianna da Silva de Souza Pinto, Maria da Conceição Teixeira, Maria da Graça Oliveira Cardoso, Maria de Oliveira Ferreira, Mario dos Santos, Nilson Pereira de Assis, Sandra Maria Toussaint Pereira de Souza, Selma Ramos da Silva, Vanda Cordeiro Barbosa, Vicente Alves, Waldemiro Gomes da Cruz, Waldir Siqueira Passos, Walter Rodrigues e Washington Gomes do Carmo.

2. TC 014.119/2006-9
Interessados: Afonsina Rita da Silva, Anadir Filgueiras Toledo, Aparecida Souza Morais, Barbara Christiane Ribeiro da Silva, Cacilda Amancio da Silva Quintiliano, Cecilia Guimarães da Silva, Cici de Souza Carvalho, Cirene Alves de Oliveira, Clea Moreira Marques, Edelvira Alves Seguro Meyge, Elza Grossi Rossi, Francisca Maria Pinto, Geneci Caetano Pereira, Geny Bertolini do Nascimento, Ilma Novaes Lima de Faria, Leia Izabel Vieira, Lourdes Leite Silva, Maria Alba Saraiva Monteiro, Maria Aparecida Silveira, Maria Conceição Gonçalves Zanon, Maria da Penha Miranda Fernandes, Maria das Graças Gomes dos Santos, Maria de Lourdes Alcantara, Maria do Carmo Lucas, Maria Dutra Ignacio, Maria Garcia de Araujo, Maria Jose da Silva Nobrega, Maria Siqueira da Silva, Maurilia Barbosa Lingordo, Mirian Esther de Andrade, Nildes Penido Guerra, Olga Virgem de Sá, Rachel Saraiva Monteiro, Sidney Mendes Junior, Terezina Nunes Mourão, Terezinha Pereira de Souza, Terezinha Tamietti, Yvone Chaves Cardoso Valle, Zelia Batista Fontes, Zenaide Vital de Souza e Zilda Rosa da Costa.

3. TC 014.974/2006-4
Interessados: Angelo Munaretto, Gilio Piva, Hely Mares de Souza, Hercilio Natalino Vecki, Hermes Ferreira, Hugo Lucietti, Jorge de Souza, José Antonio Lidório, Luciano Celestino Benradt, Luiz Nordio, Pedro João de Araujo, Reinoldo Schneider, Silvestre Juvencio da Silva, Silvio Padilha e Valerio Emilio de Souza.

4. TC 014.976/2006-9
Interessados: Adauto Pereira de Souza, Almir Wanderley da Hora, Alvaro Campos Falcão, Augusto Zeferino de Souza, Azinete Lima da Silva, Clovis de Melo e Silva, Djanirito de Souza Moura, Emerson Fernandes Daniel, Euclides Rodrigues de Freitas, Francisco Alexandre de Araújo, Harlan de Albuquerque Gadelha, Jose Correia de Farias, Jose Fracisco Alves, José Gomes dos Santos, José Oliveira dos Santos, Laercio Freire Bastos, Laurindo Alves de Araujo, Manoel dos Passos Silva, Manoel Felix de Lima, Manoel Paixão da Silva, Manuel Malaquias de Meneses, Odilon de Amorim Garcia, Otacilio Mauricio Damasceno, Paulo Sobral Correia, Pedro Ramos Goes, Plinio Gomes de Andrade, Romar Cerqueira Campelo, Severino Claudino Gomes, Severino Euclides Pereira e Teodomiro Silvino Barbosa.

ACÓRDÃO Nº 2498/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na 2ª Câmara, em Sessão Extraordinária de 5/9/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em considerar legais para fins de registro os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Ministério da Defesa - Comando do Exército

1. TC 004.947/2006-3
Interessados: Aldair de Oliveira Miranda, Elusa Marie Arbage, Emma Pereira Annes, Eneida Maria Tellechea Farias, Esteva Ribeiro da Rocha, Eva de Oliveira Cardoso, Laura Subierai de Oliveira, Lauri Fontoura Vieira, Leocadia Schneider Rauen, Lyris Maria Fett Bauer, Maria de Lourdes Ferreira Petry, Maria Eva Camargo da Silva, Marly Moro de Freitas, Medora de Jesus da Conceição Rodrigues, Naide Maria Lopes Saraiva, Oracelia Vaz Varone e Ruth Ana Kruger Martins.

2. TC 010.681/2006-4
Interessados: Ana Marcia Rousselet de Alencar, Andréa Staub Wilges, Dalva Viana de Freitas, Elaine Siqueira Franco Teixeira, Eliane Schirmer Antunes, Elisabete Franco Buske, Elisete Siqueira Franco Pinto, Gentil Junior Vargas Freitas, Heloisa Helena Rousselet de Alencar, Iracema Rodrigues Viana, Joana Marques Wilges, Juscemar Antunes Petterle, Luis Carlos Trezzi, Mara Rojane Goulart da Silveira, Maria Cristina Rousselet de Alencar, Nara Regina Virgili Goulart, Neliana Schirmer Antunes Menezes, Nilza Pereira, Onilvia Miranda de Moraes Karaseck, Priscila Juliane Trezzi, Rodrigo Pimentel Barros, Rosalina Fagundes Barros, Selma Rodrigues Petterle, Suzana de Fátina Petry Lima, Thereza de Jesus Rousselet de Alencar e Therezinha Lopes Coutinho.

Ministério da Defesa - Comando da Marinha

1. TC 004.187/2004-9
Interessados: Aclesia Dias Ribeiro de Melo, Adelaide de Andrade Saar, Amir Dias Ribeiro de Melo, Ana Maria Pinheiro de Sá, Crisolita Paes Pinto, Eda Marcia Pacheco Cabral de Mendonça, Eda Pacheco Cabral de Mendonça, Elaine da Conceição Pacheco Cabral de Mendonça, Elzabeth Helena Cabral Gauer, Gladys Fogaça, Helena Flavia de Aguiar da Cunha, Jane Marli Brasil, Janete Peres de Morais, Lucileide Ribeiro de Mello Martinez, Maria Aparecida Silva de Oliveira, Maria de Fatima Dias Ribeiro de Mello Smiriglio, Maria Zelia Santos Andrade, Nair Weirich Medeiros, Norma Sotero Pinheiro, Orita Ferroz Saraiva, Rosane Maria Stephenson, Rosangela Maria de Lima Santana, Rose Maria de Lima Barbosa, Simone Martins Andrade de Freitas, Thea de Souza Lopes e Veronica da Silva Nascimento.

ACÓRDÃO Nº 2499/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na 2ª Câmara, em Sessão Extraordinária de 5/9/2006, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em considerar legais para fins de registro os atos de concessões a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Ministério da Defesa - Comando do Exército

1. TC 015.107/2006-2
Interessados: Ademir Andrade, Agostinho Marques Galvão, Aires Benites, Alberto Gonçalves de Siqueira Neto, Alipio de Souza Neves, Altemar de Lima Lopes, Amelio Dolzan, Armando Luiz Langowski, Aroldo Batista Brião, Atanasio Zoz, Damiano Gomes, David de Campos Leite, Ehorondes Thibes Schlischting, Elias Queiróz, Elimar Raiman, Elmo Buffon, Elpino Alves Pereira, Francisco Wilson Menezes de Souza, Geraldo Lima, Geraldo Rodrigues, Giovani Gomes Ferreira, Glenio de Freitas Munhós, João Ari Chiquito, João Mario Schmuker, José Dirval do Nascimento, José Vieira de França, Leonides Santos Ferreira, Luiz Botnar, Messias Monteiro, Moises Lederer, Ney da Silva Rocha, Nilton Paulo de Souza, Nivaldo Tiburcio Soares, Odacir Francisco Bordin, Oldir Costa, Valmor Weiss e Walter Roberto Ramos de Mello.

2. TC 021.184/2005-9
Interessada: Maria José Vassimon de Freitas.

PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA

Passou-se, em seguida, ao julgamento e à apreciação dos processos adiante indicados, que haviam sido incluídos na Pauta de nº 32, organizada em 28 de agosto último, havendo a Segunda Câmara aprovados os Acórdãos de nºs 2500 a 2520, que se inserem no Anexo II desta Ata, acompanhados dos correspondentes Relatórios e Votos, bem como de Pareceres em que se fundamentaram (Regimento Interno, artigos 17, 95, inciso VI, 134, 138, 141, §§ 1º a 7º e 10 e Resoluções TCU nºs 164/2003 e 184/2005):

a) Procs. nºs 012.675/1994-6, 002.796/2001-7, 001.531/2004-1, 007.258/2004-6, 006.954/2005-9 e 017.000/2005-7, relatados pelo Ministro Ubiratan Aguiar;

b) Procs. nºs 010.055/2003-7, 008.465/2004-6, 008.867/2004-2 (com o Apenso nº 018.933/2004-3), 012.089/2005-0, 015.148/2005-7, 007.707/2006-0 e 017.606/2006-1, relatados pelo Auditor Augusto Sherman Cavalcanti; e

c) Procs. nºs 928.706/1998-2, 001.986/2001-7 (com o Apenso nº 013.568/2002-8), 004.834/2002-7, 012.519/2002-9, 001.942/2003-9, 012.198/2003-9, 003.672/2005-7 e 009.283/2006-4, relatados pelo Auditor Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃOS PROFERIDOS

ACÓRDÃO Nº 2500/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo: nº TC - 012.675/1994-6.
2. Grupo I - Classe I - Pedido de Reexame
3. Recorrente: Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte - Cefet/RN.
4. Unidade Jurisdicionada: Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte - Cefet/RN.
5. Relator: MINISTRO UBIRATAN AGUIAR.
5.1. Relator da Deliberação recorrida: MINISTRO BENJAMIN ZYMLER.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidades Técnicas: Sefip e Serur.
8. Advogados: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Aposentadoria, em fase de Pedido de Reexame interposto pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte - Cefet/RN contra o Acórdão nº 2.208/2004-2ª Câmara, mediante o qual este Tribunal de Contas, entre outras medidas, considerou ilegal o ato de concessão de aposentadoria em favor da Sra. Maria Enilda de Sá Leitão de Brito, servidora inativa da Entidade em epígrafe.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer do Pedido de Reexame interposto pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte - Cefet/RN, nos termos do art. 48 da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 286 do Regimento Interno/TCU, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo em seus exatos termos o Acórdão nº 2.208/2004-2ª Câmara;
9.2. informar ao Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte - Cefet/RN que:
9.2.1. a dispensa de reposição das importâncias indevidamente recebidas, nos termos do Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU, somente alcança os valores percebidos até a data da notificação da Deliberação recorrida, devendo, portanto, ser ressarcidos os valores indevidamente recebidos desde então pela inativa Maria Enilda de Sá Leitão de Brito, por não mais estar caracterizada a boa-fé;
9.2.2. caso haja descumprimento do Acórdão nº 2.208/2004-2ª Câmara, este Tribunal poderá sustar diretamente a execução do ato de concessão em exame, nos termos do art. 71, inciso X, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo de outras sanções cabíveis;
9.2.3. o descumprimento de decisão desta Corte de Contas enseja, independentemente de prévia audiência dos responsáveis, aplicação da multa prevista no art. 58, § 1º, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 268, inciso VII, do Regimento Interno/TCU;
9.3. enviar cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, ao recorrente.

10. Ata nº 32/2006 - 2ª Câmara
11. Data da Sessão: 5/9/2006 - Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2500-32/06-2
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministro presente: Ubiratan Aguiar (Relator).
13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (na Presidência) e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 2501/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo: n.º TC - 001.531/2004-1 - c/ 3 volumes e 23 anexos (estes c/ 2 volumes)
2. Grupo II - Classe - I - Embargos de Declaração
3. Interessado: Conselho Regional de Farmácia do Estado do Rio Grande do Norte - CRF/RN
4. Entidade: Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro - CRC/RJ
5. Relator: MINISTRO UBIRATAN AGUIAR
5.1. Relator da deliberação recorrida: MINISTRO UBIRATAN AGUIAR
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: não atuou
8. Advogado constituído nos autos: Antônio César Cavalcanti Júnior (OAB/DF nº 1617-A e OAB/RN nº 2268)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de Embargos de Declaração opostos pelo Conselho Regional de Farmácia do Estado do Rio Grande do Norte - CRF/RN em face do Acórdão nº 845/2006-2ª Câmara, que negou provimento aos pedidos de reexame interpostos pelo CRF/RN e outros interessados contra determinação feita no Acórdão nº 1.212/2004-2ª Câmara, no que tange à necessidade de os conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas realizarem concursos públicos para admissão de pessoal e quanto à fixação de prazo para a rescisão dos contratos de trabalho firmados a partir de 18/5/2001, sem a prévia realização de concurso público.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 31, 32 e 34 da Lei n.º 8.443/92 c/c os arts. 277 e 287 do Regimento Interno/TCU, em:
9.1. não conhecer dos embargos opostos pelo interessado;
9.2. dar ciência deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, ao Conselho Regional de Farmácia do Estado do Rio Grande do Norte.

10. Ata nº 32/2006 - 2ª Câmara
11. Data da Sessão: 5/9/2006 - Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2501-32/06-2
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministro presente: Ubiratan Aguiar (Relator).
13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (na Presidência) e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 2502/2006- TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo n. TC 001.942/2003-9 (c/ 02 volumes e 01 Anexo).
2. Grupo II; Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração.
3. Recorrente: José de Araújo Costa, CPF n. 022.129.193-87.
4. Entidade: Conselho Regional de Medicina do Estado do Maranhão - CRM/MA.
5. Relator: Auditor Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-geral Maria Alzira Ferreira (manifestação oral)
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Advogados constituídos nos autos: Drs. José de Ribamar Coelho Bandeira, OAB/MA n. 692; e Justino Costa Lima, OAB/MA n. 4.251.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração opostos pelo Sr. José de Araújo Costa, CPF n. 022.129.193-87, em face do Acórdão n. 341/2006 - TCU - 2ª Câmara, por meio do qual suas contas foram julgadas irregulares e foi-lhe imputado o débito apurado nos autos.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei n. 8.443/1992, conhecer dos Embargos de Declaração opostos pelo Sr. José de Araújo Costa, para, no mérito, negar-lhes provimento, por não haver omissão, obscuridade ou contradição a ser corrigida no Acórdão n. 341/2006 - TCU - 2ª Câmara;

9.2. promover, nos termos do Enunciado nº 145 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal, a retificação do item 9 do Acórdão n. 341/2006 - 2ª Câmara de modo que, onde se lê: "Sr. José de Araújo Costa, CPF n. 022.129.193-87, ex-contador do Conselho Regional de Medicina do Estado do Maranhão - CRM/MA", leia-se: "Sr. José de Araújo Costa, CPF n. 022.129.193-87, ex-técnico em contabilidade do Conselho Regional de Medicina do Estado do Maranhão - CRM/MA";

9.3. autorizar, consoante pleito de funcionários da Caixa Econômica Federal, a prorrogação, por mais 60 (sessenta) dias, do prazo inicialmente previsto no subitem 9.5 do Acórdão n. 341/2006-2ª Câmara, tendo em vista que aquela entidade está concluindo o processo disciplinar instaurado em atendimento aquele **decisum**;

9.4. encaminhar os autos à Secex/MA para que acompanhe o cumprimento das medidas constantes do subitem 9.5 do Acórdão n. 341/2006 - TCU - 2ª Câmara.

10. Ata nº 32/2006 - 2ª Câmara

11. Data da Sessão: 5/9/2006 - Extraordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2502-32/06-2

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministro presente: Ubiratan Aguiar (na Presidência).

13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2503/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo: nº TC - 006.954/2005-9

2. Grupo: I - Classe II - Tomada de Contas Especial

3. Responsável: Eugênio Maurício de Melo, ex-Prefeito (CPF nº 016.404.374-87)

4. Entidade: Município de Pombos/PE

5. Relator: MINISTRO UBIRATAN AGUIAR

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

7. Unidade Técnica: Secex/PE

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial, de responsabilidade do Sr. Eugênio Maurício de Melo, ex-prefeito do Município de Pombos/PE, em decorrência da omissão do Responsável em seu dever de prestar contas dos recursos repassados à aludida municipalidade pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, por conta do Convênio nº 1235/97, no valor original de R$ 45.100,00.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", 19, **caput**, e 23, inciso III, alínea "a", da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 209, incisos I e III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno/TCU, julgar as presentes contas irregulares e condenar o Sr. Eugênio Maurício de Melo ao pagamento das importâncias de R$ 33.300,00 (trinta e três mil e trezentos reais) - 27/9/1997; R$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais) - 27/9/1997; R$ 8.600,00 (oito mil e seiscentos reais) - 9/10/1997 e R$ 1.700,00 (hum mil e setecentos reais) - 9/10/1997, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas mencionadas, até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

9.2. com fundamento no art. 57 da Lei nº 8.443/1992, aplicar multa ao Responsável, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a partir da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a" do Regimento Interno), o recolhimento desse valor ao Tesouro Nacional, atualizado monetariamente a partir do dia seguinte ao término do prazo ora fixado, até a data do efetivo pagamento;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se referem os subitens anteriores, caso não atendida a notificação, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992;

9.4. remeter cópia da documentação pertinente, bem como deste Acórdão e do Relatório e do Voto que o fundamentam, ao Ministério Público da União, consoante disposto no § 3º do art. 16 da Lei nº 8.443/1992.

10. Ata nº 32/2006 - 2ª Câmara

11. Data da Sessão: 5/9/2006 - Extraordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2503-32/06-2

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministro presente: Ubiratan Aguiar (Relator).

13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (na Presidência) e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 2504/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo: n.º TC - 017.000/2005-7

2. Grupo: I - Classe II - Tomada de Contas Especial

3. Responsável: Claudiano Ferreira Martins, ex-Prefeito (CPF nº 448.033.384-34)

4. Entidade: Município de Itaíba/PE

5. Relator: MINISTRO UBIRATAN AGUIAR

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado

7. Unidade Técnica: Secex/PE

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial, de responsabilidade do Sr. Claudiano Ferreira Martins, ex-prefeito do Município de Itaíba/PE, em decorrência da não-aprovação da Prestação de Contas feita ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, relativa aos recursos repassados à aludida municipalidade por força do Convênio nº 2095/97, no valor total de R$ 87.750,00.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", 19, **caput**, e 23, inciso III, alínea "a", da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno/TCU, julgar as presentes contas irregulares e condenar o Sr. Claudiano Ferreira Martins ao pagamento das quantias abaixo indicadas, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas mencionadas, até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, abatendo-se desses valores a quantia de R$ 229,47, recolhida ao FNDE em 30/6/98:

Valor	Data
R$ 80.680,00 (oitenta mil, seiscentos e oitenta reais)	04/10/97
R$ 2.000,00 (dois mil reais)	04/10/97
R$ 4.370,00 (quatro mil, trezentos e setenta reais)	04/11/97
R$ 700,00 (setecentos reais)	04/11/97

9.2. com fundamento no art. 57 da Lei nº 8.443/1992, aplicar multa ao Responsável, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a partir da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a" do Regimento Interno), o recolhimento desse valor ao Tesouro Nacional, atualizado monetariamente a partir do dia seguinte ao término do prazo ora fixado, até a data do efetivo pagamento;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se referem os subitens anteriores, caso não atendida a notificação, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992;

9.4. remeter cópia da documentação pertinente, bem como deste Acórdão e do Relatório e do Voto que o fundamentam, ao Ministério Público da União, consoante disposto no § 3º do art. 16 da Lei nº 8.443/1992.

10. Ata nº 32/2006 - 2ª Câmara

11. Data da Sessão: 5/9/2006 - Extraordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2504-32/06-2

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministro presente: Ubiratan Aguiar (Relator).

13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (na Presidência) e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 2505/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo TC-010.055/2003-7 (com 3 volumes e anexo 1 com 2 volumes)

2. Grupo: I - Classe de assunto: II - Prestação de contas simplificada do exercício de 2002.

3. Responsáveis: Gustavo Dahl, CPF 267.276.607-00; Augusto César Corrêa Sevá, CPF 868.110.618-04; Érico Penna de Alcântara, CPF 001.046.475-15; Aurelino da Rosa Machado Filho, CPF 073.585.047-04; Valério Nunes Vieira, CPF 792.355.657-15; Ricardo Portugal Timótheo da Costa, CPF 046.257.221-87; Rosimar Pereira Mariano, CPF 020.967.457-13; José Jorge Gonçalves de Mendonça, CPF 344.143.717-91; Euler Pinto Coelho, CPF 043.454.957-68; José Lincoln Daemon, CPF 315.031.017-20; Djalma Tomé da Silva, CPF 229.127.387-68; Manoel Diniz Pestana, CPF 334.908.137-15; Sérgio Alberto Moreira Leite dos Santos, CPF 244.890.267-49; Tito Livio Pires Loureiro, CPF 034.971.007-49; Tânia Regina Pereira de Carvalho, CPF 550.989.087-87; Lia Maria de Gomensoro Polachini Lopes, CPF 352.795.837-15; João Eustáquio da Silveira, CPF 444.486.351-04; Alex Braga Muniz, CPF 079.839.037-90; Gilmar Luís Talon, CPF 063.224.408-96; Rui Buosi, CPF 046.446.118-91; Alberto Flaksman, CPF 268.691.877-20.

4. Unidade: Agência Nacional do Cinema - Ancine/Ministério da Cultura

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade técnica: 6ª Secex.

8. Advogados constituídos nos autos: Carlos Roberto Guimarães Marcial, OAB/DF 1.330/A; Marco Antonio Meneghetti, OAB/DF 3.373; Maurício Maranhão de Oliveira, OAB/DF 11.400; Marília de Almeida Maciel Cabral, OAB/DF 11.166; Celi Depine Mariz Delduque, OAB/DF 11.975; Jonas Cecílio, OAB/DF 14.344; André de Sá Braga, OAB/DF 11.657; Márcio Herley Trigo de Loureiro, OAB/DF 11.712; Eduardo Han, OAB/DF 11.714.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de prestação de contas da Agência Nacional de Cinema - Ancine, relativa ao exercício de 2002, organizada sob a forma simplificada,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. em relação às razões de justificativa apresentadas:

9.1.1. acolher aquelas atinentes ao Convênio 4/2002 (Processo 52.800.0002275/2002-36), firmado com a Brazilian Cinema Promotion - BCP, e acolher parcialmente as relativas à contratação da empresa Doc Pro Ltda. e as aportadas pelo Sr. Érico Penna de Alcântara;

9.1.2. rejeitar as demais, excepcionalmente deixando de considerá-las para macular de irregularidade estas contas ou para imputar penalidade, haja vista as circunstâncias atenuantes identificadas, considerando-as como ressalvas;

9.2. julgar regulares com ressalva as contas do Sr. Gustavo Dahl e demais responsáveis arrolados no item 3 supra, dando-lhes quitação, nos termos do art. 1°, inc. I, 16, inc. II, 18 e 23, inc. II, da Lei 8.443/92;

9.3. determinar, com esteio no art. 18 da Lei 8.443/92, à Agência Nacional de Cinema - Ancine, ou à entidade que a vier a suceder, que, a fim de evitar novas ocorrências de falhas observadas no exercício em destaque, passe a atentar para os seguintes aspectos:

9.3.1. instruir os processos de compra de bens e contratação de serviços com a devida transparência, motivando de forma clara e objetiva todos os atos, de modo a facilitar o controle das despesas (procedimento não observado no processo 52.800.000541/2002-96, para contratação da empresa Auto Posto Manequinho Ltda.);

9.3.2. restringir as contratações por dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inc. XIII, da Lei 8.666/93, aos específicos casos em que esteja comprovado o nexo entre o mencionado dispositivo, a natureza da instituição e o objeto a ser contratado, instruindo o processo com documentos que comprovem a razoabilidade do preço cotado;

9.3.3. atentar para o disposto no § 2º, inc. II, e § 9º do art. 7º da Lei 8.666/93, no que tange à necessidade de existência de orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os custos unitários de obras e serviços, previamente à realização do devido procedimento licitatório ou nos casos de dispensa e inexigibilidade de licitação;

9.3.4. adotar, quando do recebimento de atestados de exclusividade de fornecimento de materiais, equipamentos ou gêneros (art. 25, inc. I, da Lei 8.666/93), medidas acautelatórias com vistas a assegurar a veracidade das declarações prestadas pelos órgãos e entidades emitentes;

9.3.5. atentar para os fatos de a exclusividade citada no art. 25, inc. I, da Lei 8.666/93 ser acompanhada de vedação à preferência de marca, e de somente ser admitida quando restar suficientemente demonstrado que determinado produto é o único que atende efetivamente às necessidades da entidade;

9.4. recomendar à Ancine que, no caso de optar pelo instrumento "convênio", a fim de dar efetividade à atribuição contida no art. 9º do Decreto 4.456/2002, verifique a possibilidade de firmá-lo com diferentes instituições, de modo a propiciar o fortalecimento de distintos e eventuais interessados em executar as atividades que envolvem a divulgação de obras cinematográficas em festivais internacionais, promovendo o devido registro de tal procedimento de verificação no processo constituído com vistas à firmatura do ajuste;

9.5. determinar o encaminhamento de cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, à Ancine, à sociedade Brazilian Cinema Promotion - BCP e aos responsáveis ouvidos em audiência;

9.6. arquivar este processo.

10. Ata nº 32/2006 - 2ª Câmara

11. Data da Sessão: 5/9/2006 - Extraordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2505-32/06-2

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministro presente: Ubiratan Aguiar (na Presidência).

13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 2506/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo TC 008.867/2004-2 (com 1 volume e apenso TC-018.933/2004-3 com 2 anexos)

2. Grupo: I - Classe de assunto: II - Prestação de contas.

3. Responsáveis: Cezar Rogelio Vasquez, CPF 634.063.907-06; Carlos Bressan, CPF 461.334.616-91; João Luiz Vassalo Reis, CPF 227.172.777-49; Fernando Antônio Vaz, CPF 162.973.857-34; Ahirton Balieiro Diniz, CPF 086.751.637-20; Gilson Domingues Cardoso, CPF 379.628.177-04; Júlio César Carmo Bueno, CPF 548.560.277-00; José Carvalho de Azevedo, CPF 317.920.657-87; Francisco Carlos da Cunha Ramaldes, CPF 577.361.977-68; Nyder Barbosa de Menezes, CPF 014.766.377-68; Júlio da Silva Rocha Júnior, CPF 243.666.097-20; Rubens Sérgio Rasseli, CPF 527.522.407-91; Roberto Sarcinelli Barbosa, CPF 201.868.197-49;

Amarildo Selva Lovato, CPF 765.006.677-00; Eduardo Gorini Silva, CPF 574.984.077-87; Wylson Zon Filho, CPF 424.613.756-15; Nilton Oliveira França, CPF 023.925.505-49; Luciano Travaglia, CPF 526.383.917-00; Haroldo Corrêa Rocha, CPF 394.870.167-91; José Antônio Bof Buffon, CPF 653.608.427-68; Benildo Denadai, CPF 947.077.157-53; Aloísio de Oliveira Barros, CPF 416.917.687-15; Hamilton Azevedo Rebello, CPF 014.684.647-87; José Lino Sepulcri, CPF 036.072.559-70; José de Moraes Falcão, CPF 143.621.984-15; Raimundo Nunes Pereira, CPF 025.168.454-72; Amauri Sebastião Niehues, CPF 424.473.649-20; Waldenor Cezário Mariot, CPF 025.337.239-91; André Benedito Pereira Maia, CPF 724.732.907-68; José Elias Neto, CPF 470.218.616-72; Edir Gomes Xavier, CPF 160.996.306-78; Marcus Venícius Monturil Rêgo, CPF 152.338.121-34; Carlos Henrique Amaral Queiroga, CPF 279.294.776-49; Domingos Juarez de Souza Moraes, CPF 085.841.411-20; Luiz Carlos Ridolphi, CPF 814.396.367-53; Fabrício Mariano Ferreira, CPF 678.053.616-49; Ronaldo Alves de Oliveira, CPF 408.640.906-25; Gibson Barcelos Reggiani, CPF 418.330.827-53; Mardi Fernando Drummond, CPF 035.962.907-59; Uriel Barcellos, CPF 135.286.707-97; Leonardo de Resende Dutra, CPF 726.869.957-34; Roberto Garcia Simões, CPF 364.571.597-53; Rider Rodrigues Pontes, CPF 125.515.707-00; José Fábio Cardozo, CPF 576.571.307-68; Maria da Conceição Rodrigues Rossi, CPF 380.031.557-20.

4. Unidade: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Espírito Santo - Sebrae/ES.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade técnica: Secex/ES.

8. Advogado constituído nos autos: não atuou.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de prestação de contas do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Espírito Santo - Sebrae/ES,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento no art. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/92, pelas razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar as presentes contas regulares, com ressalva, dando-se quitação aos gestores acima alinhados;

9.2. determinar ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Espírito Santo - Sebrae/ES que:

9.2.1. solicite à Prefeitura Municipal de Muniz Freire a prestação de contas do Convênio 026-10/02;

9.2.2. solicite ao Crea/ES-Findes-Bandes a prestação de contas do Convênio 001- 05/03;

9.2.3. adote medidas internas visando à restituição ao Sebrae/ES de 76 (setenta e seis) bens não localizados pela Comissão de Sindicância designada pela Portaria DAF nº 005/2003, ou o ressarcimento de seus valores individuais, que totalizam o valor histórico de R$ 212.506,44, e promova a instauração da tomada de contas especial se essas providências adotadas no âmbito da entidade não surtirem o efeito esperado;

9.2.4. verifique, tanto nas licitações como em suas dispensas e inexigibilidades, se o ramo da atividade da empresa licitante ou se a finalidade da instituição sem fins lucrativos é compatível com o objeto a ser contratado;

9.2.5. observe o art. 33 do Regulamento de Licitações e Contratos do Sistema Sebrae;

9.2.6. defina a modalidade de licitação a ser utilizada tendo em conta o valor total da contratação, considerando todo o seu prazo de duração e não apenas o que será gasto no exercício financeiro inicial;

9.2.7. efetue consulta à Secretaria da Receita Federal acerca da compatibilidade entre a fruição da isenção prevista no art. 15, § 3º, c/c art. 12, § 2º, inciso "a", da Lei 9.532/97 com o fato de os diretores executivos da entidade serem remunerados, manifestando-se sobre a questão, inclusive quanto à implementação de eventuais medidas corretivas que se fizerem necessárias, a partir da resposta obtida, na próxima prestação de contas;

9.3. determinar à Controladoria-Geral da União no Espírito Santo - CGU/ES que:

9.3.1. inclua, nas próximas contas do Sebrae/ES, informações sobre a devolução do valor de R$ 4.397,13 pela empregada da entidade Maria José Gonçalves;

9.3.2. manifeste-se novamente sobre a questão descrita no item 9.2.7, acima, quando da análise da próxima prestação de contas do Sebrae/ES;

9.4. determinar à Secex/ES que se manifeste sobre as questões constantes dos itens 9.2.1 a 9.2.7, acima, quando da análise da próxima prestação de contas do Sebrae/ES.

10. Ata nº 32/2006 - 2ª Câmara

11. Data da Sessão: 5/9/2006 - Extraordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2506-32/06-2

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministro presente: Ubiratan Aguiar (na Presidência).

13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 2507/2006- TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo TC 008.465/2004-6 (com 1 volume)

2. Grupo: II - Classe de assunto: II - Prestação de contas.

3. Responsáveis: Antônio Fernando Pereira de Carvalho, CPF 236.205.365-20; Carlos Eduardo Lazzaro Traversa, CPF 806.210.828-72; Cleiton Freitas Feijó de Melo, CPF 196.672.724-00; Dayse Góes Prado, CPF 574.594.015-87; Marcos Antônio Barros Barreto, CPF 295.715.101-00; Maria Lúcia dos Santos, CPF 116.472.565-34.

4. Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial no Estado de Sergipe - Senac/SE.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade técnica: Secex/SE.

8. Advogado constituído nos autos: não atuou.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de prestação de contas do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial no Estado de Sergipe - Senac/SE,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/92, pelas razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 16, inciso III, 19, 23, inciso III, da Lei 8.443/92, julgar as presentes contas irregulares em relação aos Srs. Antônio Fernando Pereira de Carvalho e Carlos Eduardo Lazzaro Traversa, e aplicar aos responsáveis, individualmente, a multa prevista no art. 58, incisos I e III, da referida Lei, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), fixando o prazo de quinze dias, a contar da notificação para que comprovem, perante este Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, a qual deverá ser acrescida dos encargos legais a partir do término do prazo concedido;

9.2. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/92, se não atendidas as notificações nos prazos estabelecidos;

9.3. com fundamento nos arts. 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/92, julgar as presentes contas regulares, com ressalvas, em relação aos demais responsáveis relacionados no item 3, acima, dando-se-lhes quitação;

9.4. determinar ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial no Estado de Sergipe - Senac/SE que:

9.4.1. observe a obrigatoriedade de apresentação de declaração de renda e bens por parte dos membros do Conselho Regional, em obediência ao disposto no art. 13 da Lei 8.428/92, c/c o art. 1º, inciso VII da Lei 8.730/93, Decreto 978/93 e IN/TCU 5/94;

9.4.2. observe os preceitos legais e apresente as informações referentes ao rol de responsáveis conforme determina o art. 13 da IN/TCU 47/2004, fazendo incluir nele todos os membros do Conselho Regional;

9.4.3. aprimore a elaboração de seu Relatório de Gestão conforme o inciso II do art. 14 da IN/TCU 47/2004, c/c o Anexo II do Decisão Normativa TCU 62/2004, principalmente no tocante aos indicadores de gestão que permitam aferir a eficiência, eficácia e economicidade da ação administrativa, levando-se em conta os resultados quantitativos e qualitativos alcançados pelo órgão;

9.4.4. ao elaborar a proposta orçamentária observe atentamente o determinado no Codeco - Código de Contabilidade e Orçamento, especialmente seu art. 16;

9.4.5. adote as providências necessárias ao efetivo controle do numerário existente em caixa, de forma a impedir a existência de diferenças não justificáveis entre o contabilizado e o físico;

9.4.6. providencie, se já não o fez, a elaboração de Termos de Responsabilidade, individual ou setorial, para todos os bens da unidade, como forma de assegurar a responsabilidade pelos itens do patrimônio;

9.4.7. faça constar nos processos referentes a doações de bens considerados antieconômicos a análise do interesse público e social, parecer acerca das necessidades das entidades beneficiadas e a avaliação prévia da oportunidade e conveniência da doação, comparativamente a outras formas de alienação previstas na legislação pertinente, de modo a atender o disposto no art. art. 6º, inciso III, c/c os arts. 10 e 11 da Resolução Senac 801/2001;

9.4.8. observe, quanto à possibilidade de a administração entregar veículos usados como parte de pagamento na aquisição de veículos novos, para que sejam adotados os cuidados necessários relativos à avaliação prévia dos bens, a análise de outras formas de alienação eventualmente mais vantajosas e a perfeita caracterização do negócio no edital;

9.4.9. proveja seus cargos permanentes por meio de provas de habilitação ou de seleção observando sempre os princípios constitucionais da legalidade, da moralidade, da finalidade, da isonomia, da impessoalidade e da publicidade, atentando para o disposto no Acórdão nº 1.461/2006-TCU-Plenário, que traçou determinações ao Conselho Nacional do Senac sobre o assunto;

9.4.10. planeje suas aquisições de bens e materiais de consumo após estabelecer as necessidades da organização ao longo do tempo, de forma a evitar o fracionamento ilegal de despesa, em atendimento art. 7º da Resolução Senac 801/2001; e

9.4.11. quando de rescisões contratuais, atente para o disposto no art. 27 da Resolução Senac 801/2001, quanto à aplicação por parte deste órgão das penalidades previstas nos instrumentos convocatórios ou nos contratos;

9.4.12. avalie a relação custo-benefício entre as opções de locação e aquisição de veículos necessários às atividades do órgão;

9.5. determinar à Controladoria Geral da União em Sergipe - CGU-SE que se manifeste nas próximas contas acerca das determinações acima efetuadas ao Senac/SE, e ainda quanto:

9.5.1. à verificação se este órgão efetuou a rescisão do Termo Aditivo ao contrato firmado com a Global Service, que alterou de forma irregular o objeto contratual, conforme comprometimento dos responsáveis em documento acostado ao presente processo; e

9.5.2. ao efetivo ressarcimento aos cofres da entidade do valor de R$ 21.483,44, referente à diferença verificada na conferência física do caixa;

9.6. determinar à Secex/SE que se manifeste sobre as questões constantes dos itens 9.4.1 a 9.4.12, acima, quando da análise da próxima prestação de contas do Senac/SE.

10. Ata nº 32/2006 - 2ª Câmara

11. Data da Sessão: 5/9/2006 - Extraordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2507-32/06-2

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministro presente: Ubiratan Aguiar (na Presidência).

13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 2508/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo: n.º TC - 015.148/2005-7

2. Grupo: I - Classe de assunto: II - Tomada de contas especial.

3. Responsável: Daniel Silva Alves - CPF 076.763.873-53.

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Davinópolis/MA.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade técnica: Secex/MA.

8. Advogado constituído nos autos: não atuou.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde - FNS em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados à Prefeitura de Davinópolis/MA, no exercício de 2000, sob a gestão do Sr. Daniel Silva Alves, por força do Convênio 1770/1999, que possuía como objeto a concessão de apoio financeiro para ampliação, reforma e aquisição de equipamentos de posto de saúde naquela localidade, visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/92, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei, e com os arts. 1º, inciso I, 209, inciso I, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, julgar irregulares as presentes contas e em débito o Sr. Daniel Silva Alves, ex-Prefeito, pelas quantias constantes do quadro a seguir, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora calculados a partir das respectivas datas até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor	**Data**
R$ 56.250,00	20/4/2000
R$ 56.250,00	20/5/2000
R$ 56.250,00	23/5/2000
R$ 56.250,00	1º/7/2000

9.2. aplicar ao responsável a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443, de 1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir do término do prazo fixado neste acórdão, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/92, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.4. encaminhar cópia da documentação pertinente ao Ministério Público da União, nos termos do art. 209, § 6º, do Regimento Interno desta Corte de Contas.

10. Ata nº 32/2006 - 2ª Câmara

11. Data da Sessão: 5/9/2006 - Extraordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2508-32/06-2

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministro presente: Ubiratan Aguiar (na Presidência).

13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 2509/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo: n.º TC - 012.089/2005-0
2. Grupo: II - Classe de Assunto: II - Tomada de contas especial.
3. Responsáveis: José Luiz de Lima Filho (CPF 216.382.414-49) e João Francisco Coelho de Oliveira (CPF 209.226.040-53).
4. Unidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
5. Relator: Auditor Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade técnica: 6ª Secex.
8. Advogado constituído nos autos: não atuou.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomadas de contas especiais simplificadas, de responsabilidade de José Luiz de Lima Filho e João Francisco Coelho de Oliveira, instauradas em face de suas omissões no dever de prestar contas dos auxílios financeiros concedidos pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, e arquivadas, sem julgamento do mérito e sem cancelamento do débito, por força do Acórdão 815/2003 - 1ª Câmara, proferido no processo TC 012.209/2000-0, que tratou das contas do CNPq referentes ao exercício de 1999.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 1°, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso I, 208, e 214, inciso II, do Regimento Interno, julgar regulares com ressalva as contas do Sr. José Luiz de Lima Filho, dando-lhe quitação;
9.2. dar ciência desta deliberação ao CNPq e aos responsáveis, informando da manutenção do arquivamento da tomada de contas especial de responsabilidade do Sr. João Francisco Coelho de Oliveira, sem julgamento de mérito e sem cancelamento do débito, até que seja encaminhada documentação passível de ser aceita como alegações de defesa do responsável ou até que se configure uma das demais hipóteses previstas no § 2º do artigo 10 da Instrução Normativa/TCU 13/1996;
9.3. apensar o presente processo ao TC 012.209/2000-0.

10. Ata nº 32/2006 - 2ª Câmara
11. Data da Sessão: 5/9/2006 - Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2509-32/06-2
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministro presente: Ubiratan Aguiar (na Presidência).
13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 2510/2006- TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo TC n. 928.706/1998-2 (c/ 1 volume).
2. Grupo I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Altamiro Belo Galindo, CPF n. 013.499.538-49; e União das Escolas Superiores de Cuiabá/MT, CNPJ n. 33.005.265/0001-31.
4. Entidade: Faculdade de Letras e Educação Artística de Cuiabá/União das Escolas Superiores de Cuiabá/MT.
5. Relator: Auditor Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secex/MT.
8. Advogados constituídos nos autos: Drs. José Carlos Fonseca, OAB/DF n. 1495-A; Walter Costa Porto, OAB/DF n. 6098; Auria Belo Galindo, OAB/SP n. 32610; e Ermeto Antonio Cembranel, OAB/DF n. 3260.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela Delegacia Federal de Controle do Ministério da Fazenda ante a omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados a título de subvenção social, em 1992, à Faculdade de Letras e Educação Artística de Cuiabá/União das Escolas Superiores de Cuiabá/MT, no valor de Cr$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros).
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas **b** e **c**, 19, **caput**, e 23, inciso III, da Lei n. 8.443/1992, julgar irregulares as presentes contas, condenando o Sr. Altamiro Belo Galindo, solidariamente com a União das Escolas Superiores de Cuiabá/MT, ao pagamento da importância de Cr$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 15/1/1992, até a efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea **a**, da citada Lei c/c o art. 214, III, alínea **a**, do Regimento Interno/TCU;
9.2. autorizar, desde logo, com fulcro no art. 28, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;
9.3. determinar à Secretaria Federal de Controle que dê baixa na responsabilidade da Sra. Lucy Azevedo de Almeida, em relação ao débito tratado nesta Tomada de Contas Especial;
9.4. encaminhar cópia da documentação pertinente ao Ministério Público da União, segundo o disposto no § 3º do art. 16 da Lei n. 8.443/1992.

10. Ata nº 32/2006 - 2ª Câmara
11. Data da Sessão: 5/9/2006 - Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2510-32/06-2
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministro presente: Ubiratan Aguiar (na Presidência).
13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2511/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo TC 001.986/2001-7 (c/ 5 volumes). Apenso: TC 013.568/2002-8 (c/ 1 volume).
2. Grupo II; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Raimundo Vasconcelos Santos, CPF n. 174.698.805-34, ex-Prefeito; e Luzia Bispo da Cruz Lima, CPF n. 108.925.165-34, ex-Secretária de Educação.
4. Entidade: Município de Tapiramutá/BA.
5. Relator: Auditor Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Dr. Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secex/BA.
8. Advogados constituídos nos autos: Drs. Thelma Boa Sorte de Ávila, OAB/BA n. 14.224; e Roberto Silva Soledade, OAB/BA n. 16.627.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Tomada de Contas Especial resultante da conversão do Relatório de Auditoria realizada no Município de Tapiramutá/BA (Decisão n. 061/2002 - TCU - Plenário), cujo objetivo era verificar a aplicação de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundef.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, em:
9.1. acolher as razões de justificativa apresentadas pela Sra. Luzia Bispo da Cruz Lima;
9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea **d**, 19, **caput**, e 23, inciso III, alínea **a**, todos da Lei 8.443/1992, c/c o art. 214, inciso III, alínea **a** do Regimento Interno, julgar irregulares as presentes contas, condenando o Sr. Raimundo Vasconcelos Santos ao pagamento das quantias abaixo especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora devidos, calculados a partir das datas discriminadas, até o efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, o recolhimento da dívida ao Município de Tapiramutá/BA, na conta específica do Fundef, conforme quadro abaixo:

Data do débito	Valor Histórico (em R$)
27/02/1998	24.737,64
31/03/1998	16.217,79
30/04/1998	38.221,97
30/06/1998	17.474,54
31/07/1998	2.862,14
30/09/1998	4.143,34
30/10/1998	10.477,46
30/11/1998	13.969,63
29/01/1999	56.864,04
26/02/1999	53.079,94
31/03/1999	63.231,50
30/04/1999	83.751,78
31/05/1999	31.892,22
30/06/1999	9.841,04
30/07/1999	1.979,15
30/09/1999	40.466,76
29/10/1999	4.003,87
30/11/1999	34.403,36
29/02/2000	72.822,91
31/03/2000	12.652,47
28/04/2000	9.166,49
31/05/2000	18.221,69
30/06/2000	2.426,10
31/07/2000	43.907,32
31/08/2000	61.371,47
29/09/2000	76.684,44
31/10/2000	92.675,98
30/11/2000	106.097,07
29/12/2000	102.841,49

9.3. aplicar ao Sr. Raimundo Vasconcelos Santos a multa prevista no art. 57 da Lei n. 8.443/1992, no valor de R$ 50.000,00 (cinqüenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea **a**, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da quantia ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, caso não atendida a notificação;
9.5. determinar à atual administração do Município de Tapiramutá/BA que, ao gerir recursos do Fundef, disponibilize a documentação comprobatória de suas despesas, bem como os demais demonstrativos pertinentes, ao Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundef municipal, e conseqüentemente, à sociedade, por intermédio de seus representantes no referido colegiado;
9.6. recomendar ao Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundef que adote providências com vistas a garantir o pleno e regular exercício do acompanhamento e controle social sobre a repartição, transferência e aplicação dos recursos do aludido Fundo, nos termos do art. 4º da Lei n. 9.424/1996;
9.7. com fundamento no art. 16, § 3°, da Lei n. 8.443/1992, remeter cópia da documentação pertinente ao Ministério Público da União;
9.8. autorizar a Secex/BA que encaminhe cópia dos autos à Prefeitura Municipal de Tapiramutá/BA, para fins de posterior execução do julgado.

10. Ata nº 32/2006 - 2ª Câmara
11. Data da Sessão: 5/9/2006 - Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2511-32/06-2
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministro presente: Ubiratan Aguiar (na Presidência).
13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2512/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo TC n. 004.834/2002-7.
2. Grupo I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: Luciano Castro Oliveira, ex-Prefeito, CPF 020.214.473-91.
4. Entidade: Município de Rosário/MA.
5. Relator: Auditor Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Dr. Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secex/MA.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial, de responsabilidade do Sr. Luciano Castro Oliveira, ex-Prefeito de Rosário/MA, instaurada inicialmente pela omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados mediante o Convênio n. 570/1998, celebrado entre aquele Município e a União, por intermédio do extinto Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto, no valor de R$ 60.000,00, em 31/12/1998, objetivando a construção e equipamento de ginásio poliesportivo com área de 770m^2.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea **c**, 19, **caput**, e 23, inciso III, da Lei n. 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. Luciano Castro Oliveira, ex-Prefeito de Rosário/MA, condenando-o ao pagamento da quantia de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 04/06/1999, até a efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 214, inciso III, alínea **a**, do Regimento Interno do TCU;
9.2. aplicar ao Sr. Luciano Castro Oliveira a multa prevista no art. 57 da Lei n. 8.443/1992, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea **a**, do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da referida quantia ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se referem os subitens anteriores, caso não atendida a notificação, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n. 8.443/1992;
9.4. remeter cópia da documentação pertinente ao Ministério Público da União, com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei n. 8.443/1992;
9.5. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Maranhão.

10. Ata nº 32/2006 - 2ª Câmara
11. Data da Sessão: 5/9/2006 - Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2512-32/06-2
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministro presente: Ubiratan Aguiar (na Presidência).
13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2513/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo TC 012.198/2003-9 (c/ 01 Anexo).
2. Grupo I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Roberto Rodrigues dos Santos, CPF n. 248.808.411-53, ex-Prefeito; e Otacílio Vieira Machado, CPF n. 765.022.286-15, ex-Vice-Prefeito.
4. Entidade: Município de Novo Planalto/GO.
5. Relator: Auditor Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Dr. Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secex/GO.
8. Advogados constituídos nos autos: Não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE contra o Sr. Roberto Rodrigues dos Santos, ex-Prefeito Municipal de Novo Planalto/GO, em face da omissão no dever de prestar contas dos recursos transferidos à municipalidade à conta do Programa Nacional de Alimentação Escolar - Pnae, no exercício de 1999, objetivando suprir parcialmente as necessidades nutricionais dos alunos da educação pré-escolar e/ou do ensino fundamental, matriculados em escolas públicas.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea **a**, e 19, **caput**, da Lei n. 8.443/1992, julgar irregulares as contas dos Srs. Roberto Rodrigues dos Santos e Otacílio Vieira Machado, ex-Prefeito e ex-Vice-Prefeito do Município de Novo Planalto/GO, respectivamente, condenando-os ao pagamento das parcelas a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora devidos, calculados a partir das datas destacadas, até a efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea **a**, do Regimento Interno do TCU), o recolhimento das referidas quantias ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, nos termos da legislação em vigor:
9.1.1. Sr. Roberto Rodrigues dos Santos:

Data	Valor (R$)
23/12/1999	3,83
27/12/1999	1.574,00

9.1.2. Sr. Otacílio Vieira Machado, abatendo-se, na execução, R$ 3,83 repassados ao Sr. Roberto Rodrigues dos Santos, em 23/12/1999:

Data	Valor (R$)
26/03/1999	1.180,00
30/03/1999	1.731,00
04/05/1999	1.652,70
18/05/1999	1.652,70
08/07/1999	1.652,70
04/08/1999	1.337,90
24/08/1999	1.731,40
01/10/1999	1.652,70
06/12/1999	1.574,00

9.2. aplicar, com fundamento no art. 57 da Lei n. 8.443/1992, multa aos seguintes responsáveis, nos valores a seguir indicados, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea **a**, do Regimento Interno do TCU), o recolhimento das referidas quantias ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente na data do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor:
9.2.1. Sr. Roberto Rodrigues dos Santos, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais);
9.2.2. Sr. Otacílio Vieira Machado, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais);
9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se referem os subitens anteriores, caso não atendida a notificação, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n. 8.443/1992;
9.4. remeter cópia da documentação pertinente ao Ministério Público da União, nos termos do art. 209, § 6º, **in fine,** do Regimento Interno/TCU, para as providências cabíveis;
9.5. remeter cópia da presente Deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que o fundamentam, à Procuradoria da República em Goiás, em atendimento ao Ofício PRDC/PR/GO n. 783/2004, relativo ao Processo Administrativo n. 1.18.000.015.405/2003-11.

10. Ata nº 32/2006 - 2ª Câmara
11. Data da Sessão: 5/9/2006 - Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2513-32/06-2
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministro presente: Ubiratan Aguiar (na Presidência).
13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2514/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo: n.º TC - 002.796/2001-7
2. Grupo II - Classe V - Aposentadoria.
3. Interessados: Antônio Justino Ferreira (CPF nº 023.921.941-49), José Dilnei Baldin (CPF nº 214.943.559-49), Laerte Bourguignon Mascarelli (CPF nº 264.759.127-00), Saturnina Ferreira de Melo (CPF nº 193.686.587-49).
4. Unidade Jurisdicionada: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama.
5. Relator: MINISTRO UBIRATAN AGUIAR.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Sefip.
8. Advogados: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de atos de concessão de aposentadoria em favor dos Srs. Antônio Justino Ferreira, Laerte Bourguignon Mascarelli e Saturnina Ferreira de Melo e dos atos de alteração das aposentadorias concedidas aos Srs. Antônio Justino Ferreira e José Dilnei Baldin, todos servidores inativos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso VIII, e 259 a 263 do Regimento Interno/TCU, em:
9.1. considerar ilegais as concessões de aposentadoria aos servidores Antônio Justino Ferreira, Laerte Bourguignon Mascarelli e Saturnina Ferreira de Melo, assim como as alterações das aposentadorias concedidas aos Srs. Antônio Justino Ferreira e José Dilnei Baldin, recusando registro aos atos de nº 1-060180-5-04-1999-000638-1, 1-060180-5-04-1999-000640-3, 1-060180-5-04-1999-000641-1, 1-060180-5-04-1999-000639-0 e 1-060180-5-04-1999-000624-1;
9.2. dispensar a reposição das importâncias recebidas indevidamente, nos termos do Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;
9.3. determinar ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência desta Deliberação, se abstenha de realizar pagamentos decorrentes dos atos impugnados, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;
9.3.2. especificamente no caso do Sr. José Dilnei Baldin, pague a título de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada eventual descenso remuneratório resultante da incidência do reajuste geral da categoria concedido na data-base seguinte ao IPC de março de 1990 combinada com a exclusão, naquela mesma data, dos acréscimos remuneratórios resultantes dos 84,32% concedidos judicialmente com efeito retroativo;
9.3.3. comunique os interessados a respeito deste Acórdão, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não os eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação deste **Decisum**, caso os recursos não sejam providos;
9.4. determinar à Sefip que acompanhe o cumprimento da determinação relativa à cessação de pagamentos decorrentes dos atos de concessão e de alteração de aposentadoria considerados ilegais, representando ao Tribunal em caso de não atendimento;
9.5. informar o Órgão de origem sobre a possibilidade de emissão de novos atos, livres das irregularidades apontadas neste processo, na sistemática definida na IN/TCU n° 44/2002, por intermédio do sistema Sisac, submetendo-os à apreciação desta Corte de Contas.

10. Ata nº 32/2006 - 2ª Câmara
11. Data da Sessão: 5/9/2006 - Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2514-32/06-2
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministro presente: Ubiratan Aguiar (Relator).
13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (na Presidência) e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 2515/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo: n.º TC - 007.258/2004-6
2. Grupo II - Classe V- Pensão Civil
3. Interessados: Érica Stein Przybylski, Aleksander Stein Przybylski e Guilherme Stein Przybylski, Ana Paula Abreu Fernandes e Carolina Abreu Fernandes (CPFs não constam)
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/TRT-RS
5. Relator: MINISTRO UBIRATAN AGUIAR
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
7. Unidade Técnica: SEFIP
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessões de pensões civis aos beneficiários de Clovis Przybylski e Ricardo Vieira Fernandes, ex-servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/TRT-RS.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92 c/c os arts. 1º, inciso VIII, e 259 a 263 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais as concessões de pensões civis a Érica Stein Przybylski, Aleksander Stein Przybylski e Guilherme Stein Przybylski, Ana Paula Abreu Fernandes e Carolina Abreu Fernandes e ordenar o registro dos atos de nºs 2-078660-3-05-1997-000096-2 e 2-078660-3-05-1997-000081-4.

10. Ata nº 32/2006 - 2ª Câmara
11. Data da Sessão: 5/9/2006 - Extraordinária
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2515-32/06-2
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministro presente: Ubiratan Aguiar (Relator).
13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (na Presidência) e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 2516/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo TC-007.707/2006-0
2. Grupo: II - Classe de assunto: V - Pensão especial de ex-combatentes (Reversão).
3. Interessados: Alda Dantas Sales, Alvair de Oliveira Trindade, Anelia Alves de Souza Costa, Cristiane Passos, Edina Ayres Lovarinhas, Eurides Ayres dos Santos, Francisca das Chagas Avelino do Nascimento, Francisca Georgina Rodrigues, Helena Nunes Leite, Helenice Maria Amorim Silva, Iracema Maria Amorim Francisco, Ismael Rodrigues Barbosa, Ivete Aires Antunes da Costa, Jaciara Salles de Oliveira, Jacira Ferreira da Silva, Janne Lucia Gomes de Carvalho, Juliana Nunes Leite, Luciane Passos,
Maria Aguiar Caldeira, Maria Auxiliadora dos Santos Silva, Maria das Graças Pereira Sousa, Maria de Fátima do Nascimento Silva, Maria do Carmo Soares, Maria Helena Aires Hernandes, Maria Matias de Oliveira, Maria Rita Marciel, Petrina da Silva Lima, Raquel Sales de Oliveira, Regina Lucia do Nascimento, Rita de Cássia do Nascimento Bastos, Sonia Carla Trindade da Silva, Sonia Regina Coelho de Almeida, Vera Ayres Guiberto, Vera Maria Rodrigues Barbosa, Zianete Adre Itala, Zita Rocha Guimarães,
4. Unidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade técnica: Sefip.
8. Advogado constituído nos autos: não atuou.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de reversão de pensão de ex-combatentes, deferidas pelo Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha do Brasil,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno, em:
9.1. considerar legal o ato de fls. 97/100, relativo à pensão instituída em favor de Cristiane Passos e Luciane Passos, autorizando-lhe o registro respectivo, nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte de Contas;
9.2. considerar ilegais os atos de fls. 2/4, 5/8, 9/13, 17/26, 27/30, 31/33, 34/36, 40/42, 46/48, 61/64, 82/84, 85/87, 88/91, 92/96 e 104/106, relativos às pensões instituídas em favor de Anelia Alves de Souza Costa, Juliana Nunes Leite, Maria Rita Marciel Helena Nunes Leite, Vera Ayres Guiberto, Maria Helena Aires Hernandes, Edina Ayres Lovarinhas, Eurides Ayres dos Santos, Ivete Aires Antunes da Costa, Regina Lucia do Nascimento, Rita de Cássia do Nascimento Bastos, Maria de Fátima do Nascimento Silva, Vera Maria Rodrigues Barbosa, Ismael Rodrigues Barbosa, Maria das Graças Pereira Sousa, Maria Aguiar Caldeira, Zita Rocha Guimarães, Francisca Georgina Rodrigues, Iracema Maria Amorim Francisco, Helenice Maria Amorim Silva, Janne Lucia Gomes de Carvalho, Sonia Regina Coelho de Almeida, Alvair de Oliveira Trindade, Sonia Carla Trindade da Silva, Raquel Sales de Oliveira, Alda Dantas Sales, Jaciara Salles de Oliveira e Maria do Carmo Soares, negando-se os correspondentes registros, nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte de Contas;
9.3. dispensar a devolução das importâncias indevidamente recebidas, de boa-fé, nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;
9.4. determinar ao órgão de origem que:
9.4.1. com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de quinze dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, comunique às interessadas arroladas no item 3 deste aresto o inteiro teor deste Acórdão, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos de fls. 2/4, 5/8, 9/13, 17/26, 27/30, 31/33, 34/36, 40/42, 46/48, 61/64, 82/84, 85/87, 88/91, 92/96 e 104/106, relativos às pensões instituídas em favor de Anelia Alves de Souza Costa, Juliana Nunes Leite, Maria Rita Marciel Helena Nunes Leite, Vera Ayres Guiberto, Maria Helena Aires Hernandes, Edina Ayres Lovarinhas, Eurides Ayres dos Santos, Ivete Aires Antunes da Costa, Regina Lucia do Nascimento, Rita de Cássia do Nascimento Bastos, Maria de Fátima do Nascimento Silva, Vera Maria Rodrigues Barbosa, Ismael Rodrigues Barbosa, Maria das Graças Pereira Sousa, Maria Aguiar Caldeira, Zita Rocha Guimarães, Francisca Georgina Rodrigues, Iracema Maria Amorim Francisco, Helenice Maria Amorim Silva, Janne Lucia Gomes de Carvalho, Sonia Regina Coelho de Almeida, Alvair de Oliveira Trindade, Sonia Carla Trindade da Silva, Raquel Sales de Oliveira, Alda Dantas Sales, Jaciara Salles de Oliveira e Maria do Carmo Soares, ora impugnados, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso, no caso de desprovimento, não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação desta decisão;

9.4.2. observe os termos do art. 16 da IN 44/2002;

9.5. orientar o órgão de origem que, em relação à pensão de fls. 5/8, ora impugnada, poderá ser emitido novo ato concessório em favor, somente, de Juliana Nunes Leite e Maria Rita Marciel, respectivamente filha e ex-esposa pensionada do instituidor Armando de Oliveira Leite, devendo a cota-parte que fora destinada à Srª Helena Nunes Leite ser revertida em prol das beneficiárias supracitadas, na mesma proporção. O novo ato deverá ser submetido, incontinenti, à deliberação deste Tribunal, mediante o Sistema Sisac;

9.6. destacar os atos de fls. 37/39, 43/45, 58/60, 65/67, 68/70 e 71/73, relativos às pensões de Zianete Adre Itala, Maria Auxiliadora dos Santos Silva, Maria Matias de Oliveira, Francisca das Chagas Avelino do Nascimento, Petrina da Silva Lima e Jacira Ferreira da Silva, objeto de diligência a ser realizada no órgão de origem, para que se estabeleça a correlação entre o beneficiário descrito na relação de parentesco (item 14 do formulário), e o destinatário da pensão descrito nos fundamentos legais da concessão que deverá corresponder ao beneficiário constante do rol legal. Como exemplo a ser retificado, observe-se o ato visto às fls. 70;

9.7. determinar à Sefip que:

9.7.1. autue, em apartado, os atos ora destacados, e realize, nos prazos e termos regimentais, a diligência mencionada no item anterior. Saneados, os autos deverão ser encaminhados à deliberação via Ministério Público;

9.7.2. acompanhe a implementação das determinações constantes dos subitens 9.4.1 e 9.4.2 *supra*;

9.7.3. dê conhecimento ao órgão de origem do teor deste acórdão e do relatório e voto que o fundamentam.

10. Ata nº 32/2006 - 2ª Câmara

11. Data da Sessão: 5/9/2006 - Extraordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2516-32/06-2

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministro presente: Ubiratan Aguiar (na Presidência).

13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 2517/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo TC n. 003.672/2005-7.

2. Grupo I; Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados: Alda Terezinha Silva; Ana Maria Machado Alves; Carmen de Araújo Lourenzo; Celma Carvalho dos Santos; Eduardo Paulo Coelho Rocha; Georgina Lacerda Borges; Liana Ferreira da Silva; Marcelo Vieira Martins Filho; Maria Aparecida Caputo da Fonseca; Maria Cristina Coutinho Dayrel; Maria de Lourdes Fernandes dos Santos; Maria do Rosário Beatriz Maia da Silva; Marlene Pereira dos Santos; Marta Cordeiro Rocha; Neusa Linhares Ferreira Jacome; Stela Maria Preisser Figueiredo Batista; Taciana Laponez da Silveira e Walter Guilherme Freitas.

4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região - TRT/MG.

5. Relator: Auditor Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Dr. Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Advogados constituídos nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examinam os atos de aposentadoria dos ex-servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região - TRT/MG, Alda Terezinha Silva, Ana Maria Machado Alves, Carmen de Araújo Lourenzo, Celma Carvalho dos Santos, Eduardo Paulo Coelho Rocha, Georgina Lacerda Borges, Liana Ferreira da Silva, Marcelo Vieira Martins Filho, Maria Aparecida Caputo da Fonseca, Maria Cristina Coutinho Dayrel, Maria de Lourdes Fernandes dos Santos, Maria do Rosário Beatriz Maia da Silva, Marlene Pereira dos Santos, Marta Cordeiro Rocha, Neusa Linhares Ferreira Jacome, Stela Maria Preisser Figueiredo Batista, Taciana Laponez da Silveira e Walter Guilherme Freitas.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar legais as concessões em favor de Alda Terezinha Silva (fls. 2/6, n. 20785100041998000101 5), Ana Maria Machado Alves (fls. 7/13, n. 20785100041998000111 2), Carmen de Araújo Lourenzo (fls. 14/20, n. 20785100041998000110 4), Celma Carvalho dos Santos (fls. 21/26, n. 20785100041998000104 0), Georgina Lacerda Borges (fls. 34/39, n. 20785100041998000105 8), Liana Ferreira da Silva (fls. 40/45, n. 20785100041998000097 3), Marcelo Vieira Martins Filho (fls. 46/51, n. 20785100041998000094 9), Maria Cristina Coutinho Dayrel (fls. 58/63, n. 20785100041998000098 1), Maria de Lourdes Fernandes dos Santos (fls. 64/69, n. 20785100041998000112 0), Maria do Rosário Beatriz Maia da Silva (fls. 70/76, n. 20785100041998000095 7), Marlene Pereira dos Santos (fls. 77/82, n. 20785100041998000106 6), Marta Cordeiro Rocha (fls. 83/88, n. 20785100041998000108 2), Neusa Linhares Ferreira Jacome (fls. 89/94, n. 20785100041998000096 5), Stela Maria Preisser Figueiredo Batista (fls. 95/100, n. 20785100041998000102 3) e Walter Guilherme Freitas (fls. 107/113, n. 20785100041998000103 1), ordenando-se os correspondentes registros;

9.2. considerar ilegais as concessões de aposentadoria a Eduardo Paulo Coelho Rocha (fls. 27/33, n. 20785100041998000107 4), Maria Aparecida Caputo da Fonseca (fls. 52/57, n. 20785100041998000099 0) e Taciana Laponez da Silveira (fls. 101/106, n. 20785100041998000109 0), recusando-se registro aos respectivos atos;

9.3. determinar a reposição dos valores recebidos pelos ex-servidores mencionados no subitem 9.2 anterior, a partir do dia 1°/10/2000, a título de diferença pessoal relativa às gratificações judiciária e extraordinária pelos ex-servidores ocupantes de cargo comissionado não-optantes pela remuneração do cargo efetivo após a edição da Lei n. 9.030/1995;

9.4. determinar ao TRT/MG que adote medidas para:

9.4.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação aos ex-servidores indicados no item 9.2 acima;

9.4.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, os pagamentos decorrentes dos atos considerados ilegais, referidos no subitem 9.2 retro, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até eventual emissão de novos atos livres das irregularidades verificadas, a serem submetidos a este Tribunal;

9.4.3. comunicar aos inativos Eduardo Paulo Coelho Rocha, Maria Aparecida Caputo da Fonseca e Taciana Laponez da Silveira que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não os eximem da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, em caso de seu não-provimento;

9.5. determinar à Sefip que proceda à verificação do cumprimento das medidas constantes desta Deliberação, representando ao Tribunal, caso necessário;

9.6. dar ciência do inteiro teor do presente Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, ao TRT/MG.

10. Ata nº 32/2006 - 2ª Câmara

11. Data da Sessão: 5/9/2006 - Extraordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2517-32/06-2

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministro presente: Ubiratan Aguiar (na Presidência).

13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2518/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo TC 009.283/2006-4.

2. Grupo I; Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessadas: Edinea Martins Lyrio, CPF n. 226.839.927-37; e Norma Lopes de Azevedo, CPF n. 120.679.621-91.

4. Órgão: Diretoria de Pessoal Civil (extinta) - Comando do Exército.

5. Relator: Auditor Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Sefip.

8. Advogados constituídos nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examinam os atos de aposentadoria das ex-servidoras da extinta Diretoria de Pessoal Civil, Sras. Edinea Martins Lyrio e Norma Lopes de Azevedo.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegais as concessões de aposentadoria às Sras. Edinea Martins Lyrio (n. 100033800419980002646) e Norma Lopes de Azevedo (n. 10003380041998000279), recusando registro aos respectivos atos;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, ante a Súmula n. 106 do TCU;

9.3. determinar ao Comando do Exército que adote medidas para:

9.3.1. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, os pagamentos decorrentes dos atos considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262, **caput**, do Regimento Interno deste Tribunal;

9.3.2. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta Deliberação às interessadas, informando-lhes que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição de recurso não as eximem da devolução dos valores percebidos indevidamente após as notificações, em caso de não-provimento desse recurso;

9.4. esclarecer ao Comando do Exército que poderá emitir novos atos de aposentadoria das ex-servidoras acima indicadas, livres das irregularidades apontadas, e submetê-los à apreciação por este Tribunal;

9.5. determinar à Sefip que acompanhe o cumprimento da determinação constante do subitem 9.3 retro, representando a este Tribunal, caso necessário;

9.6 determinar à Setec que adote providências no sentido de corrigir a impropriedade constante do campo 15 do formulário de concessão de aposentadoria do Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões, de forma que onde consta "regime antes da Lei n. 8.112/93" passe a constar "regime antes da Lei n. 8.112/90".

10. Ata nº 32/2006 - 2ª Câmara

11. Data da Sessão: 5/9/2006 - Extraordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2518-32/06-2

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministro presente: Ubiratan Aguiar (na Presidência).

13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2519/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo: n.º TC - 017.606/2006-1

2. Grupo: I - Classe de assunto: VI - Representação.

3. Interessado: CPL Comercial de Papéis e Plásticos Ltda.

4. Unidade: Fundação Nacional do Índio - Museu do Índio - RJ.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade técnica: Secex/RJ.

8. Advogado constituído nos autos: não atuou.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação autuada com base em expediente (fls. 7/8) encaminhado a este Tribunal pela empresa CPL Comercial de Papéis e Plásticos Ltda. dando conta de supostas irregularidades cometidas pelo Museu do Índio, consistentes no cancelamento de empenho referente a pedido de material junto à empresa, com possível infringência ao art. 66 da Lei 8.666/93,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/93 c/c o art. 237 do Regimento Interno do TCU, conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. determinar ao Museu do Índio - RJ que:

9.2.1. observe o disposto nos arts. 15, inciso V, e 25, § 2° da Lei 8.666/93, procedendo a devida pesquisa de preços previamente à realização de compras por dispensa de licitação;

9.2.2. observe o disposto no art. 78, parágrafo único, nos casos de rescisão contratual, especialmente no tocante ao direito ao contraditório e à ampla defesa por parte do contratado;

9.2.3. caso o órgão incorra em despesas junto ao fornecedor em razão da anulação da Nota de Empenho 2006NE900192, apure, por meio do devido processo administrativo, a responsabilidade pela emissão da referida nota de empenho sem que se tenha avaliado previamente a compatibilidade dos preços ofertados com os de mercado, imputando a esses agentes, caso caracterizada a sua responsabilidade, o dever de ressarcir as despesas incorridas;

9.3. determinar ao Controle Interno e à 6ª Secex que verifiquem, nas contas de 2006 da Fundação Nacional do Índio, se o órgão incorreu em eventuais despesas em decorrência dos fatos relatados nos presentes autos, bem como as medidas que foram adotadas (item 9.2.3, retro);

9.4. dar ciência dessa deliberação ao Museu do Índio - RJ e à representante;

9.5. arquivar o presente processo.

10. Ata nº 32/2006 - 2ª Câmara

11. Data da Sessão: 5/9/2006 - Extraordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2519-32/06-2

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministro presente: Ubiratan Aguiar (na Presidência).

13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Marcos Bemquerer Costa.

ACÓRDÃO Nº 2520/2006 - TCU - 2ª CÂMARA

1. Processo n. TC-012.519/2002-9 (c/ 04 volumes).

2. Grupo I; Classe de Assunto: VI - Representação.

3. Interessado: Procurador-Chefe da União no Estado da Bahia, Sr. Agilécio Pereira de Oliveira.

4. Entidade: Município de Santa Luz/BA.

5. Relator: Auditor Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secex/BA.

8. Advogados constituídos nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Representação formulada pelo Procurador-Chefe da Procuradoria da União na Bahia, noticiando supostas irregularidades na aplicação de recursos do Fundef pelo Município de Santa Luz/BA.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente Representação, com fundamento nos arts. 235 e 237, inciso I, do Regimento Interno/TCU, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. determinar à Prefeitura Municipal de Santa Luz/BA que:

9.2.1. proceda, se ainda não o fez, à nomeação dos representantes do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundef por indicação dos setores que efetivamente representam, conforme disposto no art. 4º, inciso IV, § 1º, da Lei n. 9.424/1996;

9.2.2. utilize o percentual mínimo de 60% (sessenta por cento) de recursos do Fundef para a remuneração dos profissionais do Magistério, em efetivo exercício de suas atividades no ensino fundamental público, a teor do disposto pelo art. 7º da Lei n. 9.424/1996;

9.2.3. observe os dispositivos da Lei n. 9.424/1996 relativos ao fornecimento de informações, recursos financeiros e prestação de contas do Fundef, como também ofereça condições de acesso ao Conselho de Acompanhamento e Controle Social, para que ele possa desempenhar as funções de controle do Fundo;

9.2.4. atente para a necessidade de realização de concurso

público para admissão de pessoal para o ensino fundamental, nos termos do art. 37, inciso II e IX, da Constituição Federal, restringindo os casos de contratação temporária para situações emergenciais ou imprevisíveis;

9.3. recomendar ao Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundef do Município de Santa Luz/BA a adoção de providências com vistas a garantir o pleno e regular exercício do acompanhamento e do controle social sobre a repartição, transferência e aplicação dos recursos do aludido fundo, que verifiquem os seguintes aspectos, em especial:

9.3.1. o correto recolhimento dos valores recolhidos ao INSS e FGTS;

9.3.2. a aplicação dos recursos do Fundef em ações caracterizadas como de manutenção e desenvolvimento apenas do ensino fundamental, definidas pelo art. 70 da Lei n. 9.394/1996;

9.4. remeter cópia da presente deliberação, acompanhada do Relatório e Voto que a fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da União do Estado da Bahia, ao Sr. Ailton Ferreira de Aquino, ao Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundef de Santa Luz/BA e à Câmara Municipal de Santa Luz/BA.

9.5. arquivar o presente processo

10. Ata nº 32/2006 - 2ª Câmara

11. Data da Sessão: 5/9/2006 - Extraordinária

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2520-32/06-2

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministro presente: Ubiratan Aguiar (na Presidência).

13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa (Relator).

PROCESSOS EXCLUÍDOS DA PAUTA

A requerimento dos respectivos Relatores, foram excluídos da Pauta nº 32/2006 citada, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

a) nºs 002.204/1996-7, 017.678/2000-1, 012.005/2003-4, 019.803/2003-5 (Ministro Walton Alencar Rodrigues);
b) nº 002.964/2004-9 (Ministro Ubiratan Aguiar); e
c) nº 006.964/1999-0 (Auditor Marcos Bemquerer Costa).

Foram proferidas, sob a Presidência do Auditor Augusto Sherman Cavalcanti, as Deliberações quanto aos processos relatados pelo Ministro Ubiratan Aguiar.

ENCERRAMENTO

A Presidência deu por encerrados os trabalhos da Segunda Câmara, às onze horas e trinta minutos e eu, Elenir Teodoro Gonçalves dos Santos, Subsecretária da Segunda Câmara, lavrei e subscrevi a presente Ata que, depois de aprovada, será assinada pela Presidência.

ELENIR TEODORO GONÇALVES DOS SANTOS
Subsecretária da Segunda Câmara

Aprovada em 6 de setembro de 2006.

WALTON ALENCAR RODRIGUES
Presidente da Segunda Câmara

ADITAMENTO À PAUTA Nº 33 (EXTRAORDINÁRIA)
Sessão em 12 de setembro de 2006

Nos termos dos §§ 9º e 10º do art. 141 do Regimento Interno, foi incluído na Pauta nº 33/2006 - Segunda Câmara, para apreciação na Sessão Extraordinária a se realizar no dia 12/9/2006, o(s) seguinte(s) processo(s):

GRUPO II

Classe III - AUDITORIAS, INSPEÇÕES E OUTROS MATÉRIAS CONCERNENTES À FISCALIZAÇÃO

- Relator, Ministro Walton Alencar Rodrigues

TC-004.242/2005-0
Natureza: Acompanhamento
Entidade: Fundação Universidade Federal do Acre (FUFAC)
Interessado: Tribunal de Contas da União
Advogado constituído nos autos: não há.

Secretaria-Geral das Sessões, 6 de setembro de 2006
ELENIR TEODORO GONÇALVES DOS SANTOS
Subsecretária da 2ª Câmara

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
RESOLUÇÃO Nº 521, DE DE SETEMBRO DE 2006

Dispõe sobre as consignações em folha de pagamento no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o decidido no Processo nº 2003160223, na Sessão realizada em 25 de agosto de 2006, resolve:

Seção I
Do Objeto e Definições

Art. 1º As consignações em folha de pagamento dos magistrados e servidores, ativos e inativos, e dos pensionistas do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus obedecerão aos termos desta Resolução.

Art. 2º As consignações são classificadas em compulsórias e facultativas.

Art. 3º Considera-se, para fins desta Resolução:

I - CONSIGNATÁRIO: o destinatário dos créditos resultantes das consignações compulsórias e facultativas;

II - CONSIGNANTE: o Conselho da Justiça Federal, os Tribunais Regionais Federais e as Seções Judiciárias que procedem a descontos relativos às consignações compulsórias e facultativas na remuneração, provento ou pensão do Consignado, em favor de Consignatário;

III - CONSIGNADO: o magistrado e o servidor, ativo ou inativo, e o pensionista;

IV - CONSIGNAÇÃO COMPULSÓRIA: o desconto efetuado por imposição legal, mandado judicial ou convenção realizada entre o Consignante e o Consignado, incidente sobre a remuneração, provento ou pensão deste;

V - CONSIGNAÇÃO FACULTATIVA: o desconto efetuado mediante prévia e formal autorização do Consignado, com anuência da Administração, incidente sobre a remuneração, provento ou pensão.

Seção II
Das Consignações Compulsórias

Art. 4º As consignações compulsórias compreendem:

I - contribuição para o Plano de Seguridade Social do servidor público civil da União;

II - contribuição para a previdência social do regime geral;

III - contribuição para os planos de seguridade social dos servidores requisitados dos Estados, Distrito Federal e Municípios, constituídos na forma da legislação específica;

IV - pensão alimentícia judicial;

V - imposto de renda retido na fonte;

VI - reposição e/ou indenização ao erário;

VII - custeio de benefícios e/ou auxílios concedidos pelo Consignante;

VIII - obrigação decorrente de decisão judicial ou administrativa;

IX - custeio e/ou contribuição para a assistência à saúde, prevista no art. 230 da Lei nº 8.112/90;

X - mensalidade ou contribuição em favor de entidade sindical, na forma do art. 8º, inciso IV, da Constituição Federal e do art. 240, alínea "c", da Lei nº 8.112/90; e

XI - outros descontos compulsórios instituídos por lei.

Parágrafo único. As reposições e indenizações ao erário poderão ser efetuadas em parcelas com percentual mínimo fixado em 10% (dez por cento) da remuneração, provento ou pensão, desde que requerido pelo Consignado, de acordo com o disposto no art. 46 da Lei nº 8.112/90, com a redação dada pela MP 2225-45, de 4/9/2001.

Seção III
Das Consignações Facultativas

Art. 5º As consignações facultativas compreendem:

I - contribuição para o regime de previdência complementar da União, ou para Estados, Distrito Federal e Municípios, se servidor requisitado, observado o disposto no art. 202 da Constituição Federal, nos termos da lei sobre o assunto;

II - contribuição para o regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, prevista na Lei Complementar nº 109, de 29.05.2001;

III - contribuição para planos de saúde patrocinados por entidade aberta de previdência privada, que opere com planos de pecúlio, saúde, seguro de vida, renda mensal e previdência complementar, bem como por entidade administradora de planos de saúde;

IV - contribuição em favor de entidades de classe, associações e clubes de servidores;

V - contribuição em favor de cooperativa constituída de acordo com a Lei nº 5.764, de 16.12.1971;

VI - prêmio de seguro coberto por entidades fechadas ou abertas de previdência privada, incluídas as seguradoras que operem com planos de seguro de vida e renda mensal, bem como contribuição destinada a essas entidades e a administradoras de planos de saúde, para manutenção de plano de saúde, pecúlio, seguro de vida, renda mensal ou previdência complementar;

VII - amortização de financiamento, construção ou reforma de imóvel residencial;

VIII - prestação de aluguel de imóvel residencial;

IX - amortização de empréstimo concedido por instituição federal oficial de crédito ou por entidade fechada de previdência privada que opere com plano de pecúlio, saúde, seguro de vida, renda mensal, previdência complementar ou empréstimo, ou por cooperativa constituída de acordo com a Lei nº 5.764/1971;

X - pensão alimentícia voluntária; e

XI - amortização de empréstimo concedido por instituição bancária ou de crédito ou por entidade aberta de previdência privada.

Art. 6º As consignações facultativas dar-se-ão a critério da Administração, com reposição de custos nos termos do art. 10.

Art. 7º O valor mínimo para desconto decorrente de consignação facultativa poderá ser estabelecido pelo Consignante, com observância ao princípio da economicidade.

Art. 8º A solicitação de consignação facultativa deverá ser dirigida à autoridade ordenadora de despesas, que verificará quanto ao atendimento do disposto nesta resolução e decidirá quanto à autorização de processamento.

§ 1º Após devidamente autorizada, a solicitação de consignação facultativa deverá ser encaminhada ao setor de pagamento do Consignante.

§ 2º Caso a consignação facultativa autorizada não possua rubrica no Sistema Unificado de Rubricas de Pagamento de Pessoal da Justiça Federal - SISUR, deverá ser requisitada à Secretaria de Recursos Humanos do Conselho da Justiça Federal a criação da rubrica pertinente, por meio do formulário requisição on line.

§ 3º O atendimento da requisição de que trata o parágrafo anterior está condicionado ao completo preenchimento e envio do formulário requisição on line.

§ 4º É de exclusiva responsabilidade do Consignante, ao requisitar criação de rubrica, a verificação da autenticidade da documentação apresentada pelo Consignatário solicitante.

§ 5º Entende-se por "requisição on line" o formulário eletrônico constante do SISUR, a ser utilizado pelos servidores indicados pelas autoridades competentes no âmbito do Conselho da Justiça Federal, dos Tribunais Regionais Federais e das Seções Judiciárias, mediante "senha de usuário-administrador", para requisição de criação de rubricas de consignações facultativas.

§ 6º "Senha de usuário-administrador" é o código de acesso pessoal e intransferível, dotado de privilégios conferidos pelo gestor do SISUR, destinado aos responsáveis pelo encaminhamento de "requisição on line".

Art. 9º As solicitações de consignações facultativas, quando formuladas por Consignatários, deverão ser instruídas com autorização expressa do Consignado.

Art. 10. Para cada consignação facultativa realizada serão cobrados do Consignatário, a título de reposição de custo de processamento de dados, os seguintes valores:

I - R$ 0,30 (trinta centavos) por lançamento, de consignação facultativa relativa ao art. 5º, incisos II, III e VII;

II - R$ 1,25 (um real e vinte e cinco centavos) por lançamento, nas demais consignações facultativas.

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica à hipótese do inciso I do art. 5º, bem como quando o Consignatário for órgão ou entidade da Administração Pública Federal direta, autárquica ou fundacional.

§ 2º Os valores apropriados a título de reposição de custo de processamento de dados deverão ser deduzidos dos valores brutos a serem repassados aos Consignatários.

§ 3º Os valores arrecadados na forma do parágrafo anterior devem ser mensalmente recolhidos ao Tesouro Nacional.

Art. 11. O Consignante deverá fixar, ao Consignatário facultativo, prazo para envio de demonstrativo mensal das consignações a serem efetuadas em seu favor, para fins de processamento e conferência.

§ 1º O prazo para encaminhamento do demonstrativo deve ser fixado em função das necessidades das unidades administrativas envolvidas na implementação de consignações facultativas.

§ 2º O demonstrativo deverá ser encaminhado ao órgão Consignante e conterá dados suficientes para identificar as consignações a serem efetuadas.

§ 3º Encaminhado o demonstrativo dentro do prazo estabelecido e se, por problemas operacionais, a consignação não se der dentro do mês de competência, o Consignado, devidamente cientificado, deverá quitar o valor correspondente diretamente com o Consignatário.

§ 4º O encaminhamento intempestivo do demonstrativo implica exclusão das respectivas consignações da folha de pagamento do mês de competência, ficando vedada a inclusão em dobro nos meses seguintes.

Art. 12. As consignações facultativas poderão ser canceladas:

I - por motivo justificado de interesse público;

II - por interesse do Consignatário, expresso por meio de solicitação formal, acompanhada de ciência do Consignado; e

III - a pedido do Consignado, acompanhado de comprovante de ciência da entidade Consignatária.

§ 1º Para os fins previstos no inciso I deste artigo, considera-se interesse público aquele que diz respeito à conveniência da Administração para a prática de ato com finalidade pública.

§ 2º A consignação relativa a amortização de empréstimo ou prestação de financiamento para aquisição, construção ou reforma de imóvel residencial somente poderá ser cancelada com a aquiescência do Consignado e do Consignatário, quando decorrentes de convênio ou contrato firmado entre o último e o Consignante.

Seção IV
Das Disposições Comuns

Art. 13. Para os efeitos desta Resolução considera-se remuneração a soma do vencimento do cargo efetivo com as vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, bem como a retribuição pelo exercício de cargo em comissão ou função comissionada, sendo excluídas:

I - diárias;
II - ajuda de custo;
III - indenização de transporte;
IV - salário-família;
V - gratificação natalina;
VI - auxílio-natalidade;
VII - adicional de férias;
VIII - adicional pela prestação de serviço extraordinário;
IX - adicional noturno;
X - adicional de insalubridade, de periculosidade ou de atividades penosas;
XI - auxílio pré-escolar;
XII - auxílio-transporte;
XIII - auxílio-alimentação;
XIV - verbas decorrentes de decisão judicial não transitada em julgado, de caráter único ou contínuo;
XV - abono de permanência devido a magistrados e servidores ativos que implementaram os requisitos para aposentadoria e permaneceram em atividade, conforme fundamentos da CF/88, EC nº 20/1998 e EC nº 41/2003.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto neste artigo aos proventos e pensões, no que couber.

Art. 14. A soma mensal das consignações facultativas não poderá exceder ao valor equivalente a trinta por cento da remuneração, provento ou pensão, de que trata o art. 13.

Parágrafo único. Excluem-se desse limite as consignações referentes a amortizações de financiamentos de aquisição, construção ou reforma de imóvel residencial e prestação de aluguel de imóvel residencial, observado o limite do caput do art. 15.

Art. 15. Não será permitido o desconto de consignações facultativas quando a soma destas com as compulsórias exceder se-

tenta por cento da parcela da remuneração, provento ou pensão, de que trata o art. 13.

§ 1º Caso a soma das consignações compulsórias e facultativas exceda aos limites previstos neste artigo e no art. 14, os descontos relativos às consignações facultativas serão suspensos até ficarem dentro daqueles limites, caso em que será observada a seguinte ordem de prioridade de manutenção:

I - amortização de financiamento de aquisição, construção ou reforma de imóvel residencial;

II - prestação de aluguel de imóvel residencial;

III - contribuição para o regime de previdência complementar da União, ou para Estados, Distrito Federal e Municípios, se servidor requisitado, observado o disposto no art. 202 da Constituição Federal, nos termos da lei sobre o assunto;

IV - contribuição para o regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, prevista na Lei Complementar nº 109/2001;

V - amortização de empréstimo concedido por instituição federal oficial de crédito ou por entidade fechada de previdência privada que opere com plano de pecúlio, saúde, seguro de vida, renda mensal, previdência complementar ou empréstimo, ou por cooperativa constituída de acordo com a Lei nº 5.764/71;

VI - amortização de empréstimo concedido por instituição bancária ou de crédito ou por entidade aberta de previdência privada;

VII - contribuição para planos de saúde patrocinados por entidade aberta de previdência privada, que opere com planos de pecúlio, saúde, seguro de vida, renda mensal e previdência complementar, bem como por entidade administradora de planos de saúde;

VIII - pensão alimentícia voluntária;

IX - prêmio de seguro coberto por entidades fechadas ou abertas de previdência privada, incluídas as seguradoras que operem com planos de seguro de vida e renda mensal, bem como contribuição destinada a essas entidades e a administradoras de planos de saúde, para manutenção de plano de saúde, pecúlio, seguro de vida, renda mensal ou previdência complementar;

X - contribuição em favor de entidades de classe, associações e clubes de servidores; e

XI - contribuição em favor de cooperativa constituída de acordo com a Lei nº 5.764/71.

§ 2º A prioridade de manutenção observará a ordem cronológica quando as consignações facultativas estiverem fundamentadas no mesmo inciso, caso em que a mais antiga terá preferência sobre a mais recente.

§ 3º O Consignante notificará o Consignatário quanto à suspensão do desconto, com antecedência mínima de trinta dias, para que este possa adotar providências para a solução do débito que não impliquem desconto em folha de pagamento.

§ 4º À notificação deverão ser anexadas a justificativa da suspensão do desconto e o termo de ciência do Consignado.

Art. 16. Para fins desta Resolução, margem consignável é o menor valor dentre:

I - a diferença entre o valor correspondente ao limite estabelecido no caput do art. 14 e a soma das consignações facultativas registradas no sistema de folha de pagamento, não consideradas aquelas decorrentes de aquisição, construção, reforma ou aluguel de imóvel residencial; e

II - a diferença entre o valor correspondente ao limite estabelecido no caput do art. 15 e a soma de todas as consignações compulsórias e facultativas registradas no sistema de folha de pagamento.

Parágrafo único. Para as consignações facultativas a que se referem os incisos VII e VIII do art. 5º, a margem consignável é o valor estabelecido no inciso II deste artigo.

Seção V

Das Disposições Gerais

Art. 17. Sem prévia averbação pela Administração, nenhum desconto poderá ser efetuado em folha de pagamento.

Art. 18. As consignações compulsórias terão prioridade sobre as facultativas e em nenhuma hipótese poderá resultar saldo negativo na folha de pagamento do Consignado.

Art. 19. O Consignante poderá celebrar contrato ou convênio com o Consignatário.

Parágrafo único. Compete ao Consignante a formalização do contrato ou convênio de que trata este artigo.

Art. 20. O Consignante poderá estabelecer número mínimo de Consignados para fins de consignação facultativa.

Art. 21. Não serão permitidos, na folha de pagamento, ressarcimentos, compensações, encontros de contas ou acertos financeiros entre Consignatários e Consignados que impliquem créditos nas respectivas fichas financeiras.

Parágrafo único. Mediante autorização do ordenador de despesas poderá haver compensação quando decorrente exclusivamente de problemas no processamento da folha de pagamento.

Art. 22. As consignações de pensão alimentícia voluntária e de desconto de aluguel de imóvel somente poderão ser solicitadas pelo Consignado.

Parágrafo único. Para as consignações tratadas neste artigo fica dispensada a formalização do contrato ou convênio com o Consignatário de que trata o art. 19 e a observância de limite mínimo previsto no art. 20.

Art. 23. A solicitação de consignação de pensão alimentícia voluntária deverá ser instruída com:

I - valor ou percentual de desconto sobre a remuneração, provento ou pensão do Consignado;

II - a identificação da conta bancária para depósito do valor consignado;

III - nome completo, RG, CPF e endereço do Consignatário e cópias dos respectivos documentos, além de outras informações a critério do Consignante; e

IV - autorização prévia e expressa do Consignatário ou do seu representante legal.

Art. 24. A solicitação de consignação de prestação de aluguel de imóvel residencial deverá ser instruída com:

I - valor ou percentual de desconto sobre a remuneração, provento ou pensão do Consignado;

II - a identificação da conta bancária para depósito do valor da consignação;

III - nome completo, RG, CPF e endereço do Consignatário e cópias dos respectivos documentos, além de outras informações a critério do Consignante; e

IV - cópia autenticada do contrato de locação.

Parágrafo único. Os contratos de locação de que trata este artigo deverão conter cláusula expressa de que a Administração não intervém como fiadora ou garantidora do cumprimento de quaisquer obrigações contratuais dele decorrentes.

Art. 25. A consignação em folha de pagamento não implica co-responsabilidade do Consignante por dívida ou compromisso pecuniário assumido pelo Consignado.

Art. 26. O pagamento de antecipação da remuneração mensal de férias de que trata o art. 78 da Lei nº 8.112, de 1990, deverá ser efetuado deduzindo-se as consignações obrigatórias e facultativas existentes para o Consignado.

Parágrafo único. Os valores referentes às consignações previstas no inciso IV do art. 4º, bem como as consignações facultativas, deverão ser creditados ou repassados aos Consignatários, conforme o caso, somente no mês em que sejam devidos.

Art. 27. Ao constatar consignação processada em desacordo com o disposto nesta Resolução em razão de fraude, simulação, conluio, dolo ou culpa, a unidade de pagamento de pessoal deverá suspender a consignação e comunicar o fato ao ordenador de despesas, para que decida quanto ao seu cancelamento.

§ 1º O descumprimento do disposto neste artigo constitui falta grave e sujeita o responsável à aplicação das penalidades enumeradas no art. 127 da Lei nº 8.112/90, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

§ 2º A apuração de responsabilidade e a aplicação de penalidade deverão ser feitas pela autoridade competente em processo administrativo disciplinar.

Art. 28. A expedição de instruções complementares necessárias à execução desta Resolução caberá ao Secretário-Geral, no Conselho da Justiça Federal; aos Diretores-Gerais, nos Tribunais Regionais Federais; e aos Diretores da Secretaria Administrativa ou da Secretaria-Geral, nas Seções Judiciárias.

Art. 29. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 30. Fica revogada a Resolução nº 245, de 25 de setembro de 2001, e o art. 2º da Resolução nº 266, de 26 de junho de 2002.

Min.BARROS MONTEIRO

RESOLUÇÃO Nº 522, DE DE SETEMBRO DE 2006

Dispõe sobre a intimação eletrônica das partes, Ministério Público, Procuradores, Advogados e Defensores Públicos no âmbito dos Juizados Especiais Federais.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o decidido no Processo nº 2006165562, na sessão realizada em 25 de agosto de 2006, e

Considerando o disposto no art. 8º, § 2º, da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, resolve:

Art. 1º A intimação dos atos processuais, nos Juizados Especiais Federais e em suas Turmas Recursais, será efetivada, preferencialmente, com a utilização de sistema eletrônico.

§ 1º O processamento de intimação eletrônica fica condicionado ao prévio cadastramento do usuário (partes, Ministério Público, Procuradores, Advogados e Defensores Públicos), na forma do art. 3º desta Resolução.

§ 2º As intimações eletrônicas, inclusive da União e suas autarquias, consideram-se pessoais para todos os efeitos legais e dispensam publicação em diário oficial convencional ou eletrônico.

Art. 2º A intimação eletrônica ocorre com o acesso do usuário ao site próprio da Seção Judiciária (web), em local protegido por senha, onde esteja disponível o inteiro teor da decisão judicial.

Art. 3º O cadastramento será realizado no juizado, com a identificação presencial do usuário, cabendo a cada tribunal regulamentar este artigo, inclusive podendo optar por um dos procedimentos de intimação previstos nos arts. 4º e 5º, ou adotar ambos, atendendo a situações peculiares.

§ 1º O usuário será registrado no sistema e receberá uma senha de acesso individual e intransferível, assegurado o sigilo, a identificação e a autenticidade das comunicações.

§ 2º A alteração dos dados cadastrais poderá ser feita diretamente pelo usuário, em meio eletrônico, evitando-se o suporte papel.

§ 3º O cadastramento implicará o expresso compromisso do usuário em acessar o site próprio da Seção Judiciária, semanalmente, ou seja, de segunda a domingo, para ciência das decisões inseridas no local próprio, protegido por senha.

Art. 4º Independentemente do acesso, a intimação considera-se sempre realizada dez dias após incluída no site próprio da Seção Judiciária, para ciência do usuário.

Art. 5º O Juizado poderá expedir aviso eletrônico informando a inclusão da decisão no site próprio da Seção Judiciária, para imediata ciência, caso em que, não realizado o acesso pelo usuário, considera-se efetivada a intimação 48 horas após a emissão do aviso.

§ 1º A data da ocorrência do acesso, prevista no caput, será certificada pelo sistema.

§ 2º Não havendo expediente forense na data do acesso, a intimação considera-se realizada no primeiro dia útil seguinte.

Art. 6º Caberá a cada Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais:

I - orientar os respectivos Juizados e Turmas Recursais sobre o cumprimento desta Resolução;

II - solicitar apoio técnico e administrativo ao respectivo Tribunal e à Diretoria do Foro da Seção Judiciária para o cumprimento desta Resolução, dando-se ciência a este Conselho das providências adotadas.

Art. 7º O sistema de intimação eletrônica será implantado no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 8º O procedimento de intimação eletrônica será amplamente divulgado aos jurisdicionados, às respectivas Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil e aos demais órgãos públicos que atuem nos Juizados.

Art. 9º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Min.BARROS MONTEIRO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE

DESPACHOS DA PRESIDENTE

Em 5 de setembro de 2006

Procedimento n.º 2372/2006 (Convite n.º 04/2006)

Tendo em vista o que consta deste procedimento e das informações oriundas da Comissão Especial de Licitação (fl.74), da Coordenadoria de Material e Patrimônio (fl. 79), da Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral (fl. 79-v) e da Diretoria-Geral (fl. 80), homologo, a teor do art. 43, inciso VI, da Lei n.º 8.666/93, o procedimento licitatório referente ao Convite n.º 04/2006, e adjudico seu objeto à empresa Auto Posto BX Ltda. (CNPJ 04320385/0001-25), no valor total de R$ 10.476,71 (dez mil quatrocentos e setenta e seis reais e setenta e um centavos).

Procedimento n.º 5821/2006 (Convite n.º 14/2006)

Tendo em vista o que consta deste procedimento e da informação da Comissão Especial de Licitação (fl.35), homologo, a teor do art. 43, inciso VI, da Lei n.º 8.666/93, o procedimento licitatório referente ao Convite n.º 14/2006, e adjudico seu objeto à empresa J.C.A. Bonfim (CNPJ 05386525/0001-20), no valor total de R$ 7.640,00 (sete mil seiscentos e quarenta reais).

Desª IZAURA MAIA

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

RETIFICAÇÃO

Acórdão nº 03/2006, publicado no DOU nº 168, de 31/08/2006, Seção 1, p.177. Onde se lê: "...nº 936/2006...", leia-se: "...nº 963/2006...". Acórdão nº 31/2006, publicado no DOU nº 168, de 31/08/2006, Seção 1, p.177. Onde se lê: "...nº 5766/2006...", leia-se: "...nº 5766/2005...".

ORDEM DOS MÚSICOS DO BRASIL

ATA DA 300ª (TRICENTÉSIMA) REUNIÃO DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS MÚSICOS DO BRASIL REALIZADA NO DIA 06 DE JULHO DE 2006

Às 15:00 (quinze) horas do dia 06 (seis) de julho do ano de 2006(dois mil e seis), na sede do Conselho Federal da Ordem dos Músicos do Brasil, situada no Setor Comercial Sul, quadra 04 nº 230, Edifício Israel Pinheiro , 3º andar, Brasília - DF, reuniu-se ordinariamente, o Conselho Federal da Ordem dos Músicos do Brasil, sobre a Presidência do Dr. Wilson Sandoli, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Músicos do Brasil, e contando com a presença dos seguintes Conselheiros, como atestam as assinaturas no livro de presença: João Batista Vianna - Vice-Presidente, Roberto Bueno - 1º Tesoureiro; Sylvio Francisco do Nascimento - 2º Tesoureiro; Emídio José dos Santos- 1º Secretário; Elírio Ernestino Toldo compareceram ainda: Dr. Humberto Perón Filho, Advogado do regional de São Paulo, Sra. Gloria Moraes Presidente do Regional do Distrito Federal e Maria Izabel da Silva Aragão, Secretária Executiva do Conselho Federal. Justificaram a ausência: Coaraci Nogueira de Castilho - Secretário Geral, Antonio Alvino Argollo. Dá-se início à Assembléia com a leitura da ATA ANTERIOR, que não sendo contestada, foi aprovada por unanimidade dos Senhores Conselheiros.O Senhor Presidente em cumprimento as determinações do Art. 7º da Lei Federal 3.857/60, apresenta um chapa para apreciação e convoca os senhores Conselheiros Efetivos, para a eleição da Diretoria que dirigirá o Conselho Federal da Ordem dos Músicos do Brasil, no período de 06 de julho de 2006 a 06 de julho de 2007. Após a realização da mesma em escrutínio secreto, passou-se a apuração, onde constatou-se a eleição da Diretoria do Conselho Federal da Ordem dos Músicos do Brasil, cujos resultados foram os seguintes: Por unanimidade, foi eleita a seguinte Diretoria: Presidente: João Batista Vianna; Vice-Presidente: Elírio Ernestino Toldo; Secretária: Gloria Moraes; 1º Secretário: Emídio José dos Santos; 2º Secretário: Antonio Alvino Argollo; 1º Tesoureiro: Roberto Bueno; 2º Tesoureiro: Sylvio Francisco do Nascimento. Eu, Glória Moraes, Secretária Geral, lavro e assino juntamente com o Senhor Presidente.

Brasília, 24 de agosto de 2006

GLÓRIA MORAES
Secretária Geral

JOÃO BATISTA VIANNA
Presidente